

Anais

III Jornadas do Legh

feminismo e democracia

20 e 21 de março de 2018 - Florianópolis

Universidade Federal de Santa Catarina



Joana Maria Pedro

Jair Zandoná

Organização

ANAIS DA III JORNADAS DO LEGH

feminismo e democracia

1ª Edição

REALIZAÇÃO

LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis - SC

2018

Realização

Laboratório de Estudos de Gênero e História – **LEGH**

Instituto de Estudos de Gênero – **IEG**

Universidade Federal de Santa Catarina – **UFSC**

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – **CAPES**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina – **FAPESC**

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – **PPGICH**

Coordenação Geral

Joana Maria Pedro

Comissão Organizadora

Alina Nunes

Ana Rita Fonteles Duarte

Binah Ire

Cláudia Regina Nichnig

Elaine Schmitt

Eloisa Rosalen

Gilmária Salviano Ramos

Jair Zandoná

Janine Gomes da Silva

Jeferson Ramos

Jéssica Ferreira

Joana Maria Pedro

Josiély Koerich

Karina Janz Woitowicz

Linaia de Vargas Palacio

Luana Balieiro Cosme

Luísa Dornelles Briggmann

Maria Adaiza Lima Gomes

Michelle Arantes Costa Páscoa

Morgani Guzzo

Sergio Luis Schlatter Junior

Silmara Simone Takazaki

Soraia Carolina de Mello

Talita Gonçalves Medeiros

Tamy Amorim da Silva

Valeria Machado

Virgínia Broering

Comitê Científico

Ana Maria Marques

Carla Giovana Cabral

Celi Regina Jardim Pinto

Cintia Lima Crescencio

Claudete Beise Ulrich

Claudia Regina Nichnig

Cristina Scheibe Wolff

Dora Beatriz Barrancos

Elias Ferreira Veras

Felipe Bruno Martins Fernandes

Gabriela Miranda Marques

Ivia Iracema Duarte Alves

Janine Gomes da Silva

Joana Maria Pedro
Joana Vieira Borges
Karina Janz Woitowicz
Lana Lage da Gama Lima
Lidia Maria Vianna Possas
Lorena Zomer
Maise Caroline Zucco
Maria Laura Osta Vásquez
Mariana Rangel Joffily

Olga Ida Magdalena Grau Duhart
Rachel Soihet
Roselane Neckel
Rosemeri Moreira
Silvana Maria Pereira
Soraia Carolina de Mello

Recebimento e revisão de

formatação dos textos completos

Elaine Schmitt

Jair Zandoná

Luana Balieiro Cosme

Morgani Guzzo

Silmara Simone Takazaki

Diagramação dos anais

Elaine Schmitt

Silmara Simone Takazaki

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

J82a Jornadas do LEGH : feminismo e democracia (3. : 2018 : Florianópolis, SC)
Anais da III Jornadas do LEGH [recurso eletrônico] : feminismo e
democracia / 3. Jornadas do LEGH, organização, Joana Maria Pedro, Jair
Zandoná. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : LEGH/UFSC, 2018.
869 p. : il., gráfs., tabs.

Inclui bibliografia.

Evento promovido pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História,
realizado nos dias 20 e 21 de março de 2018, na Universidade Federal de
Santa Catarina, Florianópolis, SC.

ISBN 978-85-45535-52-2

E-book (PDF)

1. História. 2. Feminismo. 3. Democracia. I. Pedro, Joana Maria.
II. Zandoná, Jair. III. Título.

CDU: 396:321.7

Elaborado por Dênira Remedi – CRB 14/1396

SUMÁRIO

Os desafios atuais dos feminismos: diálogos e reflexões

Joana Maria Pedro

Jair Zandoná

Simpósio Temático 1 - Música como espelho nos caleidoscópios da história

PENSAR PRÁTICAS DE MEMÓRIA EM MÚSICA: MARISA REZENDE, COMPOSITORA

Camila Durães Zerbinatti

A CELEBRIDADE EM PERSPECTIVA BIOGRÁFICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA DA MÚSICA POP

Igor Lemos Moreira

Simpósio Temático 2 - Mulheres quadro a quadro: gênero, feminismos, representações e HQs

EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: A MEMÓRIA GRÁFICA FEMINISTA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1974-1979)

Isabela Marques Fuchs

HUMOR E SACANAGEM NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Virgínia Broering

Simpósio Temático 3 - Ditadura, feminismo, imprensa e subjetividades

DISCURSOS DE GÊNERO EM FORTALEZA: A REVISTA BA-TA-CLAN E A (RE)PRODUÇÃO DE PADRÕES COMPORTAMENTAIS PARA AS MULHERES (1926)

Maria Adaiza Lima Gomes

MULHERES QUE FORAM À LUTA CONTRA A DITADURA NO JORNAL CORREIO DO POVO (1968 - 1975)

Luísa Dornelles Briggmann

ABORDAGENS DE GÊNERO E RAÇA NO JORNALISMO FEMINISTA INDEPENDENTE

Jessica Gustafson

AS VOZES DE MARIA MARIA: AS PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES (1984)

Gabriel Simon Machado

ENTRE AS PRESCRIÇÕES E AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO: ESTUDO DAS PUBLICAÇÕES DE E SOBRE AS “BLUSAS-VERDES” NO PERIÓDICO INTEGRALISTA “FLAMMA VERDE” (FLORIANÓPOLIS 1936-1938)

Gustavo Tiengo Pontes

UNIVERSO FEMININO E DEMOCRACIA EM PAUTA NA REVISTA BRASIL JOVEM (1966-1978)

Camila Serafim Daminelli

Simpósio Temático 4 - Gênero, arte, literatura e meios de comunicação

OS ANOS DOURADOS E O CLÁSSICO NA OBRA DE INAH COSTA

Rebecca Corrêa e Silva

Joana Maria Pedro

DISCUSSÕES FEMINISTAS ATRAVÉS DA OBRA ARTÍSTICA DE YVONNE RAINER

Giovana Beatriz Manrique Ursini

LAI DOS DOIS AMANTES: FIGURAS FEMININAS E SUAS VOZES NA ESCRITA DE MARIA DE FRANÇA (SÉC. XII)

Júlia Zaniboni Cerejo

WILLIAM FAULKNER ENQUANTO AGONIA FEMININA

Amanda L. Jacobsen de Oliveira

A REPRESENTAÇÃO DA PERSONAGEM BERTHA ANTOINETTA MASON NO ROMANCE *JANE EYRE*

Naylane Araújo Matos

Simpósio Temático 5 - Políticas de gênero: sexualidade, direito, e legislação no Brasil

NACIONALISMO, SEXO/ GÊNERO, RAÇA, CLASSE E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO PÃO DE AÇÚCAR: A HERANÇA DOS PORNOGRÁFICOS

Ana Paula Garcia Boscatti

A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES COM A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Andreia Siminkoski Tonetto

UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS LEGISLAÇÕES PENAIS ARGENTINAS E BRASILEIRAS QUE VISAM COIBIR E REPRIMIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Andreia Siminkoski Tonetto

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO PAÍS DO FUTEBOL: A PROIBIÇÃO DAS MULHERES NOS ESPORTES PELO DECRETO-LEI DE Nº 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941

Ana Karolina Amorim Fernandes

Débora Miranda de Oliveira

Simpósio Temático 6 - Entre as linhas do passado e do presente: cartas, biografias, diário e mídias no diálogo sobre as relações de gênero

LAUREN GREENFIELD: O LUGAR DE FALA COMO RECURSO PUBLICITÁRIO

Rochelle Cristina dos Santos

Cristina Scheibe Wolff

#NIUNAMENOS: O FACEBOOK COMO ESPAÇO DELIBERATIVO ACERCA DE QUESTÕES DE GÊNERO

Carla Candida Rizzotto

Gabriela Petrucci

Angieli Maros

FEMINISTAS LATINO-AMERICANAS: AGENDAS E ENCONTROS

Claudia Regina Nichnig

“O MOVIMENTO ELEITORAL NÃO É COISA DE DEUS, NÃO SENHOR”: TENSÕES E RESISTÊNCIAS AO VOTO FEMININO EM FORTALEZA PÓS-1932

Larissa Almeida Custódio da Silva

O QUE DESEJO É QUE TE FIQUE BEM NO CORPO, E TE POSSA PRESTAR SERVIÇOS: DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E REITERAÇÃO DE FEMINILIDADES NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO A ESTAÇÃO: JORNAL ILLUSTRADO PARA A FAMÍLIA E A REVISTA DA SEMANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 1889 A 1917

Talita Gonçalves Medeiros

Joana Maria Pedro

Simpósio Temático 7 - Debates materialistas, gênero e trabalho

TUTELA, TRABALHO E PODER: AS AFRICANAS LIVRES DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Daniela Carvalho Cavalheiro

QUEM ERAM AS VIÚVAS QUE ANUNCIAVAM NAS PÁGINAS DOS JORNAIS EM MEADOS DOS OITOCENTOS? (PERNAMBUCO, 1842-1853)

Carolina de Toledo Braga

“UM DOS SERVIÇOS MAIS DIFÍCEIS E PESADOS DEVIDO À NECESSÁRIA ATENÇÃO”: AS OPERÁRIAS DO SETOR TÊXTIL DA CIDADE DE JOINVILLE VÃO À JUSTIÇA DO TRABALHO (DÉCADA DE 1940)

Jade Liz Almeida dos Reis

AS DIMENSÕES DE PRODUÇÃO DA OBRA INAUGURAL DE HELEIETH SAFFIOTI – 1950/1960

Jadson Stevan Souza da Silva

Rosemeri Moreira

ECONOMIA SOLIDÁRIA: COMO UMA PERSPECTIVA EMANCIPATORIA E POLÍTICA PARA AS MULHERES

Lúcia Mariaci Ribeiro Martins

Simpósio Temático 8 - Religiosidades, Gênero, Feminismos e Democracia

“SE TUDO DE DEUS ESTÁ NA BÍBLIA, DEUS É UM DEUS PEQUENO, É LIMITADO”: TENSIONAMENTOS NA RECEPÇÃO DA BÍBLIA NA COMUNIDADE CRISTÃ INCLUSIVA DO SALVADOR

Alisson Cruz Soledade

Simpósio Temático 9 - Protagonismos femininos negros: interseccionalidades, educação e processos históricos

OS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS E A LUTA POR IGUALDADE NO BRASIL: POR UM FEMINISMO NEGRO DE CONTRA-INDIFERENÇA E INTERSECCIONAL

Fernanda da Silva Lima

Larissa de Fáveri Mattei

André Luis Goulart Dias

FEMINISMO E MOVIMENTO NEGRO: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA

Bruna Agutoli Pereira

COLETIVOS FEMINISTAS DE ARTE URBANA E O ENSINO DE ARTES VISUAIS: DAS HISTÓRIAS DE VIDA E DA ARTE

Antonia Camila Alves Moreira

NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA NEGRA: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA

Karoline Cipriano dos Santos

MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA PELA PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA DO RECONHECIMENTO DE NANCY FRASER

Angélica Azeredo Garcia

Fernanda da Silva Lima

Simpósio Temático 10 - Feminismos e questões sociais

PARA EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS: POSICIONANDO-SE CONTRA A ESCOLA SEM PARTIDO

Amanda dos Santos Vieira
Lucy Cristina Ostetto

FEMINISMO NA ESCOLA: NARRATIVAS, SENSIBILIDADES E NECESSIDADES EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO ENSINO MÉDIO

Victória Regina Vidal Mariotini Brugger
Sophia Pereira Gomes
Andrey da Silva Brugger

O FEMINISMO MATRICÊNTRICO E O ATIVISMO FEMINISTA NO MOTHERHOOD INITIATIVE FOR RESEARCH AND COMMUNITY INVOLVEMENT (MIRCI) LIDERADO POR ANDREA O'REILLY

Maria Collier de Mendonça

HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MILITANTES PELOS DIREITOS SEXUAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE

Paloma Abelin S. Marinho
Rosana Machin

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Vanilda Souza Chaves

A RUA COMO UM LUGAR DE LUTA POLÍTICA, ARTE E PERFORMANCE

Vera Fátima Gasparetto

MULHERES, PODER E LEGITIMIDADE POLÍTICA: UMA QUESTÃO DE MORAL

Verônica Veloso

Simpósio Temático 11 - Ditadura e Democracia: Os Feminismos e a Política

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA CATARINENSE PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988: UMA ANÁLISE PELA ÉTICA DO CUIDADO

Betina Fontana Piovesan

ACERVOS ACADÊMICOS DE PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DO LEGH - UFSC

Binah Ire

FEMINISTAS BRASILEIRAS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: ATUAÇÃO EM DIFERENTES ÂMBITOS

Glenda Lunardi

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL: ENGAJAMENTO ASSOCIATIVO DE MULHERES EM FLORIANÓPOLIS

Luana do Rocio Taborda
Márcia Inês Schaefer

O PAPEL DO FEMINISMO ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Maria Júlia Castro

A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES RURAIS NO SUL E NORDESTE NO BRASIL (1980-2016): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Stela Schenato

Simpósio Temático 12 - Feminismos e memórias da ditadura

JOUISSEZ SANS ENTRAVERES: BRASIL, FRANÇA E AS MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO FIM DA DÉCADA DE 1960

Alina Nunes

GÊNERO, IDENTIDADE SOCIAL E HISTÓRIA ORAL: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE PARA O MOVIMENTO DAS ESTUDANTES SECUNDARISTAS EM FORTALEZA

Athaysi Colaço Gomes

LA POESÍA DE LUISA PÉREZ DE ZAMBRANA. PRIMER DISCURSO FEMINISTA EN SANTIAGO DE CUBA

Ivette Sónora Soto

Simpósio Temático 13 - Quando Clio encontra as 'sexualidades disparatadas'

O PRIMEIRO ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL (1979): UMA ANÁLISE SOBRE AS BANDEIRAS DA PRIMEIRA ONDA DO MOVIMENTO LGBT

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

Eliane Martins de Freitas

LESBIANIDADE E CENSURA: OS ELEMENTOS PROIBIDOS NA OBRA A BORBOLETA BRANCA DE CASSANDRA RIOS

Ingrid Mancilha Cesar

HISTÓRIA ORAL QUEER E TRAJETÓRIAS TRAVESTIS E TRANS: CORPO E MATERIALIDADES

Augusta da Silveira de Oliveira

Simpósio Temático 14 - Subjetividades, História e Feminismo - Olhares sobre distintas fontes

MEMÓRIA E AUTOBIOGRAFIA EM ADELAIDE CARRARO: CONVERGÊNCIAS, INTERAÇÕES E TESSITURAS NA ELABORAÇÃO DE SUBJETIVIDADES LITERÁRIAS

Adriana Fraga Vieira

ARTISTAS BRASILEIRAS NAS REDES SOCIAIS: NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS DO CORPO FOTOGRÁFICO

Mirele de Oliveira Pacheco

Simpósio Temático 15 – Violência de Gênero

mata-se por nada: heteronormatividade, Masculinidade e homofobia

Jeferson Ramos

PRINCESAS DO CRIME: A EXPLORAÇÃO MIDIÁTICA DOS CRIMES COMETIDOS POR MULHERES

Pamela de Gracia Paiva

VOZES QUE NÃO SE CALAM: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A DITADURA MILITAR, CONTADA POR MULHERES QUE LUTARAM CONTRA O REGIME (1964-1985)

Giulia Bianca Bacarin Fay de Sousa

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E MULHERES NEGRAS: A OMISSÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL NA LEI ESTADUAL N. 17.097/17

Paula Keller Frutuoso

Fernanda da Silva Lima

ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA NA LIMPEZA ÉTNICA DA BÓSNIA-HERZEGOVINA (1992-1995): PERSPECTIVA TEÓRICA FEMINISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ester Tavares Nóbrega de Almeida

Mariângela de Sousa Marques

Simpósio Temático 16 – Violência de gênero: discursos jurídicos

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DO SEU RECONHECIMENTO AO SEU ENFRENTAMENTO

Maria Cecília Takayama Koerich

Simpósio Temático 17 – Educação, mídia e discursos de gênero

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFSC/CÂMPUS SÃO JOSÉ

Flavia Maia Moreira

Amanda de Melo

Douglas Nehls Silva Lima

Karine dos Santos Baran

Yasmim Schmitz

Simpósio Temático 18 - Gênero e educação: debates, enfrentamentos e formação para uma sociedade

PRECISAMOS FALAR SOBRE GÊNERO: O CASO DE SOMBRIO-SC

Cristiane Garcia Teixeira

Dayanne Schetz

CONSERVADORISMO CRISTÃO E PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO: A QUARTA VERSÃO DA BNCC

Fernanda Pereira de Moura

Os desafios atuais dos feminismos: diálogos e reflexões

A terceira edição das Jornadas do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História – ligado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHST/UFSC) e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC) ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina entre os dias 20 e 21 de março de 2018. A programação do evento contou com conferências, mesas-redondas, Simpósios Temáticos e acolheu pessoas vindas de diferentes lugares do Brasil e do exterior. A temática geral do evento – feminismo e democracia – suscitou diálogos e reflexões provenientes de diferentes campos do saber tendo os estudos feministas e de gênero como convergentes nesses debates.

Nesse sentido, os Anais da III Jornadas do LEGH reúnem, em formato de texto completo, essa diversidade de olhares, de temáticas, de experiências, apresentados nos dois dias de evento por estudantes de graduação, de mestrado, de doutorado, pós-doutorado, professoras/es e pesquisadoras/es nos 18 Simpósios tanto pelas integrantes do próprio Laboratório como por pessoas que vieram participar das Jornadas: Música como espelho nos caleidoscópios da história; Mulheres quadro a quadro: gênero, feminismos, representações e HQs; Ditadura, feminismo, imprensa e subjetividades; Gênero, arte, literatura e meios de comunicação; Políticas de gênero: sexualidade, direito, e legislação no Brasil; Entre as linhas do passado e do presente: cartas, biografias, diário e mídias no diálogo sobre as relações de gênero; Debates materialistas, gênero e trabalho; Religiosidades, Gênero, Feminismos e Democracia; Protagonismos femininos negros: interseccionalidades, educação e processos históricos; Feminismos e questões sociais; Ditadura e Democracia: Os Feminismos e a Política; Feminismos e memórias da ditadura; Quando Clio encontra as 'sexualidades disparatadas'; Subjetividades, História e Feminismo – Olhares sobre distintas fontes; Violência de gênero; Violência de Gênero: discursos jurídicos; Educação, mídia e discursos de gênero; e Gênero e educação: debates, enfrentamentos e formação para uma sociedade democrática.

Os textos que integram esse volume são, antes de mais nada, o que há de mais novo, e que emerge das pesquisas em andamento de estudantes e professoras/es de diferentes lugares do Brasil. Além disso, materializam as discussões que as integrantes do LEGH vêm promovendo há mais de uma década – e aqui incluímos também aquelas que passaram pelo Laboratório e se encontram em outros

lugares, desempenhando outras funções. Além disso, esse conjunto de textos contribuirá para que nosso objetivo, ao idealizar mais esta edição do evento, seja concretizado, ou seja, intercâmbio de experiências, reforço das redes de estudos e de pesquisas, tendo como desejo produzir e difundir debates e ideias feministas.

Florianópolis, maio de 2018

Joana Maria Pedro
Jair Zandoná

Simpósio Temático 1 - Música como espelho nos caleidoscópios da história

Coordenação: Camila Durães Zerbinatti (20/03)

Local: Sala 210 - CSE

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Camila Durães Zerbinatti

camiladuze@gmail.com

UFSC

PENSAR PRÁTICAS DE MEMÓRIA EM MÚSICA: MARISA REZENDE, COMPOSITORA

Igor Lemos Moreira

igorlemoreira@gmail.com

UDESC

A CELEBRIDADE FEMININA EM PERSPECTIVA BIOGRÁFICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA DA MÚSICA POP

PENSAR PRÁTICAS DE MEMÓRIA EM MÚSICA: MARISA REZENDE, COMPOSITORA

Camila Durães Zerbinatti¹

Resumo: Nesse trabalho apresentamos reflexões sobre construção de memória com relação à compositora brasileira Marisa Rezende (1944 -). Realizamos um levantamento da discografia integrada por gravações de suas obras e da produção acadêmica dedicada à compositora e suas composições. A partir de Scott, Perrot e Green, tecemos reflexões e hipóteses sobre “práticas da memória feminina”, “escritas das histórias das mulheres”, relações de gênero e de espelhamento em diferentes atuações profissionais no campo da música.

Palavras-chave: Práticas de Memória; Marisa Rezende; Compositoras; Música; Gênero.

Apresentamos aqui algumas reflexões iniciais sobre construção de memória com relação à compositora brasileira Marisa Rezende (1944 -) a partir de levantamentos da discografia composta por gravações de suas obras, e, da produção acadêmica sobre a compositora e suas composições. Entendemos que a construção e produção de conhecimento e registros discográficos sobre essa autora estão em processo, e, registramos que ao longo da pesquisa não tivemos acesso a alguns dos textos e gravações listados no inventário descritivo, contando apenas a informação de sua existência. Portanto, as informações levantadas não possuem caráter conclusivo e são passíveis de complementações ou alterações. Esta pesquisa se justifica por oferecer um panorama sobre a produção acadêmica sobre Marisa Rezende, sobre a produção discográfica que contém obras da compositora, e, por lançar questões sobre “práticas da memória feminina”, “escritas das histórias das mulheres”, relações de gênero e de espelhamento em diferentes atuações profissionais no campo da música, com foco nos dados levantados.

1. Marisa Rezende, compositora

A compositora e pianista Marisa Rezende (Rio de Janeiro, 1944 -), cursou composição e regência na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, e na UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em piano e doutorado em composição pela Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (UCSB), e pós-doutorado em composição pela Universidade de Keele, na Inglaterra. Foi professora de composição e

¹ Mestra em Musicologia – Etnomusicologia pela UDESC. Doutoranda na área de concentração de Estudos de Gênero do PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, onde é bolsista de doutoramento do CNPq, e, é orientada pela professora Dra. Joana Maria Pedro. UFSC. E-mail: camiladuze@gmail.com. Essa é uma pesquisa desenvolvida graças à uma bolsa de doutoramento do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

de diversas matérias teóricas na UFRJ, na graduação e na pós-graduação – onde orientou um grande número de pesquisas –, e foi uma das fundadoras da ANPPOM – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. Fundou o grupo Música Nova, dedicado à estreia e performance de novas obras, junto aos/às também compositores/as e professores/as da UFRJ Carole Gubernikoff, Rodrigo Cicchelli e Rodolfo Caesar, com quem fundou também o LaMUT (Laboratório de Música e Tecnologia da UFRJ). Rezende participa frequentemente de festivais e encontros dedicados à música contemporânea no Brasil e no exterior através da estreias e performances de suas composições e teve obras encomendadas e estreadas por importantes grupos e intérpretes do cenário musical brasileiro. Segundo Tânia de Mello Neiva, “(...) seu trabalho é inegavelmente reconhecido pelo meio, [o que é] visível nas propostas e encomendas de composição constantes que recebe, além do fato de ser constantemente citada em jornais (...)” (NEIVA; 2006).

A própria compositora define sua música como “uma linguagem harmônica marcada pela utilização de tríades num contexto não-tonal, aliada a um tratamento formal, que privilegia estruturas fragmentadas, organizadas, sobretudo, por texturas e timbres contrastantes.” (REZENDE, 2007). Sua produção composicional é variada e vasta, e totaliza atualmente mais de 70 obras. Sua trajetória é notável por diferentes motivos, entre eles a qualidade de suas obras, sua participação ativa no cenário musical contemporâneo brasileiro, artística e academicamente (como compositora, pianista, docente, pesquisadora e outras atuações) e, também, por se tratar de uma mulher brasileira atuando com significativo sucesso em meios predominantemente masculinos. Neiva verificou a visível dificuldade de inserção e estabelecimento profissional das mulheres compositoras em um campo predominantemente masculino, cuja dominação masculina é responsável também por uma dominação simbólica do mesmo. Neiva ressalta a importância de mulheres compositoras, como Marisa Rezende, que, através de sua atuação, realizam transformações e questionamentos sobre relações, estruturas, parâmetros de valorização e de referência aparentemente cristalizados/as no campo (NEIVA, 2006, p. 248-252).

2. Os inventários – percurso metodológico

O referencial teórico e modelo utilizado como base para os inventários feitos é o proposto por Ferreira (2002). Os catálogos produzidos na academia (resumos, títulos e palavras-chave) foram tomados nessa pesquisa “(...) como fontes básicas de referência

para realizar o levantamento de dados e suas análises (...).” (FERREIRA, 2002) As perguntas centrais aqui foram: quais são as pesquisas e produções acadêmicas realizadas sobre esta compositora e seus processos composicionais? Que dimensões valorizadas, sujeitos e contextos de produção caracterizam essas produções? Quem pesquisa e/ou toca Marisa Rezende?

Para a localização de material composto por pesquisas sobre Marisa Rezende e suas obras foram consultados o portal da Capes (Bancos de Teses e Dissertações, busca por assunto, busca por periódicos, busca por livros) e anais de congressos e simpósios disponíveis *online*. Para a localização da discografia que registra obras da compositora utilizamos o mecanismo de busca *Google*. A procura se restringiu à produção de conhecimento em língua portuguesa. As palavras-chave utilizadas na busca foram *Marisa Rezende*, *Marisa Rezende compositora*, *Marisa Rezende composições*, *Marisa Rezende CD* e *Marisa Rezende gravação*. O objeto desta investigação foi delimitado à produção discográfica que contém obras de Marisa Rezende, à produção acadêmica sobre Marisa Rezende e sua obra compreendida por artigos científicos, monografias e dissertações produzidos em universidades e/ ou financiadas por instituições de fomento à pesquisa científica. O recorte temporal na busca de textos acadêmicos– 1995 a 2017 – é justificado por ser este o período no qual a produção acadêmica aparece nos levantamentos realizados. Até a finalização deste trabalho não foi encontrado nenhum tipo de *website* ou *blog* dedicado à compositora Marisa Rezende, que ofereça um catálogo completo de obras escritas, gravadas, e apresentadas ou um banco de dados que registre os trabalhos acadêmicos que abordam sua obra. Encontramos informações esparsas e/ou isoladas na *Wikipédia*, no *blog* “Brazilian Concert Music – Música Brasileira de Concerto” (que oferece um *link* para um catálogo de obras de Marisa Rezende que abrange sua produção até meados de 2006, cuja autoria não é apresentada) e no *website* Traços Sonoros. Um outro catálogo de obras de Marisa Rezende foi encontrado no site do Festival de Música Contemporânea Brasileira, cuja quinta edição, a ser realizada em março de 2018 em Campinas – SP, será dedicada à Marisa Rezende e a Egberto Gismonti, contando, pela primeira vez desde sua primeira edição, com uma compositora entre os/as criadores/as homenageados/as.

3. Levantamento de produção acadêmica sobre Marisa Rezende

Até o momento de finalização desse artigo foram localizados 19 trabalhos relacionados à temática “Marisa Rezende”, entre teses, dissertações e artigos científicos publicados em periódicos e anais de eventos em língua portuguesa. Do montante total, 09 focalizam exclusivamente a obra musical da compositora². Entre os 19 trabalhos encontramos 01 tese de doutorado, 09 dissertações de mestrado, 01 monografia, 04 artigos científicos publicados em periódicos e 04 artigos científicos publicados em anais de congressos ou simpósios. O inventário descritivo é apresentado no **Quadro 1**, que apresenta os 19 textos mencionados, divididos entre teses, dissertações, monografias e artigos, respectivamente, em ordem cronológica:

Ano	Publicação
	Teses
2007	NETO, Caio Nelson da Senna. Textura Musical: Forma e Metáfora. Tese de Doutorado. UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2007, 165p. Rio de Janeiro.
	Dissertações
*1997 ³	PEREIRA, Flávia Vieira. A prática da regência na Música de Câmara Brasileira Atual: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 1997, ?. Rio de Janeiro.
*1997 ⁴	FREITAS, Eliane Thomazi. As Formações Não-Usuais na Música de Câmara Brasileira Pós-1960. Dissertação de Mestrado. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997, ?. Rio de Janeiro.
*1999 ⁵	AUGUSTO, Antônio José. Repertório Brasileiro para Trompa: elementos para uma compreensão da expressão brasileira da Trompa. Dissertação de Mestrado. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1999, ?. Rio de Janeiro.
2006	NEIVA, Tânia de Mello. Cinco Mulheres Compositoras na Música Erudita Contemporânea. Dissertação de Mestrado. IA –UNICAMP – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. 2006, 266p. Campinas.
**2007 ⁶	FARIA, Sandra Costa Almeida de Lino. Piano a Quatro Mãos: Aspectos interpretativos e obras brasileiras para essa formação. Dissertação de Mestrado. Escola de Música da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. 2007, ?. Belo Horizonte.
2009	BOMFIM, Cássia Carrascoza. A Flauta Solista na Música Contemporânea Brasileira: três propostas de análise técnico-interpretativas. Dissertação de Mestrado. ECA – USP – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 2009, 136p. São Paulo.
2010	MENDES, Doriana. Versatilidade do intérprete contemporâneo: uma abordagem interpretativa de três obras brasileiras para voz e cena. Dissertação de Mestrado. UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2010, 163p. Rio de Janeiro.
2011	MACEDO, Tatiana Dumas. Contrastes de Marisa Rezende: um estudo dos toques pianísticos na música contemporânea brasileira. Dissertação de Mestrado. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011, 167p. Rio de Janeiro.
2015	SILVA, Dario Rodrigues. A obra pianística de Marisa Resende: processo de construção da performance através da interação entre intérprete e compositora. Dissertação de mestrado. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 191p.
	Monografias

² (BRAUNER, 1995; MENEZES, 2010; MACEDO, 2011; MORSELLI & CERVINI, 2012; ZERBINATTI, 2012; MACEDO, 2013; SILVA, 2015; BRAGAGNOLO & CABRAL, 2017; BRAGAGNOLO & GUIGUE, 2017).

³ Publicação à qual ainda não tivemos acesso.

⁴ Publicação à qual ainda não tivemos acesso.

⁵ Publicação à qual ainda não tivemos acesso.

⁶ Publicação da qual, até o presente momento, só tivemos acesso à ficha catalográfica, capa, agradecimentos, resumo, abstract, sumário e programa de peças de recital.

Ano	Publicação
*1995 ⁷	BRAUNER, Cristina. Marisa Rezende – Variações . <i>Monografia</i> . UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso. 1995, ?. Goiás.
	Artigos Publicados em Periódicos
2004	GROSSI, Cristina. Perspectivas Musicais de sete compositores brasileiros . <i>Revista OPUS – Revista da ANPPOM</i> , No. 10, Dezembro de 2004, p. 54-62. Editora da ANPPOM. São Paulo.
2006	FERRAZ, Silvio. Primeiro Afeto: Como Jogar Notas ao Vento . <i>Revista OPUS – Revista da ANPPOM</i> , No. 12, Dezembro de 2006, p. 80-113. Editora da ANPPOM. São Paulo.
2013	MACEDO, Tatiana Dumas. BREIDE, Nadge. Contrastes de Marisa Rezende: Texturas e Toques Pianísticos . <i>Revista INTERFACES</i> , No. 18, volume 1, Janeiro - Junho de 2013, p. 116-123. Editora da UFRJ. Rio de Janeiro.
2017	BRAGAGNOLO, Bibiana. GUIGUE, Didier. Análise da sonoridade em Ressonâncias de Marisa Rezende: uma abordagem a partir da performance . <i>OPUS - Revista Eletrônica da ANPPOM</i> , v.23, n.3, Dezembro de 2017, p. 222-253
	Artigos Publicados em Anais de Eventos
2010	MENEZES, Potiguara Curione de. Danças Brasileiras em Ginga de Marisa Rezende . II SIMPOM, Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música, 2010, UNIRIO, Rio de Janeiro.
2012	MORSELLI, Luiza Beatriz Gamboa Araújo. CERVINI, Lúcia. Aspectos analítico-interpretativos para a construção de uma interpretação da obra Ressonâncias (1983) para piano de Marisa Rezende . XXII Congresso da ANPPOM, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 2012, UFPB, João Pessoa.
2012	ZERBINATTI, Camila Durães. À Deriva de Marisa Rezende: um jogo de escolhas interpretativas . XXII Congresso da ANPPOM, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 2012, UFPB, João Pessoa.
2017	BRAGAGNOLO, Bibiana; CABRAL, Thiago. Análise da sonoridade em Ressonâncias de Marisa Rezende: uma perspectiva a partir do toque pianístico . Bibiana Bragagnolo e Thiago Cabral. XXVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 2017, UNICAMP, Campinas.

Quadro 1: Textos Acadêmicos que focalizam Marisa Rezende e/ou sua obra.

O **Quadro 2** mostra a **distribuição temporal** da produção de conhecimento especificamente relacionada à compositora e à obra de Marisa Rezende dentro do recorte temporal da pesquisa (1995 – 2017), apontando para um crescimento expressivo a partir de 2000, com aumento, na década de 2010, de aproximadamente 90%, em comparação com as décadas anteriores.

Período	Número de Trabalhos	Porcentagem
Década de 1990	04	21,5%
Década de 2000	06	31,57%
Década de 2010	09	47,36%

Quadro 2: Distribuição quantitativa de produção de conhecimento entre as 3 últimas décadas na temática investigada.

Levando em consideração as universidades e estados em que atuavam os/as 21 autores/as dos trabalhos coletados na ocasião da publicação dos textos⁸ chegamos à

⁷ Publicação à qual ainda não tivemos acesso.

⁸ Os/as 21 pesquisadores/as que assinam os trabalhos descritos no levantamento do primeiro quadro, bem como as universidades e estados em que atuavam *na ocasião* da publicação dos trabalhos, são, em ordem alfabética: Antônio José Augusto (UFRJ, RJ); Bibiana Bragagnolo (UFPB, PB); Caio Nelson da Senna Neto (UFRJ, RJ); Camila Durães Zerbinatti (UFRN, RN); Cássia Carrascoza Bomfim (USP, SP); Cristina

distribuição geográfica da produção de conhecimento sobre a obra musical de Marisa Rezende, apresentados no **Quadro 3**. A região Norte do país é a única que não está representada nessa listagem e esse é um ponto para futuras investigações. O estado que concentra o maior número de pesquisadores/as e de produção de conhecimento a respeito de Marisa Rezende e sua obra composicional é o Rio de Janeiro, correspondendo a 36,84% do total de produção acadêmica e a 33,33% do total de pesquisadores/as. Chama nossa atenção a representatividade da UFRJ (instituição na qual Rezende estudou e desenvolve intensa atuação docente e artística) neste panorama de produção de conhecimento: a universidade responde sozinha por 26,31% do total de textos.

Unidade Federativa :	Número de Pesquisadores (as)	Porcentagem de um total de 21 pesquisadores/as:	Número de Textos Acadêmicos :	Porcentagem de um total de 19 textos acadêmicos:	Universidade e - Quantidade de textos acadêmicos:	Porcentagem de um total de 19 textos acadêmicos:
RJ	07	33,33%	07	36,84%	UFRJ – 05 UNIRIO-02	26,31% 10,52%
SP	04	19,04%	04	21,05%	UNICAMP-02 USP- 02	10,52% 10,52%
RS	03	14,28%	02	15,78%	UFPEL -01 UFRGS – 01	5,26% 5,26%
PB	03* (ver nota 7)	14,28% *	02*	15,78% *	UFPB - 02 *	10,52% *
DF	01	4,76%	01	5,26%	UnB -01	5,26%
MG	01	4,76%	01	5,26%	UFMG -01	5,26%
MT	01	4,76%	01	5,26%	UFMT -01	5,26%
PI	01* (ver nota 7)	4,76% *	01*	5,26% *	UFPI – 01 *	5,26% *
RN	01	4,76%	01	5,26%	UFRN -01	5,26%

Quadro 3: Distribuição Geográfica da produção de conhecimento da temática investigada

A distribuição quantitativa referente à **representatividade de gênero** entre os/as autores/as dos textos listados é significativa por revelar que há um número expressivamente maior de mulheres (66,67% do total de autores/as e pesquisadores/as, neste caso) que se dedicam à realização de pesquisas acadêmicas nas quais o objeto de pesquisa é relacionado ao gênero feminino, à uma mulher na música, através, por

Brauner (UFMT, MT); Cristina Grossi (UnB, DF); Doriana Mendes (UNIRIO, RJ); Dario Rodrigues Silva (UFRGS, RS); Didier Guigue (UFPB, PB); Elaine Thomazi Freitas (UFRJ, RJ); Flávia Vieira Pereira (UNIRIO, RJ); Lúcia Cervini (UFPEL, RS); Luiza Beatriz Gamboa Araújo Morselli (UFPEL, RS); Nadge Breide (UFRJ, RJ); Potiguara Curione Menezes (USP – SP); Sandra Costa Almeida de Lino Faria (UFMG – MG); Silvio Ferraz (UNICAMP, SP); Tânia Mello Neiva (UNICAMP, SP); Tatiana Dumas Macedo (UFRJ – RJ); Thiago Cabral (UFPI e UFPB - PI / PB).

exemplo, da escolha de uma compositora (Marisa Rezende) e de suas obras como objeto de estudo e investigação.

A investigação sobre o **tipo de abordagem das pesquisas** foi realizada a partir das áreas ou subáreas nas quais os textos coletados se inserem. Essa classificação foi prejudicada pela ausência de 04 dos textos listados (ver notas de rodapé 3, 4, 5 e 7). Contamos com a ajuda do levantamento de teses e dissertações sobre o ensino da performance musical no Brasil de Daniel Lemos Cerqueira (graças ao qual soubemos que as dissertações de Flávia Vieira Pereira e de Antônio José Augusto são classificadas como pesquisas na área de performance); e, da base dados do LaMUT onde obtivemos esclarecimentos sobre pesquisa de dissertação de Elaine Thomazi Freitas. A monografia de Cristina Brauner foi a única pesquisa que não pudemos classificar, pois só encontramos o título da monografia, que contém apenas o nome de Marisa Rezende e o título de sua peça para flauta solo, *Variações*. Por ser impossível descobrir de que maneira a compositora e a peça foram abordadas nesta pesquisa, ao menos temporariamente, ela não será classificada na próxima amostragem.

A partir da classificação das 19 pesquisas listadas entre **áreas e subáreas da Pesquisa em Música**, elaboramos a análise da distribuição quantitativa destas pesquisas, apresentada no **Quadro 4**. Observamos a grande quantidade de pesquisas realizadas em Performance e Práticas Interpretativas sobre peças de Marisa Rezende, que totalizam 63,15% das pesquisas encontradas. As pesquisas sobre obras e processos composicionais de Rezende nas subárea de Análise Musical e Composição correspondem a 21,05% das pesquisas. Apenas um trabalho foi encontrado nas subáreas de Estudos de Gênero, e, de Percepção Musical. Levando-se em consideração as inúmeras mudanças e conquistas relacionadas às mulheres, estudos de gênero e feminismos em outras áreas do conhecimento ao longo dos séculos XX e XXI, o número extremamente baixo de estudos brasileiros de gênero e música/ gênero em música sobre uma compositora parece ser um indicador importante para pesquisas futuras.

Áreas ou subáreas de pesquisa em música	Quantidade de Pesquisas	Porcentagem, de um total de 19 pesquisas
Performance e Práticas Interpretativas ⁹	12	63,15%
Análise Musical e Composição ¹⁰	04	21,05%

⁹ (PEREIRA, 1997; AUGUSTO, 1999; LINO FARIA, 2007; BOMFIM, 2009; MENDES, 2010; MACEDO, 2011; MORSELLI & CERVINI, 2012; ZERBINATTI, 2012; MACEDO & BREIDE, 2013; SILVA, 2015; BRAGAGNOLO & CABRAL, 2017; BRAGAGNOLO & GUIGUE, 2017).

¹⁰ (FREITAS, 1997; FERAZ, 2004; NETO, 2007; MENEZES, 2010).

Musicologia – Estudos de Gênero ¹¹	01	5,26%
Educação Musical – Percepção Musical ¹²	01	5,26%

Quadro 4: Distribuição Quantitativa das pesquisas coletadas de acordo com áreas e subáreas da Pesquisa em Música nas quais se inserem.

O **Quadro 5** apresenta a distribuição quantitativa verificada pelo tipo de **instrumentação** das obras de Marisa Rezende que foram abordadas nas pesquisas listadas, pelo que pudemos verificar nos títulos, resumos e palavras-chave acessados. Dois textos listados¹³ não abordam obras de Rezende. As obras para piano e música de câmara da compositora são notavelmente as obras mais abordadas em pesquisas acadêmicas, correspondendo a 52,94% e 23,52% do total de 16 pesquisas, respectivamente. Por outro lado, observamos a ausência total de pesquisas sobre as obras de Marisa Rezende para coro, orquestra, instalações multimídia, cravo ou viola caipira, e, o pequeno número de pesquisas sobre obras para canto/ voz). Estas parecem ser lacunas da pesquisa sobre Marisa Rezende quando levamos em conta tanto o número considerável de obras para voz e coro que contemplam formações vocais e instrumentais não usuais quanto as excepcionais encomendadas de obras orquestrais por importantes grupos sinfônicos brasileiros, algo raro no cenário de composição da música brasileira no início do século XXI.

Tipo de Instrumentação	Quantidade de Pesquisas que abordaram peças com esta instrumentação	Porcentagem de um total de 17 pesquisas que abordam obras de Marisa Rezende
Piano ¹⁴	09	52,94%
Música de Câmara ¹⁵	04	23,52%
Flauta ¹⁶	02	11,76%
Canto ¹⁷	01	5,88%
Violoncelo ¹⁸	01	5,88%

Quadro 5: Distribuição Quantitativa pelo tipo de instrumentação das obras de Marisa Rezende abordadas nas pesquisas.

¹¹ (NEIVA, 2006).

¹² (GROSSI, 2004).

¹³ Grossi entrevistou compositores/as, como Marisa Rezende, em uma pesquisa voltada para dimensões da experiência musical e do ensino da percepção musical. (GROSSI: 2001). Neiva, em uma pesquisa do campo (ou sub-área) de música e gênero, discute a inserção profissional de mulheres no campo da composição erudita brasileira com foco em 5 compositoras brasileiras, entre as quais estava Rezende. (NEIVA, 2006)

¹⁴ “Ressonâncias” (1983): (FERRAZ, 2004; MORSELLI & CERVINI, 2012, SILVA, 2015; BRAGAGNOLO & CABRAL, 2017; BRAGAGNOLO & GUIGUE, 2017). “Contrastes” (2001): (NETO, 2007; MACEDO, 2011; MACEDO & BREIDE, 2013; SILVA, 2015). “Mutações”, 2ª versão (2002): (LINO FARIA, 2007). “Miragem” (2011): (SILVA, 2015).

¹⁵ “Ginga” (1994), (para piano, e, sopros e cordas específicos de acordo com a versão): (MENEZES, 2010). (PEREIRA, 1997; FREITAS, 1997; AUGUSTO, 1999).

¹⁶ “Variações”, (1995): (BRAUNER, 1995; BOMFIM, 2009).

¹⁷ “Soneto”, (1999), (para soprano, violino, clarineta, piano): (MENDES, 2010).

¹⁸ “À Deriva”, (2009): (ZERBINATTI, 2012).

4. Levantamento de produção discográfica que contemple obras de Marisa Rezende

Até a conclusão desse texto foram localizados **15** registros discográficos que contemplam a obra composicional de Marisa Rezende. Do montante total, **01** CD é dedicado exclusivamente à obra musical da compositora e **14** CDs registram uma única obra da compositora entre outras obras que compõe o repertório dos discos. Os dados sobre os registros discográficos aqui apresentados foram encontrados no *blog* “Brazilian Concert Music – Música Brasileira de Concerto”, (em um catálogo parcial de obras gravadas de Marisa Rezende, com 7 CDs elencados); em pesquisas na internet, em páginas diversas (onde 7 outros CDs existentes foram encontrados); e, na dissertação de mestrado de Tatiana Dumas de Macedo, de 2011 (que apresenta uma detalhada discografia das obras de Marisa Rezende, através do qual soubemos da existência de um CD-ROM “Cron – Música de Câmara”). O inventário descritivo realizado após a coleta de discografia é apresentado no **Quadro 6**, que apresenta os **15** discos mencionados, em ordem cronológica:

Registro Discográfico (título e tipo de mídia)	Obras de Marisa Rezende gravadas e Instrumentação	Intérpretes	Selo Patrocínio ¹⁹ / País	Ano
Música Brasileira para violino, violoncelo e piano. CD	Trio para violino, violoncelo e piano (1976)	Jerzy Milewski, violino, Márcio Malard, violoncelo, Aleida Schweitzer, piano.	Rio-Arte Digital, Brasil.	1996
Sonoric Rituals, Rarely Performed Latin-American Piano Music. CD	Ressonâncias (1983), para piano.	Martha Marchena, piano.	Albany Records, EUA.	1997
Grupo Música Nova. CD	Ginga, 2ª versão (1996), para flauta, clarineta, fagote, violoncelo, contrabaixo, trombone e piano.	Integrantes do Grupo Música Nova da UFRJ: Flávia Vieira, regência, Sammy Fuks, flauta, Cristiano Alves, clarineta, Juliano Barbosa, fagote, Saulo Moura, violoncelo, João Luiz Areias, trombone, Alexandre Brasil, contrabaixo, Marisa Rezende, piano.	TONS & SONS, UFRJ, Brasil.	1998

¹⁹ Quando indicado, nos casos de projetos realizados através de mecanismos e leis de incentivo à Cultura, nos realizadores são patrocinados por empresas, instituições, fundações e órgãos governamentais.

Registro Discográfico (título e tipo de mídia)	Obras de Marisa Rezende gravadas e Instrumentação	Intérpretes	Selo Patrocínio¹⁹ País	Ano
Piano Brasileiro 70 anos de história. CD	Ressonâncias (1983), para piano.	Míriam Ramos, piano.	Paulus, Brasil.	1999
Compositores Latino-Americanos, volume 7. CD	Ressonâncias (1983), para piano.	Beatriz Balzi, piano.	Nacional, Brasil.	2000
A voz da tília. CD	Três Canções, texto de Fernando Pessoa, 3ª versão, (1999), versão para soprano e piano.	Jane Davidson, soprano, Graça Mota, piano.	Sounding Bodies, Inglaterra.	2002
Marisa Rezende: Música de Câmara. CD	Volante (1990), para flauta, clarinete, violoncelo e piano; Sintagma (1988), para flauta, piano e percussão; Variações (1995), para flauta; Elos (1995), para cravo; Ressonâncias (1983), para piano; Mutações 2ª versão (2002), para piano a quatro mãos; Contrastes (2001), para piano; Vórtice (1997), para quarteto de cordas; Cismas (1997), para quarteto de cordas, contrabaixo e piano.	Cássia Carrascoza, flauta, Luís Montanha, clarineta, Dimus Gouderolis, violoncelo, Ana Valéria Poles, contrabaixo, Lídia Bazarian, piano, Marisa Rezende, piano, Marcelo Fagerlande, cravo, Carlos Tarcha, percussão, Eduardo Giancesella, percussão, Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo: Betina Stegman e Nelson Rios, violinos, Marcelo Jaffé, viola, Robert Suetholz, violoncelo.	LAMI, USP, Brasil.	2006
Suítes Brasileiras. CD	Preludiando (2004), para violoncelo solo.	Antônio Meneses, violoncelo.	Realização Musika, Patrocínio Petrobrás, Brasil.	2006
Cron – Música de Câmara Brasileira. CD-ROM	Entremeio, 2ª versão (2006), para clarineta, trombone e piano.	Integrantes do Grupo Cron: Thiago Tavares, clarineta, Marcos Botelho, trombone, Tatiana Dumas, piano.	Patrocínio Governo do Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura, Brasil.	2006
Ressonâncias. CD	Ânima, para clarineta e piano (2004).	Integrantes do Grupo Sonâncias: Giuliano Rosas, clarineta, Lídia Bazarian, piano.	LAMI, USP, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo/ Governo do Estado de São Paulo, Brasil.	2008
Viola em Concerto. CD	Pssssssiu!... (2007), para viola de arame (viola caipira).	Marcus Ferrer, viola de arame (viola caipira).	Realização Seminário de Música Pró-Arte,	2009

Registro Discográfico (título e tipo de mídia)	Obras de Marisa Rezende gravadas e Instrumentação	Intérpretes	Selo Patrocínio ¹⁹ / País	Ano
			Patrocínio Petrobrás Cultural, Brasil.	
Duo Contexto. CD	Contrastes (2004), versão para vibrafone e marimba.	Ricardo Bologna, percussão, Eduardo Leandro, percussão.	SESC, Brasil.	2009
Imaginário. CD	Miragem (2009), para piano.	Lídia Bazarian, piano.	LAMI, USP, ProAC, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, Brasil.	2011
Piano Presente. CD	Contrastes (2001), para piano.	Joana de Holanda, piano.	SESC, Brasil.	2013
Orquestra Sinfônica Nacional da UFF interpreta Compositores de Hoje. CD	Fragmentos (2015), para orquestra de câmara.	Orquestra Sinfônica Nacional da UFF, sob a regência de Tobias Volkmann.	Selo: A CASA Discos, Brasil.	2016

Quadro 6: Registros discográficos que contemplam a obra de Marisa Rezende.

Também aqui a década dos anos 2000 apresentou um aumento substancial no número de registros discográficos da obra de Marisa Rezende: 73,33% das gravações de obras da compositora foram realizadas entre 2000 e 2016. O **Quadro 7** mostra a **distribuição quantitativa desta discografia nas três décadas** que compreendem o período investigado (1996-2017):

Período	Número de Registros Discográficos	Porcentagem
Década de 1990	04	26,66%
Década de 2000	08	53,33%
Década de 2010	03	20%

Quadro 7: Distribuição quantitativa registros discográficos da obra de Marisa Rezende entre as 3 últimas décadas na temática investigada.

A lista de **intérpretes** classificados/as por gênero (entre homens e mulheres) revela uma proporção bastante diferente da lista de pesquisadores/as do levantamento de produção acadêmica de conhecimento sobre a compositora. Entre **38** intérpretes que gravaram obras de Marisa Rezende, uma compositora brasileira, entre 1996 e 2016, 37,83% eram mulheres e 62,16% eram homens. Essa diferença pode ou não indicar algumas características específicas de diversos campos (ex: campo de pesquisadores/as acadêmicos/as da área de música; campo de intérpretes da música contemporânea brasileira). O **Quadro 8** apresenta a distribuição quantitativa de intérpretes, entre mulheres e homens, em ordem alfabética:

Intérpretes Mulheres	Intérpretes Homens
Total ²⁰ : 14	Total ²¹ : 24
Porcentagem : 36,84%	Porcentagem : 63,15%

Quadro 8: Lista de Intérpretes, agrupados por gênero, seguida das proporções verificadas.

A peça *Ressonâncias*, para piano, de 1983, é a obra mais gravada de Marisa Rezende, seguida pela obra *Contrastes*, gravada duas vezes em sua 1ª versão, para piano, de 2001 e uma vez em sua 2ª versão, para marimba e vibrafone, de 2004. As demais obras foram gravadas uma vez. Curiosamente, todas as gravações de obras para piano (piano solo e piano a quatro mãos) foram realizadas por pianistas mulheres ²². Além disso, não há registro até a conclusão desta pesquisa, de que algum pianista homem (cis, trans ou intersexo) tenha gravado alguma obra de Marisa Rezende, seja uma das obras para piano solo, a quatro mãos, piano e canto ou piano em outras formações camerísticas. Esses dados podem ou não indicar tendências de diversos tipos (com relação, por exemplo, a gênero, ao campo, à dominação, à geração, e a outros elementos). Observamos ainda a ausência de gravações das obras de Marisa Rezende para coro, orquestra, instalações, espetáculos multimídia e teatro.

5. Reflexões sobre práticas de memória em música com foco em Marisa Rezende

Aqui compreendemos a produção de conhecimento acadêmico e a realização de registros discográficos como formas e práticas de construção de memória tanto por conta dos variados processos que estão em curso na escolha de objetos de pesquisa, registro, interpretação-e-performance artística e historicização. Na direção apontada por historiadoras feministas como Joan Scott e Michelle Perrot, entre muitas outras, após séculos (quicá mais do que isso) de silenciamento e invisibilização totais, absolutos e institucionalizados das diversas mulheres e de suas realizações, histórias, memórias e

²⁰ Em ordem alfabética: Aleida Schweitzer, piano; Ana Valéria Poles, contrabaixo; Beatriz Balzi, piano; Betina Stegman, violino; Cássia Carrascoza, flauta; Graça Mota, piano; Flávia Vieira, regência; Jane Davidson, soprano; Joana de Holanda, piano; Lídia Bazarian, piano; Marisa Rezende, piano; Martha Marchena, piano; Míriam Ramos, piano; Tatiana Dumas, piano.

²¹ Em ordem alfabética: Alexandre Brasil, contrabaixo; Antônio Meneses, violoncelo; Carlos Tarcha, percussão; Cristiano Alves, clarineta; Dimus Goudarrolis, violoncelo; Eduardo Ganesella, percussão; Eduardo Leandro, percussão; Giuliano Rosas, clarineta; Jerzy Milewski, violino; João Luiz Areias, trombone; Juliano Barbosa, fagote; Luís Afonso Montanha, clarineta; Marcelo Fagerlande, cravo; Marcelo Jaffé, viola; Márcio Malard, violoncelo; Marcos Botelho, trombone; Marcus Ferrer, viola de arame (viola caipira); Nelson Rios, violino; Ricardo Bologna, percussão; Robert Suetholz, violoncelo; Sammy Fuks, flauta; Saulo Moura, violoncelo; Thiago Tavares, clarineta; Tobias Volkmann, regência.

²² Martha Marchena (1997), Míriam Ramos (1999), Beatriz Balzi (2000), Marisa Rezende (2006), Marisa Rezende & Lídia Bazarian (2006), Lídia Bazarian (2011) e Joana de Holanda (2013).

produções, - bem como de tantos outros grupos que foram histórica e socialmente subalternizados, oprimidos e exterminados, como os povos indígenas e originários das Américas, de África, do Oriente Médio, da Ásia e da Oceania, as classes pobres e miseráveis, as pessoas com deficiências, entre muitos outros grupos, infelizmente - é possível dizer que escolher e trabalhar em contar, narrar, interpretar artisticamente e registrar mulheres e suas criações e produções, bem como fazer disso objeto de investigação e interpretação artística (como no caso de repertórios musicais performados e gravados/discografados), são ações e práticas que se inserem no campo das histórias das mulheres, das “práticas da memória feminina” e das “escritas das histórias das mulheres”. (SCOTT, 1988; PERROT, 2006) Nesse sentido, alguns resultados dos inventários levantados chamam muito nossa atenção.

Com relação à distribuição temporal da produção de conhecimento e memória artística e acadêmica sobre Rezende, o aumento significativo de produção de conhecimento e registros discográficos sobre uma/ de uma compositora brasileira e sua obra nos anos 2000 (e principalmente nos anos 2010) pode estar relacionado à expansão universitária e acadêmica no Brasil promovida especialmente entre 2003 e 2016, ao período de crescimento econômico do país que viabilizou um crescimento visível no número de financiamentos de projetos culturais no país, como, também, à mudanças sócio-culturais em curso relacionadas às mulheres, aos feminismos e às questões de gênero, que parecem ter impactado diferentes campos, incluindo o campo da música. Essas são hipóteses que precisam de investigações aprofundadas para verificação.

No caso do Rio de Janeiro e da UFRJ especificamente, o grande número de produções acadêmicas e discográficas sobre Marisa Rezende e sua obra não nos parecem ser mero acaso. Esse estado e essa instituição são justamente aqueles em que Marisa Rezende há mais tempo vive e atua principalmente como compositora, docente, pesquisadora e pianista, ou seja, ocupando tanto posições do campo da música que são social e historicamente, a depender do caso, mais ou menos “permitidas” para/ ou “esperadas” de mulheres (em geral, por afirmarem ou “interromperem” - não sem resistências e controvérsias, como no caso da performance/ interpretação -, ideias de feminilidade cristalizadas no campo da música - como a docência e o ensino em maior grau, e a performance/ interpretação, em menor grau), como, também, posições que foram (e ainda são, em muitos casos) historicamente negadas/ impedidas às mulheres (por ameaçarem totalmente as rígidas ideias de feminilidade e masculinidade “aceitas” no campo – como a composição, a improvisação, a criação e a autoria artística e teórica/

acadêmica). (GREEN: 2009; PERROT: 2006) Nos perguntamos até que ponto a expressiva atuação de Rezende nessas localidades (RJ e UFRJ) operou também como possível elemento de motivação para essas pesquisas e gravações por meio de relações de gênero e de espelhamento em diferentes atuações profissionais no campo da música, nas quais outras mulheres pesquisadoras e artistas puderam se espelhar em Rezende o suficiente, ou, tanto, a ponto de investir da construção de memória e de práticas de registro de uma compositora brasileira e de suas criações – algo ainda hoje não-usual nos mais diversos âmbitos da música no Brasil, como mostram diferentes pesquisas que têm sido feitas no país sobre a falta de representatividade (muitas vezes total) de mulheres e criações de mulheres no campo brasileiro da música.

Essas questões e hipóteses sobre possíveis relações de espelhamento retornam quando pensamos que justamente as obras para piano da compositora não só foram as obras mais gravadas de Rezende como o foram (pelo menos até o momento) exclusivamente por intérpretes mulheres. Marisa Rezende também atuou e atua profissional e artisticamente tanto quanto compositora quanto como pianista e camerista. Desta maneira, ela viveu (e vive) em contato direto e freqüente com intérpretes e compartilha com eles/as o ambiente da performance musical, expressando-se artisticamente também como pianista-compositora/ compositor-pianista. A amostragem significativa de pesquisas sobre Marisa Rezende que abordam exatamente obras para piano, música de câmara com piano e que trabalham com abordagens precisamente advindas ou relacionadas à Performance e às Práticas Interpretativas parecem indicar caminhos de aproximação, comunicação e influências entre a pesquisa acadêmica em música e a prática musical nesse sentido, e, reforçam a necessidade investigações futuras sobre possíveis relações de espelhamento nos processos artísticos e investigativos de construção de memória e de práticas de memória feminina, entre outros processos relacionados.

Esta investigação não têm caráter conclusiva. Ao contrário, vemos a presente pesquisa como busca e análise iniciais, diante das quais entramos em contato com características e tendências gerais da bibliografia que se refere à obra de Marisa Rezende e da discografia que registra suas obras. Caberá às investigações futuras investigar, entre outras questões, por exemplo, sobre esses dados/ proporções/ relações: se eles mantêm ao longo do tempo?; se se repetem na trajetória de outras compositoras brasileiras de música contemporânea?; se estes tipos de distribuição se repetem também na gravação de obras de compositores contemporâneos brasileiros homens?; se há diferenças nas gravações

recentes de compositores contemporâneos de outras nacionalidades?; se as hipóteses sobre relações de gênero e de espelhamento nas práticas e construções de memória com relação à Marisa Rezende, mas também com relação à compositoras, à intérpretes/performers e à pesquisadoras, são confirmadas ou refutadas por análises e pesquisas posteriores?

Referências

CERQUEIRA, Daniel Lemos. *Levantamento de teses e dissertações sobre o ensino da performance musical no Brasil*. Ensaio - Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem da Performance Musical. UFMA – Universidade Federal do Maranhão, 2011, p.1-24.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. *Educação e Sociedade*, São Paulo, no. 79, agosto, 2002, p. 257-272

GROSSI, Cristina. *Perspectivas Musicais de sete compositores brasileiros*. *Revista OPUS*, No. 10, Dezembro de 2004, pp. 54-62. Editora da ANPPOM. São Paulo.

GREEN, Lucy. *Music, gender, education*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1997.

MACEDO, Tatiana Dumas. *Contrastes de Marisa Rezende: um estudo dos toques pianísticos na música contemporânea brasileira*. (Dissertação de Mestrado em Música). UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011, 167p. Rio de Janeiro.

NEIVA, Tânia de Mello. *Cinco Mulheres Compositoras na Música Erudita Contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Música. IA –UNICAMP – Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. 2006, 266p. Campinas.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora contexto, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (1988/ 1990), Tradução da versão francesa (1988/ 1990.) por Guacira Lopes Louro.

Thinking on Memory Practices in Music: Marisa Rezende, composer

Abstract: In the present work we present reflections on memory constructions related to the Brazilian composer Marisa Rezende (1944 -). We present a survey of the discography integrated by recordings of her works, and also a second survey about the academic production dedicated to the composer and her compositions. From Scott, Perrot, and Green, we weave reflections and hypotheses about "female memory practices", "women's story writings", gender relations and mirroring relations in different professional performances in the field of music.

Keywords: Memory Practices; Marisa Rezende; Women Composers; Music; Gender.

A CELEBRIDADE EM PERSPECTIVA BIOGRÁFICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA DA MÚSICA POP

Igor Lemos Moreira¹

Resumo: Com base na História do Tempo Presente em diálogo com a História Cultural, esta comunicação visa analisar as representações femininas na cultura pop através da figura da artista Selena Gomez entre 2011 e 2016. Toma-se como fontes de análise algumas matérias do portal de notícias “EGO” entre cruzadas com a edição 263 da Revista Atrevida e 144 da Revista Atrevidinha, visando problematizar o perfil de escrita biográfica relacionada a artista, articulada a representações de padrões de feminilidade.

Palavras-chave: História do Tempo Presente. Celebidades. Representações Femininas.

Inserida no campo de estudos da História do Tempo Presente, a presente comunicação de caráter introdutório visa analisar as representações femininas na cultura pop através da figura da artista Selena Gomez entre 2011 e 2016. Propondo um exercício de historicização da sociedade contemporânea (ROUSSO, 2016), onde toma-se enquanto fontes de análise algumas matérias do portal de notícias “EGO”, recentemente desativado, entrecruzadas com a edição 263 da Revista Atrevida (2016) e 144 da Revista Atrevidinha (2016), visando problematizar o perfil de escrita biográfica relacionada a artista, articulada a representações de padrões de feminilidade.

Em primeiro momento reflete-se sobre os mecanismos da mídia na construção de celebridades juvenis partindo das discussões acerca da espetacularização da vida. Em seguida, realiza-se a análise das publicações do portal EGO e das duas revistas visando um estudo das relações entre diferentes mídias, biografia e gênero na construção de sentidos sobre a cantora. Percebe-se que tais narrativas além de construírem um determinado perfil feminino articulam-se a uma escrita biográfica que remete ao regime de historicidade passadista do tempo colocando a figura de Selena Gomez enquanto um “modelo” de feminilidade a ser seguido e de uma personagem “exemplar” para novas gerações.

Através da leitura de Joan Scott (1995) podemos compreender que o conceito de gênero emerge especialmente a partir dos estudos feministas, na década de 1980, visando referir-se a organização social da relação entre os sexos. Frisando a importância do estudo da história dos conceitos, a autora busca historicizar a noção de gênero que é constantemente interpretada como “História das Mulheres”. Este conceito consolida-se

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista CAPES-DS e Integrante do Laboratório de Imagem e Som. E-mail: igorlemoreira@gmail.com.

entre as feministas estadunidenses que, rejeitando ao determinismo biológico já interiorizado em nossa sociedade no uso de termos como “sexo”, visavam argumentar que homens e mulheres são definidos através de termos recíprocos e que não seria possível a compreensão de uma destas categorias sem a outra.

Tais pesquisadoras afirmavam que a pesquisa sobre, neste primeiro momento as mulheres e posteriormente sobre o gênero de maneira mais ampla, significaria uma transformação fundamental nos paradigmas das disciplinas, especialmente aquelas ligadas as ciências humanas, sociais e biológicas, porém tais afirmações ainda não surtiram efeito suficiente se observarmos livros e manuais didáticos. Isso ocorre(u) especialmente por uma rejeição ou separação dos estudos pelas próprias disciplinas, mesmo após reconhecerem a importância deste campo. Em seu uso mais corrente, “Gênero” foi transformado em sinônimo de mulheres. A partir destes estudos realizados oficialmente desde de a década de 1980, principalmente, o conceito passa a indicar uma maneira de observação das “construções sociais” uma vez que consideremos “gênero” enquanto uma categoria social que é imposta sobre um corpo sexuado. Ou seja, tais investigações colocam em ênfase as relações criadas a partir do sexo, mas que não estão necessariamente determinadas por este ou que implique definir as sexualidades.

É, deste modo, fundamental para este conceito investigar as relações e manifestações do poder existentes na sociedade identificando as relações existentes entre o(s) feminino(s) e o(s) masculino(s). Por exemplo, segundo Scott, o princípio da masculinidade se basearia na repressão de aspectos femininos. Considerando gênero enquanto um conceito do século XX, a definição desenvolvida pela autora seria dividida em duas partes, que sua vez dividiria-se em uma serie de outras “sub-partes”.

A primeira destas consideraria gênero enquanto elemento constitutivo de relações sociais onde a base seria a diferenciação entre os sexos. A segunda, consideraria gênero como forma primeira de significar as relações entre pessoas. Dentre a questão das relações sociais a autora destaca outros elementos principais. Seriam estes: Símbolos binários (Eva/Adão, Rei/Rainha); Conceitos normativos que visão limitar e controlar as possibilidades; Gênero constituído pelo parentescos, mas também pela economia, pelo político, pela sociedade...; A identidade subjetiva.

Um dos principais meios pelos quais a categoria gênero passou a ser trabalhada e normalizada foi a comunicação, afinal a mídia enquanto prática é um espaço de representação e disputa que é dado a leitura e interpretação guiada sempre por uma

determinada perspectiva e intencionalidade (CHARTIER, 1990). A invenção da prensa de dispositivos móveis na idade moderna e o contexto de expansão da cultura escrita, em especial das práticas de leituras, certamente foram elementos fundamentais para consolidação e imposição de papéis de gênero e a criação de padrões de feminilidade e masculinidade. Já a partir de fins do século XIX e início do XX, contexto pelo qual a imprensa passa a viver um acelerado processo de desenvolvimento e expansão, observam-se novos espaços para debate estas questões, assim como outros veículos para difusão. A criação no Brasil de revistas ilustradas destinadas ao público feminino, algumas com ramificações para determinadas faixas etárias, de programas de rádio e televisão e mais recentemente de blogs e sites é demonstrativo disso.

Um dos principais tipos de publicação definidas como “femininas” são as revistas juvenis voltadas ao entretenimento e ao cotidiano. No caso brasileiros as revistas *Atrevida* e *Capricho* detêm a liderança no ramo sendo ambas criações da segunda metade do século XX voltadas ao público “teen”. No caso da *Capricho* é preciso destacar ainda que sua criação, pela editora Abril, remonta aos anos de 1952 e foi uma das principais idealizações da administração Victor Civita. Tendo em seus primeiros momentos o formato pequeno e publicação quinzenal, o periódico publicava breves fotonovelas juntamente a histórias de amor desenhadas. Com o passar dos anos a *Capricho* foi aos poucos se expandindo, incorporando tópicos como moda, beleza e comportamento, porém seu acesso atual é apenas através de mídias digitais. Já o caso da *Atrevida* é um pouco diferenciado. Lançada pela Editora Escala, logo no início da sua existência o periódico passou a circular em 1995 e, diferente da concorrente anteriormente citada ainda encontra-se circulando de forma impressa.

Pesquisas que ocupem-se destas revistas, com uma perspectiva histórica, ainda são poucas no Brasil através de uma pesquisa pelo portal de teses da CAPES. Entre as poucas realizadas, no campo do Jornalismo e da Comunicação Social, encontram-se uma predominância de temas relacionados a representação da adolescência, os debates de gênero, as representações do feminino e, o tema que mais interessa a esse artigo, as articulações entre gênero e a cultura de celebridades a partir do *Celebrity Studies*,

campo desenvolvido já a alguns anos nos Estados Unidos da América. Entre as pesquisas cabe aqui destacar o trabalho de Camila Medeiros, intitulado “Jovens e divas: construção do feminino na mídia contemporânea”, defendido no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2015 e que possui uma discussão profícua acerca dos usos das celebridades nas capas e textos publicados pelas revistas.

É especificamente a problemática dos usos, e narrativas, das celebridades pelas revistas, e também por um portal de notícias online que interessa a esta comunicação. A principal preocupação aqui é colocar em perspectiva histórica os interesses e usos da narrativa biográfica por estas mídias nas quais observa-se uma tentativa de construção acerca da celebridade como um modelo a ser seguido. Esse modelo seria um dos principais fatores na formulação de identidades a partir de processos de identificações e trocas na perspectiva de Stuart Hall (2006), além disso a própria formação geracional, vista, tal qual o gênero como uma categoria sócio-histórica, é visada através desse tipo de publicação.

Para esse texto foi tomado como objeto de estudo o caso das publicações referentes a cantora Selena Gomez que em 2017 se tornou a pessoa mais seguida na rede social *Instagram*. Selena Marie Gomez nasceu em 1992 e iniciou sua carreira nos anos 2000 no programa *Barney e seus amigos*. Posteriormente a jovem, até então apenas atriz, passou a atuar como protagonista na série infanto-juvenil, *Os Feiticeiros de Waverly Place* produzida pelo *Disney Channel*. Foi apenas em 2008 que ocorreu o lançamento oficial de Selena Gomez como cantora através da *Hollywood Records* vindo a tornar-se uma das principais novas artistas do gênero *pop*. No que refere-se ao interesse midiático em torno de Selena é preciso destacar que houve (e ainda há), além das questões próprias de sua carreira, um forte acompanhamento em função das suas relações amorosas com o cantor Justin Bieber.

Parte-se do pressuposto que a cultura do espetáculo, a qual as celebridades seriam apenas um dos pilares, a partir da Segunda Guerra Mundial tornaria-se uma das principais característica de nosso presente e que carece de problematizações. Conforme aponta Mario Vargas Llosa (2013, p. 29),

Vamos reter por um momento essa imagem na memória: uma multidão de fotógrafos, de paparazzi, espreitando as alturas, com as câmaras prontas, para captar o primeiro suicida que encarne de maneira gráfica, dramática e espetacular a hecatombe financeira que fez evaporar

bilhões de dólares e mergulhou na ruína grandes empresas e inumareis cidadãos. Não creio que haja imagem que resuma melhor a civilização de que fazemos parte.

As sociedades midiaticizadas vivem, desde o século XX, um processo acelerado de aumento de informações e meios para a constituição narrativa de acontecimentos, apontando, igualmente, para novas formulações de possibilidades de espetáculos. Conforme aponta Débord (1997), o espetáculo, para além de representar um evento e ser uma constituição textual e/ou imagética, encontra-se na relação social entre as pessoas. Pensando na trajetória de Selena Gomez enquanto acontecimentos midiaticizados, é importante lembrar que “o que nos interessa é acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e da escrita histórica” (AVELAR, 2010, p. 169). Conforme Gilles Lipovetsky, “a cultura mass-midiática cresce nesse terreno, tem o poder de fazer o real, de entreabrir o campo ilimitado das projeções e identificares. Consumimos em espetáculo aquilo que a vida real nos recusa” (LIPOVETSKY, 1989, p. 221). Desse modo, podemos pensar a escrita da história da cantora aqui selecionada articulada a uma busca pelo registro e pela construção de figuras “ideais” e de inspiração de estilo de vidas. Assim, Selena Gomez passa a se relacionar tanto enquanto artista, mas também como modelos de inspiração e influenciadora na constituição de identidades.

Essa relação não possui apenas uma forte ligação com estratégias de construção de trajetórias de vida dos artistas, a produção de suas obras, biografias e de acontecimentos pelos veículos de mídia, mas também de comercialização e mercadorização da cultura e da arte uma vez que não apenas as produções são comercializadas, mas também suas vidas públicas e privadas passam pelo mesmo processo tornando-se, de certo modo, parte muitas vezes mais importante que suas obras ou, em alguns casos, tornando a vida sua própria obra. Nessa construção, a internet e a escrita de livros de biografias são dois dos principais espaços de desenvolvimento de práticas de comercialização, assim como de escrita e tentativas de se oficializar uma história relativa e estes.

Tendo em vista a especificidade dos suportes apresentarei primeiramente algumas considerações acerca das revistas periódicas para em seguida comentar-se as publicações do portal EGO. É preciso destacar que ambas as fontes possuem especificidades distintas como suporte, públicos e recursos utilizados (inclusive para acesso), contudo mesmo que

estas questões perpassem a abordagem a principal preocupação será referente ao conteúdo e a linguagem das fontes.

Figura 1 - Capa da Edição 263 da Revista Atrevida.



Publicada em 2016 a Edição 263 da Revista Atrevida trouxe em uma de suas capas a cantora Selena Gomez que recentemente havia lançado sua nova turnê, a *Revival Tour*. Em 6 páginas de texto e imagem, com conteúdos e temáticas diferentes, observa-se que a matéria de Carol Salomão busca aproximar a cantora dos seus fãs iniciando primeiro com uma breve apresentação, seguida de um jogo de verdadeiro ou falso sobre a turnê da cantora. Posteriormente é publicada uma entrevista com a cantora acerca da América Latina abordando também o tema da beleza, tendo em vista sua recém nomeação como Embaixadora da Pantene no continente. A finalização da matéria fica por conta de três textos que abordam relacionamentos, seu crescimento na rede social *Instagram* e a produção de uma série para o serviço de stream *Netflix*.

Figura 2 - Capa da Edição 144 da Revista Atrevidinha.



Sendo uma espécie de adaptação da revista anterior para o público pré-adolescente, a Atrevidinha daquele mesmo período trouxe também como capa Selena Gomez. A construção narrativa assinada pela jornalista Samantha Melo segue uma abordagem diferenciada do primeiro caso levantado. Enquanto a Atrevida parece partir do pressuposto que seus fãs já conhecem a artista, a outra publicação tem uma preocupação maior em apresentar a cantora, porém a partir de uma perspectiva onde ela serviria ainda mais como modelo de conduta. No caso anterior observa-se uma narrativa mediada pela curiosidade e a escrita biográfica como o “desvelamento de segredos”, o segundo caso parte ainda mais de uma visão biográfica dos grandes homens e dos grandes feitos.

Os percalços da vida de Selena Gomez são destacados várias vezes para demonstrar um potencial guerreiro e vitorioso. É como se fosse retomado um padrão biográfico positivista do século XIX onde o gênero era destinado a realizar um elogio e pelo qual o leitor era encantado pela ilusão biográfica (BOURDIEU, 1996.) da vida sem baixas, ou que quando estas existem é plenamente justificável para o crescimento do indivíduo rumo ao estrelado. Este talvez seja um dos principais pontos da escrita biográfica quando aplicada ao meio artístico e, em especial no meio musical. Nesse processo observa-se que o(a) cantor(a) muitas vezes é retirado de contexto, sua vida é reconstruída e então narrada para que faça sentido e justifique quem este é. Outro ponto é que

A biografia na área de música assume características mais específicas quanto à descrição do gênero biográfico, pois concentra fortes

tendências a evidenciar aspectos ligados a traços de identidade regionais ou nacionais, implicando também na imagem do artista biografado, que por si mesma envolve, além do valor simbólico, o valor econômico associado à mesma. (OLIVEIRA, 2016. p. 113).

O aspecto da narrativa que busca construir um modelo é principalmente observável na Revista *Atrevidinha* nas ocasiões em que após algumas temáticas abordadas na matéria como Relacionamentos, auto-estima ou corpo é destacada uma “lição da Sel” na qual se dão conselhos para os(as) leitores(as). Neste sentido observa-se principalmente a tentativa de construção de uma feminilidade em que a menina, inspirada por Selena Gomez deve ser segura de si, de seu corpo e de seus namoros não se deixando definir por ninguém. Contudo, esse posicionamento ainda segue um padrão para a revista de feminilidade da mulher que, apesar de frágil ainda é feminina e doce. Em contraposição as publicações do portal de notícias EGO caminham em um outro sentido.

Descontinuado em 2017, o portal de notícias EGO foi uma das principais fontes de informação para aqueles interessados pelo mundo das celebridades. Em pesquisa no site foram encontradas aproximadamente 338 publicações referentes a Selena Gomez sendo que entres estas predominam três temáticas principais: A carreira (em especial os *shows*), o seu relacionamento com o cantor Justin Bieber e sua aparência. Muitas matérias são trabalhadas visando utilizar a artista para debater moda e comportamento feminino destacando, na maioria das vezes positivamente, suas tentativas de quebrar com determinados padrões de feminilidade. De certo modo o que observa-se é que, apesar da aparência ser um dos principais tópicos explorados nas publicações do portal referentes a Selena Gomez, a visualidade, comportamento e beleza não estão diretamente ligadas a uma imposição de padrão e gênero, apesar de algumas temáticas acabarem por abordar e reforçar alguns estereótipos.

Nas narrativas do portal observa-se também a construção de um modelo de feminilidade que impõem seus desejos, porém diferente da Revista *Atrevidinha* as matérias corriqueiramente assimilam seu nome ao de Justin Bieber ou algum outro caso romântico que esteja tendo no momento, deixando passar aspectos de sua própria carreira em alguns instantes. Deste modo, é preciso destacar que, apesar de nos debates sobre beleza e estética observar-se um rompimento com algumas representações do feminino (por exemplo ao positivar o não uso de maquiagem ou a opção por ir a uma apresentação usando apenas um sutiã como peça superior na roupa), as matérias ainda reforçam um

padrão feminino esperado que seria o relacionamento amoroso com um homem onde a vida de Selena giraria em torno do namorado.

Esta comunicação, de caráter muito mais ensaístico do que conclusivo, apresenta apenas impressões de um estudo de caso referente ao mundo das celebridades. Apesar da temática principal ser levantar alguns aspectos sobre como são representadas as celebridades, a partir da noção de escrita biográfica, as discussões de gênero são nítidas nas entrelinhas como tentamos demonstrar. A categoria “gênero” como aponta Joan Scott (1995) seria um instrumento de pesquisa para entender comportamentos sócio-históricos que atravessam a todos os indivíduos. A escrita biográfica realizada pela mídia (revistas e site) ocorreria através especialmente da *operação midiográfica* na qual a mesma “atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos” (SILVA, 2011. p. 24).

Nesse sentido, no ato de noticiar Selena Gomez ou criar publicações a respeito da cantora apontaria para uma necessidade não apenas do presente por notícias e de uma cultura já estabelecida de culto as celebridades, mas também pela eleição de um futuro-passado imaginado pelos veículos de comunicação conforme destaca Marialva Barbosa (2016). De modo geral podemos pensar que a eleição de temáticas acerca da cantora, em especial aquelas que articulam-se a comportamentos, corpo, relacionamento e beleza, articulam-se a projetos e representações de papéis de gênero, como a feminilidade, que pretende-se normalizar num presente e também em um futuro. Sendo assim, a escrita biográfica é aqui retomada em sob a ótica do regime de historicidade passadista do tempo (HARTOG, 2013) como aquela que tem um função também quase pedagógica de servir como modelo de inspiração para ações e comportamentos no presente e também no futuro da sociedade.

Referências

AVELAR, Alexandre. A biografia como escrita da história. In: *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa e História Pública*. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Janiele Rabêlo de; SANTIAGO, Ricardo (Org). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 121-131.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

CHARTIER, Roger,. *A historia cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte, Mg: Autêntica, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LLOSA, Mario Vargas. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MEDEIROS, Camila Maria Torres. *Jovens Divas: construção do feminino na mídia contemporânea*. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Uerj, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de Oliveira. Reflexões sobre o gênero biográfico: literatura, ilusão e disputas de memória. In: GONÇALVES, Janice (Org.) *História do Tempo Presente: Oralidade, memória, mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016. p. 101-116.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SCOTT, Joan. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Realidade*. 20(2), juldez, 1995, pp. 71-99.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de de 1964*. 319p. Tese Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

Celebrity in Biographical Perspective: Considerations on the Pop Music Industry

Abstract: Based on the History of Time Present in dialogue with Cultural History, this communication aims to analyze the female representations in pop culture through the figure of the artist Selena Gomez between 2011 and 2016. It takes as sources of analysis some of the news portal " EGO "interspersed with the 263 edition of the Atrevida Magazine and 144 of the Atrevidinha Magazine, aiming to problematize the biographical writing profile related to the artist, articulated to representations of femininity patterns.

Keywords: History of the Present Time, Celebrities, Women's Representations.

Simpósio Temático 2 - Mulheres quadro a quadro: gênero, feminismos, representações e HQs

Coordenação: Cintia Lima Crescêncio (20/03)

Local: Auditório CCJ

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às

Isabela Marques Fuchs

isa.fuchs@gmail.com

UFPR

EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: A MEMÓRIA GRÁFICA FEMINISTA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1974-1979)

Virgínia Broering

vibroering@gmail.com

UFSC

HUMOR E SACANAGEM NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: A MEMÓRIA GRÁFICA FEMINISTA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1974-1979)

Isabela Marques Fuchs¹

Resumo: O presente artigo tem como temática central as manifestações gráficas feministas produzidas no Brasil na segunda metade da década de 1970. Os impressos – cercados aqui em dois grandes grupos: periódicos e cartazes – são o foco desta pesquisa. Observados enquanto suportes de uma memória coletiva, o artigo busca um olhar atento às manifestações gráficas enquanto elementos constituidores de acessibilidade e visibilidade do pensamento feminista em um período não apenas tenso, mas paradoxal. É debatida também a posição de resistência do movimento feminista, através de suas vicissitudes na luta armada, na imprensa e no âmbito doméstico. Propõe-se também debater a importância e influência específica do Design Gráfico como instrumento para transpassar ideias, percepções e experiências, constituindo uma identidade coletiva.

Palavras-chave: Brasil Mulher, anistia, design gráfico, feminismo brasileiro.

O século XX, considerado por muitos estudiosos como o século das mulheres ou o século do feminismo, foi quando começou a borbulhar a indústria dos contraceptivos, os debates sobre a sexualidade e a revolução sexual no Ocidente. Baseando-se no movimento feminista brasileiro iniciado na década de 1970, este texto pretende mostrar não apenas o feminismo enquanto experiência histórica, mas também focalizar a relação entre o contexto autoritário brasileiro e as formas do meio feminista da época se comunicar.

O Brasil passava por uma das fases mais conturbadas do regime militar, este decretado em meados dos anos sessenta. O clima de terror estava instalado (NAPOLITANO, 2013, p.72), bem como a prática de tortura (VENTURA, 1988, p.107) após o decreto do Ato Institucional nº 5 ao final de 1968. O feminismo, que ao redor do mundo agitava-se na onda libertária que reivindicava o direito ao próprio corpo e a politização do espaço privado, no Brasil acontecia algo um tanto quanto diferente. Primeiro chamando-se de "movimento de mulheres", o feminismo brasileiro desenvolveu-se em uma articulação com camadas populares e organizações de bairro (SCHMINK, 1981). Este tom interclasse também se somou às mudanças do cotidiano da mulher brasileira dos anos 1960, oriundas de um projeto modernizador e industrial no Brasil. Neste contexto, o feminismo militante brasileiro surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura (SARTI, 2004, p.35). Mulheres estas que passaram

¹ Mestra em História na linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa pela Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em História na linha de pesquisa Gênero, Subjetividade e Poder pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: isa.fuchs@gmail.com.

pelo exílio ou pela câmaras de tortura; mulheres que passaram pelas mãos de um sistema repressivo misógino que reforçava estereótipos de submissão e dependência e “coisificava” as mulheres militantes de esquerda (TELES, 2015, p. 1002).

É evidente, contudo, que a misoginia era um traço comum ao pensamento tanto de esquerda quanto de direita. Estruturada em relações de poder (SAFIOTTI, 2001, p. 125), a relação da dominação homem-mulher na ditadura militar acontecia tanto nos porões dos militares quanto na luta armada ou na imprensa alternativa. De todo modo, acredito que podemos assumir que o movimento feminista ocupou um dos papéis da Resistência nos anos 1970 (PEDRO; WOITOWICZ, 2009, p. 43). O feminismo da "segunda onda", com suas lutas quanto aos direitos civis, culturais e ao corpo fez surgir diversos grupos de consciência, apostando na criação de espaços de expressão para articular e visibilizar as suas causas (Ibidem). Em seu tornar-se visível, os grupos feministas dispuseram de uma série de materiais gráficos para desenvolver sua comunicação com as mulheres. Trago, portanto, dois exemplos de comunicação gráfica que nos permitem discutir a temática.

Em 1975, a ONU declarou este como sendo o Ano Internacional da Mulher, cenário que permitiu uma maior visibilidade do movimento feminista. Este reconhecimento da questão da mulher enquanto uma questão social urgente, forneceu a criação de espaços de diálogo. Os periódicos feministas encontravam-se inseridos na chamada imprensa nanica – ou alternativa – que ironizava o discurso oficial e cobrava veementemente o retorno das atividades democráticas e o respeito aos direitos humanos (HOLLANDA, 1985, p. 70). Debates como trabalho, participação política, liberdade sexual, aborto e violência de gênero, as experiências dos grupos feministas e das próprias mulheres cabiam aos periódicos feministas (KUCINSKI, 1991, p. 70). Jornais escritos por mulheres, parte delas que contavam com a experiência do exílio tinham, em seus escritos, coletâneas de reflexões e debates (ABREU, 2013, p. 554) que refutavam os que acreditavam que o "feminismo não passa de um desabafo de mal-amadas" ou de "uma luta divisionista e sectária" (NOSOTRAS, 1974). Um exemplo notório de periódico do período é a revista "Brasil Mulher".

Tido como primeiro jornal feminista brasileiro (CARDOSO, 2004), o "Brasil Mulher" foi fundado pela jornalista Joana Lopes e impresso nas oficinas da Folha da Manhã entre os anos 1975 e 1979. Em seu discurso, prevalecia a igualdade entre homens e mulheres e as causas democráticas na América Latina, contando com uma tiragem de mais de dez mil exemplares e distribuído em todo o território nacional. Neste período,

iniciou-se a suspensão da censura direta à imprensa, mas o governo Geisel (1974-1979) ainda deixava claro que não dispensaria os instrumentos de exceção quando necessário (LEITE, 2003).

A direção do jornal tinha um contato frequente com mulheres exiladas do país, militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Rosalina da Cruz Leite relata, de acordo com a sua experiência no Conselho Editorial da Brasil Mulher que "as pautas dos jornais alternativos feministas eram definidas em reuniões bem semelhantes às dos partidos clandestinos de esquerda" (Ibidem), com lutas internas e discordâncias políticas. Desde suas primeiras edições, o jornal pontuava a importância da luta das mulheres pela sua emancipação, explicava a relação de dominação/exploração e, ao mesmo tempo, posicionava-se quanto a realidade brasileira pós-luta armada e a importância da reorganização do movimento popular (Ibidem). No primeiro número da revista, em 9 de outubro de 1975, enuncia-se um caráter internacionalista do grupo:

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres que desejavam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos (BRASIL MULHER, 9/10/1975).

A revista, apesar de pontuar mais especificamente sobre a situação da mulher brasileira e latinoamericana, também aborda questões mais ontológicas sobre ser mulher, com um discurso de equidade, imaginando que a busca e a tomada de igualdade se dessem em um trabalho de união entre homens e mulheres (TELES; LEITE, 2013). De fato, havia uma influência do feminismo liberal em "Brasil Mulher", mas não podemos esquecer da forte influência do pensamento marxista em seu conteúdo.

A impressão da revista, de acordo com Maria Amélia Teles, era em uma sala, realizada pelas próprias mulheres que organizavam a revista. Mesmo assim, mesmo que se vendessem todas as impressões, ainda não pagava todo o material que foi utilizado (TELES, 2006). Suas edições eram bimestrais, em formato tabloide, ricamente ilustrado com fotos e impresso em dezesseis páginas preto e branco (KUCINSKI, 1991, p.81). Vamos à sua capa:



FIGURA 1: Capa do jornal "Brasil Mulher", nº 1. Dezembro de 1975.

A capa da edição nº 1 de "Brasil Mulher", impressa em preto e branco, traz ao fundo uma fotografia de uma mulher de terceira idade. Ocupando um lugar de destaque na revista, sendo a única imagem da capa, apesar de ter seu dedo apontado para o espectador, o seu rosto é o elemento que está em destaque. O seu rosto enrugado é ornamentado por um lenço florido escondendo os cabelos grisalhos. A senhora, com o dedo levantado, aparentemente está fazendo um apontamento, emitindo a sua opinião. De acordo com Motta, o tempo dos indivíduos é socialmente construído e percebido pelo outro. A senhora da capa, distante das *top models* de capa de revista, é também distante de um homem velho. Afinal,

ser velha é, sobretudo, ter perdido uma importante e não-falada condição social de reprodutora, é colher um pouco dos frutos desta nos filhos – uma compensação afetiva, um apoio ou uma carga, a depender do caso. Mas é, também, ir conseguindo (ou ter conseguido) a libertação de certos controles societários que se referiam justamente à reprodução e a tolheram durante toda a juventude (MOTTA, 1999, p. 211).

As matérias desta edição estão descritas no canto direito do jornal, que abordam temáticas sexuais e emancipatórias ao falar da pílula anticoncepcional, trabalhistas ao falar do salário mínimo e culturais ao falar do Opinião. A chamada no canto inferior, ao centro, diz: "O Brasileiro, sobretudo um forte". A tipografia adotada é a mesma, sem serifas e com traços fortes, confundindo-se com a própria fotografia.

O nome do jornal tem destaque. Ao contrário das chamadas das matérias, ele não está inserido na fotografia, ficando em contraste com a cor do papel do jornal. Com os tipos levemente inclinados, "Brasil Mulher" está escrita em um tipo grosso e serifado. Destacado por duas linhas horizontais, o nome está acima das informações sobre a revista: a data, o ano e, em primeiro lugar, a chamada de "Ano Internacional da Mulher". Novamente, em um peso diferente das chamadas e do título, com tipos menores e mais finos.

Além das questões feministas propriamente ditas, o jornal era mais voltado à luta pela anistia e contra a ditadura, defendendo a anistia a todos os presos e perseguidos políticos (TELES, 1993). Em 1975 nascia o Movimento Feminino pela Anistia – primeira entidade que defendia a anistia (VARGAS, 2010, p. 5) – organizado por Terezinha Zerbini, que inclusive abrigou clandestinamente políticos perseguidos dentro de sua própria casa (Ibidem, p.6). Apesar disso, o Movimento não declarava-se como feminista e sim feminino, estabeleceram alianças com os jornais feministas (Ibidem).

As estratégias e práticas utilizadas neste contexto fez com que mais mulheres se unissem para lutas posteriores, como fóruns pela legalização do aborto, semanas acadêmicas com rodas de debate sobre o feminismo, Congresso da Mulher Metalúrgica (1979) e o Encontro Nacional de Mulheres (1979) (PEDRO, 2006, p. 249). Tais encontros encontram-se materializados em seus cartazes de divulgação.



Figura 2: Cartaz de divulgação do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil. Autora anônima, 1975.

O cartaz do Movimento Feminino pela Anistia no Brasil enaltece o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, além de dedicá-lo às mulheres que lutaram pela anistia geral de 1945, onde o Estado Novo liberou os últimos seiscentos presos políticos. No cartaz, três cores prevalecem: o vermelho, o preto e o branco do papel. Ao centro, nove mulheres com mesmo rosto estão em uma composição triangular – seus cílios, seus narizes e suas bochechas rosadas são idênticas, tirando um aspecto: a boca, que vai abrindo. Com o imperativo de "saia da sombra, diga conosco", tal como um coro, as mulheres abrem suas bocas, pouco a pouco em um grito de liberdade. A sombra, vermelha, aos poucos vai saindo.

Tanto este cartaz da anistia quanto a primeira edição de "Brasil Mulher" são impressos efêmeros feitos para durar pouco e serem notados de forma rápida e precisa (HELLER, 2007, p. 240). São feitos de papel, pouco duráveis, e são cíclicos. Logo virá uma nova edição de "Brasil Mulher", assim como o cartaz exposto logo será retirado para dar visibilidade para outra proposta. O cartaz, portanto, é uma mídia com proposta de ser anexada em lugares de passagem, deve ser uma "peça ativa" (Ibidem); um projeto gráfico que se faça lembrar a mensagem que lhe foi passada, com elementos de texto e imagem tão bem alinhados que sejam inseparáveis pela memória de quem o visualizou (MULLER-BROCKMANN, 2004), além de fazer com que se compreenda e se interesse pela mensagem facilmente. Esta é a importância do cartaz para a comunicação.

Podemos entender atualmente tais impressos enquanto elementos suportes de uma memória coletiva, vestígios materiais de múltiplos pensamentos e debates do feminismo da metade dos anos 1970 em um Brasil perturbado por um regime militar. Vestígios estes que se inscrevem no tempo em função de sua materialidade. Foi, em conjunto com estes impressos, que o debate feminista tornava-se mais acessível; ele estava se materializando através de um suporte, criando um vínculo de comunicação e abrindo espaços através de uma plataforma física e visual.

Pode-se também imaginar tais impressos enquanto peças de Design Gráfico inseridos na cultura material pois é nesse campo em que há a prática de “conceber, programar, projetar e realizar comunicações visuais (...) destinadas a transmitir mensagens específicas a grupos determinados” (FRASCARA, 2005, p. 19). As revistas e os cartazes são projetos gráficos; dispositivos que alinham signos gráficos e linguísticos e escolhas tipográficas para obter-se comunicabilidade com seu meio (GRUSZKYNSKI, 2000). Procurei, neste artigo, analisar e demonstrar alguns dos debates feministas dos anos 1970 no Brasil materializados em duas peças gráficas. Estes exemplos, por fim,

contribuem para registrar o desenrolar de um momento histórico no país a partir dos olhares de mulheres e do olhar do pensamento feminista. Mulheres estas que, dentro de suas experiências particulares, partem de um movimento múltiplo.

REFERÊNCIAS E FONTES

ABREU, Maira. Nosotras: feminismo latino-americano em Paris. Estudos Feministas, Florianópolis, n.21 vol.2. maio-agosto/2013.

Brasil Mulher, 1.ed, 9/10/1975.

CARDOSO, Elisabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

Danda e Mariza. “Feminismo”. Nosotras, Paris, n. 5, maio 1974.

Entrevista concedida por Maria Amélia de Almeida Teles, realizada por Joana Maria Pedro em 24/08/2005. In.: PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, 2006. v. 26.

FRASCARA, Jorge. Diseño gráfico y comunicación. 6. ed. Buenos Aires: Infinito, 2005.

GRUSZYNSKI, Ana Claudia. Do invisível ao ilegível. 1a edição. Rio de Janeiro: 2AB, 2000.

HELLER, Steven. Linguagens do design: Compreendendo o design gráfico. São Paulo: Edições Rosari. 2007.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. Cultura e participação nos anos 60. 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. 1a edição. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LEITE, Rosalina da Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da imprensa feminista brasileira. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1), jan/2003.

MOTTA, Alda Britto. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. Cadernos Pagu, Campinas, v.13, 1999.

MÜLLER-BROCKMANN, Josef. History of Poster. Nova Iorque: Ed. Phaidon Press, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. 1a edição. São Paulo: Contexto, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, 2006.

PEDRO, Joana Maria; WOITOWICZ, Karina. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Ano X*, n. 21, 2o. Semestre 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* n.16, 2001.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SCHMINK, Marianne. "Women in the Brazilian 'Abertura' Politics." *Signs*, v. 7, n. 1, p. 115- 133, 1981.

TELES, Maria Amélia. *Breve História do Feminismo no Brasil*. 1a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

_____. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.23 vol.3.set.-dez. 2015.

_____; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 ? 1980)*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. v. 1. 312p .

VARGAS, Mariluci Cardoso. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. In.: *IX Encontro Estadual de História do Rio Grande do Sul*, 2008, p.1-10.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não acabou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

Existences and resistences: the feminist graphic memory in brazilian military dictatorship (1974-1979)

Abstract: This article has as main theme the feminist graphic manifestations produced in Brazil on the second half of the 1970s. The prints – surrounded here in two large groups: periodicals and posters – are the focus of this research. Observed as supporters of a collective memory, the article seeks a close look at graphic manifestations as elements of accessibility and visibility of feminist thinking in a period that is not only tense but paradoxical. It also discusses the resistance position of the feminist movement, through its vicissitudes in the armed struggle, in the press and in the domestic sphere. It is also proposed to discuss the importance and specific influence of Graphic Design as an instrument to cross ideas, perceptions and experiences, constituting a collective identity.

Keywords: Brasil Mulher, amnesty, graphic design, brazilian feminism.

HUMOR E SACANAGEM NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Virgínia Broering¹

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa que se dispõe a investigar a relação que se constituiu entre humor e sacanagem nas décadas de 1970 e 1980, período amplamente perpassado pela ditadura militar no Brasil. Como fonte para essa investigação analisarei as tirinhas produzidas pelo artista Sérgio Bonson, publicadas no jornal catarinense "O Estado" e a possível conexão destas com outras produções artísticas difundidas no mesmo período, dentre elas programas de humor veiculados na televisão brasileira e trabalhos de outros cartunistas, publicados em periódicos de ampla divulgação. O termo "sacanagem" aparece neste estudo como uma categoria de análise alternativa aos conceitos de obscenidade, erotismo e/ou pornografia, em vista da relação entre a peculiaridade do conteúdo analisado e sua correlação com o significado do vocábulo.²

Palavras-chave: Humor, Sacanagem, Sérgio Bonson.

Esta pesquisa se articula no sentido de problematizar e compreender a relação que determinadas sociedades constroem com a sexualidade. Minhas investigações têm analisado produções culturais de entretenimento veiculadas em mídia impressa e audiovisual. A pesquisa teve início a partir da análise daquilo, que optei chamar de obsceno, nas tirinhas produzidas pelo cartunista catarinense Sérgio Bonson para o jornal O Estado, durante as décadas de 1970 e 1980. A princípio me detive a investigar as maneiras pelas quais a obscenidade era suscitada pelo artista na sua obra. Com o avançar da pesquisa surgiram questionamentos de pertinência e relevância histórica que a análise isolada das tirinhas de Bonson se mostrou insuficiente em responder.

A partir da análise de outras produções culturais que circularam por meio de diversos suportes midiáticos na esfera pública – como programas televisivos de humor, tirinhas e piadas de cunho sexual – no período da ditadura militar no Brasil,³ identificou-se um padrão diferenciado daquele que se pode observar nos dias de hoje através dos mesmos meios de comunicação.

Tendo como base estas percepções, vale se questionar acerca de que forma as mudanças decorridas ao longo deste período afetam a nosso entendimento, com relação

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC). E-mail: vibroering@gmail.com

² Os percursos da pesquisa me colocaram a necessidade de fazer uma investigação sobre o contexto da época através dos trabalhos produzidos acerca do tema, portanto neste texto alguns aspectos do resumo não estarão sendo abordados diretamente.

³ Atenta à noção de processo histórico, não posso afirmar que tais aspectos culturais se restringiram a um período marcado e cerrado nas décadas de 1970 e 1980, mas muito provavelmente reverberaram e fluíram para além das margens desse período temporal delimitado. Por essa razão, enfatizo em minha explanação que, por mais que eu investigue produções culturais das duas décadas citadas, a cultura é um aspecto muito mais fluido e processual.

a esta temática? Quais fatores podem estar relacionados a essas mudanças dos lugares que o sexo ocupou e ocupa no espaço público? Que tipo de relação a censura do período estabeleceu com o sexo? O que o contexto tem a nos dizer sobre paradigmas morais de sexualidade? Que relação o sexo desenvolveu com o espaço público quando relacionado ao humor?

A fim de traçar respostas mais efetivas para estas perguntas e tantas outras que a própria pesquisa irá suscitar, passei a inserir as tirinhas de Bonson em uma rede mais ampla de produção artística, dialogando sua obra com outras fontes midiáticas do mesmo período a fim de ampliar o espectro documental e, dessa forma, adquirir mais subsídios para a investigação a respeito das formas de representação da sexualidade e as relações que esta estabeleceu com o humor.

É importante destacar que dois problemas perpassam as questões da pesquisa. Um deles diz respeito à maneira como a sociedade lida com a sexualidade, o que pretendo investigar através da produção midiática (partindo da noção de que existe uma relação entre sociedade e as produções culturais que ela consome); o outro se refere à maneira como a História e demais áreas afins têm lidado com o tema da sexualidade sob uma perspectiva conceitual. Sobre este segundo ponto, refiro-me aos estudos sobre obscenidade, erotismo, pornografia e a maneira como estes fenômenos ganham nome na sociedade, conforme ocupam os espaços públicos.

Sendo assim, a busca por uma categoria que melhor definisse a sexualidade presente nessas produções culturais me colocou em contato com diversos autores e autoras. Dentre eles/as Lynn Hunt, Michel Foucault, Dominique Maingueneau, Lucienne Frappier-Mazur, Georges Bataille, Paula Findlen, Bernard Arcand, John H. Gagnon, Henry Miller, D. H. Lawrence, G. S. Rousseau e Roy Porter. Intelectuais, oriundos do hemisfério norte, que passam de alguma forma pela temática da sexualidade, disponibilizando ferramentas que orientam para um debate teórico sobre a definição de categorias como a obscenidade, o erotismo e a pornografia.

Contudo, cada vez mais venho percebendo que, embora tais categorias forneçam excelentes ferramentas para um debate teórico a respeito do tema, as mesmas têm se mostrado insuficientes para expressar as peculiaridades que a sexualidade teria assumido nas produções culturais midiáticas brasileiras do período supracitado. O que venho tentando averiguar é se, de fato, o período analisado estabeleceu uma relação peculiar com a sociedade no que se refere à sexualidade e ao humor. Deste modo, surgiu a necessidade de pensar em outro conceito capaz de abarcar essa relação *sui generis*. Após

longa reflexão o termo ‘sacanagem’, me pareceu pertinente. Isso porque, o vocábulo, comum na linguagem coloquial brasileira, aparece frequentemente nas produções, comportando uma denotação de sexualidade difundida no imaginário popular. Em português (Brasil) os significados dessa palavra oscilam entre lascívia e libertinagem, mas também denotam um tom de malícia e perversidade, ou seja, suas significações perpassam por uma noção de imoralidade⁴. Posto isto, venho identificando a sacanagem, como uma categoria de análise, capaz de abarcar mais precisamente o tipo de relação que sexualidade e humor constituíram naquele período.

Ainda que eu não esteja mapeando como se consolidou a relação entre sexo e esfera pública em outros países, penso ser plausível a possibilidade de se investigar subjetividades construídas aqui, pautando-me nos percursos da história nacional, uma vez que a sacanagem busca responder a um fenômeno brasileiro e não universal. É evidente que este trabalho não pretende rejeitar as categorias, antes mencionadas, desenvolvidas para pensar a sexualidade, tampouco ambiciona transcender sobre uma disposição de pensamento isenta dos paradigmas europeus e colonialistas de pensamento, uma vez que a própria estrutura da História e das Ciências Sociais, como áreas de conhecimento estão embebidas de conceitos e categorias pensadas e disseminadas, sobretudo, a partir de um fenômeno, designado por Dipesh Chakrabarty (2000), como ‘modernidade política.’ Em *Provincializing Europe*, Chakrabarty se propôs a mostrar que modelos prontos e previamente estabelecidos de teorias e conceitos são, na maioria das vezes, indispensáveis, mas também insuficientes para pensar visões de mundo que passaram por processos diferentes de desenvolvimento político, econômico e cultural. Identifico-me sobremaneira com o caráter de indispensabilidade, dado pelo autor, quando se trata de utilizar as categorias previamente pensadas como conceitos mais generalizantes. Erotismo, pornografia e obscenidade servem como ignição para a minha pesquisa e estarão me acompanhando durante todo o processo.

É possível dizer que toda sociedade possui alguma relação com o sexo e esta pode se dar das mais diversas formas. A proposta aqui, inspirada nos estudos pós e decoloniais, consiste em utilizar, cada vez menos, categorias generalizantes como as únicas possibilidades de se refletir sobre determinado tema. Conforme Chakrabarty, reconhecer a necessidade política de perturbar pensamentos totalizantes adicionando ao jogo categorias não-totalizantes (CHAKRABARTY, 2000, p. 22). O teórico, exemplifica

⁴ <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sacanagem/> Acesso em: 05/12/2017.

argumentando que uma história da modernidade política na Índia não poderia ser escrita com a simples aplicação de análises do capital e do nacionalismo disponíveis no ocidente marxista (Ibidem, p. 15). Se nos recusamos a aplicar modelos prontos e nos propomos a, pelo menos, pensar conceitos e categorias orientados por nossas próprias trajetórias e subjetividades, estamos, de alguma forma fomentando lógicas autônomas e coniventes com o contexto de onde partimos. O projeto de marginalizar a Europa se tornou a tarefa de explorar como esse pensamento – que é uma herança de todos/as nós e consequentemente nos afeta – pode ser renovado da e para as margens (Ibidem, p. 16).

Volto a dizer, intento propor e pensar uma nova categoria de análise, mas me firmo ciente das limitações que a História e demais áreas constituíram na minha formação amparada sobre uma forma de pensar, grosso modo, ocidentalizada. Trata-se de renovar as formas de se pensar, pluralizar tanto quanto possível as maneiras de se abordar um tema. Durante muito tempo, para pesquisadores/as e teóricos/as que se encontravam fora do eixo imperialista, a única opção foi aceitar as inadequações impostas por uma fórmula universalizante de pensar, todavia temos adquirido ferramentas para refutá-las, transformá-las ou atualizá-las. Chakrabarty desenvolve que a argumentação se coloca em torno não de rejeitar as categorias de ciências sociais existentes, mas liberar dentro do espaço ocupado por histórias europeias outros pensamentos normativos e teóricos consagrados em outras práticas de vida existentes, bem como os seus arquivos. Esta é a única forma de criarmos horizontes normativos plurais, específicos para nossa existência e relevantes para a análise de nossas vidas e suas possibilidades (Ibidem, p. 20).

Tendo exposto os caminhos que venho escolhendo e as perguntas que este percurso tem me colocado, neste trabalho busco fazer um levantamento historiográfico erigido, sobretudo, sobre o banco de teses e dissertações da CAPES⁵ que visa me fornecer subsídios para mapear características de um retrato cultural do Brasil, durante o período da ditadura militar e os anos que a circundam. Portanto, trata-se de dar os primeiros passos no sentido de adquirir mais informações e ferramentas para desenvolver a hipótese de que a sociedade brasileira, das décadas de 1970 e 1980, sobretudo, criou uma relação *sui generis* com a sexualidade e o humor ao ponto de pensar numa palavra brasileira que desse conta de abrigar – ao menos um pouco mais acuradamente – suas peculiaridades.

⁵ A estratégia de acessar o banco de dados da CAPES parte da necessidade em dialogar com a produção científica recente que vem sendo produzida e fomentada pelos órgãos de pesquisa nacionais. Tornar-se ciente dos trabalhos que estão sendo produzidos pelos pares é parte relevante deste levantamento e da pesquisa, em si.

Dentre os diversos trabalhos que encontrei acerca do contexto cultural do período o trabalho de Renan Quinalha parece ser bastante representativo para ajudar a refletir sobre os problemas acima mencionados e ajuda a desvendar um pouco acerca do paradigma de moralidade do período. Isto se torna relevante à medida que entendemos que a ordem moral propagada durante os anos da ditadura delineava também uma ordem sexual.

A pesquisa de Quinalha buscou desenhar os contornos de uma política sexual implementada pela ditadura brasileira. Para tanto, o pesquisador, utilizou-se de documentos utilizados pela estrutura repressiva do estado, para através dos órgãos reguladores da censura política rastrear os traços que o levariam a um exame da política sexual no período. Segundo o próprio autor o reconhecimento de uma política sexual passa pela identificação de uma centralidade da moralidade conservadora criada pela “complexa e multifacetada estrutura repressiva” (QUINALHA, 2017, p. 31). do regime.

Em seu trabalho, o pesquisador demonstra que há, desde o início, um atrelamento estrutural entre política e moral. A intervenção militar aparecia no cenário brasileiro como redentora de um encampado discurso anticorrupção e contrária às Reformas de Base propostas por João Goulart. Além da transformação política proposta, a intervenção militar nos anos 1960 viria como uma resposta conservadora a transformações culturais iniciadas, conforme o autor, desde os anos 1930, fomentadas pelo processo de urbanização e modernização que passava o Brasil. O golpe de 1964 atingia também um ideal de afrouxamento dos costumes e hábitos, principalmente no que tangia a sexualidade. Vale destacar que a democracia não versava apenas sobre princípios ocidentais e capitalistas ela era, enquanto discurso durante a ditadura, também cristã (Ibidem, p. 26). No topo da pirâmide regulatória se encontravam as palavras “ordem” e como oposição a “subversão”. Desta forma passavam a estar delineados, de um lado aqueles e aquilo que era integrante e favorável ao regime e do outro lado aqueles desajustados que, portanto, deveriam ser neutralizados, ou mesmo eliminados. A ordem deveria ser unitária, coerente e homogênea, a ditadura ficou marcada pela supressão das diferenças em nome de uma ordem coesa (Ibidem, p. 28).

Para a pesquisa que venho desenvolvendo e também para aquelas que investigam expressões culturais no período ditatorial é importante lembrar que as políticas de repressão não se concretizavam apenas fisicamente sob aparatos institucionais e estratégias de tortura, mas atingiam níveis simbólicos de coerção e violência que,

certamente, não se restringiam apenas a simbologias, mas legitimavam paradigmas culturais que atingiam a violência física.

Para Quinalha a ideologia e o aparato repressivo concretizam um regime marcado pela preocupação com a pornografia, o erotismo, as homossexualidades, as transgeneridades, pautas que não ameaçavam apenas a estabilidade política, mas também a ordem sexual e a família tradicional e os valores que deveriam integrar a sociedade brasileira (Ibidem, p. 31).

Uma das teses levantadas e sustentadas pelo pesquisador é a de que houve uma política sexual oficializada e institucionalizada, em nome da segurança nacional, para controlar manifestações tidas como perversas ou desviantes, como o erotismo, a pornografia, homossexualidades e transgeneridades (Ibidem, p. 314). Não que estas manifestações passassem a ser recriminadas pelos contornos morais brasileiros apenas depois do golpe de 1964, mas a partir dele, concretizaram todo um aparato repressivo e institucional para levar a cabo uma política de aniquilação das sexualidades.

Na conclusão o autor levanta uma série de proibições sofridas por diferentes suportes midiáticos (Músicas, TV, teatro, cinema, etc...) quando estes abordavam os temas acima mencionados. É interessante ressaltar que a minha pesquisa busca evidenciar um aspecto contrário ao trazido por Quinalha. Ao passo que o autor demonstra através de documentos oficiais de censura o quanto manifestações – por ele denominadas eróticas, pornográficas ou homossexuais – foram invisibilizadas da esfera pública, minhas investigações, em contrapartida, têm evidenciado, cada vez mais, a existência de suportes midiáticos que contraditoriamente – ou não – aos discursos de conservadorismo moral implementados pelo aparato repressivo, faziam menção direta às temáticas sexuais.

A partir desta conclusão do pesquisador, intrigou-me pensar sobre a relação deste que o regime militar brasileiro consolidou com o humor. Esta esfera, me parece, demonstra o caráter permissivo que este tipo de manifestação ocupou e ocupa dentro da estrutura artística e cultural da sociedade. O deboche e o riso parecem abrandar e permitir o aparecimento de temas e práticas proibidas de serem veiculadas através de outras formas de manifestações culturais. Reflito isto em função da contradição aparente entre as proibições demonstradas pelas fontes utilizadas por Quinalha e os temas encontrados nas tirinhas de jornais e programas de TV que venho averiguando. Homossexualidades, transgeneridades, erotismo, pornografia e afins eram proibidos apenas quando tratados com seriedade ao passo que o humor parecia legitimar e permitir a insurgência desses temas em diferentes suportes midiáticos da esfera pública como jornais, TV e o cinema.

Sumariamente, a ditadura assumiu uma função de invisibilizar corpos e coletivos que reivindicavam direitos e liberdades, criando desta forma um campo fértil para a prática de violências e abusos contra homossexuais (Ibidem, p. 318). Esta asserção colocou-me a pensar a respeito do que criou e legitimou este, inegável, campo fértil de violências contra alguns corpos indesejáveis. Talvez não apenas a invisibilização compôs a mesa da intolerância contra estes corpos, mas também e talvez consequentemente, a presença destes em determinadas manifestações que os permitiram habitar espaços públicos apenas enquanto sujeitos risíveis.

Sobre o tema Adrianna Setemy produziu uma dissertação de mestrado sobre a censura moral em revistas periódicas na década de 1960. Setemy apresenta um Brasil, marcado por transformações de uma emergente indústria cultural pautada no consumo de massas e nos ideais do Tropicalismo (SETEMY, 2008, p. 10). As mudanças culturais em curso desde o início da década de 1960 propunha uma ruptura com padrões tradicionais de comportamento e também de organização da sociedade. A ruptura comportamental proposta se concretizava numa maior subversão do corpo, uma menor severidade política e a agregação de elementos culturais, principalmente norte-americanos, com a cultura popular brasileira (Ibidem, p. 14). Neste contexto interessa à autora como se articulou a censura moral durante o período da ditadura militar.

A autora conclui que a censura política se diferenciava da moral, pois enquanto a primeira atuava de forma mais sigilosa a segunda obtinha respaldo de setores da população que clamavam pela moral e os bons costumes. Neste sentido, para os militares, era positivo cumprir o papel de zeladores da moral, ao mesmo tempo em que articulavam um discurso de garantia de liberdades individuais e asseguravam a democracia sob os ditames da Doutrina da Segurança Nacional. É importante ressaltar que Setemy reconhece a censura moral como uma prática já anterior ao golpe que colocou os militares no poder, todavia essa prática foi reestruturada, apropriada enquanto discurso e institucionalizada pelo aparelho repressivo do regime. Com reflexões, em certa medida similares, a dissertação de Douglas Marcelino também levanta que a censura moral se diferenciava da política, pois a primeira era motivada por boa parcela da população que enviava cartas aos censores e exigia que houvesse cuidadoso zelo por parte destes em proteger a família e os tão mencionados bons costumes (MARCELINO, 2006, p. 10).

Para os problemas que venho levantando neste artigo é importante ressaltar os temas que Setemy reconheceu como ofensivos à moral e os bons costumes. Segundo a autora temas como a emancipação feminina, o uso da pílula anticoncepcional, a busca de

satisfação sexual, o divórcio, a propagação das drogas e a insatisfação dos jovens diante das velhas estruturas sociais, foram temas reconhecidamente ofensivos à moral e aos bons costumes. Neste sentido, destaco também, a dissertação de Thiago Silva que analisou a censura sofrida pelas telenovelas brasileiras durante a década de 1970. Segundo Silva, a atuação do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP) esteve atenta aos temas considerados perigosos para exibição na TV, dentre eles destacou o erotismo, a sexualidade, o desequilíbrio da estrutura familiar, o trabalho feminino fora do lar, o divórcio, o adultério, o aborto, a homossexualidade, todos temas relacionadas à imoralidade, fortemente combatida pela sociedade e pelo regime cristão da época (SILVA, 2016, p. 87).

Em busca de reconhecer a permissividade do sexo na esfera pública durante as principais décadas do regime, os temas acima mencionados são valiosos indícios de qual tipo de moral estava sendo lapidada pelos militares em conjunto com alguns setores da sociedade brasileira. Conforme a prévia análise de alguns suportes midiáticos do período posso afirmar que o sexo era tema recorrente nos enredos humorísticos e, portanto, habitava a esfera pública. Neste sentido, parece-me não ser necessariamente a manifestação de sexualidades (aqui tomada, no sentido do que venho chamando de sacanagem) o problema, mas tipos específicos de temas relacionados à temática que eram censurados. Mapear quais os temas relacionados ao sexo é um dos principais objetivos desta investigação que quer encontrar uma definição de sexualidade, que foi por muitos, consentida e permitida.

É bastante comum que em muitos trabalhos o riso apareça interpretado como uma ferramenta de denúncia e resistência contra a censura durante a ditadura militar. Este é o caso do trabalho de Cinara Dagneze, cujo enfoque se pauta em identificar como o humor se configurava como um instrumento de denúncia, analisado sob o viés da política tradicional. Para tanto, Dagneze trabalha sobre a perspectiva de discursos verbais e não verbais divulgados no jornal *O Pasquim* de 1969 até 1971. Para a autora, *O Pasquim*, disseminava um discurso de desordem, imoralidade, contra o padrão dos bons costumes, discurso este contrário àquele disseminado pelos líderes do regime militar (DAGNEZE, 2010, pp. 145-146).

A priori o raciocínio que guiou Dagneze parece bastante lógico. Encontrar coerência num discurso hegemônico (liderado pelas autoridades) e resistência num discurso que se coloca contrário ao primeiro, contudo, no que se refere aos aspectos culturais, parece-me que encontramos um arranjo mais complexo, cuja lógica, em

diversos momentos parece fugir, desta dicotomia encontrada num discurso hegemônico e coerente contrário àquele que surge como resistência ao primeiro. Segundo Dagneze o riso é uma ferramenta de resistência contra os bons costumes e o tradicionalismo dos hábitos disseminado pela ditadura. Todavia se voltamos o olhar ao tom homofóbico e misógino presentes neste humor de resistência que circulava nas mídias do período, – inclusive n’O Pasquim – encontramos um discurso também bastante conservador dos costumes numa sociedade heteronormativa e machista. Outro fator que parece complexificar o fluxo lógico dos discursos de hegemonia e resistência em uma teia mais complexa de interpretação é o fato de que o mesmo regime hegemônico que pregava uma moralização dos costumes, sobretudo sexuais, mostrava-se permissivo e conivente com o fenômeno da pornochanchada e toda uma série de programas de TV e tirinhas que tiravam o sexo do espaço privado e o expunham publicamente. Nesse momento ainda não tenho recursos suficientes para afirmar como operou a lógica da moral sexual durante o período da ditadura, todavia, tenho encontrado pistas de que talvez não tenha havido um fluxo tão coerente no que se refere a estes aspectos culturais. Cada vez mais parece se formar diante destas perguntas uma teia complexa de significados pautada na percepção e apreensão do que era moral e imoral referente ao sexo e ao humor das décadas em questão.

As décadas de 1970 e 1980 contaram com momentos emblemáticos no que se refere à mudanças com relação à sexualidade. Segundo os trabalhos de Marcelino (2006, p. 167) e Ribeiro (2016, pp. 286-307) as décadas mencionadas ficaram marcadas pelo *boom* da publicação de revistas e livros com temas eróticos, sendo também alvos de censura moral institucional e social, mas mesmo assim não deixando de se fazer presente na esfera pública do período. Um outro fenômeno que possibilita pensar essa relação que a sociedade brasileira construiu com a sexualidade e, portanto, ganha destaque nesse levantamento historiográfico é o fenômeno da pornochanchada. Herdeiras das chanchadas dos anos 40 e 50, a pornochanchada alinhavava o humor das chanchadas ao erotismo, constituindo um gênero cinematográfico de amplo alcance e rentabilidade durante o período em que vigorou. Se pensarmos que o gênero da pornochanchada iniciou e teve seu auge durante a ditadura, podemos considerá-lo como um fenômeno específico desse contexto. Nesse sentido, é intrigante pensar que, justamente no período mais rigoroso da censura política à imprensa e à produção artística, viveram seu auge as produções cinematográficas que tinham como temática principal a sexualidade, a nudez, o escárnio: conteúdos que simbolizavam um ataque à moral familiar cristã, tão fortemente defendida pelos apoiadores do regime. Além do cinema

Segundo Caio Lamas, em sua dissertação a respeito da censura operada sobre o cinema paulistano que ficou conhecido como *Boca do Lixo*, a indústria cinematográfica brasileira só viria atingir índices consideráveis de produção nacional com os filmes de comédia erótica⁶ que tiveram seu auge na década de 1970 e posteriormente ficariam conhecidos por pornochanchadas⁷. Além da escassez da produção cinematográfica nacional, que fora desde seu início, dominada por produções estadunidenses, o sucesso de bilheteria destes filmes também foi um fator relevante na história do cinema nacional (LAMAS, 2013, p. 35).

É interessante pontuar que Lamas, chama atenção para o caráter moralista das comédias eróticas disseminadas durante as décadas de 1960,70 e 80. A virgindade era correntemente um tema idealizado no mesmo sentido que o adultério era recriminado. Por mais que os homens buscassem sexo durante toda trama os desfechos eram marcados pelo encontro de relacionamentos estáveis e a presença de homossexuais nos filmes era unicamente representada nos papéis cômicos e serviam para afirmar ainda mais a masculinidade dos mocinhos (Ibidem, p. 44). Para o pesquisador as comédias eróticas eram fruto de um contexto histórico específico que mesclava uma sociedade que adere e ao mesmo tempo se afasta de uma sexualidade mais livre; um sexo que é ao mesmo tempo contra o decoro e submisso à mesma moralidade que tenta transgredir. Mais especificamente, Lamas afirma que a sexualidade é moralista e restritiva para o público feminino e homossexual (Ibidem, p. 47). A dissertação de Livia Cruz, que analisa os estereótipos presentes na produção cinematográfica da *Boca do Lixo*, corrobora com a tese de que o cinema conhecido por pornochanchada atendia as camadas mais conservadoras da sociedade e nesse sentido desenvolveu uma *liberação conservadora* na qual o amor idealizado pairava sempre como objetivo final e os preconceitos de classe, raça e gênero se mantinham presentes (CRUZ, 2016, p. 13).

Na perspectiva de Lamas a resposta para a pergunta do por que a censura foi tão tolerante com as produções da *Boca do Lixo* é a de que a autocensura operada pelos cineastas fez com os filmes veiculassem apenas o que os censores deixariam passar (LAMAS, 2013, p. 252). Para o pesquisador, os cineastas sabiam o que seria ou não

⁶ Estudiosos do tema argumentam que o termo pornochanchada é generalizante, pois limita como estritamente sexual uma série de filmes que abordaram os mais variados temas, além de pressupor um tom pejorativo levantado pela mídia da época.

⁷ Este termo passa a ganhar evidência na imprensa nacional apenas a partir de 1973. Inicialmente os filmes ficaram conhecidos como comédias eróticas, depois chanchadas eróticas e só então pornochanchadas (ABREU apud LAMAS, 2013, p. 47-48).

aceito, sabiam até que ponto o sexo podia ser explorado assim como sabiam a forma como determinados temas poderiam ser tratados.

Pensando nesta revisão historiográfica alguns trabalhos trazem características que parecem próprias de um cenário brasileiro. Segundo Nuno César Abreu, em ocasião do lançamento de uma comédia erótica *Lua de mel e amendoim*, o anúncio do filme se referia “à malícia das comédias italianas, à classe das comédias americanas e ao humor bem brasileiro” (ABREU apud LAMAS, *Ibidem*, p. 62). As comédias eróticas, portanto, eram inspiradas pelas malícia dos filmes italianos, a classe dos americanos, mas o humor, ressalta Lamas, era um ingrediente brasileiro. Nesse sentido Luciana Klanovicz ao analisar o erotismo presente em programas de TV e filmes da década de 1980 ressalta a existência de um “erotismo à brasileira”. A pesquisadora analisa a forma como a imprensa escrita, materializada na revista *Veja*, lidou com as produções artísticas que estampavam temas eróticos durante o período de abertura democrática. Nesse trabalho destaca-se uma análise de gênero, pois os corpos de homens e mulheres aparecem como o principal objeto daquilo que a autora chamou de erotismo. No terceiro capítulo de sua tese, a pesquisadora discute as produções televisivas que foram apresentadas pela revista *Veja* como produtoras de um “erotismo à brasileira.” Desta forma ela busca pontuar como a televisão brasileira construiu maneiras de ser que passam pelo erotismo e essa etapa da pesquisa é marcada pela ausência de corpos masculinos acentuando uma visão de erotismo que privilegia a erotização dos corpos femininos (KLANOVICZ, 2008, pp. 144-218). Na dissertação de Wesley Castro o autor se propõe a perceber o caráter autoral da produção de diretores vinculados à *Boca do Lixo*, na primeira metade da década de 1980. O pesquisador defende que as comédias eróticas disseminadas durante a ditadura foram determinantes para a história do cinema brasileiro tanto pelo viés econômico quanto estético. Segundo estudiosos do cinema nacional nesse período o Brasil conseguiu produzir e obter consideráveis bilheterias com as “porno-chanchadas” que foram produções genuinamente brasileiras o que muitas vezes é surpreendente, pois o cinema nacional nunca teve apoio financeiro governamental, além de terem sido comumente estigmatizadas pela mídia (CASTRO, 2014, pp. 12-13). É interessante ressaltar que o pesquisador levanta que o declínio das produções de comédia erótica brasileira está relacionado com a impossibilidade das produções nacionais de competir com o incentivo governamental cedido ao cinema estrangeiro de sexo explícito que passa a ganhar espaço, sobretudo, com o fim do regime militar (*Ibidem*, p. 12). Além disso os trabalhos anteriormente mencionados que buscavam mapear um contexto cultural das três décadas

relevantes para essa pesquisa demonstraram que os movimentos de libertação sexual, artístico e feminista chegava ao Brasil oriundo de outros países e eram ressignificados aqui no Brasil, muitas vezes mesclando um conservadorismo moral e religioso a efervescência dos ideais progressistas que fervilhavam no exterior. Prova disso são os casos citados por Marcelino em que o pesquisador relata situações em que os censores proibiram a publicação de livros estrangeiros defendendo que cada povo possuía seus próprios padrões morais e estes não deveriam ser maculados pela infiltração de valores advindos de países mais “avançados” no processo de liberalização sexual (MARCELINO, 2006, pp. 170-171). O pesquisador ressalta que o Brasil é tido como um país onde a moral e os bons costumes seguiam valores mais recatados do que os Estados Unidos e a Inglaterra, por exemplo, países onde havia menos rigidez perante os padrões morais.

A guisa de conclusão, depois de procurar mapear um retrato cultural de Brasil nas décadas que circundam o período da ditadura militar percebo a constante evocação de uma década de 1960 marcada pela liberdade sexual, o uso de drogas como um tema, as lutas pela emancipação feminina, o surgimento da pílula anticoncepcional, dentre outros que chegam ao Brasil oriundos de efervescências iniciadas no exterior principalmente nos Estados Unidos e alguns países europeus, todavia parecem atingir a esfera pública brasileira, em partes. Ainda que o sexo estivesse sendo veiculado em alguns suportes o tema da emancipação feminina foi indesejado e censurado em nome de um ideal de moral e bons costumes que regia os costumes e também a política do Estado. Segundo Silva flexibilizar modelos rígidos de sexualidade como a atribuição de papéis de feminilidade e masculinidade, por exemplo, colocava em risco a própria vitalidade do corpo social da nação pautado pela moral cristã e pelo Estado autoritário (SILVA, 2016, p. 14). Além disso, através da análise das tirinhas de jornais e programas de TV que tenho investigado e conforme análise do cinema brasileiro levantada neste trabalho o sexo parecia permitido apenas quando aliado ao humor. O sexo como temática séria não pareceu ocupar os espaços públicos de entretenimento. Como ressaltou Quinalha a moralidade sexual imposta pela ditadura, a partir de agências de controle e comunicação disseminou uma profusão de discursos que normatizam a sexualidade dentro do campo da tradição da moral e dos bons costumes (QUINALHA, 2017, p. 319).

Esta pesquisa vem e continua sendo norteadada pela busca em encontrar respostas para o que haveria em comum nas produções artísticas e humorísticas que se relacionam com o que venho tratando como sacanagem. Quais elementos aqui levantadas sobre

moralidade, proibições e humor perpassam todos os suportes midiáticos e unificam o que quero chamar de sacanagem? A sacanagem vai além da sexualização, a malícia parece cumprir uma dupla função de sexualizar ao mesmo tempo em que sabota. Todavia não são quaisquer elementos passíveis de serem boicotados; a sacanagem age sobre um tipo específico de objeto. A sacanagem veiculada na mídia do período constrói estereótipos e desta forma legitima e respalda representações de sujeitos respeitáveis e em contrapartida risíveis dentro da sociedade.

No sentido de pensar os sujeitos constituintes dessa sociedade que atingia e era atingida pelas instituições de ordem política e moral, Quinalha utiliza a expressão “laboratório de subjetividades (Ibidem, p.28)” para explicar a maneira como a ditadura forjou um corpo social, político e individual à sua própria imagem. As estratégias institucionais atingiam níveis socioculturais e alcançavam os indivíduos como um laboratório de subjetivação. É nesse sentido que ressalto a importância de se pensar o papel do humor e das imagens na organização de uma sociedade. De que forma o humor permitido e propagado atua na construção de discursos, estereótipos e representações? Quais os limites e alcances do humor? Neste trabalho ainda não me atenho a responder as perguntas que este levantamento historiográfico tem suscitado, mas penso que colocá-las no papel contribui para pensar a pesquisa e os objetivos desta revisão sobre o tema.

A principal resposta para a pergunta da sacanagem parece passar inevitavelmente por um debate acerca das relações de poder e subjetividades e por isso é perpassada fortemente pela temática das relações de gênero. Isto porque, um dos elementos comuns à maioria dessas produções culturais foi a referência às mulheres e aos homossexuais como os principais objetos do humor, notadamente e conseqüentemente, os sujeitos e corpos mais passíveis de serem sexualizados. Esta referência caracteriza uma das peculiaridades presentes nos roteiros humorísticos do período.

Estudar representações sociais de sujeitos, historicamente constitui uma forma de classificar e, portanto, identificar competições, disputas de interesse e conflitos. Se as interpretações inferem um campo de disputas de poder, hierarquias e dominações a problematização destas faz da pesquisa acima mencionada um instrumento de posicionamento político. As representações reverberam usos simbólicos de poder e desta forma colocam em cena os embates de forças simbólicas, tão importantes para a compreensão da história. Mapear estas simbologias, creio, constitui um dos primeiros passos pela disputa de forças nem sempre físicas que se impõem pela conservação ou transformação da sociedade.

Referências

CASTRO, Wesley Pereira de. **Interstícios Da Pornochanchada Brasileira: Relações Ambíguas entre Vendabilidade e Contestação Política nos Filmes Produzidos pela Boca do Lixo na Primeira Metade da Década de 1980**. 2014. Mestrado em Comunicação - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**, Princeton: Princeton University Press, 2000.

CRUZ, Livia Maria Pinto Da Rocha Amaral. **(Nem) tudo puta e viado: Uma análise dos estereótipos presentes nas pornochanchadas (1969-1982)**. 2016. Mestrado em MULTIMEIOS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas.

DAGNEZE, Cinara Sabadin. **O riso em tempos de ditadura: Os (não) silenciamentos (re)velados pelo Pasquim no período de 1969 a 1971**. 2010. Mestrado em Letras - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

LAMAS, Caio Tulio Padula. **Boca do lixo: erotismo, pornografia e poder no cinema paulista durante a ditadura militar (1964-1985)**. 2013. Mestrado em Ciências da Comunicação - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo.

MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. 2006. Mestrado em História Social - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio De Janeiro.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. **Erotismo na cultura dos anos 1980: Censura e Televisão na Revista Veja**. 2008. Doutorado em História - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis.

QUINALHA, Renan Onório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Doutorado em Relações Internacionais - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo.

RIBEIRO, Anderson Francisco. **A pornografia brasileira e a memória esquecida: revistas eróticas e pornográficas na ditadura militar (1964-1985)**. Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, janeiro-junho 2016. p. 286-307. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/555>. Acesso em: 21/02/2018.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Em defesa da moral e dos bons costumes: a censura de periódicos no regime militar (1964 - 1985)**. 2008. Mestrado em História Social - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro.

SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980)**. 2016. Mestrado em História - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza.

Simpósio Temático 3 - Ditadura, feminismo, imprensa e subjetividades

Coordenação: Nashla Dahas (20/03) e Mariana Joffily (21/03)

Local: Auditório Bloco E - CFH

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, e 21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA

Maria Adaiza Lima Gomes

adaizagomes@hotmail.com

UFSC

DISCURSOS DE GÊNERO EM FORTALEZA: A REVISTA BA-TA-CLAN E A (RE)PRODUÇÃO DE PADRÕES COMPORTAMENTAIS PARA AS MULHERES (1926)

Luísa Dornelles Briggmann

luisa.briggmann@gmail.com

UFSC

MULHERES QUE FORAM À LUTA CONTRA A DITADURA NO JORNAL CORREIO DO POVO (1968 - 1975)

Jessica Gustafson Costa

je.g.costa@gmail.com

UFSC

ABORDAGENS DE GÊNERO E RAÇA NO JORNALISMO FEMINISTA INDEPENDENTE

Gabriel Simon Machado

simon.gabriel.hst@gmail.com

UFSC

AS VOZES DE MARIA MARIA: AS PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES (1984)

Camila Serafim Daminelli

camis.hst@gmail.com

UDESC

UNIVERSO FEMININO E DEMOCRACIA EM PAUTA NA REVISTA BRASIL JOVEM (1966-1978)

Gustavo Tiengo Pontes

gustavotpontes@gmail.com

UFSC

ENTRE AS PRESCRIÇÕES E AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO: ESTUDO DAS PUBLICAÇÕES DE E SOBRE AS 'BLUSAS-VERDES' NO PERIÓDICO INTEGRALISTA 'FLAMMA VERDE' (FLORIANÓPOLIS 1936-1938)

DISCURSOS DE GÊNERO EM FORTALEZA: A REVISTA BA-TA-CLAN E A (RE)PRODUÇÃO DE PADRÕES COMPORTAMENTAIS PARA AS MULHERES (1926)

Maria Adaiza Lima Gomes¹

Resumo: Este trabalho tem como foco pensar como os discursos presentes na revista fortalezense *Ba-ta-clan* produziam e reproduziam perfis ideais para as mulheres no ano de 1926. Esta era uma revista de atualidades destinada à elite comercial da cidade, principalmente às mulheres. Analisando fonte citada, a partir da perspectiva de gênero, dialogando com Joan Scott, pensamos o “ser mulher” como uma posição que não é fixa, mas que é construída socialmente a partir das relações de poder e de discursos.

Palavras-chave: Gênero. Discurso. Imprensa.

Introdução

O trabalho aqui apresentado tem como foco pensar como os discursos (nos textos e nos anúncios) presentes na revista fortalezense *Ba-ta-clan* produziam e reproduziam um perfil de “mulher moderna” para as mulheres no ano de 1926. Deste modo, ele discute de que forma a imprensa é utilizada como instrumento de produção, apropriação e difusão de discursos que criam e reforçam padrões comportamentais específicos para os homens e para as mulheres.

A revista *Ba-ta-clan* foi fundada pela associação dos comerciários, em 1926. Era destinada à elite comercial fortalezense, principalmente às mulheres pertencentes a esse grupo, sendo uma magazine de atualidades. No entanto, a partir da análise desta fonte, notamos que suas publicações continham a maior parte ocupada com anúncios de artigos que deveriam ser consumidos por suas leitoras. Era muito voltada também para a cobertura de eventos sociais e para a publicação de fotografias, geralmente de moças das camadas abastadas em locais públicos de diversão e também de senhoritas consideradas bonitas e elegantes naquele período, segundo os padrões divulgados em suas páginas. Possuía uma coluna social e demonstrava uma grande preocupação com os eventos e a vida social das pessoas de maior poder aquisitivo. Além disso, possuía a *Página Feminina*, na qual eram publicadas matérias escritas por autoras e direcionada para as mulheres.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – Brasil. E-mail: adaizalimagomes@gmail.com.

A *Ba-ta-clan* foi por nós coletada no setor de obras raras da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel², local onde podemos ter acesso à mesma impressa. Ela se refere ao ano de 1926 e contempla os meses de julho a novembro, números 1 a 19. Esta coleção é a única existente atualmente e, por esse motivo, nosso recorte para este trabalho compreende somente o ano de 1926.

Analisando esta fonte, buscamos notar como o grupo que a produzia utilizou a mesma como ferramenta para definir comportamentos ideais para as suas leitoras, naquele período. Nesse sentido, consideramos importante pensar o gênero, como uma posição que não é fixa, definida biologicamente, mas que é construída socialmente. E que, desta forma, o “ser homem” ou o “ser mulher” dependem das forças que atuam nos processos sociais, e conseqüentemente sobre os indivíduos. No caso aqui estudado, a revista *Ba-ta-clan* seria responsável por propagar um dos discursos sobre o “ser mulher” em Fortaleza no período estudado.

Foi defendido, então, um perfil ideal de “mulher moderna” como um ideal de beleza, moda e comportamento para as suas leitoras, relacionado com os anseios por modernização e civilização aos moldes europeus, existentes na cidade naquele período, defendidos principalmente pelas camadas de maior poder aquisitivo.

Se tratando de um periódico que pertencia à associação dos comerciantes locais, e que tinha uma grande parte de anúncios de produtos voltados para as mulheres em suas edições, consideramos interessante analisar os textos publicados em conjunto com a publicidade existente na revista, pois acreditamos que definir o que era ser uma “mulher moderna”, no caso da *Ba-ta-clan*, estava relacionado também com determinar quais produtos suas leitoras deveriam consumir.

Discursos de gênero na imprensa

Sendo a imprensa um meio pelo qual as sociedades divulgam e discutem os acontecimentos do seu cotidiano, além de informar ela também transmite discursos e ideias que fazem parte dos processos sociais. Além disso, ela possui um grande poder de influência e de formação de opinião para com o seu público leitor (CAPELATO, 1994).

² A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel é uma biblioteca pública mantida pelo Governo do Estado do Ceará através da Secretaria da Cultura e está localizada no seguinte endereço: Av. Presidente Castelo Branco, 255 - Centro, Fortaleza – CE.

Sendo assim, é uma ferramenta (re) produtora de discursos³ que, ao mesmo tempo, engendram e são engendrados pelas relações sociais e de poder. Desta forma, é capaz de influenciar a maneira como os leitores pensam a si mesmos e aos outros, construindo sentidos a respeito dos sujeitos sobre os quais ela fala, nos espaços onde circula. Através das publicidades, em suas páginas, vende produtos, mas também ideais de aparências e comportamentos a serem ou não seguidos. Gera desejos de consumo, mas também de estilos de vida, cria e reproduz estereótipos.

Pensando os periódicos como produtos da sociedade na qual são produzidos, segundo as relações de poder⁴ ali existentes, e também como ferramentas de difusão de ideias e formação de opiniões, neste trabalho problematizamos os discursos por eles produzidos no que se refere a um grupo social específico: as mulheres. O interesse é perceber como são feitas construções de gênero nas páginas das revistas, as quais criam significados a respeito dos comportamentos cotidianos das mulheres, veiculando sentidos sobre o que é “ser mulher”, assim como divulgando padrões a serem seguidos.

Deste modo, refletimos sobre como as sociedades determinam lugares específicos para homens e mulheres, e sobre como esses lugares são construídos historicamente, através das relações entre indivíduos e das práticas sociais, formando também discursos que os reproduzem e que ajudam a constituir-los, sendo a imprensa uma das ferramentas utilizadas nesse processo, ou seja, uma “tecnologia do gênero” (DE LAURETIS, 1994).

Quando Foucault (2012) fala sobre os discursos, aponta que estes são frutos dos grupos que o produzem e do poder que exercem em determinada sociedade, e que não só traduzem estas relações de poder, como também são objeto de desejo. Ou seja, aquele que possui o direito de discursar e de propagar sua opinião, também possui o poder e, por isso, o discurso é também objeto de desejo.

Pensando desse modo, a imprensa, pode ser vista como ferramenta de poder para aqueles que a elaboram. No caso aqui estudado, além dos discursos trazerem à tona as relações de gênero existentes naquele período em Fortaleza, eles também nos mostram de que forma foram utilizados como instrumento para definir comportamentos ideais para as leitoras.

³ De acordo com Foucault (1986, p.56) os discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas”.

⁴ Para Foucault (2004), o poder não é algo que se possui. Ele está presente nas relações humanas, sendo reproduzido nas ações dos indivíduos. Ou seja, o poder não existe por si só. Ele se dá através das relações.

Joan Scott (1994) aponta que o gênero se constitui nas relações de poder e também as estabelece, sendo uma primeira maneira de significá-las. Para ela, este seria a “organização social da diferença sexual”. Ou seja, ele se constrói socialmente a partir das relações e discursos que se constituem a partir da percepção das diferenças sexuais. Em outro momento, dialogando com Foucault, Scott (2008) acrescenta que o gênero é também conhecimento da diferença sexual. Ele seria “o conhecimento que estabelece os significados das diferenças corporais” (p. 20). Estes significados, segundo a autora, podem variar de acordo com cada grupo, sociedade ou época. Deste modo, Scott reforça que não há nada de natural, incluindo os órgãos reprodutivos dos indivíduos, que defina como devem se estabelecer as divisões sociais.

Também dialogando com Foucault, mas apontando que pensa além de sua teoria, Tereza Di Lauretis (1994) aponta que o gênero não é propriedade dos corpos e que não existe a priori nos sujeitos, sendo “um conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, a partir de uma “complexa tecnologia política” (FOUCAULT, 1980, p. 127 Apud LAURETIS, 1994, p 208). Nesse sentido, sua construção seria tanto produto como processo de sua representação. Dessa forma ele seria “produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1994, p. 208). O “sistema sexo-gênero” seria, então, uma construção sociocultural como um sistema de representação que atribuiria significados aos indivíduos (Ibidem).

Nesse sentido, entendemos a imprensa, e mais especificamente a revista *Ba-ta-clan*, como um difusor de discursos de gênero, já que reproduz e reforça, a partir de seus discursos, as diferenças de gênero existentes na sociedade, constrói estereótipos e atribui significados sobre os sujeitos, homens e mulheres, assim como sobre seu comportamento, define, desta forma, padrões de gênero a serem seguidos pelo seu público.

Quando falamos sobre os discursos presentes na imprensa, neste trabalho, não excluimos os anúncios de produtos nela veiculados, já que consideramos que eles também a compõem, também trazem consigo significados e divulgam e reafirmam as construções sociais e de gênero.

Para Nara Widholzer (2005), as publicidades não só anunciam objetos, mas reproduzem as assimetrias de gênero. Por estarem presentes no cotidiano das pessoas, contribuem para a construção do senso comum, através de ideias, veiculadas em textos e imagens criando e/ou reproduzindo estereótipos, preconceitos, etc. Ou seja, elas não só

vendem mercadorias, mas também promovem a cultura, funcionando, desta forma como uma pedagogia cultural.

Iara Beleli (2007) aponta que a publicidade veicula padrões culturais estabelecidos na sociedade que a produz, buscando criar uma identificação com o público, levando a ele significados sobre os sujeitos e seus comportamentos, reforçando, assim, os modelos socialmente aceitos.

Nesse sentido, pensar a publicidade em conjunto com os demais textos publicados na *Ba-ta-clan* nos permite problematizar como esta atuou como instrumento de reforço dos papéis socialmente estabelecidos para as mulheres de Fortaleza naquele momento e também como, ao divulgar objetos, mas também estilos de vida, buscava projetar formas de identificação do seu público com um modelo de “mulher moderna” fortalezense.

As mulheres na revista: construções de gênero na Ba-ta-clan

No início do século XX, os grandes centros urbanos brasileiros passavam por intervenções modernizadoras, como o alargamento de ruas, a reordenação do espaço urbano e a criação de novos espaços de lazer, acompanhadas de transformações sociais e culturais que iriam influenciar na maneira de se comportar dos seus habitantes (PONTE, 2001). Aqui damos uma atenção maior às mulheres, já que nesse período houve na imprensa uma série de discussões a respeito do seu comportamento, devido a fatores como a adesão da moda francesa, a popularização do cinema norte-americano, trazendo novos exemplos de condutas a serem seguidas, como dirigir automóveis e fumar, o advento de novos ritmos musicais, como o *jazz*, o *fox-trot* e o *charleston*, também veiculados pelo cinema; o maior acesso das mulheres à educação, e às discussões a respeito do voto feminino. Exatamente por isso os anos de 1920 nos chamaram atenção, pois aquele foi um período de questionamento dos valores tradicionais e da moral católica, que em Fortaleza tinham uma presença muito forte.

Além disso, a valorização do corpo e a liberdade de movimentos para as mulheres possibilitada pela moda *à la garçonne*⁵, as novas danças que proporcionariam um maior movimento e também a aproximação dos corpos; as ideias de modernidade e elegância

⁵ O estilo *La garçonne*, consiste em mulheres com cabelos curtos, semelhante ao corte tradicionalmente definido para meninos, uso de maquiagens, joelhos a mostra, vestidos soltos, sem o uso de espartilho, inspirados nos modelos criados pela estilista Gabrielle Chanel.

fortemente presentes nos discursos da época, principalmente nos das revistas⁶, nos levaram a questionamentos sobre os padrões desejados para as mulheres fortalezenses da década de 1920.

Esse era um momento de transformações na capital alencarina⁷, que a partir de 1860, com a exportação do algodão para outros centros urbanos do Brasil e do mundo, ganhou sua hegemonia em relação às outras cidades cearenses. Com chegada de produtos estrangeiros a partir do intercâmbio comercial com a Europa, tanto devido às importações e exportações, como também à instalação de lojas estrangeiras (a exemplo da filial da francesa Boris Frères), houve um desenvolvimento do comércio na cidade, com um estímulo ao consumo, principalmente de objetos importados. (ORÍÁ E JUCÁ In SOUZA *et al*, 1995). Estes significariam uma maior qualidade e elegância em relação aos nacionais, e proporcionariam distinção para quem os possuísse. Estas “novidades” chegariam ao porto nos navios, seriam vendidas nas lojas locais e anunciadas nos impressos da cidade, a exemplo da revista aqui estudada (ALMEIDA, 2016).

O sucesso ligado às exportações algodoeiras também propiciou a emergência de novos grupos sociais como o dos comerciantes enriquecidos com as importações e exportações, e os profissionais liberais, formados nas academias de ensino superior do Brasil e da Europa (ORÍÁ E JUCÁ In SOUZA *et al*, 1995).

As revistas ilustradas seriam, neste período, as principais difusoras das novidades na cidade. Através dos seus anúncios, colocaram em circulação novos produtos e discursos, influenciando, assim, a opinião pública e o consumo. Elas seriam as principais responsáveis por difundir a moda *à la garçonne*, os costumes tidos como civilizados, e as ideias de modernidade para o seu público, através da divulgação dos bailes e dos cinemas; das crônicas e das colunas sociais publicadas em suas páginas.

Estas publicações por si só já seriam consideradas novidades naquele momento, já que possuíam uma qualidade superior à dos jornais, com páginas em papel *couché*, ornamentadas e com uma grande presença de imagens, tornando-se mais atrativas visualmente e passando a serem “consagradas como o formato impresso moderno por excelência” (ALMEIDA, 2016, p. 44).

É importante ressaltar também que naquele período a imprensa periódica era o principal meio de comunicação. Em relação às revistas ilustradas, especificamente, há um impulso do crescimento do seu número nas cidades do Brasil. Com publicação mais

⁶ Nos referimos, aqui às revistas *A Jandaia*, *Ba-ta-clan* e *Ceará Ilustrado*.

⁷ A cidade é popularmente adjetivada desta maneira por ser a cidade natal do escritor José de Alencar.

espaçada que a maioria dos jornais, sendo semanais, quinzenais ou mensais, mas com um maior número de páginas e melhor qualidade de impressão, tinham como função informar e entreter seu público. Tinham, em sua maioria, uma maior quantidade de fotografias e recursos gráficos, alguns em outras cores além do comum preto e branco, presente nas ilustrações feitas a partir da litografia e da xilogravura. Por serem mais atrativas, e de linguagem mais acessível para os que não sabiam ler (que naquele momento era a maioria da população), devido à grande presença de imagens, tinham um grande poder de influência. Os grupos que escreviam nesses periódicos eram intelectuais e literatos, por esse motivo, muitas revistas eram literárias, embora, com o crescimento das cidades, muitas seriam também chamadas “mundanas” caracterizadas por trazer as novidades da época, e por serem luxuosas, entre estas algumas seriam voltadas para mulheres. (SODRÉ, 1999; MARTINS, LUCA, 2012).

Nessas publicações, estas não seriam só produtoras de textos (em alguns casos) ou leitoras, elas seriam também consumidoras dos produtos ali anunciados. Seriam um dos principais alvos das publicidades, devido ao seu potencial de consumo de produtos de moda, saúde e beleza, assim como de produtos domésticos.

Nesse momento, a relação dos impressos com o consumo é estreitada, já que o comércio crescia nos centros urbanos e sendo os periódicos os principais meios de comunicação do período houve um investimento nas publicidades. Nesse sentido, anúncios também passam por uma especialização, passando-se a contratar profissionais das letras especificamente para produzi-los (MARTINS, LUCA, 2012).

Em Fortaleza, na década de 1920, as revistas que continham essas características eram *A Jandaia*⁸, *Ba-Ta-Clan* e *Ceará Ilustrado*⁹. Muitos dos seus discursos eram voltados para as mulheres, chegando a reservarem páginas exclusivas, como a *Página feminina* existente nas três magazines. Elas incentivavam o consumo de artigos femininos e promoviam mulheres que usavam a moda parisiense, através dos concursos de beleza, como o do mais belo sorriso e do mais belo cabelo *à la garçon*, e de fotografias expostas em suas páginas e capas. As mulheres de maior poder aquisitivo, não eram suas únicas leitoras, mas estavam entre as que mais consumiam estas publicações. Aqui trabalhamos exclusivamente com a *Ba-ta-clan*, devido a sua característica de pertencer ao grupo dos

⁸ Revista fortalezense, da década de 1920, voltada para a publicação de atualidades e novidades. Tratava de assuntos variados, como notícias de acontecimentos locais e mundiais. Se propunha a divulgar, também, artes e literatura.

⁹ Revista fortalezense da década de 1920, de novidades, porém com perfil literário. Suas publicações tinham assuntos variados como política, literatura, colunas sociais e humor.

comerciantes locais (provavelmente os principais interessados em divulgar as “novidades”), por conter uma quantidade maior de publicidades em suas páginas, a maioria voltada para as mulheres, e por trazer uma maior quantidade de conteúdos dirigidos ao este público.

A revista era destinada às camadas abastadas, principalmente às mulheres. Ou seja, é importante deixar claro que seu público específico não era qualquer mulher fortalezense, mas as mulheres de maior poder aquisitivo, que possuíam condições financeiras de adquirir tanto a revista como os produtos ali anunciados.

Tinha como subtítulo a seguinte frase “revista ilustrada de arte e elegância” e de acordo com a mesma, ela atuava “[...] registrando os mais notáveis acontecimentos do seu assaz movimento mundano”. Ou seja, era uma revista de atualidades, mas possuía a maior parte de suas páginas ocupada por anúncios. Publicava também cartas de leitores e fotografias de mulheres de maior poder aquisitivo em locais públicos de diversão, além de fotografias de moças consideradas bonitas e elegantes em suas capas, e possuía a *Página Feminina*, na qual eram publicadas matérias escritas por uma mulher e direcionada para as mulheres.

Seu diretor assinava com o pseudônimo Mister Butterfly; o secretário com o de Dom Casmurro e o Ilustrador assinava como Queirós. A sua *Página Feminina* era escrita por Anna Maria¹⁰. No entanto, também aceitava colaborações externas, desde que sujeita aos critérios da mesma. Tinha publicação semanal, aos sábados. Era impressa em papel *couché*.

Nos seus artigos, crônicas e colunas sociais, a partir da publicação de fotografias de mulheres das camadas abastadas, das dicas de moda, ou de discussões sobre comportamentos, notamos a intenção de influenciar um público específico: as mulheres. Naquele momento, levou referências de ideias, comportamentos e moda para as fortalezenses. Defendiam um discurso ligado à ideia de modernidade¹¹ para as leitoras. Frequentar locais como os clubes elegantes, o cinema, o teatro e o passeio público, vestir-se de acordo com a moda e cortar os cabelos *à la garçon* eram atitudes valorizadas em suas páginas. Esta seria, neste sentido, influenciadora de um perfil para as moças que se desejavam bonitas e elegantes.

¹⁰ Até o momento não foi possível encontrar maiores informações sobre os responsáveis pela revista.

¹¹ Nos discursos publicados na revista, a ideia de modernidade se relacionava com as novidades, com a adesão de comportamentos tidos como civilizados, baseados nos padrões europeus, e com o consumo de produtos importados de países como França e Inglaterra.

A influência à adesão à padrões de beleza pode ser percebida a partir dos concursos realizados pela revista, das fotografias de mulheres consideradas belas, que podiam ser vistas logo nas capas, das publicidades e também em outros espaços, como na notícia abaixo:

Possue a leitora as medidas exactas para ser classificada uma verdadeira Venus?

[...] Imagine os leitores que os “yankes” vêm de realizar um concurso de beleza de maneira interessantíssima.

No Brasil, só se leva em conta, nessas provas, o bello palminho de rosto da eleita, haja vista o caso de nossa nunca assàs falada Zezé Leioni.

Ali, porém o votante leva a sua exigência mais adiante. Quer encontrar uma verdadeira essência na mulher. Que o rosto esteja de acordo com a plástica geral do corpo. Pesquisa com o mais apurado gosto estético, a suavidade de um contorno, a delicadeza de uma linha, a esbelteza do porte e <<tutti quanti>>!...

[...] Reproduzimos, aqui, o <clichê> de “Miss América” como ficou cognominada com as dimensões de formas indispensáveis para ser classificada uma Vênus moderna e ... a BA-TA-CLAN.

Pena que em nossa pátria as convenções sociais não nos permitam realizar um concurso como esse.

Seria bem agradável a reprodução do que ocorreu na Norte América com a Miss Fay Lamphier. Um cortejo suntuoso, de carros abertos, mostrando em <<toilettes>> de banho, em toda a sua impressionante beleza e graça, mulheres lindas, em uma competição triunfal (BA-TA-CLAN, 4 de setembro de 1926)

Ao noticiar o concurso realizado nos Estados Unidos, o que o autor do texto propõe é que as leitoras busquem se encaixar no mesmo modelo de beleza do concurso noticiado. Isso pode ser percebido logo no título do texto, o qual não se refere à competição norte-americana, e sim questiona se as leitoras podem ser consideradas uma “verdadeira Vênus”. Mais que simplesmente noticiar o ocorrido, intenciona-se enquadrar as mulheres em um mesmo perfil corporal. O autor deixa claro que se trata de um tipo de classificação baseada em medidas pré-estabelecidas, nas quais seria indispensável que as competidoras se encaixassem. Ao questionar se as leitoras possuem exatamente os mesmos padrões, se estabelece um tipo de corpo a ser buscado. O caráter impositivo da notícia é reforçado quando a expressão “verdadeira essência da mulher” é utilizada, denotando a existência de uma essência inerente a todas as mulheres, relacionada com um único modelo de beleza corporal. A construção de gênero feita no texto é ainda acentuada quando se utiliza termos como “delicadeza” e “suavidade”, dando a entender que estas seriam características naturalmente femininas, devendo ser mantidas por todas as mulheres. É interessante notar, ainda, a defesa da realização de competições entre estas,

apontadas no discurso como algo positivo, “interessante” e “agradável”, o que pode ser percebido também quando o autor lamenta a não existência de um evento semelhante no Brasil.

Todos esses aspectos citados nos fazem atentar para os significados gendrados¹² existentes no discurso do autor, ou seja, nos fazem perceber que ao apontar características específicas para as mulheres, ele reforça culturalmente e socialmente a ideia da existência de comportamentos diferentes e específicos para cada sexo biológico. Nesse sentido, atribui atitudes “femininas” para mulheres e, implicitamente, “masculinas” para homens. Sendo características componentes da “feminilidade” a beleza, a delicadeza e a simpatia.

Nos discursos da *Ba-ta-clan*, era bastante comum, também, o incentivo à adesão do novo: novos comportamentos, novos objetos, nova maneira de se vestir e novo penteado. Aderir às novidades seria sinônimo de modernidade e elegância:

NOVIDADES ELEGANTES

A melhor aliada que as mulheres encontraram para resolver as dificuldades de suas toilettes, foi, sempre, as Moda e, não raro, as inovações criadas por essa grande e poderosa dama, com seus artifícios, têm um fim da maior vantagem para o bello sexo.

A flôr, tão em voga actualmente, desempenha um papel importantíssimo nessa criação, evitando á mulher elegante, que quer se divertir, dansando ou correndo, ou saltando, o incomodo que lhe acarreta trazer um bolsa, ou uma *trousse*, nas mãos.

Assim é que debaixo de uma grande flôr desabrochada sobre a blusa, encontrarão as elegantes uma pequena sacola, contendo um espelhinho, um *sachet* de pó de arroz e um *baton* de *rouge*

As jovens entusiastas das dansas ou dos sports, poderão, portanto, onde quer que estejam, entre um *fox-trot* e um *charlestone*, ou entre duas partidas do *tennis* do *golf*, com maior facilidade, passar um pouco de pó de arroz nas faces, ou avivar os lábios de vermelho, com o auxílio do *baton*. (ANNA MARIA. 09 de outubro de 1926, s/p.)

No texto acima, publicado na *Página Feminina*, a moda e suas inovações são apresentadas como vantagens para as mulheres. A autora, ao noticiar a existência de um novo objeto, também define um perfil de mulher elegante, diferente dos padrões tradicionais, como sendo aquela que se maquia, pratica novos esportes e danças e frequenta espaços de diversão, esta, adjetivada como “belo sexo”, deveria, então, manter sua beleza em todos os momentos. Beleza e mulher aparecem como palavras sempre conectadas de alguma maneira nos discursos da *Ba-ta-clan*. Nesse sentido, a beleza era

¹² O termo “gendrado”, é aqui utilizado na perspectiva de Tereza de Lauretis (1994, p. 1), para se referir à ideia de algo que é “marcado por especificidades de gênero”.

colocada característica inerente às mulheres, devendo ser mantida a todo custo. Adquirir o novo produto, considerado uma maneira prática de levar consigo suas maquiagens, facilitaria, segundo Anna Maria, a manutenção da beleza e da elegância das leitoras.

Como notamos, a magazine punha em circulação o novo e a novidade como ideais a serem seguidos. As novas mulheres, veiculadas em suas páginas como um modelo a ser seguido, eram caracterizadas pela beleza, saúde e elegância, se divertiam e que praticavam novas atividades, mas para isso precisariam consumir produtos de beleza e moda.

É comum também o uso do adjetivo “moderno” para qualificar os produtos anunciados, assim como “modernas” seriam as mulheres que os consumissem:

As ultimas novidades em brincos colares e pérolas – Sedas as mais modernas e elegantes – Rendas valencianas e “guipure” – Aplicações de fantasia para vestidos e chapéus – Meias finíssimas – E as ultimas e originaes creações de alta elegância parisiense, na mais moderna e mais frequentada casa de modas do Ceará
A CEARENSE – Rua Floriano Peixoto n. 219 (BA-TA-CLAN, 17 de julho de 1926).

A partir do anúncio acima podemos notar os tipos de artigos de moda direcionados para as mulheres naquele momento. Notamos também a utilização dos termos “novidades”, “modernas”, “elegantes” e “finíssimas” relacionados a estes produtos, termos que remetem ao novo, mas também ao luxo, buscando acentuar a distinção tanto da loja como se suas consumidoras.

A partir dos anúncios supracitados, notamos que se tradicionalmente as mulheres eram relacionadas ao recato e à discrição, nas páginas da *Ba-ta-clan* para serem consideradas “modernas” deveriam ter como características a beleza, a ousadia, o consumismo, a vaidade, etc.

No entanto, mesmo influenciando a adesão á moda e às atividades de lazer, pode-se perceber que existia uma tentativa de manutenção de padrão de comportamento ideal para as mulheres como sendo o de esposa amorosa e dedicada ao lar. Como exemplo disso podemos citar o seguinte trecho retirado da *Pagina feminina*:

A mulher moderna ama os sports, o perigo, o flirt e, até mesmo, o jogo da Bolsa.

[...] A mulher, embora cultive o espírito e se interesse pelas descobertas científicas, tendo, até mesmo, parte saliente nas mesmas, e se dedique aos sports, conserva, ainda e sempre, dentro dela um organ pequenino, mas poderoso, que não satisfeito com tudo isso, vem, cedo, ou tarde, reclamar o que lhe é mais necessário á vida – o amor.

O coração – que é este o órgão – assim procedendo, é, pois, o motivo pelo qual as mulheres continuam a preferir os romances de amor aos livros científicos e filosóficos... Se ellas foram feitas para amar e, só, para o amor... (ANNA MARIA. *Ba-ta-clan*, 12 de julho de 1926, s/p.)

Ao começarmos a leitura do artigo acima, notamos que liberdade feminina é destacada através do comportamento, de modo que as mulheres são apresentadas como “aventureiras”, não havendo nenhuma relação da “mulher moderna” com o perfil tradicionalmente definido para o sexo feminino.

Porém, ao continuarmos lendo, percebemos que seu discurso reforça ideia do romantismo ligado às mulheres e coloca o amor como algo almejado por todas, como se fosse o objetivo principal de suas vidas. Estas, por mais diferentes das antigas gerações, ainda são apresentadas como essencialmente ligadas ao sentimento, como se tivessem nascido com um destino, o amor, e não pudessem se desvincular dele.

Com isso, é reforçada também a ideia e de que as mulheres e os homens deveriam ter comportamentos e funções diferentes na sociedade. De acordo com esse pensamento, seria natural do sexo feminino, o romantismo, a doçura, a pureza, assim como o seu papel seria casar, ter filhos e cuidar do lar. Já os demais atributos citados, como a dedicação aos esportes, ao trabalho, aos estudos e à ciência seriam naturais do sexo masculino, apesar de existirem mulheres que os possuíam. Deste modo o perfil de mulher defendido na revista é de alguém que pode até ser “moderna”, mas seu verdadeiro lugar é o lar.

Conclusão

Podemos notar que a revista estudada defende nos seus discursos, presentes tanto nos textos publicados como nas publicidades, um perfil de “mulher moderna” a ser seguido por suas leitoras. A “mulher moderna” divulgada em suas páginas, era uma mulher que sabia ler, seguia a moda consumia tanto a própria revista como dos produtos ali anunciados. Nesse sentido, na *Ba-ta-clan* as mulheres eram não só o principal tema ali discutido mas também os principais sujeitos do consumo, com diversos produtos e publicidades dirigidos especificamente para elas.

A *Ba-ta-clan* construiu uma idealização de mulher fortalezense, buscando criar uma identificação de suas leitoras com uma forma de ser caracterizada pela beleza, elegância, e por novos comportamentos, penteados e maneiras de se vestir. No entanto,

mesmo que, que estes discursos tragam consigo uma ideia de liberdade feminina e de novidade, eles ainda estão ancorados em ideais conservadores, contribuindo para a manutenção de um perfil de mulher ligada ao lar, ao amor, ao casamento e à família, tradicionalmente constituído a partir das relações de gênero existentes naquela sociedade.

A partir dos resultados obtidos com este trabalho, notamos que nossas fontes proporcionam novas reflexões e que aspectos relacionados à imprensa, às mulheres, às publicidades, podem ainda ser trabalhados e/ou aprofundados, tais como as questões relacionadas com a beleza e a feiura, o trabalho, a família, o copo das mulheres e sua objetificação nas publicidades, etc. Nesse sentido não temos a intenção de encerrar aqui este debate, mas acreditamos termos contribuído com as discussões já existentes sobre o tema e com as que estão por vir.

Referências

ALMEIDA, Heloísa Buarque de; BELELI, Iara. (Org.) Dossiê Mídia. *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104833320030002&lng=pt&nrm=iso>

ALMEIDA, Luciana Andrade de. *Os Sentidos das Aparências: Invenção do corpo feminino em Fortaleza (1900-1959)*. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2016.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: _____ (Org.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 21-44.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (Org.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. *Estudos Feministas*. v. 15, n. 1, p. 193-215, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARVALHO, Maria Gomes de; ADELMAN, Miriam; ROCHA, Cristina Tavares da C. (Org.). Seção temática Gênero e Mídia. *Estudos Feministas*, v.15, n.1, 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/348/showToc>>.

DE LAURETIS, Teresa. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 2012.
- _____. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- KLEIN, Naomi. O patriarcado se apavora. In: _____ *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 130-149.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MISCOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Org.). Seção temática Gêneros, Sexualidades e Mídias Contemporâneas. *Estudos Feministas*, vol.25, n.1, 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/2490>>.
- ORÍÁ, Ricardo; JUCÁ, Gisafran. *De Forte a Vila e Cidade (1603-1889)*. In: SOUZA, Simone de; RIBEIRO, Francisco Moreira; JUCÁ, Gisafran; ORÍÁ, Ricardo; PONTE, Sebastião Rogério.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, Jun 2011.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 2001.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2). Jul/Dez, 1990.
- _____. *Gênero e História*. Trad. De Consol Vilà I. Boadas. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.
- SILVA, Diocleciana Paula. *Do Recato à Moda: Moral e Transgressão na Fortaleza dos anos 1920*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Muad, 1999.
- SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- VIANA JÚNIOR, Mário Martins. *As mulheres na expansão material de Fortaleza nos anos de 1920 e 1930*. (Mestrado em História Social) UFC. Fortaleza, 2009.
- WIDHOLZER, Nara. A publicidade como pedagogia cultural e tecnologia de gênero: abordagem linguístico-discursiva. In: FUNCK, Susana Bornéo e WIDHOLZER, Nara.

Gênero em discursos da mídia. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, pp. 17-52.

Gender discussions in Fortaleza: the *Ba-ta-clan* magazine and the (re)production of behavioral patterns for women (1926)

Abstract: This work focuses on how the present speeches in the *Ba-ta-clan* magazine produced and reproduced ideal profiles for women in the 1926. This was a current magazine aimed at the commercial elite of the city, especially women. Analyzing this source, from the gender perspective, in dialogue with Joan Scott, we think of "being woman" as a position that is not fixed, but which is socially constructed from power relations and discourses.

Keywords: Genre. Speech. Press.

MULHERES QUE FORAM À LUTA CONTRA A DITADURA NO JORNAL *CORREIO DO POVO* (1968 - 1975)

Luísa Dornelles Briggmann¹

Resumo: Este trabalho busca analisar os discursos produzidos e difundidos acerca das mulheres que atuaram em grupos clandestinos de esquerda, que se opunham à ditadura brasileira, no jornal *Correio do Povo*, entre os anos de 1968 a 1975. Esta pesquisa também procura entender como se dá a ação da imprensa na sociedade e qual o papel do jornal *Correio do Povo* na conjuntura da época. A presença de mulheres militantes nas páginas do jornal é rodeada de sentidos e significados, assim, sob um olhar dos estudos de gênero, pretende-se pensar a importância destas militantes para a construção da história do Brasil.

Palavras-chave: Discurso, Ditadura, Gênero

Considerações iniciais

Tenho por objetivo neste trabalho buscar entender, ainda que brevemente, a presença das mulheres em organizações da esquerda que se opunham à ditadura e os discursos produzidos e difundidos sobre estas no jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, entre os anos de 1968 a 1975. Para tanto, faz-se necessário observar a presença destas mulheres na sociedade da época e na escrita da história. Assim como analisar a importância da empresa Caldas Jr, responsável pela publicação do jornal.

A escolha desta delimitação temporal se deu por esses serem os chamados “Anos de Chumbo”, período de maior repressão dentro da ditadura, a partir da implantação do Ato Institucional Número 5 (AI-5). É neste período também que há uma intensificação da propaganda a favor do Regime, que visava maior apoio da sociedade, além da montagem do sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações) e dos aperfeiçoamentos dos órgãos de informação. Maria Helena Moreira Alves (2005) afirma que essa foi uma das consequências mais graves do AI-5: o caminho que ele abriu para o uso desenfreado do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional.

É neste período de maior repressão que muitas organizações optaram pela luta armada. Muitas destes grupos acreditavam que a revolução deveria acontecer no campo, entretanto, buscavam na cidade recursos para financiar uma futura luta rural, para compra de armas, para o mantimento de aparelhos e moradias, para a ajuda financeira a militantes

¹ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Bolsista CAPES pelo Projeto “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”. E-mail para contato: luisa.briggmann@gmail.com.

em situação de clandestinidade, etc., assim como realizavam ações visando a negociação de liberdade para presos políticos. É visível que o crescimento destas ações e a repercussão destas na sociedade gerou um aumento no número de reportagens publicadas no Correio do Povo que fazem referência à presença de mulheres nestes grupos.

Ao estudarmos a ditadura que tomou conta do Brasil a partir de 1964, ainda encontramos uma história escrita, produzida e reproduzida, em sua grande maioria, por e sobre homens, onde há um silenciamento maciço das mulheres. É o que nos diz Miriam Goldemberg, ao afirmar que a história da esquerda do Brasil foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias de “grandes homens”, onde as mulheres aparecem como meras coadjuvantes. (GOLDENBERG, 1997).

Scott (1992) sustenta que a disciplina História não é apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam as tarefas e funções através do tempo. Assim, a História é também responsável pela produção sobre a diferença sexual e sobre o saber de gênero, ou seja, uma história que narra principalmente fatos e realizações do sexo masculino, constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história. (PEDRO, 2005).

Portanto, nós historiadoras, precisamos inscrevê-las na história como sujeitos históricos, revolucionando-a, criando uma outra forma de conhecimento, uma nova história. Sendo assim, é de grande importância também, que nos proponhamos a refletir sobre as fontes desse período da história do Brasil na perspectiva dos estudos de gênero. Aqui, compreende-se gênero como uma “construção social, cultural e histórica. Sempre relacional” (WOLFF, 2007b, p. 21) onde sugere-se que “qualquer informação sobre as mulheres, é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro (...) o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, (...) é criado nesse e por esse mundo masculino” (SCOTT, 1995, p. 75).

Para Joan Scott o gênero estaria também no centro do estabelecimento de hierarquias sociais e estratégias de poder. Sendo, “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (1995, p. 88). Poder este, entendido a partir do conceito dado por Foucault, “como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais” (SCOTT, 1995, p. 86), sempre trazendo consigo uma ação de resistência, que lhe é intrínseca e inseparável.

Tereza de Lauretis (1994) defende que o gênero é o produto de diversas tecnologias sociais, como as práticas da vida cotidiana, as práticas críticas

institucionalizadas, o cinema, e aqui, especialmente, a mídia. Sendo este, então “tanto o produto quanto o processo de sua representação” (LAURETIS, 1994, p. 212), o que é bastante visível ao se analisar as histórias das mulheres que lutaram contra a ditadura brasileira.

É nesta perspectiva que busco realizar meus estudos sobre estas militantes. Pouco ainda se estudou sobre as muitas mulheres que buscaram um espaço até então não destinados a elas: a política. As mulheres brasileiras nas décadas de 1960 e 1970 estavam submetidas a um processo de socialização desigual e hierárquico. Ou seja, essas militantes, ao se oporem ao regime e transgredirem ao lutarem por seus ideais, também ao romperam com padrões sociais prometidos a elas: saíram do domínio privado para ocupar o espaço público, político e masculino por excelência.

“Quem é essa mulher que canta sempre esse lamento? Só queria lembrar o tormento...”

Marcelo Ridenti (1993) afirma que do total de 4.124 processados das esquerdas brasileiras na época, 660 eram mulheres, ou seja, 16%. Esse número aumenta se levarmos em conta as organizações armadas urbanas: 18,3%. Na maioria dessas organizações, o percentual de mulheres que foram denunciadas ficou entre 15% e 20%. Estas participavam da luta armada seja na linha de frente – expropriações a bancos, sequestros de aviões, etc. -, ou na retaguarda, ajudando na logística das ações.

Ridenti (1990) ressalta ainda que estes números até podem parecer pequenos, mas é preciso levar em conta que o lugar social ocupado pela maioria das mulheres da época, ficava restrito ao espaço privado:

[...] a média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que, então, suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter ‘feminista’ propriamente dito, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outra conjuntura. (RIDENTI, 1990, p.114)

Podemos pensar, portanto, que a participação das mulheres na militância política contra o Regime Militar deu início a uma ruptura com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino. (Idem)

Entretanto, os estereótipos relativos às mulheres ainda eram muitos fortes em toda a sociedade. Conforme recorda Wolff (2007a) a importante e aparente mudança que se operava nessa juventude revolucionária pode ser observada de várias maneiras e aparentemente nem sempre atingir a profundidade esperada em suas transformações. É o que afirma Ignez M. Serpa Ramminger (2010), conhecida como “Martinha”, militante de grande importância neste período da história no Rio Grande do Sul, ao narrar a dificuldade de afirmação das mulheres dentro das organizações armadas, assim como a intolerância dos companheiros com “pequenas vaidades femininas, tais como usar minissaia, salto alto, passar rímel nos cílios e pintar os lábios” (RAMMINGER, In: PADRÓS, 2010, p. 141), vistas por muitos como um comportamento “pequeno burguês”.

A pouca presença de mulheres em postos de comando dentro das organizações ocorriam não somente no Rio Grande do Sul, mas nível nacional. As atividades destinadas nas organizações eram diferentes para homens e mulheres, conforme afirma a guerrilheira Vânia: “no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de manter as casas. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso.” (COSTA, p. 113)

É o que recorda também Sônia Lafoz, militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e depois do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro): “As próprias organizações questionavam a participação da mulher em determinadas atividades. Você podia ficar numa base universitária, até operária, de infra-estrutura, mas pegar em armas não. Foi duro ganhar esse espaço” (CARVALHO, 1998, p. 386).

Essa restrição com as mulheres estava presente também em cartilhas que serviam como modelo para os grupos guerrilheiros. No livro, *A guerra de guerrilha*, de Ernesto Che Guevara, por exemplo, o autor dedica um subcapítulo para o “Papel da Mulher”. Neste, Che afirma que a mulher pode portar armas e combater ao lado dos homens, mas será mais importante se servir de agente de ligação e mensageira, por poder passar mais despercebida, ou como cozinheira, professora, costureira e enfermeira, por sua “doçura infinitamente superior”², ou seja, a militante deveria continuar desenvolvendo as funções que lhes eram socialmente atribuídas. O gênero aqui se colava ao corpo, nas práticas cotidianas e nas tarefas atribuídas a cada militante, “colocando os desafios para a

² Ler mais em: WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, dez. 2007b.

incorporação de mulheres em uma ‘guerra de guerrilhas’ pensada como um espaço masculino de atuação” (WOLFF, 2007b, p. 29).

Ser corajoso, ativo, viril, capaz de manejar em armas e de grandes sacrifícios pela revolução eram qualidades de um bom guerrilheiro, mas previamente esperadas para os homens. As militantes mulheres teriam de provar ser capazes, de uma maneira mais dura que seus companheiros, se apropriando de atributos do “gênero masculino”. Utilizando de inúmeras estratégias, como assumir a postura e até mesmo modos de vestir-se “como homens”, provar que não eram delicadas e que podiam resistir a tortura quando presas, demonstrar que sabiam pegar em armas, etc., elas procuravam cunhar que também possuíam estes atributos de valentia. (WOLFF, 2007b)

Desta maneira, a participação das militantes nas ações era, em geral, pensada a partir dos papéis que a sociedade da época atribuía as mulheres. É o que nos afirmam Joana Pedro e Cristina Wolff:

Estas eram imagens de uma masculinidade infalível, certamente difícil de servir como espelho para as mulheres que se aventuraram nos caminhos da guerrilha. Elas ajudavam a explicar a acusação frequente, reforçada pela identificação com as ideias feministas, de que estas mulheres precisaram esconder seus traços femininos. Não podiam usar vestidos e pentear o cabelo visando ressaltar a beleza. Não podiam, ainda, usar batom; enfim, não deveriam parecer mulheres (Colling, 1997; Goldemberg, 1997), a não ser que a ação exigisse o uso do gênero, como nos casos em que precisavam obter informações, passar por lugares perigosos de forma despercebida; para isso, algumas vezes serviam-se de sua imagem de mulher. Enfim, elas deveriam mostrar sua coragem, sua firmeza, sua lealdade, sua virilidade, nas ações de vida e de morte, nos porões da polícia secreta, sentadas na “cadeira do dragão” ou penduradas num “pau de arara”. (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 404).

Assim, sendo o gênero um lugar central nas relações de poder, ele se faz também responsável pela organização das relações sociais, marcadas por hierarquias, lugares, normas e produções de sujeitos. Cristina Wolff (2010) afirma que se vivia esta contradição – por um lado reconhecia-se a importância das mulheres, mas por outro, ainda era difícil incorporá-las como iguais. A autora (2007b) ressalta que as organizações militantes do Brasil foram muito diversificadas, e muitas vezes a hierarquização entre homens e mulheres, apesar de existentes, não eram tão aparentes.

Entretanto, quando essas militantes que ousaram romper com estes “estereótipos femininos” eram presas e torturadas, os militares visavam também recolocá-las em seu “devido lugar” e a hierarquização entre militar e militante se fazia evidente. Olivia Rangel

Joffily (2010) afirma que para os agentes de segurança, a alteridade que o separava do inimigo, quando este era uma mulher, não poderia ser mais completa.

A autora ressalta ainda que, na resistência à tortura, dentro das prisões, o corpo das mulheres se tornou um campo de batalha. É no contexto da tortura que as relações opressoras de poder ligadas ao gênero atingem seu ápice, é ali que o machismo cruamente se manifesta. Em diversos relatos de militantes torturadas, há a ênfase para torturas específicas pelo fato de serem mulheres. É o que relata a ex-presa política Gilse Westin Cosenza: “Uma coisa a gente percebeu: com a gente que é mulher, eles usam além da tortura normal para os homens, a afetividade e a questão sexual”. (JOFFILY, 2010, p. 227).

Inúmeros são os depoimentos de mulheres estupradas, que tiveram seus órgãos sexuais mutilados e de torturadores sádicos, onde o prazer da dominação do torturador sobre a vítima é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto³. A tortura psicológica explorava as relações das militantes com seus filhos/as, companheiros e pais, onde frequentemente ameaçavam matá-los ou tortura-los. Além disso, conforme afirma Cristina Wolff, “para as mulheres sempre pairava a ideia de que elas eram ‘corresponsáveis’ por sua violação, na medida em que eram atraentes ou que eram mulheres” (WOLFF, 2015, p. 984).

É visível, assim, que na tortura, as mulheres enfrentaram “a maneira pelo qual se exercia o poder, não somente o poder do Estado, mas aquele que se exerce por outras instituições ou formas de constrangimento, uma espécie de opressão permanente da vida cotidiana”, como afirma Foucault (2010, p.333). Ou seja, eram expostas a uma dupla e desigual relação de poder: a da militante oprimida contra o agente de segurança opressor e a da hierarquia de gênero.

A ideia de fraqueza física e emocional própria das mulheres era inerente à ação dos militares na prisão, que inicialmente acreditavam que seria mais fácil “arrancar” informações das militantes femininas. Gilse Westin Cosenza também traz isto em seu depoimento:

E então ele (o coronel responsável pelo Inquérito Policial Militar), cantou de galo, dizendo que, com mulher, ele não tinha trabalho, porque

³ Relatos que expõem a violência sexual destinada contra mulheres na tortura durante a Ditadura brasileira estão disponíveis em diversos livros de memória, denúncias, depoimentos e entrevistas. Alguns exemplos podem ser encontrados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Disponível no site: <http://www.cnv.gov.br>), e no livro: **BRASIL NUNCA MAIS**. Um relato para a História. Petrópolis: Vozes, 1985.

‘mulher é graça, mulher em uma semana entregava tudo o que ele quisesse’. E ainda disse o seguinte ‘- É só encostar nelas e elas entregam tudo o que eu quiser. Porque é mulher. (JOFFILY, 2010, p. 230).

Obviamente, isto muitas vezes não acontecia. E, quando se deparavam com militantes que resistiam à tortura, sem entregar as informações desejadas, elas logo eram vistas como “machos”, por serem duras, frias e corajosas, ou seja, por terem características e qualidades para eles como pertencentes ao masculino. É o que aparece no depoimento de Dulce Maia:

fui barbaramente torturada durante muitos meses. Eles me tinham ódio por várias razões – a primeira delas era eu ser mulher e estar resistindo como podia. Eles sabiam que eu estava ocultando. Diziam que eu era macho – o que de certa forma era um elogio dentro da concepção machista dos torturadores. (CARVALHO, 1998, p. 56)

Acredito que uma reflexão trazida por Cristina Wolff (1999) se faz interessante: a violência masculina contra as mulheres é, frequentemente, atribuída ao fato de que o corpo feminino é visto como uma “propriedade” masculina, e, conseqüentemente, passível de invasão e agressividade. Porém, estacionarmos nesta reflexão torna a discussão pouco aprofundada, é preciso ir além: como é visível nos depoimentos trazidos até aqui, as mulheres também são sujeitos nesta relação⁴, para que estas não sejam vistas “apenas” como vítimas passivas, mas para que também possam possuir esperança, para que possam ser poder e resistência:

é fundamental mostrar como ao longo da história as mulheres sofreram sim, violência, mas também resistiram a ela (...) pois mostrar isso é dar às mulheres mais um instrumento na luta contra a violência. Se são capazes de resistir, são também capazes de lutar pela eliminação deste tipo de violência. (WOLFF, 1999, p. 243)

Assim, é possível notar também as mais complexas redes de relações de poder entre homens e mulheres militantes e entre as militantes e os militares. Onde, em todas elas, é visível o que afirma Scott (1995): que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

***“Se o correio do povo deu, então é verdade”*: as militantes nas páginas do jornal.**

⁴ Talvez não seja demasiado ressaltar que, obviamente, há uma cruel e imensurável desigualdade nestas relações de força e de poder entre torturadores e torturadas.

É neste contexto de complexas relações de poder que se dão as diversas escritas sobre as mulheres na mídia. Nas décadas de 1960 e 1970, o jornal *Correio do Povo* se instaurou como o mais influente do estado, política e socialmente⁵. Breno Caldas - herdeiro e administrador da empresa Caldas Jr., responsável pela elaboração do jornal - confirma sua ligação com os políticos da época: “eu era uma das figuras aqui do Rio Grande... Eu era consultado... Pelo menos considerado... As pessoas que decidiam, sempre queria saber: o que será que o *Correio* pensa?” (MACHADO, 1987, p. 26). Assim, os políticos que apareciam bem representados no jornal de Breno, ganhavam credibilidade com o leitor.

Walter Galvani afirma que “a credibilidade do *Correio* era tamanha que uma notícia tão importante só seria tomada como verdadeira se publicada no jornal da Caldas. ‘Se o *Correio do Povo* deu, então é verdade’ – era o slogan que corria na cabeça das pessoas.” (GALVANI, 1996, p.403). Esta foi “uma frase ouvida e repetida durante anos em todos os rincões⁶ do Rio Grande do Sul.” (DILLENBURG, 1997, p. 9).

Sobre este “poder de verdade”, Rosa Maria Bueno Fischer faz uma importante colocação: “ao enunciarem que algo “é verdade” porque “deu no jornal” ou porque “eu vi ontem na televisão” – mesmo que falem de uma verdade factual, tópica – as pessoas estão afirmando concretamente um tipo de poder específico: o poder dos meios de comunicação”. (FISCHER, 1996, p. 123). Poder este que também aparece como produtor “de saberes e formas especializadas de comunicar e de produzir sujeitos” (FISCHER, 2000, p.61). Assim, é possível afirmar que o *Correio do Povo*, em sua época, obtinha um lugar privilegiado no exercício do poder e de produção de verdades na sociedade gaúcha⁷.

Isto é de grande importância quando refletimos sobre o posicionamento da empresa Caldas Júnior perante o Regime Militar. José Antônio Pinheiro Machado, em uma entrevista com Breno Caldas, questionou como o empresário se posicionou frente ao golpe de 1964 e Breno respondeu que,

[...] a revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao

⁵ O jornal chegou a ser o mais vendido da época e em 1972 atingiu à marca de 93 mil assinaturas (MACHADO, 1987, p. 8). Sérgio Roberto Dillenburg, em seu livro “*Correio do Povo: histórias e memórias*”, afirma que Breno Caldas chegou a ser considerado, em 1969, o homem mais rico do Brasil e o jornal chegou a ter uma das maiores rentabilidades do país, “sendo o sexto em lucros líquidos em 1972” (DILLENBURG, 1997, p.15).

⁶ “Rincões” é uma expressão gaúcha que pode significar “lugares”.

⁷ Ao utilizar o termo “gaúcha/o”, faço-o apenas para ao que “pertence ao estado do Rio Grande do Sul”.

poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – não tínhamos ligação política com ninguém – mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho. (MACHADO, 1987, p. 78).

O apoio da empresa ao golpe de militar é evidente, chegando, inclusive, a ressaltar em seus editoriais que “os militares estavam certos e que aquele era o único caminho para ‘salvar o Brasil’”. (GALVANI, 1996, p. 411). Galvani aponta ainda que o Correio do Povo, logo no primeiro momento, já se posicionou, colocando de lado uma suposta e histórica imparcialidade, e apoiando a então batizada “Revolução Redentora”.

Assim, é importante refletirmos também sobre a construção e representação, no Correio, do que era considerado mais adequado e mais aceito para as mulheres da época. Saltou-me aos olhos que o lugar que estas deveriam ocupar estava restrito ao espaço privado e longe da esfera pública, como a política. Isto é perceptível neste “Correio do Leitor”, que escreve: “[...] as mulheres querem ter os mesmos direitos do homem. Creio que o mundo seria muito melhor se cada um ficasse no seu plano- o homem como chefe de família, a mulher como esteio do lar”. (CORREIO DO POVO, 17.05.1969, p. 4). Essas militantes, então, estavam muito distantes de ocuparem posições sociais exaltadas pelo jornal. O que nos alerta Wolff (2015), é que os governos militares, com o auxílio da imprensa e dos meios de comunicação, criaram a imagem dessas militantes, associando-as a terroristas, assassinas e comunistas.

A maior parte das reportagens encontradas no período levantado, de 1968 a 1975, mencionam assaltos a bancos⁸, sequestros de diplomatas estrangeiros⁹, registros de prisões¹⁰, informações sobre o andamento de processos encaminhados pela justiça militar¹¹. Entretanto, prevalece as ações desenvolvidas por organizações do Rio de

⁸ Alguns exemplos de reportagens sobre assaltos a banco: “A loura dos assaltos seria universitária subversiva” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 16 mai. 1969, p. 5); “Uma loura e cinco homens assaltam banco paulista” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1 ago. 1969, p. 5); “Mulheres também assaltam de ‘VOLKS’.” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 19 set. 1969).

⁹ Exemplo de reportagens sobre sequestros de diplomatas estrangeiros: “Embaixador Elbrick faz um relato à imprensa sobre o seu sequestro” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 9 set.1969); “Grupo armado seqüestra o cônsul geral do Japão em São Paulo” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 mar. 1970);

¹⁰ Algumas reportagens sobre registros de prisões: “Prisão preventiva para dezenove indiciados em terrorismo” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 3 abr. 1971, p. 8); “Preso em livramento casal que transportava munição” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 25 abr. 1971, p. 5).

¹¹ Exemplos de reportagens sobre processos encaminhados pela justiça militar: “Processo de subversão agita meio estudantil.” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 19 mar. 1970, p. 16); “Decisões do STM sobre processos de subversão” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1 dez. 1971, p.8); “Subversivos condenados respondem a novo processo” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 12 abr. 1972, p.8).

Janeiro de São Paulo, mesmo o Rio Grande do Sul sendo palco de diversas ações que acabaram por receber pouco destaque no Jornal.¹²

Aqui, talvez seja possível inferir uma tentativa de “suavizar” a resistência à ditadura no Rio Grande do Sul, provavelmente buscando não valorizá-la, não destacá-la, não apontar para ela muitos holofotes. Destinavam-lhes apenas reportagens pequenas, que não perduram durante muitos dias e que se localizavam nas páginas internas do Correio.

É de extrema importância o destaque (ou não) dado pelo periódico a notícia, assim como para o local em que está publicação se encontra. É bastante distinta a visibilidade de uma notícia em uma reportagem de capa, para as que estampam as páginas internas, por exemplo (LUCA, 2005). Mesmo as páginas internas possuem hierarquias: “trata-se, por exemplo, da seção “política nacional” ou da “policial”? (Já se mostrou como greves e assuntos sociais são sistematicamente alocados na última)” (LUCA, 2005, p. 140). Isto é bastante notório nos jornais analisados: as reportagens que se referem às mulheres militantes aparecem majoritariamente na página 5 do Correio do Povo, intitulada “Crônica Policial”, e isto também é repleto de significados.

Outra questão relevante é que, ao trazer a presença dessas mulheres às ações dos grupos militantes, o Correio repetidamente privilegia suas características físicas. Em uma reportagem de 20 de novembro de 1969, é possível notar a diferenciação nas descrições entre homens e mulheres: os homens são referenciados como “jovem, moreno, de calça escura e camisa branca, de um metro e sessenta de altura...” e “o que parecia ser chefe, tinha cabelos crespos, era baixo e gordo, com tipo de nortista e, como os demais, usava óculos escuros.”, enquanto a mulher “era magra, bonita, de estatura mediana, cabelos castanhos e vestia saia azul e blusa clara” (CORREIO DO POVO, 20/11/1969, p. 5.).

Outra reportagem de novembro de 1969 aponta ainda mais a importância da definição de beleza na caracterização de mulheres subversivas: “Tinham um revólver *Colt*, calibre 45, várias pistolas calibre 38 e a mulher – não muito bonita – tinha na mão um volume que disse que era uma bomba” (CORREIO DO POVO, 16/11/1969, p. 1.).

Uma figura recorrente nas páginas do jornal era a “loura dos assaltos”. Chama atenção o fato de que, normalmente a figura da mulher loira era seguida de adjetivos

¹²Evidentemente, grandes episódios que aconteceram em solo gaúcho, como o “assalto ao banco de Viamão”, em março de 1970; ou a tentativa de sequestro do cônsul norte americano, em abril de 1970, foram amplamente divulgados, inclusive na capa do periódico.

como: “muito bonita”, “bastante atraente”¹³. Supostos elogios que, ao final, acabam por mascarar preconceitos de gênero. É perceptível que tais “atributos de beleza” não eram utilizados para descrever os militantes homens.

A partir da busca em entrevistas e escritos das militantes¹⁴ pode-se constatar que essa “loura” não era sempre a mesma militante, sendo Renata Guerra de Andrade, apontada por Luiz M. Carvalho, como “a primeira loura dos assaltos” e a primeira mulher a participar da linha de frente (CARVALHO, 1998, p.37), ou seja, das ações propriamente ditas. Renata relembra:

A ação mais badalada foi o assalto ao Banco Mercantil do Itaim¹⁵. Porque nesse eu apareci, as pessoas me viram. Foi aí que eu virei a “terrorista loura”. Foi uma coisa proposital da Organização, para mostrar que havia mulheres. O engraçado é que eu nunca fui loura. (CARVALHO, 1998, p. 37).

Wolff (2007a) recorda que foi bastante explorado na mídia da época a presença da “loura” como personagem de assaltos ou atentados. Muitas foram “louras” além de Renata: Maria do Carmo Brito (VPR), Ana Maria Nocinovic (ALN – Aliança Libertadora Nacional), Vera Silvia Magalhães (MR-8), entre outras. O fato era que as militantes faziam uso de perucas loiras simplesmente por serem mais fáceis de serem adquiridas, como afirmado por uma militante no filme de Lúcia Murat: “Que bom te ver viva” (1998).

A tamanha repercussão “da loura dos assalto”, pode-se inferir, tenha ocorrido pela surpresa da sociedade em ter uma mulher participando de ações armadas, ou talvez também pela figura da “loura” no imaginário da época, geralmente ligadas a feminilidade e sensualidade, como Wanderléia, Catherine Deneuve, Marilyn Monroe e Brigitte Bardot, personalidades da época. O fato é que essa “loura misteriosa” acabou por confundir os militares, que demoraram um longo período até notarem que não se tratava da mesma mulher que atuava em expropriações de bancos na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo.

Considerações finais

É de fundamental importância percebermos que, o efeito da participação dessas mulheres na resistência, e particularmente na luta armada, refletiu em mudanças nas

¹³ Alguns exemplos de reportagens que fazem referência “a loura”: “A loura dos assaltos seria universitária subversiva” (CORREIO DO POVO, 16/5/1969, p.5); “Uma loura e cinco homens assaltam banco paulista” (CORREIO DO POVO, 1/8/1969, p.5).

¹⁴ Algumas destas entrevistas que fazem referência “a loura” estão presentes no livro de Luiz M. Carvalho (1998) e no filme “Que bom te ver viva” de Lúcia Murat (1989).

¹⁵ Localizado na cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

relações de gênero dentro e fora das organizações, como também no lugar das mulheres dentro da sociedade brasileira e sua presença na história escrita por nós, historiadoras. Neste trabalho, busquei evidenciar, ainda que de maneira breve, algumas das questões que envolvem as histórias dessas “mulheres revolucionárias”, trazendo um pouco de suas vozes e, sua presença na imprensa através de uma perspectiva dos estudos de gênero.

Reforço então a importância dos estudos sobre estas militantes, pois acredito que o saber sobre essas mulheres também significa poder. O qual, como nos recorda Foucault (2000), é exercido por uma cadeia de relações, que se forma e se dissipa através também dos discursos produzidos pelas instituições de saber. Ou seja, que “não há relação de poder sem constituição correlatada de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1998, p. 27).

Foi possível constatar também que, nas páginas do Correio do Povo, a guerrilha não era o lugar social adequado para mulheres. O espaço privado ainda devia ser o ambiente frequentado por elas, assim como a posição de boas filhas, esposas e mães. É importante reforçar que a cadeia de poderes que se opunham a estas mulheres não vinha apenas do Estado, ou dos militares, mas também de outras instâncias, como as atitudes de seus companheiros de organização, ou os discursos da mídia sobre elas, por exemplo.

Entretanto, como recorda Ridenti (1993), não se deve imaginar que estas mulheres eram totalmente submissas, elas também exerciam e faziam parte desta rede de poder ao não se manterem no espaço privado, ao resistirem a tortura, ou ao fazerem uso de estereótipos ditos “femininos” como disfarce. Buscou-se, neste artigo, produzir também uma reflexão sobre a trajetória dessas militantes, para que elas sejam sempre lembradas, para que suas lutas não sejam esquecidas e para que, antes de tudo, seus sofrimentos, dores e batalhas estejam presentes na história, mas jamais se repitam.

Pois, conforme nos recorda Michelle Perrot, talvez nosso trabalho como historiadoras não mude o lugar ou as condições dessas mulheres, entretanto “permite compreendê-las melhor. (...) contribui para a suas consciências de si mesmas, da qual é certamente ainda apenas um sinal. (...) é o acompanhamento frequente de um processo indenitários, às vezes contrariado, de que somos as espectadoras, as cúmplices, ansiosas e solidárias”. Juntas seguiremos.

Referências

ALVES, Maria H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: UDESC, 2005.

- CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.
- DILLENBURG, Sérgio R. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: Ediupef, 1997.
- FISCHER, Rosa M. B. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS, 1996, Tese de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.
- _____. **O dispositivo pedagógico da mídia**. Porto Alegre, PPGEDU/UFRGS, 2000. Relatório final de pesquisa. Texto digitado.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- _____. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GALVANI, Walter. **Um século de Poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994
- GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. **Revista estudos feministas**. Ano 5, n.2, p. 349-364, 1997.
- JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S.. **Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.206-242.
- LUCA, Tânia R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.): **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MACHADO, José A. P. **Breno Caldas: meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.
- PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.
- _____. WOLFF, Cristina S. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**. São Leopoldo, Vol. 15 Nº 3 - setembro/dezembro, p. 398-405, 2011.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.
- RAMMINGER, Ignez M. S.. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Al.; FERNANDES, Ananda S. (org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): história e memória**. POA: Corag, 2010 – vol. 2.
- RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: **Tempo social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2 (2), 113-128, 2m sem, 1990.
- _____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2. julho/dezembro 1995.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.

WOLFF, Cristina S. A linguagem da violência. In: _____. **Mulheres da Floresta: uma história**. Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999, p. 195-252.

_____. WOLFF, Cristina S.. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil; 1968-1974. In: Cristina Scheibe Wolff; Marlene de Fáveri; Tânia Regina de Oliveira Ramos. (Org.). **Leituras em Rede: Gênero e Preconceitos**. 1ed. Florianópolis: Mulheres, 2007a, v. , p. 95-11

_____. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007b.

_____. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960 -1985). **História Unisinos**, São Leopoldo, v.13, 2009.

_____. O gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. **Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

_____. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**. UFSC, v. 23, p. 975-989, 2015.

ABORDAGENS DE GÊNERO E RAÇA NO JORNALISMO FEMINISTA INDEPENDENTE

Jessica Gustafson¹

Resumo: Pode-se considerar não apenas que o jornalismo tem gênero (VEIGA DA SILVA, 2014), como também tem classe e raça definidas, operando sob uma lógica binária, colonizadora e ocidentalista. O artigo analisa portais que articulam o jornalismo às temáticas de gênero e raça, identificando transgressões no que se refere aos fundamentos jornalísticos, herdeiros da racionalidade moderna, e articulando com as contribuições sobre lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e objetividade corporificada (HARAWAY, 1995).

Palavras-chave: Jornalismo. Gênero. Raça. Lugar de fala. Objetividade corporificada

Considerações iniciais

No amplo arcabouço dos Estudos de Gênero, as perspectivas teóricas ultrapassaram nas últimas décadas a análise da relação entre homens e mulheres sem, claro, desconsiderá-la. A consideração de outros marcadores sociais e suas diversas articulações com os contextos sociais, culturais e econômicos em que os sujeitos estão inseridos são de grande relevância (BRAH, PHOENIX, 2017; KERNER, 2012; SCHMIDT, 2017). Para a elaboração deste artigo, destaca-se a importante reflexão sobre a violenta intrusão colonial moderna na América, África e Ásia, que tentou silenciar e apagar a complexidade de povos que viviam no período pré-intrusão² e impor o seu sistema de valores. Para a perspectiva feminista descolonial, com foco nas especificidades da América Latina, a dominação histórica, política, cultural e econômica da colonização não pode ser deslocada de seus processos de racialização e sexualização das relações sociais, assim como da instituição da heretossexualidade compulsória (CURIEL, 2009).

No que se refere ao jornalismo, o campo é entendido enquanto uma instituição moderna (GUERREIRO NETO, 2012), herdeira do pensamento positivista científico (MEDINA, 2008) e que atua, de forma geral, em consenso com os valores dominantes que circulam na sociedade, incluindo as assimetrias, estereótipos e preconceitos de gênero, raça e sexualidade. Em contrapartida, considera que a atuação de jornalistas feministas em portais independentes na produção de discursos contra-hegemônicos está construindo novos sentidos que visam a transformação social.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo (POSJOR/UFSC), Florianópolis. Bolsista CAPES. E-mail: je.g.costa@gmail.com.

² Rita Segato (2011) considera que o processo de colonização europeia rasgou o tecido comunitário existente na ordem pré-intrusão, agravando e intensificando as hierarquias existentes, incluindo as de gênero.

Desta forma, a articulação entre gênero e raça, tensionada no movimento feminista dentro e fora da academia, é acionada para a realização da análise de portais de jornalismo feminista independentes em atuação no Brasil hoje. O intuito é identificar transgressões no que se refere aos fundamentos jornalísticos, herdeiros da racionalidade moderna, articulando com as contribuições sobre os conceitos de lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e da objetividade corporificada (HARAWAY, 1995).

1. O jornalismo na produção de sentidos sobre o “outro”

Nos últimos anos a imprensa tem dado destaque às temáticas de gênero, raça e sexualidade, refletindo uma mobilização mais ampla da sociedade e, principalmente, dos movimentos feministas. Por outro lado, esta atenção pontual parece esconder uma premissa importante, que é o fato do jornalismo falar sobre gênero, raça e sexualidade sempre, em todas as suas matérias, pois trata sobre sujeitos desde sempre generificados, sexualizados e racializados, como afirma Judith Butler (2015). A produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens específicas, mas quando aborda a política, a economia e a saúde, até quando escolhe quais repórteres serão designados para cada pauta e as fontes ouvidas porque, para lembrar Joan Scott (1995), gênero é a forma primeira de significar as relações de poder³.

Entender como estes significados são produzidos implica no reconhecimento de que o processo envolvendo o jornalismo e a sociedade tem a cultura, com seu sistema de valores, como denominador comum (VEIGA DA SILVA, 2014). Tanto o jornalismo se inspira e se baseia em visões de mundo circulantes na sociedade quanto a cultura é influenciada por ele. Desta forma, o jornalismo pode ser entendido como um “conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 63).

A premissa de que as matérias jornalísticas reproduzem os valores hegemônicos, incluindo representações de gênero, é trazida a partir de Marcia Veiga da Silva (2014; 2015), que constata que o gênero do jornalismo é masculino. A pesquisadora considera ainda que todos os tipos de conhecimento jornalístico são perpassados por uma

³ Esta maneira de entender o gênero e sua ligação com o poder se refere a uma visão ocidentalista e localizada, mas que entendemos ser potente para compreender a generificação presente no contexto atual. Algumas teóricas (OYEWÚMÍ, 2004; LUGONES, 2008; 2014) entendem o gênero como uma herança do processo colonizador moderno e defendem a posição de que em comunidades pré-intrusão (antes da colonização) as formas de significar as relações de poder e sociais não apresentavam a centralidade do gênero, mas de outros aspectos, como a idade cronológica, por exemplo.

racionalidade constituída de forma predominante a partir de um paradigma moderno e de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade. E são os procedimentos jornalísticos para obtenção de informações os principais modos de agregar valor de veracidade às notícias, orientadas pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade (VEIGA DA SILVA 2014; 2015).

Ao falar sobre o “outro”, o jornalismo constrói significados e, conseqüentemente, produz os sujeitos. E a produção do outro não acontece de maneira simétrica, na valorização da diferença, mas sim na hierarquização, como destaca Patricia Hill Collins (2006): “Ser o ‘outro’ implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco” (COLLINS, 2006, p. 105). Nesta lógica, os homens brancos são os que detém o poder para definirem-se como sujeitos, classificando as mulheres e pessoas negras a partir de sua posição. A autora destaca que a autoridade de desafiar esta classificação foi negada às mulheres negras, ficando sujeitas a representação exterior.

A partir da reflexão proposta pelas teóricas feministas, pode-se considerar, então, não apenas que o jornalismo tem gênero, mas que ele também tem classe e raça e segue operando sob uma lógica binária, colonizadora e ocidentalista, não apenas produzindo conhecimento apoiado ao senso comum como também reproduzindo os ideais científicos tensionados pela crítica feminista (HARAWAY, 1995; HARDING, 1993; KELLER, 2006; LONGINO, 2001; SARDENBERG, 2001) e que corroboram para a consolidação de uma epistemologia universalizante, branca, androcêntrica e ocidental (FREIRE, 2015). A face epistêmica do processo de colonização demanda um aprendizado, como pontua Larissa Pelúcio (2012), que faz com que alguns idiomas sejam entendidos como servindo apenas para o folclore e cultura e não para o conhecimento.

Os chamados “saberes subalternos” (CHAKRABARTY, 2000; GUHA, 2002; SPIVAK, 2010;) foram enfáticos ao destacar que não basta dar voz a quem foi privado dela, mas sim “participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas” (PELÚCIO, 2012, p. 399), pois a possibilidade de falar para alguns grupos sociais não garante que serão ouvidos.

Os questionamentos sobre as possibilidades, espaços e autoridade de fala são centrais ao pensamento feminista, principalmente nas experiências que Ochy Curiel (2009) chama de descolonizadoras, encontradas no feminismo negro, lésbico e de

mulheres do chamado “Terceiro Mundo”, que resistiram a dominação patriarcal, racista e heterossexista a partir de suas posições subalternas. Tensionar a autoridade de enunciação e a capacidade de escuta enquanto grupo com experiências específicas faz parte deste projeto e não apenas frente ao homem branco heterossexual, mas ao próprio feminismo hegemônico.

A existência de um regime de autorização discursiva que historicamente invisibilizou e ainda invisibiliza certas vozes é destacada por Djamila Ribeiro (2017). O respeito ao lugar de fala não seria necessariamente o exclusivo direito de fala dos grupos oprimidos de suas causas e pautas, embora a representatividade seja um valor em que se deve, sem dúvidas, apostar. Enquanto um conceito, o lugar de fala refere-se também ao reconhecimento de que as pessoas brancas, consideradas historicamente como sujeitos universais, também falam de algum lugar e que esse lugar ocupado é de privilégio e de poder, fruto da opressão histórica de outros grupos. A localização social nas relações de poder é, segundo Ribeiro (2017), a questão central.

O não reconhecimento dentro de parte do movimento feminista, por exemplo, de que se parte de lugares diferentes e, dessa forma, se vivencia o gênero de maneira distinta, tem como consequência a invisibilização de outras formas de ser mulheres no mundo (RIBEIRO, 2017). O lugar de fala direcionaria para uma ruptura na dicotomia moderna do sujeito/objeto do conhecimento a partir de não falar pelo grupo oprimido, que seria a continuação do processo histórico de silenciamento, mas falar de/sobre aquela causa, se colocando enquanto sujeito que também luta pelo mesmo objetivo, sem ter as experiências cotidianas dessa exclusão e opressão. Essa perspectiva dialoga com a objetividade corporificada de Haraway (1995), que se daria na responsabilização pelo lugar que se ocupa para a construção de conhecimento situado.

Como escreveu Donna Haraway (1995), ao propor o conceito de objetividade corporificada, conhecimentos não localizáveis são irresponsáveis, sendo incapazes de prestar contas. Utilizando a metáfora da visão, a teórica argumenta que não há visão inocente, sendo de uma maneira ou de outra sempre filtrada. O que existe é a possibilidade de múltiplas visões, que possam solapar a ideia de “visão monocular” que a Ciência tem sustentado: “A falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades”. (HARAWAY, 1995, p. 21). Neste sentido, seria possível uma abertura para a perspectiva de pontos de vista desconhecidos, que ofereçam “conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (1995, p. 24).

Desta forma, as abordagens propostas pelas feministas citadas anteriormente se tornam bastante úteis para se pensar na produção de um jornalismo feminista, que teria a perspectiva de gênero como proposta de olhar crítico sobre o mundo. Cabe destacar que, ao se tornar visíveis, enquanto mulheres, jornalistas e feministas, a abertura para reflexão sobre os lugares de que falam se torna possível. Os ideais compartilhados com o método científico, que supostamente apagavam o jornalista desta produção de conhecimento – e consequentemente camuflavam sua posicionalidade enunciativa e responsabilidade por suas práticas de visualização - passam a ser tensionados.

São exatamente as características contra-hegemônicas das organizações feministas que consideram a interseccionalidade⁴ no entendimento das opressões e privilégios que podem ser potencializadas nas mídias alternativas, figurando como resistência às abordagens tradicionais e produzindo novos sentidos. A mídia e especificamente o jornalismo produzido por feministas se tornam então uma estratégia de ação política (WOITOWICZ; PEDRO, 2010). Supõe-se ainda que o trabalho das jornalistas se insere na empreitada de construção de uma epistemologia feminista, ao produzir um conhecimento que se debruça nas experiências cotidianas, nas opressões estruturais e rotineiramente vivenciadas, marcadas pelo gênero e outros posicionamentos sociais assimétricos.

2. O jornalismo feminista em atuação no País

No Brasil, foi somente durante o século XIX que as mulheres passaram a ter direito ao letramento, rompendo, de certa forma, com a ideologia que lhes atribuía apenas a emoção em oposição à razão destinada aos homens. Contudo, nunca é demais ressaltar que esse acesso continuava restrito, alcançando apenas mulheres brancas das classes dominantes. Constância Lima Duarte (2016) constata que é neste período, praticamente ao mesmo tempo, que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgem no Brasil. Assim que as primeiras mulheres alcançam o letramento, elas passam a se apoderar da escrita crítica e da denúncia da condição feminina da época:

⁴ O conceito de discriminação interseccional, formulado por Kimberlé Crenshaw, parte do reconhecimento de que a questão do racismo articulado ao gênero não era tratada de uma forma específica, sendo necessário que se compreendesse que “homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero” (CRENSHAW, 2004, p. 9). O que a autora nos traz é a compreensão de que as estruturas de raça e de gênero, de forma combinada, colocam as mulheres negras em situação maior de vulnerabilidade. São grupos específicos, em que existe a articulação de certos marcadores sociais, como classe, sexualidade, etc., que estão susceptíveis a maiores discriminações e violência.

E independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contém (DUARTE, 2016, p. 14).

Os jornais e as revistas foram as primeiras publicações das mulheres se dividindo entre dois tipos de produção que tiveram diferentes contribuições para a formação intelectual e para a construção de suas identidades: a imprensa feminina e a imprensa feminista. Demarcar essa diferença é importante, pois a primeira se refere a um conceito mais sexuado, em que o “sexo das leitoras”⁵ (BUITONI, 1986) figura como aglutinador. Dulcília Schroeder Buitoni (1986) demarca a diferença entre a chamada imprensa feminina ou imprensa voltada para às mulheres, termo que parece mais adequado, e a feminista, considerando que, embora a primeira tratasse pontualmente dos direitos das mulheres, seus objetivos não eram políticos.

Muzart (2003) destaca que o campo de atuação das mulheres no século XIX foi enorme, não se restringindo mais apenas às mulheres brancas das camadas dominantes da sociedade e não somente às temáticas de gênero, mas com enfoque em outras pautas, como na luta contra a escravidão de pessoas negras. Se no século XIX, a atuação das feministas na imprensa teve como objetivos primordiais a circulação de suas críticas sobre a condição das mulheres e a busca por mais participação nas lutas do movimento na época, no século XX, o olhar também se volta para a mídia, mas principalmente na contestação dos estereótipos que estão presentes nela.

A maneira como são representadas, reforçando os papéis atribuídos ao seu gênero ganham atenção. A partir deste descontentamento, que se torna mais latente durante a “segunda onda” do feminismo, elas defendem “a necessidade de criar um discurso próprio, capaz de fazer questionamentos e promover mudanças” (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 1). Neste contexto é que se podem notar os motivos da aproximação do movimento feminista com a mídia alternativa. Karina Janz Woitowicz e Joana Maria Pedro (2010) identificam a ideia de mídia alternativa como aquela surgida no Brasil nos anos de 1960, durante o regime militar, mas que permanece ao longo das décadas, relacionada aos movimentos sociais, defendendo o direito à comunicação e à expressão

⁵ Os próprios nomes dos jornais femininos, desde o século XIX, já demarcavam o sexo das leitoras como aglutinador: *Recreio do Bello Sexo* (1856); *Bello Sexo* (1862); *O Sexo Feminino* (1875-1877) (BUITONI, 1981).

das minorias sociais, figurando como parte integrante de suas lutas por cidadania. As pesquisadoras especificam:

[...] compreende-se a mídia alternativa a partir do seu caráter contra-hegemônico e dos parâmetros diferenciados dos meios tradicionais no que se refere às suas formas de produção, circulação e consumo, assumindo características próprias. Em outros termos, está se considerando mídia alternativa a produção de grupos e movimentos sociais, que criam canais de resistência e promoção de lutas através dos seus espaços de comunicação, em diferentes suportes (WOITOWICZ; PEDRO, 2010, p. 3).

São exatamente as característica contra-hegemônicas das organizações feministas que são potencializadas nas mídias alternativas, figurando como resistência às abordagens tradicionais e produzindo novos sentidos. Após esta breve apresentação do surgimento da imprensa feminista no Brasil e sua presença durante os períodos de maior efervescência dos movimentos sociais, apresenta-se a partir daqui a análise de alguns portais em atuação no Brasil, que articulam o jornalismo e o feminismo, entendidos como integrantes de um novo momento político de contestação dos valores e hierarquias sociais e da chamada “Primavera das Mulheres”, iniciada nos últimos anos, a partir de uma série de manifestações nas redes sociais e de protestos nas ruas de todo o País.

As pautas deste levante feminista são diversas, mas é possível destacar principalmente o combate ao assédio e a violência sexual, presentes em todos os espaços ocupados pelas mulheres, o direito ao corpo vinculado à descriminalização do aborto e o respeito às diferenças entre as mulheres, como a participação das mulheres trans e travestis no movimento e a valorização das demandas das mulheres negras, compreendendo a articulação sistemática e violenta entre o sexismo e o racismo.

Em mapeamento na Internet, foram encontrados 11 portais⁶ que apresentam como proposta a articulação entre a mídia e o feminismo. As formas de atuação são bastante diversas, estando entre as atividades a curadoria e reprodução de matérias de outros veículos de comunicação; a crítica de mídia; a publicação de artigos; a elaboração de manuais de práticas jornalísticas; o envio de sugestões de pauta para outros veículos; as

⁶ O mapeamento teve como critério a definição que os próprios portais fazem do seu trabalho em suas linhas editoriais ou nos espaços de apresentação. São eles: Agência Patrícia Galvão (agenciapatriciagalvao.org.br); Think Olga (thinkolga.com); Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta (coletivonisiafloresta.wordpress.com); GELEDÉS Instituto da Mulher Negra (www.geledes.org.br); Blogueiras Negras (blogueirasnegras.org); Blogueiras Feministas (blogueirasfeministas.com); Gênero e Número (www.generonumero.media); Nós, Mulheres da Periferia (nosmulheresdaperiferia.com.br); Portal de Notícias Catarinas (catarinas.info); Revista AzMina (azmina.com.br); Revista Capitolina (www.revistacapitolina.com.br)

campanhas como “Entreviste uma mulher”; as denúncias assédio dentro da profissão; e a produção de reportagens próprias. A maior parte deles foi criado a partir de 2013, quando se observa uma profusão de portais, mas existem iniciativas que seguem atuando há mais de uma década.

A primeira constatação feita ao entrar nos sites foi de que as abordagens sobre as assimetrias de gênero consideram outros marcadores sociais, demonstrando a presença da perspectiva feminista interseccional. Esta característica parece indicar a tentativa de ruptura com os sentidos produzidos pela mídia tradicional, que ainda aborda as temáticas que envolvem as mulheres de maneira essencializada, privilegiando as vozes de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais.

Entre as pautas dos portais é nítido o caráter interseccional dos textos, como em “Por que a cultura nerd odeia as mulheres negras?” e “Dez demandas para #VisibilidadeLésbica”, do Think Olga; “Mulheres no centro da luta por território e por sobrevivência dos povos quilombolas” e “Taxa de homicídio de mulheres negras subiu 14% na última década, enquanto de brancas caiu 8%”, do Gênero e Número; “A história do único acampamento cigano chefiado por mulheres” e “Criminalização do aborto mata mais mulheres negras”, da Revista Az Mina. Como bem destaca Djamila Ribeiro (2017), tirar da invisibilidade o caráter interseccional das pautas sociais se mostra importante para que “fujamos de análises simplistas ou para romper com essa tentação de universalidade que exclui” (RIBEIRO, 2017, p. 42-43).

Para exemplificar as transgressões em relação ao jornalismo hegemônico, foi escolhida uma produção jornalística que será tratada mais detalhadamente. Como metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, com a análise descritiva da matéria articulada às contribuições das teóricas feministas trazidas anteriormente. Como destacado, a relação entre o jornalismo e o feminismo acontece de diversas formas nos portais mapeados. A produção de reportagens próprias é uma delas e caracteriza o Nós Mulheres da Periferia, fundado em 2013. Em sua proposta, define-se como um coletivo jornalístico independente, transparente e apartidário formado por jornalistas que vivem em diferentes bairros periféricos da cidade de São Paulo.

Atuantes em diferentes plataformas de comunicação, o principal objetivo do grupo, formado por oito jornalistas e uma designer, é disseminar conteúdos produzidos por mulheres tendo a intersecção entre raça, classe e território como fio condutor. Para exemplificar o conteúdo das reportagens, que são bastante diversas tanto na temática

quanto na estrutura, foi escolhida a matéria intitulada “Maria Shu: a dramaturga que está levando a periferia para outros continentes”⁷, publicada em julho de 2017.

A escolha do texto, um perfil da dramaturga seguido por trechos na íntegra de falas da entrevista, se deu por entender que dialoga com o reconhecimento da importância da voz que surge ali, ao abordar os “principais desafios de ser uma dramaturga negra e periférica em um espaço composto principalmente por homens, brancos e pessoas de classe média”. A matéria parece ainda dialogar com o que Ribeiro (2017) ressalta do pensamento de Collins, que aposta na valorização do ponto de vista das mulheres negras, por conseguirem enxergar de forma mais ampla a sociedade e observar o quanto esse lugar pode ser doloroso, mas igualmente um lugar de potência.

Assim, já no início da matéria, a jornalista que assina o conteúdo relata o seu encontro com Maria Shu na estação da Luz, em São Paulo: “Eu conversava sobre teatro com uma amiga, quando aquela moça de sorriso doce e olhar e voz firmes se aproximou com seus livros nas mãos”. A personalidade do texto é demarcada nesse início, sendo elaborada uma trama entre as percepções da jornalista e as falas da entrevistada. A troca resultante do contato também aparece no conteúdo, quando em primeira pessoa a autora do perfil diz que “reacendeu em mim a esperança de um dia também ser dramaturga, já que eu não havia passado no processo seletivo”. Podemos ler esses trechos como uma subversão ao modo de produção de materiais jornalísticos tradicional e na própria dicotomia sujeito/objeto presente no paradigma científico herdado pelo jornalismo.

Ao deixar transparecer no texto a ideia de que as duas foram afetadas pelo contato subjetivo, existe um movimento de ruptura com a epistemologia universal considerada legítima para protocolar o regime discursivo ao apostar na escrita em primeira pessoa. Seguindo a matéria, os trabalhos de Maria Shu são descritos, intercalados com frases entre aspas da dramaturga. A inspiração trazida pela filha Heloísa também figura como tema abordado, juntamente com outras mulheres que são referência para ela.

O perfil divide-se em um segundo tópico intitulado “A dramaturgia como cura”, contando sobre o período em que a dramaturga entrou em depressão e teve sua recuperação encontrada na arte. As fases de sua vida pessoal não aparecem desligadas dos rumos traçados em sua vida profissional, sendo interligadas ainda as memórias do passado, demonstrando o entendimento de que as pessoas não se constituem de partes separadas, mas conectadas entre si, influenciando cada uma na construção da outra:

⁷ <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/maria-shu-a-dramaturga-negra-que-esta-levando-a-periferia-para-outros-continentes/>

“Chegar até aqui e ver seu trabalho ganhando o mundo faz Shu remontar aos sonhos que nutre desde a infância vivida nas proximidades da Rodovia Anhanguera, local onde foi acolhida por sua família adotiva, ainda bebê recém-chegada da Bahia. Das coisas que mais gostava naquele tempo, brincar com as palavras era uma de suas preferidas”.

A identidade da dramaturga, enquanto mulher negra, é trazida a partir de uma lembrança: “Sempre que possível, eu encenava um texto do livro didático em sala de aula. Assim, sem saber, nasceu minha paixão pelo teatro. Em datas comemorativas na escola, eu apresentava peças que eu escrevia, dirigia, criava o cenário: devo ter sido a primeira menina negra a interpretar o herói grego Hércules”. Shu relata a partir daí as formas que encontrou para curar as feridas da sua infância em que era “uma das poucas negras em uma escola de brancos na região oeste”. Esta passagem da vida influencia hoje nas produções da dramaturga, que tem a questão racial como um dos focos de seu trabalho: “já que a escritora sentiu a necessidade de entender suas subjetividades e o contexto de preconceitos que viveu e ainda enxerga também no meio artístico”.

Ribeiro (2017) aborda a importância da afirmação das identidades no contexto em que vivemos. Analisando o perfil tratado aqui, seria difícil entender de forma mais profunda o trabalho de Shu se não conhecêssemos a sua identidade. O recurso encontrado pela jornalista para construir o texto dialoga com a leitura que Ribeiro faz do movimento de bell hooks sobre sua afirmação enquanto intelectual negra, tensionando o que a concepção ocidental e branca entende. Assim, a intelectual é aquela que “une pensamento à prática, para entender sua realidade concreta. Pensamento e prática aqui não são realidades dicotômicas, ao contrário, são dialéticas, conversam entre si” (p. 28).

As identidades que foram silenciadas e invisibilizadas no sentido epistêmico no colonialismo passam a ter voz e a localização pode ser entendida como importante para o conhecimento, pois “pensar a partir de novas premissas é necessário para desestabilizar verdades” (RIBEIRO, 2017, p.24). A localização de Shu enquanto uma “dramaturga negra e periférica em um espaço composto principalmente por homens, brancos e pessoas de classe média” é demarcada no final do perfil, em que trechos da entrevista são selecionados e disponibilizados.

As escolhas inerentes ao processo de construção das matérias jornalísticas está sempre presente. Assim, o resultado que se refere ao texto pronto é uma consequência da troca entre as pessoas envolvidas, mas comumente essa relação é ocultada no texto jornalístico em prol da objetividade descorporificada (HARAWAY, 1995). Nesse caso, fica nítido que a jornalista fez seus direcionamentos e escolhas para a escrita e a

entrevistada falou o que entendeu que deveria ser contado. A importância deste lugar de fala, da localização social, da identidade que é afirmada, das subjetividades presentes em cada indivíduo são demonstradas no texto, conduzidas pela jornalista, que também fala de algum lugar, como podemos observar no início e no fim da matéria: “Mas ela segue firme e deixa, aqui, a sua reflexão para todas as mulheres negras periféricas que sonham também em alcançar seu espaço nas letras”.

Considerações finais

O exemplo trazido neste artigo figura apenas como uma pequena ideia das possibilidades de romper com os discursos hegemônicos sobre as mulheres e seus atravessamentos de raça, classe, etnia, sexualidade e geração. Cada um dos portais mapeados constroem suas formas de articular a ação política do feminismo com o potencial do jornalismo para a transformação social. Considera-se que a perspectiva interseccional, observada como um valor nestas mídias independentes, possibilita múltiplas rupturas. Como afirma Ribeiro(2017): “Ao promover a multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal” (p. 70).

Refletindo sobre o proposta de objetividade corporificada de Donna Haraway (1995), necessária para a aposta epistemológica de construção de saberes localizados, podemos destacar a potente localização das jornalistas do portal Nós Mulheres da Periferia, residentes em bairros periféricos de São Paulo, e que atuam na elaboração de reportagens sobre temáticas que não apenas consideram importantes, mas que dialogam com as suas experiências cotidianas compartilhadas. Aposta-se que essa proximidade, ao contrário do distanciamento defendido no jornalismo hegemônico, que as faz compreender as complexas imbricações sociais desse posicionamento. Afinal, “Só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Se aposta assim, que é preciso buscar conhecimento potente para mundos menos organizados por eixos de dominação, como bem destaca Haraway (1995), mas esses saberes só podem ser encontrados se mudarmos a lógica do jornalismo, de privilegiar fontes institucionais e autorizadas, que falam a partir do lugar de poder construído ao longo dos tempos, silenciando e oprimindo certos grupos sociais. A demarcação da localização se torna importante, pois ela abre e não fecha as perspectivas, possibilitando conexões entre múltiplas visões de mundo na luta contra a violência do silêncio imposto

(RIBEIRO, 2017). Para o jornalismo, ela traz a responsabilização pelas visões de mundo que assumimos ou pelas quais desejamos romper.

Referências

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. In: BRANDÃO, Izabel et al. (orgs.). *Traduções da cultura*. Perspectivas críticas feministas (1970-2010). Maceió, Florianópolis: EdUFAL, EdUFSC, 2017.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1. Brasília: UnB, 2016.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de um feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderlys E. (org.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano*. Buenos Aires: Em la Frontera, 2010.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa Feminina e feminista no Brasil – Século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

FREIRE, Ana Ester Pádua. Epistemologia feminista: contribuições para o estudo do fenômeno religioso. *Paralellus*, v. 6, n. 13. Campinas: Unicamp, 2015.

GUERREIRO NETO, Guilherme. *O jornalismo como instituição social*. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais. São Paulo: Intercom, 2012.

GUHA, Ranajit. *History at the limit of World-History*. Columbia University Press, 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [p.7-41]. *Cadernos Pagu*, n.5, Campinas: Unicamp, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 1. p. 7, Florianópolis: UFSC, 1993.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? [p.13-34]. *Cadernos Pagu*, n. 27, Campinas: Unicamp, 2006.

KERNER, Ina. “Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo”. *Novos Estudos*, n.93. São Paulo: CEBRAP, 2012.

LONGINO, Helen. *The fate of knowledge*. New Haven: Princeton University Press, 2001.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, Florianópolis: UFSC, 2003.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, São Carlos: UFSCar, 2012.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? [p.89-120]. In: COSTA, Ana Alice. SARDENBERG, Cecília. (org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: UFBA, 2001.

SCHMIDT, Simone P. Ser mulher e outras palavras: o conceito de interseccionalidade revisitado por Avtar Brah e Ann Phoenix. In: *Traduções da cultura*. Perspectivas críticas feministas (1970-2010). Maceió, Florianópolis: EdUFAL, EdUFSC, 2017.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade*. 276 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre: UFRGS, 2015.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. *Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política*. In: *Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Anais, Florianópolis, 2010.

AS VOZES DE MARIA MARIA: AS PAUTAS DE REIVINDICAÇÕES (1984)

Gabriel Simon Machado¹

Resumo: Partindo da análise do jornal Maria, Maria impresso em 1984, do Grupo Brasil Mulher de Salvador, esta comunicação tem por objetivo verificar quais eram e de que forma foram expressadas as pautas de reivindicações políticas e sociais das mulheres nas vésperas do fim do regime civil-militar brasileiro, visando contribuir para o movimento historiográfico focado no estudo da participação política das mulheres.

Palavras-chave: Periódico Maria, Maria; reivindicações; ditadura.

A censura e a opressão faziam-se fortemente presentes sobre os meios de comunicação durante a ditadura brasileira, aquietando e abafando os grandes jornais da época. Para além da censura de um regime militar, é importante a reflexão sobre a construção histórica do jornalismo, que foi percebido por muito tempo “apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação, da linguagem alienada” (GENRO FILHO, 1987), como reprodutor de uma ideologia burguesa dominante e ferramenta de manutenção de um *status-quo*. Trata-se de uma perspectiva que anula o potencial subversivo e até revolucionário dos jornais.

Na década de 70, a clandestinidade dos movimentos de esquerda fomentou o surgimento de jornais independentes de teor de oposição à ditadura, inaugurando a grande e dificultosa movimentação da imprensa nanica que criticava o regime em uma infinidade de aspectos. Tornou-se também um espaço independente onde as mulheres expressaram e movimentaram a sua autonomia, fundamentadas por suas bagagens teóricas e sua vivência na militância de esquerda, fundando uma imprensa feminista que estava engajada na luta contra o conservadorismo e o autoritarismo.

Esta comunicação tem por objetivo analisar as páginas de um jornal feminista de Salvador: o Maria, Maria. Na leitura do periódico, é possível encontrar as pautas de reivindicações inseridas no contexto do ano de 1984, expressadas em matérias carregadas de um projeto político objetivo, mas embebidas na subjetividade das autoras e autores colaboradores. Busca-se entender, para além de quais eram as pautas, verificar a maneira que são discursadas e as relações que esses discursos mantêm com os jornais antecedentes. Para isso, é importante rastrear as conexões entre esse periódico de

¹ Estudante da graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Estudos de Gênero e História. E-mail: simon.gabriel.hst@gmail.com.

Salvador e a imprensa feminista daquela época, especialmente aquele publicado pela Sociedade Brasil Mulher.

A imprensa feminista

Mesmo sob o auge da pressão do regime civil-militar, fez-se soar o alarde do ronco do estômago das famílias da periferia brasileira em som de denúncia, inquietando os ouvidos de mulheres que viam em si mesmas uma possibilidade de ação. Foram elas que, a partir de sua organização particular em vizinhanças, criaram o Movimento do Custo de Vida. Trata-se do primeiro movimento popular organizado a manifestar-se na assombrosa presença do AI-5². Em ritmo semelhante, mulheres da classe média organizaram-se para que nenhuma ordem de censura calasse a boca daquelas pessoas que eram perseguidas ou estavam presas pelo regime. Assim, sob a liderança de Terezinha Zerbini, nasceu o Movimento Feminino pela Anistia.

Na obra conjunta de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980), encontram-se entrevistas com diversas mulheres que foram ativamente resistentes à ditadura, e que compõem o quadro de pessoas responsáveis pelo desenvolvimento da imprensa feminista no Brasil. Uma das entrevistadas é Terezinha Zerbini, que num mergulho nas suas memórias da década de 1970 nos compartilha as motivações para a criação do Movimento Feminino pela Anistia³. A sua experiência nos presídios do regime e a conjuntura do Ano Internacional da Mulher foram os combustíveis que impulsionaram sua sociabilidade, resultando em um crescimento exponencial, alcançando vários estados do país. Foi palestrando sobre anistia na Câmara Municipal de Londrina que Terezinha conheceu a jornalista e dançarina Joana Lopes.

O caminho que o Movimento Feminino pela Anistia abriu em seu desenvolvimento casava com as ambições de Joana Lopes, que incitou a criação do periódico Brasil Mulher (BM) para veicular os debates que interessavam e diziam respeito às mulheres. Inaugura-se com o número zero do BM, portanto, a imprensa feminista no Brasil, no dia 9 de outubro de 1975. Em suas 17 edições oficiais e três extras, num período

² TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 51

³ Ibid. p. 136.

de cinco anos de duração, o jornal tinha uma tiragem regular de cinco mil exemplares⁴, e periódico era distribuído principalmente pelas próprias militantes. A vivência da luta armada ainda estava impregnada na memória de muitas militantes, que buscavam uma nova forma de resistir e agir.

As publicações carregavam nas finas páginas de papel o peso de temas relacionados ao aborto, à sexualidade, à prostituição, às dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e à dupla jornada de trabalho; discursos que batiam de frente com os interesses do regime e despertavam novas possibilidades de perspectiva crítica em muitas mulheres e homens. No que se refere a questão da sexualidade e do aborto, os jornais feministas da segunda metade da década de 70 ainda estavam sob uma atmosfera conservadora no Brasil, e desenvolviam suas críticas com comedimento. Questões que afirmassem a dissociação entre sexo reprodutivo e sexo por prazer não eram abordadas diretamente nos jornais⁵, e a temática do corpo da mulher era reduzida à fisiologia, de forma que “a sexualidade era discutida nas entrevistas, depoimentos sobre as formas de violência doméstica, e a questão do aborto estava centrada em denúncias de abortos mal feitos e suas consequências para a saúde das mulheres e menos no debate sobre esse direito” (TELES; LEITE, 2013).

O debate sobre métodos contraceptivos presente no periódico Brasil Mulher, insere-se no auge das medidas de anti-natalistas fomentadas pelos EUA, e se detém em ataques e denúncias contra a Bemfam e ao projeto de planejamento familiar do regime. Os discursos, portanto, denunciavam as violências das esterilizações e advertiam sobre o perigo das pílulas, que na época eram perigosas e nocivas à saúde da mulher. Teles e Leite (2013, p.227), descrevem o discurso feito no Brasil Mulher sobre outros métodos contraceptivos como algo que, “apesar de ser importante, faltava, porém, uma discussão mais ampla”. Ainda, para as autoras, os primeiros jornais feministas tratavam a questão da prostituição com um discurso idealizado, “mais economicista, a mulher aparece como um ser vitimizado, uma mulher conformada com um destino que lhe é imposto pela pobreza”. (TELES; LEITE, 2013).

O jornal Brasil Mulher viveu meia década, entre 1975 e 1980, contribuindo ativamente para a divulgação de uma cultura intelectual feminista e para a luta pelo direito das mulheres. Desenvolveu-se em grande expansão pelo país, não se limitando ao seu

⁴ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 59.

⁵ Ibid, p. 225

estado de nascença, o Paraná. É possível encontrar informações sobre a existência de extensões da Sociedade Brasil Mulher na dissertação de mestrado de Elizabeth P. Cardoso (2004), que afirma existirem núcleos do BM em Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. O misterioso por trás disso tudo é justamente a falta de informações referentes ao Brasil Mulher na Bahia. Pois, quatro anos depois de encerradas as publicações do jornal, Ana Alice Costa Pinheiro assinava um pedido de registro de pessoa jurídica em um cartório de Salvador, sob o nome de Grupo Brasil Mulher/Salvador⁶. Este grupo de mulheres, composto por Ana Alice Costa, Emília Silva, Lena Silva, Mara Satana, Neuza Britto, Terezinha Gonçalves e Margot Piva, dentre outras mulheres e alguns homens que aparecem como colaboradores, tem suas vidas conectadas à vida acadêmica e estavam inseridas, em grande parte, no universo pertencente a Universidade Federal da Bahia. Foram elas, que em março de 1984 lançaram o número zero do jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador: o periódico bimestral Maria, Maria. Constam nos arquivos disponibilizados do NEIM cinco edições do jornal, que vão de março até dezembro de 1984.

Maria, Maria: Uma “canção de luta e amor na voz das mulheres”⁷

O número 0 do Maria, Maria anuncia-se como um periódico determinado a cumprir a função específica de ser um veículo de expressão das mulheres na Bahia. Não existem rédeas na linguagem do jornal que, sem eufemismo, afirma que os jornais e revistas da época já tratam em suas matérias do assunto “mulher” sem que se esteja vinculado aos cuidados domésticos, mas que ainda “o fazem superficialmente e com ranços falocratas”⁸, que giram em torno de uma perspectiva infectada por um falso otimismo comercial, criando um vazio na imprensa baiana que havia de ser preenchido. O periódico do Brasil Mulher/Salvador, no arranjo de suas palavras impressas, idealiza um veículo jornalístico independente, apartidário, bem-humorado, que edifica uma recusa ao tradicionalismo da organização, tal como a hierarquia e as “propostas políticas

⁶A documentação descrita encontra-se disponível para consulta no acervo do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher).

⁷ GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR (Brasil). Canção de luta e amor na voz das mulheres. **Maria, Maria: Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador**. Edição nº0, Salvador. Mar. 1984, p.1.

⁸ GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR (Brasil), mar.1984, loc.cit.

envelhecidas”⁹, confrontando-se, portanto, tanto com os conservadores de direita, quanto com uma parcela dos movimentos de esquerda da década de 80¹⁰.

O texto de apresentação do jornal coloca em evidência que o corpo editorial identifica uma crise política, uma desarmonia entre os interesses do movimento feminista e os partidos de esquerda, de forma que se apresenta a seguinte afirmação: “Queremos trilhar nosso próprio caminho, conscientes que estamos de que boa parte da opressão da mulher é vivida no ‘privado’, em instâncias da vida consideradas ‘pessoais’.” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984). Dessa forma, a equipe do Brasil Mulher/Salvador, em suas reuniões e discussões para a construção do jornal, teve de desenvolver sobre suas divergências pessoais um consenso. Declara-se que, por meio do amadurecimento respeitoso e coletivo das editoras militantes, conseguiram determinar um desejo comum que serviria para guiar seus trabalhos no jornal: “o desejo de mudar nossa história e a história da humanidade.” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984).

Ainda nas páginas que compõem a edição inaugural do periódico do Brasil Mulher/Salvador, encontra-se uma matéria sobre o movimento Diretas Já. Um pequeno texto no canto inferior esquerdo da capa do jornal afirma que a campanha por eleições diretas está relacionada à luta cotidiana das feministas, que buscam e lutam por uma “valorização das decisões coletivas em todos os níveis da sociedade, desde o âmbito familiar (questionamento do pátrio poder), à escola e o trabalho” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984). Percebe-se no breve texto a preocupação com a participação feminina na política, como uma possibilidade de inserção nas decisões públicas. A participação feminina nas Diretas Já, além de representar uma ação contra o autoritarismo do regime e em prol da restauração da democracia, seria uma porta para colocar a mulher no papel de agente histórico, que tem o poder da mudança, o poder da decisão. Esse poder de decisão intrínseco à participação política conectava todas as pautas de reivindicações feministas, desde o controle sobre seu próprio corpo, até a regulamentação do trabalho e de suas condições de desenvolvimento. Contudo, a seriedade do assunto não abafaria o ácido humor do jornal, que ao lado do texto deixa em anexo um cartum, mostrando um homem que diz “Já para casa!”, para sua esposa que está no alto de um palanque, marcado com as iniciais “BM” e com a inscrição “Mulheres

⁹ GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR (Brasil), mar.1984, loc.cit.

¹⁰ OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Nosso corpo nos pertence: uma reflexão pós anos 70. Labrys. Estudos Feministas. Jan./jul., 2005, p.4.

pelas Diretas”, manifestando-se para uma multidão com expressão de confusão nos seus rostos.

O periódico é datado em referência ao mês de março, e nessa edição, portanto, não poderia deixar de fora as movimentações que ocorreram no dia internacional da mulher. Naquele ano, o 8 de março tinha suas ondas de manifestações numa convergência entre o assunto “mulher” e as Diretas Já; uma mescla que provocou o grupo do Maria, Maria a realizar uma matéria entrevistando as pessoas na cidade, questionando a maneira como o dia em questão deveria ser comemorado. Em uma das conversas entre as mulheres do jornal e uma entrevistada, surge uma conclusão que revela características importantes sobre os vários desdobramentos que surgem das reivindicações feministas: “Aquele velha estória...Aparelhos impedindo...Eles não querem que a mulher atinja sua própria consciência. No bairro, a gente acha que a luta é por creches. Mas, na realidade, a primeira questão que surge lá é o orgasmo” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984). Não sem intenção essa resposta é destacada: o direito ao orgasmo só pode ser entendido se conectado com a exigência da autoridade da mulher sobre seu próprio corpo, que nas falas do Maria, Maria, está subjugado a uma estrutura patriarcal, expressada nos projetos de planejamento familiar na década de 80, que estavam embebidos de autoritarismo e religiosidade conservadora.

A questão do planejamento familiar surge nas páginas do jornal como uma disputa sobre o corpo da mulher, algo que conecta todas as reivindicações do jornal. A segunda metade da década de 60 marca o surgimento da Bemfam¹¹, uma organização não-governamental, de atuação proclamada como social, que foi responsável por oferecer serviços de controle de natalidade durante o regime civil-militar. A sua gênese não pode ser separada das efervescentes discussões internacionais sobre crescimento demográfico e as consequências do aborto no país, assim como sua trajetória não deve ser dissociada da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que teve por objetivo investigar denúncias de esterilizações em massa de mulheres na Amazônia¹²: “A CPI não chegou a nenhum resultado conclusivo, mas ajudou a criar um clima de hostilidade contra o planejamento familiar” (ALVES, 2006). Na Conferência Mundial Sobre População, organizada pela ONU, em Bucareste, no ano de 1974, o debate desenvolvimentista prevalece privilegiado, mas ainda reside sobre isso um entendimento que prevê o

¹¹ BENFAM: Sociedade Bem-estar da Família.

¹² ALVES, José Eustáquio Diniz. **As Políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006. 52 p.

planejamento familiar regido pelo direito individual dos cidadãos, contrapondo a atuação do governo brasileiro em suas medidas natalistas, determinando uma atuação do Estado voltada ao acesso à informação e aos métodos contraceptivos seguros. A análise sobre as políticas populacionais no Brasil, elaboradas por José Estácio Diniz Alves, proporcionam informações importantes sobre a questão:

Durante o governo Geisel (1974-1979) houve um afrouxamento da política natalista e uma maior liberalidade com o planejamento familiar. As parcelas mais ricas da população tinham acesso aos meios de regulação da fecundidade, mas as camadas mais pobres e com menor nível educacional careciam de informação e meios para regular suas preferências reprodutivas. Cresceram as entidades de prestação de serviços de planejamento familiar e o governo deu início ao Programa de Saúde Materno-infantil. (ALVES, 2006, p. 27)

Fundamentado e revitalizado com o incentivo da Organização das Nações Unidas (ONU) na definição do ano de 1975 como o ano da mulher, o movimento feminista problematizou o Programa de Saúde Materno-infantil. Tratava-se de um programa que demonstrava preocupação com a saúde da mulher de uma maneira limitada à condição materna que, em pleno processo de redemocratização e de conquistas do movimento de mulheres, foi substituído pelo Programa de Assistência Integral à Mulher (PAISM), em 1983. Uma das preocupações mais evidentes que se expressam nas bases de ação programática, trata-se da questão da inserção e crescente presença de mulheres no mercado de trabalho, demonstrando, ao menos em discurso, uma preocupação com a condição do trabalho das mulheres¹³.

Nas vozes do Maria, Maria, o PAISM, mesmo usando de afirmações sobre atuações não-coercitivas e focadas em prover informação e acesso a métodos contraceptivos em seu programa, ainda era motivo de rejeição e desconfiança. Para aquelas mulheres, as mudanças no discurso de um programa voltado a maternidade para um “acobertado em uma proposta de assistência integral, traz, na verdade, o planejamento familiar” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984, nº0). O periódico serviu, por diversas vezes, como instrumento de contestação aos argumentos do governo, que explicava o planejamento familiar como um ataque ao desenvolvimento crescente da pobreza no país. Na edição de número 1 do Maria, Maria é possível encontrar uma matéria de página inteira dedicada a discussão sobre a legalização do DIU e as falácias do

¹³ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Assistência Integral à Saúde da Mulher: base de ação programática.** Brasília, Centro de documentação do Ministério da Saúde, 1984.

planejamento familiar¹⁴, que desmente uma argumentação que projeta a culpa da pobreza no sexo do pobre, e traz para luz focal o capitalismo como agente produtor da miséria. Trata-se de uma crítica enriquecida pela vivência das mulheres do corpo editorial, que, inclusive, criticam a utilização do Dispositivo Intrauterino pela promiscuidade masculina, responsável pela proliferação incessante de doenças sexualmente transmissíveis nas mulheres. Para o Maria, Maria, a mulher demandava autonomia e controle sobre a natalidade, e “para que ela exerça esse desejo com segurança, é preciso expandir o serviço de saúde existente, destinar-lhe mais verbas, sem criar programas e serviços específicos para isso” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984, nº 1).

A imprensa feminista não inaugura suas críticas ao planejamento familiar, à discussão sobre a legalização do aborto, às políticas de acesso a métodos contraceptivos ou aos tabus da sexualidade feminina por meio do Maria, Maria; mas carrega na sua historicidade, referente à década de 70, o histórico de jornais como o Brasil Mulher e o Nós Mulheres. A já citada obra conjunta de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, Da guerrilha à imprensa feminista, abarca uma análise do corpo editorial dos primeiros jornais feministas no Brasil, assim como do conteúdo das matérias impressas nos periódicos. Na análise da conjuntura política que estão inseridos os discursos feministas da época, as autoras percebem e ressaltam a multiplicidade de conflitos que as feministas enfrentavam, indo desde parcelas da esquerda até o conservadorismo da igreja, para explicar a maneira contida e receosa que as matérias tratavam o corpo e a sexualidade das mulheres:

A resistência se deu, em parte, em decorrência da perda de privilégios que tais mudanças trariam ao homem brasileiro, devido à nossa tradição patriarcal, o que não excluía nossa vanguarda política, muito machista. Por outro lado, a relação do movimento popular com as igrejas, muito conversadoras nessa temática, barrava os avanços das feministas nas atividades públicas. (TELES; LEITE, 2013, p. 207-208)

Das cinco edições do Maria, Maria, disponibilizados pelo NEIM, encontram-se três matérias que tratam especificamente do debate do aborto. A primeira matéria, ainda no nº 0, é anunciada em grandes letras “Aborto: Grande hipocrisia nacional”, fazendo alusão às palavras da socióloga, professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Zahidé Maria Torres Machado Neto¹⁵. O texto trata, de início, dos

¹⁴ GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR (Brasil). Legalização do DIU: sonho ou pesadelo?. **Maria, Maria: Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador**. Edição nº1, Salvador. Maio/junho, 1984, p.5.

¹⁵ Zahidé Maria Torres Machado Neto, socióloga, professora e pesquisadora, faleceu no ano de 1983, aos 52 anos. Foi uma pioneira no desenvolvimento dos estudos sobre a mulher na Bahia, focando nas

esforços dos grupos feministas que tiram o assunto da clandestinidade a partir da Campanha pela Legalização do Aborto, de 1983, que se fez presente em programas de televisão, “manchetes de jornais e revistas de todo o país, e a adesão de atrizes de renome como Norma Benguel, Dina Sfat, Hebe Camargo” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984, nº 0). Essa manifestação de mulheres famosas no Brasil vem sob influência do “Manifesto das 343”, que continha uma lista de 343 mulheres comuns e famosas que tinham feito um aborto. Tratava-se de um esforço do “Movimento de Libertação das Mulheres” para o processo de descriminalização do aborto na França.

O discurso que se imprime no periódico desenvolve uma argumentação que envolve dados jurídicos e estatísticos, denunciando a submissão das mulheres “a uma legislação anacrônica, datada de 1940, essencialmente patriarcalista, insensível à realidade de milhões de mulheres”, além de alarmantes dados da época que evidenciam, aproximadamente, três milhões e quatrocentos mil abortos feitos anualmente. O jornal não demonstra comedimento: denuncia a legislação que incentiva uma “indústria clandestina” e mostra a relação entre mortalidade de mulheres e a precariedade do aborto na periferia, isso sem deixar de lado a subjetividade integrada a essas questões. A questão de saúde pública, econômica e jurídica não impediu a crítica sobre a sexualidade feminina subjacente, de forma que, para o Maria, Maria “legalizar o aborto é reconhecer o direito a uma sexualidade livre, destinada ao prazer e não apenas à procriação” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984, nº 0). O fim da matéria expõe as reivindicações que fazem parte de um projeto de criação de condições para concepção e desenvolvimento da maternidade: “acesso, para todas, aos diversos contraceptivos; esclarecimentos a respeito do aborto realidade sem condições higiênicas, chegando a propostas que preveem um trabalho educativo desde a infância, objetivando a descoberta e informação sobre a própria sexualidade”.

As duas outras matérias centradas na temática do aborto encontram-se no periódico nº 3 do Maria, Maria. Na primeira matéria, com a colaboração de Terezinha Gonçalves e Elisa Amélia, e entrevistas feitas por Alice Costa e Idália Dias, é desenvolvida uma conversa com uma teóloga (Luiz Marques), uma socióloga (Maria Luiz Belloni), uma antropóloga (Cecília Sardennberg), uma médica especialista em reprodução humana (Bela Sausner), uma médica psicanalista (Rosa Garcia) e uma

discriminações sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho. O periódico Maria, Maria reserva espaço no nº 0 para uma matéria com depoimentos sobre Zahidé, além de divulgar um seminário sobre a pesquisadora no nº 1. (repositório do NEIM)

professora (Marlene Brito). A edição é referente aos meses setembro/outubro, e a temática é invocada fazendo referência ao dia 22 de setembro; um dia apropriado pelo movimento de mulheres como o Dia Nacional de Luta pela Legalização do Aborto.

A conversa desenvolvida pelo jornal é ilustrada com fotos do momento, exibindo mulheres sentadas no chão em roda, dando uma sensação de proximidade com as leitoras. As perguntas da equipe do Maria, Maria que aparecem no jornal são quatro. A primeira pergunta, de cunho subjetivista, questiona a experiência pessoal de cada uma das pessoas presentes e obtém respostas variadas. Respondem a pergunta relacionado-a à legalização do aborto, falando da sensibilidade diante da morte de uma criança; do salvamento de vidas que um aborto seguro propicia, principalmente para as mulheres periféricas; do aborto como parte do planejamento familiar e da falta de segurança total dos métodos contraceptivos e, finalmente, do aborto como uma decisão da mulher. A segunda pergunta se refere aos tipos de traumas oriundos da vivência em um país que proíbe o aborto, que é respondida com falas sobre os traumas físicos do aborto clandestino, e os traumas psicológicos da experiência na clandestinidade. Uma terceira pergunta é direcionada apenas a Marlene Brito, que passou por dois abortos: um no Brasil e outro nos EUA. Ela informa que, no Brasil, basta o dinheiro para o processo, mas não há assistência médica garantida. Já no Estado de Illinois, o aborto legalizado é descrito como um processo mecânico e serial, que tem como único conforto o fato das mulheres poderem conversar entre elas sobre o assunto, que no Brasil é motivo para constrangimento e preconceito. A conversa se encerra com uma última questão, relacionada ao rompimento com o papel designado socialmente à mulher, e a pressão social oriunda do mesmo. Nesse caso, mais uma vez, a questão do aborto é discutida em relação à sexualidade da mulher, desprovida de obrigação reprodutiva e com direito ao prazer.

São as palavras de Marli Piva Monteiro – psicanalista na Bahia –, emprestadas em colaboração ao terceiro número do Maria, Maria, que montam a primeira matéria centrada nas dificuldades vividas para se fazer florescer o debate sobre a sexualidade das mulheres. O texto afirma, partindo de uma diferenciação biológica entre o corpo de homens e mulheres, que a “sexualidade feminina se fundamenta, de maneira curiosa, em três pontos básicos: as noções de escondido (misterioso), sujeira e espera” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984). A espera se dá pelo constante aguardo pela menstruação, pela primeira relação sexual, o casamento, a gravidez e a menopausa. Tão presente quanto o conceito de espera, está o de sujeira: a limpeza do trabalho doméstico e da maternidade, a “sujeira” da menstruação. Nesse momento, o texto ainda cita os produtos de higiene

destinados à mulher, que há de manter-se ativa na função de estar limpa e perfumada. Os fundamentos religiosos também são resgatados no texto, usados para exemplificar que a sexualidade e as funções biológicas do corpo da mulher (como a menstruação) sempre a torna impura aos olhos da sociedade. Finda-se o texto na afirmativa de que, para se falar de mulher, é intrínseco o debate sobre o corpo. Contudo, é importante questionar que, os itens apontadas como marcadores “biológicos”, são na realidade questões estritamente culturais e historicamente construídas. A maneira como é escrita a matéria revela a perspectiva psicológica, tanto quanto expõe traços de um discurso feminista de segunda onda, pautando reivindicações relacionadas à sexualidade, à estrutura familiar e ao mercado de trabalho.

Na última página da quarta edição do Maria, Maria, anuncia-se a segunda matéria que discute o corpo e a sexualidade de maneira central: “o prazer tem sexo?”¹⁶. A matéria é assinada por Francisco Viana, editor da revista “Senhor”, e colaborador dessa edição do jornal da Brasil Mulher/Salvador. O curto texto questiona a existência de papéis de homens e mulheres, que condicionam e limitam a sexualidade humana que, “na realidade, são iguais e, entre eles, existe seguramente uma única diferença de papel: um pode gestar um filho, o outro não”. Para o autor do texto, e em consenso com a avaliação do corpo editorial, as outras diferenças estabelecidas socialmente entre homens e mulheres são “estruturas culturais”. Outras duas matérias estão no nº 4, discutindo a dominação da sociedade patriarcal sobre o corpo da mulher e reflexões psicanalistas sobre o corpo humano.

Tratando-se de um jornal baiano, oriundo de um estado que comporta grande contingente da população negra brasileira, a questão racial como fator decisivo na vida da mulher é presente em duas edições diferentes. A primeira matéria, referente ao nº 0, é mais tímida sobre a questão: trata-se de uma entrevista com a primeira rainha negra do Carnaval, que afirma perceber o preconceito racial mais violentamente na Bahia, do que no Rio de Janeiro. A segunda matéria pertence ao nº 1 do periódico, e tem uma crítica mais elaborada: expõe as violências rotineiras que sofre a população negra, e ressalta o aumento da gravidade de opressão quando se trata da condição da mulher negra. O debate passa por questões econômicas, de diferenças de salários e oportunidades de emprego, e vai em direção a hipersexualização da mulher negra e o fetiche na invenção “da mulata”.

¹⁶ VIANA, Francisco. O prazer tem sexo? **Maria, Maria: Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador**. Edição nº3, Salvador. Set./Out. 1984, p. 6.

Há ainda, como ponto forte do jornal, as reivindicações expressadas em matérias que tratam da condição das mulheres no mercado de trabalho, desde oportunidade de inserção, até as relações de gênero que desvalorizam o trabalho das mulheres. As edições de nº 0 e nº 1 fazem matérias que denunciam a perspectiva machista que paira sobre o trabalho da mulher, que em condição de empregada doméstica desenvolve um trabalho mal-remunerado que “a sociedade espera de uma dona-de-casa, caracterizando um ‘repasso de atividades’” (GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR, 1984, nº 0), ou ainda, sob a rotina de uma dupla jornada de trabalho, desenvolve algum outro ofício com o peso das tarefas domésticas da sua própria casa. As críticas que surgem dos textos demandam equidade nas responsabilidades domésticas intrínsecas ao casamento, construções e acesso às creches, lavanderias e restaurantes públicos. A questão das creches ganha uma matéria exclusiva no nº 2 do periódico, onde o debate é aprofundado. São contadas histórias de movimentos de voluntariados que mantêm ativas creches, como também são noticiadas algumas iniciativas governamentais da época, como o Programa de Apoio ao Menor, de 1983.

Para além das questões anteriormente citadas, o trabalho das mulheres prostitutas também é motivo para matérias. A edição Maio/Junho escreve um texto que contém entrevistas com prostitutas de Salvador, contando suas histórias de vida nesse ramo discriminado e sem amparo. Assim como o jornal Brasil Mulher, o Maria, Maria também desenvolve uma narrativa onde as prostitutas são pessoas que esperam condições para sair desse tipo de vida, vítimas das diversas desigualdades de classe e gênero, relatando e denunciando as diversas violências intrínsecas ao trabalho. Contudo, de maneira diferencial e condizente com outras matérias referentes a outros temas, a mesma edição contém uma matéria intitulada “Destruindo mitos”. Trata-se de um texto preocupado com diversos preconceitos que pairam sobre a prostituição; um deles questiona a ideia de que a prostituta não sente prazer ou não tem orgasmos em meio ao trabalho. Em justiça à subjetividade das pessoas entrevistadas, o discurso fala sobre os orgasmos que existem, dos atendimentos médicos que revelam que várias dessas mulheres não possuíam DST’s, e se encerra com as reivindicações por melhorias nas condições desse tipo de trabalho.

Conclusão

O contato com o periódico do Grupo Brasil Mulher/Salvador, revela uma lacuna ainda em preenchimento na história da imprensa feminista. Pouco se sabe sobre o

surgimento, o desenvolvimento e fim do Maria, Maria; e este estudo inaugura a primeira análise do periódico como objeto e fonte histórica. Algumas afirmações podem ser feitas sobre as pautas de reivindicações expressadas por esse grupo de feministas da Bahia: existe a intenção de rompimento com a tradição hierárquica da esquerda brasileira, mas as pautas da imprensa feminista da década de 80 ainda se assemelham muito às reivindicações da década anterior. As rédeas sobre o tema do aborto e sexualidade se mostram mais frouxas no discurso de 84, e a subjetividade está em alta. As prostitutas vitimizadas no jornal Brasil Mulher ainda existem no Maria, Maria, mas tornam-se pessoas que excedem o espaço dado pelo estereótipo de mulheres frígidas, infelizes e miseráveis. O aborto e o debate sobre o corpo não se desenvolve preso à funções reprodutivas, e as vozes do Maria, Maria falam sobre o direito ao prazer, ao orgasmo, à decisão política e pessoal sobre a quantidade de filhos desejada. Demonstra um avanço na maneira de pensar, e principalmente, de discutir publicamente as questões da mulher na sociedade.

O planejamento familiar duramente criticado, herança dos periódicos feministas precedentes, revela o anseio pela participação política das mulheres; o poder de pensar, expressar, exigir, planejar dentro da sociedade, a exigência da mulher como agente histórico. O Maria, Maria traz em todas suas edições diversos manifestos, divulgação de obras literárias, encontros, debates e seminários feministas. Teve esse caráter informativo e disseminador da cultura feminista no Brasil, mas principalmente na Bahia.

O periódico, quando expressando sua opinião como grupo, tinha como ideal a construção conjunta entre mulheres e homens de um mundo “despido de estereótipos que os amarraram aos ditames mesquinhos do patriarcalismo”¹⁷. Trata-se de uma visão que percebe a superação permanente da sociedade patriarcal, acorrentada à superação do sistema capitalista. Contudo, tudo que é referente ao processo hermenêutico de análise do jornal, que poderia revelar mais profundamente o mosaico de opiniões e ideologias que formam o organismo do periódico, necessita de um estudo mais detalhado do que o elaborado aqui. O breve estudo sobre o Maria, Maria revela que, para além de todas as questões argumentadas e apontadas no desenvolvimento do trabalho, o periódico da cidade de Salvador contém em si enorme potencial de pesquisa histórica.

Fontes

¹⁷ GRUPO BRASIL MULHER/SALVADOR (Brasil). Editorial: Nós e o momento político. **Maria, Maria: Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador**. Salvador, nº4. Nov./dez., 1984, p.2.

MARIA, MARIA: *Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador*. Salvador, mar., 1984.

MARIA, MARIA: *Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador*. Salvador, maio/junho, 1984.

MARIA, MARIA: *Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador*. Salvador, julho/agosto, 1984.

MARIA, MARIA: *Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador*. Salvador, set./out., 1984.

MARIA, MARIA: *Jornal do Grupo Brasil Mulher/Salvador*. Salvador, nov./dez. 1984.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. **As Políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006. 52 p.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Assistência Integral à Saúde da Mulher: base de ação programática**. Brasília, Centro de documentação do Ministério da Saúde, 1984.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **Nosso corpo nos pertence: uma reflexão pós anos 70**. *Labrys*. Estudos Feministas. Jan./jul., 2005.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013, 312p.

The voices of *Maria Maria*: the guidelines of claims (1984)

Abstract: Based on the analysis of the newspaper *Maria*, printed in 1984, by the Brasil Mulher Group of Salvador, this communication aims to verify what were and in what way the political and social demands of women were expressed on the eve of the end of the civil- military Brazilian dictatorship, aiming to contribute to the historiographical movement focused on the study of the political participation of women.

Keywords: Newspaper *Maria*, *Maria*; claims; dictatorship.

ENTRE AS PRESCRIÇÕES E AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO: ESTUDO DAS PUBLICAÇÕES DE E SOBRE AS “BLUSAS-VERDES” NO PERIÓDICO INTEGRALISTA “FLAMMA VERDE” (FLORIANÓPOLIS 1936-1938)

Gustavo Tiengo Pontes¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir as publicações do periódico integralista “Flamma Verde” que abordaram ações de mulheres integralistas ou que prescreveram sobre suas possibilidades de atuação. Esse jornal era um semanário que fez parte do conjunto de impressos do movimento Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação política autoritária de direita fundado em 1932 por Plínio Salgado com o lema “Deus, Pátria e Família”.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; Mulheres; Imprensa.

O objetivo desse texto é discutir as publicações do periódico integralista “Flamma Verde” que abordaram ações de mulheres integralistas – chamadas de “blusas verdes” - ou que prescreveram sobre suas possibilidades de atuação. Esse jornal era um semanário que fez parte do conjunto de impressos do movimento Ação Integralista Brasileira (AIB), agremiação política autoritária de direita fundado em 1932 por Plínio Salgado com o lema “Deus, Pátria e Família”. Antes de iniciar o estudo específico de tais textos, serão escritas algumas palavras sobre o a Ação Integralista Brasileira e algumas normas gerais do movimento para as mulheres².

A AIB foi um movimento e, posteriormente partido político, que foi lançado oficialmente em São Paulo através da divulgação do documento “Manifesto de Outubro” em outubro de 1932. Sua existência ocorreu até dezembro de 1937, quando os partidos políticos foram proscritos. Ao longo deste período, segundo dados do próprio movimento, a AIB contou com cerca de 1 milhão de adeptos, dados que contém certo grau de exagero, mas que evidenciam também a forte expansão do movimento no território brasileiro³.

O movimento elegeu prefeitos e vereadores em diversas cidades, sendo que, no Estado de Santa Catarina contou com número significativo de adeptos. Após a proibição dos partidos políticos em 1937, sua existência ocorreu como uma associação chamada

¹ Graduação em História (UFSC), Mestre em Educação (PPGE-UDESC), atualmente Doutorando em História (PPGH-UFSC), Florianópolis, Brasil. Bolsista pelo CNPq, e-mail: gustavotpontes@gmail.com.

² Algumas palavras sobre essa temática já foram desenvolvidas em (PONTES, 2013). Sobre o periódico “Flamma Verde” também já foi escrita minha dissertação (PONTES, 2016). Sobre o periódico e a imprensa integralista em Santa Catarina também recomenda-se a leitura dos trabalhos de João Henrique Zanelatto (ZANELATTO, 2013; 2012).

³ Sobre a AIB como organização nacional cf. (TRINDADE, 1979), para um breve histórico da trajetória da AIB cf. (DOTTA, 2014). Para outro estudo nacional que problematiza especificamente também as mulheres integralistas cf. (CAVALARI, 1999).

Associação Brasileira de Cultura (ABC). No entanto, em maio de 1938, um grupo de integralistas tentou tomar o poder à força ao buscar invadir o Palácio Guanabara na capital federal. Este golpe integralista foi rapidamente controlado e, a partir deste momento, o integralismo foi perseguido e tratado como um inimigo.

O lema do movimento era “Deus, Pátria e Família”, anunciando algumas das características da AIB, o seu forte nacionalismo, a importância da religião (principalmente a Católica) e uma concepção de família em que cada um de seus membros possuía certos papéis a desempenhar para a construção de um chamado Estado Integral. Até onde foi possível perceber, nos textos e obras integralistas, quem é chamado como vanguarda para a ação política de transformação são os homens. Sobre as mulheres, que será problematizado adiante, no entanto, pode-se perceber que sua atuação no movimento é muito mais associada principalmente com a educação, mas também em outras atividades junto ao lar, à família e participando de ações de caridade e saúde.

Com relação às ideias gerais da AIB, segundo o próprio Plínio Salgado (1955), o movimento apresentava sua atuação como em uma missão de salvação nacional da pátria em perigo. Assim, ao Integralismo cabia realizar um Revolução Espiritual, como uma vanguarda educadora em seu elevado papel. O Integralismo é visualizado como uma atitude nacional, um despertar de consciências, a marcha gloriosa de um povo. Há uma concepção de história elaborada por Salgado que considera a marcha da Humanidade como um conflito entre dois conceitos, o materialismo e o espiritualismo. No decorrer dessa história ou havia uma ênfase de um dos conceitos, ou se antepuseram ou se conciliaram, para de novo se separarem nessa outra luta do espírito. Se os valores materialistas devem ser combatidos por não considerar a existência de Deus e alma, os valores espiritualistas, defendidos pelos integralistas, consideram a vida humana como um fenômeno transitório, condicionando uma aspiração eterna superior. Para os que adotam este conceito, existe Deus, existe Alma e tudo que se relaciona com essas duas ideias.

Tendo em vista tais considerações, o Integralismo se organizou de diversas maneiras para difundir suas ideias, arregimentar novos membros e alcançar postos de liderança. Suas palavras eram divulgadas através da realização de caravanas, desfiles, com a publicação de panfletos, periódicos e livros, com a organização reuniões de

estudos⁴. A partir de agora será abordado sobre o papel das mulheres no conjunto da organização integralista, que deve ser compreendida como parte de uma estrutura maior.

Aa fim de também realizar seu papel na “missão integralista”, no caso das mulheres, havia na estrutura da AIB um Departamento Feminino, cuja finalidade era “orientar e dirigir a ação da Mulher Brasileira no movimento e prepara-la para ocupar efetivamente no regime integralista o lugar de direito que lhe cabe” (MONITOR INTEGRALISTA⁵, nº 13, p. 4). O Departamento Nacional Feminino seria responsável por:

orientar e controlar o movimento feminino em todo o país, traçando-lhe diretrizes seguras para um trabalho eficiente de arregimentação, ao qual se seguirá imediatamente o de coordenação e organização, tudo para fins de cabal aproveitamento das tendências e aptidões de seus elementos nos seguintes campos de atividade: - Ensino e educação moral / - Cultura Artística / - Propaganda Política / - Assistência Social. (MONITOR INTEGRALISTA, nº 13, p. 4).

Convém destacar os termos usados e as prescrições mencionadas, pois, apesar de ser restringido às mulheres que elas participem no movimento por tais maneiras mencionados, isso também pode ser visualizado também como um direito para sua participação. Isso não exclui que há uma visão conservadora com relação às mulheres junto à sociedade. Sobre a atuação das mulheres no Integralismo, pode-se destacar o que os autores Leandro Pereira Gonçalves e Renata Duarte Simões discutem:

O Integralismo, desde o seu nascedouro, atribuiu à mulher a função de educadora e forjadora de caráter, devendo dedicar seus esforços em prol da renovação espiritual do País. No processo de preparação para a revolução de espírito e de “educação integral”, a mulher foi convocada para desempenhar os papéis que lhes eram destinados nos setores educacionais. O movimento considerava que tinha ela grande contribuição a dar na tarefa de educação da consciência nacional, encontrando a verdadeira esfera de função adequada ao sexo e aos seus deveres cristãos no desempenho de funções do lar e da família. (2012, p. 65)

⁴ Cf. (CAVALARI, 1999); (BULHÕES, 2012); (OLIVEIRA, 2009). Sobre a expansão integralista em Santa Catarina, difusão de ideias e adesão cf. também: (FALCÃO, 2000) e (GERTZ, 1987).

⁵ Segundo Rodrigo Santos de Oliveira sobre o “Monitor Integralista”: “Este periódico era o principal portal de transmissão da doutrina integralista. Tinha o caráter de órgão oficial do integralismo e era através dele que a palavra do ‘Chefe Nacional’, Plínio Salgado, chegava aos lares dos militantes. Assim como no [periódico integralista] Monitor Integralista, havia a obrigatoriedade de assinatura por parte dos núcleos. As lideranças nas esferas nacionais, regionais e locais eram obrigadas a ter uma assinatura individual e também era recomendado que todos os militantes assinassem ou comprassem nas bancas”. (OLIVEIRA, 2009, p. 151).

Ou seja, esperava-se uma participação dessas naturezas para as mulheres, o que não explicita outras atividades que devem ter desempenhado que serão discutidas ao final desse texto. Acerca das atribuições esperadas para as mulheres, as mesmas podem ser melhor explicitadas a partir das divisões que compunham o Departamento Feminino: expediente; arregimentação; cultura e sociabilidade; assistência social. Segundo o que foi escrito no “Monitor Integralista”:

Divisão do Expediente. / 7º - Compete a esta Divisão manter e dirigir todo o serviço da secretaria das Divisões deste departamento. (...). Da Divisão de Arregimentação / art. 9º - À *Divisão de Arregimentação*, compete: - arregimentar as integralistas de acordo com suas aptidões, para o desempenho de funções que lhes sejam condizentes, em todos os ramos de atividade integralista. / Art. 10º - A *Divisão de Arregimentação*, compreende as seguintes seções: / 1º - Ensino / 2º - Cultura Artística; / 3º - Propaganda Política (MONITOR INTEGRALISTA, nº 13, p. 4 / grifos do autor).

A Divisão de Cultura e Sociabilidade englobaria uma série de seções: Cultura Esportiva; Cultura Artística; Cultura Integralista; Estudos Femininos. A Divisão de Assistência Social havia a finalidade de “prestar assistência e proteção assídua às integralistas e simpatizantes, dentro do campo de suas atribuições”, que compreendia as seguintes seções: Escolar; Técnica; Médica; Bandeirantes da Caridade. No periódico “Flamma Verde” foram encontradas algumas publicações com ações segundo tais orientações, isto é, relatos de visitas domiciliares de mulheres integralistas para prestar assistência, organização de ações de caridade e de educação. Antes de iniciar uma problematização sobre esses textos, algumas palavras serão escritas sobre esse periódico.

“Flamma Verde” foi editado em Florianópolis de setembro de 1936 a fevereiro de 1938, era a capital catarinense que contava com a sede da Chefia Provincial de Santa Catarina, ou seja, o órgão máximo integralista no Estado. É possível compreender o mesmo como um periódico de inserção regional, segundo a noção elaborada por R. S. de Oliveira, estes eram periódicos que serviam como um instrumento que fazia a ponte entre a Chefia Provincial e os “camisas verdes” dos diversos núcleos locais. Nestes jornais, além das matérias nacionais e internacionais, as notícias locais possuíam destaque central. Eram jornais que buscavam trazer o integralismo para mais perto dos seus filiados. (OLIVEIRA, 2009)

O acesso ao mesmo ocorreu na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina sendo que, infelizmente, o acervo não contém as seguintes edições: 2, 8, 10, 13, 18, 19, 20, 28, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 44, 46, 52, 53, 62 e 67. Ao todo foram encontradas, portanto,

49 edições. São diversas as temáticas presentes nas publicações do periódico, principalmente textos que elevavam a importância de Plínio Salgado, chamado de “Chefe Nacional”, mas também outros textos que apresentavam o integralismo como em expansão, sua boa relação com as autoridades políticas e militares, notícias com nomes de adeptos de renome, e mais textos tecendo comentários críticos sobre os que eram considerados os seus inimigos, principalmente os comunistas.

No caso dos textos que abordaram as mulheres integralistas, tais eram publicados principalmente com o intuito de expor sobre a atuação das mesmas na cidade, expondo suas obras de caridade, educação e outras ações. É possível relacionar esses escritos com uma busca de distinção social que as famílias da elite de Florianópolis nesse período da 1ª República. No caso das mulheres, segundo Joana Maria Pedro, além de seus papéis de esposa e mãe, elas deveriam exercer uma outra missão: “De educadora dos filhos passaram, também, a serem transmissoras de cultura na sociedade. Além de mães carinhosas e dedicadas, passaram a figurar como ‘beneméritas’ e protetoras dos pobres” (PEDRO, 1994, p. 89). É possível compreender também por este viés a participação das mulheres no movimento, isto é, já havia certa pré-disposição para se envolver em ações de caridade, por exemplo, como uma forma de distinção social.

Dentre alguns dos exemplos possíveis sobre essa temática, convém destacar a publicação da ed.15, em que assim estava escrito:

O Natal dos pobres da A.I.B. / O departamento feminino da Ação Integralista Brasileira, nesta Província, continua em franca atividade no sentido de proporcionar neste ano, como o fez nos anteriores, um Natal alegre e útil à pobreza da capital. / Não só em Florianópolis, como em todos os núcleos municipais da Província, todos departamentos femininos empenham seus melhores esforços nesse sentido. (...) Este ano, a AIB envidou grandes energias para que o seu Natal seja o maior e o melhor de todos os desfavorecidos. (FLAMMA VERDE, 19/11/1936, n 15, p. 4)

Assim como em outros textos sobre as ações da AIB, há um intuito de apresentar o movimento como de intensas atividades e por diversas regiões do Estado, sugerindo sua força, expansão e grande adesão. Na edição seguinte seria publicado mais detalhes sobre as ações das c “blusas-verdes”, em que, ao convite do departamento feminino a redação do jornal foi conferir a preparação para “Natal dos Pobres”:

Ao entrarmos ficamos surpreendidos com o número de blusas verdes que se entrega à confecção de pacotinhos de presentes para os pobres. (...) Duzentos cartões foram distribuídos aos que se apressaram em procura-los. Grande foi o número dos que chegaram à cata dos mesmos

e, infelizmente, não puderam ser atendidos. Avaliamos, só então, a pequenez dos esforços das dedicadas blusas verdes em procurar amenizar a necessidade da população pobre. (...) Neste momento foi que sentimos ser pena não recebermos de fato os tais auxílios financeiros que apregoam nos são enviados por Hitler, Mussolini e S. S. O Papa. / (...) Infelizmente, não o sendo, as integralistas de Florianópolis, num esforço titânico, conseguiram reunir o suficiente para dar à duzentas crianças proletárias aquilo que a burguesia gozadora nunca se lembrou de lhes dar, isto é: um Natal humano (FLAMMA VERDE, 26/11/1936, ed.16, p. 4).

Além de retomar o esforço de elevar as virtudes dos homens e mulheres integralistas envolvidos nessa ação, também é possível pensar tal publicação e outras similares como uma divulgação das ações do departamento que contaram com apoio da população geral. Talvez seja possível dizer que, como parece haver certa surpresa do responsável pela redação quanto ao número de pessoas interessadas no cartão que em troca daria um presente, tal escrita sugere que a perspectiva de quem escreveu era de quem não conhecia a quantidade de pessoas pobres da cidade. Além de tais objetivos, convém notar como, assim como em outros textos do jornal, havia a pretensão de responder acusações contra o Integralismo, que é apresentado como um movimento ativo e em defesa das classes trabalhadoras.

Uma prática que já ocorria na imprensa da cidade e também foi verificada no periódico é a publicação sobre viagens, aniversários ou casamentos que envolvessem mulheres com maior projeção da cidade mas, no caso de “Flamma Verde” também foi possível verificar a publicação sobre mulheres participantes do movimento ou esposas ou filhas de outros membros da AIB. Sobre essa prática, é importante ter em vista que a cidade passava por um processo de aburguesamento em que segmentos de classes mais altas buscavam se distinguir do restante da população, conforme Hermetes Reis de Araújo assevera (1989). Sobre essa temática da distinção das famílias durante a 1ª República, a autora Joana Maria Pedro também afirma que:

A distinção das famílias, que até então fora demonstrada pela restrição das mulheres aos papéis familiares, parecia, aos poucos, encontrar novas formas de demonstração de prestígio. As mulheres tornavam-se temas dos jornais, não mais apenas como imagens. Os periódicos davam publicidade às suas relações familiares e à sua sociabilidade. Aparecer nos jornais tornou-se uma nova forma de distinção. (PEDRO, 1994, p. 87).

Nesse sentido, é possível compreender também por esse viés tais publicações no jornal “Flamma Verde”, somando-se que também poderiam estar presentes elogios acerca

do envolvimento das mulheres no partido. Abaixo alguns exemplos de como se deram algumas de tais publicações:

Fazem anos: / 4 A exma, sra. Prof. Leonor de Barros (...) / 26 Frei Evaristo Schürmann; / o jovem Elesbão Leandro da Silva; / a gentil senhorinha Julia Medeiros filha do sr. J. Medeiros/ (...) a exma. Sra. D. Adelgicia Gondim, / 28 A exma. Sra. D. Carmen Lentz Villela; a senhorinha Igna Dias da Silva; a exma, sra. D. Victoria Rivelis, esposa do sr. Manoel Xavier. (...) a menina Zilva, filha do sr. Tico Fernandes (FLAMMA VERDE, 24/10/1936, ed. 7, p.4).

Companheira Maria Leopoldina Marques Guimarães / Transcorreu no dia 2 o aniversário da nossa companheira Maria L. M. Guimarães, progenitora do nosso companheiro de ideal e de oficinas, Jairo G. Vaz. / 'Flamma Verde' envia-lhe um respeitoso anauê. (FLAMMA VERDE, 03/04/1937, ed.30, p. 4)

Pode-se perceber como em muitos dos casos, a menção às mulheres é acompanhada do nome de seu esposo ou filho, normalmente nos casos de militantes integralistas. Sobre isso, o contrário não é possível de se verificar no jornal, isto é, até onde foi possível perceber, não foi publicado sobre algum integralista e em seguida sobre de quem o mesmo era esposo ou pai. Tal questão ressalta como ser homem ou mulher no movimento também influenciaria o modo como se daria a sua publicização no jornal. Em um outro exemplo de teor semelhante, abaixo trechos de uma matéria específica sobre uma companheira integralista:

(...) Ainda há poucos dias, a 3 do corrente, no distrito de Garcia, município de S. José, a virtuosa esposa do Chefe Distrital José Germano Mello, faleceu. / Poucos momentos antes, quando a lucidez da morte, lhe dominou o cérebro, iluminando-o, ela pediu: 'Quero que o forro de meu caixão seja da mesma cor que a de minha blusa'. São pequenos incidentes que se repetem constantemente por várias formas e que, por isso mesmo, revelam um grau elevado de patriotismo e de amor à causa. / 'Flamma Verde' apresenta, ao digno comp. José Germano Mello e seus parentes, a consternação de cento e dois mil camisas-verdes catarinenses. (FLAMMA VERDE, 20/04/1937, ed. 32, p.4)

Sua relevância para a publicação, além do elogio em torno de seu engajamento com o partido etc., se dá principalmente pela mesma ter sido esposa de um chefe distrital, José Germano Mello. Importante destacar como seu patriotismo é associado à causa integralista, o que eleva sua ação como um exemplo de boa conduta e importância do movimento.

Antes de iniciar as considerações finais, podem ser escritas algumas palavras sobre os textos escritos por mulheres integralistas e publicados no periódico. Foram raros os casos encontrados, e quando publicados normalmente retomavam as temáticas já

abordadas, ações do Departamento Feminino, que envolviam caridade ou educação. Em um texto de diferente teor, que é assinado pela companheira Yolanda Carineiro Ribeiro (possivelmente parente próxima ou de Heráclito Carneiro Ribeiro ou Danilo Carneiro Ribeiro, ambos militantes com projeção em SC) é de título “3 de janeiro de 1938” – data das eleições presidenciais - e conclama às “blusas-verdes” a votarem em Plínio Salgado. Abaixo alguns trechos do escrito:

Blusas Verdes de Santa Catarina: preparai-vos para o grande dia, o mais patriótico de vossa existência, desde que envergastes a blusa que tanto vos honra, enquanto prestáveis o juramento não simplesmente ‘a um Chefe Nacional’ – estreitas visões da liberal democracia – mas, ao nobre Ideal (...) a peso de sacrifícios, vossos companheiros empreendem a jornada política, pelo Brasil. (...) Preparai-vos, para agir, Blusas Verdes de Santa Catarina, vós, que tendes grata missão que executar: a de comparecerdes às urnas de 3 de janeiro, dando ao Brasil, em vosso voto de Fé Integralista, o mais consciente exemplo de patriotismo (...). Mostrai-lhes, queridas companheiras que, sob o respeito e obediência de nossas Bandeiras, não tememos o ribombar de metralhas da injustiça e da calúnia, pois que, solidárias, confiamos sinceramente no poder de nossas forças espirituais, na defesa da causa que juramos! (FLAMMA VERDE, 28/08/1937, ed.50, p. 5)

Nesse período mais próximo das eleições será constante a publicação de matérias que conclamam aos integralistas a se alistarem como eleitores, que afirmam sobre a certeza da vitória do movimento, como Plínio Salgado seria o melhor candidato etc. No caso específico do texto acima mencionado, ele pode também sugerir ou pressupor a existência de mulheres leitoras desse periódico, pois, o escrito é diretamente direcionado às mesmas, em que são chamadas, tendo em vista seus juramentos a votar no integralismo como exemplo de seu patriotismo. Pode-se perceber também como são conclamadas as “blusas verdes” de Santa Catarina a participarem desse esforço para eleger Plínio Salgado, cuja vitória parece simbolizar a causa pela qual lutam, em torno da justiça e forças espirituais.

Até onde foi possível perceber, não foi possível encontrar um texto semelhante assinado por uma “blusa-verde” antes do aproximar das eleições – o que foi possível encontrar anteriormente de textos assinados por “blusas-verdes” eram muito mais textos com relatos de atividades de departamentos e ações específicas na cidade- o que sugere que o esforço para as eleições foi um fator importante para esse maior direcionamento às mulheres através de um texto com uma aparente maior possibilidade de expressão sobre o que era o integralismo e sua importância, com aspectos mais teóricos sobre o movimento.

Por exemplo, na 4ª edição está presente um texto assinado por D. Maria J. Oliveira de título “Departamento Feminino” com os seguintes dizeres:

No dia 25 do mês findo esteve reunido o Departamento Feminino, a fim de tratar de assuntos relatos à Escola Doméstica Profissional; no dia 27, domingo o Departamento fez uma visita a um companheiro que se achava doente em sua residência. / A Secretaria Municipal de Arregimentação Feminina e Infantil solicita encarecidamente o comparecimento de todas as companheiras à rua Visconde de Ouro Preto n.1 todas às sextas-feiras. / D. Maria J. Oliveira. (FLAMMA VERDE, 03/10/1936, ed. 4, p. 4)

Assim como em outros textos, o Departamento Feminino é apresentado como de constantes atividades, o que auxilia a mostrar o movimento com força e defensor de causas justas e a favor dos mais desfavorecidos. Em suma, é possível perceber através da leitura desses textos do jornal e dos regulamentos integralistas que se esperava das “blusas verdes” um envolvimento e militância principalmente através de ações de assistência social, educacionais e de caridade, o que pode ser relacionado com um objetivo de difusão das ideias integralistas para todas as pessoas participantes e receptores dessas atividades quanto fortalecimento do grupo em torno do que se realizava.

As mulheres exerceram um papel de base importante a fim de arregimentar novos membros e apresentar o movimento como defensor de classes mais desfavorecidas, assim, à imprensa integralista cabia publicizar tais ações e boa imagem do movimento. Convém salientar também que outras atividades importantes devem ter sido exercidos pelas mulheres, pois, a organização das ações de caridades, cursos e escolas exigiriam a mobilização de contatos e formação de sociabilidades, que poderiam ser importantes em momentos posteriores. Nesse sentido, talvez seja possível sugerir que as sociabilidades em torno dessas ações de mulheres tenham sido importantes a fim da manutenção de contatos entre os “camisas-verdes”.

No conjunto da estrutura integralista, pelo que se pode perceber, apesar da relevância do Departamento Feminino, às mulheres seu lugar estava relacionado com fatores de uma concepção de família que não privilegiaria uma maior independência das mesmas. Isso auxilia a compreender, como um último exemplo, o que foi publicado sobre o 1º Congresso Nacional Feminino⁶, em que só foi divulgado sobre homens serem

⁶ “1º Congresso Nacional Feminino / Prosseguem no Rio de Janeiro, sob a direção da dra. Irene de Freitas Henriques, Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Juventude, os preparativos para o próximo Congresso Nacional Feminino. / Foram organizadas importantes teses de palpitante atualidade integralista. / No ato inaugural falará o dr. Belisário Penna, ilustre higienista brasileiro, ex-Ministro da Educação e

responsáveis por falar durante o evento. Ou seja, apesar da relevância das ações das mulheres, iria haver certas barreiras em torno das possibilidades de ação junto ao movimento.

Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. 215f. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP.

BULHÕES, Tatiana da Silva. Imagens a serviço da propaganda política da Ação Integralista Brasileira. In. CRUZ, Natalia dos Reis Cruz. **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.101-116.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DOTTA, Renato Alencar. Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro – da AIB ao ciberintegralismo: 1932 a atualidade. In. SCHURSTER, Igor et. al. **Velhas e novas direitas**: a atualidade de uma polêmica. Recife: EDUPE, Editora Universidade de Pernambuco, 2014. p. 281-289.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre o ontem e o amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora da UNIVALLI, 2000.

FLAMMA VERDE, 1936-1938 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In. CRUZ, Natalia dos Reis Cruz. **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 61-82.

MONITOR INTEGRALISTA, (1933-1937). Arquivo Público Histórico de Rio Claro.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)**. Rio Grande do Sul, 2009. 388f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre RS.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PONTES, Gustavo Tiengo. **Adeptos do Sigma em Florianópolis**: estudo sobre o periódico ‘Flamma Verde’ e a presença integralista na capital catarinense. Florianópolis, 2013. 144f. Monografia de Conclusão de Curso (História), Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **Das páginas de “Flamma Verde”**: educação e sociabilidade no periódico integralista “Flamma Verde” em Florianópolis entre 1936 e 1938. Florianópolis, 2016.

membro da Câmara dos 40. Durante o Conclave usará da palavra o dr. Gustavo Barroso e na sessão de encerramento o Chefe Nacional. / Irão delegações de todos os Estados brasileiros”. (FLAMMA VERDE, 17/10/1936, ed.6, p. 1).

236f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE, Universidade Estadual de Santa Catarina UDESC.

SALGADO, Plínio. **O que é o Integralismo**. Editora das Américas, 1955.

TRINDADE, Hélio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder**: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma, SC: UNESC, 2012.

_____. Anauê, Alvorada e Flamma Verde: a imprensa integralista e as disputas pelo poder político em Santa Catarina. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: nº3, vol. 5, setembro/dezembro, 2013. p.377-396.

Among the prescriptions and possibilities of action: study of the publications of and about the "Blusas-Verdes" in the Integralist periodical "Flamma Verde" (Florianópolis 1936-1938)

Abstract: This paper's objective is to discuss the publications of the Integralist periodical "Flamma Verde" that addressed the actions of women who were members of the Brazilian Integralist Action or that prescribe about their possibilities of action in this movement. This weekly newspaper was one among other publications of this authoritarian right-wing political movement association founded in 1932 by Plínio Salgado with the motto "God, Mother Land and Family."

Keywords: Brazilian Integralist Action; Women; Press

UNIVERSO FEMININO E DEMOCRACIA EM PAUTA NA REVISTA *BRASIL JOVEM* (1966-1978)

Camila Serafim Daminelli¹

Resumo: Em paralelo às lutas feministas dos anos 1960 e 1970, foi intenso nas mídias brasileiras o debate sobre os chamados “papéis sociais” da mulher, orientado em grande medida pelo discurso de “modernização conservadora” que emanava do Estado e buscava conciliar o horizonte da democracia com um propalado protagonismo feminino. Esta comunicação aborda as especificidades destas conexões na revista *Brasil Jovem*, veículo oficial da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor e detentora de enorme legitimidade junto aos trabalhadores sociais que atendiam crianças e jovens durante o período.

Palavras-chave: Discursos; Universo feminino; Democracia; Revista *Brasil Jovem*.

Considerações iniciais

No período compreendido entre 1966 e 1978, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – Funabem investiu na produção de um veículo próprio de abrangência nacional, com vias a informar sobre o trabalho da instituição responsável pela gerência das políticas assistenciais voltadas à infância e à juventude no país. A tarefa se fazia necessária, já que a Funabem, criada em 1964, esteve permeada por certa indefinição nos seus primeiros anos: afirmava-se em contraposição ao extinto Serviço de Assistência ao Menor, limitado geográfica e metodologicamente, e, talvez por isso, buscou construir-se utilizando terminologia que pouco dialogava com o histórico assistencial brasileiro, em termos de “bem-estar”.² A revista *Brasil Jovem* cumpriu, dentre outras, a função de “explicar” a instituição ao público leigo, mas também aos técnicos que operavam a chamada “política do menor”, para quem a revista esteve voltada e endereçada.³

¹ Historiadora, atua no campo da História do Tempo Presente. Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil. Atualmente realiza pesquisa sobre as políticas sociais para infância e juventude no Brasil, nos marcos da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor e da ditadura militar. Membro do Laboratório de Relações de Gênero e Família – Labgef. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Email para correspondência: camis.hst@gmail.com.

² O presidente da Funabem à época de sua criação, em pronunciamento realizado em dezembro de 1968, apontou a estranheza creditada ao termo “bem-estar” quando da denominação da entidade. Assim se justificou, naquele momento, o Dr. Mário Altenfelder: “partilhando e querendo esta condição para o menor, o Governo Federal acompanhava a evolução mundial que repele, em nossos, dias, a pura e simples assistência material (...) para designar aquela missão mais alta, que visa satisfazer as necessidades básicas do menor”. Para Altenfelder, estas necessidades eram sintetizadas pelo conceito de “bem estar”, daí sua escolha para compor o horizonte de trabalho e as finalidades do órgão. Ver: ALTENFELDER, Mário. O Bem-Estar do menor e a situação social do Brasil. *Brasil Jovem*, ano III, n. 09, março de 1969, pp. 62-64.

³ Segundo o historiador Gutemberg Alexandrino Rodrigues, *Brasil Jovem* “era destinada, gratuitamente, a autoridades, órgãos de comunicação social, juizes, e aos demais interessados no problema do menor” (2001, p. 119). Apesar da tiragem relativamente pequena, cinco mil exemplares por edição, a revista circulou por

O trabalho da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor pautou-se em duas frentes de ação, a prevenção e o tratamento, cada uma referindo-se a um perfil de seu público alvo, “o menor atingido pelo processo de marginalização”, os abandonados e os infratores, respectivamente (VOGEL, 2011). Enquanto as políticas de tratamento culminavam na institucionalização com privação de liberdade, as ações preventivas referiam-se às famílias das crianças e dos adolescentes, sobretudo as famílias de origem. As famílias alcançadas pelas ações da instituição tinham um perfil de classe bem delineado, pertencendo às camadas pobres da população brasileira. Para atingir, por meio das famílias, a sua prole, a composição e a dinâmica dos grupos populares urbanos brasileiros tornaram-se paulatinamente alvo de discursos, de estudos e de análises por parte da instituição.

Profissionais de diferentes áreas do conhecimento tiveram textos compilados, ou enviados diretamente à edição da revista *Brasil Jovem* cuja temática referia-se à família e suas “desorganizações”: o excesso de trabalho dos pais, os ensejos da mulher/mãe pelo espaço público, a nova composição dos grupos familiares, dentre outros, que culminavam, no olhar da Fundação, no abandono material ou moral de seus filhos. Em meio à efervescência dos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970, a Funabem, *Brasil Jovem* e seus colaboradores buscaram articular o temário do desenvolvimento nacional à democracia enquanto um horizonte a ser vislumbrado, mas que se tornaria realidade apenas com a manutenção de alguns valores e práticas considerados fundamentais, entendidos como propulsores de estabilidade social. Em contraposição às lutas feministas, a tônica do conjunto de reportagens que tinha como temática central as mulheres referia-se às “questões femininas”, ou ao chamado universo feminino, proposta que se inseria no âmbito da “modernização conservadora” em curso no país.

Nesta comunicação propõe-se analisar os discursos que a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor aventou aos interessados e operadores da política menorista, através da revista *Brasil Jovem*, acerca do chamado universo feminino, bem como sua interlocução com a integração social da infância e da família, o desenvolvimento nacional e a retomada da democracia no país. O conceito de discurso empregado é de matriz foucaultiana, uma vez que, conforme o entendemos, “interpretar, levando em conta o processo discursivo que se interpõe entre o intérprete e o objeto a ser interpretado não é atribuir sentido a tudo que se lê, se vê ou se escuta”. Ao contrário, frente ao que acontece

todo o território nacional; tal prerrogativa, de fazê-la circular, era publicada ao final de cada exemplar, em cinco idiomas, através dos dizeres “pede-se permuta”.

no cotidiano “como enunciável, legível, visível ou audível, enfim, como fato simbólico, observam-se sentidos sendo produzidos. Tem-se aqui o ponto de partida que apresenta uma atividade de interpretação em que o discurso, e não o sentido, é o seu objeto primeiro” (SOUZA, 2014).

Pautas do “universo feminino” em debate

De acordo com a historiadora Joana Maria Pedro (2012), o feminismo dito “de segunda onda”, evidenciado a partir de meados da década de 1960, surgiu como um movimento cujas reivindicações iam além das bandeiras relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais. Ainda que fortemente influenciado pelos movimentos feministas internacionais, o feminismo de segunda onda no Brasil guardou certas especificidades, já que o país vivia sob uma ditadura militar. Diferentemente dos movimentos que, no mesmo período, marcaram a sociedade francesa, para os quais o inimigo principal a ser combatido era o patriarcado, num Brasil de profundas mazelas sociais havia muito mais a fazer além de combater o machismo e defender a liberdade sexual. No país, segundo relata a historiadora, “a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas da ‘Segunda Onda’” (p. 240).

Na esteira dos debates feministas da época, que estiveram centrados, juntamente com a questão do trabalho feminino, em temas ligados à sexualidade e às violências, *Brasil Jovem* abriu espaço para a discussão de algumas pautas relativas às mulheres. Na revista, tais discussões estiveram permeadas, no entanto, pelos juízos das classes médias, juízos, no mais das vezes, profundamente conservadores, que se referiam aos direitos auspiciados como uma adversidade moderna, sendo a desagregação da família uma de suas consequências. Dentre os temas abordados, destacou-se o do trabalho feminino, temática sobre a qual versou um conjunto amplo de reportagens, ainda que de maneira não central. Elencamos três momentos desta discussão, a fim de representar as “pautas do universo feminino” sobre as quais os ideólogos e colaboradores da Funabem se debruçaram, entre os anos de 1966 e 1978.

O primeiro momento em que o trabalho da mulher fora do lar apresentou-se como tema de pauta para a Fundação, ou ainda, como um “problema”, foi durante a solenidade de posse do Conselho Nacional, em maio de 1965. O discurso oficial proferido pelo presidente da Funabem, Dr. Mário Altenfelder, nesta solenidade, foi publicado na íntegra

em *Brasil Jovem*. Na narrativa Altenfelder defendeu a família como unidade basilar da sociedade. Mas o doutor tinha em mente um modelo singular de família, a família nuclear propalada pela norma burguesa. Para ele, a criança nascia para viver com seus pais e irmãos. Ao abordar o tema da internação em instituições a cargo do Estado, afirmava que a prática “estatizava o que é da família”, e justificava seu argumento da seguinte maneira: “Neste país, interna-se grosseiramente. Interna-se por egoísmo e por comodismo. Interna-se para que a mãe, abandonando seu filho, vá cuidar dos filhos dos outros. Interna-se porque não se quer nem pátrio poder, nem pátrio dever”.⁴

No entender de Altenfelder, a mulher que saía de casa para o trabalho doméstico, em casas de família, abandonava a sua prole para cuidar “dos filhos dos outros”. A descrição do trabalho não deixava dúvidas de que o orador tinha em mente a mulher das classes menos favorecidas economicamente. Noutras palavras, parecia compreender que esta categoria de trabalho era uma necessidade para a própria subsistência da mulher, bem como para a de seu grupo familiar. Ainda assim, é perceptível o juízo de valor referente ao trabalho feminino em âmbito doméstico que não o seu próprio, por parte da mulher pobre, já que caracterizava a dinâmica familiar resultante de sua saída para o trabalho como “abandono”. Ao inferir sobre o abandono da prole da mulher, para que esta pudesse cuidar do filho alheio, a narrativa provoca no leitor ou leitora a sensação de que a mulher elegia, simplesmente, cuidar de outra criança ao invés da sua. O egoísmo e o comodismo apontados como motivação para o internamento endossam o parecer condenatório por parte do doutor.

O trecho analisado é enxuto, mas representa uma série de outros discursos nos quais o presidente e grande mentor da Fundação, nos seus primeiros dez anos,⁵ colocou em interlocução o ideário cristão, o pátrio poder e as condutas idealizadas para homens e mulheres, de quaisquer classes, etnias e culturas. Essa indistinção costumava promover, na “moral da história” de seus pronunciamentos e reflexões, a culpabilização parental pela marginalização da infância pobre, num íntimo diálogo com o ideário da

⁴ ALTENFELDER, Mário. O Nascer da Fundação. *Brasil Jovem*, ano I, n. 02, dez. de 1966, pp. 41-44.

⁵ A temporalidade administrativa da Fundação pode ser dividida em três momentos. O primeiro, que coincide com sua ascensão, perdurou entre 1964 e 1974, período em que o Dr. Mário Altenfelder fora seu presidente. O segundo momento define-se pela presidência de Fawler de Melo, por cerca de meia década e o terceiro, pela sucessão de presidentes, quando a instituição está em evidente declínio e inicia-se o seu desmantelamento.

“modernização conservadora”⁶ estimulada pelo regime e pelos generais-presidentes, com os quais possuía, a propósito, inúmeras afinidades.

O segundo momento que elencamos sobre este temário, o do trabalho feminino, transcorreu durante o II Encontro Interestadual sobre o Problema do Menor. A representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social no Conselho Nacional da Funabem,⁷ Mariana de Brito Franco, proferiu discurso intitulado “O trabalho da mulher e do menor”. De fato, o trabalho infantojuvenil não foi abordado, mas sim uma face do trabalho feminino, que se referia ao trabalho exercido no mundo urbano por mulheres – outra vez – das classes menos favorecidas economicamente. Este discurso é relevante, pois, embora a temática do trabalho feminino tenha se feito presente em diversas oportunidades em *Brasil Jovem*, ele foi pouco abordado no âmbito das políticas públicas voltadas a este público (os filhos das mulheres trabalhadoras). Vejamos o que inferia, a este respeito, a Dra. Mariana.⁸

O trabalho assalariado das mulheres, em todo o mundo, apresentava-se como um fenômeno social, independente das razões que as levassem a buscar trabalho fora de casa. Tal constatação havia orientado, dizia a conselheira, a Organização Internacional do Trabalho – OIT a sugerir providências para que as mulheres, ausentes durante parte do dia para o labor, pudessem continuar a cargo das funções junto à sua família, no âmbito doméstico. Dentre os cinco pontos sugeridos pela OIT, dois foram destacados na narrativa: “informar e educar o público sobre os problemas relativos às mulheres com responsabilidades familiares” e, “serviços e meios de assistência à infância”. Os pontos que a Dra. Mariana focalizou sugeriam que a condição de trabalhadora era uma

⁶ O conceito define-se, no Brasil, pelas transformações de ordem econômica, articuladas entre Estado, as velhas elites e os novos capitalistas, para introduzir definitivamente o modelo capitalista de produção e atingir um padrão de desenvolvimento econômico “moderno” mantendo-se, por sua vez, tanto a estrutura fundiária quanto os entraves ao acesso das classes economicamente inferiores a terra e aos padrões de consumo. Ver PIRES; RAMOS (2009). A manutenção da ordem social necessária para a submissão dos trabalhadores frente ao espectro da sublevação perpassava as condutas individuais, moralizadoras e valorativas da família tradicional, daí a utilização do conceito como ferramenta analítica dos discursos oriundos das entidades assistenciais.

⁷ O Conselho Nacional, principal órgão que constituía a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, era composto por um representante de cada uma das 13 entidades que compunham a rede de assistência social do país, públicas ou privadas, além de três pessoas de “notório saber”, designadas pelo Presidente da República e dos representantes dos seguintes ministérios: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Ministério da Educação e Cultura; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério da Agricultura; e Ministério da Saúde. Cabia ao Conselho, dentre outras funções, formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor, de acordo com o artigo 5º da Lei n. 4.513, de 1º de dez. de 1964. Ver: BRASIL, 1964.

⁸ Segundo a reportagem de *Brasil Jovem* que publicou o texto da conselheira, este evento ocorreu em uma cidade da região Nordeste, não sendo informada, entretanto, qual seria esta cidade, tampouco a data de realização do evento. Ver: FRANCO, Mariana de Brito. O trabalho da Mulher e do Menor. *Brasil Jovem*, ano II, n. 07, outubro de 1968, pp. 80-81.

necessidade para a sobrevivência do grupo e para o funcionamento do sistema produtivo, mas que trazia “problemas” noutras funções: para a resolução do “problema” – o exercício modelar da maternagem – fazia-se necessária a “educação” da população e serviços de assistência à infância.

Embora a matéria não tenha se referido ao pertencimento social da “mulher que trabalha”, percebe-se claramente que se tratava, na abordagem em tela, de mulheres pobres, sob as quais atuavam os serviços de assistência social. Evidencia-se, por um lado, que a naturalização do trabalho da mulher pobre contrastava com o despontar do entendimento deste tema como um problema social. Como nos recorda a historiadora Michelle Perrot (2007), as mulheres trabalharam, desde sempre, em quaisquer sociedades. Seu trabalho era doméstico, de reprodução, não remunerado, não valorizado. Sem que as mulheres trabalhassem naqueles serviços invisíveis que se referiam a casa e aos filhos, teria sido impossível para as sociedades se desenvolverem e reproduzirem. É com o advento da industrialização e do regime assalariado, no entanto, que o “problema” do trabalho feminino é colocado em questão: inseridas neste regime, deixavam de ter a casa, o lar e o cuidado da prole como seu único ponto de apoio e utilidade. Frente à possibilidade de multiplicação dos vencimentos familiares, a mulher pobre se lançava ao trabalho assalariado e impelia à alteração da dinâmica doméstica, sobretudo no que se referia ao cuidado das crianças.

Diante da realidade social vivida pelas mulheres pobres brasileiras, que precisavam ausentar-se do lar para a labuta, a conselheira da Funabem abordou soluções para a assistência do “filho da mulher que trabalha”. Estas soluções se compunham pela assistência nas horas de trabalho materno e pelo incentivo para que o trabalho feminino fosse exercido em âmbito doméstico, quando possível. Finalmente, de acordo com a doutora, o período de recesso escolar carecia de atenção por parte das entidades assistenciais, “pois nessa época do ano, os filhos da mulher que trabalha fora do lar permanecem, geralmente em um semi-abandono”.⁹

Um olhar de classe permeia o entendimento da autora do texto no que diz respeito à sociabilidade e às práticas culturais das crianças pobres. Ao fim e ao cabo, a conselheira, falando pela Funabem enquanto voz autorizada, dava a entender que estava em jogo não o direito da criança à vivência pré-escolar ou o direito de convivência entre os pares, mas uma assistência instrumental que tinha por motivação questões de segurança pública,

⁹ FRANCO, Mariana Brito. O trabalho da Mulher e do Menor. *Brasil Jovem*, ano II, n. 07, out. de 1968, p. 81.

como sugere o fechamento do texto: “cuidemos hoje do filho da mulher que trabalha para que amanhã não seja tarde demais”. Uma vez mais, como já havia sido evidenciado pela fala do Dr. Altenfelder, a filosofia institucional enuncia as crianças e adolescentes cujas mães trabalhavam como “abandonadas”. No ideário da instituição, qualificava-se o abandono se as crianças não permanecessem sob os olhos atentos da mãe e do pai, no interior do lar, durante todo o dia. Outros modelos de assistência e cuidado eram alvos de desconfiança.

Numa terceira oportunidade, o trabalho feminino foi objeto central de narrativa jornalística compilada por *Brasil Jovem*, na edição de número 21, datada do primeiro trimestre de 1972. Tratava-se da exposição, realizada durante o II Encontro Regional de Secretários de Menores, de Hélio Xavier de Vasconcelos juntamente com a Dra. Mariana de Brito Franco.¹⁰ A reportagem apresentou índices do trabalho feminino nos estados do sul do Brasil, formulados pela Diretoria de Estudos, Normas e Pesquisas – DENP, da Funabem, dentre outros estudos e estatísticas. Os gráficos construídos pela DENP apresentaram cerca de 35% da força de trabalho da região alocada junto aos setores de serviços e comércio, girando em torno de pouco mais de 10% a participação feminina. No que se refere ao setor industrial, este empregava no momento cerca de 65% dos trabalhadores ativos; menos de 10% dos que labutavam neste setor eram mulheres. Os dados quantitativos sugeriam, como se pode perceber, que a maior parte das trabalhadoras estava empregada no ramo de serviços e comércio, representando cerca de 1/3 dos trabalhadores do setor. Já na indústria, as mulheres constituíam menos de uma quinta parte dos trabalhadores.

A leitura social realizada por Vasconcelos e Franco referente aos dados quantitativos apontava para as seguintes considerações: entre as classes menos favorecidas, o que mais afligia as mulheres trabalhadoras era a falta de unidades escolares e/ou recreativas que oferecessem atividades no contra turno escolar; entre as pessoas pesquisadas, a falta de “unidades de proteção à criança” próximas à residência da família estava entre as principais preocupações da mulher trabalhadora, sendo a unidade desejada, sempre aquela que se referia à faixa etária na qual se encontrava sua prole; e, em linhas gerais, constatava-se a necessidade de Unidades Integradas para a proteção do filho da mulher trabalhadora em período integral.

¹⁰ Ver: VASCONCELOS, Hélio Xavier; Franco, Mariana Brito. O trabalho da mulher e do menor. *Brasil Jovem*, ano VI, n. 22, 1º trimestre de 1972, pp. 41-45.

Chama a atenção, dentre as conclusões tecidas, que nenhuma das constatações de parte dos especialistas, ou demandas por parte das mulheres versava sobre suas condições de trabalho, sobre sua jornada, desejo por aperfeiçoamento ou ao seu status profissional. Por outro lado, a totalidade dos encaminhamentos dizia respeito à ausência de creches e unidades escolares ou integradas, para as quais a mulher trabalhadora pudesse encaminhar seus filhos e que ali permanecessem durante toda a sua jornada de trabalho, tendo atendidas suas demandas educacionais, recreativas, alimentares, de saúde, dentre outras. A atuação do Estado, por meio de instituições como a Funabem, parecia concentrar-se na busca por oferecer o requisito mínimo que permitisse o labor da mulher pobre: espaços de cuidado e sociabilidade para seus filhos. As narrativas apresentadas, como buscamos evidenciar, não tocam na questão da necessidade, possibilidade ou vontade de trabalhar, por parte da mulher, sendo o trabalho extra doméstico um ponto pacífico quando se tratava das classes pobres.

Esta naturalização do trabalho da mulher pobre demonstra, ainda, sua capacidade de valer-se de outras maneiras e outros espaços para assistência de sua prole, para além daquela oferecida pelos poderes públicos. Se a mulher pobre tinha o trabalho como uma prática comum e o Estado não oportunizava a infraestrutura necessária para a proteção dos membros mais jovens do grupo familiar, parece salutar que se tenha encontrado outras formas de assistência/ sobrevivência. No entanto, nos dizeres oficiais encontramos o lar e o cuidado materno como espaço preferencial de permanência das crianças. Dentre as situações alternativas a esse modelo ideal que foram caracterizadas como “abandono”, se enquadravam, por exemplo, o cuidado dos pequenos pelos irmãos mais velhos, ou a permanência de várias crianças junto à uma só pessoa da comunidade.

Ressalta-se que as pautas relativas ao trabalho, em *Brasil Jovem*, eram permeadas pelo olhar das classes bem colocadas socialmente, mas distanciavam-se da abordagem do tema propostas nestes meios. A trabalhadora, suas atividades, formação ou outras jornadas que exercia junto ao lar, temas comumente problematizados pelos discursos das revistas femininas voltadas à classe média, não foram abordados pelos especialistas da Funabem, incumbidos que eram de analisar o trabalho como uma das principais “questões do universo feminino”.

Mulheres: na família, na democracia e na construção da nação

Em texto publicado há um par de anos atrás a historiadora Soraia Carolina de Mello (2014), tecendo considerações sobre periódicos para mulheres, afirmou que, haja

vista o caráter comercial e muitas vezes conservador das revistas femininas voltadas à “mulher moderna”, no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX, estes periódicos se apropriaram de alguns debates contestatórios, sendo responsáveis por sua disseminação a grandes parcelas da população. Noutras palavras, alvos da crítica feminista relativa à abordagem de temas e pautas femininas, os periódicos da chamada cultura de massa foram mais abrangentes na divulgação de novas ideias e bandeiras, ainda que em parte, ou seletivamente, do que teriam sido os grupos militantes, progressistas ou revolucionários.

À luz do referido texto, me perguntava, ao deparar-me com recorrentes pautas e a um propalado protagonismo feminino, em *Brasil Jovem*, de que maneira poderia ser interpretada essa visibilidade conferida à mulher/mãe, inclusive em debates sobre o sistema democrático, quando oriundos de um regime político que, além de ditatorial e conservador, era notadamente masculino. Por mais contraditório que possa parecer, percebi que dentre as palavras-chave para entender a política operada pela ditadura militar, nos marcos da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, a de democracia possuía lugar de destaque (outras, talvez, tenham sido mais evidenciadas, como Segurança, Desenvolvimento e Integração Nacional).

O temário da democracia, ao contrário do que evidenciamos com relação ao do trabalho, não se apresentou através de reportagens significativas, mas sim em fragmentos, como um espectro que costumava ser trazido à tona no começo de alguns textos, como ponto de partida de discussões pontuais, ou ao contrário, em discussões amplas, mas de maneira breve, articulando-se democracia ao objetivo maior a que toda a sociedade brasileira deveria ambicionar. Antes de inferirmos sobre as atribuições femininas no tocante à tarefa – o intuito democrático e a construção da nação – cabe indicar os usos do conceito democracia, em passagens breves, em textos veiculados pela revista *Brasil Jovem*.

Em nossa leitura do material publicado pela revista foram dois os sentidos atribuídos à democracia. O primeiro está subdividido em duas partes. Segundo o historiador Renato Luís do Couto Neto e Lemos (2014), a temporalidade do regime de exceção instaurado em 1964 se divide em três momentos, sendo que no primeiro, entre 1964 e 1968, o mesmo ainda não teria uma identidade definida, oscilando entre democracia e ditadura. Funcionaram, por exemplo, até o ano de 1967, mecanismos democráticos preservados da Constituição de 1946. Neste contexto inicial, inferir sobre

democracia significava salientar o que havia de democrático no regime, insistindo que, ademais da tomada de poder, o país ainda vivia um sistema de direitos.

Em seguida, a partir de 1968, quando houve o endurecimento do regime, investia-se na “crença no regime democrático baseado em maiorias eleitorais conservadoras e avessas a manifestações populares e presidida pela ‘razão técnica’, ‘apolítica’” (LEMOS, 2014, p. 136). Lembramos que um dos trunfos discursivos dos operadores do regime referia-se à realização “constitucional” de eleições que, como se sabe, embora permeadas por fraudes, censura e violências, foram realizadas periodicamente durante todo o regime de exceção. Exemplo desta utilização evidencia-se em mensagem que o Dr. Mário Altenfelder, na condição de presidente da Funabem, enviou “a dois governos e a uma só revolução”. Esta mensagem foi publicada junto ao sumário da edição n. 03 de *Brasil Jovem*, datada de abril de 1967, da qual destacamos o seguinte fragmento:

Na oportunidade em que o digno e honrado Governo do Presidente Castelo Branco cede lugar, *democraticamente*, ao digno e honrado Governo do Presidente Costa e Silva, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, Diretoria, Funcionários e 15 mil menores amparados, deseja mandar uma mensagem de reconhecimento e confiança à Revolução de 31 de Março [grifos nossos].¹¹

A que se referia o lugar cedido por Castelo Branco, democraticamente, a Costa e Silva? Certamente à eleição presidencial de 1966, que se realizou com a abstenção quase total da bancada da oposição consentida, tendo sido eleito indiretamente, em chapa única, o General Artur da Costa e Silva.

Uma segunda acepção do conceito de democracia e que nos interessa mais particularmente neste ensaio se refere à democracia enquanto um horizonte de expectativa, como um objetivo a ser alcançado. O mesmo Mário Altenfelder que, como vimos, saudou a maneira democrática com que foi realizada a sucessão presidencial, utilizava o limiar democrático para questionar a capacidade da sociedade brasileira em operar democraticamente. No já citado discurso de posse do Conselho Nacional, proferido em 1965, Altenfelder critica a política do internamento e a dissolução da família, nos seguintes termos:

Nunca será demais repetir que o problema do menor abandonado e tantas vezes infrator é um problema de família. Sem a família bem constituída não se estanca a fonte de miséria que abastece os internatos e os reformatórios. Como defender a democracia, se a família se

¹¹ ALTENFELDER, Mário. Mensagem a dois govêrnos e a uma só revolução. *Brasil Jovem*, ano I, n. 03, abril de 1967, p. 01.

desagrega e estamos contribuindo também para isso estimulando a internacionalização?¹²

Enquanto a família estivesse ameaçada de desagregação, tornava-se questionável a defesa da democracia, inferia o presidente da Funabem, para quem democracia parecia confundir-se com a ideia de um “merecimento” coletivo. Propunha-se, portanto, o fortalecimento da família para que a sociedade estivesse segura para retomar o pleito democrático.

No desenvolvimento dos discursos institucionais, a mulher vai despontando como protagonista, de quem depende a manutenção da “família bem constituída”. Em outras palavras, a família, quando ia bem ou quando ia mal, constituía-se como reflexo dos papéis femininos, já que, como primeiro elo da cadeia família-pátria-democracia, a mulher era propalada como guardiã dos costumes, aquela a quem cabia o zelo, o cuidado e a função de manter a família unida, e, por outro lado, de sua (má) conduta resultava o abandono das crianças e adolescentes do grupo familiar.

Em 1967, ao propor uma análise sociológica da população brasileira, o sociólogo Paulo Cesar Milani apresentava dentre os elementos que causavam a marginalização da infância, “a mulher fora de casa por tempo cada vez maior, e os filhos entregues aos cuidados da empregada ou da vizinha”. De fato, em seu estudo sociológico, Milani realiza um percurso interessante para nosso argumento. O sociólogo conta a história da nação brasileira a partir de aspectos da população, desde o sistema agrário, pacato e patriarcal que caracterizava a Colônia e o Império, até a Era das transformações rápidas, da mobilidade social e da urbanização, consolidados no transcurso do século XX. Ao abordar a sociogênese brasileira, no entanto, o estudioso narra, na realidade, uma história da família e suas alterações, e conclui, em despreço ao modelo vigente no final dos anos 1960 - contexto no qual já havia apontado a “ausência” feminina no lar - que “a estabilidade da família tem sido apontada como fator para a sadia formação da criança”.¹³

Os discursos veiculados por *Brasil Jovem*, fossem de origem da própria edição ou de parte dos seus colaboradores, revelavam, de maneira sutil, a íntima relação entre o fortalecimento da nação brasileira, o desenvolvimento “sadio” de seus membros em formação e a defesa da chamada “família tradicional”, entendida pela instituição como a responsável por combater uma série de mazelas que ameaçavam a democracia no país.

¹² ALTENFELDER, Mário. O Nascer da Fundação. *Brasil Jovem*, ano I, n. 02, dezembro de 1966, p. 42.

¹³ MILANI, Paulo César. Família e sociedade no Brasil: uma análise sociológica. *Brasil Jovem*, ano I, n. 04, setembro de 1967, p. 40.

Dentre estas mazelas estava o afrouxamento dos costumes e a desagregação de seus membros, como alfinetava o Dr. Altenfelder em comunicado de 1969 sobre o Dia da Família: “Fala-se muito em mãe-filho; de agora em diante, é preciso mencionar FAMÍLIA e não mencionar qualquer de seus membros isoladamente”.

A dissolução da família era acusada de provocar, além do abandono e da marginalização infantojuvenil, a inserção de valores imorais no seio da juventude, tais como os oriundos do comunismo e do universo hippie. Assim, os enlaces homoafetivos, a gestação da chamada “mãe solteira”, e, sobretudo, a dissolução do casamento possibilitada pelo desquite, e em seguida, pelo divórcio, eram listados como consequências do enfraquecimento da civilização brasileira, gravemente ameaçada.¹⁴

Trago, finalmente, uma última reportagem para análise. Trata-se de um texto excepcional, pois está entre os raros títulos em que a mulher é o objeto central da narrativa. Para o autor do texto, o então Ministro da Previdência e Assistência Social Luiz Gonzaga Nascimento e Silva, o Brasil aproximava-se dos países desenvolvidos quando se tratava das questões relativas às mulheres. Isto porque, como afirmou, não se fazia mais necessário recapitular as várias etapas vencidas pelas mulheres em sua caminhada ascensional desde que era considerada um “ser humano incompleto”, pois defendia a tese de que “nas sociedades desenvolvidas, que ensaiam os primeiros passos na era pós-industrial, a mulher não é objeto de discriminação sensível”.¹⁵ Já no que se referia aos países subdesenvolvidos, a inferioridade da mulher era tamanha, “a ponto de tornar vazios de sentido os movimentos feministas das grandes nações industrializadas”.

Quando do referido discurso, findava o ano de 1975, propalado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. As bandeiras feministas visibilizadas com o advento deste ano cerimonial, como lembra a historiadora Marlene de Fáveri (2014), eram múltiplas: buscavam demonstrar que as mulheres eram um grupo oprimido; que não possuía uma natureza fixa; que sofria distintas modalidades de violência; e que não estava em equidade salarial com os homens, por exemplo. Em nosso entender, o ministro Nascimento e Silva inferiu de maneira problemática tanto na leitura que fez da mulher nas sociedades

¹⁴ Esta análise leva em consideração um conjunto amplo de matérias publicadas na revista, redigidas por militares, religiosos, assistentes sociais, psicólogos, etc., ou compilados de outros veículos de mídia impressa periódica. Destacam-se as seguintes reportagens, que abordaram a mudança na dinâmica familiar: SILVA, J. Caldeira da. O desafio das transformações. *Brasil Jovem*, ano V, n. 17, 1º trimestre de 1971, pp. 24-35; Pais e Filhos frente a frente. *Brasil Jovem*, ano IV, n. 15, 3º trimestre de 1970, pp. 74-79.

¹⁵ SILVA, Luiz Gonzaga do Nascimento e. Mulher, um ser humano completo. *Brasil Jovem*, ano VIII, n. 34, 1º quadrimestre de 1976, p. 58.

modernas, desenvolvidas e em desenvolvimento, quanto no abrandamento de sua condição no Brasil.

Referindo-se às sociedades desenvolvidas, o ministro mostrou-se reticente com relação a diversos casos de violência que estavam paulatinamente vindo à tona, violências que faziam das mulheres vítimas, muitas vezes, mortais. Numa segunda referência, agora aos países subdesenvolvidos, a colocação de Nascimento e Silva desacreditava as lutas feministas que estavam ocorrendo nestas nações, ao afirmar que as bandeiras almeçadas, tamanha a distância para com a realidade vivida, tinham seu sentido esvaziado. Junto às reticências e à desqualificação dos ensejos feministas, o ministro privilegia a abordagem das questões trabalhistas, buscando demonstrar como “os governos da Revolução” buscavam a adequação legal do status da mulher trabalhadora.

Ao contrário do que apontamos noutros fragmentos, nos quais o papel mais importante a ser desempenhado pela mulher era aquele relativo ao lar e ao cuidado das crianças, aqui vemos que o desenvolvimento integral da nação brasileira, que a mulher no mercado de trabalho auxiliava a construir, era apontado como processo que iria “corrigir os desequilíbrios e distorções responsáveis pela situação de inferioridade da mulher nas camadas menos aquinhoadas da população”.¹⁶ A título de síntese, apreende-se que as mulheres das classes médias, ou as melhor “aquinhoadas”, se encontravam em plena equidade para com os homens, faltando-se desenvolver tais equilíbrios somente entre as classes pobres. Neste sentido, a mulher era chamada a contribuir mais efetivamente para a construção da nação, através de sua atuação na esfera produtiva, já que a “Revolução” vinha dando o devido realce “a tornar o homem, aí compreendido o sexo feminino, o beneficiário primeiro e último do desenvolvimento nacional”.¹⁷

Considerações finais

No decorrer dos anos de 1960 e 1970 evidenciou-se em um conjunto amplo de revistas, jornais e outras produções voltadas ao público feminino, a demanda por temáticas ligadas às mulheres, às suas bandeiras e direitos. Em *Brasil Jovem*, periódico de caráter misto, leigo e técnico, cuja função era formar e informar os operadores da política menorista executada pela Funabem, esta tendência também foi observada. No periódico, chamou-nos a atenção os discursos que, de forma branda, mas disseminada, referiam-se ao “universo feminino”, bem como seu protagonismo junto ao

¹⁶ Idem, p. 60.

¹⁷ Idem, idem.

desenvolvimento nacional e à retomada da democracia. Muitos discursos traziam debates que se contrapunham às reivindicações feministas daquele momento histórico.

Dentre as reportagens editadas ou compiladas pela revista *Brasil Jovem*, percebeu-se que aquelas que aludiam ao universo feminino focalizaram o trabalho da mulher fora do lar - primeiro grupo de textos que analisamos neste ensaio. O trabalho dito externo era uma realidade para grande parte das mulheres brasileiras, no entanto, um certo juízo de valor moralista costumava entrelaçar a saída da mulher/mãe de casa para o trabalho e a consequente marginalização social de sua prole. Algumas matérias chegavam a afirmar de forma explícita que o trabalho feminino deveria ser exercido, preferencialmente, junto ao âmbito doméstico e ao lar. O cerne desta preferência constituía-se pelo preconceito, e mesmo pela desconfiança de parte do *corpus* profissional da instituição, no que se referia às práticas de cuidado e sociabilidade das famílias pobres. Sobre a mulher trabalhadora das classes menos favorecidas socialmente, o ideário da Fundação dizia que a mesma “abandonava” sua prole.

Num segundo conjunto de reportagens, analisou-se a associação constante entre a mulher, a família, a democracia e a construção da “grande nação” da qual os militares estavam a cargo. Dos pequenos fragmentos coletados em diversas matérias, entendemos que o protagonismo feminino almejado pela instituição dizia respeito à retomada de seu lugar “tradicional” junto à família, sobretudo no que se referia à maternagem e ao seu papel aglutinador. Houve, ainda, espaço para certo abrandamento das pautas feministas, reivindicatórias, por exemplo, referentes às violências de gênero.

Em linhas gerais, o temário “mulher” foi abordado em *Brasil Jovem* junto ao do desmoraamento da família e dos obstáculos que este processo trazia ao desenvolvimento nacional – uma das palavras-chave da política empreendida pelo regime militar. A centralidade da mulher conferida pelos debates sobre a democracia referia-se, portanto, ao não cumprimento de suas funções “tradicionais”, ou ao incentivo para que voltasse a atuar no sentido da estabilidade social, tão necessária para o retorno do horizonte democrático.

Referências

BRASIL, 1964. Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964, autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24/02/2018.

FÁVERI, Marlene de. O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart. *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC*, pp. 01-11. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/238/153>. Acesso em: 01/03/2018.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo – Revista do NIEP Marx*, [s.l.], v. 2, n. 2, pp. 111-138, abr. 2014. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/40>. Acesso em: 25/02/2018.

MELLO, Soraia Carolina de. Críticas à cultura de massa: algumas considerações sobre periódicos para mulheres. In: MOREIRA, Rosemeri; CAMARGO, Hertz Wendel de; KLANOVICZ, Luciana Rosa Fornazari. *O gênero e os meios: imprensa, televisão e cinema*. Londrina: Syntagma, 2014, pp. 43-53.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: _____; Carla Bessanezi Pinsky. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 238-259.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 03, jul./set. 2009, pp. 411-427.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo: a face oculta da minoridade (1964-1979)*. São Paulo: IBCCRIM, 2001.

SOUZA, Pedro de. *Análise do Discurso*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. Disponível em: http://petletras.paginas.ufsc.br/files/2016/10/Livro-Texto_Analise-do-Discurso_UFSC.pdf. Acesso em 02/03/2018.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 287-321.

Woman’s universe and democracy in the *Brasil Jovem* magazine (1966-1978)

Abstract: Parallel to the feminist struggles of the 1960s and 1970s, the debate over the so-called "social roles" of women was intensified in the Brazilian media, guided largely by the discourse of "conservative modernization" emanating from the state and seeking to reconcile the horizon of democracy with a prominent female role. This communication addresses the specificities of these connections in the magazine *Brasil Jovem*, the official vehicle of the *Fundação Nacional do Bem Estar do Menor*, which has enormous legitimacy among social workers who cared for children and young people during the period.

Keywords: Speeches. Female universe. Democracy. *Brasil Jovem* magazine.

Simpósio Temático 4 - Gênero, arte, literatura e meios de comunicação

Coordenação: Ana Rita Fonteles Duarte (20/03) e Lorena Zomer (21/03)

Local: Sala 211 - CSE

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, e 21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Rebecca Corrêa e Silva

rebeccasillva@yahoo.com.br

Joana Maria Pedro

joanamaria.pedro@gmail.com

UFSC

OS ANOS DOURADOS E O CLÁSSICO NA OBRA DE INAH COSTA

Giovana Beatriz Manrique Ursini

giovana_ursini@hotmail.com

UFSC

DISCUSSÕES FEMINISTAS ATRAVÉS DA OBRA ARTÍSTICA DE YVONNE RAINER

Julia Zaniboni Cerejo

juliazaniboni7@gmail.com

UFSC

LAI DOS DOIS AMANTES: FIGURAS FEMININAS E SUAS VOZES NA ESCRITA DE MARIA DE FRANÇA (SEC. XII)

Amanda L. Jacobsen de Oliveira

amandajacobsen.o@gmail.com

UFSC

WILLIAM FAULKNER ENQUANTO AGONIA FEMININA

Naylane Araújo Matos

naylaneam@gmail.com

UFSC

A REPRESENTAÇÃO DA PERSONAGEM BERTHA ANTOINETTA MASON NO ROMANCE JANE EYRE

OS ANOS DOURADOS E O CLÁSSICO NA OBRA DE INAH COSTA

Rebecca Corrêa e Silva¹
Joana Maria Pedro²

Resumo: A temática central deste trabalho é resultado da pesquisa de doutorado sobre a trajetória da pintora pelotense Inah D'Ávila Costa (1915-1998). O enfoque se concentra sobre o período relativo à formação da artista na Escola de Belas-Artes de Pelotas (1949-1953) e sua produção acadêmica, realizada até meados de 1955. O texto analisa como os chamados “anos dourados” representaram para Inah um período de afirmação enquanto mulher e artista, numa sociedade brasileira ainda marcada por tendências conservadoras em relação às expectativas sociais para as mulheres e para os homens.

Palavras-chave: Gênero. História das Mulheres. Mulheres Artistas

A artista que originou o tema deste artigo é a pintora gaúcha Inah D'Ávila Costa (1915-1998). O estudo de sua trajetória (1949-1989) é fruto de uma pesquisa de doutorado interdisciplinar em ciências humanas, delimitada por uma perspectiva de gênero sobre a história das mulheres e instrumentalizada pela crítica feminista da história da arte. O presente texto focaliza a primeira fase do período de formação da artista, ocorrido na cidade de Pelotas (RS), entre 1949 e 1953, abrangendo até o ano de 1955, quando numa nova etapa Inah foi aperfeiçoar seus estudos no Rio de Janeiro.

Pesquisar não apenas uma mulher, mas uma mulher artista, com toda a simbologia envolvida sobre este ofício, propõe um duplo problema a ser resolvido, tanto para o campo da História como para o campo da Arte. Dentro das diferentes linhas de estudo sobre as atividades e as ações das mulheres sobre o mundo, a História das Mulheres conta histórias de mulheres profissionais atuantes em diversas carreiras. Contudo, a “profissão artista” (SIMIONI, 2008), é um dos ramos de atividades remuneradas exercidas pelas mulheres que tem sido foco de estudo principalmente por parte das teóricas da História da Arte.

A ausência das mulheres na história da arte carrega suas especificidades, mas ainda assim, insere-se indelevelmente na discussão mais ampla da história das mulheres. Todavia, a maior parte dos estudos realizados sobre as mulheres artistas provém do campo da História da Arte. Nesta área, a chamada corrente dos estudos revisionistas busca dar

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade Federal de Florianópolis (UFSC) - Brasil; bolsista CAPES. rebeccasillva@yahoo.com.br

² Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis (UFSC) - Brasil . joana.maria.pedro@ufsc.br; joanamarca.pedro@gmail.com

visibilidade às artistas “esquecidas” do passado, nomeando-as e dando destaque às suas biografias e produções.

Acontece que esta abordagem tem sido contestada em seu próprio meio, uma vez que o gesto de incluir as mulheres numa história da arte visivelmente masculina, acaba por reproduzir a história tradicional e androcêntrica ao reforçar os conceitos de gênio e de originalidade (MAYAYO, 2003)³. Nisto reside a importância de uma perspectiva de gênero sobre a História das Mulheres artistas, uma história que também esteja atenta às interseções e aos entrelaçamentos com a História da Arte.

É preciso esclarecer que quando falamos de mulheres artistas, sobretudo do segmento das belas-artes e da arte acadêmica, estamos nos remetendo a uma minoria socialmente privilegiada. Se o acesso ao universo da chamada arte clássica ou erudita, por meio da fruição e do consumo era restrito a pouca/os, que dirá quantas pessoas preenchiam as condições mínimas necessárias para estudar e produzir arte? Soma-se, ainda, o fato de que estamos tratando das possibilidades e impedimentos existentes para as mulheres no Brasil, e particularmente no interior do Rio Grande do Sul na década de 1950.

Se por um lado o fato de ser mulher era por si impeditivo para alçar uma carreira artística nos anos cinquenta, e a pesquisa nos mostra que Inah tinha essa ambição, por outro lado, ela reunia uma série de características que lhe garantiam uma posição favorável na pirâmide da hierarquia social: era branca, rica, solteira e jovem. Estas condições permitiram sua entrada pela porta da frente no campo da arte, através da Escola de Belas-Artes, equivalente da época para o ensino superior em Artes Visuais.

Para melhor compreendermos a temática desta pesquisa, o presente artigo está subdividido em dois momentos: a primeira parte aborda o contexto das mulheres nas elites urbanas dos anos 1950, de maneira geral, no Brasil e em específico no Rio Grande do Sul, enfocando o estudo sobre a pintora Inah Costa na cidade de Pelotas. A segunda parte se dedica ao aprofundamento sobre os anos iniciais de formação de Inah Costa na Escola de Belas Artes de Pelotas, destacando sua inserção como mulher e artista em seu contexto cultural e sócio econômico e entre seus pares e familiares.

³ A partir de autoras célebres do campo da teoria crítica feminista da História da arte dos anos 1970 e 1980, como Linda Nochlin em “Why Have There Been No Great Women Artists?” (1971) e Griselda Pollock em “Old mistress. Women, Art and Ideology” (1981), Patricia Mayayo em “Historias de mujeres, historias del arte”(2003), apresenta a atualidade deste debate em sua sintonia com a perspectiva feminista da história da arte.

1. Inah Costa e os anos dourados da “Princesa do Sul”⁴

No Brasil é chamado de “anos dourados” o interlúdio de 1945 a 1964 (PINSKY, 2017), marcado pela prosperidade econômica e modernização dos modos de vida. Tratava-se de uma onda de “progresso” e mudanças sociais emergidas após o término da Guerra Mundial e alavancadas pelo otimismo estadunidense. Se antes o modelo parisiense era o padrão a ser seguido pelos países que buscavam se desenvolver, no pós-guerra os Estados Unidos surgiram como o principal centro econômico e cultural. No Brasil, especialmente nas capitais e entre as elites urbanas das pequenas cidades, a influência do *American way of life* se concretizaram pela via do cinema de Hollywood (MELLO; NOVAIS, 1998).

Apesar de situadas no extremo sul gaúcho, as pelotenses das camadas médias urbanas e bem-informadas, não estavam alheias ao que se passava na mídia internacional. Desde as primeiras décadas do século XX a cidade contava com diversos cinemas⁵ e em 1940 eles já exibiam produções hollywoodianas. As divas projetadas nas telas de Pelotas apresentavam outros modelos de representação da mulher, “era a época das primeiras *sex symbols*, como Ginger Rogers, Greta Garbo, Rita Hayworth, Marlene Dietrich, Audrey Hepburn e Susan Hayward” (SANTOS, 2014, p. 200-201).

As novelas já representavam os “tipos ideais de mulher, de relações amorosas e de estrutura familiar”, vindo este ritmo a acelerar-se nos anos setenta (HAMBURGUER, 1998, p.471). Os modelos de homem e de mulher, de namoro, casamento e de organização familiar são colocados em pauta pela novela, que passa a expressar “os padrões legítimos e ilegítimos de comportamento” (HAMBURGUER, 1998, p.468).

Nos anos 1950, apenas os lares brasileiros mais afortunados possuíam um equipamento de televisão, que passa a fazer parte da realidade da maioria da população somente a partir da década de 1970 (HAMBURGUER, 1998, p.448). A TV Tupi, primeira emissora de televisão no Brasil, foi inaugurada em São Paulo em 1950, mas somente em

⁴ Codinome da cidade de Pelotas, que ao lado de “Atenas Rio-grandense” era utilizado para distinguir a excepcionalidade de suas atividades culturais em relação às cidades vizinhas e à capital Porto Alegre, pelo menos até o declínio do ciclo das charqueadas.

⁵ “Nos anos 1950, o público lotava as salas já tradicionais — Cine-Theatro Guarany (1921), Cine-Theatro Apollo (1925), Cine-Theatro Avenida (1926), Cinema Capitólio (1929), todos construídos por Francisco Santos, bem como o Cine-Theatro São Raphael e o aristocrático e já tradicional Theatro Sete de Abril — e prestigiava o aparecimento de novos locais, como o Cine América e o Cine-Rádio Pelotense. Na década de 1960, apareceram o Cine Tabajara e o Cine Rei. Surgiu nessa época a primeira sala provida com sistema de calefação: o efêmero Cine Garibaldi, na zona do Porto. A fase áurea de um cinema para grandes plateias, que começara nos anos 1920, teve o seu apogeu nos anos 1950, com dezenas de salas projetando filmes das diversas cinematografias mundiais.” (CUNHA, 2007, p. 71-72)

1959 veio a ser o primeiro canal de televisão a operar no Rio Grande do Sul, concedido pela TV Piratini, afiliada da Rede Tupi.

Nesta época de progressiva urbanização e crescimento demográfico, a idealização da mulher e a rigidez na definição dos “papéis” reservados às mulheres e aos homens ressurge com força e em uma nova roupagem discursiva. Conforme Carla Pinsky (2013, p.607-608) a mentalidade dominante nos anos dourados provinha de “ideias antigas, mas sempre renovadas, de que as mulheres nascem para ser donas de casa, esposas e mães.”

Nem todos os grupos sociais atendiam ao ideal de “rainha do lar”. Por necessidade, a maioria das mulheres das classes populares obrigatoriamente precisava trabalhar fora. Neste sentido, o termo “moça de família” também servia para fazer essa distinção entre as mulheres ricas e pobres, entre as “mulheres honestas” e as “mulheres faladas” (PEDRO, 1994). Conforme Sandra Pesavento (1991, p.62), a respeito do estereótipo das mulheres cultas e intelectualizadas no Rio Grande do Sul construído pelos viajantes e historiadores: “Introduzia-se uma distinção social no tratamento dado à mulher, entendendo que o destino real do sexo feminino junto às classes subalternas era diverso do das classes superiores.”

Também nas revistas femininas a palavra de ordem era a reivindicação da felicidade conjugal. O *Jornal das Moças*, por exemplo, fornecia uma série de conselhos sobre como a mulher poderia manter o casamento acima de tudo. Para a mulher solteira, o casamento era um ideal de vida. Uma vez casada, não poderia separar-se, sob o risco de ficar “mal vista”. (PINSKY, 2017). Paulatinamente, as revistas, as seções “femininas” dos jornais e mesmo as novelas televisivas começaram a apresentar outras representações, inserindo as mulheres cultas, as mulheres que trabalham e abordando a vida das solteironas (PINSKY, 2017). Podemos dizer que Inah Costa acompanhou esta mudança de valores ao escolher a carreira profissional em detrimento de marido e filhos.

Nascida em 13 de dezembro de 1915, na cidade de Herval do Sul, Inah era filha de uma família de ricos estancieiros, donos de terras na região fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Com o falecimento do pai, sua mãe Maria Angélica mudou-se com os filhos para Pelotas, onde passaram a manter sua principal residência. Na cidade, Inah teve a oportunidade de estudar nos melhores colégios e foi rainha do Clube Brilhante em 1935, desfilando no carnaval com pompa e circunstância.

Como uma moça branca e da alta sociedade pelotense, entre os lazeres desfrutados por Inah, durante os anos 50 destacam-se: os passeios no Simca Chambord da família com as sobrinhas pelas ruas de Pelotas; as constantes idas a espetáculos de música e de

dança na capital Porto Alegre com as mesmas; as viagens anuais para o Rio de Janeiro com a mãe e a irmã Lourdes, onde se hospedavam no Hotel Serrador e frequentavam o Palácio Quitandinha, o qual abrigava um cassino e era palco de diversos shows; além das inúmeras viagens para o exterior, realizadas com suas amigas.

Na Pelotas dos anos 1950, assim como em outras cidades do interior naquele período, era permitido que uma mulher de família classe média alta trabalhasse fora, desde que mantivesse intactas suas funções de filha, de esposa ou de mãe. A arte não era vista como uma carreira para as mulheres das elites urbanas, na medida em que era valorizada apenas como mais um lazer cultivado ou uma habilidade manual reveladora de seu refinamento, perante as famílias abastadas.

Pois a profissão artista, desde muito tempo, já exigia a necessidade de disposição de tempo para se dedicar ao fazer artístico. Por isso, mesmo formadas, grande parte das artistas via-se na condição de amadoras, por não conseguirem dedicar-se plenamente ao ofício como seus colegas homens. Pesava-lhes a tradição androcêntrica da arte, na qual as posições de destaque, os melhores prêmios e o reconhecimento da crítica eram destinados aos homens e a algumas mulheres tidas “excepcionais”.

No Brasil dos anos 50, diferentemente do contexto das primeiras artistas acadêmicas do sudeste do país, trazido por Ana Paula Simioni (2008), mulheres e homens já tinham acesso a uma formação igualitária nas academias de arte. No entanto, outros fatores de exclusão com base no gênero, neste campo, permaneciam, como a dificuldade para as mulheres em manterem atelier próprio ou produzirem diariamente; não disporem de permissão para estudarem à noite; viajarem a estudos ou para participarem de exposições. Além disso, enfrentavam o desestímulo por parte da crítica e dos júris de concursos, que lhes forneciam menos linhas nos jornais e lhes concediam os prêmios pouco importantes.

Naquela época e durante algum tempo, após o período inicial de formação adequada, profissionalizar-se no campo da pintura traria duas grandes opções: seguir uma trajetória artística ou dedicar-se ao ensino. Inah decidiu manter as duas profissões. E foi o que ela fez a partir de 1959, mesmo que no início da carreira tivesse feito vários movimentos que indicam o desejo de profissionalizar-se e de ter o seu trabalho reconhecido, como a participação em duas bienais de arte nos anos 50 em São Paulo (MORAES, 2016).

2. Os “primeiros passos” da trajetória artística de Inah Costa

Até 1949 não havia em Pelotas uma escola de belas-artes. A cidade contava com os serviços de artistas vindos de fora, de passagem ou residentes. Costuma-se dizer que Pelotas conheceu as artes plásticas inicialmente através dos estrangeiros Litran e Trebbi e depois, nas primeiras décadas do século XX, com os “mestres” do pincel e do cinzel, italianos Gotuzzo e Caringi. Em 1948-49 foi celebrada a vinda do italiano Aldo Locatelli⁷, professor da primeira turma de alunas da Escola de Belas Artes de Pelotas e a maior influência de Inah Costa naquele período.

Dos professores fundadores da EBA e do Conservatório de Música, passando pelos críticos e apreciadores de arte que escreviam para o jornal, aos artistas premiados e com destaque na imprensa, somos levadas/os a crer na existência de uma tradição masculina de artistas pelotenses, que se refletia na intensa promoção da atividade dos artistas homens. Esta tradição sofreu uma ruptura a partir da segunda metade do século XX, com a criação da Escola de Belas- Artes (EBA) em 1949. A primeira turma da EBA formou 13 mulheres e 02 homens (MAGALHÃES, 2013, p.256). Dentre elas, destacam-se Hilda Mattos⁸ e Inah Costa, as primeiras pintoras profissionalmente reconhecidas na cidade.

É importante frisar que o curso de Belas-Artes não era para Inah apenas uma forma de entretenimento, era uma aposta profissional (MORAES, 2016). Uma prova disso foi ela ter deixado o piano pelo pincel depois de dezessete anos de estudos superiores na técnica pianística no Conservatório de Música de Pelotas (1927-1944). Conforme as palavras da própria Inah trinta anos depois: “Não é o momento fugaz da música, a pintura fica. No piano a gente só repete o que já está feito. A pintura me realizou muito mais.”⁹

⁶ “Meus primeiros passos” foi a expressão utilizada por Inah na introdução de uma das versões de seu currículo, que após algumas alterações foi publicado no convite da sua retrospectiva de 1989.

⁷ O pintor italiano Aldo Danielle Locatelli (1915-1962), formado pela Academia de Belas Artes de Carrara, dedicou-se à arte sacra e restaurou igrejas no Vaticano, em Milão e em Nápoles. Veio para o Brasil em 1948, contratado pelo bispo Dom Antônio Zattera para pintar os murais da Catedral de Pelotas. Nesta cidade, onde permaneceu até 1953, foi responsável pela inauguração do modelo do ensino acadêmico na Escola de Belas Artes e era exigente quanto ao domínio técnico das/os alunas/os. Transferiu-se para Porto Alegre em 1954 para lecionar no Instituto de Belas Artes (SILVA; LORETO, 1996).

⁸ A pintora pelotense Hilda Barbosa de Mattos (1928 - 2014) formou-se com Inah Costa em 1953, na primeira turma da EBA. Residiu em Porto Alegre e continuou seus estudos no Instituto de Belas Artes daquela cidade, no qual foi aluna de Ado Malagoli e Alice Soares. Fonte: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=21910> (Acesso em 12/08/2017). Conforme Silva e Loreto (1996, p.112) Hilda era citada na imprensa da cidade como um dos “grandes nomes da pintura pelotense” ao lado de Leopoldo Gotuzzo, Adail Costa e Luis Notari. Ainda segundo as autoras, Hilda é tida pela crítica como uma das artistas gaúchas de maior relevo no desenho e na pintura, com destaque para os nus (SILVA; LORETO, 1996, p.115).

⁹ Conforme o texto ditado de Inah para a sobrinha Angélica de Moraes em 1985 e lido em seu depoimento de 2016: “Eu anotei. Isto aqui foi em 1985 quando eu a entrevistei por telefone - aqui de São Paulo - porque

Segundo o relato das sobrinhas entrevistadas, a mudança de direcionamento para a pintura se deveu a extrema timidez de Inah nas apresentações em público, que ocasionaram a sua desistência da carreira de concertista. Sua relação com as belas-artes começou oficialmente em 1949, quando ingressou na recém-fundada EBA-Escola de Belas Artes de Pelotas. Cabe lembrar que a modéstia, a timidez, a vergonha e o recato antes de serem sentimentos de ordem subjetiva são normas de comportamento que ao longo do processo civilizador (ELIAS, 1994, p.14) foram inculcadas na sociedade e recaíram especialmente sobre as mulheres.

A rigidez hierárquica que permeava as relações de gênero da época fazia com que as mulheres devessem optar entre casar ou ter uma carreira profissional, visto que as solteiras tinham mais chances de ascensão na carreira do que as casadas. Ainda mais no caso de uma carreira artística, que muitas vezes exigia classes públicas e/ou noturnas para o estudo, e demandava viagens para a realização de cursos e para a participação de exposições.

Inah ingressou na EBA aos 34 anos, uma idade em já era esperado que uma moça de família estivesse casada e com filhos. Nos anos dourados, conforme Carla Pinsky (2013, p.619):

uma mulher com mais de 20 anos de idade sem a perspectiva de um casamento corria o risco de ser vista como *encalhada*, candidata a *ficar pra titia*. Aos 25 anos, considerada uma *solteirona*, já era fonte de constrangimentos.

No ambiente dos anos 50 pode-se dizer que Inah ficou para titia. Nesta época ela ainda residia na mesma casa que a família, com a mãe, irmãos, cunhados e os sobrinhos. Era a única dos sete filhos que não havia casado. Sobre este tema, a sobrinha Ada Averbeck (2016) disse em entrevista que Inah observava o comportamento dos maridos das irmãs e dizia:

“- Eu não vou me casar! Para ter um homem do lado que está querendo me puxar para baixo?”(...) E ela dizia assim: “– Isso é coisa de louco! Para que eu vou me casar? Eu não quero me casar!”. (AVERBECK, 2016)

a gente estava organizando uma possível exposição da Inah aqui em São Paulo (...) Mas aí eu a entrevistei e perguntei, não é? desde quando ela tinha ... começado curtir a arte. E ela disse ... e aqui (no caderninho) eu anotei *ipsis litteris*, porque eu anotava a palavra exata que ela dizia.”

Praticamente todas as sobrinhas de Inah entrevistadas¹⁰ revelaram que ela nunca pensou em casamento. Inclusive uma pessoa que não é da família disse que Inah não se casou para “não ser mandada por homem” (GOULARTE, 2017). Na entrevista de Inah, concedida em 1996 à historiadora Ursula Rosa da Silva, ela confessou que não se casou para poder ser artista. Neste ponto, observamos que era um pensamento da época, como destaca Carla Pinsky (2013, p.624) sobre os anos 50, a “ideia de incompatibilidade entre casamento e vida profissional” para as mulheres. Inah, portanto, também fazia parte deste imaginário social.

Tida pela literatura e apresentada pela imprensa com escárnio e deboche, a solteirona era vista como uma figura estranha, “presa à família, sem constituir sua própria família” (FONSECA, 1989, p.99). Sabemos conforme as entrevistas que Inah, talvez porque solteira, jamais se afastou do reduto familiar. Conforme o depoimento de Angélica de Moraes (2016): “ela não pôde circular muito com a sua obra porque tinha que se dedicar a cuidar da sua mãe que era uma pessoa idosa e tinha um problema cardíaco. Então, ela nitidamente abriu mão de uma circulação mais assídua”. Segundo esta mesma, o fato de Inah ter permanecido em Pelotas dificultou a visibilidade nacional de suas pinturas, mas não impediu o reconhecimento de seu trabalho, na cidade, porque era uma figura propositiva e que levou a novidade, tanto do ensino de arte infantil como da arte moderna.

Durante o tempo de formação inicial na Escola de Belas-Artes, onde permaneceu de 1949 a 1953, Inah recebeu uma sólida formação da pintura acadêmica, baseada nos modelos tradicionais de estrutura da composição. Dentre suas obras do chamado período clássico, contamos até o momento com 29 trabalhos entre desenhos e, em sua maioria, pinturas. Destacam-se, sobretudo, os gêneros da retratística, dos estudos de nus e das naturezas-mortas, típicos da estética de orientação clássica ou academicista.

A contribuição de Inah para a história desta instituição não se resume à sua participação como aluna. Ela também integrou a primeira diretoria da instituição, exercendo o cargo de tesoureira (MAGALHÃES, 2013, p. 74) até 1952 e foi dela a ideia de fazer um “Livro de Ouro” para arrecadar verbas para os primeiros anos da Escola (FRANCO, 2008, p. 95)¹¹.

¹⁰ As entrevistas foram realizadas na residência de cada uma das sobrinhas de Inah: Ada Costa Averbeck em 27/02/2016 (50 min); Wilma Rosa Souza em 29/02/2016 (38min), Angélica de Moraes em 03/08/2016 (1h 50min), e Maria Angélica Costa em 26/11/2016 (43 min).

¹¹ Baseado nos diários da professora Marina Moraes Pires (fundadora da EBA) no período compreendido entre 1948 e 1973, o livro de Janice Pires Franco (2008) contribui para a compreensão de pormenores do

Anualmente, a primeira turma da EBA apresentava aos pelotenses o resultado de seus esforços através de mostras coletivas. As exposições realizadas na cidade de Pelotas¹² eram amplamente divulgadas por parte da imprensa local, interessada no sucesso da Escola, que divulgava também as datas e eventos importantes da instituição.

A primeira exposição da EBA, a mais recorrente nos jornais pela imprensa local, inaugurou no hall do Grande Hotel em 18/ 12/ 1949, depois de apenas oito meses decorridos do curso, contando com 53 expositoras/es¹³. Outra notícia, publicada no *Jornal da Tarde*¹⁴ informa que a maioria dos trabalhos eram à lápis, destacando-se entre eles:

O talento revelado pelas alunas Benedita Casaretto, Hilda Mattos, Iná Costa, Conceição Abadie, Terezinha Rörig e Yêda Louzada, José Júlio, o único expositor em trabalhos à óleo e que, assim, revela-se um artista de grandes méritos na espécie.

Três dias depois, noticiando o encerramento do certame, o mesmo jornal enaltece o evento e cita apenas os nomes dos alunos homens: “entre os trabalhos à óleo e à pastel, podemos observar além da arte de José Júlio, as qualidades de Notari e Peri”.¹⁵

A segunda exposição das/os alunas/os da EBA, Pelotense em dezembro de 1950 teve lugar na Biblioteca Pública Pelotense. O redator do jornal informa que “os alunos já interpretam, e não copiam mais a natureza como ela é simplesmente vista” e destaca o progresso da primeira turma, orientada pelo mestre Locatelli¹⁶.

No ano seguinte, o jornal *Diário Popular* (DP), apresentou a terceira exposição de trabalhos da EBA, realizada na Biblioteca Pública Pelotense, citando os nomes das/os expositoras/es e o número de obras. Inah esteve presente com 16 quadros a óleo¹⁷. A quarta mostra da turma, realizada no Clube Caixeiral foi noticiada pelo DP de 11/12/1952

universo das senhoras da elite da sociedade artística e cultural pelotense daquele período, contendo ainda algumas passagens específicas sobre Inah Costa.

¹² As/os estudantes da EBA- Pelotas também participaram de uma exposição na capital Porto Alegre no inverno de 1953. Realizada no auditório do Jornal Correio do Povo foi noticiada pelo jornal de mesmo nome em 18/05/1953 sob o título: “Escola de Belas Artes de Pelotas - O sucesso de sua recente exposição em P. Alegre” (Fonte: MALG Pasta Marina UDI8). A mostra contou com o discurso do crítico de arte Renato Costa, apresentado no DP de 03/06 /1953 (SILVA; LORETO, 1996, p. 76).

¹³ Fonte: *A Opinião Pública* “Inaugurou, ontem, a Escola de Belas Artes de Pelotas, a sua primeira mostra - Apresentados trabalhos de 53 alunos”, Pelotas, 19 de dezembro de 1949 (Pasta digital MALG Marina UDI1)

¹⁴ Fonte: *Jornal da Tarde* “Foi inaugurada ontem a grande exposição da E. de Belas Artes” Pelotas, 19 de dezembro de 1949 (Pasta digital MALG Marina UDI1)

¹⁵ Fonte: *Jornal da Tarde* “Encerra-se amanhã a 1ª exposição de da Escola de Belas Artes de Pelotas” Pelotas, 21 de dezembro de 1949 (Pasta digital MALG Marina UDI1)

¹⁶ Fonte: Recorte sem título. “A Exposição da Escola de Belas Artes de Pelotas” (Pasta digital MALG Marina UDI1)

¹⁷ Fonte: Recorte sem título. “III Exposição de trabalhos da EBA”. Pelotas, 15 de dezembro de 1951 de (Pasta digital MALG Marina UDI1).

como “Verdadeiramente vitoriosa a IV Exposição da EBA-Pelotas”, onde Inah expôs 2 quadros¹⁸.

A 5ª e última exposição da primeira turma da EBA¹⁹, realizada no Clube Caixeiral, em dezembro de 1953, conforme noticiou o DP de 20/12, foi a 1ª mostra da Escola a conceder prêmios. Inah recebeu a medalha de bronze junto com a colega Yara Castro; em segundo lugar, com a medalha de prata, Hilda Mattos; e o primeiro lugar, com a medalha de ouro, ficou Luiz Notari.

O Jornal *Diário Popular* do mesmo mês trazia nas notas estudantis a notícia sobre a “1ª turma das formandas da Escola de Belas-Artes”²⁰. Refere a reportagem que houve na ocasião a entrega dos diplomas no Clube Caixeiral e o chamado “Baile do Adeus”, junto com a homenagem à Rainha do Clube Diamantinos²¹.

O Jornal *Diário Popular* de 19/06/1955 apresentou uma fotografia de Inah pintando junto ao seu cavalete com a matéria intitulada: “Iná Costa vai realizar sua exposição em breve – entregará à crítica a sua parcela de cooperação no terreno artístico-cultural”²². O texto traz uma espécie de entrevista intercalada com notas do redator²³, que elogia Inah como uma das melhores alunas da primeira turma e merecidamente premiada na exposição das/os formandas/os. O redator escreveu que Inah na EBA “se fez notar pelo trabalho ininterrupto, pela dedicação constante no curso que fazia (...) nunca abandonou os pincéis, trabalhando sempre e sempre”, dado que “foi uma das melhores alunas a ingressar na primeira turma da EBA” e “mereceu um dos principais prêmios”.

Talvez pela forma de escrever da época, o autor atribuiu à Inah uma personalidade típica do ideal romântico do artista, visto como uma pessoa incomum, genial e tomada de sensibilidade. Como podemos ler quando o comentador disse que Inah “Jamais se sente satisfeita com o que consegue, (e isto é satisfatória) e diz com muita sinceridade que não sabe pintar.” A alegação de Inah não saber pintar denota sua modéstia, uma característica de comportamento a ela atribuída pela imprensa e confirmada por alguns membros família.

¹⁸ Fonte: Pasta digital MALG Marina UDII.

¹⁹ Fonte: Pasta digital MALG Marina UDII.

²⁰ Fonte: Pasta digital MALG Marina UDII

²¹ Noticiada no DP de 12/1953 “Notas estudantis: ‘1ª turma de formandas da Escola de Belas-Artes’” Fonte: Pasta digital MALG Marina UDII. A grafia é mesmo “formandas”, no feminino. Apesar de haver dois rapazes na turma.

²² Fonte: Acervo particular Adão Monquelat

²³ Fonte: Acervo particular Adão Monquelat

A modéstia de colocar-se como uma eterna aprendiz, apesar de ser reconhecida pelos seus méritos já conquistados, está relacionada, de certa forma, ao temperamento mais tímido e recatado que Inah demonstrou ao longo da vida: na maioria das fotografias em grupo ela era registrada posicionada no fundo ou nas laterais; desistiu da carreira de concertista pela vergonha dos palcos e não aceitou o convite para lecionar na UFPel quando esta EBA foi federalizada.

Além dos proferidos elogios à “permanente insatisfação de artista” de Inah, escreveu o redator que ela “sente que ainda procura o caminho e que ultimamente seus trabalhos têm mudado quanto à técnica.” E, realmente, a partir de então a obra de Inah encontraria um novo rumo, calcado pela fase de estudos no Rio de Janeiro, ainda a capital federal, em agosto daquele mesmo ano de 1955.²⁴

Considerações finais

A partir da contextualização da história das mulheres no Brasil dos anos dourados, o presente texto buscou brevemente esboçar os *primeiros passos* do percurso da gaúcha Inah Costa nas artes plásticas. O início desta longa caminhada se deu pela difícil senda do aprendizado da arte clássica, advindo da sua formação na EBA- Pelotas entre os anos de 1949 e 1953. Como pode ser observado, estendemo-nos até 1955, por ser este um ano divisor de águas na trajetória artística de Inah.

Importante notar o quanto as expectativas da elite pelotense associadas à situação socialmente privilegiada de Inah estimularam seu processo de aprendizado e profissionalização como pintora. Ainda que inserida não só nos anos dourados, mas também numa “gaiola” dourada, que restringia seus movimentos dentro de uma determinada posição social, ela trabalhou arduamente e conquistou o seu espaço, destacando-se em meio a muitas outras colegas talentosas. Isso se deve em grande parte

²⁴ Data de 08/08/1955 a carta assinada pelo professor Gerson Pompeu, vice-diretor da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro (ENBA) para solicitar o acolhimento de Inah pela nova escola (Fonte: Pasta Inah Costa/MALG). Inah passou por 2 anos de aperfeiçoamento na ENBA com os professores: Gérson Pompeu Pinheiro, Quirino Campofiorito, Francisco Pacheco da Rocha, Henrique Campos Cavalleiro, Marques Júnior e Lídio Bandeira de Mello. Literalmente ao mesmo tempo - e no contraponto da tendência clássica - Inah ingressou nos cursos de arte moderna do Museu de Arte Moderna -MAM. A esse respeito, a coluna *Itinerário das Artes Plásticas*, assinada por Jayme Maurício do jornal *Correio da Manhã* de 09/08/1955 publicou a nota intitulada “*Cresce o Museu*”, a qual destaca que no mês de julho “ingressaram na família do Museu da rua da Imprensa (atual Edifício Gustavo Capanema ou Palácio Capanema) os seguintes novos-membros: (...)”, cita vários nomes, dentre eles Inah D’Ávila Costa, ao lado de outras 64 pessoas, na maioria homens. (Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=51447&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em 06/08/2016).

à sua vontade de viver em função da arte, de sentir-se plena em seu ofício e por este ideal ter tido força para ir em frente e tornar-se uma das pioneiras na produção e no ensino da arte moderna no Rio Grande do Sul.

Na época dos anos dourados, numa cidade do interior do extremo sul do Brasil, Inah, então com a idade de 38 anos, ousou trocar a aliança pelo diploma. Tanto no piano como na pintura foi uma mulher que se dedicou com afinco para tornar-se uma pessoa realizada e uma profissional de excelência, almejando a unidade sonhada por muitas mulheres ainda hoje entre a vida pessoal e a suas escolhas profissionais.

Referências

CUNHA, João Manuel dos Santos. Cinema - a exibição de filmes. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES Mario Osorio [orgs.]. *Dicionário de História de Pelotas* [recurso eletrônico]. Fundação Apoio Universitário, 2007. 295 p.(p.69-74) Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3466> (Acesso em 17/01/2018)

DINIZ, Carmen Regina Bauer. *Nos Descaminhos do Imaginário: a tradição acadêmica nas artes plásticas de Pelotas*. Dissertação de Mestrado. IA/UFRGS. Porto Alegre, 1996.

ELIAS, Norbet. *O Processo civilizador*. Vol 1 - Uma história dos costumes. Apresentação: Renato Janine Ribeiro . Ed.Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1994.

FONSECA, Cláudia. *Solteironas de fino trato: Reflexões em torno do (não) casamento entre pequeno-burguesas do início do século*. In: Revista Brasileira de História, vol.09, n.18 (p.99-120). São Paulo, 1989.

FRANCO, Janice Corrêa. *Memórias de Marina*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2008.

GOULARTE, Dorvalina Maria. *Inah D'Ávila*. E-mail para Rebecca Corrêa em 22/07/2017.

HAMBURGUER, Esther. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia (Orgs). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.V. 4. p. 411-487.

MAYAYO, Patricia. *Historias de mujeres, historias del arte*. Madrid: Catedra, 2003.

MAGALHÃES, Clarice. *A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973) - Trajetória institucional e papel na História da Arte*. 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAES, Fernando A. (Orgs). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.V. 4. p. 559-619.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres faladas e mulheres honestas: uma questão de classe*. 1ª ed. Florianópolis: UFSC, 1994.

PESAVENTO, Sandra. *Mulheres e História: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteiriça (Rio Grande do Sul)*. In: Zahide L. Muzart (org.). *Revista de Literatura*. Curso de Pós-Graduação em Letras. Florianópolis: UFSC. n° 23, 1991.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. (p.607 - 639)

PINSKY, Carla Bassanezi. “Carla Bassanezi Pinsky fala sobre seu livro ‘Mulheres dos Anos Dourados’” - Rádio Justiça. Canal You Tube da Editora Contexto, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1hqaWZ6fG8s> (Acesso em 11/01/2018)

SANTOS, Klécio. *O reino das sombras: palcos, salões e o cinema em Pelotas (1896-1970)*. In: RUBIRA, Luís (ORG) *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA-RS. Gráfica e Editora Pallotti, 2014 (P.189-224)

SILVA, Ursula Rosa da; LORETO, Mari Lucie da Silva. *História da Arte em Pelotas A pintura de 1870 a 1980*. Pelotas:EDUCAT/Editora da UCPEL,1996.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo (SP), Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008.

Fontes orais

AVERBECK, Ada Costa. Entrevista sobre Inah Costa. Depoimento concedido a Rebecca Corrêa e Silva. Pelotas, 27 de fev. 2016.

COSTA, Inah D'Ávila. Depoimento concedido em 1985 à Angélica de Moraes. In: Entrevista sobre Inah Costa. Depoimento concedido a Rebecca Corrêa e Silva. São Paulo, 03 de ago. 2016.

COSTA, Maria Angélica. Entrevista sobre Inah Costa. Depoimento concedido a Rebecca Corrêa e Silva. Pelotas, 26 de nov. 2016.

MORAES, Angélica de. Entrevista sobre Inah Costa. Depoimento concedido a Rebecca Corrêa e Silva. São Paulo, 03 de ago. 2016.

MORAES, Angélica de. Entrevista sobre Inah Costa. Depoimento concedido a Rebecca Corrêa e Silva. São Paulo, 13 de ago. 2017.

SOUZA, Wilma Rosa. Entrevista sobre Inah Costa. Depoimento concedido a Rebecca Corrêa e Silva. Pelotas, 29 de fev. 2016.

The golden years and the classic in the work of Inah Costa

Abstract: The central subject of this paper is the result from a doctorate research about the path of the painter pelotense Inah D'Ávila Costa (1915-1998).The focus concentrates

on the period relating to the artist education on the Fine Art School in Pelotas (1949-1953) and her academic production hold until the middle of 1955. The text analyses how the called “golden years” represented for Inah a statement period as woman and artist, in a Brazilian society that still bears for conservative tendencies in relation to social expectations for women and men.

Keywords: Gender. Women’s History. Women artists

DISCUSSÕES FEMINISTAS ATRAVÉS DA OBRA ARTÍSTICA DE YVONNE RAINER

Giovana Beatriz Manrique Ursini¹

Resumo: Esse artigo apontará como Yvonne Rainer explorou o feminismo através de sua arte, ou melhor dizendo, por meio de criações como *Trio A* (1966), peça que critica a objetificação feminina na dança e *A Film About a Woman Who* (1974), um filme que discute os estereótipos de gêneros em relacionamentos amorosos. Rainer explora esses questionamentos durante a segunda onda feminista (1960-1980), onde o papel social da mulher e as desigualdades em relacionamentos amorosos começaram a ser discutidos. **Palavras-chave:** Yvonne Rainer. Feminismo. Dança Contemporânea. Cinema.

Yvonne Rainer nasceu nos Estados Unidos e se destacou no período pós-moderno do cenário artístico, pois, construiu prestigiadas criações na dança contemporânea e no cinema de vanguarda. Uma das peculiaridades de seu estilo é que os seus trabalhos apresentam uma certa rebeldia perante aos padrões sociais, políticos e até mesmo artísticos. Isso se deve ao fato de Rainer utilizar sua arte para apresentar ideias, questões e discussões que respeitam os seus valores pessoais. Transformando a sua arte em uma ferramenta para criticar e protestar contra questões que lhe afetam como artista e mulher.

Tomando como base a postura ativista do estilo de Rainer, pretende-se investigar através desse estudo como a coreógrafa conseguiu explorar questões feministas por meio de suas produções. Mostrando que Rainer foi capaz de utilizar a sua arte para refletir temáticas importantes para as mulheres na sociedade. Por mais que a artista tenha se posicionado, através de suas criações, contra o racismo, contra a lgbtfobia, entre outras causas, vamos nos concentrar apenas nas questões de gênero e feministas.

Duas produções serão utilizadas nesse artigo como apoio para a discussão proposta. O primeiro trabalho é uma coreografia de dança contemporânea que foi nomeada *Trio A*. Nessa criação, Rainer utiliza gestuais simples e a construção de uma nova relação com o público para questionar sobre o papel feminino na dança. Apontando que a arte da dança é um reflexo da sociedade e, conseqüentemente, também reprime as mulheres que criam e se expressam por meio dessa linguagem artística.

O segundo trabalho que será usado para se pensar na obra de Yvonne Rainer, é *A film About A Woman Who*. Essa criação audiovisual tem como protagonista uma mulher

¹ Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Demanda Social CAPES. E-mail: giovana_ursini@hotmail.com.

que se sente presa em seu relacionamento amoroso e não consegue expressar seus desejos, anseios e emoções. Essa criação representa uma iniciativa da cineasta para apoiar filmes sobre mulheres e feito por mulheres.

As criações de Rainer, conseqüentemente, ajudaram a dar mais visibilidade ao feminismo. No período onde suas produções foram desenvolvidas, esse movimento social começou a ganhar mais visibilidade em diversas partes do mundo. Tanto que essa época ficou conhecida como a segunda onda feminista. Para ampliar as ideias propostas nesse artigo, podemos iniciar a nossa discussão fazendo uma breve descrição sobre a vida e os trabalhos dessa coreógrafa e cineasta.

Yvonne Rainer nasceu em 1934 em São Francisco nos Estados Unidos e foi responsável por revolucionar a arte da dança, ajudando a construir o movimento da dança contemporânea. Ao mesmo tempo em que conseguiu ter uma significativa pesquisa no cinema de vanguarda. Pretende-se, dessa forma, descrever resumidamente alguns passos que a levaram a ser considerada uma artista arrojada na dança e no cinema.

Uma de suas etapas dançantes foi a sua participação em um curso com Anna Halprin, onde a coreógrafa absorveu ensinamentos que foram exploradas em suas criações na dança. Para pensarmos como a influência de Halprin foi importante para Yvonne Rainer, podemos apontar as principais características dos trabalhos de Anna Halprin:

algumas das contribuições de Anna [Halprin] para as artes: trabalho artístico em grupo; criação coletiva; peças de dança como manifesto político; uso de improvisação como prática de dança e ferramenta compositiva; indistinção entre arte e vida; integração com a natureza, sendo que suas aulas eram dadas em um deck, ao ar livre, em meio à natureza; estímulo do uso da fala e da voz junto à dança e o uso de tarefas como instruções para improvisação e composição coreográfica. (BANANA, 2012, p. 31).

Anna Halprin é uma importante coreógrafa de dança moderna que influenciou talentos que utilizaram seus ideais para transformar a dança. As suas ideias incluíam criações coletivas, dança-terapia, dança em contato com a natureza, dança como ferramenta política, improvisação e até mesmo uso de diferentes sons para coreografias. Ao ter contato com a artista, Rainer buscou absorver alguns ensinamentos de Halprin em suas criações de dança. Modificando não apenas a sua forma de dançar, mas revolucionando convenções presentes nessa manifestação artística.

Para exemplificar como Yvonne Rainer se influenciou pelos princípios de Anna Halprin, podemos pensar na ideia da dança como manifesto político, que para Rainer se

desdobra em duas ideias: a dança utilizada para protestar sobre problemas sociais e a dança se que se manifesta contra os clichês dessa própria arte. Para ilustrar, pode-se citar o texto *No Manifesto*, realizado com o propósito de negar as ideias “erradas²” da dança, como nós seguintes trechos: “Não ao espetáculo (RAINER apud BANES, 1979, p. 43, tradução minha)³” e “Não à virtuosidade (RAINER apud BANES, 1979, p. 43, tradução minha)⁴”. Nesses trechos a coreógrafa crítica a ideia de espetacularização da dança e também se posiciona contra a alta virtuosidade exigida em certas técnicas de dança.

Outro movimento gracioso na carreira de Yvonne Rainer foi a sua participação no *Judson Dance Theatre*, um círculo artístico que foi responsável por centenas de peças de dança em um curto espaço de tempo. Esse grupo foi tão relevante para o cenário dessa arte que os talentos envolvidos nessa companhia podem ser considerados os percussores da dança contemporânea. Para entendermos a importância desse grupo, podemos apontar algumas características das criações produzidas pelo *Judson Dance Theatre*.

Segundo Sally Banes (1993), talvez o mais importante legado do *Judson Dance Theatre* para a história da dança foi a intensa exploração e a expansão de possibilidades para o método coreográfico. Na constante busca deles pelo novo, em conjunto com uma inteligente abordagem para o processo de criação na dança, renegando as antigas fórmulas para composição. Os membros desse círculo experimentavam com diversas estruturas de composição, permitindo a dança com qualquer corpo, movimento e qualquer método.

Esse círculo artístico, formado por dançarinos, coreógrafos, artistas visuais e músicos, portanto, rompeu com as convenções e as ideias pré-concebidas sobre dança. Por resultado, esses talentos conseguiram construir uma espécie de democracia para essa linguagem artística, onde todos podem dançar e qualquer movimento pode se tornar uma coreografia. Rompendo as ideias de dança baseada em técnicas complicadas onde apenas certos corpos podem dançar.

Através do *Judson Dance Theatre*, Yvonne Rainer conseguiu abordar ferramentas ousadas em suas criações e após participar desse grupo, a dançarina continuou a explorar diferentes receitas para sua dança. Tanto que a coreógrafa utilizou instrumentos

² Esses ideais são considerados errados segundo Yvonne Rainer. Esse manifesto foi feito de acordo com a sua visão de como se realizar uma dança. Mesmo que alguns pontos trabalhos desse texto tenham sido compartilhados por outros coreógrafos, o foco dessa obra é expor os princípios de Rainer sobre o cenário da dança.

³ Not to spectacle

⁴ No to virtuosity.

peculiares em suas obras de dança como gestos cotidianos, o acaso, repetição e diálogos durante as suas coreografias.

A sua peça *Inner Appearances*, por exemplo, utiliza gestos cotidianos em sua composição. Esse espetáculo se inicia com uma mulher varrendo o palco de um teatro com um aspirador de pó. Depois, um homem realiza a mesma ação. Rainer, dessa forma, utiliza uma simples ação cotidiana, varrer com um aspirador de pó, e a desconstrói para criar uma crítica social sobre os estereótipos de gênero. Mesmo que a sua análise não seja ampliada nesse artigo, esse trabalho também representa o espírito político das criações da coreógrafa e cineasta estadunidense.

Depois de trabalhar como coreógrafa, Rainer trocou a dança por filmes que são analisadas como cinema de vanguarda. Nesses filmes aparecem referências ao mundo da dança, arte que consagrou Rainer. Ao mesmo tempo, em que a artista utiliza as suas películas para retratar questões pessoais como mulher e ativista política. Transformando essas produções em objetos de discussão de questionamentos feministas. Sobre a transição da coreógrafa da dança para o cinema podemos acrescentar as ideias de Ruby Rich:

O começo de uma nova década é um momento propício para pesquisar os trabalhos de Yvonne Rainer no cinema ao longo dos últimos oito anos. Rainer iniciou os anos 70 como uma estável e celebrada *performer*, uma dançarina/coreógrafa creditada com a indiscriminada reinvenção da dança dentro de um léxico modernista. Agora, ela iniciou os anos 80 como uma reconhecida cineasta, uma força-chave na reinvenção da narrativa, assim, contribuindo para o curso do cinema de vanguarda nessa última década⁵. (RICH apud RAINER, 1989, p. 1, tradução minha).

Yvonne Rainer se consagrou como uma coreógrafa que conseguiu desconstruir certos padrões da dança. No cinema, a artista também foi ousada para desenvolver diferentes métodos criativos, ao mesmo que introduziu novas temáticas e narrativas em seus filmes. Além de apontar a presença de questões feministas nas danças e nos filmes de Rainer, podemos discutir como os questionamentos políticos foram temáticas importantes para parte do cenário artístico na contemporaneidade, com início nas décadas de 1960 e 1970.

⁵ The Start of a new decade is an auspicious moment at which to survey Yvonne Rainer's work in cinema over the past eight years. Rainer had begun the Seventies as an established and celebrated performer, a dancer/choreographer credited with the wholesale re-invention of dance within a modernist lexicon. Now she has begun the Eighties as an established filmmaker, a key force in the re-invention of narrative, thereby contributing to the course of avant-garde cinema through this past decade.

Uma consequência desse desafio foi o reconhecimento de que o significado de uma obra de arte não estava necessariamente contido nela, mas às vezes emergia do contexto em ela existia. Tal contexto era tanto social e político quanto formal, e as questões sobre política e identidade, tanto culturais quanto pessoais, viriam a se tornar básicas para boa parte da arte dos anos 70. (ARCHER, 2008, p. x).

As obras de arte pós-modernas começaram a agregar os seus contextos históricos e sociais em seus significados. Consequentemente, os questionamentos políticos apareceram como objetos de reflexão nessas criações. Yvonne Rainer, por exemplo, vai utilizar suas criações tanto no cinema quanto na dança para questionar seu papel como mulher na sociedade. Para compreendermos como a coreógrafa norte-americana conseguiu discutir as questões de gênero em suas criações, vamos analisar algumas obras que abrem espaço para reflexão sobre o feminismo. O primeiro trabalho analisado nesse estudo foi nomeado como *Trio A*, um solo de dança contemporânea.

Trio A foi desenvolvida em 1966 e transformada em vídeo no ano de 1978. Nessa peça, Rainer investiga um corpo neutro que parece fazer uma pesquisa de movimentos através de gestuais cotidianos. Os deslocamentos são realizados sem repetições, o que acaba criando uma ilusão de improvisação ao espectador. Uma peculiaridade marcante é que a bailarina rejeita o olhar do público durante toda a coreografia. Segundo Ann Cooper Albright,

Trio A era uma série contínua de movimentos cotidianos que eram, muitas vezes, justapostos de maneiras estranhas ou difíceis (como pegar algo do solo enquanto está se equilibrando em uma perna). A coreografia deveria ser executada de forma neutra [...] frustrando a expectativa e o desejo do público em ver um dançarina virtuosa e forçando-os a acompanhar, em vez disso, o corpo como um objeto simples em movimento. Um dos aspectos mais impressionantes da dança foi o fato de que o rosto da artista estava sempre escondido, envolvido no movimento e não com o público. Outro ponto de resistência foi a forma como a dança terminou com a dançarina de costas para a audiência, recusando a tradicional pose final frontal ⁶. (ALBRIGHT, 1993, p. 20, tradução minha).

Através de *Trio A*, Rainer consegue edificar um corpo utilizado para pesquisa de possíveis gestuais e movimentações. Mesmo que a coreografia não seja improvisada, a

⁶ *Trio A* was an ongoing series of pedestrian movements that were often juxtaposed in odd or difficult ways (such as picking up something from the floor while standing on one leg). The choreography was to be executed in a neutral, task-like manner, thereby thwarting the audience's expectation and desire to see a virtuosic dancer and forcing them to see, instead, the body as a simple object in motion. One of the dance's most striking aspects was the fact that the performer's face was almost always averted, involved in the movement rather than with the audience. Another point of resistance was the way the dance finished with the dancer's back to the audience, refusing the traditional frontal final pose.

ideia de pesquisa do corpo e seus movimentos se torna aparente durante a sua execução. Pois, não há repetição de gestos e a coreógrafa explora diversas posições e planos com a sua matéria orgânica. A forma como essa sequência gestural foi idealizada acaba trazendo como foco o corpo em movimento durante a dança. Sem tentar transmitir emoções e expressões, ou sensações através dos deslocamentos dançantes.

Pode-se pensar, adicionalmente, no seu distanciamento com o público, ideia concretizada através do seu “não-olhar” para os espectadores. Segundo Julia Bryan-Wilson (2012), o aspecto mais comentado dessa produção é que em nenhum momento a dançarina observa o seu público. O olhar é sempre escondido e a lógica gestual acompanha os olhos. Para entendermos a relação do olhar e o distanciamento com o público podemos citar alguns trechos da coreografia.

Exemplificando, em certo momento a dançarina está direcionada para a direita, com as pernas semi-dobradas e a cabeça virada para o mesmo lado, depois, a coreógrafa se desloca para a frente com a cabeça abaixada e, em seguida, a bailarina se move para a esquerda e a cabeça segue esse trajeto. O olhar para o público é evitado durante todo o desenvolvimento dos gestuais coreográficos.

Ao se distanciar do público, através do “não-olhar”, a artista consegue mais destaque para seus gestuais, sem se preocupar com a objetificação de seu corpo e, assim, a dançarina transforma a sua dança em foco de apreciação e não o seu corpo. Refletindo sobre isso, por Rainer ser mulher e se recusar a transformar seu corpo em um objeto de admiração, pode-se afirmar que a dançarina tenta com essa obra refletir sobre a objetificação feminina na dança. Ou seja, a bailarina se distancia da ideia de ser apenas um meio de apreciação e transforma sua pesquisa de movimentos no tema da coreografia. De acordo com Ann Cooper Albright,

Em outras palavras, enfatizando as materialidades terrestres do corpo físico- e sua qualidade de coisa- Rainer estavam tentando desmitificar o corpo feminino dançante e recusar a posição tradicional da dançarina como um objeto de desejo, através de deixar visível o que era anteriormente omitido, como mostrar o processo da dança, esforço, decisões e até as suas estranhezas (ALBRIGHT, 1993, p. 20, tradução minha) ⁷.

O corpo em movimento de Rainer, então, se transforma em um instrumento político para argumentar sobre o seu papel na dança, pois, ao invés de pensar sua ferramenta

⁷ In other words, by emphasizing the earthy materiality of the physical body—its quality of thingness—Rainer was trying to demystify the female dancing body and refuse the traditional position of the dancer as an object of desire by making visible what was previously elided by showing the process of dancing, the effort, decision making, even its awkwardness.

orgânica em objeto de apreciação, Rainer o configura como um recurso de uma coreografia que tem como foco o processo de criação da dança, suas incertezas, estranhezas e até mesmos suas inseguranças. Para melhor visualização do corpo da mulher na dança, podemos apresentar o corpo feminino em outros contextos dançantes, onde essa matéria orgânica é vista como frágil, dependente e sem autonomia. Segundo Judith Lynn Hanna:

Ao longo dos anos, desde a resumida atividade de dança da realeza masculina na França do século XVII até o ponto mais baixo da dança “inferior” e feminina predominantemente de palco, a dança teatral tornou-se um veículo de liberação de status inferior e dependente. No entanto, uma mensagem das imagens que se vem repetindo é a dominação masculina e a proteção das mulheres por intermédio da parceria no balé: um homem forte que sustenta e manipula a mulher sobre seu pedestal de *pointee*. (HANNA, 1999, p. 15).

A presença feminina e seu corpo acabam se apresentando nos palcos teatrais como dependentes de parceiros masculinos para lhes dar apoio e suporte. Ideias que constroem um estereótipo equivocado da mulher como dependente da companhia masculina. Outra visão incorreta que essa arte desenvolveu é a alta sexualização do corpo feminino, pensado como um objeto de apreciação.

Contudo, as bailarinas, nos palcos públicos, eram julgadas como parte do *demimonde*, ou dos escalões da prostituição. “Garota de balé” tinha uma conotação negativa até a metade do século XX e, em alguns lugares, ainda tem. As jovens bailarinas eram uma fonte de excitação e mesmo de satisfação sexual. (HANNA, 1999, p. 186).

Yvonne Rainer consegue colocar em evidência o questionamento sobre o papel da mulher na dança através de sua peça, *Trio A*. Relacionando a sua produção com outros momentos dançantes, podemos pensar como a artista quer mudar os estereótipos femininos na dança. Mostrando que a bailarina não precisa ser apenas como um “enfeite” ou precisa ser conduzida pelo dançarino, mas Rainer pretende defender a ideia de que a dançarina pode criar a sua própria dança e, ao mesmo tempo, pode imaginar a sua sequência gestual como mais importante que o seu corpo como um objeto de apreciação.

O corpo frágil e dependente da bailarina é, por consequência, transformado no corpo pós-moderno que se distancia do público para evidenciar os seus próprios movimentos que não refletem uma técnica, mas expõe pesquisas de gestos realizadas por Rainer. Essas ideias são importantes porque a dança é um reflexo da sociedade que impõe um estereótipo feminino como delicado, subjugado, seguindo padrões de leveza e beleza. A coreógrafa, portanto, quer através de sua obra, questionar o seu papel na dança e na

sociedade como secundário e pretende se colocar como principal e criadora de suas coreografias e de suas próprias regras para vivenciar a dança.

Além de explorar questões feministas na sua dança, Rainer também levou essas discussões para seus filmes. Por isso, pretende-se analisar uma película idealizada pela artista estadunidense. O trabalho escolhido como objeto de estudo foi nomeado *A film about a woman who* que foi lançado em 1974, um dos filmes mais conhecidos da cineasta. Esse trabalho foi inicialmente desenvolvido como uma performance nomeada *About a Woman Who* e se transformou em um longa-metragem.

O filme conta a estória de uma mulher casada que encontra dificuldades para mostrar os seus descontentamentos. Esse trabalho se propõe, também, a mostrar os conflitos emocionais da personagem principal, seu conturbado relacionamento com seu marido e suas inseguranças para buscar melhorias em sua vida.

Para entendermos o foco da estória presente nessa criação, podemos citar, as ideias de Rainer (1989), que ao descrever sua obra aponta que *A film about a woman who* é uma história de uma mulher que encontra dificuldade em reconciliar alguns fatos externos com sua própria imagem de perfeição. É também a história de uma mulher que não se sente capaz de reconciliar esses fatos com sua imagem de deformidade, pois, simplesmente não consegue encontrar alternativas para vivenciar os seus medos e desencantamentos. Essa película, portanto, investiga as questões emocionais da personagem que se sente presa em seu relacionamento. O filme, também consegue explorar, todas as suas inseguranças e seus medos para procurar alternativas positivas.

Um dos marcados desse trabalho audiovisual foi a sua inovação em focar nos descontentamentos da personagem feminina principal perante seu relacionamento e sua vida sexual. Para se entender como essas temáticas foram trabalhadas pode-se citar uma das cenas do filme. Podemos, deste modo, vivenciar um dos trechos da obra através da descrição de Reyanuad:

Há uma cena de emocional e sexual discordância no meio do *Film About A Woman Who (1974)*. Um homem e uma mulher estão deitados lado a lado em uma cama (na verdade, uma mesa larga). A mulher, incapaz de expressar um obscuro ressentimento contra o seu esposo, decide então “demandar seu afeto”. Eles fazem amor, e ela “participa com prazer, mas algo ainda está lhe incomodando”. Na manhã seguinte, ela percebe que tenha de alguma forma “traído” a si mesma, e isso a está impedindo de vivenciar seus verdadeiros sentimentos (raiva e

também amor) pelo seu marido⁸. (REYANUAD apud RAINER, 1989, p. 30, tradução minha).

Através dessa cena, a cineasta consegue mostrar os desafios apresentados pela personagem para demonstrar os seus sentimentos e interesses. As palavras que estão em aspas são parte do roteiro e servem como os pensamentos da mulher na estória. É nítido, nesse momento, o desgosto da mulher com o seu marido e com a sua vida sexual. Aqui percebe-se o interesse de Rainer em desenvolver personagens femininos complexos. Por outro lado, explorando temas considerados tabus na década de 1970 como sexualidade feminina e descontentamento em relacionamentos. A coreógrafa e cineasta parece utilizar esse filme para colocar em evidência questões feministas que eram pouco discutidos na sociedade daquele período. Mostrando que a sua arte audiovisual consegue fazer refletir sobre o papel social das mulheres. Em outro momento do filme, surge a voz da própria Yvonne Rainer descrevendo os acontecimentos e os pensamentos da personagem principal.

Voz de Yvonne Rainer: Ela jantou com eles, seu amante e vários outros amigos. Era uma exuberante e barulhenta reunião. Algumas das ressalvas anteriores sobre ele foram reanimadas com uma renovada força. “Ele parece ser de uma forma e, então, você conhece os seus amigos e você pensa “Como você pode suportá-los?” E, então, você percebe que ele os atura porque ele é igual aos seus amigos em certas desagradáveis lembranças⁹ (RAINER, 1989, p.81, tradução minha).”

Por meio desse trecho, onde a própria autora faz uma participação, podemos perceber a preocupação de Rainer em desenvolver as questões emocionais da personagem feminina. A artista acaba explorando os problemas interiores dessa mulher através das frustrações expostas pela própria personagem que se mostra descontente com as atitudes do marido e de seus amigos. A cineasta, deste modo, expõe as questões da protagonista, mostrando seus descontentamentos com a vida conjugal e suas inseguranças. Esse ideal acaba dando mais autonomia para a personagem que é criada como responsável e dona

⁸ There is also a scene of emotional and sexual disagreement at the core of Film About A Woman Who (1974). A man and a woman are lying side by side on a bed (actually, a large table). The woman, unable to express an obscure resentment against the man, decided instead to “demand his affection”. They make love, and she “participate with pleasure, but something is still bugging her.” The morning after, she realises she has somehow “betrayed” herself, and that it is preventing her from experiencing her real feelings (rage as well love) towards the man.

⁹ Yvonne Rainer’s voice: She had dinner with him and his male lover and several of their friends. It was a noisy ebullient gathering. Some of her previous reservations about him were revived with renewed force. “He seems to be one way and then you meet his friends and you think “How can you stand them?” And then you realize that he can stand them because he is *like* them in certain disagreeable respects”.

das suas emoções, mesmo que tenha dificuldades para demonstrá-la em certas ocasiões. Através dessas duas cenas, Yvonne Rainer afasta a personagem de estereótipos incorretos do gênero feminino, onde as mulheres não se preocupam com a sua vida sexual e não apresentam autonomia perante as suas emoções.

Além da análise das produções de Rainer para apontar o caráter feminista de sua obra, é preciso contextualizar o período no qual essas criações foram desenvolvidas. Tanto a coreografia de dança contemporânea quanto o filme foram realizados durante a segunda onda feminista, que compreende o período de 1960 até 1980. De acordo com Célia Regina Pinto (2010, p.16), nesse período o feminismo aparece como um movimento libertário que não luta apenas pelo espaço da mulher na vida pública, mas também, batalha para uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, onde está última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre seu corpo e sua vida. Conseqüentemente, alguns temas começaram a ser discutidos nesse período como sexualidade feminina, violência doméstica, igualdade nos relacionamentos, racismo, aborto, entre outros.

Algumas temáticas discutidas na segunda onda feminista foram trabalhadas por Yvonne Rainer tanto na dança quanto no cinema. Por exemplo, uso de sua obra para questionar o papel das mulheres tanto na dança quanto na sociedade, sua crítica aos estereótipos de gênero, narrativas que exploram temas como a sexualidade feminina, entre outras discussões. Segundo Ruby Rich,

Um calculista desenvolvimento de Rainer no cinema (particularmente sua atenção para temas como sexualidade, poder e emoção) não pode ignorar o surgimento de um necessário movimento feminino do mesmo período. Rainer sempre foi “política”¹⁰ (RICH apud RAINER, 1989, p.3, tradução minha).

O cinema desenvolvido por Rainer, portanto, buscava explorar questões políticas feministas que eram desenvolvidas através das personagens construídas pela artista e por meio das temáticas escolhidas para serem trabalhadas nas suas películas. Esses trabalhos ajudaram a dar visibilidade para problemas explorados pelo movimento feminista e também auxiliariam na construção de um gênero de filmes construídos por e que retratam mulheres. Gênero que foi nomeado como “filmes de mulheres”.

¹⁰ An accounting of Rainer’s development in film (particularly her attention to issues of sexuality, power, and emotion) cannot by-pass the emergence of a vital women’s movement in this same period. Rainer had always been “political.”

Uma das maiores contribuições do feminismo para as artes tem sido uma insistência para inclusão da emoção como valor primário. Para as mulheres, que tiveram suas emoções e instintos negados por tanto tempo como fraudulentos e não representativos, o renascimento das emoções como um objeto próprio de preocupação artística é uma questão crucial. Na área dos filmes, a restauração e a legitimação do gênero dos “filmes de mulheres”, previamente desprezados como melodramas de matinês dignos de extinção, é significante¹¹. (RICH apud RAINER, 1989, p. 9, tradução minha).

As questões feministas foram abordadas no cenário artístico para que produções pudessem questionar a sociedade sobre os problemas envolvendo o gênero feminino. O que fez com que a arte se transformasse em um meio político para discutir esses questionamentos. Aqui temos a valorização das emoções das mulheres, para contestar o poder o respeito aos desejos e anseios femininos. Também, através de Yvonne Rainer e outras artistas temos o crescimento e a popularização dos filmes feitos por e sobre mulheres.

Pode-se concluir que Yvonne Rainer criou trabalhos na dança contemporânea e no cinema que conseguiram abordar questões e discussões feministas. Como por exemplo, questionamentos sobre o papel feminino na dança, uso de temáticas como sexualidade feminina e valorização das emoções das mulheres, ideias que foram utilizadas em suas edificações para pensar os problemas sociais das mulheres. Essas criações acabaram tendo grande expressividade no cenário artístico pós-moderno e conseguiram dar visibilidade ao movimento feminista que estava conseguindo visibilidade na época em que essas produções foram idealizadas.

Rainer, portanto, conseguiu expor todas as questões que lhe incomodavam como uma mulher artista em uma sociedade machista e patriarcal. Mesmo que esses ideais pudessem taxar negativamente a sua obra, a coreógrafa e cineasta manteve as opiniões através de suas produções. Essas discussões surgiram em um momento em que os movimentos sociais começaram a ganhar visibilidade, décadas de 1960 e 1970. A arte de Yvonne Rainer, portanto, conseguiu se transformar em um instrumento de luta para as questões sociais e políticas das mulheres.

Referências

¹¹ One of the major contributions of feminism to the arts has been an insistence on the inclusion of emotion as a primary value. For women, whose emotions and instincts have so long been denied as fraudulent or unrepresentative, the revival of emotion as a proper subject of artistic concern is a crucial issue. In the area of film, the revival and legitimization of the “woman’s film” genre, previously despised as matinee weepies worthy of extinction, is significant.

ALBRIGHT, Ann Cooper. **Choreographing Difference: The Body and Identity in Contemporary Dance**. Middletown: Wesleyan University Press, 1997.

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

BANANA, Adriana. **Trishapensamento: espaço como previsão meteorológica**. Belo Horizonte: Clube Ur=H0r, 2012.

BANES, Sally. **Terpsichore in Sneakers: Post-Modern Dance**. Middletown: Wesleyan University Press, 1979.

BANES, Sally. **Writing Dancing in the Age of Postmodernism**. Middletown: Wesleyan University Press, 1994.

BRYAN-WILSON, Julia. Practicing Trio A. **October Magazine**, Massachusetts, n.140, p.54-74, Spring 2012.

HANNA, Judith Lynne. **Dança, sexo e gênero: signos de identidade, dominação, desafio e desejo**. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

PINTO, Célia Regina. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, Jun 2010.

RAINER, Yvonne. **The Films of Yvonne Rainer**. Indiana: Indiana University Press, 1989

Feminist discussions throught Yvonne Rainer's artistic creations

Abstract: This article will analyze how Yvonne Rainer explored feminism through creations such as *Trio A (1966)*, a piece that criticizes female objectification in dance and *A Film About a Woman Who (1974)*, a film that discusses gender stereotypes in love relationships. Rainer explores these questions during the second feminist wave (1960-1980), where the social role of women and inequalities in love relationships began to be discussed.

Keywords: Yvonne Rainer. Feminism. Contemporary Dance. Cinema.

LAI DOS DOIS AMANTES: FIGURAS FEMININAS E SUAS VOZES NA ESCRITA DE MARIA DE FRANÇA (SÉC. XII)

Júlia Zaniboni Cerejo¹

Resumo: No século XII, sob a influência do amor cortês, foram produzidos os Lais de Maria de França, provavelmente na corte de Henrique II, rei da Inglaterra, em um período marcado por um emergir literário feminino. Através desses Lais, é possível perceber a perspectiva, os anseios e o cotidiano do mundo feminino medieval. Dessa forma, esta pesquisa propõe-se analisar o Lai dos Dois Amantes, considerando o contexto histórico e literário em que foi escrito e as relações de gênero presentificadas em sua linguagem, tendo como enfoque as figuras femininas dessa obra e suas vozes.

Palavras-chave: Literatura e História, Relações de Gênero, Amor Cortês

1. Introdução

Durante a Idade Média Central (XI-XIII) houve um florescimento cultural e uma dinamização da sociedade medieval. Nesse contexto, entre os anos de 1160 e 1178, houve a conversão, em obra poética, de histórias que tinham origem na oralidade bretã por parte de uma das primeiras escritoras medievais, Maria de França, na corte de Henrique II, Plantageneta e Eleonor da Aquitânia, grandes financiadores da poesia trovadoresca (CARVALHO, 2009, p. 13-44).

Por meio desse trabalho discute-se o feminino medieval e a forma com a qual ele é retratado: primeiro a partir dos discursos teológicos que estabeleceram os moldes nos quais as mulheres deveriam se basear, seguindo ou se afastando a fim de alcançar a salvação. A seguir, pretende-se tratar do papel de uma escritora em uma época de notável agitação e a forma que um de seus contos, especificamente o *Lai dos Dois Amantes* reflete sua forma de enxergar o feminino a partir de duas personagens fortes que moldam as limitações que as regras sociais as impõem demonstrando capacidade e relativa autonomia.

Coloca-se em questão também o efeito do modelo do amor cortês no qual se encaixa o *Lai* para a descrição das figuras femininas e para a forma com que elas se relacionam com os outros personagens. Além disso, deve-se considerar a importância desse momento histórico para a formulação de uma nova sensibilidade fazendo dessa uma questão não apenas literária, mas considerando as influências recíprocas entre a literatura como manifestação cultural, a sociedade e o imaginário medievais em constante transformação.

¹ Graduanda da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Orientada pela Prof.ª. Dr.ª. Aline Dias da Silveira. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Medievais - MERIDIANUM. E-mail: juliazaniboni7@gmail.com

2. *O feminino na Idade Média: modelos e influências*

A visão tida sobre a mulher no medievo foi construída a partir de modelos bíblicos dos quais elas teoricamente deveriam se aproximar ou se afastar, dentre eles destaca-se Eva que, por ser criada a partir de uma costela de Adão, teria que lhe prestar submissão, tendo sido o homem criado diretamente do criador. Adão seria, portanto, o representante da racionalidade e da espiritualidade, já Eva seria a parte incompleta e corpórea ligada aos instintos mais animais dos quais o ser deve buscar se libertar para se aproximar do Criador.

Além disso, Eva foi incapaz de resistir à tentação, carregando assim a culpa pela queda do ser humano do paraíso, atribuindo ao restante das mulheres a carga desse pecado e a conseqüente aproximação da mulher com o demônio, devido a sua alegada fraqueza moral. O domínio do masculino sobre o feminino viria então para remediar tal fraqueza mantendo a mulher sob controle.

É importante destacar que a maior parte dos escritos que descreviam o papel da mulher na sociedade costumavam ser feitos por clérigos, os quais pouco tinham contato com o sexo oposto devido ao fato de que esse ser era visto como fonte de tentação carnal. O desconhecimento, portanto, levou a rejeição e ao temor do feminino que representava aquilo que os homens, detentores da palavra, não compreendiam (FÉLIX, 2017, p. 9-11).

Em oposição ao primeiro modelo apresenta-se Maria, arquétipo da pureza e da castidade a ser mantida pelas mulheres se quisessem alcançar a salvação, porém, paradoxalmente, Maria aparece como um modelo inalcançável, já que consegue atender ao desígnio da castidade e da maternidade ao mesmo tempo, permanecendo imaculada e distante do pecado da carne que às outras mulheres é necessário à concepção. Houve, então, a partir de cânones religiosos, a legitimação para o controle da Igreja sobre a sexualidade no meio social. Característica que recaia mais pesadamente sobre o feminino.

Além de entender a base teológica dos discursos que ajudaram a moldar a visão do feminino no medievo, é preciso entender também a influência dos povos que compuseram a sociedade europeia e contribuíram para a construção de tal mentalidade.

Segundo Macedo (2002) a visão medieval acerca do papel feminino na sociedade é fruto de uma combinação entre influências distintas: Dos romanos, para os quais a mulher era inferior ao homem estando sujeita a sua tutela. Sua mobilidade era restrita ao espaço privado, elas não desempenhavam papel administrativo ou político e a pouca autonomia que detinham estava vinculada a sua posição social.

Já para os Celtas as mulheres desfrutavam de considerável liberdade e equidade jurídica para com o masculino, além de deterem certa liberdade de escolha do cônjuge. Algo semelhante poderia ser visto entre os germânicos visto que as mulheres estavam ao lado dos homens em diversas atividades (OLIVEIRA, 2017, p. 27-29).

Após o exposto acima, é pertinente tratar da figura de Maria de França e sua obra para, posteriormente, discorrer acerca da forma que sua escrita reflete ou subverte as expectativas que recaem sobre a figura da mulher no cotidiano da corte, nos deixando entrever sua própria visão sobre o assunto em um período marcado por diversas mudanças culturais e sociais.

3. *Maria de França e os Lais*

Pouco se sabe sobre a biografia de Maria de França embora sua obra permita entrever que era uma mulher nobre, letrada e culta, conhecedora do latim e capaz de realizar traduções, tendo escrito em meio as agitações socioculturais da Europa no século XII que serão explicadas a seguir. Três obras são atribuídas a ela: “*Fables*, uma compilação de fábulas influenciadas pelos escritores clássicos, tem a forma de um *Ysopet*, gênero bastante popular na época, O *Espurgatoire Seint Patrice*, tradução direta do latim, do *Tractatus de Purgatorio Sancti Patrici*, do monge cirterciense Henrique de Saltrey, e os *Lais*, pequenas narrativas maravilhosas” (MARTINHO, 2008, p. 2).

Os *Lais* consistem em contos parte líricos, parte narrativos que originalmente pertenciam à oralidade bretã de ancestralidade celta e deveriam ser contados em público com o acompanhamento de instrumentos musicais, como harpa, alaúde ou flauta. (CARVALHO, 2009, p. 18). Essas histórias, na época de sua transcrição, refletem a mistura sincrética entre o maravilhoso celta no qual a mulher desempenha um papel de poder e maior liberdade com a influência da mentalidade cristã que tenta exercer controle sobre o corpo feminino (MARTINHO, 2009, p. 41).

A autora parece perceber a importância de seu papel e de seu projeto e se utiliza tanto da autoridade divina, quanto da herança antiga, assim como da influência dos plantageneta - para quem dedica a obra - afim de legitimar sua escrita. Sendo também participante do processo de vulgarização linguística da literatura e da passagem da cultura oral - muito presente ainda no cotidiano medieval e inclusive expressa nos *Lais* - para a cultura escrita (MARTINHO, 2008, p. 1-5), sendo assim:

Marie está bastante consciente de seu papel ao preservar a memória cultural e também ao ativar a transformação do efeito da escrita sobre a tradição da oralidade. (...) Marie ativa um jogo de escritura ao descortinar a realidade histórica — a colonização selvagem da ilha da Inglaterra, a destruição da cultura local e a autonomia praticada como maneira de ratificar a cultura normanda (MARTINHO, 2008, p. 3).

A autora determina uma política de revelação obrigatória do que possa trazer um bem tendo a proteção e benção de Deus, pois,

Quem recebeu de Deus o conhecimento e o dom de falar com eloquência, não se deve calar nem se esconder; pelo contrário, deve estar pronta aparecer. Quando um grande bem se faz ouvir, começa primeiro a brotar e, quando é elogiado por muitos, é então que se abre em flores” (MARIA DE FRANÇA (séc. XII), 2001, 39).

Ainda neste tópico:

O "Prólogo" dos *Lais* explicitamente apresenta o tema da auto-expressão e auto-representação. Embora suas histórias derivem de outras histórias, lendas e narrativas, Marie, como uma voz feminina, está rompendo o espaço do sujeito falante. Ela acrescenta um novo sentido aos escritos antigos e adapta a herança latina e o folclore bretão. (MARTINHO, 2008, p. 5).

Maria de França demonstra ainda preocupação com a relevância de sua obra afirmando ter antes pensado em traduzir alguma obra clássica do latim para o francês, porém como muitos já haviam feito isso, ela se lembrou dos *Lais* que ouvira e decidiu evitar que caíssem no esquecimento já que os próprios bretões que os compuseram quiseram imortalizar a memória de sucessos notáveis e aventuras. Aí se faz presente a oralidade e a ancestralidade que as histórias representam e a questão da manutenção da memória tanto para aqueles que primeiro criaram os *Lais* quanto para a escritora que os adaptou compreendendo esse significado (CARVALHO, 2009, p. 22-30), assim como o trecho a seguir exemplifica:

Foi por tudo isso que, de início, pensei em ocupar-me com alguma história clássica, adaptando-a do latim para o francês; mas não me pareceu que valesse a pena: era o que tantos outros já haviam feito! Pensei então nos *Lais* que ouvira. Nunca duvidei, bem sabia, que aqueles que primeiro os compuseram e divulgaram queriam através deles preservar a lembrança das aventuras que tinham ouvido. Muitos *Lais* eu já ouvira contar e não queria deixa-los de lado nem esquecê-los. Pus-lhes rima e lhes dei forma poética. Muitas noites de vigília passei por eles! (MARIA DE FRANÇA (séc. XII), 2001, 39).

Dessa forma, fica evidente a noção da escritora acerca da função social do seu projeto, o planejamento e empenho vinculado a ele. E Maria parece atribuir a realização

do seu intento a passagem dessa oralidade para o meio escrito (CARVALHO, 2009, p. 27-30). Ela ainda inverte o lugar de fala mais comum no medievo, o masculino, e se coloca a favor da expressão própria quando essa representa algum bem (MARTINHO, 2008, p. 5).

4. O contexto histórico do século XII

Inserindo o trabalho da escritora em seu contexto, o que se sabe é que a produção dos Lais foi na corte de Henrique II Plantageneta e de sua esposa, Eleonor da Aquitânia. Ambos eram amantes da cultura e do saber desempenhando um papel central em um período de valorização da cultura iniciado com a chegada dos normandos a ilha. Eleonor da Aquitânia foi uma das grandes financiadoras, dentre outras grandiosas damas, do estilo literário do amor cortês (MARTINHO, 2009, p. 43).

Mais amplamente esse período foi marcado por um crescimento demográfico fruto do cessar de invasões e diminuição das epidemias. Com isso, há também a ocupação de novas terras e espaços que foi ainda intensificada pela melhoria dos transportes e do comércio. Nota-se então uma dinamização cultural e social que possibilitou a difusão do trovadorismo (SILVA, 2011, p. 10-12).

A sociedade, apesar de fortemente marcada pela influência dos dogmas cristãos passa também por um processo de laicização em que se elabora uma separação linguística entre o erudito e o vulgar da qual Maria de França participa. É importante ressaltar que esse momento também teve importantes reformas religiosas que buscavam retomar certo controle social e além de tudo, essa foi uma época de efervescência educacional que culminou no surgimento das universidades (CARVALHO, 2009, p. 33-37).

Houve ainda uma preocupação renovada em divulgar o saber e a letra dos antigos por parte dos poetas em língua vulgar já que o prestígio detido pelos antigos também era uma estratégia de legitimação que dava maior credibilidade aos escritos que os tomavam por base (MARTINHO, 2008, p. 3-6).

5. Lai dos Dois Amantes

O conto começa com a afirmação da autora sobre a origem da estória e sua ambientação na Normandia. A seguir, a escritora informa que dois jovens morreram de amor. Seguindo, na estória havia um rei que tinha uma filha muito bela e cortês a quem

ele muito amava e de quem não podia imaginar se afastar e por isso garantiu que nenhum dos pretendentes à sua filha conseguissem casar com a dama.

Para isso ele impôs que eles precisassem carregá-la nos braços até o topo do monte mais alto da região sem pausas. Frente a isso, muitos tentaram e nenhum conseguiu. A donzela, então, conheceu um donzel igualmente valoroso e gentil por quem se apaixonou e com quem manteve uma relação em segredo.

Uma vez que a necessidade do sigilo se tornou insuportável para o cavaleiro, ele propôs que fugissem juntos, porém a donzela opôs-se firmemente já que isso causaria muita dor a seu pai. Ao invés disso, ela sugeriu que o donzel viajasse até a propriedade de uma tia dela, a qual era versada na arte das poções e dos remédios, munido de cartas da moça que explicassem a situação para que essa perita pudesse dar-lhe uma poção capaz de aumentar as forças do jovem a ponto do mesmo conseguir passar pela tarefa.

Assim foi feito e o moço voltou para sua região com a poção em mãos e logo se candidatou ao trabalho. A moça então, jejuou para ficar mais leve e ajudar seu pretendente. Em meio ao serviço o cavaleiro, apesar dos avisos da donzela, escolheu por não tomar a poção e acabou morrendo assim que chegou ao topo do morro, de exaustão. A moça, vendo o acontecido tomou seu amante nos braços, jogou a poção para longe, derramando seu conteúdo e morreu logo em seguida de desgosto.

Maria de França nos deixa saber a partir desse ponto da narrativa que os jovens foram enterrados juntos naquele mesmo local que veio a se tornar o mais fértil da região devido a ação da poção (MARIA DE FRANÇA (séc. XII), 2001, 95-99).

6. O modelo cortês e o feminino no *Lai dos Dois Amantes*

O fino amor surgiu na Provença, inspirando trovadores do sul da França e difundindo-se para diversas cortes. É uma equivalência laica ao culto mariano em ascensão durante o século XII e é um estilo criado pela nobreza e direcionado ao público feminino, feudalizando a relação entre os dois sexos e colocando a mulher em posição de suserania com relação ao amado. (MARTINHO, 2009, p. 43-44).

Destaca-se nesse estilo a presença de sentimentos extremados e contraditórios que não podiam se realizar plenamente sob o risco do fim do próprio amor ou mesmo à mácula da reputação da dama que costumeiramente era retratada como inalcançável e perfeita. Existia um equilíbrio entre a erotização e a idealização das mulheres (BARROS, 2011, 197-199) e, além do exposto, uma dimensão pedagógica e espiritual nesse estilo já que

havia a demanda de controlar os instintos corpóreos dos jovens nobres em um momento de reafirmação desse grupo social frente a emergência da de um novo grupo social que, por motivos de simplificação, refere-se aqui como burguesia. Com esse intuito, distintivo e disciplinador criou-se uma série de normas de conduta chamada cortesia (FERNANDES, 2000).

Segundo José D'Assunção Barros (2011, p. 197-199) o Amor Cortês, apesar de alegrar, faz sofrer. Aprimora e eleva enquanto enfraquece. Enobrece, porém, por consequência, pode levar a loucura e a morte. O amor cortês traduz em palavras a própria intensidade da vida dos trovadores medievais, detentores de uma nova Gaia alegre, por meio da qual transformavam sua forma de viver e de sentir em obra de arte. Tinham a obrigação de cantar ao amor e disseminar esse sentir enquanto mantinham também o dever de preservar o segredo do amor, necessário, uma vez que a dama normalmente era inacessível e deveria ser protegida de máculas e não obtida.

O Amor gentil desempenha um papel subversivo frente a racionalidade do saber erudito, já que coloca o amar como prioridade e se opõe a formas de controle social, como por exemplo o matrimônio, já que nele a mulher deveria se submeter à vontade de seu marido e os dois deviam obediência ao poder maior da igreja. O amor cortês subverte essa ordem colocando a mulher, ao menos teoricamente, como soberana do homem, que deve provar seu valor a ela para conseguir seus favores. Os casamentos ocorriam no período medieval por motivos políticos e econômicos indo contra a lógica cortês de priorização do sentir romântico (BARROS, 2008, p. 1-15).

No *Lai dos Dois Amantes*, há a expressão de diversas dessas características: a começar pela relação entre amor e morte estabelecida já no começo do *Lai* quando Maria de França afirma que os jovens morreram por amor estabelecendo logo de início a relação já comentada e comum ao gentil amor entre o sofrimento, o amor e a morte.

Nota-se também os valores importantes nesse modelo: beleza, cortesia, gentileza, linhagem nobre e sinceridade dos sentimentos, assim como, existe a necessidade do consentimento da dama para que a corte se realize e a posição elevada na qual a donzela se encontra com relação ao donzel, que espelham a relação de suserania e vassalagem.

Se faz presente ainda a manutenção do segredo do amor por parte do casal como forma de proteção à reputação da dama que poderia ser afetada pela maledicência alheia, caso a relação se tornasse pública, ainda mais porque o romance se realizou antes da autorização do rei e fora dos laços do matrimônio, ajudando a forjar a faceta

antimatrimonial cortês e a sublimação do amor com relação a interesses mundanos (BARROS, 2008, p. 1-15).

7. A visão de Marie de France sobre o feminino a partir de suas personagens

O *Lai dos Dois amantes* começa expondo um aspecto importante para a análise da realidade feminina no medievo: A falta de liberdade de escolha da mulher acerca de seu casamento: O rei e pai da donzela, que exerce sobre ela uma dupla autoridade, impõe a tarefa irrealizável a seus pretendentes. Posteriormente, quando a moça havia se apaixonado pelo donzel, a estima do rei que o jovem conseguiu conquistar foi um dos fatores para que ela lhe concedesse seu amor. A título de exemplo temos o trecho: “Porque ele era valoroso e cortês e porque o rei muito o prezava, ela outorgou-lhe seu afeto (...)” (MARIA DE FRANÇA (séc. XII), 2001, 96).

Há também um impedimento logístico à autonomia da dama, já que a elas era reservado apenas o espaço privado (ANDRADE FILHO, CARVALHO, 2013). Isso se expressa na história à medida que enquanto o homem se desloca geograficamente para conseguir os recursos necessários para a realização da tarefa, a moça fica ao lado de seu pai, apesar de ter sido a responsável pela ideia que o donzel executa.

Agora que as limitações foram mapeadas podem-se expor os recursos que as mulheres dispõem nessa narrativa: A dama se encontra, segundo o modelo cortês, em posição de suserania com relação ao jovem, portanto ele deve provar que é digno para que ela lhe conceda seu favor. Mostra-se isso em: “Amava a filha do rei e muitas vezes argumentou com ela para que lhe concedesse seu amor e o amasse de verdade.” (MARIA DE FRANÇA (séc. XII), 2001, 96). Ou ainda a moça mostra voz ativa em trechos como: “cumpre que escolhais outra solução, pois dessa nem quero ouvir” (MARIA DE FRANÇA (séc. XII), 2001, 97) quando o moço pede pela fuga e logo ela advoga por outra estratégia.

Além disso, embora a moça tenha pouca liberdade de transitar entre o ambiente público e privado, uma imposição comum ao feminino no período, a solução que a moça indica movimenta a estória, e ainda, a donzela dá ferramentas ao jovem para conseguir a poção uma vez que ele viaja para a propriedade da tia dela tendo em mãos as cartas dela explicando o empasse. Mesmo em sua ausência, ela faz sua palavra valer e desempenha a mediação entre a sua tia e o donzel.

Outra personagem fundamental é essa mulher detentora de grande renda e perita em remédios, poções e ervas, pois, além de não ter sido descrito nenhum personagem que a tutelasse, essa senhora ainda dispõe de poder tanto de natureza econômica quanto intelectual e é a peça chave para o clímax da história fornecendo ao jovem a poção que possibilitaria a reunião definitiva dos jovens mesmo que na morte. Realizando assim, um conceito fundamental para o estilo do amor cortês, o qual descreve o sentimento amoroso em sua máxima intensidade como sinônimo do sofrimento e da morte, sendo assim, o fim do impasse entre a impossibilidade terrena do amor e a valorização que é atribuída ao mesmo. Expressando uma dimensão de consumação espiritual do amor por meio da morte. A personagem da tia desempenha também a reminiscência da herança celta no conto sendo uma mulher mais velha e sábia que seria capaz de, particularmente, aconselhar, confortar e fortalecer o jovem. Ao fim do conto também é importante notar a ligação entre a poção feita pela senhora e a fertilidade do monte no qual ela foi derramada (CARVALHO, 2009, p. 42).

8. Considerações finais

A letra de Maria de França transpôs para o papel uma história de figuras femininas capazes e dinâmicas que preservam em si tanto a herança histórica de povos para os quais as mulheres estavam em lugar de similar privilégio que os homens, quanto a influência de uma época que a própria literatura, mesmo que em maior parte apenas no plano teórico, exaltava o feminino.

Ao mesmo tempo, essas figuras equilibram as limitações que a mentalidade cristã fomentou por meio de modelos de conduta - de pecado, redenção ou perfeição – que as mulheres deveriam obedecer ou se afastar. Dessa forma é possível perceber que mesmo que a escritora fosse uma mulher culta, letrada e estivesse em sintonia com as modificações socioculturais de seu tempo, ela não detém completa liberdade intelectual e reflete por exemplo, o impedimento de escolha matrimonial das mulheres ou mesmo as restrições espaciais as quais estavam sujeitas.

Fonte

MARIA DE FRANÇA. **Lais**. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

Referências

ANDRADE, Filho, Ruy de Oliveira; CARVALHO, Lígia Cristina. *A misoginia medieval e seus ecos nos Lais de Maria de França*. *Mirabilia*, v. 17, n. 2, jul-dez 2013, p. 467-494. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126944>> Acesso em: 13 de jan. de 2018.

BARROS, José d'Assunção. *O amor cortês – suas origens e significados*. *Raído, Dourados*, v. 5, n. 9, jan-jun p. 195-216, 2011. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/979>> Acesso em: 13 de Jan. de 2018.

BARROS, José D'Assunção. *Trovadores medievais e o Amor Cortês-Reflexões historiográficas*. *Aletheia*, Rio de Janeiro, V.1, N.1, abril-maio, 2008, p.1-15. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/Historia/artigos/i_media/pdf/barros.pdf Acesso em: 13 de jan. 2018.

CARVALHO, Ligia Cristina. *O amor cortês e os Lais de Maria de França: um olhar historiográfico*. 2009, 187.f Dissertação (mestrado com concentração em História e sociedade) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93390> Acesso em: 13 de jan. de 2018.

FERNANDES, Raul Cesar Gouveia. *Amor e Cortesia na Literatura Medieval*. *Notandum*, São Paulo, v. 7, p. 63-68, 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand7/raul.htm>. Acesso: 13 de jan. de 2018.

FELIX, Jucilene da Silva. *Eva e ave: a visão sacra da mulher na Idade Média*. 2017, 27.f Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História com concentração em História e estudos culturais: Etnia, Crença, Gênero e sexualidade). Universidade Estadual do Paraíba. Guarabira. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13838/1/PDF%20-%20Jucilene%20da%20Silva%20F%C3%A9lix.pdf> Acesso em 19 de fev. de 2018.

MACEDO, José Rivair. *A Mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTINHO, Cristina Maria Teixeira. *A linguagem feudo-vassálica nos ysopets de Marie de France*. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 15, p. 41-55, 2009. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/15/a_linguagem_feudo.pdf> Acesso: 20 de fev. de 2018.

MARTINHO, Cristina Maria Teixeira, *A representação da identidade cultural na obra de Marie de France*. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, Rio de Janeiro, v. 12. n.14. p.40-54, 2009. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/14/03.pdf> Acesso em: 20 de fev. de 2018.

MARTINHO, Cristina Maria Teixeira. *Marie De France: A Autorictas Feminina No Mundo Medieval*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências, 13 a 17 de julho de 2008, USP – São Paulo, Brasil, pp. 1-9. Disponível em: http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/017/CRISTINA_MARTINHO.pdf Acesso em: 19 de fev. de 2018.

OLIVEIRA, Renan Machado, *Hildegard de Bingen: uma mulher que marcou o medieval ocidental*, 2017, 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/2760/TCC.pdf?sequence=1&isAlloved=y> Acesso em: 4 de mar. 2018.

SILVA, Carlos Rafael Braga da. *Da literatura para a vida: a incorporação de valores do chamado amor cortês na vida da sociedade medieval francesa no século XII*. 2011. 41.f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu Disponível em: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/534/1/SILVA%20Carlos%20Rafael%20Braga%20da%202011.pdf> Acesso em 13 de jan. de 2018.

LAI OF TWO LOVERS: FEMININE FIGURES AND THEIR VOICES IN MARIE DE FRANCE'S WRITING (Century XII)

Abstract: In the XII century, under the influence of courteous love, *Lais of Marie de France* were produced, probably in the court of Henry II, king of England, in a period marked by the surface of feminine writing. Through these *Lais*, it is possible to realize the perspective, the longings and the daily life of the medieval feminine world. So, this study aims to analyse the Lai of Two Lovers, considering the historical and literary context in which it was written and the gender relations made present in it's language, taking as an approach the feminine figures of this work and their voices.

Keywords: Literature and History, Gender relations, Courteous love.

WILLIAM FAULKNER ENQUANTO AGONIA FEMININA*

Amanda L. Jacobsen de Oliveira¹

Resumo: O romance *Enquanto agonizo* (1930), é catártico em relação à sua temática e à sua forma: a agonia da leitura provém tanto do “funeral” prolongado de uma das personagens, como do quebra-cabeças a ser montado pelo leitor, composto por “peças” de 59 monólogos provenientes de 15 personagens peculiares. Em sua obra, composta por esses vários narradores, Faulkner envolve elementos da literatura do grotesco, que pode ser compreendida sob a perspectiva de Mikhail Bakhtin a respeito da carnavalização em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1987) e *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2010). Nesse sentido, procuramos observar, neste trabalho, duas personagens que, normalmente poderiam ser relegadas a segundo plano: Dewey Dell e Addie Bundren. Mãe e filha da família em torno da qual se desenvolve o enredo, o fato de elas serem as únicas mulheres desse arranjo familiar majoritariamente masculino e as duas únicas mulheres protagonistas não passa despercebido. Por isso, procuramos investigar o romance sob os aspectos da carnavalização, levando em conta, principalmente, a dualidade e complementaridade entre as duas, sendo que as discussões de Bakhtin se tornam essenciais a fim de compreender as significações provenientes dos elementos grotescos, que, finalmente, acabam por mostrar que assim como à mãe (mesmo com idades significativamente diferentes) também à filha a sociedade patriarcal atribui, como bem deseja, os mesmos “papéis sociais femininos”.

Palavras-chave: Addie Bundren. Dewey Dell. Mulher. Carnavalização.

O título do romance de William Faulkner, *Enquanto agonizo* (1930), é catártico em relação à sua temática e à sua forma: a agonia da leitura provém tanto do “funeral” prolongado de uma das personagens, como do quebra-cabeças a ser montado pelo leitor, composto por “peças” de 59 monólogos provenientes de 15 personagens peculiares. Agonia paradoxal que, ao contrário de nos afastar, faz-nos adentrar ainda mais na complexa trama. Não fosse pelo absurdo e grotesco, o livro poderia ser observado como um enredo simples: o esforço da família Bundren em realizar o último desejo da matriarca, Addie – ser enterrada na cidade de Jefferson. Não obstante, o que logo caracteriza o absurdo é a preparação do funeral iniciando com Addie ainda viva – com

* Trabalho vinculado à agência de fomento Capes (fornecedora da bolsa de doutorado da autora); produzido a partir de discussões e leituras promovidas pela participação no Grupo de Pesquisa Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos: feminismo(s), estudos de gênero e teoria queer, da Universidade Federal de Santa Maria, liderado pelo Prof. Dr. Anselmo Peres Alós. Além disso, trata-se de um ensaio desenvolvido no contexto da disciplina “Literatura, estética e sociedade”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma universidade, pela Prof^a Dr^a Vera Lúcia Lenz, no segundo semestre de 2018.

¹ Mestra e doutoranda em Letras-Literatura, na linha de pesquisa Literatura, cultura e interdisciplinaridade, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, PPG-Letras/UFSM, como bolsista Capes. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: amandajacobsen.o@gmail.com.

seu filho mais velho, Cash, fazendo seu caixão às suas vistas, como se cada martelada marcasse o tempo dos últimos dias da mãe.

Os Bundren vivem em Yoknapatawpha (condado imaginário do Mississipi, criado por William Faulkner), sendo sulistas brancos pobres que representam a decadência, expressa pela jornada empreendida pela família, ao carregar o corpo da mãe em uma viagem de carroça, ao longo de nove dias, seguidos por pássaros que perseguem o cheiro de carne podre. Essa “aventura” instaura várias problemáticas. Na literatura as viagens empreendidas, as odisséias, caracterizam-se mesmo como aventuras, sendo que, mesmo através de um caminho tortuoso, por fim, as personagens encontram uma saída para os seus problemas, conseguem solucionar ou alcançar algum feito significativo e, normalmente, têm alguma recompensa². A passagem do romance na qual a família precisa atravessar sofredamente um rio inclusive contribui para a leitura da obra com relação ao mito clássico. A travessia, que os faz perder parte de suas posses e ainda resulta em sério ferimento a um dos irmãos, poderia representar o que Joseph Campbell, em seu *O herói de mil faces* (1995, loc 4039)³, denomina de “água da transformação”, elemento “comum a todos os sistemas de imagens mitológicas”. Contudo, essa associação indica um caminho desestabilizador, indo contra nossas expectativas, uma vez que o fim da odisséia grotesca em *Enquanto agonizo* não apresenta solução alguma para o relacionamento e tipo de vida à qual estão destinadas aquelas personagens.

Faulkner instala essa viagem estabelecendo uma relação com a literatura do grotesco, de modo que nossas possíveis expectativas baseadas em outras odisséias provavelmente serão frustradas. Nesse sentido, tomando de um aspecto que, usualmente, convocava aventuras, Faulkner o faz provocar *desaventuras*, contrariando o senso comum. Podemos relacionar essa obra de Faulkner, ao pensar no caminho a ser empreendido, com a procissão religiosa – principalmente ao observarmos a presença do funeral. Porém, esse funeral de modo algum se parece com o ritual costumeiro, o que nos leva a relacioná-lo com outra tradição: o ritual carnavalesco da Idade Média.

Com o monopólio da igreja na Idade Média muitas expressões culturais tinham finalidade religiosa, incluindo, entre elas, a representação da Paixão de Cristo que ocorria

² Informações mais detalhadas a respeito dos empreendimentos, jornadas e recompensas do herói clássico (observe-se, necessariamente masculino), podem igualmente ser encontradas n’*O herói de mil faces*, de Joseph Campbell (1995, loc 4039).

³ Para a realização deste trabalho, tivemos acesso à versão digital do livro, para o leitor Kindle. Em função disso, como a versão referida não disponibiliza numeração de páginas e sim a localização dos excertos destacados, a citação é aqui indicada pela abreviação *loc* (localização), assim como mostrada no leitor digital.

em estações fixas, na praça pública, exigindo um tipo de procissão a fim de acompanhá-las. Dessa forma, a movimentação executada pelo público se realizava no sentido vertical (distribuída ao longo da praça pública), simbolizando a saída do inferno em direção ao céu. Posteriormente, trabalhando com a paródia e o escárnio (principalmente direcionados à igreja – tomando muitas vezes, por isso, de sua forma usual), estabeleceu-se o ritual do carnaval, ocasião na qual todos “os demônios poderiam estar soltos”, em um dia que servia como expurgo. O riso era, então, admitido pela Igreja, e se extrapolavam os limites da cultura oficial.

Os festejos do carnaval, com todos os atos e ritos cômicos que a ele se ligam, ocupavam um lugar muito importante na vida do homem medieval [...]. Além disso, quase todas as festas religiosas possuíam um aspecto cômico popular e público, consagrado também pela tradição. Todos esses ritos e espetáculos [...] ofereciam uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado; pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles viviam em ocasiões determinadas. Isso criava uma espécie de *dualidade do mundo* (BAKHTIN, 1987, p. 4-5, grifo do autor).

Dessa celebração vem o que Bakhtin (1987) chama de carnavalização, que tem relação com a sátira menipeia (BAKHTIN, 2010):

A festa marcava de alguma forma uma interrupção provisória de todo o sistema oficial, com suas interdições e barreiras hierárquicas. Por um breve lapso de tempo, a vida saía de seus trilhos habituais, legalizados e consagrados, e penetrava no domínio da liberdade utópica. O caráter efêmero dessa liberdade apenas intensificava a sensação fantástica e o radicalismo utópico das imagens geradas nesse clima particular (BAKHTIN, 1987, p. 77).

É assim que “a representação dos mistérios [religiosos] [...] dava-se num ambiente de carnaval” (BAKHTIN, 1987, p. 4). Por essa perspectiva, passamos a entender uma possível leitura deste romance de Faulkner a partir dos conceitos abordados por Bakhtin, pois encontramos, em *Enquanto agonizo*, o motivo da procissão que, no entanto, é edificada no absurdo e no grotesco, oferecido pelo tempo longo carregando o corpo da mãe, além das situações às quais as personagens são submetidas. Institui-se, portanto, uma dualidade: o ritual que precede o enterro do corpo deveria basear-se na seriedade, como oficialidade religiosa, todavia, é impossível não reparar os absurdos envolvidos no suposto ritual “sagrado” pós-morte; o que instaura o olhar problemático e distanciado diante dos costumes estabelecidos pela igreja, evidenciando-os ao mesmo tempo em que

os torna estranhos, até mesmo sem sentido. Trata-se, portanto, de uma degradação grotesca de ritos e símbolos religiosos.

A degradação social, econômica e, por fim, humana da família, não se separa da degradação religiosa. Parece-nos por isso que o motivo da jornada torna-se ainda mais significativo. Devemos lembrar do movimento vertical executado nas procissões religiosas (e, como paródia, no carnaval), entre céu e inferno:

É interessante observar que mesmo as descrições medievais de viagens e peregrinações não faziam caso do movimento para frente, ao longe, na horizontalidade do mundo: a imagem da estrada era deformada e substituída pela verticalidade medieval, pela apreciação hierárquica do espaço terrestre. O modelo do mundo concreto e visual que residia na base do pensamento figurado medieval, era essencialmente vertical (BAKHTIN, 1987, p. 352).

Desse modo, a viagem de motivo teoricamente religioso da família Bundren deveria ser em direção ao céu (pensando que, após a sua morte, a mãe poderia alcançar a libertação, na realização de seu último desejo). Entretanto, com todas as intempéries pelas quais passa a família, temos a sensação de que o caminho os leva não para cima, mas para baixo, cada vez mais próximo ao inferno. A passagem em que devem atravessar a ponte inundada pelo rio é significativa para essa interpretação, ao passo que pode ser associada, no contexto mitológico, à descida ao mundo inferior, acessível apenas após a travessia do rio Estige – caracterizando outro dos elementos da literatura carnalizada⁴, onde apareciam, concomitantemente, motivos cristãos e clássicos greco-romanos (pagãos para a Igreja), na conseqüente convivência de sagrado e profano⁵. Sendo assim, somos levados a acreditar que saíram então do céu (representado pelo lar) em direção ao inferno, apenas para, uma vez mais, termos a expectativa frustrada por Faulkner. Isso porque, ao longo do texto, seguimos descobrindo os inúmeros problemas e embates vividos naquele lar. Assim, por mais que expresse a jornada vertical, Faulkner, aparentemente, não oferece

⁴ “Chamaremos *literatura carnalizada* à literatura que, direta ou indiretamente, através de diversos elos mediadores, sofreu influência de diferentes modalidades de folclore carnavalesco (antigo ou medieval)” (BAKHTIN, 2010, p. CXXIV).

⁵ Desde que as celebrações referidas, envolvidas com a expressão religiosa e carnavalesca, continham fundamentalmente representações destinadas à interação com o público, há informações e pesquisas que discutem seu papel e presença, histórica, cultural e social, nos trabalhos desenvolvidos no contexto da arte dramática. Assim, teorias e críticas teatrais podem constituir material essencial para consulta a respeito da relação entre o caráter litúrgico/profano do teatro medieval, e sua condição carnavalesca. Para mais detalhes, verificar “‘Evolução’ do teatro medieval”, de Alexandre Mate (Laboratório – Portal teatro sem cortinas, História do teatro mundial – Idade Média). Disponível em: <<http://www.teatrosencortinas.ia.unesp.br/Home/HistoriadoTeatroMundial33/03.htm.0001---genero-teatrais-do-teatro-medieval.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

nenhum céu para o qual possam se encaminhar e refugiar as personagens; não importa como e para onde caminhem (para cima e/ou para baixo) acabam sempre em um inferno.

Queremos aqui destacar duas das personagens do núcleo narrativo principal: Addie e Dewey Dell. Mãe e filha, essas são as únicas mulheres da família Bundren. Em um contexto majoritariamente masculino – além da sociedade patriarcal na qual estão inseridas, os demais membros da família (5) são homens – pensamos não ser aleatório a presença dessas duas figuras femininas. Apesar da ausência de diálogo entre as duas, logo de início, percebemos certa cumplicidade entre elas, pois é Dewey Dell quem permanece “em pé ao lado da cama, abanando-a. Quando entramos, ela vira a cabeça e nos encara. Há dez dias [Addie] está como morta” (FAULKNER, 1978, loc 441)⁶. Além disso, após a morte de Addie, de imediato:

Pai baixa o olhar para o rosto, junto aos cabelos pretos e esparramados de Dewey Dell que, de braços abertos, tem o leque agora imóvel sobre o cobertor descorado. “Acho que é melhor você preparar o jantar”, ele diz.

Dewey Dell não se move.

“Levante-se, já e já, e vá servir o jantar”, diz Pai. [...] Dewey Dell levanta-se com dificuldade (FAULKNER, 1978, loc 522).

Age, assim, como se a filha assumisse o papel da mãe com as atividades “destinadas”, socialmente, às mulheres. Desse modo, estabelece-se um ciclo composto por essas duas figuras femininas, e imposto a elas pela sociedade em que se inserem.

Podemos entender Addie e Dewey Dell Bundren como elementos complementares na narrativa. Nesse sentido, elas expressariam a dualidade característica da literatura carnavalesca. Addie Bundren faz parte do que podemos chamar de “mundo antigo” (porque da geração anterior). Ela casou porque era o que a sociedade esperava (ou impunha) a uma mulher na época. Por isso, aceitou Anse como marido. Tendo feito como ordenava a tradição cultural e religiosa, o passo seguinte seria começar a gerar filhos com ele. Observando uma casa com número considerável de filhos, somos levados a acreditar que esse era o desejo dos pais. Novamente nossa expectativa é contrariada: Addie Bundren não demonstra felicidade explícita com a chegada de seus primeiros filhos:

⁶ Para a realização deste trabalho, tivemos acesso à versão digital do livro, para o leitor Kindle. Em função disso, como a versão referida não disponibiliza numeração de páginas e sim a localização dos excertos destacados, todas as citações de *Enquanto agonizo* serão aqui indicadas pela abreviação *loc* (localização), assim como mostrada no leitor digital.

De modo que aceitei Anse. E quanto soube que ia ter Cash, percebi que viver era terrível e que aquilo era a resposta. [...] Quando ele nasceu, compreendi que a palavra maternidade foi inventada por alguém que precisava de uma palavra para justificar-se [...] Compreendi que minha solidão em verdade nunca fora violada, até que Cash chegou (FAULKNER, 1978, loc 1605-1616, grifo meu).

Sentimos que nenhum dos filhos de Addie foi gerado por vontade dela, pelo contrário, eles parecem reificar a condição daquele casamento fruto da conveniência, e não de um relacionamento amoroso. Nas palavras dela: “dei Dewey Dell a Anse, para compensar Jewel [filho de outro homem, fruto de seu adultério]. Depois, dei-lhe Vardaman, para substituir o filho que lhe havia roubado. E agora *ele tem* três filhos que são seus e não meus. E então eu posso preparar-me para morrer” (FAULKNER, 1978, loc 1665, grifo meu). Podemos observar as falas de Addie, onde percebemos a sua consciência acerca das convenções sociais, quando reflete a respeito dos “enganos” sofridos por ela e pelo marido, e pondera sobre os filhos que *deu a ele*:

Depois descobri que estava grávida de novo, que ia ter Darl. A princípio, não quis acreditar. Pensei que ia matar Anse. Foi como se ele me tivesse enganado [...] a fim de me atingir pelas costas. Mas então percebi que *tinha sido enganada por palavras mais velhas que Anse ou amor, e que a mesma palavra enganara Anse também* (FAULKNER, 1978, loc 1626, grifo meu).

Por outro lado, Dewey Dell não aparenta ter casamento planejado até o momento da narrativa. Descobrimos, já próximo ao final da história que, mesmo oficialmente solteira, ela está grávida de um conhecido da família, Lafe. Esse dado chega ao conhecimento do leitor somente ao final da narrativa não fortuitamente: Dewey Dell esconde a gravidez e a tenta abortar porque sexo fora do casamento é considerado pecado e um bebê representaria uma vergonha/problema para a família. O próprio pai da criança fornece o dinheiro para a aquisição de um abortivo. Além disso, em comparação com os seus irmãos, Dewey Dell (assim como sua mãe) tem pouco espaço para apresentar sua perspectiva, o que pode simbolizar a falta de autonomia feminina para tomar decisões – mesmo aquelas que diziam respeito a si mesma e a seu corpo –, assim como a voz que lhe é tirada em um contexto majoritariamente masculino.

Não só complementares, Addie e Dewey Dell Bundren constituem a dualidade formada pelo velho e pelo novo: a antiga e a nova geração de mulheres de uma mesma família (em um mesmo contexto). Quando as observamos em comparação, podemos identificá-las como dois polos que poderiam exprimir mudança, e nisso, a presença do

grotesco no romance é essencial, pois, como afirma Bakhtin (1987, p. 21-22, grifo do autor):

A imagem grotesca caracteriza um fenômeno em estado de transformação, de metamorfose ainda incompleta, no estágio da morte e do nascimento, do crescimento e da evolução. A atitude em relação ao *tempo*, à *evolução*, é um traço constitutivo (determinante) indispensável da imagem grotesca. Seu segundo traço indispensável, que decorre do primeiro, é sua *ambivalência*: *os dois pólos da mudança – o antigo e o novo, o que morre e o que nasce, o princípio e o fim da metamorfose [...]*.

Dessa forma, a presença do corpo da mãe que se decompõe ao longo do caminho é significativa. Nele, e na relação das demais personagens com sua presença, identificamos elementos de degradação e profanação, componentes importantes na literatura carnalizada e do grotesco, caracterizando o “*rebaixamento*, isto é, a transferência ao plano material e corporal, o da terra e do corpo na sua indissolúvel unidade” (BAKHTIN, 1987, p. 17). Assim, o corpo assinala também aquele caminho vertical já mencionado anteriormente, efetivado no espaço da *terra*, em direção ao inferno.

Das reações dos outros em relação a esse corpo morto provém o absurdo e estranhamento da obra, principalmente nos momentos em que outras personagens mencionam a falta de respeito e profanação à mãe na atitude da família, ao viajar com o cadáver por nove dias, e quando alguém registra o mau cheiro proveniente do caixão. Enquanto isso, a filha, como o outro extremo da equação, não traz a morte, mas a *vida* – no filho que carrega no ventre. As duas simbolizam “o curioso fenômeno das imagens acopladas que encarnam o alto e o baixo, a frente e as costas, a vida e a morte, de uma maneira semidistinta” (BAKHTIN, 1987, p. 380). Destarte, no mesmo processo no qual se dá a degradação do corpo da mãe, o leitor vem a conhecer a vida que se desenvolve no ventre da filha: duas gerações que expressariam um ciclo de metamorfose, onde um fim dá início a outro começo. Essa relação entre a vivência das duas vai ao encontro do que Bakhtin (1987, p. 19, grifo do autor) afirma:

Degradar significa entrar em comunhão com a vida da parte inferior do corpo, a do ventre e dos órgãos genitais, e portanto com atos como o coito, a concepção, a gravidez, o parto, absorção de alimentos e a satisfação das necessidades naturais. A degradação cava o túmulo corporal para dar lugar a um *novo* nascimento. E por isso não tem somente um valor destrutivo, negativo, mas também um positivo, regenerador: é *ambivalente*, ao mesmo tempo negação e afirmação. Precipita-se não apenas para o baixo, para o nada, a destruição absoluta,

mas também para o baixo produtivo, no qual se realizam a concepção e o renascimento, e onde tudo cresce profusamente. O realismo grotesco não conhece outro baixo; o baixo é a terra que dá vida, e o seio corporal; o baixo é sempre o *começo*.

Não obstante, mais do que somente coadunar com essa visão, o livro de Faulkner vai além. Sendo a mãe o símbolo da degradação que dá oportunidade ao novo, ao nascimento, representado pela filha, observaríamos a metamorfose da mudança. Uma geração (antiga) deixaria a ordem social à qual foi submetida para dar início a outra (distinta) nova, no “drama carnavalesco da morte simultânea do mundo antigo e do nascimento do mundo novo” (BAKHTIN, 1987, p. 408). Contudo, como viemos a perceber, não é o que ocorre. Vejamos o modo como Addie Bundren *aceitou* Anse como marido (por conveniência) e teve os filhos por obrigação – visivelmente ela não tinha um relacionamento amoroso com o marido: “voltava a deitar-me ao lado de Anse – mas sem lhe mentir; apenas me recusava, tal como havia recusado o seio a Cash e a Darl após a fase da amamentação” (FAULKNER, 1978, loc 1655). Addie teve sua vida ordenada pelas vontades sociais, porque seu corpo individual foi produzido pelo corpo popular (BAKHTIN, 1987, p. 26), em uma sociedade patriarcal ela fez o que se esperava dela. Como ela própria comenta:

Cora Tull [uma vizinha] me disse que eu não era uma mãe de verdade [...] me falava das obrigações que eu devia a meus filhos e a Anse e a Deus. *Dei a Anse os filhos. Não os pedi*. Nem mesmo pedi-lhe o que ele poderia ter-me dado: o não Anse. Era *minha obrigação* não lhe pedir isto, e *esta obrigação eu cumpro* (FAULKNER, 1978, loc 1636-1645, grifo meu).

Por outro lado, pensaríamos que sua filha (da geração mais nova) poderia ter uma vida diferente, com relacionamentos baseados no afeto. Todavia, tendo algum tipo de relação com Lefe (não chegamos a descobrir qual) por vontade própria e sendo seu filho fruto desse afeto, Dewey Dell se obriga a pensar no aborto porque as coisas não são tão diferentes para ela do que o foram para sua mãe. Aí identificamos o absurdo composto na ordem social e religiosa: uma mulher que se relaciona por vontade própria não pode assumir sua criança, enquanto aquela que se obrigou diante das circunstâncias deve ter os filhos (mesmo que não os queira). Nesse sentido:

[...] a função do grotesco é liberar o homem das formas de necessidade inumana em que se baseiam as ideias dominantes *sobre* o mundo. O grotesco derruba essa necessidade e descobre seu caráter relativo e limitado. A necessidade apresenta-se num determinado momento como algo sério, incondicional e peremptório. Mas historicamente as ideias

de necessidade são sempre relativas e versáteis (BAKHTIN, 1987, p. 43, grifo do autor).

Por fim, tanto Addie Bundren como Dewey Dell aparecem como mulheres sem voz ou escolha na sociedade em que se encontram, e, por isso, ambas podem ser identificadas com a figura carnalizada da *menina maltratada*. Como mulheres, estão destinadas às tarefas atribuídas a elas pelos homens naquele mundo masculino. Não são donas de sua vida e nem de seu corpo. Sendo o corpo elemento importante da carnalização, com sua ligação de degradação e profanação na relação com o grotesco, notamos a relevância que reside no significado dessa falta de controle sobre o seu próprio corpo – lembremos que Dewey Dell não tem a independência para tomar a decisão de abortar ou ter o filho, e Addie é levada a Jefferson com o corpo em decomposição. Faulkner, assim, mostra-nos um lado pessimista que não apresenta uma boa saída para as duas personagens; porém, com uma visão que pode provocar o distanciamento edificador acerca de conceitos sociais, culturais e religiosos comuns. Como dois polos acoplados, mãe e filha não expressam uma o oposto da outra, mas a continuação, em um ciclo vicioso estabelecido pela convenção social.

Enfim, na qualidade de expressões simultâneas de obediência e transgressão às normas – amostras da oficialidade religiosa (enquanto tentam viver sob as diretrizes sociais/religiosas) e da sátira carnavalesca (enquanto desrespeitam as “normas”), concomitantemente – não podemos esquecer que ambas, ao fim e ao cabo, são punidas: a mãe, pela morte e degradação do corpo, além do relacionamento familiar problemático; e a filha, ao ser molestada pelo rapaz que se diz médico a fim de se aproveitar dela, oferecendo um falso abortivo, e pelo próprio pai, que, inescrupulosamente, toma de seu dinheiro destinado ao aborto. Realmente, relacionando o texto de Faulkner com a sátira menipeia, ao passo que essa se apoia na edificação dos três planos, constituídos pelo inferno (ao qual parecem estar destinados as personagens referidas), terra (simbolizada pelo caminho longo percorrido e sua relação com a significação dada ao material pelo ser humano – representado principalmente pelo corpo), e céu; às nossas duas personagens, ao que parece, não é dada a oportunidade de trilhar um caminho que permita alcançar o último.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 5. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FAULKNER, William. *Enquanto agonizo*. Trad. Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Expansão Editorial, 1978. Versão para leitor digital Kindle disponibilizada pelo Le Livros.

William Faulkner whilst feminine agony

Abstract: *Enquanto agonizo* (1930) is a cathartic novel in its theme and its form: the agony comes from both the extended “funeral” of one of the characters as well as the puzzle to be ridden by the reader – made of “pieces” of 59 monologues from 15 peculiar characters. In his work made up of this many narrators Faulkner surrounds elements of the grotesque literature that can be understood under Mikhail Bakhtin’s perspective about carnivalization in *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1987) and *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2010). In this sense, in this work we observe two characters that normally could be left aside: Dewey Dell and Addie Bundren. Mother and daughter of the family around which the plot unfolds the fact of being the only women in this mostly male family arrangement and the only two women protagonists does not go unnoticed. Therefore, we investigate the novel under carnivalization’s aspects thinking mainly about duality and complementarity between those two women. This way Bakhtin’s discussion becomes essential to comprehend the meanings of the grotesque elements that finally end up showing that, as well as to the mother (even at significantly different ages) also to the daughter the patriarchal society attributes, at its will, the same feminine social roles.

Keywords: Addie Bundren. Dewey Dell. Woman. Carnivalization.

A REPRESENTAÇÃO DA PERSONAGEM BERTHA ANTOINETTA MASON NO ROMANCE *JANE EYRE*

Naylane Araújo Matos¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a representação da personagem Bertha Antoinetta, a louca do sótão em *Jane Eyre* (1847), de Charlotte Brontë, considerando aspectos da colonização e do padrão de poder mundial eurocentrado (QUIJANO, 2005), uma vez que a personagem jamaicana reproduz de maneira contundente os axiomas do imperialismo. Analiso excertos do romance e embaso minhas reflexões nas perspectivas dos feminismos pós e decoloniais, tendo em vista as intersecções entre gênero, raça e classe, levantadas por autoras como Bahri (2013), Mohanty (2017), Spivak (2017) e outras.

Palavras-chave: *Jane Eyre*. Bertha Mason. Eurocentrismo. Feminismos. Pós/Decolonialidades.

A personagem Bertha Antoinetta Mason apareceu pela primeira vez na literatura inglesa, em 1847, por meio do romance *Jane Eyre* (*JE*). Publicado na Inglaterra, sob o pseudônimo de Currer Bell, foi o romance de sucesso da escritora Charlotte Brontë, uma das canônicas irmãs Brontë. A obra apresenta a narrativa de uma órfã, Jane Eyre, de pai e mãe que, após uma relação conflituosa com parentes que a desprezam e a oprimem, é mandada para o internato Lowood, onde leva uma vida solitária em condições insalubres. Aos dezoito anos, Jane Eyre vai trabalhar como preceptora na mansão Thornfield Hall e se apaixona por seu patrão Edward Rochester. Ambos nutrem um amor que precisa quebrar as convenções da sociedade inglesa do século XIX, mas, no dia do seu casamento, Jane descobre que seu amado mantém uma esposa escondida no sótão. Bertha Antoinetta Mason é silenciada e conhecida como a louca do sótão em *Jane Eyre*.

Este romance apresenta diversas formas de resistência e elementos que vêm sendo discutidos pelas críticas políticas. As questões de classe e gênero são salientes na obra de Charlotte Brontë, e muitos trabalhos já levantaram a sua importância para contestação do espaço invisibilizado de mulheres na literatura. A questão classista permeia toda a narrativa: uma menina pobre, órfã, vivendo opressões por parte da benfeitora e sua família rica, tendo sofrido péssimas condições em um internato e ido trabalhar como preceptora na mansão Thornfield, onde se apaixona por seu patrão. A condição de menina pobre, faz com que a personagem enfrente muitas dificuldades ao longo da vida, especialmente quando se vê impedida de viver sua relação com Edward Rochester. Ele, o patrão rico. Ela, a serviçal que dificilmente seria aceita pela burguesia.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, Brasil. E-mail: naylaneam@gmail.com.

Questões de gênero também são visivelmente exploradas e ninguém poderia negar a perspectiva feminista de *Jane Eyre*, especialmente quando influentes teóricas como Sandra Gilbert e Susan Gubar (1979), analisam como a obra contribuiu para a contestação de um cânone literário predominantemente masculino. Entretanto, gostaria de trazer para reflexão a limitação da perspectiva de escritas feministas (seja o texto literário ou o texto crítico) que se detém apenas sobre o binarismo homem/mulher para justificar as opressões vividas pelas mulheres.

Assim, neste trabalho, analiso a representação da personagem Bertha Antoinetta Mason, considerando aspectos da colonização e do padrão de poder mundial eurocentrado (QUIJANO, 2005), uma vez que a personagem jamaicana reproduz de maneira contundente os axiomas do imperialismo. Para tanto, analiso excertos do romance e embaso minhas reflexões nas perspectivas dos feminismos pós e decoloniais, tendo em vista as intersecções entre gênero, raça e classe.

O texto literário e o padrão de poder mundial eurocentrado

Ao analisar a representação de Bertha em *Jane Eyre*, Gayatri Spivak (2017) chama atenção para o perigo da crítica feminista que reproduz os axiomas do imperialismo. Para autora “a admiração isolacionista pelo sujeito feminino na Europa e na América anglófona estabelece a alta norma feminista” (p. 580, tradução de Sandra Regina Goulart Almeida e Alcione Cunha da Silveira). Assim, se lermos *Jane Eyre* a partir de uma perspectiva isolacionista não perceberemos nada, “exceto a psicobiografia do sujeito militante feminino” (p. 583-584). Nesse sentido, sem deixar de reconhecer a importância histórica e política do feminismo exercido por meio da literatura inglesa do século XIX, como *JE*, eu gostaria considerar o estabelecimento das relações de poder entre as próprias mulheres, a partir do trinômio gênero/raça/classe (FUNCK, 2016).

No romance *Jane Eyre*, essas categorias parecem não se fundir em pé de igualdade. A reivindicação de classe e gênero ficam evidentes ao passo que as questões étnico-raciais são abordadas da maneira mais colonizadora possível. Ainda assim, há uma tendência que leva o/a leitor/a a se identificar com a protagonista do romance inglês e repudiar a personagem Bertha. Vibramos com as reivindicações de Jane durante a narrativa, mas incorporamos o discurso da personagem caribenha louca à medida em que ela reivindica e manifesta formas de resistência.

Com características góticas, o romance *Jane Eyre* apresenta episódios misteriosos e aparentemente sobrenaturais que, muitas vezes, são as manifestações de resistência de Bertha. Gilbert e Gubar (1979) apontam que essas características são vistas como estratégias de Charlotte Brontë para fazer a sua obra mais vendável, seguindo influência de *The mysteries of Udolpho* (1794) de Ann Radcliffe e *The castle of Otranto* (1764) de Horace Walpole. Durante a narrativa, o/a leitor/a se depara com situações inexplicáveis, como gargalhadas desconhecidas, incêndio na mansão, pessoas que aparecem feridas, vultos na madrugada, etc. No entanto, não se sabe o que/quem é responsável por esses eventos. Somente com a apresentação da personagem “louca”, que acontece no dia do casamento de Jane e Rochester, tais eventos são justificados.

Na restrita cerimônia de casamento de Jane e Rochester, um homem aparece impedindo a união e denunciando o matrimônio já existente entre o noivo e sua irmã Bertha, ocorrido na Jamaica. É nesse contexto que o/a leitor/a conhece a personagem, e tudo que se sabe a seu respeito é narrado pela perspectiva do seu esposo. Ele afirma ter se casado ingenuamente, há quinze anos, com uma mulher que, só posteriormente, descobriu ser uma louca, vinda de uma família de idiotas e maníacos, cuja mãe era uma crioula branca, também louca e bêbada. Esta é a mulher sobre quem, segundo Rochester, há rumores de que seria sua meia-irmã bastarda ou sua amante rejeitada. A lunática misteriosa, trancada e vigiada em Thornfield Hall é, na verdade, a sua esposa.

Assim, Bertha Antoinetta tem sua história completamente apagada pela masculinidade branca, representada especialmente pela figura do personagem Rochester em *JE*. Não se sabe de fato como aquela mulher foi parar ali, qual a razão da sua loucura, como teria sido sua vida. Ela não tem voz, não tem passado, não tem história. Embora seja uma personagem importante para o romance, ela aparece de modo secundário, apenas para justificar o misticismo da narrativa e a impossibilidade do casamento da heroína com o seu senhor.

Muitas leituras apontam Bertha como o *alter ego* de Jane, grosso modo, sua identidade oculta, a exemplo da leitura de Gilbert & Gubar (1979), contudo, me alinho ao pensamento de Spivak (1985; 2017) e considero-a como uma figura produzida pelo axioma do imperialismo. Spivak (1985) aponta a impossibilidade de ler literatura inglesa do século XIX sem se considerar o imperialismo, visto que o papel da literatura na reprodução da cultura não pode ser ignorado.

Em “Corpos colonizados, leituras feministas”, Susana Funck (2016, p. 377) vê a Bertha de *JE* como uma figura simbólica:

Uma mulher violenta física e verbalmente, que deve ficar fora de cena e sob controle para não contaminar Thornfield Hall, a mansão inglesa, com sua feminilidade sensual e com a degeneração moral que lhe é atribuída por um preconceito patriarcal e colonialista.

Não podemos perder de vista o contexto histórico em que *Jane Eyre* estava envolvido, a saber, o colonialismo. O desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra foi central para as transformações na Europa nos séculos XVIII e XIX. “A Inglaterra era o maior império colonial de então [século XVIII], dominando o tráfico negreiro e explorando suas colônias na África e na América” (MORAES, 2016, p. 8, acréscimo meu).

A representação da personagem Bertha nos diz muito sobre as crenças e valores de uma sociedade eurocentrada. Restrejo & Rojas (2010) apontam que as narrativas históricas, sociológicas, culturais e filosóficas da modernidade são resultados de enfoques eurocentrados. Tais enfoques estão relacionados ao padrão de poder mundial que se instaurou, principalmente, com o colonialismo na América, como discute o pensador decolonial² Aníbal Quijano (2005).

Este novo padrão de poder mundial incorporou a diversidade e heterogeneidade das histórias culturais das colônias a uma forma hegemônica europeia que buscou controlar as subjetividades, as culturas e o conhecimento. O processo de modernidade e de sua perspectiva concreta da produção do conhecimento são demonstrações do que pode ser reconhecido como eurocentrismo, conforme definido por Quijano (2005, p. 126) como:

o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América.

² O pensamento decolonial origina-se a partir do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado no final dos anos de 1990, por intelectuais latino-americanos de diversas universidades das Américas, com o objetivo de atualizar a tradição crítica do pensamento latino-americano, oferecer releituras históricas e problematizar velhas e novas questões para o continente. O grupo “defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”. (BALLESTRIN, 2013, p. 89).

Nesse sentido, podemos notar como o eurocentrismo fica expresso na cultura literária, tanto por meio de obras colonialistas, como o romance *Jane Eyre*, quanto por meio daquelas neocolonialistas que, embora situadas no contexto atual e tendo findado o colonialismo, continuam a reproduzir o que o sociólogo peruano denomina de colonialidade. Cabe aqui uma distinção entre os termos colonialismo e colonialidade: o primeiro diz respeito a uma forma de dominação político-administrativa que garante a exploração de trabalho e de riquezas das colônias; o segundo refere-se a um fenômeno histórico muito mais complexo que perpetua as formas de dominação por meio desse padrão de poder que ainda se manifesta e naturaliza as hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas (RESTREPO; ROJAS, 2010).

A representação estereotipada da crioula Bertha – leia-se mulher branca de descendência europeia nascida em colônia tropical –, em *Jane Eyre*, nos possibilita discutir como o texto literário retrata e promulga aspectos sociais, históricos e culturais. Para Woolf (2014, p. 64, tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso), “a ficção é como uma teia de aranha, presa por muito pouco, mas ainda assim presa à vida pelos quatro cantos”. Essas teias são resultados das experiências humanas e estão fortemente relacionadas à maneira de ler o mundo.

Desse modo, não nos causará estranheza pensar em como Charlotte Brontë apresenta a personagem caribenha. Se reconhecemos o papel da literatura na reprodução da cultura, é importante que consideremos as questões imperialistas representadas na literatura inglesa do século XIX, como alerta Spivak (1985). Logo, a escritora fala do ponto de vista do/a colonizador/a, embasada pelas suas experiências sócio históricas e culturais e Bertha reproduz de maneira contundente os axiomas do imperialismo.

Feminismos e o debate colonial

No debate colonial, muitos teóricos pós-coloniais e do pensamento decolonial têm apontado raça como categoria fundamental, no entanto, raramente têm explorado outra que foi igualmente importante para garantir o empreendimento imperial: a categoria de gênero. Embora o pensamento de Quijano, corroborado por outros autores da inflexão decolonial, seja primordial para discutir as relações coloniais na América, é preciso ressaltar que, assim como raça, gênero também foi determinante para a distribuição de poder, uma vez que, como aponta McClintock (2010), homens e mulheres vivenciaram o imperialismo de formas diferenciadas. Logo, destaco a necessidade de uma análise que

leve em conta questões interseccionais, pois “nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado” (MCCLINTOCK, 2010, p. 27, tradução de Plínio Dentzien).

Do mesmo modo, há que se considerar as limitações do discurso feminista ocidental, pois, embora se detendo cuidadosamente sobre gênero, ao desconsiderarem o debate colonial e a categoria raça, promovem uma colonização discursiva simplificada e estereotipada da “mulher do Terceiro Mundo”³. Assim, “mesmo no projeto feminista, então, não há garantia de que a perspectiva da mulher do Terceiro Mundo será representada ou respeitada” (BAHRI, 2013, p. 666).

No prisma da colonialidade, ao representar a “mulher do Terceiro Mundo”, não raramente, as feministas ocidentais a hegemonomizam e a simplificam. Deixo claro que não pretendo, inversamente, hegemonomizar o discurso ocidental feminista nem sua prática política. No entanto, conforme ressalta Mohanty (2017, p. 310, tradução de Maria Isabel de Castro Lima),

é possível estabelecer uma coerência de efeitos resultantes da suposição implícita de ‘ocidente’ (com todas as suas complexidades e contradições) como referente primário na teoria e na práxis. Assim, em vez de afirmar de maneira simplista que o ‘feminismo ocidental’ é um monólito, eu gostaria de chamar atenção para os efeitos marcadamente semelhantes das várias categorias analíticas e, até mesmo, de estratégias que codificam sua relação com o/a Outro/a em termos implicitamente hierárquicos. É nesse sentido que uso o termo ‘feminista ocidental’.

A autora ainda salienta que essa mesma crítica deve se estender a pesquisadoras do “Terceiro Mundo” que escrevem sobre suas próprias culturas sem considerar as especificidades e a realidade social de tantas mulheres, como, por exemplo, as africanas e asiáticas de classe média urbana que analisam a realidade de mulheres rurais e/ou operárias a partir das suas próprias. Por isso, é importante não confundirmos “a homogeneidade discursivamente consensual de ‘mulheres’ como grupo [...] com a realidade material historicamente específica dos grupos de mulheres” (MOHANTY, 2017, p. 317). A categoria mulher como uma categoria sexualmente explorada não isenta hierarquias e relações de poder entre as próprias mulheres.

³ O uso da expressão “mulher do Terceiro Mundo” está baseado na discussão levantada por Chandra Mohanty, no artigo “Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais”, de 1988, para designar mulheres de países considerados do Terceiro Mundo. Tal como a autora, uso o termo entre aspas para demarcar plena consciência da problemática que ele envolve, uma vez que Terceiro Mundo sugere hierarquias econômicas, culturais e ideológicas e mulher do Terceiro Mundo uma categoria hegemonomizada e essencializada.

É importante considerar que um escrito do século XIX carrega as limitações e as circunstâncias da sua época. Embora *JE* seja uma obra feminista, ela não está isenta de reproduzir hierarquias e relações de poder entre as próprias mulheres e, por isso, a reivindicação da protagonista Jane em relação à falta de liberdade feminina não pode ser atribuída à personagem Bertha. Como coloca Spivak (2017), quando as mulheres que pertencem à cultura dominante – nesse caso à “inglesidade” – publicam, muitas vezes, elas tendem a reproduzir os ideais recebidos culturalmente. Se o incipiente “outro” é criado pelos escritores (masculinos) para que se diferenciem das mulheres, essa mesma tendência textual é reproduzida por escritoras para se diferenciarem das demais mulheres que não fazem parte da cultura dominante.

Diante do histórico de exclusão no movimento feminista, no início dos anos de 1980, há um crescente debate do feminismo norte-americano, por parte das feministas não-brancas, principalmente as negras, de que a opressão das mulheres não poderia ser entendida somente pelo viés da diferença do gênero, mas também pelas múltiplas diferenças entre as próprias mulheres. Tal debate põe em evidência questões interseccionais – culturais, raciais, classistas, dentre outras – e despona o discurso do chamado “feminismo da diferença”. Em outras palavras, esse discurso está pautado na “diferença sexual para além das formulações dicotômicas, diferença racial, diferença étnica, diferença pós-colonial” (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 692). Por isso, cada vez mais os feminismos têm buscado incorporar em suas análises e práticas a intersecção de gênero com outras categorias que geram hierarquias na divisão de poder.

Como nos mostra a bibliografia feminista, as discussões acerca de um feminismo que considere as diferenças entre as mulheres datam de menos de quatro décadas. Claramente, hoje podemos revisitar, rever e reler essas obras refletindo sobre como durante tantos séculos a colonialidade se perpetuou (e ainda se perpetua) em obras feministas. Assim, proponho uma análise para além do gênero (sem deixá-lo de lado), que considere questões interseccionais – raça, etnia, classe, sexualidade – e geográficas. Nesse sentido, gênero, enquanto um eixo/categoria de identidade, deve ser entendido em sua relação com outros eixos/categorias que, necessariamente, geram hierarquias na distribuição de poder (FRIEDMAN, 2017 [1998]).

Embora não atribua intencionalidade autoral à leitura do texto literário, retomo a teia de aranha aludida por Virginia Woolf (2014), como metáfora da conexão inevitável entre escritores/as e texto e ao que defende Friedman (2017, p. 542):

[...] as considerações sobre as posicionalidades da/o escritora/or formam um elemento importante na interpretação dos processos e problemáticas da autoridade narrativa. Conseqüentemente, ler as subjetividades do interior de um texto implica traçar as ligações intermediadas entre produtor/a e produto, escritor/a e texto, *scriptor* e voz narrativa, que são multiplamente situados e historicamente específicos.

Assim, o discurso de Charlotte Brontë sobre a crioula louca se situa em um determinado tempo histórico e simboliza sua percepção da realidade pautada em uma identidade que se constrói na diferença que estabelece ante a identidade da Outra. A crítica feminista pós-colonial impulsiona a revisão desses discursos com o objetivo de contestar determinadas representações identitárias e suas produções.

Bertha Antoinetta Mason: uma personagem secundária

Embora Bertha seja uma personagem importante para o romance *Jane Eyre*, ela aparece apenas de modo passivo, secundário, para justificar os acontecimentos aparentemente sobrenaturais do romance e a impossibilidade da união entre a protagonista e o personagem Rochester. Para além disso, como aponta Spivak (1985), a personagem caribenha reproduz os axiomas do projeto patriarcal imperial. Assim, ela é representada como um animal ante uma identidade feminina branca europeia, por isso é posta o tempo todo em comparação com a personagem Jane.

Ao estabelecer comparações entre Bertha e Jane, Rochester faz uso de adjetivos dicotômicos, nos quais a superioridade para descrever Jane é evidente: *young girl vs. demon, form vs. bulk, face vs. mask*. Assim, no texto literário, podemos constatar as implicações da marca de diferença sustentada em oposições binárias, utilizadas para estabelecer relações de poder. Ademais, a dicotomia do humano e não humano, estabelecida pelo poder imperial, é totalmente explícita no romance colonial. A descrição que a protagonista de Bertha fornece ao leitor/a corrobora com tal dicotomia:

[...] In the deep shade, at the farther of the room, a figure ran backwards and forwards. What it was, whether beast or human being, one could not, at first sight tell: it grovelled, seemingly, on all fours; it snatched and growled like some strange wild animal: but was covered with clothing, a quantity of dark, grizzled hair, wild as a mane, hid its head and face. (*JE*, p. 291)

Para María Lugones (2014), essa dicotomia entre humano e não humano é central para a modernidade colonial. Ela foi imposta sobre os povos colonizados a serviço do

homem ocidental e veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, como homens e mulheres, por exemplo. Essa distinção se tornou uma marca da civilização. Só os civilizados são homens e mulheres, ou seja, só os colonizadores são civilizados e, portanto, homens e mulheres. Os povos africanos escravizados e os povos indígenas das Américas foram classificados como espécies não humanas, como animais e selvagens.

Embora Bertha não seja uma mulher africana nem indígena, sua condição de crioula e seu contato com outras raças a inferioriza culturalmente e a faz ser vista como degenerada. Assim, diferentemente de Jane Eyre, ela não comunga da cultura inglesa sendo, portanto, inadequada para ocupar um lugar em Thornfield Hall. Por isso, a análise crítica de Lugones (2014) pode ser exemplificada de modo contundente através da imagem que Charlotte Brontë constrói da personagem caribenha, descrita como um animal selvagem, uma *beast*, um *demon*. Essa coisa que não é humana é posta em comparação com a mulher civilizada, a humana Jane Eyre. O personagem Rochester, homem ocidental, reforça a relação dicotômica entre a esposa que ele demoniza e a mulher que ele gostaria de ter.

Em diversas passagens, nas falas em que Rochester se refere a Bertha em *Jane Eyre*, as palavras *my wife* aparecem grifadas em itálico, demarcando uma ironia, ou seja, é como se Brontë usasse desse recurso para expressar o contrário daquilo que é dito. É como se o esposo a chamasse de *my wife* com ironia para expressar que aquela manifestação está em seu sentido oposto. Naturalmente, na lógica burguesa heterossexual cristã, aquele homem deveria chamar de esposa uma mulher, e naquele contexto a mulher era Jane, não Bertha. No entanto, estaríamos enganadas ao pensar que Rochester vê Jane como seu complemento, como romanticamente aparece no romance.

Essa forma de pensar desconsideraria as hierarquias de gênero entre os próprios povos colonizadores. Discutindo a colonialidade do gênero, Lugones (2014) afirma que a mulher europeia burguesa era entendida como alguém que reproduzia “raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (p. 936, tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento). Como aponta McClintock (2010, p. 75), a mulher e sua sexualidade deveriam estar subordinadas “ao progresso heterossexual reprodutivo – a tarefa vaginal de gerar um filho com o mesmo nome do pai”.

Ainda que Jane não representasse a mulher burguesa (até um determinado momento da narrativa, pois depois ela recebe uma herança), ela foi capaz de aderir aos

termos do contrato social burguês, uma vez que racialmente/culturalmente estava habilitada para isso. Ao contrário de Bertha que, mesmo sendo branca, de sangue europeu, era nascida em uma colônia tropical e, portanto, considerada degenerada pelo contato com outras raças.

Aqui, retomo a definição de raça por McClintock (2010, p. 90), para ressaltar a instabilidade e a imprecisão do termo que, nas últimas décadas do século XIX, podia ser usado como sinônimo de espécie, de cultura, de nação e “para denotar etnia biológica ou subgrupos dentro de grupos nacionais: a “raça” inglesa” por comparação, digamos, com a “irlandesa”. Nesse sentido, o racismo não se manifestava apenas em relação à cor da pele, mas mediante as diversas contradições da hierarquia imperial.

Estigmas raciais foram usados sistematicamente, ainda que muitas vezes contraditoriamente, para elaborar mínimas nuances de diferenças em que as hierarquias sociais de raça, classe e gênero se sobrepunham num gráfico tridimensional de comparação. A retórica da raça era usada para inventar distinções entre as que hoje chamaríamos de classe. (MCCLINTOCK, 2010, p. 93).

Assim, as mulheres brancas eram consideradas degeneradas em relação aos homens brancos e as mulheres brancas crioulas em relação às brancas europeias. Isso nos permite afirmar a inferioridade de Jane em relação a Rochester e a inferioridade de Bertha em relação a Jane, expressas em *JE*. A animalização de Bertha, portanto, se manifesta por dois principais eixos hierárquicos: 1) a crença na degeneração da comunidade crioula – no seu sentido originário: pessoas brancas, de origem europeia, nascidas em uma colônia tropical – em função do contato com povos de outras raças – negros africanos e indígenas; e 2) seu gênero. Desse modo, em *JE*, a dicotomia hierárquica do humano e não humano, estende-se à mulher crioula.

A discussão central que Lugones promove no seu texto “Rumo a um feminismo descolonial” é de que, se os povos colonizados não são vistos como homens e mulheres e sim como machos e fêmeas – leia-se macho por não-homem, portanto não-humano e fêmea por não-mulher, portanto não-humana –, a categoria “mulher colonizada” é semanticamente vazia. Se os povos colonizados não são vistos como humanos e, portanto, não lhes cabem as categorias homem e mulher, logo, não pode existir a categoria mulher colonizada. Nesse sentido, na perspectiva da colonialidade abordada por Lugones (2014), a resposta para a pergunta se Bertha é uma mulher é não. O mesmo não que ela dá à

pergunta de Sojourner Truth⁴. Por isso a autora aponta a complexidade histórica da colonialidade do gênero e a necessidade de descolonização dessa categoria.

Se Bertha não é uma mulher, então ela não poderia ser chamada de *wife*. Talvez isso justifique a marca tipográfica que sugere o uso irônico de Rochester em todas as passagens em que se refere a Bertha dessa maneira. Aparentemente, não é o fato de ser louca que faz Rochester desprezá-la e odiá-la (como ele mesmo afirma), mas o fato de ser essa figura bestial e selvagem. Ao argumentar que Bertha não tem culpa por ser louca, Jane ouve que se fosse dela a loucura, Rochester continuaria a amar e cuidar dela:

Your mind is my treasure, and if it were broken, it would be my treasure still: if you raved, my arms should confine you, and not a strait waistcoat--your grasp, even in fury, would have a charm for me: if you flew at me as wildly as that woman did this morning, I should receive you in an embrace, at least as fond as it would be restrictive. I should not shrink from you with disgust as I did from her: in your quiet moments you should have no watcher and no nurse but me; and I could hang over you with untiring tenderness, though you gave me no smile in return; and never weary of gazing into your eyes, though they had no longer a ray of recognition for me. (*JE*, p. 299).

A passagem claramente demonstra que se Bertha fosse uma mulher europeia, ela seria tratada de outra maneira. Ela não foi trancafiada naquele sótão e escondida da sociedade inglesa por ser louca, mas por ser culturalmente inadequada para ocupar um espaço naquela sociedade. Ela foi a maldição que destruiu a vida do bom Rochester, tão bom e generoso que a manteve por perto, sob cuidados. Tão escrupuloso que não atentou contra aquela besta, como ele coloca:

[..] my plans would not permit me to remove the maniac elsewhere – though I possess an old house, Ferndean Manor, even more retired and hidden than this, where I could have lodged her safely enough, had not a scruple about the unhealthiness of the situation, in the heart of a wood, made my conscience recoil from the arrangement. Probably those damp walls would soon have eased me of her charge: but to each villain his own vice; and mine is not a tendency to indirect assassination, even of what I most hate. (*JE*, p. 299).

Bertha é posta como uma grande ameaça não só para a felicidade de Rochester e Jane, mas para a vida dos que estão em sua volta. Não me parece desprezioso que Charlotte Brontë crie o desfecho do seu romance com a morte de Bertha. Aqui exponho quão interessante é um dado da pesquisa de Regina Dalcastagnè (2012, p. 182), que

⁴ Sojourner Truth foi uma mulher negra que apresentou o discurso “Não sou eu uma mulher?”, na Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, nos Estados Unidos, em 1850.

analisa um vasto *corpus* do romance brasileiro: “Personagens negras e mestiças têm possibilidade um pouco maior de morrerem que as personagens brancas”⁵. No entanto, como numa saída de mestre da autora, a causa da morte da personagem é o suicídio, isentando todos/as naquele contexto da responsabilidade pelo seu fim. Assim, o problema é resolvido e legalmente a união da protagonista com seu herói pode ser consolidada.

Considerações finais

Na crítica feminista, é muito importante levar em conta a categoria gênero em sua intersecção, pois, como pudemos constatar na análise da personagem Bertha em *Jane Eyre*, há outras categorias que geram diferenças significativas na distribuição de poder. O romance de Charlotte Brontë reflete seu contexto histórico cultural, reproduzindo aspectos da colonização inglesa nas Índias Ocidentais. Muito mais complexo do que possa parecer, o processo de colonização marcou profundamente tanto as culturas colonizadas quanto as culturas colonizadoras e o padrão de poder mundial que se instaurou a partir dessa relação perpetuou formas de dominação muito além da político-administrativa do colonialismo, transformando-se em um fenômeno histórico que naturalizou e propagou hierarquias territoriais, raciais, culturais, epistêmicas, entre outras (RESTREPO; ROJAS, 2010).

Esse padrão de poder mundial, reconhecido por Aníbal Quijano (2005) como eurocentrismo, se estabeleceu por toda a cultura ocidental de tal modo que, mesmo discursos feministas como *Jane Eyre*, podem reproduzir formas de opressão entre as próprias mulheres. É a literatura agindo como sintoma de aspectos sociais muito mais amplos. Por isso a necessidade de revisão e construção de novos discursos que contestem as representações hegemônicas simplificadas e estereotipadas. Nesse sentido, as discussões pós e decoloniais têm cooperado e possibilitado a reconstrução de histórias que, como a da personagem Bertha, foram silenciadas e reduzidas à uma essencialização exagerada do viés colonizador.

Referências

⁵ Outro dado dessa pesquisa, que corrobora com a discussão sobre eurocentrismo, é de que embora a maioria das personagens do romance brasileiro seja brasileira, quando se trata de personagens estrangeiras, a origem europeia é majoritária.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 11, 2013.

BRONTË, Charlotte. *Jane Eyre*. London: Penguin Popular Classics, 1994. [1847]

COSTA, Claudia; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 3, 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2012.

DEEPIKA, Bahri. Feminismo e/no pós-colonialismo. Tradução: Andréia Guerini e Juliana Steil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 21, n. 2, 2013.

FRIEDMAN, Susan Stanford. “Além” do gênero: a nova geografia da identidade e o futuro da crítica feminista. Tradução: Alcione Cunha da Silveira e Sandra Regina Goulart Almeida. In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 519-574.

FUNCK, Susana Bornéo. O trinômio gênero/raça/classe no romance feminista contemporâneo. In: _____. *Crítica literária feminista: uma trajetória*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 283-292.

_____. Corpos colonizados, leituras feministas. In: FUNCK, Susana Bornéo. *Crítica literária feminista: uma trajetória*. Florianópolis: Editora Insular, 2016. p. 367-392.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. *The madwoman in the attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. New Haven: Yale University Press, 1979.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução: Juliana Watson e Tatiana Nascimento. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Tradução: Plínio Dentzien. Campinas, SP: Editor da Unicamp, 2010.

MOHANTY, Chandra. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. Tradução: Maria Isabel de Castro Lima. In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. pp. 309-353.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 7-16.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

Tradução: não identificada. Perspectivas latino-americanas. Bueno Aires: CLACSO, 2005.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Three women's texts and a critique of imperialism. *Critical Inquiry*, v. 12, n. 1, 1985. p. 243-261.

_____. Literatura. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida e Alcione Cunha da Silveira In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 578-625.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução: Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

The representation of the character Bertha Antoinetta Mason in the novel *Jane Eyre*

Abstract: This work aims to analyze the representation of the character Bertha Antoinetta, the madwoman in the attic in *Jane Eyre* (1847), by Charlotte Brontë, considering aspects of colonization and the Eurocentred standard of global power (QUIJANO, 2005), once the Jamaican character strongly reproduces axioms of imperialism. I analyze excerpts of the novel based on perspectives of post and decolonial feminisms, bearing in mind the intersections between gender, race and class pointed out by authors such as Bahri (2013), Mohanty (2017), Spivak (2017) and others.

Keywords: *Jane Eyre*. Bertha Mason. Eurocentrism. Feminisms. Post/Decoloniality.

Simpósio Temático 5 - Políticas de gênero: sexualidade, direito, e legislação no Brasil

Coordenação: Claudia Nichnig (21/03)

Local: Sala EPC2 - Espaço Pedagógico 2- Bloco C - Psicologia
20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Ana Paula Garcia Boscatti

anaboscatti@gmail.com

UFSC

NACIONALISMO, SEXO/ GÊNERO, RAÇA, CLASSE E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO PÃO DE AÇÚCAR: A HERANÇA DOS PORNOTRÓPICOS

Andreia Siminkoski Tonetto

andreia.tonetto@hotmail.com

UNIOESTE

A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES COM A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Andreia Siminkoski Tonetto

andreia.tonetto@hotmail.com

UNIOESTE

UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS LEGISLAÇÕES PENAS ARGENTINAS E BRASILEIRAS QUE VISAM COIBIR E REPRIMIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Débora Miranda de Oliveira

opsdebora@gmail.com

PUCMinas

Ana Karolina Amorim Fernandes

PUCMinas

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO PAÍS DO FUTEBOL: A PROIBIÇÃO DAS MULHERES NOS ESPORTES PELO DECRETO-LEI DE Nº 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941

NACIONALISMO, SEXO/ GÊNERO, RAÇA, CLASSE E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO PÃO DE AÇÚCAR: A HERANÇA DOS PORNOTRÓPICOS

Ana Paula Garcia Boscatti¹

Resumo: Este trabalho discute o nacionalismo enquanto política visual que produz raça, classe e sexo/gênero na erótica da colonização, buscando atravessar as representações do Império, onde se observa a erotização do espaço “virgem” colonial. A consolidação da cultura visual que prioriza as "formas redondas" e femininas são também consequências das políticas de patrimonialização da década 70, e vão, por conseguinte, também institucionalizar a herança dos pornotrópicos, implicando em uma política visual gendrada, racializada e sexualizada.

Palavras-chave: pornotrópicos, nacionalismos, interseccionalidades.

Esse trabalho busca através das genealogias do imperialismo europeu, recontar as fantasias místicas envolvendo aberrações e excessos sexuais que concebiam os colonizadores a respeito das mulheres colonizadas - os “pornotrópicos”. Essa ideia sustenta uma relação de hierarquização, em que a erótica da conquista imperial também é uma erótica da subjugação (McCLINTOCK, 2010, p. 48), atravessada por gênero/sexo, raça e classe. A ideia “descobrimto” é marcada pela fantasia e paranoia erótica da dominação da terra (fêmea) pela investida da tecnologia masculina. De modo, que a fim de entendê-la, nesse trabalho, recorre-se sistema de símbolos exóticos e eróticos do Império brasileiro, além das histórias de viajantes europeus sobre o mito da terra “virgem”.

Para demonstrar a continuidade das representações pornotrópicas na cultura visual brasileira, descrevo rapidamente sobre as políticas de turismo dos anos 1970 e 80 que vão retomar a abordagem fantasiosa em relação à sexualidade do sul e recolonizar os pornotrópicos a partir do investimento na construção da imagem nacional que associa sexo e consumo. Tanto em relação a EMBRATUR², como no que tange as políticas de patrimônio do período, nas quais se observa um predomínio da ideologia moral que considera uma equação biologicamente natural entre sexo e feminilidade. No seu oposto, a masculidade heroica militar reitera as instituições heterossexuais a fim de articular-se contra os movimentos feministas e homossexuais que passam a organizar-se (COWAN, 2016). O discurso masculino, heterossexual e consumista reitera a moral sexual e as

¹ Tem mestrado em Sociologia com foco em Estudos de Gênero e Sexualidades pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris) onde foi bolsista Île-de-France. Atualmente faz Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC e é bolsista CNPq. E-mail: anaboscatti@gmail.com.

² Empresa Brasileira de Turismo.

diferenças de gênero através de um sistema tecnológico de produção e circulação de imagens assentado sobre uma abordagem recolonizadora dos pornotrópicos.

Nação, classe e raça.



Pano de boca do Teatro da Corte, *Debret, 1834. CGJM*

Todo nacionalismo é obrigatoriamente uma construção de gênero/sexo, classe e raça. Essa dinâmica interseccional desde o início do colonialismo foi essencial para assegurar os projetos imperiais. Observa-se que a arquitetura colonial é atravessada por fantasias, trabalho, dinheiro, mercado, família e sexualidade. Muitos dos quais são fruto de fetiches e fantasias em relação à vida colonial, e especialmente as mulheres que aqui habitavam e habitam, nesse sentido busca-se entender a contiguidade e tensionamentos que estende o imaginário forjado nas relações coloniais.

O quadro de Debret sintetiza algumas ideias centrais do colonialismo europeu no Brasil: **o domínio reprodutivo**, através da referência as diferentes mulheres e posições sociais, o controle e o reordenamento do trabalho sexual e econômico; **o domínio econômico**, sugerido na produção de riquezas matérias como a cana e o café e reiterada ascensão da burguesia paulista e mineira; **o domínio étnico-racial**, através da subjugação e expressão da fidelidade nacional de mulheres indígenas, e homens e mulheres negras; **o domínio militar** representado pelas armas e forças armadas que apontam para o controle físico e estável da colônia onde já haviam eclodido rebeliões e resistências ao poder; e finalmente **o domínio político**, que mostrava a Europa o controle da pais pela coroa portuguesa, nos princípios civilizatórios promovidos pela constituição e na a transmissão do poder real hereditário (representado na imagem da mulher branca).

“Pano de boca do Teatro da Corte”, datado de 1834, assim como muitas outras obras no Império, trazem nas suas narrativas coloniais, elementos categoricamente

sexuais. Na imagem, o governo imperial é representado através de uma mulher branca, coroada, vestindo uma túnica também branca e o manto imperial. No braço esquerdo traz o escudo com as armas imperiais e a espada na mão direita dá suporte às tabuas da constituição brasileira (SCHWARCZ, 1998). A imagem permite entender essa personagem tal como uma reprodutora biológica da coletividade nacional como lembra Nira Yuvak-Davis e Floya Anthias (1989), uma vez que através da associação entre mulher e reprodução, permite-se entender que dessa relação "natural" tem se a origem de uma unidade de interesses nacionais. Essas figuras são mostradas com o fim da perpetuação da estrutura doméstica e familiar, ao mesmo tempo que condensam a transmissão da herança biológica e racial. Em segundo lugar, na imagem de Debret, a mulher branca coroada incarna a "autenticidade" da tradição nacional, resgatando os princípios de conservação do nacionalismo. Em terceiro lugar, ela é representada como reprodutora das fronteiras nacionais, já que se entende que a partir dela se efetiva as mediações de possíveis contatos sexuais. E por fim, a imagem pode ser observada como simbologia para a diferença nacional, onde se expressa especialmente, raça-etnia e classe.

A esquerda da imagem junto a uma barca amarrada e carregada de sacos de café e cana de açúcar, uma família negra manifesta sua fidelidade ao trono. A mãe junto ao seu filho segura, com a mão direita, um machado que revela sua vinculação ao trabalho no campo, como escrava, ao mesmo tempo em sua mão esquerda, junto ao marido, segura no ombro o fuzil, que defenderá o território, vigorosamente, de prováveis usurpadores das terras e florestas virgens. Ao lado, uma indígena ajoelha-se ao pé do trono e carrega um dos seus filhos mais velhos e simultaneamente apresenta dois gêmeos recém-nascidos para os "quais implora a assistência do governo" (SCHWARCZ, *idem*). A presença das crianças negras e indígenas induz a leitura da ideia domesticidade. A submissão dos povos nativos é também uma submissão étnico-racial. Na pirâmide das importâncias raciais e de gênero/sexo do Império, as etnias indígenas são sempre indicadas no lugar da natureza, na relação natureza x cultura. Ou seja, a cultura europeia, sua missão branco civilizadora se tornou central para reproduzir a "natureza" (divisões naturais do trabalho doméstico). O culto da domesticidade foi essencial para separar o público do privado, que se expande no colonialismo porque se alia a ideia de raça e de gênero/sexo. Para MacClintock, o espaço doméstico foi racializado enquanto o espaço colonial foi domesticado (p.66).

Do lado oposto, do lado direito da imagem representa-se o Progresso Imperial: as forças armadas, o domínio militar, político, econômico e masculino, ao passo que define também as classes sociais que ordenavam economicamente e politicamente o império. No

segundo plano, um senhor paulista, apoiado de seus jovens filhos carrega o fuzil junto a ele, expressando a vontade na defesa fidelidade nacional; atrás dele paulistas e mineiros, com a mesma intensidade, exprimem seus sentimentos de entusiasmo com a nação. Enquanto logo atrás desse grupo, homens negros, mestiços, caboclos se ajoelham demonstrando respeito ao que na escala de importâncias colonialistas, entende-se como o “primeiro grau de civilização” que os distancia do soberano. A aparente ordenação das nações do mundo concentradas em uma narrativa originária única europeia branca e hierárquica, permitiram que a história nacional fosse construída como um progresso para cima, pois se entendia que as nações europeias estivesse no topo dessa estrutura. Nesse caso, no Império brasileiro, a definição de raça, foi central para a auto definição de classe media, dentro de um projeto colonialista de hierarquização étnica, econômica e política e para a vigilância das classes perigosas: a classe trabalhadora, prostitutas, criminosos, negras e negros, gays e lésbicas, etc.

Os pornotropicos

Dentro da ordem Imperial brasileira, que construiu seus símbolos através do uso das categorias de raça/sexo, gênero e classe, se observa também o uso das figuras das mulheres enquanto representação do bizarro e dos exageros sexuais. As fantasias dos colonizadores e viajantes através das colônias seguem uma longa tradição de fetichização e erotização. Durante muitos séculos África, Ásia e as Américas eram entendidas como espaços de promiscuidade exageradamente libidinosos. As narrativas de viajantes são carregadas de visões sobre monstrosidades: pênis gigantes, seres meio humanos meio animais, mulheres transando com animais, etc. Dessa forma, muito antes da consolidação do Imperialismo vitoriano em meados do século XIX já havia na África e Américas, o que Anne McClintock chama de pornotropicos (idem, p. 43) – onde se projetavam desejos e temores sexuais proibidos na maioria das culturas europeias.

Dentro dessa longa tradição da erótica colonial, o Brasil carrega consigo um vasto repertório de contos fantasiosos, estórias, imagens, além de todo peso histórico do racismo e do sexismo que persistem em assombrar a vida cotidiana. O mundo desconhecido era mapeado sob os pilares da violência de gênero. As fantasias e ansiedades europeias, os “novos mundos” a serem explorados, “descobertos” eram especialmente tornados femininos a fim de serem narrados e experimentados, autorizando a exploração masculina e orientando os interesses dos impérios. O que permitia na

conquista imperial as mulheres das colônias fossem antecipadamente subordinadas e categorizadas de natureza.

O sentido da generificação como grande mistério da “descoberta” estava na travessia das perigosas fronteiras pelo homens, em mundos desconhecidos a fim de tornarem seus impasses e desafios ritualmente femininos. As figuras femininas eram encaradas através de fantasias em pontos de contatos, fronteiras e orifícios a serem disputados. Os cartógrafos, por exemplo, mencionavam nas cartas de navegação, a presença de ninfas e sereias, enquanto os exploradores nomeavam as terras a serem “descobertas” de virgens.

No mapa do Rio de Janeiro de 1779, descreve-se uma cena de um “encontro” colonial como um encontro erótico. A libidinagem parece aflorar quando a primeira vista se estabelece o primeiro contato. É interessante notar, que mesmo datando de 1779, período onde os primeiros contatos já haviam sido realizados há mais de 200 anos, ainda resgata-se a construção heroica da masculinidade do homem europeu. Nessa narrativa épica, a indígena seminua estende sua mão direita, convidando-o a descoberta de novos prazeres. Suas armas, arcos e flechas estão abaixados o que demonstra submissão. Enquanto os exploradores incorporavam seus trajes aristocráticos e suas ferramentas civilizatórias (caravelas ao fundo) o corpo ereto e altivo. Já a mulher da colônia, se mostra sentada, com o corpo levemente curvado para trás. As outras mulheres ao seu lado impunham armas que estão abaixadas. Na imagem, pequenas meninas trazem oferendas, possivelmente riquezas, enquanto seres híbridos de mulher e onça, com formas humanoides, reforçam as margens desse mundo novo, de profunda ambivalência em relação ao homem europeu. Entre eles, esta presente a figura de um padre, ou representante religioso, que manifesta o desejo de civilizar aquele povoado sem limites éticos e morais, rodeados de animais peçonhentos, dentre os quais se vê uma cobra. Ao mesmo tempo, no mapa, se vê a figura de um homem, semelhante a representações artísticas de Deus, como criador, ele impunha uma arma civilizatória sobre as terras impuras e lascivas, ao mesmo tempo que poderá frutificar a terra e semeá-la com suas sementes viris. A imagem dos jovens garotos apontam para a sucessão do domínio imperial e transmissão da cultura europeia.



Figura 1 - Mapa de Plano e Terreno da Cidade do Rio de Janeiro 1779 – Fonte: Biblioteca Nacional. Acervo Digital

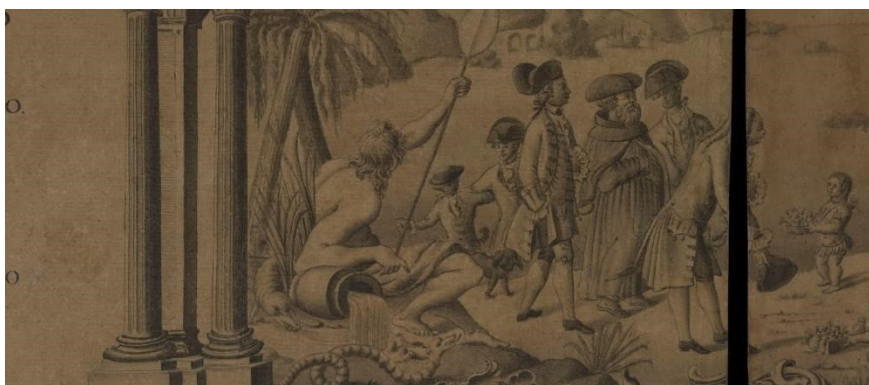


Figura 2 - Mapa de Plano e Terreno da Cidade do Rio de Janeiro 1779. Fonte: Biblioteca Nacional. Acervo Digital

O Brasil na figura das mulheres coloniais se mostra nu e passivo, o que autoriza a conquista do território, uma vez que o feitiço dos mapas é um conhecimento constituído pelo saber europeu e legitimado pelo poder. Os espaços limiáres, como por exemplo, a Ilha das Cobras, Ilha dos Ratos e Feiticeiras, relevam lacunas no conhecimento onde são possíveis de posse, uma vez que são associadas à animalização e consequentemente ao feminino, já que são entendidas como forças perigosas. A rosa dos ventos na imagem mostra o domínio imperial econômico e tecnológico, expandindo-se pelo território “descoberto” e ocupado. Ao passo que a posição do encontro no “sul” do mapa, revela a posição estratégica que o Brasil e outras “margens” ocupam nesse mundo. Enquanto o norte e suas teorias representam o avanço intelectual e científico, a “geografia anatomizada do mundo” (PELUCIO, 2012) permite entender o sul como o “cu do mundo”, como arquitetura do fracasso racional, da debilidade ética e moral, e claro, animalização dos corpos.



Figura 3 - Mapa de Plano e Terreno da Cidade do Rio de Janeiro 1779- visão geral – Fonte: Biblioteca Nacional. Acervo Digital

As narrativas dos viajantes – O mito da terra vazia

A ideia frequente da terra virgem é também a reiteração da ideia da terra vazia. Nas narrativas coloniais é bastante comum a erotização do espaço virgem, o que permite que o território seja apropriado, sobretudo a ideia do “esvaziamento” da terra coloca em questão a não exigência, povos que aqui habitam, em relação aos direitos por territórios como populações originárias. Garantindo, portanto, que o homem branco mantenha seu patrimônio, seja pela fecundação sexual, seja pela intervenção militar, violentamente instaurada.

O Brasil, profundamente marcado pela herança dos pornotrópicos é construído ao longo da história como potência erótica, incorporando esse elemento como uma marca no espetáculo nacional dos símbolos, rituais e mercadorias. A narrativa dos viajantes trazem elementos que atravessam o mito da terra virgem, cartograficamente mapeada tal como o corpo e sexualidade de uma mulher. Oenike e Sievers (1903) foram artistas alemães que revelaram em seus trabalhos uma visão da natureza, que se destacaram pelo seu fascínio pela magia das florestas tropicais. Karl Oenike e W. Sievers narram no livro *Allgemeine Länderkunde*, o Pão de Açúcar:

“...é visto de longe a partir da mata tropical, apresentando palmeiras e bananeiras em primeiro plano, com as ondas do mar batendo nas encostas do outro lado. O Pão de Açúcar no centro, com as montanhas como fundo são apresentados em relações de altura com os grandes coqueiros

próximos daquele que contempla e pinta do meio da vegetação...” (p. 210-211)

Na obra Wilhelm Sievers trata a Baía do Rio de Janeiro no item referente à costa do Brasil oriental, dizendo:

“...Até para além do Cabo Frio estende-se a costa plana, e ainda a leste de Niterói surgem lagoas de praia. A seguir, porém, começam a aproximar-se do mar as extensões da Serra dos Órgãos. Elas formam a famosa Baía do Rio de Janeiro, uma das mais belas paisagens da terra ...Duas pontas de terra do oeste e do leste confrontam-se e deixam apenas uma estreita entrada livre na baía que se abre ao largo por detrás, e que é ainda mais estreitada pelas ilhas; na língua de terra a leste encontra-se Niterói, a oeste Rio e à frente o Pão de Açúcar, um cone de granito isolado, de 387 m de altura, o emblema do Rio...” (idem, p. 210-211)”

Na narrativa, podemos observar uma cartografia profundamente sexual. Eles conduzem a ação em direção à conquista da força reprodutiva através do corpo feminino. Os viajantes sugerem atravessar o sexo/gênero, representado pela Baía de Guanabara “estreita entrada livre que se abre ao largo por detrás”. As “duas pontas de terra do oeste” configuram os seios, representados pelo Pão de Açúcar, enquanto Niterói simboliza a bunda e o ânus. Guenther (1927) outro viajante alemão no Brasil, no final do século XIX, ao subir várias vezes no Pão de Açúcar narra:

“Todas às vezes fiquei cinco horas lá no alto, de tão embasbacado estive com a vista, da qual não me queria separar. Fora estende-se o oceano, azul de luz, como pintado em pastel. Com traço branco leitoso limita-se no horizonte. Ilhas pairam em perfume branco azulado, parecendo não tocar na água, tendo apenas os seus cumes elevando-se ao céu com com molduras nitidamente traçadas. Bem abaixo encontra-se a entrada, as vagas, que o mar para dentro envia, e que surgem como crespos finos da água. Um vapor oceânico parte, parecendo um brinquedo dessa altura, e lentamente levanta-se e abaixa-se, com lampejos brancos à sua frente. Do lado oposto aproxima-se a península de Niterói. Em magnífica queda, as montanhas vertem-se lá longe à água, levantam-se para trás de forma cada vez mais brejeira. Por todo lado, entre as encostas verdes ou os picos vermelho-amarelos lampeja a água no mais luminoso branco-azulado. Cúpulas mas altas fecham o horizonte” (p. 14-15)

Assim, a viagem ao interior virgem retrata uma história de inseminação através do espaço geográfico, que ao mesmo tempo é também uma volta no tempo histórico, já que aquilo que é narrado é personagem como diz MacClintock, de uma “pré-história da diferença racial e de gênero” (ibidem, p. 57). Não se imagina que efetivamente existam mulheres nesses espaços, indígenas, mestiças ou negras, pois a ideia está exatamente na terra “vazia”, o que provoca um deslocamento que a autora chama de “espaço

anacrônico”, ou seja, os povos colonizados não residem à história, porém existem em um tempo que é anterior ao próprio tempo em que se situa a narrativa, aja vista que esses humanos anacrônicos são irracionais e primitivos. As mulheres encarnam, portanto, a terra que poderá ser descoberta, penetrada, invadida, saqueada, nomeada, fecundada e dominada. Dessa forma, a experiência de Guenther, pendurado sob o Pão de Açúcar revela também, como os espaços também se efetivam conflitos e disputas masculinas sobre território, status, poder e dinheiro.

As políticas de patrimônio dos anos 70 e os pornotrópicos

Preocupados com a construção da identidade do povo brasileiro e com o papel de educadores da sociedade civil, os militares, articularam em varias frentes projetos de reconhecimento de manifestações culturais consideradas como pilares da nacionalidade. O que permitiu que o Estado fosse ao mesmo tempo, repressor e agente de censura e por outro lado, assumisse o papel de promotor de atividades culturais que fossem consideradas próprias da especificidade brasileira.

Em 1973, o governo ditatorial brasileiro lança o PAC – Plano de Ação Cultural, cujos objetivos formais eram a “preservação do patrimônio histórico e artístico, o incentivo a criatividade e a difusão das atividades artístico-culturais e capitação de recursos humanos.” (SILVA, 2001 p. 104) Esse programa operava através de núcleos tarefa para atender as demandas nas áreas de literatura, artes plásticas, teatro, dança e patrimônio. A ideia do projeto era promover eventos e administrar espetáculos a fim de abrir novas frentes no mercado cultural. No mesmo ano, o governo federal cria o Programa Integrado de Reconstrução de cidades históricas, sob orientação técnica do IPHAN³, a fim de ampliar o desenvolvimento artísticos das cidades históricas. (idem p. 106) Assim, no mesmo ano o IPHAN reconhece o complexo do Pão de Açúcar (morros do Pão de Açúcar, da Urca e da Babilônia) como patrimônio imaterial, como o objetivo de ampliar o desenvolvimento turístico.

O nacionalismo dos anos 70, preocupado em reconstruir essa tradição se utiliza do uso arcaico de imagens de um tempo passado para identificar a “natureza” das mercadorias. Assim, na busca no progresso econômico, sistematiza-se e identifica-se em uma série de imagens de tempos passados. A erótica colonial, os pornotrópicos, irrompem

³ IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

nas narrativas e discursos sobre o nacional. A inserção do *soft porn* no Brasil, apropriado pelo mercado audiovisual, permite que a pornografia faça parte do cotidiano das telenovelas, dos programas de auditório, das revistas de moda e das políticas de turismo, mudando profundamente a produção de imagens, e a linguagem midiática, uma vez que introduziu elementos da narrativa pornográfica nas cenas e imagens do cotidiano. De modo, que o *soft porn* não só aparece em filmes de conteúdo adulto, mas em manifestações e experiências diversas da vida humana. O Brasil enquanto produto transnacional e turístico, constrói uma imagem de si, profundamente assentada em questões de sexo/gênero. As representações presentes nos diversos materiais de divulgação da EMBRATUR, por exemplo, expressam em sua maioria, a contradição entre o tempo como divisão natural de gênero. Recoloniza-se a cultura visual brasileira através dos pornotrópicos – o mundo edílico de mulheres nuas e acessíveis, como principais mediadoras culturais, com estrangeiros e gringos.

Por isso, o tombamento do Pão de Açúcar, e parte de uma política de mercantilização e espetáculo fetichista. A coletividade nacional é experimentada através do espetáculo, que nos anos 70 foram possibilitados pela consolidação do que se chama de “mercado de bens simbólicos” dado especialmente, através das mídias articuladas, mas também, pelos incentivos ao capital privado através de shows, expansão dos serviços turísticos (hotéis, motéis, casa de shows), programas de televisão, filmes, revistas, produzem uma cultura visual que ressignifica a herança da cultura popular, cuja origem está em manifestações africanas e indígenas, numa herança recolonizadora *soft porn*. O controle dos conteúdos das mídias, junto aos incentivos fiscais a empresas de telecomunicações e indústrias, simultaneamente as políticas de turismo, todas centradas no resgate da cultura popular cuja construção estética está profundamente amparada no “baixo corporal”(BAKTHIN, 2010) serão as bases para a formação de um conglomerado pornô midiático- turístico- arquitetônico transnacional. A bunda torna-se subproduto do espetáculo visual como política nacional.

Nesse novo regime de vida, farmacopornografia (PRECIADO, 2010) a produção da subjetividade do corpo e da sexualidade será atravessada pelos fármacos, hormônios, pílulas e pelas próteses ciborgues – através de cirurgias estéticas, além de novos materiais sintéticos tais como os fios de nylon que promoveram a popularização dos biquínis tipo tanga e fio dental. Permitindo que o Brasil produza uma cultura visual, baseada em sexo e consumo. Assim, ao subir o morro do Pão de Açúcar a partir do seu topo, observa-se as relações entre o gênero e o tempo mitológico das fantasias pornótropicas, expostas aos

viajantes que se extasiavam com a paisagem que dele se descortina. Ali se encontra uma escultura feminina chamada “Guanabara Mitológica” realizada por Remo Bernucci, a placa em português e em inglês desenha a cultura visual feminina associada à natureza da mulher e da cidade. Recoloniza-se a terra a partir da fantasia, sexo/gênero, raça e poder:

*“A cabeleira, as florestas;
Os seios, as montanhas;
a cintura, as praias;
A silhueta, a graça da mulher carioca;
Aos pés da estátua, a Íbis”*

Referências

BAKTHIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*; tradução de Yara Frateschi Vieira. - São Paulo. 2010.

COWAN, Benjamin. *Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War in Brazil*. University North Carolina Press . Chapel Hill. 2016

McKLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Tradução: Plínio Dentzien – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2010.

PELUCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea* v. 2, n. 2 p. 395-418 Jul.– Dez. 2012.

GUENTHER Konrad, *Das Antlitz Brasiliens: Natur und Kultur eines Sonnenlandes - Sein Tier- und Pflanzenleben*, Leipzig: R. Voigtländers Verlag 1927. In: BISPO, Antônio. *Pão de Açúcar na recepção cultural do Brasil na Europa. Vistas e visões na pintura, fotografia e na literatura de viagens: K. Oenike (1862-1924), A. Funke (1869-1941), K. Guenther (1874-1955) e outros*. *Revista Brasil- Europa- Correspondência Euro-Brasileira*, internet edição, 1998. Disponível: <http://revista.brasieuropa.eu/156/Pao de Acucar na Recepcao Cultural.html>, Acesso dia 01/03/2018.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Pornotopia. Arquitectura y sexualidade en “Playboy” durante la guerra fria*. Editora Anagrama. Barcelona. 2010.

SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

SIEVERS Wilhelm, *Süd-und Mittelamerika*, 2a. ed.. Leipzig e Viena: Bibliographisches Institut, 1903. In: BISPO, Antonio. *Pão de Açúcar na recepção cultural do Brasil na Europa. Vistas e visões na pintura, fotografia e na literatura de viagens: K. Oenike (1862-1924), A. Funke (1869-1941), K. Guenther (1874-1955) e outros*. *Revista Brasil- Europa- Correspondência Euro-Brasileira*, internet edição, 1998. Disponível: <http://revista.brasieuropa.eu/156/Pao de Acucar na Recepcao Cultural.html>, acessado dia 01/03/2018.

SILVA, Vanderli Maria da. A constructor da politica cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978). Dissertação apresentada no Departamento de Sociologia da FFLCH USP, 2001.

YUVAL-DAVIS, Nira e ANTHIAS, Flora. Women-Nation-State (Londres: Macmillan, 1989), p .7.

Nationalism, sex / gender, race, class and the patrimonialization of *Pão de Açúcar*: the heritage of pornotropics.

Abstract: This work discusses the nationalism as a visual politics that produces race, class and sex / gender in the erotic of colonization, seeking to cross the representations of the Empire, where the erotization of colonial "virgin" space is observed. The consolidation of the visual culture that prioritizes the "round" and feminine forms are also consequences of the political patrimonialism of the 70's, and will, therefore, also institutionalize the inheritance of the pornotropics, implying in a visual politics racialized and sexualized.

Keywords: nationalism, visual politics, erotization

A BUSCA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES COM A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Andreia Siminkoski Tonetto¹

Resumo: O artigo visa discutir acerca da legalização do aborto como forma de assegurar os Direitos Fundamentais das mulheres. Primeiramente, será explanado acerca de algumas noções dos Direitos Fundamentais e na sequência, sobre algumas questões inerentes à mulher e ao aborto, no que tange sua discussão no posto de vista da saúde pública. Nesta pesquisa será utilizado o método hipotético-dedutivo e pesquisa bibliográfica em obras e artigos acadêmicos.

Palavras-Chave: Mulher. Aborto. Direitos Fundamentais.

Introdução

Cientistas e religiosos sempre discutiram sobre o que é a vida e quando ela se inicia, discussão ao qual se arrasta por tanto tempo. A proteção à vida passou a ser pauta em todas as legislações de todos os Estados, principalmente a nível constitucional. Mas quando falamos em proteção à vida, em uma sociedade machista e patriarcal, logicamente, estamos ignorando por completo a vida das diversas mulheres que morrem diariamente.

Por muito tempo, foi projetado nas mulheres a necessidade da maternidade como sinônimo de autorrealização, desprezando por completo as particularidades de cada uma, seus desejos e suas próprias necessidades pessoais.

Como sabe-se, a inferioridade e a violência contra a mulher perpassa diversas sociedades, aos quais, felizmente, é gradativo o avanço no reconhecimento da mulher como sujeito de direito e sujeito capaz de realizar suas próprias escolhas. Em todas as circunstâncias e situações, a mulher é projetada em segundo plano.

Pela mulher ser livre e não ser uma máquina de reprodução da sociedade, é que se torna imprescindível e necessário discutir acerca do aborto ser um direito fundamental a mulher. Por isso, será proposto nesta pesquisa em um primeiro momento, uma discussão acerca do papel da mulher dentro da sociedade, sobre o aborto e sobre seus métodos.

Após, será discutido acerca de algumas noções voltadas aos direitos fundamentais e qual a razão do aborto dever ser considerado um deles, tendo em vista o direito da liberdade sexual da mulher e a ineficácia dos métodos e os impactos à saúde das mulheres que fazem uso dos anticoncepcionais. O método utilizado na elaboração desta pesquisa é o hipotético-dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica e em legislação específica.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão-PR. andreia.tonetto@hotmail.com.

A mulher e o aborto

É inegável que em nossa legislação o reconhecimento jurídico da mulher se deu de forma tardia, onde evidenciamos durante toda a história limitações em sua autonomia individual, seja para exercer uma atividade laborativa, obter uma formação escolar ou ainda, optar ou não por formar uma família e com isso, surge a imposição da maternidade forçada e a precariedade de seu planejamento familiar.

Nas últimas décadas, a literatura que trata sobre o aborto tem sido vasta, porém, tudo se direciona a uma mesma tecla, que é sobre a vida e a morte do feto dentro do útero. O útero tem sido visto como uma parte autônoma do organismo da mulher e não como membro integrante da autonomia feminina, sendo objeto de fala das instituições religiosas, legislativas e executivas. (VERARDO, 1987, p. 5).

Sobre o útero as religiões aplicam seus conceitos, o Estado legisla, dele os homens se apoderam. Um ser humano composto de braços, pernas, tronco, órgão, cérebro, emoções, alegrias, tristezas, sentimentos, lágrimas, risos, amores e paixões parece não existir nessa visão institucional e masculina.

(...)

Sobre esses corpos, ou fragmentos de corpos, a lei incide, a religião normatiza. (VERARDO, 1987, p. 5).

Nas últimas décadas, ocorreram avanços históricos civilizatórios no que se refere ao reconhecimento político e jurídico da igualdade entre todos os indivíduos. Porém, levando em conta a concretude biológica e social dos sujeitos, a especificação como sujeitos de direito é visto como um fenômeno completamente recente. Diversos documentos oriundos de tratados internacionais que visaram o reconhecimento e a autonomia de todos os indivíduos surgiram a partir da década de 40, no qual contamos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos como o pontapé inicial que serviu como base para toda a internacionalização dos Direitos Humanos e a construção de normas de direito do âmbito Internacional. (PIMENTEL, 2006, p.5)

Dentro desse cenário de reconhecimento acerca dos direitos humanos e a busca pela igualdade material dos grupos específicos, nos deparamos com a primeira manifestação neste sentido em 1979, com a promulgação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). (PIMENTEL, 2006, p. 5)

Nesta convenção, a especificidade física, biológica, social e jurídica da mulher foi considerada. As atividades voltadas pelo comitê firmado por esta Convenção possui uma

grande influência nos países que a ratificaram, no qual, visam atualizar e contextualizar a Convenção, por meio de análises em princípios voltados à preservação dos Direitos Humanos. (PIMENTEL, 2006, p. 6)

Segundo o Comitê CEDAW, com base nos relatórios que recebe, o alto índice de mortes maternas advém, em boa medida, de abortos ilegais e inseguros. E, assim, recomenda atenção especial aos aspectos de prevenção, a partir de abordagens nas áreas da informação, educação, saúde e direito. Inclusive recomenda, expressamente, a revisão de legislação punitiva na medida em que a criminalização do aborto constitui uma violação dos direitos da mulher à igualdade, à saúde, à vida. (PIMENTEL, 2006, p. 5)

Por muito tempo foi sustentado que a sexualidade feminina era permitida apenas dentro dos limites do matrimônio, como instrumento de satisfação do marido e de procriação, mas nunca como um fim em si, como mecanismo de obtenção de prazer pela e para a própria mulher. A liberdade do exercício da sexualidade feminina é substituída por um ato sexual a serviço da família e condição necessária para a maternidade, completando seu papel de esposa. A mulher passa a perder o status de mulher e ganha o de mãe e de ser assexuado. (VERARDO, 1987, p. 11).

Se por um lado, a Igreja, condenando qualquer forma de prazer fora da procriação, estimulava a multiplicação de gerações, as regras de sobrevivência impostas pelo trabalho raro e escassez alimentar impunham o avesso destas mesmas normas. A grande maioria das mulheres na colônia, esmagadas sob um sistema de excessivo labor e nula ajuda institucional, via assustada a chegada de filhos que constituíam uma sobrecarga. Tal como ocorria na Europa, o sentimento de opressão era maior para quem sustentava a criança: a família, e não o Estado. No Brasil, ao dizer família, vale ler “mães só” que compunham a grande maioria, sobretudo nas classes subalternas. A opção para tais mulheres era a contracepção, o aborto ou o infanticídio. (PRIORE, 1994, p. 55).

A interferência da Igreja Católica no Estado e automaticamente, na vida dos sujeitos e dos direitos inerentes a eles era percorrido por todas as estruturas políticas e sociais. Ainda observamos fortes resquícios da perpetuação da religião e de seus dogmas nos três poderes, inviabilizando de vez qualquer espécie de reconhecimento da mulher como um sujeito autônomo e livre.

Há toda uma programação emocional realizada pelos processos educacionais objetivando fazer a mulher compreender o casamento e a maternidade como seu objetivo máximo de vida. Durante toda a sua vida, pequenos mecanismos são direcionados para

que ela inconscientemente reaja a aquilo tudo como parte de sua natureza. (MORGADO, 1934, p.29).

Assim, condicionada para o dever de ser mulher e ser mãe, as meninas são empurradas para o seu papel biológico e social, como o gado para o matadouro; ser mãe é destino fixo e não-opcional. A verdade biológica de “nascer, crescer, reproduzir, morrer” para a mulher é mais aguda e trágica: “nasce, crescem torna-se mãe e morre”. Com aspectos mais determinantes – torna-se mãe eficiente, dedicada, amorosa e incansável. E morre. Morre para o mundo, para a possibilidade de ser. Porque, como se convencionou, mãe é um ser especial que não se cansa, não se impacienta, não se desgasta e está sempre a postos vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, todos os dias de sua vida. (MORGADO, 1934, p. 31-32).

A mulher passa a ser direcionada à cruz e a espada: Ser mãe ou profissional? Mesmo que sejam levadas à profissionalização e para dentro das universidades, em busca de uma profissão que lhe traga uma renda melhor, se depara com uma realidade desigual e inóspita, recheada de assédios morais, sexuais e desvalorização salarial. Em suma maioria, é quase naturalizado que a mulher abandone o curso ou o emprego no momento que se case ou tenha filhos. A mulher passa a ser empurrada para uma dupla jornada exaustiva. (MORGADO, 1934, p. 32)

Após lutas e progressos, obtemos a nossa liberdade sexual, que ainda muito mitigada, é pauta de movimentos e objeto deste estudo. Quando a mulher nega a maternidade e o casamento e mesmo assim deseja exercer sua sexualidade, sofre represálias por parte de toda a sociedade e necessita buscar mecanismos científicos para evitar uma gravidez indesejada.

Os estudos desenvolvidos sobre o corpo humano sempre foram voltados ao aparelho reprodutor, pouco se discutindo questões envolvendo o prazer sexual, principalmente no que se refere a mulher. No processo reprodutivo, como a mulher é associada a passividade e o homem ao papel ativo, direcionam estudos ao fato do espermatozoide chegar ao óvulo, mas pouco sobre o fato do óvulo liberar uma substância que conduzirá o espermatozoide até ele. Por muito tempo o sexo foi silenciado para as pessoas comuns, pois inicialmente, quem detinha autoridade para falar sobre questões sexuais era a Igreja, por meio do instituto do sacramento. Inicia-se neste período com mais ênfase, o discurso em que o sexo era utilizado meramente para fins reprodutivos. (VER ARDO, 1987, p. 17)

Assim que a confissão foi instaurada, exigia, para ser completa, um detalhamento minucioso, não só dos pensamentos mas também do

próprio ato sexual: a posição dos parceiros, as atitudes, os gestos, toques e os momentos de prazer.

(...)

Aquele que escuta a confissão – o padre ou confessor-acumula, durante sua profissão, uma série de informações que lhe darão um domínio sobre o sexo. Aquele que escuta está investido do poder de perdoar ou não, de prescrever penitência ou simplesmente coordenar, negando a absolvição. Ou seja, a verdade sobre o sexo passa a ser do campo da Igreja, e quando a Igreja fala sobre ele é para tratá-lo como um pecado. (VERARDO, 1987, p. 17)

Analisando tal situação, observamos como as instituições religiosas detêm uma forte influência durante toda a história no que se refere a limitação da liberdade sexual da mulher e aos seus direitos reprodutivos, bem como na construção da ideia de maternidade compulsória.

Dentro desse sentido, a primeira vista, ser mãe parece uma decisão individual, porém, com base na estrutura social a que estamos inseridos, há uma série de fatores econômicos e sociais que permeiam tal escolha. (VERARDO, 1987, p. 23).

Em 2014, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de 222 milhões de mulheres não possuíam acesso aos métodos contraceptivos, no qual este número atingia meninas e mulheres pobres de áreas rurais e favelas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2014).

O sexo não é mais um tabu e um dos meios mais seguros e ao mesmo tempo perigoso das mulheres evitarem uma gravidez e exercitar sua liberdade sexual, é por meio do uso de contraceptivos. Infelizmente, nenhum mecanismo é 100% seguro e por muitas vezes pode causar diversas consequências ao organismo humano.

O Jornal O Estado de São Paulo realizou uma pesquisa acerca da eficácia dos métodos contraceptivos, demonstrando que nenhum deles é um método 100% seguro e eficaz. A laqueadura por histeroscopia tem uma eficácia de cerca de 99,8%, no qual há cerca de 0,3 gestações podem ocorrer a cada 1.000 mulheres ao longo do tempo e a laqueadura cirúrgica, tem 99% de eficácia, no qual há cerca de 5,5 gestações ao longo do tempo a cada 1.000 mulheres. Por meio de procedimento cirúrgico, também há a vasectomia, que é um método de esterilização masculina, com 99% de eficácia, atingindo ainda cerca de 7,4 gestações a cada 1.000 mulheres ao longo do tempo. (Disponível em <<http://emails.estadao.com.br/galerias/bem-estar,conheca-as-vantagens-e-eficacia-de-cada-metodo-contraceptivo,25623>> Acesso em: fev.2018)

O contraceptivo oral é um dos métodos mais comuns e mais utilizados, no qual possui uma eficácia de 91% e é identificado cerca de 80 gestações a cada 1.000 mulheres.

A injeção, que possui os mesmos princípios da pílula, possui uma eficácia de 94%, sendo registrado cerca de 30 gestações a cada 1.000 mulheres. O implante anticoncepcional é uma cápsula de 4 cm introduzida debaixo da pele, que mensalmente libera uma quantidade de hormônios, com eficácia de 99%, sendo registrado cerca de 0,5 gestações a cada 1.000 mulheres. Semelhante ao implante, o anticoncepcional adesivo é colado na pele do braço, nádegas ou abdome, onde aos poucos libera hormônios no organismo, com uma eficácia de 91% com cerca de 80 gestações a cada 1.000 mulheres. (Disponível em <<http://emails.estadao.com.br/galerias/bem-estar,conheca-as-vantagens-e-eficacia-de-cada-metodo-contraceptivo,25623>>. Acesso em: fev.2018)

Outro mecanismo é o anel vaginal, feito de silicone e introduzido pela mulher na região vaginal, onde libera hormônios direto na circulação sanguínea, com uma eficácia de 91%, no qual pode ocorrer cerca de 80 gestações a cada 1.000 mulheres ao longo do tempo. O Dispositivo Intrauterino (DIU) é inserido no útero da mulher, podendo ser de cobre ou de hormônios, tendo uma eficácia de 99%, com cerca de 8 gestações a cada 1.000 mulheres ao longo do tempo. Por fim, os preservativos masculinos têm eficácia de 82%, ocorrendo cerca de 150 gestações a cada 1.000 mulheres ao longo do tempo e os preservativos femininos, com 79% de eficácia, sendo ambos os únicos que também previnem doenças sexualmente transmissíveis. (Disponível em <<http://emails.estadao.com.br/galerias/bem-estar,conheca-as-vantagens-e-eficacia-de-cada-metodo-contraceptivo,25623>>. Acesso em: fev.2018)

Diversas são as razões que levam as mulheres a interromperem a gravidez e o método utilizado para isso é o abortamento ou aborto. Os abortos podem ser espontâneos, aqueles ocasionados por circunstâncias naturais, onde o próprio organismo expelle o feto; e podem ser provocados, quando sofrem interferência de agentes mecânicos ou químicos. Os abortos provocados podem ser terapêuticos, quando visam salvar a vida da mãe ou eugênicos, quando o feto contrai doenças graves. (VERARDO, 1987, p. 23-24).

Reconhece-se 5 tipos de procedimentos de abortamento mais comuns. O primeiro método é o Karman, feito até a oitava semana de gestação para as mulheres que nunca tiveram filhos e até a décima, para as que já tiveram, no qual a dor é semelhante a uma cólica menstrual, podendo a mulher optar por aplicações de analgésicos. O processo demora em torno de 5 minutos e como consequência ocorre uma pequena hemorragia que dura em torno de 4 a 5 dias. Além disso, é recomendado que se evite relações sexuais até o 8º dia após o procedimento. (VERARDO, 1987, p. 32)

Inserese um espéculo no canal vaginal para permitir a exposição do colo do útero. É realizada inicialmente uma desinfecção do canal vaginal e do colo do útero. A dilatação é feita progressivamente com velas de plástico macio e flexível. Introduce-se uma cânula, que é um tubo de plástico com abertura em cada uma das extremidades. Liga-se esse tubo a um recipiente completamente vazio, ao qual se adapta uma seringa para fazer vácuo. O conteúdo aspirado deve ser examinado pelo médico, que verifica se não houve alguma retenção. (VERARDO, 1987, p. 32)

O outro método comum é a curetagem, onde é utilizada até a 14ª semana, com anestesia preferencialmente geral, tratando-se de uma pequena cirurgia que deve ser realizada em âmbito hospitalar. Primeiro, há a dilatação do colo do útero com o uso de velas metálicas, introduce-se um instrumento em forma de colher denominado cureta, onde realizará raspagens na parede do útero para deslocar o embrião e a placenta, que serão retirados com o auxílio de uma pinça específica. O procedimento leva em torno de 10 a 15 minutos, com pequenas hemorragias que duram em torno de 4 a 5 dias, sendo recomendável consultas ginecológicas 15 dias após. (VERARDO, 1987, p. 33).

O terceiro método de abortamento é pela indução, empregado após a 14ª semana, onde requerer cuidados especializados em ambiente hospitalar. É um procedimento doloroso que exige anestesia, tendo em vista que a expulsão do feto exige as mesmas técnicas que um parto comum. (VERARDO, 1987, p. 33).

Consiste na punção da parede uterina para retirada do líquido amniótico, que é substituído por uma solução composta de soro (ou glicose) hipertônico misturado com ocitocina. Essa solução provoca reações semelhantes às de um aborto espontâneo, com as contrações uterinas semelhantes às do parto, num prazo de 24-72 horas de sua injeção, quando, então, o feto é expulso. (VERARDO, 1987, p. 33).

O quarto procedimento é a microcesariana, que é utilizada após a 14ª semana, nos casos em que o feto não pode passar pelo colo do útero. É uma cirurgia semelhante a cesariana, realizada com anestesia geral ou peridural. Por fim, o quinto procedimento é o aborto farmacológico, em que injeta a prostagladina - substância que se encontra nos tecidos humanos -, por via intravenosa, que provoca contrações no útero e a expulsão do feto. Até a 8ª semana injeta-se de 50 a 75 mg e após a 14ª, a dose aumenta para 100 mg ou mais. Possui como efeitos colaterais náuseas, vômitos e diarreias. (VERARDO, 1987, p. 34).

Como muitas mulheres não possuem acesso à tais procedimentos, acabam recorrendo a métodos perigosos que acabam desenvolvendo doenças e colocando suas vidas em riscos. (VERARDO, 1987, p. 34).

A maternidade e o aborto não podem ser pensados de formas separadas, uma vez que ambos tratam-se de escolhas pertencentes à mulher. O tratamento social da maternidade gera uma desumanização à mulher e ao próprio instituto da maternidade, já que ela passa a ser ignorada dentro deste processo e a possibilidade de abortar explicitaria respeito à dignidade da vida humana já constituída, que é a da própria mulher. (NUNES, 2006, p. 31).

Juntamente com a programação emocional feita pelos processos educacionais para que veja o casamento desde cedo como seu objetivo máximo de vida, a mulher é preparada para a maternidade.

(...)

Assim, condicionada para o dever de ser mulher e de ser mãe, as meninas são empurradas para seu papel biológico e sexual, como o gado para o matadouro; ser mãe é destino fixo e não-opcional. (MORGADO, 1985, p. 28-29).

Sabe-se os impactos físicos, psicológicos e emocionais no corpo de uma gestante, pois é um processo muito complexo. A mulher não pode ser vista como uma máquina de reprodução do Estado, pois é um ser autônomo, independente, livre, com vontades e receios e sua decisão merece ser respeitada. Os que se denominam pró-vida visam a proteção de um feto, que é uma vida em potencial e ignoram por completo uma vida formada, que é quem carregará este bebê. A maternidade compulsória é a própria negação dos direitos humanos das mulheres e o aborto necessita ser visto como uma forma de preservação e respeito à mulher.

Os direitos fundamentais das mulheres com a legalização do aborto

Os direitos e garantias fundamentais podem ser compreendidas como prerrogativas reconhecidas pelo direito positivo e voltadas a assegurar condições mínimas de existência digna, livre e igual a todos os seres humanos. (PUCCINELLI JUNIOR, 2012, p.191).

Direitos Humanos e Direitos fundamentais são direitos inerentes a todos os indivíduos e que devem ser reconhecidos e protegidos pelos Estados. O fato de um direito estar previsto em uma hierarquia constitucional, evidencia a importância dada pelo

constituente para regular e proteger determinado bem jurídico, impondo também barreiras para a sua modificação.

Todos os direitos corresponderão a uma garantia constitucional, seja trazido no mesmo dispositivo constitucional, seja em disposições distintas. Os direitos são bens e vantagens previstos constitucionalmente e as garantias, seriam os meios de assegurar que estes direitos sejam exercidos. (PUCCINELLI JUNIOR, 2012, p. 192)

Quando questionamos acerca da igualdade existente entre os sujeitos na ordem interna, automaticamente nos remetemos a evolução histórica dos direitos fundamentais. O primeiro impulso para o desenvolvimento da dignidade humana deu-se com as declarações que surgiram após o declínio do regime medieval. Dos embates armados surgiu o Estado liberal que estabelece uma política de abstenção, que devido as desigualdades sociais oriundas e as poucas transformações sociais, caiu por terra. (PUCCINELLI JUNIOR, 2012, p. 194-195).

Com tais desigualdades sociais e trabalhistas, o manifesto comunista e as noções de Estado de Bem Estar social passam a eclodir e influenciar diversos países. Inicia-se uma prestação positiva do Estado, que passa a assegurar todos os direitos inerentes aos seus cidadãos. Após as duas grandes guerras, preocupações voltadas ao meio ambiente, a concorrência desleal e o direito do consumidor na sociedade de massa, passam a ganhar discussão no âmbito internacional. (PUCCINELLI JUNIOR, 2012, p. 197-199).

Desta forma, observamos a formação das 3 dimensões dos Direitos fundamentais. A primeira, refere-se aos direitos civis e políticos promovidos pelas Declarações dos Direitos do Homem e do Estado liberal. A segunda dimensão, diz respeito aos direitos culturais, sociais e econômicos e influenciados pelo Estado de Bem Estar social. E por fim, a terceira dimensão diz respeito aos direitos difusos e coletivos, tais como envolvendo os direitos consumeristas e ambientais.

Quando falamos acerca de direitos fundamentais, sempre remetemos a direitos tais como a vida, liberdade, honra, educação e saúde. Porém pouco se discute sobre a possibilidade do aborto ser considerado um direito fundamental da mulher. Como consta na Declaração e Programa de Ação de Viena, os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte indivisível e integral dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres na vida civil, política e econômica, além da erradicação da violência sexual e dentre outras formas, bem como, os direitos reprodutivos e o planejamento familiar, constituem direitos humanos das mulheres e necessitam ser parte integrante das atividades de toda comunidade internacional.

De acordo com a Declaração de Pequim, adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz, é um compromisso da ordem internacional promover a igualdade entre homens e mulheres na educação e saúde e promover a educação sexual e reprodutiva das mulheres. Como discutido anteriormente, a mulher é um ser humano dotado de vontades, de necessidades e capaz de fazer suas próprias escolhas, devendo decidir se a maternidade lhe é oportuna e qual o momento ideal para isso, não devendo e nem podendo ser considerada uma máquina de reprodução a serviço do Estado e da sociedade.

Atualmente, como o aborto é considerado um crime contra a vida, no qual a competência e o julgamento pertence ao tribunal do júri, encontra-se tipificado no Código Penal, em que as penas variam caso o aborto seja cometido pela própria gestante, por um terceiro com ou sem o consentimento da gestante.

Os direitos fundamentais com o passar do tempo vão se modificando e continuarão se modificando, porém, isso somente ocorre se houver mudanças nas condições históricas, tais como o carecimento e interesses pelas classes dominantes e dos meios disponíveis para isso. (BOBBIO, 2004, p. 12). Desta forma, compreende-se a necessidade das mulheres se empoderarem e lutar contra um Estado laico e Machista, para que enfim, possam decidir sobre seus próprios corpos.

Muito se fala sobre a proteção à vida do feto, mas pouco se fala sobre a proteção da vida da mulher. Evidentemente, a laicidade de nosso Estado é mera utopia, uma vez que em nossas leis ainda nos deparamos com a forte influência religiosa. Neste mesmo sentido, Simone de Beauvoir afirma:

Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à Terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio.

(...)

A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. (BEAUVOIR, 2016, p. 18)

As mulheres ainda se encontram em uma situação de inferioridade e por isso, nossas ações, escolhas e desejos são muito limitados. O empoderamento e a emancipação da mulher é um risco a uma sociedade machista, conservadora e ao próprio patriarcado. (BEAUVOIR, 2016, p. 20-21)

A liberdade da mulher é muito limitada e isso se deve por sermos vistas como objeto para a sociedade. “Os homens desejam como um objeto, uma inferior e um ser sem vontade. Estimulam a fraqueza dela, punem sua autoafirmação, tornam-na dependente”. (NYE, 1995, p. 108).

Se concordamos que a mulher é um sujeito de direito, capaz de optar por suas escolhas, livre e independente, socialmente e juridicamente falando, não há razão pela qual devemos limitar suas escolhas. Se a mulher deve ser vista como um ser autônomo e que não deve se submeter à maternidade compulsória, entendemos que a mulher possui o direito de escolher se deseja abortar ou não. O que notamos, são leis feitas por homens, para homens e para subjugar as mulheres.

Impor a qualquer mulher, mesmo seguidora de um credo religioso, uma norma que restringe sua liberdade é impedi-la de exercer sua capacidade moral de julgamento e decisão. É negar-lhe sua humanidade. (NUNES, 2006, p. 28). Obviamente que a vida humana é um precioso dom a ser defendido, porém torna-se incoerente a proteção do feto e culpabilizar as mulheres que abortam, as condenando a morte nas clínicas clandestinas. (NUNES, 2006, p. 28-29)

Ao afirmarmos que a reprodução humana é uma escolha, sendo uma decisão livre e possível, estamos direcionando para o campo dos direitos reprodutivos e os cruzando com os direitos civis e a própria moral. Vivemos em uma sociedade que não oferece a homens e mulheres condições para trazer ao mundo um novo ser, e nem mesmo, respeita as mulheres como ser humano composto de direitos, onde de fato, é questionável moralmente e eticamente. (NUNES, 2006, p. 32-33)

Fundamentalmente porém, devemos considerar que seria não só extremamente injusto, mas também desumano e mesmo imoral, exigir das mulheres que elas se façam mães simplesmente porque são dotadas da possibilidade biológica de gerar. O reconhecimento da humanidade das mulheres significa atribuir-lhes o controle sobre sua capacidade biológica de gerar um novo ser. Assim, moral, em uma sociedade, é estender a todas as mulheres o bem que significa a possibilidade de interferir no próprio poder criativo e não deixá-las sujeitas ao capricho de um acidente biológico. Moral, em uma sociedade, é reconhecer as mulheres como agentes morais de pleno direito, com capacidade de escolher eticamente, segundo critérios socialmente aceitáveis como justos. Imoral é que outros - seja o Estado, seja um grupo religioso, seja uma Igreja - decidam sobre o que as mulheres podem ou não fazer de seus corpos, de sua capacidade reprodutiva. (NUNES, 2006, p.34)

É inegável que a idealização à maternidade e o direcionamento obrigatório da mulher para ela é uma forma eficaz de reduzir inteiramente a sexualidade à procriação,

além de reprimir e inibir a sexualidade feminina para convertê-la um processo de orientação feita pelo próprio Estado para cumprimento das suas finalidades. Aqui entra em questão a Teoria da Égua parideira, existente com ênfase na Alemanha Nazista, em que a educação feminina existia apenas para prepará-las para a maternidade. (MILLETT, 1970, p. 155)

Com a evolução das sociedades, a liberdade sexual paira sobre elas. Infelizmente, as mulheres que demoraram tanto tempo para conquistar direitos relacionados à educação e por estarem habituadas com as condições de subordinação, não souberam aproveitar esta liberdade. Como reflexo, até nos dias de hoje, obrigam as mulheres à maternidade fundamentando em um dever social e de proteção à vida. Aos olhos do Estado autoritário, não é apreciado que as mulheres exerçam poder sobre seus próprios corpos. (MILLETT, 1970, p. 165-166)

Desta forma, se almejamos construir uma sociedade livre, justa, solidária, democrática e igualitária, é necessário que as escolhas individuais de cada sujeito sejam respeitadas e que não haja imposição de crenças e valores um nos outros. O aborto é um direito fundamental da mulher, em que cabe somente a ela decidir, já que o corpo a ela pertence e ela quem carregará todas as consequências de uma possível gestação e da própria criação.

Considerações finais

Durante toda a nossa história, ser mulher sempre se resumiu em crescer, casar, reproduzir e perder completamente sua autonomia frente ao novo núcleo familiar que está se formando. A mulher sempre foi vislumbrada como um objeto dentro da sociedade e que por isso, era incapaz de tecer suas próprias escolhas.

Por muitos anos, a mulher foi dependente do homem para exercer diversos atos cívicos e por mais que isso tenha mudado, ainda nos deparamos com uma barreira para o exercício da nossa liberdade sexual de forma segura e saudável.

Diariamente, lutamos para que as vidas das mulheres não sejam ceifadas nos altos índices de violência e nem mesmo nas clínicas clandestinas durante o procedimento do aborto. É necessário lembrar que diversos são as razões pelas quais as mulheres não desejam a maternidade e que nossos corpos são livres, assim como nós somos.

Instituições Estatais e religiosas objetivam constantemente se apoderar de nosso útero, como se fosse parte desprendida das mulheres. Ignoram por completo os anseios,

desejos, vontades e escolhas particulares de cada mulher, esquecendo que fizemos parte de um Estado Democrático de Direito.

Chegou um tempo em que é necessário que o Estado destrua qualquer obstáculo legislativo e social que impossibilite o pleno reconhecimento da mulher como cidadã e não lhe negue os direitos humanos a elas inerentes. Apesar da onda de conservadorismo que tem tomado conta das relações internacionais, os movimentos feministas e sociais e as próprias mulheres precisam manter-se firmes para que nenhum direito a menos seja usurpado.

O aborto legal e seguro é um direito fundamental, estando ele atrelado aos direitos reprodutivos, ao planejamento familiar e aos direitos humanos inerentes às mulheres. O fato de sermos biologicamente projetadas para gestar, não significa que seguiremos eternamente como uma máquina de reprodução a serviço do Estado, das religiões e da sociedade.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sergio Milliet. 3 ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. - Nova ed.- Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.

DEL PRIORI, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

JORNAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Conheça as vantagens e eficácia de cada método contraceptivo**. Disponível em <<http://emails.estadao.com.br/galerias/bem-estar,conheca-as-vantagens-e-eficacia-de-cada-metodo-contraceptivo,25623>>. Acesso em: fev.2018.

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. Lisboa: Dom Quixote. 1970.

MORGADO, Belkis Frony. **A solidão da mulher bem casada**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MULHER- Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 256 p.

NUNES, Maria José Rosado. Aborto, Maternidade e a dignidade da vida das mulheres. In: CAVALCANTE, Alcilene, XAVIER, Dulce (org.). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: católicas pelo direito de decidir, 2006. p.23-42.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro.- Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **OMS: 222 milhões de mulheres que não querem engravidar não têm acesso a contraceptivos.** Disponível em [<https://nacoesunidas.org/oms-222-milhoes-de-mulheres-que-nao-querem-engravidar-nao-tem-acesso-a-contraceptivos.>](https://nacoesunidas.org/oms-222-milhoes-de-mulheres-que-nao-querem-engravidar-nao-tem-acesso-a-contraceptivos.>). Acesso em: fev.2018.

PIMENTEL, Silvia. Prefácio. In: CAVALCANTE, Alcilene, XAVIER, Dulce (org.). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos.** São Paulo: católicas pelo direito de decidir, 2006. p.4-9.

VERARDO, Maria Tereza. **Aborto: um direito ou um crime?.** São Paulo: Moderna, 1987.

The search for the effectiveness of the fundamental rights of women with the legalization of abortion

Abstract: This article aims a discussion about abortion legalization as a way to ensure women's Fundamental Rights. Firstly, explanations about some Fundamental Rights notions will be done, then, some questions inherent to women and abortion, in reference to its point of view on public health care. In this research, a hypothetical-deductive method will be used and bibliographic research on academic articles.

Keywords: Women. Abortion. Fundamental Rights.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS LEGISLAÇÕES PENAS ARGENTINAS E BRASILEIRAS QUE VISAM COIBIR E REPRIMIR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Andreia Siminkoski Tonetto¹

Resumo: O artigo possui como objetivo realizar uma análise comparativa entre as legislações penais argentinas e brasileiras referentes ao combate e a repressão à violência contra a mulher. Em um primeiro momento, será contextualizado alguns aspectos acerca da violência contra a mulher e em sequência, a comparação entre ambas as legislações. Neste trabalho será utilizado o método hipotético-dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica, obras feministas e em legislações específicas.

Palavras-chaves: Violência. Direito Penal. Mulher.

Introdução

Observar a realidade tal como ela é nos direciona a uma série de questionamentos envolvendo a situação da mulher dentro das sociedades. Por muitas vezes, seu papel é apagado e sua contribuição é diminuída, frente a supremacia masculina instaurada com o patriarcado.

As mulheres desconhecem suas próprias origens, as lutas que motivaram a gama de direitos que hoje possuímos e conseqüentemente, não conseguem compreender os mecanismos utilizados pelo patriarcado para oprimi-las e assim, se tornam incapazes de lutar pelo seu empoderamento e autonomia.

Qualquer mulher que vislumbrar contrariar o ciclo de nascer, crescer, casar, reproduzir e morrer, será reclusa da sociedade e a ela será atribuída todo e qualquer adjetivo pejorativo que visa diminuí-la como ser humano. Não se torna diferente com as mulheres que não se enquadram nos padrões estéticos ou que lutam contra a violência.

Compreender a razão pelo qual a condição de subordinação e inferioridade da mulher foi construída e por quais motivos ela ainda se estrutura mesmo nos dias de hoje, apesar de tantas conquistas, é primordial para sabermos onde atacar e modificar tal realidade. Sabe-se que um dos mecanismos mais importantes de reconhecimento da mulher como sujeito de direito se dá com a promulgação de normas, e o mesmo vale para o reconhecimento da violência contra a mulher, que se mantém em todas as sociedades desde os primórdios e que urgentemente necessita que o Estado acionasse mecanismos para coibi-la e preveni-la.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão-PR. E-mail: andreia.tonetto@hotmail.com

Desta forma, em um primeiro momento será discutido acerca de alguns aspectos históricos do processo de naturalização da mulher e em seguida, será feita uma análise das legislações penais argentinas e brasileiras, para compreender como a violência contra a mulher é enxergada e tratada por ambos os Estados. A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho é o hipotético-dedutivo e pesquisa bibliográfica em livros e em legislações.

Violência contra a mulher: A negação do reconhecimento da mulher como sujeito de Direito

Antes de adentrarmos na análise comparativa entre a situação da violência contra a mulher na Argentina e no Brasil, resta esclarecer primordialmente a naturalização da violência contra a mulher e quais as razões de se sustentarem até nos dias de hoje.

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. (BEAUVOIR, 2016, p. 95)

Desde o surgimento das sociedades, as mulheres sempre foram mais ou menos subjugadas, oprimidas e exploradas. A divisão sexual do trabalho direcionou a mulher aos serviços domésticos, aos encargos da maternidade e a sentenciando para uma existência de submissão. Essa subordinação da mulher sempre encontrou respaldo em códigos religiosos, civis e políticos de toda a antiguidade, que como consequência, se espalharam e influenciaram todas as sociedades, inclusive nos dias de hoje. (COELHO, 2002, p. 37)

Mas os homens não poderiam gozar plenamente esse privilégio se não o houvesse considerado alicerçado no absoluto e na eternidade: de sua supremacia procuraram fazer um direito. **“Os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens, favoreceram seu próprio sexo, e os juriconsultos transformaram as leis em princípios”**, diz ainda Poulain de La Barre. **Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio.** (BEAUVOIR, 2016, p. 19) (*grifos nossos*)

Por muito tempo, autores e cientistas buscavam encontrar meios que justificassem a inferioridade da mulher, criando argumentos relacionados a força física, a diferença biológica e a intelectualidade da mulher. Diante da regra construída, diversas exceções foram encontradas que desbancaram o argumento que o homem é mais forte que a mulher. Obviamente que o organismo feminino é diferente do masculino, porém as análises realizadas só demonstram a maior resistência feminina e uma maior expectativa de vida. (SAFFIOTI, 1987, p. 12-14)

O argumento de que a mulher se mostra inferior intelectualmente se mostra inconsistente, na medida que foi cientificamente comprovado que a inteligência é um potencial que se desenvolve na medida que recebe estímulos. (SAFFIOTI, 1987, p. 12-14). As causas dessa suposta inferioridade, se deu relativamente por causa dos próprios homens, que limitavam as mulheres apenas nas atividades domésticas e lhe negavam qualquer possibilidade de adquirir conhecimento. (COELHO, 2002, p. 40).

A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo a igualdade dentro da diferença. (BEAUVOIR, 2016, p.20)

A mulher constitui um grupo de minorias, no caso que estes grupos são mantidos em uma situação de inferioridade, sendo então inferiores, por aí permanecerem. Deve-se no entanto compreender o alcance da palavra ser, no qual aqui, abrange as noções de ter se tornado e ter sido feito como se manifesta. (BEAUVOIR, 2016, p. 21) “Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar”. (BEAUVOIR, 2016, p. 21).

É evidente que analisando todo o contexto social no qual estamos inseridas, diante dos salários inferiores e os altos índices da violência, por mais que estejamos empenhadas em sair desta situação, a emancipação feminina é visto como uma ameaça, uma afronta ao patriarcado.

Verificada, pois, por estes e outros motivos preponderantes, a conseqüente degeneração forçada do tipo feminino -morfológica e socialmente falando – os respectivos cientistas, apesar de homens, confessam que desde as primeiras civilizações até hoje, toda a sorte de críticas, injúrias e imprecisões têm sido lançadas contra as mulheres, pelos homens de todas as crenças, de todas as categorias sociais, e de todos os tempos. (COELHO, 2002, p. 40).

Os homens sempre ocuparam na política, nas indústrias, mais representatividade, cargos mais altos e salários mais vantajosos, em outras palavras, o mundo sempre foi dos homens e a história sempre foi escrita por eles. Pelas conquistas e reconhecimento que obtivemos, nota-se que a mulher é recém-chegada neste universo e tem muitas dificuldades para superar e muitos obstáculos para ocupar por fim, o seu espaço. (BEAUVOIR, 2016, p. 17)

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

Desta forma, denota-se que a mulher é definida no espaço sociocultural no qual ela está inserida. Nascemos machos e fêmeas, porém nossa identidade social é construída através da sociedade ao qual estamos inseridas. Funções naturais acabam passando por processos de socialização, tais como a maternidade, o parto e o próprio metabolismo, que acaba sendo condicionado. Desta forma, acaba sendo complicado conseguir separar o que é um processo natural, daquele ao qual já sofreu intervenção humana e passou pelos processos socioculturais. (SAFFIOTI, 1987, p. 10)

Todo o sujeito que tenta definir sua existência, na verdade almeja transcender, ser livre. A mulher deseja uma liberdade autônoma, mas constantemente o mundo lhe impõe limitações, torná-la objeto. A mulher se encontra em um conflito entre o que se põe como uma reivindicação fundamental e essencial e de situações que se mostram como inessencial. Tais questionamentos levam a pensar quais situações restringem a liberdade da mulher e como superar tais obstáculos. As noções que compreendemos como felicidade da mulher, nada mais seria do que a liberdade. (BEAUVOIR, 2016, p. 26).

É do ponto de vista das oportunidades concretas dadas aos indivíduos que julgamos as instituições. Mas não confundimos tampouco a ideia de interesse privado com a de felicidade, ponto de vista que se encontra frequentemente. As mulheres de harém não são mais felizes que uma eleitora? Não é a dona de casa mais feliz que a operária? Não se sabe muito precisamente o que significa a palavra felicidade, nem que valores autênticos ela envolve. Não há nenhuma possibilidade de medir a felicidade de outrem, e é sempre fácil declarar feliz a situação que lhe quer impor. (BEAUVOIR, 2016, p. 25-26)

Dentro da sociedade, de um modo geral, é evidente que a liberdade de todos é diminuída e limitada, porém arriscamos a dizer que a liberdade da mulher é quase que inteiramente reduzida. Suas ações, seus desejos, suas vontades e expectativas são todas circunscritas.

É de extrema importância compreender como o processo de naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como as dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (SAFFIOTI, 1987, p. 11)

Nota-se que a inferioridade da mulher desde os primórdios é sustentada por meio de infundados argumentos baseados na força física, no organismo feminino e na intelectualidade. Ora, se cientificamente todos foram derrubados, é evidente que a inferioridade feminina é exclusivamente social. O poder está concentrado nas mãos dos homens e estes temem perder os privilégios que asseguram a supremacia sobre as mulheres. (SAFFIOTI, 1987, p. 15-16)

Entende-se que foi a civilização, com suas leis, costumes e preconceitos que desvalorizou e enfraqueceu a figura feminina, a direcionando a um lugar inferior e taxando de sexo frágil. (COELHO, 2002, p. 40)

“O sexo feminino, ninguém o pode contestar, tem vivido séculos e séculos verdadeiramente asfixiado sob a prepotência masculina de acomodatória tradição, a qual ela tem impunemente sufocado as preciosas faculdades intelectuais e de trabalho” (COELHO, 2002, p. 47).

Essa limitação imposta à mulher, os traços de inferioridade e de submissão do sexo feminino durante toda a história, direcionou à sua coisificação. “O pior mal é cair na condição de objeto ou infligir esse destino a outrem”.(NYE, 1995, p.105).

Evidente que as estruturas de dominação não irão se transformar apenas com as alterações legislativas. As normas que regulam as condutas e comportamentos possibilitam que as mulheres tenham suas vidas e integridades protegidas, porém, de nada adianta se não houver desestabilização da ideologia dominante. Enquanto houver a presença do patriarcado, todo um sistema legislativo e de teor democrático será interpretado à luz daqueles que nos oprimem e nos inferiorizam. (SAFFIOTI, 1987, p. 15-16)

O que ocorre com a figura da mulher desde as comunidades agrícolas até os dias de hoje, resume-se num processo de reificação de sua alteridade. A mulher assume papel

de objeto e de coisa dentro da sociedade. A opressão da mulher dentro da sociedade é uma negação a autoafirmação delas mesmas, e é sustentada pela crença em que a natureza feminina é a passividade, submissão e inferioridade. (NYE, 1995, p. 108)

O antídoto é óbvio. A mulher deve rebelar-se, deve inverter os papéis, deve afirmar-se contra o opressor. Quando ela faz isso, o opressor torna-se a "coisa" que bloqueia a liberdade, e ela o sujeito, recusando os limites impostos pelo homem, aventurando-se ao céu que já não é a sede das ideias transcendentais, masculinas e femininas. A mulher liberada funde-se na luz da transcendência, aprende a ser "*l'Homme*". Além do mais, só ela pode dar esse passo no sentido da libertação. (NYE, 1995, p. 109)

Porém, sabe-se além da pressão por parte das mulheres para que hajam mudanças significativas, é preciso que o Estado venha a reconhecer direitos implícitos em nossa própria dignidade humana. A principal forma do reconhecimento dos Direitos Humanos, que tanto foram defendidos pelos jusnaturalistas, é realizada pelo Estado, por meio da promulgação de normas. A igualdade formal é insuficiente, mas é o primeiro passo para que o indivíduo possa ser reconhecido como sujeito de direito.

Como à mulher é direcionado o status de objeto e de ser inferior e subordinado, uma das maiores formas do homem legitimar sua supremacia se dá justamente por meio da violência. A mulher assume um status de propriedade, ao qual se transfere do pai para o homem, com a instituição do casamento.

Assim, por muito tempo, a mulher ficou restrita aos papéis sexuais que, desde a infância são inculcados nela. Esse determinismo possibilitou os processos de violência do homem contra a mulher e que felizmente, em diversos países, têm sido veementemente combatidos por meio de medidas legislativas adotadas.

Legislação penal Argentina X Brasileira

Apesar da violência contra a mulher ser naturalizada e parecer óbvio que os países tomem algumas atitudes para frear os altos índices de violência, diversos deles ainda representam uma sociedade fortemente machista e patriarcal, a ponto de não possuir sequer uma legislação específica para a proteção da mulher.

A violência contra a mulher é um dos assuntos que mais têm ganhado visibilidade nas últimas décadas, ao qual devido os altos índices de violência, políticas públicas passaram a ser buscadas por diversos setores e principalmente pelo movimento feminista. (JESUS, 2010, p.2).

Uma das primeiras legislações internacionais que visou coibir, erradicar e eliminar a violência contra a mulher, se deu com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 1979, no qual foi a primeira a abordar acerca dos direitos humanos das mulheres. Na América Latina, nos deparamos com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher de 1994, intitulada como Convenção de Belém do Pará, em que cerca de 64 países o ratificaram, inclusive Brasil e Argentina. (Disponível em <http://www.cidh.org/basicos/portugues/n.Belem.do.Para.Ratif.htm>. Acesso em: fev. 2018)

O conceito de violência contra a mulher é trazido no 1º artigo da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, afirmando que é “qualquer ato ou conduta baseada em gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

- a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;
- b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e
- c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2018)

De acordo com o Jornal El País, apenas dois terços de todos os países possuem legislações que punem a violência doméstica e cerca de 40 não o fazem. A predominância dos países sem nenhuma legislação ou com legislações ínfimas e quase nulas se dão principalmente no continente Africano, no Oriente Médio e foi verificado na Rússia e Tunísia retrocessos com a descriminalização da violência contra a mulher. (Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511362733_867518.html. Acesso em: fev. 2018).

No Brasil, identificamos duas importantes e principais legislações voltadas a prevenção e a repressão da violência contra a mulher: Lei n.º 11.340/2006, comumente conhecida como Lei Maria da Penha e a Lei n.º 13.104/2015, que estabelece o

feminicídio, sendo uma qualificadora do homicídio cometido contra mulheres em razão de gênero ou no âmbito das relações domésticas.

Podemos compreender a violência contra a mulher em 5 formas, sendo elas: A violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. O melhor conceito destas formas de violência encontramos na Lei n.º 11.340/2006, que estabeleceu um importante marco para coibição e repressão da violência contra a mulher, em seu artigo 7º, *in verbis*:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A Lei 11.340/2006, vulgo Lei Maria da Penha, representou um importante passo para o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres no âmbito nacional, em que garante a todas as mulheres, sem qualquer distinção, todos os direitos fundamentais inerentes aos indivíduos, além de oportunidades e facilidades para viver sem violência e ter sua saúde preservada, como assevera em seu artigo 2º. Esta lei traz em seu bojo a mesma definição estabelecida pela Convenção de Belém do Pará, acrescentando ainda que a violência doméstica e familiar representa uma grave violação aos direitos humanos, como consta em seu artigo 6º.

Em seu artigo 8º, a lei em questão estabelece as medidas integradas para prevenção da violência, em que União, Estados e Municípios e todos os setores da sociedade, atuarão em conjunto, promovendo o desenvolvimento de estudos acerca

questões de gênero e sobre perspectivas voltadas à violência contra a mulher, visando desarticular os meios que auxiliam na manutenção dos papéis estereotipados que reforçam na incidência da violência. Além disso, traz também a necessidade de implantação de instituições especializadas para atendimento e apoio às vítimas, como forma de consolidar os preceitos constitucionais.

Em seus artigos 19 ao 23, nos deparamos com as Medidas Protetivas, aos quais, segundo estes dispositivos, visam a proteção da vítima, tais como o afastamento do agressor dos lugares de seu convívio ou até mesmo prisão preventiva.

Com a promulgação da Lei Maria da Penha, no período de 2006 a 2013, o crescimento do homicídio contra mulher caiu 2,6% ao ano e o crescimento das taxas em 1,7%. No entanto, observa-se que os índices de violência são muito altos.

A naturalização de construções culturais que hierarquizam vidas é determinante para que algumas sejam zeladas e outras não, determinando quais podem ser tiradas sucessivamente, com alto grau de impunidade perante os poderes públicos e a população, como os feminicídios, o genocídio da população negra e os crimes associados à LGBT fobia.. Muitas vezes, o feminicídio é o desfecho de um histórico de violências, sendo considerado uma morte evitável – ou seja, que não aconteceria sem a convivência institucional e social às discriminações e violências contra as mulheres que se perpetuam até o extremo da letalidade. O Estado, por ação ou omissão, compactua com a perpetuação destas mortes. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 7)

Diante desse cenário, é observado a necessidade de nomear tal prática, como forma de conhecer sua dimensão e seu contexto, além de visar desnaturalizar as ações e práticas que corroboram para a permanência dos altos índices da violência contra a mulher. A nomeação e definição do problema é um primeiro e importante passo para que seja possível articular mecanismos para combatê-la. (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.7-9)

No ano de 2015, é promulgada a Lei n.º 13.104/2015, popularmente denominada Lei do Feminicídio, no qual altera os artigos do Código Penal, para qualificar o crime de homicídio e inclui-lo no rol dos crimes hediondos. O feminicídio é definido como a morte de mulheres em razão de condição do sexo feminino, ou seja, caracterizado pela violência doméstica e familiar ou pelo menosprezo ou discriminação da condição da mulher.

O crime de homicídio simples varia de 6 a 20 anos, porém quando aplicada a qualificadora do feminicídio a pena se altera consideravelmente. A pena abstrata é de 12 a 30 anos cumprido em regime fechado e que além disso, por estar inserido no rol dos

crimes hediondos, para que haja progressão de regime, o apenado deverá cumprir 2/5 da pena se for réu primário e 3/5 da pena, se for reincidente, conforme Lei n.º 8.072/1990.

Nos deparamos com legislações esparsas no ordenamento brasileiro, tal como a Lei n.º 10.778/2003, que trata da notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher atendida nos estabelecimentos privados e públicos e A Lei n.º 10.714/2003, que autoriza o poder executivo a disponibilizar um número telefônico para que as denúncias de casos de violência contra a mulher em todo território nacional.

Atualmente, a Argentina conta também com 3 importantes legislações que visam coibir a violência contra a mulher. A primeira legislação, trata-se da Lei n.º 26.485/2009, que trata da proteção integral para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Toda a estrutura dessa lei é semelhante à Lei Maria da Penha, tanto que traz em seu bojo as mesmas formas de violência que podem assolar às mulheres, medidas protetivas e aspectos procedimentais da norma, no que se refere ao atendimento às vítimas, das medidas de proteção e a amplitude das ações governamentais.

A legislação penal Argentina estabelece como forma de violência contra a mulher a física, psicológica, sexual, econômica e patrimonial e simbólica. Além disso, estabelece também às modalidades aos quais as formas de violência podem se propagar, como consta no artigo 6º da supracitada lei, podendo ser elas: Violência doméstica contra mulheres; violência institucional contra as mulheres; Violência trabalhista contra as mulheres; violência contra a liberdade reprodutiva; violência obstétrica e por fim, violência midiática contra as mulheres.

De acordo com seu artigo 7º, conta também com a articulação de políticas públicas elaboradas entre os poderes, a União e seus Estados, visando eliminar a violência contra a mulher; adoção de políticas assistencialistas às vítimas; adoção de medidas que visem desestimular a sociedade no que se refere a violência contra a mulher. Além de que, no artigo subsequente, há o estabelecimento de um Conselho Nacional da Mulher, que é competente para elaborar políticas públicas tais como objetivam tal lei e demais órgãos e secretárias que se incumbirão de articular meios para reprimir a violência contra a mulher e demais órgãos que auxiliarão nas atividades desenvolvidas.

Além disso, diferente do Brasil, a Argentina pune com prisão perpétua. Mas se eventualmente o homicídio cometido contra cônjuge for amparado por alguma circunstância que privilegie o crime, a pena será de reclusão de 10 a 25 anos como estabelece o Código Penal Argentino.

Nota-se que as disposições presentes no Código Penal Argentino e Brasileiro, no que se refere ao feminicídio também são muito parecidas. Antes de 2012, o Código Penal Argentino permitia a possibilidade de prisão perpétua apenas se o homicídio fosse cometido contra cônjuge, porém com a Lei 26.791 de 2012, o conceito de feminicídio passa por uma ampliação, estendendo também ex cônjuge, namorada ou qualquer indivíduo que venha a contrair laços.

No Brasil, quase todos os crimes envolvendo a mulher encontram amparo na Lei n.º 11.340/2006, porém na Argentina, além das leis já citadas anteriormente, recentemente houve a promulgação da Lei n.º 5.742/2017, que visa prevenir e punir o assédio sexual em vias públicas, representando um grande avanço legislativo.

Esta lei visa prevenir e reprimir o assédio sexual que pode se dar verbalmente ou fisicamente, de natureza ou conotação sexual, com base em gênero e identidade sexual. Visa a proteção da integridade física e da liberdade de locomoção das pessoas em vias públicas. Em seu bojo, há um rol taxativo de comportamentos considerados assédio, tais como: comentários sexuais, diretos ou indiretos sobre o corpo; fotografias ou gravações não consentidas; contato físico devido ou indevido; perseguição; ou por fim, masturbação, exibicionismo, gestos obscenos ou outras expressões.

Ficará a cargo do poder executivo estabelecer campanhas de conscientização social. A pena para quem comete este delito é de 2 a 10 dias de serviço comunitário e multa. Levando em conta diversas situações que têm ocorrido em nosso país e mediante a necessidade de regular o assédio sexual nas vias públicas, esta legislação argentina serviria de base para que medidas jurídicas e sociais sejam tomadas para inibir tal tipo de violência em nosso país.

Considerações finais

De fato, não podemos fechar os olhos para nossa realidade: a violência contra a mulher é um tema muito atual e necessário, apesar do esforço promovido pelos movimentos feministas e sociais, além da mobilização por parte dos Estados e dos setores agregados, infelizmente esse tipo de violência ainda é naturalizada em nossa sociedade, apesar de tantos avanços sociais.

É evidente que muitos Estados estejam reconhecendo a violência contra a mulher como grave violação aos direitos humanos, e que por isso, é necessário utilizar todos os

instrumentos legislativos e jurídicos para coibir e reprimir qualquer forma em que a violência se propague.

A violência é uma das formas mais brutais de impor uma supremacia em cima do outro. Em todas as sociedades nos deparamos com a violência contra a mulher, porém em níveis distintos, dependendo da cultura, da religião e da ideologia e interferência do Estado nestas questões culturais.

Nisso, fica evidente que a importância da mulher e sua atuação dentro da sociedade, são limitados por meio de um determinismo social, da mesma forma que ocorre a naturalização dos processos de violência e da manutenção da sua condição de inferioridade.

Tanto a Argentina quanto o Brasil possuem boas legislações que visam a coibição e repressão da violência contra a mulher e tais leis surgiram após muitos movimentos sociais atrelados em todo o mundo.

A existência de leis preventivas e repressivas em um país pode se dar por duas situações: Ou o Estado é altamente desenvolvido a ponto de não necessitar de normas que regulem tais situações; ou uma sociedade é patriarcal e machista a ponto do Estado criar mecanismos para coibir e punir tais atos e forçar que a sociedade mude seus valores e concepções negativas.

Referências

ARGENTINA. Ley n.º 5.742 de 12/01/2017. Disponível em <<http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley5742.html>>. Acesso em: Fev.2018

ARGENTINA. Ley 11.179 de 1984. Código Penal de La Nación Argentina. Disponível em <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/texact.htm>>. Acesso em: fev.2018.

ARGENTINA. Ley n.º 26.485 de 11/03/2009. Disponível em <https://www.oas.org/dil/esp/Ley_de_Proteccion_Integral_de_Mujeres_Argentina.pdf>. Acesso em: fev.2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: Fatos e mitos**. Tradução Sérgio Millet. -3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**, volume 2. Tradução Sergio Millet. - 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRASIL. Lei n.º11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra

as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **In: Diário Oficial de Brasília.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: fev. 2018.

BRASIL. Lei n.º 13.104 de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **In: diário Oficial de Brasília.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: fev.2018.

BRASIL. Decreto- Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **In: Diário Oficial de Brasília.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: fev.2018.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para a sua história.** 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **A-61: Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher, “Convenção De Belém Do Pará”.** Disponível em <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/n.Belem.do.Para.Ratif.htm>>. Acesso em: fev.2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Femicídio: #Invisibilidade Mata.** Organização PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher: Aspectos criminais da Lei n.º 11.340/2006.** São Paulo: Saraiva, 2010.

MULHER- Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 256 p.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as filosofias do homem.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1995.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

A comparative analysis between the argentine and brazilian pen legislation visited to collect and reproduce violence against women.

Abstract: This article aims to make a comparative analyze between Brazilian and Argentine criminal law referring to the fight and repression to violence against women.

At first, some aspects about violence against women will be contextualized, then, following, the comparison between both legislations.

In this work, a hypothetical-deductive method will be used, based in bibliographic research, feminist works and specific legislations

Keywords: Violence. Criminal Law. Women.

AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO PAÍS DO FUTEBOL: A PROIBIÇÃO DAS MULHERES NOS ESPORTES PELO DECRETO-LEI DE Nº 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941

Ana Karolina Amorim Fernandes¹
Débora Miranda de Oliveira²

Resumo: Em abril de 1941, pelo Decreto-lei Nº 3.199 as mulheres foram proibidas de praticar esportes no Brasil. O artigo 54 pontua que não se permitiria “a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. O trabalho aqui apresentado discute, a partir do futebol, a construção da identidade nacional sob bases valorativas sobre a figura feminina e seu lugar social no Estado Novo. As consequências da exclusão das mulheres no esporte são ainda perceptíveis no futebol feminino atualmente.

Palavras-chave: futebol feminino, História das mulheres, Estado Novo.

O Brasil é um país que teve seu desenvolvimento atrelado a valores conservadores e à cultura patriarcal, o que contribuiu para a exclusão histórica de todo sujeito que desviasse do padrão de normalidade entendido pela sociedade, principalmente nos que diz respeito ao gênero (MORAES e DIAS, 2009).

Considerando-as como coadjuvantes, às mulheres é resguardada a ausência de história. Em relação àquelas que praticavam o futebol no passado, a invisibilidade está associada ao preconceito e as suas réplicas que fizeram com que, por décadas, as mulheres fossem proibidas de praticar esportes no Brasil.

Na história do futebol, um dos aspectos menos conhecidos é a participação das mulheres enquanto jogadoras, uma vez que este esporte é associado – na maioria das vezes automaticamente – ao universo masculino. Mundialmente, a partir da década de 1980, principalmente na China e nos Estados Unidos, dá-se a expansão das mulheres no futebol. No entanto, no Brasil, até hoje, a presença feminina dentro das quatro linhas ainda busca sua afirmação (FRANZINI, 2005).

O futebol faz parte da identidade nacional do Brasil, entretanto, da década de 1940 até o final da década de 1970, as mulheres foram impedidas de praticar essa modalidade esportiva sob o argumento de que determinado tipo de esporte era incompatível com a natureza feminina. Tido como uma transgressão, a presença feminina nos campos corrompia a imagem da mulher ideal, que essencialmente expressava-se na imagem da

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. E-mail: anakarolinaamorim3@gmail.com.

² Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. E-mail: opsdebora@gmail.com.

mãe, cujo corpo era visto como um bem social e de controle do Estado (GOELLNER, 2004).

A proibição da prática do futebol para as mulheres e a valorização do ambiente doméstico enquanto serviço à família e à pátria, no Estado Novo, compõe um projeto de nação que será discutido ao longo deste artigo.

O futebol faz parte de um universo cujas representações são veementemente masculinas, nesse sentido, é importante fazer uma análise do futebol para além de entendê-lo somente enquanto esporte. Como um espaço também sociocultural, produz e reproduz valores que, mesmo que nem sempre de forma tão clara, têm em vista uma lógica de manutenção de ordem, que também espera ser observada no jogo. As mulheres dentro de campo subvertem a ordem colocada pela sociedade e evidenciam a relação de gênero profundamente desigual (FRANZINI, 2005).

O suor, os músculos bem definidos, a liberdade dos movimentos corporais, a própria leveza das roupas e seu formato reforçava a proibição das mulheres, pois ao permitir tal prática e relacionando-a ao corpo feminino acabaria por abrandar as delimitações destinadas à imagem ideal de ser feminina. Somado a isso, as mulheres, ao adentrarem no universo do futebol, poderiam, de certa forma, desestabilizar toda a estruturação desse aparelho social que foi utilizado para legitimar a figura masculina e o seu discurso de domínio e de superioridade sob a óptica da biologia do corpo e do sexo. Assim, a redução da diferença social por meio do esporte apareceria como uma forte ameaça ao imaginário frágil que fora empregado às mulheres (GOELLNER, 2004).

A popularização e instrumentalização do futebol no Estado Novo

O discurso político produzido no Estado Novo (1937 - 1945) era a base do projeto de fortalecimento do Estado. Segundo Nahes (2007), a ideia que vigorava era a de superação do atraso nacional através do desenvolvimento da indústria, centralizando o Estado e reorganizando a sociedade. Isto quer dizer que o governo pretendia manter a estrutura de poder vigente, resguardando os interesses das classes dominantes e controlando as massas sociais ao redor do Estado.

No entanto, a ideia que o Estado Novo procurava passar era a de que o intuito seria defender e preservar os interesses da nação. “Daí a necessidade de se criar um regime de colaboração nacional de que todos os setores sociais deveriam participar. Afinal, segundo a ideologia estadonovista, todos faziam parte da nação.” (NAHES, 2007).

Considerando este o momento fundamental de debate sobre a identidade nacional brasileira, Plínio Negreiros (2003) também argumenta que este período é central para relacionar a construção da identidade e o futebol, uma vez que era o instante de organização estatal dos esportes brasileiros. Miranda (2007) também corrobora neste sentido afirmando que pode-se encontrar o futebol vinculado aos processos de urbanização e industrialização ocorridos na sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Através dos bons resultados e do processo de massificação do futebol, ocorreu a partir do ano de 1930 sua legitimação como uma das mais significativas expressões da nacionalidade brasileira. As singularidades na forma de jogar, como o molejo e os dribles, pontos marcantes na *jogadinho* brasileira e os resultados latentes e eficazes nas partidas, fizeram com que sua valorização ganhasse um discurso hegemônico.

Nas décadas de 1930 e 1940, um dos maiores entretenimentos populares era o próprio futebol, que levava massas aos estádios, como o recém construído Pacaembu, em São Paulo³. Além disso, continua Nahes:

os modernos viadutos, a verticalização da construção civil, obras muitas vezes de expressão internacional, como a Pampulha em Belo Horizonte, marcam a chegada maciça dos imigrantes ao Sudeste do Brasil, cujo processo de urbanização se intensificava, transformando o Brasil em um país mais moderno, mais urbano, mais industrial. (NAHES, 2007).

O projeto de nação do Estado Novo considerava que cada brasileiro desempenharia uma função, cujo propósito era a unidade nacional. Às mulheres se difundia a valorização do ambiente doméstico, onde era possível servir à família e à pátria concomitantemente. Não lhes era permitido qualquer função semelhante às funções masculinas no projeto da nação, então eram restritas ao lar, alheias à política e a problemas sociais, realizando somente as atividades de dona de casa, esposa e mãe.

No processo de popularização do futebol, segundo Negreiros, “a maior parte dos brasileiros começava a conquistar um espaço dentro do futebol, cujo acesso não lhe era permitido.”, como era o caso dos homens negros de classe não abastada⁴. No entanto, o direito ao campo de futebol não foi resguardado às mulheres, mas cerceado ainda em

³ “Dessa maneira, o Estádio Municipal do Pacaembu tornou-se um marco fundamental do futebol em São Paulo e no Brasil. A decisão pela sua construção deu-se num momento-chave de transformações urbanas, correlacionadas com uma nova postura frente às atividades físicas.” NEGREIROS, 2003.

⁴ SOARES, Antônio Jorge. História e Invenção de Tradições no Campo de Futebol. 1999.

1941, o que denuncia profunda contradição na afirmativa de que o Brasil é o país do futebol.

Negreiros traz a reflexão de que posteriormente aos anos de 1920 é possível perceber as relações entre as camadas populares da sociedade e as elites econômicas, culturais e políticas brasileiras a partir do momento em que as multidões iniciam o processo de ocupação do espaço e do futebol. Num período anterior, ainda quando o futebol dava os seus primeiros passos no Brasil, esse esporte era de exclusividade da elite, que reservavam elogios à prática e a relacionava com a sua capacidade de dirigir e governar um povo forte. No entanto, novos setores sociais começaram a se fazer presente no esporte e, então, conforme “o futebol foi perdendo seu caráter branco e elitista, veio o seu desprestígio social” (NEGREIROS, 2003).

Quanto mais o futebol foi se tornando popular e não apenas contemplado pela parcela branca, mais a elite movimentou-se em desprezo à sua prática, considerando-o irracional, atrasado, violento e sem caráter educativo. Mesmo assim, era sabido que não haveria maneiras de fazer o futebol desaparecer, portanto

era preciso discipliná-lo, era preciso uma ordenação que viesse de cima e a partir da intervenção do poder público. A desordem precisava ser substituída pela ordem das elites. Cabia ao futebol, apesar das múltiplas restrições que lhe eram feitas, contribuir para que a construção da nação brasileira se concretizasse. (NEGREIROS, 2003).

Definia-se o novo papel do futebol: precisava contribuir para a nova lógica urbana e industrial do país. Este esporte tornou-se uma das atividades que mais condiziam às exigências do projeto político do Estado Novo, que “não poderia se manter alheio ao fenômeno social que movimentava milhões de brasileiros” (NEGREIROS, 2003).

É interessante ressaltar que a cooptação dos esportes por parte do Estado não é uma exclusividade do Brasil. Em sua obra “Nações e nacionalismo desde 1780”, Eric Hobsbawm analisa a relação do esporte e nação em um contexto entre guerras na Europa. Uma partida de futebol entre duas seleções nacionais deixa de ser apenas uma disputa entre jogadores dentro de campo e passa a representar a disputa entre dois Estados-nação:

Entre as duas guerras, o esporte como espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável de contendidas, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações, o que hoje faz parte da vida global. (...) Eles simbolizavam a unidade desses Estados, assim como a rivalidade amistosa entre suas nações reforçava o sentimento de que todos pertenciam a uma unidade. (HOBBSAWM, 1990).

Para ilustrar o que significava o futebol no projeto de unidade nacional, Miranda aponta a rivalidade futebolística dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, regiões herdeiras de um regionalismo intenso proveniente desses dois pólos de poder no país - especialmente após a Revolução de 1932, promovida pelos paulistas contra o centro governista, sediado e simbolizado pelo Estado do Rio de Janeiro (MIRANDA, 2007). A representação brasileira dentro de campo deveria ultrapassar as rixas passadas e envolver, como no exemplo, cariocas e paulistas no mesmo sentimento de pertencimento à nação brasileira.

É perceptível que o futebol conta com várias características que facilitam a associação entre a sua prática e a ideia de nação, por exemplo, as cores das bandeiras das nações estarem estampadas nas camisas das seleções nacionais. O futebol desse período era considerado como colaborador, no sentido de reforçar a ideia da construção de uma identidade nacional. Ou seja, percebe-se que setores da sociedade buscavam no futebol um fator de coesão nacional. Portanto, mesmo não sendo possível detectar um projeto claro por parte do poder público a fim de utilizar-se do futebol enquanto legitimador da ordem, é perceptível que estratégias foram mobilizadas institucionalmente para que ele fizesse parte do imaginário social que em muito sustentaria a ideia de nação (NEGREIROS, 2003).

O papel da mulher no país do futebol

A incorporação das brasileiras no esporte consta-se desde século XIX. Para as mulheres, num contexto em que eram criadas para desempenharem somente o papel de esposas e de mães, a sua participação em alguns espaços sociais não era viabilizada ou aceita, como por exemplo, no esporte.

Na segunda metade do século XX ocorre mundialmente um rápido e prodigioso crescimento do futebol feminino. Entretanto no Brasil a participação da mulher dentro do campo ainda é desproporcional em relação à presença masculina e as mulheres ainda continuam na busca da sua própria afirmação nesse cenário.

Mesmo que tenha enfrentado dificuldades semelhantes, no Brasil, o futebol feminino não chegou a conhecer o sucesso que alcançou na Europa na década de 1910 e início da década de 1920 (FRANZINI, 2005).

O futebol feminino acompanha o desenvolvimento da modalidade masculina no país desde seus primeiros anos se considerarmos não apenas a sua prática em si, mas

também manifestações associadas a ela. As filhas da elite também eram frequentadoras dos jogos acompanhando sua família para assistir o desempenho de seus pares dentro de campo (FRANZINI, 2005).

Conforme o futebol ia se popularizando, as famílias da elite deixavam os estádios e levavam consigo suas filhas e filhos. Os jogadores começavam a ser selecionados para os clubes agora de acordo com seu talento, não mais seu sobrenome. O elitismo dava lugar às vibrações populares, mas nem por isso, as mulheres - mesmo que outras mulheres - deixaram de acompanhar o futebol (GOELLNER, 2005).

No Brasil, o futebol feminino, diferentemente do futebol masculino, não foi inicialmente uma prática elitizada:

(...) o temor à desmoralização feminina frente à exibição e espetacularização do corpo se traduzia num fantasma a rondar as famílias, em especial, as da elite. A prática esportiva, o cuidado com a aparência, o desnudamento do corpo e o uso dos artifícios estéticos, por exemplo, eram identificados como impulsionadores da modernização da mulher e sua auto afirmação na sociedade e, pelo seu contrário, como de natureza vulgar que aproximava do universo da desonra e da prostituição. (SANTOS e MEDEIROS, 2009 apud GOELLNER, 2005).

A mulher, nesse momento, vai ocupando espaços, mas aquelas mulheres de teatro e cinema - por exemplo, ou seja, que manifestavam atividades fora do ambiente doméstico, eram, muitas vezes, marginalizadas ou mesmo consideradas prostitutas, reforçando dessa maneira, os preconceitos e tabus da mulher no lar (NAHES, 2007).

A modernização e popularização do futebol veio, assim, associada ao processo político civilizador pelo qual passava o país. De acordo com Miranda, durante o Estado Novo, com o intuito de institucionalizar e regularizar os esportes, várias leis e decretos foram elaborados. O governo, então, aproveitou-se do momento de popularidade do esporte, principalmente nessa fase de transição do amadorismo para o futebol profissional, para utilizá-lo como alicerce do projeto de unidade nacional.

A autora Nahes, que faz um estudo sobre a revista feminina *Fon Fon*, afirma que em revistas, jornais e as mais diversas publicações estampavam imagens que reforçavam a imagem da mulher ideal da nação, sobretudo seus comportamentos e posturas: grandes exemplos eram Evita, na Argentina e Alzira Vargas, no Brasil. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) norteava o perfil ideológico das revistas e jornais da época e, no âmbito feminino, era indispensável enaltecer a mulher do lar, a dona de casa, a esposa e a mãe, que dava assistência moral à família e conseqüentemente à nação.

No princípio do ano de 1940, alguns jornais já noticiavam partidas de futebol feminino em cidades do Sudeste do Brasil, entretanto, as notícias não eram bem recebidas pelos grandes desportistas brasileiros da época. Franzini (2005) escreve que um homem chamado José Fuzeira, em sua “Carta de um Cidadão à Getúlio Vargas” muito repercutida pela imprensa⁵, disse que “uma calamidade estava prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil”. Fuzeira defendia em seu texto que as mulheres não deveriam praticar o futebol porque esse esporte violento poderia afetar seriamente o equilíbrio fisiológico e as funções orgânicas femininas devido à natureza que dispuseram-nas a serem mães e que, além do mais, “ficarão presas a uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes”.

É uma característica dessa época os argumentos que se baseavam no discurso da saúde da mulher, aclamando a veracidade científica. Quase ao mesmo tempo da publicação de Fuzeira, o jornal A Gazeta do Povo publicou a opinião do primeiro médico esportivo do Brasil, Leite de Castro. Ele afirmava que “não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará. Pelo contrário - é o futebol o esporte que lhe trará defeitos e vícios; alterações gerais para a própria fisiologia delicada da mulher, além de outras consequências de ordem traumática, podendo comprometer seriamente os órgãos de reprodução” (FRANZINI, 2005).

O Decreto-lei 3.199, de 14 de abril de 1941

O Decreto-lei 3.199, de 1941, estabeleceu pela primeira vez as bases de organização dos desportos em todo o país⁶. De acordo com Moraes e Dias (2009), foi a primeira lei que buscou definir as normas de funcionamento do esporte brasileiro e, em sua proposta, teve o impedimento legal da prática de esportes como o futebol, o polo aquático, as lutas e o halterofilismo, por serem considerados impróprios à natureza feminina⁷.

As autoras acima tem a interpretação de que a existência e permanência dessa lei durante tantos anos (1941 - 1979)

⁵ Ver: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2003/ju211pg12.html.

⁶ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>.

⁷ Art. 54. As mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.

tratou, de modo exemplar, de cercear a liberdade de escolha, não apenas das práticas esportivas pelas mulheres, mas, primordialmente, de limitar possibilidades oferecidas a elas de escolhas, inclusive as que lhes sugeriam perceber e explorar seu próprio corpo (...). Ou seja, essa é outra circunstância que deixa expressar outras e diferenciadas formas de dominação masculina: uma imposição social à mulher brasileira, que se estabeleceu a partir e sobre seu corpo - essencialmente um lugar de poder que deveria ser absolutamente individual, portanto, um lugar onde o poder também se estabelece, onde cria formas de resistências, superações ou, limitações. (MORAES e DIAS, 2009).

Essa lei atendia àqueles que condenavam a prática de esportes por mulheres baseando-se na *proteção da natureza feminina* e ainda deixava a critério do Conselho Nacional de Desportos quais esportes eram recomendáveis (sempre de maneira moderada). Os esportes como tênis, voleibol, críquete, natação, ciclismo eram característicos da elite e muito pouco atingiam a classe média, mas passavam longe das “grandes massas e dos subúrbios onde as jovens corriam atrás da bola” (FRANZINI, 2005).

No Estado Novo, como em qualquer regime a propaganda política em prol do governo é uma das principais estratégias para o exercício do seu poder. Segundo Capelato, há uma intensificação do controle do Estado sobre os meios de comunicação e graças ao seu monopólio e com a Constituição de 1937 a censura no Brasil é legalizada de uma forma prévia nos meios de comunicação com o povo⁸.

Nesse cenário, o DIP tinha o controle das publicações e divulgações como das comunicações, da cultura e da civilização brasileira. Para Capelato, o Estado Novo “ampliou sua capacidade de intervenção na esfera cultural por meio de instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública” e o DIP configura nessa ampliação entrando como peça fundamental da construção imagética da sociedade estadonovista. Vale ressaltar que uma de suas funções era clarear o entendimento popular sobre as diretrizes doutrinárias do regime.

Com esse esquema, a propaganda oficial não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem (CAPELATO, 1999).

⁸ Mesmo não seguindo de forma tão rígida os modelos de persuasão das massas, os organizadores da propaganda varguista buscavam o apoio necessário para a legitimação do governo que não podemos esquecer ser fruto de um golpe. Os discursos de Vargas, por exemplo, eram elaboradas por meio de técnicas avançadas de linguagem, usando slogans, palavras que causasse um maior impacto ou efeito.

Apesar de um discurso hegemônico acerca da proibição da participação feminina nos esportes tidos como violentos, muitas mulheres caminharam e jogaram com suas próprias pernas o futebol. Encararam o discurso oficial de sua interdição nessa prática esportiva que era cunhada na narrativa da *natureza feminina* ligando sempre o fator biológico reprodutivo das mulheres a sua demarcação social justificando assim as diferenciações políticas, culturais e sociais entre os sexos, e o futebol não escapa a essa constatação (GOELLNER, 2005).

Ainda sob as bases dos critérios científicos, o final do ano de 1940 contou com um artigo do doutor Humberto Ballariny numa revista de Educação Física intitulado justamente “*Por que a mulher não deve praticar o futebol*”. Ele afirmava que “a perfeição feminina não pode ser idêntica à perfeição masculina, logo os meios para alcançá-la devem diferir em certos pontos”. O futebol era um dos esportes que endossava seu argumento, já que afirmava que sua prática era “anti-higiênico e contrário à natural inclinação da alma feminina” (FRANZINI, 2005).

As ditas preocupações com a saúde da mulher brasileira revelam, além do machismo e moralismo, que o grande problema não era o futebol em si, mas a subversão de papéis que acontecia quando uma jovem entrava em campo, já que ela estaria abandonando *suas funções naturais* para invadir o espaço masculino. Franzini ainda completa o argumento afirmando que nas décadas de 1930 e 1940, principalmente pelo autoritarismo e a questão da eugenia, o corpo era colocado sob o poder do Estado. Desta maneira, entre outras obrigações, a mulher tinha o dever de contribuir com o fortalecimento da nação e o aperfeiçoamento da *raça*, preservando sua saúde a fim de gerar filhos saudáveis. Se o esporte não condizia com a saúde reprodutiva da mulher, logo ele seria também excluído das suas possibilidades de prática.

Além disso, o casamento é um fator que deve ser considerado ao pontuarmos motivações para a institucionalização da proibição dos esportes para as mulheres. De acordo com Bassanezi, a ideia de que as mulheres nascem para ser donas de casa, esposas e mães era uma herança antiga, mas que se renovava, por isso também o casamento é de grande - e praticamente exclusiva - importância na vida de toda mulher na primeira metade do século XX no Brasil.

O casamento delimitava muitas das relações de gênero da época definindo atribuições e direitos distintos para mulheres e homens. Tarefas domésticas como cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e limpar a casa eram tarefas consideradas deveres exclusivamente femininos (BASSANEZI, 1997).

Bassanezi também acrescenta que a urbanização crescente modificou padrões culturais, principalmente na década posterior a 1940, mas ainda nesse período muitas mulheres já começaram a movimentar-se no sentido de entrar no mercado de trabalho como profissionais assalariadas. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou mudanças na posição social das mulheres.

O que era largamente difundido socialmente era ainda que o papel da mulher era a de mãe e dona de casa, então era socialmente imaginado a incompatibilidade do desempenho das funções consequentes do casamento e da vida profissional fora do ambiente doméstico: “trabalhando, a mulher deixaria de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido. Ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio.” (BASSANEZI, 1997).

Moralmente então, segundo Franzini, a mulher jogando futebol era uma afronta ao esporte nacional e à família brasileira. Por isso também que nas páginas da *Gazeta* acontecia a celebração da intervenção das autoridades no que dizia respeito à “existência condenável do futebol feminino”. Ao mesmo tempo o *Diário Carioca* vibrava com a investigação, das verdadeiras finalidades desses clubes femininos, qualificados como “antros de perdição”.

No que se refere ao esporte feminino, na época o discurso essencializava o gênero:

A espetacularização do corpo feminino é aceita e incentivada em determinados locais sociais, em especial, aqueles que valorizam uma representação de feminilidade construída e ancorada na exarcebção, por exemplo, da beleza e da sensualidade. Noutros, como o campo de futebol ou as arenas de lutas, essa espetacularização direciona-se para o estranhamento a estes corpos performantes, fundamentalmente, porque as mulheres, cuja aparência corporal é excessivamente transformada pelo exercício físico e pelo treinamento contínuo, são atribuídas características viris que não apenas questionam sua feminilidade, mas também colocam em dúvida a autenticidade do seu sexo. (SANTOS e MEDEIROS, apud GOELLNER, 2005).

Ademais, ainda é de se considerar a visão conservadora sobre o vestuário⁹ feminino. Ficava mal à reputação de uma jovem, por exemplo, usar roupas muito ousadas, sensuais, curtas, então era completamente condenável uma exposição do corpo em campo usando uniformes que, pela mentalidade da época, tinham necessariamente essas características.

⁹ Ver: <http://dibradoras.com.br/elas-batem-um-bolao-as-mulheres-retratadas-na-midia-esportiva-de-1930-ate-hoje/>

As relações sociais entre homens e mulheres deixava clara a situação de hegemonia do poder masculino. O valor atribuído às qualidades do que era considerado natural do feminino favorecia o controle social do corpo e da sexualidade das mulheres (BASSANEZI, 1997).

Considerações finais

Houveram resistências para legitimar o esporte feminino como um todo na sociedade brasileira, não apenas quando se trata de futebol, mas no que diz respeito à modalidade, as mudanças de discurso são muito lentas e se transformam com dificuldade (SANTOS e MEDEIROS, 2012).

Moraes e Dias levantam questionamentos pertinentes acerca do futebol feminino atual no Brasil:

por que, até os dias de hoje, não há reconhecimento do futebol feminino, num país que considera como elemento de sua cultura essa modalidade esportiva? Em outras palavras: por que há tanta glória e fortuna ligada ao futebol masculino e tanto esquecimento e desmerecimento quando se trata dessa modalidade esportiva quando praticada por mulheres? (MORAES e DIAS, 2009).

Percebe-se importantes elementos para a discussão no que concerne a análise do lugar das mulheres no projeto Vargas de nacionalismo. O preconceito em relação ao feminino no esporte, de acordo com Moraes e Dias, advém principalmente dos seguintes fatores: distanciamento do ideal de feminilidade, pela classe social dessas mulheres ser considerada *inferior* e por ser o esporte um lugar social de domínio masculino.

Os papéis femininos tradicionais definiam a mulher ideal no Estado Novo: o lar, o cuidado dos filhos e do marido, a ausência da vida pública. A moralidade restringia a mulher ao espaço de liberdades cerceadas e à mercê do casamento tradicional. A *natureza feminina* era associada à vocação para a maternidade e para a vida doméstica; enquanto o oposto, como a iniciativa, o trabalho fora de casa, o *espírito* criativo e aventureiro, era próprio e *natural* do homem.

De acordo com Franzini, a relação tolerada das mulheres com o futebol funcionava assim como metáfora de sua posição na sociedade brasileira da época: seu papel era desempenhar funções marginais e observar de longe os homens “construindo a nação”.

Goellner chama a atenção para uma reflexão sobre o papel que a bola desempenha no Brasil que, se tratando de um país onde o futebol é discursivamente incorporado à identidade nacional, o quanto este ainda é, para as mulheres, não apenas um espaço a conquistar, mas, sobretudo, a ressignificar alguns sentidos que a ele estão incorporados.

Depois da proibição da prática de esportes pelas mulheres em 1941, times de futebol foram desfeitos, ligas encerradas e partidas canceladas. Sabe-se que a maioria das mulheres nunca teve conhecimento sobre o decreto, porém, a medida impediu por quase quarenta anos o desenvolvimento da modalidade em todo o país (MOURÃO, 2000). A primeira copa do mundo de futebol feminino só foi disputada em 1991, sessenta anos depois da primeira copa do mundo de futebol masculino¹⁰. A primeira seleção brasileira de futebol feminino só foi ser organizada no final dos anos 1980, também décadas depois da organização da seleção masculina de futebol¹¹.

Em 1965, década em que a luta feminista explode no mundo todo, o Conselho Nacional de Desportos (CND) regulamentou o decreto de 1941 e explicitou a proibição do futebol, do futsal e de outros esportes às mulheres. A bola, um brinquedo tão popular no país do futebol, se tornou um objeto muitas vezes estranho aos brinquedos oferecidos às meninas¹².

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras atletas de futebol atualmente são fruto de um processo histórico institucionalizado. As leis que impediam a prática de esportes por mulheres só caíram há menos de 40 anos atrás. As permanências na mentalidade da sociedade brasileira é um dos fatores que ainda fazem com que o futebol feminino hoje, no Brasil, seja marginalizado e as atletas estigmatizadas.

Não há investimentos estatais em escala suficiente como há no futebol masculino, isso reflete nas crises que a modalidade feminina está passando depois das Olimpíadas de 2016 no Brasil. As atletas têm que sair do país para se profissionalizar, tem baixíssimas remunerações e não são reconhecidas até mesmo em competições oficiais representando o Brasil.

¹⁰ Ver: <http://dibradoras.com.br/canada-2015-conheca-o-historico-da-selecao-brasileira-feminina-desde-a-primeira-copa/>.

¹¹ Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sele%C3%A7%C3%A3o_Brasileira_de_Futebol_Feminino.

¹² Diário Oficial, quinta-feira, 02 de setembro de 1965. Conselho Nacional de Desportos, Deliberação Nº 7-65, de 02 de agosto de 1965. *Baixa instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres*. O Conselho Nacional de Desportos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto nos artigos 19 e 39 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, e em cumprimento II determinação contida no artigo 54 do citado decreto-lei, delibera: (...) 2º - Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e basc-ball.

Em 2017 a Conmebol (Confederação Sulamericana de Futebol) determinou que os times masculinos só poderão disputar a Copa Libertadores da América a partir de 2019 se contarem com times de futebol feminino profissionais e disputando campeonatos regionais e nacionais¹³. Essa resolução muda as expectativas do futebol feminino no Brasil, já que pela obrigatoriedade os times têm que voltar seus olhos para a modalidade feminina se quiserem disputar um campeonato de grande relevância internacional como a Libertadores da América.

Nos últimos meses, tem-se acompanhado nas redes sociais a profunda crise que a seleção feminina brasileira principal tem enfrentado, principalmente depois da demissão da primeira técnica mulher da modalidade Emily Lima¹⁴. As manifestações de insatisfação foram inúmeras por parte das atletas titulares na lista de convocação da CBF.

Uma das mais repercutidas foi a saída definitiva de Cristiane da seleção, uma das principais jogadoras¹⁵. Como resposta às manifestações, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) criou o Comitê de Futebol Feminino, batizado de *Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Futebol Feminino*, cujo principal objetivo era a criação de uma diretoria específica para cuidar dos interesses das jogadoras. No entanto, o Comitê foi extinto dois meses e três reuniões depois¹⁶, demonstrando mais uma vez o descaso e desrespeito com a modalidade feminina.

As heranças do passado moralista e conservador associado ao machismo que envolve a sociedade patriarcal, o processo histórico que deixou os esportes das mulheres na ilegalidade ainda colhe seus frutos. Respondendo a tantos questionamentos levantados ao longo deste trabalho: o Brasil não é o país do futebol para as mulheres.

Referências

ADELMAN, Miriam. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. Movimento, vol. 12, núm. 1, enero-abril, 2006, pp. 11-29. Escola de Educação Física. Rio Grande do Sul, Brasil.

¹³ Ver: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2017/01/clube-sem-futebol-feminino-ficara-fora-da-libertadores-partir-de-2019.html>.

¹⁴ Ver: <https://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/emily-lima-e-demitida-do-comando-da-selecao-feminina.ghtml>.

¹⁵ Cristiane explica aposentadoria da Seleção Brasileira Feminina de Futebol. Reprodução *Instagram* (crisrozeira). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=D_pLWvE7y7M&t=7s Acesso em novembro de 2017.

¹⁶ Ver: http://www.espn.com.br/post/751354_dois-meses-e-tres-reunioes-depois-cbf-acaba-com-comite-para-futebol-feminino.

BORDO, S. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

BORGES, Dulcina Tereza Bonati. "As revistas femininas e o papel da mulher nos anos 70-90". In: Caderno Espaço Feminino n. 1, vol. 1, jan.- jun. 1995.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. Repensando o estado novo. 1999. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 167-178, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 327-340, 1999.

COSTA, Carlos Eduardo e TOLEDO, Luiz Henrique. Visão de Jogo: Antropologia das práticas esportivas. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

DARIDO, Suraya Cristina. Futebol Feminino no Brasil: Do seu Início à Prática Pedagógica. Universidade Estadual Paulista, 2002.

FERREIRA, Verônica. Entre Emancipadas e Quimeras: Imagens do feminismo no Brasil. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996.

FIRMINO, Carolina Bortoleto e VENTURA, Mauro de Souza. Sou atleta, sou mulher: a representação da seleção brasileira de futebol feminino na cobertura dos Jogos Olímpicos em Londres (2012). UNESP, 2013.

FRANZINI, Fábio. Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. FFLCH, USP. 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e Esporte em Perspectiva. Centro de Memória do Esporte. ESEF, UFRGS. 2004.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e Esporte no Brasil: Entre incentivos e interdições elas fazem História. ESEF, UFRGS. 2004.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1990, 1990.

JAEGER, Angelita Alice. Gênero, mulheres e esportes. Movimento, Porto Alegre, v.12, n. 01, p. 199-210, janeiro/abril de 2006.

LEMO, Máira. Futebol feminino: ignorado pela mídia de massa e pautado no jornalismo alternativo. Monografia. PUC Minas, 2017.

MACEDO, Rafael Luís. O Esporte No Estado Novo: Vigilância, Formação E Controle Em Época De Guerra. ALESDE, UFPR. 2008.

MARTINS, Leonardo Tavares. MORAES, Laura. O futebol feminino e sua inserção na mídia: a diferença que faz uma medalha de prata. UNASP, 2006.

MIRANDA, Melina Nóbrega. "Futebol e o projeto de unidade nacional no Estado Novo." X Simpósio internacional: O Processo Civilizador. Campinas (2007).

MORAES, Enny Vieira e DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Diferentes corpos se apresentam: fragmentos da história do futebol feminino no Brasil. Caderno Espaço Feminino | v. 22 | n. 2 | Ago./Dez. 2009.

MORAES, Enny Vieira. Uma história parcial do futebol; ou: não existe futebol feminino no Brasil? Recorde: Revista de História do Esporte. Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer e Programa de Pós-Graduação em História Comparada/IFCS/UFRJ. v. 2, n. 1, jun. 2009. Disponível em: www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde.

MORENO, M. Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MOURA, Diego Luz. BENTO, Gilmara dos Santos. DOS SANTOS, Félix Oliveira. LOVISOLO, Hugo. Esportes, mulheres e masculinidades. UERJ, ano 5, n 13, nov.2009/fev.2010.

MOURÃO, L. e MOREL, M. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 26, n. 2, p.9-20, 2005.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. Movimento, vol. VII, núm. 13, dezembro, 2000, pp. 5-18. Escola de Educação Física. Rio Grande do Sul, Brasil.

NAHES, Semiramis. Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. Futebol nos anos 1930 e 1940: Construindo a identidade nacional. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 39, p. 121-151, 2003. Editora UFPR.

NORONHA, Marcelo Pizarro. Futebol é coisa de mulher! Um estudo etnográfico sobre o "lugar" feminino no futebol clubístico. UNISINOS. São Leopoldo, 2010.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. A Narrativa da Ordem e a Voz da Multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PISANI, Mariane da Silva. Futebol feminino: espaço de empoderamento para mulheres das periferias de São Paulo. Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 2014.

SANTOS, Doiara Silva e MEDEIROS, Ana Gabriela Alves. O futebol feminino no discurso televisivo. UFES, Vitória. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 185-196, jan./mar. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, p. 99-133, 1993.

SOARES, Antonio Jorge; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Futebol: a construção histórica do estilo nacional. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 25, n. 1, 2003.

STAHLBERG, Lara Tejada. Mulheres em campo: novas reflexões acerca do feminino no futebol. São Carlos : UFSCar, 2013.

THE FEMININE REPRESENTATIONS IN THE COUNTRY OF SOCCER: The prohibition of women in sports by Decree-Law No. 3,199, April 14, 1941

Abstract: in April 1941, by Decree-Law No. 3,199, women were prohibited from practicing sports in Brazil. Article 54 states that "the practice of sports incompatible with the conditions of their nature" would not be allowed. The work presented here discusses, based on soccer, the construction of the national identity established on the feminine figure and its social state in the Estado Novo (1937-1945). The consequences of the exclusion of women in sport are still noticeable in current women's soccer.

Keywords: Women's football. History of women. Estado Novo.

Simpósio Temático 6 - Entre as linhas do passado e do presente: cartas, biografias, diário e mídias no diálogo sobre as relações de gênero

Coordenação: Joana Borges (20/03) e Talita Medeiros (21/03)

Local: Sala do Curso de Geografia

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, e 21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Rochelle Cristina dos Santos

rochelle.ufsc@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Cristina Scheibe Wolff

cristiwolff@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

LAUREN GREENFIELD: O LUGAR DE FALA COMO RECURSO PUBLICITÁRIO”

Gabriela Petrucci

gabrielapetrucis@gmail.com

UFPR

Carla Candida Rizzotto

carla_rizzotto@yahoo.com.br

UFPR

Angieli Maros

Universidade Federal de Santa Catarina

NIUNAMENOS: O FACEBOOK COMO ESPAÇO DELIBERATIVO ACERCA DE QUESTÕES DE GÊNERO

Claudia Regina Nichnig

claudianichnig@gmail.com

UFSC

FEMINISTAS LATINO AMERICANAS: AGENDAS E ENCONTROS

Larissa Almeida Custódio da Silva

larissaalmeida_011@hotmail.com

UFC

'O MOVIMENTO ELEITORAL NÃO É COISA DE DEUS, NÃO SENHOR': TENSÕES E RESISTÊNCIAS AO VOTO FEMININO EM FORTALEZA PÓS-1932

Talita Gonçalves Medeiros

tgmhistoria@gmail.com

UFSC

O QUE DESEJO É QUE TE FIQUE BEM NO CORPO, E TE POSSA PRESTAR SERVIÇOS: DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E REITERAÇÃO DE FEMINILIDADES NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO A ESTAÇÃO: JORNAL ILLUSTRADO PARA A FAMÍLIA E A REVISTA DA SEMANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 1889 A 1917

LAUREN GREENFIELD: O LUGAR DE FALA COMO RECURSO PUBLICITÁRIO

Rochelle Cristina dos Santos¹
Cristina Scheibe Wolff²

Resumo: Neste artigo apresento uma reflexão sobre a escolha da diretora Lauren Greenfield para realização do comercial publicitário intitulado *#Likeagirl*. As teorias norteadoras que conduzem esta discussão estão pautadas em questões de voz autorizada, difusão de discursos midiáticos e, ativismo virtual que no mundo hodierno tem influenciado de maneira efetiva muitas ações publicitárias. A peça analisada é um vídeo publicitário onde a protagonista é a diretora Lauren Greenfield. Este vídeo fortalece o reconhecimento de publicitária(o)s sobre a questão de “lugar de fala”.

Palavras-chave: Feminismo. Lugar de Fala. Publicidade.

Lauren Greenfield é uma artista estadunidense, graduada em Harvard, em Estudos Visuais. Em uma minibiografia disponibilizada em sua página online profissional, a descrição sobre Greenfield indica que ela é uma fotógrafa premiada bem como uma cronista da cultura juvenil, de questões de gênero e consumismo (GREENFIELD, [Ca 2018]). Sua biografia ainda conta com um destaque especial ao seu trabalho como diretora de um comercial publicitário veiculado no campeonato Estadunidense *Superbowl* 2015. Este comercial em questão foi desenvolvido para a marca de absorventes *Always* cuja campanha recebeu o título *#likeagirl*. De acordo com as informações oferecidas na página de Greenfield, o spot comercial por ela dirigido recebeu o título de terceiro melhor comercial da década através de uma votação realizada pela plataforma online Youtube (GREENFIELD, [Ca 2018]). Neste artigo tenho por objetivo discutir sobre a escolha de Lauren Greenfield para dirigir o vídeo da campanha *#likeagirl* e refletir sobre seu protagonismo como autora e personagem da campanha.

Para melhor compreensão das motivações para a escolha da diretora da campanha *#likeagirl*, julgo necessário evidenciar alguns aspectos da carreira de Lauren Greenfield. Sua trajetória profissional é fator determinante como parte da estratégia publicitária por trás da campanha.

Em 2006 Lauren dirigiu para a HBO o documentário “Thin”, que versa sobre o tratamento de distúrbios alimentares, realizado em um centro de tratamento para mulheres no Sul da Flórida. Na divulgação sobre o documentário Greenfield ressalta que os

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina / Brasil. E-mail: rochelle.ufsc@gmail.com.

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina / Brasil. E-mail: cristiwolff@gmail.com.

problemas de distúrbios alimentares estão mais relacionados às mulheres, pois culturalmente a cobrança por um “corpo perfeito” é exercida sobre elas (GREENFIELD, 2007). “Thin” recebeu o Prêmio Grierson em 2006, bem como o Prêmio do Grande Júri em Boston, e foi indicado ao Emmy no ano de 2007.

Em 2007 Lauren dirigiu o curta metragem intitulado “Kids + Money” que aborda a relação de crianças e adolescentes com o dinheiro, consumo e consumismo. Este trabalho recebeu cinco importantes prêmios e foi selecionado para ser exibido em dois festivais renomados. A HBO também possui a licença sobre a veiculação do curta (GREENFIELD, [Ca 2018]).

Seguindo a tendência de realizar projetos que propõem a reflexão sobre questionamentos sociais, no ano de 2011 Lauren Greenfield foi convidada a dirigir o documentário “Beauty Culture”. Através de suas escolhas como diretora, Lauren afirma que buscou apresentar a exploração do corpo feminino como primeira expressão da identidade (GREENFIELD, 2011).

Finalizando a breve descrição dos trabalhos realizados por Greenfield antes de sua atuação em *#likeagirl*, no ano de 2012 Lauren divulgou seu também premiado documentário “The Queen Of Versailles”. Neste documentário a artista acompanhou o início da construção de uma mansão inspirada do Palácio de Versailles que viria a ser o lar de um empresário bilionário nos EUA (GREENFIELD, 2013). O propósito deste documentário era retratar as relações da família com dinheiro, desejos e consumo. Durante a execução do projeto a vida profissional do empresário foi duramente afetada pela crise financeira que ocorreu nos EUA proporcionando um novo enredo para o resultado final do trabalho de Greenfield.

A partir da exposição deste breve currículo de Lauren Greenfield, é possível ratificar a ideia de que a artista possui uma característica profissional de realizar projetos que de alguma maneira problematizam questões sociais. Na biografia disponibilizada na página oficial de Lauren não constam outros trabalhos relacionados à publicidade a não ser a campanha de *Always*, o que nos faz concluir que trabalhos publicitários não fazem parte do perfil da artista. Então por qual razão Lauren Greenfield foi contratada para dirigir um spot publicitário sendo ela mesma uma personagem desta campanha?

Pretendo iniciar a discussão associando teorias de Pierre Bourdieu com a ideia de “voz autorizada”, que pressupõe um emissor legítimo para um determinado discurso. Para nortear meu ponto de vista utilizo a tríade de sustentação baseada nos conceitos de Campo, *Habitus* e Capital. De acordo com Bourdieu,

Os Campos apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados (ou postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas).(BORDIEU, 1984, p. 119)

Identifico a diretora Lauren Greenfield como pertencente a um determinado Campo de atuação dentro das relações sociais. Este Campo pode estar diretamente relacionado a um espaço simbólico de problematizações sociais representados através de trabalho artístico fotográfico e cinematográfico. A validação da escolha por Lauren como diretora ainda estaria atrelada a noção de *habitus* que aqui é compreendida a partir da seguinte definição:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65)

Toda a trajetória de Lauren aponta para a interpretação de que as experiências profissionais por ela vivenciadas permitiram a realização de ações no Campo das problematizações através de manifestações artísticas. Para complementar esta reflexão, o conceito de Capital, e suas sub-categorias³, em que estes representariam as forças que podem ser adquiridas em determinado Campo.

O Capital Econômico de Lauren estaria atrelado as suas possibilidades de inserção nos meios de produção de produtos relacionados ao entretenimento/informação de massa. O Capital Cultural baseia-se principalmente em sua formação em uma conceituada Universidade Estadunidense – Harvard - com especialização em Estudos Visuais (capital cultural institucionalizado), bem como em sua capacidade de expressar-se e sair de trás das câmeras para atuar em seus trabalhos (Capital Cultural Incorporado). O Capital Social da artista é mantido principalmente através de suas escolhas profissionais. Ao estabelecer características específicas é intencional que mantenha uma rede de relacionamentos que proporcione a manutenção desta identidade profissional. Já o Capital Simbólico é identificado nos convites que Lauren vem recebendo para realização de trabalhos específicos e de caráter reflexivo/problematizador. Através destes convites percebemos que ela é reconhecida como uma artista capaz de representar através de seu trabalho determinados temas.

³ Capital Social, Cultural, Econômico e Simbólico.

Todas essas associações sobre Lauren Greenfield e conceitos de Bourdieu partem da análise de sua obra profissional, suas atuações principalmente como diretora de cinema/documentários. Mas afinal, qual o significado desta profissão e qual sua relevância diante de uma obra cinematográfica? No Campo da Sétima arte, uma das discussões mais inflamadas é sobre a relação entre Autoria e Direção. Um dos temas que é frequentemente tratado em diversas bibliografias sobre cinema, refere-se ao artigo “*la politique des auteurs*” publicado em 1954 por François Truffaut nos *Cahiers Du Cinéma*. De acordo Truffaut, o texto foi editado para publicação e estimulou diferentes interpretações a respeito da relação entre autoria e direção cinematográfica. “Era menos um artigo sobre *La Politique des Auteurs* e muito mais um texto destrutivo contra o cinema francês tal qual era feito naquela época. [...] Na época, eu estava muito enraivecido e não conseguia me segurar, me conter.”(TRUFFAUT, 1990, p.71). A grande polêmica em torno do artigo se deu justamente pelo fato de que Truffaut “insinuava” que um diretor de cinema seria o autor daquela determinada produção. Isso dito em um momento que o cinema Estadunidense – que valorizava seus diretores como parte fundamental da obra – estava superando as obras francesas. Nestas argumentações, a ideia de autoria está diretamente relacionada a autoria artística. Para Truffaut,

[...] estou convencido de que um filme se parece com o homem que o fez, mesmo se ele não escolheu o assunto, nem os atores, mesmo que não o tenha dirigido sozinho ou que tenha deixado a montagem a cargo de seus assistentes. Em qualquer circunstância, o filme reflete profundamente – por meio de seu ritmo, cadência por exemplo – o homem que o realizou, pois a soma global de todas essas etapas é inerente às contradições que necessariamente estarão presentes no filme. .”(TRUFFAUT, 1990, p. 71)

Para melhor situar a ideia de conexão entre autoria artística e direção cinematográfica, é preciso recorrer a uma descrição para a função de diretor(a) de cinema. Em seu filme “Noite Americana” Truffaut interpreta um diretor de cinema e em determinado diálogo a personagem diz “O que é um diretor? Um diretor é alguém a quem são feitas perguntas, perguntas de todos os tipos.”(COSTA, 1987, p. 161). Esta síntese demonstra a realidade de um set de filmagem. Todas as subcategorias de direção – direção de cenário, figurino, elenco, trilha sonora, fotografia, etc. – necessitam do aval da(o) diretor(a) geral para realizarem suas funções. Além disso, é a(o) diretor(a) geral que define as cenas, os planos, o que terá ou não destaque no filme/documentário.

Independentemente das suas qualidades de autor, o diretor é antes de mais nada um profissional dotado de uma complexa bagagem de competências [...] Penso que um traço comum, que poderia ser encarado como uma possível definição da parte da direção, seja a capacidade de encaminhar os meios disponíveis para alcançar um objetivo comunicativo e expressivo. (COSTA, 1987, p. 163).

La politique des auteurs está longe de ser uma teoria determinista ou aplicável a todos os casos de autoria e direção cinematográfica. Todavia, esta teoria ajuda a interpretar as estratégias publicitárias da marca *Always* para obter sucesso com a campanha *#Likeagirl*.

A campanha publicitária *#Likeagirl* é apresentada como um “Experimento Social” e não como publicidade puramente comercial. No site da marca *Always* existe um trecho informativo com os dizeres:

O que significa fazer coisas *#Tipomenina*. Nosso experimento social original *#TipoMenina* foi o começo de uma batalha épica. Veja como mudamos o significado de “tipo menina” de um insulto para o que, na verdade, é um grande elogio. (ALWAYS, 2018[A])

Ao propor a ideia que estavam realizando “um experimento social”, a marca *Always* precisou trilhar caminhos para validar suas intenções. O resultado final da divulgação deste “experimento” foi um vídeo publicitário, então qual a maneira de transmitir seriedade no material de divulgação para que o mesmo não fosse facilmente identificável como uma campanha publicitária com fins puramente lucrativos?

Considerando que os vídeos publicitários são produzidos com a mesma estrutura organizacional da produção cinematográfica, constatamos que até mesmo na publicidade a escolha pela(o) diretor(o) faz parte da construção da obra. Identificamos que a função de um(a) diretor(a) é de extrema importância inclusive no que diz respeito ao conceito de autoria da obra, ao ponto de classificar a(o) diretor(a) como um(a) artista.

A relação entre produção publicitária e produção cinematográfica é de troca constante. Ambas se nutrem de experiências profissionais emprestando características de seus universos para aperfeiçoar uma proposta ou validar um conceito. Inclusive tem se tornado cada vez mais comum a transição de diretores e diretoras entre os dois tipos de produções. Um exemplo a nível nacional é sobre o premiado Diretor Fernando Meirelles. Antes de se tornar um diretor de cinema, reconhecido internacionalmente, Meirelles atuava no ramo da publicidade. Entretanto, ele sempre destacou suas principais habilidades a respeito de suas atuações,

“Não me considero um publicitário”, afirma ele, sentado numa das poltronas usadas na campanha da Brastemp, que hoje decoram sua espaçosa produtora. “Não estudei publicidade e não entendo bulhufas de market share”, diz o premiado diretor, autor de mais de mil spots e laureado com cinco palmas de ouro no Festival do Filme Publicitário de Cannes. “O que sei é fazer filmes.”(MEIRELLES, 2018)

Esta afirmação de Meirelles distânciava a função de direção - mesmo que para um filme publicitário - do aspecto comercial de sua produção. Isto faz parte da identidade profissional que Meirelles desenvolveu ao longo de sua carreira, a criação de um perfil profissional é muito comum entre diversos artistas. Com Lauren Greenfield não é diferente.

Greenfield não havia realizado (ou ao menos não consta em sua biografia) trabalhos destinados a fins publicitários, assim como Meirelles ela não é uma publicitária e diferente dele não atuava no ramo. Quais as circunstâncias que possibilitaram o encontro da marca *Always* com o trabalho de Lauren Greenfield?

A primeira característica da campanha a ser analisada é o fato de intitularem a mesma como um “Experimento Social”. Mesmo se tratando de uma campanha publicitária, uma proposta nomeadamente como “experimento social” pressupõe veracidade e seriedade em sua produção. As escolhas de cada elemento que compõem a campanha devem convergir para dar ênfase aos ideais estimulados pelo conceito da campanha. No “experimento” a marca *Always* demonstrou interesse em descobrir que tipos de motivações levavam as pessoas a entenderem o termo “*like a girl*”⁴ como algo depreciativo, um xingamento. Seguramente a campanha/experimento apresentava desde seu início um viés de caráter feminista. Sendo assim, todos os elementos da produção da campanha foram estrategicamente pensados para atender demandas das pautas feministas da atualidade.

Um dos temas que vem recebendo muito destaque nas pautas atuais é o conceito de “lugar de fala”. Não seria incorreto dizer que o próprio conceito de lugar de fala vem sendo problematizado e, por vezes deturpado, nas discussões contemporâneas. Grosso modo, costuma-se definir “lugar de fala” como “direito a fala”, pois uma das suas definições possui raízes na ideia de que uma pessoa não pode falar sobre o problema de outra. Esta definição vem acompanhada de um significativo problema enfrentado constantemente: o silenciamento de vozes que sofrem preconceitos. Entretanto, o conceito de “lugar de fala” não se limita apenas a este significado. Mesclando saberes

⁴ Na campanha brasileira “tipo menina”, na França “comme une fille”, em Espanhol “como una niña”

adquiridos mediante a pesquisa sobre o tema, optei por não trazer uma definição referenciada para o termo. Sugiro que a ideia de “lugar de fala” está atrelada a compreensão do sujeito que fala sobre sua situação diante do tema, é saber se situar dentro do espaço problematizado. Esta proposta se sustenta ainda no fato de que os interlocutores que recebem as informações devem ser preparados a compreenderem as suas intervenções sobre o tema sem confundir “lugar de fala” com única versão sobre a temática.

O espaço de uma campanha publicitária não permite debates aprofundados sobre os temas a que se propõe tratar, os assuntos são sintetizados para adequação ao tempo e espaço disponíveis. Uma publicidade também precisa ser produzida para ser compreendida pelo maior número de pessoas. Valendo-se das discussões atuais sobre feminismos, a marca *Always* possuía alguns elementos para trabalhar em sua campanha, um deles era a ideia – super sensata – de que uma produção e um vídeo com temática feminista deveria ser dirigido por uma mulher. A escolha da diretora do vídeo fez parte dos próprios argumentos utilizados para validar a proposta da campanha. O currículo de Lauren - uma artista e documentarista, não uma publicitária – reforça o caráter de experimento social e, distancia sua atuação de intenções mercadológicas.

O vídeo *Always #Likeagirl* foi amplamente compartilhado e premiado. Sua primeira divulgação aconteceu 26 de junho de 2014 (ALWAYS, 2018. [B]). No dia 09 de julho do mesmo ano, *Always* divulgou um segundo vídeo sobre a campanha intitulado “*Always #LikeAGirl - Meet the Director, Lauren Greenfield*”(ALWAYS, 2018. [C]). Produzir um vídeo específico para que o público conheça a diretora, bem como seu ponto de vista, ressalta as possíveis intenções de legitimar a proposta de conceder voz as protagonistas das causas feministas.

O vídeo “*Always #LikeAGirl - Meet the Director, Lauren Greenfield*” foi gravado no mesmo ambiente e mesmo período que o vídeo oficial da campanha. Essa constatação evidencia que os dois vídeos foram planejados, pois suas produções ocorreram simultaneamente. A proximidade nas datas de divulgação revela que enaltecer a voz da diretora, em um vídeo exclusivo, consolida a estratégia de valorizar o seu lugar de fala.

A linguagem visual utilizada em “*Meet the Director*”⁵ é mesma do vídeo oficial. O cenário apresentado mostra propositalmente os bastidores da gravação do vídeo, apresenta detalhes de montagem de cenário, posição das pessoas envolvidas, equipamentos, etc., poderíamos chamar de forma bruta, sem edição. As escolhas em uma

⁵ Vale lembrar que na língua inglesa não existe gênero masculino e feminino para adjetivos e profissões, por isso o termo *Director* para referir-se a uma mulher.

produção publicitária não são aleatórias e este tipo de filmagem não foi um descuido. Apresentar os bastidores de uma gravação é mais uma forma de mostrar para o público uma ideia de realidade.

O vídeo *Meet The Director* inicia com a imagem em Plano Americano ou Plano Médio⁶ de Lauren Greenfield sentada em uma cadeira. Estes tipos de planos são utilizados para valorizar a personagem em detrimento ao cenário. O vídeo conta apenas com a fala de Lauren Greenfield e uma mescla de cenas do vídeo oficial com a imagem da diretora sentada na cadeira proferindo seu discurso. Em alguns momentos podemos perceber imagens do vídeo oficial em que Lauren é a protagonista da cena apresentada. Normalmente estas cenas representam momentos de autoridade de Lauren enquanto diretora, em algumas passagens determinando uma ação, em outras realizando uma pergunta para o elenco.



Figura 1- Apresentação de Lauren Greenfield (ALWAYS, 2018. [C])



Figura 2 - Lauren Greenfield explicando o vídeo sob a sua perspectiva. (ALWAYS, 2018. [C])

⁶ “Plano Americano: A figura Humana é filmada dos joelhos para cima. Primeiro Plano: A figura humana é enquadrada de meio busto para cima.” COSTA, 1985. p. 180 e 181



Figura 3 - Cenas do filme oficial da campanha. Propositalmente são mostrados os bastidores de uma gravação. (ALWAYS, 2018. [C])



Figura 4 - Filmagens da atuação de Lauren enquanto diretora. (ALWAYS, 2018. [C])

Todas estas imagens exaltam a função de Lauren Greenfield como protagonista da construção de linguagens (visual e dialogada) que compuseram o “Experimento Social”. É interessante perceber que em alguns momentos do vídeo Lauren direciona toda uma equipe majoritariamente formada por homens. Estas cenas ressaltam a relevância da diretora em cena e valorizam a representatividade da mulher enquanto protagonista no campo profissional.

Para melhor compreensão da narrativa apresento a tradução livre do vídeo “*Meet the Director*”

Título na tela de abertura do vídeo:

Always está empoderando mulheres para manter a autoconfiança na puberdade.

Redefinindo *#Likeagirl* para que deixe de ser um insulto e se torne uma expressão de força e talento.

Título de apresentação da Diretora:

Lauren Greenfield (Diretora vencedora de prêmios)

Lauren Falando:

Estou muito orgulhosa de ser parte desse experimento social da Always, que é sobre perceber o que a expressão "como uma garota" realmente significa. O que nós queríamos fazer era realmente descobrir e deixar que essas pessoas nos mostrassem o que significa correr "como uma garota", lutar "como uma garota", e então descobrir de onde essas ideias vem.

(Falando para a menininha) E corra como uma garota!

Eu acho que uma das coisas com as quais a Always se interessou em estudar é como as garotas lidam com a crise de confiança que acontece pela puberdade. Às vezes o que parece pequeno, como dizer "ah, você corre como uma garota"... São só palavras, mas eu acho que esse é um momento em que suas identidades são tão frágeis que isso pode ser realmente devastador.

Nós definitivamente vimos algo que já esperávamos, que várias das meninas pré-puberdade eram completamente desinibidas com suas identidades como garotas.

Começamos a ver que as associações negativas aparecem por volta dos 12, 13 e mais, e eu acho que a parte mais comovente do experimento para nós todos, que assistimos e nos engajamos, com isso foi ver como várias mulheres fizeram e depois disseram "espera um minuto, por que eu acabei de fazer isso?".

Eu acho que autoconfiança significa ser capaz de encontrar seu próprio poder, que te dá estabilidade, que permite com que você encontre seu próprio caminho de uma maneira que você possa se expressar.

Título de encerramento:

Assista o experimento social *#LikeAGirl* em [always.com](https://www.always.com).⁷

Para elucidar algumas reflexões a respeito do discurso utilizado em “*Meet the Director*” recorro novamente a Bourdieu. O sociólogo aborda a relevância do discurso na produção das relações sociais através da competência e performance (BOURDIEU, 1983, p.156-157). Para o autor, não existe apenas a necessidade da existência de uma linguagem autorizada, é imprescindível que haja um receptor capacitado e disposto a receber a mensagem. São necessárias "Leis que definem condições sociais de aceitabilidade."(BOURDIEU, 1994, p. 164).

Ambos os vídeos da Campanha *#Likeagirl* foram lançados no canal da marca Always na plataforma Youtube. A linguagem visual dos vídeos, a duração dos mesmos⁸, a possibilidade de associar a visualização do segundo vídeo a partir da visualização do primeiro, são todas características direcionadas a receptividade online.

A difusão e compartilhamentos de conteúdo online é uma característica marcante da última década. Cada vez mais pessoas tem acesso a mecanismos que permitem a

⁷ Tradução livre realizada a partir do vídeo original disponível na plataforma youtube.

⁸ O primeiro com duração de 3:19 e o segundo com duração de 2:06, tempo que excede o padrão de comerciais televisivos (30 segundos).

produção de conteúdo bem como a interação com conteúdos publicados. Se as raízes do compartilhamento online encontram-se firmadas em conteúdos pessoais ou com propósito diverso (e não comercial). Através do aprimoramento dos usos da internet, muitas organizações, entidades, empresas, etc., passaram a canalizar as potencialidades do universo online para alcançar objetivos mais concretos. O Ciberfeminismo é um exemplo da possibilidade de expansão que uma causa social pode alcançar a partir da difusão online.

Na concepção de suas ações as empresas de marketing e comunicação têm como prioridade investigar sobre as características do público-alvo bem como identificar tendências comportamentais. Não obstante deliberaram pela realização de uma campanha online com problematizações sobre um tema feminista. Os recursos online permitem uma possibilidade maior de pesquisa sobre as pessoas envolvidas no trabalho, bem como proporciona uma vinculação maior na pesquisa de conteúdos. Ao criar o vídeo “*Meet the director*” a *Always* ratifica a importância da escolha de Lauren Greenfield como diretora para a campanha #*Likeagirl*. A partir do conhecimento deste nome, as pessoas interessadas podem realizar uma busca mais detalhada, ou pelo simples fato de ter assistido o vídeo, pode começar a receber em suas redes sociais links relacionados à Greenfield.

Após a significativa repercussão do vídeo #*Likeagirl* Lauren Greenfield foi constantemente convocada a conceder entrevistas sobre o experimento social. Foram participações em programas, eventos e matérias publicadas em jornais. Em uma destas matérias Lauren apresenta algumas reflexões⁹,

Eu tenho documentado a crise de autoconfiança que afeta as garotas, as pressões da cultura popular e as mudanças na imagem corporal desde o final dos anos 90, quando eu comecei a jornada que se tornou *Girl Culture*, meu livro fotográfico e exibição de viagem. Foi o resultado de cinco anos documentando o modo como o corpo se tornou uma expressão primária de identificação para garotas e mulheres. Eu me interessei por tudo, desde o aparentemente inócuo, como moda e maquiagem, até o mais patológico, incluindo transtornos alimentares, automutilação e promiscuidade. Eu continuei mergulhando na imagem corporal com meu primeiro documentário. *Thin*, sobre transtornos alimentares, e então *Beauty Culture*, um curta sobre a indústria da beleza e a representação da mulher na fotografia fashion. Meu trabalho é constantemente sobre desconstruir o ordinário e examinar coisas que nós tomamos como verdade na maior parte do tempo, sem sequer perceber. E “*Like a girl*” é isso: algo que nós

⁹ Tradução livre

entendemos como “apenas palavras”, ou uma piada. Espero que não por muito tempo. (GREENFIELD, 2014)

Nesta entrevista fica clara a intenção de Greenfield em validar seus argumentos com base em seu histórico pessoal e profissional. Seu “lugar de fala” é evidenciado a todo o momento com a possível finalidade de se posicionar como uma autoridade sobre a temática. Ao convocar uma diretora mulher e, com o currículo de Lauren, a *Always* conseguiu ultrapassar a esfera do universo publicitário e difundir sua mensagem em outros meios de comunicação. A intenção de validar a proposta de experimento social encontra êxito em diferentes instâncias da comunicação da massa.

Esta breve reflexão é um recorte de uma extensa pesquisa sobre a campanha *#Likeagirl*. Uma conclusão inicial aponta para o fato de que o vídeo “*Meet the Director*” é uma das estratégias publicitárias para atrair a confiança do público. Este é um recurso muito comum, busca-se uma voz autorizada¹⁰ para legitimar a proposta de divulgação de uma marca ou produto. O grande diferencial desta campanha se dá pelo fato de que a *Always* se utilizou de diferentes recursos: expôs uma temática que está em evidência (pautas feministas); se utilizou de um recurso midiático online que possibilita interação e rápida expansão; e por fim, deixou claro que ofereceu o “lugar de fala” para uma mulher, que assim como tantas outras, muitas vezes tiveram suas vozes silenciadas.

É necessário ponderar que todas as ações foram cautelosamente pensadas para atingir objetivos mercadológicos. Entretanto, é inegável que a publicidade oportuniza que a discussão sobre feminismos alcance grupos e camadas sociais que muitas vezes não tiveram contato com a temática. Neste sentido devemos manter a atenção sobre os usos de temas feministas, mas também manter portas abertas para que outras instâncias culturais abordem problematizações tão urgentes à sociedade.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1994, p, 156-182.

BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Lisboa, 2003.

COSTA, Antonio. Compreender o cinema. Rio de Janeiro: Globo. 1987.

TRUFFAUT, FRANÇOIS. O cinema segundo François Truffaut/textos reunidos por Anne Gillain. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

¹⁰ Em publicidade entende-se como voz autorizada uma voz legítima para falar sobre determinado assunto. Um dentista para falar de pasta de dentes, um cabeleireiro renomado para assinar uma linha de shampoo, usar crianças em sua rotina para mostrar a eficácia de fraldas, entre outros.

Referências eletrônicas

ALWAYS Nossa Batalha Épica: Junte-se a nós. Junte-se a nós. [2017]. Disponível em: <<https://www.alwaysbrasil.com.br/pt-br/sobre-nos/nossa-batalha-epica-tipo-menina>>. Acesso em: 02 fev. 2018. [A]

ALWAYS #LikeAGirl. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XjJQBjWYDTs>>. Acesso em: 20 jan. 2018. [B]

ALWAYS. Always #LikeAGirl - Meet the Director, Lauren Greenfield. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kCKPz3xn3sY&t=62s>>. Acesso em: 20 jan. 2018.[C]

GREENFIELD, Lauren. At last, there's no shame in acting 'like a girl'. 2014. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/women/womens-life/10961856/At-last-theres-no-shame-in-acting-like-a-girl.html>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

GREENFIELD, Lauren. Lauren Greenfield Biography. [ca 2018]. Disponível em: <<http://www.laurengreenfield.com/index.php?p=RMCD4CNH>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GREENFIELD, Lauren. THIN by Lauren Greenfield. [s.i]: Hbo, 2007. (7 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IS4dMX65ZF0>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GREENFIELD, Lauren. LAUREN Greenfield on Beauty CULTure. [s.i]: The Annenberg Space For Photography, 2011. (8 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gEor9yS9RCE>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

GREENFIELD, Lauren. ZFF 2012: Director Lauren Greenfield / THE QUEEN OF VERSAILLES. [s.i]: Zurich Film Festival, 2013. (2 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ri-uvXhsR78>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

MEIRELLES, Fernando. Fernando Meirelles. 2002. Disponível em: <https://istoe.com.br/24898_FERNANDO+MEIRELLES/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

#NIUNAMENOS: O FACEBOOK COMO ESPAÇO DELIBERATIVO ACERCA DE QUESTÕES DE GÊNERO

Carla Candida Rizzotto¹
Gabriela Petrucci²
Angieli Maros³

Resumo: A fim de verificar como as questões de gênero são lançadas à deliberação (Habermas, 1997, 2003; Young, 2001) por usuários do Facebook, será estudada uma amostra dos 14.087 comentários publicados em 30 notícias relacionadas ao movimento Ni Una Menos, postadas na página do Clarín, entre maio de 2015 e junho de 2017. Para tanto, faz-se uso de análise de conteúdo cujas variáveis foram inspiradas na teoria deliberacionista de Jennifer Stromer-Galley (2007; 2012) e Iris Young (2001).

Palavras-chave: Ni Una Menos. Deliberação. Facebook.

1. Introdução

A democracia deliberativa, segundo as proposições habermasianas, é uma terceira via entre as duas grandes correntes democráticas, liberal e republicana, apresentando uma visão discursiva da democracia e vinculando seu sucesso à institucionalização de procedimentos de comunicação. Assim, tendo o mundo da vida como pano de fundo e o agir comunicativo como meio procedimental, a democracia deliberativa visa descentralizar as decisões políticas dos meios burocráticos do Estado, através da participação civil (HABERMAS, 1984). Segundo Marques e Maia (2010), a conversação cotidiana, ao possibilitar o compartilhamento de valores, aumenta a diversidade de opiniões circulantes e conseqüentemente a qualidade da formulação de opiniões, desafiando regras e preconceitos e auxiliando os indivíduos a melhor formularem suas necessidades, resultados usualmente atribuídos somente a práticas deliberativas formais.

Alicerçado nessas compreensões, este trabalho tem como objetivo investigar como se deu o debate *online* a respeito do movimento argentino Ni Una Menos, entre maio de 2015 e junho de 2017, nos comentários publicados em *posts* da página do jornal Clarín no Facebook. Para tanto, promoveu-se uma análise de conteúdo enquanto procedimento metodológico e, para a formulação das categorias, foram consideradas as

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. E-mail: carla_rizzotto@yahoo.com.br

² Graduada em Comunicação e Multimeios pela Universidade Estadual de Maringá; mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa em Comunicação e Política. Bolsista CAPES. E-mail: gabrielapetruccis@gmail.com

³ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina; mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa em Comunicação e Política. E-mail: angielimaros@gmail.com

proposições de Jennifer Stromer-Galley (2002, 2007) acerca das conversações cotidianas e a própria formulação habermasiana a respeito da democracia deliberativa, bem como as críticas direcionadas a essa concepção por Iris Young (2001) que denuncia a deliberação de ser enviesada culturalmente e de silenciar determinados grupos.

A coleta dos *posts* analisados foi feita manualmente, através da ferramenta de busca do próprio Facebook, a partir da palavra-chave “#NiUnaMenos em Clarín”. Foram reportadas, assim, 30 publicações feitas pelo jornal dentro do período descrito, totalizando 14.087 comentários de seguidores da página. Este artigo se refere aos resultados parciais desta pesquisa, apresentando, portanto, a análise de um primeiro *corpus*, que diz respeito a 1.421 comentários distribuídos entre nove *posts* do jornal, que trataram exclusivamente sobre as marchas organizadas pelo movimento Ni Una Menos nestes três anos.

2. De um contexto de violência

Entendemos aqui o Ni Una Menos como uma expressão da atual militância feminista da Argentina, país em que os primeiros movimentos de mulheres se formaram entre o final do século XIX e o início do século XX. Desde o início, o feminismo na Argentina esteve bastante vinculado às demais formações políticas e sociais, como o socialismo, o cristianismo adepto da teologia da libertação e o liberalismo, por exemplo. Embora sempre tenha existido grupos de mulheres envolvidos nestas (e em outras) causas, houve um período em que as mobilizações exclusivamente em prol dos direitos das mulheres foram secundárias ou até mesmo inexistentes, uma vez que o cenário político do país parecia exigir maior engajamento.

Notamos, nesse sentido, um esforço entre historiadoras feministas em afirmar a importância dos movimentos de mulheres ocorridos entre os anos 1970 e 1980 na Argentina, num contexto em que diversos países da América Latina viviam sob ditaduras, pois foi no interior dos grupos de resistência que as mulheres passaram a identificar muitas das opressões a que estavam submetidas, muitas das quais dentro dos partidos, sindicatos e demais movimentos sociais (GRAMMÁTICO, 2005). Na efervescência da segunda onda do feminismo nos Estados Unidos e na Europa, as argentinas levantaram bandeiras por salário no âmbito do trabalho doméstico, igualdade no acesso à educação, reforma das leis de guarda dos filhos, legalização do aborto, não-discriminação de mães solteiras e pelo divórcio absoluto, entre outras causas (VASSALLO, 2005, p. 65).

Definido como um coletivo contra a violência machista, o Ni Una Menos nasceu em 2014 frente aos altos índices de morte de mulheres na Argentina. O Registro Nacional

de Femicídio, elaborado pela Justiça daquele país desde 2015 – ano da primeira marcha de grande impacto do coletivo –, mostra que, no ano da criação do grupo, 225 mulheres argentinas foram mortas em contextos de desigualdade de gênero⁴. Foi neste contexto de violência machista crescente que o Ni Una Menos surgiu, liderado por jornalistas, cientistas sociais e ativistas e impulsionado pelo ambiente virtual, principalmente as redes sociais. Pouco tempo depois, ganhou visibilidade e protagonismo nos meios de comunicação (ESTUDIO..., 2015), tornando-se a peça-chave das manifestações de 2015 que colocaram crimes contra mulheres na pauta das principais discussões da Argentina.

Em seu próprio site, o coletivo afirma ter nascido da necessidade urgente de conter o feminicídio: “Porque o pedido é urgente e a mudança é possível, Ni Una Menos se instalou na agenda pública e política” (NI UNA MENOS, 201-?, tradução nossa). Documento oficial do grupo indica que sua intenção, acima de tudo, é fazer ruir a aura privada que ainda paira sobre casos de violência contra a mulher, alertando para a mais urgente necessidade de analisar a estrutura que os mantém sob a luz da discussão pública.

Ainda que a maioria das mulheres que recordamos aqui tenha sido assassinada por pessoas próximas, o feminicídio não é um assunto privado, é produto de uma violência social e cultural legitimada pelos discursos públicos e dos meios de comunicação (...). O feminicídio é um tipo de violência particular: não é um tema íntimo ou doméstico ou só das mulheres. Em muitos feminicídios também foram assassinados os filhos como parte do castigo projetado sobre elas e sua própria capacidade de dar vida. (NI UNA MENOS, 2015, p. 1-2, tradução nossa).

No mesmo documento, o grupo ainda definiu como prioridade um Plano Nacional de Ação para Prevenção, Assistência e Erradicação da Violência contra as Mulheres. A carta com objetivos e reivindicações foi lida pela primeira vez no dia 3 de junho de 2015, quando o coletivo conseguiu levar 300 mil pessoas para a frente do Congresso argentino, em Buenos Aires. O estopim foi a morte da adolescente grávida Chiara Páez, de 14 anos, assassinada pelo namorado de 16 anos porque não quis abortar. O assassinato de Chiara, como os próprios números da Justiça mostram, não foi isolado e ocorreu na sequência de outras mortes brutais no país. Em setembro de 2014, Milena Romero, de 17 anos, foi assassinada e seu corpo foi encontrado dentro de um saco de lixo, às margens de um córrego. Meses antes da morte de Chiara, outra jovem, Daiana Garcia, de 19 anos, já havia sido assassinada de maneira brutal, depois de sair de casa para uma entrevista de emprego.

⁴ Estatística disponível em: https://www.csjn.gov.ar/om/docs/femicidios_2014.pdf

A continuidade da violência fez a marcha do Ni Una Menos se repetir em 80 cidades da Argentina, em uma marcha ainda maior em 2016. Além disso, percebe-se hoje que o Ni Una Menos rompeu as características de um coletivo para se tornar sinônimo de uma mobilização de caráter político e social. Na versão digital do jornal argentino Clarín, local de observação deste artigo, por exemplo, o movimento foi transformado em um tema maior no qual são ligadas todas as reportagens, notas e entrevistas que têm relação com a violência de gênero, reforçando o caráter de luta e dando novo e mais amplo espaço para participação civil em todo o processo.

3. Democracia comunicativa e conversação online

A democracia deliberativa é um modelo político que enfatiza a necessidade de participação da esfera civil nas decisões políticas. Trata-se de um aprofundamento da noção habermasiana de esfera pública e pode ser definida basicamente como a busca pela melhor ou mais justa solução através do debate público de razões (HABERMAS, 1997).

Iris Young (2001) parte de dois problemas identificados por ela na teoria deliberacionista para propor o que chama de democracia comunicativa. Em primeiro lugar explica que nos processos deliberativos a discussão é carregada de viés cultural e por isso tende a silenciar ou desvalorizar determinadas pessoas ou grupos. Em segundo, é pressuposto da deliberação que os processos deliberativos precisam partir de um elemento comum ou ter um objetivo comum. Sua proposta, assim, visa a que as diferenças culturais ou de perspectiva social sejam compreendidas como recursos da discussão democrática e não como problemas a serem superados. Assim, ela sugere a soma de outras formas de comunicação mais permeáveis ao processo de discussão político. Essas formas seriam a saudação, pois há a necessidade de se estabelecer confiança e respeito mútuo, a retórica, pois é preciso se fazer escutar, e, por último, a narração, pois ao revelar experiências particulares que não foram vividas pelos outros membros do grupo permitem que as histórias de vida tenham igual valor aos argumentos.

Além de pensar na integração de outras estratégias comunicacionais que não somente a argumentação racional, há também que se ter em vista que a discussão para tomada de decisões não se restringe a ambientes institucionalizados de deliberação. Seyla Benhabib (2009, p.119) alega que deve haver uma pluralidade de formas de associação de modo a ampliar a participação dos cidadãos: “É crucial para o modelo de democracia deliberativa privilegiar tal esfera pública de redes de associações de deliberação, contestação e argumentação que se entrecruzam e se sobrepõem.” Segundo Mansbridge

(2009), a conversação cotidiana, ainda que não siga todos os critérios normativos da deliberação, é indispensável para a produção de decisões coletivas. Ela não é pensada como outra forma de ação além da simples conversação, enquanto a deliberação formal almeja a ação; logo, a conversação é expressiva enquanto a deliberação é intencional, pois intenta produzir decisões vinculatórias à coletividade envolvida (MANSBRIDGE, 2009).

Tendo em vista essa articulação de arenas, é inegável que as possibilidades de interação inerentes à internet colocam-na como ferramenta central da participação civil nas democracias contemporâneas. Além disso, a internet possibilita a inclusão de novas vozes na esfera pública, ao oferecer um contexto de engajamento em conversações políticas para aqueles que normalmente não se engajam nas conversações presenciais, seja através de espaços designados para conversações políticas ou através de espaços nos quais elas acontecem de maneira natural (STROMER-GALLEY, 2002).

4. Metodologia

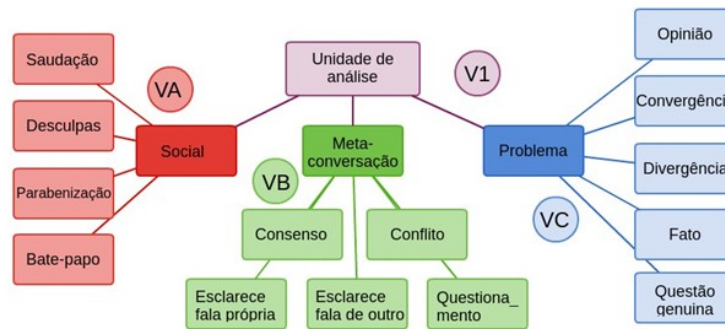
Jennifer Stromer-Galley (2007) propõe que a análise das conversações online seja realizada tendo em vista a justificação expressa da opinião, a fonte do comentário, a divergência, a igualdade, o tópico e o engajamento. Em pesquisa anterior (RIZZOTTO, FERRACIOLI, BRAGA, 2017), as categorias propostas foram empregadas na análise de 1.079 comentários de seis posts do blog “Escreva, Lola, escreva” que tratavam de questões de gênero. Os resultados mostraram que o debate foi marcado pelo desrespeito, menos presente nas conversações face a face do que nas conversações *online*, devido ao anonimato e à distância, determinantes em interações virtuais. Ademais, a análise mostrou alto índice de divergência, o que é positivo para a deliberação pois estimula os participantes a trabalhar sua argumentação e denotam a presença de engajamento. As discussões se mostraram bastante relacionadas ao tópico central, indicando articulação de diferentes pontos de vista, o que pode levar à alteração da opinião particular. Além disso, houve baixa incidência de elaboração e alta recorrência de experiências pessoais.

Este último resultado direciona ao questionamento acerca da utilização de outras formas comunicacionais visando o convencimento, conforme postulado por Young (2001). Por essa razão, às categorias formuladas por Stromer-Galley embasadas pela teoria habermasiana, uniram-se, nesta pesquisa, novas categorias criadas como forma de verificar o uso da saudação, da retórica e da narração nas discussões online.

A primeira variável (V1) refere-se ao tipo de pensamento expresso no comentário. Essa variável também é responsável pela divisão dos comentários em mais de uma

categoria de análise quando necessário. Quer dizer, é possível que um comentário expresse mais de um tipo de pensamento, nesse caso o trecho referente a cada tipo de pensamento passa a ser uma unidade de análise independente; dessa forma, um comentário pode conter uma, duas ou três unidades de análise. O diagrama abaixo (Imagem 1) ilustra de maneira esquemática o caminho de codificação.

Imagem 1 – Caminho da codificação 1



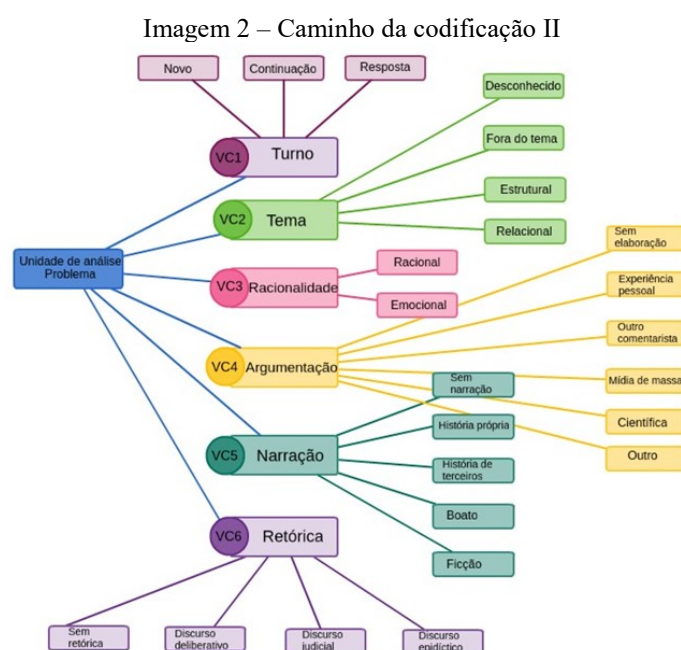
Fonte: Elaboração própria

Os comentários categorizados como “social” (VA) tratam do tipo de relação estabelecida: saudação, pedido de desculpas, parabenização ou bate-papo. Os comentários também podem se tratar de “meta-conversaço”, quando referentes à própria conversaço, cuidando da estrutura da fala ou tendo como foco os indivíduos envolvidos no debate. Desse modo (VB) determina se se trata de consenso, conflito, esclarecimento de fala própria ou esclarecimento de fala de terceiros. A partir dessa identificação, a codificação só continua quando os comentários promovem discussão em torno de uma temática (VC) por meio da elaboração de argumentos. Esta variável (VB) permitirá tecer conclusões sobre a possibilidade de anonimato enquanto ponto crucial para a existência de conflito nas conversaço online.

O último tipo de pensamento (VC) tem determinado “problema” como foco: quando o sujeito expressa sua visão sobre uma temática, ainda que não relacionada ao tópico em questão, no caso, o movimento Ni Una Menos. Nesse caso o comentário é ainda analisado enquanto opinião, convergência, divergência, fato ou questão genuína. Esta variável (VC) é fundamental enquanto indício para a medição da deliberação, pois permite a verificação acerca da divergência. Rizzotto, Ferracioli e Braga (2017, p. 363) afirmam quanto a sua importância: “o diálogo com outros pontos de vista pode atenuar a polarização das posições políticas, bem como oferece aos participantes a possibilidade de revisão de suas opiniões ou de reforçá-las com argumentos mais racionais”.

A partir desse ponto, somente as unidades de análise classificadas enquanto “problema” terão o turno da fala (VC1), a temática abordada (VC2), a racionalidade (VC3), a elaboração da argumentação (VC4), a narração (VC5) e a retórica (VC6) analisadas. Isso porque (1) as unidades de fala caracterizadas como social e meta-conversa já trazem implícito o engajamento com outrem; e como (2) não contém indicações acerca da temática abordada, (3) não é possível perceber nelas indícios deliberativos para além dos indicativos de civilidade ou incivilidade.

O diagrama (Imagem 2) abaixo ilustra o caminho de codificação das variáveis relacionadas ao “problema”.



Fonte: Elaboração própria

5. Análise e discussão dos resultados

Quanto à unidade de análise (V1) foi constatada maior ocorrência de problema (1.148 ocorrências), seguido por meta-conversa (494 ocorrências) e por social (369 ocorrências). Na variável referente ao problema (VC) se sobressaem comentários que expressam opinião (38,9%), algo que, para Young (2006), reflete as crenças sobre como as coisas são ou teriam de ser. Se por um lado a opinião pessoal constitui um processo dialógico menos aberto à deliberação, por outro lado a presença deste problema é característica da democracia comunicativa, a qual requer “livre expressão e o questionamento de opiniões, bem como uma ampla representação de opiniões em discussões que levem a decisões políticas” (YOUNG, 2006, p. 160-161).

Analisando ainda a mesma variável, 390 comentários (27,9% do total) foram classificados como divergentes. Aqui, o ponto de vista levado em conta expressa a visão sobre determinado tema, seja ele o movimento Ni Una Menos ou outro relativo lançado ao debate pelos próprios usuários. Comentários sem qualquer formulação problemática representaram 17,8% do total (248), enquanto os relacionados a fatos e questões genuínas foram 5,2% e 3%, respectivamente. O que se percebeu ainda é que a convergência, outro ponto-chave para compreender a dimensão deliberativa composta pelos diálogos, atingiu um índice menor (7,2%), mas ainda assim muito do que foi classificado como convergente constituía-se como uma divergência em relação ao tema, como a seguir:

Imagem 3 – A relação entre convergência e divergência no debate #NiUnaMenos



Fonte: Reprodução do Facebook

O estabelecimento de diálogos que expressam respeito mútuo (VA), como sugere Young em sua proposta de democracia deliberativa, acontece em 18,3% dos casos; enquanto a meta-conversa (VB) *per se* se instala em 24,6% das vezes.

Em relação ao turno da fala (VC1), ao saber se o sujeito está elaborando uma fala nova, continuando uma fala própria anterior ou respondendo a outros participantes, é possível fazer inferências acerca do engajamento no debate, que será positivo caso haja envolvimento em diálogos. Neste caso, é possível notar que o fato de o movimento levantar temas polêmicos é capaz de gerar debates, uma vez que as respostas diretas a outros participantes acontecem em 36,9% das vezes. Apesar disso, são registrados 720 novos comentários em valor absoluto, indicando que em 62,8% das vezes não houve interesse em estabelecer algum tipo de debate. É interessante notar que dentre todos os comentários novos, 55,8% apresentam como problema (VC) uma opinião. Dessa forma, pode-se afirmar que o interesse em somente manifestar uma opinião é consideravelmente superior ao empenho em desenvolver uma prática deliberativa, corroborando a tese de Mansbridge acerca das conversações cotidianas, introduzida anteriormente.

O tema da conversação (VC2) permite medir o grau deliberativo de um debate uma vez que, “if the discussion is off topic, then the deliberation cannot meet its objective of deep consideration of an issue”⁵(STROMER-GALLEY, 2007, p. 6). Nesta variável, a codificação se divide em: comentários fora do tema; comentários estruturais, referindo-se de maneira direta à questão da marcha; comentários relacionais, que tratam de temas adjacentes; ou desconhecido, caso não seja possível identificar o assunto tratado. Percebe-se, pois, um índice positivo quanto à qualidade da deliberação, visto que apenas 17,9% deles foram identificados como fora do tema; enquanto 49,5% se referem diretamente às marchas e aos temas agendados pelo movimento Ni Una Menos (conforme Imagem 4) e 27,7% se ocuparam de pautas relacionadas à discussão maior, invariavelmente apresentando questões concernentes ao feminismo e/ou ao contexto político argentino.

Imagem 4 – Troca de comentários estruturais



Fonte: Reprodução do Facebook

A medição da racionalidade (VC3) está relacionada com a justificação expressa da opinião, evidenciada nas asserções verificáveis a partir de evidências. Dessa forma, 86,2% dos textos que ofereciam justificação foram classificados como racionais, ainda que essa justificação fosse ancorada nas experiências pessoais dos participantes. A emoção foi constatada em apenas 8,5% das vezes, sendo que em 5,3% das situações não foi possível aferir esta variável devido a problemas gramaticais e/ou ortográficos que tornaram os comentários ininteligíveis.

As três variáveis que se seguem se referem às estratégias comunicativas empregadas para o convencimento: argumentação (VC4), narração (VC5) e retórica (VC6). Uma mesma unidade de análise pode usar mais de uma estratégia. A argumentação é medida em termos da elaboração argumentativa. Assim busca-se identificar se o sujeito faz referência a experiências próprias, a outros comentaristas, a informações providas de veículos de comunicação, se utiliza base científica ou ainda se recorre a outros recursos para tal fim. Vale constar que também foram avaliados

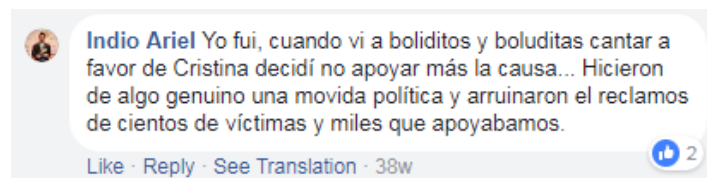
⁵ “Se a discussão está fora do tópico, então a deliberação não pode cumprir seu objetivo da consideração profunda de uma questão” (STROMER-GALLEY, 2007, p. 6, tradução nossa).

comentários em que não havia argumentação alguma e outros em que alguns argumentos foram parcamente expressados. As análises mostraram que 32,1% dos comentários são vazios e 44,4% do total lançam mão de argumentos pouco desenvolvidos. Embora esses dados pareçam negativos, é possível inferir que há uma maioria disposta a entrar em uma dinâmica deliberativa que vise à persuasão. Chama atenção também a ocorrência de outros argumentos em 15,3% das vezes: o senso comum é acionado em 32,1% das vezes, seguido por questões políticas (27,4%) e por percepções sobre a violência como um problema bilateral (10,4%).

Quanto à narração, foi verificado se a história narrada pelo indivíduo é pessoal, de terceiros, boataria ou ficcional. Para Young, a narração é um elemento comum nas discussões deliberativas, tratando-se de uma forma de representação de perspectivas, que, por sua vez, é um elemento importante para dar impulso às discussões. É a partir de uma determinada perspectiva social “que um representante coloca certos tipos de questões, relata certos tipos de experiência, retoma uma determinada linha de narrativa histórica ou expressa um certo modo de olhar as posições de outrem” (YOUNG, 2006, p. 167).

Contudo, em relação a esta variável foi possível perceber uma lacuna muito grande quando o tema Ni Una Menos é trazido à tona nas postagens d’O. Do total de comentários analisados, 95,7% deles não tinham a narração como um elemento referencial no debate. De certa forma, uma hipótese para tal disparidade é o tema em si, diretamente conectado a narrativas de violência e que, portanto, não são facilmente compartilháveis. Além disso, dos 4,3% comentários que trouxeram o elemento para dentro de suas elaborações argumentativas, apenas 1,8% é referente a histórias próprias. Neste conjunto total, também foi possível perceber o apelo à narração como um mecanismo voltado para manter a divergência em relação ao tema, tal qual a seguir:

Imagens 5 – O recurso narrativo em discussões #NiUnaMenos



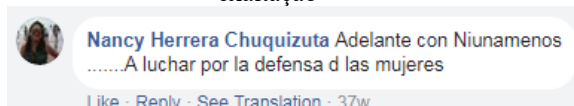
Fonte: Reprodução do Facebook

Por fim, a categorização empregada permitiu ainda analisar as estratégias retóricas presentes nos comentários. Elas são medidas a partir dos três gêneros aristotélicos de discurso retórico: o discurso deliberativo, gênero associado ao discurso político, tem por

objetivo aconselhar ou dissuadir buscando convencer acerca da conveniência de determinada ação; o discurso judicial, que busca acusar ou defender, demonstrando se a ação em questão é justa ou injusta; e o discurso epidíctico, que visa elogiar ou censurar, com base na qualificação da ação como virtuosa ou viciosa. Neste ponto, a maior parte dos comentários (529 deles, equivalente a 46,2% do total) não se encaixa em nenhum dos três gêneros descritos acima, sendo classificados como sem retórica. Percebe-se que é um universo com valores equivalentes às observações não amparadas por um discurso argumentativo válido (44,4% do total, como mostrou a variável VC4), já que a argumentação é tida como premissa da concepção do discurso retórico.

A continuidade das análises revelou que, por outro lado, 31,7% dos comentários apontam para a presença do discurso deliberativo. Constatou-se a existência de discursos tanto convergentes quanto divergentes em relação ao tema, com ressalva para a frequência constante da tentativa de convencer o outro. Ainda nessa categoria, encaixaram-se como discursos epidícticos 18,2% do conjunto, como mostram as imagens 6 e 7:

Imagem 6 – Exemplo de discurso epidíctico de exaltação



Fonte: Reprodução do Facebook

Imagem 7 – Exemplo de discurso epidíctico de censura



Fonte: Reprodução do Facebook

O discurso judicial, aquele que recorre à retórica para apontar noções de justiça e injustiça sobre o tema, foi encontrado em 3,9% dos comentários (45 no total). Os comentários nesse sentido se distribuíram entre argumentos que reivindicavam reformas legislativas em relação à violência (ou, em alguns momentos, tratando mais especificamente sobre a violência contra a mulher, como na imagem 8); endossando a criminalização do aborto ou sugerindo a sanção da pena de morte.

Imagem 8 – Conversação sobre o papel do Estado no combate à violência



Fonte: Reprodução do Facebook

Considerações Finais

A análise dos comentários aqui realizada apresenta alguns indícios principais que apontam o potencial deliberativo da conversação em torno do movimento Ni Una Menos, dentre eles destacamos (a) a divergência, que mostrou-se alta nos três tipos de unidades de análise (social, meta-conversação e problema) e (b) o engajamento, que se mostrou fraco no que diz respeito ao debate, visto que uma menor parte dos comentários respondia a um comentário anterior (VC1), e forte no que diz respeito ao engajamento temático, uma vez que a maior parte dos comentários se restringiu à temática do debate (VC2).

Surpreende, todavia, que mais de 95% dos comentários não apresentem quaisquer estratégias narrativas, ou seja, para convencer os demais de que o próprio ponto de vista é o único correto, os indivíduos recorrem mais vezes à argumentação racional, depois a estratégias retóricas e, por último, a estratégias narrativas como apresentação de histórias. Isso vai de encontro à teorização de Young acerca da necessidade de permeabilidade discursiva nos debates deliberativos de forma a garantir a participação de diferentes grupos. Porém, esse resultado não nos permite fazer generalizações quanto a não-validade da argumentação de Young, pelo contrário, acreditamos que é a temática debatida que inibe as manifestações narrativas, uma vez que uma observação inicial de debates sobre a descriminalização do aborto, por exemplo, mostrou que é frequente a recorrência a experiências pessoais como modo de exposição de opinião e convencimento.

É preciso destacar ainda as dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa. Em primeiro lugar, as frequentes atualizações realizadas no Facebook inviabilizam a criação

de ferramentas gratuitas e de fácil acesso que reportem seu banco de dados de forma satisfatória, o que faz com que o exercício da pesquisa esbarre constantemente em obstáculos que a tornam mais laboriosa. Além disso, observamos que algumas variáveis de análise se revelaram de pouca utilidade para a análise deliberativa, enquanto outras se mostraram de difícil codificação, o que implica na necessidade de revisão do livro de códigos para a continuidade da pesquisa.

Por fim, destacamos que a metodologia adotada faz parte de projeto de pesquisa realizado no âmbito do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA) da Universidade Federal do Paraná, com o intuito de analisar o potencial deliberativo e a presença de estratégias narrativas e retóricas em debates sobre temas polêmicos e sensíveis, como, por exemplo, a descriminalização do aborto (RIZZOTTO, 2017).

Referências

ABREGO, Verónica Ada. *Embodying Memories: The Women Rights Movement “#NiUnaMenos” and the Women Narratives about State Repression in Argentina*. In: **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, [S.I.], v. 16, n. 30, p. 115-135, dec. 2017.

BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Néida. *Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual*. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 55-64.

BENHABIB, S. *Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática*. In: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas** – textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 109-141.

GRAMMÁTICO, Karin. *Las mujeres políticas y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible?*. In: ANDÚJAR, Andrea (org.). **Historia, género y política en los ‘70**. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 19-38.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action: Reason and rationalization of society**. Tradução de Thomas McCarthy. Boston, EUA: Beacon Press, 1984, v. 1.

MANSBRIDGE, J. *A conversação cotidiana no sistema deliberativo*. In: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas** – textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 207-237.

MARQUES, Â. C. S.; MAIA, R. *Everyday conversation in the deliberative process: an analysis of communicative exchanges in discussion groups and their contributions to civic and political socialization*. In: **Journal of Communication**, v. 60, p. 611-635, 2010.

NI UNA MENOS. **En qué creemos y qué pedimos**. Disponível em: <http://niunamenos.com.ar/?page_id=8/>. Acesso em: 7 fev. 2018.

RIZZOTTO, C. C.; FERRACIOLI, P.; BRAGA, L. **Como elxs discutem questões de gênero?**: Análise do potencial deliberativo de discussões online sobre feminismo. *Revista Contemporânea*, v. 15. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017. p. 352-377.

RIZZOTTO, C. C. **Falando de aborto em terceiros espaços**: uma análise das estratégias comunicacionais deliberativas em debates polêmicos e polarizados. Projeto de Pesquisa [mimeo]. 2017.

STROMER-GALLEY, J. New voices in the public sphere: a comparative analysis of interpersonal and online political talk. In: **The Public**, v. 9 (2), p. 23-42, 2002.

STROMER-GALLEY, J. Measuring deliberation's content: a coding scheme. In: **Journal of Public Deliberation**, vol. 3, iss. 1, art. 12, 2007.

UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES. Estudio de Opinión Pública Marcha “Ni Una Menos”. Buenos Aires: Faculdade de Ciências Sociais – UBA, 2015. 12 p. Disponível em: <<http://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2010/11/encuesta-ni-una-menos-COPES-INFORME-FINAL-enero-2016.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

VASSALLO, Alejandra. ‘Las mujeres dicen basta’: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los ‘70. In: ANDÚJAR, Andrea (org.). **Historia, género y política en los ‘70**. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 61-88.

YOUNG, I. Comunicação e o outro: Além da democracia deliberativa. In: Souza, J. (org.). **Democracia hoje**: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova. 2006, n.67, pp.139-190. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em 1º mar. 2018.

#NiUnaMenos: Facebook as a deliberative place about gender questions

Abstract: In order to verify how gender issues are put to deliberation (Habermas, 1997, 2003, Young, 2001) by Facebook users, a sample of the 14,087 comments published in 30 news related to the Ni Una Menos movement, posted on the page of Clarín between May 2015 and June 2017. We then conduct a content analysis, whose variables were inspired by the deliberationist theory of Jennifer Stromer-Galley (2007, 2012) and Iris Young (2001).

Keywords: Ni Una Menos. Deliberation. Facebook.

FEMINISTAS LATINO-AMERICANAS: AGENDAS E ENCONTROS

Claudia Regina Nichnig¹

Resumo: A presente proposta visa realizar uma análise do encontro feminista latino americano e do Caribe, realizado em novembro de 2017, em Montevideo. Busca perceber quais as impressões do encontro e as relações de proximidade com o encontro feminista Mundos de Mulheres ocorrido no Brasil, em agosto de 2017. O objetivo é perceber as articulações e a participação das feministas nos eventos, suas principais agendas de reivindicação, objetivando escrever uma história destes encontros.

Palavras-chave: Encontros. Feminismos. Agendas.

Neste artigo pretendo articular algumas das minhas impressões a partir da participação no 13º Congresso Mundos de Mulheres, ocorrido em Florianópolis, Brasil, e no 14º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, realizado em Montevideo, Uruguai, ocorridos em agosto e novembro de 2017, respectivamente. Mundos de Mulheres pela primeira vez na América Latina e o Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe - EFLAC, em sua décima quarta edição em solo latino americano.

Este artigo tem como objetivo analisar historicamente os encontros feministas, tecendo alguns pontos de aproximações nos dois encontros, a partir das agendas e debates travados. Outra questão é trazer o debate sobre a latente preocupação das feministas participantes com a onda conservadora que varre a América Latina, que traz consequências diretas para as mulheres e suas vidas. Para estes dois efervescentes momentos políticos são as próprias mulheres que trazem suas bandeiras, suas falas e seus corpos para a rua: são elas mulheres negras, indígenas, trabalhadoras, estudantes, jovens e velhas, deficientes, lésbicas, trans, que marcam suas presenças em Florianópolis e Montevideo.

O feminismo é entendido, neste artigo, acompanhando pesquisas que vem sendo desenvolvidas no Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC há mais de dez anos, como um conflito social importante na sociedade brasileira, que trouxe significativas mudanças sociais, principalmente durante o período da Ditadura (1964-1985). (PEDRO, 2005, 2013; PEDRO, WOLFF, 2010).

¹ Pós-doutora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, realizou a pesquisa intitulada “Criando laços, fazendo redes: Encontros e articulações feministas no Brasil dos anos 70 e 80”, com financiamento do CNPq, sob a supervisão da professora Cristina Scheibe Wolff. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciência Humanas da UFSC.

Destaco a articulação em face da ditadura militar no Brasil nos anos 70 e 80. Com o exílio político, as mulheres circularam por distintos países durante a ditadura e tiveram contato com vários feminismos. Mesmo assim, podemos dizer que na América Latina existiram pautas particulares, diferentes dos países europeus e dos EUA. (ALVAREZ, 2003). Posso afirmar que a experiência de períodos de ditadura militar produziram especificidades para esses movimentos. Assim, mesmo que afetado pelos feminismos norte americanos e europeus, as feministas latino-americanas produziram movimentos próprios com agendas específicas. Podemos dizer que enquanto na América Latina os feminismos locais estavam mais alinhados com os processos que se travaram em torno do fim da ditadura através de lutas de esquerda, em outros países havia uma preocupação maior com as questões relacionadas ao corpo e as diversas formas de violências. Não que estas agendas também não sejam posteriormente incorporadas pelas feministas latino americanas, mas a luta pela abertura política, o fim dos regimes de exceção e de práticas violentas que levaram a tortura, desaparecimento e morte de mulheres e seus familiares, foram incorporadas as questões sociais, como a busca pelo direito ao trabalho e pela autonomia, por exemplo. Desta forma, mesmo que falo de sujeitos localizados, como as feministas brasileiras e latino americanas, estas também estavam em constante diálogo com o global, sem perder de vista as agendas locais.

Desta forma, é possível aproximar as discussões propostas pelos feminismos com relação aos estudos pós-coloniais, pois além das especificidades dos feminismos latino-americanos, estes destacam novos aspectos como as discussões sobre raça, colonização e subalternidade étnica, mostrando a articulação com outras formas de opressão. Não pretendo demonstrar o limite entre o global e do local, mas sim defrontar sujeitos que circulam por vários espaços, sejam eles geográficos ou virtuais.

As pesquisas coordenadas pelas professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff demonstram as especificidades “dos feminismos dos países da América Latina e em especial o países do Cone Sul, ou seja: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, viveram nestes mesmos anos ditaduras militares que dificultavam a circulação de informação, impediam qualquer manifestação e possuíam um caráter altamente conservador. (PEDRO; WOLFF, 2010).

Por este motivo, procuro neste artigo propor aproximações e articulações entre os feminismos latino-americanos, a partir do encontro Mundos de Mulheres, ocorrido no Brasil e pela primeira vez na América latina e o já histórico Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, em sua décima quarta edição.

Os encontros feministas são importantes espaços para a constituição destes sujeitos, para a criação de redes e para a aproximação de reivindicação coletiva de mulheres no Brasil. Como afirma Karla Galvão Adrião em relação aos encontros feministas “esses momentos também indicam a existência eficaz da tendência atual em trabalhar e articular as ações e agendas através de redes e encontros” (ADRIÃO, 2011, p. 662).

O objetivo é escrever uma pequena parte da história destes dois encontros, a partir da perspectiva da história do tempo presente. Através de diferentes fontes é que pretendo contar parte dessa história: irei trazer informações através de sites dos encontros, redes sociais como o Facebook, publicações dos e sobre os encontros, é o registro realizado pela própria pesquisadora através da metodologia da observação participante, é que trarei algumas questões provocativas para o debate. A partir das agendas propostas durante as algumas atividades que faço o destaque e a programação geral dos dois encontros, minha proposta é pensar quais são as conexões que os feminismos latino-americanos fazem nesses dois espaços em que fervilham as provocações feministas em forma de resistência.

Novas ideias, troca de experiências, ações conjuntas e estratégias comuns: os dois encontros ocorridos em 2017

Considero os encontros como espaços articuladores de ideias e formadores de redes de feministas que posteriormente adentram os mais diferentes espaços, tanto políticos como acadêmicos. A ideia é pensar a articulação e a realização dos encontros como uma das formas de organização destes movimentos. Nos encontros se dão os contatos, troca de experiências, conhecimento sobre possíveis financiamentos, troca de textos e materiais. Muitas vezes a participação em um encontro nacional acabou por suscitar o aparecimento de organizações locais.

Apesar de trabalhos de relevância para a história dos feminismos já terem abordado os encontros feministas (PINTO, 2003; ALVES, 1991, TELES, 1993, MORAES, 1996), é importante destacar a importância destes como espaços de articulação e formação de redes, além de importantes meios de produção de subjetividades, espaços em que muitas mulheres se constituíram e se reconheceram como feministas.

Eva Blay afirma que nos anos 70 e 80 foram realizadas pesquisas e estudos, muitas delas com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura – UNESCO, com o objetivo de realizar “um levantamento e diagnóstico da condição

social da mulher” (BLAY, 1994, p. 14). Desta forma, aponta que “outro fator que seguramente contribuiu para ampliar o conhecimento sobre essa condição foram os inúmeros seminários, congressos, conferências, realizados em nível nacional, regional e internacional” (BLAY, 1994, p. 15). Conclui que estes importantes espaços “serviram de fórum para o debate de ideias e a troca de experiências, abrindo ainda espaço para a formulação de ações conjuntas e estratégias comuns” (BLAY, 1994, p. 15).

Maria Amélia de Almeida Teles destaca a relevância dos congressos de mulheres “espaços privilegiados de discussão e elaboração de uma teoria para o feminismo nascente, graças as experiências das próprias participantes” (TELES, 1999, 162). Para a feminista estes congressos “foram os precursores dos encontros de caráter feminista, esses congressos foram organizados por feministas, entidades de bairro, sindicatos e grupos políticos de esquerda” (TELES, 1999, p. 162).

Para a compreensão destes encontros é importante tecer algumas considerações sobre o fato destes serem importantes espaços formadores de grupos e redes, sejam locais ou nacionais, desde os primeiros encontros ocorridos nos anos de 70 até os dias de hoje. Dora Barrancos e Nélide Archenti apontam como o V Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe realizado em uma cidade da costa da Argentina, San Bernardo, em 1990, foi importante para a criação de uma rede de feministas daquele país. Foi através do encontro que “formou-se a Rede de Feministas Políticas, que reunia um vasto conjunto de partidárias provenientes da Unión Cívica Radical (UCR), do Partido Intransigente (PI) do Justicialimos (PJ), do Movimiento de Integración y Desarrollo (MID), entre outros”. Segundo as autoras “essa rede realizou diferentes ações de difusão social, mobilizações e lobby partidário e parlamentar para promover a sanção da lei de cotas (BARRANCOS, ARCHENTI, 2017, p. 59). Esse exemplo nos indica que, em um cenário em que temáticas feministas globais se entrelaçam com os feminismos locais, os encontros oportunizam o processo de identificação das mulheres como feministas, e possibilitam a criação de redes locais e internacionais em torno de grandes temas ou temáticas específicas, o que resulta no fortalecimento das pessoas e das próprias agendas.

A minha participação no 13º Congresso Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, que ocorreu em 2017 em Florianópolis, se deu de inúmeras formas. Inicialmente integrei a equipe organizadora do evento, desde suas primeiras reuniões que antecederam a décima segunda edição que aconteceu na Índia, em 2014, para o qual foi formada uma comissão brasileira para participar do encontro; bem como de grande parte das reuniões da comissão organizadora no período preparatório

para o encontro². Inúmeras comissões se organizaram para dar conta dos detalhes e da grandiosidade do encontro, sendo que participei em diferentes frentes, e ainda auxiliando a coordenação geral.³

É importante destacar que o Congresso Mundos de Mulheres, em todas as suas edições, traz principalmente a marca do país que a recebe e da comissão que esteve a frente de sua organização.⁴ O Mundos de Mulheres é realizado a cada edição em um continente e país diferentes, e tem como objetivo reunir mulheres de todas as partes do mundo, vindas das esferas da academia e do ativismo, no encontro e no cruzamento entre prática, experiência, agenciamento e teoria. Desta forma, é importante ressaltar que apesar de ter sua origem no feminismo acadêmico, o congresso visa integrar o ativismo feminista, o que de fato ocorreu na edição brasileira. O objetivo é integrar os feminismos realizados nestes diferentes espaços, mas que se conversam e se entrecruzam neste e em outros espaços políticos.

Como a ideia desse artigo e traças alguns pontos de aproximação entre os dois importantes congressos feministas de 2017, apresento algumas considerações sobre a décima quarta edição do Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe - EFLAC, que aconteceu no Uruguai, na cidade de Montevideo, em novembro de 2017. O primeiro EFLAC ocorreu na cidade de Bogotá, Colômbia, no ano de 1981. Outra importante edição foi a que aconteceu na Argentina, que foi lembrado pelas organizadoras do encontro de 2017 pois “hace más de 20 años no se hace un Encuentro en el Cono Sur (el último fue en Argentina, en 1990)”. Segundo as feministas uruguaias a realização dos encontros na América central, por exemplo, tornam custosa a participação das mulheres que habitam os países do Cone Sul, pois “impide a muchas mujeres participar por el alto costo de

² O 13º Mundos de Mulheres foi realizado conjuntamente como 11 Seminário Internacional Fazendo Gênero, que ocorre em Florianópolis desde 1994. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=581, acesso em 01.03.2018. A coordenação geral do encontro foi realizada pelas professoras Cristina Scheibe Wolff, Miriam Pillar Grossi e Marlene de Fáveri. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/>.

³ Participei diretamente das seguintes comissões: Projetos, Saúde e Segurança, Oficinas e Espaço físico. Essas informações estão disponíveis no link comissão organizadora. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/>.

⁴ Uma das grandes marcas deste encontro foi a participação do ativismo feminista, seja ele por parte das feministas catarinenses, mas também de várias partes do Brasil. Essa atuação se deu junto a organização do evento, principalmente na Comissão dos Movimentos sociais. A comissão promoveu uma intensa programação que aconteceu principalmente na Tenda Mundos de Mulheres, espaço privilegiado do encontro, de circulação e encontros, montado na praça da cidadania, que recebeu mulheres durante todo o encontro, através da realização de rodas de conversas e programação cultural. Também foi responsável pelo Roteiro de Visitas e pela organização da Marcha Mundos de Mulheres, que será detalhada ainda neste artigo. Programação disponível em: Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/>.

pasajes aéreas a otras regiones,”⁵. É importante essa observação realizada pelas uruguaias, pois como o encontro é massivamente integrado por militantes feministas, a questão dos custos arcados por cada uma das participantes, viabilizando a sua participação ou não é de suma importância. Foi no encontro anterior, realizado no Peru em 2014, que se decidiu pela realização do EFLAC no Uruguai, em 2017. Para organizadoras da edição uruguia o fato de ser sido realizado no Uruguai também se dá pois “en el contexto regional, Uruguay es uno de los países que en los últimos años ha avanzado más en cuanto a reconocimiento de los derechos de las mujeres.”⁶ Além da considerada vanguarda do país em temáticas legislativas, é importante ressaltar que em 2013 a população uruguia conquistou uma nova legislação sobre o aborto “objeto de trinta anos de uma batalha política de rara intensidade” (BELLUCCI, 2017, p. 209). A partir da lei “as mulheres estão autorizadas a abortar em um prazo de doze semanas, até catorze se tiverem sido vítimas de estupro, sem prazo quando há risco para a saúde da mãe e/ou o feto é inviável” (BELLUCCI, 2017, p. 209). Com o exemplo do aborto o Uruguai pode ser visto como um oásis dentre os países do Cone Sul, considerando as legislações restritivas de outros países da sul-americanos, como Brasil e Argentina, por exemplo. Outro ponto que mereceu destaque para que o encontro fosse realizado no Uruguai é que um dos objetivos da sua realização é “contribuir al fortalecimiento de la democracia en América Latina a partir de la incorporación de los derechos humanos de las mujeres desde una perspectiva feminista en la agenda de los Estados y de las sociedades”⁷. Para esse fortalecimento o encontro busca “propiciar un espacio de discusión y encuentro entre las diversas expresiones del movimiento feminista de América Latina y Caribe, como parte de la sociedad civil organizada”⁸.

Diversas pero no dispesas foi o tema central do encontro uruguiaio que destacou as pluralidades dos feminismos contemporâneos. Demonstra que, apesar da diversidade ainda é possível traçar pontos de aproximação a partir de agendas comuns. O EFLAC deixa claro que se trata de um encontro proposto pela sociedade civil, organizado através

⁵ Disponível em: <http://14eflac.org/> Acesso em: 02.03.2018.

⁶ Segundo o cientista político Adolfo Garcé, o Uruguai costuma estar entre os pioneiros na América Latina quando se trata dos direitos das mulheres, pois estes temas integrarem a agenda do partido de esquerda Uruguiaio Frente Ampla, partido do ex-presidente José Mujica, o qual conta com amplo apoio de movimentos sociais de jovens e mulheres. Algumas legislações uruguaias merecem destaque: a lei do divórcio (1907), a legislação que permite o casamento de pessoas do mesmo sexo (2007), a legislação do aborto (2012) e Lei do Feminicídio (2017). Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/07/19>. Acesso em 01.03.2018.

⁷ Disponível em: <http://14eflac.org/> Acesso em: 01.03.2018.

⁸ Disponível em: <http://14eflac.org/> Acesso em: 01.03.2018.

de coletivos feministas, pensando por feministas para feministas, sendo que este espaço de discussão busca dar voz aos movimentos plurais.

Para organizar a escrita a partir dos dados coletados para essa pesquisa, fiz uma divisão por tópicos que entendi relevantes para o debate: o primeiro traz as discussões sobre a atual onda conservadora que atravessa a América Latina; o segundo destaca algumas das principais agendas feministas que se desdobram em eixos temáticos e de discussão durante os dois encontros, em terceiro a vez de diferentes vozes e corporalidades que representam feminismos plurais, e por último a visibilidade das marchas.

Ainda é possível surfar? Conservadorismo e golpe nos países latino-americanos

Não são somente as feministas brasileiras que estão enfrentando a onda conservadora que afronta diretamente as agendas e políticas feministas. As discussões travadas na mídia e na política, por exemplo, propõem o debate de gênero como uma ideologia a ser combatida. O movimento conservador que no Brasil acusa a disseminação da “ideologia de gênero” também é percebido em vários países na América Latina. Sob a alegação que as feministas trazem em sua discussão perspectivas não embasadas em pesquisas e estudos aprofundados, as acusações variadas repercutem em retrocessos em diferentes âmbitos, seja em políticas públicas seja nas alterações de legislações já alcançadas.

Durante o Mundos de Mulheres o conservadorismo e o golpe vivido no Brasil foram denunciados em diferentes espaços. A conferência da ex-ministra da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menecucci, e a mesa intitulada “Políticas Públicas” foram dois diferentes espaços que deram destaque ao golpe vivido no Brasil, que retirou injustamente a presidenta eleita, Dilma Russel, da Presidência da República em 2016.

Durante o EFLAC as denúncias em relação ao golpe sofrido no Brasil, e ainda os retrocessos vividos por mulheres de diferentes países latino-americanos foram ouvidas em diferentes espaços de discussão.⁹ As mulheres paraguaias informam que foram

⁹ A atividade denominada “Feminismos no golpe”, propostos por feministas brasileiras e argentinas, que contou não somente com mulheres dos dois países mas também com mexicanas, chilenas, nicaraguenses, colombianas entre outras. A atividade realizada em umas das salas da Rural del Prado onde foi realizado o encontro, ficou durante as duas horas de realização totalmente lotada, sendo que feministas permaneceram de pé em alguns momentos para ouvir como questões locais também são vividas em outros países e a situação do golpe afeta diretamente as vidas das mulheres.

proibidas pelo presidente de falar de gênero nas escolas, pois o governo precisa de corpos submissões e sem direitos, e por isso alerta para o fato que as feministas precisam se manter de pé. As mulheres argentinas, organizadas na Articulação Feminista Mercosul, também denunciam que a situação atual naquele país cria uma sociedade mais desigual, em que as mulheres crescem na pobreza pois políticas públicas para as mulheres são interrompidas além do que o governo freia leis como a que trataria do direito ao aborto. Destacam as argentinas a importância da atuação política das mulheres jovens no contexto de golpe, com o exemplo do movimento “nenhuma a menos”, que segundo a feminista que traz o assunto durante o EFLAC, nem sempre o movimento é proposto ou pensado por mulheres feministas, mas que trazem ao debate e constroem articulações internacionais em torno da temática das violências e da autonomia das mulheres. Também ao denunciarem os diferentes contextos caracterizados como de golpe que estão vivendo as mulheres da América Latina, são as mexicanas que alertam que naquele país não foi permitido votar a legislação que permitiria o aborto antes das 12 semanas de gestação e o casamento igualitário. As mulheres da Nicarágua, da mesma forma, denunciaram que as mulheres vivem atualmente em um total estado de vulnerabilidade social.

As falas das mulheres durante a atividade intitulada “Feminismos no Golpe” confirmaram a experiência comum das mulheres conviverem atualmente com um contexto conservador e de retrocesso para as mulheres. Nos diferentes países, as mulheres vão as ruas contestarem por seus direitos: vão as ruas as chilenas para reivindicar pelo direito ao Aborto livre; as Argentinas para protestar pelas mulheres que estão presas por razões políticas; em Honduras as mulheres alertam que vivem uma situação de golpe e denunciam o envolvimento dos EUA. Da mesma forma as mulheres mexicanas denunciam as vítimas de violência naquele país que tem suas condições ainda mais precárias em momentos de golpe. Desta forma, há uma forte denúncia que nos períodos de golpes as mulheres são as que mais sofrem na sociedade, ainda mais pela interrupção ou término das políticas públicas específicas para mulheres. O encontro propõe uma chamada para o estado de alerta das mulheres: “Alerta! Alerta! Alerta! América latina vai ser toda feminista”.

As agendas feministas: estratégias para a reivindicação e informação sobre os Direitos das Mulheres

Neste tópico destaco algumas das principais agendas feministas contemporâneas trazidas ao debate durante os dois encontros. A primeira temática que despontou como

relevante e aglutinadora durante o Congresso Mundos de Mulheres, que foi um dos eixos do encontro e que apresentou um grande número de propostas de trabalhos por pesquisadoras, foi a questão das violências. Agenda aglutinadora, seja a partir do viés dos direitos humanos das mulheres, da violência familiar ou doméstica e a aplicabilidade e implementação (ou não) e da Lei Maria da Penha, da violência sexual ou obstétrica a questão das violências suscita emoções e movimenta grupos e coletivos de mulheres.

A agenda do trabalho, pensando as discriminações, o acesso, as profissões, entre outras matizes são debatidas, mas destaco as discussões sobre trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho, do cuidado (care) e da economia feminista e solidária. Diferentemente do início da segunda onda do feminismo brasileiro em que esta era a agenda central. Segundo Nancy Fraser: “La teoría feminista tende a seguir el espíritu de los tiempos. En la década de 1970, cuando la segunda ola feminista emergió de la nueva izquierda, sus teorías de género más influyentes reflejaban la influencia aún potente de marxismo (FRASER, 2015, p. 198)”. Diante desta afirmação de Nancy Fraser podemos concluir que se no início da segunda onda feminista no Brasil a problemática do trabalho e a inserção das mulheres neste mercado era a principal temática norteadora isto se deu pelo fato da grande influência das teorias marxistas naquele período. Se por um lado algumas temáticas perderam força na atualidade outras se acentuaram, sendo que a presença de mulheres trabalhadoras e representantes sindicais nos encontros aqui analisados demonstram com os feminismos modificaram as questões do trabalho e as próprias organizações sindicais e seus debates.

Em relação aos direitos reprodutivos, a temática do aborto é uma agenda aglutinadora de grupos e coletivos brasileiros, que merece destaque, somada a outras questões referentes ao direito ao próprio corpo e o acesso à saúde. Destaco também a centralidade que as discussões a partir da arte fortaleceram o congresso. Ao problematizar as teorias de gênero e feministas através da arte, o Simpósio Temático “Arte, Subjetividade e Escrita de Si” buscou “discutir propostas artísticas que potencializam essas estéticas contemporâneas (des)identitárias que intensificam tanto na sua dimensão política quanto afetiva os processos de subjetivação, próprios do campo e da (in)disciplina”. Assim, pensam a arte como possibilidade concreta para problematizar os modos de convivência e existência ao questionarem: “Quais as modificações na forma de pensar a arte?”. Assim, através de discussões teóricas a partir dos estudos de arte e gênero, mas também de inúmeras expressões artísticas, como música, teatro, pintura, esculturas, cinema, filmes de longa e curta metragem, vídeos, fotografia; permitiram discussões

feministas e de gênero aprofundadas a partir de um olhar artístico, que alcançou feministas acadêmicas e militantes, aglutinadas em torno de agendas comuns.

Em relação ao EFLAC também mereceram destaque as discussões sobre as violências contra as mulheres nas suas diferentes intersecções, a questão do aborto e a questão do trabalho. As reivindicações pela existência e o acesso às políticas públicas específicas para mulheres com deficiências, lésbicas e trans, bem como o respeito as trabalhadoras sexuais, são exemplo de agendas específicas trazidas pelas mulheres representantes de seus seguimentos.

No encontro latino-americano, as falas e as pautas dão destaque à questão política, enfatizando a busca pelo respeito às democracias dos diferentes países. A proposta de intervenção e denúncia em situações em que mulheres sofrem violências, discriminações e desrespeito nos diferentes países. As feministas da Nicarágua pedem ajuda contra o governo de Daniel Ortega, que segundo a denúncia “*no es un gobierno de izquierda, ni es socialista ni es solidario, aunque quiera parecerlo a nivel internacional*”¹⁰. Outra denúncia é feita pelas feministas portoriquenhas, que informam as perdas enormes e o sofrimento das mulheres daquele país, vítima de um furacão e das políticas neoliberais dos EUA. *Ole ole, ole olá, para Milagro la libertad y para Macri el repudio popular*¹¹ foi o hino que invadiu o congresso trazido pelas companheiras argentinas. A visibilidade dada a campanha em favor da presa política argentina Milagro Sala pelas companheiras de seu país foi emocionante em diferentes momentos do evento. Cito, por exemplo, a passeata feita durante o almoço do segundo dia do encontro, em que inúmeras companheiras argentinas adentram uns dos grandes salões da Rural Del Prado, onde era ofertado o almoço às participantes do congresso, trazendo em frente aos seus rostos folhas de papel com a imagem de Milagro Sala. O canto alto ecoou no salão e arrepiou as mulheres que presenciavam o grito das feministas argentinas, um clamado por justiça. As reivindicações em favor de Milagro Sala também se fizeram presente na plenária de encerramento¹² e na marcha que finalizou o encontro.

Coletivos feministas: bandeiras, falas e corpos em ação

¹⁰ Para maiores informações ler os pronunciamentos finais do congresso. Disponível em: http://14eflac.org/?page_id=1167. Acesso em 08.03.2018

¹¹ Idem.

¹² Para maiores informações ler os pronunciamentos finais do congresso em favor da libertação de Milagro Sala, de Graciela López, Gladis Díaz, Mirta Aisama y Mirta Guerrero. Disponível em: http://14eflac.org/?page_id=1167. Acesso em 08.03.2018.

Nos dois encontros de 2017 que analiso aqui neste artigo a pluralidade é o que dá o tom. Mulheres negras, indígenas, deficientes, lésbicas, bissexuais, trans, mães, trabalhadoras, brasileiras, estrangeiras, todas juntas levaram suas reivindicações gravadas em seus corpos, suas falas, suas participações efetivas nos espaços públicos de discussão. Assim, trouxeram seus corpos para o debate, relacionando diferentes temáticas nos mais variados espaços de discussão.

Portanto, a partir das interseccionalidades (CRENSHAW, 2002) que os feminismos da atualidade emergem com toda a força. Seja a partir das temáticas específicas de mulheres negras, indígenas, deficientes ou as mulheres transexuais, ou as questões gerais que aglutinam mulheres trabalhadoras rurais ou urbanas, por exemplo, que podemos perceber as questões específicas se fazem ouvir com bastante força e vibração. Os feminismos negros, indígena e o transfeminismos estavam presentes no congresso, e a estas mulheres foi dado voz, para que falem por elas mesmas e não através de interlocutoras ou especialistas, apesar que muito ainda precisa ser feito para que podemos efetivamente escutar e fazer valer suas agendas específicas. Podemos perceber que, seja no global ou no local, as agendas feministas sofreram modificações principalmente no que tange as identidades, se mostrando mais plurais, procurando abarcar uma multiplicidade de sujeitos.

Durante o EFLAC não foi diferente. Somada a diversidade de nacionalidades, estas as mulheres e suas bandeiras. Presentes mulheres negras, indígenas, deficientes, lésbicas, transexuais, trabalhadoras, sindicalistas, velhas e jovens feministas de diferentes países da América latina. Portanto, as interseccionalidades de raça, etnia, classe, orientação sexual, geração, deficiências, juntamente com o conceito de Justiça de Gênero (GOETZ, 2008; SILVA, WRIGHT, 2016) nos permite integrar essa perspectiva no conjunto das políticas, buscando a extinção das injustiças baseada no gênero. Assim, este conceito nos permite revelar uma posição política, e pensar as desigualdades sofridas pelas mulheres no acesso a justiça e nas desigualdades também quando são processadas ou julgadas pelo sistema de Justiça.

Mulheres em marcha

Os dois encontros tiveram como grande ápice a realização de uma marcha pelas ruas centrais das cidades que sediaram os encontros. Marchar em busca de direitos e visibilidade sociais é uma das marcas dos feminismos. A Marcha Mundial de Mulheres se inspirou em “uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando

850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”¹³. Promove ações no Brasil e no mundo e busca mobilizar mulheres com palavras de ordem como “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!” No Brasil a Marcha das Margaridas, que homenageia a líder sindical assassinada em 1983, Margarida Maria Alves, mobiliza mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta em prol de seus direitos. (TELES, LEITE, 2013, p. 301)

Na tarde do dia 02 de agosto de 2017, as ruas de Florianópolis presenciaram a presença de quase dez mil mulher em marcha, reivindicando por direitos. A Marcha Internacional de Mulheres por Direitos contou com a presença de mulheres de várias raças, etnias, orientações sexuais, de diferentes países com o propósito de trazer ao debate público as questões feministas. As agendas transpareciam em cartazes, pinturas corporais, faixas, representações e diferentes momentos da marcha foram marcados por gritos de guerra e apresentações musicais, como o final marcado pelo grupo Cores de Aidê, de Florianópolis. Também as manifestações das mulheres indígenas, com seus rituais também marcaram presença durante a marcha.

O dia 25 de novembro foi de mulheres em marcha em Montevideo. Declarado pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1999, como Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, essa data marcou o final do encontro com uma grande marcha nas ruas centrais da capital uruguaia¹⁴. Foi justamente a partir da primeira edição do encontro feminista, em 1981, que essa data passou a ser lembrada no Caribe e na América Latina. Em Montevideo, a marcha teve a presença de feministas de diferentes países, com suas diferentes reivindicações, presentes nas letras das músicas, em faixas, cartazes, pinturas corporais, em que mulheres de diferentes origens e idades trazem novas e antigas palavras de ordem para a rua, unindo as feministas latino-americanas.

Finalizando

Há muito o que ser dito sobre a história dos encontros feministas e como articular as subjetividades das mulheres ali presentes a suas bandeiras de luta. Mas finalizo pensando alto que a presença de diferentes gerações de mulheres em prol de um mesmo objetivo demonstra a força dos feminismos na atualidade. A luta por uma sociedade mais

¹³ Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/acoes-internacionais>. Acesso em 28.02.2018.

¹⁴ Em 25 de novembro de 1960, três irmãs (conhecidas historicamente como “Las hermanas Mirabal) foram assassinadas pelo governo ditatorial da Republica Dominicana, contra o qual lutavam junto à outras mulheres e homens, pela democracia e libertação de seu país.

justa, sem discriminação, sem violência para as mulheres é o que nos une, pois
Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Referências

ALVAREZ, Sonia Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. Estudos Feministas. Vol. 11, n. 2/2003 p. 533-540.

ALVARES BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélide. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs). 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017, p. 55-64.

BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélide. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs). 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017, p. 55-64.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Vol. 10, n. 1/2002 p. 171-188.

FRASER, Nancy. Fortunas del feminismo. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2015.

GOETZ, Anne Marie. Justicia de género, ciudadanía y derechos. Conceptos fundamentales, debates centrales y nuevas direcciones para la investigación. In: MUKHOPADHYAY, Maitrayee; NAVSHARAN, Singh. Justicia de género, ciudadanía y desarrollo. Colombia: Mayol Ediciones, 2008. p. 13-45.

SILVA, Maria Salette; WRIGHT, Sonia Jay. Uma reflexão feminista sobre o conceito de Justiça de Gênero. Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica, v. V. 2, N. 1, p. 216, 2016.

PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 238- 259.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: intermeios, 2013.

Latin American Feminists: meetings et agendas

Abstract: The present proposal aims to carry out an analysis of the Feminist Latin American and Caribbean meeting held in November 2017 in Montevideo. It seeks to perceive the impressions of the encounter and the relations of proximity with the feminist Women's Worlds Congress occurred in Brazil in August 2017. The objective is to understand the articulations and participation of feminists in the events, their main agendas of claim, aiming to write a history of these meetings.

Keywords: Meetings. Feminisms. Agendas

“O MOVIMENTO ELEITORAL NÃO É COISA DE DEUS, NÃO SENHOR”: TENSÕES E RESISTÊNCIAS AO VOTO FEMININO EM FORTALEZA PÓS-1932

Larissa Almeida Custódio da Silva¹

Resumo: O Nordeste, jornal católico circulante em Fortaleza-CE, foi um ferrenho crítico das lutas pela cidadania política feminina. Justificando que a política não dignificava, orientava às mulheres que dela se afastassem. Este trabalho irá discutir as tensões e resistências em torno do voto feminino no interior do periódico: aprovado este direito em 1932, como o jornal lidou com sua tensionada mudança de discurso, no sentido de ganhar e convencer as senhoras católicas resistentes ao exercício do voto.

Palavras-chave: Cidadania. Discurso. Igreja católica.

Era mais uma manhã de janeiro de 1933. Fortaleza se agitava com as mobilizações em torno das eleições de maio próximo. A população era diariamente convocada via imprensa para o cumprimento de seus deveres cívicos. Gabinetes de identificação e postos de alistamento se multiplicavam em vários pontos do centro da cidade. Nas imediações da Praça do Ferreira, uma voz contrária a toda aquela euforia política deixava-se ouvir em alto e bom som, para a preocupação de muitos. Uma jovem voz feminina. Dizia ela, em conversa com um conhecido, num tom de reprovação, que o “movimento eleitoral não é coisa de Deus, não senhor”; emendando, selou ainda seu posicionamento com um inesperado ato de rebeldia: “Si os padres só confessarem a quem se qualificar, eu não me confessarei mais...”² Pertencia aquela jovem a umas das mais “distintas” famílias da cidade, genuinamente praticante do credo católico. Pode-se imaginar o impacto e a dimensão política e social daquelas palavras, publicizadas justamente nos incertos e decisivos ares dos anos 30? As ideias daquela moça causaram um estranhamento em seu interlocutor porque ousavam nadar contra a corrente, representavam o inesperado, provocavam um desencontro, uma tensão entre as recomendações da Igreja e o que era entendido e posto em prática por seus fiéis na vida cotidiana.

Nacionalmente, a Igreja católica, na figura de seus bispos e clérigos, conclamava todo o seu rebanho, independente do gênero, a influenciar nos destinos da religião e da pátria, imbuído numa dupla missão de fé e civismo. O chamamento direcionado às mulheres, inclusive, tinha a pena mais carregada nos periódicos, era mais reiterado, com argumentos de convencimento muito particulares, chamamentos generificados. A propaganda pró-voto encabeçada pelo clero e pelo laicato deveria investir pesado nelas, já que até 1932 o exercício

¹ Mestranda em História Social (UFC) e bolsista CNPq.

² Ouvindo opiniões discrepantes. O Nordeste, 27/01/1933, p. 7.

da cidadania política era uma novidade completamente estranha à maioria das mulheres, com algumas exceções pontuais. Propaganda sutil de persuasão, sobretudo, porque na Fortaleza do início da década de 1930 a população feminina excedia a masculina em termos numéricos³. Eleitoras em potencial, portanto, esperando que seus votos fossem bem orientados para propósitos os mais “nobres” possíveis. Mas seria a atitude daquela senhorinha anônima tão disparatada assim? Teria ela gratuitamente se posicionado contrária aos interesses de sua Igreja, e em última instância, contra seu próprio Deus? Longe de ser um arroubo desprovido de realidade, a voz daquela moça se ancorava em argumentos anteriormente utilizados por representantes da própria religião para criticar o mundo político e a participação ativa das mulheres neste mundo.

Desde que as primeiras manifestações simpáticas ao voto feminino ganharam alguma força e materialidade no país, fruto da ação de mulheres que atuavam conjunta ou isoladamente e através de diferentes meios e estratégias, a Igreja católica se posicionou contrária a essa novidade. Esse posicionamento, porém, não era restrito dela; o voto feminino era rechaçado amplamente pela sociedade da época, sobretudo porque representaria uma ameaça à estabilidade dos papéis sociais tradicionalmente estabelecidos para mulheres e homens. Era percebido, enfim, como sintoma de uma perigosa modernidade que vinha desvirtuar e corromper a boa ordem social em vigor até então. A oposição ao voto feminino não era sequer uma particularidade brasileira. As justificativas para a exclusão das mulheres da participação política, nos diferentes contextos nacionais, encontravam sua base de sustentação na questão da “diferença sexual”, a saber, que a inaptidão delas para aquela prática estaria inscrita em seus corpos, em sua biologia, na natureza, natureza diferente da dos homens, estes sim indivíduos e cidadãos ativos de direito.

De acordo com Joan Scott, que investigou as lutas pela cidadania política feminina na França através da análise de discursos feministas de diferentes épocas, a exclusão estabelecia a diferença sexual não somente como um fato firmado na natureza, mas como uma alegação ontológica para um tratamento diferenciado perante o Estado (SCOTT, 2002). Em Fortaleza, os direcionamentos da Igreja sobre o polêmico debate em torno do voto feminino encontraram eco e espaço no *O Nordeste* – principal órgão de imprensa e divulgação do catolicismo no estado e circulante diário desde 1922 sob as bênçãos do arcebispado local. Ao longo de toda a década de 1920, o periódico foi o principal órgão da imprensa do Ceará responsável pela produção de discursos críticos às lutas pela cidadania política feminina, inclusive pelo nível de

³ Recenseamento do Brasil, volume IV (5ª parte): População. Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930.

propagação alcançado pelo mesmo, o periódico de maior assinatura no estado, segundo ele mesmo orgulhosa e soberbamente estampava em suas páginas com vistas a atrair propagandas e anúncios.

Na década de 1930, com a aprovação do direito de alistamento eleitoral feminino, os discursos católicos, sendo já inevitável o desenrolar desta mudança no social, adotam uma postura de apologia e incentivo ao voto, agora elevado ao status de dever obrigatório de consciência, causa de pecado para aquelas que se abstivessem com medo e indiferença de tão elevado direito político. O que se pretende discutir, portanto, são as resistências ao voto feminino após 1932: como *O Nordeste* lidou com sua tensionada mudança de discursos, tendo que operar na formação de novos argumentos para justificar a mudança de posicionamento da Igreja, no sentido de ganhar e convencer os fiéis católicos ainda contrários ao voto, especialmente as senhoras ainda reticentes e contrárias às suas entradas na seara da representação política, estas últimas utilizando, não raras vezes, argumentos fincados na própria religião para legitimar suas opiniões pessoais.

Alfinetando a luta feminista em prol do voto

Em uma de suas edições de domingo, no ano de 1928, *O Nordeste* havia compartilhado o ponto de vista de uma escritora norteamericana sobre o voto feminino em seu país. A opinião da sra. Culkin Banning, segundo as palavras do articulista que transcreveu suas ideias, soavam como uma generosa advertência para todas aquelas que pretendiam se embrenhar naquele campo, visto a senhora em questão ser uma crítica conhecedora do assunto, uma representante “inteligente” do sexo, portanto, absolutamente insuspeita para falar sobre aquelas searas. Uma mulher falando sobre a impossibilidade das mulheres de votar e legislar. Nada mais confiável do que uma representante do próprio sexo – dito mais autorizado – para dar legitimidade àquelas sentenças. Após discorrer sobre o ardiloso campo da política, cheio de tramas, seduções e interesses que não olhavam o sexo de quem entrava nele, a opinião da norteamericana foi assim sintetizada pelo jornal:

Concluindo, a escritora americana é de opinião que a política não foi feita para a mulher. Ela, é verdade, é apta para sofrer vezes, insucessos e trabalhos, mas os próprios do sexo, na criação e educação dos filhos e na resistência aos golpes da adversidade. Resistências dessa ordem, na política

militante, não dignificam, e, por isso, as mulheres bem avisadas della se afastam...⁴

Dois dias depois, Luís Sucupira, editorialista do periódico, se vale das “luminosas” palavras de Banning para alfinetar as brasileiras empenhadas na conquista do voto e, mesmo que indiretamente, informa sobre algumas de suas ações junto ao poder institucional:

Os conselhos da jornalista americana, publicados na edição de domingo desta folha, vêm mesmo a calhar para as nossas feministas, que, agora, se andam assanhando, afim de adquirirem o direito de votar e serem votadas. Surgindo no Rio Grande do Norte a inovação instituída pelo sr. Juvenal Lamartine, logo meia dúzia de suffragistas se dirigiram ao Congresso Nacional, pedindo fosse o voto feminino estendido a todas as brasileiras. O projecto ainda chegou a ser apresentado e discutido, mas, felizmente, teve a opposição sensata do sr. Washington Luis, e não fôra isso, estariam hoje alistando-se nos cartorios as mulheres eleitoras.⁵

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, o movimento feminista já não podia ser percebido de forma homogênea, pois sua atuação na esfera pública seguia diferentes estratégias e mesmo as pautas e reivindicações eram as mais diversas. A vertente do feminismo que levantou a bandeira do sufrágio para as mulheres teve em Bertha Lutz e na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922, sua força de propulsão.

Um feminismo “bem comportado”, segundo Céli Pinto, pois suas ações se refletiriam numa luta que não alterasse as relações de gênero, onde as mulheres seriam incluídas no exercício do voto sem um questionamento maior da ordem que justificava seu tratamento diferenciado no campo social (PINTO, 2003)⁶. Inclusive, não raras vezes, mulheres colaboradoras da FBPF ressaltavam que o propósito de suas ações não era desvirtuar a mulher de seus papéis sociais no espaço do lar e muito menos apartá-la de seus pilares religiosos. Foi isso que afirmara Henriqueta Galeno meses após retornar, como representante do Ceará, das atividades do II Congresso Internacional Feminista, sediado na capital da república e organizado pela Federação:

Do feminismo sadio e bem orientado que é o que segue e defende a mulher brasileira, filiada á Federação Pelo Progresso Feminino, do Rio, sob a direção da valorosa Berta Lutz, pioneira máxima da grande causa feminista no Brasil.

⁴ O voto feminino nos E. Unidos: como a sra. Culkin Banning, jornalista norte-americana, encara a questão. O Nordeste, 8 de janeiro de 1928.

⁵ Commentarios. O Nordeste, 10/01/1928.

⁶ Raquel Soihet analisa as práticas da FBPF de aproximação e conciliação com os poderes dominantes como ações táticas e estratégicas na conquista de pautas mobilizadas pela federação. Ver mais em: SOIHET, Raquel. O feminismo tático de Bertha Lutz. Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

O nosso feminismo não desvia absolutamente a mulher dos seus sagrados deveres de mãe e de espoza. E nem a afasta da prática da religião católica. [...] Levantar o nível moral da mulher é um dos nossos principais objetivos. Assim sendo, como as feministas poderiam se desviar dos deveres de mãe devotada e espoza honesta? Ao contrário, a verdadeira feminista o que tem é uma clara e inteligente compreensão desses deveres, e, bem assim, dos que competem, igualmente, ao pai e ao espozo.⁷

Ainda que as sufragistas brasileiras articuladas sob a federação declarassem que suas ações não divergiam dos propósitos da família e da religião, adotando uma atitude estratégica e conciliadora, o jornal *O Nordeste*, através de seus colunistas, enxergava as movimentações pró-voto com um quê de reprovação. Sucupira, ao comentar que “meia dúzia de sufragistas” estava se assanhando pelo direito do voto no Congresso Nacional, pode-se supor estar ele se referindo a uma das ações das mulheres articuladas em torno de Bertha Lutz, que atuavam junto aos parlamentares, angariando apoios, alianças e adeptos, bem como acompanhando de perto as discussões dos projetos de lei que tramitavam nas casas legislativas. Um dos principais argumentos utilizados pelo jornal para se opor às lutas em prol do voto feminino no Brasil dizia respeito ao caráter sujo e desonesto da política, totalmente avesso às virtudes de bondade e ingenuidade femininas. Não é que elas fossem incapazes de atuar como colaboradoras; o problema, frisava Monsenhor Tabosa, era como sobreviver àquele meio, deixando intactos os privilégios e fragilidades de suas feminilidades. Diante da fonte de corrupção que é a política, “uma farsa vergonhosa e desprezível” “convirá expor a tamanhos abismos as nossas mulheres tão boas e virtuosas?”, questionava Monsenhor num artigo publicado no *O Nordeste* sob o título de “Devem votar as mulheres?”, onde se propunha a discorrer sobre a complexidade do assunto. Respondendo ao questionamento do título do artigo, arremata:

Não aconselharia por ora. Teriam ellas forças para escapar á influência dos meios intoxicados pelas venalidades e hipocrisias dos políticos profissionais? Não creio, por mais veneração que tenha pelas suas virtudes e energias moraes. Dou infinitamente mais pelas conquistas nos lares que pelo bem que possam fazer nos pleitos renhidos e nas tremendas pejejas eleitoraes.⁸

Monsenhor Tabosa, vigário-geral da Arquidiocese de Fortaleza e também ativo colaborador daquele jornal, recomendava às mulheres que não pleiteassem direitos políticos, nem almejassem disputar eleições, pois o tempo e o meio não eram propícios às suas entradas nos campos da cidadania. Pode-se deduzir, a partir disso, que as ações das sufragistas, que pelo

⁷ O problema feminista. A razão, 3 de outubro de 1931, p. 23. Edição 00730(1).

⁸ Secção Livre: Devem votar as mulheres? A Rua, 16/03/1933.

menos desde 1922 se mobilizavam formalmente em torno da obtenção de direitos políticos femininos, não teriam agradado ao clérigo, visto pretenderem alocar as mulheres em terrenos ainda não condizentes com suas composições morais, forçando uma mudança que deveria aguardar “o tempo da mentalidade sobre o assunto”.

Para tempos de crise, novos remédios

A fim de que se compreenda a produção e transformação dos discursos em sua historicidade, não se pode apartar o jornal de seu lugar de fala e do contexto em que emitia seus posicionamentos sobre a sociedade de então. Como periódico confessional profundamente imiscuído na vida político-social de seu tempo e movido por diferentes interesses e relações de poder, estampava cotidianamente em suas folhas os sintomas de uma crise moral generalizada que estaria assolando as bases mais elementares da sociedade. As causas dessa instabilidade, no caso brasileiro, poderiam ao menos ser vislumbradas na apartação das esferas religiosa e estatal, que implementara um “laicismo esturdiado e vesânico”⁹ no seio da administração pública, abrindo as portas para toda sorte de influências contrárias ao “sentimento católico da nacionalidade”. Uma das influências mais combatidas, senão a mais ferrenhamente temida e atacada por seus articulistas era o poder de persuasão do comunismo sobre a coletividade. Em março de 1922, dois meses antes do aparecimento do jornal católico na imprensa do Ceará, a primeira manifestação pública das ideias revolucionárias ganha corpo em solo nacional através da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Assim sendo, um projeto que até então tinha adquirido concretude em contexto russo chegava aqui para fermentar consideravelmente o sentimento de ameaça nos anticomunismos brasileiros, destacando-se o anticomunismo católico (PATTO, 2000). Pelas reiteradas menções aos comunistas e seus adeptos, marcadas por conteúdos de teor apocalíptico, onde aqueles eram representados como portadores das marcas da destruição, da patologia e da peste, percebe-se a materialização do mito político da conspiração nas páginas do periódico, no caso, uma conspiração comunista de caráter universal que se irradiaria de Moscou com a pretensão de dominar o globo com sua “doutrina de ódio e de sangue” (GIRARDET, 1987).

A influência do comunismo no Brasil, materializada no PCB, dava guarita ao sentimento de temor compartilhado pela Igreja católica e os periódicos confessionais que se imiscuíam na cruzada de representar a “encarnação do mal” como a personificação do caos e

⁹ Egoísmo antichristão. O Nordeste, 15/01/1928, p. 4.

da anarquia. Mais alarmante e desesperador ainda seria presenciar o polvo bolchevista estender seus tentáculos sobre o já combalido meio político brasileiro, infiltrando-se insidiosamente nas leis que regeriam a nação, bem como se estendendo sobre as consciências e moralidades. Fazia-se necessário, portanto, uma atuação conjunta de todos os fiéis no resgate salvífico do país, a fim de rechaçar todas as influências estranhas ao corpo nacional e restaurar, numa atitude de reencontro com os valores perdidos, os paradigmas católicos que norteavam o sadio desenvolvimento social. Com a proximidade da formulação de uma nova carta magna para o Brasil, essa atuação deveria acontecer, mais do que nunca, no terreno político. A fundação da Liga Eleitoral Católica em dezembro de 1932 e seu projeto de introdução e defesa das pautas religiosas no terreno público por meio da arregimentação do eleitorado católico nacional bem pode ser entendida como uma resposta da Igreja enquanto instituição àquele contexto de crise e incerteza. Criada nacionalmente por Dom Sebastião Leme e Alceu de Amoroso Lima, a LEC foi também instalada localmente em vários estados e municípios. Teoricamente, deveria atuar como organização suprapartidária, atuante fora e acima dos partidos políticos, a fim de conservar-se imune às disputas partidárias, observando, ao menos no plano abstrato, o ensinamento de unidade pregada pelo Cristo.

[...] os cristãos adquiriram a certeza de que a paz entre os homens, a reconciliação e a união eram valores supremos, diante dos quais o combate político, que implica confrontos e lutas, aparece como um mal, um lugar onde se “sujam as mãos”. (COUTROT, 1996)

Contudo, no Ceará, os dirigentes da Liga solicitam ao Tribunal Superior Eleitoral seu reconhecimento como partido político a fim de facilitar o trabalho de arregimentação, lançando nas eleições para a Constituinte de 1933 uma chapa própria. Em janeiro de 1933, quando o jornal se empenhava ardorosamente na propaganda e disseminação das ideias da Liga, veiculando diariamente matérias de teor explicativo e concitando o alistamento integral em suas fileiras – aqui, acham-se incluídas as senhoras católicas, agora eleitoras devotas – a primeira página do periódico é totalmente dedicada a um chamamento imperativo dos leitores católicos. As manchetes dão conta de demonstrar o teor aguerrido: “É preciso que os campos se delimitem”; “dever imprescritível”; “não querer, agora, votar é apostatar da fé”. Helder Câmara, ainda um jovem padre, desejou que os eleitores católicos fossem semelhantes a tanques de guerra, convictos na marcha traçada independente dos obstáculos no caminho. Guerra travada, sobretudo, em campo eleitoral; o dever imprescritível do voto na LEC tinha um objetivo específico e urgente: “Enquanto é tempo, não trepidem os catholicos de salvar o país

das garras do convulsionismo vermelho que nos ameaça.”¹⁰ Se outrora o voto representava uma farsa vergonhosa, porque instrumento de uma “politicagem” corrompida pelo poder, com a política da LEC, de fazer manter, pelo voto consciente dos seus filhos o espírito cristão das leis, segundo os sentimentos e tradições brasileiras, se eleva ao patamar de arma divina e elevada:

Já houve tempo em que o voto era uma mentira, mas agora vai ser uma verdade. Já houve tempo em que o voto era uma espécie de comédia, sem repercussão nos destinos da Pátria; hoje, o voto vale por uma espada, tão decisiva como as armas modernas nos campos de batalha. Vamos empunhar essa espada, como quem cumpre uma obrigação religiosa!¹¹

Naquela conjuntura de conclamação de todo o rebanho cristão para influir nos resultados eleitorais, as mulheres - que desde o início de 1932 conquistaram a garantia institucional de alistarem-se como eleitoras em todo o Brasil - são representadas como partes definidoras de um processo que deveria culminar com o decálogo da LEC gravado na Constituição de 1934, como aquelas que interpretavam melhor o sentir da Igreja, como aquelas que deveriam salvar o Brasil pelo voto. Sintomático o pedido feito por católicos a fim de que Dom Sebastião Leme designasse uma mulher, Santa Joana D’arc, como padroeira da Liga. O que significava, num contexto de instabilidade, a mobilização de um nome feminino com vistas à proteção e defesa do movimento eleitoral católico? O apelo à ação das mulheres em tempos críticos, no rasgar-se do tecido social, parece ser mais comum do que se imagina. A destemida imagem de Joana D’arc construída pela Igreja conjugava fé e patriotismo, zelo pela religião e pela terra natal. Eram essas as energias mobilizadoras esperadas das senhoras católicas, espírito de destemor e sacrifício tendo em vista fins mais elevados, ainda que elas mesmas tivessem dificuldade de compreender tão elevado direito. A Igreja no Ceará, através de reuniões com associações femininas, conferências, engajamento de mulheres nos trabalhos da LEC, convocações do arcebispo, incentivo integral ao alistamento eleitoral, concitava as suas fiéis que não recusassem o chamado do voto, e *O Nordeste* dava conta de publicizar as orientações eclesiais, não sem tensões, na medida em que discursos devem ser percebidos como práticas descontínuas, atravessados de lacunas e irregularidades internas, que podem se cruzar, mas também se ignorar ou se excluir (FOUCAULT, 1971). *O Nordeste* buscava encontrar um elo, uma ligação, buscava imprimir uma coerência aos seus discursos veiculados antes e depois da aprovação do voto feminino. Porém, suas justificativas e seus argumentos de convencimento

¹⁰ Dever imprescriptível. *O Nordeste*, 19/01/1933.

¹¹ O discurso do padre Azarias Sobreira na fundação da LEC em Milagres. *O Nordeste*, 11/02/1933.

das senhoras católicas demonstravam que havia sinais de resistência, alguns mínimos, outros escandalosos, à entrada feminina no movimento eleitoral articulado pela Igreja.

Nos finais de janeiro de 1933, quando todos os empenhos estavam voltados para a campanha pró-LEC em Fortaleza, um colaborador anônimo do jornal, sob o pseudônimo de “lecista”, trocava farpas em via pública com um sujeito que acusava a Igreja de “despudorar o santo retrahimento da mulher brasileira”. Rebatendo o “sacrilégio” pronunciado, emendou:

Tumulo caiado, tu só falas assim porque sabes que a mulher catholica é incapaz de votar nos planos forjados no segredo das “Lojas”. E só procuras dissuadir as outras com argumentações tão fecundas em “honestidade” e “zelo” porque sabes, também, que a mulher brasileira, votando, vota com a Liga Catholica e a Liga não póde recommendar os teus planos malvados...¹²

A Igreja via no eleitorado feminino uma parcela plenamente fiel aos seus propósitos, atenta ao chamamento da “boa” e “saneada” política da LEC, detentoras de um voto moralizado, assim como eram suas condutas morais irrepreensíveis. Sendo a LEC o caminho mais tranquilo e seguro na direção do sufrágio acertado e consciente, votar mal era tão pecaminoso quanto ser indiferente ao dever cívico, visto que Deus mesmo pediria contas dos votos dos seus. O padre lazarista Guilherme Vaessen, discursando por ocasião de uma reunião com as associações católicas da capital, alertava para o perigo do mau voto:

São os deputados que fazem a Constituição e as leis, e são os eleitores que fazem os deputados. Então Deus póde ficar indiferente ao modo como damos nosso suffragio? Não é pelo suffragio que proporcionamos aos deputados a faculdade de fazerem o bem ou o mal? [...] É, pois, um peccado votar mal, e mesmo peccado mortal, quando podemos prever que o candidato que será eleito por nossa culpa votará leis gravemente más. [...] A chapa que vamos lançar na urna será verificada uma primeira vez cá na terra, e uma segunda vez no dia do Juizo.¹³

Estes discursos possuem um poder de mobilização das emoções sociais que não pode ser desprezado. A analogia constante com o campo de batalha, a carga semântica das palavras incitando o combate, as advertências cortantes e extremadas em torno do perigo de comprometimento da salvação fermentavam os espíritos e alimentavam ainda mais a aura de urgência e limite.

Desde o início de fevereiro, um convite feito pelo arcebispo a todas as associações femininas de Fortaleza era publicado quase cotidianamente, com destaque, na primeira página do periódico. No dia 5 daquele mês, a multidão era tão numerosa que o Salão Nobre do Colégio

¹² Ouvindo opiniões discrepantes. O Nordeste, 27/01/1933, p. 7.

¹³ O dever eleitoral. O Nordeste, 27/01/1933.

da Imaculada Conceição não foi suficiente, de forma que mulheres se acomodavam também no parque interno e nas galerias a fim de escutar Dom Manoel expor o programa da Liga Eleitoral Católica também a elas. Presentes estavam o arcebispo, Alba Valdez¹⁴, Andrade Furtado¹⁵ e Padre Tobias Dequidt, sendo este último o incumbido de falar especificamente sobre o voto feminino¹⁶. A “aula” pronunciada pelo então reitor do Seminário da Prainha foi integralmente publicada na primeira página do *O Nordeste*, espalhada em cinco edições. Dequidt expôs uma série de objeções escutadas por ele contrárias ao sufrágio feminino, que iam desde argumentos consideráveis de ordem moral até exacerbações de “futilidade” feminina.

O argumento contrário mais habitual dizia respeito aos papéis sociais femininos e o âmbito do privado, ou seja, que as mulheres teriam deveres primários e essenciais para com seu lar e filhos. Naquele espaço deveria brotar e se enraizar a sua realização enquanto mulher. E se o afã pelo voto subisse em suas cabeças e elas deixassem suas verdadeiras obrigações em segundo plano? O ilustre palestrante, com sua resposta, deixava entrever como ele, enquanto representante eclesiástico naquele momento, enxergava a cidadania política feminina recém conquistada: como uma ação intermitente, executada de tempos em tempos, que não deslocaria as mulheres de seus lugares sociais, onde elas não só não iriam abandonar seu lares, como iriam zelar e defender esses mesmos lares nas salas de eleição¹⁷. “Deixarás o lar por alguns instantes para te oppôres ao menoscabo desse mesmo lar”; e ainda: “Que esse novo campo de acção seja, para ti, um feliz prolongamento do lar”, eram as exortações feitas em outra ocasião de exaltação da mulher brasileira e de seu voto, alguns dias depois¹⁸.

Os argumentos de resguardo da família, de preservação do matrimônio e das crianças nas “escolas leigas e athéas” eram dirigidos muito particularmente a elas, como se fossem campos sensivelmente mais tocantes à realidade vivida pelas mulheres, no íntimo e no afetivo da casa:

A família não é a base da sociedade?? Assim sendo, ela não se deve representar no governo? Ora, na família, se o marido é o chefe, a esposa é a companheira, a quem também compete falar. E ha aspirações e necessidades que só a mulher póde sentir inteiramente e que, portanto, somente ela poderá defender com vigor.¹⁹

¹⁴ Alba Valdez, pseudônimo de Maria Rodrigues Peixe, nasceu em Itapajé, em 12 de dezembro de 1874. Atuou como professora da Escola Normal, ganhando também reconhecimento no meio literário do Ceará do período. Integrante de várias agremiações literárias, como o Centro Literário, Academia Cearense de Letras e Instituto do Ceará. Foi presidente da Liga Feminista Cearense (1904), associação de letras fundada por mulheres na capital cearense.

¹⁵ Manoel Antônio de Andrade Furtado, intelectual católico, professor da Faculdade de Direito e redator-chefe do jornal *O Nordeste* de 1922 a 1962.

¹⁶ Prossegue, intensa, a propaganda da LEC em Fortaleza. *O Nordeste*, 06/02/1933, p.1.

¹⁷ O alistamento eleitoral das senhoras catholicas. *O Nordeste*, 14/02/1933, p. 1.

¹⁸ Himno á mulher brasileira. *O Nordeste*, 03/03/1933, p. 5.

¹⁹ O voto feminino. *O Nordeste*, 07/03/1933.

A mobilização do argumento da maternidade como justificativa legítima para o exercício do voto já havia sido utilizado por discursos feministas, em meados do século XIX, embora com outras bases de sustentação. Jeanne Deroin, militante francesa, cujos discursos foram esmiuçados por Joan W. Scott, enxergava a maternidade não como um trabalho natural, mas social, ou seja, ser mãe não se constituía em destino biológico da mulher, mas se configurava como um trabalho produtivo socialmente, “o dever de cuidar do futuro de seus filhos”, dever esse que a qualificava, assim como os homens, para exercer seus direitos de cidadania ativa no campo político. Deroin, portanto, se utilizou do modelo sagrado da mãe para legitimar o direito das mulheres de intervir na vida pública. Numa perspectiva contemporânea, Flávia Biroli ressalta a existência de uma corrente maternalista no interior das teorias feministas, para quem a tradicional divisão sexual do trabalho produziu uma ética própria nas mulheres, distinta de uma ética imparcial e universal, ligada ao cuidado e às experiências específicas vivenciadas por elas. Essa sensibilidade despertada pelas vivências das mulheres poderia, portanto, influir positivamente nas relações, inclusive nas relações políticas (BIROLI, 2014).

A fim de refutar a objeção de que mulheres de respeito não poderiam se meter no meio dos homens, expostas às brigas e arruaças em praça pública e nas salas de eleição, lembrou Padre Tobias que em outros países até freiras que viviam em clausura deixavam seus conventos para exercer o direito do voto, deixando claro que embora fossem mulheres respeitáveis, exemplos de recato e modéstia, faziam também elas um grande sacrifício para defender sua religião na esfera pública. “Si algumas, no entretanto, continuarem a pensar assim, não pensa como ellas o Santo Padre o Papa, que aceita e recommenda o voto das senhoras catholicas.”²⁰

Antes do ato da votação, era necessário proceder ao alistamento eleitoral; esse processo não era gratuito, mas exigia daqueles (as) que o solicitavam despendere algum dinheiro. O custo do processo era a queixa de algumas, que ao ver de Tobias Dequidt nada mais eram do que católicas que não compreendiam a real gravidade da situação, ainda mais pelo fato da quantia ser ínfima quando comparada a gastos maiores e até desnecessários:

Eu vejo com a máxima admiração Filhas de Maria pauperrimas darem com gosto 10\$000 para um manual de Filhas de Maria, doirado, quando podiam adquirir um mais barato, de bordas encarnadas. Pois, deixae que vos diga: o alistamento vale mais perante Deus que o manual, a fita e a medalha; e quem não quer alistar-se, podendo, porque perde um dia de trabalho e mais 6\$000,

²⁰ O alistamento eleitoral das senhoras catholicas. O Nordeste, 14/02/1933, p. 1.

venda o seu manual, sua fita e sua medalha, que não os merece. Ha obrigação de se alistar. Não ha obrigação de ser Filha de Maria.²¹

Com esta declaração não desprovida de dureza e rispidez, percebe-se como o exercício do voto, elevado ao patamar de verdadeira obra de piedade, havia se constituído na linha que distinguia os católicos de nome dos católicos de fato. Sendo devotas, deveriam as mulheres se constituir também em eleitoras, gozar também do exercício de seus direitos políticos. Direito de voto tomado, segundo os articulistas do jornal, como concessão do governo, como algo cedido num tempo determinado e não como fruto das ações do movimento feminista, em suas várias frentes e estratégias. Voto-providência, tornado legal no momento oportuno para o catolicismo no Brasil. Não é que *O Nordeste* tivesse reconhecido a importância do sufrágio como direito político para as mulheres em sua trajetória de lutas em prol da cidadania ativa. O voto das senhoras se constituiria como obrigatório e vital num contexto de incerteza política; do contrário, se a Igreja católica não encontrasse dificuldades em arregimentar todos os candidatos na defesa de suas pautas religiosas, seus votos não teriam tanta carga, na medida em que não influenciariam decisivamente nos resultados eleitorais. O contexto presente, no entanto, de crise e ameaça de um pretense comunismo venenoso e demolidor, exigia do maior número de fiéis uma definição de suas posições pessoais: “Si é uma questão discutível ser um progresso o voto das senhoras, não é discutível, é certamente um mal, tendo este direito, não se aproveitar d'elle e deixar o campo livre aos adversários.”²²

Numa manhã de março de 1933, o matutino *A Rua* transcreveu um artigo escrito por Nicodemos, pseudônimo de Monsenhor Tabosa, publicado anos atrás no *O Nordeste*. Neste artigo, Nicodemos explanava os motivos pelos quais as mulheres não deveriam votar²³. No mesmo dia, prontamente, *O Nordeste* tratou de explicar aos seus leitores, num lugar de absoluto destaque do jornal, as referidas palavras do Monsenhor, a fim de evitar confusões e desistências em plena campanha pelo alistamento eleitoral que vinha sendo encabeçada pelo periódico católico²⁴. *O Nordeste* estava sendo cobrado por sua mudança de posicionamento; opiniões passadas sobre o voto compartilhadas por um representante da Igreja trazidas à tona de maneira inesperada às vésperas das eleições, mas que foram tratadas pelo jornal com aparente tranqüilidade: “Monsenhor Tabosa, em eloqüente discurso na sessão de instalação da “LEC”, disse isso mesmo. Tinha combatido o voto feminino, no sentido de que a mulher brasileira não se immiscuisse nas disputas viciadas do partidarismo”. Atribuía a transformação de seus

²¹ *Idem*.

²² O alistamento eleitoral das senhoras catholicas. *O Nordeste*, 13/02/1933, p. 1.

²³ Secção Livre: Devem votar as mulheres? *A Rua*, 16/03/1933.

²⁴ Devem as mulheres votar? *O Nordeste*, 16/03/1933, p. 1.

discursos às mudanças contextuais ocorridas, que “concederam” às mulheres católicas, pela via da legalidade, a prerrogativa do voto, sem que as mesmas pleiteassem ou se envolvessem em reivindicações pró-voto. Percebe-se, dessa forma, uma tentativa de desvincular o direito de voto exercido pelas católicas do movimento feminista e suas ações diretas de luta. Um voto “limpo”, dissociado de posturas questionadoras e instabilizadoras da ordem vigente. Voto incentivado, sobretudo, devido à tutela orientadora que a Liga Eleitoral Católica teria exercido no meio político, possibilitando às mulheres um ambiente limpo e saneado que permitisse suas entradas no campo da participação política, sem maiores prejuízos para suas “composições morais”.

Referências

BIROLI, Flávia. Justiça e Família. In: Luis Felipe Miguel/Flávia Biroli. *Feminismo e política: uma introdução*. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: *Por uma história política*. Direção de René Remond. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. - 24. ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MIRANDA, Júlia. *O poder e a fé: discurso e prática católicos*. Fortaleza: Edições UFC, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de doutorado/USP. São Paulo, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, W. Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002.

“Electoral movement is not thing of God, not lord”: tensions and resistance to female vote in Fortaleza post-1932

Abstract: O Nordeste, a Catholic newspaper circulating in Fortaleza-CE, was a staunch critic of the struggles for female political citizenship. Justifying that politics did not dignify, it directed the women who moved away from it. This paper will discuss the tensions and resistances surrounding the women's vote within the periodical: this right was approved in 1932, as the newspaper dealt with its tense change of discourse, in the sense of winning and persuading Catholic women resistant to voting.

Keywords: Citizenship. Speech. Catholic Church.

O QUE DESEJO É QUE TE FIQUE BEM NO CORPO, E TE POSSA PRESTAR SERVIÇOS¹: DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E REITERAÇÃO DE FEMINILIDADES NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO A ESTAÇÃO: JORNAL ILLUSTRADO PARA A FAMÍLIA E A REVISTA DA SEMANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 1889 A 1917

Talita Gonçalves Medeiros²
Joana Maria Pedro³

Resumo: Pertencente ao segundo capítulo de uma pesquisa que ora encontra-se em construção no Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Catarina, a presente proposta possui como iniciativa, a partir dos veículos de comunicação A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana, compreender quais as representações defeminilidades que ambas divulgavam, promoviam e reiteravam na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 a 1917.

Palavras chaves: feminilidade, discurso, representação

1. Agente cultural ou reflexo social? A moda retratada pelas revistas do Rio de Janeiro

Moda é o nome dado e comumente aceito como expressão e/ou tendência de comportamentos de um dado período histórico. Sinônimo de “costume”, ela dita regras de bem viver, que incorporadas de forma subjetiva, transformaram-se em hábitos e práticas de vivências. Alvo de vitrines e revistas da cidade do Rio de Janeiro, a mulher de elite⁴, dos anos entre 1889 a 1917, viu seu corpo se tornar o principal objeto de consumo dos ditadores da moda, que com suas penas e canetas redigiam - com a permissão de seus cargos de chefes, redatores e revisores -, opiniões, gostos e consentimentos do que podia, uma mulher de elite da sociedade do Rio de Janeiro, vestir, calçar e como comportar -se.

A presente pesquisa e ensaio possuem como fonte as cartas enviadas da Baronesa Amélia, da cidade do Rio de Janeiro, para sua filha Amélia, residente na cidade de Pelotas/RS, entre os anos de 1889 a 1917. Pertencente ao segundo capítulo da tese em História que se encontra em desenvolvimento na Universidade Federal de Santa Catarina, o texto buscou apoio

¹Trecho extraído da carta do dia Rio, 24 de novembro de 1899.

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC- Santa Catarina – Brasil. Bolsista CAPES. E mail para contato: tgmhistoria@gmail.com

³ Professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC- Santa Catarina – Brasil. E mail para contato: joana.maria.pedro@ufsc.br ; joanamaria.pedro@gmail.com

⁴ Segundo Tabora (2012, p. 94) se configura como mulher de elite, a mulher que “possuísse educação básica, amplo conhecimento em música e literatura, portanto, que tivesse tempo livre para essas atividades, bem como para a prática de esportes. Uma mulher que não precisasse trabalhar todo dia para garantir o sustento de sua família ou que precisasse se ocupar diretamente com o cuidado dos filhos, logo uma mulher de elite”

nas revistas A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana para compreender quais as representações de feminilidades que ambas divulgavam, promoviam e reiteravam na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 a 1917, por ser estas as revistas mencionadas ao longo dos 28 anos de envio das missivas.

Palco de grande influência sociocultural, a cidade do Rio de Janeiro produziu e comercializou inúmeras revistas de moda, dentre elas, A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana.

O primeiro periódico, em destaque, foi uma publicação quinzenal editada pela tipografia Lombaerts, no Rio de Janeiro, que circulou regularmente no período de 15 de janeiro de 1879 a 15 de fevereiro de 1904, conforme destaca Crestane (2008). Sob influência de revistas francesas, principalmente a revista *La Saison* que circulou no Brasil entre os anos de 1872 a 1878, a revista A Estação dividia-se em dois espaços, privilegiando no primeiro “O Jornal de Modas”, que trazia ao longo de suas páginas a moda de Paris, que retratada através de abundantes figurinos, gravuras, riscos e trabalhos manuais, oferecia dicas e conselhos de economia e utilidade doméstica. Já no segundo plano, era reservada a “Parte literária”, que contava com a colaboração de autores da literatura brasileira que publicavam ficção (conto, novela, romance), crônicas teatrais, resenhas, críticas, variedades, notícias, seções de entretenimento. Vale destacar que por esse espaço destinado às leitoras, inúmeras propagandas de remédios faziam parte da sessão.

Com uma abordagem distinta da revista A Estação, a Revista da Semana se caracterizava como um periódico de variedades, mas, sobretudo com foco nas publicações de arte e cultura. No entanto, destacando-se como uma revista dinâmica e de postura eclética, em suas páginas, oportunizava discussões sobre literatura, moda, comportamento, concursos, notícias do cotidiano, crônicas políticas e policiais, competições esportivas, campanhas políticas e a novidade à época, as fotorreportagens. Fundado por Álvaro de Tefé no Rio de Janeiro no ano de 1900, a revista objetivava, como anunciado em sua primeira edição, “oferecer ao público notas interessantes e ilustrações” (DANTAS, s/d, p,1). Comum às revistas desse período, uma porcentagem dessas ilustrações e notas interessantes, eram direcionadas às mulheres de elite, tais como, “Jornal das Famílias”, que abordava temas especificamente direcionados ao universo feminino: bordados, beleza, receitas, costura, higiene, educação das crianças, etc. Na sessão “Consultório da Mulher” era possível vislumbrar um espaço reservado às respostas para as cartas das leitoras em formato de conselhos. Abaixo, podemos visualizar reportagens, dos periódicos supracitados, direcionadas às mulheres.



Podemos observar que ambas as revistas, buscavam aproximar a mulher de elite daquilo que é comumente tido como universo feminino. Através de ilustrações de bordados, costuras, textos em formato de romances, crônicas e conselhos, os periódicos buscavam cumprir sua finalidade, que era influenciar a mulher para agir de acordo com as prerrogativas sociais vigentes.

1.1 A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana: veículos de divulgação, promoção e reiteração de feminilidades

De forma constante, podemos observar ao longo das cartas remetidas da Baronesa Amélia para sua filha Amélia o envio de presentes. Jóias, laços, chapéus, vestidos e adornos, que de uma forma em geral, buscavam esculpir em Amélia e em seu corpo a representação de mulher ideal promovida pelas mídias do período de 1889 a 1917, como podemos observar nos trechos das cartas e nas imagens abaixo:

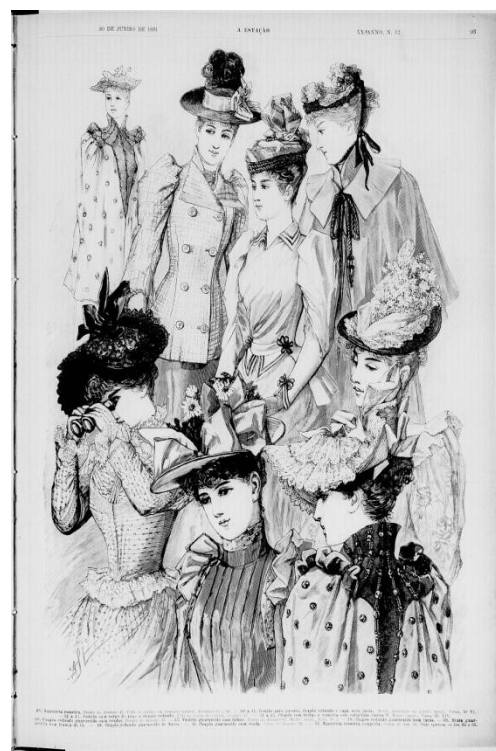
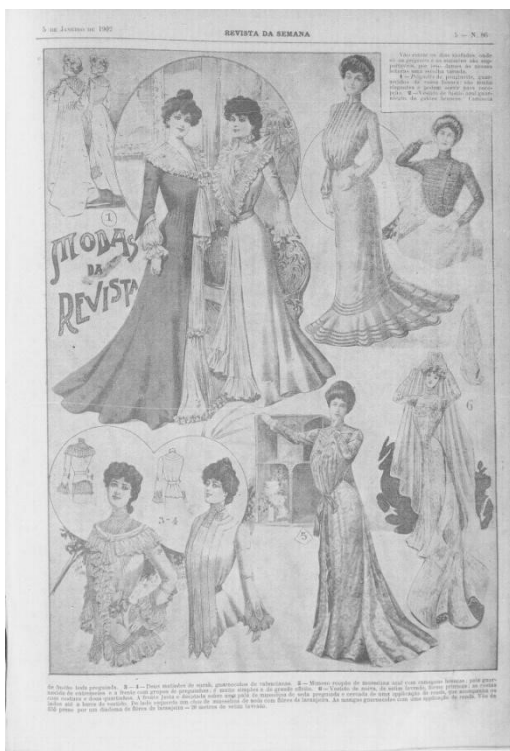
Rio, 24 de novembro de 1899: *Talú te entregará umas lembranças para ti e creanças, bem como uma caixa de charutos para Lourival, que dizem ser especiais. Para ti vai um vestido para as tuas idas á cidade á noite*⁵

⁵Todos os trechos extraídos das cartas serão sinalizados através da escrita em itálico e serão transcritos tal/qual a escrita do período, sem qualquer uso de correção do português.

Rio, 20 de dezembro de 1899: *Estou satisfeita, por ter acertado com a cor do vestido que te mandei, e só desejo que te fique bem no corpo.*

Rio, 16 de outubro de 1903: *Ah! Minha querida filha, se eu pudesse comprar todos os chapéus e vestidos bonitos, que aqui vejo, para ti, como ficaria contente! Quase todas as vitrinas, tem agora bonecas de corpo inteiro, em que armão os vestidos, digo, as fazendas com as fôrmas dos mesmos.*

Rio, 16 de outubro de 1903: *Tem as chePELListas apresentado em suas vitrines, uma colleção lindissima dos mesmos, sobresahindo os brancos, e pretos! Vi outro dia um tão bonito, que cedi á tentação, e entrei na loja, disposta a compral-o para ti, embóra caro, mas tinha acabadoservendido a uma fregueza, que ali ainda se achava*



O universo cultural e simbólico a qual pertenciam exigia delas responsabilidades e compromisso com a beleza, elegância, educação e bons modos. Como destaca Taborda (2012) a questão financeira ou o poder econômico é um dos últimos elementos a possuírem importância em uma escala de significações e aparências. Fazer parte do grupo, assinalar preferências, compartilhar o consumo “real” ou de forma simbólica, possibilita o pertencimento e a adesão a um grupo de elite.

Chartier (2002) destaca a necessidade do questionamento frente às universalidades forjadas pelos/para grupos sociais na construção de um imaginário social. Segundo o autor cria-se, amparado na construção de classificações e ordenações sociais, idealizações a serem correspondidas por determinados grupos. As mulheres de elite, foco de nossa análise, tornaram-

se a principal meta de alcance daquilo que as tornariam as senhorinhas perfeitas, como destacado por Tabora (2012) em sua dissertação de mestrado.

O capital simbólico, como também destacado por Chartier (2002), torna-se a principal forma/arma de diferenciação, que autorizada pelo consumo, permite ao sujeito seu pertencimento a uma determinada esfera socioeconômica. Portanto, ao se criar identidade, como observados por Tomaz Tadeu da Silva (2000), de forma direta elabora-se a diferença.

E era justamente nesta diferença que as revistas A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana operavam. Ao trazer em suas páginas conselhos, moda, sobretudo da cidade de Paris, ilustrações com vestimentas, ornamentos, dentre outros objetos, as revistas estavam dialogando com as mulheres de elite e correspondendo a sua ânsia⁶ de se perceberem enquanto agentes de um capital simbólico. É para as mulheres de elite que as revistas atuavam. E esta relação tornou-se cíclica e recíproca na medida em que essas mulheres tornavam-se o “espelho” da sociedade de elite do Rio de Janeiro no período histórico delimitado – 1889 a 1917-, tornando-se potencialmente o veículo de educação para outras mulheres.

Orientações de delicadeza e cortesia, amabilidades e modos de como agir com as/os filhas/filhos e o marido, também faziam parte das prescrições de feminilidades verificadas no envio das missivas da Baronesa Amélia para sua filha Amélia. Posturas em festas e saraus, modos adequados de comportamento e indumentárias de acordo com a festividade também ocupam várias linhas das missivas enviadas de mãe para filha, como podemos verificar nos trechos extraídos dessas

Rio, 13 de setembro de 1909: *Vão também uns caramêlos, (o cartucho vai aberto, porque já o tinha, e na ocasião de arrumar a caixa, lembrei-me de mandar mesmo assim a Lourival, que está sempre com pigarro. Não lhes dê no cartucho, despeje em uma bomboniêre, e leva-lhes*

Rio, 9 de agosto de 1909: *O teu vestido foi o preto? Esquecia-me dizer-te, que fizeste mtº. bem em botar a pluma de brilhantes, e a pulseira.*

Rio, 14 de agosto de 1909: *Quanto aos anéis, confesso-te que não tenho consciencia já, de ter escripto n'esse sentido, lembrando-me apenas, ter te dito, ahi, que as unicas joias que queria trazer, eram os aneis, pois são os unicos que uso, e mesmo para mandar concertar o marquês, que me fica largo, Sinto agora, que tivessem vindo, porque ahi te poderiam pretar serviços, á*

⁶Para essa afirmação, tomamos como base o livro de Clarisse Ismério (1995) a qual afirma que para as mulheres de elite eram direcionados discursos que as responsabilizavam pela representação do que era moralmente aceito, os bons modos e costumes a serem seguidos. Ainda conforme a autora, além de revistas e periódicos, o teatro cumpriu de forma exemplar seu papel de educador ao executar peças com discursos moralizantes, constantemente demonstrando o que aconteceria caso agissem em desacordo com as normas vigentes de conduta e da mesma forma destacavam a importância de que suas ações exemplares possuíam na sociedade. Assim, compreendemos que as mulheres de elite serviam de modelo para outras mulheres e suas ações possuíam reflexos na sociedade da qual faziam parte.

vista das festas, que tem havido e sem duvida continuarão a haver, com tantos casamentos na familia

O discurso veiculado pelas revistas analisadas posicionava a mulher de elite em um patamar idealizado de bela, recata, doce, meiga, assexuada, dedicada e amorosa. As descrições que as revistas traziam sobre as mulheres de elite eram sobre as suas paixões, conquistas e alvos, tais como a conquista do tão sonhado vestido para o sarau, os mais perfeitos dos penteados para emoldurar seus rostos e as tornar encantadoras e assim alcançar um patamar de destaque, como observou a Baronesa Amélia em uma das missivas enviada à filha, sobre os comentários de sua presença em festividades na cidade de Pelotas: Rio, 19 de novembro de 1909: *Sei que a minha querida filha, tem feito um figurão nas festas ahi, segundo me mandou dizer a Noêmia, e me disse tambem a Gemina, que soube por cartas de lá.*

Outro importante modo de transmitir mensagens de comportamento, como verificado nas revistas em análise, são as associações entre imagens de mulheres com ilustrações de santas, pássaros e flores. Na primeira gravura, a de noticiar a festividade de uma determinada santa, duas imagens são postas no centro da página: a da santa e a de duas mulheres, ou seja, a importância da castidade, da pureza, da dedicação e seriedade da mulher. Na segunda imagem, podemos observar a associação entre as mulheres e os pássaros e a delicadeza, fragilidade e doçura.



Esses discursos, muitas vezes, são retratados sem utilizar palavras, apenas com ilustrações, o que não interfere ou diminui seu objetivo e poder de alcance. Silenciosas em ação, poderosas na execução, as imagens divulgadas pelas revistas, analisadas no presente texto, expressam e fornecem aquilo que Ruth Sabat (2001, p. 19) destaca como grande atribuição dos veículos midiáticos: “relacionar o conhecimento produzido pela publicidade com as práticas de autocontrole e auto-regulação que se concretizam na vida cotidiana, através do corpo, do comportamento, das relações sociais estabelecidas”.

Como assinala Michel Foucault (1993) o discurso quando insistentemente reiterado torna-se verdadeiro. Essa ação torna-se sólida a ponto de alocar nos corpos das mulheres aquilo que corresponde a seu “sexo”, conduzindo performances a serem adotadas por elas (BUTLER, 2012). Portanto, assinalamos que comungamos das palavras de Sabat (2001, p. 9) quando afirma que a publicidade veiculada em revistas, periódicos e jornais, torna-se constituidora de identidades, de produção de valores e saberes, reguladora de condutas e modos de ser, estabelece representações e acima de tudo ensina modos de ser ‘mulher’ ou ‘homem’.

2. Entre Ciborgue, tecnologia de gênero e performances: primeiras reflexões

Donna Haraway em seu livro *O Manifesto Ciborgue* (2000) desconstrói a ideia de uma “natureza” ou de um destino biológico reservado aos seres humanos. Segundo a autora, somos produzidos e reproduzidos constantemente por máquinas, às quais por diversas vezes coube a função de dizer quem somos, como devemos proceder e quais caminhos seguir. Isto é, para Haraway as tecnologias selaram naturalizações e com ela o adestramento de nossos corpos, vontades e desejos. Esse universo de cerceamento se fez presente principalmente nos corpos das mulheres e através dele, segundo a autora, “incorporam e reforçam as novas relações sociais para as mulheres do mundo inteiro” (HARAWAY, 2000, p. 262).

A medicina, com suas falas autorizadas, encontrou no corpo da mulher de elite⁷ um espaço de ação para a consolidação de suas regras. Judith Butler (1987), afirma que essa ação está diretamente ligada a três principais relações sociais: sexo, gênero e hierarquia. Conforme a autora, o discurso político que atravessa o corpo exige uma classificação binária do sujeito e hierarquicamente reivindica uma representação correspondente ao seu “sexo”. Donna Haraway (2000) vai ao encontro das reflexões de Butler (1987) e do mesmo modo afirma que gênero e

⁷Essas afirmações advêm de inúmeras leituras e reflexões que afirmam que essas ações médicas se concentraram no corpo da mulher de elite por ela ser “responsável” pela procriação e criação dos futuros líderes da nação, ou aqueles que ocupariam os cargos de maior importância social, como médicos, advogados, juizes, engenheiros...

sexo são categorias muito complexas para serem alocadas como naturais ou como um destino final traçado. Sua proposta se insere, justamente, na subversão dessas identidades fixas que são postas, sobretudo, pela utilização da tecnologia em nossos corpos. Portanto, de uma forma em geral, Donna Haraway (2000) nos alerta sobre a importância da reflexão e da aquisição, por parte do sujeito, da consciência de sua imersão em uma sociedade patriarcal, despertando dessa forma à construção de ações, os quais o reposicione como sujeito histórico e social passível de se apropriar das tecnologias para redirecionar o sentido das estruturas sociais.

E é justamente por este viés de desconstrução que Teresa de Lauretis (1994) apresenta sua proposta de reflexão. Utilizando o conceito de “tecnologia do gênero”, a autora aborda em seus escritos como as diferenças socioculturais formaram, moldaram e enquadraram aquilo que ela chama de uma relação sexo-gênero. Apesar de preferir utilizar apenas a palavra “gênero”, a autora aborda a necessidade de compreendê-lo como “produto de diferentes tecnologias sociais” (LAURETIS, 1994, p.208), pois para ela inúmeros são os procedimentos que formam o gênero. O sexo⁸ nesta avaliação, seria apenas o primeiro dentre tantas outras tecnologias.

Elencando 4 (quatro) propostas de análise sobre gênero, Lauretis (1994) destaca primeiramente que gênero é uma representação que se estabelece a partir do comportamento dos sujeitos. Ela conclui essa primeira observação afirmando que a relação de divisão entre “homens” e “mulheres” na sociedade constitui-se em um sistema que encontra amparo na economia e na política. A sua segunda proposição de análise destaca a “representação do gênero e a sua construção” (p.209), onde examinando a proposta de Althusser sobre o gênero, a autora problematiza seus escritos, afirmando que “os homens e as mulheres não só se posicionam diferentemente nessas relações, mas — e esse é um ponto importante — as mulheres são diferentemente afetadas nos diferentes conjuntos” (p. 215), sendo assim, para Lauretis (1994), independente do nome adotado, do tipo de vivências ou relações estabelecidas socialmente, as mulheres sofreriam os efeitos de estarem em segundo plano em uma hierarquia sexual, como advertido por Butler (1987) acima. Em seu terceiro apontamento Lauretis (1994), afirma que somente a cultura específica de determinado aglomerado social pode determinar o que é ser “homem” ou ser “mulher”, assim como suas representações, naquele espaço físico delimitado. Por fim, em sua última análise, ela cita algumas autoras como Tânia Modleski, Rosi Braidotti, dentre outras, que criticam as teorias dominantes sobre o gênero, e por fim, discute o pós feminino e as suas tecnologias de gênero.

⁸Para a autora, sexo neste caso se enquadra enquanto tecnologia pelo fato de sexo também ser criado e utilizado como uma ferramenta de divisão e classificação social, quando nomeia aqueles que possuem uma sexualidade “normal” (heterossexuais) ou o “anormal” (homossexuais), conforme suas leituras de Michel Foucault.

Judith Butler (2012) afirma que não nascemos sobre uma determinada matriz (vagina ou pênis), mas essa matéria ao ser materializada como sendo homem ou mulher, pelo discurso, permite que os corpos que importam (heterossexuais) passem a ser regulados e controlados exigindo suas performances condizentes ao “sexo” (representação). Para a autora, não nascemos como uma plataforma na qual o “gênero” será atribuído ao “sexo” posteriormente; sexo e gênero já se encontram imbricados e não há como separar essa relação de formação e de poder. Essa relação ocorre através de linhas paralelas (social e cultural) que estão em constante intercâmbio. Não há como separá-las, pois a performatividade (aquela que constrói a materialidade dos corpos, materializa “sexo nos corpos”, consolida o poder imperativo da sexualidade; a materialidade é o efeito mais produtivo de poder), age através da linguagem e da formação discursiva.

Podemos observar, deste modo, que as autoras destacam a formação do corpo, principalmente da mulher, como algo fabricado, construído para corresponder a determinadas lógicas socioculturais. Com as revistas, ora em estudo, as observações igualaram-se. Destinados a um universo singular, os veículos de comunicação propostos para este ensaio e utilizados ao longo da escrita da tese, destacaram a presença de uma incessante e contínua representação e formação de performances a partir daquilo que se compreende como “mulher”.

As inúmeras páginas dos periódicos A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana, denotam a presença de uma construção do corpo atravessada pelas relações de gênero, performatizada nas suas relações de sociabilidades, inscritas sob cuidados, preservações e recomendações, sejam elas sobre saúde, beleza e comportamento. As mulheres de elite, perante as tessituras de um imaginário, foram descritas, ensinadas, educadas e engendradas para corresponderem a uma mulher idealizada que, representada por diversos veículos de comunicação, circulou na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 a 1917.

3. Considerações finais

O presente ensaio, como já mencionado, é o recorte de uma tese que se encontra em desenvolvimento no doutorado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. A tese, em linhas gerais, busca compreender quais as prescrições de feminilidades que a Baronesa Amélia transmitia para sua filha através de cartas entre os anos de 1889 a 1917. Assim, foi necessário dividir a investigação em alguns capítulos. Pertencente ao segundo capítulo da pesquisa, essa reflexão buscou compreender quais as representações de feminilidades que A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana divulgavam, promoviam e

reiteravam, pois assim como o envio de presente era constante, o envio dessas revistas de modas também.

Refletir a “construção” da mulher de elite a partir desses 2 (dois) periódicos que circularam no Rio de Janeiro entre os anos de 1889 a 1917, é a oportunidade de se aproximar com uma maior dedicação e atenção à compreensão de quais os discursos que auxiliavam na formação, na idealização e performatização da mulher no final do século XIX e início do século XX.

Juntamente com as teorias propostas por Judith Butler (1987, 2012), Donna Haraway (2000) e Teresa de Lauretis (1994), podemos apreender que a partir do sexo biológico, destinos são traçados e representações a serem seguidas são desenhadas. Constatações essas que foram observadas ao longo da investigação, nos presentes periódicos em análise. Imbuídas de discursos de naturalização e reiteração das funções sociais da mulher, conforme as ordens biológicas ditadas na sociedade, A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana, divulgavam, promoviam e reiteravam discursos de uma mulher ausente de vontade, assexuada e pronta para servir, mas ao mesmo tempo, uma mulher bela, comportada, com bons modos e acima de tudo responsável pelo destino da família.

Presente em muitas linhas das cartas enviadas da Baronesa Amélia para sua filha Amélia, entre os anos de 1889 a 1917, essas recomendações, promoções e reiterações encontraram, possivelmente como base, os veículos de comunicação e as mídias presentes na cidade do Rio de Janeiro. Essencial amparo à compreensão de inúmeras das prescrições de feminilidades emitidas pela Baronesa Amélia em suas cartas, os periódicos em destaque convertem-se em importantes agentes de reflexão e estudo na perspectiva de elucidar a possível origem de alguns dos conselhos, sugestões, ideias e dicas na busca de uma construção e no reforço da feminilidade “correta” de sua filha Amélia.

Concluimos, portanto, essa análise destacando a relevância da investigação nas revistas A Estação: Jornal Ilustrado para a Família e a Revista da Semana para o entendimento de quais eram as representações de feminilidades que ambas as revistas divulgavam, promoviam e reiteravam na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 a 1917. Do mesmo modo, salientamos a importância dessas análises para o desenvolvimento da tese, de um modo em geral, e do presente ensaio, na busca de compreender quais eram as prescrições de feminilidades transmitidas de Amélia para Amélia.

Referências

- BUTLER, Judith. **Corpos que importan**. Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2012.
- BUTLER, Judith. **Variações sobre Sexo e Gênero**: Beavouir, Wittig e Foucault. Editora Rosa dos Ventos, Argentina, 1987
- CHARTIER, Roger. **Á beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.
- CRESTANI, Jaison Luís. O perfil editorial da revista a estação: jornal ilustrado para a família. **Revista da Anpoll**, n.ºv. 1, n. 25, págs. 323-353, ISSN 19827830, 2008. Disponível em <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/67> Acessado em 15/01/2018.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal LTDA, 1993.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In **Antropologia do Ciborgue**. As vertigens do pós-humano. Org. Tomaz Tadeuda Silva. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000
- LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.1. p.9, jan. 2001. ISSN 0104-026x. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf> Acessado dia 17/01/2018.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.
- ISMÉRIO, Clarisse. **MULHER**: a Moral e o Imaginário 1889-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- TABORDA, Taine Mendes. **Senhorinhas perfeitas: A representação de mulher ideal através das páginas da revista Ilustração Pelotense na década de 1920**. Pelotas, 2012. 137 pgs. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pelotas.

Simpósio Temático 7 - Debates materialistas, gênero e trabalho

Coordenação: Soraia Carolina de Mello (20/03)

Local: Auditório Elke Hering - BU.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Daniela Carvalho Cavalheiro

daniela.cavalheiro@gmail.com

Unicamp

TUTELA, TRABALHO E PODER: AS AFRICANAS LIVRES DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Carolina de Toledo Braga

caroltbraga@gmail.com

UFF

QUEM ERAM AS VIÚVAS QUE ANUNCIAVAM NAS PÁGINAS DOS JORNAIS EM MEADOS DOS OITOCENTOS? (PERNAMBUCO, 1842-1853)

Jade Liz Almeida dos Reis

jjadeliz@gmail.com

UDESC

“UM DOS SERVIÇOS MAIS DIFÍCEIS E PESADOS DEVIDO À NECESSÁRIA ATENÇÃO”: AS OPERÁRIAS DO SETOR TÊXTIL DA CIDADE DE JOINVILLE VÃO À JUSTIÇA DO TRABALHO (DÉCADA DE 1940)

Jadson Stevan Souza da Silva

stevan.jadson@yahoo.com.br

UNICENTRO

Rosemeri Moreira

rosemeri1moreira@gmail.com

UNICENTRO

AS DIMENSÕES DE PRODUÇÃO DA OBRA INAUGURAL DE HELEIETH SAFFIOTI – 1950/1960

Lúcia Mariaci Ribeiro Martins

psilumart@gmail.com

UNILA

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA E POLÍTICA PARA AS MULHERES

TUTELA, TRABALHO E PODER: AS AFRICANAS LIVRES DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA

Daniela Carvalho Cavalheiro¹

Resumo: “Africano livre” foi uma categoria criada no mundo Atlântico, no século XIX, para definir e controlar pessoas apreendidas pelas autoridades que, caso contrário, seriam vendidas ilegalmente como escravas. Nesse trabalho, faço uma análise inicial sobre as africanas livres e suas especificidades, relações de trabalho e vida cotidiana no Rio de Janeiro oitocentista, em contraste com homens africanos livres. Usando como fonte requerimentos feitos por elas mesmas à justiça, analiso os significados do que era ser uma africana livre, questão ainda em aberto na historiografia.

Palavras-chave: africanas livres; trabalho; liberdade.

Quem foram os africanos livres?

Até o presente momento, a historiografia tem apontado para a existência de cerca de 11 mil africanos livres no Brasil, entre 1831 e 1864 (MAMIGONIAM, 2012). A bibliografia disponível explora diversos aspectos da experiência desses africanos, desde as relações políticas que permeavam sua captura, formas de trabalho, significados de liberdade e momentos de fuga, até as revoltas e emancipação final. Entretanto, muito ainda há por fazer. Essa categoria por muito tempo foi entendida como vivendo uma escravidão disfarçada, ou ainda foi interpretada como sujeita às mesmas relações estabelecidas pelos libertos. Talvez seja por isso que as especificidades vividas por africanos livres – bem como suas consequências para a sociedade escravista da época – tenham sido abordadas de maneira mais sistemática apenas em uma historiografia mais recente.

O presente trabalho se encaixa nessa perspectiva. Apontando que existem ainda lacunas importantes a serem preenchidas no estudo da categoria de africanos livres, minha atual pesquisa de doutorado busca entender as experiências de trabalho e as relações de gênero que essas pessoas estabeleciam, bem como sua influência nos grupos sociais que os cercavam. Esta pesquisa está alinhada com uma perspectiva que utiliza as trajetórias pessoais e biografias a fim de conhecer a experiência africana e, com isso, delinear relações, estratégias, conflitos e acomodações. Assim, tenho buscado reconstruir trajetórias de vida de africanos e africanas livres, a fim de examinar suas experiências

¹ Doutoranda em História Social da Cultura na Unicamp. Bolsista do CNPq. E-mail: daniela.cavalheiro@gmail.com

desde um primeiro momento de captura e embarque na África, até sua emancipação final no Brasil.

Para isso, tenho usado petições feitas pelos africanos livres, ou sobre eles. Neste momento de minha pesquisa, tenho recolhido petições dos dois tipos (feitas pelos africanos ou pelos concessionários). É possível perceber que tais petições abrem um horizonte de possibilidades para a análise das trajetórias destes africanos, uma vez que contém depoimentos dos africanos livres, seus concessionários e outras testemunhas que foram consideradas necessárias para o andamento da petição, como vizinhos e inspetores de quarteirão. Nesses depoimentos, os mais diferentes questionamentos eram feitos, revelando aspectos da vida cotidiana dos africanos, alguns de seus anseios, um pouco do que entendiam sobre conceitos como liberdade, cativo e justiça, e muito do que sabiam sobre as leis, seu funcionamento e como elas os afetavam.

Mas e as africanas livres?

Existem inúmeros trabalhos que lidam com a questão dos africanos livres, muitos deles já citados aqui. Em todos eles, entretanto, “africano livre” se torna uma categoria genérica, uma espécie de guarda-chuva que abrigaria pessoas das mais diferentes origens, idades e ocupações. Em minha recente pesquisa de doutorado, um dos objetivos é lidar com tais especificidades, principalmente com as questões ligadas ao gênero. Não há, até o presente momento, um trabalho que lide com as questões específicas das africanas livres.²

No presente trabalho, busco apresentar questões relacionadas à sociabilidade, tutela e trabalho de mulheres africanas livres. Como Rushing e Penn demonstram, mulheres na diáspora possuíam especificidades que exigem um olhar cuidadoso sobre suas formas de vida e trabalho (TERBORG-PENN & RUSHING, 1996). A exploração sexual, a concepção e criação de crianças, o trabalho como lavadeiras, vendeiras, quituteiras, entre outros fatores, eram em grande parte característicos das mulheres, fossem elas escravas, forras ou africanas livres (FARIA, 2000).

Até mesmo os padrões do tráfico de africanos, legal ou ilegal, eram diferentes no tocante às mulheres. Como David Eltis e Stanley Engerman ressaltam, mulheres e homens trabalhavam nas *plantations* lado a lado nos serviços mais extenuantes, mas, mesmo

² De acordo com pesquisa feita por mim no banco de teses e dissertações da Capes, e das leituras que venho fazendo desde antes de iniciar o trabalho com africanos livres.

assim, o número de mulheres levadas ao Novo Mundo era inferior ao de homens (ELTIS & ENGERMAN, 1993, p. 308). A dinâmica da escravidão na África relacionada com a demanda por escravos nas Américas criou tais padrões demográficos. Aqui não cabe uma análise detalhada sobre este tema, porém, é importante ressaltar que vários fatores influenciaram à superioridade da importação de homens para o Brasil. Entre eles se encontram as divisões de trabalho por sexo – tanto na África como nos países compradores de escravos –, o fato de que mulheres escravizadas na África eram extremamente valiosas por seu papel na produção de alimentos e por suas funções reprodutivas, e, por último o fato de que, na África, muitas vezes mulheres escravizadas eram usadas como recompensas para homens, escravizados ou não, como forma de ampliar suas linhagens (ELTIS & ENGERMAN, 1993). Além disso, as mulheres seriam comercializadas em maior número no tráfico no interior da África do que no comércio transatlântico, como Eltis e Engerman apontam (ELTIS & ENGERMAN, 1993). Dessa forma, tratar de mulheres na diáspora requer, como Penn ressalta (TERBORG-PENN & RUSHING, 1996, p. 220), pensar numa perspectiva que perpassasse as diferentes situações culturais pelas quais essas mulheres passaram, uma vez que os valores aprendidos na África e trazidos para o Brasil, no caso dessa pesquisa, iriam ser transformados de acordo com novos valores aprendidos na América.

Tudo isso gerou formas diferentes de lidar com o trabalho compulsório feminino no Brasil e, por isso, faz-se importante analisar as africanas livres, suas lutas por emancipação e suas formas de sociabilidade e trabalho à luz da dinâmica criada pela sociedade escravista brasileira. Para além de analisar grupos de africanos livres (seja em obras públicas, companhias ou instituições públicas) e atentar para as condições das mulheres que faziam parte deles, acreditamos que seja importante analisar trajetórias dessas mulheres, integrais ou em parte, como forma de examinar as particularidades às quais as africanas livres estavam sujeitas. A historiografia tem revelado produções sobre elas (SILVA, 2007; MARQUES, 2013) e, com isso, vem examinando suas lutas e anseios, bem como as formas como seu comportamento era percebido pelos concessionários (SILVA, 2007), suas lutas por emancipação (MARQUES, 2013) e a relação que a legalidade dúbia imposta pela condição de africana livre impunha no tocante aos filhos (REIS, 2002). Essas análises nos proporcionam bases para pensar nos destinos dessas mulheres, sua sociabilidade e suas lutas por emancipação.

Assim, me propus, neste trabalho, a analisar as mulheres constantes de um conjunto de 55 petições feitas junto ao Ministério da Justiça nas décadas de 1850 e 1860.

Tais petições constituem um primeiro momento de análise da minha pesquisa atual, na qual venho buscando encontrar, quantificar e analisar pedidos deste tipo. O objetivo, ao examinar tais petições, é apresentar as possibilidades de análise que elas trazem, ainda não totalmente exploradas pela historiografia³.

Um pequeno panorama demográfico pode ser vislumbrado nesse universo de dados. Destes 55 requerimentos, 23 foram feitos pelos próprios africanos e 32, pelos concessionários. Envolvidos nesses requerimentos estavam 23 africanas e 32 africanos livres. Alguns dados interessantes emergem, como a ausência da ocupação dos africanos livres: em apenas 5 elas são conhecidas. São 2 africanas trabalhando como lavadeiras e engomadeiras; 2 empregadas no serviço doméstico e uma ama de leite. Devido à restrição de tempo e espaço, não irei lidar com as 23 africanas encontradas. Selecionei, portanto, duas que mais contribuem para a presente análise.

Prisca Benguela, ama de leite a serviço da casa

Prisca chegara ao Brasil em 1840. Aos 20 de novembro de 1840, Dona Roza Luisa de Jesus tornou-se concessionária de seus serviços, alugando-os durante quase todo o período de tutela. A africana pediu sua emancipação no ano de 1857.

O primeiro documento judicial que consta do processo foi a solicitação, feita por Manoel de Mello (que alugava os serviços da africana), do registro de Prisca no momento em que havia sido declarada africana livre, em 1840. Percebemos que, durante o processo, Manoel auxiliou Prisca, agindo em seu favor ao solicitar a emancipação da africana. O desenrolar do processo sofreu uma reviravolta quando sua concessionária é chamada a dar uma declaração sobre seu comportamento. Segundo Roza, Prisca “tem a conduta a mais irregular possível, assim é rara a semana que não se embriaga por mais de uma vez, e raríssimo o mês que não foge de casa e é encontrada em deboches”⁴.

Alegar mau comportamento era uma estratégia usada pelos concessionários a fim de negar a liberdade final aos africanos livres. Dona Roza de Jesus alega que Prisca se embriagava com regularidade, e fugia de casa para “se entregar aos deboches”. O que Roza – uma mulher livre da sociedade escravista brasileira, provavelmente alguém com

³ Beatriz Mamigoniam utiliza um conjunto de pedidos de emancipação feitos por africanos livres a fim de analisar o momento da emancipação final. Entretanto, o potencial destes pedidos ainda não foi completamente explorado. MAMIGONIAM, Beatriz. *To be a Liberated African in Brasil... op. cit.*, esp. Cap. 6.

⁴ AN GIF1 6D 136 – *Pedido de emancipação de Prisca*.

uma posição social de destaque, uma vez que a ela foram confiados os serviços de uma africana livre – considerava deboches, poderiam ser momentos de descontração ou sociabilidade para a africana. Como evidenciado por Maciel Silva, os costumes das africanas livres eram frequentemente usados contra elas em alegações de má conduta (SILVA, 2007). Daniel Luis Marques aponta que as reuniões de africanas livres com outras africanas, africanos, crioulas e crioulos, seja para descontração, troca de informações ou por qualquer outro motivo, eram apontadas como má conduta e vistas como mau comportamento (MARQUES, 2013). Podemos relacionar isto com o fato de que os africanos livres, como aponta Mamigoniam, eram vistos como perigosos para a ordem social vigente, pois sua condição jurídica desafiava os limites impostos pela sociedade escravista da época (MAMIGONIAM, 2005).

O processo continuou tramitando e, a seguir, foi a vez de Manoel Antonio Gonsalvez de Mello ser chamado a testemunhar sobre o comportamento de Prisca. Segundo ele, a africana havia

prestado bons serviços como alugada ao supp^e por sua concessionaria Rosa Luisa de Jesus, amamentando-lhe sua filha, sempre com bom comportamento, tendo já a dita Africana prestado mais de dezesseis anos de serviços, como prova o documento junto, mais tempo que o mandado Imperial decreto, suplica por tanto V.M.I. a Graça de mandar passar Carta de Emancipação, visto que [ilegível] Africana se torna merecedora pela [ilegível] com que tem amamentado sua filha e pela boa conduta, que em todo este tempo tem apresentado, não duvidando o supp^e [ilegível] Africana recebe-la em sua casa⁵

Diferente de Dona Roza, Manoel Antonio afirmava ser exemplar o comportamento da africana.

Não se sabe qual o ganho de Roza com os aluguéis da africana livre. Porém, ao compararmos com o caso da africana livre Cândida, analisado por Maciel Silva e já mencionado anteriormente, percebemos que esta era alugada pela quantia de 480 réis diários. Cândida era vendedora de fatos, o que lhe possibilitava um ganho diário. Prisca, por sua vez, era ama de leite, atividade que não gerava renda diretamente. Possivelmente o valor de seu aluguel era inferior ao de uma vendedora. O que queremos demonstrar aqui é que alugar africanos e africanas livres era uma prática muito comum e lucrativa no Rio de Janeiro oitocentista (SILVA, 2007) e, devido a tais lucros, Roza de Jesus não queria perder os serviços de Prisca.

⁵ AN GIFÍ 6D 136 – *Pedido de emancipação de Prisca.*

A atividade desempenhada pela africana era exclusivamente feminina. Isto a coloca numa posição dentro da análise historiográfica que se insere na perspectiva sugerida por Penn de analisar as mulheres africanas na diáspora por seus próprios termos, dando ênfase às suas especificidades (TERGORG-PENN & RUSHING, 1996). Os detalhes de sua vida cotidiana não nos são conhecidos, o que dificulta tal tarefa. Entretanto, a partir da historiografia já produzida sobre o período, podemos levantar algumas questões pertinentes à situação de vida de Prisca.

O trabalho de africanas livres ainda não recebeu atenção especial da historiografia brasileira. Conhecemos com detalhes os casos de grupos de africanos livres em instituições e suas formas de trabalho, como a Fábrica de Pólvora da Estrella, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema e a Companhia Mineradora de Mato Grosso (MOREIRA, 2005; RODRIGUES, 1997; MOURA, 2013). Ainda não há um estudo sobre o papel das africanas livres em serviços domésticos e sobre aquelas que desempenhavam atividades de lavadeiras, vendeiras, amas de leite, entre outras, consideradas tipicamente femininas. Sabemos que a documentação disponível sobre estas mulheres não possui muitos detalhes relativos ao seu trabalho, entretanto é pertinente levantar tais questões. Qual o impacto do trabalho como ama de leite na vida de Prisca? Quais as consequências de uma conexão tão forte como a amamentação e a educação de uma criança em seus primeiros anos de vida, tanto para a africana quanto para a criança? Após a emancipação, em qual serviço Prisca poderia empenhar sua força de trabalho, uma vez que, como ama de leite, ela não havia sido treinada em nenhum ofício? Todas estas perguntas não possuem resposta no pequeno processo de emancipação de Prisca, mas devem ser feitas. Penn ressalta que, devido à falta de fontes que contemplem esses aspectos da vida das mulheres na diáspora, historiadores têm recorrido a outras fontes de informação, como análises interdisciplinares com a antropologia e a sociologia (TERBORG-PENN & RUSHING, 1996). Este tipo de análise não cabe no presente estudo, mas é importante ter tais questões em mente ao analisar as pequenas peças disponíveis neste quebra-cabeça.

O Secretário de Polícia que analisou os atestados de comportamento percebeu as intenções da concessionária da africana. Em vinte e cinco de setembro de 1857, ele declarou que

Apresento a V.S^a o requerimento da Africana Prisca, sobre o qual tendo ouvido a concessionaria, esta informa ter a mesma africana irregular procedimento; cumprindo-me acrescentar que essa africana tendo estado alugada como ama de leite a Manoel Antonio Gonsalves de Mello, este me informou que ela tem muito bom comportamento, pelo

que a julgo no caso de obter a emancipação que requer, visto como a informação da concessionaria me parece unicamente ter por fim impossibilitar a Africana de obter o que requer.(grifo meu)⁶

Afonso Bandeira Florence aponta que existiam alguns subterfúgios usados por concessionários de africanos livres para mantê-los sob seu controle por mais tempo do que o estipulado por lei. Segundo ele, alguns concessionários forjavam a morte de africanos livres, a fim de mantê-los como escravos para o resto de suas vidas, enquanto outros dificultavam os pedidos de emancipação (FLORENCE, 2002). Nielson Bezerra apresenta o caso da africana livre Julieta, cedida ao Barão do Guandu. Após cumprir mais do que os determinados quatorze anos de serviço, Julieta recorreu à justiça para obter sua liberdade. Porém, seu concessionário entrou com uma ação contra ela, uma vez que não queria perder seus serviços. Ao perceber que perderia a custódia da africana, o Barão do Guandu solicitou que fosse cumprido um alvará de 1853, pelo qual Julieta deveria ter sido transferida para a província do Paraná. Entretanto, o representante da africana conseguiu provar que ela já havia servido por mais de quatorze anos, conseguindo, assim, a emancipação de Julieta (BEZERRA, 2012, p. 60). Prisca sofreu esse tipo de tentativa de sabotagem em seus planos de ser finalmente livre, porém o depoimento de Manoel de Mello foi crucial para a tomada de decisão do Juiz de Órfãos.

As relações construídas no âmbito da casa são de difícil documentação. Como Sheila Faria aponta, não há como saber qual o grau de envolvimento pessoal entre as pessoas escravizadas e seus donos, ou os africanos livres e seus concessionários (FARIA, 2000). Dessa forma, não podemos ter a certeza de qual era relação entre Prisca, Manoel Antonio e sua filha. Talvez, mesmo após emancipada, a africana tenha permanecido na casa deles prestando serviços. Ou talvez tenha ido embora de um local onde sofrera, sem nenhuma vontade de olhar para trás.

Carolina Congo: filhos, trabalho, liberdade

A questão dos filhos também era uma particularidade das africanas livres. Ao nascer, tais crianças seriam registradas pelo concessionário de suas mães; entretanto, sua condição jurídica ficaria a cargo do sacerdote que preenchesse o registro. Não havia um padrão ou guia para o registro de tais crianças. Para lidar com essa questão, apresento caso de Carolina, africana livre de nação Congo.

⁶ AN GIFÍ 6D 136 – *Pedido de emancipação de Prisca*, em 25/09/1857.

Carolina "tinha sido concedida a Damásio Antônio de Moura pelo aviso de 12 de junho de 1835, depois ao conselheiro Aureliano de Souza e Oliveira por aviso de 12 de junho de 1846 e, finalmente, transferida para José Francisco Frougeth por aviso de 28 de outubro de 1851"⁷. Percebemos, então, que quando a africana requereu sua liberdade final ela já se encontrava prestando serviços a particulares por mais de vinte anos. Carolina se encontrava a serviço do Dr. Francisco Frougeth desde quando este comprara a Fazenda do Paquequer, na Freguesia de mesmo nome, Vila de Magé. A fazenda pertencia anteriormente ao Conselheiro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, tendo sido vendida ao Dr. Frougeth no ano de 1851. Com a venda da fazenda, escravos e africanos livres ficaram sob a responsabilidade dele.

Afonso Bandeira Florence aponta que existiam diversas maneiras de conseguir africanos livres, além da cessão imperial, inclusive transações e compras ilegais de africanos livres ocorressem. (FLORENCE, 2002, p. 34-36). Neste caso, é interessante notar que a fazenda foi vendida junto com os escravos, e a africana livre foi incluída na transação. Carolina foi, portanto, praticamente vendida ao Dr. Frougeth, juntamente com outros escravos empregados no cultivo de chá. Um deles era Domingos, esposo de Carolina, com o qual a africana tivera quatro filhos. Na época em que ela requisita emancipação, uma de suas crianças já havia morrido. Suas filhas Maria e Eva já haviam ido aprender ofícios "em casas de mestras de costura n'esta Cidade"⁸, sendo que Eva sofria de ataques epiléticos e era considerada malcomportada, por isso havia retornado para o convívio da mãe, e a outra delas, de nome Balbina, também se encontrava vivendo com a mãe, "em sua companhia, na Fazenda do Paquequer, por ser idiota"⁹.

Para conseguir sua emancipação após mais de vinte anos de serviço, Carolina contou com a ajuda de Amália, filha de seu primeiro concessionário a quem ela chamava Sinhazinha. Sabendo que Carolina já havia servido por mais tempo do que deveria, Amália lhe enviou uma carta, escondida numa lata de açúcar, na qual sugeria que a africana fugisse para buscar a emancipação. Carolina assim o fez, e fugiu para Niterói, levando sua filha Eva que, naquele momento, já havia passado por quatro mestras de costura e retornado para o convívio de sua mãe¹⁰. Não sabemos como ela conseguiu fazer

⁷ AN. GIFL. 6D 136. Afonso Bandeira Florence também analisou o caso da africana livre Carolina. Porém, ele o fez sob a ótica do desenrolar de seu pedido de emancipação, a fim de entender como se deu a participação de uma cidadã comum em tal requerimento. Aqui procuraremos entender quais eram as redes de sociabilidade nas quais Carolina poderia estar envolvida. FLORENCE, 2002, pp. 44-49.

⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, doravante APERJ. FPP 0072, Maço 08.

⁹ APERJ. FPP 0072, Maço 08.

¹⁰ AN GIFL 6D 136. *Petição de emancipação de Carolina Conga*.

essa viagem de Magé a Niterói. Ela pode ter obtido alguma ajuda, mas não podemos afirmar. Fugas para pedir alforria ou emancipação eram bastante comuns, mesmo quando isso envolvia longas distancias.¹¹.¹².

Após chegar em Niterói, Carolina foi para a casa de D. Clara, onde Amália morava quando estava na Corte. Dali, ela foi embarcada em um bote para a Praia de Santa Luzia, de onde foi levada para a casa de um homem chamado Pedro de Alcântara na Rua das Marrecas pelo pardo Belmiro – que havia sido escravo de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. Na casa de Pedro, Carolina passou duas semanas. Depois desse período, ele a levou para a casa do juiz de Órfãos que ordenou que ela fosse remetida à Casa de Correção da Corte para averiguações, onde ela foi mantida durante todo o desenrolar do processo.

Além de sugerir a fuga e auxiliar nesta viagem tão complicada, Amália participou ativamente na representação judicial acerca da emancipação de Carolina. Ela enviou petições, fez requerimentos e abrigou Eva, filha da africana, durante o desenrolar do processo. A participação de Amália na representação judicial de Carolina foi amplamente discutida por Afonso Bandeira Florence (FLORENCE, 2002). O que nos interessa aqui é perceber a diversidade de pessoas que estavam envolvidas com a africana livre, de uma maneira ou de outra. Amália mobilizou toda uma rede de conhecidos para auxiliar Carolina em sua fuga, o que pode demonstrar o quanto a africana livre transitava por estes espaços, bem como o quanto ela e Carolina realmente construíram um laço de amizade no período no qual Carolina se encontrava na casa de Amália.

A ordem do Juiz de Órfãos não compreendia Eva, a filha que Carolina levara junto no momento de sua fuga do Paquequer. Por isso Amália a conservou em sua casa, entregando-a apenas quando houve ordem de o fazer. Porém, Amália não estava morando na Corte naquele momento, mas sim na cidade de Petrópolis. Eva foi para lá enviada, e quando, durante o desenrolar do processo, o Juiz de Órfãos requisitou que a criança fosse também confiada a justiça, Amália a entregou ao subdelegado de Petrópolis, em 7 de dezembro de 1857.

Dessa forma, Amália

¹¹ Nielson Bezerra aponta o caso de Joaquim Mina, escravo na mesma região de Magé, no Recôncavo da Guanabara, que em 1883 foge também para Niterói a fim de entrar com uma ação judicial contra seu dono, devido a castigos físicos excessivos. BEZERRA, 2012, pp. 77-87.

¹² Manoel Congo, africano livre desembarcado no Rio Grande do Sul e que pede sua emancipação no início da década de 1860, foi outro que fugiu para tentar ser livre. Porém, neste caso, ele não conseguiu pedir sua emancipação na primeira fuga, servindo como escravo durante um período de tempo antes de conseguir de fato entrar com um pedido de legal de emancipação. *Africanos livres no Rio Grande do Sul: escravização e tutela.*

Recorre, portanto ao Governo Imperial implorando as providências necessárias para que fiquem salvas do mais duro cativeiro a Africana Carolina e suas três filhas, mandando-se passar àquella a sua carta de emancipação, e entregar-lhe, se não todas as filhas, ao menos a crioula Eva. Pede também que as outras duas, no caso de não serem entregues à mãe, sejam tiradas do poder do Dr. Frougeth e confiadas a mãos mais humanas¹³.

Lembremos que as deliberações imperiais sobre os filhos e filhas de africanas livres não eram muito consistentes. A legislação de 1834, que permitia que particulares arrematassem africanos livres, dizia que os concessionários deviam ficar com alguns deles para educar e treinar, porém não dizia em quais condições nem sob quais formas. Já o decreto de 1853, que emancipava os africanos cedidos a arrematantes, não faz menção aos filhos de africanas livres (REIS, 2002).

Isabel dos Reis ressalta que, devido à esta falta de padrão ou guia para o trato com os filhos e filhas de africanas livres, a sorte destes ficava relegada às iniciativas pessoais das instituições ou concessionários de suas mães. Reis aponta ainda que, mesmo quando tais iniciativas propunham a possibilidade de emancipação de tais crianças após elas completarem maioridade, na maioria dos casos seria muito provável que isto não acontecesse. Dessa forma, tais crianças permaneceriam sujeitas à exploração durante toda sua vida (REIS, 2002, p. 173-175). Portanto, mesmo que Carolina ganhasse emancipação, ela corria o risco de não conseguir levar suas filhas consigo.

Carolina conseguiu sua emancipação em 11 de dezembro de 1857. Não há nenhum parecer do Juiz de Órfãos sobre o caso de suas filhas. Para ela, agora, restava utilizar todo o conhecimento adquirido durante o período de serviços para poder “viver sobre si”. Não sei como ficou a vida de Carolina depois da emancipação. Porém, antes de poder de fato viver sobre si, ainda restava a justiça decidir qual seria a situação jurídica de suas filhas, livres ou cativas.

Para determinar se as filhas de Carolina eram livres ou não, o Juiz de Órfãos solicitou que fossem consultados os seus registros de batismo, a fim de saber como elas haviam sido registradas, se livres ou cativas. Tendo as filhas de Carolina nascido no Brasil, durante o período em que ela era considerada *livre*, elas teoricamente deveriam herdar a condição jurídica da mãe. Porém, devido à falta de regulamentação legal, essas crianças ficavam entregues à sorte daqueles que as batizavam. Como não havia uma norma a ser

¹³ AN GIF1 6D 136. *Petição de emancipação de Carolina Conga*.

seguida, a decisão do clérigo se tornava soberana.

Para solucionar o dilema, foi solicitado ao vigário da Freguesia do Paquequer que enviasse cópias dos registros de batismo das meninas. Em 12 de novembro de 1857, este vigário retornou o pedido dizendo que não havia naquela localidade nenhum registro sobre tais crianças, uma vez que, na época em que elas teriam sido batizadas, Santo Antônio do Paquequer ainda não tinha sido elevado à categoria de vila. A fazenda do Dr. Frougeth pertencia, primeiramente, à Freguesia de São José do Rio Preto e depois à de Magé. O vigário revelou, entretanto, que

(...) por outras indagações feitas, consta que foram batizadas [as filhas de Carolina] por um certo padre da Costa, que já morreu em Portugal, quando costumava dizer Missa, e administrar sacramentos por todas as Fazendas destes lugares; como também consta que o tal padre da Costa nunca fez assento algum, e nem costumava dar parte, como devia, aos respectivos vigários¹⁴

Dessa forma, não se sabia qual a condição social das meninas e, por conseguinte, o que seria feito de suas vidas. Quando foi estabelecido que Maria, Eva e Balbina deveriam ter sido batizadas por este tal padre da Costa, não foram feitas outras investigações a fim de saber se realmente não havia registro de batismo das meninas. O processo não nos dá nenhuma informação além dessas. Se considerarmos a afirmação de Sidney Chalhoub de que todo africano era cativo até que se provasse em contrário e que os africanos livres tinham que provar sua liberdade, elas provavelmente não foram consideradas livres, uma vez que nenhum registro de prova de liberdade foi encontrado (CHALHOUB, 2012). O autor alega que essa era uma forma de manter os africanos sob o controle das autoridades e de seus concessionários, além de evitar um grande contingente de negros emancipados nas ruas. Chalhoub desenvolve este argumento para africanos adultos cuja liberdade fosse contestada; entretanto, a hipótese de que o mesmo pensamento fosse estendido para crianças filhas de africanas livres para as quais registros de liberdade não pudessem ser encontrados não nos parece absurda.

Entretanto, as últimas folhas deste longo processo guardam as palavras de Carolina. No dia 24 de novembro de 1857, ela foi levada a Secretaria de Polícia da Corte e deu seu segundo depoimento ao Chefe de Polícia¹⁵. Ainda que tais palavras tenham sido escritas (e talvez em alguma medida interpretadas antes de serem registradas) por um escrívão,

¹⁴ AN. GIFL. 6D 136. *Depoimento de Carolina, Conga*.

¹⁵ O primeiro depoimento de Carolina havia sido dado em 2 de julho de 1857, sem transcrição de suas declarações.

podemos levantar algumas questões interessantes a partir deste depoimento. Afinal, depois de mais de dois meses solicitando informações de vigários, e de mais de quatro meses após ouvir e praticamente ignorar as informações dadas pela africana, Carolina foi finalmente ouvida¹⁶. Talvez esse novo depoimento, mais substancial e com questionamentos mais profundos, esteja relacionado à querela que se tornou a decisão sobre o futuro de suas filhas. Porém, as declarações dadas por ela não se limitam a isso: Carolina fala sobre sua fuga, seu casamento, suas filhas e os castigos físicos sofridos.

Quando questionada se suas filhas tinham sido batizadas no tempo em que servira a Aureliano ou ao Dr. Frougeth, Carolina alegou que os batismos haviam se dado no tempo de Aureliano. Eles teriam ocorrido em uma capela de Santa Rita, feito por um padre "João de Tal", sendo padrinhos de Maria um homem branco, filho de um vizinho chamado Thomaz Francisco (já falecido), e madrinha Nossa Senhora. Já Eva tinha sido batizada por um africano, Geraldo (também já falecido), e a africana Isabel. Balbina tinha sido batizada por um crioulo forro chamado José, e como madrinha tinha sido escolhida Nossa Senhora. Entretanto, não há indício de que tais registros tenham sido buscados. Como já mencionado, o depoimento de Carolina é a última peça do processo.

Finalmente, poucos dias após o depoimento de Carolina, em 11 de dezembro daquele ano de 1857, uma anotação nos diz que foi mandada passar carta de emancipação. O fato de que o Juiz de Órfãos mandou passar *carta de emancipação*, no singular, nos leva a crer que as filhas de Carolina não compartilharam a mesma alegria de sua mãe.

Considerações finais

As mulheres africanas na diáspora possuem especificidades próprias. Suas experiências precisam ser analisadas de forma a entender tais especificidades, em contraste com a experiência masculina naquela mesma situação. Mulheres escravizadas, africanas livres, libertas: cada uma delas carregou uma história que cabe aos atuais pesquisadores desvendar e examinar.

No caso das africanas livres, a historiografia ainda possui uma lacuna importante a ser preenchida. Foi apresentado aqui o quanto a experiência dessas mulheres diferiu de outras africanas diaspóricas, devido, principalmente, à sua condição jurídica. Tais mulheres foram amas-de-leite, lavadeiras, trabalharam no serviço de roça, de casa, entre

¹⁶ AN. GIFL. 6D 136. *Depoimento de Carolina Conga*.

outras atividades que, senão exclusivamente femininas, eram em sua maioria desempenhadas por elas.

Sua liberdade, quando alcançada, surgiria de maneiras diferentes daquelas dos homens. São mulheres como Carolina Congo, que, apesar de livre, precisou postergar sua liberdade a fim de lutar pela emancipação de sua prole.

O que pretendi mostrar nestas poucas linhas é o quanto as trajetórias de mulheres africanas livres ainda precisam ser analisadas, mas também o quanto tais trajetórias podem ser ricas para o entendimento não só dos cotidianos de tais mulheres, mas também para aprofundar nosso conhecimento sobre as relações de trabalho e poder do Brasil escravista do século XIX e a condição das mulheres naquele momento.

Fontes

Arquivo Nacional – GIF1 6D 136.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - FPP 0072, Maço 08.

Bibliografia

ADDERLEY, Rosanne Marion. **“New Negroes from Africa”: Slave Trade Abolition and Free African Settlement in the Nineteenth Century Caribbean**. Bloomington: Indiana University Press, 2006

BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2012

ELTIS, David e ENGERMAN, Stanley L. Fluctuations in Sex and Age Ratios in the Transatlantic Slave Trade, 1663-1864. **The Economic History Review**, Vol. 46, n. 2 Maio de 1993

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-92, jul. 2000.

FLORENCE, Afonso Bandeira. **Entre o cativo e a emancipação: a liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864)**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002

MAMIGONIAM, Beatriz. **To be a Liberated African in Brasil: labour and citizenship in nineteenth century**. Tese de Doutorado. Waterloo, Canadá, 2002.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a "transição para o trabalho livre": a experiência dos africanos livres. in: FLORENTINO, Manolo (org). **Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp.389-412.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e resistir: os caminhos para liberdade de africanas livres e escravas em Maceió (1849-1888)**. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: PUC-SP, 2013.

MOURA, Zilda Alves de. Africanos livres no Mato Grosso: experiências familiares e trabalho. **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis, UFSC. Maio de 2013.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. **Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831-c.1870)**. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, Campinas, SP, Unicamp, 2005

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. Tese de Doutorado em História. Campinas, UNICAMP: 2007.

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. **História Social**, nº 4/5, Campinas, SP, pp. 29-42, 1997/1998

SILVA, Maciel Henrique. Uma africana “livre” e a “corrupção dos costumes”: Pernambuco (1830-1844). **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 29, nos 1/2/3, pp. 123-160, Jan-Dez 2007.

TERBORG-PENN, Rosalyn; RUSHING, Andrea Benton (orgs). **Women in Africa and the African Diaspora: a reader**. Washington DC: Howard University Press, 1996.

QUEM ERAM AS VIÚVAS QUE ANUNCIAVAM NAS PÁGINAS DOS JORNAIS EM MEADOS DOS OITOCENTOS? (PERNAMBUCO, 1842-1853)

Carolina de Toledo Braga¹

Resumo: A intenção do artigo é analisar como se constitui o protagonismo feminino diante da viuvez e entender as estratégias de sobrevivência, com foco no mundo do trabalho, das viúvas à época da insurreição praieira (Pernambuco, 1848). Para isso, serão analisados anúncios de jornais entre os anos de 1842 e 1853. As viúvas são como um filtro de representação para pensar as experiências das mulheres sozinhas na sociedade recifense oitocentista - estavam inseridas no mundo público, seja nos negócios, na política ou no trabalho. Tal exposição mostrará o andamento atual da pesquisa que estou desenvolvendo no mestrado, estudo inserido no campo da história social e dos estudos de gênero.

Palavras-chave: Viúvas; Pernambuco; Século XIX.

A proposta deste artigo é fazer uma exposição do andamento atual da pesquisa que estou desenvolvendo para dissertação de mestrado. Para analisar as estratégias de sobrevivência das viúvas à época da última revolta liberal do Império, a insurreição praieira, serão usados como fonte os anúncios das mulheres viúvas nos dois jornais diários pernambucanos em circulação durante os anos de 1842 e 1853, o Diário Novo e o Diário de Pernambuco. A imprensa é entendida enquanto prática social, como um espaço de debate público, que ao mesmo tempo condensa e constrói múltiplas redes de poder.

As viúvas são como um filtro de representação para pensar as experiências das mulheres sozinhas na sociedade recifense oitocentista - estavam inseridas no mundo público, seja nos negócios, na política ou no mundo do trabalho. Elas conviviam com outras mulheres sós que também eram chefes de famílias, mas não carregavam a respeitabilidade do “título” de viúva. Pretendo analisar como se constitui o protagonismo feminino diante da viuvez e como se procede a quebra da normatização dos papéis sociais nessas situações. As viúvas anunciavam nos jornais os próprios ofícios, os próprios negócios (desde escolas de meninas, a livrarias e lojas de “fasendas”), participavam de leilões, compravam e vendiam mercadorias e escravizados/as.

A condição social de viúva é adquirida de forma não natural. Nesse trabalho as “viúvas” não serão entendidas como um grupo natural, nem homogêneo dentro da sociedade pernambucana. Com a morte dos maridos, elas se tornariam tutoras dos bens e dos filhos, muitas vezes, mantendo não só a unidade doméstica, mas o resguardo dos bens

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES. E-mail: caroltbraga@gmail.com.

herdados. Herança essa que podia ser apenas um acúmulo das dívidas adquiridas pelo “seu casal”, nos termo da época.

Em contraponto às mulheres casadas, as viúvas estavam associadas a um estado de solidão e desamparo. As regras e comportamentos sociais impostos à elas deviam, na verdade, variar de acordo com a condição social. Os próprios valores de casamento e organização da família nos meios senhoriais não se estendiam aos lugares mais pobres, repletos de homens e mulheres com pouca ou nenhuma propriedade. Antes de se tornarem viúvas, algumas dessas mulheres já trabalhavam. Na tarefa de suprir a vida material da família, após a morte do marido, elas não estavam sozinhas. Eram amparadas por comadres, compadres e até parentes próximos, formando relações de solidariedade.

I.

Há pouco mais de 30 anos, ao levantar uma série de questões acerca da lógica histórica, Thompson já sentenciava à nós, historiadoras e historiadores: devemos rejeitar conceitos analíticos estáticos. Isso porque não funcionam dentro de uma lógica adequada ao ofício da história. “Por lógica histórica entendo um método lógico de investigação adequados a materiais históricos destinados, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação (...) e a eliminar procedimentos autoconfirmadores”, explicou o autor. Dentro do ofício, a narrativa histórica disciplinada seria, então, para ele, um diálogo entre conceitos e evidências interrogadas. E pontua: são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações das evidências.

Seguindo essa linha de raciocínio thompiana, não dá para pensar nas histórias de uma parcela de mulheres em meados do século XIX no Recife, as viúvas, sem colocar alguns conceitos em movimento. Se pretendo analisar como se constitui o protagonismo feminino diante da viuvez e como se procede a quebra da normatização dos papéis sociais nessas situações, é preciso, antes, explodir com a fixidade, para usar as palavras de Joan Scott, da ideia de patriarcado como norma social estática da sociedade oitocentista. O protagonismo do qual falei pode ser percebido por meio da atuação das mulheres nas questões relacionadas ao mundo do trabalho cotidiano, na sua independência financeira e no exercício do poder. A intenção é analisar como essas mulheres sozinhas definiam uma identidade no mercado de trabalho e de negócios e quais os trabalhos feitos por elas.

O termo patriarcalismo é usado para historicizar a dominação masculina. O conceito de patriarcado delimita uma origem para a opressão das mulheres no tempo e no espaço, desnaturalizando as desigualdades. Nos estudos feministas e de gênero, o

patriarcalismo também aparece como explicação para a condição feminina na sociedade. É, basicamente, um tipo de dominação na qual o senhor é a lei e o domínio nas formas sociais mais simples, as domésticas. A legitimidade dessa dominação é garantida pela tradição.

Tanto no Dicionário da Língua Portuguesa escrito em 1789² por Antonio Moraes e Silva, como no escrito em 1832 por Luís da Silva Pinto³ “Patriarchado” é “Dignidade, districto, e jurisdição de patriarcha.” Já “Patriarchal” é um adjetivo “Concernente ao patriarcha.” A ideia de patriarca está ligada, nesse dicionário de época, a Igreja. Nas palavras do verbete: “Titulo Ecclesiastico superior a Arcebispo. O instituidor de algoma Ordem Religiosa. Os Chefes das gerações no Antigo Testamento.”

Assim como no Dicionário Filosófico de Voltaire, no Dicionário Crítico de Sociologia, escrito por Raimund Boudon e Francois Bourricaud, “patriarcado” ou “patriarcalismo” não aparecem como verbetes. A diferença é que no segundo “parentesco primitivo” é colocado pelos autores como forma de organização de vida coletiva que define os limites da família, determinando o papel dos indivíduos e regulando a circulação das mulheres. No Dicionário de Política de Norberto Bobbio, também não há o conceito do termo patriarcado. Quando explica o feminismo, o autor afirma que a partir da segunda metade do século XIX, os estudos sobre as mulheres começam a criticar a concepção patriarcal “segundo a qual a sociedade é antes formada pelos chefes de família do que por um conjunto de indivíduos.”

O conceito de patriarcado clássico é o de Max Weber, que coloca a dominação do homem sobre a mulher como uma característica biológica para todas as épocas de organização da sociedade. Em estudos sobre a divisão sexual do trabalho e violência doméstica, essa visão é considerada por autoras como Saffioti como a-histórica, universal e biologizante, portanto, inadequada. É colocada também como pré-feminista, por definir o patriarcado como uma estrutura mental natural da sociedade como um todo.

Muitas autoras feministas brasileiras preferem não usar a palavra patriarcado, tendo em vista as características biologizantes anteriormente atribuídas ao conceito. Em contraponto a essa justificativa, Saffioti afirma que recusar-se a enxergar ou admitir o patriarcado é dar um passo atrás nos estudos sobre as mulheres. Para a autora, o

² SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813

³ PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

patriarcado é um tipo de dominação e exploração das mulheres e o termo não “constitui propriedade da teoria weberiana ou filiação weberiana”. Já a historiadora Neuma Aguiar afirma: é preciso fazer uma história feminista do conceito de patriarcado.

Carole Pateman observa que o patriarcado é um sistema de poder análogo à escravidão, criando relações de poder dentro do espaço doméstico e para além deste. Interpretações como as de Sílvio Romero, Nísia Floresta, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido, entre outros, analisam o patriarcado como herança do sistema escravista no Brasil. Freyre afirma que a formação patriarcal do Brasil se explica em termos econômicos e pela organização da família como unidade colonizadora. Para Nísia Floresta, a falta de acesso das mulheres à educação formal, ela chama de instrução, são indicações das injustiças dos homens e do patriarcado.

Gilberto Freyre afirma que a formação patriarcal do Brasil se explica em termos econômicos e pela organização da família como unidade colonizadora. Para ele, o sistema patriarcal de colonização portuguesa seria representado pelas Casas Grande, uma expressão inerente do ambiente brasileiro. Centros de coesão patriarcal e religiosos, assim como pontos de apoio à organização nacional, as Casas Grande seriam também uma forma de arquitetura patriarcal (tornada visível, segundo o autor, pela cana-de-açúcar e pelo trabalho dos escravos). É importante entender o papel da família patriarcal na sociedade brasileira porque essa instituição é usada como argumento do sentimento de honra do homem sobre a mulher, que até hoje justifica assassinatos e a exploração de mulheres.

Hebe Mattos aponta que uma das implicações teóricas das teorias elitistas de Freyre foi a eliminação da família escrava ou de dependentes livres como possíveis objetos de estudos, absorvidas e dissolvidas no interior da “família patriarcal”. Para a autora, historiadoras e historiadores que almejem estudar família (escrava ou livre) devem-se debruçar sobre os significados culturais das associações familiares na sociedade escravista e no papel central que esta instituição exerce no estabelecimento das hierarquias e relações sociais.

Marcus Carvalho nos lembra que o patriarcalismo precisa ser encarado como um contexto relacional, um processo tenso, de cuja construção as mulheres também participaram. Segundo ele, as mesmas pressões econômicas e sociais opressoras às mulheres também as impeliam à rua em busca de emprego e vivências alternativas.

As questões propostas pelas historiadoras e historiadores também são transitórias e adequadas as perguntas e interesses sobre o passado emergentes de cada geração. Para Thompson: “Somente nós, que estamos vivendo agora, podemos dar um 'significado' ao passado. Mas esse passado foi sempre o resultado de uma discussão acerca de valores.” E ele conclui nos encarregando de uma difícil missão: “Ao reconstruir esse passado devemos controlar nossos próprios valores.” (p. 52)

Acontece que é recente o interesse de historiadoras e historiadores em inserir as mulheres com sujeitos ativos na história. Como bem nos lembra Silvia Hunold Lara, são os objetivos da nossa pesquisa histórica que guiam a seleção dos documentos. Marc Bloch, no início do século passado, já nos apontava o fato de serem as questões do presente a influência para as perguntas que colocamos sobre as nossas evidências. Nas palavras de Thompson: o discurso histórico disciplinado é um diálogo entre conceitos e evidências interrogadas. Se todo/a historiador/a é um produto do seu tempo, também temos valores, esperanças e expectativas para o futuro. Acrescento aqui uma pergunta levantada pelo antropólogo caribenho David Scott: “what story of the past is being linked to what demand in the present and what imagination of the future?” Nesse sentido, ao interrogar as evidências com uma perspectiva do gênero como categoria de análise, será possível encontrar as mulheres. Ao menos nos anúncios de jornal.

A ideia aqui é pensarmos uma abordagem que tenha como eixo central de análise tratar das possibilidades abertas à compreensão das relações sociais no período a partir da valorização dos fragmentos de histórias de vida (os anúncios propriamente ditos). Isso, levando em conta a imprevisibilidade da política ao enfatizar a experiência humana.

Para tal, façamos como Richard Price nos propõe e abracemos os vestígios que nos foram deixados pelo passado, com todas as suas complexidades epistemológicas (e aceitando seu caráter construído), dando o nosso melhor para rerepresentá-los com franqueza. Afinal, as verdade históricas e etnográficas são sempre parciais. “A história depende, em parte, da imaginação, assim como a memória coletiva depende, em parte, de eventos passados.” Ou, nas palavras de Thompson, aceitando que o conhecimento histórico é provisório, incompleto e seletivo. Além de limitado e definido pelas perguntas feitas às evidências, portanto, só são “verdadeiros” dentro de um campo definido assim.

Nesse sentido, estudar história das mulheres ou gênero é prática de gerações recentes dentro da historiografia. A análise dos estudos de gênero somada a prática feminista confrontam a distribuição de poder existente. É interpretar o mundo, enquanto tenta mudá-lo. É uma nova forma de pensar a história. “Need to examine gender concretly

ans in context and to consider it a historical phenomenon produced, reproduced, and transformed in different situations”, segundo Scott.

II.

Para focarmos nas viúvas, me parece haver uma pergunta central: Quem aparece como viúva e em que tipo de notícia? Elas estão principalmente na seção de *Avisos Diversos*, as últimas páginas dos jornais, reservadas aos anúncios. Em ambas as folhas, estão nos anúncios de emprego, comunicando os próprios serviços ou procurando outras trabalhadoras/es livres ou escravizadas/os. Também anunciam aos credores quando são inventariantes dos maridos mortos. As seções de compra, vendas, aluguéis e leilões também estão cheias de viúvas anunciantes, compondo, inclusive, firmas de lojas (seja de livros, “fazendas”, padarias ou boticas). Apesar de não serem anunciantes, também aparecem na Parte Oficial dos periódicos, geralmente quando eram divulgados os apelos do Tribunal da Relação. E, no Diário de Pernambuco, na parte de Commando das Armas. Nesse caso, essas mulheres aparecem quando pedem dispensa para os filhos, por serem “único arrimo” de “mãe” viúva. Também há alguns folhetins, variedades e publicações literárias com personagens viúvas, ou falando sobre viuvez.

Há três formas principais das anunciantes serem identificadas. Há aquelas que assinam o próprio nome, colando ao do falecido marido, como “Umbelina Ribeiro Roma, viúva de João Ribeiro Roma”. E há também aquelas que não usam seus nomes. Dentre essas, aquelas que colam-se aos nomes dos maridos, como a “viúva do Burgos”. E também existiam mulheres que se identificavam com a viuvez, mas não necessariamente com o marido morto, e sim com valores e qualidades da época, como as “viúvas de bons costumes” e até as “viúvas pardas”. A identidade da viuvez, nesses casos, estava vinculada à conquista de respeitabilidade?

As regras e comportamentos sociais impostos às elas deviam, na verdade, variar de acordo com a condição social. Os próprios valores de casamento e organização da família nos meios senhoriais não se estendiam aos lugares mais pobres, repletos de homens e mulheres com pouca ou nenhuma propriedade, como nos mostrou Maria Odila Dias para São Paulo do século XIX. O historiador Rodrigo Weimer usa um termo interessante para tentarmos compreender narrativas de desrespeito social. O autor toma emprestado as conclusões de Hannath. Segundo ele, há duas escalas dessas experiências. Em primeiro lugar os modos de desrespeito pessoal feitos a um sujeito por ele permanecer excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade. Um exemplo são as

narrativas de injustiças trazidas no acesso precário ao direito de propriedade. Em segundo lugar, estaria a negação de estima social, ou seja, a perda de possibilidade de entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características.

Seguindo nessa linha de raciocínio, essas estratégias de sobrevivência e trabalho usadas por essas mulheres acabam tendo um duplo significado. Na medida que conferiam autonomia às mulheres sós, contradiziam as normas que regiam a família nuclear (numa sociedade na qual desonra e autonomia andavam juntas). Mas, a própria prática das mulheres não apresentarem seus nomes, reforça a ideia dependência feminina nessa sociedade e as dificuldades das viúvas que não dispusessem de bens ou proteção.

Antes de se tornarem viúvas, algumas dessas mulheres já trabalhavam. Na tarefa de suprir a vida material da família, após a morte do marido, elas não estavam sozinhas. Eram amparadas por comadres, compadres e até parentes próximos, formando relações de solidariedade horizontais e verticais. Para a historiadora Hebe Mattos, formar ou pertencer a uma família era condição para os laços de solidariedade vertical. Ou seja, as relações familiares e comunitárias também acabavam determinando as relações de solidariedade com as classes mais abastadas. Para Kátia Mattoso a família era o eixo no qual as relações sociais giravam em volta e também a base na qual as hierarquias eram feitas e desfeitas. Nesse sentido, adverte a autora, é em torno da família que devemos buscar elementos para compreender as complexas hierarquias sociais da sociedade brasileira oitocentista⁴.

Mas não estamos falando aqui da família nuclear patriarcal, que tanto influenciou os textos e estudos acadêmicos depois da publicação de Casa Grande Senzala, por Gilberto Freyre, na década de 1930. Até porque estudos demográficos sobre família escrava e estudos mais recentes feitos sob a perspectiva do gênero como categoria de análise histórica nos mostram que, na prática, muitas mulheres estavam a frente de famílias e negócios, por vezes com proles ilegítimas e parceiros variados⁵. Principalmente se voltarmos o olhar para os centros urbanos.

⁴ MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. RJ: Nova Fronteira, 1992.

⁵ Uma extensa bibliografia poderia ser citada sobre assunto. Para o contexto específico do Recife: CARVALHO, Marcus J. M. de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. Revista Afro-Ásia, 29/30 (2003); MORAIS, Grasiela Florêncio de. *As imposições da "nova ordem": as prefeituras de comarca e o controle sobre as mulheres populares no Recife (1836-1842)*. In: CABRAL, Flávio José Gomes. e COSTA, Robson. *História da Escravidão em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 113-142; SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)*. – Recife: O Autor, 2004.

III.

Na grande maioria dos anúncios pesquisados até agora (1842-1853) não há qualquer menção a qualidade de cor da viúva anunciante⁶. Há, basicamente apenas dois tipos de anúncios nos quais as viúvas aparecem associadas as suas cores. A partir de 1844, o padre José Leite Pita Ortigueira anuncia quase todos os meses no Diário Novo a lista de óbitos da Freguezia de S. Fr. Pedro Gonçalves. Não sei o porquê dessa ser a única freguesia na qual saia a lista de falecimentos no jornal, tampouco porque era publicada apenas no Diário Novo.

O segundo tipo de anúncios, nos quais está localizada a maioria dos textos nos quais as anunciantes declaram a própria cor, são os avisos de oferta de emprego. Todas estão oferecendo os serviços de amas de casa. Uma “mulher branca, viuva” se oferecia para “serviço de uma casa de pouca família” e acrescentava garantir fiador da conduta dela⁷. No entanto, apesar desse anúncio, a grande maioria das mulheres que anunciavam procurando emprego nos dois jornais pesquisados não diziam serem brancas. Pelo menos dentre as viúvas.

Uma “parda viúva de muitos bons costumes”⁸ moradora da rua do Rozario Larga ofereceu os serviços de ama de casa de homem solteiro. Ela também afirmou saber “cozinhar, engomar e fazer o arranjo de uma casa”. Outra “parda viúva”, moradora do Carmo, ofereceu-se para fazer o serviço interno de uma casa de homem solteiro. Ela acrescenta que era “capaz e zelosa”⁹. Uma “senhora cazada” anunciou precisar de uma mulher não para ser criada, mas para lhe fazer companhia, não lhe importava muito se fosse solteira ou viúva, contanto que a acompanhante fosse branca, de meia idade, com “reconhecida probidade, e sem família”¹⁰.

Tendo em vista as limitações da própria fonte, só nos resta indagar: porque algumas eram apenas “viúvas” e outras “viúvas de fulano de tal”? Talvez tivesse a ver com a honra do próprio marido morto em relação aquela comunidade. Nenhum dos maridos mortos citados me pareceu ter nome de alguém escravizado. Apesar do cativo poder ter sido a realidade daquelas mulheres no passado ou presente. Não aparece a

⁶ Em um universo de pouco mais de mil anúncios arrolados, apenas 36 contam com qualidade de cor da viúva.

⁷ Diário Novo, n.130, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸ Diário Novo, n.250, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁹ Diário de Pernambuco, n.35, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰ Diário de Pernambuco, n.58, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

condição civil de nenhuma delas, mas, àquela época “preta” e “crioula” remetiam a um passado ou presente ligados a experiência do cativo¹¹.

Nas pesquisas de Hebe Mattos para o norte fluminense escravista, a qualificação de “pardo” não apareceram apenas como referência ao tom de pele mais claro do/a mestiço/a (para isso era usado “mulato/a”) na primeira metade do século XIX.

A designação de pardo era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana. (MATTOS, 1998, p.30)

As pessoas pardas, basicamente, sintetizavam a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. A autora as define como as “exceções controladas” entre liberdade (“brancos”) e escravidão (“negros”). Para tornarem-se pardas, as mulheres livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construídos com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam. Nessa época, Pernambuco era a segunda província mais populosa em termos de pessoas livres pobres. Como afirmou Eisenberg¹², a partir de 1840, a população liberta já é de grande número vivendo, muitas vezes, agregada aos plantadores da província. Eram os chamados “moradores de engenho”, descendentes de escravos.

Janaina Santos Bezerra ao localizar e particularizar o termo “pardo” no tempo e espaço da tese de doutorado dela sobre a integração desses indivíduos na elite colonial pernambucana no século XVIII, afirmou que o conceito não era referente somente à cor da tez (cruzamento entre pessoas brancas e negras), mas englobava também significados sociais e econômicos. Um ponto central levantado pela autora é a necessidade de apontar as diferenças encontradas nas documentações analisadas por ela em Pernambuco dos resultados levantados pelos autores no Sudeste ao definir os “pardos”.

A autora lembra que os nexos usados para estabelecer as relações entre cor e condição social não tinha critérios rígidos. Inclusive, diferente dos dados colhidos para regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, nem sempre o termo pardo estava associado a liberdade. E o termo “preto” também não estava associado sempre ao cativo. Ainda segundo a autora:

¹¹ Até a metade do século XIX, “crioulo” era usado para escravos nascidos no Brasil e “preto” para africanos. MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹² EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: indústria açucareira em Pernambuco (1840 – 1910)*. Campinas: Paz e Terra, 1977.

O que nos faz considerar que o uso do termo pardo em Pernambucano se alastrou além da pigmentação de pele, atingindo também outros fatores, sobretudo, o econômico. Uma boa posição financeira, decorrente de heranças deixadas ou até mesmo resultado do trabalho manual, ajudou de certa forma a estreitar as relações entre pardos e autoridades coloniais. (BEZERRA, 2016, p.74)

Dentre as criadas que anunciavam suas cores, nos exemplares analisados, me parece que fazia diferença ser “branca” ou “parda”. Quando uma “mulher branca, viúva e sem filhos” se ofereceu para ser ama de uma casa, adicionando que sabia “bem cosinhar, ensaboar, engomar, cozer e fazer todo e qualquer obra”, sendo, claro, “honesto e capaz” e ainda “dando fiador a sua conduta”¹³, nas próximas edições do Diário de Pernambuco três anunciantes mostram-se interessados nos serviços dela¹⁴.

Poucos dias depois uma “parda viúva, de bons costumes”, moradora da Rua da Roda, também propõe-se a ser ama de casa. Ela anuncia cinco dias seguidos e não há nenhuma resposta nos anúncios a oferta de emprego dela¹⁵. As “pardas viúvas” também podiam ser escravizadas. Encontrei um anúncio de aluguel de uma “parda viúva de meia idade”, provavelmente feito pelo seu senhor, o anúncio continha detalhes das “prendas” dela, que sabia “fazer todo o serviço de uma casa de homem solteiro, casado, ou viúvo, de porta a dentro”, e ela ainda iria levar a filha de 12 anos em companhia para ajudar-lhe no serviço¹⁶.

É notável a diferença do tom do anunciante quando pretende-se a alugar uma criada. Torna-se quase publicitário, se pudéssemos assim afirmar sem ser anacrônicos com a época. Alguém anunciou uma “creoula, viúva, de bons costumes” para todo serviço de portas a dentro, “o que faz com muita perfeição, engoma magnificamente, e em tudo muito limpa e muito fiel”. O anúncio também especifica que esse serviço está sendo

¹³ Diário de Pernambuco, n.133, 1843.

¹⁴ “A mulher branca viúva, e sem filhos, que se oferece para ser ama de casa, no Diário de 22 do corrente n.134, anuncie a sua morada, ou dirija-se a rua entreitea do Rozario n.31, terceiro andar.” Diário de Pernambuco, n.135, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. E: “A mulher branca; viúva sem filhos, que nos Diários ns. 133 e 134, se oferece para ser ama, sendo queira prestar os seus serviços na casa de um homem vivo com filhos, dirija-se a solidade pela trempe, lado esquerdo, segunda casa nova n.42.” Diário de Pernambuco, n.136, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. “A sra. viúva sem filhos, que se oferece para ama no Diário de quinta-feira 22 do corrente; queira ir a rua do cabugá loja de miudezas n5.” Diário de Pernambuco, n.137, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁵ Diário de Pernambuco, n.142, n.171, n.173, n.176, n.178, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶ Diário de Pernambuco, n.202, 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

oferecido para casa de algum estrangeiro¹⁷. Outras constantes nos anúncios vistos são que a maioria oferecem o serviço para casa de pequena família ou homem solteiro¹⁸.

Entre todas as mulheres viúvas que anunciam o mesmo serviço (amas de portas a dentro¹⁹) nenhuma coloca o próprio nome ou o do marido. O título de viúva dava-lhes respeitabilidade para conseguir o trabalho, mas não importava muito quem tivesse sido os maridos. De outro modo, porque acrescentariam “viúva” em um anúncio com finalidade de “vender” aquele serviço? Diferente, por exemplo, das viúvas encarregadas de tocar os negócios do falecido. O nome dos maridos é como são conhecidas as lojas da “Viúva do Burgos”, ou da “Viúva Cunha Guimarães”.

Um palpite meu: essa questão podia ter a ver não apenas com o nível de “pobreza” do casal, mas também dos laços comunitários adquiridos pelo morto naquela região. Um anúncio de vendas: “Uma meia agoa nova, no beco do quiabo: a tratar no mesmo beco com a viuva do falecido Zacarias ao pé da dita casa.”²⁰ Essa viúva provavelmente não era rica nem quando o marido estava vivo, de outro modo ele seria conhecido também por um sobrenome. Mas ele deveria ter sido conhecido perto de onde morava, criado relações comunitárias.

As mulheres, além de estarem associadas as suas cores, e condição de “viúvas”, também estavam associadas ao serviço que faziam. Se para os homens livres, o sinônimo de liberdade era, basicamente, “não trabalhar” e “viver de rendas”, como seria esse significado da liberdade para as mulheres sozinhas pobres e pardas? Essas são perguntas que infelizmente ainda não tenho respostas, mas vejo nelas o indicativo da precariedade da viuvez. Ilustro esse pensamento com o caso das “pardas viúvas” que ao mesmo da respeitabilidade do título da viuvez, carregavam o estigma da cor. Assim, a liberdade delas tinha que ser constantemente provada nos laços comunitários estabelecidos.

¹⁷ Diário Novo, n.59 n.60 n.61 n.62 n.63 n.64, 1845. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁸ “Uma mulher parda, viuva, de bons costumes, propoe-se a servir de ama em casa de pequena familia:quem a pretender, dirija-se a rua imperial n.5. ” Diário de Pernambuco, n.193 , 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Ou: “Uma mulher parda, viuva, de bons costumes, sabe cozer e engommar, propoe-se a servir de ama em casa de pequena familia; quem a pretender dirija0se a venda da rua direita n.8: onde se informara melhor, e se dira onde mora. ” Diário de Pernambuco, n.197 , 1843. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁹ Trabalhos de portas a dentro eram os trabalhos domésticos, feitos dentro de casa. Sobre o assunto ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. Revista Afro-Ásia, 29/30 (2003), págs 41-78; SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)*. Recife : O Autor, 2004. Dissertação (mestrado) e GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²⁰ Diário de Pernambuco, 4/01/1842, 1842. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Apesar dos exemplos citados nesse artigo, a grande maioria dos anúncios de mulheres viúvas silenciavam com relação as cores das anunciantes. A maioria dos anúncios das mulheres trabalhadoras descrevem outras características e qualidades, como os ofícios, as “prendas” e os “bons costumes”. Ou apenas os requisitos para o emprego, como o seguinte anúncio “offerece-se uma mulher viuva para ama de casa de pouca família: na rua velha n.44.”²¹ É verdade que, tal qual o anterior, a maioria dos anúncios de emprego eram de amas de portas a dentro, mas também encontrei viúvas amas de leite, professoras e donas de negócios. Na loja de livros da Viúva Cardoso Ayres, localizada na rua da Cadeia Velha, eram vendidas as obras completas de Mr. de Pradt e o compendio da História Romana escrito por Lesceur.²² Uma loja localizada na quina da Pracinha do Livramento onde se vendia chitas, tustões, franquelim e madapolão (todos a “preços cômodos”) era da viúva do Burgos²³. A botica da praça da Boa Vista era conhecida como da viúva de João Ferreira da Cunha²⁴.

IV.

Esse artigo é uma experiência de localizar as fontes que serão usadas na minha dissertação no tempo histórico e período político, não perdendo de vista situar a imprensa como participante ativa da sociedade da qual era contemporânea. Espero que com esse artigo, tenha conseguido mostrar que as viúvas estavam presentes no dia a dia da cidade e, porque não dizer, aquecendo a economia.

Referências

CARVALHO, Marcus J. M. de. CÂMARA, Bruno. *A insurreição praieira*. Almack Brasiliense, n.8 (2008).

CARVALHO, Marcus J. M. de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. Revista Afro-Ásia, 29/30 (2003), págs 41-78.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: indústria açucareira em Pernambuco (1840 – 1910)*. Campinas: Paz e Terra, 1977.

²¹ Diário Novo, 1846, n.179 e 180.

²² Diário Novo, 1846, n.202.

²³ “As obras seguintes: Escola de Curial, a mocidade enganada e desenganada: na quina da Pracinha do Livramento loja da viúva do Burgos.” Diário de Pernambuco, 21/01/1842. No dia seguinte: “Chitas a 120, 140, 160 e 200 rs., tustões para colete a 240, 320, e 400, franquelim a 580, madapolão a 140 a vara, casas de flores a 400 rs., cambraias lisas a 320, cortes de vestidos de cassa com 160 o par, e mais fazendas por preco mais commodo: na quina da pracinha do Livramento D. 1 loja da viuva do Burgos.” Diário de Pernambuco, 22/01/1842.

²⁴ Diário de Pernambuco:22/01/1842 e 29/01/1842.

BEZERRA, Janaína Santos. *A fraude da tez branca : a integração de indivíduos e famílias pardas na elite colonial pernambucana (XVIII)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Tese de Doutorado, 2016.

DIAS, Maria Odila L. S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (p. 80-116)

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. RJ: Nova Fronteira, 1992.

PRICE, Richard. *O Milagre da criouliização: retrospectiva*. Estud. afro-asiát. [online]. 2003, vol.25, n.3, pp.383-419.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, p. 25.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)*. Recife : O Autor, 2004. Dissertação (mestrado)

THOMPSON, Edward Palmer. "Intervalo: A Lógica Histórica". In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. 2013. Tese (doutorado).

Who were the widows who announced on the news pages in the mid eighteens? (Pernambuco, 1842-1853)

Abstract: This article analyses how it was made female protagonism against widowhood and try to understand survival strategies of the widows who lived during the Praieira insurrection (Pernambuco, Brazil, 1848). The center of attention is at word of work. Was used by source to this research newspapers that were in circulation between 1842 and 1853 at province. This paper shows the current progress of my master's research, dissertation inserted in the field of social history and gender studies.

Keywords: Widows, Pernambuco, Nineteenth century Brazil.

“UM DOS SERVIÇOS MAIS DIFÍCEIS E PESADOS DEVIDO À NECESSÁRIA ATENÇÃO”: AS OPERÁRIAS DO SETOR TÊXTIL DA CIDADE DE JOINVILLE VÃO À JUSTIÇA DO TRABALHO (DÉCADA DE 1940)

Jade Liz Almeida dos Reis¹

Resumo: A presente proposta tem como problemática o trabalho de mulheres operárias na indústria têxtil de Joinville durante a década de 1940. Para tal, as fontes utilizadas serão as ações trabalhistas ajuizadas por estas, junto à Justiça do Trabalho, abordando assim sua luta por direitos. Estas encontram-se sob a guarda do Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. Inicialmente, apresentaremos um panorama histórico da presença das mulheres no trabalho industrial, em seguida abordaremos questões referentes ao direito do trabalho e sua aplicação nas ações movidas por estas agentes sociais.

Palavras-chave: Mulheres operárias, indústria têxtil, Justiça do Trabalho.

“Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós!”. Este é o lema de origem da greve internacional de mulheres que ocorre anualmente em diversos países da América Latina e do continente europeu, desde o ano de 2016, em combate à violência contra mulher, com enfoque nos casos de feminicídios, bem como, repressões violentas à articulações políticas de mulheres. Esta rede intercontinental de mobilização tem como pauta principal, para além do combate às agressões físicas brutais, a luta contra violências simbólicas, que envolvem a desvalorização do trabalho da mulher, bem como, demais preconceitos e exclusões no âmbito econômico e político, características estas, que apresentam-se como estruturais do sistema capitalista patriarcal. Manifestações, greves, motins, mobilizações políticas em geral, organizadas e protagonizadas por mulheres não datam do século XXI. Talvez não possamos nem mesmo datar um marco temporal específico da luta das mulheres por melhorias sociais e pela vida, sendo consenso entre as historiadoras, antropólogas, sociólogas, teóricas dos Estudos de Gênero e da História das Mulheres, que estas, sempre estiveram na arena da disputa por seus direitos, na maioria das vezes violados, ainda que, sob o espaço privado de articulações, independente do modelo econômico em que encontravam-se inseridas, ou seja, tanto em sociedades escravocratas, como em sociedades de trabalho considerado juridicamente livre e assalariado.

Em fins do século XIX e início do século XX, intensifica-se a participação de mulheres e jovens no trabalho industrial, em diversos países em que vigorava esta atividade econômica, como por exemplo, o Brasil. A experiência compartilhada de trabalho neste ramo ou demais

¹ Mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, SC. Pesquisadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família – LABGEF. Contato: jjadeliz@gmail.com

atividades econômicas, historicamente, significou para a classe trabalhadora um mote de organização e reivindicação, sendo para as mulheres, fator contundente na articulação política destas e na formação de coletivos, grupos de apoio, partidos políticos e realização de greves como as organizadas por costureiras e operárias fabris em diversas localidades do país. Neste sentido, as lutas do movimento feminista e das mulheres pela reivindicação de direitos sociais, de acordo com a historiadora Joan Scott (2002), devem ser pensadas através da ótica processual do desenvolvimento da História, ou seja, para além da longa trajetória da consolidação de seus direitos, seus anseios e demandas, sua resistência, também foram tecidos historicamente através de suas experiências de luta. As mobilizações organizadas e efetivadas no presente têm as influências de um passado que não passa, um passado inacabado, ou seja, um processo histórico em andamento.

Segundo o estudo realizado pela socióloga marxista Heleitt Saffiotti (1981), através dos dados apresentados pelo Censo de 1920, foi possível perceber que, como afirmamos, no final do século XIX e início do século XX, as atividades industriais realizadas por mulheres estavam diretamente ligadas à indústria têxtil. Segundo a autora, estes dados podem estar atribuídos ao fato deste setor da indústria ter angariado grande número de mulheres trabalhadoras que antes laboravam como costureiras autônomas em seus pequenos negócios. A partir da década de 1940, com o avanço da industrialização e a chegada dos maquinários, que passaram a substituir as tarefas antes realizadas pela mão de obra especializada em cortes e costura (majoritariamente feminina), o número de mulheres empregadas no setor têxtil diminuiu consideravelmente. Ainda assim, estas continuaram ocupando um número significativo nos quadros de funcionários das indústrias têxteis no Brasil, reunindo todas as atividades relativas ao preparo industrial de materiais para o vestuário, que envolviam a fiação e tecelagem, bem como, a preparação e beneficiamento de fibras e etc. Segundo a autora, neste período, no estado de São Paulo, 57% das trabalhadoras deste setor eram mulheres operárias.

Após Segunda Guerra Mundial as atividades industriais se acentuaram no Brasil e na cidade de Joinville, através do aumento da produção fabril e da diminuição das importações e manufaturados. De acordo com a geógrafa Isa Rocha (1994), o setor da indústria têxtil na cidade de Joinville partiu dos artesanatos de consumo popular, que foram ao longo do tempo aprimorando-se e transformando-se em pequenas e grandes empresas.

Em 16 de fevereiro do ano de 1944, a operária Luzia², recorreu junto a Justiça do Trabalho ação trabalhista contra a firma Vogelsanger e Irmãos, fundada em 1926 como fábrica de tecidos para esportes, localizada à rua São Paulo nº 305, na cidade de Joinville. Luzia alegou ao escrivão do cartório da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da cidade, o qual era designado à construção das petições iniciais presentes nas reclamações trabalhistas movidas pelas trabalhadoras e trabalhadores que recorriam à Justiça do Trabalho, que no dia 07 de janeiro do mesmo ano, fora suspensa das atividades na fábrica, sob a justificativa de que “não havia trabalho para aquela semana”.³ Os autos processuais afirmam que mesmo Luzia tendo comparecido por diversas vezes na fábrica, a fim de exercer suas funções laborais diárias, em todas elas lhe fora negado trabalho. Um mês após suas tentativas, fora informada de que poderia voltar a trabalhar, porém que a empresa estava disposta a pagar apenas a quantia de Cr\$ 5,00 por dia, sendo “que o salário mínimo estipulado por lei na cidade de Joinville, para os empregados da Indústria é de Cr\$ 12,40 dia”⁴ Na audiência realizada em 03 de março de 1944, o representante da fábrica alegou que Luzia deixara de comparecer ao trabalho, alegando que não poderia trabalhar sem saber o quanto ganharia.

A Lei nº 62 de junho de 1935 assegurava aos trabalhadores da indústria e do comércio o pagamento de uma indenização quando despedidos sem justa causa, ou quando não houvesse prazo estipulado para o término do contrato de trabalho. De acordo com a jurista Magda Biavaschi (2007), esta lei, anterior à CLT e a própria Justiça do Trabalho, teve seu destaque pela importância no “processo de elevação dos trabalhadores brasileiros à condição de sujeitos de direito específicos, os trabalhistas” (BIAVASCHI, 2007, p. 227). Não tendo a garantia de que teria seu emprego fixo, Luzia deixou de comparecer à firma, ou seja, não poderia contar com a remuneração de seu trabalho como antes contara, tendo em vista que seu salário diminuiria consideravelmente.

Semelhante ao caso de Luzia é o caso da operária Marta, que em setembro de 1949, entrou com reclamatória trabalhista contra a fábrica Casimiro Silveira e Cia LTDA, especializada em *langerries*, que permaneceu na cidade de Joinville até a década de 1990. Marta afirmara que foi contratada para trabalhar como costureira no ano de 1938, com jornada de oito horas, ou seja, das 8 horas da manhã às 17h30minh da tarde, com uma hora de intervalo e recebendo a quantia de Cr\$ 0,50 por hora. Que em 30 de abril de 1945, ao encontrar-se doente

² Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, de acordo com a política de preservação e guarda do Setor Memorial do Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região, onde encontram-se salvaguardadas as fontes aqui utilizadas.

³ Ação T ***/1944, p. 2.

⁴ Idem.

procurou solicitar junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) auxílio pecuniário, o qual afastou-a da fábrica. Após sua recuperação, ao voltar ao trabalho, deparou-se com a notícia de que deveria esperar alguns dias até que abrisse uma vaga na firma para que pudesse trabalhar.

O artigo 475, da CLT previa:

"O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

§ 1º - Recuperando o empregado a capacidade para o trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria [...]"

Por diversas vezes Marta voltou à firma procurando por emprego, e “buscando evitar conflitos com o empregador”, passou a enviar seu marido para consultar se suas atividades de trabalho voltariam ao normal, obtendo sempre a resposta de que pelo tempo em que Marta estivera ausente, esta já teria perdido sua vaga de emprego na fábrica. Consta nos autos processuais, que Marta “chegou a apelar para o Sr. Encarregado do Posto de Fiscalização do Ministério do Trabalho⁵” que fora até a o local interar-se do caso. Passados trinta dias em que Marta se apresentara para voltar ao trabalho, e que já não era mais considerada pelo gerente como uma operária daquela fábrica, seu contrato de trabalho encontrava-se rescindido. Foi então que Marta recorreu à Justiça do Trabalho, solicitando o pagamento do aviso prévio de sua demissão e da indenização correspondente aos anos de trabalho na firma.

Como vimos, de acordo com o artigo 475 da CLT, Marta deveria, por lei, ter sua vaga de emprego assegurada, bem como seus direitos trabalhistas. Porém, segundo os autos processuais, isso não ocorreu. É importante observarmos que além da operária necessitar, por várias vezes, comparecer a fábrica que trabalhara para solicitar emprego, esta acabou por enviar seu marido para negociar com seu patrão. Os autos não afirmam se o companheiro de Marta também era operário na fábrica de *langerries* Casemiro Silveira e Cia LTDA, no entanto, mais uma vez, percebemos que entre os homens, sejam empregados ou patrões, sempre se sustentaram relações que, muitas vezes, se engendravam para além da participação das mulheres. Certamente estas também mantinham suas relações que não os envolviam no entanto, porém, eles, detentores de determinada responsabilidade política, muitas vezes, durante este período, estiveram à frente na intermediação de conflitos e até mesmo solução dos mesmos.

No dia da audiência, Marta comparecera acompanhada por seu advogado Cássio Andrade. Como de costume nas audiências realizadas na Comarca de Joinville, primeiramente

⁵ AT ***/1944, p. 5.

fora passada a palavra para o representante da firma, que alegou que Marta não se identificara no momento em que fora informar seu retorno ao trabalho, e que por ter conversado com um operário novo na firma, que não a conhecia, este lhe disse não ter mais vagas. Afirmou que somente na ocasião em que o encarregado do Posto de Fiscalização do Ministério do Trabalho compareceu a firma interrogando-lhe, é que a reconheceu como operária daquela fábrica, informando ao mesmo para este avisá-la que poderia voltar ao trabalho normalmente. No entanto, pelo que fica entendido na leitura da ação movida por Marta, em nenhum momento está fora informada de sua volta ao trabalho, tendo sido, pelo contrário, dispensada das diversas vezes que esteve presente na firma em busca de emprego. Marta decidiu levar o caso adiante não aceitado a primeira proposta de conciliação realizada pelo juiz de Direito Murillo da Costa Coimbra. Na seguinte audiência, Marcos Paulo Dantas, fiscal do Ministério do Trabalho na cidade de Joinville, atuou como testemunha, informando que após receber a notícia de que a operária poderia voltar ao trabalho, esta compareceu duas vezes na firma e em nenhuma delas fora sequer atendida, quando passou a enviar seu marido que fora três vezes até o local, sem sucesso. Proposta novamente a conciliação entre as partes, a mesma desta vez fora aceita. A empresa Casemiro e Silveira LTDA pagaria à reclamante, Marta, a quantia de Cr\$ 2.2240,00, e quanto às custas processuais, estas seriam pagas em divisão entre ambas as partes.

O caso da operária Marta denota, mais uma vez, que a mão de obra feminina no ambiente fabril era considerada pelos empresários como de fácil substituição e, principalmente, que os empregadores não se encontravam preocupados com a estabilidade financeira das operárias, sendo que em apenas um mês, muito provavelmente, Marta fora substituída por outra operária que passou a exercer suas funções.

Conforme comprova o atestado médico anexado aos autos trabalhistas, no ano de 1941, Sônia, operária da fábrica Alfredo Marquardt, estabelecida como Industriais de Tricotagem, também necessitou recorrer aos auxílios do IAPI. Ao narrar o caso que a levou a procurar a Justiça do Trabalho, Sônia afirmou que era operaria na referida empresa há 30 anos,

e sempre serviu a firma com todo desvelo possível dando completo desempenho das suas obrigações, que é operária empregada de máquina de casear, sendo um dos serviços mais difíceis e pesados devido a necessária atenção de vista e etc. Alega que devido o seu longo tempo de serviço está impossibilitada para trabalhar por achar-se com a vista imprestável e acometida de doenças provenientes do serviço e adquiridas no referido estabelecimento.⁶

⁶ AT n° **/1941, p. 2.

O trabalho de casear tecidos, um por um, no tempo mínimo possível e com maestria, demandava como apontam os autos processuais, excessivo exercício de concentração, que na grande maioria dos casos, acabava por comprometer a saúde das operárias. Sônia teve sua visão prejudicada pelos longos anos de trabalho na máquina industrial de casear, denotando que o trabalho na indústria têxtil, assim como nos demais setores industriais, apresenta os mais diversos riscos, sejam físicos, químicos, de acidentes de trabalho, problemas na coluna relacionados à postura, problemas ocasionados por esforços repetitivos e, problemas psicológicos e emocionais decorrentes da pressão que é exercida sobre as operárias e os operários, a fim de que produzam cada vez mais e mais rápido. Rosy Silva (2007), ao entrevistar trabalhadoras e trabalhadores da indústria têxtil da cidade de Blumenau, no ano de 2004, afirmou que de acordo com as respostas dos entrevistados, as principais características deste setor são: massante, repetitivo, equipamentos inadequados, cobrança para atingir as metas, alta rotatividade de profissionais, entre outros. Estas características, historicamente construídas no chão das fábricas, demonstram riscos prejudiciais à saúde, que levaram Sônia, por exemplo, a atestar que encontrava-se “impossibilitada para trabalhar por achar-se com a vista imprestável”. A inicial do processo movido por Sônia trazia ainda as seguintes informações:

Assim que, a 22 de dezembro passado retirou-se do serviço em gozo de férias, e acabadas estas, avisou a firma que se achava em tratamento no Hospital Municipal; que saindo do Hospital procurou novamente a firma, comunicando não poder continuar no serviço sendo necessário que os patrões providenciassem sua aposentadoria visto como ela, reclamante, não ter os conhecimentos bastantes para isto. Que entretanto a firma até esta data nada fez a seu benefício como de direito, que percebeu uns três meses auxílio provindo do IAPI por intermédio do sindicato e que ultimamente, o referido instituto alegou de que não lhe cabe continuar a pagar auxílios. Acontece que a reclamada não pode trabalhar nem tampouco viver sem a pensão que lhe deve competir.⁷

O dono da empresa alegou que, desde o mês de janeiro, parou de pagar o salário da operária Sônia, “por não se julgar obrigado a pagá-lo já que a reclamante tinha, em 10 de janeiro, requerido o benefício do I.A.P.I⁸”, mesmo ainda não sendo contemplada pelo mesmo.

Cabe segundo decisão legal e justa do Ministro do Trabalho da Indústria e Comércio de 20 de novembro de 1939 [...] ao empregador o ônus do pagamento do salário até a data de decisão do Instituto de Previdência Social concedendo aposentadoria por invalidez ao empregado reclamante. Assim, confessado pelo próprio reclamado a ausência de pagamento para a reclamante, condena a reclamada a pagar a importância de 1:190\$000

⁷ AT n° **/1941, p. 2.

⁸ Idem.

correspondente a sete meses de ordenando na base do salário mínimo e mais a importância das custas processuais.⁹

De acordo com Biavaschi (2007), a invalidez para a realização das atividades de serviço não justifica a dispensa por parte do empregado, bem como, a revelia do pagamento do auxílio saúde. Os autos processuais afirmam: “é o patrão é obrigado a pagar os salários que deixou o aposentado de perceber durante o tempo em que esperou o ato da aposentadoria”. Sônia recebeu o auxílio do I.A.P.I, conforme o Decreto nº. 1918 de 27 de agosto de 1937, art. 52, que previa que aos associados ao Instituto, em situação de incapacidade para o trabalho, por motivos de doença, deveria ser concedido o “auxílio pecuniário, a partir do 30º dia do seu afastamento do serviço, até o prazo máximo de um ano”.¹⁰

O reclamado afirmou, em recurso após a Junta de Conciliação e Julgamento de Joinville julgar o caso procedente para a operária Sônia, que em primeiro de agosto do ano de 1941, a mesma encontrava-se aposentada e que

“de auxiliada pecuniariamente passou a ser aposentada em definitivo. É o que consta no memorandum aludido. O processo de aposentadoria da reclamante foi, como se vê, rápido como raramente acontece. Possivelmente, quando reclamou pedindo que o reclamado providenciasse sobre a sua aposentadoria, ignorava o que se passava no instituto”.¹¹

Em um ofício da Delegacia anexado aos autos trabalhistas, estava expostas a afirmação de que “a aposentadoria definitiva foi-lhe concedida em 31/07/1941 e passou a vigorar em 01/08/1941 com a mensalidade correspondente a 80\$600 (oitenta mil seiscientos reis)”.¹²

A 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Joinville julgou então, que “as razões do procurador do recorrente [representante da empresa] não são todas procedentes e por isso mesmo julgamos a reforma da decisão para absolver o reclamado [empresa] da condenação”, afirmando que “somente a comarca de Previdência Social é competente para conhecer do caso”. Pelo presidente da JCJ e pelos votos dos demais advogados, foi decidido “incompetência do conselho para apreciar e deliberar sobre o mérito do presente recurso”. Assim como, pela Comarca de Previdência Social, que “afirma não ser de sua competência julgar o caso”.¹³

⁹ AT nº **/1941 p. 5.

¹⁰ BRASIL. Decreto nº 1918, de 27 de agosto de 1937. Aprova o regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1918-27-agosto-1937-345514-retificacao-1-pe.html> Acessado em: 01 de fevereiro de 2017.

¹¹ AT nº **/1941, p. 5.

¹² Idem.

¹³ Idem.

Percebemos que a operária Sônia, mesmo que assistida pelo Sindicato de Fiação e Tecelagem da cidade de Joinville, não se encontrava a par da tramitação judicial do processo que aprovaria sua aposentadoria junto ao I.A.P.I. Neste sentido, voltamos a considerar a hipótese de que muitas das operárias, e também os operários, da cidade de Joinville, não possuíam as devidas orientações sobre seus direitos junto ao judiciário trabalhista. Ao solicitar que a firma auxilie-a em seu processo de aposentadoria por invalidez, alegando não possuir conhecimentos sobre a legislação suficientes para tal, percebemos que os decretos e leis promulgados anteriormente à CLT, e até mesmo a Justiça do Trabalho, que data de 1941, muitas vezes, não chegavam às trabalhadoras e aos trabalhadores.

Verificamos através dos processos trabalhistas movidos por mulheres operárias dos setores industriais da cidade de Joinville, que estas estiveram presentes nas fábricas da cidade, fazendo parte da construção da mesma como um polo industrial do Estado de Santa Catarina desde as primeiras indústrias lá instaladas. A presença destas pessoas nos processos trabalhistas indicam sua luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres operárias, junto à Justiça do Trabalho.

As fontes e discussões aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa em andamento, a qual aborda os processos trabalhistas movidos por mulheres, para além do setor têxtil, o setor metal mecânico da cidade de Joinville, estes nos permitem compreender que há um abismo entre a lei e a aplicação fática dos direitos do trabalho das mulheres, que durante muito tempo não foram entendidas como pessoas possuidoras de direitos sociais, e que lutaram (e continuam lutando) pela constituição destes no curso da História. As conquistas históricas das mulheres em relação aos seus direitos sociais e do trabalho serviram como marco para as futuras, que agora são presentes, lutas de outras mulheres por seus direitos trabalhistas, ainda não garantidos em sua totalidade, e que sofrem as mais cruéis ameaças.

Por fim, consideramos importante salientar que estas fontes, provenientes da Justiça do Trabalho, demonstram por meio de documentos considerados oficiais, a experiência de luta das mulheres por melhores condições de vida para si e suas famílias, bem como, a resistência cotidiana de práticas machistas e misóginas no universo masculino do trabalho. Consideramos que as articulações entre mulheres que dividem a vida, as relações de trabalho e os espaços de sociabilidades, resultam em ações de resistência política e reivindicações por direitos sociais, permeando caminhos que traçam outras Histórias para as mulheres trabalhadoras.

Referências

BLAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil, 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas.** São Paulo. Editora LTr, 2007.

PIMENTEL, Silvia. Evolução dos **Direitos da mulher:** norma, fato, valor. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Do artesanal ao industrial a exploração da mulher.** São Paulo. Hucitec, 1981.

SCOTT, Joan W. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1840746/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acessado em: 08 de junho de 2017.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville (SC): Da gênese às exportações** (dissertação Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, 1994.

“One of the hardest and heaviest jobs due to the necessary attention”: The textile workers of the city of Joinville go to the Labor Justice (decade of 1940)

Abstract: The present proposal has as problematic the work of women working in the textile industry of Joinville during the decade of 1940. To this end, the sources used will be the labor lawsuits filed by them in the Labor Judiciary, addressing the struggle for their rights. These are under the custody of the 12th Regional Labor Court. Initially, we will present a historical overview of the presence of women in industrial work, and then we will address issues related to labor law and its application in the judicial cases of these social agents.

Keywords: Women workers, textile industry, Labor Justice.

AS DIMENSÕES DE PRODUÇÃO DA OBRA INAUGURAL DE HELEIETH SAFFIOTI – 1950/1960

Jadson Stevan Souza da Silva¹
Rosemeri Moreira²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as dimensões sociais, intelectuais e históricas da obra “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, primeiro livro da socióloga Heleieth Saffioti (1934-2010), publicado em 1969, e que configura, no Brasil, uma primeira interpretação sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Nossa análise considera as dimensões sociológica, histórica e filosófica que sejam capazes de explicar dada produção intelectual. Interessa-nos também as relações de gênero que perpassam a produção da obra de Saffioti.

Palavras-chave: História do Marxismo; Feminismo; História Intelectual; Gênero; Mulheres.

Introdução

A presente pesquisa é resultado de considerações parciais da proposta de analisar as dimensões sociais, intelectuais e históricas da obra “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, primeiro livro da socióloga Heleieth Saffioti (1934-2010), publicado pela primeira vez em 1969, e que se configura, no Brasil, como uma primeira interpretação marxista sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Essa proposta está vinculada ao Programa de Iniciação Científica da Unicentro – PROIC e conta com incentivo de desenvolvimento à pesquisa científica pela Fundação Araucária por meio de contemplação de bolsa.

Graduada em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no ano de 1960, Heleieth Saffioti fez parte do círculo de discussão da denominada Escola Paulista de Sociologia, ancorada por seu orientador de tese de livre-docência, Florestan Fernandes (1920-1995). Esse período é marcado pelo golpe de estado no Brasil em 1964, e a instalação de um governo militar. Os debates propostos pela Escola Paulista de Sociologia, chancelada por Florestan Fernandes, círculo que existiu entre os anos de 1954 a 1969, se voltavam à análise sociológica do capitalismo dependente e a formação da sociedade de classes no Brasil (JACKSON, 2007).

O ato teórico mais importante de Saffioti é inscrito justamente em meio a esse característico contexto político e intelectual, demarcado como “[...] ambiente predominantemente masculino, com um referencial teórico marxista, durante uma ditadura militar” (GONÇALVES, 2012) e a realização de uma análise da condição das mulheres em uma

¹ Estudante do curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO/PR. E-mail: stevan.jadson@yahoo.com.br

² Doutora em História, professora do PPGH e DEHIS UNICENTRO/PR

perspectiva de classes, em seu livro inaugural. Embora tributária aos preceitos marxistas preponderantes no meio intelectual do período, Saffioti se contrapõe aos estudos marxistas no sentido temático e desenvolve uma investigação sobre a apropriação do trabalho das mulheres e as desigualdades entre os sexos por parte do capitalismo, segundo ela, para melhor se reproduzir (GONÇALVES, 2011).

Saffioti escreveu sua tese, publicada dois anos depois, a partir de constante referência à obra de Marx, mas também com influência da produção sociológica e historiográfica produzida no Brasil, em diálogo, entre tantas obras, com a do próprio orientador Florestan Fernandes, Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré, como aponta Céli Regina Jardim Pinto (2014). Esse diálogo reafirma a nossa necessidade de pensar Heleieth Saffioti em relação ao pensamento social brasileiro. Margareth Rago (1995), por exemplo, aponta a importância de Saffioti no pioneirismo da busca de participação das mulheres nos acontecimentos históricos, embora a socióloga não seja historiadora propriamente dita.

Visto tal contexto de produção da escrita inaugural de Saffioti, consideramos relevante compreender sua extensão na produção intelectual brasileira à medida que consideramos o campo científico como imbricado a cultura, a economia e a aspectos sociais de determinado lugar, sempre em disputa pelo monopólio e acúmulo da autoridade e capital científico, como postula Pierre Bourdieu (1983). Assim, se em um primeiro momento Heleieth Saffioti se encontrava em uma posição marginal diante do espaço intelectual e político em que estava inserida, que dimensões contextuais explicam a produção de saber da autora em determinado campo científico? Em que momento e por quais meios a autora passou a ser afirmada como referência de determinada temática? Qual o lugar social da escrita de Saffioti, para considerarmos as concepções de Michel de Certeau (2015), ou seja, quais as condições de legitimidade da autora não só em termos de produção do texto, de temática, mas também enquanto mulher tematizando a categoria “mulher(es)”? Quais são os pressupostos do marxismo que atravessa a escrita da autora e que permite a inserção das mulheres ao sujeito universal operário?

Buscamos tratar de uma epistemologia da produção intelectual da autora de forma que nos interessa a compreensão das dimensões de sua obra. Nesse sentido, nossa proposta se vincula a uma abordagem em história intelectual de forma que se leve em conta a “[...] dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos” (SILVA, 2002), mas também nos interessa quais as relações de gênero que perpassam a produção de obra da autora.

“A mulher na sociedade de classes”: Dimensões de produção

A obra inaugural de Saffioti pode ser compreendida como o resultado de três aspectos que se cruzam: aspectos da vida pessoal da autora, aspectos contextuais da política e intelectualidade do período de escrita da obra e o aspecto do feminismo. A circunscrição desses três aspectos torna a produção de Saffioti, o que Celi Regina Jardim Pinto (2014) chama de segunda fase do feminismo, bem-comportado no caso brasileiro. Segundo Pinto, uma primeira fase desse feminismo bem-comportado é expressa pelo feminismo liderado por Bertha Lutz, que caracteriza certa mobilização de conquista de espaços institucionais. Essa fase de mobilização demonstrou

[...] respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até da conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais (PINTO, 2003, p. 26).

Saffiotti, de fato, foi a primeira mulher a escrever um livro na academia, com ênfase na análise da condição de dominação de mulheres. Devido seus pressupostos teóricos marxistas, no entanto, colocou-se como não feminista e, ao tratar de temáticas fundamentais na análise de Simone de Beauvoir e Betty Friedan, duas importantes referências do feminismo na década de 1960, Saffiotti buscou se afastar da posição dessas pensadoras para manter seu marxismo intacto, o que demonstra, segundo Pinto, um paradoxo: “[...] o primeiro grande texto feminista no Brasil foi escrito por uma mulher que era declaradamente não feminista [...]” (2014, p. 322).

Ao não afirmar um referencial feminista em sua análise das desigualdades entre homens e mulheres, Saffiotti ligou suas reflexões a uma análise marxista, considerando tais desigualdades como pressupostas da formulação de uma sociedade de classes, como bem aponta na nota preliminar de seu livro:

Se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. Não é, portanto, feminista. Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição familiar nas sociedades de classe, em decorrência de uma opressão que, tão-somente do ponto de vista da aparência, atinge apenas a mulher [...] (SAFFIOTTI, 2013, p. 34).

Para nosso intento, é fundamental compreender em que condições se deu a inserção de Saffiotti em determinado espaço acadêmico que permitiu sua produção pioneira. Tão importante quanto refletir tal lugar de produção, é refletir sua constituição pessoal, sua trajetória até esse lugar. Originária de uma família modesta, com uma mãe costureira e um pai pedreiro, Saffiotti

narra sua trajetória em uma entrevista concedida à Juliana Cavilha Mendes e Simone Becker (2011[2004]). Notamos em sua narrativa uma trajetória de adaptações enquanto estudante do ensino básico.

Aos seis anos, Saffioti ficou com os avós em Ibirá, interior de São Paulo, para ter acesso à escola, enquanto seu pai, mãe e irmão mais novo se mudaram para Auriflora, sertão de São Paulo. Ao se juntar aos pais no sertão, após terminar o quarto ano primário, constata que não havia na nova localidade grupo escolar para continuar seus estudos, apenas escola isolada até o terceiro ano. A solução que sua mãe encontrou foi solicitar que a filha atuasse como monitora nas aulas, para que não esquecesse o que tinha estudado nesse período em que não poderia seguir com os anos regulares seguintes de formação (GONÇALVES; BRANCO, 2011).

Com quase treze anos, foi enfim enviada para a casa de uma tia em Avaré e depois para Itapetininga para prosseguir com os estudos. Antes dos quatorze anos, mudou-se novamente para a cidade de São Paulo, na casa de duas tias solteiras, onde estudou na famosa Escola Normal da Praça, o Instituto de Educação “Caetano de Campos”, que em 1944 passou a oferecer aulas no período noturno. Saffioti, assim, fazia o trabalho de casa durante o dia e estudava a noite. Nesse período, conta Saffioti que vivenciou o abuso, já que uma moça de quatorze anos fora de casa a noite era considerada uma “menina sozinha”, assim, “[...] tinha que descer uma ladeira, e quantas não foram as vezes em que a descí voando, porque me haviam assediado no ônibus [...]” (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p. 144). A experiência de ser mulher em meio a uma sociedade machista, bem como a experiência de classe, nos parece ser definidor às escolhas temáticas de Saffioti posteriormente sobre a condição das mulheres, já que a acomete inesperadamente pela primeira vez:

[...] Então, colocavam a mão na minha perna, simulavam esbarrar em meus seios. Era um assédio sexual bastante ameaçador para quem enfrentava, pela primeira vez, a grande cidade. Alguns desses homens chegavam a descer do ônibus e ir atrás de mim (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p. 144).

A própria Saffioti demonstra a importância de suas experiências na escolha pelo curso de Ciências Sociais: “[...] Naquela época, a legislação permitia ao portador do diploma de normalista fazer o curso de Pedagogia ou Ciências Sociais e, como sempre fui muito inconformada com as injustiças, caí no lugar certo [...]” (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p. 148). Embora tenha atuado antes de entrar no ensino superior como professora particular de língua portuguesa e língua inglesa, bem como professora primária logo após ter sua formação secundarista e diploma de aperfeiçoamento, Saffioti não segue o curso de Pedagogia,

comumente designado para mulheres, sobretudo as que já atuavam no magistério³.

Outro aspecto de relevância observamos quando a autora recorre às suas memórias de infância, e sobre as representações de gênero que circulavam nesse período: “[...] Desde criança fui muito rebelde. Tenho um irmão e minha mãe dizia: ‘nesta família os sexos vieram trocados, seu irmão é caseiro, é obediente, quando vou bater nele, ele não corre! Agora, você não, você é rueira!’” (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p. 143). A fala aqui exposta apresenta as características do que se esperava e entendia como papéis designados aos sujeitos, para pensarmos o Brasil do século XX: “[...] Docilidade, meiguice, serenidade e resignação eram as características consideradas femininas ao passo que as esperadas dos varões eram a coragem, o poder de decisão e a competitividade [...]” (AREND, 2013).

Sobre o contexto político que a autora está inserida ao entrar no curso de Ciências Sociais, entre os anos 1950 e 1960, período de graduação da autora, o Brasil passava por uma política de internacionalização da economia brasileira. Com o plano de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Segundo Lilia Moritz Scwarcz e Heloisa Starling (2015), o Brasil entrou de fato em um estágio avançado de industrialização, mas sem criar condições reais para isso, o que se desdobrou em controle de setores de desenvolvimento econômico assumidas por empresas estrangeiras, ampliação da dívida externa e inflação. Esse plano de desenvolvimento com tais condições, muito criticado por sindicalistas, estudantes, intelectuais e militantes comunistas, teve como consequência direta a restrição de salários, créditos e gastos públicos (SCWARCZ; STARLING, 2015, p. 422-423).

O meio intelectual brasileiro desse período estava profundamente influenciado pelo aparato teórico marxista. A interface entre esse meio intelectual e o contexto de radicalização política e ideológica, do final da década de 1950, teve expressão significativa na obra de Saffioti por meio da sociologia produzida no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), a qual foi denominada “Escola Paulista de Sociologia”, e que contava com a figura de Florestan Fernandes. Sob o comando de Florestan, houve o estabelecimento de uma aproximação com o marxismo, cuja contribuição, deslocou “[...] o conjunto da cultura ilustrada paulistana para a esquerda, aproximando-a, ainda que com muitas críticas, de preocupações típicas da perspectiva nacional desenvolvimentista [...]” (LAHUERTA, 2005).

Desse grupo, destacamos algumas das obras dos primeiros anos da década de 1960, tais

³Sobre a relação entre mulheres e cursos de magistério, ver VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17/18, pp.81-103, 2001/02

como: “Ensaaios de sociologia geral e aplicada” (1960); “Sociologia em uma era de revolução social” (1963) e a clássica obra “A integração do negro na sociedade de classe” (1964), ambas de Florestan Fernandes; as obras de Caio Prado Junior “A revolução brasileira” (1966), a “Formação histórica do Brasil” (1963) e a “Introdução à revolução brasileira” (1963); “As razões da independência” (1965), “Ideologia do colonialismo” (1965), de Nelson Werneck Sodré; “Desenvolvimento e subdesenvolvimento” (1961), “Formação econômica do Brasil” (1963), “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina” (1966), de Celso Furtado. Essas, além da própria obra de Marx, são obras influenciadoras e constantemente citadas por Saffioti em seu texto, aqui analisado.

Saffioti foi convidada em 1961 por Luiz Pereira, docente de Sociologia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara (FFCLA) para trabalhar com ele, assim, a autora passou a ser responsável por várias disciplinas do curso. Nesse período, havia uma norma institucional a qual devia apresentar uma tese de doutorado ou de livre-docência até dezembro de 1966, para o Conselho Estadual de Educação, independente de quando o (a) docente tivesse iniciado suas atividades. A escolha de Saffioti pelos estudos sobre mulheres emerge nessa exigência. Sobre essa situação, Saffioti descreve:

[...] Eu achava muito injusta essa regra, mas pensava que, como mulher e marxista, deveria cumpri-la. Do contrário, não seria recontratada. Os preconceitos contra mulheres eram ainda muito mais numerosos e fortes, então, do que hoje. Ademais, esta mulher era (e é) marxista, e o Brasil, a partir do golpe militar de 01.04.1964, vivia sob um regime ditatorial, em certos períodos, terrivelmente sanguinário (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p. 150).

Embora a tese de Saffioti estivesse com tema e referencial delimitado, a autora encontrou dificuldades em termos de interlocução, haviam poucas obras a respeito dos estudos sobre mulheres traduzido, o que torna sua proposta temática singular diante das propostas que vinham sendo desenvolvidas:

E o que eu li? O que havia para ler no Brasil? Era um desastre. Havia Grandes damas do II Império e coisas assim desse estilo. (...). No Brasil não havia nada de interessante. Eu li O Segundo Sexo, da Simone; li um livro da Alva Myrdal e Viola Klein. Estes textos existiam ou em francês ou em inglês, em português nada. O Segundo Sexo, sim. Mas o da Alva Myrdal e Viola Klein, não. E o outro de uma francesa que era sobre operárias industriais, era em francês. O nome dela era Evelyne Sullerot. E havia aqueles textos clássicos da Kollontai, que eu não gosto; da Clara Zetkin, que é um pouco melhor, mas a meu ver tem mais ideologia do que ciência (GONÇALVES; BRANCO, 2011, p. 75).

A tese foi publicada e teve até o momento três edições. A primeira em 1967 pela Editora Vozes, a segunda em 1976, pela mesma editora, e a terceira, em 2013, pela editora Expressão Popular, a qual fazemos uso no presente trabalho. A publicação tem 528 páginas, resultado de pesquisa realizada com trabalhadoras têxteis e professoras primárias. Divide-se em três partes e apresenta três aspectos de argumentação.

O primeiro aspecto, relativo à parte I, diz respeito à condição das mulheres na sociedade de classes. Segundo a autora, as necessidades do capitalismo alteraram a partir do século XVIII os modos de vida das mulheres. Seu argumento coloca o capitalismo como produtor e em pleno uso da desvantagem social das mulheres, tanto no nível superestrutural, com uma subvalorização das capacidades femininas, quanto no nível estrutural, já que as mulheres se tornavam marginalizadas nas forças produtivas, periféricas no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013).

A condição das mulheres, para a autora, só pode ser compreendida na organização de uma sociedade de classes, e, por isso, só poderá também ser superada no ímpeto da consciência de classe e, conseqüentemente, a superação de classes. Essa consideração não apenas expressa o posicionamento teórico de Saffioti, mas define seu distanciamento em relação ao feminismo em evidência da década de 1960 de uma emancipação de luta por parte das mulheres, ao afirmar que “O processo de criação das condições de pleno emprego da força de trabalho feminina e masculina de uma sociedade estará, pois, na dependência da ação coletiva das duas categorias de sexo [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 107).

A condição das mulheres, diz Saffioti, se expressa então, como uma manifestação da estrutura de classes, por isso, a libertação das mulheres, ao menos no contexto capitalista, só é possível por meio do socialismo, ao dar caráter à luta de classes e não apenas de sexo. Segundo ela, um feminismo autônomo, constituído como feminismo pequeno-burguês, desvinculado das lutas de classe acaba por estar a serviço da ideologia capitalista em sua competitividade (SAFFIOTI, 2013).

Ao avançar sua análise, a parte II de sua obra, que se ocupa de refletir a evolução da condição da mulher no Brasil, Saffioti se vale de Weber para apontar como no Brasil se passou de um sistema de castas para um sistema de classes. Esses argumentos se encontram nos tópicos a respeito dos aspectos de formação da economia brasileira e sobre a posição social das mulheres na ordem escravocrata-senhorial e suas sobrevivências na sociedade atual, que constituem os primeiros tópicos da parte II. A posição marxista que Saffioti empreende torna os argumentos da autora alvo de muitas críticas, a ponto de ter de “[...] recorrer à categoria weberiana de casta para atribuir ao capitalismo uma espécie de ‘culpa essencial’ em relação à

condição da mulher no Brasil, na passagem do século XIX para o XX” (PINTO, 2014, p. 325).

Embora haja cuidado por parte de Saffioti em manter seu marxismo intacto como referencial de análise em detrimento de uma percepção dita feminista, terceira parte de sua análise, é direcionada a questões correntes do feminismo da década de 1960, como as teorias psicanalíticas e antropológicas. A interlocução com o feminismo que Saffioti chamou de um feminismo pequeno-burguês ou liberal aponta para o argumento de que esse movimento liberal foi responsável por difundir determinados mitos que justificam a marginalização das mulheres na sociedade de classes, e defende o desenvolvimento econômico liberal como chave para que mulheres ocupem os postos de trabalho, acabando assim com a desigualdade (BEZERRA, 2013).

Nessa terceira parte é também o espaço de nossa percepção quanto às condições de produção da obra. Como nos aponta Celi Pinto (2014), Saffioti cita nesse terceiro ponto de sua obra tanto Simone de Beauvoir, quanto Betty Friedan. Suas citações não discutem qualquer aspecto de importância e/ou repercussão das obras de ambas as feministas, o que torna necessária nossa atenção para o quanto era possível as referências dessas feministas em teses no Brasil (PINTO, 2014, p. 328).

O campo científico, como afirma Bourdieu (2004), assim como qualquer outro campo social, carrega em si uma forma dominante de capital, o qual, no caso específico desse campo é o capital simbólico que se expressa por meio de legitimidade e reconhecimento seja institucionalizado ou não. Compreendemos como a expressão das lutas do interior do campo científico quando percebemos sobre a receptividade ou não de dada obra, autora ou afirmação teórica perceptível nas dimensões de produção da obra de Saffioti. Na década de 1960, Saffioti expressa ser sua obra pioneira uma análise das condições da mulher na sociedade de classes, não uma análise feminista sobre tais condições, como já apontamos anteriormente. Posteriormente, mais precisamente no ano de 2004, a socióloga comenta em uma entrevista: “Nunca identifiquei um momento, em minha vida, no qual eu pudesse dizer: ‘foi nesse, especificamente, que me tornei feminista’.” (BECKER; MENDES, 2011, p. 143). Uma afirmação feminista de Saffioti não era possível no campo científico de sua inauguração intelectual, de forma que sua inquietação quanto a condição da mulher em seu contexto histórico foi proposta na medida das exigências do interior do campo.

Percebemos ainda essas dimensões de (im)possibilidades no campo científico atrelado ao que Pedro (2013) percebe sobre a não utilização do termo “feminista” até o final dos anos 1980 no Brasil. Afirmar-se feminista nesse contexto exigia a disposição de desclassificação por fortes preconceitos existentes no período. O denominador da experiência do feminismo

constituído no Brasil, como constata Pedro (2013) foi o regime ditatorial, de forma que as mazelas políticas e sociais desse período incumbiam uma luta mais ampla em termos políticos, não restritas as pautas feministas propriamente ditas.

Considerações

Compreendemos que a análise proposta pela autora é o resultado de anseios pessoais, enquanto mulher, com experiências específicas, mas também resultado do encontro desses anseios pessoais com determinado grupo intelectual. A conjuntura do período também denota a emergência de tal obra de forma que demonstra a historicidade de tais análises e debates. As experiências pessoais, notadamente ligadas às condições de uma sociedade que se estrutura pelas relações de gênero, ligam-se aos embates internos de um capital simbólico, no interior de um campo científico. A conjuntura dessa produção pioneira nos permite perceber o constructo intelectual de autora e obra, de forma que demonstra a produção de significados do dado contexto.

Referências

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 65-83.

BEZERRA, Elaine. A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.17 n.31, p.170-173, jul./dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155. (Grandes Cientistas Sociais, n. 39).

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.119-131, 2o sem. 2011.

_____. Heleieth Saffioti e sua contribuição para o marxismo. **VII Colóquio Internacional Marx Engels**. 2012.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. **Lutas Sociais**, n. 27, São Paulo, 2011.

JACKSON, Luis Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1. São Paulo: junho 2007.

LAHUERTA, Milton. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. **Perspectivas**, São Paulo, v, 28, pp. 157-186, 2005.

MENDES, Juliana Cavilha; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, pp. 143-165, janeiro-abril/2011.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 238-259.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v, 22, n.1, pp. 321-333, janeiro-abril/2014.

RAGO, Margareth. A nova historiografia brasileira. **Revista Anos 90**, n. 11. Porto Alegre: julho 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Helenice R. da. **Fragmentos da história intelectual: Entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

The production dimensions of the inauguration work of Heleieth Saffioti

Abstract: this work has for objective to analyze the social, intellectual and historical dimensions of the work "the woman in the class society: myth and reality", first book of the sociologist Saffioti Heleieth (1934-2010), published in 1969, and that sets up, in Brazil a first interpretation about the inequality between men and women. Our analysis considers the sociological, historical and philosophical dimensions that are able to explain given intellectual production. We are also interested in gender relations that pertain to the production of Saffioti.

Keywords: History of Marxism. Feminism. Intellectual history. Gender. Women.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: COMO UMA PERSPECTIVA EMANCIPATORIA E POLÍTICA PARA AS MULHERES

Lúcia Mariaci Ribeiro Martins¹

Resumo: O presente artigo objetiva evidenciar as ações de fortalecimento das mulheres, sua emancipação política, econômica e social no contexto da economia solidária, assim como as dificuldades encontradas para a efetivação de políticas sociais de equidade de gênero. Tais relações foram vivenciadas em diferentes contextos a partir das ações do trabalho como bolsista da Incubadora Social, que possibilitou a aproximação com o contexto da economia solidária, e o olhar na perspectiva da mobilização das mulheres, e como delegada da última Conferência Nacional de Economia Solidária.

Palavras-chave: Mulheres e Participação Social. Economia Solidária. Políticas Públicas.

O período pós abolição da escravidão, o fim da monarquia, o crescimento acelerado das cidades e a constituição de uma nova estrutura política, foram transições que corresponderam a um momento de redefinição institucional e social, alcançando o país à modernidade e à civilização, se configurando no enfrentando as questões sociais provocadas pela urbanização, pelo crescimento industrial e pela necessidade de incorporar a grande massa despossuída à cidadania e ao mercado de trabalho.

O controle social fulgurou como aspecto central na reordenação das relações sociais e políticas do período republicano, nessa conjuntura o presente artigo objetivo analisar como o Estado de Bem-Estar Social inseriu a problemática de gênero e etnia/raça na agenda das políticas públicas com referência à saúde mental das mulheres em situação de privação de liberdade.

É sabido que a questão social se tornou um debate inevitável no momento da reordenamento do país, onde o papel da sociedade civil foi crucial para a efetivação das políticas públicas, assim como no controle social dessas políticas por meio de processos, como a da gestão qualificada. As políticas públicas surgem como uma forma de poder político, permeado por conflitos e interesses contraditórios, como também como possibilidade de soluções aos problemas enfrentados pelos atores sociais. A união do Estado com a sociedade civil, seria a premissa de um diálogo dos setores dessa sociedade nos processos de construção das políticas públicas para o enfrentamento das necessidades reivindicadas.

Do mesmo modo a Economia Solidária com sua origem como movimento social enquanto espaço de fortalecimento, de formas de organização econômica, autogestionária, de

¹ Psicóloga; Especialista em Psicologia Jurídica; Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento; Bolsista do Programa Demandas Sociais CAPES/FA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).
Correio eletrônico: psilumart@gmail.com

trabalho associado, contribui também para o combate da exclusão social, onde perpassam várias políticas que contribuem para a emancipação dos atores sociais envolvidos nesse processo. Configurando-se como um movimento social baseado numa forma diferente de desenvolvimento, construída pela população excluída e vulnerável, a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos, mas que por detrimento do patriarcado pode apresentar empecilhos para que ocorra maior participação social e política das mulheres na elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas especificamente para o público feminino.

Os movimentos sociais também contribuem para o fortalecimento individual e coletivo, permitindo de certa forma o reconhecimento das mulheres enquanto participantes dos espaços de decisão e articulação das políticas (para além da construção social que coloca as mulheres no lugar de subalternidade), bem como, fortalecem os grupos e coletivos permitindo a emancipação política, possibilitando uma ativa participação na formulação, efetivação e manutenção das políticas públicas na perspectiva de gênero com destaque aqui no contexto da Economia Solidária.

Mas nota-se que mesmo neste campo alternativo de economia autogestionária, que tem em seu contexto a resistência, a formação dos movimentos envolvidos, onde um dos seus princípios empregados é igualdade entre todas e todos os envolvidos, a população feminina continua ocupando espaços desiguais, inferiores e subordinados ao dos homens, as mulheres atuam em empreendimentos menos valorizados, ou ainda, estas são subrepresentadas nos espaços de decisão.

Contudo neste ensaio propôs-se como estudo a busca em referências teóricas que abordassem questões referentes a gênero e a economia solidária e a observação participante afim de melhor elucidar a experiência vivida, objetivando compreender a forma como se estrutura a participação social e política das mulheres, se isto pode vir a ser indicador no enfrentamento as desigualdades entre homens e mulheres, e assim consequentemente contribuir para a construção e efetivação de políticas públicas de enfrentamento as desigualdades de gênero na Economia Solidária. Tais relações foram vivenciadas em diferentes contextos a partir das ações do trabalho desenvolvido como bolsista da Incubadora Social de Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que possibilitou a aproximação do contexto da Economia Solidária e o olhar na perspectiva da mobilização das mulheres nesse espaço, e também como participante da última Conferência Nacional de Economia Solidária.

Assim sendo com os resultados encontrados tornou possível a compreensão da teoria de status e papéis sociais de gênero, pois estes forneceram elementos substanciais para

compreender as configurações e representações da participação das mulheres no controle social nas políticas públicas dentro da Economia Solidária.

Contudo a Economia Solidária, que privilegia a coletividade por suas características de organização, deve contribuir para a mobilização das mulheres, consequentemente focando sua atenção as políticas com recorte de gênero, rompendo com as desigualdades nas relações entre homens e mulheres. Com os resultados desse breve levantamento pretende-se contribuir para o estudo científico e discussões na comunidade acadêmica em geral acerca das políticas públicas e desenvolvimento social e econômico com destaque as questões de gênero e emancipação política das mulheres nos espaços alternativos de economia, como no caso aqui da Economia Solidária.

Estado moderno e patriarcado: a invisibilidade de gênero e etnia como indicador social de políticas públicas

Neste tópico abordaremos alguns referenciais teóricos sobre a construção social do Estado de Bem-Estar Social Brasileiro atentando para as relações que estabelecem com as políticas públicas a partir de uma perspectiva estabelecida entre saúde mental, etnia/raça e gênero.

Iniciaremos com algumas definições breves de Azambuja e Hobbes sobre Estado. Azambuja defini que:

A sociedade organizada sob a forma de governo e governada, configura o Estado, com território delimitado e poder próprio, dispendo promover e assegurar o bem de seus membros e resguardar o bem público, ou seja, a organização de suas normas e pressupostos jurídicos devem determinar as condições sociais necessárias constituem o direito que o incube de cumprir e fazer cumprir (AZAMBUJA, p 13,2005).

Em sua teoria Hobbes diz que:

Um Estado foi instituído quando uma multidão de homens e concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembleia de homem q quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja de ser seu representante) todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele ,deverão autorizar todos os atos e decisão , a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos do restante dos homens .É desta instituição do Estado que derivam todos os direitos e faculdades daquele ou daqueles q quem o poder soberano é conferido mediante consentimento do povo reunido (HOBBS, Ibid., p.63).

Para tanto antes de adentrarmos ao assunto norteador entende-se ser relevante a compreender resumidamente o que foi o liberalismo clássico no Estado e a transição para o Estado Desenvolvimentismo. Ressaltamos que não é nosso objetivo, neste texto resgatar a sua história, mas apenas delinear alguns referenciais para a reflexão aqui proposta.

O liberalismo ou o liberalismo clássico resumidamente pode ser descrito um conjunto de doutrinas econômicas e reflexões políticas que vigorou entre os séculos XVIII e XIX, influenciando uma grande geração de intelectuais e políticos. Adam Smith e David Ricardo estão entre os principais nomes da tradição liberal clássica. O Estado Liberal caracteriza-se pela separação entre Estado, economia e a despolitização das relações econômicas e sociais. Conforme Smith a soma das ações individuais estrutura a sociedade, o somatório destas ações gera o bem-estar geral. Os indivíduos são livres, proprietários de si mesmos e de suas capacidades. A sociedade política se justifica apenas pela finalidade de proteger a liberdade individual e para que as relações mercantis ocorrem de forma ordenada (MILL,1984)². Nesse cenário de crítica à forte intervenção estatal, Smith apresentava a “mão invisível” do mercado como um mecanismo natural de regulação das relações econômicas e sociais. Por essa perspectiva, cada indivíduo buscaria melhores condições de existência e, assim, propiciaria a maximização do bem-estar coletivo.

O liberalismo perdurou até meados do século XX, como doutrina hegemônica do capitalismo. No entanto, com a grande crise econômica de 1929 – conhecida como a Grande Depressão, ocasionada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque – a política keynesiana e desenvolvimentistas na América Latina foi adotada como alternativa às políticas liberais. O liberalismo clássico vigorou do XIX a princípio do século XX, quando teve seu apogeu frente as lutas sociais e políticas no auge do movimento socialista e declínio do assistencialismo cristão. Seu fracasso decorreu por ser incapaz de sustentar o crescimento econômico sem gerar crises e garantir a ordem social.

Abordar o tema sobre Estado implica também entender o que é Povo, Nação e Estado segundo Darcy Azambuja. Então sobre povo entende-se como todos aqueles que se submetem as leis dentro de uma ordem estatal determinada, neste sentido para que exista um Estado é preciso que haja um povo considerando suas singularidades como raças/etnia, interesses, crenças e aspirações diversificadas, mas nem todo Estado pode ser definido como Nação, pois entende-se Nação como um conjunto de sujeitos unidos por raízes, ideais, interesses e aspirações em comum, uma comunidade de consciências e patriotismos. Paradoxalmente sentimentos como de ódio a uma etnia/raça, de religião, os conflitos de interesse econômico, morais e coesões, elementos estes não são constituintes de uma nação, mas sim formam um povo, pois o que difere um do outro é que o povo é uma representação do ordenamento jurídico

² MILL, John Stuart. 1983 [1848]. Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social. Trad. port., São Paulo: Abril Cultural.

de um Estado e Nação um conjunto complexo de moral que constitui este mesmo (AZAMBUJA,2005).

Apresentar tais correlações como embasamento inicial deste ensaio é relevante para entender o lugar social de determinados sujeitos no processo de modernização e estruturação do estado, pois pode-se dizer a grosso modo que o Estado Moderno Brasileiro foi constituído em cima de uma consciência de povo regido por normas sociais com interesses econômicos acima de tudo ,ainda que o Estado sendo laico prevaleceu a hegemonia de uma religião sobre as outras e mesmo com o rompimento das relações oligárquicas a igreja católica manteve seu domínio sobre os indivíduos de variadas maneiras ,sobretudo sobre a moral ,o corpo e a mente principalmente das mulheres.

Na formação econômico capitalistas, estágio mais avançado da modernização da sociedade, no período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, também conhecido como Estado de Bem-Estar Social, estágio este que os países latinos americanos atingiram seu processo de modernização, através da industrialização e que conferia ao Estado uma importância significativa, na rápida expansão econômica, acompanhada por políticas sociais e culturais condizentes com o modelo econômico aplicado. A classe média foi incorporada a política institucional competindo com as oligarquias tradicionais, porém a classe trabalhadora não atingiu o mesmo êxito, pois não se enquadrava como fator constitutivo dentro da política nacionalista, por outro lado a instituição que apesar das pressões permaneceu responsável pelo cuidado aos pobres foi a Igreja Católica (GARRETÓN,2007)

Corroborando Saffioti (1976) ressalta que, para não perder seu status na estrutura de poder, a igreja católica sacrificou algumas de suas doutrina cristã e adequou seu corpo doutrinário as expectativas sociais presentes ,assumindo aparentemente um aspecto progressistas no que tange as relações entre as classes sociais, atuando como mecanismo regulador das tensões nas sociedades competitivas, assim amortizando os conflitos entre as classes sociais com sua política de preservação das diferenças sócias, isto é operando de maneira a atrasar a evolução de certos estratos sociais afim de que não deixem de operar como justificativas das injustiças sociais , alicerce das sociedades capitalistas. Da mesma a igreja católica reflete na sua doutrina religiosa o papel da mulher como um ser secundário e suspeito, evidenciando um esforço velado a manter a mulher submissa ao homem.

Não obstante o processo de modernização foi percebido como amplamente progressista, havia a ideia de que os trabalhadores e variados setores sociais e urbanos de baixa renda estavam sendo incluídos, ou quiçá seriam incorporados aos benefícios matérias e simbólicos da modernização, só que esta inclusão não ocorreu de fato. Então os governos dos Estado

nacionalistas para manter e fortalecer a lealdade do povo e assegurar a disciplina criou meios de proporcionar um relativo bem-estar a sociedade, através da universalização de serviços públicos, como aquisição de alimento, saúde e educação acessível a toda a classe média crescente e aos trabalhadores. Porém mesmo com o esforço em promover melhor qualidade de vida a população, de proporcionar as classes mais baixa um modelo cultural semelhante ao da elite, não houve a preocupação em discutir e refletir sobre políticas sociais que atendessem as demandas de promoção de equidade de gênero, etnia/raça e identidade regional, entre outras tantas, esta parcela da sociedade se mantiveram invisível e marginalizadas, subordinadas as dimensões sociopolíticas e econômicas da Matriz Sociopolítica Estatal Nacional Popular. Pois também havia uma forte tendência de disciplinarização e contenção por meio de um discurso coercitivo do bem-estar social (GARRETÓN,2007).

Para Adelman (2004) o Estado através das políticas de bem-estar social tem servido historicamente para construir, reafirmar, produzir e reproduzir as relações de desigualdades de classe e de gênero, desde seu surgimento, ele produz definições generalizadas do sujeito político, que se cristalizam nas normas e leis definidoras dos poderes e privilégios de gênero e das formas de controle dos homens sobre os corpos das mulheres e dos Outros. A ausência das mulheres na formação do Estado moderno nas instâncias de poder político não é melhor justificada como acidental, mas de fato que estas instituições possuem um caráter profundamente patriarcal.

O desafio da conquista de espaço e reconhecimento da luta das mulheres, passa por uma cultural patriarcal, que se estruturou ao longo do tempo pela dominação dos homens sobre as mulheres e hoje organiza a dinâmica das relações de gênero e os instrumentos de dominação que atuam em toda a sociedade através das leis e costumes, da dinâmica da economia, das formas de organização social e de toda as dimensões da vida política, cultural e social. As desigualdades de gênero, presente ainda em todos os segmentos sociais afetam a capacidade de reconhecimento e emancipação das mulheres, reforçam a ideia de superioridade do sexo masculino em detrimento ao sexo feminino e da existência de uma supremacia etnocêntrica em relação a outras etnias.

A demais o sistema escravagista deixou marcas profundas na estrutura psicossocial da população negra, negras e negros passaram de um modo de vida a outro, mas não de uma vida a outra, a notícia da abolição da escravatura provocou psicoses e mortes súbitas. De qualquer ângulo que se aborde a análise dos estados mórbidos psicogênicos, logo depara-se com o panorama da neurose e todos os seus sintomas influenciados por um objetivo final, atribuindo

a este um valor de uma causa formativa, um princípio de orientação, de disposição e de coordenação.

Segundo Ferreira (2000) o mito a democracia racial³ brasileira, fez com que as elites dominantes dissimulassem as desigualdades, impedindo as pessoas negras de se conscientizarem acerca de suas características e heranças históricas e culturais. O racismo no Brasil é um fenômeno complexo, difícil de ser compreendido e enfrentado, pois a sociedade insiste em ver e a justificar as desigualdades como um problema de renda, educação e recursos, mascarando o racismo e a discriminação. De acordo com o mesmo autor mesmo apesar de a pessoa negra ter desempenhado um papel crucial na construção e desenvolvimento do Brasil, nossa sociedade está impregnada de referências estigmatizantes de ordem física, intelectual e social associadas à pessoa negra, que foram e são legitimadas e reforçada tornando-se “verdades” compartilhadas e difundidas. Esse processo impactou e ainda persiste impactando diretamente na formação da identidade, a pessoa negra vivencia frequentemente situações de humilhação e desprestígio pessoal, que vêm a desencadear as desvantagens por eles enfrentadas nas situações concretas do dia a dia.

De certo, mesmo com todas as transformações ocorridas em nossa sociedade os sujeitos e as instituições ainda carregam em seu cerne o traço indelével do caráter patriarcal, desta vez renovado, insiste e persiste institucional, política e socialmente. O patriarcado continua sendo, o elemento que instituiu e institui novas regras coercitivas e disciplinadoras de acesso ao corpo e à cidadania das mulheres subalternizadas. Segundo Saffioti (1987) as relações patriarcais contaminam a sociedade, esse direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas também impregna o Estado, a liberdade civil, tudo está vinculado ao direito patriarcal. Esse comportamento se reflete nos espaços de decisão, onde as mulheres se resignam ao papel de coadjuvantes definindo rumos que reforçam um espaço comandado pelos homens e que não privilegiam as demandas possíveis à equidade entre homens e mulheres.

Economia solidaria: como alternativa à superação das desigualdades de gênero

Aqui neste tópico resumidamente aborda-se as relações e inequidades binárias de gênero e como a economia solidaria pode ser uma proposta emancipadora para superar as desigualdades entre homens e mulheres.

³ A democracia racial é um termo usado por alguns estudiosos como, Florestan Fernandes, Thomas Skidmore para descrever relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de alguns estudiosos que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial, mas a verdade é que a elite predominantemente branca na sociedade brasileira promoveu a democracia racial para obscurecer formas de opressão racial invisibilizando a discriminação generalizada nos campos do emprego, educação e política eleitoral.

Conforme Scott (1989) a analogia binária de gênero entre homens e mulheres estabelece um componente importante nas relações sociais que fundamenta as diferenças observadas entre os sexos, além disso, configura uma forma de poder aplicado nas relações sociais. O conceito de gênero surge para avaliar a designação cultural e biológica dos corpos, a percepção dos sexos e suas atribuições, deveres e separações. Assim a associação natural em que a mulher seria dada somente a maternidade e ao cuidado com o espaço doméstico, compreendendo-as como o sexo frágil, isto é, consideradas inferiores aos homens.

O desafio na conquista de espaço e reconhecimento da luta das mulheres, passa por uma cultural patriarcal, a qual se transfere do lugar socialmente legitimado como o doméstico, para o público, o seu trabalho. De acordo com Saffioti (2004) as relações patriarcais contaminam a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas também impregna o Estado, a liberdade civil, tudo está vinculado ao direito patriarcal. Esse comportamento se reflete nos espaços de decisão, onde as mulheres se resignam ao papel de coadjuvantes definindo rumos que reforçam um espaço comandado pelos homens e que não privilegiam as demandas possíveis à equidade entre homens e mulheres.

O Estado e o sistema político mais amplo fazem a mediação para que os interesses estejam em consonância para que as demandas sociais sejam atendidas conforme a vontade dos homens. Nesse sentido, entende-se que a influência dos interesses socialmente organizados na formulação/implementação de ações concretas é balizada pelo modo que assume a sua relação com as instituições e instâncias decisórias e de operacionalização de políticas. Com isso, o tipo de interação entre interesses e instituições influencia decisivamente a capacidade desses mesmos interesses em condicionar a formação e implementação de Políticas (COUTINHO,1989).

Entende-se que as políticas públicas surgem como impulsionadoras do desenvolvimento econômico, com capacidade de promover a inclusão social de grande parte da população, inclusive as que se encontro as margens da sociedade, com destaque as mulheres (SOUZA,2003).

Para Aretche (2003) as políticas públicas são um processo dinâmico, com muitas negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. É necessário compreender a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir. Para isso é preciso entender a composição de classe, os mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é

monolítica ou impermeável e as pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade.

Entretanto situações de desigualdades nas relações sociais se manifestam frequentemente nos espaços políticos entre homens e mulheres, Saffioti (2004), destaca que a diferença sexual é convertida em diferença política passando exprimir liberdade ou sujeição, assim o patriarcado pode ser entendido como uma forma de expressão do poder político, e esta afirmação se coloca de encontro, a máxima do feminismo radical “o pessoal é político”.

Do mesmo modo as hierarquizações sociais não podem ser vistas como naturais, pois é necessário se pensar através do prisma gênero, etnia/raça e classe social, que o entrecruzamento dessas categorias revelação a combinação de opressões que colocam as mulheres negras em situação de maior violência, pobreza e vulnerabilidade social. O machismo aliado com o racismo coloca a mulher negra na base da pirâmide social, sendo elas as que mais sofrem o peso do capitalismo. Refletir sobre a interseccionalidade gênero, étnica/raça e classe social é indispensável para conhecer os sujeitos que são sistematicamente violentados pelo racismo, machismo, e pela condição social. Combater o machismo sem combater o racismo estaremos reproduzindo e alimentando as mesmas estruturas de sistema opressor. Enfim o racismo e o machismos estruturam todas as relações sociais, não se pode falar em Estado sem se falar nesses sistemas de opressão. (DAVIS,1982).

Segundo Piscitelli (2002) as diversas correntes do pensamento feminista afirmam, a existência da subordinação feminina, porém questionam o suposto caráter natural dessa submissão, indo ao encontro do fato de que essa subordinação é decorrente da maneira como as mulheres são construídas socialmente, este entendimento é fundamental, pois a ideia subjacente de que o que é construído pode ser modificado, destacando as relações sociais de gênero.

No entanto a Economia Solidária como espaço social, político e além de econômico, pode apresentar de forma naturalizada, como destaca Matos (2013), um traço indelével do caráter patriarcal, o elemento que instituiu e institui novas regras coercitivas e disciplinadoras de acesso à cidadania das mulheres subalternizadas. Essa construção social, reproduzida afeta diretamente a participação das mulheres no espaço público/político.

Desta maneira a participação das mulheres na Economia Solidária em sua extensão merece destaque, ao romper os paradigmas baseados nas relações sociais de gênero, onde segundo Cisne (2014) a presença das mulheres subverte uma ordem material e ideológica que distribui, qualidades e aptidões de forma hierarquizada entre os sexos masculino e feminino, ressalta ainda que a participação das mulheres nos movimento sociais não pode ser um

prolongamento da sua atividade reprodutiva, baseada na cultura patriarcal. Corroborando Saffioti (1987), destaca que, o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, ele é também um sistema de exploração e esta dominação situa-se nos campos político e ideológico, já a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

A economia feminista, segundo Quintela (2006) contribui para que a mulher no espaço da Economia Solidária pense o seu papel e especialmente o de se questionar como é que está sendo garantido os seus direitos nesses grupos de produção. O direito trabalhista presume que as mulheres se insiram no mercado de trabalho, bem como, nos espaços de poder e que a divisão sexual do trabalho seja eliminada tanto nos espaços públicos como no privado. A participação das mulheres na Economia Solidária permite que se faça desse espaço uns lócus privilegiados para a discussões acerca das políticas que contemplam o recorte de gênero, assim como contribuir para o reconhecimento coletivo entre as mulheres.

Na perspectiva feminista a Economia Solidária surge como um espaço de possibilidade no despertar das mulheres na esfera política, social e econômica, não apenas como mera executoras, que por sua vez reproduzem a subordinação e desvalorização de seu trabalho, mas com o devido reconhecimento de seu papel como participante do processo de transformação e desenvolvimento social.

No Brasil, ainda gênero e etnia/raça são elementos fundamentais que influenciam na compreensão e no processo de violação de direitos das mulheres. O racismo e a desigualdade de gênero são fenômeno que se manifestam de distintas formas que transformam e preconizam a hierarquização dos grupos, suas crenças e definições são ancorados em sistema que atribui valores e significados sociais negativos que servem de justificativa para o tratamento desigual. As sociedades foram estruturadas a partir da definição de lugares sociais para mulheres e para a população negra que não passam pelos espaços de poder e cidadania plena (SAFFIOTI,1987).

Prá E Epping (2012), apontam para a importância da trajetória das mulheres e às mudanças promovidas pela força de seu protagonismo como forma de fornecer subsídios a futuros estudos acerca de diversas questões como a da cidadania, da emancipação, dos direitos humanos, da participação política, do capital social e das políticas públicas

Enfim é essencial refletir acerca do pensar a importância da emancipação política das mulheres, que diz respeito à representação equitativa em estruturas de tomada de decisão, assim como, o seu direito à voz na formulação de políticas públicas que afetam a sociedade na qual estão inseridas, ou seja, o reconhecimento e valorização de sua participação como sujeito político e ativo nas transformações e desenvolvimento da sociedade (LISBOA 2008).

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas no presente artigo tiveram como intenção recuperar uma questão vital no campo da análise do Estado, identificar as formas deste foram crucias para compreender as questões ligadas as mulheres e como coadjuvantes no processo de modernização e desenvolvimento do Estado e nas políticas públicas.

O Patriarcado aparece como um sistema social de dominação sobre as mulheres. Nota-se que o sistema patriarcal se estruturou ao longo do tempo pela dominação dos homens sobre as mulheres e hoje organiza a dinâmica das relações de gênero e os instrumentos de dominação que atuam em toda a sociedade através das leis e costumes, da dinâmica da economia, das formas de organização social e de toda as dimensões da vida política e cultural.

No sistema patriarcal, os homens têm maior poder, ocupam os principais postos de comando e decisão das principais instituições e organizações nas diferentes dimensões da vida política, econômica e social e, além disto, tudo que é associado ao masculino adquire mais valor do que aquilo que é associado com o feminino. Por isto, todos os homens beneficiam-se deste sistema, mesmo que individualmente exista quem evite ou tente não explorar, não oprimir e nem dominar as mulheres que lhe são próximas.

A participação política e o poder de decidir os rumos da comunidade, do município e do país, foi um direito negado, proibido para nós, as mulheres. Esta situação só começa a mudar pela luta feminista. Mas, ainda hoje, quando o direito à participação é reconhecido para as mulheres, ele é negado na prática pelos muitos obstáculos que estão colocados para nós mulheres, ou pelo menos para a grande maioria de nós. Nos sistemas de dominação, o controle dos espaços de poder são instrumentos de exclusão dos grupos dominados que se tornam, por isto, minorias políticas. É isto que o Patriarcado faz com as mulheres: apesar de ser metade da população, pela dominação patriarcal tornam-se minoria política, sem poder para decidir sobre as mudanças, as regras e leis que nos interessam.

O neoliberalismo no plano cultural combina-se frequentemente com o conservadorismo, isto é pode estar atrelado a valores tradicionais a nação ,a família respeito as hierarquias ,a liberdade com valor máximo ,embora com autodisciplina ,assim como também está ligado a duas correntes de pensamentos ao fundamentalismo de mercado – com sua crença (paradoxal) nas virtudes criadoras da destruição das tradições – e o conservadorismo, por sua vez defensor exatamente das tradições e da autoridade estabelecida.

Analisar as conjunturas da participação das mulheres nos espaços de discussão e decisões acerca das atividades da Economia Solidária e a configuração dessas práticas foram

as dúvidas do campo que me instigaram a vontade de buscar um entendimento mais amplo sobre as problemáticas que envolvem o desenvolvimento e as políticas públicas.

A proposta para o desenvolvimento da pesquisa incidiu no estudo de campo da participação das mulheres nos espaços de discussão, decisões e formulações de políticas públicas acerca de estruturação das atividades da Economia Solidária no Projeto Esperança\Cooesperança ⁴, onde acontece o fórum regional da região central do RS, as conferências da região central em todos os níveis, bem como, os espaços participativos consequentes na formulação das políticas da economia solidaria. Considerou-se o projeto pela sua gama de ações que envolvem o público da Economia Solidária e pela aproximação ao objeto a ser estudado e o todo contexto que compõem a pesquisa.

Porém os obstáculos que surgem para estruturação da Economia Solidária, na sua manutenção, apontam que a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é estritamente econômica, mas também essencialmente política, pois são estas ações que permitem a transformação social a continuidade da economia solidaria, sendo está voltada para além do desenvolvimento econômico, e também como papel de formação e resistência dos grupos que a integram.

Enfim na medida em que as mulheres estiverem presentes, o seu protagonismo acarretará um destino diferente com maior visibilidade e valorização de seu trabalho e protagonismo na Economia Solidária. Criando novas configurações onde a mulher já não se define como responsável apenas pela reprodução social do seu lugar restrito ao privado, mas sim como figura politicamente ativa e sua participação significará propor seu lugar na política, nas ações para enfrentar a crise econômica e as novas faces da pobreza as quais as mulheres fazem parte.

Referências

ADELMAN, M. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher, 2016.

AZAMBUJA, D. *Introdução à ciência política*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Globo, 2011. 402 p. ISBN: 9788525045744.

ALENCAR, J. C, I. FONSECA, I. PIRES, R. R, U. *Participação Social e Desigualdades nos Conselhos Nacionais*. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 112-146.

⁴ SARRIA I; A,M; FREITAS, M, R, de (org). *O Projeto Esperança/ Cooesperança e a construção da Economia Solidária no Brasil. Relato de experiência*. Cáritas Brasileira. Porto Alegre: 2006.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 18, n. 51, p.7-9, 2003

BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia Sustentável, Salvador SETRE, 2011.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

COUTINHO, C.N. *Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia*. In: TEIXEIRA, Sonia Fleury (org). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez, 1989. 232 p. 47-60.

DAVIS, A. *Mulher, Raça e Classe*. Tradução Livre. Plataforma Gueto_2013.

FRATESCHI, Y A. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista"*. Vol. 1. São Paulo: Ática, 1989. p. 51-77. (Série Fundamentos, 62).

RUSSEL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. 3ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FERREIRA, R. F. (2000). *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC.

GARRETÓN M, M,A. *América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 156 p. ISBN: 9788522506026.

GAIGER, L, I. A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista brasileira de ciências Sociais - RBCS* Vol. 28 n° 82 junho/2013.

LOTTA G, S, & LOTTA, G, S. (2010). *Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível da rua no Programa Saúde da Família*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH, Tese de Doutorado.

LEIS, H,R. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas..(106-122) In : *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e Inovação*. Arlindo Philippi Jr, Antônio J. Silva Neto. Manaus, 2011.

LISBOA, T,K. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas públicas. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, 25 a 28 de agosto de 2008.

MATOS, M. *A democracia Brasileira na ausência das mulheres: A perspectiva da teoria política feminista*. In: *Avritzer, Leonardo. Experiência democrática, sistema político e participação popular* – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PISCITELLI, A. “Recriando a (categoria) mulher?” In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

PRÁ, J, R, E, L. Cidadania e feminismo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

QUINTELA, S. *Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia*. Rio de Janeiro. PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. Tradução: Iara Bongiovani. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004 – (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, H. *Poder do Macho*. Tradução Iara Bongiovani. São Paulo, Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila.

SINGER, P. *A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil*. In: Boaventura de Sousa Santos (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 81-130.

SOUZA, C. Políticas públicas e orçamento público: conflitos e cooperação. In: BENEVIDES, M. Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio. (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003b. p. 134-161.

Solidarity economy: as a emancipatoria and political perspective for women

Abstract: This article aims to highlight the actions of women, strengthening your political, economic and social emancipation in the context of the solidarity economy as well as the difficulties encountered for putting social gender equity policies. Such relationships were experienced in different contexts from the actions of the work as a Social incubator, which enabled the approach with the context of the solidarity economy, and the look from the perspective of the mobilization of women, and as a delegate of the last National Conference on solidarity economy.

Keywords: Women and Social participation. Solidarity economy. Public policy.

Simpósio Temático 8 - Religiosidades, Gênero, Feminismos e Democracia

Coordenação: Claudete Beise Ulrich (21/03) Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fº (21/03)

Local: SALA EFI – 302.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Alisson Cruz Soledade

alissonsoledade@outlook.com

UFSC

'SE TUDO DE DEUS ESTÁ NA BÍBLIA, DEUS É UM DEUS PEQUENO, É LIMITADO": TENSIONAMENTOS NA RECEPÇÃO DA BÍBLIA NA COMUNIDADE CRISTÃ INCLUSIVA DO SALVADOR

“SE TUDO DE DEUS ESTÁ NA BÍBLIA, DEUS É UM DEUS PEQUENO, É LIMITADO”: TENSIONAMENTOS NA RECEPÇÃO DA BÍBLIA NA COMUNIDADE CRISTÃ INCLUSIVA DO SALVADOR

Alisson Cruz Soledade¹

Resumo: A Comunidade Cristã Inclusiva do Salvador é uma igreja cristã evangélica, criada por dois pastores homossexuais, que possui como objetivo o acolhimento e inclusão da população LGBT. Deste modo, mediante a compreensão de que o livro sagrado dos cristãos possui uma longa trajetória hermenêutica na qual, historicamente, tem sido dada a primazia da justificação das hierarquias de gênero e de sexualidade, discuto como a leitura realizada pelos pastores problematiza a centralidade da Bíblia na vida religiosa cristã e apresenta uma compreensão destoante dos significados canonizados acerca da relação entre gênero, sexualidade e o sagrado. **Palavras-chave:** Igreja Inclusiva. Leitura. Bíblia.

No domingo, 03 de dezembro de 2017, a linha dois do metrô de Salvador estava lotada. A linha que liga o norte ao centro da capital baiana comumente alcança grande fluxo de passageiros aos domingos nos dias de eventos no estádio da Fonte Nova. Não era o caso naquele domingo. Neste dia estava acontecendo a 12ª caminhada do samba, evento organizado para comemorar o Dia Nacional do Samba. Trios elétricos e uma multidão tomaram conta do centro de Salvador. Contudo, em meio a esta celebração, outra estava acontecendo concomitantemente naquela região. Em uma pequena sala alugada, dez pessoas estavam reunidas para cultuar sua divindade e celebrar a vida. Nesta sala, estava reunida a membresia fixa da Comunidade Cristã Inclusiva do Salvador (COCIS), uma igreja cristã evangélica criada por dois pastores homossexuais em 2015 e que possui como objetivo o acolhimento e inclusão da população LGBT. Ela foi criada pelos pastores Luciano Santana e Ney Andrade com o intuito de proporcionar um espaço aberto para xs gays, lésbicas, travestis e transexuais em Salvador, já que, segundo o site oficial da comunidade, “diante das dificuldades encontradas por membros de igrejas evangélicas em relação a sua orientação sexual, Deus nos chamou para iniciar um trabalho de inclusão” (COCISBAHIA, 2017).

Comunidade inclusiva ou igreja inclusiva “é o termo êmico, usado no campo estudado, para as igrejas que ‘acolhem’ pessoas LGBT’s. O termo, no entanto, é amplo e comporta uma complexidade de usos e interpretações” (WEISS DE JESUS, 2012, p. 65). É necessário, então, refletir sobre qual o significado atribuído pela própria COCIS ao termo inclusão e assim o pastor Ney afirmou:

¹ Doutorando em História Global pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil. E-mail: alissonsoledade@outlook.com.

A nossa noção de inclusão não é só em relação à questão da sexualidade. Tem a ver com a questão da mulher negra, do ser mulher, da mulher negra, gorda, surdo-mudo, cego, cadeirante... as pessoas que são excluídas das igrejas, excluídas até mesmo de posição: pastora, diaconisa, liderança, a gente quer trazer pra incluir. Todos vão ter a possibilidade de ser o que quiserem ser (ANDRADE, Salvador-BA, 12 set. 2017).

Apesar da perspectiva de inclusão assinalada pelo pastor, é possível perceber na sua entrevista a primazia dada as reflexões acerca da relação entre o cristianismo, a Bíblia e a homossexualidade. No entanto, o próprio pastor afirmou ter uma preocupação com a possibilidade da comunidade ficar marcada como uma igreja gay, isto pois, acabaria determinando o público e afastando outrxs sujeitxs. Segundo Moisés Neto (2013) e Fátima Weiss de Jesus (2012) outras comunidades inclusivas como a Igreja da Comunidade Contemporânea e a Igreja da Comunidade Metropolitana têm se preocupado com esse tipo de demarcação. Deste modo, como apontou André Sidnei Musskopf, existe uma preferência em “definir-se como organizações “inclusivas”, no sentido de que estão abertas a todas as pessoas, especialmente àquelas que se sentem “excluídas” de outros espaços” (2008, p. 168).

O surgimento de igrejas inclusivas é um fenômeno que tem aumentado sensivelmente no continente americano desde a década de 1960 quando a *Metropolitan Community Church* (ICM) foi fundada nos Estados Unidos (LIMA, 2013; MARANHÃO Fº, 2015, 2016b; MUSSKOPF, 2008; WEISS DE JESUS, 2012). Segundo Musskopf, propostas de instituições e comunidades com viés inclusivo têm se propagado pela América Latina desde a década de 1980, mas com “características particulares em cada lugar e período em que surgem e se desenvolvem, eles representam uma tentativa de conciliar orientações sexuais e identidades de gênero fora do padrão heterocêntrico com a experiência de fé” (2008, p. 170).

Assim, enquanto a primeira igreja inclusiva mexicana foi criada em 1980 e o primeiro culto realizado por um grupo cristão assumidamente gay na Argentina em 1987 (MUSSKOPF, 2008), no Brasil as propostas inclusivas surgiram apenas na década de 1990 no bojo dos debates sobre a relação entre a homossexualidade e as religiões no Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da USP que teve como resultado a criação em 1997 da Comunidade Cristã Gay (CCG). Esta comunidade se tornou responsável pela primeira ordenação de pastores homossexuais no país (NATIVIDADE, 2008).

As primeiras experiências inclusivas no Brasil então, apesar de serem evidentemente comunidades de fé, nasceram do contato íntimo com grupos acadêmicos e movimentos ligados às lutas por direitos civis. Contudo, Weiss de Jesus defendeu que foi somente “a partir do início

dos anos 2000 que aconteceu uma proliferação de diversas denominações inclusivas no Brasil” (2012, p. 65).

A Comunidade Cristã Inclusiva do Salvador está inserida nesse contexto de proliferação das igrejas inclusivas no Brasil e na América Latina. Contudo, esse não é um “movimento” uniforme como tem apontado Natividade, Weiss de Jesus, Maranhão Filho, Musskopf e Neto. Algumas igrejas possuem um caráter mais assimilacionista ao buscar a integração de gays e lésbicas na esfera evangélica, mas sem avaliar e contestar os valores e os significados atribuídos à sexualidade e a afetividade dxs fiéis normatizados por uma leitura e aplicação bíblica historicamente construída. Por outro lado, igrejas como a ICM-SP têm flexibilizado o discurso religioso sobre a sexualidade (MARANHÃO F^o, 2011) e apresentado novos modelos rituais, de leituras e compreensões acerca de como a escritura sagrada trata as relações de gênero e as orientações sexuais. Na COCIS estes debates têm sido realizados nas celebrações² e também em encontros de estudos da teologia inclusiva.

A Bíblia na leitura realizada pelos pastores da COCIS

Ao analisar a Comunidade Cristã Nova Esperança em Natal, Moises Neto assinalou que a emergência “dessas igrejas está ligada [...] à história de vida de indivíduos pertencentes anteriormente a outras denominações tradicionais e que foram, por conta de sua sexualidade, excluídas das atividades, das lideranças e [...] do convívio da igreja” (2013, p. 125) e no caso da Comunidade Inclusiva do Salvador não foi tão diferente, no entanto, a experiência de exclusão dos pastores Ney e Luciano não se realizou de maneira direta, isto é, eles não foram obrigados a sair ou foram removidos dos cargos ocupados na igreja, mas ao reconhecerem o modo como suas igrejas lidavam com a homossexualidade eles próprios decidiram por se desligar. Em seu relato acerca da sua trajetória de vida, muito atrelada a sua experiência na igreja batista dita tradicional, o pastor Ney afirmou:

A minha formação cristã eu posso dizer assim que a maior parte é questão evangélica, porque com 18 anos eu me converti numa igreja evangélica, numa igreja batista. E foi aí que começou a me fazer pensar em muitas coisas e outras coisas eu anulei na minha vida, principalmente a questão da sexualidade. Na igreja tradicional a questão da homossexualidade é entendida como pecado, do demônio, safadeza e isso por conta da falta de conhecimento. E durante muito tempo eu me anulei. Fazer o que os outros queriam que eu... fazer o que os outros achavam que era certo. Não precisava ninguém dizer, ‘você faça isso’, não precisava. Era só ler, reler a sociedade e ver que a homossexualidade era condenada [...] fui para o seminário fazer teologia

² Os pastores e a membresia da COCIS preferem a utilização do termo celebração ao de culto para definir as reuniões que promovem para louvar, ler a bíblia e realizar as orações.

justamente para ampliar minha visão com relação a muitas coisas e em determinados momento até pra vencer a homossexualidade, né? Porque era pecado, pecado, pecado e era jejum, sacrifício disso, sacrifício daquilo, voto disso, voto daquilo, mas só que a gente... não consegue porque faz parte da gente [...] em determinado momento eu disse não. Eu não sou feliz, eu não estou sendo feliz assim. Rompi com aquele momento, com aquela história que me aprisionava e saí. Não pensei em nada. Não pensei em religião, não pensei em família, não pensei em nada. Só pensava em dizer assim, como é que eu posso ensinar a ser feliz se eu não sou feliz? Como eu posso ensinar meus filhos a serem quem eles são se eu não estava sendo quem eu era? Viver o que eu era? E já com o título de pastor na igreja, já era consagrado na igreja, saí e depois de um tempo que eu tive contato com a igreja inclusiva (ANDRADE, Salvador-BA, 12 set. 2017).

A percepção do pastor sobre a definição da homossexualidade produzida e reiterada enquanto “pecado, do demônio e safadeza” pela tradição cristã é o efeito da produção e propagação desses significados que se enraizou na religiosidade “por conta da falta de conhecimento”. A compreensão de Ney contém tanto o efeito histórico da produção desses significados quanto a sua atual posição de pastor de uma igreja inclusiva que se nutre da teologia inclusiva como parâmetro de interpretação bíblica. Com efeito, a incubência maior de orientar bíblicos à luz da teologia inclusiva na COCIS tem sido do pastor Luciano.

Luciano Santana nasceu em uma família batista, filho de diácono de uma igreja centenária da capital baiana, estudou em escola de caráter confessional e assim cresceu em meio à cultura cristã evangélica. A igreja que Luciano frequentou até se afastar por conta da declaração da sua homossexualidade é caracterizada por ele como muito conservadora por ter acompanhado ao longo da sua infância e juventude a determinação de regras de comportamento dentro do espaço físico da igreja, mas também fora dela. Dentro da igreja era proibido bater palmas, as mulheres impedidas de usar calças, de pastorear e de ser diaconisa:

Antes de me casar eu já tinha essa atração por pessoas do mesmo sexo, mas isso na cabeça de um adolescente, imagine. De uma igreja conservadora que tinha aquele discurso de 1910. Vou conversar com quem? Vou confiar em quem? Porque as pessoas ainda estão dentro daquela cultura, com uma mente bem fechada e naquela época não tinha essa abertura que tem hoje. Não tinha essa abertura pra falar com os meus pais sobre isso. Em algumas comunidades religiosas falar sobre sexo ainda é um tabu, imagine sobre homossexualidade? É complicado, numa igreja tradicional, batista, bem batista [...] E aí vivendo esse conflito de começar a fazer orações, pedir a Deus que me libertasse, que queria fazer a vontade dele [...] Eu lembro de ter feito uma oração e dizer a Deus, “ó Deus me leve logo se for pra eu passar vergonha ou causar algum tipo de constrangimento para o senhor mesmo, é melhor me levar”. E eu até hoje estou esperando Deus me levar (risos). Se ele me levar será por outro motivo e não por isso. Porque pelo tempo que fiz essa oração até hoje estou esperando ele me levar. E eu fui crescendo com esse conflito e tinham momentos que parecia que eu ia explodir. Estava farto disso. De ser considerado pecador [...] Apesar de ter sido e eu sou uma pessoa

questionadora, mas pra um adolescente ainda tem certos discursos que pesam. Porque você vê, ‘poxa realmente está na Bíblia’. E aquela doutrina de que a Bíblia é a palavra de Deus pesa. Porque se a palavra de Deus diz você não pode questionar. A palavra de Deus é inquestionável e se você questionar você é tido como rebelde [...] Esse é um discurso que é reproduzido até hoje no século XXI (SANTANA, Salvador- Ba, 22 set. 2017).

A característica machista e conservadora da igreja, segundo ele, foi a causadora do seu desejo de pedir afastamento e ir estagiar em outra congregação no período da sua formação no seminário teológico antes mesmo de declarar-se homossexual. Contudo, pelo grande período em que frequentou e pela posição ocupada pelo seu pai essa igreja de “origem” possui uma forte marca na narrativa do pastor Luciano acerca do seu rompimento com esse modelo de prática religiosa evangélica.

Na COCIS ele é o responsável por orientar os estudos³ que têm servido como um instrumento de ampliação do horizonte dxs membrxs da Igreja sobre gênero e sexualidades à medida que as leituras dos textos chamados de condenatórios são debatidos. Nos estudos, o pastor Luciano fala recorrentemente sobre a necessidade de se apresentar a sociedade à qual o texto possivelmente se destinava, apontando para uma compreensão da Bíblia não como um manual a ser seguido e sim pela sua característica histórica.

Em um dos estudos da Bíblia o pastor Luciano indicou que as críticas direcionadas à teologia inclusiva estão alicerçadas no livro de Gênesis. Brune Bonassi, em sua investigação sobre a cisonorma, faz a crítica a este livro por ser considerado responsável por apresentar a lei divina que “cria homens e mulheres, e apenas homens e mulheres” (2017, p. 48). Todavia, Luciano ao analisar os versículos 26 e 27 discorreu sobre o problema da linguagem e da tradução apontando que a palavra *Adam* em hebraico significava humanidade e não homem enquanto Eva significava no hebraico vida, “então quando Deus cria Adão e em seguida cria Eva e dá a Adão, o significado é Deus criou a humanidade e deu Eva [...] e Deus deu vida a essa humanidade” (COMUNIDADE Inclusiva do Salvador, 2016).

Com efeito, conforme assinala Weiss de Jesus em conformidade com Michel Foucault, a religião é “produto e produtora de representações e dispositivos reguladores das sexualidades [...] também legítima (ou constrói) determinadas concepções de “masculinos” e “femininos” (WEISS de JESUS, 2012, p. 37) e, deste modo, esse estudo de gênesis realizado na COCIS pode ser entendido como um indício da tentativa de contestação da heteronormatividade e da

³ No site da COCIS estão disponibilizados nove áudios sobre os estudos inclusivos de livros específicos da Bíblia e também acerca da relação entre Jesus e a homossexualidade.

cisnormatividade tão reiteradas nos cultos protestantes ao afirmar que Deus também criou xs gays, lésbicas, travestis e transexuais já que ele havia criado a humanidade.

Contudo, essa contestação ainda está calcada em modelos essencialistas. Apesar de problematizarem a condenação da homossexualidade na Bíblia, não houve questionamentos acerca de como as noções de masculino e feminino são enunciadas no livro. Homens e mulheres aparecem nessas enunciações como dados autoevidentes, não levando em consideração a condição performática do gênero, isto é, o gênero como “a estilização repetida do corpo, [como] um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59).

De todo modo, na leitura realizada pelos pastores Luciano e Ney, a interpretação dos textos bíblicos que foram historicamente caracterizados como condenatórios às homossexualidades são equívocos produzidos pela falta de conhecimento da história bíblica e/ou por uma decodificação literal dos textos sagrados. De acordo com o pastor Luciano:

É em nome da ortodoxia que muitos líderes religiosos e teólogos conservadores fundamentam os seus posicionamentos em combate à homossexualidade causando o que podemos denominar de homofobia religiosa, que são discursos fundamentados em interpretações conservadoras e literalistas da Bíblia, desqualificando toda manifestação da diversidade sexual. Entretanto, o desconhecimento da historicidade dos textos bíblicos, do contexto em que foram escritos, só contribuem para que mais falácias e equívocos acerca da homossexualidade sejam propagadas nos círculos cristãos [...] É importante destacar que até o fechamento da canonização da Bíblia (termo que se dá ao processo que reconheceu os 66 livros como “divinamente inspirados”) muitos conceitos eram desconhecidos pelos povos bíblicos. Travestilidade, transexualidade, cisgenderiedade são expressões mais recentes, que não faziam parte no entendimento dos destinatários bíblicos. Quando a Bíblia se refere à relação homossexual, nada tem haver (sic) com o conceito que temos hoje de homoafetividade (SANTANA, 2018).

Além de indicar quais foram os mecanismos de leitura que produziram as interpretações da Bíblia com viés condenatório, o pastor também tem buscado explicitar novas maneiras de se compreender os trechos mais recorrentemente utilizados para reiterar a condenação espiritual da população LGBT:

Outro argumento equivocado defendido pela Teologia tradicional (cis-heteronormativa) para combater a homossexualidade e restringir a religiosidade cristã somente para os heterossexuais está fundamentado na leitura e interpretação de Gênesis 19 que narra dos sodomitas que queriam abusar de dois homens que estavam hospedados na casa de Ló. Segundo os conservadores, o pecado de Sodoma estava ligado ao comportamento homossexual, reforçando o discurso religioso de chamar os homossexuais de sodomitas. Essa concepção de que sodomia é sinônimo de homossexualidade

é reprodução do pensamento do teólogo e filósofo medieval Tomás de Aquino (1225 – 1274 d.C), que defendia a tese de que os sodomitas eram homossexuais. Numa leitura cuidadosa e crítica do texto (Gênesis 19), duas questões são fundamentais para a compreensão da narrativa. Em primeiro lugar, se realmente a cidade de Sodoma fosse toda homossexual, como as famílias daquela sociedade foram formadas se não fosse pela via da heterossexualidade? Em segundo lugar, se os sodomitas fossem todos homossexuais, por qual razão Ló ofereceu suas duas filhas para serem abusadas ao invés daqueles dois homens que estavam hospedados em sua casa? A partir dessas perguntas, concluímos que o problema não era o comportamento homossexual daquela cidade, e sim a intolerância ao estrangeiro, a falta de hospitalidade e a violência sexual. O método utilizado pelos sodomitas para humilhar qualquer estrangeiro era através do estupro coletivo. Esta foi a razão da tentativa de invasão da casa de Ló (que também era estrangeiro) para abusar daqueles homens que estavam protegidos pela lei da hospitalidade, que exigia que os hóspedes estivessem seguros enquanto permanecessem na casa do hospedeiro. Ao perceber o perigo que aqueles homens estavam expostos, a reação imediata de Ló foi de oferecer as suas filhas para serem abusadas (SANTANA, 2018).

A análise do pastor Luciano Santana acerca de “Gênesis 19” aponta a complexidade do processo de recepção da Bíblia na comunidade inclusiva. Essa complexidade fica evidente na tensão entre os alicerces que fundamentam a desconstrução da relação entre sodomia e homossexualidade com a frágil, pra não dizer inexistente, problematização acerca do papel da mulher nessa narrativa. Mesmo reconhecendo que o objetivo do texto era realizar uma “reflexão sobre a relação entre religiosidade e homossexualidade” para apresentar a teologia inclusiva e as supostas falhas da teologia dita tradicional acerca dos livros condenatórios, é notório que a crítica ficou focada na sexualidade, reiterando, através do silêncio⁴, o local redutor e opressivo das mulheres nas narrativas bíblicas.

As ponderações feitas pelo pastor sobre a interpretação do livro sagrado dos cristãos está relacionada com os alicerces dos estudos da teologia inclusiva produzida por Alexandre Feitosa, pastor e professor de língua portuguesa, em diversas obras. Feitosa, procura “demonstrar uma leitura inclusiva de várias passagens bíblicas defendendo a ideia de que Jesus sempre foi aberto aos excluídos, aos pobres, às prostitutas, a todos aqueles e aquelas que na época eram marginalizados/as, denominadas atualmente de “minorais sexuais” (SILVA, 2017, p. 277) e, assim, “pode-se perceber uma disputa discursiva, uma ‘vontade de verdade’ em torno dos sentidos atribuídos aos textos bíblicos” (idem, ibidem). Nessa composição, o que fica evidente na abordagem teológica de Alexandre Feitosa e, por consequência, de Luciano

⁴ A única menção à condição de mulher na narrativa bíblica no texto do pastor Luciano Santana é na sua análise de Levítico ao afirmar que não existiam menções as relações sexuais entre mulheres, pois “as relações sexuais entre mulheres nesse contexto não são mencionadas nos versículos citados, pelo fato da figura feminina ser considerada inferior para aquela sociedade marcada pelo modelo patriarcal” (SANTANA, 2018).

Santana, é que as identidades de gênero e as orientações sexuais são características inerentes dxs sujeitxs (SILVA, 2017) e não construções como defendeu Butler (2003).

O pastor Ney, que teve os primeiros contatos com a teologia inclusiva a partir dos da parceria com o pastor Luciano, também avaliou a Bíblia e as alterações nas suas compreensões mediante os estudos na COCIS:

Antes a gente dizia que a Bíblia é a nossa regra de fé e prática, não, tudo de Deus está ali e hoje eu digo assim: se tudo de Deus está na Bíblia, Deus é um Deus pequeno, é limitado. Deus é muito mais do que está na Bíblia. Deus é muito mais do que está escrito ali. É muito mais do que a gente possa tirar dali. A gente não pode dizer que tudo de Deus pra nós está na Bíblia, não pode, é limitar Deus. Deus é muito mais do que isso. A gente olha um vídeo de uma criança, de um idoso, olha as experiências das pessoas, tudo isso. Hebreus fala que Deus falou de muitas formas pelos pais aos filhos e hoje fala pelo filho que é Cristo. E como é que ele fala hoje? É através da Bíblia só? Não. Através da minha vida, através da sua vida, através da vida das pessoas que queiram compartilhar. Então uma das diferenças que a gente tem hoje é isso. Por isso que nós ampliamos na nossa maneira de ser cristãos é que as ciências chegam para nos ensinar. As pessoas vão para a academia e aprendem e aquilo que ela aprende ela pode ensinar na igreja (ANDRADE, Salvador-BA, 12 set. 2017).

Diante disso, o discurso do pastor sinaliza para uma desconstrução da Bíblia como instrumento privilegiado pela sua autoridade instituída através da *Sola Scriptura* na reforma protestante. De acordo com Christian Iacono, “o posicionamento de Lutero também foi na direção de acabar com a multiplicidade de sentidos e acolher o *sensus literalis* da Bíblia (2014, p. 32), característica enraizada nas denominações evangélicas que buscam nos seus textos sagrados a justificação para as definições binárias de gênero e para as “condenações” dxs homossexuais e da transitividade de gênero justamente pela crença na “infallibilidade apenas da Bíblia”. Na compreensão do pastor da COCIS, o conhecimento bíblico deve estar atualizado com os debates das ciências, para Ney os cristãos não podem “ficar olhando a bíblia e esquecer da sociologia, da antropologia, a gente não pode esquecer da psicologia, da medicina, não pode esquecer. A gente tem que trazer e atualizar” (ANDRADE, Salvador-BA, 12 set. 2017).

Considerações finais

A constituição de igrejas inclusivas tem provocado diversos questionamentos acerca da relação entre a construída tradição cristã de perseguir e condenar às populações LGBTI e a defesa das pessoas que integram essas igrejas de que na Bíblia não existe condenação. É nesse contexto que os pastores da COCIS têm entrado no campo de disputa discursiva sobre a interpretação mais adequada dos textos contidos na Bíblia.

Para o pastor Luciano Santana, a leitura deveria ser realizada levando em consideração os contextos de produção dos textos e é a partir disso que ele defende a diferença entre a condenação da prática sexual ligada a rituais religiosos com a homossexualidade. Já para o Pastor Ney Andrade, existe a necessidade de incorporar debates científicos e acadêmicos à leitura da Bíblia para que se possa realizar uma compreensão mais adequada da relação com Cristo no presente. Essa abordagem do pastor Ney, demonstra a descentralização da Bíblia como manual ou verdade sobre a relação entre os fiéis cristãos e sua divindade. No entanto, apesar dessa descentralização indicada por Ney e da compreensão de não-condenação da homossexualidade de Luciano, pode-se perceber que a perspectiva inclusiva adotada por eles para instrumentalizar a leitura da escritura ainda está atrelada a modelos de análise de gênero e sexualidades essencialistas e estabilizadas.

Portanto, ainda que exista uma disputa discursiva sobre as possíveis interpretações da escritura, na qual os cristãos inclusivos têm lutado para defender uma prática religiosa que acolha a população LGBTI, a ratificação essencialista e estabilizadora acaba por ratificar e produzir imagens normativas desses sujeitos, apresentando, assim, um processo de assimilação e não de subversão.

Referências

ANDRADE, Ney. **Entrevista** [set. 2017]. Entrevistador: Alisson Cruz Soledade, 2017. 2 arquivos mp3.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.** 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

COCISBAHIA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://cocisbahia.wixsite.com/cocis/quem-somos>>. Acesso em: 02 jul. 2017

IACONO, Christian Santiago. **Bíblia: palavra de Deus em linguagem humana sua interpretação no passado e na contemporaneidade** 17/03/2014 161 f. Mestrado em TEOLOGIA Instituição de Ensino: Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2014.

LIMA, Carlos Chagas Vilela. **A verdade (des)construída: a inserção da homossexualidade na Comunidade Cristã Nova Esperança, em Natal** 15/04/2013 113 f. Mestrado em Antropologia social. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Teologia queer e cristrans: Transições teológicas na Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM). **Mandrágora**, v.22. n. 2, p. 149-193, 2016b.

_____, "Uma Igreja dos Direitos Humanos" onde "promíscuo é o indivíduo que faz mais sexo que o invejoso e inveja é pecado": Notas sobre a identidade religiosa da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM). **Mandrágora**, SBC, v.21. n. 2, p. 5-37, 2015.

_____, "Jesus me ama no dark room e quando faço programa": narrativas de um reverendo e três irmãos evangélicos acerca da flexibilização do discurso religioso sobre sexualidade na Igreja da Comunidade Metropolitana. **Polis e Psique**, P Alegre, v. 1, n. 3, p. 221-253, 2011.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Via(da)gens teológicas** : itinerários para uma teologia queer no Brasil Tese (doutorado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Doutorado em Teologia. São Leopoldo, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. **Deus me aceita como sou?** A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Rio de Janeiro: IFICS/UFRJ, 2008.

NETO, Moises Costa. **A Cruz Fora do Armário:** Caminhos Para uma (Homo)Sexualidade Santificada.' 26/07/2013 188 f. Doutorado em SOCIOLOGIA. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SANTANA, Luciano. Teologia gay: uma reflexão sobre a relação religiosidade versus homossexualidade. **Mídia oficial** [2018]. Disponível em: <<http://www.midiaoficial.com/blog/post/teologia-gay:-uma-reflexao-sobre-a-relacao-religiosidade-versus-homossexualidade/1517074817>> Acesso em: 7 de fev. 2018.

_____, Entrevista [set. 2017]. Entrevistador: Alisson Cruz Soledade, 2017. 1 arquivo mp3.

SILVA, Natanael de Freitas. Entre o céu e o inferno: a teologia inclusiva e o gay cristão. **Periódicus**, Salvador, n. 6, v. 1, 2017.

WEISS DE JESUS, Fátima. **Unindo a cruz e o arco-irís:** Vivência Religiosa, Homossexualidade e Trânsitos de Gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo. 01/06/2012 302 f. Doutorado em Antropologia Social Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Simpósio Temático 9 - Protagonismos femininos negros: interseccionalidades, educação e processos históricos

Coordenação: Maise Caroline Zucco (20/03) e Morgani Guzzo (21/03)

Local: Auditório CFH.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, e 21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Larissa de Faveri Mattei

larissafmattei@hotmail.com

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Fernanda da Silva Lima

felima.sc@gmail.com

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Andre Luis Goulart Dias

Universidade do Extremo Sul Catarinense

OS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS E A LUTA POR IGUALDADE NO BRASIL: POR UM FEMINISMO NEGRO DE CONTRA-INDIFERENÇA E INTERSECCIONAL

Bruna Agutoli Pereira

b.agutoli@outlook.com

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

FEMINISMO E MOVIMENTO NEGRO: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA

Antonia Camila Alves Moreira

camilaalves33@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

COLETIVOS FEMINISTAS DE ARTE URBANA E O ENSINO DE ARTES VISUAIS: DAS HISTÓRIAS DE VIDA E DA ARTE

Karoline Cipriano dos Santos

karolcipriano.crici@gmail.com

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Rafaela Pereira Brito

Universidade do Extremo Sul Catarinense

NARRATIVA DE UMA PROFESSORA NEGRA: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA

Angélica Azeredo Garcia

angelag98@hotmail.com

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Fernanda da Silva Lima

felima.sc@gmail.com

Universidade do Extremo Sul Catarinense

MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA PELA PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA DO RECONHECIMENTO DE NANCY FRASER

OS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS E A LUTA POR IGUALDADE NO BRASIL: POR UM FEMINISMO NEGRO DE CONTRA-INDIFERENÇA E INTERSECCIONAL

Fernanda da Silva Lima¹
Larissa de Fáveri Mattei²
André Luis Goulart Dias³

Resumo: As desigualdades múltiplas ou interseccionais que afetam as mulheres negras como um resquício do racismo científico é um campo teórico pouco estudado, a qual a presente pesquisa busca evidenciar. Ainda a necessidade de entender os efeitos da discriminação sofrida pela condição enquanto mulher, abordando de forma crítica e reflexiva os estudos sobre o feminismo negro enquanto campo teórico de luta por igualdade e de contra indiferença.

Palavras-chave: Discriminação interseccional; Feminismo; Igualdade Racial.

É possível afirmar que os estudos feministas iniciaram no final do século XIX e início do século XX, buscando principalmente o reconhecimento do papel da mulher na sociedade. No Brasil, o movimento de mulheres também reivindicava à construção de uma sociedade mais igualitária para homens e mulheres, pois era latente na sociedade brasileira a exclusão social da mulher. O estudo do gênero como categoria analítica só emerge no final do século XX, como forma de explicar as desigualdades entre as mulheres e os homens, especialmente a persistência destas disparidades.

Além das diferenças entre homens e mulheres, cabe salientar as desigualdades entre as próprias mulheres. O sistema de escravidão desumanizava as mulheres negras de forma que

¹ Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel em direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unesc (Mestrado em Direito). Professora titular da disciplina de Direitos Humanos na UNESC. Integrante do Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente (NEJUSCA/UFSC). Vice líder do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Direito da Criança e do Adolescente da Unesc. Líder do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismo[s]. Pesquisadora na área de Direito Público com linha de pesquisa Direitos Humanos, Cidadania e novos direitos com interesse nos seguintes temas: relações étnico-raciais, feminismo negro e políticas de promoção da igualdade racial; Direito da Criança e do Adolescente e políticas públicas. E-mail: felima.sc@gmail.com e fernandalima@unesc.net

² Acadêmica do Curso de Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Integrante do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismo[s]. Pesquisadora na área de Direito Público com linha de pesquisa em feminismo negro e políticas públicas de promoção da igualdade racial; Direito da Criança e do Adolescente e políticas públicas E-mail: larissafmattei@hotmail.com

³ Acadêmico do Curso de Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Integrante do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismo[s]. Pesquisador na área de Direito Público com linha de pesquisa em feminismo negro e políticas públicas de promoção da igualdade racial; Direito da Criança e do Adolescente e políticas públicas E-mail: andreluisdias@outlook.com

estas nunca foram vistas como o “sexo fraco”, nem remetidas à imagem de esposas e donas de casa. A escravidão trouxe consequências devastadoras em termos de dignidade da pessoa humana para o povo negro, até mesmo após sua abolição. A extrema dificuldade de encontrar um lugar no mercado de trabalho, especialmente para mulheres negras, fez com que os únicos espaços acessíveis para esta população fossem no âmbito do subemprego. Ainda nesse sentido, notou-se um ingresso precoce das mulheres negras em uma vida adulta. Meninas negras desde cedo tiveram que priorizar o sustento da casa e cuidados dos demais membros de sua família em detrimento de outras necessidades básicas, como educação.

Essa vulnerabilidade colocou mulheres negras em uma posição em que as forçam buscar outras formas de conseguirem subsistir junto com a sua família. Ainda nesta perspectiva, algumas acabam se rendendo ao dinheiro que provém do tráfico de drogas e, por fim, se tornam a maioria entre a população carcerária feminina brasileira. Seguindo essa lógica, pode-se perceber que a história das mulheres negras é regada por uma complicada sequência de erros que difere a sua luta da luta das mulheres brancas.

Por isso a importância de desmembrar a universalidade do movimento feminista, por reconhecer que entre as mulheres existem diferenças determinantes em suas vivências, como ressalta as fases finais do movimento feminista, resultando em anseios diferenciados, o que será devidamente aprofundado com o estudo da interseccionalidade.

A base do estudo que engloba as questões de gênero com viés interseccional identifica dentro das mais diversas opressões outras várias formas de subordinação e opressão que afetam as mulheres, bem como analisa as diferenças que resultam em subgrupos diferentes de mulheres, atingidas em razão de identidades sociais diversas. A autora Kimberle Crenshaw é quem vem nos apresentar o que seria a interseccionalidade e como ela se adequa para compreensão de que há um ponto interseccional no que se diz respeito às opressões, cujo conteúdo precisa ser explorado e trazido às margens.

Assim, em determinadas situações, estão presentes vulnerabilidades exclusivas de subgrupos de mulheres, ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas mulheres, pela presença de fatores diversos de discriminação.

Feminismo e a realidade da mulher brasileira

No estado atual da sociedade, é necessário voltar ao princípio das coisas para buscar as verdades mais simples e assim se possa debater com os preconceitos que insistem em prevalecer através dos tempos. O movimento das mulheres, por exemplo, não é uma luta recente e

tampouco está perto de terminar. Mulheres de todas as idades, raças, credos, vem lutando pelo reconhecimento de sua voz dia pós dia, durante séculos. Reconhecer que o feminismo é muito mais que um movimento é fator essencial para a introdução ao estudo da luta das mulheres no Brasil, principalmente no que tange a interseccionalidade como viés de estudo. Porém, é preciso traçar uma linha histórica para se entender onde a discriminação interseccional se relaciona com o feminismo e porque ela é um fator importante de análise para a compreensão das violações dos direitos humanos que atingem as mulheres.

Primeiramente, ressalta-se que quando contada a história do movimento feminista, sempre se destaca o momento em que as mulheres da elite começaram sua luta pelos direitos a cidadania, que culminou com o direito ao voto e a educação. No entanto, há estudos antropológicos que datam movimentos das mulheres muito antes disso, lutando para sobreviver a dominação imposta pela construção do Estado Moderno. Mulheres negras e indígenas lutaram a fínco por anos para que não tivessem sua identidade apagada diante das novas imposições que iam surgindo. A autora Angela Davis muito bem retratou as disparidades entre mulheres brancas e negras na luta por direitos:

Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão—trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamento e estupros—as encorajam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas. (DAVIS, 2016, pg. 40)

Portanto, começaremos pelo primeiro momento histórico em que houve uma movimentação das mulheres e foram consideradas como sujeito político. Entre 1789 e 1799, período da Revolução Francesa, é o primeiro marco registrado sobre a luta das mulheres. Neste período, a luta feminina visava a participação ativa na vida pública, nos campos da educação, vida política e no trabalho. Porém, no Brasil, a manifestação das mulheres só foi começar em no século XIX, quando foi criado o Partido Republicano Feminista, criado pela baiana Leolinda Daltro, e a Associação Feminista, de cunho anarquista e que teve fortes influencias nas greves operárias de 1918 em São Paulo (COSTA, 2005, p. 12).

Uma importante militante do período que podemos citar é Berta Lutz, que segundo Blay, reuniu mulheres da burguesia na luta pelo direito ao voto, e inclusive, espalharam panfletos de avião sobre o Rio de Janeiro reivindicando o voto feminino no início dos anos 20; além disso, deputados federais e senadores foram pressionados por elas, chegando suas exigências até o então presidente Getúlio Vargas (LEVATTI, 2011, pg. 02/03)

Neste momento inicial as lutas eram voltadas para temas relacionados ao direito de voto e à vida pública e durou até o início do século XX. Em 1832, Nisia Floresta publica o livro “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, este que foi considerado como marco teórico do movimento feminista brasileiro, denunciando o mito da superioridade masculina e tratando as mulheres como seres capazes de ocupar qualquer cargo de comando.

O texto ‘clama’ os leitores homens à reflexão sobre a injusta condição das mulheres. Para tanto, em tom de desafio, a autora sugere que se valerá da razão para debater os costumes, que, inquestionáveis, contribuem para enraizar as diferenças sociais entre os sexos. (CAMPOI, 2011, p. 14)

Apenas em 1879, por meio do Decreto nº 7.247, as mulheres conquistaram o direito de ingressar ao Ensino Superior no Brasil, ainda sob forte preconceito para fazê-lo. Em seguida, em 1888, é decretada por fim, a Lei Áurea (Lei Imperial nº 3.333), lei que extinguiu de vez a escravidão e considerada o grande marco para a luta racial, porém muito questionada por não ter promovido nenhum suporte para os ex escravos, gerando uma ocupação nas grandes cidades que levou o surgimento das primeiras favelas.

Seguindo a ordem cronológica, enquanto na Nova Zelândia, em 1893 as mulheres adquiriram o direito ao voto, no Brasil esta conquista só foi acontecer em 1934, concedido pelo então presidente Getúlio Vargas, sendo exercido apenas nas eleições em 1945, na queda da ditadura Getulista. Com o Golpe Militar, em 1964, o movimento das mulheres perdeu novamente força, sendo novamente silenciadas e as que resistiram, massacradas.

O movimento só voltou a tomar força nos anos 70 quando um novo movimento com ideias novas e de grande expansão mundial se deu início. O primeiro grupo que se tem notícia foi formado em 1972, sobretudo por professoras universitárias. Em 1975 surge o jornal Brasil Mulher, editado primeiramente no Paraná e depois transferido para a capital paulista e que circulou até 1980. Os meios de comunicação foram uma importante ferramenta utilizada pelas feministas para divulgação das temáticas do movimento.

Segundo Sarti, no Brasil, este processo de modernização incorpora também a efervescência cultural de 1968: os novos comportamentos afetivos e sexuais, acesso ao recurso das terapias psicológicas e da psicanálise, derrota da luta armada¹⁰ e sentido da elaboração política e pessoal desta derrota para as mulheres, as novas experiências cotidianas que entraram em conflito com o padrão tradicional e as hierarquias de gênero, e “[...] as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina.” (COSTA, 2005, p. 04, apud SARTI, 1998, p. 02)

Este movimento foi movido por obras de autoras como Simone de Beauvoir, com o livro “O segundo sexo”, onde se difundiu a ideia proposta de que “não se nasce mulher, torna-se”, dando os primeiros passos para a noção dos papéis sociais que a sociedade impôs as mulheres.

A criação cultural do “masculino” e do “feminino” criou a ideia de que a mulher tem seu papel voltado para a procriação, portanto ao mundo interno, e o homem ao mundo externo, reafirmando que ambos possuem papéis opostos na sociedade. Esse grupo lutou por reivindicações de direitos considerados básicos as mulheres, que como bem elencaram as autoras Alves e Pintaguy, em algumas categorias: Sexualidade e Violência, Saúde, Ideologia, Formação Profissional e Mercado de Trabalho (1985, pg. 59).

Ao final, chegando aos períodos mais atuais das lutas pautadas, o feminismo muda mais uma vez de identidade, desta vez com o intuito de recuperar algumas falhas que o feminismo até então não conseguiu suprir. Foi o primeiro passo para a ideia de interseccionalidade dentro do movimento feminista. A teoria de que dentro do feminismo, existiam mulheres diferentes, que sofriam por opressões diferentes, foi essencial para a descoberta de que o feminismo estava sendo tratado de forma genérica e tornando invisível as mulheres que não se adequavam a um feminismo de classe média e branca.

Foi visto, então, que era preciso ramificar a luta para além de quebrar os padrões do patriarcado também desconstruir o conceito de uma mulher única, frágil e buscando direitos genéricos, reconhecendo os diversos tipos de mulheres e as opressões que elas sofrem, indo além das pautas elencadas pelo movimento e abrindo um leque de práticas a serem enfrentadas.

Interseccionalidade e os diversos feminismos

Com a mudança de face do movimento diante da problemática de que havia falhas na sua composição gerando uma outra forma de opressão, um conceito novo também foi criado. Kimberlé Crenshaw (2002, p.8) trouxe pela primeira vez o conceito de interseccionalidade em sua obra, e destaca:

Gosto de começar mencionando que a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições

Por fim, entende-se que a interseccionalidade dá enfoque nas situações em que dois ou mais eixos de subordinação contribuem na construção de situações de exclusão e opressão. Isto significa que tais situações são vivenciadas de forma diferenciada por mulheres negras e brancas, ou homens negros e brancos. A diferença se acentua quando inseridas outras categorias de análise como de classe, geração, regionalidade ou orientação sexual, por exemplo. A menção a desigualdades de gênero, considerando-se apenas homens e mulheres, torna-se, a partir desta perspectiva, bastante simplificador, e não reflete inteiramente o que de fato acontece.

Neste cenário, autoras como Angela Davis e Judith Butler, surgem pontuando problemas em que mulheres negras e do meio LGBTQ+ contemplavam e não tinham respaldo dentro do feminismo. Denunciaram, então, um feminismo voltado a mulheres brancas e de classe média e que não representavam as mulheres em sua totalidade, gerando um novo tipo de opressão (DAVIS, 2016). Judith Butler ainda criticou o conceito de mulher como sujeito do feminismo, visto que sugeriu a desnaturalização do gênero e do modelo binário (MACHADO, 2010).

As pesquisas acadêmicas então, começaram a se esforçar pra estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos, para que assim pudesse se tornar mais visível analiticamente nos âmbitos intelectuais. Logo, o compromisso acadêmico foi direcionado a emancipação das mulheres, ressaltando o enfoque de que não há só uma posição ideológica feminista, há diversas abordagens e perspectivas que precisam ser adotadas, assim como há grupos diversos, com posturas e ações diferentes (RIBEIRO, 2014, apud Harding, 1993, p.7).

Essa ideia foi difundida posteriormente por várias autoras, tais como Audre Lorde, que pontuou em seu livro *Sister Outsider*, como é necessário que haja o reconhecimento de que o que é pautado por uma mulher, não contempla em nada o que outras passam:

Como mulheres, alguns de nossos problemas são comuns, outros não. Vocês, brancas, temem que seus filhos ao crescer se juntem ao patriarcado e testemunhem contra vocês. Nós, em contrapartida, tememos que tirem os nossos filhos de um carro e disparem contra eles a queima-roupa, no meio da rua, enquanto vocês dão as costas para as razões pelas quais eles estão morrendo (LORDE, 1984, p. 119, tradução nossa).

Por tanto, é preciso reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional. Essas são medidas que podem ser tomadas para quebrar a tendência de pensarmos sobre raça e gênero como problemas mutuamente exclusivos. É preciso ser dar visibilidade quanto ao somatório dessas opressões de forma que possamos assim estudar a melhor maneira de integrar políticas públicas que possam corrigir a raiz dessa situação que insiste em persistir.

Os reais problemas de gênero e raça

Quando se aborda as relações raciais no Brasil, é preciso ter um entendimento amplo do que foi o período escravocrata e suas marcas históricas deixadas através do tempo. No início deste artigo, foi levantada a questão de que as mulheres negras e indígenas já faziam feminismo antes mesmo de este ser considerado como tal. Deste modo, é necessário também contar a história da mulher negra desde seus primórdios e entender como hoje as relações raciais são resquícios da não transição de fato da visão escravocrata para o período atual, em especial no que se diz respeito as mulheres negras.

Quem primeiro adotou o entendimento de que a escravidão traria resquícios que perdurariam pela história, foi Joaquim Nabuco. Ele muito bem salienta na época que caso não fossem seguidas medidas cabíveis que beneficiaram os politicamente, economicamente e socialmente os recém-liberados, um problema maior posterior iria vir perdurar pelos anos seguintes.

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade (...) povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com seus mitos, suas lendas, seus encantamentos, insulfou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte. (...) Quanto a mim, absorvi-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a infância (NABUCO, 1900, p. 216)

Portanto, é sensato destacar que o período escravocrata foi o período em que mais desumanizou o povo negro deixando marcas que perpetuam através da história. Essa herança ainda gerou consequências devastadoras no que se diz ao reconhecimento do negro como sujeito. Negou-se durante muito tempo a ideia de que no Brasil há discriminação racial era uma problemática que precisava ser levada em consideração, e por tanto, políticas de afirmação foram por bastante tempo postergadas e negligenciadas.

Neste sentido, a ideia do racismo científico foi a mais gritante delas. De acordo com Sueli Carneiro, conceitua-se o racismo científico em:

Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais. Dessas ideias, decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil. (CARNEIRO,

Essa ideia de uma raça ser superior a outra se difundiu no século XIX e continuou velada de diversas formas no pensamento tanto da população em geral, como dos historiadores,

pesquisadores e pensadores da época. Foi então negada a percepção de que havia uma história do povo negro que precisava ser contada em sua perspectiva.

Passou a ser necessário, por fim, compreender por que no Brasil, um país racista e desigual, principalmente em relação aos outros países que tiveram em seu histórico um período de escravidão, as questões raciais foram tanto silenciadas no que se diz respeito a sua parte teórica e prática.

Em 1981, época da explosão de produções teóricas nos Estados Unidos, surgiram grandes críticas ao etnocentrismo das feministas brancas que se concentraram no estudo entre as relações de mulheres e homens, e esqueceram de se posicionar quanto as demais especificidades da categoria de gênero. A crítica estava inteiramente ligada nas tendências individuais e liberais das produções femininas e queria trazer novas formas de se teorizar o feminismo (AZEREDO, 1994, p. 4)

Por outro lado, no mesmo período, o Brasil também publicou diversas produções femininas que buscavam teorizar o feminismo dando além disso uma perspectiva de classe. No entanto, em nenhum momento a categoria de raça aparece nessas publicações como uma categoria importante nas relações de gênero. A parcialidade no estudo das relações de gênero e raça, é o principal ponto a ser levantado. Não há interesse em incluir as mulheres negras nos estudos de gênero no Brasil, justamente por esse estudo ter sido parcial. A negativa de que se vive em um país racista, em que todos possuem uma mentalidade racistas e atuam de modo inconsciente e velado, é o principal desafio para o enfrentamento do problema racial no Brasil.

Tanto não houve interesse, que muitas obras produzidas nos Estados Unidos em entendimento a interseccionalidade, foram apenas serem publicadas no Brasil muitos anos depois, como bem destaca Sandra:

Isto fica claro no desconhecimento entre nós das produções de mulheres de cor nos Estados Unidos - não existem traduções entre nós destas produções, Mas a parcialidade da inspiração aparece, sobretudo, na ausência desta discussão entre nós mesmas. Certamente, a parcialidade não é um problema em si mesma; o problema é tomá-la como representando uma totalidade que supostamente conduziria à maior objetividade. (AZEREDO, 1994, p. 15)

Para que haja o reconhecimento efetivo da categoria mulher negra como objeto real de análise e estudo no Brasil, é preciso compreender que necessita uma decolonização da base de toda a sociedade, voltando-se para uma construção na educação mais humanista, que seja antirracista, antissexista, que reconheça as peculiaridades dos indivíduos e que garanta a voz das minorias, capaz de estimular o senso crítico dos estudantes e avançar para uma prática que liberte as minorias da opressão.

Bell Hooks foi a autora que propôs tal entendimento no livro “Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade”, onde relatou a sua experiência como professora nos Estados Unidos. No livro, ela aponta a escola como um lugar de repressão onde não se dá voz ao aluno, principalmente os de minorias, fazendo com que muitos desistam dos estudos pela desmotivação e falta de apoio nas questões a serem abordadas.

Os professores universitários podem distribuir o material quanto o quiserem, mas se as pessoas ou estudantes não estiverem dispostos, sairão vazios daquela informação, por mais que a gente sinta que realmente cumpriu o dever (...) é preciso saber o estado de humor, da classe, a estação do ano, o clima da sala e perguntar sempre se está bem, ou está acontecendo algo (HOOKS, 2013. p. 211).

A realidade educacional que temos no nosso país, por muitas vezes, desinforma. A repressão que é imposta pela educação é visível, mas, nem sempre, os estudantes são capazes de reconhecer a repressão. O sistema educacional no Brasil é em sua grande maioria, se não em sua totalidade, excludente, que herda os padrões europeu e norte-americano de menosprezo aos negros. Um sistema educacional racista e sexista, que nega a existência de negros, mulheres, homossexuais dentro da sala de aula, produz uma infinidade de problemas posteriores que são difíceis de combater.

Pode-se dizer por fim, que a dificuldade atual de gerar interesse nos estudos interseccionais de gênero e raça vem da uniformização do sistema educacional em produzir pensamentos sem cunho crítico, e dificultando o acesso das demais minorias em suas próprias questões, repreendendo e desmotivando os estudantes a produzirem qualquer tipo de voz no meio opressor em que vivem.

Logo, ressalta-se que o reconhecimento da discriminação interseccional serve de ponto de partida para o enfrentamento efetivo de toda forma de discriminação. Incorporar a perspectiva de gênero na análise de questões raciais, por exemplo, possibilita um entendimento maior do problema e a investigação dos fatores específicos, responsáveis por violações dos direitos humanos que atingem mulheres justamente pelo fato de serem mulheres.

Considerações finais

Ao tentar estabelecer uma conversa entre as diferentes formas de fazer teoria dentro do feminismo é, de certa forma, tornar explícito a ideia de que estudar profundamente a relações de gênero, prestando atenção em outras relações de opressão, tende-se a abrir caminhos sequer imaginados para uma sociedade mais igualitária. Para tanto, é preciso considerar o gênero tanto

como uma categoria de análise quanto como uma das formas de opressão assumidas numa sociedade capitalista, racista e colonialista.

Neste sentido, o estudo das questões de gênero com viés interseccional busca identificar várias formas de subordinação e opressão que afetam as mulheres, bem como analisar as diferenças que resultam em subgrupos diferentes de mulheres, atingidas em razão de identidades sociais diversas. Dessa forma:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173).

É preciso se levar como verdade que as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, inclusive esteticamente. Como também é verdadeiro que as mulheres brancas acompanham todos os ideais estéticos produzidos pela sociedade. O sexismo e o racismo são ideologias geradoras de violência e estão presentes no cotidiano de todos os brasileiros: nas relações familiares, profissionais, acadêmicas e nas instituições, o que permite afirmar serem dimensões que estimulam a atual estrutura desigual, ora simbólica, ora explícita, mas não menos perversa, da sociedade brasileira.

Somente a educação vai promover as mudanças necessárias para que se possam transgredir e essas mudanças mexem na estrutura política. Os políticos não querem cidadãos que pensam, que critiquem. Todo o sistema educacional e a história foi construída e escrita pelos olhos de homens brancos, que insiste em personificar heróis brancos. Vencer essas tradições conservadoras nas escolas é medida mais que urgente.

Para transgredir, é preciso conhecer trabalhos de muitas mulheres negras que brilhantemente vem a anos nos trazendo suas problemáticas. A literatura afro-americana desconstruiu várias visões que, até então, não se discutia, e nem se falava. Como bem fala Bell Hooks; “Crítica literária é o ambiente que melhor tem permitido as mulheres negras afirmar a voz feminista. Boa parte das escritas desmascaram formas de exploração da opressão sexual da vida dos negros, e recebeu atenção e ariscos falar criticamente sobre ela...” (Hooks, 2013, p. 169).

As feministas negras vem trabalhando anos após anos para que a cultura acadêmica seja mais aberta e abrangente para que no final dessa luta possam ter o mérito de ter conseguido transgredir sobre uma tradição conservadora.

Referências

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é FEMINISMO**. São Paulo : Ed. Abril cultural : Brasiliense, 1985.

AZEREDO, Sandra. "**Teorizando sobre gênero e relações raciais**". Revista Estudos Feministas, número especial, p. 203-216, 2. sem. 1994.

CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX**. História (São Paulo), vol. 30, núm. 2, agosto-diciembre, 2011, pp. 196-213;

CANEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo, Editora Selo Negro, 2011;

COSTA, Ana Alice Alcantara. O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GURGEL, Telma. FEMINISMO E LUTA DE CLASSE: História, Movimento e Desafios Teórico-Políticos do Feminismo na Contemporaneidade. Disponível em: <<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf>> Acesso em 20/03/2017;

HOOKE, Bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

LEVATTI, Giovanna Eleutério. **Um breve olhar acerca do Movimento Feminista**. Disponível em: <http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Um-Breve-Olhar-acerca-do-Movimento-Feminista_Giovanna-Levatti.pdf> Acesso em: 20/03/2017;

LORDE, Audre. **Sister Outsider**, Crossing Press, Feminist Series, 2007;

MACHADO, Isadora Vier. **Adolescentes institucionalizadas : um estudo sobre proteção integral e gênero no Centro de Socioeducação da região de Ponta-Grossa-PR**. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2010.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**, H Ganier Livreiro Editor. Rio de Janeiro, 1900

PINHEIRO, Luana Simões. et al. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: IPEA, 2016. (Nota Técnica)

RAIMUNDO, Valdenice José; GEHLEN, Vitória; ALMEIDA, Daniela. **Mulher negra:** inserção nos movimentos sociais feminista e negro. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mulher-negra-inserc3a7c3a3o-nos-movimentos-sociais-feminista-e-negro-valdenice-josc3a9-raimundo-vitc3b3ria-gehlen-e-daniely-almeida.pdf>> Acesso em: 05/04/2017;

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em: 20/03/2017;

The Rights of Black Women and the Fight for Equality in Brazil: For a Black Feminism against indifference and Intersection

Abstract: The multiple intersectional or inequalities that affect black women as a remnant of scientific racism is a theoretical field not studied, which that research seeks to evidence. Still, it's necessary to understand the effects of the discrimination suffered by the condition as a woman, approaching in a critical and reflexive way the studies on black feminism as a theoretical field of struggle for equality and against indifference.

Keywords: Intersectional discrimination; Feminism; Racial equality.

FEMINISMO E MOVIMENTO NEGRO: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA

Bruna Agutoli Pereira¹

Resumo: Do período colonial escravocrata até os dias atuais, verifica-se a manutenção de uma sociedade estruturalmente racista e institucionalmente desigual. Este quadro é intensificado quando realizamos a análise a partir da perspectiva da mulher negra, que sofre com a questão racial e de gênero diariamente. O objetivo deste trabalho foca nesta dupla opressão e visa confirmar, com base em dados estatísticos e obras acadêmicas, os impactos deste cenário nos processos de construção da identidade da mulher negra e como esta é desenvolvida e fortalecida por meio do movimento negro e do feminismo.

Palavras-chave: Mulher negra, identidade, feminismo, movimento negro.

Introdução

O contexto histórico colonialista e escravocrata do Brasil – cerca de mais ou menos 400 anos –, resultou em intensos processos de discriminação, marginalização, negação e exclusão da população negra e suas demandas nas pautas políticas, econômicas, sociais e culturais. Somado a estes processos, a prevalência deste cenário nos dias atuais conta também com o fato de a população negra sofrer constantemente com a falta de representatividade e com a construção de discursos midiáticos e anúncios publicitários racistas, responsáveis por propagar as mais diferentes manifestações de preconceito, tão fortemente enraizados na construção social global, ao longo dos anos.

Todo este quadro interferiu e alterou as dinâmicas do desenvolvimento da identidade negra. É neste sentido que, para as mulheres negras, a construção discursiva da noção de identidade foi ainda mais profunda e conturbada, pois sofreu com problemáticas que se interseccionavam de forma direta com a questão étnico-racial e com a questão de gênero, presente nas opressões reproduzidas pela estrutura patriarcal e machista da sociedade.

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (auto definição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

¹ Bacharel no curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e graduanda no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em São Paulo- SP, Brasil. E-mail: b.agutoli@outlook.com

(MUNANGA, 1994: 177-178).

A análise sobre a questão da identidade no campo do discurso e da representatividade, ou do individual subjetivo com o coletivo, passa por diferentes abordagens². Contudo, a maioria absoluta de estudiosos sobre o tema pontua o fato de a identidade não ser algo inato ao sujeito ou seu grupo social, mas sim um processo que passa por um importante e extenso conjunto de práticas e tradições culturais que também envolvem questões de nível sócio-político, que historicamente marcaram a história dos mesmos, seja na reafirmação de seus ideais e lutas ou sendo invocada “quando um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido” (NOVAES,1993).

Neste sentido, frente à construção da identidade negra, a autora Nilma Lino Gomes pontua:

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade enquanto processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social. Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais.

A partir desta ótica, o presente artigo visa buscar a compreensão acerca do negativo impacto da manutenção da sociedade escravista - e conseqüentemente racista -, na construção da identidade étnica-racial³ das mulheres negras.

Os reflexos da escravidão na vida das mulheres negras: a normatização da condição de “negra” para justificar a desumanização imposta

De acordo com dados históricos, a colonização das Américas resultou na escravização de cerca de 5,8 milhões de escravos⁴. Neste cenário, as condições às quais mulheres negras

² O autor Stuart Hall (HALL, 1996 p. 68), por exemplo, relaciona o conceito de identidade com modernidade, desenvolvendo uma perspectiva que permite a ideia de uma identidade coletiva ligada a sistemas culturais específicos.

³ Ainda nas palavras de Nilma Lino Gomes “militantes do Movimento Negro, acreditam ser politicamente mais conveniente tentar manter o termo “raça”, sem negar, evidentemente, a necessidade de utilização do termo “etnia”, mas diferenciando-o do termo “raça”. Nesse contexto, podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças.”(GOMES, 2005)

⁴ Informações fornecidas pela ONG americana “Slaves Voyages”, responsável pelo levantamento de informações e criação de um banco de dados sobre as viagens, documentos e história de pessoas que foram escravizadas durante o período colonial.

foram submetidas, eram ainda mais degradantes e violentas. Estas, começavam os trabalhos manuais na casa dos senhores de engenho antes dos homens, uma vez que poderiam exercer atividades domésticas. Além disso, também fazia parte da condição de mulher negra escravizada, a reprodução biológica de novos escravos, o trabalho braçal nas lavouras, o papel de ama de leite e de ser objeto sexual dos senhores de engenho e capatazes. (GIACOMINI, 1988).⁵

A militante Angela Davis pontua:

Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de género, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. (...) Como fêmeas, as mulheres escravas estavam inerentemente vulneráveis a todas as formas de coação sexual. Se a mais violenta punição dos homens consistia nos castigos e mutilações, as mulheres eram castigadas e mutiladas, bem como violadas. A violação, de facto, era uma expressão demonstrada pelo domínio económico dos donos de escravos e pelo controle do capataz sobre as mulheres negras como trabalhadoras.

Esta foi a dura realidade de mulheres negras por longos 400 anos de escravidão no território brasileiro e mais de dois séculos no território norte americano. Para elas, não havia nenhum direito, somente a coisificação, a objetivação sexual e a intensa exploração. Foi neste contexto que o autor Joao Filipe Marques (1995) apontou como diferentes concepções acerca da raça negra foram elaboradas, a fim de justificar o raciocínio racista. Toda classificação inferior a qual foram submetidos, discriminação, violência e nulidade de direitos, partiram de uma visão determinista que se divide em duas lógicas: de um lado, a de inferiorização desigual, nas quais dentro de um recorte sócio-político, determinada raça passa a ser classificada abaixo dos padrões, de forma indigna, com reservados lugares físicos e simbólicos que refletem em tarefas desvalorizadas e papéis sociais considerados inferiores. E, do outro lado, a lógica de diferenciação, que se manifesta quando o dito grupo “racizado” representa uma ameaça a homogeneidade do grupo dominante e por isto deve ser banido da sociedade, conseqüentemente. “Enquanto o racismo de inferiorização, discrimina e explora, o racismo de diferenciação segrega e destrói.” (MARQUES, 1995).

⁵ “A apropriação do conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual de seu corpo, que lhe pertence pela lógica da escravidão”. (GIACOMINI, 1988, p.65).

A ascensão do Movimento Negro: a busca de espaço, representatividade e fala para as mulheres negras

As consequências dos processos históricos, políticos, sociais e culturais aos quais o povo negro foi submetido gerou um cenário de desigualdade de direitos, descaso e exclusão. Isto resultou, ao longo da história, em diferentes tentativas de mudanças por meio de lutas e movimentos sociais que buscaram acabar com as discrepâncias ocasionadas por este sistema que se estruturou de forma racista.

Em um primeiro momento, a mobilização do povo negro ocorreu durante o período colonial escravocrata. Eram movimentos sociais clandestinos e tinham como principal objetivo a libertação dos negros, por meio de revoltas que aconteciam e que conseqüentemente resultavam na fuga para os quilombos, que eram construídos e geridos pela própria população negra – estes, quando capturados, enfrentavam intensa, dura, extrema e violenta repressão. Contudo, mesmo após a abolição da escravidão, em 1888 no Brasil e em 1863 nos Estados Unidos, a situação dos negros não mudou, e deu-se continuidade a marginalização e a discriminação dos afrodescendentes.

Embora “livres”, a população negra enfrentou a longa luta contra velhos problemas: o preconceito, a segregação racial, a violência e a desigualdade social, política, econômica, cultural e jurídica, as quais foram submetidos historicamente. Neste sentido, a autora SILVA (2000) discorda da ideia de que a motivação por de trás do surgimento dos movimentos sociais pauta-se somente nas relações antagônicas entre as classes, cuja fundação é estabelecida pela relação capital trabalho; mas ao contrário, defende uma diferente articulação, presente na visão do movimento negro – e posteriormente o feminismo – em que há uma extrapolação dos limites de classe, ao passo em que estes abordam temáticas como raça e gênero, respectivamente, lutando contra valores pré estabelecidos que geram discriminação.

Todavia, o Movimento Negro ganhou mais força e visibilidade somente em meados da década de 60, na luta por direitos civis, igualdade e o fim da segregação racial nos Estados Unidos – e que coincidiu com a rearticulação do mesmo movimento no Brasil, durante a instauração do golpe de 1964 e seguidos anos de luta pela democratização. Foi inclusive a partir da década de 1960 que a ditadura militar brasileira inviabilizou todas as manifestações de cunho racial. Os militares transformaram o mito da "democracia racial"⁶ em peça-chave e estratégica

⁶ Democracia Racial é um dos termos usados para descrever as relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial presente em outros países, como nos Estados Unidos, ao supostamente apresentarem um contexto escravocrata com “senhores maleáveis” e escravos conformados, além de um intenso fluxo de miscigenação de povoamento e imigração europeia que contribuíram para o branqueamento da população.

de suas propagandas oficiais, afirmando que os indivíduos que insistiam em levantar o tema da discriminação racial, eram na verdade "impatrióticos", "racistas" e "imitadores baratos e fajutos" dos ativistas estadunidenses que lutavam no mesmo período pela inclusão, direitos civis, igualdade e o fim da segregação racial na comunidade norte americana.

Já naquela época, o mito da democracia racial mostrava os efeitos colaterais do aumento do racismo institucional e discriminação estrutural em todos os âmbitos, tal qual a manutenção do quadro social que favorecia a população de elite e branca, em ambos os países.

Nas palavras do autor Hanchard (2001):

Embora tenha havido, durante esses anos, grandes e pequenas tentativas de agregar um conjunto diferente de pessoas num movimento de cunho racial em prol da mudança social, não houve, na sociedade civil brasileira, nenhum relevante movimento nacional de oposição às desigualdades e à subordinação racial.

Todo o processo de formação e desenvolvimento do movimento negro dos anos 1960, tal qual sua liderança, foi feita e implementada por homens negros. Desta forma, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, via-se a continuidade de uma ideologia patriarcal e machista, que resultava na opressão direta por meio dos padrões de dominação masculino, uma vez que a questão do gênero não fazia parte da pauta política ou demanda social do movimento negro (CARNEIRO, 1995). A questão do gênero só viria a aparecer com o surgimento do feminismo, posteriormente na mesma década. Este, contudo, não abordaria em seus primeiros anos a questão racial ou desigualdades sociais geradas pela luta de classes e reflexos de um longo passado escravocrata.

Desta forma, para as mulheres negras, somente houve a conservação da condição social marginalizada e desempenho dos mesmos papéis a elas reservados durante a escravidão: pobres, domésticas, sobreviventes e miseráveis (DAVIS, 1982). No nível educacional ou político, não alcançaram nenhum direito – ao passo que mulheres brancas lutavam por seu direito de votar. A luta por mudanças na vida e condições das mulheres negras, tal como a busca por sua emancipação, viria só com a formação do feminismo negro, no começo dos anos 70.

Feminismo e as mulheres negras: a necessidade do surgimento do feminismo negro no processo de luta contra a dupla opressão e reafirmação da identidade

A história do feminismo pode ser dividida em três "ondas". A primeira onda se refere principalmente ao sufrágio feminino e luta por igualdade salarial, configurando-se como um movimento que ganhou força no século XIX e início do XX, no Reino Unido e nos Estados

Unidos (ambos movimentos conquistaram o direito ao voto em 1928 e 1919, respectivamente. No Brasil, o mesmo processo ocorreu em 1932). A segunda onda, por sua vez, deu espaço às ideias e ações associadas com os movimentos de liberação feminina⁷ iniciados na década de 1960, que lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres, além de levantar questionamentos acerca da naturalização dos papéis sociais de gênero. Já a terceira onda seria uma continuação - e, segundo alguns autores, uma reação às falhas da segunda onda, iniciada na década de 1990, trazendo novos pontos sobre o gênero, sexualidade, orientação sexual, prostituição, pornografia, entre outros pontos.

Durante a primeira onda e considerável parte da segunda, as pautas feministas basearam-se nas demandas de mulheres brancas de classe média. Devido a este quadro, feministas negras norte americanas passaram a criticar o dito “feminismo branco”, e passaram a construir um novo feminismo, mais crítico, que fosse capaz de discutir a presença do racismo, bem como as relações de opressão presentes entre gênero, raça e classe – caracterizando estes como elementos fundamentais nas diferentes realidades vivenciadas por mulheres negras, que por tanto tempo foram classificadas como inferiores e periféricas.

No que se refere a primeira onda, a perspectiva da mulher negra é retratada por Sojourner Truth, que fora escravizada e se tornou oradora, em seu discurso na Convenção de Direito das mulheres em Ohio, no ano de 1851. Esta, questionou se ela, enquanto negra, não era mulher, em um discurso que evidenciava o privilégio branco em detrimento ao negro, especificamente sob mulheres negras.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? (...) eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! Eu não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu!

Posteriormente, a feminista e ativista Bel Hooks (1982), levantaria o mesmo questionamento acerca do silenciamento em sua obra “Ain’t I a woman?”, de 1982:

Em um tempo da história americana, quando mulheres negras em cada parte do país poderiam ter se juntado as demandas sociais de igualdade para mulheres e reconhecimento do impacto do sexismo nos nossos status sociais, nós fomos silenciadas. Nosso silêncio não foi meramente uma reação contra

⁷ Segundo Judith Butler (2003: 20) “(...)se tornou impossível separar a noção de “gênero” das intersecções políticas, sociais e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.”

as liberações das mulheres brancas ou um gesto de solidariedade com o patriarcado dos homens negros. Foi o silêncio do oprimido – aquele profundo silêncio engrenado pela resignação e aceitação de que um só desses já seria demais. Mulheres negras na contemporaneidade não podem se juntar a luta pelo direito das mulheres porque não vemos a sororidade como um importante aspecto da nossa identidade. Em outras palavras, nos foi pedido para negar parte de nos mesmas – e assim o fizemos. Consequentemente, quando o movimento feminista levantou o problema da opressão sexista, nós argumentamos que o sexismo era insignificante frente a dura e mais brutal realidade do racismo. Nós estávamos com muito medo de reconhecer que sexismo poderia ser tão opressor quanto o racismo.⁸

Segundo Carneiro (1995), a situação de mulher e negra, permitia as mulheres negras uma “circulação” entre o movimento negro e o movimento feminista, na tentativa de defesa de suas identidades e reivindicações de suas demandas. Ainda sim, a convergência do sexismo e do racismo durante a escravidão contribuiu para que as mulheres negras tivessem o status social mais baixo e as piores condições de qualquer grupo na sociedade americana, não sendo reconhecidas como protagonistas em nenhum dos movimentos. As mulheres brancas, abolicionistas e sufragistas, estavam frequentemente mais confortáveis com os abolicionistas do sexo masculino, ao mesmo passo em que propagavam os estereótipos de promiscuidade e da imoralidade das mulheres negras. Estas reformadoras feministas preocupavam-se somente com a manutenção dos valores conservadores⁹ que mantivessem seus status quo, desprezando as degradantes condições as quais as mulheres negras eram sujeitadas diariamente (HOOKS, 1982).

Todo este quadro resultou no agravamento dos estereótipos negativos que foram estabelecidos durante a escravidão, na intensa desvalorização da feminilidade negra e na reafirmação da imposição de padrões estéticos que menosprezavam ainda mais os traços fenotípicos negros¹⁰. Não menos importante, os trabalhos manuais e braçais reservados as mulheres negras – e que não são exercidos por mulheres brancas -, passam por um processo discriminatório que acusa um comportamento masculino por parte das mesmas – ou seja, a elas é negada a condição de mulher feminina. Na opinião de Hooks, o movimento negro nacionalista foi em grande parte um movimento patriarcal e misógino, buscando superar as divisões raciais por meio do fortalecimento de ideais sexistas, que justificam a ideia da masculinidade da mulher

⁸ Tradução livre.

⁹ Angela Davis pontua como mulheres brancas lutaram pelo direito ao voto, enfatizando uma liberdade da opressão através de trajetórias políticas-profissionais, ao passo que não lutaram pela defesa do direito ao aborto e do fim das políticas de controle de natalidade – movidas por motivos racistas e de clara tentativa de esterilização de mulheres negras e prevalência da raça anglo-saxônica.

¹⁰ Caderno Geledés (1995, p.7). “Para pessoas negras, a pele escura, o cabelo pixaim e as demais características, aliadas aos aspectos sociais e culturais. [...] Para os negros associa-se não apenas a feiúra, mas a subalternidade e a invisibilidade”

negra.

Já no viés brasileiro, o Caderno Geledés 5¹¹, “A Mulher Negra na Década- a busca da autonomia”, traz um reflexo da visão norte americana da masculinidade da mulher negra, tão criticada por Hooks. Este, faz uma composição de estereótipos e perfis das mulheres negras no Brasil, traçando as principais referências utilizadas para denominar a mulher negra, como por exemplo, a disponibilidade para trabalhos pesados e desqualificados, ou mesmo como “objeto sexual”, ou “boa de cama” (OLIVEIRA, 1995).

Todo este cenário de injustiça, marginalização e discriminação foram denunciados pelo movimento feminista negro na década de 1970. Militantes como Angela Davis, Bel Hooks e Audre Lorde, propagaram ideais de resistência, capazes de articular as reais necessidades da mulher negra e pobre frente ao machismo e ao racismo. Ao suscitar a recusa de qualquer identificação depreciativa dominante¹² que foi e é atribuída às mulheres negras e promover o enaltecimento da história, cultura e traços do povo negro, reescreveram os processos de construção e desenvolvimento da identidade negra, empoderando a mulher negra e dando visibilidade a sua luta. Toda essa conjuntura se deu por meio de um intenso e longo processo de desvinculação dos atributos negativos que lhes foram impostos e outrora legitimados, em uma dinâmica de “exterior/negativo para interior positivo/, em um processo que inclui a mudança do rótulo do negro versus afro americano e a inversão do estigma (black is beautiful)” (POUTIGNAT E STREIFF- FENART, 1998)

A mulher negra passa a lutar contra o silenciamento que lhe foi imposto anteriormente e inicia um movimento que visa o combate contra a dupla opressão a qual é imposta. Nas palavras de Stuart Hall:

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (2002:12). Assim, dependendo da situação, a mulher negra devesse reivindicar seus direitos como mulher, como negra ou como os dois. Não há, portanto, uma identidade mestra, que guiará e subordinará todas as outras, mas identidades concorrentes, simultâneas e as vezes até contraditórias. A identidade depende, desta forma, do momento político, o que, por conseguinte, acarretará em uma *política de identidade*, ou seja, “uma identidade para cada movimento (HALL, 2002)

¹¹ O Instituto da Mulher Negra – Geledés e “Fala Preta” são algumas das Organizações Negras brasileiras que tem apresentado diversos trabalhos e publicações focando nos processos de construção da identidade negra e denúncias frente a violência sexual que sofre a mulher negra para além dos conflitos e violência nas relações de gênero, com a superposição do racismo.

¹² Segundo Silva (2009, p.53), o racismo é gradativo, isto é, quanto mais “traços negros” possuir, em maior escala o racismo atinge essa população que se aproxima do fenótipo do negro.

A dinâmica global, social e política na qual encontra-se a mulher, reflete a lógica capitalista e conseqüentemente a marginalização daqueles que sofrem com a desigualdade e discriminação. É desta forma que a mulher negra assume o movimento que vai contra a ideologia liberal individualista, seja ele na questão do gênero ou da raça, apresentando, portanto, uma identidade flexível, capaz de articular suas diferentes demandas e lutas, em diferentes momentos históricos.

Mulheres negras, o colorismo e os diferentes padrões de aceitação

Toda o processo de construção de identidade, seja de um grupo social ou do indivíduo independente, passa por diferentes etapas de aceitação, reconhecimento e, finalmente, a autoafirmação. Dentro do movimento feminista negro, não é diferente, com complexas intersecções no desenvolvimento da identidade.

Para melhor ilustrar, cabe aqui um esclarecimento acerca do termo colorismo e seu impacto dentro desta conjuntura¹³. O termo colorismo (ou pigmentocracia) foi cunhado primeiramente em 1982, pela escritora e ativista negra Alice Walker, em seu livro “A cor púrpura”, no qual aponta que a discriminação é gerada a partir da cor da pele do indivíduo, na qual quanto mais escuro e distante do padrão eurocêntrico este for, menor será seu nível de aceitação social - e conseqüentemente, maior será o preconceito vivenciado. Esta realidade é muito comum em países que sofreram com a colonização europeia, escravidão e políticas de miscigenação. De forma simplificada, o termo implica que, quanto mais pigmentada uma pessoa for, maior será a exclusão e a marginalização à qual será submetida. Ou seja, se por um lado o racismo tem sua orientação na identificação do sujeito como pertencente a determinada raça, o colorismo tem sua orientação associada diretamente a pele da pessoa, não considerando quaisquer outras variáveis, como por exemplo a afro descendência e a classe social.

Pessoas de pele mais clara desfrutam de privilégios substanciais que ainda são inatingíveis aos seus irmãos e irmãs de pele mais escura. Na verdade, pessoas de pele clara ganham mais dinheiro, frequentam por mais tempo a escola, vivem em bairros melhores e casam-se com pessoas de maior status social do que pessoas de pele mais escura da mesma raça ou etnia. (HUNTER, 2007)

Os conceitos de raça e cor apresentam diferentes níveis de preconceito dentro da estrutura sistêmica de discriminação racial. O racismo pode ser aplicado a pessoas que não

¹³ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negras são denominadas como pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos, havendo mais de 70 tonalidades de cor.

sejam brancas, como latinos e asiáticos, ao passo que o colorismo só pode ser manifestado contra pessoas com uma pele mais escura – o caso dos negros. Outra faceta marcante do colorismo aparece no seu uso como mecanismo de negação e impedimento do reconhecimento do indivíduo como negro, não só na militância política, mas principalmente na rejeição dos fenótipos que não se aproximam do padrão branco.

Desta forma, mulheres negras de pele clara passam por um duro e longo processo de empoderamento e construção de suas identidades ao apresentarem traços fenótipos distantes das mulheres negras de pele escura (nariz largo e cabelo crespo), sofrendo tentativas veladas de racismo, como por exemplo, ao serem tratadas como “da cor do pecado” e “morena”, como eufemismos. Por outro lado, estes traços mais próximos do padrão branco, as qualificam para um maior status social, apresentando, portanto, maior aceitação nos lugares, cargos e oportunidades no geral. Ainda assim, não há um consenso na academia sobre o real impacto do termo. Na opinião de Sales Augusto dos Santos (2002), por exemplo, não há influência do colorismo na estrutura social presente no país, conforme ilustra:

Indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro lado, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. Assim sendo, ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros. (...) a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (SANTOS, 2002).

Contudo, o presente artigo visa pontuar que é impossível negar as diferenças presentes entre o “sentir-se negro” e o “ser negro” dentro da estrutura social. O debate acerca das identidades não pode desprezar que, o racismo é a base estrutural desta sociedade desigual, e que infelizmente, são as nuances do fenótipo que irão definir e classificar os níveis de privilégio e de exclusão, no qual sentir-se negra é privilégio e ser negra é sinal de resistência cotidiana, nos mais diversos aspectos e níveis.

Considerações finais

A invisibilidade, a subalternidade, o silenciamento e a perda da auto estima são apenas

alguns dos reflexos vivenciados por mulheres negras, que enfrentam corajosamente um cotidiano em que permanece vigente a institucionalização do racismo e a estruturação do patriarcado. Estas, encontram-se em constante luta, ao passo que diariamente precisam combater a hierarquia das relações presente entre mulheres negras e mulheres brancas e consequentemente lidar com a imposição de padrões estéticos que enaltecem a mulher branca e inferiorizam a mulher negra, promovendo um branqueamento que sequer reconhece a condição de representação do feminino por parte das mulheres negras. Este quadro é responsável por configurar a escassez de representação e espaço de fala para mulheres negras e limitação de direitos.

Por outro lado, a opressão do patriarcado confere às mulheres negras a intensa hipersexualização e objetificação de seus corpos. Neste cenário, a forma como a sexualidade feminina da mulher negra é associada ao exótico e a promiscuidade, resulta na maior exploração sexual por parte das mesmas, no qual a mulher negra tem três vezes mais chances de ser estuprada. Outros graves fatores que comprovam a vulnerabilidade da mulher negra, encontram-se nos indicadores: mulheres negras são a maior população carcerária feminina do Brasil¹⁴ são as maiores vítimas de homicídio de mulheres e da violência doméstica¹⁵ no país são as maiores vítimas do tráfico humano para exploração sexual e da prostituição¹⁶ e ocupam a liderança no trabalho doméstico¹⁷.

Toda esta conjuntura faz emergir movimentos sociais que, inspirados nos movimentos do passado, buscam fortalecer não somente a luta das mulheres negras, mas o empoderamento de suas identidades como um ato de resistência contra o sistema – um exemplo é a iniciativa da Marcha Nacional das Mulheres Negras, realizada em 2015, em Brasília. Esta, procurou superar diferenças geracionais, religiosas e partidárias a fim de propor um retorno à unicidade da luta da mulher negra, em um protesto contra o racismo e a desigualdade social e de gênero no país.

Na contemporaneidade, a luta contra a discriminação sofrida pela mulher negra passa a

¹⁴ Dados fornecidos pelo Infopen Mulheres (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), publicado pelo Ministério da Justiça, no ano de 2015, informam que a cada três mulheres presas, duas são negras.

¹⁵ Os números constam do estudo "Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil", realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), a pedido da ONU Mulheres. "Em 2013, morreram assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas.

¹⁶ De acordo com pesquisas da ONU em parceria com a UNODC, cerca de 79% dos casos de tráfico humano envolvem escravidão sexual e 18% abrangem trabalho escravo. Os dados apontam que em sua maioria, as vítimas são jovens solteiras, negras, afrodescendentes e com baixa escolaridade.

¹⁷ A pesquisa "O Emprego doméstico no Brasil" (Dieese/2013), considerando o período de 2004 a 2011, mostrou a tendência de elevação do percentual de trabalhadoras domésticas negras em todas as regiões do país. A região Sudeste registrou o maior aumento de mulheres negras ocupadas no trabalho doméstico no período, com o percentual correspondendo a 52,3%, em 2004, e atingindo 57,2%, em 2011.

contar com um considerável aumento de mobilizações que tem como proposta a valorização da beleza negra e exaltação da cultura afro. Movimentos como “Solta esse cabelo”, “Minha raça, minha cor, meu orgulho” e “Black is beautiful”, propõem uma abordagem que vai desde o acompanhamento de transição capilar (de volta para o cabelo afro após intensos alisamentos) até campanhas publicitárias exigindo maior representatividade - tudo como sinal de luta contra um aparato ideológico que legitima e garante a manutenção de um racismo velado e a noção acerca do que é ou não apropriado a partir da perspectiva da dita “superioridade branca”.

Esta nova geração, tal qual o reflexo de sua identidade em constante desenvolvimento e certo pluralismo, configura a ascensão de lutas cada vez mais intensas e necessárias em busca de políticas de promoção da igualdade racial, e políticas para as mulheres e de direitos humanos, levando em consideração o recorte de gênero e raça e principalmente a realidade específica das mulheres negras.

Referências

- GOMES, Nilma Lino. **Sem Perder a Raíz**: Corpo e Cabelo como símbolos da identidade negra. 2a Edição. São Paulo: Editora Autêntica, 2007.
- HOOKS, bell. **Talking Back**: Thinking Feminist, Thinking Black. Boston, MA: South End Press, 1989.
- HUNTER, Margaret. **The persistent problem of colorism**: skin tone, status and inequality. Oakland, California: Mills College, 2007.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Grã-Bretanha: The Women’s Press LTDA, 1982.
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Editora Global, Ação Educativa, 2004.
- NOVAES, Silvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e Escrava** - Uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- SILVA, Maria Palmira. **O anti-racismo no Brasil**: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. Psicologia Política. São Paulo: 2000.
- HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder**: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EUERJ, 2001.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- POUTIGNANT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
- HOOKS, Bel. **Ain’t I a woman?** – Boston, MA: South End Press, 1982.
- PERRY- HARRIS, Melissa V. **“Sister Citizen – Shame, stereotypes and Black Women in**

America". Connecticut, Yale University Print, 2013.

MARQUES, João Filipe. **O estilhaçar do espelho**: da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. In: *Etmologia*, n. 3- 4. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995: p. 30-57.

SILVA, Francisca Cordélia Oliveira. **A construção social das identidades étnico-raciais**: uma análise discursiva do racismo no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Fátima. RIBEIRO, Matilde & SILVA, Nilza Iraci. **A Mulher negra na Década** – a busca de autonomia. Geledés – Instituto da Mulher negra. Caderno Geledés 5, 1995.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação Afirmativa ou a Utopia Possível**: O Perfil dos Professores e dos Pós-Graduandos e a Opinião destes sobre Ações Afirmativas para os Negros Ingressarem nos Cursos de Graduação da UnB. Relatório Final de Pesquisa. Brasília: ANPED/ 2º Concurso Negro e Educação, Mimeo, 2002.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero, raça e ascensão social**. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544-552, 2. sem. 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002

FEMINISM AND BLACK MOVEMENT: THE PROCESSES OF FORMATION AND DEVELOPMENT OF THE IDENTITY OF BLACK WOMAN

Abstract: From the slavery colonial period, up to the present day, there is a maintenance of a structurally racist and institutionally unequal society. This picture is intensified when the analysis come from the perspective of a black woman, who suffers with the racism and sexism issues daily. The objective of this article is to focus on this double oppression and aims to confirm, based on statistical data and academic works, the impacts of this scenario on the processes of building the identity of black woman, and how this one is developed and strengthened through the black movement and feminism.

Keywords: Black woman, identity, feminism, black movement.

COLETIVOS FEMINISTAS DE ARTE URBANA E O ENSINO DE ARTES VISUAIS: DAS HISTÓRIAS DE VIDA E DA ARTE

Antonia Camila Alves Moreira¹

Resumo: Por que não conheci muitas mulheres na história das artes visuais, existe sentido em falar de uma história feminista das artes visuais? E como falar sobre coletivos de mulheres negras e artistas urbanas, seus espaços e produções? Qual o lugar dessas mulheres na história e no ensino de Artes Visuais no Brasil? O presente trabalho busca apresentar algumas vivências de meu primeiro ano do doutorado, fatos que me fizeram repensar percursos de vida e acadêmico, relacionando criticamente minha prática docente, meus processos identitários e de criação em Arte.

Palavras-chave: Feminismo Negro, Coletivos de Arte Urbana, Ensino e História da Artes Visuais.

Em setembro de 2017 o Museu de Arte de São Paulo (MASP) recebeu a exposição “Guerrilla Girls – Gráfica 1985-2017”, uma mostra com os trabalhos do coletivo, mais de 100 cartazes, reproduções dos cartazes que correram mundo, da Islândia a Cidade do México. Segundo o próprio coletivo elas fazem ‘reclamações criativas’ como forma de expor o preconceito de gênero e étnico. O Guerrilla Girls é um coletivo da década de 1980, mais especificamente criado no ano em que nasci, 1985, e que surgiu diante do apagamento de mulheres em principais museus dos EUA, o grupo formado por sete ou oito mulheres americanas já teve cerca de cinquenta mulheres ao longo do mundo, sempre sob anonimato as ‘guerrilhas’ não se identificam senão por nomes de artistas mulheres que viveram em distintos países e tempos.

Conheci sobre o Guerrilla Girls nesse mesmo ano e tudo o que eu pensava era o porquê de já não tê-las conhecido, nunca ouvi falar nos museus ou nas leituras que envolviam meu trabalho de mediação em espaços de arte. Dessa constatação alguns novos fatos foram atravessando meu percurso, um deles o meu reconhecimento enquanto mulher artista e negra. Nesse desdobramento, reconhecer histórias da arte pautada por sujeitos eminentemente homens e brancos, de países tidos como hegemônicos como os da Europa e os EUA, me fez repensar sobre os espaços da arte e seus discursos, encarando, ainda e diante dos alunos do estágio docente feito por mim em turmas de licenciatura em Artes Visuais, espaços profícuos para a problematização acerca de quem de fato conta histórias da arte, quais as cores desses sujeitos, e por que não sujeitas?

¹ Mestre em Arte e Cultura Visual (UFG) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia – Brasil. Bolsista CAPES - camilaalves33@gmail.com

Meu interesse em levantar uma pesquisa a respeito de coletivos de arte urbana formados por mulheres negras e feministas relaciona-se, portanto, a três fatos: meu reconhecimento como mulher negra e artista - e a conseqüente proximidade com o feminismo negro, também relaciona-se ao meu lugar enquanto profissional, das experiências com o circuito de arte urbana de minha cidade natal Fortaleza, no Ceará, e ainda relaciona-se às experiências compartilhadas com a licenciatura em Artes Visuais durante a vivência do estágio docente, quando comecei a pensar sobre histórias da arte e do ensino de artes visuais.

Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta e trata sobre coletivos de arte urbana formados por mulheres negras, com foco no processo artístico destes coletivos e no modo como tal processo encontra eco nos percursos de formação docente em artes visuais. Por meio das contribuições da linha de pesquisa Culturas da imagem e Processos de mediação no Doutorado em Arte e Cultura Visual/UFG do qual faço parte, discorro sobre como as histórias que essas artistas nos contam, a partir de seus saberes e lugares de fala, recontam a história da arte dita oficial. Em adição, localizo no reconhecimento de minha identidade negra, e no estágio em disciplinas do curso de Licenciatura em Artes Visuais/UFG, experiências que apontaram a necessidade em sistematizar as discussões e o debate sobre identidade e gênero.

Durante um ano acompanhei uma turma de primeiro período da licenciatura em Artes Visuais da FAV-UFG. Me aproximei o quanto pude para preparar os conteúdos que ministrei nas aulas que me cabiam, encarando nessa experiência caminhos parecidos, afinal, tanto eles como eu enfrentaríamos 4 anos de curso, lá, no final, sairemos diferentes, porém, igualmente transformados.

Por meio das aulas² descobri lacunas preenchidas pelo desejo dos alunos em promover transformações no cotidiano do curso de artes visuais, percebi neles a vontade de construir coletivamente um currículo que incluísse suas questões de interesse. Realizamos uma ação de intervenção artística motivados pela frase “O que você tanto quer dizer que não fala”.

Aos poucos fui acompanhando uma turma inflada de desejos e vontades em construir um espaço de formação pautado por questões da arte urbana como via de resistência, espaço para construção de identidades e posicionamentos políticos e profissionais.

² O estágio docente é obrigatório para alunos do Doutorado, nesse sentido devemos cumprir 60 horas-aulas. Realizei parte do estágio nas disciplinas “Estudos Críticos e Educação” e “História do ensino de Artes Visuais no Brasil”, antes disso, acompanhei 5 aulas da disciplina de “Fundamentos da Arte na Educação” sem o caráter de estágio, acompanhando a discussão dos alunos e contribuindo, quando possível, com os processos de minha pesquisa.

Trouxe como contribuição para as aulas minhas experiências com arte urbana, desenhando possibilidades para o exercício que os provoquei a fazer, pedi que eles dissessem sobre questões de interesse, pedi que os fizessem por meio de Stencil e lambe-lambe, técnicas comuns na Arte Urbana. O resultado desse pedido foram muitos lambes pelo entorno da Faculdade de Artes Visuais (imagem abaixo), e para mim a confirmação de um novo lugar para pensar a arte, no caso, a rua.



Fonte: Acervo pessoal.

Histórias de vida e da arte

A partir do estágio e da intervenção partilhada com os alunos de Artes Visuais da FAV, procurei alinhar questões relacionadas às narrativas partilhadas. As histórias as quais me refiro e que direcionam também o foco dessa investigação encontram na crítica feminista na história da arte, mais detidamente no trabalho da historiadora da arte Griselda Pollock, sentido para o debate.

A autora americana é responsável por inúmeras contribuições no campo de discussão da História da Arte, por meio do conceito de Intervenção Feminista na História da Arte, Pollock argumenta sobre o confronto gerado nos discursos dominantes acerca da arte por meio destas intervenções, que demandam também de um reconhecimento das relações de poder e gênero, fazendo visíveis os mecanismos de poder masculinos e a construção social da diferença sexual. Pollock defende as intervenções feministas como uma redefinição dos objetos de estudos e das teorias e métodos como forma de fazer ver tais produções artísticas e culturais numa esfera ampliada das artes e humanidades. (POLLOCK, 2010).

As discussões sobre gênero, feminismos e arte feita por mulheres tem ganhado amplas formas de discussão, seja por meio de plataformas digitais, reportagens, seja em pesquisas acadêmicas e periódicos científicos. Em sua dissertação de mestrado Taís Ritter (2017) revisa

e analisa sobre o número de publicações que tratam dos temas gênero, educação e arte nos Anais de dois eventos de relevo para a área de arte e da educação: ConFAEB e ANPAP.

Em seu trabalho a autora reconhece o crescimento de trabalhos que versam sobre estes temas e aponta várias observações quanto a relevância das publicações, fazendo com que compreendamos ser no ensino de artes um espaço que carece de aprofundamento quanto às discussões sobre gênero, sexualidade e feminismos. O material de pesquisa feito por Taís Ritter é de relevo para minha pesquisa, tanto no diz sobre revisão bibliográfica que aponta, revisa e analisa, quanto às experiências de sala de aula que ela tece, sendo professora do ensino básico no estado do Rio Grande do Sul.

Meu interesse por questões de gênero e feminismos é algo recente mas que garantiu meu total remanejamento da pesquisa. Em 2016 defendi a dissertação “Museu na Escuta: A experiência na formação de educadores” resposta de um trabalho que comecei a fazer dez anos antes, em 2006 quando comecei a trabalhar em museus.

Apesar disso, sentia que para o Doutorado queria falar e pesquisar sobre questões que o público me trouxe em todos esses anos de contato direto nos museus, desejava discutir sobre o outro lado do sistema das artes, sobre as vozes e as escutas do lado de fora.

Em 2016 também foi o ano em que trabalhei pela primeira vez na produção pessoal de um artista em seu ateliê, durante o segundo semestre acompanhei o artista urbano cearense Narcélio Grud³, responsável pelo Festival Concreto⁴, evento que acontece no em Fortaleza, Ceará e que já responde por sua quarta edição. Nesse ponto devo fazer um retorno de seis anos e falar das origens de minha relação com a arte urbana.

Em 2010 fiz uma intervenção chamada “Carta-aberta”, o projeto consistia na reprodução de dez frases (imagem abaixo) de uma carta de amor no formato de Stencil ao longo de meu percurso diário para o trabalho, realizei esta ação no Seminário de Arte Urbana do Benfica (SAUB), evento realizado pelo grupo de pesquisa e ação Meio Fio, do Instituto Federal do Ceará (IFCE). No trabalho penso sobre o desejo em marcar meu caminho diário entre casa, faculdade e trabalho, e também sobre uma carta de amor da qual não obtive resposta, pensava através do Stencil falar da saudade traduzida diariamente em meu caminho de ônibus pela cidade. Já naquele ano reconhecia na cidade um espaço de fala e de demarcação de territórios.

³ Disponível em <http://www.narceliogrud.com/>

⁴ Disponível em <http://www.festivalconcreto.com.br/>



Fonte: Acervo Pessoal.

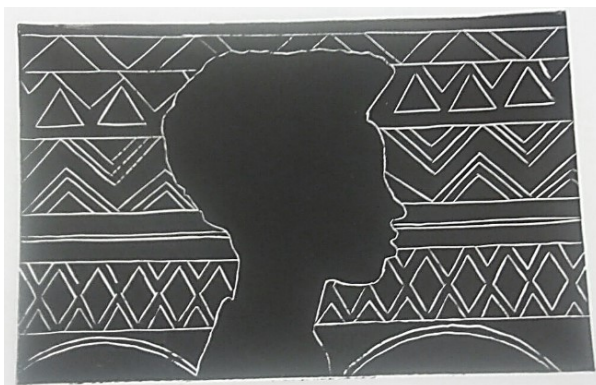
Voltando ao ano de 2016 e sobre minha experiência com o Grud e com o Festival Concreto. Desde o primeiro festival concreto, em 2013, eu tinha vontade de trabalhar nesse evento, em 2015 o festival foi palco para uma possível vinda do Banksy ao Brasil (ninguém sabe se foi verdade), finalmente em 2016 pude trabalhar e conhecer de perto sobre o processo de produzir e executar um evento que reúne artistas urbanos do mundo inteiro, somando cerca de 100 pessoas entre artistas e produtores.

Como saldo dessas experiências, tinha o desejo em dar prosseguimento à pesquisa acadêmica pensando o público como meu principal mote, aliando os sujeitos que conheci em anos de museus e que agora conhecia na cidade, repleta de expectadores de arte urbana. No projeto que enviei a seleção do Doutorado sugeria uma pesquisa pautada em vivências com públicos de espaços de arte, porém, ainda partindo dos museus, um lugar que me transmitia segurança, afinal é difícil explicar com o que trabalho senão com museus.

Já no Doutorado, mais uma vez desnudada pela pesquisa acadêmica eis uma mudança radical, não cabia mais o tema museus em mim, diante de novas leituras e experimentações nas aulas de Gravura percebi que questões muito importantes me convidavam para dança. Não hesitei, mesmo em terreno sinuoso tenho reformulado minhas questões no caminho para si, encarando e assumindo meu processo artístico e minhas vivências na arte como mola-motriz do trabalho de investigação.

Comecei a disciplina de Gravura com muito receio em não ter um traço para desenho e experimentei trabalhar com frases, numa poética já cômoda para mim, mas pouco desenvolvida. No curso da disciplina decidi experimentar o máximo de técnicas possíveis até conhecer o linóleo (linoleogravura) e montar uma composição com grafismos africanos e a sombra do perfil de uma mulher negra (imagem abaixo). Da palavra à imagem senti no curso das aulas maior confiança em construir minha identidade na linguagem da gravura. Reconheço nesse

percurso uma transformação que também quer compor a pesquisa, por se tratar do lugar em que me sinto pertencer, na identidade em que só agora me reconheço, na pele que me veste e que tanto foi preterida, inclusive por mim mesma.



Fonte: Acervo Pessoal

Portanto, é no caminhar junto a outros sujeitos que pretendo investigar sobre as histórias de vidas e de formação dos coletivos que recorto como sujeitas, aliadas às minhas histórias e na construção de novas histórias. Reconhecendo tanto meu processo de criação em arte urbana como as experiências vividas ao lado do artista e inventor Narcélio Grud.

Encaro a vivência que pretendo ter com os coletivos de arte urbana como uma maneira de reivindicar espaços na história das artes visuais e da arte urbana no Brasil, porém, não apenas ocupar lugares, numa revisão ampliada da história da arte com um capítulo sobre mulheres, não é tão simples assim. Entendo poder encontrar formas de contar histórias, formulando outros modelos de construí-las e para isso abraçando as concepções das histórias e experiências de vida.

Assumo que antes mesmo de pensar sobre como direcionar todos os dados que a pesquisa irá produzir para os alunos de graduação em artes visuais da FAV, e demais comunidade acadêmica, busco compreender sobre meus próprios passos nesses novos, ou não tão novos, territórios.

Feminismo negro

Em minhas leituras sobre o feminismo percebi diferenças sobre as razões de muitas das reivindicações por parte das mulheres brancas, segundo Gonzales “ser negra no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (p. 97, 1979).

Além do sexismo e de toda violência contra a mulher, vive-se no Brasil as marcas de um racismo institucional, que desconhece classe social, escolaridade, e fulmina dia a dia centenas de vidas. Apesar disso, o mito da democracia racial vivida no país corrobora para o

pensamento de que no Brasil é pouco provável que exista racismo, devido inclusive à miscigenação e às relações inter-raciais, segundo Gonzalez:

“A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, falam do brasileiro como um ser “cordial” e afirmam que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido” (1979, p. 90).

Lélia Gonzalez atenta para o fato de como esse discurso complementa o mito da democracia racial, lembrando que Gilberto Freyre seria seu principal articulador por meio da teoria do Lusotropicalismo, no qual defende que:

Os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Daí o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e a harmonia racial que o caracteriza. Todavia, o que Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violência da mulher negra (GONZALEZ, p.90, 1979).

Entender sobre o lugar da mulher negra ao longo da constituição de nossa cultura brasileira ajuda a compreender sobre as principais questões que compõem o conceito de Feminismo Negro. No Artigo de Sueli Carneiro “Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” a autora propõe algumas ideias acerca do feminismo negro no Brasil:

Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde.

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO apud RIBEIRO, p. 48, 2017).

O feminismo negro surge como uma das vias de discussão da pesquisa e ajuda a compor o corpus de análise da pesquisa, ou seja, a escolha dos grupos. Meu objeto de pesquisa a ser

investigado são, portanto, os processos de criação artística e as histórias de vida e da arte dos coletivos Minas de Minas (MG) e Mulheres no Graffiti (CE).

O coletivo Minas de Minas é um grupo formado em 2012 por quatro artistas urbanas de Belo Horizonte, Minas Gerais. As conheci durante uma pesquisa na internet, quando vi um mural feito em homenagem a atriz Taís Araújo, na imagem, o coletivo compõe um cenário com influências nas cores nacionais e transformam a atriz brasileira em uma Carmem Miranda negra⁵.

Na confluência dos todos os fatos trazidos até aqui, percebi no trabalho dessa *crew*⁶ a sedimentação de muitos desejos, pensei sobre o trabalho feito por mulheres negras na constituição de uma identidade da mulher brasileira, trabalho este feito num território tido como exclusivo para homens. Pensei ainda sobre como é feito um processo artístico em coletivo, quais são as referências que o coletivo tem sobre trabalho coletivo, e também pensei sobre que histórias essas mulheres constroem no que diz respeito à história das artes visuais e da arte urbana no Brasil.

Acredito que nesse momento de escolha do coletivo Minas de Minas como parte de minha pesquisa tenha descoberto sobre meu processo de formação e de construção identitária. Nesse caminhar, portanto, direciono como áreas de pesquisa as discussões sobre gênero, mais especificamente sobre o feminismo negro, e ainda, sobre história das artes visuais e da arte urbana no Brasil, sob o prisma das discussões feministas.

O outro coletivo de arte urbana composto por mulheres que apresento é o Mulheres no Graffiti (CE), um grupo mais recente, formado em 2014 por três mulheres, estudantes do curso de Artes em Fortaleza. Acompanhei muito vagamente a criação deste coletivo por ter como amiga uma das integrantes. O que me chama atenção para a discussão desta pesquisa é que o grupo formado por mulheres não realiza necessariamente a produção de painéis, como o Minas de Minas, o trabalho em coletivo que elas realizam tem o objetivo de comunicar seus ideais, na construção de uma agenda de assuntos que diga respeito ao uso da rua pelas mulheres, e demais questões contra as amarras impostas pela conjuntura patriarcal e machista, segundo Gomes:

Criado em 2014, o coletivo Mulheres no Graffiti contribui no processo de tornar acessíveis às mulheres espaços que já são delas por direito. Este, acreditam as integrantes do grupo, é um caminho necessário para a conquista de igualdade social. A estruturação do grupo como coletivo, marcada por relações de horizontalidade, mostra-se acordada a essa luta por uma sociedade igualitária. E pintando nos muros, ruas e outros espaços da cidade, a crença na

⁵ Link do vídeo de produção do painel disponível em: <https://www.facebook.com/minasdeminas/videos/1803611932992008/>

⁶ Crew é o nome que se dá a grupos de grafiteiros, no circuito da linguagem entre grafiteiros e pixadores.

mudança. Com frases como “Miga, tamo junta” e “Mulher, a rua é tua”, as Mulheres no Graffiti vão se construindo e construindo novas realidades. (GOMES, p.10, 2017)

Pretendo conhecer melhor os coletivos, para isso, devo promover um mapeamento partindo da ideia da existência de outros coletivos que possam se aproximar dos quesitos que escolhi como importantes: coletivos de arte urbana formado por mulheres negras e feministas.

A construção desse mapa é uma maneira de referenciar a produção das grafiteiras no Brasil, para isso o trabalho será feito com revisão bibliográfica e contato através da internet, delimitando pontos como estado, ano de criação, organização do coletivo, principais influências e principais obras realizadas, além de informar quais plataformas digitais o coletivo faz uso.

Passada essa etapa de mapeamento espero aprofundar melhor o contato com os dois coletivos escolhidos para a pesquisa, proponho uma imersão com o objetivo de conhecer sobre seus processos de construção das obras direto na rua.

Em novos encontros pretendo através de entrevistas semi-estruturadas retomar questões de interesse como o feminismo negro e arte urbana, construção identitária e histórias da arte.

As metodologias a serem utilizadas envolverão as histórias de vida como metodologia de pesquisa-formação, orientada pelos trabalhos de Josso. Envolvendo escritas de si como objeto para reflexão sobre si. Além destas o mapeamento a ser feito com e sobre grafiteiras no Brasil envolverá o movimento cartográfico sugerido por Suely Rolnik, compondo nesse sentido também um caráter de pesquisa narrativa com traços de uma escrita autobiográfica.

Aliada às demais metodologias, o diário de bordo tratará do registro cotidiano, numa escrita também visual, em que pretendo compor ensaios e exercícios visuais sobre como encaro o campo, os sujeitos e meu processo de criação.

Além da fase do campo, por meio de seminários e rodas de conversas retomo o espaço da faculdade para a partilha dos dados da pesquisa perante a comunidade acadêmica, promovendo interlocuções na composição de novas narrativas e reescrevendo outras histórias da arte.

Como reforço metodológico reconheço a escrita autobiográfica como uma possibilidade, portanto, segundo Jeanne-Marie Gagnebin, a escrita essencialmente autobiográfica designa uma escrita que vai além do narcisismo do autor e isso porque alcança o espaço da narração e ultrapassa o espaço privado, fazendo sentido não para quem o escreve, mas eminentemente para quem lê. Gagnebin considera:

Contar esse processo de transformação inscreve a autobiografia na secular tradição literária da narração, narração de proações e experiências a ser

compartilhadas com os outros. (...) O eu particular pode falar de si mesmo porque recolhe dentro de sua história a dimensão de uma experiência que ultrapassa sua mera individualidade (p. 05, 2015).

E ainda, compreendi que muito além de escrever um texto usando “eu” a escrita que se propõe autobiográfica propõe travar um diálogo com o outro, como afirma Gagnebin: (...) sua história só se torna digna de relato quando perde seu caráter exclusivamente privado e se transforma no relato de um passado que não lhe pertence em particular, mas que também pertence aos outros (GAGNEBIN, 2005, p.5)

Referências

CARNEIRO, Sueli. Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em 27/12/2017.

DIAS, Taís Ritter. Ensino de Arte e feminismos: urdiduras entre relações de poder e resistências. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017.

GOMES, Naiana Evangelista. Coletivo Mulheres no *Graffiti*: Toma a rua, que a rua é tua. In Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. 2016.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira – uma abordagem político-econômica. 1979.

JOSSO, M-C. Experiências de Vida e Formação, 2004. São Paulo: Editora Cortez.

JOSSO, M-C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. Educação, 3, (p. 413-438).

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. In Estudos Feministas, 2002, ano 10. (p. 283-300).

MARTINS, Raimundo, TOURINHO, Irene e SOUZA, Elizeu Clementino (Orgs). Pesquisa Narrativa: interfaces entre histórias de vida, arte e educação. Santa Maria: Ed. UFSM, 2017.

POLLOCK, Griselda. Encuentros em el museo feminista virtual. 2010

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

TAVARES, Jordana Facão. Construções, desconstruções e reconstruções – Histórias do grafite contemporâneo Goianiense. Dissertação de mestrado, 2010.

FEMINIST COLLECTIVES OF URBAN ART AND THE TEACHING OF VISUAL ARTS: OF LIFE AND ART STORIES.

Abstract: Why have not I met many women in the history of the visual arts, is there any point in talking about a feminist history of the visual arts? And how to talk about collectives of black women and urban artists, their spaces and productions? What is the place of these women in

the history and teaching of Visual Arts in Brazil? The present work seeks to present some experiences of my first year of the doctorate, facts that made me rethink life and academic pathways, critically relating my teaching practice, my processes of identity and creation in Art. **Keywords:** Black Feminism, Urban Art Collectives, Teaching and History of Visual Arts

NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA NEGRA: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA

Karoline Cipriano dos Santos¹

Resumo: Mulher, negra, professora do sul catarinense, esse é o perfil do sujeito desta pesquisa. Na narrativa que coletamos por meio de uma semi-estruturada foi possível perceber que sua trajetória foi permeada por questões de gênero, raça e classe. O objetivo é perceber como se reflete na sua atuação docente, uma vez que a escola é um lugar propício tanto para a reprodução e perpetuação de violências como para acolher as diferenças desenvolvendo a criticidade e olhares mais sensíveis.

Palavras-chave: Educação. Formação. Resistência. Mulher negra.

Neste artigo procuramos analisar recortes da vida de uma professora negra da região sul de Santa Catarina, focando no aspecto interseccional. O objetivo é analisar a sua formação não apenas considerando o ensino fundamental até o ensino superior, mas também a sua formação não escolar, de identidade, apontando situações que envolvam gênero, classe e raça, compartilhando como na sua trajetória isso foi se constituindo. Para tanto utilizamos uma entrevista² que foi feita com um roteiro semiestruturado, recortada de um ³projeto de pesquisa focado nos professores e professoras negras de Criciúma/SC. Nessa pesquisa são trabalhados esses aspectos e espera contribuir para uma sociedade mais humana ao compartilhar as interpretações feitas.

História Oral

A história tradicional por muito tempo se preocupou em narrar a história política a partir de uma só visão: a dominante, da elite. Nessa concepção, além de haver um sujeito e vários invisibilizados, são consideradas fontes históricas apenas os documentos oficiais. A Nova História surge como contraposição a isso, preocupada com a cultura e a diversidade de sujeitos, parte do cotidiano, cultura, etc. Não considera a história uma verdade absoluta, como a primeira concepção faz, mas sim como interpretações.

Nessa linha de pensamento as fontes históricas são ampliadas, passando a ser considerado, entre outros, objetos, fotos, cartas, relatos de pessoas comuns que

¹ UNESC, Criciúma-SC

² Entrevista realizada no dia 9 de novembro de 2017, pelas acadêmicas Karoline e Rafaela, na escola Fortunato Brasil Napolini, em que a entrevistada trabalha.

³ Projeto de pesquisa Narrativas biográficas afro-brasileiras e experiências escolares: memórias e trajetórias de professores negros e negras da rede municipal de criciúma, orientado pelo professor Alexander da Silva, vinculado ao DIDH UNESC e financiado pelo CER.

vivenciaram a história. É com o relato de uma testemunha histórica que nos debruçamos neste trabalho, com intuito de, além de refletir sobre educação e relações interseccionais, dar visibilidade e voz a uma excluída histórica.

Vale lembrar que a história oral não se ... (conclui? Termina?) nela mesma. É uma fonte histórica que precisa ser analisada pelo pesquisador, interligada pelos demais aspectos históricos relatados pelo sujeito. Além disso é sensível, pois estamos lidando com as vivências de uma pessoa, qual nem sempre vai ter vivências alegres. O autor SILVEIRA, (2007) reforça que

[...]as narrativas orais são narrativas de memórias. Por isso, precisamos ser mais cautelosos ao lidar com as fontes orais, buscando entender o que tais memórias representam para o entrevistado e como elas estão sendo (re)construídas e externalizadas no momento da entrevista

Nesse sentido é importante o cuidado do entrevistador, assim como do pesquisador com o tratamento desses relatos.

Com base nisso foi realizada uma entrevista semi-estruturada com uma professora. A entrevistada é moradora da cidade de Siderópolis, no bairro Rio Fiorita. Filha de mãe Paulista. Mora na cidade desde criança. Infância vivida nos anos 60. Casou-se com 20 anos e aos 33 anos, quando ingressou na universidade estava divorciada. cursou a graduação de Educação Física na Universidade do Extremo Sul Catarinense. Leciona na escola Jorge Biff, no Bairro Vila São Jorge, em Siderópolis e na escola Fortunato Brasil Napolini, no bairro Mina do Toco, em Criciúma. Com alguns recortes de sua memória procuramos refletir sobre algumas questões relevantes, como a educação e a interseccionalidade.

Educação

A educação pode ser entendida em vários âmbitos. É a educação que vem de casa, é a continuidade de uma cultura passada de geração em geração, é o respeito entre os integrantes de uma sociedade, diferentes tipos de sociedade e portanto diversos tipos de educação. É também a educação escolar, institucionalizada, tanto básica como superior. É sobre essa educação, da escola, que mais nos debruçamos neste texto. Além disso, é o dualismo da escola que focaremos.

Esse dualismo se consiste em a escola ser tanto um espaço de acolhimento das diferenças, questionamento, criticidade, quanto um espaço multiplicador de violências,

preconceitos e instrumento de continuidade da sociedade vigente. Rocha (2014) pontua esse dualismo escolar, assinalando o que seria ideal:

A escola deveria ser o lugar da crítica à ditadura dos padrões pré estabelecidos, o lugar de fazer perguntas, do questionamento que permite sair das relações alienadas e reprodutivas. Deveria constituir-se, no mínimo, lócus do debate mediado por adultos profissionais embasados em conhecimentos científicos. No entanto, a escola perde ou escamoteia a oportunidade real de promover atividades de aprendizagem, e a ação pedagógica é deturbada pelo preconceito em não aceitar que a adolescente se vista fora de determinado padrão.

O caso exemplificado pela professora é o uso de roupas ou acessórios diferentes do padrão, porém se aplica aos preconceitos com culturas, linguagens, opiniões diferentes, com a própria imagem de uma pessoa fora dos padrões.

A violência escolar e essa reprodução se dá, também, pelos silenciamentos que acontecem no ambiente escolar, além da violência simbólica de Boudieu e Passeron (2008) tratada por Rocha (2014):

A violência simbólica atua de forma sutil, naturalizando as relações dominantes. Pensando a princípio apenas nessas características, é possível visualizar a escola com sua hierarquia, seus tempos e espaços, suas filas, seus disciplinamentos, seus contratos desiguais para meninos e meninas de diferentes origens sociais, e as ações pedagógicas que sutilmente inculcam saberes que reproduzem e legitimam as normas das classes dominantes.

Nesse sentido o silenciamento de professores diante de atitudes e falas preconceituosas no ambiente escolar ajuda nessa legitimação de classes dominantes, além de padrões dominantes construídos historicamente.

Sobre a naturalização na escola, sobre relação de gênero, a autora Chimamanda (2017, p.16) comenta que “Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores de classe, então em algum momento nós todos vamos achar que só um menino pode ser monitor de classe.” Nesse sentido, a escola reproduzindo estes padrões continuamente, impulsiona sua permanência.

Ainda sobre a escola ser um espaço de acolhimento, Kramer (2005) reflete sobre o cuidar e o educar, considerando-os uma unidade. Desta forma, na educação infantil, quando as professoras realizam as atividades mais ligadas ao cuidado está também educando, ensinando o que é necessário às crianças naquele momento de vida. Assim

como, quando no processo de ensino-aprendizagem a professora se preocupa com o desenvolvimento do aluno, em buscar novas metodologias de ensino, respeitar e contribuir para a superação de barreiras está havendo um cuidado, uma afeição entre os envolvidos no processo.

Além disso, uma prática docente sensível às diversas manifestações violentas, preocupada em não apenas reproduzir conteúdos e padrões, mas sim a quebra destes e a superação de questões de emergência, como as que atingem mulheres não negras, negras, negros, deficientes, homossexuais. Chamo de emergência devido aos números ainda alarmantes de violências, que acontecem além da escola, focando no aspecto interseccional.

Interseccionalidade

Segundo Rocha (2014) uma pesquisa sobre violências contra adolescentes divulgada em 2009 evidencia que adolescentes negros têm quase três vezes mais chances de morrer assassinados do que os brancos.

Não é tão raro hoje ouvir falas do senso comum como ‘no Brasil não existe racismo’, ‘isso acontecia antigamente, hoje não se tem mais preconceito’, ‘os negros acham que tudo é racismo’. Não se pode negar que houve várias mudanças ao longo da história em relação ao tratamento com os negros, avanços muito lentos, mas que são conquistas sofridas. Porém ainda há muito caminho a percorrer e muita luta a ser encarada.

Também não é raro ouvir que ‘antigamente até existia machismo, hoje não tem mais’, ‘É muito mimimi’. Não vamos negar que as coisas avançaram para as mulheres, lentamente foram conquistando seu espaço. Porém o caminho a ser trilhado ainda é longo.

Houveram avanços para as mulheres e para os negros, porém existe uma categoria que fica no meio disso: a mulher negra. As pautas no movimento negro não consideravam questões das mulheres, assim como as pautas do movimento feminista não considerava as negras. Enquanto as brancas reivindicavam o direito de trabalhar as negras há muito já trabalhavam como empregadas para poderem sobreviver, muitas vezes na casa dessas feministas.

“A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRESHAW, 2002, p. 10). A autora fala que esses grupos sobrepostos podem ser diversos: raça, classe, gênero, idade,

deficiência, região que habita. Nesta pesquisa buscamos refletir um pouco sobre tudo isso, buscando experiências de uma professora atravessadas pela interseccionalidade.

Análise da entrevista

De sua infância, a respeito da família, dos amigos e da escola compartilha que...

[...]eu fui criada numa família negra, que a gente sempre tinha muitas amizades com as outras famílias brancas, entende. Então lá no meio das meninas brancas elas mesmo me faziam me sentir igual elas, a gente brincava muito, era tudo, como é que eu ia dizer, eu era negra diferente delas, as brincadeiras todas iguais, não tinha nenhum, não tinha nada de diferença, tá, naquele tempo lá. Quando eu fui na escola, na infância mesmo. Quando eu cheguei na escola é que senti a diferença, lá fizeram, no caso lá eu, eu digo que na escola que eu senti a diferença eu e as minhas amigas brancas. Professores, por algumas amigas que não eram as minhas vizinhas, eu já sentia que eu já ficava mais isolada. E tinha bastante racismo mesmo entre os professores que chegavam perto de alunos brancos pra explicar e eu nem perguntava por que eu sabia que ela não ia chegar perto de mim pra explicar, entende? Eu tinha medo, vergonha assim de dizer que não tava entendendo.

A diferença na escola se dava entre os colegas e com a professora no sentido de se sentir intimidada antes de tirar dúvidas com a professora, com receio de dizer que não entendeu o conteúdo. Também notava diferença no tratamento com ela e com suas colegas brancas. Nota-se aqui uma aproximação com o que Ribeiro (2017) comenta sobre o silêncio dos professores sobre as questões raciais: “Quando cheguei na escola e não me enxerguei no material didático, quando cheguei na escola e o silêncio das professoras em relação as violências que acontecem dentro do ambiente escolar”

O autor Gonçalves (1985, apud Claudilene, 2009, p.57), aponta o silêncio escolar que se faz um silenciamento dos negros, uma vez que ‘conduz a mensagem de superioridade do branco e inferioridade do negro a crianças negras e brancas, demonstra que a instituição escolar não está silenciando seu pensamento sobre a população negra, ao negar a existência da população negra, a escola afirma seu pensamento sobre a população negra.’. O mesmo autor (1985) identifica esse silenciamento comum nas escolas como um ritual pedagógico a favor da discriminação.

A professora fala das questões culturais trabalhadas naquela época, que são as mesmas trabalhadas na escola nos dias de hoje e acrescenta sobre o padrão de beleza nas histórias infantis:

Na escola o folclore que era trabalhado era mais, é, boi de mamão. Os que são mais tradicionais. O que é trabalhado até hoje, o curupira, aquelas coisas assim, o folclore que tu ve. O que se trabalha hoje em escola é o que era trabalhado antes. (entrevistadora: A Iara loira?) A Iara loira, as bonequinhas aquelas, a branca de neve, não tinha, hmm, hoje já tão trazendo os livrinhos com os personagens negros, mas naquele tempo era tudo branco, branco de olho azul, tudo os lindos que a gente achava, o príncipe, a princesa, tudo loiro de olho azul, não botava nem cabelo preto neles, parece que se eles fossem moreno de olho castanho eles eram feios.

Quando questionada sobre o tratamento do assunto diversidades na sua época de escola ela fala que não era trabalhado o assunto da diversidade e discriminação e que só era falado nos negros na escravidão, sempre envolvendo muito sofrimento. Além de nunca ser falado sobre autores, poetas, artistas...

Quando eu sabia que era aula de história, que chegava nos escravos, eu pegava e nem ia mais pra aula porque sabia que ela ia continuar no outro dia. Aí eu dizia pro Dilnei, meu irmão, que eu ia me encolhendo na carteira, quando ela falava sobre a escravização, por isso que eu acho que não deve, eu sou contra, ta certo que é a história do Brasil, mas é tao humilhante né? Deveriam trabalhar mais na escola sobre os autores negros, os escritores negros. (...) eu ficava tão humilhada, ia me encolhendo na carteira, parecia que estavam falando de mim, só eu de negra. Só falavam a história triste nossa.

Ressalta que gostaria que hoje o ensino focasse mais em outros aspectos além da escravidão.

Sobre sua formação profissional, mesmo cursando ensino médio profissionalizante de técnico de contabilidade encontrou problemas na hora de achar emprego e conta que geralmente ia parar na cozinha sem expectativa de ser promovida ao seu cargo. Isso fez que com que desistisse de exercer a profissão e seguisse o caminho da docência, onde sempre achou que seria um campo de trabalho mais democrático.

A minha encarregada pediu pro gerente “ela ta vindo trabalhar na cozinha do hotel mas ela ja tem contabilidade, entao podia dar uma vaga pra ela, se não for na contabilidade do hotel nem que seja telefonista, que era aquelas meninas que não tinham nem o ginasio, naquela época era o ginásio, não tinha, que era o nono ano, era as mocinhas que iam trabalhar la, não tinha nem o nono ano. Então eu senti ali o preconceito, entao eu disse não, eu vou pra universidade fazer outra profissão se não eu não vou sair nunca de uma cozinha, foi onde eu fui fazer outro curso.

Segundo Creshaw (2002, p.14) “Algumas empresas não querem que a face de uma mulher negra seja a primeira face vista por seus clientes.” o que condiz com o fato de a professora mesmo tendo uma qualificação nunca ter sido contratada nem sequer para balconista.

O desejo de ser professora já vinha desde criança, além de ser um desejo de sua mãe, que suas filhas fossem professoras.

Assim, a mãe sempre sonhou, que a mãe nunca, ela não tinha acesso ao estudo né. Então hoje lá em casa nós somos em 4 mulheres e todas 4 são professoras, ela sempre admirou muito, e eu também admirava muito as professoras né. E hoje eu sou uma professora então por isso. Até quando eu era pequena, no dia das almas, esse meu irmão mais velho tava contando ali, engraçado, tu desde pequena tu pegava as pedrinhas e botava assim atrás do banheiro, que aquele tempo as casas eram de madeira, nós tinha só o bangeirinho e eu fazia o quadro no banheirinho, escrevia tudo na parede no banheirinho e botava as crianças tudo em carreirinha, tudo pedrinha, daí meu irmão tava..., daí eu pegava uma varinha na mão né, que naquele tempo as professoras batiam (risos) a mesma varinha que usava no quadro eu já pegava e batia nas pedrinhas, chegava até a quebrar as pedrinhas “vai entender aqui”, o meu irmão dizia assim, ela botava nome, “José” entende? já imitava a professora. Ele dizia que as vezes eles iam lá espionar e as vezes eu via mesmo e eles saíam a rir, eles riam mesmo e eu ficava braba, eu ficava lá imaginando, então aquilo ali, quero dizer assim, a mãe sempre disse que, naquele tempo era muito assim, a mãe era empregada doméstica, naquele tempo eu tinha muitas amigas minha que eram empregadas doméstica, e a mãe dizia assim e vocês não vão ser por que vocês vão, geralmente os brancos querem que os negros sejam empregada doméstica, aí ali que ela deu estudo pra nós, pra nós não sermos, e eu senti dificuldade, aí a mãe disse assim ó, vão ser professora, por que era meu sonho e porque não tinha tanta discriminação como em outro setor é difícil, tanto é que eu me formei, eu fiz secretariado, eu fiz contabilidade, segundo grau, nunca fui chamada pra ser, nem numa loja pra ser balconista eles não aceitaram, eu senti muito a [...]

Ela relata que brincava de escolinha com as pedras, que brigava e até batia nos ‘alunos’ como via a professora fazer. Vale considerar que estudou na década de 60/70, em que o ensino era tradicional.

Nesse sentido, além de ser um sonho de infância, a profissão seria uma ‘válvula de escape’, uma profissão na qual não seria tão discriminada como mulher negra. Silva (2001, apud NASCIMENTO, 2012) comenta a situação percebida na sua pesquisa, que para maioria das entrevistadas ser professoras significa melhores condições de vida além da ocupação de um lugar social diferente do atribuído às mulheres negras: o de doméstica. Além disso, foi possível perceber o apoio dos familiares à busca desse lugar por essas mulheres.

São dados oficiais a questão da mulher negra como empregada doméstica. Bernardo (1998, apud SILVA, 2010) mostra como é difícil a mobilidade ascensional da negra, devido a maioria das negras trabalhar na informalidade, ou como empregadas domésticas. Davis (1981, p.101) conta que “Diversas mulheres que chegaram a lecionar em escolas, mas que haviam sido demitidas devido ao ‘preconceito’. Expulsas da sala de aula, haviam sido obrigadas a trabalhar na lavanderia e na cozinha.” A respeito de uma pesquisa publicada em 1899 sobre O Negro na Filadélfia. O dado é de outro país mas se encaixa à realidade brasileira também. Nascimento (2012) reitera a ideia afirmando que “[...]a maior parte das mulheres negras no Brasil exerce atividades ligadas ao serviço doméstico, ocupação de pouco ou nenhum prestígio social e de baixa remuneração salarial.”

O significado de uma mulher negra professora vai mais além. Até o século XVIII acreditava-se que as mulheres possuíam razões inferiores à dos homens. Em contraponto a isso, o magistério se apresenta como um espaço de afirmação da intelectualidade delas. Se tratando de mulher negra o significado amplia. Segundo Nilza Gomes (1995, p.115):

Ser mulher negra e professora expressa uma outra maneira de ocupação do espaço público. Ocupar profissionalmente esse espaço, que anteriormente era permitido só aos homens e brancos, significa muito mais que uma simples inserção profissional. É o rompimento com um dos vários estereótipos criados sobre o negro brasileiro de que ele não é capaz intelectualmente.

Quanto à graduação, ingressou de Educação física com 33 anos, divorciada e com 2 filhos. Contou com a ajuda de seus familiares para poder concluir o curso, tanto financeiramente quanto ao cuidado de seus filhos. Sua mãe trabalhava no fórum e conseguiu algumas faxinas para que ela pudesse se manter. Durante algum tempo da graduação ela trabalhava 2 vezes na semana fazendo faxina e os demais dias dando aula na escola da Vila como bolsista, escola que ela trabalha até hoje.

Ela relata que não notou grandes diferenças no tratamento entre seus colegas de faculdade. Muito pelo contrário, relata que a sua turma era muito acolhedora e divertida. O que ela fala é sobre a dificuldade econômica, já que fez faxina em casa de família durante um tempo, algumas vezes na semana. Até que ela conseguiu uma bolsa para trabalhar numa escola, e passou a fazer faxina e nos outros dias trabalhava na escola como bolsista.

A respeito do acolhimento sentido pela entrevistada em um curso de esporte, é importante lembrar que existem lugares em que negros e negras são mais aceitos do que outros, o esporte de alto rendimento, tarefas que não exigem pensamento. ABRAHÃO e SOARES (2009) indicam o pensamento de que as tarefas ligadas à força e à emoção serem atribuídas ao grupo negro, numa hierarquização de saberes e habilidades, o grupo branco é destinado à ciência, política, inteligência, tidos como superiores.

Quanto ao seu ambiente de trabalho, a escola, entre os colegas de trabalho relata que foi bem recebida. Havia no início da carreira havia um estranhamento no olhar dos pais, pois não era comum ver uma professora negra. Já com os alunos o fato de ser professora possibilita uma posição de liderança que ultrapassa a discriminação por parte dos alunos, não tendo eles problemas de relacionamento e de toque com ela. O fato de a entrevistada ser professora de Educação Física pode contribuir para essa afinidade, uma vez que é uma disciplina muito querida pelos alunos, no geral.

Seu trabalho era valorizado e já quando era bolsista. Ela trabalhava algumas vezes na escola o seu trabalho já era bem visto. O diretor dessa escola gostava de observar a aula e dizia que gostava de assistir porque ela sempre trazia brincadeiras, jogos novos para as crianças, sempre dava aulas muito animadas. Lembrando que essas aulas ela preparava na biblioteca da universidade no final da noite, depois da aula, utilizando o material disponível no acervo para buscar melhorar o seu trabalho e dar as aulas durante o dia.

Os episódios preconceituosos mais marcantes relatados foram em relação às professoras na escola, ainda na infância, ao mercado de trabalho, não conseguindo emprego na sua área nem em algo diferente da cozinha ou limpeza, já citados anteriormente. Outro episódio aconteceu na escola, quando já era professora.

Ela costuma levar os alunos para o pátio de fora da escola, próximo a igreja e ao posto de saúde do bairro, pois a escola não possui espaço próprio. Num dia ela estava na rua com as crianças e um padre falou: “Olha que escola legal, aqui até as merendeiras brincam com as crianças!”. Ela respondeu que era professora de educação física e por isso estava ali, deixando o padre embaraçado. Esse é um exemplo de como a figura da mulher negra é vinculada a assistência e/ou servilidade.

Sobre os episódios preconceituosos, ela fala que durante toda sua vida ouviu muitas coisas, ouviu muitas piadas que no momento não se dava conta que era racismo, assim como muitas coisas a incomodaram sempre. Um exemplo é o tipo de expressão: “tu é negra mas nem parece que é, parece que é branca igual nós”. (Inserir a fala da Kay

sobre não gostar disso). Muito do entendimento dela hoje se dá pela participação de movimentos; Fórum da mulher negra e do Movimento Cruz e Souza.

Além do crescimento e fortalecimento pessoal que os movimentos acrescenta, ela relata sobre o crescimento profissional, pois muita coisa que ela aprendeu na escola é desconstruído lá, assim como muitas reflexões são construídas e reconstruídas. Assim como coisas que ela não aprende em formações de professores é conversado lá.

Quando questionada sobre o que é ser negra nos dias de hoje ela respondeu que é ter que fazer sempre o melhor, pois numa situação em que um branco e um negro desempenhem o mesmo rendimento o branco sempre terá privilégios. Além disso, fala sobre seu ‘empoderamento’ no ambiente escolar, entre os professores, qual ela ocupa e se manifesta quando necessário, trazendo à tona questões raciais.

Sobre como está o tratamento á questões diversas na escola hoje, ela comenta que não percebe muita diferença daquela época para os dias de hoje, pois mesmo com a lei (10.639/03 e a Lei 10.645/08) temática não é bem trabalhada. Destaca aqui a importância da formação continuada, participação de palestras, encontros, para poder se apropriar melhor do assunto e trabalhar da melhor maneira possível. Tanto ela quanto as demais professoras.

Falando sobre formação de professores, quando questionada sobre como trabalha a lei 10.639/03 ela fala, como falado anteriormente, sobre a organização de rodas e disposição dos alunos nas brincadeiras, além do tratamento com episódios que se repetitivos podem se tornar preconceituosos.

La na educação física hoje como professora de educação física chamo muito atenção das crianças que elas se toquem, que se peguem, a mão tudo, então, agora eu olho bem ali parece que lá tinha que fazer uma roda elas trocavam de lugar se eu tava ali, as crianças.

Aqui vale lembrar que a escola possui maioria de alunos brancos e que episódios discriminatórios são raros, o que acontece são algumas atitudes que para quem já tem um olhar sensível para essas questões pode perceber um futuro ato racista.

Quando questionada sobre como lida com situações preconceituosas que a atingem nos dias de hoje ela diz que se sente-se discriminada ela fala e diz também que o preconceito é sentido até no olhar, muitas vezes não é nem preciso uma fala ou ação discriminatória.

Considerações finais

O objetivo dessa pesquisa foi refletir sobre aspectos interseccionais que permearam as memórias de uma professora e como essas experiências se refletem na sua atuação docente. Além disso, foi discutido um pouco sobre história oral, educação e o próprio conceito interseccional.

Foi possível notar aspectos de gênero, classe e raça na sua formação, que se refletem na sua atuação docente. Também foi possível refletir sobre os silenciamentos que atravessaram algumas memórias da professora. Com essa reflexão concluímos o texto e ficamos com a dúvida de quantos silenciamentos permearam os relatos da professora. Lembrando que a entrevista e este trabalho são recortes de um projeto de pesquisa ainda em andamento. Nesse sentido muitas discussões ainda estão em andamento.

Referências

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. O elogio ao negro no espaço do futebol: entre a integração pós-escravidão e a manutenção das hierarquias sociais. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 30, n. 2, p.9-23, Não é um mês valido! 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/bib/Downloads/433-1277-1-PB.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos Todos Feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 64 p. Tradução de: Cristina Baum

CRENSHAW, Kimberlê. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n. 12, p. 171-188, janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em 08 mar. 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. S. Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

KRAMER, Sonia. *Profissionais de educação infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.

NASCIMENTO, Cleonice Ferreira do. *Histórias de vida de professoras negras: Trajetórias de sucesso*. 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ppge, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/c14e7f204de6a9a8b2a8da985ec0272d.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

ROCHA, Julia Siqueira da. **Violências na escola: Da banalidade do mal à banalização da pedagogia**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2014. 208 p.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *MÊtis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p.35-44, 2007. Semestral. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

SILVA, Maria Nilza da. *A mulher negra*. 2010. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2010/03/21/a-mulher-negra/>>. Acesso em 09 mar. 2018

Narratives of a black teacher: formation and trajetory

Abstract: A black woman, a teacher from southern Santa Catarina, this is the subject profile of this research. In the narrative that we collected through a semi-structured it was possible to perceive that its trajectory was permeated by questions of gender, race and class. The objective is to understand how it is reflected in its teaching performance, since the school is a propitious place both for the reproduction and perpetuation of violence as well as to welcome differences by developing criticality and more sensitive looks.

Keywords: education. Formation. Resistance. Black Woman.

MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA PELA PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA DO RECONHECIMENTO DE NANCY FRASER

Angélica Azeredo Garcia¹
Fernanda da Silva Lima²

RESUMO: O presente artigo busca analisar a invisibilidade da mulher negra à luz da teoria crítica do reconhecimento de Nancy Fraser, como mecanismo de luta do movimento feminista negro, no intuito de afirmá-las como sujeito identitário e político, de maneira a possibilitar a sua participação social paritária e, assim, promover um novo parâmetro normativo de justiça. Infere-se que a invisibilidade da mulher negra decorre de uma dupla discriminação: uma, de questão racial, derivada principalmente da teoria da democracia racial que mascara e forja uma falsa ideia de igualdade entre as raças no Brasil, duas, de questão de gênero, construída pelo androcentrismo que caminha junto com o sexismo cultural na sociedade brasileira, razão pela qual a luta por inserção social da mulher negra não pode ser enfrentada apenas sob a ótica dos movimentos negros, tampouco somente sob a ótica dos movimentos feministas, podendo, portanto, ser examinada à luz da teoria crítica do reconhecimento de Nancy Fraser, a fim de que se possa afirmar a sua qualidade de sujeito identitário e político na demanda pela justiça. Para realização deste artigo foi utilizada como metodologia a técnica de pesquisa bibliográfica e o método indutivo.

Palavras-chave: Feminismo Negro, Mulher Negra, Visibilidade.

Introdução

As teorias raciais, o racismo científico chegou ao Brasil no final do século XIX, e na Europa se desenvolveu ao longo deste século.

A escravidão negra foi produzida em cima do conceito de povos bárbaros e inferiores atribuídos àqueles que não eram europeus, ou que não possuíam o que eles entendiam por civilidade. Logo, para justificar a manutenção da escravidão por mais de quatro séculos, foi necessário o auxílio da ciência.

¹ Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Sul Catarinense (PPGD/UNESC). Especialista em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera-Uniderp; Graduada em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL; Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismo[s]/UNESC; Integrante do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC); Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito da Criança e do Adolescente da Unesc; Escrivã de Paz concursada - e-mail: angelag98@hotmail.com

² Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel em direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unesc (Mestrado em Direito). Professora titular da disciplina de Direitos Humanos na UNESC. Integrante do Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente (NEJUSCA/UFSC). Vice líder do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Direito da Criança e do Adolescente da Unesc. Líder do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismo[s]/UNESC. Pesquisadora na área de Direito Público com linha de pesquisa Direitos Humanos, Cidadania e novos direitos com interesse nos seguintes temas: relações étnico-raciais, feminismo negro e políticas de promoção da igualdade racial; Direito da Criança e do Adolescente e políticas públicas. E-mail: fernandalima@unesc.net

Assim, o Brasil importou o racismo científico que hierarquizava as raças humanas em superiores e inferiores e, que tinha como principais autores: Charles Darwin, Francis Galton, Spencer e muitos outros. Ou seja, agora era científico, logo verdadeiro!

A elite se aproveitou disso para não só manter a escravidão no Brasil até o fim do século XIX, como usou disso para dizer a população negra, por ser inferior não poderia corresponder ao ideal de Ordem e Progresso, e ao desenvolvimento industrial que vinha crescendo no Brasil após o fim do Império e início da República.

Ademais, com advento da abolição da escravatura e a transição do trabalho escravo para o livre a preocupação da elite com o grande número de escravos libertos e a necessidade da mesma de manter-se no topo das relações sociais controlando a política e a economia fez com que diversas ideologias que eram favoráveis à manutenção do *status quo* fossem reforçadas e defendidas no pensamento dos brasileiros. Dentre as quais se destaca: o racismo científico, a miscigenação, o assimilacionismo, o branqueamento e a tese da democracia racial.

O racismo científico defendia uma hierarquia das raças e a consequente divisão entre seres humanos superiores e inferiores. A miscigenação surgiu como proposta para construção de um novo projeto de país respeitável por meio da possibilidade de branqueamento da população, tendo em vista tratar-se o Brasil de um país com um grande contingente de populações negra e essencialmente mestiça, que por tal fato era visto como atrasado e sem futuro.

A doutrina do branqueamento tendia para uma explicação inversa do racismo científico, mantendo a hierarquia com relação ao branco, indicando-a como ideal, porém considerando que a miscigenação iria abrandar a inferioridade negra na medida em que os traços fenotípicos – cor negra - deixassem de ser tão marcados. O outro viés da ideologia do branqueamento era a integração dos negros via assimilação dos valores brancos, o assimilacionismo, que teve como objetivo proclamar que não existiam diferenças raciais no Brasil, todos conviviam de forma harmoniosa e sem conflito, fato que com se verá, acabou por se materializa na teoria da democracia racial. (HOFBAUER 2010, LIMA, 2015)

Nesse contexto, marcado por grandes transformações surgiram os movimentos sociais, dos quais se destaca: o movimento negro, que se caracteriza pela luta contra a opressão e emancipação do negro no Brasil, buscando desconstruir o discurso do mito da democracia racial propondo uma rediscussão da identidade nacional; e o movimento feminista, cujo objetivo é a emancipação da mulher, a sua libertação de todas as formas

de opressão, e o exercício pleno dos seus direitos de cidadania, questionando a hierarquização dos sexos imposta pela sociedade patriarcal e machista.

Ocorre que, embora referidos movimentos lutem contra a opressão gerada pelo racismo e a gerada pelo gênero, ambos acabaram por invisibilizar a mulher negra, aquele por se opor ao eurocentrismo sem levar em conta as questões de gênero, e este por propor a desconstrução do androcentrismo que caminha junto com o sexismo cultural, sem levar em consideração as questões de raça.

Diante dessa perspectiva, o estudo do tema proposto é de suma importância, pois a invisibilidade da mulher negra é mais uma faceta do preconceito, da violência, da indiferença, da discriminação, em uma sociedade que tem por fundamento constitucional o princípio da dignidade da pessoa humana e que tem por objetivo fundamental construir uma sociedade livre, justa e solidária. A visibilidade dissimulada é cruel e limitadora, pois torna ainda mais difícil a luta da mulher negra pela igualdade material e pela justiça social. Assim, dar visibilidade a mulher negra é questão de humanidade e de justiça!

Nesse sentido, busca-se verificar a possibilidade de conferir visibilidade à mulher negra e conseqüentemente ao feminismo negro por meio da teoria da Justiça de Nancy Fraser.

Infere-se que a invisibilidade da mulher negra decorre de uma dupla discriminação: uma, de questão racial, derivada principalmente da teoria da democracia racial que mascara e forja uma falsa ideia de igualdade entre as raças no Brasil, duas, de questão de gênero, construída pelo androcentrismo que caminha junto com o sexismo cultural na sociedade brasileira, razão pela qual a luta por inserção social da mulher negra não pode ser enfrentada apenas sob a ótica dos movimentos negros, tampouco somente sob a ótica dos movimentos feministas, podendo, portanto, ser examinada à luz da teoria crítica do reconhecimento de Nancy Fraser, a fim de que se possa afirmar a sua qualidade de sujeito identitário e político na demanda pela justiça.

Assim, este trabalho tem por objetivo estudar a possibilidade de por meio da luta do movimento feminista negro à luz da teoria do reconhecimento de Nancy Fraser, dar-se visibilidade a mulher negra, a fim de afirmá-la como sujeito identitário e político, com participação paritária na transformação da sociedade com escopo de promover um novo parâmetro de justiça.

Para elaboração do estudo aqui proposto será utilizado o método científico indutivo por meio do qual se pretende capturar e analisar os conflitos gerados desde a abolição da escravatura que gerou a importação pelos brasileiros das teorias raciais

européias, passando pelos movimentos sociais que surgiram como forma de oposição as discriminações de raça e gênero, para se chegar à teoria crítica do reconhecimento proposta por Nancy Fraser que propõe um novo parâmetro de justiça.

A técnica de pesquisa aplicada para a realização do presente é exclusivamente a bibliográfica, tendo como principais fontes livros, doutrinas, legislações, artigos, periódicos, dissertações, além de textos disponibilizados na *Internet*.

Este trabalho dividir-se-á em três títulos, abordando-se, em primeiro lugar as teorias raciais, em segundo, o movimento negro e feminismo negro e em terceiro, a teoria crítica do reconhecimento de Fraser.

Teorias raciais.

As teorias raciais desenvolvidas na Europa passaram a ser reforçadas no pensamento brasileiro com a transição do trabalho escravo para o livre. A preocupação da elite com o grande número de escravos libertos e a necessidade da mesma de manter-se no topo das relações sociais controlando a política e a economia fez com que diversas ideologias que eram favoráveis à manutenção do *status quo* fossem defendidas.

O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, e é após a abolição que se organizam as teses de inferioridade biológica dos negros e assim se propagam pelo país. Os portadores de pele escura, os negros, e os “não europeus”, eram considerados raça inferior, enquanto os portadores de pele alva, os brancos eram considerados raça superior, como justificativa para o domínio colonial e a exploração dos europeus sobre os outros povos (OLIVEIRA, 2008, p.5).

O racismo científico procurava explicar biologicamente as características dos homens. Era considerado científico porque foi produzido pela antropologia e pela sociologia, pelos “homens da ciência” do século XIX. Defendia a hierarquia das raças com seres humanos superiores e inferiores. Surgiu em 1870 como base teórica adotada pela elite no Brasil, tornando-se amplamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920 (OLIVEIRA, 2008, p.7).

É sob esta visão racista sustentada pelos homens da ciência que vai sendo tecida a cultura brasileira, inspiradas pelas teorias europeias de Arthur de Gobineau e Charles Darwin.

Segundo Schwarcz (2005, p. 36 e 64), Gobineau, acreditava ser inviável uma “nação degenerada composta por raças mistas”, fazendo uma interpretação pessimista do

Brasil, como representante “da falta e atraso” em função de sua composição étnica e racial. Enquanto o Darwinismo Social adotou uma visão de hierarquia natural das raças, “sem problematizar as implicações negativas da miscigenação, fazendo certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça” (2005, p. 18 e 65).

Tratando-se o Brasil de um país com um grande contingente de populações negra e essencialmente mestiça as teorias racistas europeias ofereciam sustentação para a defesa da inferioridade dos negros, mas a respeito da miscigenação elas eram reinterpretadas para construção de um novo projeto de país respeitável por meio da possibilidade de branqueamento da população.

Afirma OLIVEIRA (2008, p. 8) que:

Tal ideologia fazia crer às elites locais que o “problema” étnico-racial brasileiro poderia ser solucionado pelo caminho da miscigenação. Sua origem provem da convicção de que o sangue “branco” iria purificar o sangue primitivo, “africano”, permitindo a eliminação física destes e a formação gradativa de um povo homogêneo: “branco” e “civilizado”.

Nesse sentido, acabou predominando a posição de Silvio Romero, intelectual que se alinhava ao darwinismo social, mantendo uma visão otimista sobre a miscigenação, segundo ele: “Pela seleção natural [...] tipo branco irá tomar a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo” (ROMERO, 1880, *apud* SKIDMORE, 1976, p. 53).

A doutrina do branqueamento tendia para uma explicação inversa do racismo científico, mantendo a hierarquia com relação ao branco, indicando-a como ideal, porém considerando que a miscigenação iria abrandar a inferioridade negra na medida em que os traços fenotípicos – cor negra - deixassem de ser tão marcados. Essa concepção serviu para hierarquização das pessoas pela cor da pele, que é utilizada no Brasil como marca corpórea da raça, diferentemente dos estados americanos em que a presença de um ancestral considerado negro marca para sempre a sua linha de descendência, independente da aparência que venham a ter os vários indivíduos derivados daquela ancestralidade comum (BARROS, 2012, p.207).

Nesse sentido afirma Skidmore (1976, p.81) que:

A teoria brasileira do “branqueamento” [...] é aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em

relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas.

O discurso do enaltecimento da miscigenação, que na obra de Gilberto Freyre ganharia ares de mito fundador de uma nova nação nos trópicos, apresentava-se como um posicionamento contra o determinismo racial ortodoxo, ao mesmo tempo em que não rompia, de forma definitiva, com o ideário do branqueamento. Nesse sentido Andreas Hofbauer (2010) afirma que:

Na análise de G. Freyre, a “mestiçagem” aparece como uma espécie de “ponte” que aplaina e supera os “desajustes” raciais e culturais entre negros, brancos e índios e, dessa forma, teria viabilizado a formação da “nação/cultura brasileira”. Mas, por baixo do enaltecimento da miscigenação, o autor reproduziu recorrentemente o velho ideal branqueador, por exemplo, quando escreve em *Sobrados e Mucambos*: “Talvez em nenhum outro país seja possível ascensão social mais rápida de uma classe a outra: do mucambo ao sobrado. De uma raça a outra: de negro a ‘branco’ ou a ‘moreno’ ou ‘caboclo’”. Ou quando comenta com satisfação e orgulho que, no Brasil, uma mestiça clara bem-vestida e comportando-se como gente fina pode “torna[r]-se branca para todos os efeitos”.

Essa passagem ilustra bem o outro viés da ideologia do branqueamento que pregava a integração dos negros via assimilação dos valores brancos e teve como objetivo proclamar que não existiam diferenças raciais no Brasil, todos conviviam de forma harmoniosa e sem conflito, o que se convencionou chamar de democracia racial.

Segundo Silvério (2004, p. 41), a democracia racial “[...] esconde, no entanto, que a ‘harmonia racial’ tinha como pressuposto a manutenção das hierarquias raciais vigentes no país, na qual o polo branco sempre foi tido como principal dominante, isto é, o ideal a ser alcançado pela nação ao menos em termos comportamentais e morais”.

Todas estas teorias raciais, embora utilizadas em diferentes momentos históricos, fazem-se presentes até hoje na sociedade brasileira. O mito da democracia racial e de que somos uma sociedade mestiça, dificultam as discussões raciais no país. Isso porque, torna-se difícil se identificar ou ser identificado como negro. O mito torna invisível, mascara, “[...] encobre os conflitos raciais possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria” (MUNANGA, 1989, p. 80).

Assim, as teorias raciais são resquícios da cultura colonialista eurocêntrica, utilizadas até os dias atuais para distorcer a realidade em favor da elite branca com intuito de dominação econômica, política e social. Servem para desviar o foco das situações cotidianas de humilhação e racismo que assolam a população negra e parda e das desigualdades por elas vividas na saúde, educação, mercado de trabalho, acesso às terras, na medida em que promovem o mito da democracia racial, desagregando a formação de grupos e movimentos sociais de luta pelo reconhecimento das diferenças e pela igualdade de direitos.

Movimento negro, feminismo negro.

O movimento negro surgiu como meio de luta por acesso aos direitos civis nos Estados Unidos e apesar de se fazer presente, por meio de lutas desde o Brasil colônia³, só foi consolidar-se no final da década de 70 com a abertura democrática que culminou no surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Este movimento visava o combate ao racismo, à discriminação racial e ao preconceito de cor.

O Movimento Negro Unificado caracterizou-se pela luta contra a opressão e emancipação do negro no Brasil, buscou desconstruir o discurso do mito da democracia racial propondo uma rediscussão da identidade nacional. A democracia racial foi uma estratégia identitária induzida politicamente na era Vargas, década de 30, que visava à construção de uma homogeneidade nacional, sem conflitos, nem mesmo de classes, acentuando a ideia de povo unificado (SILVA, 2007, p. 55).

Entretanto, sabe-se que até hoje a divisão de classe é visível na sociedade brasileira, tendo em vista uma divisão do trabalho assalariado entre ocupações mal pagas, domésticas, corporais ocupadas pelas pessoas de cor e ocupações técnicas, administrativas e bem pagas ocupadas pelas pessoas brancas, contra as quais o movimento negro precisa lutar.

³ Foram três as principais forças coletivas ou movimentos sociais que tiveram expressão em praticamente todo o território nacional no combate antirracista ao longo do século XX; são eles: a Frente Negra Brasileira (1930), o Teatro Experimental do Negro (1940) e o Movimento Negro Unificado (1978). Os três movimentos foram criados em contextos históricos diferenciados, e não coexistiram necessariamente, a pauta comum dos três está atrelada à busca por melhores condições de vida dos grupos raciais negros, que enquanto luta coletiva denunciavam o contexto de marginalização e exclusão pelo qual viviam os negros no Brasil. A Frente Negra Brasileira tinha como principal preocupação a alfabetização dos negros para possibilitar sua participação no processo político. O Teatro Experimental do Negro, voltava-se principalmente para as questões culturais, também preocupava-se em restaurar a autoimagem e a autoestima dos negros brasileiros (cf. LIMA, 2015, p. 126 - 131).

Na mesma toada, a primeira onda do feminismo negro se manifestou mais publicamente no Brasil com a luta pelo direito ao voto, as *sufrajetes* foram lideradas por Bertha Lutz, em 1910, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso do Feminino. Sendo que o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres somente em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. Vale ainda destacar o movimento das operárias de ideologia anarquista da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, que em manifesto no ano de 1917 proclamavam: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2003, p. 35).

Segundo Pinto (2010, p.16):

Este feminismo inicial, tanto na Europa e nos Estados Unidos como no Brasil, perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960. No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: O segundo sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949.

As primeiras manifestações feministas no Brasil aconteceram na década de 1970 no ambiente do regime militar, muito limitado pelas condições que o país viva naquela época. Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: “há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais” (PINTO, 2010, p.17).

Outrossim, frisa-se por oportuno, que o movimento político e social feminista tem por objetivo a emancipação da mulher, a sua libertação de todas as formas de opressão, e o exercício pleno dos seus direitos de cidadania, questionando a hierarquização dos sexos imposta pela sociedade patriarcal e machista.

Todavia, os paradigmas instituídos pelo feminismo, segundo Lélia Gonzalez, apresentam dificuldades para as mulheres negras, sendo uma delas, a inclinação eurocentrista do feminismo brasileiro que:

constitui um eixo articulador a mais da democracia racial e do ideal de branqueamento, ao omitir o caráter central da questão da raça nas hierarquias de gênero e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem mediá-los na base da interação entre brancos e não brancos (CARNEIRO apud GONZALEZ, p. 4)

Nessa perspectiva, a exclusão da presença das mulheres negras da história do feminismo pode ser analisada como uma estratégia de invisibilizar e de fazer a manutenção da subordinação desses grupos, que servirá ao interesse das mulheres e homens brancos. De certa forma, essa invisibilidade vem sendo benéfica para algumas correntes feministas que não estão de fato engajadas com a alteração do *status quo*.

Nessa sequência explica Jurema Werneck, (2010, p. 11):

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Assim, a mulher negra quando consegue vencer a invisibilidade política e social a que está sujeita no Brasil, ao inserir-se no mercado de trabalho sofre com a dupla discriminação de raça e de gênero, com isso não que dizer que a opressão sofrida pela mulher negra é mais importante do que a sofrida pela mulher branca, contudo, é necessário que haja a compreensão sobre as desvantagens decorrentes da posição social da mulher negra que é inferior a da mulher branca.

Destarte, a luta das mulheres pela libertação em nossa sociedade deve abranger todas as formas de opressão, uma vez que não se trata apenas da capacidade de superar as desigualdades geradas pela história hegemônica masculina, mas se exige, ainda, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. Para Carneiro (p.2):

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

À vista disso, a integração do olhar feminista com o antirracista, englobando as lutas tradicionais do movimento negro com a tradição de luta do movimento das mulheres, afirma a condição específica da nova identidade política que é a mulher negra.

Por consequência, o feminismo negro “ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país”, esta integração entre os diversos movimentos, “engrandece de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a *feminização* das propostas e reivindicações do movimento negro” (CARNEIRO, p. 2).

De arremate, tem-se que, o feminismo negro é antes de tudo um movimento pelo reconhecimento da mulher negra como um sujeito identitário e político que por suas peculiaridades de raça não deve ser assimilada pelo movimento negro, e que por suas peculiaridades de gênero não deve ser assimilada pelo movimento feminista branco. Deve sim, buscar uma forma de interação com tais movimentos para unirem forças nas suas reivindicações comuns, sem perder de vista o respeito pelas diferenças de forma a não cair na armadilha da invisibilidade.

Teoria crítica do reconhecimento – modelo teórico de Fraser.

Nancy Fraser é uma das principais autoras que buscam trabalhar o tema do reconhecimento de modo central e em uma perspectiva crítica da sociedade atual. O termo reconhecimento para filosofia contemporânea tem sido usado para designar um parâmetro normativo de justiça.

Pela perspectiva de Fraser, no mundo contemporâneo as reivindicações por justiça social parecem dividir-se em dois tipos: as demandas redistributivas que buscam uma distribuição mais justa de recursos e bens, e as demandas por justiça social as quais têm sido chamadas de “a política do reconhecimento”. Sendo que, as demandas por reconhecimento tendem a predominar com passar do tempo. Sustenta a autora que, a justiça requer tanto redistribuição quanto reconhecimento, sendo assim, tal fato envolve o desenvolvimento de uma “concepção bidimensional da justiça, que possa acomodar tanto as demandas defensáveis pela igualdade social quanto as demandas defensáveis pelo reconhecimento da diferença” (FRASER, 2008, p. 168).

A política da redistribuição enfoca as injustiças que define como sócio-econômicas e se presumem estarem enraizadas na economia política, nesses termos, o remédio para a injustiça é a reestruturação político-econômica, a fim de transformar a relação característica das classes com o mercado e os meios de produção. A política do

reconhecimento mira injustiças que entende como culturais, as quais presumem estarem enraizadas nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, por esse prisma, o remédio para injustiça é a transformação cultural ou simbólica, que distingue os sujeitos pela menor estima, honra ou prestígio que desfrutam em face de outros grupos sociais (FRASER, 2008, p. 169-171).

Nesse seguimento, Fraser fala também de uma categoria híbrida, que combina características do tipo ideal de classe explorada com características do tipo ideal da sexualidade desprezada, trata-se da coletividade bivalente, veja-se:

Pautadas ao mesmo tempo na estrutura econômica e na ordem de *status* da sociedade, elas sofrem injustiças que são reconduzíveis à política econômica e à cultura, simultaneamente. Grupos subordinados bivalentes sofrem tanto com a má distribuição quanto com o não-reconhecimento, *de tal forma que nenhuma dessas injustiças é um efeito direto da outra, mas são ambas primárias e co-originárias*. No caso delas, assim, nem uma política de redistribuição sozinha, nem uma política de reconhecimento sozinha bastará. Grupos subordinados bivalentes necessitam de ambas (FRASER, 2008, p. 176)

São modelos de coletividade bivalente as lutas que envolvem questões de gênero e questões de raça. Nessa lógica, o movimento feminista visa desconstruir a injustiça econômica por meio da denúncia de que o gênero estrutura a divisão entre trabalho produtivo e assalariado e trabalho reprodutivo, sem salário, típico de mulher, além de as profissões dominadas por homens, no mercado de trabalho, serem mais bem remuneradas do que as ocupadas por mulheres. Ainda, com relação à injustiça cultural, o movimento visa combater o androcentrismo e o sexismo, ou seja, os padrões que privilegiam as características da masculinidade e a depreciação das coisas vistas como femininas tomadas como emotivas e irracionais. Enquanto que, nas questões de raça, o movimento negro deve lutar contra o eurocentrismo e enfatizar a especificidade da cultura negra (MATTOS, 2004, p. 147).

Assim, para combater as injustiças sofridas pelos vários modelos de sujeitos coletivos, no intuito de se efetivar a justiça social, devem-se gerar mecanismos que busquem satisfazer tanto a redistribuição quanto o reconhecimento. Um desses mecanismos, que possibilita a interação dos vários sujeitos sociais sem que um seja sobreposto ao outro, é o princípio da paridade de participação.

Segundo a concepção de participação paritária de Fraser, “a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros adultos da sociedade, interagirem, uns como

outros, como pares” (FRASER, 2008, p. 181). Para que esta participação seja possível, pelo menos duas condições devem ser satisfeitas:

Primeiro, a distribuição de recursos materiais deve ser tal que garanta a independência e “voz” aos participantes. [...] a segunda condição intersubjetiva requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e assegurem igual oportunidade para a conquista da estima social (FRASER, 2008, p. 181).

À vista disso, Fraser defende no plano da teoria moral, uma única concepção bidimensional de justiça que envolve tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, sem reduzir um ao outro, propondo a noção de participação paritária como seu núcleo normativo. No plano da teoria social, defende um dualismo de perspectiva de redistribuição e de reconhecimento, sendo que o dualismo de perspectiva na teoria social complementa a participação paritária na teoria moral.

Assim, tem-se que pelo modelo teórico de Nancy Fraser, calcado no dualismo de perspectiva, a estratégia utilizada pelo movimento feminista negro, para dar visibilidade da mulher negra, a fim de resguardar seus direitos, deve voltar-se para a eliminação dos valores culturais institucionalizados que impedem a minoria - denominada pela autora, neste caso, de coletividade bivalente -, de interagirem na vida social, inviabilizando a participação paritária.

Por fim, destaca-se que a invisibilidade da mulher negra analisada à luz da filosofia política do reconhecimento proposta por Fraser, que enfatiza a importância das relações intersubjetivas de reconhecimento, articulando uma teoria do desenvolvimento psíquico individual à evolução moral da sociedade, constitui-se em um poderoso instrumento de luta para o movimento negro feminista para promoção das necessárias transformações sociais visando um novo parâmetro normativo de justiça.

Conclusão

Este texto buscou retomar as concepções mais relevantes para a compreensão dos fatos históricos e sociais que sugerem a possibilidade de se dar visibilidade à mulher negra por meio das lutas do movimento negro feminista à luz da teoria crítica do reconhecimento de Nancy Fraser.

Com advento da abolição da escravatura e da transição do trabalho escravo para o livre passaram a ser reforçadas no pensamento brasileiro as teorias raciais desenvolvidas

na Europa. Tais teorias tinham por escopo a manutenção do *status quo* político e econômico da elite branca dominante no país.

Nesse sentido, defendiam a hierarquia das raças com a divisão entre seres superiores e inferiores, propunham a mestiçagem como forma de branqueamento da população negra que posteriormente deveria ser assimilada pelos valores culturais impostos pela cultura eurocêntrica, classe hierarquicamente superior, a fim de passar a falsa ideia de que todos poderiam conviver socialmente e de forma harmônica, sem conflitos, segundo a tese da democracia racial.

A ideologia da democracia racial foi e ainda é utilizada hoje na sociedade contemporânea pela elite branca, como estratégia para mascarar a real situação de opressão, preconceito e racismo sofrida pelos negros, com escopo de impedir a demanda dos movimentos negros pela transformação social.

Nesse contexto, surgem o Movimento Negro Unificado que se caracteriza pela luta contra a opressão e emancipação do negro no Brasil, buscando desconstruir o discurso do mito da democracia racial propondo uma rediscussão da identidade nacional; o movimento feminista, cujo objetivo é a emancipação da mulher, a sua libertação de todas as formas de opressão, e o exercício pleno dos seus direitos de cidadania, questionando a hierarquização dos sexos imposta pela sociedade patriarcal e machista; e o movimento feminista negro o qual recomenda a integração do olhar feminista com o antirracista, englobando as lutas tradicionais do movimento negro com a tradição de luta do movimento das mulheres, a fim de afirmar a condição específica da nova identidade política que é a mulher negra.

Com efeito, percebe-se que a despeito do surgimento e da integração de todos esses movimentos na luta contra opressão, a mulher negra como sujeito identitário e político, que é resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos, continua sem existir, invisibilizada na sociedade contemporânea.

Assim, buscou-se por meio da teoria crítica do reconhecimento de Nancy Fraser, encontrar instrumentos de luta para o movimento feminista negro chegando-se a seguinte conclusão: por meio do modelo teórico de Nancy Fraser, calcado no dualismo de perspectiva, a estratégia utilizada pelo movimento feminista negro, para dar visibilidade da mulher negra, a fim de resguardar seus direitos, deve voltar-se para a eliminação dos

valores culturais institucionalizados que impedem a minoria - denominada pela autora, neste caso, de coletividade bivalente -, de interagirem na vida social, inviabilizando a participação paritária.

Por todo exposto, entende-se que a invisibilidade da mulher negra examinada à luz da filosofia política do reconhecimento proposta por Fraser, que enfatiza a importância das relações intersubjetivas de reconhecimento, articulando uma teoria do desenvolvimento psíquico individual à evolução moral da sociedade, constitui-se em um poderoso instrumento de luta para o movimento negro feminista para promoção das necessárias transformações sociais visando um novo parâmetro normativo de justiça capaz de dar visibilidade a mulher negra.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. 2. ed.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. S/A, 5 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

FRASER, Nancy. **Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça**. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Coords.). *Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

HOFBAUER, Andreas. **Racismo: o braqueamento da sociedade**. Disponível em: < <http://advivo.com.br/blog/antonio-ateu/racismo-o-branqueamento-da-sociedade> >. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

LIMA, Fernanda da Silva. **Os direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes negros à luz da proteção integral**: Limites e perspectivas das políticas públicas para a garantia de igualdade racial no Brasil. Florianópolis (SC), 2015. 1v.; 337p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

MATOS, Patrícia de Castro. **O reconhecimento, entre a justiça e a identidade**. *Lua Nova* [online], São Paulo, n. 63, p. 143-160, 2004.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200012 >. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira.** Disponível em:< <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-6.pdf>>. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder.** Disponível em:< <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>>. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos.** In: BERNARDINO, Joaze e GALDINO, Daniela (Orgs). Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marcelo L. da. **A história no discurso do Movimento Negro Unificado: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo.** Campinas, SP, 2007. Dissertação. (Programa de pós-graduação em História) – UNICAMP, Campinas, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WERNECK, J. (2010). **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** Revista da ABPN, 1(1)

Movimento feminista negro e visibilidade da mulher negra pela perspectiva da teoria crítica do reconhecimento de Nancy Fraser.

Abstract: This article seeks to analyze the invisibility of the black woman in the light of the critical theory of the recognition of Nancy Fraser, as a mechanism of struggle of the black feminist movement, in order to affirm them as an identity and political subject, so as to enable their social participation parity and thus promote a new normative parameter of justice. It is inferred that the invisibility of the black woman stems from a double discrimination: one, of racial question, derived mainly from the theory of racial democracy that masks and forges a false idea of equality between the races in Brazil, two, of gender, constructed by the androcentrism that walks along with the cultural sexism in the Brazilian society, reason why the fight for social insertion of the black woman can not be faced only under the optics of the black movements, nor only under the optics of the feminist movements, to be examined in the light of the critical theory of recognition of Nancy Fraser, in order to assert her status as an identity and political subject in the demand for justice. For the accomplishment of this article was used as methodology the bibliographic research technique and the inductive method.

Keywords: Black Feminism, Black Woman, Visibility.

Simpósio Temático 10 - Feminismos e questões sociais

Coordenação: Gabriela Marques (20/03)

Local: Sala de projeção Harry Laus – BU.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Amanda dos Santos Vieira

amanda.s.vieira@hotmail.com

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Lucy Cristina Ostetto

Universidade do Extremo Sul Catarinense

PARA EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS: POSICIONANDO-SE CONTRA A ESCOLA SEM PARTIDO

Andrey da Silva Brugger

andreybrugger@hotmail.com

Centro de Estudos Superiores Aprendiz (CESA-Barbacena/MG) e Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

(UNIPTAN- São João Del Rei/MG)

Victória Regina Vidal Mariotini Brugger

Escola Estadual Fernando Lobo

Sophia Pereira Gomes

FEMINISMO NA ESCOLA: NARRATIVAS, SENSIBILIDADES E NECESSIDADES EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO ENSINO MÉDIO

Maria Collier de Mendonça

mariacmendonca@gmail.com

UFSC

O FEMINISMO MATRICÊNTRICO E O ATIVISMO FEMINISTA NO MOTHERHOOD INITIATIVE FOR RESEARCH AND COMMUNITY INVOLVEMENT (MIRCI), LIDERADO POR ANDREA O'REILLY

Rosana Machin

USP

Paloma Abelin Saldanha Marinho

paloma.asm@usp.br

USP

HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MILITANTES PELOS DIREITOS SEXUAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE

Vanilda Souza Chaves

vanildachaves@gmail.com

Universidade Federal do ABC

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Vera Fátima Gasparetto

gasparettovera@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

A RUA COMO UM LUGAR DE LUTA POLÍTICA, ARTE E PERFORMANCE

Verônica Veloso Pereira

veronicavelosopereira@gmail.com

Universidade de Brasília

MULHERES, PODER E LEGITIMIDADE POLÍTICA: UMA QUESTÃO DE MORAL

PARA EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS: POSICIONANDO-SE CONTRA A ESCOLA SEM PARTIDO

Amanda dos Santos Vieira¹
Lucy Cristina Ostetto²

Resumo: Sabe-se que a infância é uma construção social, e é perpassada por questões de raça, classe e gênero. Em diferentes contextos, a infância foi alvo de políticas governamentais que visavam uma padronização, isso ocorre também na escola e hoje assistimos a um projeto denominado escola sem partido, nada de gênero, raça e classe deve ser discutido. Contraopondo-se a ele nos perguntamos, amparadas em Chimamanda Ngozi Adiche, como educar crianças feministas? Sim, porque precisamos nos posicionar frente a esse projeto conservador/antidemocrático. Precisamos lutar para que estas discussões sejam parte do cotidiano educacional.

Palavras-chave: Feminismo.

A todo momento é possível observar como dentro da escola a criança tem sua imaginação/criatividade sendo silenciadas. Aos poucos vão “perdendo” sua curiosidade e se acostumando/encaixando-se ao que lhe é apresentado como algo “normal”, apartado de suas vidas. Muitas vezes, se não todas, essa normalidade não cabe a diversidade presente no mundo e na sociedade como também na sala de aula. Atualmente é o projeto denominado “escola sem partido”, que tem Miguel Nagib como um de seus principais idealizadores, pretende estabelecer regras/normas para que a professora cumpra dentro da sala de aula, tais normas recebem a denominação “Deveres dos Professores” o qual vem cessar seu direito de livre fala. Dando liberdade para acusações de doutrinação e até mesmo ensinando como é possível denunciar o professor, tais informações encontram-se no site do movimento. Um exemplo de como se identificar um(a) doutrinador(a) seria “se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional.” (PARTIDO, 2015). Esquecendo que os conteúdos a serem explanados aos alunos devem estar correlacionados com cotidianos dos mesmos e que estes têm sim contato com todo o noticiário político nacional/mundial, que se deparam com informações deste cunho até mesmo no meio dos feeds de redes sociais. Neste sentido “esquecem” que os alunos também são dotados de curiosidade e opinião, e que estes também levam assuntos e curiosidades de sua realidade para dentro da sala de aula. O que nos leva a questionar qual o local de fala destes que tanto se dizem “lutar”

¹ Grupo de Estudos Direitos Humanos, Relações Etnicorraciais e Feminismos, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/Brasil.

² Grupo de Estudos Direitos Humanos, Relações Etnicorraciais e Feminismos, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/Brasil.

pelos direitos de nossos alunos? Já que em sua maioria, se não totalidade, trata-se de advogados, economistas e outras variações de áreas que não tem o mínimo contato com a escola, automaticamente não enfrentam o dia a dia escolar e seus problemas/dilemas. Como pessoas que não tem o mínimo contato com a realidade de alunos e professores podem ser porta-vozes de uma medida tão antidemocrática, desrespeitosa e violenta?

Contraopondo a esses pensamentos tão conservadores, utilizamos Chimamanda Ngozi Adiche para questionar: Como educar crianças feministas? Vê-se a necessidade de se educar sem estabelecer padrões tão presentes na sociedade e que continuam a serem repassados através de falas que marcam o cotidiano de todos, como objetos/atividades sendo de “de meninos” e “de meninas”, até mesmo estranhamento a atitudes que já deveriam ser consideradas normais. E questionar o porquê esse medo tão grande de que gênero, classe e raça seja discutido dentro de uma sala de aula?

Identifique um doutrinador!

O Movimento Escola sem Partido ganha maior visibilidade em meados de 2015, tendo como um de seus principais idealizadores o advogado Miguel Nagib. Este vem a lutar contra “doutrinação ideológica” dos alunos, estabelecendo assim deveres para que os professores cumpram. Através dos sites de apoio ao projeto e movimento é possível observar várias informações e dicas para identificar uma “doutrinadora” e até mesmo como denunciá-la. Um exemplo de tais deveres que está presente no site do projeto é que a professora deve explicar questões políticas/históricas/religiosas mostrando todos os lados da moeda e com a mesma profundidade. O item 4 desses deveres cita “[...]ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade — as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito” (PARTIDO, 2015). O que gera um questionamento: Quem vai garantir que o assunto se focalizou em um lado por causa de questionamentos dos alunos? O mesmo site diz que quem fiscalizará os professores serão os alunos que terão orientações passadas pela escola. O projeto afirma que é possível que haverá problemas de tensão entre professora/aluno, mas para que isso não ocorra “Os professores deverão agir com prudência em sala de aula para não transmitir aos alunos a impressão de estar desrespeitando os deveres explicitados no cartaz.”. A palavra “impressão” já demonstra que apenas com uma simples palavra, segundo o anteprojeto, o aluno já poderá denunciar sua professora. Outro ponto a ser analisado é que a todo momento no projeto/movimento apenas palavras no masculino são utilizadas,

como “doutrinador”, “professor”, “aluno”. Mais quem mesmo se faz maioria absoluta que leciona em sala de aula? Não seria está uma medida para que nós mulheres sejamos retiradas de sala de aula para que possamos cuidar melhor de casa e famílias?

Para além de Folhas Brancas

Outra informação a ser questionada é que o Projeto trata os alunos como “folhas brancas”, como estes fossem ser manipulados sem que questionassem nada. Segundo o professor Fernando Penna (2016),

o aluno não é uma folha em branco" o objetivo não é comparar as capacidades, seja entre os alunos, seja entre alunos e professores, a ideia é afirmar que os alunos não são incapazes, muito pelo contrário: eles questionam o que lhes é ensinado e tem seus próprios interesses.

Esta visão passa despercebida pelo movimento, já que esquecem que antes de chegar a sala de aula os alunos passaram por várias experiências, que estes têm suas dúvidas/interpretações do mundo. E é muitas vezes em sala de aula que estes se sentem confortáveis para questionar e conversar sobre tais assuntos, já que estão muitas vezes cercados de colegas que compartilham tais dúvidas. Segundo Miguel Nagib (2016 apud Penna, 2016),

“Burocrata não faz sermão. Burocrata aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma; mas ele não faz sermão. Quem faz sermão é padre. Quem diz o que é moral ou imoral o padre, o pastor, o pai e a mãe. Não é o funcionário público. O funcionário público só faz aquilo que a lei determina. E a lei brasileira, a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui código moral são as religiões. Então essa é a diferença: burocrata não faz sermão, burocrata aplica a lei. O professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Esse é o Ponto.”

Através desta fala, é possível observar como é cessado o poder de fala e auxílio do aluno em todos seus âmbitos. Nesta visão, a professora é submetida a um mera burocrata que deve apenas aplicar normas, ignorando a relação aluno/professora e como esta é visto como inspiração para o aluno, sendo seu ponto de referência muitas vezes. Segundo Paulo Freire (1993 p,71 apud Andrade, 2010), “cabe ao professor observar a si próprio; olhar para o mundo, olhar para si e sugerir que os alunos façam o mesmo e não apenas ensinar regras, teorias e cálculos”. Por exemplo, quando um aluno realiza alguma ação preconceituosa contra o outro, a professora perde a possibilidade de conversar com

o mesmo e explicar o quão ofensivo aquilo é e o porquê está errado. Pois esta função cabe apenas aos pais/responsáveis/líderes religiosos. Como se poderia então quebrar preconceitos antigos? Visões como que a palavra “gay” é um xingamento, partindo da visão de que ser gay é algo errado. Ou até mesmo, “isso é coisa de mulherzinha”. Esquece que se não for tratado de tais assuntos que são considerados “tabus” dentro da sala de aula, o preconceito ainda se perpetuará. E dois desses assuntos seriam gênero, na divisão extrema e a criação de atividades que caracterizam cada um destes. Segundo Adiche (2017, p. 21),

Ensine a ela que ‘papéis de gênero’ são totalmente absurdos. Nunca lhe diga para fazer ou deixar de fazer alguma coisa ‘porque você é menina’. ‘Porque você é menina’ nunca é razão para nada. Jamais. Lembro que me diziam quando era criança para ‘varrer direito, como uma menina’. O que significava que varrer tinha a ver com ser mulher. Eu preferiria que tivessem dito apenas para ‘varrer direito, pois assim vai limpar melhor o chão’. E preferiria que tivessem dito a mesma coisa para os meus irmãos.

A sociedade atual pretura estereótipos que privilegiam determinado gênero, que consideram que a mulher está predestinada a fazer apenas atividades relacionadas a teor caseiro e materno, que os homens devem estar sempre acima da mulher tanto quanto em questões salariais como de poder, apenas por serem homens, assim como mulheres não-negras são vistas com outros olhos do que mulheres negras, algo que se manteve dentro de todo período de escravidão e se manteve até mesmo durante o período das sufragistas. “Mulher’ era o critério, mas nem toda mulher parecia está qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino.” (DAVIS, 1981, p.146). É possível perceber como as mulheres negras foram invisibilizadas dentro de um movimento de luta que se pressupunha universal. As não-negras inclusive renegaram serem representadas por mulheres negras. Mas além do racismo, os preconceitos de classe também podiam ser observados durante este período em que mulheres negras de classe alta eram aceitas dentro do movimento, enquanto as de classe baixa/operárias eram totalmente desconsideradas até o movimento perceber sua força e como estas podiam auxiliar para que o movimento alcança-se mais adeptas. Sojourner Truth (1851 apud Davis, 1981, p.70), questiona que por não ser portadora da “fragilidade” apontada por homens que participavam da Convenção de Seneca Fall deixaria de ser mulher, segundo a mesma “Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comer – e aguentava chicote da mesma forma! Não

sou eu uma mulher?” Após tal ato se tornou um marco para o feminismo negro. A dúvida se torna agora, o por que umas mulheres ao exercer funções vista como masculinas sofrem tanto preconceito? Muitas vezes levam como motivo para isso o fato de sua força ser menor ou até mesmo que estas nasceram para ficar em casa, usam o “instinto materno” como desculpa. E nem percebem as crianças recebem educação que as condicionada a serem boazinhas e encontrem marido perfeito e escutam que devem fazer isso “pra poder casar” ou “conseguir um marido bom”. E isto muito aparece no meio dos diálogos sem que seja percebido que está ocorrendo ou como isto pode refletir nas crianças, como sem nem perceber é estabelecido que mulheres são para casa e homens para mandar e trazer dinheiro. E é através de diálogos que isso pode ser modificado, conversas essas que muitas vezes não se fazem presente dentro de casa.

As crianças desde pequena têm os padrões da sociedade interferindo naquilo que podem ou não realizar. Por exemplo, diferença entre os brinquedos considerados “de meninas” e “de meninos”. Como aqueles que são focados no gênero feminino são mais calmos, estão relacionados a cuidar da casa como mini-cozinha, kit de limpeza de casa, e até aqueles que se voltam para o “extinto materno” como bonecos bebês. Enquanto isso, os meninos têm seus brinquedos que estimulam a pular, correrem, exercitarem e ansiarem a conhecer coisas novas. Segundo Adiche(2017), “Olhei a seção de brinquedos, também organizada por gênero. Os brinquedos para meninos geralmente são “ativos”, pedindo algum tipo de “ação” — trens, carrinhos —, e os brinquedos para meninas geralmente são “passivos”, sendo a imensa maioria bonecas.”. E como os meninos são julgados ao brincar com tal brinquedos que deveriam pertencer as “meninas”, são motivo de piadas e escutam rapidamente “isso é coisa de mulherzinha”. Outro momento em que os padrões recaem sobre o ombro das crianças é por meio de falas tão recorrentes que vão levando as meninas a desejarem um casamento bom, como “faça isso que arranjará um bom marido”, ou quando uma menina realiza algo de uma forma satisfatória não é preciso esperar muito para escutar “já pode casar”. Não seria mais fácil falar “já pode morar sozinha” ou somente elogiar e falar que realizou bem tal atividade? Tal fala é realizada normalmente quando uma menina realiza com proeza uma atividade caseira, recorrente principalmente quando está cozinha ou limpa a casa bem.

Isto vem a reforçar a ideia de que as mesmas devem ser donas de casa e mães felizes, o que no futuro muitas vezes pode gerar insatisfação em algumas mulheres já que estas foram criadas para almejar um casamento e filhos, e quando se encontram vivendo esse “sonho” descobrem que não era algo que realmente queria. Adiche (2017, p.28) vem

a afirmar isto também, “Os estereótipos de gênero são tão profundamente incutidos em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade.” Entra também outras questões como a heteronormatividade, que uma menina/mulher deve almejar um marido bom, o que vem a causar conflitos graves quando esta inicia o processo de se reconhecer como homossexual e tem um bloqueio já que isto em sua cabeça foi incutido como algo errado, que o certo é ter um homem cis ao seu lado e juntos formarem uma família com vários filhos e que só assim ela será uma mulher totalmente realizada. É possível perceber que muitas vezes relações entre duas mulheres são melhores aceitas/vistas pela sociedade por motivos de fetiche, tanto que quando uma mulher personifica traços considerados masculinos esta já não é tão bem vista.

Esses estereótipos são a cada momento, como quando se chama uma menina de “princesa”, é levado a elas a imagem de que são frágeis e precisam de alguém que as salvem, que devem esperar que o homem de sua vida irá aparecer em algum momento e mostrar o porquê que nunca deu certo com outras pessoas. Vão incentivando que estas devem casar e ser feliz, independentemente de qualquer coisa que aconteça, por isso que muitas vezes nos deparamos com mulheres que são violentadas por seus parceiros e permanecem caladas durante anos. Ou até mesmo como meninas que passam por situações de abusos demoram anos para associar ou externalizar isso por acreditarem que foram culpadas porque não se comportaram como deveriam. “Muitas meninas passam tempo demais tentando ser “boazinhas” com pessoas que lhes fazem mal.” (Adiche, 2017, p.40). E esse pensamento cresce cada vez mais e faz mulheres acreditarem que tudo que está passando é para seu bem, que aquele roxo no seu braço é uma punição pois ela se comportou da forma errada. E como a sociedade persiste em reforçar isso quando questiona coisas como “ele deixou você vim?”, “ele não se importa de você sair sozinha?” ou “quem manda em casa?”, como se em um relacionamento devesse existir alguém superior ao outro e não um diálogo.

E o que a professora pode fazer para mudar toda essa situação? Escuta, diálogo e conhecimento. Quando uma família não trata de assuntos como esse, a criança vai crescer e reproduzir pensamentos machistas e preconceituosos. É muitas vezes na escola que as crianças podem ter uma possibilidade de tratar destes assuntos, no meio de seus colegas de classes e professores. Não é raro observar uma criança recorrer a sua professora para contar algo que aconteceu em sua casa ou algum segredo. Tanto que alguns casos de agressões e abusos são descobertos dentro da própria escola. Se as crianças já enxergam

seus professores como grandes exemplos e auxiliares em casos tão tabus, por que não permitir que este diálogo continue ocorrendo? Para Vygotsky (1996:78 apud Andrade, 2010),

Relação professor/aluno não deve ser uma relação de imposição, mas, sim de cooperação, de respeito e de crescimento. O aluno deve ser considerado como um ser interativo e ativo no seu processo de construção do conhecimento. O professor por sua vez deverá assumir um papel fundamental nesse processo, como um sujeito mais experiente. Por essa razão cabe ao professor considerar o que o aluno já sabe, sua bagagem cultural é muito importante para a construção da aprendizagem.

Sendo assim, o professor não é visto apenas como uma ser burocrata ou apenas uma transmissora de conhecimento como o movimento Escola sem Partido vem a tratá-la, a professora não entende que para que haja compartilhamento de conhecimentos entre alunos/professores deve-se haver algo muito importante: escuta e diálogo.

A dúvida que ainda perpetua a nossa cabeça é o porquê que tratar de gênero e tabus sofrem tantas censuras? Segundo Frederick Douglass (1845, p.79 apud DAVIS, 1981, p.108) “o conhecimento torna uma criança inadequada a escravidão.”, trazendo tal pensamento para os dias atuais crianças críticas, que entendem como o mundo se forma e como realmente é a sociedade, não aceitaram tão facilmente serem dominadas. Ao perceberem como as mulheres são desconsideradas a anos só por serem mulheres se posicionaram contra, questionaram o porquê das coisas serem de tal forma e esta não é a posição que muitas vezes a sociedade espera. É possível observar quando as crianças questionam alguma atitude que lhes foi ensinado que é errado, logo esta mesma sofre alguma censura, é chamada de chata por questionar tudo.

Quando o movimento apresenta seus deveres ignora que dentro de uma sala de aula não há um padrão de alunos e muito menos de famílias. Fecham seus olhos para toda a diversidade da sociedade atual, que a família não formada apenas por um homem cis, uma mulher cis e seus filhos. Desconsidera que na realidade atual existem sim família formada por duas mulheres, dois homens, mulheres e homens trans, que não existem mais um padrão de família. Isto é verificado no quinto item de seus deveres, este afirma que o aluno deve receber educação moral que siga as convicções familiares, porém as famílias não são todas iguais e automaticamente tem pensamentos diferentes. Como este pode tratar do conceito “família” sem que acabe ferindo a moral de uma família se em sua sala há uma família formada por duas mulheres e outra por pais que seguem

pensamentos conservadores. Como fazer isso sem que seja considerado doutrinador e denunciado? Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina(2014) ao tratar de Ciências Humanas,

A ação pedagógica das Ciências Humanas contribui para que os sujeitos escolares tornem-se leitores críticos das relações socioambientais, políticas, econômicas, culturais, entre outras, que marcam o seu entorno, ampliando sua capacidade de reconhecer seus problemas e, acima de tudo, responder de forma participativa às questões e desafios presentes no cotidiano. É relevante que o processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica promova o diálogo e o debate acerca dos mais diversos temas e problemas de cunho religioso (GUERREIRO, 2010), filosófico, sociológico, étnico-racial, das relações de gênero, das diversidades sexuais, socioambiental, territorial, da inter-relação campo cidade, centro-periferia, entre outros, assim como as relações de poder que permeiam a vida dos sujeitos ao longo do processo educativo-formativo.

Observa-se então que a própria PCSC vem a tratar de questões como gênero, diversidade e raça porque entende que isso faz parte da vida/cotidiano das criações/alunos e que para que se formem sujeitos críticos há a necessidade que estes tenham total noção do mundo ao seu redor.

O projeto já foi levado para se tornar lei várias vezes, e em duas localidades teve seu objetivo alcançado sendo elas: Alagoas e Criciúma. Com algumas modificações mas com o mesmo pretexto e fundamentação. Porém, nestes dois locais o Ministério Público Federal impediu que tal lei continuasse sendo exercida por várias inconstitucionalidades. E estas vêm a enxergar a doutrinação como uma forma de bloquear o professor e privilegiar determinadas visões. “Vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes.” (Barroso, 2017 apud Santos, 2018). Visões dominantes como estas do movimento Escola sem partido, que vem a cada vez tentar convencer de que existem um modelo certo de família, de pessoa, de formas de agir, de que um gênero deve ser superior a outro. Outro ponto de inconstitucionalidade está relacionado a

“liberdade de ensino, como dimensão específica da liberdade de manifestação do pensamento do corpo docente (art. 5º, inciso IV c/c art.206, ambos da CR); (iii) direito da criança, do adolescente e do jovem a ser colocado a salvo de toda forma de discriminação e violência (art. 227 da CR)” (CR apud Santos, 2018)

Através desta é possível observar como manter nosso jovem a salvo de discriminação não faz parte da intenção de tal projeto, já que não desejam que seja tratado de assuntos que são a base de muitas barreiras enfrentadas por nossas jovens.

Não é possível se chegar a um resultado concreto neste ponto em que nos encontramos, já que há muitos outros textos/conceitos para serem revistos e analisados. Até o momento podemos perceber que cada vez mais são criadas leis/anteprojetos/movimentos que persistem em silenciar nossas crianças e suas ânsias. Tentar impossibilitar também o processo contínuo de escuta/diálogo mais aberto entre alunos e professoras. Entender como ao longo dos anos as mulheres sofreram/sofrem pressões, muitas vezes incutidas sem que as mesmas percebam, para que estejam sempre dentro de padrões preestabelecidos pela sociedade e até mesmo como isso já se inicia durante suas infâncias e que se não tivermos o devido cuidado com tais questões estaremos os reproduzindo e mantendo as nossas crianças sobre a mira de preconceitos que já deveriam ter ficado no passado. Mostrar para elas que mulheres podem alcançar/ser o que querem, que os feminismos não têm como objetivo espalhar ódio aos homens, muitos menos ser superior e sim uma luta por igualdade de direitos. Segundo Roxanne Gay (2016, p. 10) “O feminismo é uma escolha, e, se a mulher não quer ser feminista, embora esse seja um direito dela, ainda assim é minha responsabilidade lutar pelos seus direitos.” E demonstrar que ser crítica e ter suas próprias opiniões não é errado e que precisa ser bloqueado, deve-se sim expor sua opinião e lutar por seus desejos/direitos. Terminamos com um questionamento de Adiche(2017, p.38) “E se criássemos nossas crianças ressaltando seus talentos, não seu gênero? E se focássemos em seus interesses, sem considerar gênero?”

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 94 p. Tradução: Denise Bottmann.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 64 p. Tradução de: Cristina Baum.

ANDRADE, Maria Célia Milagre. **Afetividade e Aprendizagem**: Relação professor e aluno. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/afetividade-e-aprendizagem-relacao-professor-e-aluno/44105/>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

PARTIDO, Programa Escola Sem. **Programa Escola Sem Partido**. 2015. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org>>. Acesso em: 07 out. 2018.

PARTIDO, Escola Sem. **Escola Sem Partido**. 2015. Disponível em: <<http://escolasempartido.org>>. Acesso em: 07 out. 2018.

PENNA, Fernando de Araújo. "Escola sem Partido" como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André Roberto; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI**. São Paulo: Anpuh Sp - Associação Nacional de História -, 2017. p. 247-260.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. 2014.

SANTOS, Fernando Barbosa dos. **Despacho Escola sem Partido**. 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/docs/despacho-escola-sem-partido>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

FEMINISMO NA ESCOLA: NARRATIVAS, SENSIBILIDADES E NECESSIDADES EM UMA ESCOLA ESTADUAL NO ENSINO MÉDIO

Victória Regina Vidal Mariotini Brugger¹

Sophia Pereira Gomes²

Andrey da Silva Brugger³

Resumo: Este trabalho articula a questão das discussões feministas em escolas de ensino médio. A partir das experiências de duas das autoras e da coleta de dados por formulários, busca-se apreender a difusão do feminismo em escolas de juiz de fora, em tempos de patrulha de movimentos como o Escola Sem Partido. Advoga-se a necessidade da resistência discursiva, criando no ambiente escolar um lócus de debates sobre os direitos de gênero e, por consequência, da mulher.

Palavras-chave: Feminismo. Escola. Resistência. Juventude engajada

Introdução

Nosso trabalho tinha por objetivo principal coletar e analisar narrativas produzidas a partir das sensibilidades de alunas de uma escola da rede estadual de educação do Estado de Minas Gerais. Durante a coleta de dados, tivemos a grata surpresa de respostas advindas de outros espaços, aumentando a proposta original.

A partir das próximas seções, apresentaremos a análise da coleta, a partir do referencial teórica de Chimamanda Adichie e de Pierre Bourdieu.

1. Apresentação teórica e levantamento da questão

Nossa questão-problema neste trabalho iniciara até a propositura deste artigo completo em compreender as narrativas produzidas a partir das sensibilidades de alunas de uma escola da rede estadual do Estado de Minas Gerais, mais especificamente na cidade de Juiz de Fora. Havíamos decidido que junto à entrevista que pretendia abarcar essas narrativas e sensibilidades também argüiríamos sobre possíveis obstáculos, necessidades ou, no limite, falhas que a “escola” – não essa localizada no tempo e no espaço, mas a instituição “escola” como um todo – poderia ter em sua missão educacional,

¹ Estudante do 3º ano do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, Escola Estadual Fernando Lobo, Juiz de Fora, Brasil.

² Estudante do 3º ano do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, Escola Estadual Fernando Lobo, Juiz de Fora, Brasil

³ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor de Direito Constitucional e Processo Civil, respectivamente, no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN) e no Centro de Estudos Superiores Aprendiz (CESA), Juiz de Fora, Brasil. Agradeço à CAPES pela bolsa de apoio, na modalidade demanda social, durante o mestrado (março de 2016 a fevereiro de 2018).

sobretudo em relação à educação para cidadania⁴, que está inscrita no artigo 205 do texto Constitucional do Brasil⁵. Essa defesa da educação para cidadania se faz importante, principalmente em tempos de patrulhamento de projetos como Escola Sem Partido. Em razão de termos atingido um universo de pessoas maior que o inicialmente proposto, acabamos por ter em mãos dados, se não numerosos, valiosos e indicativos de sensibilidades de pessoas que se dispuseram a nos brindar com suas narrativas, sensibilidades e necessidades sobre feminismo na escola.

Nossa hipótese parte, portanto, de que a escola tem como compromisso a educação também para a cidadania, bem como para o livre e total desenvolvimento humano, sem prejuízo do preparo para o mercado de trabalho. Com esta “missão” de preparar para a cidadania, nos filiamos ao texto da escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2017), que escreve um “manifesto” sobre como criar crianças feministas, refletindo justamente sobre como desenvolver capacidades para que as crianças sejam portadoras de comportamentos que tornem o mundo melhor para mulheres e, claro, também para os homens (ADICHIE, 2017, p. 2).

Neste livro, Chimamanda “enfrenta” a missão, dada por sua amiga Ijeawele, de “aconselhar” como criar uma criança feminista. Ijeawele acabara de ser mãe de Chizalum Adaora. Chimamanda faz isso através de uma “carta”, que, para nossa sorte, se transforma nesse livro. São vários os tópicos discutidos. Chimamanda estabelece, de início, duas premissas fundamentais para a ação de ser feministas: a) as mulheres têm valor, “ponto”. Sem condicionantes para isso, sem discussão circunstancial. Mulheres possuem valor intrínseco. Além disso, b) a premissa de inverter o “X” da questão. Neste premissa, ela acaba por dar o exemplo sobre o contexto das relações de gênero, com o objetivo de afirmar que as escolhas são feministas se permitem que mulheres tenham a mesma disponibilidade do universo de ações que homens teriam se a situação, se o “x” da questão, fosse invertido (ADICHIE, 2017, p. 4).

Chimamanda já inicia trazendo uma questão fundamental para debate: as limitações da tradição ao gênero. Sobretudo, a limitação do papel do cuidado. A autora oferece a primeira sugestão no sentido de que sua amiga não se definisse “tão somente” pela maternidade, mas que também continuasse trabalhando, ainda que as pessoas

⁴ Principalmente se pensarmos que a carga horária de um ano escolar gira em torno de 800 a 1000 horas. Isto é, é relevante a quantidade de tempo em que crianças e adolescentes convivem no ambiente escolar.

⁵ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

pudessem apelar para a “tradição” como arma discursiva para que Ijeawele ficasse em casa para cuidar da filha pequena. Chimamanda contradiz essa “tradição” com uma outra “tradição”, a tradição igbo, em que as mulheres, antes da colonização britânica, é quem cuidavam do comércio exclusivamente, além das mães serem aquelas que plantavam e comercializavam os produtos (ADICHIE, 2017, p. 5). Além disso, dá um depoimento pessoal: as mães delas – Chimamanda e de sua amiga – trabalhavam em turno integral e elas se saíram bem.

Ainda no ponto da maternidade e dos papéis de gênero, aparece a questão do cuidado compartilhado. Isto é, Chimamanda afirma que a amiga não deveria se culpar caso precisasse de ajuda com a filha e com a casa. Afirma que o cuidado do lar, dos filhos e demais tarefas devem ser compartilhadas entre mulheres e homens. Portanto, Chudi, o pai, deve cuidar da filha, bem como também da casa, e isso não é “ajudar”, é fazer o que deve ser feito. (ADICHIE, 2017, p. 5-6).

A terceira sugestão da Autora apresenta a questão do limite de ações e decisões pelo fato de “ser mulher”, os tais “papéis de gênero” (ADICHIE, 2017, p. 7). Chimamanda os classifica como “absurdos”, que meninas não devem deixar de fazer algo pelo fato de serem “meninas”. Em nosso questionário, essa declaração aparece. Algumas entrevistadas afirmaram que seus horizontes de possibilidades profissionais foram reduzidos em razão dos papéis de gênero, através de discursos de pessoas – homens, geralmente – que lhes diziam que algo não poderia ser feito por elas em razão da condição de serem mulheres. Chimamanda chama a atenção para o fato de que esses papéis são estabelecidos desde cedo e aponta a questão de roupas para bebês ao narrar sua saga para comprar uma roupinha para Chizalum; além de ter visitado a seção de brinquedos, que também é organizada por gêneros, para meninos: brinquedos de ação, carrinhos, trens; para meninas: brincadeiras passivas, geralmente bonecas (ADICHIE, 2017, p. 7).

É nesse sentido que não devemos empregar a “camisa de força do gênero” nas crianças (ADICHIE, 2017, p. 8-9). Não devemos estereotipar as crianças por modelos de gênero ou quaisquer outros tipos-modelos sociais. Cada criança é um indivíduo. A principal dificuldade para criar crianças e jovens feministas é desaprender esses papéis que nos são inculcados desde sempre. Para vencer esse poder simbólico (BOURDIEU,

1989)⁶ que nos envolve em forma de papéis de gênero, é preciso ensinar a autonomia (ADICHIE, 2017, p. 9)

O “feminismo leve” também deve ser evitado, diz Chimamanda. A autora aponta para questões como “atrás de todo grande homem, existe uma grande mulher”. Atrás. Essa é a palavra. Ou “o homem deixou que ela brilhe”. Deixar. Enfim, essa noção de uma superioridade do homem, seja ela discursiva, circunstancial ou qualquer outra, deve ser rejeitada (ADICHIE, 2017, p. 9-10). Isso acaba por degradingolar para a situação em que mulheres que alcançam postos de poder são mais severamente julgadas que homens que alcançam esses postos de poder (ADICHIE, 2017, p. 11).

As quinta e sexta sugestões são sensacionais – como as demais -, porque calham com nosso debate sobre as narrativas e sensibilidades: Chimamanda sugere que Chazalum deve ser estimulada a ler e a confrontar/questionar a linguagem (ADICHIE, 2017, p. 11-12). “A linguagem é o repositório de nossos preconceitos, de nossas crenças, de nossos pressupostos”, diz Chimamanda (2017, p.11). Nesse momento, narra a razão de evitar palavras como “princesa”, pelo aspecto de “mulher frágil que está à espera da salvação” que a palavra traz. A autora também sugere que evitemos os jargões, pois podem ser abstratas demais palavras como “patriarcado” ou “misoginia”. Adichie defende que deveríamos explicar porque as questões se apresentam como fruto da sociedade patriarcal e/ou o porquê de determinado ato estar carregado de misoginia; por exemplo, a pressão social e a discussão sobre a adoção do sobrenome do marido pela esposa (ADICHIE, 2017, p. 12 - 14). Isso tudo para dizer que a linguagem pode carregar misoginia, como atos físicos no mundo sensível. Deste modo, é importante questionar se a igualdade adentra apenas em uma rede de relações ou se ela está, como deve estar, presente de maneira intrínseca, seja nas redes de relações, seja na consideração da igualdade (ou equidade) inerente ao tratamento entre indivíduos autônomos que merecem o mesmo nível de respeito e consideração.

Chimamanda Adichie fala ainda sobre o comportamento honesto em preferência ao comportamento passivo do “ser boazinha”, argumenta sobre o senso de identidade, de modo que saibamos abraçar, divulgar e enaltecer o que é bom em nossas culturas, ao mesmo passo que possamos criticar e buscar modificar aqueles traços culturais que oprimem. A cultura pode moldar o que é “belo” no humano, o que pode trazer sofrimento

⁶ “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

psíquico e físico (ADICHIE, 2017, p. 14 – 17). Sobre a questão da “beleza”, Adichie faz uma observação contundente sobre a inexistente relação entre feminismo e negação do que é considerado feminilidade. Em primeiro lugar, o “vestir-se bem” se enquadra na questão de inverter o “x” da questão; em segundo lugar, a “imagem” passada pelo homem que se veste bem é apenas de um homem que se veste bem, enquanto a mulher que está com um batom chamativo ou/e com uma roupa bem montada é tida como “frívola”. Essa questão da feminilidade negada e feminismo aparece em uma resposta de uma entrevistada ao nosso questionário, comentamos sobre em uma das seções futuras.

Chimamanda ainda nos leva a refletir sobre o papel da “biologia” para explicar pré-conceitos sociais, citando a idéia difundida de que homens são naturalmente mais promíscuos que as mulheres, a fim de justificar o número de parceiras com que homens se relacionam sexualmente durante a vida; é perspicaz o contraponto de Adichie, quando afirma que se a biologia fosse o ponto a ser tratado aqui, seria mais natural que as mulheres tivessem mais parceiros, afinal, são elas que geram vidas e quanto maior a variedade genética, melhor para a espécie (ADICHIE, 2017, p. 20). O ponto importante é refletir sobre os usos sociais que fazemos das ciências, principalmente ao explicar como “dados” os “fatos” que, em verdade, foram socialmente construídos. Como afirma Pierre Bourdieu (2004, p. 24), “os agentes fazem os fatos científicos e até mesmo fazem, em parte, o campo científico”⁷. Aliada à biologia, Adichie nos convida, ainda, à refletir sobre a sexualidade feminina, a como tratar como algo natural, para além da reprodução ou de parte do casamento. A sexualidade tem afetação direta nas condições físicas, mas também psicológicas. A sexualidade feminina é controlada pelo construto social da vergonha e da não naturalidade do comportamento sexual de mulheres, embora muitas culturas moldem que essas mesmas mulheres sejam sexys (ADICHIE, 2017, p. 22).

Adichie ainda reflete sobre responsabilidade afetiva no amor, reciprocidade nas emoções. Reflete, ainda, sobre a questão de quem deve “prover” a casa: a resposta é evidentemente os dois, mas se um não tiver condições, proverá aquela pessoa que possuir tais condições. A última sugestão está focalizada em admitir e valorizar a diferença, as pessoas percorrem distintos caminhos e, vale repetir, todas as pessoas merecem o mesmo respeito e consideração (ADICHIE, 2017, p. 22-25).

⁷ Por honestidade científica, remetemos as pessoas leitoras interessadas para a explicação que Bourdieu traça sobre as possibilidades e impossibilidades de “modificar” o campo, sobretudo quanto a noção de capital científico.

Nessa seção buscamos apresentar o marco teórico a partir de Chimamanda Ngozi Adichie, temperada com Pierre Bourdieu, a fim de emoldurar nossa discussão. Nossa questão é ver o quanto as narrativas e sensibilidades de mulheres em idade escolar traduzem e como traduzem essas noções. A seguir, passamos a delinear qual foi nossa metodologia de coleta de dados.

2. Metodologia: a construção do questionário

A partir do momento em que decidimos construir este trabalho para apresentação nas Jornadas do Laboratório de Estudos de Gênero e História, nosso questionamento perpassou por “como” buscar as sensibilidades sobre o feminismo em uma escola da rede estadual de Minas Gerais, mais especificamente da cidade de Juiz de Fora. Decidimos usar as tecnologias à disposição: montamos 11 (onze) perguntas no formulário disponibilizado pelo Google⁸ e movimentamos nossas redes de contatos a fim de que pessoas em idade escolar respondessem.

Ao movimentar nossas redes, acabamos colocando o questionário em nossas redes sociais. Este ato acabou por nos surpreender, pois outras pessoas, que não nosso “público alvo” inicial, responderam ao questionário, o que acabou por ampliar nossa análise. Tratamos isso como uma surpresa positiva. Contudo, o título do trabalho restringe mais que explica os dados coletados.

Com efeito, acreditamos que valeu a pena. Nossa construção das perguntas iniciase por colocar um campo para identificação/nome. Tivemos o cuidado de não marcar este campo como “resposta obrigatória”, a fim de não obrigarmos as pessoas entrevistadas a se identificarem. Foi uma estratégia que buscou deixá-las à vontade para responder com sinceridade aos questionamentos que viriam. Também aliada à questão da identificação, o segundo campo – a partir dele, todas as questões eram marcadas como respostas obrigatórias – tratou de marcar a idade das pessoas entrevistadas.

A terceira questão buscava demarcar qual era a natureza, se pública ou privada, da instituição educacional que a pessoa estuda/estudou. Esse questionamento foi fruto do aumento de nosso campo de coleta dos dados. Em seguida, a quarta pergunta requeria que a pessoa se identificasse enquanto raça e etnia, segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), isto é, se a pessoa se autodeclara preta, branca, parda,

⁸ O formulário que utilizamos ainda está disponível, pois gostaríamos de seguir coletando esses dados para futuras análises. O acesso é possível em: <https://goo.gl/forms/NxNWobGLJZ0YR0Aw2>. Acesso em 06 de março de 2018

amarela ou indígena. Nosso interesse era cruzar essa informação com a percepção dessa pessoa sobre o feminismo.

Nosso questionário seguiu justamente nesse íterim, de modo que a quinta pergunta inicia uma série de questões subjetivas. Questionamos como a pessoa entrevistada “julga” o feminismo, quando demos duas opções fechadas e um campo aberto denominado de “outros” para que se as duas opções não satisfizessem a compreensão dessa entrevistada, ela pudesse contribuir com sua visão de mundo. As duas opções fechadas foram assim colocadas: a) “é uma corrente teórica e política que busca a igualdade entre os gêneros”; e b) “essa corrente teórica e política gera desigualdade na sociedade”.

A sexta pergunta foi uma questão aberta em que gostaríamos de saber em que o feminismo ajuda na vida pessoa entrevistada. A partir da sétima pergunta até a décima primeira, formamos um bloco de perguntas que focalizou a relação entre “feminismo” e “escola”, que acabou por ser demarcada por uma relação “feminismo” e “ambiente educacional”, em razão da ampliação do nosso campo como pontuado. Então, a sétima questão foi aberta, sobre se a pessoa já ouvira ou aprendera sobre feminismo na escola e, se sim, em qual disciplina. A oitava questionava se a entrevistada já experimentara algum ato de machismo na escola, essa foi uma questão fechada (“sim” ou “não”); na sequência, se a pessoa respondesse afirmativamente para a questão anterior, requeríamos que a pessoa identificasse a razão de acreditar que sofrera machismo.

As questões finais lidavam sobre como a entrevistada entendia a importância de discutir feminismo hoje em dia e se a entrevistada participaria de um grupo de discussão sobre feminismo na escola. Na próxima seção, cuidaremos de discutir os dados coletados.

3. Resultados e discussão dos dados do questionário

3.1. Identificação

Analisando os dados extraídos a partir do questionário, observamos o seguinte:

Em relação ao público atingido em 15 dias de coleta de dados, obtivemos 25 respostas. Dentre essas, 23 pessoas quiseram se identificar e apenas 2 não quiseram se identificar. Esse dado nos surpreendeu por conta do teor das declarações nas respostas subjetivas. Nada obstante, observamos que poucas entrevistadas colocaram seus nomes completos; além disso, o fato de não abrimos campo para declarar o nome da escola em que estuda(vam) pode ter contribuído para essa identificação sumária.

As 23 pessoas que se identificaram possuem nomes socialmente atribuídos a mulheres, as outras duas pessoas não conseguimos identificar. Então, não foi possível precisar se somente mulheres responderam a este questionário, como era a idéia inicial.

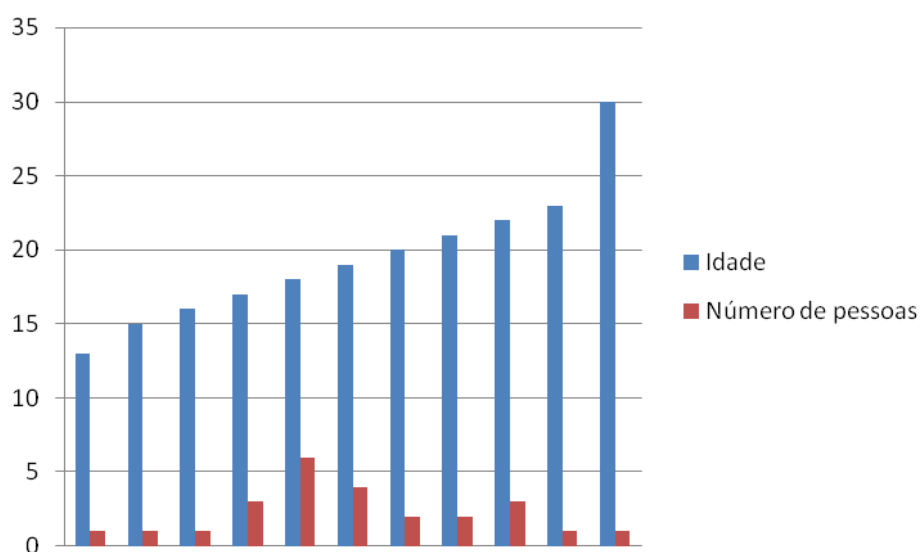
3.2. Idade

Em relação às respostas sobre idade, tivemos: 1 pessoa na faixa dos 13 anos, 1 pessoa na faixa dos 15 anos, 1 pessoa na faixa dos 16 anos, 3 pessoas na faixa dos 17 anos, 6 pessoas na faixa dos 18 anos.

Para nossa surpresa e satisfação, a idade “escolar” regular foi superada e outras pessoas responderam à entrevista: 4 pessoas na faixa dos 19 anos, 2 pessoas na faixa dos 20 anos, 2 pessoas na faixa dos 21 anos, 3 pessoas na faixa dos 22 anos, 1 pessoa na faixa dos 23 anos e 1 pessoa na faixa dos 30 anos (ver gráfico 1)

Foi interessante observar como houve uma grande diversidade etária na resposta ao questionário. Isso gerou para nós a possibilidade de analisar melhor as respostas para as perguntas subjetivas sobre a avaliação das pessoas entrevistadas sobre o feminismo.

Gráfico 1. Idade das entrevistadas.



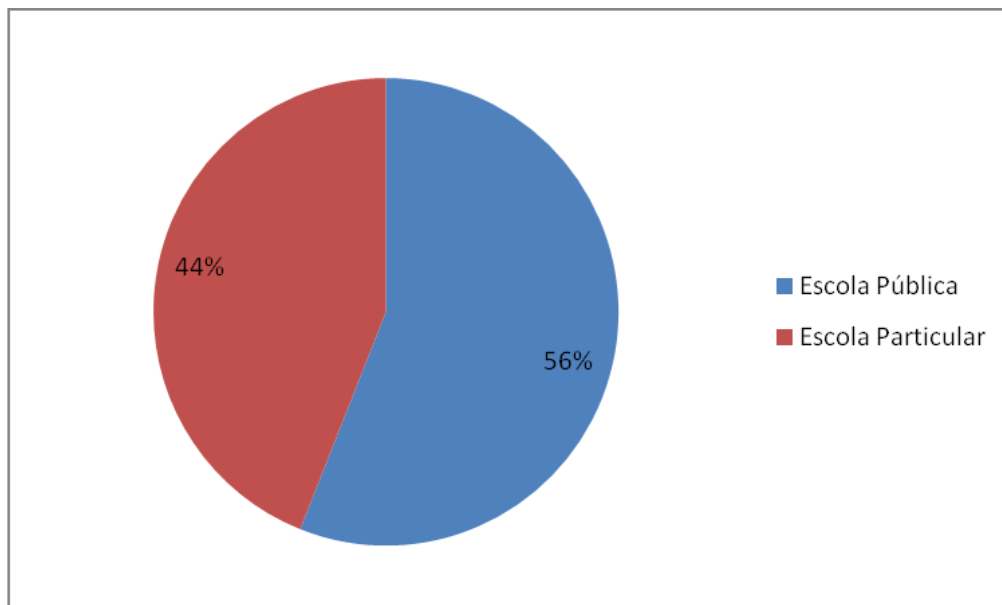
Fonte: Elaboração própria.

3.3. Natureza escolar: escola pública ou escola privada?

Na terceira pergunta, foi questionada a natureza da instituição escolar, se pública ou privada. Dentre as 25 pessoas questionadas, 44% vieram de escola privada e 56% vieram de escola pública (ver gráfico 2). Esse dado é especialmente relevante para ver se

ambas as naturezas permitem ou possibilitam a abordagem feminista nas disciplinas, sendo um indicativo para investigações posteriores.

Gráfico 2. Origem escolar das entrevistadas.



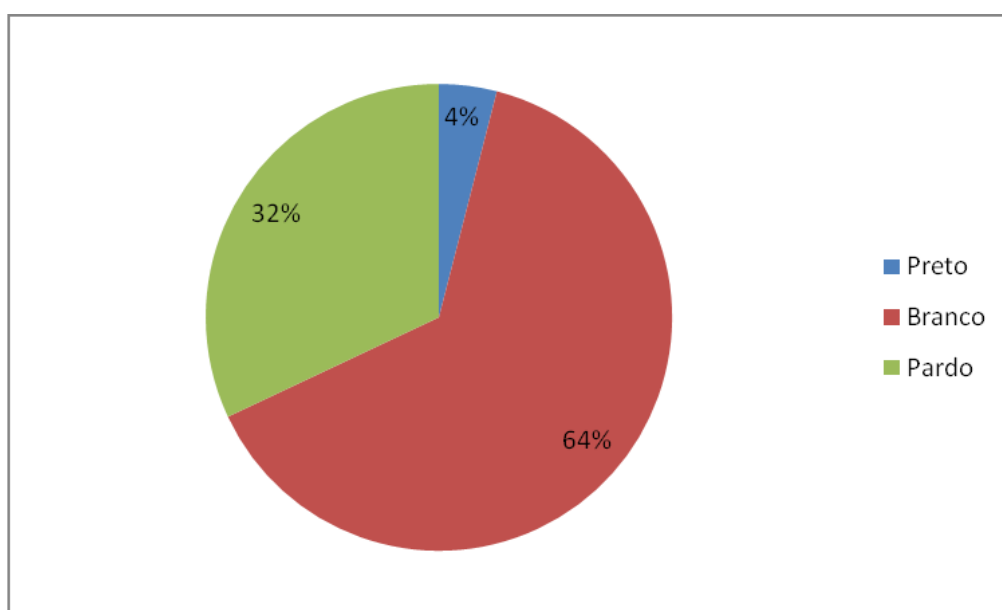
Fonte: Elaboração própria

3.4. Autodeclaração de raça e etnia

Na quarta pergunta o objetivo foi coletar a definição de etnia e/ou raça das entrevistadas, com as cores seguindo o sistema classificatório do IBGE como dita anteriormente.

Conforme se vê no gráfico, através dos critérios utilizados – via IBGE - , 16 pessoas entrevistadas se autodeclararam brancas; 8 pessoas se autodeclararam pardas e apenas 1 pessoa se autodeclarou negra. Embora não seja nosso objeto de análise, vale a pena registrar que em nosso sentir, algumas das pessoas que se declararam como “pardas” poderiam ser lidas como “negras”.

Gráfico 3. Raça e etnia autodeclaradas pelas pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria

3.5. Início do bloco subjetivo: como julgam o feminismo

A quinta pergunta foi o início do bloco-chave da nossa pesquisa, pois inaugura os dados mais reveladores para as pretensões da nossa investigação.

Perguntadas sobre como julgavam o feminismo e diante daquelas opções supracitadas, quais sejam: a) é uma corrente teórica e política que busca a igualdade entre os gêneros; b) essa corrente teórica e política gera desigualdade na sociedade; e com um campo “outro”, para que as entrevistadas pudessem acrescentar um entendimento diferente das apresentadas por nós, tivemos que 92% concordam com a primeira afirmação. Nenhuma das pessoas entrevistadas concordou com a segunda opção.

Nada obstante, duas pessoas utilizaram o campo “outros”. A primeira pessoa julga o feminismo como “uma corrente teórica e política que busca a **equidade** entre os gêneros” (negrito nosso). Foi especial ver essa definição, pois veio de uma entrevistada de 19 anos que afirma nunca ter estudado ou ouvido falar sobre feminismo na escola, mas que conseguiu trazer a noção, embora não tenha articulado por falha de nosso questionário, a noção de equidade. De todo modo, pressupomos que ela estabelece uma diferença entre igualdade e equidade. Isto é, a equidade exige que a igualdade seja praticada nos termos em que mulheres e homens se igualam, mas que deve haver direitos em níveis diferentes na medida em que mulheres e homens se desigualam; por exemplo,

quanto à recuperação pelo trabalho de parto, direitos previdenciários e de seguridade social como o salário maternidade⁹, etc.

A segunda pessoa entrevistada que utilizou o campo “outros” afirmou que

“[e]xiste uma linha do feminismo com a qual eu não concordo muito. Somos tão competentes e valiosas quanto os homens, mas não iguais. Não quero queimar sutiãs. Gosto de sutiãs! Gosto de me enfeitar, e nós, mulheres, não fazemos isso para macho. Fazemos porque dá prazer cuidar de si e cuidar do outro. Sou uma feminista de saia, sutiã, salto alto e batom vermelho. E odeio esses excessos do feminismo”.

Essa foi uma entrevista interessante, pois apresenta o feminismo e a feminilidade como questões mutuamente excludentes. E não são pontos mutuamente excludentes, como anotamos no início deste trabalho com a fala de Chimamanda Adiche. Nada obstante, ao mesmo tempo, que a entrevistada do trecho destacado se coloca como “feminista de saia”, afirma nos demais questionamentos que o feminismo ajuda em nada na vida dela, que nunca estudou sobre feminismo na escola, que nunca experimentou atos de machismo na escola, que não acha importante discutir feminismo hoje e que não participaria de um grupo de discussão sobre feminismo na escola. O que também nos impressionou pela curiosidade é que essa foi a entrevistada mais velha – 30 anos – que respondeu ao questionário, se colocando como branca, oriunda de instituição escolar privada.

3.6. Como o feminismo auxilia na vida

Nessa seção do questionário, a pergunta foi de campo aberto, sem opções prévias. Questionadas se o o feminismo ajudava na vida, 23 das pessoas entrevistadas afirmaram que o feminismo ajuda em diversas áreas e de diversas maneiras, como exporemos a seguir. No entanto, duas respostas desviaram do padrão, uma resposta negativa e outra intermediária.

Em relação à resposta negativa, já fizemos menção a ela. A entrevistada disse que não concordava com certos “exageros do feminismo” e que o feminismo não a ajuda em

⁹ Nesse sentido, é pacífico, há pelo menos treze anos, o entendimento no Supremo Tribunal Federal que o teto dos benefícios do regime geral da Previdência Social não abrange o salário da licença-gestante, que pode ultrapassar o limite. As mulheres podem, portanto, continuar a receber o mesmo salário que recebiam até entrarem em licença por conta da maternidade. O entendimento do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1936, que se baseou no entendimento do Ministro Relator Sidney Sanches, privilegiou a equidade, uma vez que se o limite abrangesse o salário-gestante, o que ultrapasse o limite da previdência seria arcado pelo empregador, criando um desincentivo em relação à empregabilidade de mulheres, situação que a Constituição buscou combater desde 1988.

nada em sua vida. A resposta intermediária foi no sentido de que “[a]ntigamente ajudou a conquistarmos nossos direitos, hoje acho que o conceito foi destorcido e é mal utilizado pela sociedade” (sic). Diferente da entrevista citada que tem uma relação de conflito e contradição com o feminismo, essa entrevistada possui 18 anos, branca, oriunda de escola privada, diz que já sofreu atos de machismo na escola – mas não identificou qual e como – e afirma que participaria de um grupo de discussão sobre feminismo na escola. Esse tipo de resposta e de perfil nos faz querer prosseguir na pesquisa e aprofundar essas noções intermediárias, uma vez que seria relevante e interessante compreendermos qual é o “*gap*” nessa sequência de informação.

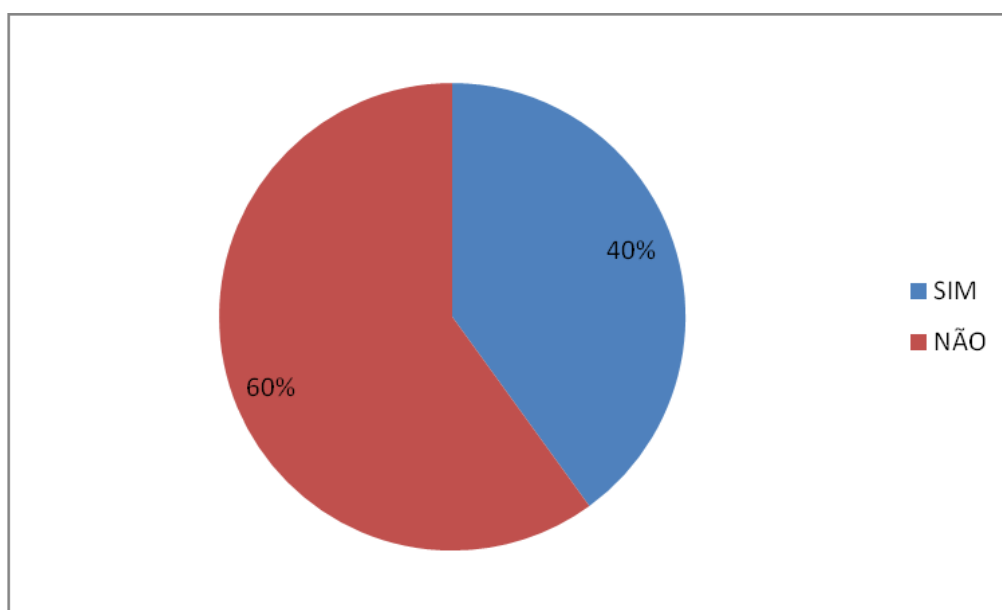
Seja como for, as respostas positivas afirmam que o feminismo auxilia as entrevistadas a acreditarem em si mesmas, a enxergar o mundo e suas desigualdades, sejam elas de gênero, cor, credo, classe e etc, ajuda na convivência saudável em sociedade, considerando a segurança e a saúde física e mental. Ajuda a se aceitarem como são e a identificar e a lutar contra as opressões que as mulheres sofrem desde sempre, conhecendo melhor como a sociedade funciona. O feminismo dá força para lutar e serem donas de si, possibilitando que possam ajudar outras mulheres para que elas sintam o mesmo. Atribuem ao feminismo a conquista do voto e das múltiplas possibilidades de participação política, o direito à educação, a liberdade de denúncia de agressões. O feminismo capacita, iguala, torna as relações equânimes ou, ao menos, tem este objetivo. Nossa intenção inicial era pontuar o que cada uma das entrevistadas afirmou, tentando linkar com suas idades e trajetórias. Nada obstante, para nossa feliz surpresa, as articulações seguiram esse sentido exposto em todas as idades. Nossa hipótese é que mesmo que o feminismo não esteja fortemente presente na escola como pontuaremos nas próximas seções, as mulheres vêm tendo maior contato com o debate e com o aprendizado(s) feministas, de modo que passam a refletir sobre a estrutura patriarcal da sociedade em todas as idades.

3.7. Aprendizado sobre feminismo na escola: experiência prévia e possibilidade de grupo de discussão no futuro

Perguntadas se já tiveram contato com o feminismo na escola, 40% (10 entrevistadas) responderam que sim, vide gráfico 4.

Dentre essas entrevistadas, 7 advém da escola pública e 3 da escola privada. Foi bacana perceber que ao menos no universo – sabemos, restrito – que conseguimos entrevistar, a escola pública aparece com preponderância sobre a abordagem do tema.

Gráfico 4. Contato com o feminismo em alguma disciplina escolar



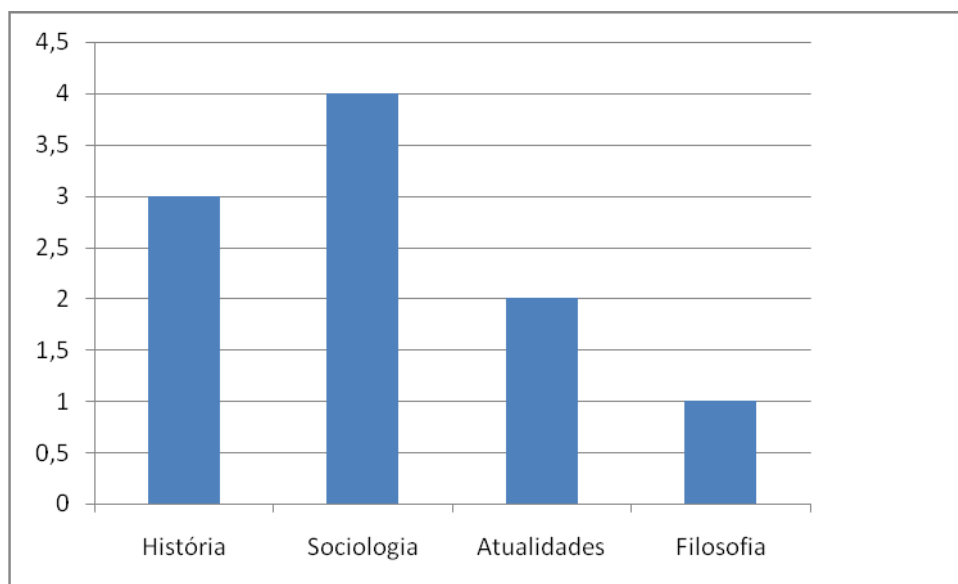
Fonte: Elaboração própria

Dessas dez entrevistadas, tivemos predominância leve da Sociologia (4 entrevistadas tiveram contato com o feminismo nessa matéria), seguida pela História (3 entrevistadas), Atualidades (2 entrevistadas) e Filosofia (1 entrevistada), vide gráfico 5.

Questionadas se acham importante discutir a questão feminista de maneira geral e em espaços diversos, vinte e quatro das entrevistadas responderam afirmativamente, confirmando nossa hipótese sobre a importância de continuar a levantar este tema. Apenas uma, já pontuada, negou a importância do debate.

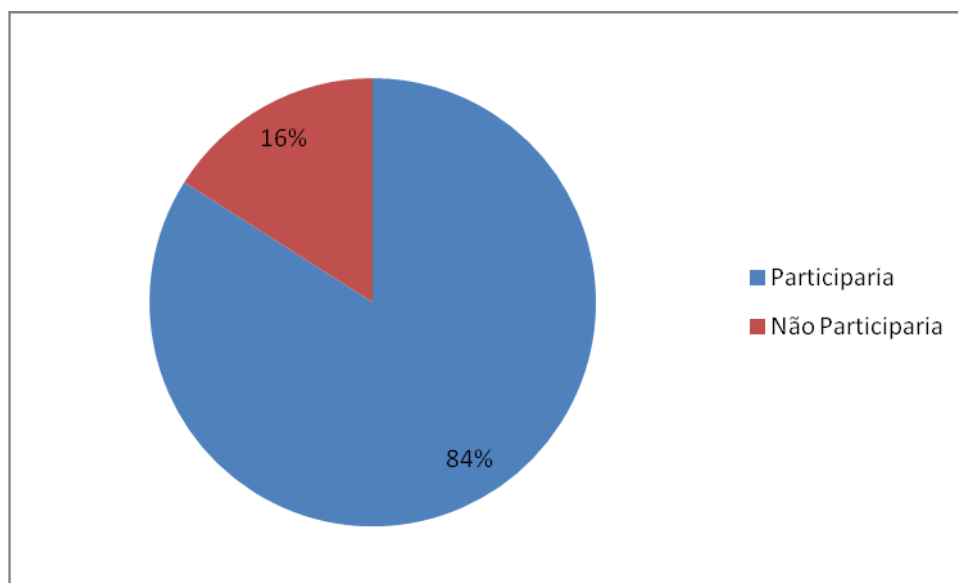
Essa quantidade um pouco quando questionadas se participariam de um grupo de discussão sobre feminismo no ambiente escolar, vide gráfico 6.

Gráfico 5. Distribuição das matérias em que as entrevistadas tiveram contato com o feminismo



Fonte: Elaboração Própria

Gráfico 6. Disposição em participar de um grupo de discussão sobre feminismo na escola



Fonte: Elaboração própria

3.8. A percepção sobre atos de machismo na escola

Nesta seção, apresentamos os dados sobre os questionamentos em relação às entrevistadas já terem experienciado atos de machismo no ambiente escolar e, se sim, como identificaram estes atos (nos casos que conseguiram identificar).

Entre as 25 entrevistadas, 17 disseram ter passado por situações de machismo no ambiente escolar. Os relatos dão conta sobre a miríade de situações em que os homens tomam para si o poder e passam a interpretar a mulher como “sexo frágil”, inferiorizando ou restringindo suas atividades pelo simples fato de serem mulheres. Aqui, aparece aquela chamada de atenção de Chimamanda Adiche sobre inverter o “x” da questão.

Além dessa formulação geral feita por uma das entrevistadas, outra identificou e afirmou que sente que houve grande diminuição da sua capacidade intelectual e rechaço da possibilidade dela buscar investir em uma carreira tida como predominantemente masculina. Outro relato foi sobre estágio para estudantes do sexo masculino, exclusivamente.

Há relatos também sobre as entrevistadas se sentirem desvalorizadas enquanto mulher, terem suas roupas censuradas, por exemplo, pelo uso de uma calça “legging” ou maquiagem; quando praticava algum esporte eram criticadas e tidas como pouco habilidosas por serem mulheres ou, em alguns casos, “personificar feminilidade” (palavras da entrevistada), sendo que não se sentia à vontade.

Preocupantes são os relatos sobre professores que tiveram atos de menosprezar a inteligência da aluna em razão de gênero. Como também tivemos relatos de professores que referiram determinados atos – geralmente ligados ao cuidado – como “obrigações de mulheres” e os espaços profissionais relevantes e centros decisórios como locais naturalmente de homens. Essa violência simbólica é complementada por relatos de violência física, como ameaça de estupro para que a entrevistada deixasse “de ser mimizenta” ou atribuindo a conquista meritória da entrevistada à razão de ser mulher e ter chegado à conquista por outras vias que não o trabalho e a competência.

Conclusão

Buscamos discutir as narrativas, sensibilidades e necessidades sobre feminismo na escola, acreditando que a escola é um espaço vital e comprometido com a cidadania, pelo menos se levarmos a sério o ditame constitucional do artigo 205.

Para isso, partimos do marco teórico de Chimamanda Adichie e Pierre Bourdieu, para ancorar a discussão sobre os poderes físicos e simbólicos, as idéias-força, que conduzem as relações em uma sociedade patriarcal e misógina como é ainda, infelizmente, a sociedade brasileira.

A partir da coleta de experiência de 25 entrevistadas, através de formulário *on-line*, apresentamos os dados em 8 subseções. Esperamos ter avançado em um início de

pesquisa que parece demonstrar nossa hipótese de que o campo educacional reproduz muita das estruturas de opressão simbólica e física do macrocosmo da sociedade. Pensar com Adichie e Bourdieu, a partir destes dados, nos levou a ampliar o escopo inicial deste trabalho. Concluímos que é urgente que a pauta feminista perpassasse todas as disciplinas, sendo certo que a equidade de mulheres e homens é premente para uma sociedade livre, justa e solidária, que é um dos objetivos de nosso país.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para criar crianças feministas: um manifesto*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2017

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Poder Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2004.

FEMINISM IN SCHOOL: NARRATIVES, SENSITIVITY AND NEEDS

Abstract: This paper articulates the issue of feminist discussions in secondary schools. From the experiences of two of the authors and the collection of data by forms, it is sought to apprehend the diffusion of feminism in schools of judge from outside, in times of patrol of movements like the School Without Party. The need for discursive resistance is advocated, creating in the school environment a locus of debates about the rights of gender and, consequently, of women..

Keywords: Feminism. School. Resistance. Youth engaged.

O FEMINISMO MATRICÊNTRICO E O ATIVISMO FEMINISTA NO MOTHERHOOD INITIATIVE FOR RESEARCH AND COMMUNITY INVOLVEMENT (MIRCI) LIDERADO POR ANDREA O'REILLY

Maria Collier de Mendonça¹

Resumo: este trabalho discute as principais motivações e conceitos apresentados no livro *Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice* (O'REILLY, 2016), recentemente lançado no Canadá. Segundo a autora, a maternidade permanece sendo a questão pendente do feminismo, tanto nos debates acadêmicos quanto nas práticas ativistas feministas contemporâneas. Por esse motivo, O'Reilly defende que é preciso construir uma teoria, política e prática feministas centradas no materno.

Palavras-chave: Maternidade. Maternagem. Estudos Maternos. Feminismo Matricêntrico. Gênero.

Introdução

Este trabalho apresenta o Feminismo Matricêntrico² pela primeira vez em português. De início, relata a trajetória acadêmica de Andrea O'Reilly. Em seguida, introduz conceitos fundamentais para os estudos maternos³. Por fim, expõe os principais argumentos de O'Reilly na defesa das ideias detalhadas em seu livro *Matricentric Feminism* (O'REILLY, 2016).

Andrea O'Reilly é professora titular na *School of Gender, Sexuality and Women's Studies* da Universidade de York, em Toronto, Canadá. Seu trabalho é internacionalmente reconhecido. Contempla a publicação de mais de vinte livros sobre maternidade e maternagem, além da organização de congressos internacionais e periódicos científicos sobre o tema.

Aos 23 anos, Andrea O'Reilly concluiu seu bacharelado em *Women's Studies* e também deu à luz ao seu primeiro filho. Nessa época, a pesquisadora percebeu que não havia cursado nenhuma disciplina de graduação que tivesse estudado a maternidade em profundidade. Segundo relata, nas raras vezes em que se discutiu questões maternas, o tema foi enquadrado nos contextos da domesticidade, da literatura do século XIX ou da cultura patriarcal (O'REILLY, 2016).

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Bolsista CAPES PNDP. Pós-doutoranda PPG-EGC UFSC, Florianópolis, Brasil: mariacmendonca@gmail.com.

² Feminismo Matricêntrico, tradução nossa de *Matricentric Feminism* (O'REILLY, 2016), título do livro ainda não traduzido para o português, sobre o qual baseia-se este trabalho. Trabalhamos diretamente com os originais em inglês, portanto, sempre que citamos O'Reilly e colaboradoras, as traduções são nossas ou foram extraídas da tese de doutorado de Mendonça (2014).

³ Estudos Maternos, tradução nossa de *Motherhood Studies* (O'REILLY, 2006).

Em 1986, O'Reilly iniciou sua pesquisa doutoral em literatura inglesa. Três anos depois, ao completar 28 anos, era a única mãe de três filhos no programa de pós-graduação que estava vinculada. Buscava histórias e teorias sobre mães, mas não encontrava. Em virtude disso, propôs e lecionou a primeira disciplina focada na discussão da maternidade no Canadá. Esta foi ministrada para estudantes do terceiro ano do bacharelado em Women's Studies, na York (O'REILLY, 2016).

Em 1996, O'Reilly organizou o primeiro evento científico sobre maternidade no campus da York. O evento foi um sucesso e motivou a fundação da ARM (*Association for Research on Mothering*), que anos depois tornou-se MIRCI (*Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*).

A MIRCI é uma rede mundial dirigida por O'Reilly, que promove o debate interdisciplinar sobre maternidade, maternagem e feminismo reunindo ativistas, profissionais, pesquisadores(as) acadêmicos(as). Dentre suas atividades, destacam-se a organização de congressos, publicações de livros e periódicos científicos.

Se para Virgínia Woolf (1928) uma mulher precisa de dinheiro e de um teto todo seu para escrever ficção; para Andrea O'Reilly (2016) as mães necessitam de um feminismo todo seu. É importante esclarecer desde já que – quando O'Reilly utiliza o termo mães – refere-se a qualquer pessoa que se engaje no trabalho materno, independente do gênero, sexo ou vínculo biológico com a criança:

(...) como Sara Ruddick teorizou, sobre as práticas maternas. Este conceito não se restringe às mães biológicas, porque diz respeito a todas as pessoas que tornam o trabalho da maternagem uma parte central de suas vidas (O'REILLY, 2016, p.1, tradução nossa).

Em *Matricentric Feminism*, O'Reilly (2016) argumenta que a maternidade é a questão pendente do feminismo e defende que precisamos construir uma teoria, política e prática feministas centradas no materno. Seu trabalho promove a inserção dos temas maternidade e maternagem nas discussões e práticas feministas contemporâneas. Nas palavras da autora:

O objetivo deste livro é introduzir esta corrente específica do feminismo – a qual eu denominei “feminismo matricêntrico” – para registrar detalhadamente como o feminismo matricêntrico relaciona-se com as teorias, os ativismos e as práticas feministas. (O'REILLY, 2016, p.1, tradução nossa)

O desenvolvimento dos estudos maternos

Em 2006, O'Reilly cunhou o termo *Motherhood Studies* para demarcar os Estudos Maternos (tradução nossa) como disciplina distinta e autônoma na América do Norte. Baseados em conceitos teóricos extraídos de Adrienne Rich, Sara Ruddick, Patricia Hill Collins, Andrea O'Reilly, dentre outras; o campo integra ciências humanas, sociais e biológicas. Mas também, dialoga frequentemente com os estudos das mulheres e os estudos feministas. Além disso, estimula a participação de instituições não-governamentais, ativistas e profissionais dedicados à maternidade e maternagem nos debates, eventos e publicações que organiza. Trata-se, portanto, de um campo extremamente interdisciplinar, cujas linhas de pesquisa envolvem:

- a) A discussão crítica de políticas públicas, leis, ideologias e imagens maternas, que sustentam a opressão das mães e a permanência dos valores patriarcais.
- b) O estudo das experiências práticas relacionadas ao cuidado dos filhos.
- c) As repercussões que o *tornar-se mãe* desencadeia nas identidades, subjetividades, autoestimas e autoimagens das mulheres. Em outras palavras, os modos como a cultura da maternidade e as experiências de maternagem transformam as mães, nas dimensões identitárias e subjetivas (O'REILLY, 2010, *apud* MENDONÇA, 2014, p. 24-27).

Bases conceituais: maternidade e maternagem

As traduções dos conceitos – *motherhood* para maternidade, *mothering* para maternagem e *motherhood studies* para estudos maternos – foram realizadas na pesquisa doutoral de Maria Collier de Mendonça (2014), com orientação de Oscar Cesarotto na PUC (São Paulo) e coorientação de Andrea O'Reilly na York (Toronto)⁴.

Conforme Mendonça (2014), a definição de *motherhood* (RICH, 1976) diz respeito ao poder biológico e aos significados institucionais, simbólicos e culturais da maternidade. Por esse motivo, maternidade é a palavra que melhor traduz o conceito de *motherhood* para o português. Já o termo *mothering* resulta da fusão do verbo *to mother* (RUDDICK, 1989) com o sufixo *ing*, que indica ação e processo contínuo. Portanto, a palavra maternagem é o termo que melhor traduz o conceito de *mothering* para o português, pois, inclui o sufixo *agem*, de origem latina, que expressa exatamente a ideia

⁴ O doutorado de Mendonça (2014) foi apoiado com bolsa Capes PROSUP na PUC-SP e bolsa CAPES sanduíche, durante estágio de pesquisa na York, Canadá.

de ação ou resultado de ação. Além disso, outras áreas, como a psicologia e o serviço social, já utilizam o termo maternagem para designar cuidados com bebês e crianças, realizados pelas mães ou outros cuidadores (MENDONÇA, 2014).

Os dez pressupostos que embasam a cultura da maternidade patriarcal

O'Reilly (2013) sintetizou dez pressupostos ideológicos que moldam a cultura da maternidade patriarcal. Estes, conseqüentemente, tornam a maternagem opressiva para as mulheres. São eles: essencialização, privatização, individualização, naturalização, normalização, idealização, biologização, especialização, intensificação e despolitização da maternidade (O'REILLY, 2013, apud MENDONÇA, 2014, p. 27-28)⁵.

A essencialização posiciona maternidade como fundamento da identidade feminina. A privatização situa o trabalho materno exclusivamente nas esferas reprodutiva e doméstica. De maneira similar, a individualização transforma a maternagem em um trabalho de responsabilidade individual, centrado unicamente na figura da mãe. A naturalização pressupõe que a maternidade seja natural para as mulheres, inferindo que todas nós mulheres já nascemos sabendo como maternar “naturalmente”. Isto reforça o entendimento da maternagem como um trabalho guiado por “instintos” e “hábitos”, que não exige o uso da inteligência nem o aprimoramento de diversas habilidades e qualificações.

A normalização limita e restringe as identidades e práticas maternas ao modelo específico da família nuclear, no qual a mãe é a esposa e principal cuidadora dos filhos, enquanto seu marido encarna o papel de provedor econômico. A biologização enfatiza laços sanguíneos, posicionando a mãe biológica como a mãe autêntica e “real”.

A especialização e a intensificação relacionam a maternidade ao que Sharon Hays (1996) definiu como maternagem intensiva (tradução nossa) e ao que Susan Douglas e Meredith Michaels (2004) chamaram de *New Momism*. Enquanto a especialização defende que a criação dos filhos seja guiada por especialistas, tornando as práticas de maternagem extremamente demandantes em termos de gastos de energia, dinheiro e esforços maternos. A idealização estabelece modelos maternos inatingíveis, os quais reforçam as expectativas das mães sobre si mesmas e da sociedade sobre as mães. Por fim, a despolitização da maternidade caracteriza a criação e a educação dos filhos como

⁵ Termos originais em inglês: *essentialization, privatization, individualization, naturalization, normalization, idealization, biologicalization, expertization, intensification* e *depoliticalization of motherhood* (ver O'REILLY, 2013, apud MENDONÇA, 2014, p. 27-28).

atividades privadas, sem relações nem implicações sociopolíticas (O'REILLY, 2013, apud MENDONÇA, 2014, p. 27-28).

A Maternagem Intensiva⁶ (HAYS, 1996) propõe que a criação dos filhos seja pautada por métodos guiados por especialistas, centrados nas crianças, intensamente trabalhosos, emocionalmente desgastantes e financeiramente caros para as mães. Esta ideologia contribui para a manutenção das hierarquias de gênero, pois situa a criação dos filhos como um trabalho doméstico, privado e feminino. Desta maneira, reforça a subordinação das mulheres e desobriga os homens, os políticos e o Estado de prestarem à devida assistência que as mães e as crianças necessitam (HAYS, 1996, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o *New Momism* (DOUGLAS e MICHAELS, 2004) corresponde a um conjunto de ideais, normas e práticas, que têm sido amplamente divulgados nas mídias massivas. Apesar de aparentemente celebrar a maternidade, o *New Momism* promove padrões de perfeição materna inatingíveis. E, assim, configura uma visão intensamente romantizada e exigente da maternidade, na qual os padrões de sucesso maternos são impossíveis de se atingir.

Hoje em dia, os padrões que moldam a boa maternidade estão realmente passando dos limites. Eles tornaram-se inatingíveis, ao mesmo tempo em que houve, de fato, uma queda real no tempo livre ou naquele dedicado ao lazer pela maioria dos norte-americanos. Desde os anos de 1980, a ética de trabalho *yuppie* instituiu a ideia de que precisamos continuar trabalhando (em nossas conexões, portfólios, finanças, etc.), mesmo quando estamos fora do trabalho, e isto conquistou totalmente a maternidade (DOUGLAS e MICHAELS, 2004, p. 4-5, tradução nossa).

As contranarrativas de maternagem empoderada

De acordo com O'Reilly (2016), Sara Ruddick (1989) foi a primeira filósofa norte-americana que teorizou a experiência da maternagem, em oposição à instituição da maternidade. Ruddick transformou o substantivo *mother* (mãe) no verbo *to mother* (maternar). Desta maneira, Ruddick nomeou o trabalho materno (maternagem) situando-o no âmbito das experiências e práticas cotidianas (RUDDICK, 1989, apud O'REILLY, 2016, p. 27-28, tradução nossa).

Ao utilizar o termo “mãe” para se referir a “qualquer pessoa que assuma as responsabilidades pela vida de uma criança ou a qualquer adulto(a) que considere os cuidados infantis como parte importante de sua vida pessoal ou profissional”, Ruddick (1989, apud O'REILLY, 2016, p.28) contribuiu para a desconstrução do essencialismo de

⁶ Maternagem Intensiva, tradução nossa de *Intensive Mothering* (HAYS, 1996).

gênero nos estudos maternos. Nessa linha de pensamento, posteriormente, Andrea Doucet (2006) pesquisou a maternagem masculina e outras autoras estudaram a maternagem *queer* (ver O'REILLY, 2007; 2014).

O'Reilly (2013) observa que os dez pressupostos ideológicos – anteriormente apresentados – estruturam e mantêm a maternidade como instituição patriarcal. Desse modo, eles enfraquecem a importância da maternagem, desvalorizam socialmente o trabalho materno e ainda promovem modelos maternos inatingíveis. Consequentemente, sobrecarregam as mães e reforçam nelas sentimentos de culpa, cansaço físico e estresse psicológico. Apesar disso, O'Reilly (ibid) acredita que da mesma forma que estes pressupostos foram construídos culturalmente, eles podem ser desconstruídos, pois não são naturais nem são inerentes às práticas de maternagem. Assim,

“(…) torna-se possível desestabilizar a sustentação de seu discurso e sua consequente interferência nas práticas e significados da maternagem. Cria-se, então, um espaço para articulação de contranarrativas que visem a estimular alternativas de maternagem que empoderem as mulheres, em vez de oprimi-las” (O'REILLY, 2013, p.188, tradução nossa).

A construção coletiva dos estudos maternos

Além de denso, amplo e original, o trabalho de O'Reilly é, sobretudo, construído dialogicamente com participantes dos congressos da MIRCI e publicações da *Demeter Press*⁷. A produção orquestrada por O'Reilly envolve diversas disciplinas acadêmicas, variadas correntes teóricas e diferentes movimentos ativistas, integrando pessoas de muitas origens étnicas, religiosas e culturais.

A disciplina intitulada *Mothering and Motherhood*, ministrada por O'Reilly na York, explora amplamente as questões relacionadas à maternagem e à maternidade. Seu programa inclui diversas perspectivas teóricas⁸ e análises de obras de ficção (livros, filmes, documentários). O objetivo é desenvolver o pensamento crítico estudantil sobre as questões maternas contemporâneas, considerando questões locais e globais, relacionadas às diferenças entre classes sociais e etnias; aspectos sociais, políticos, econômicos e demais desigualdades (O'REILLY, 2016, apêndice A, tradução nossa).

⁷ Fundada por Andrea O'Reilly em 2006, a Demeter Press (<http://demeterpress.org/>) é uma editora feminista independente, que se dedica à publicação de trabalhos acadêmicos, revisados por pares, livros ou poesias, focados nos temas da maternidade, reprodução, sexualidade e família.

⁸ Ver as coletâneas *Maternal Theory: Essential Readings* (O'REILLY, 2007) e *Mothers, Mothering, Motherhood Across Cultural Difference: A Reader* (O'REILLY, 2014).

Como exemplos do abrangente escopo dos estudos maternos, podemos citar os estudos sobre a maternagem afroamericana (Hill Collins, 2007) e sobre a maternagem *queer* (Gibson, 2007). Patricia Hill Collins (2007) escreveu que as mães negras tiveram de conciliar maternagem e trabalho remunerado muito antes das brancas. Sobretudo aquelas que eram pobres e urbanas porque nunca desempenharam o papel de esposa-mãe e rainha do lar, que foi estruturante na opressão das brancas norte-americanas. Já Margaret Gibson (2007) escreveu sobre a maternagem *queer*. Segundo O'Reilly (2013; 2016), os estudos da maternagem *queer* enfatizam que nem todas mães são mulheres, portanto, não existe uma só maneira de se criar uma família. Nessa perspectiva, o desejo e a habilidade para se praticar a maternagem independem de fatores biológicos (sexo, parentesco). Por consequência, ambos trabalhos evidenciam a existência das múltiplas identidades maternas, diferentes experiências de maternagem e formações familiares. Tudo isso é extremamente importante para a consolidação da interdisciplinaridade, relevância e abrangência dos estudos maternos (O'REILLY, 2013; O'REILLY, 2016; tradução nossa).

Por que o Feminismo Matricêntrico é necessário?

Segundo O'Reilly (2016), as necessidades e preocupações maternas são o ponto de partida do feminismo matricêntrico. A autora argumenta que a categoria mãe⁹ é distinta da categoria mulher por causa de diversos problemas especificamente enfrentados pelas mães. Tais problemas¹⁰ afetam suas identidades e subjetividades nos âmbitos psicológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Para O'Reilly (ibid), mesmo depois de muitas décadas de lutas feministas, as mães continuam sendo duplamente oprimidas pelo patriarcado. Primeiro, porque são mulheres; segundo, porque são mães. Esses motivos justificam porque o feminismo matricêntrico é necessário (O'REILLY, 2016, tradução nossa).

Nessa linha de pensamento, O'Reilly (2016, tradução nossa) defende que o feminismo matricêntrico precisa ser incorporado ao feminismo acadêmico. Em pesquisa documental, O'Reilly (2016) e sua assistente, Angie Deveau, levantaram dados quantitativos sobre a representatividade dos temas maternidade e maternagem nos estudos feministas, no período de 2005 a 2015. A pesquisa incluiu:

⁹ O'Reilly refere-se a "mãe" conforme Ruddick (1989).

¹⁰ Para compreensão dos problemas maternos no Canadá, recomendamos o documentário *The Motherload* (2013-2014), dirigido por Cornélia Príncipe e disponível online em: <http://www.cbc.ca/player/play/2429005855>.

- Painéis temáticos que ocorreram nas conferências anuais da *National Association Women's Studies Conference (NAWS)*,
- Livros e artigos publicados em cinco periódicos feministas (*Signs, Frontiers, Women's Studies Quarterly, Feminist Studies, e Gender and Society*),
- Conteúdos de dez livros didáticos destinados à introdução aos estudos de gênero e estudos das mulheres
- Ementas e planos de ensino de cinquenta disciplinas relacionadas a estudos de gênero e *Women's Studies*.

Ao final da pesquisa, O'Reilly e Deveau concluíram que o conteúdo total relacionado à maternidade variava de 1% a 3% no extenso material pesquisado. Dessa maneira, comprovaram a alarmante discrepância entre a baixa representatividade da maternidade no feminismo acadêmico e seu alto impacto nas vidas cotidianas das mulheres (O'REILLY, 2016, tradução nossa).

Os motivos da exclusão da maternidade no feminismo acadêmico

O'Reilly (2016) procurou entender os motivos do desaparecimento da maternidade no feminismo acadêmico no século XXI. Segundo a pesquisadora (ibid), nos últimos quarenta anos, muitos grupos de mulheres argumentaram que o feminismo dominante – amplamente entendido como feminismo liberal – não lhes representava adequadamente. Nos anos 1990, o feminismo da terceira onda surgiu justamente motivado por esta alienação do feminismo da segunda onda. Posteriormente, o movimento reconheceu boa parte dessas reivindicações, a teoria feminista foi aprimorada, incluiu diferentes perspectivas e incorporou novos tópicos às conferências e aos periódicos. Apesar disso, as demandas do feminismo matricêntrico ainda não foram atendidas com o mesmo respeito e reconhecimento pelo feminismo acadêmico. Conforme O'Reilly (ibid), na maioria das vezes, suas reivindicações foram descartadas, banalizadas ou até depreciadas (O'REILLY, 2016, tradução nossa).

Por que as mães precisam de uma perspectiva feminista tão centrada nelas?

Esta questão supõe que as mães não têm necessidades ou preocupações separadas de sua maior identidade enquanto mulheres. Eu me incomodo profundamente que as feministas entendam a interseccionalidade da opressão de gênero quando se trata de raça, classe, sexualidade e localização geográfica, mas não reajam da mesma forma quando se trata

da maternidade e maternagem (O'REILLY, 2016, p. 198, tradução nossa).

Como vimos, para O'Reilly, as mães, mais do que outras mulheres em geral, permanecem oprimidas. Por esses motivos, elas necessitam de um feminismo próprio (O'REILLY, 2016).

Maternidade: o “elefante na sala” do feminismo acadêmico

Após décadas de pesquisa, docência e ativismo, O'Reilly (2016) concluiu que hoje em dia o feminismo acadêmico ainda não diferencia, ou até confunde os conceitos de maternagem, maternidade e maternalismo¹¹.

(...) como há feministas que se sentem desconfortáveis com qualquer coisa que evidencie as diferenças de gênero e possa sugerir essencialismo (...) a maternidade torna-se um assunto problemático. Mais do que qualquer outro, ela é justamente a questão que demarca diferença de gênero. Afinal, até hoje em dia, somente as fêmeas biológicas podem biologicamente se tornarem mães. Pelo fato da diferença de gênero ser vista como um fator estruturante na manutenção da dominância masculina, muitas feministas minimizam ou desprezam qualquer marca dessa diferença: a maternidade – é obviamente – a principal delas. (O'REILLY, 2016, p. 203).

Como nos lembra O'Reilly (2016), Rich (1976) conceituou a instituição da maternidade como lugar de opressão patriarcal, mas também ressaltou que as experiências de maternagem podem ser fontes de empoderamento feminino. Neste sentido, enquanto o maternalismo relaciona-se com a dimensão performática da maternidade e promove a ideia de que as mães sabem mais; as práticas de maternagem podem ser desenvolvidas e apreendidas porque não são naturais nem instintivas (O'REILLY, 2016, tradução nossa).

Eu concordo que a noção de gênero é construída (...) como disse de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher (...) Mas também acredito que as feministas não devam desprezar a maternidade para facilitar a desestabilização do conceito de gênero. Portanto, defendo que seja possível – simultaneamente argumentar que gênero é construído e que a maternidade importa, pois integra a subjetividade e a experiência de cada mãe no mundo. (O'REILLY, 2016, p. 204, tradução nossa).

Nessa perspectiva, O'Reilly (2016) enfatiza que reconhecer o materno é compreender que nós, seres humanos não somos autossuficientes, tampouco livres como pregam os ideais neoliberais.

¹¹ Tradução nossa, do termo original em inglês *Maternalism* (O'Reilly, 2016).

Eu argumento que o esquecimento do materno na teoria feminista está menos relacionado ao essencialismo de gênero do que à necessidade de se mascarar e negar o materno – nutrição, dependência humana, cuidado e emoção – nas nossas vidas. Reconhecer o materno é lembrar que os seres humanos não são autossuficientes, nem livres, nem sujeitos sem raízes; tal como a espécie vitoriosa do neoliberalismo, celebrada pelo feminismo contemporâneo (O'REILLY, 2016, p. 206-207, tradução nossa).

Considerações finais

O'Reilly (2016) afirma que existem cada vez mais mulheres terminando seus doutorados, porém a falta de equidade de gênero persiste na carreira acadêmica, tanto quanto em diversas áreas de atuação profissional.

Sabemos que a expectativa do mercado de trabalho é que cada trabalhador(a) priorize o rendimento profissional e trabalhe ininterruptamente, em detrimento das responsabilidades familiares. Em geral, as mulheres acumulam mais tarefas de maternagem, por esse motivo elas necessitam romper as barreiras da maternidade nos ambientes profissionais. Em outras palavras, os preconceitos relacionados a falta de profissionalismo, ausências e atrasos associados ao fato de serem mães por parte dos empregadores, chefes e colegas de trabalho (O'REILLY, 2016, tradução nossa).

De acordo com O'Reilly (ibid, p. 208, tradução nossa), ter filhos penaliza muito mais as mães acadêmicas do que os pais. Durante uma longa pesquisa sobre este tema¹², O'Reilly explorou as dificuldades maternas na carreira universitária. A autora comprovou estatisticamente que o número de homens, com filhos pequenos, que conseguia empregos estáveis na carreira universitária era muito maior do que o número de mulheres na mesma situação. E, também, constatou que muitas mães doutoras acabavam desistindo da carreira acadêmica.

Por mais que se possa imaginar que a realidade canadense seja muito diferente da brasileira, precisamos dar visibilidade aos problemas, histórias e experiências maternas brasileiros. Como apontou estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (2017), 50% das mães brasileiras são demitidas em até dois anos após a licença maternidade.

Segundo dados divulgados no relatório *Gender in the Global Research Landscape* (ELSEVIER, 2017 apud BATISTA; RIGHETTI, 2017), mesmo que as cientistas brasileiras já sejam autoras de 49% dos artigos científicos produzidos nacionalmente, os

¹² O tema das mães na academia foi amplamente explorado na coletânea: O'BRIEN, Lynn; O'REILLY, Andrea (Org.). *Academic Motherhood in a Post-Second Wave Context. Challenges, Strategies and Possibilities*. Toronto: Demeter Press, 2012.

homens ainda ocupam a maioria dos cargos de liderança nas universidades brasileiras. Em outras palavras, nós ainda temos menos mulheres reitorias, chefes de departamentos ou coordenadoras de pesquisas.

Esses dados indicam o quanto a discussão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres e, sobretudo, pelas mães na carreira universitária precisa ser incentivada no Brasil. Para encerrar nosso artigo, recorremos às palavras finais de Andrea O'Reilly, no último capítulo de *Matricentric Feminism*:

(...) Precisamos de mais mulheres pesquisando a maternidade e a maternagem e precisamos de mais mães professoras na academia (...) Nunca conseguiremos a equidade de gênero entre homens e mulheres se não valorizarmos o trabalho do cuidado materno, tanto quanto valorizamos o trabalho remunerado (...) Necessitamos que o feminismo matricêntrico tenha seu próprio teto no amplo espaço dos feminismos acadêmicos (O'REILLY, 2016, p. 225, tradução nossa).

Referências

BATISTA, Everton; RIGHETTI, Sabine. Mulheres já produzem metade da ciência no Brasil, diz levantamento. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 mar. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2017/03/1864542-mulheres-ja-produzem-metade-da-ciencia-do-brasil-diz-levantamento.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2018.

DOLCE, Julia. Dispensa Maternidade: 50% das mães são demitidas até dois anos após licença diz FGV. Na série de reportagens, mulheres relatam o assédio e preconceito sofrido no trabalho após a gestação. *Brasil de Fato*. São Paulo, 16 ago. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/16/dispensa-maternidade-or-50-das-maes-sao-demitidas-ate-dois-anos-apos-licenca-diz-fgv/>. Acesso em: 22 fev. 2018.

DOUCET, Andrea. *Do men mother? Fathering, care, and domestic responsibility*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

DOUGLAS, J. Susan; MICHAELS, W. Meredith. *The Idealization of Motherhood and How It Has Undermined All Women: The Mommy Myth*. New York: Free Press, 2004.

HAYS, Sharon. *The Cultural Contradictions of Motherhood*. New Haven & London: Yale University Press, 1996.

HILL COLLINS, Patricia. Shifting the Center: Race, Class and Theorizing About Feminist Mothering In: O'REILLY, Andrea. *Maternal Theories: Essential Readings*. Toronto: Demeter Press, 2007, p. 311-330.

GIBSON, Margaret. Queering Mothering and The Question of Normalcy. In: O'REILLY, Andrea. *Mothers, Mothering and Motherhood Across Cultural Differences. A Reader*. Toronto: Demeter Press, 2014, p. 347-366

MENDONÇA, Maria Collier de. *A Maternidade na Publicidade. Uma Análise Qualitativa e Semiótica em São Paulo e Toronto*. São Paulo, 2014. 324 p. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica.

MENDONÇA, Maria Collier de; FANAYA, Patrícia. Maternidade: A Questão Pendente do Feminismo. Oficina ministrada no 13^o Congresso Mundo de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 “Transformações, Conexões, Deslocamentos”. Florianópolis: UFSC, 2017 (Material didático)

O'BRIEN, Lynn; O'REILLY, Andrea (Org.). *Academic Motherhood in a Post-Second Wave Context. Challenges, Strategies and Possibilities*. Toronto: Demeter Press, 2012.

O'REILLY, Andrea. *Rocking the Cradle: Thoughts on Motherhood, Feminism and the Possibility of Empowered Mothering*. Toronto: Demeter Press, 2006.

_____. *Maternal Theories: Essential Readings*. Toronto: Demeter Press, 2007.

_____. *Maternal Thinking: Philosophy, Politics, Practice*. Toronto: Demeter Press, 2009.

_____. *Twenty-first Century Motherhood: Experience, Identity, Policy, Agency*. New York: Columbia University Press, 2010.

_____. “It saved my life”: The National Association of Mothers’ Centres, Matricentric Pedagogy and Maternal Empowerment. In: *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*. Toronto, ed.: Mothers, Education and Maternal Pedagogies, Spring/Summer, 2013, v. 4, n.1, p: 185-209.

_____. *Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice*. Toronto: Demeter, 2016.

RICH, Adrienne. *Of Women Born. Motherhood as Experience and Institution*. New York: Norton & Company, 1976.

RUDDICK, Sara. *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace*. New York: Balantine Books, 1989.

THE MOTHERLOAD. CBC Doc Zone. Temporada: 2013-2014. Direção: Cornélia Príncipe. Produção: Border City Pictures. Toronto: Canadian Broadcast Corporation (CBC), 2014. Disponível em: <http://www.cbc.ca/player/play/2429005855>. Acesso em: 20 Fev. 2018.

Matricentric Feminism and Feminist Activism at the Motherhood Initiative For Research and Community Involvement (MIRCI), led by Andrea O’Reilly

Abstract: this paper discusses key motivations and concepts of the book *Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice* (O'REILLY, 2016), recently published in Canada. According to the author, motherhood is the unfinished business of feminism, including feminist academic and activist debates. Hence, O’Reilly argues that we need to build a feminist theory, politics and activist practice focused on maternal issues.

Keywords: Motherhood. Mothering. Motherhood Studies. Matricentric Feminism. Gender.

HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES MILITANTES PELOS DIREITOS SEXUAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE

Paloma Abelin S. Marinho¹
Rosana Machin²

Resumo: As histórias orais das mulheres vêm sendo utilizadas para visibilizar e reconstruir percursos de mulheres em diversos âmbitos de atuação, considerando a importância da oralidade como fonte de investigação. Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados preliminares e a pertinência metodológica de pesquisa que consiste em investigar a interlocução entre as estratégias pessoais em saúde sexual de mulheres militantes pelos direitos sexuais e suas vivências enquanto militantes, por meio da metodologia das histórias orais de vida. As trajetórias de vida das mulheres que se encaminham para a militância na esfera pública são repletas de vivências de limitações no exercício de seus direitos e também de estratégias para lidar com as desigualdades. A investigação das estratégias em saúde sexual feminina, que contempla a proteção contra a violação, proteção das doenças sexualmente transmissíveis e a vivência livre e igualitária da sexualidade, revela as vivências cotidianas no exercício dos direitos sexuais no campo da saúde e, com a metodologia das histórias de vida, possibilitará compreender como se deram as trajetórias de mulheres militantes pelos direitos sexuais no país. Nesse sentido, as histórias orais de vida apresentam-se como metodologia potente para a investigação proposta.

Palavras-chave: Movimento feminista. Direitos sexuais. Saúde sexual. Histórias de vida.

Introdução

Este trabalho propõe-se a apresentar os resultados preliminares e a pertinência metodológica da pesquisa intitulada: “Histórias de vida de mulheres militantes pelos direitos sexuais no âmbito da saúde”.

Compreende-se, nesta pesquisa, que a saúde sexual feminina é importante indicativo da situação das relações sociais de gênero, por contemplar os seguintes aspectos: vivência livre e prazerosa da sexualidade, proteção em relação às doenças sexualmente transmissíveis e à violação sexual (OMS, 2002; Ministério da Saúde, 2016). O panorama geral da saúde sexual feminina no país aponta para situações delicadas em termos de violência sexual e de vulnerabilidades referentes às relações sexuais e, portanto, da vivência livre da sexualidade, conforme se descreve a seguir.

Por um lado, a taxa de detecção de HIV e aids de homens segue, de acordo com os dados mais recentes da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, superior à taxa de detecção nas mulheres. A razão da detecção do HIV entre homens e mulheres é bastante variável de acordo com cada faixa etária e, apesar de indicar a redução recente da infecção por

¹ Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Medicina Preventiva da USP

² Programa de pós-graduação em Medicina Preventiva da USP

HIV por mulheres (depois do período da feminização da epidemia), as mulheres ainda seguem com 49% dos casos de aids registrados ao todo no país entre 1980 e junho de 2017. Em termos da perspectiva da epidemia concentrada, mulheres profissionais do sexo apresentam a taxa de 5,3% de HIV, em comparação com a taxa de prevalência geral de em torno de 0,4% no país. Observa-se também o aumento na taxa de detecção de HIV entre gestantes, em grande parte promovida pelo aumento na distribuição do teste de HIV para gestantes, depois do programa Rede Cegonha (Ministério da Saúde, 2017).

Merece destaque o fato de que a mortalidade por aids no país vem reduzindo, sendo hoje o coeficiente de mortalidade de 5,2 (em comparação a 5,7 no ano de 2014). Entretanto, proporcionalmente, entre 2006 e 2016, houve queda de 21,8% no óbito de pessoas brancas e aumento de 2,8% e 32,7% na proporção de óbitos de pessoas pretas e pardas, respectivamente. Ou seja, enquanto a mortalidade de homens segue maior do que de mulheres, quando os dados são divididos por cor, a mortalidade de mulheres negras cresceu, proporcionalmente, mais do que a dos homens. O dado é ainda mais chocante se for considerado que a epidemia de aids no país se caracteriza pela concentração em populações-chave, sendo que os homens que fazem sexo com homens apresentam prevalência de infecção de em torno de 19%.

Os dados de sífilis também merecem atenção, considerando que houve aumento notável nas taxas de sífilis em gestantes, com base nos nascidos vivos. A taxa foi de 0,5 por mil nascidos vivos em 2005 para 11,2 por mil nascidos vivos em 2015 (Ministério da Saúde, 2017).

Importante para a ideia defendida nesta pesquisa é que os dados apresentados demonstram o adoecimento feminino, no campo do exercício da sexualidade, apontando para vulnerabilidades que se expressam no campo da saúde e que são agravadas pelas restrições de acesso e outras razões relacionadas às desigualdades nas relações sociais de gênero.

Em relação à violência sexual, dados de pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que em torno de 40% das mulheres sofreram alguma forma de assédio no Brasil em 2016. Dessas, 43% eram negras e 35% brancas. No que se refere à mortalidade, mais uma vez há dados importantes a serem considerados no panorama das vulnerabilidades: entre 2005 e 2015, houve redução da mortalidade por homicídio das mulheres não negras em 7,4%, enquanto entre as mulheres negras houve aumento de 22% da mortalidade (FSP, 2017). O mesmo estudo aponta que, das mulheres que buscaram ajuda depois de alguma situação de violência vivida (o que incluía a violência sexual), nenhuma delas buscou os serviços de saúde. Se for considerado que existem hospitais de referência para o atendimento da violência sexual há mais de duas décadas no país e que hoje há, pelo menos, duzentos

hospitais especializados para o acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual, a pesquisa aponta para falha importante de divulgação e acesso a serviços de saúde.

Historicamente, o movimento feminista no Brasil vem atuando de maneira importante para que as desigualdades no campo do gênero sejam apontadas. O movimento, caracteristicamente no Brasil, endereça suas pautas ao Estado e exige mobilizações no sentido de garantir o acesso à saúde das mulheres, considerando que o exercício dos direitos sexuais se dá em campos variados, e a saúde é importante campo de acesso e efetivação destes.

Considera-se, nesta pesquisa, a atuação de mulheres militantes em três momentos importantes para a discussão sobre a sexualidade e saúde no país. A explicitação dos direitos sexuais pelo feminismo no país, no contexto da ditadura civil-militar, quando se consolidam as noções sobre sexualidade e corpo feminino dentro da perspectiva das relações sociais de gênero; o encontro entre o movimento feminista e a reforma sanitária e a criação do PAISM, que é marco essencial, no plano formal, sobre autonomia reprodutiva feminina; e a mobilização após a epidemia de HIV, que é quando as discussões sobre saúde sexual podem ser delineadas e reivindicadas de maneira mais direta, complexificando o campo da sexualidade na saúde para as mulheres.

Considera-se também que as trajetórias das mulheres militantes e seus relatos de vida elucidam aspectos importantes sobre a vivência da sexualidade, as vulnerabilidades e as noções de acesso à saúde e cidadania feminina. Aspectos que devem ser visibilizados e que dão suporte à reflexão a respeito do exercício dos direitos das mulheres, especificamente os direitos sexuais no campo da saúde.

Ainda, sabe-se que a história oral e a história das mulheres são campos que vêm se encontrando e se complexificando, valorizando tanto os protagonismos femininos na história como as diversidades e singularidades dentro dos próprios estudos de mulheres.

Dessa maneira, considerando o exposto, apresenta-se o objetivo da pesquisa, que é investigar a articulação entre a vivência na militância pelos direitos das mulheres e as vivências privadas em saúde sexual, do ponto de vista das mulheres militantes.

São objetivos específicos:

1. Conhecer as principais vivências e estratégias em saúde sexual no âmbito privado, as principais demandas enquanto militantes pelos direitos das mulheres, assim como os efeitos e rupturas da militância no âmbito das relações privadas nos três marcos apontados anteriormente (explicitação dos direitos sexuais femininos, encontro entre movimento feminista e movimento sanitário e organização após a epidemia de Aids);

2. Realizar resgate histórico do movimento pelos direitos sexuais das mulheres com foco no direito à saúde desde a delimitação dos direitos sexuais femininos no contexto da ditadura civil-militar no país;
3. Situar o debate dos direitos sexuais e reprodutivos nacionalmente no âmbito da saúde e contribuir para a conceituação de saúde sexual.

Fundamentação teórica

Para os fins desta pesquisa, alguns conceitos utilizados devem ser definidos.

Em relação à saúde sexual e aos direitos sexuais, no âmbito dessa pesquisa, é possível compreender os direitos sexuais e reprodutivos da seguinte maneira:

“os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. O que significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e conseqüentemente da vida democrática”. (AVILA, 2003, p. 466).

Ainda, a autora destaca a importância de manter os dois campos separados, devido ao respeito à autonomia de cada um deles e à possibilidade de mantê-los em conexão. A separação entre os campos permite uma melhor compreensão do “*reconhecimento histórico das razões históricas que levaram o feminismo a defender a liberdade sexual das mulheres como diretamente relacionada à sua autonomia de decisão na vida reprodutiva*” (Avila, 2003, p. 466). Ou seja, a delimitação desses campos enquanto separados valoriza os dois e, conseqüentemente, valoriza a esfera da sexualidade e a esfera da reprodução para as mulheres.

Quanto à saúde sexual, esta é compreendida, conforme apontado brevemente na introdução, da seguinte maneira:

“Sexual health is a state of physical, emotional, mental and social well-being in relation to sexuality; it is not merely the absence of disease, dysfunction or infirmity. Sexual health requires a positive and respectful approach to sexuality and sexual relationships, as well as the possibility of having pleasurable and safe sexual experiences, free of coercion, discrimination and violence. For sexual health to be attained and maintained, the sexual rights of all persons must be respected, protected and fulfilled.” (OMS, 2002: p. 5)

A compreensão e a delimitação conceitual dos direitos e da saúde sexual aconteceram por meio de trajetória importante de lutas e debates, cuja descrição não pode ser prolongada neste trabalho.

Importa, entretanto, que as mulheres que fizeram e fazem parte da construção de trajetórias de militância constroem essas trajetórias a partir de vivências, percepções e estratégias pessoais. Para melhor compreensão desse processo, alguns conceitos de Bourdieu podem ser úteis.

De acordo com Bourdieu, o espaço social, ou mundo social, consiste em um campo de forças. O espaço social seria: “conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes” (Bourdieu, 1989; p. 134).

Os agentes se organizam nesse espaço com base nas propriedades atuantes naquele universo social. As propriedades atuantes podem ser compreendidas como as formas de poder ou de capital detidas ou exercidas pelos agentes. É o quanto é possível exercer desse poder que localiza um agente em determinadas posições do espaço social. Ainda que haja detenções variadas de poder no espaço social, todos os agentes atuam sobre o espaço social, mesmo que de maneira distinta.

Na detenção desigual de poder por parte de agentes localizados em posições distintas do espaço social, persiste, entre outras formas de dominação, a dominação masculina (Bourdieu, 1998). Esta se expressa no espaço social por meio das instituições e das práticas de opressão de homens em relação a mulheres, assim como nas dimensões simbólicas por meio das quais essa ordem de dominação se reproduz com exercício desigual de poder entre homens e mulheres³.

Apesar de o espaço social se constituir como espaço objetivo, nele as posições sociais não são estáticas, são “localizações estratégicas, lugares a que defender e conquistar em um campo de lutas” (Bourdieu, 1979; p.229). No que se refere à percepção do mundo social, destaca-se que os agentes dispõem de uma representação do mundo social ao mesmo tempo em que contribuem para a construção da visão desse mundo por meio de um trabalho de representação. O conhecimento que cada agente constrói do mundo se dá a partir de estruturas mentais (ou sistemas classificatórios) desse mundo. Ou seja, o conhecimento é ele próprio produto das divisões objetivas em faixas etárias, classes sociais, distinções sexuais, por meio

³ Nessa perspectiva, compreende-se que há exercício desigual de poder entre homens e mulheres e isso se expressa no espaço social com posições desiguais para homens e para mulheres. Entretanto, não se perde de vista a existência de uma ordem da sexualidade que é por si só opressora. As dominações e opressões possíveis são variadas, não estando restritas à relação homem-mulher. Elas estão presentes nas expectativas de exercício da sexualidade e nas normas entranhadas a esse respeito na sociedade. Assim a dominação a partir dessa ordem opressora recai sobre as sexualidades não-legitimadas – gays, lésbicas, transexuais, entre outras – mas recai também sobre homens e mulheres, todos sob a dominação por meio da normatividade sexual (Butler, 2012).

dos próprios esquemas de percepção. É dessa maneira que as classificações são reiteradas e se tornam naturalizadas.

As classificações dispostas no mundo social são internalizadas pelos agentes, que as incorporam e passam a estabelecer esquemas de pensamento também classificatórios. A eficácia ideológica das classificações está na reprodução das relações de dominação ancoradas nas oposições percebidas socialmente, que então são reproduzidas objetivamente (Bourdieu, 1979). Os sistemas de classificação estão portanto, na origem das representações dos esquemas mentais e das próprias categorias de percepção do mundo.

Para a transformação dessas categorias, que produzem e reproduzem estruturas sociais desiguais, afirma-se que se dá a luta política, importante conceito na discussão desta pesquisa. A luta política pela transformação de estruturas sociais é, portanto, uma luta simbólica: luta pelo poder de nomeação, luta das classificações e luta da transformação das categorias de percepção. Essas lutas transformam as estruturas sociais fundantes e, portanto, transformam as relações de poder e dominação, por transformarem os limites estabelecidos: “*É unicamente na e pela luta que os limites incorporados se tornam fronteiras com as quais esbarramos e que devem ser deslocadas*” (Bourdieu, p. 444, 1979).

Em outros termos, quem atua subvertendo as ordens estabelecidas por meio da disputa simbólica mobilizaria o discurso herético. O discurso herético seria o “*discurso político que cuestiona la visión dominante del mundo social y el contrato tácito de adhesión a ésta que impone la dominación*” (Arango, 2002; p. 115). A subversão herética consiste na transformação do mundo social por meio da transformação da representação desse mundo. As mulheres que serão foco desta pesquisa, ao iniciarem suas trajetórias na militância, subvertem as ordens estabelecidas ao nomear as desigualdades. Para além disso, podem expressar estratégias de subversão dessa ordem ao longo de suas trajetórias de vida.

As possibilidades de enfrentamento e resistências às relações de dominação estabelecidas se encontram na nomeação desse discurso. Ao questionar a visão dominante, o discurso herético anuncia a possibilidade de criação de novas visões e vivências sociais: torna concebíveis outras organizações de força no espaço social. As novas representações nomeadas no discurso em conjunto com a vontade e mobilização coletivas podem então criar realidades alternativas à realidade da dominação.

Partindo dos conceitos apresentados, e dos objetivos elencados, segue a metodologia da pesquisa em curso.

Metodologia

Para o alcance dos objetivos elencados na introdução, a metodologia proposta será a de histórias orais, especificamente os relatos de histórias de vida (Camargo, 1984; Queiroz, 1987).

A história oral é termo amplo, que abarca variedade de relatos sobre fatos que não foram registrados de outras maneiras. Está na base da obtenção de informações variadas, captando experiências efetivas, crenças e tradições por meio dos relatos orais (Queiroz, 1987).

A história de vida é uma das formas de história oral:

“A história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear a individual dos acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros do grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Dessa forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence”. (QUEIROZ, 1987, p.275)

Dessa maneira, a história de vida não considera o indivíduo de maneira isolada, mas capta o coletivo, situando-se na interlocução entre vivências individuais e acontecimentos sociais.

Sobre o mesmo entrelaçamento, essa abordagem: “cria um tipo especial de documento no qual a experiência pessoal entrelaça-se à ação histórica” (Camargo, 1984, p.6).

O encontro entre história oral e a perspectiva de gênero, com a construção da história das mulheres, trouxe a valorização tanto da subjetividade e da diversidade. A princípio, diversificou e aumentou as áreas de interesse da história, incluindo assuntos do cotidiano de mulheres comuns. Salvatici (2005) destaca, sobre esse encontro: “*O objetivo político do movimento feminista era dar valor a essas áreas específicas de experiência feminina, e a história oral forneceu assunções teóricas e soluções metodológicas para caminhar nessa direção*”. (Salvatici: 2005, p. 31).

Por um período, a realização de histórias orais de mulheres por si só foi suficiente para que houvesse identificação por parte das mulheres que liam os trabalhos, qualquer que fossem os relatos. Ao longo do tempo, houve incremento do arcabouço teórico-metodológico, trazendo complexidade para a relação entre a história oral e a história das mulheres. Com o aumento das pesquisas nesse campo, percebeu-se a questão da pluralidade das mulheres: as diversidades variadas das mulheres que relatam ou que podem relatar suas histórias. Celebrar a existência dos relatos tornou-se limitado frente à possibilidade dos relatos de pontos de vista diversificados, ainda que provenientes de mulheres: “*O que era considerado a “voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas*

vozes e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião e nacionalidade”. (Salvatici, 2005, p. 32). Os estudos nesse campo, de acordo com a autora, devem levar também em consideração que a dimensão subjetiva é essencial para compreender as realidades.

A opção pela realização de histórias orais de mulheres reside também em uma proposta de pesquisa que se reconhece enquanto feminista. Bartra (1998), ao discutir o panorama geral dos debates referentes ao que seria ou não seria metodologia feminista de pesquisa, considera que em uma metodologia de pesquisa que parte de um ponto de vista feminista, a formulação das perguntas já parte de um conhecimento anterior sobre as questões de gênero e de que maneira as mulheres vivem e se relacionam em sociedades que ainda não alcançaram a igualdade. Depois da formulação da pergunta, os métodos a serem escolhidos também considerarão esses pontos de vista. Assim, o processo de escolha do tema, perguntas, construção do desenho metodológico, forma de observação e de análise dos dados – todo o processo tem como pressuposto um olhar atento às desigualdades referentes às relações sociais de gênero.

Destaca-se que a autora também considera que o sexo da pessoa que entrevista é o fator mais importante em termos de relação investigadora- investigada nas pesquisas que contemplam entrevistas de mulheres. Para ela:

“No tiene ninguna importância, o muy poca, lo diferente que pueda ser una investigadora de otra o incluso de los sujetos femeninos investigados. El sexo de quien lleva a cabo una investigación condicionará todo el proceso de la investigación y es importante metodológica y epistemológicamente. Pero, aparte de eso, a lo que estaba me refiriendo es AL punto de vista de lo sujeto investigador que, en primer lugar, toma em consideración de manera importante el género de las personas investigadas. Lo toma em consideración como una variable que incide en el curso de la investigación. De igual manera, tomará em consideración su próprio género y manejará como otra variable” (BARTRA, 1998, p. 152).

Aqui, apresenta-se um contraponto. O fato de a entrevistadora ser mulher se configura como aspecto essencial na construção da investigação e na possibilidade de identificação e empatia na entrevista com outras mulheres. Entretanto, há outros fatores em questão nesse processo investigativo e no encontro. A própria abertura real para a escuta por parte de quem entrevista, a formação feminista de quem entrevista (mulheres com pouco contato com o feminismo não necessariamente terão interlocução cuidadosa nos aspectos específicos das experiências femininas, assim como homens que tenham contato com essa formação podem ter escuta acolhedora nesse sentido). Ainda, os eixos referentes à raça e classe social também

podem se interpor na realização da entrevista de maneira que não haja confiança o suficiente ou conexão o suficiente para que se tenha uma boa entrevista.

Do ponto de vista da individualidade, as histórias de vida permitem a investigação de questões que só podem ser acessadas em profundidade e, entrelaçando-se ao social, são expressões de coletividades e momentos históricos. Esse entrelaçamento configura-se pertinentemente em relação aos objetivos da pesquisa.

Considerando a profundidade das entrevistas e o material a ser trabalhado com as mulheres, a expectativa é que uma entrevista não esgote os temas, ou que as entrevistas tenham duração mais longa. Sobre isso, Schraiber (1995) apresentou sua experiência na utilização dos relatos de si, por meio da qual ela explicita que foram necessários de dois a três encontros para dar conta da trajetória de vida das pessoas entrevistadas, abrangendo os assuntos que eram objeto da pesquisa.

No caso da pesquisa que se propõe, os seguintes temas deverão ser abordados no relato das trajetórias de vida das mulheres: a entrada na militância, as articulações entre a militância e a vida privada, as estratégias de autocuidado e prevenção no que diz respeito à saúde sexual, as vivências de prazer e de sexualidade e relações afetivas. Além desses, certamente outras temáticas surgirão e poderão compor a análise dos resultados da pesquisa. Caso compreenda-se, ao longo da realização da pesquisa de campo, que o aumento do número de mulheres a serem entrevistadas é necessário para compor os resultados, esse número poderá ser aumentado.

Na pesquisa proposta, espera-se compreender as articulações entre a atuação da militância e as vivências em saúde sexual das mulheres em três tempos diferentes no país, considerando que cada geração poderá apresentar vivências políticas, demandas e estratégias de saúde sexual diferenciadas. Ainda, as experiências e trajetórias das três mulheres poderão contribuir para o incremento do debate sobre os direitos sexuais e a saúde sexual feminina, do ponto de vista da separação entre sexual e reprodutiva.

A militância nessa pesquisa é compreendida de maneira ampla, abrangendo formas variadas de luta e mobilização pelos direitos sexuais das mulheres. Tendo em vista essa compreensão, as mulheres entrevistadas poderão atuar pelos direitos sexuais em movimentos sociais organizados pelos direitos das mulheres, organizações não governamentais que atuem em temáticas voltadas para direitos sexuais e saúde sexual feminina, universidades ou produção acadêmica importante na área de direitos sexuais e saúde sexual, mobilização e formação de opinião reconhecida em redes sociais, também nos temas elencados.

Assim, a escolha das entrevistadas, até o momento, se dá de acordo com os seguintes critérios:

As mulheres entrevistadas atenderão aos seguintes critérios:

- Envolvimento com o ativismo pelos direitos sexuais no campo da saúde, considerando que cada uma esteja envolvida com um dos marcos elencados na fundamentação teórica, elucidando assim acontecimentos e trajetórias que se deram nos contextos descritos anteriormente e permitindo melhor compreensão diante dos marcos em termos de movimento pelos direitos e pela saúde das mulheres elencados;
- Três faixas etárias diferentes: três mulheres entre vinte e trinta anos de idade, uma mulher entre quarenta e cinquenta anos de idade e uma mulher entre sessenta e setenta anos de idade, capturando assim uma perspectiva geracional.
- Lideranças provenientes de movimentos que estabelecem suas demandas ao Estado, ainda que mobilizem outras formas de militância também. Esse critério foi utilizado tendo em vista a importância dos movimentos sociais para a construção das políticas públicas em saúde.

O recorte escolhido, portanto, permitirá a construção da trajetória do movimento feminista, no que diz respeito aos direitos sexuais, no país, lançando luz sobre três momentos diferentes e permitindo que possam aparecer, também entre as mulheres, estratégias e vivências diferenciadas (ou não) no exercício dos seus direitos sexuais e da sua saúde sexual, no empreendimento de estratégias criativas para lidar com as desigualdades no âmbito privado e interpessoal e na construção de reivindicações no campo das políticas de saúde.

Além das entrevistas, será revisada literatura sobre a atuação das militantes pelos direitos sexuais no campo da saúde, no que se refere aos marcos apontados anteriormente. Ainda, serão analisadas as propostas de conferências nacionais de saúde e de saúde das mulheres, complementando a literatura e as entrevistas no que se refere às demandas apresentadas para o Estado no campo da saúde sexual.

Até o momento da elaboração deste texto, uma das cinco entrevistas foi realizada. Foi possível chegar à entrevistada, Mariana⁴, por meio de indicação de colega do Ministério da Saúde, envolvida com a temática de gênero, sexualidade e movimentos sociais. A Mariana é uma mulher negra de 30 anos, que nasceu em Curitiba e atualmente reside em Brasília.

Após contato telefônico, foi realizada, em janeiro de 2018, em Brasília, a entrevista, que teve a duração de três horas e meia. Os aspectos iniciais para análise serão descritos na sessão a seguir.

Análises preliminares

⁴ O nome da entrevistada foi modificado para garantir o anonimato de sua entrevista

A descrição do espaço social da entrevistada e o reconhecimento das desigualdades a depender do espaço e posição ocupadas permitiram aproximações com a teoria do Bourdieu sobre o espaço social e sobre a atuação na militância política.

Relatos referentes à própria adolescência e à adolescência das amigas da entrevista podem apontar para a possibilidade de controle da sexualidade durante a adolescência por parte da família (inclusive como forma de proteção), seja por meio da inscrição em atividades diversas, seja por meio do incentivo ao casamento.

A atuação enquanto militante se revela provocadora de reflexão sobre proteção sexual, mas os limites dessa proteção aparecem, de maneira prática, nos relatos sobre a vivência de um relacionamento abusivo, permitindo novamente aproximações com a noção de ordem social de Bourdieu, assim como com a noção de subversão da ordem.

Há descrição detalhada do caminho pessoal percorrido na construção das reivindicações políticas, com reflexões sobre o que se negocia com o governo, o que se negocia com a comunidade, os entraves na provocação de mudanças estruturais na desigualdade social, os limites de atuação nos espaços de controle social e os limites de atuação comunitária, que podem ser analisados em conjunto com o histórico levantado de reivindicações e de atuação do movimento feminista no Brasil. Percebe-se também, nessa trajetória, a política pública enquanto provocadora de atuação na militância;

Observa-se a descrição detalhada da atuação enquanto liderança, características da atuação enquanto porta-voz e lugar de destaque, incluindo a questão geracional no exercício da liderança e nas vivências sobre a sexualidade;

A discussão teórica que a entrevistada traz sobre o debate racial em torno da mortalidade materna e da infecção e morte por HIV e aids pode ser analisada sob o ponto de vista das possibilidades e dos entraves na construção das políticas públicas voltadas para a saúde da população negra.

Diretamente em relação às articulações entre estratégias privadas e vivências na militância, pondera-se inicialmente o que se descreve a seguir. A reflexão e as vivências que provocam a atuação na militância podem se referir a questionamentos amplos sobre as hierarquias sociais, que incluem os lugares de gênero, classe, raça e geração. As rupturas e modificações, portanto, podem se dar em campos bem mais amplos que a saúde sexual (ou do que as relações em torno da questão racial) porque o que se questiona e o que se reflete é ainda mais profundo do que um marcador ou uma temática específica. Refere-se a um questionamento sobre desigualdades sociais e necessidade de transformar estruturas sociais desiguais rígidas. Por outro lado, ainda que os questionamentos sejam profundos, isso não significa que será

possível, do ponto de vista das experiências pessoais, sempre superar as situações de desigualdade e opressão.

Em relação à pertinência metodológica, merecem destaque os aspectos a seguir. A história oral de vida permitiu a emergência de temáticas voltadas para vivências privadas e o tempo extenso para a realização das entrevistas possibilitou articulações e reflexões em torno da relação entre a militância e as estratégias de vida em saúde sexual. Foi possível obter uma descrição e caracterização mais apuradas do espaço social da entrevistada, assim como as práticas observadas em torno da sexualidade em seu contexto. A trajetória permite também que se construa o caminho percorrido, com apresentação de motivações, dificuldades, conquistas enxergadas e limitações da própria militância de maneira ampla, detalhada permitindo a observação de um panorama histórico de vivências da sexualidade e de reivindicações diferentes ou persistentes ao longo dos anos.

Considerações finais

Esta pesquisa não se trata apenas de tornar visíveis as histórias de luta de mulheres. Trata-se de adentrar nos processos privados de reconhecimento das desigualdades no campo da sexualidade e no empreendimento de estratégias coletivas no âmbito das reivindicações políticas. Trata-se também de refazer e de compreender os percursos de vida de mulheres que, não obstante o pertencimento a uma ordem social desigual e opressora, são protagonistas de suas próprias trajetórias, assim como protagonistas na luta pela construção de novas ordens sociais. Relatam suas histórias de vida de maneira que possibilita a construção de um panorama histórico de estratégias privadas no campo da sexualidade, reivindicações e conquistas na efetivação dos direitos sexuais femininos dentro do campo da saúde.

Referências

ARANGO, LUZ GABRIELA. 2002. *Sobre dominación y luchas: clase e gênero em el programa de Bourdieu*. Revista Colombiana de Sociologia. Vol. XIII, nº01, pp. 99-118.

AVILA, MARIA BETANIA. *Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para a saúde pública*. 2003. Cadernos de Saúde Pública. 19 (SUP2), pp.465-469.

BOURDIEU, PIERRE. 1979, 2002. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Editora Zouk. Porto Alegre, RS. 560 p.

_____. 1989, 2009. *O Poder Simbólico*. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ. 322p.

_____. 1998, 2011. *A Dominação Masculina*. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ. 160 p.

BUTLER, JUDITH. 2012. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BARTRA, ELI. Reflexiones metodológicas. In Eli Bartra (org.), *Debates en torno a una metodología feminista*, pp. 141-158, 1998, México D. F.: Universidad Autónoma.

CAMARGO, ASPASIA. *Os usos da história oral e da história de vida*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 27 (1), 1984. Pp 5-28.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*. FBSP, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Protocolos da Atenção Básica – saúde das mulheres*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. *Boletim Epidemiológico HIV-AIDS*. Brasília: MS, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health*. Genebra, 2002.

QUEIROZ, MARIA ISAURA PEREIRA. *Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”*. Revista Ciência e Cultura. 39(3), março de 1987.

SALVATICI, SILVIA. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. História Oral, v.8, n.1, jan-jun, 2005 p. 29-42.

SCHRAIBER, LILIA. *Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica*. Revista Saúde Pública (29) 1, 1995. pp 63-74.

Life stories of women activists for sexual rights in the health field

Abstract: Women’s oral history has been used to make visible and to rebuild the path of women who act in several fields. Oral history considers orality as important source of investigation. This paper aims to present preliminary results of a research that seeks to investigate relationship between private strategies in sexual health and experience in activism of women activists for sexual rights in Brazil, by using life stories. It also seeks to discuss methodological suitability of the use of life stories for this goal. Life stories of women who become militants are fulfilled with several experiences, including limited access to their rights and also strategies to deal with social inequities. Sexual health includes protection against violation, sexual diseases and it includes also equal and enjoyable sexual experiences. Therefore, investigating sexual health strategies daily experiences in exercising sexual rights in the health field. The investigation, by using life stories, will also make it possible to understand better the path of women activists for sexual rights in Brazil. This way, using life stories seems to be a strong strategy for this research.

Keywords: Feminist Movement. Sexual rights. Sexual health. Life stories.

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Vanilda Souza Chaves¹

Resumo: A sub-representação política das mulheres é uma realidade histórica no município de São Paulo e no país. Atualmente as mulheres ocupam 20% das cadeiras da Câmara Municipal de São Paulo. O objetivo do artigo é analisar a representação política feminina no município de 1948 a 2017. Na primeira parte propomos uma discussão teórica sobre representação política, cotas legislativas e as dificuldades para ocupar cargos na política institucional. Na seguinte identificamos a participação feminina considerando o número de candidaturas e de vereadoras eleitas em São Paulo nos últimos 20 anos.

Palavras-chave: Democracia, representação política feminina, câmara municipal, eleições

Introdução

As mulheres foram um dos últimos grupos sociais a conquistar direitos políticos na democracia brasileira e ainda hoje possuem pouco espaço na política institucional. Por isso, o estudo da democracia perpassa a discussão de suas contradições devido a exclusão e falha no atendimento das demandas de minorias sociais, dentre outras questões (MIGUEL, 2002), bem como por ser marcada pela exclusão e sub-representação de grupos das arenas de representação política.

A sub-representação feminina nos espaços legislativos é uma realidade compartilhada por diversos países no mundo, podendo ser mais acentuada em algumas regiões. De acordo com os dados de janeiro de 2018 da União Interparlamentar (IPU, em inglês)², a porcentagem mundial de mulheres nas Câmaras Baixas (ou únicas) é de 23,4% e no Senado 23,2%. Já em contextos regionais, a América Latina possui 28,5%, uma das porcentagens mais altas, enquanto a Europa possui 27,3%, África conta com 23,7% e Ásia com 18,9%. O Brasil, por sua vez, ocupa a 152ª posição, figurando entre os países com piores níveis de representação legislativa. Atualmente, dos 513 deputados apenas 55 são mulheres (10,7%).

Dado o contexto global de sub-representação, este estudo tem o objetivo de analisar a representação política feminina na Câmara Municipal de São Paulo e apresentar um panorama da representação política das mulheres na cidade. A escolha de São Paulo se fundamenta por este ser o maior colégio eleitoral do país, que contou com 8.886.324 milhões de eleitores³ nas

¹ Bacharela em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC. Bolsista FAPESP. Email: vanildachaves@gmail.com

² A Inter-Parliamentary Union é uma organização internacional de parlamentos fundada em 1889 com o objetivo de fortalecer a cooperação entre parlamentos e contribuir com a promoção e defesa dos direitos humanos e igualdade de gênero, além de contribuir com a produção de conhecimento sobre o funcionamento das instituições representativas. Atualmente é integrada por mais de 163 parlamentos.

³ Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

eleições de 2016, além de ser a cidade mais populosa do Brasil e, portanto, oferece uma diversidade interessante de ser analisada.

Esse esforço de pesquisa é feito porque percebemos ser necessário entender quais são as barreiras que impedem que homens e mulheres tenham representação igualitária neste âmbito. A literatura aponta que esta questão decorre da organização das sociedades em um sistema patriarcal e, também, de variáveis políticas e institucionais que incidem diretamente nas possibilidades de mulheres entrarem na vida política, entre outros mecanismos que tentaremos abordar ao longo deste trabalho.

O estudo se divide em três partes, incluindo esta introdução. A segunda parte é formada por uma breve discussão teórica sobre representação política, cotas legislativas e as dificuldades encontradas pelas mulheres para ocupar espaços na política institucional. Na terceira parte apresentaremos o panorama da representação das mulheres na Câmara Municipal de São Paulo desde os anos 1948 até os dias atuais. Por fim, apresentaremos as considerações finais sobre os temas estudados.

Representação política feminina

De acordo com dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE, as mulheres representavam 52,7% da população paulistana. Porém, na atual legislatura, elas ocupam apenas 20% das cadeiras na Câmara Municipal. Isto denota que a igualdade política foi alcançada com relação ao direito ao voto, mas não foi, necessariamente, alcançada no sentido de representação política, visto que as mulheres ainda são e estão excluídas de diversos espaços decisórios (PHILLIPS, 2001).

Por isso, uma noção importante é a da paridade, que estabelece que os parlamentos e instituições políticas devem ser um retrato da sociedade e, portanto, possuir pelo menos 50% de representação de homens e de mulheres. Esta perspectiva é compreendida pela tipologia criada por Pitkin (1967), que propõe definições pioneiras para pensar o tema da representação política. A primeira dimensão da representação política é a representação descritiva, que destaca a importância do perfil dos representantes, já que estes seriam um espelho do grupo que representam substituindo-os nos espaços de representação democrática (PITKIN, 1967).

Pitkin (1967) ainda apresenta uma segunda dimensão, a da representação simbólica. Por esta perspectiva, representantes e representados estabelecem uma relação de identidade compartilhada. Porém, a autora apresenta críticas a estas perspectivas, pois envolvem circunstâncias limitantes para a atuação dos representantes, já que os políticos não devem ser

considerados por suas características físicas, mas por suas capacidades de representar os interesses e da responsabilidade com relação àqueles que devem representar. Também crítica a dimensão simbólica, pois considera que os símbolos são passíveis de subjetividade em suas determinações (ARAÚJO, 2011).

Por fim, a autora destaca a representação substantiva, segundo a qual, além dos atributos dos representantes, as ideias e a responsabilidade com relação aos eleitores devem ser levados em conta, pois os representantes agem em nome daqueles que representam e, portanto, estarão comprometidos em atender aos interesses destes.

Phillips (2001), por outro lado, ao questionar “quem” e o “que” precisam ser representados, pensa nas questões da inclusão e exclusão políticas, que justificou por séculos a marginalização de grupos dos processos de representação. Assim, a autora apresenta a “política de ideias”, que consiste na noção de que eleitores devem compartilhar valores e ideias com seus representantes. Phillips (2001) aponta, por outro lado, que esta forma de representação não é capaz de tratar da ausência de grupos minoritários ou sem representação nos espaços de decisão política.

Dessa forma, Phillips (2001) propõe a noção de “política de presença” – um avanço teórico que se conecta com a dimensão descritiva de Pitkin – estabelecendo que é importante a participação destes grupos minoritários sub-representados. A autora também estabelece os limites de cada uma das dimensões de representação e demonstra que se deve buscar um modelo justo que combine as duas, pois uma análise isolada apenas denotaria suas incoerências (PHILLIPS, 2001).

Em concordância com esta perspectiva, Mala Htun (2002) e Norris (2006) destacam que é importante mulheres ocuparem posições na política institucional para que possam incidir nas agendas e articular os interesses de outras mulheres, visto que são um grupo social com experiências compartilhadas, mas ao mesmo tempo possuem demandas e perspectivas próprias que podem diferir mesmo entre as mulheres, já que o grupo é heterogêneo e os interesses, difusos. Nesta perspectiva, a maior presença de mulheres no poder leva à entrada de novos temas na agenda política e promove sua inclusão como grupo, ocasionando qualidade e pluralidade de representação.

Pensando em formas de promover a inclusão das mulheres na política, Mansbridge (1999) destaca que existem alguns fatores que justificam a existência de políticas de ação afirmativa, como as cotas femininas, entre os quais: as condições históricas de desvantagens que alguns grupos sociais estiveram colocados e as discriminações dirigidas a estes.

Dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política

As mulheres ainda encontram algumas barreiras para ter participação efetiva na política institucional, e a literatura aponta que a participação das mulheres na política pode ser potencializada ou retardada, a depender de alguns fatores institucionais e sociais. Nesta relação, as cotas legislativas obrigatórias ocupam um papel de destaque pois são apontadas como os mecanismos institucionais responsáveis por atenuar as disparidades entre homens e mulheres nas arenas legislativas.

A adoção de cotas legislativas obrigatórias, que regulam a composição de gênero das listas de candidatos de todos os partidos políticos, com base no Código Eleitoral, é considerada necessária para a expansão dos direitos e oportunidades para mulheres por meio da promoção da participação política e a representação de mulheres no âmbito legislativo. Autores também apontam que elas auxiliam a promover mudança social, política e econômica das mulheres, porque o aumento da representação numérica e da promoção de reformas políticas é capaz de impulsionar o empoderamento político feminino (TINKER, 2004; KROOK, 2005).

Nesse sentido, Mala Htun (2002) destaca quatro fatores ligados à efetividade das cotas legislativas obrigatórias. São eles: 1) a natureza do sistema eleitoral de lista aberta (vota-se no candidato individual ou na legenda do partido) ou fechada (vota-se na legenda partidária, com decisão prévia da posição ocupada pelas mulheres nas listas, ou seja, em posições pré-estabelecidas); 2) a obrigatoriedade de estabelecer posições para as candidatas em postos competitivos dentro da lista partidária; 3) o tamanho da circunscrição eleitoral e 4) o compromisso partidário. Logo, os sistemas de representação proporcional, para a eleição de deputados e vereadores, apresentam boas possibilidades de promover o aumento da participação mulheres por meio da inclusão destas nas listas dos partidos. As listas abertas e a individualização das candidaturas são outros obstáculos apontados pela literatura de representação política já que tornam a possibilidade de mulheres se elegerem ainda bem menor (TINKER, 2004; KROOK, 2015).

Por outro lado, alguns autores apontam que a solução não está na simples mudança do sistema político e eleitoral, já que não é suficiente para alterar o quadro de sub-representação feminina. Em alguns casos depende mais da vontade política dos partidos do que da normativa, pois muitas leis importantes já estão estabelecidas, necessitando, apenas, do reforço por parte de atores políticos (TINKER, 2004).

Rios et al (2017) destacam que as mulheres, especialmente as negras, encontram mais dificuldades em suas trajetórias políticas como os obstáculos dentro dos próprios partidos aos quais são filiadas. Há um menor investimento para o lançamento de candidaturas de mulheres

e homens negros, falta de recursos econômicos e do capital educacional que poderia ampliar as redes de relacionamentos. As mulheres negras e indígenas encontram outras barreiras devido a fatores sociais que influenciam em suas vidas, excluindo-as, assim, de concorrerem e ocuparem esses cargos políticos (RIOS et al, 2017).

Somada a estas questões, a CEPAL (2010) destaca a divisão sexual do trabalho e, portanto, a distribuição desigual de tarefas entre os gêneros, como um dos fatores que influenciam na sub-representação política das mulheres. Os homens estão associados à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, logo, ocorre a apropriação pelos homens das funções com maior valor social, como política, religiosa e militar (KERGOAT, 2000). As mulheres acumulam duplas jornadas, dedicando-se ao trabalho remunerado e a atividades domésticas e de cuidado (não remunerado), tornando reduzido seu tempo disponível para atividades políticas – como candidatas e legisladoras eleitas – entre outras atividades que poderiam desenvolver.

A sub-representação feminina em São Paulo

No Brasil, a lei 9.100/95 foi a primeira criada para o estabelecimento de cotas legislativas, determinando que no mínimo 20% das listas de cada partido ou coligação deveriam ser ocupadas por mulheres, mas esta foi aplicada apenas uma vez para as eleições municipais de 1996 (SPOHR et al, 2016). A nova lei, 9.504/97, estabeleceu cotas a nível nacional, determinando que cada partido ou coligação deveria reservar, no mínimo, 30% e no máximo de 70% para candidaturas de cada gênero nas listas partidárias – e contrário ao que é comumente entendido, o percentual de 30% não é especificado para as mulheres.

Em uma nova e última reforma da lei 12.034/09, a redação foi alterada para explicitar a obrigatoriedade do cumprimento da cota. Porém, a falta de sanções para os partidos faz com que o preenchimento das vagas não aconteça conforme estabelecido pela lei.

A autonomia das mulheres na tomada de decisões é uma das dimensões relevantes para se pensar a inserção igualitária de homens e mulheres na sociedade (CEPAL, 2010). De 1948 a 2016, em quase 70 anos de legislaturas na Câmara Municipal, apenas 44 mulheres já ocuparam o cargo de vereadoras em São Paulo. A primeira vereadora a exercer o cargo foi eleita na 2ª legislatura para cumprir mandato de 1952 a 1955⁴. Já nas eleições de 2012 foram eleitas 6 mulheres, representando um crescimento importante quando comparado a períodos do século XX.

⁴ A primeira vereadora havia sido eleita em 1948, mas Elisa Kaufmann, candidata pelo PST (Partido Social Trabalhista) não pode assumir o cargo porque a inscrição de seu partido foi cancelada.

Tabela 1 – 1948 – 2016: candidatas eleitas em São Paulo

Legislatura	Ano / Mandato	Mulheres eleitas	% Mulheres eleitas	Homens eleitos	% Homens eleitos	Total
1ª legislatura	1948 - 1951	0	0%	21	100%	45
2ª legislatura	1952 - 1955	1	2,22%	44	97,77%	45
3ª legislatura	1965 - 1959	3	6,66%	42	93,33%	45
4ª legislatura	1960 - 1963	2	4,44%	43	95,55%	45
5ª legislatura	1964 - 1969	2	4,44%	43	95,55%	45
6ª legislatura	1969 - 1973	1	4,76%	20	95,23%	21
7ª legislatura	1973 - 1977	0	0%	21	100%	21
8ª legislatura	1977 - 1983	1	4,76%	20	95,23%	21
9ª legislatura	1983 - 1988	3	9,09%	30	90,90%	33
10ª legislatura	1989 - 1992	4	7,54%	49	92,45%	53
11ª legislatura	1993 - 1996	5	9,09%	50	90,90%	55
12ª legislatura	1997 - 2000	6	10,90%	49	89,09%	55
13ª legislatura	2001 - 2004	5	9,09%	50	90,90%	55
14ª legislatura	2005 - 2008	6	10,90%	49	89,09%	55
15ª legislatura	2009 - 2012	5	9,09%	50	90,90%	55
16ª legislatura	2013 - 2016	6	10,90%	49	89,09%	55
17ª legislatura	2017 - 2020	11	20%	44	80%	55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Nas eleições de 2016, o número de mulheres eleitas aumentou substancialmente, foram 11 vereadoras eleitas, representando 20% do total de 55 cadeiras. Nacionalmente, porém, o

total de mulheres eleitas foi 11,3%. Também ocorreu um recorde de candidaturas femininas⁵, foram computadas 368 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

É notável, nos últimos 20 anos, o declínio nas candidaturas masculinas ao passo que as mulheres passaram a se candidatar mais a esses cargos. Por outro lado, até as eleições de 2012 esse aumento de candidaturas não havia sido traduzido em aumento de cadeiras ocupadas por mulheres – a última eleição apresentou uma mudança nesta tendência. O aumento das candidaturas femininas é representativo e também foi proporcionalmente maior que a masculina. Porém, este aumento ainda é insuficiente, pois aponta para o déficit na representação das mulheres, quando considerada a população feminina no município.

Tabela 2 - 20 anos de candidaturas femininas válidas no município de São Paulo

Legislatura	Eleições				Total de candidaturas	Eleitos		
	Ano	Candidatas		Candidatos		F	M	
12 ^a	1996	142	22,79%	481	77,20%	623	6	48
13 ^a	2000	205	18,82%	884	81,17%	1089	5	50
14 ^a	2004	234	19,41%	971	80,58%	1205	6	49
15 ^a	2008	276	23%	924	77%	1200	5	50
16 ^a	2012	350	29,99%	817	70%	1167	6	49
17 ^a	2016	368	30,46%	840	69,53%	1208	11	44

Fonte: elaboração própria com base nos dados do TSE

Em um recorte racial, o número de mulheres autodeclaradas negras eleitas é inexpressivo, uma vez que não foi eleita nenhuma mulher preta ou parda na última eleição, ainda que elas correspondiam a 13,04% das candidaturas femininas no município. Das 11 vereadoras eleitas todas se autodeclararam brancas⁶. A interseccionalidade⁷ das desigualdades de gênero somado à raça, intensifica esse preocupante cenário em que mulheres negras, indígenas e amarelas não possuem representação na Câmara Municipal de São Paulo.

⁵ Os dados sistematizados sobre candidaturas passaram a ser disponibilizados a partir das eleições de 1996 (ver Tabela 2).

⁶ Na composição total desta legislatura: 2 homens negros, 8 pardos, 32 brancos e 2 amarelos; compondo, assim, 55 vereadores.

⁷ A perspectiva foi formulada por teóricas do *black feminism*. Esta posição crítica o essencialismo presente na categoria “mulheres” e destaca a soma de opressões de raça, gênero e classe social que elas enfrentam. Ver Angela Davis, “Mulher, raça e classe”, Boitempo, 2016.

Tabela 3 – Candidatos para as eleições municipais de 2016

	Preta		Parda		Branca		Amarela		Indígena		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Vereador	107	48	172	65	545	252	14	2	2	1	1208

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

Em São Paulo, nas eleições para vereadores e prefeito de 2016, é possível observar que há uma proporção maior de mulheres solteiras (40,10%), enquanto as casadas representam um percentual menor (36%)⁸. Estes percentuais podem apontar que, para mulheres casadas, é mais custoso concorrer a cargos políticos, já que, por vezes, acumulam duplas ou triplas jornadas (CEPAL, 2010). Já para os homens, esses números são inversos: os solteiros representam a minoria, com 29,55%, e os casados somam 56,19%. Logo, conforme também aponta a literatura, pode-se inferir que sem as cotas o número de mulheres seria ainda menor; entretanto é importante ressaltar que somente as cotas não são suficientes para garantir uma formação igualitária do legislativo.

Também nestas eleições, pela primeira vez, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) assegurou o cumprimento da cota legislativa. Uma coligação do município de Santa Rosa do Viterbo, no interior de São Paulo, apenas para o cumprimento da lei de cotas lançou candidaturas femininas fraudulentas, e estas foram cassadas. Nestes casos, as candidatas não receberam nenhuma doação de dinheiro nem voto nas eleições. No município de São Paulo, 107 candidaturas foram canceladas devido a irregularidades, sendo 63 homens e 44 mulheres. Destas, 20 renunciaram e 24 tiveram suas candidaturas indeferidas. Medidas como estas são importantes para que as cotas sejam aplicadas e garantem que o processo eleitoral ocorra de forma transparente.

Homens e mulheres ocupam posições distintas na sociedade e, ainda que, gradativamente, as mulheres passaram a ter suas demandas representadas, a superação da posição de subordinação destas envolve múltiplas dimensões – política, econômica e social, para citar algumas. A concretização da autonomia política, relevante pela perspectiva que adotamos nesta pesquisa, depende de condições como a participação política, a igualdade de salários, os direitos sexuais e reprodutivos e a eliminação de crimes de gênero como o feminicídio (KROOK, 2005).

⁸ A composição geral é a seguinte: 4,01% são viúvas, 3,21% separadas judicialmente e 16,58% divorciadas.

A representação feminina é necessária, portanto, no contexto em que ainda há expressa exclusão, preconceito e violência contra as mulheres e outros grupos socialmente vulneráveis. Por isso, faz-se útil o engajamento em práticas que visem a participação feminina nos espaços de tomada de decisão, para que possam legislar e atuar na formulação de políticas públicas, pois estas incidem sobre suas vidas e condições na sociedade (KROOK, 2005).

Atuação dos vereadores eleitos

A inclusão de mulheres na política pode promover a entrada de novos temas na agenda, pela proposição de leis ou pela participação em comissões parlamentares, com a introdução de novos projetos relacionados a questões como direito das mulheres, das crianças e adolescentes, entre outros. Essa atuação possibilita e potencializa um espaço de debate político para todos os grupos sociais e, pela inclusão de mulheres como grupo, compreendendo sua composição heterogênea, também auxilia na qualidade e diversificação da representação política.

Por outro lado, em análise da participação dos vereadores nas Comissões parlamentares da Câmara Municipal (que são classificadas em permanentes e temporárias), e responsáveis por promover estudos, audiências públicas e fiscalizar a administração pública nos temas em que atua, a participação das vereadoras fica restrita a áreas do cuidado, sem que participem de comissões, a exemplo, que tratam de economia e do orçamento público. Esta colocação reforça estereótipos que associam as mulheres a funções maternas e de cuidado, além de desmerecer e estigmatizar essas áreas de atuação, apontando que elas não são capazes de lidar com questões de maior valor social.

Das sete comissões permanentes de caráter técnico-legislativo, três não contam com a participação de mulheres, são elas: a Comissão de Finanças e Orçamento; a Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia e a Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

As outras quatro comissões permanentes que contam com a participação de vereadoras são: a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, com três vereadoras; a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com uma vereadora; a Comissão de Administração Pública, com uma vereadora e a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher, com cinco vereadoras.

Já das cinco Comissões extraordinárias permanentes, as mulheres participam de quatro, excetuando-se a Comissão de Meio Ambiente. As outras comissões tratam de temas como direitos humanos; defesa dos direitos da criança, do adolescente e da mulher; do idoso e de assistência social e segurança pública. Esta configuração apenas denota que mulheres, quando na política, tem sua atuação restringida a temas como direitos das mulheres e de

proteção de outros grupos vulneráveis, áreas estas que acabam tendo seu valor social desconsiderado.

Considerações finais

Os dados apresentados evidenciam um quadro global e local de desigualdade e distorção da representação, em que as mulheres continuam sistematicamente sub-representadas politicamente. Já a democracia aparece como um regime importante para a participação política das mulheres, pois permite a existência de movimentos de ação coletiva, com participação popular e manifestações políticas, ao mesmo tempo em que pode não garantir que às mulheres acesso aos mesmos espaços e oportunidades que os homens possuem.

Existe a necessidade de reduzir o quadro geral de desigualdade de gênero na política, e há esforços estatais e partidários para a ampliação da representação parlamentar feminina. Os principais meios buscados pelos governos para atingir este objetivo são o estabelecimento de cotas legislativas obrigatórias e a busca por paridade de gênero, pautado pelo movimento feminista. Também há a necessidade da entrada de temáticas de gênero na agenda e na implementação de políticas públicas, que visem mitigar as desigualdades em todas as esferas.

Somente esta atitude de mobilização dos governos e da sociedade civil contribui para a legitimação e fortalecimento da democracia e favorece a redução das desigualdades políticas e econômicas que incidem sobre raça e gênero. A mudança na sociedade pode ser alcançada por meio da promoção da igualdade política, social, econômica e de salários, demonstrando, assim, que devem ser repensadas as formas de inclusão de todos os grupos marginalizados. Diante disto, não podem ser ignoradas as vulnerabilidades e as dificuldades enfrentadas por mulheres negras, que se encontram ainda mais cerceadas dos espaços de decisão e da política institucional.

A análise elaborada, apesar de suas limitações, procura evidenciar os paradigmas democráticos contemporâneos, demonstrando como a compreensão e a representação política efetiva ainda podem enunciar transformações visando ganhos para além do reconhecimento da igualdade formal. Logo, dado o contexto de violência de gênero e sub-representação feminina, torna-se perceptível a necessidade de universalização dos direitos, da criação de mecanismos efetivos que promovam uma democracia de inclusão e a participação igualitária de homens e mulheres em todos os espaços para redução de desigualdades sociais e históricas.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, C. Mulheres e representação política. In: Maria Aparecida Abreu (org). **Redistribuição, Reconhecimento e Representação** - Diálogos sobre Igualdade de Gênero, IPEA, 2011, p. 135-148.

CEPAL. Boletín del Observatorio de Igualdade de Género de America Latina y Caribe. *Mujeres al poder*. N. 1, dez. 2010.

GUGLIANO, A. A. Democracia, participação e deliberação. Contribuições ao debate sobre possíveis transformações na esfera democrática. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais. Democracia e novas formas de participação política. PUCRS, v. 4, n. 2, p. 257-284, Porto Alegre, julho/dezembro, 2004.

HTUN, M. Mujeres y poder político en Latinoamérica. In: IDEA, **Mujeres en el Parlamento**: más allá de los números, Serie Manuales, IDEA, Estocolmo, 2002, p. 19 – 44.

KERGOAT, D. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, in: Helena Hirata et al. **Dictionnaire critique du féminisme**, Presses Universitaires de France, Paris, 2000.

KROOK, M. L. Quota Laws for Women in Politics: A New Type of State Feminism? In: European Consortium for Political Research, Granada. St. Louis, 2005.

MANSBRIDGE, J. Should Blacks represent Blacks and Women represent Women? A Contingent ‘Yes.’ **Journal of Politics**, v.61, n.3, p. 628-657, 1999.

MIGUEL, L. F. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a06v45n3.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017.

NORRIS, P. The Impact of Electoral Reform on Women’s Representation. **Acta Politica**. Palgrave Macmillan, p. 197-213, 2006.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, v. 9, n 1. Florianópolis, pp. 268-290, 2001.

PITKIN, H. The concept of representation. Berkley: University of California Press, 1967.

RIOS, F; PEREIRA, A. C. ; RANGEL, P. D.. Paradoxo da Igualdade: gênero, raça e democracia. **Ciência e Cultura** , v. 69, p. 39-44, 2017.

SPOHR, A. P. et al. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, mai./ago.2016.

TINKER, I. Quotas for women in elected legislatures: Do they really empower women? **Women’s Studies International Forum**, Berkeley, v. 27, p. 531-546, 2004.

A RUA COMO UM LUGAR DE LUTA POLÍTICA, ARTE E PERFORMANCE¹

Vera Fátima Gasparetto²

Resumo: A proposta é analisar como movimentos de mulheres e feministas organizados em redes articulam manifestações públicas, e se expressam na inter-relação arte e política. Nos utilizaremos das observações das narrativas das manifestações realizadas em Florianópolis – SC, como a Marcha das Vadias, o Movimento #foracunha e a Marcha Internacional Mundos de Mulheres por Direitos. A questão é quais agendas emergem dessa ação pública e como são as narrativas coletivas que as constroem? As palavras de ordem, performances, instrumentos, musicalidades, corpos, representações e suas contribuições para a ideia de revolução estética e partilha do sensível.

Palavras-chave: Arte e política, Redes de movimentos, Feminismos contemporâneos.

1. Introdução ou quando redes, política e estética se encontram nas ruas

“O político só pode ser pensado como o espaço de muitos (pessoas, grupos, ‘pluralidades’, classes, coletivos, línguas, ‘culturas’), que se juntam em determinados motivos do agir e do pensar, mas de forma não idêntica, utilizando-se de várias linguagens.”

(Hans Thies Lehmann)

A intenção desse artigo é pensar como se organizam os movimentos em rede na contemporaneidade e como essas novas formas organizativas repercutem no formato da manifestação na cena pública e na ocupação da cidade pelos feminismos contemporâneos. Também verificar como a arte e política são mobilizadas para a luta política nas ruas e como estratégia de luta, visibilidade e diálogo com a sociedade.

A rua é um lugar sensível, por vezes perigoso, controverso. Nela as pessoas e /ou grupos encontram empatia, simpatia ou antipatia. No caso dos protestos, geralmente criminalizados pela mídia, há diferentes reações às pautas das cidadãs performers. Há obstáculos reais, como o tráfego, a polícia, o Estado e seu aparato legal e coercitivo. Simbolicamente há diferentes vontades, desejos e opiniões sobre o tema em pauta nas manifestações. Isso leva a necessidade de negociar interesses, estar atentas à imprevisibilidade e à insegurança. Mas a rua é um lugar de potência e educação. É ali, face a face, que as controvérsias são evidenciadas. É ali nas ruas que as redes de

¹ A primeira versão desse artigo foi apresentada no Colóquio Internacional “Reinventar o discurso e o palco: o rap, entre saberes locais e olhares globais”, realizado em Maputo – Moçambique, em 09.11.2017, organizado pelo Bloco 4 Foundation.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (DICH/UFSC), orientada pela professora Luzinete Simões Minella. Mestre em Sociologia Política (PPGSP/UFSC) e Graduada em Comunicação Social/Jornalismo na UNISINOS. E-mail: gasparettovera@yahoo.com.br.

movimentos virtuais e reais ampliam suas redes, envolvendo as pessoas no “durante”, com potencial para o “depois”.

Entendemos rede de movimento social no sentido em que conecta pessoas e coletivos organizados em torno de identidades e estratégias comuns em busca de transformações do cotidiano ou de transformação social, atuando sobre um campo de conflito onde se encontram adversários políticos, culturais ou sistêmicos (SCHERER-WARREN, 2012).

Para Scherer-Warren (2012) os movimentos sociais passam a articular-se com outros grupos, criando redes de movimentos e redes de redes que produzem ações de visibilidade e impacto na sociedade civil e no Estado. A tradicional tensão entre participar da luta institucional, pautando o Estado na formulação e implementação de políticas públicas ou fazer pressão de forma autônoma é uma questão superada, o que leva ao ativismo transitar nos diferentes espaços de acordo com as agendas e pautas, utilizando-se de denúncias, negociação, mediação, ações públicas e protestos (GASPARETTO, 2014).

Já na década de 1990 os movimentos de mulheres (seguindo a trajetória de outros movimentos sociais) têm sua articulação favorecida pela rede técnica (internet), levando-os a organizarem-se em redes de movimentos sociais, causando mudanças no cenário de participação política e um alargamento dos temas das pautas reivindicadas (BUNN, 2012).

Para Gasparetto (2014) os movimentos são levados a se reorganizarem e incluir as diversidades de pautas e reivindicações, diferentes setores de mulheres e suas diferentes demandas, que desembocam na construção de redes de movimentos de mulheres e desafiam novos arranjos institucionais e novas práticas políticas que garantam um espaço público para o debate e a concertação (espaços de construção de políticas públicas e de interlocução como o Estado brasileiro) onde são apresentadas as demandas por direitos civis, sociais, culturais e humanos.

O “feminismo dos direitos” leva ao descentramento das práticas feministas contemporâneas na América Latina, e a conseqüente pluralização de agendas e demandas, inseridas em diferentes arenas de debate sobre as questões socioculturais e políticas. (...) implicou na redefinição e expansão da agenda feminista com vistas à busca da transformação social (ALVAREZ, 2000; FRASER, 2007a). Para Bunn (2013) essa postura exigiu das feministas novas estratégias de ação para além das denúncias e enfrentamentos: desafiou a capacidade de

negociar e de exercitar práticas de *advocacy*³, que se revelaram inovadoras e exitosas, pois garantiram importantes avanços dentro do Brasil e também na legislação internacional dos direitos das mulheres (GASPARETTO, 2014, p. 24-25).

Nas primeiras décadas do século XXI despontaram numerosos processos de ação coletiva nos quais as tecnologias da comunicação (TICS) tiveram um papel fundamental (CASTELLS, 2009; TORET ET ALL, 2013). Para entender esse processo tem-se utilizado a noção de tecnopolítica no uso tático e estratégico das ferramentas digitais para a organização, comunicação e ação coletiva através da internet que podem partir da rede, mas que extrapolam este âmbito.

Alvarez (2014) chama a atenção para a complexa formação política do feminismo atual e suas características de “retorno às ruas”, o qual move-se e remodela-se a por meio de mobilizações de ocupação do espaço público coordenadas pela internet (principalmente a partir de blogs, Facebook, Twitter e Whatsapp). Dessa forma consolidaram-se eventos políticos anuais na luta contra a violência de gênero, dentre os quais a explosão das diversas Marchas das Vadias pelo país é um exemplo. A Marcha das Vadias um dos acontecimentos mais importantes nos últimos sete anos neste cenário, surgido da articulação entre redes digitais e ocupação do espaço público que também criou núdulos relevantes em meio a essa teia político comunicacional, que influenciou a organização de outras redes.

Jacques Rancière (2005) dedicou-se a entrelaçar os fios que costuram o social e o cultural, o ético e o estético, o político e o humano. Ao voltar-se para a arte, a instituição artística e seus primórdios ontológicos, buscou reinventar aquilo que as dignifica e as torna essenciais ainda hoje. Para o autor política e arte têm uma origem comum e sua teoria em torno da “partilha do sensível” descreve a formação da comunidade política com base no encontro discordante das percepções individuais. Isso leva a concluir que política é essencialmente estética, fundada sobre o mundo sensível, assim como a expressão artística.

Um regime político só pode ser democrático se incentivar a multiplicidade de manifestações dentro da comunidade e toda comunidade política é também uma comunidade estética dada a “partilha do sensível” previamente estabelecida, do que é

³ O termo *advocacy* refere-se à defesa de direitos no contexto de ações coletivas, políticas, públicas. É considerada uma ação de advocacia e defesa pública a partir da relação com a sociedade civil organizada. A representação por *advocacy* é caracterizada pela ligação do representante com a causa dos eleitores e a relativa autonomia de juízo do representante, uma forma de “carta branca” (URBINATI, 2010, p. 78).

visível, do que pode ser dito e feito (RANCIÈRE, 2005). Falamos, portanto, sobre a política da estética. A partilha do sensível é onde política e estética se encontram. Com a Internet, os blogs e os celulares da sociedade em rede, temos os “*flash mobs*”, *ad hoc* redes que se mobilizam em e para protestos – pessoas reunidas em locais e momentos previamente definidos para participarem de demonstrações curtas e inequívocas, difundindo textos e listas de abaixo assinado, petições, vídeos e imagens na Internet. Existem ainda as combinações de mídia e “rua” (RANCIÈRE, 2010), ações que almejam serem políticas por serem visíveis e audíveis em diferentes setores da sociedade.

Da Revolução Francesa à Revolução Soviética, a revolução estética significou essa auto realização e essa auto supressão da arte na construção de uma nova vida, na qual a arte, a política, a economia ou a cultura se fundiram em uma mesma e única forma de vida coletiva (RANCIÈRE, 2010, p. 135).

É necessário pensar a estética num sentido amplo, agregando diferentes modos de percepção e sensibilidade, assim como a maneira como indivíduos e grupos podem construir e transformar o a vida cotidiana e o mundo. O processo estético proporciona a criação do novo, pois também permite a experimentação e possibilidades inéditas, que resultam de diferentes objetos e sujeitos, que fogem das regras. “Não é simplesmente que as revoluções caiam do céu, mas os processos de emancipação que funcionam são aqueles que tornam as pessoas capazes de inventar práticas que não existiam ainda” (RANCIÈRE, 2010).

Arte e ação política se encontram quando um poder legítimo se encontra deslegitimado criam-se cenas inéditas, pessoas invisíveis aparecem, ocupam as ruas e barricadas. Quando instituições perdem a legitimidade dão lugar a novos modos de palavra, novas formas de circulação da informação, novas formas da economia, e assim por diante. É a ruptura do universo sensível que traz possibilidades. Então as revoluções não são etapas de um processo histórico e não há teoria ou receita para a revolução (como nasce e como conduzi-la), pois “cada vez que ela começa, o que existia antes já não é válido” (RANCIÈRE, 2010:130).

2. Rede de movimentos, protestos e corpos em performance

O estímulo à experiência colaborativa entre mulheres de diferentes culturas está ligado a uma ocupação de territórios híbridos e fronteiriços na elaboração de uma linguagem e narrativa que expresse as diversidades de pautas, agendas e representações, que leve à partilha do sensível. Naspolini (2014, p. 2) observa que “A exploração das fronteiras entre teatro, performance, dança, música e canto tem sido a tônica de intensos trabalhos colaborativos internacionais nas últimas duas décadas”, com temáticas ligadas às questões fundamentais da vida e dos direitos das mulheres (articulando as dimensões pessoais e políticas).

As ruas como espaço de arte e performance (ASTON,1995 *apud* NASPOLINI, 2014:4) e de produção feminista radical (ou cultural) com posicionamento de desconstrução do patriarcado e o fortalecimento da primazia da mulher e sua criatividade na produção de uma “contracultura feminista”, com linguagem e experiências estéticas, “mais do que pela necessidade de explorar temas específicos ou compartilhar uma visão ideológica” (Idem).

As operações dos grupos em redes têm algumas características como pressupostos: a horizontalidade é um aspecto necessário devido ao alto grau de empoderamento de atores (e atrizes) (NASPOLINI, 2014 *apud* MARTINHO, 2011). As redes é que dão conta de articular – e de organizar, com métodos e metas – atores sociais autônomos, diferentes e empoderados, fora do campo da subordinação e no campo da cooperação e coordenação.

Rede e horizontalidade convivem numa relação híbrida a partir de dinâmicas de conectividade e sem um centro definido: cada ponto de rede é um centro em potencial. A experiência artística atua como interstício social, como espaço para que as relações humanas encontrem diferentes possibilidades de troca, diluindo fronteiras desnecessárias e reforçando os espaços instáveis, híbridos, vulneráveis como lugares de fertilidade e criação (NASPOLINI, 2014).

Baseamos a análise na observação de três fenômenos de mulheres nas ruas, surgidos na segunda década do século XXI. O primeiro surgiu no ano de 2011, em Toronto, no Canadá. O movimento internacional chamado “Marcha das Vadias” ou “Marcha das Vagabundas”⁴ passou a ser multiplicado em várias partes do mundo, reagindo e protestando à ideia de que as mulheres vítimas de estupro causam a violência

⁴ Em inglês *slutwalk*.

devido às suas vestimentas “provocativas”. Um movimento de reafirmação da autonomia sobre o próprio corpo e subjetividade (GASPARETTO, 2014).



Figura 1 – Manifestantes ocupam escadaria da Igreja Universal durante uma das Marchas das Vadias em Florianópolis – SC. Fotografia: Banco de Imagens Internet, autoria não informada.

A manifestação Contra o PL 5069/13 #foracunha⁵, realizada em 06.11.2013, foi mobilizada pelas redes sociais, articulando mulheres (e parcela de homens) a protestarem presencialmente nas ruas⁶. O movimento convocado nas redes de relações sociais presenciais foi potencializado pela rede técnica da internet, promovendo um debate sobre o tema antes, durante e após a atividade nas ruas. Diversas manifestações foram realizadas em capitais e centros urbanos do país, levando a chamar essa fase da luta de “Primavera das Mulheres”, numa alusão aos movimentos da chamada “Primavera Árabe”, ocorrida anteriormente.



⁵ O Projeto de Lei 5069 tramita na Câmara dos Deputados desde 2013, voltado a tratar vítimas de abuso sexual e recebe críticas de feministas e profissionais da área de saúde, por dificultar o acesso à pílula do dia seguinte, especialmente nos casos de violência sexual (e estupros). Segundo o El País, no Brasil foram realizados 1.613 abortos legais em 2014, sendo 94% deles em consequência de estupros.

⁶ Essas manifestações ocorreram em várias capitais brasileiras, como Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Belém – PR, Brasília – DF.

Figura 2 – Manifestantes realizam performances para demonstrar as vítimas de abortos clandestino.
Fotografia: Vera Gasparetto

A manifestação representa na sua dinâmica uma ideia de performance coletiva, utilizada nos recursos de fala e de expressão corporal e política que remete a pensar de uma ocupação pública e uma narrativa coletiva que dialoga com temas ligados à segunda onda do feminismo e o *slogan* “Meu corpo, minhas regras” e com visões ideológicas identificadas com pautas da esquerda e anarquista.

No decorrer do ato fica evidente o aspecto da horizontalidade da rede, com inúmeras mulheres que puxavam palavras de ordem com megafones, batucadas e os próprios corpos que eram replicadas pelas manifestantes. Inúmeras performances específicas foram realizadas, mas no conjunto da manifestação as performances eram coletivas, envolvendo o conjunto de participantes. Essa experiência nos faz pensar se organizações dessa natureza mais espontânea conseguem ter voz e alcance para atingir seus objetivos, no caso um dos centros do poder do Estado brasileiro, que é a Câmara dos Deputados. Na sequência o projeto ficou em estado de espera no Congresso Nacional, voltando à pauta no final de 2017.

Com música, batucada, dança, rezas, arte, teatro, megafones, criatividade, alegria e energia ocorreu no dia 4 de setembro de 2017 a “Marcha Internacional Mundo de Mulheres por Direitos”, reunindo nas ruas do centro de Florianópolis – SC cerca de dez mil pessoas, marcada pela diversidade de mulheres, acadêmicas e de diferentes movimentos sociais que levaram suas bandeiras, simbologias e pautas de luta. Ao longo do cantaram e protestaram juntas pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, pela descriminalização do aborto, contra o retrocesso nas políticas públicas e nos direitos trabalhistas, contra o machismo, o racismo, a homofobia e o fundamentalismo religioso, denunciando opressões, assédios e violência. Os eixos da marcha foram: “Por nenhuma a menos, até que todas sejam livres, fora temer”.

Para preparar a Marcha Internacional, durante várias semanas, diversos movimentos sociais locais, em diálogo com movimentos do Brasil e de algumas partes do mundo, construíram coletivamente a atividade para que se fizessem presentes as experiências e reivindicações das mulheres negras, indígenas, quilombolas, camponesas, residentes do campo e da cidade, trabalhadoras do sexo, pessoas trans e não-binárias, mulheres lésbicas, bissexuais, estudantes, trabalhadoras informais, imigrantes e acadêmicas.



Figura 3 – Marcha Internacional Mundos de Mulheres por direitos.
Fotografia: Banco de Imagens do Instituto de Estudos de Gênero.

Conforme a fotografia acima, a linha de frente da Marcha foi protagonizada pelas mulheres indígenas, negras e quilombolas. A Marcha teve quatro paradas, para denunciar o preconceito, o patriarcado e o capitalismo: Frente do Banco Santander (mulheres indígenas, camponesas, movimento negro e quilombolas); Frente da Catedral (Pessoas Trans e povo LGBTTI); Frente da Prefeitura (para denunciar os retrocessos nas políticas públicas); Frente do INSS (Movimento Sindical e Marcha Mundial das Mulheres, denunciando a reforma trabalhista e previdenciária).

A Marcha reuniu acadêmicas e militantes, um encontro orgânico entre as sujeitas que estão liderando o feminismo de resistência no Brasil. Foi um espaço de superação de dicotomias, onde o conhecimento científico conectou com a mística e simbologia dos movimentos sociais. O profano conviveu com o sagrado. As fronteiras entre as margens e os centros foram borradas. O feminismo de denúncia juntou com o feminismo propositivo, com a afirmação da necessidade de políticas públicas, afirmação do direito ao corpo, afirmação de território, afirmação da vida e uma agenda recorrente e unânime: Fora Temer.

O conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (2011) traz uma contribuição para entendermos as organizações de mulheres e feministas em redes, justamente pela multiplicidade de agentes e pautas que circulam dentro dos espaços virtuais e reais de discussão. A ideia de um rizoma que não começa nem conclui, mas está no meio, faz a aliança, se move entre as coisas em busca do devir. É nesse meio, que não é uma média, mas um lugar onde as coisas adquirem velocidade, que trafegam as informações do

movimento em rede num movimento transversal sem início e sem fim, que cria fissuras nas margens a partir da velocidade no meio, como percebem Deleuze e Guattari (2011).

Durante muito tempo, apenas dois sentidos – a visão e a audição – tiveram preponderância no pensamento ocidental, menos crédito ainda ao tato e ao odor. A percepção sensorial também foi colocada em segundo plano, subordinada ao pensamento (RANCIÈRE, 2005). A valorização do “sentido”, do “sensível” e da “experiência”, projeta-se também para áreas do chamado conhecimento científico que tem dialogado de forma direta com experiências artísticas, sendo também problematizadas por estudiosos das manifestações artísticas contemporâneas.

Duarte Júnior (2000) aponta a arte, no sentido de uma experiência do sensível, como fundamental para uma vivência mais íntegra e plena do cotidiano. É preciso sentir, ser estimulado nas múltiplas formas sensoriais possíveis, mas é necessário prestar atenção ao que se sente, pensar naquilo que os estímulos provocam em nós e no papel desses sentimentos no decorrer de nossa vida em sociedade. Sobretudo sentir com alguém. Até para se sentir a si mesmo, o corpo busca outro corpo, onde sentimos através dos outros.

Para Rancière (2005), no campo expandido da arte não abordamos, exatamente, a crise da representação a partir da problematização dos vínculos entre os tecidos da arte e os tecidos da realidade, ou as complexas relações entre os representantes e os representados; o que implicaria perguntar, entre outras coisas, pelas relações entre personagens, atores e performers, ou pelas figurações cênicas e as realidades que nos trazem, pelas figuras da ordem e os cidadãos-performers que aceitam ou transgridem as normas.

Considerações Finais

As observações realizadas e o aporte teórico que encontramos nos levou a refletir sobre quatro pontos, que apresentamos aqui não como conclusões, mas como questões a serem aprofundadas em trabalhos futuros.

Primeiramente, o surgimento de uma “contracultura política feminista”, onde emerge o caráter político do corpo e seu lugar nas manifestações, que priorizam a transformação social, para além da individual. Essas atividades como um espaço de “Atua-ção” no mundo (= Atuação), onde destaca-se o aspecto intergeracional das ativistas presentes nas manifestações, convivendo grupos de jovens feministas, com senhores e

crianças acompanhadas de suas mães (muitas dessas são bebês de colo, devido a inserção dos movimentos de maternidade e espaço público).

Aponta também para uma “estética feminista”, sendo o espaço de uma geração que performa seu corpo, utilizando-se dele para o protesto (=meu corpo, minhas regras) e denunciando os padrões e estereótipos pautados pelo senso comum e pela mídia. São espetáculos coletivos onde as mulheres são protagonistas que questionam a supremacia do texto, revelando a potência de utilizar corpo, voz, dança, música, teatro, percussão, adereços, brinquedos, o lúdico: fantasias que falam da realidade. Desse espaço polifônico, várias vozes e pertencimentos, diversidades que por vezes revelam agendas comuns, mesmo diante das especificidades de geração, classe e raça/etnia. É desse mosaico que surgem as novas linguagens e narrativas que constroem a identidade dessa nova fase dos protestos de rua.

O terceiro elemento que surge é uma “ética feminista” onde destaca-se a alteridade (a palavra e a necessidade da outra me mobiliza) e o borramento das hierarquias nas relações entre as pessoas, diferente da característica hierárquica que caracterizam as organizações de movimentos sociais tradicionais. Isso leva ao quarto elemento, que é a atuação em rede, onde as relações de poder são caracterizadas pela distribuição horizontas de papéis de decisão, a valorização das múltiplas lideranças, diálogo, polifonia e visibilidade da periferia, para além dos centros. Marca esse processo o ciberativismo com um papel mediador em diferentes âmbitos: desde um espaço de articulação da organização, indo para o espaço público de mobilizador de amplos setores da sociedade, que mesmo não indo ao protesto presencial tem conhecimento e está no debate.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Para Além Da Sociedade Civil: Reflexões Sobre O Campo Feminista. In: Cadernos Pagu, Campinas/SP: Núcleo de Estudos Pagu, N. 43, Janeiro-Junho De 2014.

CORONATO, V. e FRANZONI, T. A experiência sensorial e a experiência sensível nas artes. Urdimento, n. 21, dez. 2013, p. 142-151.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil Platôs. Vol.1. Editora 34, 2011.

GASPARETTO, Vera F. A BUSCA POR UMA CIDADANIA DA IMAGEM: organização, lutas e articulação de políticas públicas no Brasil pela Rede Mulher e Mídia. Orientadora, Ilse Scherer Warren – Florianópolis, SC, 2014. 253 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

LONGMAN, G. e VIANA, D. A Associação entre Arte e Política – Jacques Rancière. Revista CULT, n. 139, 30 mar. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/>. Acesso em 04/03/2018.

MOSTAÇO, E. Da arte de quebrar pedras ou a cena da emancipação. In Urdimento. Revista de Estudos em Artes Cênicas, N. 15. Programa de Pós-Graduação em Teatro do CEART, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010, P. 11-19.

NASPOLINI, Marisa. Vértice Brasil: uma experiência de colaboração em movimento. Revista do Lume – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais – Unicamp, No. 5, out. 2014.

O que o PL 5069 diz (e não diz) sobre a pílula do dia seguinte: tire dúvidas. El País, 13 nov. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/politica/1447357721_656693.html>, acesso em 14 nov. 2015.

RANCIERE, J. A Partilha do Sensível. Estética E Política. São Paulo: Editora 34, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

URDIMENTO. Revista de Estudos em Artes Cênicas. Número 15. Programa de Pós-Graduação em Teatro do CEART, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

The street as a place of fight policy, art and performance

Abstract: The proposal is to analyze how women's and feminist movements organized in networks articulate public manifestations, and express themselves in the interrelation between art and politics. We will use the observations from the narratives of the demonstrations held in Florianópolis - SC, such as the March of Vadias, the Movement #foracunha and the International March of Women for Rights Worlds. The question is which agendas emerge from this public action and how are the collective narratives that construct them? The words of order, performances, instruments, musicalities, bodies, representations and their contributions to the idea of aesthetic revolution and sharing the sensitive.

Keywords: Art and politics, Networks of movements, Contemporary feminisms.

MULHERES, PODER E LEGITIMIDADE POLÍTICA: UMA QUESTÃO DE MORAL

Verônica Veloso¹

Resumo: Há mulheres que superam as expectativas referentes à agência política feminina. Questiona-se como elas alcançaram o apoio para se legitimarem em posições usualmente associadas ao masculino. Sugere-se, nesta pesquisa, que elas projetam um capital moral que ressalta a sua ética e comprometimento com os padrões pré-estabelecidos pela sociedade. Como os papéis centrais esperados das mulheres são os de mães e esposas, elas, mais do que os homens, precisariam projetar a imagem de mulher “correta” a fim de suprir as lacunas que criaram a não atender às expectativas de gênero primárias.

Palavras-chave: política, mulheres, capital moral, relações internacionais.

Introdução

O cenário internacional político é caracterizado por ser uma esfera tipicamente masculina (ENLOE, 1990, p. 4), reservada a homens e a poucas mulheres que ou não desafiam os preceitos da sociedade patriarcal ou agem de acordo com os padrões de masculinidade² (ENLOE, 1990, p. 13). Assim, as mulheres encontram mais dificuldades que os homens em assumir cargos de tomadoras de decisões (DERICHS, FLASHENBERG, HUSTEBECK, 2006, p. 249-250; BLANCHARD, 2003, p. 1290). Mesmo quando alcançam essa liderança, são comumente relegadas a espaços associados ao cuidado, como saúde e educação (BASHEVKIN, 2014). A importância do gênero feminino é destaque nos discursos internacionais – não porque as mulheres são potenciais agentes transformadores, mas porque a sua imagem é manipulada e utilizada como símbolo da nação (KANDIYOTI, 1991). Elas representam a honra e a modernidade dos países, estampam propagandas e se tornam transmissoras dos ideais nacionais (KANDIYOTI, 1991, ENLOE, 1990; YUVAL-DAVIS, 1993), mas suas opiniões não são consideradas nas mesas de decisões (TRUE, 2006).

Entretanto, há alguns casos de mulheres que superaram as expectativas referentes à agência política feminina. Elas alcançam posições de prestígio de inúmeras maneiras – frequentando reuniões de chefe de Estado ao acompanharem seus maridos, assumindo o trono ou sendo democraticamente eleitas. O que traz mais questionamentos, entretanto, é compreender como elas alcançaram o apoio para se legitimarem nessas posições, sendo essa a pergunta que norteará o trabalho aqui desenvolvido. A hipótese defendida é que, *para alcançar legitimidade política no cenário internacional, as mulheres, necessariamente, adotam e projetam o capital moral como parte significativa de sua personalidade*. Para isso, serão analisados dois casos de

¹ Estudante de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. E-mail: veronicavelosopereira@gmail.com

² A masculinidade é uma construção social que define características masculinas em oposição às femininas, criando uma relação de poder entre homens e mulheres, de maneira que o segundo grupo é submisso ao primeiro (CONNEL, 1987 apud KANDIYOTI, 1994, p. 197).

mulheres que impressionam por não se adequarem ao que normalmente é esperado de mulheres consortes na região do Golfo Árabe. A Rainha Rânia da Jordânia e a Sheikha Mozah do Qatar são duas rainhas consortes que sempre estão presentes nos encontros de líderes internacionais junto a seus maridos, além de possuírem agendas e projetos políticos individuais. Ambas as mulheres também ocupam cargos de prestígio nas Nações Unidas e realizam inúmeros discursos em nome de seus países (DARWISH, 1999; EVANS, 2011).

O artigo se divide em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção é destinada a apresentar e discutir os conceitos e teorias centrais para a defesa da hipótese, como *capital moral* e *agência*. A segunda e terceira seção têm como objetivo comprovar a corporificação de capitais morais similares por ambas as rainhas. A quarta e última seção se propõe a debater as limitações que uma agência baseada no capital moral pode carregar.

Diálogos teóricos: líderes políticas e o capital moral

1.1 Capital Moral: explicando a agência de líderes políticas

A atuação política das mulheres no cenário internacional ainda é muito pouco discutida nas relações internacionais. É quase que consenso entre as feministas da área que as relações interestatais são extremamente masculinas e que o acesso ao poder é permitido apenas aos homens e às mulheres que não desafiam as bases patriarcais (ENLOE, 1990). No entanto, poucos se debruçaram sobre as mulheres que alcançaram a façanha de assumir uma posição de liderança e, quando o fazem, normalmente focam nos continentes europeu e norte-americano. Entre os autores que fogem a essa regra está Al-Rasheed (2013), que se propôs a investigar a emergência de líderes políticas mulheres no Oriente Médio. A explicação trazida por ele é estrutural: uma mudança nos padrões globais de civilização (TOWNS, 2007) rumo a uma popularização da ideia de igualdade de gênero, somada à necessidade do Oriente Médio de se afirmar como próximo ao ocidente após o ataque de 11/09 a fim de não sofrer represálias internacionais teria criado uma estrutura favorável a emergência dessas mulheres. Essas líderes políticas, então, tinham como desafio expor que não há contradições entre o empoderamento feminino e a religião islâmica (AL-RASHEED, 2013).

Outros autores, como Luis Felipe Miguel e Fátima Biroli (2011), trazem outra explicação para a legitimidade política internacional das mulheres. De acordo com eles, a legitimidade seria alcançada quando a mulher possui um homem com relativa popularidade as apoiando, normalmente um membro familiar. Sob essa perspectiva, o sucesso feminino estaria sujeito a existência de um nome político de peso na família. Embora ambas as explicações sejam plausíveis e constituam-se em condições favoráveis à ocorrência do fenômeno, nenhuma delas pode ser considerada necessária. Além disso, seria errôneo desconsiderar a ambição dessas mulheres – considerá-las como vítimas das forças estruturais e ignorar suas agências é o mesmo que ignorar

os argumentos do feminismo pós-colonial (MCEWAN, 2001): o feminismo ocidental normalmente associa as mulheres subalternas à submissão, preocupando-se exageradamente em salvá-las e insuficientemente em ouvi-las (ABU-LUGHOD, 2009).

Frente a isso, argumenta-se que um veículo crucial para a legitimação das mulheres no cenário internacional é a projeção de um *capital moral* que ressalte a sua ética e comprometimento com os padrões pré-estabelecidos pela sociedade. Define-se *capital moral* como valores ou virtudes que incentivam a lealdade e respeito do público em relação ao líder (KANE, 2001 *apud*. DERICHES; FLASCHENBERG; HUSTEBECK, 2006). Essa base moral seria essencial para a projeção da ideia de que o indivíduo em questão almeja algo além de seus próprios interesses e que serve algo além dos seus próprios valores (KANE, 2001). Como os estereótipos de gênero trazem mais dificuldade para a legitimação das mulheres, elas precisam reforçar o *capital moral* com mais frequência e intensidade do que seus colegas do sexo masculino (DERICHES; FLASCHENBERG; HUSTEBECK, 2006). Afinal, os homens podem apoiar sua popularidade política em outras bases se não a da ética, como em sua capacidade intelectual, em uma postura “ máscula ” normalmente associada ao poder ou, até mesmo, no capital material. Como os papéis centrais esperados das mulheres são os de mães e esposas, elas precisam projetar a imagem de mulher ética e “correta” a fim de suprir as lacunas que criaram ao não atender às expectativas de gênero primárias.

Um capital moral adequadamente corporificado atende a todas as fontes que possibilitam a construção, a manutenção e a mobilização do mesmo (DERICHES, FLASCHENBERG, HUSTEBECK, 2006, p. 248). São essas: causa, que diz respeito à motivação refletida no discurso; ação, referente às políticas realizadas para alcançar a causa; exemplo, que engloba o comportamento privado e político do indivíduo e; por último, retórica ou simbolismo, que são exemplos relacionados à cultura ou a religião. Ou seja, só é possível afirmar que um capital moral foi instrumentalizado se o líder político corporificou esse valor através da causa, da ação, do exemplo e do simbolismo.

É necessário introduzir, aqui, a conceituação de alguns termos a fim de facilitar a compreensão do argumento central desta pesquisa. Primeiramente, discute-se o significado de *legitimidade política*. Considerando que ela se traduz no fenômeno observado em todos os casos, é essencial compreender o que ela abrange. A *legitimidade política* de uma relação de dominação social estaria apoiada na aceitação das ordens por parte daqueles que obedecem como se a obediência viesse de uma disposição interior ou fosse algo de seu próprio interesse. Em suma, a raiz da legitimidade do líder político está no consentimento do público (WEFFORT, 1998).

Muito se falou, também, sobre a importância de não se desconsiderar a *agência* das mulheres líderes ao investigar o processo de alcance e manutenção da legitimidade política. *Agência* poderia ser definido como a capacidade para uma ação autônoma frente às desigualdades sociais, normalmente vinculadas a padrões estruturais e culturais (MCNAY, 2000). Todavia, essa

definição é problemática porque é baseada em experiências ocidentais que, normalmente, desconsideram outras formas de *agências* que não sejam o confronto direto. Dessa maneira, é pertinente elencar os variados tipos de *agências*. O primeiro seria a agência como resistência, na qual as mulheres desafiam as instituições opressoras de maneiras criativas. Há também a agência como empoderamento, que se refere às mulheres que experienciam essas instituições positivamente; e a agência instrumental, na qual bons produtos podem resultar dessas interações com as instituições. Por fim, observa-se a agência complacente, que diz respeito às mulheres que agem com complacência diante dessas instituições devido a crenças pessoais (BURKE, 2012). O relevante, aqui, não é enquadrar as líderes entre esses variados tipos de agência, mas entender que elas possuem responsabilidade sobre a sua história.

Por fim, discute-se sobre o conceito de *moral*. Afinal, a hipótese a ser defendida por este trabalho envolve a adoção e projeção dos padrões morais preconcebidos na sociedade. *Moral* pode ser definido como as possibilidades de ação que incluem a percepção da necessidade do outro e da ideia de “agir bem” (DE LA TAILLE, 2006). É essencial colocar que os padrões morais estão associados às crenças culturais de cada povo e, portanto, o que é considerado correto em uma sociedade, pode ser apontado como inaceitável em outras. Para fins desta pesquisa, considerar-se-á o padrão ocidental, por se entender que ele é predominante no cenário internacional e define grande parte do *standard global de civilização*. De acordo com Mozaffari (2001), *standard global de civilização* seria um conjunto de leis, normas, valores e costumes que definem as regras das interações internacionais. Na atualidade, ele engloba questões como direitos humanos, liberdade e justiça.

1.2 Estereótipos femininos no cenário político internacional

Mesmo quando conseguem assumir cargos de liderança política, as mulheres ainda estão sujeitas às limitações patriarcais. Assim, tendem a ocupar postos cujas tarefas estão relacionadas à esfera privada e ao relacionamento familiar, como a educação e a saúde (BASHEVKIN, 2014, p. 412; CHILDS, KROOK, 2009, p. 133). Isso porque, desde a infância, são impostos aos indivíduos estereótipos que regulam e diferenciam as habilidades masculinas e femininas, influenciando as mulheres a exercer determinadas funções quando atingem a vida adulta. Tal situação cria um ciclo vicioso de associação entre capacidades atribuídas pelos estereótipos e práticas efetivas, caracterizando o *gendered agency* (HUSSO, HIVORNEN, 2012, p. 30). Como consequência, as mulheres são associadas a empregos que exigem paciência e gentileza, enquanto, dos homens, espera-se organização e estratégia (ACKER, 1990 apud HUSSO, HIVORNEN, 2012, p. 30; SAKR, 2002, p. 821).

Adiciona-se que as mulheres não estão sujeitas “apenas” às limitações criadas pelos estereótipos discutidos acima. Pesquisas realizadas no contexto de nacionalismo e gênero demonstram que as mulheres são frequentemente encaradas como símbolos da nação, resultando

em responsabilidades específicas atribuídas a elas. Essa interpretação decorre de três principais fatores. O primeiro está associado à capacidade feminina de reprodução e, conseqüentemente, de perpetuar as gerações dos chamados “verdadeiros cidadãos” (YUVAL-DAVIS, 1989). Além disso, as mulheres reproduzem – por meio da educação familiar – e representam – por meio das vestimentas e do comportamento sexual – ideologias e valores culturais (KANDIYOTI, 2004, p. 45; SHOME, 2011, p. 323 apud REPO, YRJOLA, 2015, p. 6; YUVAL-DAVIS, 1989). Por último, tem-se a noção de que a população feminina corporifica a honra da nação (YUVAL-DAVIS, 1993, p. 627). É devido a esta última ideia que as mulheres se tornam alvos específicos durante conflitos: atingi-las significaria demonstrar a incapacidade masculina do grupo atacado de defendê-las.

Como consequência, a imagem feminina é comumente manuseada a fim de simbolizar as especificidades culturais e a modernidade do Estado (KANDIYOTI, 2004, p. 47; CARVALHO PINTO, 2012, p. 23), de maneira que se apresenta o *status* feminino como indicador de progresso (TOWNS, 2007, p. 178). Essa situação é mais evidente em monarquias, visto que as famílias reais tendem a serem vistas como a expressão da continuidade cultural e das vontades nacionais (REPO, YRJOLA, 2015, p. 5): as mulheres consortes de regimes monárquicos, corporificam, de maneira ainda mais aguda, o espírito cultural da nação.

Constata-se, portanto, que os estereótipos impostos sobre as mulheres no cenário internacional criam a expectativa de que elas assumam dois papéis principais enquanto rainhas consortes. Espera-se que elas corporifiquem e reproduzam as (i) especificidades culturais da sua nação, além de representarem os (ii) anseios e avanços modernos do Estado. Ou seja, a situação ideal, considerando as características patriarcais da sociedade, é que elas sejam meros símbolos da nação. Entretanto, caso essas mulheres insistam em ter uma agência política, assume-se a expectativa de um terceiro papel, que limita o seu campo de atuação: o anseio é que o (iii) ativismo se resuma a campos como saúde e educação.

1.3 Os casos da Rainha Rania e da Sheikha Moza

Decide-se por aplicar os preceitos teóricos desenvolvidos acima a uma análise sobre a Rainha Rania e a Sheikha Moza. A expectativa pela inércia das mulheres e, principalmente das consortes agrava-se no Oriente Médio. Assume-se que as rainhas e sheikhas³ não devem desempenhar nenhum tipo de papel, nem mesmo simbólico: elas, muitas vezes, não aparecem em público e raramente fazem comunicados oficiais (KRAUSE, 2011, p. 14; KRAUSE, 2014, p. 17). Entretanto, dois casos da região impressionam por não se adequarem ao que normalmente é

³ Sheikha é o nome atribuído à mulher com posição de rainha consorte nas monarquias do Golfo Árabe. O rei nesse contexto é tratado como Sheik.

esperado das mulheres nessas posições: os casos da Rainha Rania da Jordânia e a Sheikha Moza do Qatar.

Suspeita-se que ambas legitimem essa agência por meio da projeção de papéis similares, os quais atendem às expectativas de um cenário internacional patriarcal. Esses papéis (seção 1.2) – seriam: (i) valorização da autenticidade cultural nacional; (ii) aproximação com o Ocidente em nome da modernidade – consequência da projeção da mulher como símbolo dos anseios e particularidades culturais da nação e do contexto árabe pós ataque de 11 de setembro; (iii) ativismo educacional. É importante ressaltar que não será discutido neste artigo a consciência ou não dessas rainhas sobre a projeção desses capitais morais.

A fim de comprovar se a Rainha Rania e a Sheikha Moza corporificam esses papéis, verifica-se se elas atendem a todas as fontes dos capitais morais (seção 1.1): causa, ação, exemplo e simbolismo. Destaca-se, entretanto, a relevância da cultura e da religião na legitimação dos líderes políticos no Oriente Médio, de maneira que grande parte dos exemplos podem ser interpretados como símbolos. Dessa maneira, decide-se por verificar ambos as fontes conjuntamente, unindo-as em uma única análise. Para melhor visualização da investigação, adotar-se-á a tabela abaixo, a qual será preenchida de acordo com o cumprimento ou não de cada lacuna. Cada papel será analisado sob a verificação das três fontes, de maneira que um papel eficientemente corporificado deve preencher, necessariamente, todos os critérios.

	Valorização da autenticidade cultural nacional	Aproximação com o Ocidente	Ativismo na educação
Causa			
Ação			
Exemplo/Simbolismo			
Conclusão:			

Caso da Sheikha Moza

2.1 Breve contextualização da vida da Sheikha Moza

A sociedade qatari, assim como as das demais monarquias do Golfo, possui origem tribal, característica oriunda da era pré-petróleo. A Sheikha Moza é proveniente da tribo al-Missned – seu nome completo é Sheikha Moza bint Nasser al-Missned. Seu pai era oponente político e social do Sheikh Khalifa bin Hamad bin Abdullah al-Thani, pai do futuro marido da monarca. Devido a isso, a família viveu em exílio no Egito e no Kuwait até o casamento da Sheikha, quando retornaram ao Qatar para o evento (ANTHONY, 2014). A Sheikha Moza conheceu e se casou com o Sheikh Hamad bin Khalifa al-Thani em 1977, quando tinha 18 anos, tornando-se a segunda esposa do futuro Sheikh do Qatar (ANTHONY, 2014; EVANS, 2011). Embora não seja a única, a primeira e nem a última esposa do emir (ANTHONY, 2014), a Sheikha é a única que frequenta reuniões internacionais e possui uma agência política significativa (EVANS, 2011). Reconhecer

que ela se diferencia das outras esposas apenas reforça a ideia de que é necessário considerar a ambição individual da consorte para compreender a sua atuação no cenário internacional – ser Sheikha do Qatar não é o suficiente para justificar esse exercício de poder.

Aos 18 anos, quando conheceu seu marido, a atual ex-consorte frequentava as aulas do curso de Sociologia na Qatar University (ANTHONY, 2014). Além de se graduar na universidade, futuramente a Sheikha iria ser prestigiada com doutorados de honra das universidades Virginia Commonwealth University, Texas A&M University, Carnegie Mellon University, Imperial College London e Georgetown University (“BIOGRAPHY”, [s.d.]). Percebe-se que a rainha possui um nível intelectual elevado, o que parcialmente justifica o seu ativismo político e a sua recusa em não exercer nenhum papel diante de uma posição de rainha consorte. O mesmo fato pode ser também interpretado como um dos motivos para que a sua presença fosse autorizada no cenário internacional após o contexto do 11/09 – as mulheres escolhidas para projetar modernidade possuem passados acadêmicos e profissionais relevantes (AL-RASHEED, 2013, p. 135).

A primeira aparição pública da Sheikha Moza ocorreu em 2003, durante uma entrevista de seu marido ao veículo mediático US CBS News. Desde então a monarca consorte tem desenvolvido inúmeros projetos individuais, principalmente na área da educação e da cultura, além de representar o país em eventos esportivos (EVANS, 2011). Ademais, a Sheikha também é considerada uma porta-voz do Feminismo Islâmico por utilizar seus discursos para mostrar que a religião islâmica não é necessariamente opressiva em relação às mulheres (EVANS, 2011), o que corrobora a ideia de que a autorização da sua agência se deu em prol da projeção do Qatar como uma nação moderna e que compartilha dos valores do Ocidente depois do ataque de 11 de setembro.

2.2 Corporificação dos capitais morais pela Sheikha Moza

2.2.1 Valorização da autenticidade cultural nacional

De acordo com o site oficial da Sheikha Moza, “she believes Qataris can be active citizens in the global community while continuing to maintain their cultural identity and values” (“CULTURE & HERITAGE”, [s.d.]). Essa constatação pública pode ser considerada como um discurso – foi transmitida por um veículo oficial atrelado à Sheikha – e, portanto, atende à fonte **causa** do capital moral de valorização da cultura. Ademais, a consorte alegou que é dever da sociedade qatari transmitir seus valores de respeito mútuo e justiça social para o restante do mundo (“HER HIGHNESS SHEIKHA MOZA”, 2006). Ela também escreveu a introdução do livro *Gulf Women* (2012), utilizando argumentos do Feminismo Islâmico para valorizar a tradição qatari e a religião islâmica. Esses trechos caracterizam mais dois indícios de **causa** do capital moral em questão.

A agência da Sheikha Moza nesse campo não se resume a discursos. Em parceria com o Bloomsbury Qatar Foundation Publishing, ela foi uma das responsáveis pela criação de um acervo digital com inúmeras obras de escritores árabes. O projeto se iniciou em 2008 e, desde então, realiza a tradução dos escritos para a língua inglesa e os distribui globalmente (“CULTURE & HERITAGE”, [s.d.]). A iniciativa contribui para a difusão da cultura qatari no cenário internacional, valorizando os preceitos tradicionais nacionais. Dessa maneira, o projeto pode ser considerado como um exemplo de **ação** associado ao capital moral de valorização cultural.

A Sheikha ocupa a presidência na Fundação Qatari pela Educação, Ciência e Desenvolvimento da Comunidade (QF). Como presidente, ela é responsável por preservar e revitalizar a cultura e a história do Qatar (“CULTURE & HERITAGE”, [s.d.]). A sua posição na Fundação pode ser interpretada como um **exemplo e simbolismo**, pois a monarca consorte representa os valores culturais nacionais. Além disso, embora seja influenciada pela moda ocidental, a Sheikha Moza adapta suas roupas a fim de manter a tradicionalidade das vestimentas, preocupando-se em cobrir certas partes do corpo e em utilizar o hijab. Ao fazer isso, ela corporifica a tradição qatari, o que é outro indicativo da fonte **exemplo e simbolismo**.

2.2.2 Aproximação com o Ocidente

O site oficial da Sheikha registra o seu comprometimento em advogar a favor de relações mais estreitas entre o mundo Islâmico e o Ocidente (ANTHONY, 2014). É possível considerar essa manifestação como um exemplo de **causa**. Além disso, em um discurso realizado na Universidade Carnegie Mellon, a Sheikha Moza questionou a existência de conflitos entre o Ocidente e o Islã, afirmando que ambos partilham valores e características (“HER HIGHNESS SHEIKHA MOZA”, 2006), o que caracteriza outro indício de **causa**.

A proximidade com os valores Ocidentais também é expressa pela participação da Sheikha Moza nas negociações e na compra da renomada marca de moda ocidental Valentino (JUCCA, MEADS, 2012; SAMBIDGE, 2012). Ao adquirir a marca, a Sheikha reforça que é possível utilizar roupas que condizem com as suas crenças e que, ao mesmo tempo, são consideradas elegantes pela audiência ocidental. Ademais, o alto valor investido – €700 milhões (JUCCA, MEADS, 2012) – evidencia uma aproximação econômica do mercado qatari com o mercado ocidental. Essa aproximação econômica também é comprovada pela expressiva compra de imóveis no Reino Unido por parte da monarca consorte (ANTHONY, 2014). Ambos os fatos apresentados podem ser interpretados como **ações** associados ao capital moral.

A Sheikha Moza ocupa o cargo de embaixadora na Aliança de Civilizações das Nações Unidas (AOC), que tem como propósito o diálogo intercultural (EVANS, 2011; “ROLES”, [s.d.]). É possível dizer que, ao representar a AOC, a monarca corporifica um **exemplo e simbolismo** do capital moral em análise. Além disso, a Sheikha utiliza marcas de moda ocidentais famosas e está sempre de acordo com as tendências do mercado *fashion* ocidental (EVAN, 2011). Ao

corporificar os valores ocidentais em seus trajes, ela se torna um **exemplo e simbolismo** da aproximação com o ocidente.

2.2.3 Ativismo na educação

[Sheikha Mozah] is driven by her passion for education and her belief in its ability to enhance opportunities and transform societies. She is committed to ensuring that every child has access to a quality education and can go to school in a safe environment (“RIGHT TO EDUCATION”, [s.d.]).

Esse trecho, retirado do site oficial da Sheikha Mozah, é um dos inúmeros exemplos de **causa** encontrados para este capital moral. Em quase todos os discursos proferidos pela consorte, a dedicação da Sheikha à educação é evidente. Entretanto, também é clara a ausência de fala dela em questões consideradas “masculinas”, como segurança e economia. O ativismo educacional da monarca é refletido na liderança de inúmeros projetos em prol da educação. O programa Educate a Child, lançado em 2012, objetiva garantir escolaridade para as 57 milhões de crianças que, até então, não tinham acesso a escola (“RIGHT TO EDUCATION”, [s.d.]). Já o programa Al Fakhoora, iniciado em 2009, trabalha para providenciar educação aos estudantes que residem em Gaza (“RIGHT TO EDUCATION”, [s.d.]). Ambas as iniciativas podem ser consideradas **ações** associadas à corporificação do capital moral.

Finalmente, a Sheikha ocupa inúmeros cargos relacionados a políticas educacionais. Aqui, cabe citar a sua posição de membro do Grupo para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas desde 2012; como Embaixadora Especial para Educação Básica e Média na Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e como presidente da organização Education Above All (“ROLES”, [s.d.]). Os três cargos internacionais podem ser interpretados como **exemplo e simbolismo** do ativismo educacional da Sheikha.

SHEIKHA MOZAH	Valorização da autenticidade cultural nacional	Aproximação com o Ocidente	Ativismo na educação
Causa	Citação do site; trecho do discurso; introdução do livro.	Citação do site; trecho do discurso	Citação do site.
Ação	Acervo digital com obras árabes traduzidas.	Compra da marca Valentino; compra de imóveis britânicos.	Educate a Child; Al Fakhoora.
Exemplo/Simbolismo	Presidente da QF; utilização do véu.	Embaixadora na AOC; trajes ocidentais.	Grupo para os ODM; UNESCO; Education Above All.
Conclusão: a Sheikha foi capaz de corporificar com eficiência os três capitais morais.			

Tabela 1: Corporificação de capitais morais pela Sheikha Moza. Fonte: Elaboração própria.

O caso da rainha Rânia

3.1 Breve contextualização da vida da Rainha Rania

Rania al-Yassin nasceu no Kuwait em 1970 e é membro de uma respeitada família palestina de classe média (DARWISH, 1999; “QUEEN RANIA DISCUSSES”, 2010). A rainha não tinha qualquer expectativa de integrar a família real, até que conheceu e se casou, em 1993, com Abdullah II da Jordânia (“QUEEN RANIA DISCUSSES”, 2010). A monarca recebeu uma educação baseada no ensino Ocidental e, talvez por isso, a proximidade da Rainha Rania com o Ocidente seja tão evidente. Entretanto, destaca-se que sua família sempre prezou pelo orgulho árabe como um valor irrefutável (“JORDAN’S QUEEN OF HEARTS”, 2000), de maneira que a rainha valoriza e projeta a cultura nacional.

Em semelhança com a Sheikha Moza, Rania al-Yassin também é graduada com méritos: ela se formou no curso de Administração de Negócios na Universidade do Cairo e, após, trabalhou em um banco e em uma empresa de tecnologia de informação (“HER MAJESTY QUEEN RANIA”, [s.d.]). Novamente, a rainha em questão fortalece a ideia de que é muito importante considerar a ambição e das consortes no alcance de uma posição de liderança no cenário internacional.

A atuação política da consorte não começou após o 11 de setembro, como ocorreu com a Sheikha Moza. A Rainha Rania, desde o início, expressou suas opiniões políticas, até mesmo quando essas não eram compatíveis com os interesses do Estado ou com a sociedade patriarcal (DARWISH, 1999). Entretanto, a sua agência antes do ataque não era valorizada. Pelo contrário, uma porção da população jordana e mundial desaprovava a atuação da monarca e afirmava que ela não sabia seguir os protocolos de uma consorte (“JORDAN’S QUEEN OF HEARTS”, 2000). Destaca-se que outras críticas foram apontadas mesmo após o ataque de 11 de setembro, principalmente em 2011 (ZECCHINI, 2011). Essas críticas, entretanto, foram pontuais e não prejudicaram significativamente a imagem da Rainha Rania no cenário internacional. Além disso, ao analisar os discursos da consorte, percebe-se que, após o marco, sua posição política passou a ser mais harmônica com os interesses do Estado.

3.2 Corporificação dos capitais morais pela Rainha Rania

3.2.1 Valorização da autenticidade cultural nacional

Durante a conferência Education Cannot Wait, a Rainha Rania proferiu um discurso no qual afirmava a bondade e a pacificidade dos cidadãos jordanos, deixando implícito que tais características deveriam servir como exemplo para o restante do globo (“HER MAJESTY QUEEN RANIA”, 2013). Além disso, a consorte expressou fortemente a sua opinião durante uma

entrevista com a BBC a favor do direito das mulheres muçulmanas de usarem o véu em território europeu, o que demonstra seu apoio à tradição islâmica, ainda muito influente na Jordânia (“IN A INTERVIEW WITH BBC”, 2010). As duas manifestações podem ser interpretadas como exemplos de **causa** associados ao capital moral de valorização cultural.

A fim de difundir a cultura jordana e valorizar as características do país, a Rainha Rania foi peça central de uma revista de turismo, além de participar de uma conferência que tinha como objetivo promover a atividade no Oriente Médio (“QUEEN RANIA PROMOTES”, 2008). Em ambas as situações, a rainha foi capaz de valorizar a autenticidade cultural por meio do incentivo turístico, caracterizando **ações** associadas a esse capital moral.

Ao analisar a corporificação desse papel pela Sheikha Moza, concluiu-se que ela corporificava os valores culturais por meio da utilização do hijab⁴. A Rainha Rania, entretanto, representa a cultura e a tradição da sua nação fazendo exatamente o contrário. Ao decidir pela não utilização do véu, a monarca se torna um símbolo da diversidade cultural jordana. De acordo com ela, o véu não é um mecanismo de opressão, mas uma escolha pessoal baseada nas crenças do indivíduo e ela teria optado por não usar – assim como 40% da população feminina jordana (QUEEN RANIA AL-ABDULLAH, 2006). De fato, em alguns contextos, o véu é utilizado como mecanismo de libertação da mulher, pois ela passa a ser capaz de frequentar espaços antes proibidos a elas (ABU-LUGHOD, 2002, p. 785). É possível associar o argumento da rainha ao Feminismo Islâmico – o que corrobora a ideia de que as mulheres líderes após o ataque de 11/09 têm como dever tornar compatíveis a cultura nacional e os valores Ocidentais. Observa-se, portanto, a não utilização do véu como a projeção de um **exemplo e simbolismo**.

3.2.2 Aproximação com o Ocidente

O site oficial da Rainha Rania afirma que “as an Arab, Muslim women, Queen Rania is committed to reconciling people of different faith and cultures by encouraging cross-cultural dialogue” (“BIO”, [s.d.]). Além disso, durante a trigésima terceira reunião do Fórum Econômico Mundial (FEM), a rainha lançou um apelo pelo diálogo interativo entre mulheres Árabes e mulheres Ocidentais, pois só assim os estereótipos criados sob esses grupos poderiam ser superados (“QUEEN RANIA LAUNCHES”, 2003). Ambas as situações podem ser consideradas exemplos de **causa** associadas ao capital moral de aproximação com o Ocidente.

Além de ser ativista política, a Rainha Rania também é autora do livro infantil *The Sandwich Swap* (2010). A obra conta a história de duas crianças que nunca provaram a sanduíche uma da outra e presumiram que não seria saboroso. Ao decorrer do livro, entretanto, elas percebem que não devem possuir preconceitos sobre algo que não conhecem. A história apresenta a necessidade do diálogo intercultural, visto que a maioria dos conflitos ocorrem porque as

⁴ Hijab é um tipo de véu que cobre a cabeça e o peito, muito utilizado na cultura islâmica.

culturas possuem pré-julgamentos umas sobre as outras (“QUEEN RANIA DISCUSSES”, 2010). A publicação do livro pode ser interpretada como uma **ação** em prol do capital moral. A aproximação com o Ocidente é, ainda, muito visível nas escolhas dos trajes da Rainha. As roupas da monarca são constantemente elogiadas por críticos de moda Ocidentais, de maneira que seu estilo pode ser considerado um **exemplo e simbolismo** do capital moral.

3.2.3 Ativismo na educação

O comprometimento da Rainha Rania com a educação é exposto em quase todas as suas aparições públicas. Em um discurso em 2009, a rainha confessou que tinha como anseio a educação ser reconhecida e valorizada por possibilitar não apenas o desenvolvimento individual, mas social (“QUEEN RANIA”, 2009). Em 2013, ao proferir algumas palavras na conferência *Education Cannot Wait*, a consorte ressaltou a importância da educação e associou a relevância do assunto à sua condição de mãe (“HER MAJESTY QUEEN RANIA”, 2013). Destaca-se essa associação como uma perpetuação do *gendered agency*, pois é influenciado pelos estereótipos criados sob a maternidade. Além desses discursos, o site oficial da Rainha aponta a educação como uma fonte de oportunidade (“VISION”, [s.d.]). Todas esses trechos são exemplos de **causa** como fonte do capital moral em questão.

Além de ser enfática em seus discursos, a Rainha Rania lidera e foi inspiração para a criação da Fundação Rainha Rania para Educação e Desenvolvimento e para o prêmio de excelência acadêmica que também leva seu nome (“INITIATIVES”, [s.d.]). Ambas as iniciativas são **ações** que podem ser relacionadas ao capital moral de ativismo educacional, mas não são as únicas: a escrita de um livro infantil e a estratégia de impactar mudanças por meio de uma obra literária também pode ser considerada uma **ação**. Ademais, a Rainha Rania ocupa o cargo de Defensora Eminente no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), organização com grande impacto na educação. Essa posição da consorte é interpretada como um **exemplo e simbolismo** da sua atuação na área.

RAINHA RANIA	Valorização da autenticidade cultural nacional	Aproximação com o Ocidente	Ativismo na educação
Causa	Discurso na conferência; entrevista com a BBC.	Citação do site; discurso no FEM.	Discurso 2009; discurso na conferência; citação do site.
Ação	Revista de turismo; conferência de turismo.	Livro infantil.	Fundação; prêmio; livro infantil.
Exemplo/Simbolismo	Não utilização do véu.	Trajes ocidentais.	Defensora Eminente na UNICEF.
Conclusão: a rainha foi capaz de corporificar com eficiência os três capitais morais.			

Tabela 2: Corporificação de capitais morais pela Rainha Rania. Fonte: Elaboração própria.

Limitações da agência legitimada pelo capital moral

Após investigar a corporificação dos papéis pela Sheikha Moza e pela Rainha Rania, conclui-se que ambas foram capazes de projetar com eficiência os capitais morais analisados. Consequentemente, elas alcançaram uma agência política incomum para rainhas consortes do Oriente Médio. Entretanto, como discutido anteriormente, os capitais morais são, normalmente, caracterizados por serem valores compartilhados pela sociedade e que não ameaçam as estruturas dominantes (DERICHS, FLASCHENBERG, HUSTEBECK, 2006, p. 245; ENLOE, 1990, p. 13). Dessa maneira, os três capitais morais corporificados pelas rainhas reafirmam estereótipos do patriarcado, contribuindo para a perpetuação do ciclo do *gendered agency*.

Ao reforçar a ideia de que as mulheres devem se ater a determinadas funções e áreas, a estratégia do capital moral impede que a Sheikha Moza e a Rainha Rania tenham agência em outros campos, como discussões sobre fronteiras e segurança; o que é comprovado pela ausência desses temas em seus discursos ou projetos. Ou seja, embora as corporificações dos capitais morais possibilitem que elas atuem politicamente, essa atuação é restrita.

Outro fator a ser considerado é que, embora a ambição individual dessas consortes seja extremamente relevante para compreender a agência das mesmas, não é possível ignorar que a presença das rainhas no cenário político ocorre devido a uma prévia autorização. Os anseios do mundo árabe pela projeção da modernidade após o ataque de 11 de setembro criaram um ambiente propício à atuação da Sheikha Moza e da Rainha Rania, de maneira que as agências dessas mulheres dependem de suas relações com o governo e das suas capacidades de melhorar a imagem nacional frente à comunidade internacional. Sendo assim, é praticamente impossível dizer se elas representam seus próprios interesses ou os interesses governamentais.

Encontra-se, aqui, três dilemas principais sobre a atuação das rainhas consortes no cenário internacional que confirmam e reforçam as estruturas patriarcais do sistema político: poucas dessas mulheres possuem agência política – o que se intensifica negativamente no caso do Oriente Médio; as rainhas que conquistam a atuação nesse cenário, mais especificamente as rainhas discutidas neste artigo, pouco opinam em campos considerados masculinos; não é possível dizer se o comprometimento dessas mulheres é com seus próprios interesses ou com os interesses de seus governos.

Considerações finais

O cenário político internacional é caracterizado por ser majoritariamente masculino e, por isso, a atuação das mulheres não é influenciada e nem esperada. Quando elas alcançam posições de prestígio, espera-se que, ao menos, elas adotem posturas compatíveis com os valores morais compartilhados pela sociedade. Essa hipótese foi comprovada a partir da análise dos casos de duas rainhas do Oriente Médio, mas poderia ser aplicada ao estudo da atuação de muitas outras

mulheres políticas. Os valores compartilhados podem se diferenciar de acordo com as culturas e contextos esmiuçados, mas quase que sempre recai sobre a mulher a responsabilidade de segui-los.

As mulheres líderes políticas que ousam não respeitar e corporificar o *capital moral* são, injustamente, rechaçadas pela sociedade; reação social muito diferente da que é recebida pelos seus colegas de trabalho. Exemplos, infelizmente, não faltam: a Rainha Rânia foi julgada por grupos islâmicos mais conservadores que não aceitavam que ela mostrasse os cabelos – o que trouxe obstáculos à sua vida política, podendo esse ser o motivo que a influenciou a adotar uma postura mais próxima ao Ocidente e à modernidade na tentativa de ressignificar as críticas. No Brasil, por exemplo, as campanhas pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff foram carregadas de discursos machistas que a humilhavam pela acusação da líder ter, supostamente, adotado uma postura pouco ética e não aliada às expectativas morais; percebe-se que o mesmo tratamento não foi conferido aos políticos brasileiros acusados de corrupção.

É fato que a representatividade feminina nos meios políticos está cada vez mais crescente. Entretanto, criar possibilidades para que elas assumam cargos importantes não é o suficiente para abolir os aspectos machistas e patriarcais da estrutura política. Mais do que isso, é preciso feminizar a política – uma discussão cada vez mais frequente dentro dos debates acadêmicos e ativistas. É necessário ressignificar as bases pelas quais foram construídas as relações políticas e que permitem a existência de constrangimentos e expectativas diferentes para homens e mulheres. Ter mulheres assumindo posições de alto nível é importante e mais que desejável, mas é apenas um dos muitos passos a se tomar nessa dura jornada que tem como objetivo abolir a desigualdade de gênero.

Referências

ANTHONY, Andrew. Sheikha Mozah: the (un)acceptable face of Qatar's global expansion. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/theobserver/2014/dec/14/sheikha-mozah-acceptable-face-qatar-global-expansion>>. Acesso em 15 de novembro de 2015. 14 de dezembro de 2014.

ABU-LUGHOD, Lila. Dialects of Women's Empowerment: the international circuitry of the arab human development report 2005. *International Journal of Middle East Studies*, vol. 41, p. 83-103. 2009.

ACKER, J. Doing comparable worth: gender, class and pay equality. Tempere: Vastapaino. 1990.

AL-RASHEED. A most masculine state: gender, politics and religion in Saudi Arabia. Cambridge: Cambridge University Press. 2013

BAKER, Peter; CHOZICK, Amy. Hillary Clinton's History as fist lady: powerful, but not always deft. Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2014/12/06/us/politics/hillary-clintons-history>

as-first-lady-powerful-but-not-always-deft.html?_r=0>. Acesso em 17 de março de 2016. 5 de dezembro de 2014.

BASHEVKIN, Sylvia. Numerical and policy representation on the international stage: women foreign policy leaders in Western industrialised systems. *International Political Science Review*, vol. 35, n. 4, p. 409-429, 2014.

CHILDS, Sarah; KROOK, Mona Lena. Analysing Women's Substantive Representation: From Critical Mass to Critical Actors. *Government and Opposition*, vol. 44, n. 2, p. 125-145, 2009.

DARWICH, Adel. Spotlight on a queen. *The Middle East*, n. 288, p. 7. 1999.

DERICHS, Claudia; FLESCHENBERG, Andrea; HUSTEBECK, Momoyo. Gendering moral capital: Morality as a political asset and strategy of top female politicians in Asia. *Critical Asian Studies*, vol. 38, n. 3, p. 245-270, 2006.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics*. Los Angeles: University of California Press. 1990

EMIRBAYER, Mustafa; MUSCHE, Ann. What is Agency? *American Journal of Sociology*, vol. 103, n. 4, p. 962-1023. 1998.

HER HIGHNESS SHEIKHA MOZA BINT NASSER. Biography. Disponível em: <<http://www.mozabintnasser.qa/en/Pages/MozabintNasser/Biography.aspx>>. Acesso em 10 de Novembro de 2015. [s.d.]

_____. Culture and Heritage. Disponível em: <<http://www.mozabintnasser.qa/en/Pages/Initiatives/Culture.aspx>>. Acesso em 10 de Novembro de 2015. [s.d.]

_____. Right to Education. Disponível em: <<http://www.mozabintnasser.qa/en/Pages/Initiatives/RighttoEducation.aspx>>. Acesso em 10 de Novembro de 2015. [s.d.]

_____. Roles. Disponível em: <<http://www.mozabintnasser.qa/en/Pages/MozabintNasser/RolesandPositions.aspx>> Acesso em 10 de Novembro de 2015. [s.d.]

_____. Foreword. In: SANBOL, Amira; DREHER, Kira (ed). *Gulf Women*. 2012.

HUSSO, Marita; HIRVONEN, Helena. Gendered Agency and Emotions in the Field of Care Work. *Gender, Work and Organization*, vol. 19, n. 1, 2012, p. 29-51.

JUCCA, Lisa; MEADS, Simon. Qatari royals buy Italian fashion icon Valentino. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2012/07/12/us-valentino-qatar-idUSBRE86B0TH20120712#W9KT6z5wUCZWDwpS.97>>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2015. 12 de Julho de 2012.

KANDIYOTI, Deniz. Identity and its Discontents: women and the nation. *Journal of International Studies*, vol. 20, n. 3, p. 429-443, 2004.

KANE, John. *The Politics of Moral Capital*. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

- KRAUSE, Wanda. *The Situation of Women in the Gulf States*. Bruxelas: European Union. 2014.
- _____. *Women in the Arab Gulf: redefining participation and socio-political consequences*. *Gender Orient-Institute*, num. 52. 2011.
- MCEWAN, Cheryl. Postcolonialism, feminism and development: intersections and dilemmas. *Progress in Development Studies*, vol. 1, n. 2, p. 93-111, 2001.
- MCLAREN, Leah. Spain's Queen Letizia: Divorcee, War Reporter, TV Journalist, Republican? Disponível em: <<http://europe.newsweek.com/spains-queen-letizia-divorcee-war-reporter-tv-journalist-republican-271035?rm=eu>>. Acesso em 13 de março de 2016. 2014.
- MITRA, Arijit Sikdar Sumit. Gender-role stereotypes: perception and practice of leadership in the Middle East. *Education, Bussines and Society: Contemporary Middle Eastern Issues*, vol. 5, n. 3, p. 146-162, 2012.
- QUEEN RANIA AL ABDULLAH. Queen Rania promoted Middle East Travel destination at high profile travel forum. Disponível em: <<http://www.queenrania.jo/en/media/articles/queen-rania-promotes-middle-east-travel-destination-high-profile-travel-forum-announc>>. Acesso em 10 de novembro de 2015. 23 de setembro de 2008.
- _____. *Vision*. Disponível em: <<http://www.queenrania.jo/rania/vision>>. Acesso em 10 de novembro de 2015. [s.d.]
- _____. In a Interview with BBC, Queen Rania: "I am a staunch supporter of every woman's right to wear the Hijab, just I am a staunch supporter of every woman's right to choose not to wear it.". Disponível em: <<http://www.queenrania.jo/media/interviews/interview-bbc-queen-rania-i-am-staunch-supporter-every-woman's-right-wear-hijab-jus>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2015. 31 de Janeiro de 2010.
- REPO, Jemina; YRJOLA, Riina. 'We're all princesses now': sex, class and neoliberal governmentality in the rise of middle-class monarchy. *European Journal of Cultural Studies*, p. 1-2015.
- RIDGEWAY, Cecilia L. Gender, Status and Leadership. *Journal of Social Issues*, vol. 56, n. 4, p. 637-655, 2001.
- TOWNS, Ann. The status of women and the ordering of human societies along the stage of civilization. In: MARTIN, Hall; JACKSON, Patrick T. (edição). *Civilizational Identity: the production and reproduction of civilizations in international relations*. Nova York: Palgrave MacMillan. 2007.
- YUVAL-DAVIS, Nira. Gender and nation. *Ethnic and Racial Studies*, vol. 16, n. 4, p. 621-632, 1993.
- _____. *Women-Nation-State*. Palgrave MacMillan. 1989.
- WHITE, Allan. Eleanor of Provence: Queenship in Thirteenth Century England. *New Blackfriars*, vol. 81, n. 948, p. 97-99.
- ZECCHINI, Laurent. Beouin tribes accuse Jordan's Queen Rania of corruption. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2011/feb/15/bedouin-accuse-jordan-queen-corruption>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2015. 15 de Fevereiro de 2011.

Simpósio Temático 11 - Ditadura e Democracia: Os Feminismos e a Política

Coordenação: Roselane Neckel (20/03) e Marlene de Fáveri (21/03)

Local: Sala 10 - curso de História.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, e 21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Betina Fontana Piovesan

betinapiovesan@gmail.com

Universidade do Vale do Itajaí

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA CATARINENSE PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988: UMA ANÁLISE PELA ÉTICA DO CUIDADO

Binah Ire

binahire@gmail.com

UFSC

ACERVOS ACADÊMICOS DE PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DO LEGH

Glenda Lunardi

glendalunardi@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

FEMINISTAS BRASILEIRAS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: ATUAÇÃO EM DIFERENTES ÂMBITOS

Márcia Inês Schaefer

marciainesschaefer@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Luana do Rocio Taborda

luanadorocio@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL: ENGAJAMENTO ASSOCIATIVO DE MULHERES EM FLORIANÓPOLIS

Maria Julia Castro

majuxcastro@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

O PAPEL DO FEMINISMO ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Stela Schenato

steschenato@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES RURAIS NO SUL E NORDESTE NO BRASIL (1980 - 2016): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA CATARINENSE PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988: UMA ANÁLISE PELA ÉTICA DO CUIDADO

Betina Fontana Piovesan¹

Resumo: A pesquisa objetiva analisar, através de técnicas documentais, a participação das mulheres no sistema político catarinense a partir da teoria político-feminista do cuidado, apontado como um valor político capaz de redefinir as instituições públicas, sem se restringir à esfera privada e tampouco ao encargo de sujeitos historicamente subordinados. Observar-se-á, ao final, a ineficácia dos incentivos à participação das mulheres na política, que são pensados apenas de acordo com necessidades da vida pública, ignorando a dinâmica e as particularidades da vida privada.

Palavras-chave: teoria feminista, ética do cuidado, participação política

Na atualidade o feminismo é entendido para além de um movimento ou de uma ideologia. Trata-se de encará-lo como uma teoria política que oferece subsídios para compreender diversas situações de opressão além da questão de gênero, e que objetiva expor o caráter patriarcal das teorias políticas modernas.

Sobre o caráter político do feminismo, Zirbel (2016, p. 132) pontua que:

O feminismo tem se mostrado um movimento genuinamente político (tanto no sentido prático quanto no teórico) que busca reconstruir problemas clássicos das teorias políticas modernas. Para tanto, tem incluído novas questões e novas maneiras de pensar temas políticos tradicionais, com o intuito de compreender como as desigualdades que implicam domínio e opressão entre homens e mulheres são geradas e mantidas.

A teoria política feminista, que se aperfeiçoou ao longo de sua história e de acordo com o desenvolvimento das três ondas (ou rizomas), oferece pressupostos que mantêm uma tensa relação com as teorias políticas tradicionais, especialmente o liberalismo, posto que um de seus primeiros ensinamentos é a desconfiança do sujeito universal, já que aceitar a ideia de sua existência importa em abstrair as diferenças hierárquicas nas sociedades.

O pensamento feminista aponta, pois, que as classes dominantes, em razão de sua posição social privilegiada, constroem a si mesmas como universais de modo que o indivíduo universal (o sujeito abstrato) é o homem, branco, heterossexual e proprietário, o único que detém a capacidade de estabelecer contratos. Como consequência, todas as

¹ Estudante de graduação do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

outras posições sociais são marginalizadas e permanecem em um lugar subalterno. Ora, há um sem número de indivíduos que não se encaixam no perfil universal, que possuem suas particularidades e demandas próprias.

Assim, o feminismo, conforme pontuam Miguel e Biroli (2014), critica o indivíduo abstrato e os direitos que se definem a partir das premissas do pensamento liberal. A esse despeito, as cotas eleitorais, que serão trabalhadas adiante, surgem exatamente como consequência do desenvolvimento da teoria feminista e em questionamento ao ordenamento político liberal, que prega que todos são iguais (MIGUEL, 2000).

Uma segunda contribuição da teoria política feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada que, para Miguel e Biroli (2014, p. 31) “corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e nem experiências como privados e, como tal, não políticos.”

A ideia liberal de que existem duas esferas distintas entre si sem qualquer conexão, é constantemente questionada por teóricas feministas. A despeito do mote² da segunda onda do movimento, tornou-se necessário politizar as questões do espaço privado e familiar, ampliando o âmbito de atuação da política. Aceitar a ideia da pretensa divisão, significa manter as mulheres em desvantagens e naturalizar os papéis sociais, como se os homens fossem biologicamente mais adequados para a vida pública e detentores dos valores para ela necessários (justiça, racionalidade, impessoalidade, independência, generalidade) e como se as mulheres preferissem a vida doméstica e naturalmente possuíssem os valores de cuidado, afeto, maternidade, etc. Ainda, os valores associados às mulheres (que, conforme veremos a seguir, são resultado do seu confinamento à esfera familiar), são comumente encarados como inadequados para as questões públicas e caracterizados como desvios.

Para os liberais, portanto, a esfera pública seria aquela em que homens adultos lidam com homens adultos, com base em princípios universais da racionalidade e da impessoalidade. Por outro lado, a esfera privada corresponderia ao espaço de relações instintivas e pessoais, comumente associada às mulheres (KYMLICKA, 2006).

² A segunda agenda feminista teve como *slogan* a emblemática frase de Carol Hanish (1969): “O pessoal é político”, que procurava evidenciar que muitos dos “problemas das mulheres” não eram de natureza individual ou psicológica, mas sociais e que o político, quando pensado como exercício do poder, ou como relações de poder, atingia todas as esferas da sociedade, incluindo a esfera privada

O espaço privado estaria protegido pelo direito à privacidade e não deteria caráter político relevante. Contudo, é nesse contexto que se estabelecem relações de poder e autoridade, limitando a autonomia das mulheres e atingindo muitas vezes sua integridade pessoal, de modo que o ingresso e a participação feminina em igualdade de condições na vida pública permanecem comprometidos. Nas palavras de Zirbel (2016, p. 226) “a estruturação das relações entre os gêneros no âmbito privado tem um efeito negativo e desigual sobre a capacidade das mulheres de participar do que foi considerado o campo do público”.

A teoria feminista aponta, ao contrário, que o espaço privado, da vida familiar e doméstica, é interligado à vida pública e determinante para a superação da desigualdade sexual. Na lição de Miguel e Biroli (2014, p. 33), “é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática”.

Na esteira da terceira onda do feminismo, a teoria política feminista também traz o ensinamento de que é necessário atentar às opressões cruzadas. Conforme ficou claro na agenda da terceira onda feminista, a análise das situações de opressão não pode se restringir somente à questão de gênero. Para identificar os mecanismos de reprodução de desigualdades é preciso tomar, juntamente, as questões de classe, raça e sexualidade (BIROLI, 2013).

Numa sociedade patriarcal, racista, capitalista e heteronormativa, a posição social de quem sofre as opressões cruzadas é complexa e deve ser compreendida na sua especificidade para que seja possível ressignificar as experiências e construir instituições mais justas e democráticas. Por exemplo, uma representação política plural somente existirá quando os mecanismos de acesso à participação política conseguirem abranger e incluir indivíduos que representem as diversas classes existentes na sociedade atual. Conforme veremos no terceiro capítulo deste trabalho, as instituições políticas desconsideram a teoria feminista e, portanto, permanecem ocupadas majoritariamente por homens brancos de meia idade.

O feminismo enquanto teoria política aponta, ademais, que é necessário discutir a formação das preferências. Se não há autonomia individual, se há relações assimétricas de poder, não há liberdade de escolha. As experiências são vividas sob uma sociedade desigual. Dessa forma, as ideias que são vendidas pelo pensamento liberal como escolhas, são, em verdade, a única opção possível e viável para o grupo dominado. Nesse sentido, Miguel (2015, p. 604) ensina que:

Em situações de privação material ou de expectativas sociais opressoras, a autonomia está limitada, mesmo que tecnicamente os agentes possuam liberdade diante das escolhas que lhes são oferecidas. Como dizem as críticas socialista e feminista, trabalhadores que "escolhem" vender sua força de trabalho numa sociedade capitalista ou mulheres que "escolhem" o casamento numa sociedade marcada pela dominação masculina não estão agindo de maneira efetivamente autônoma.

Não é difícil o senso comum apontar que há poucas mulheres em cargos políticos por falta de interesse ou em razão de uma suposta preferência pelos afazeres domésticos. Todavia, a teoria política feminista busca justamente demonstrar que não se trata de desinteresse ou preferências, mas sim da falta de opções e de oportunidades para as mulheres, decorrentes de sua sujeição histórica e cultural ao patriarcado.

Por fim, a teoria feminista põe em xeque os limites da igualdade e da diferença. Para Miguel (2015), prezar a igualdade não significa desconsiderar as diferenças, mas sim reconhecê-las para o exercício da plena e igual autonomia.

A primeira aparição política da agenda feminista buscava igualdade de direitos (voto e educação) para as mulheres, direitos que já eram conferidos aos homens, ao argumento de que homens e mulheres são iguais em sua humanidade comum. Entretanto, a pretensa igualdade “vai ser entendida como a busca pela inserção numa universalidade que não é neutra – já está preenchida com as características do “masculino”, uma vez que “a própria ideia de cidadania foi construída tomando como base a posição do homem” (MIGUEL, 2014, p. 39).

Evidenciando os limites da universalidade do liberalismo, que apela a valores universais e neutraliza o impacto das desigualdades sociais, especialmente de gênero, a teoria política feminista adota a política da diferença, ou, como melhor aponta Zirbel (2016, p. 103), reivindica “uma igualdade substantiva para as mulheres e a *erradicação do sistema de privilégios e dominação com base no gênero e suas transversalidades*”.

Isso porque a tensão firmada entre o liberalismo e o feminismo, enquanto teorias políticas, decorre do fato de que os valores liberais serviram de inspiração para a teoria feminista. Sobre o tema, acrescenta Zirbel (2016, p. 103):

A liberdade pessoal de viver a própria vida segundo as próprias escolhas e *a liberdade política* de auxiliar nas decisões dos rumos da comunidade são, igualmente, *ideais liberais e feministas*. O mesmo pode ser dito sobre a demanda por igualdade de direitos, por uma vida livre de violência ou da ameaça dela, por acesso a oportunidades para desenvolver planos de vida, dentre outras coisas.

Ocorre que mesmo tendo inspirado os valores feministas, as questões levantadas pelo liberalismo têm apresentado problemas cruciais para o exercício efetivo de direitos sociais e políticos das mulheres. O princípio da igualdade universal, que num primeiro momento pareceu atrativo para o feminismo, passou a ser alvo de críticas diante da manutenção e perpetuação da discriminação de gênero, já que mesmo com a erradicação de restrições consignadas na lei, a igualdade de fato, especialmente no âmbito da representação política das mulheres, não foi implementada. A demanda por igualdade não é suficiente para as mulheres, uma vez que, conforme aponta Zirbel (2016, p. 117)

Certas diferenças individuais ou de grupo não podem ser ignoradas por implicarem desvantagens sociais ou representarem algo de valioso ou central para os mesmos. Gênero, etnia, cor da pele, classe social, idade, deficiências físicas, são marcadores sociais que precisam ser levados em conta. Do contrário, leis e regras aplicadas uniformemente podem causar um efeito oposto ao desejado (reforçar desigualdades, por exemplo).

Portanto, questionar premissas básicas das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições, além de desenvolver novas práticas e justificativas para as instituições e práticas político-sociais é o desafio da teoria feminista, bem como de uma teoria política feminista do cuidado, que passaremos a trabalhar adiante.

Teoria Político-Feminista do Cuidado

Como visto, um dos desdobramentos do pensamento feminista é a afirmação de que existem diferenças entre homens e mulheres, sejam históricas, culturais, sociais ou até mesmo biológicas, que não justificam, contudo, tratamentos e situações discriminatórias.

Apesar disso, essas diferenças foram usadas para confinar as mulheres ao espaço privado. Esse banimento das mulheres à vida doméstica, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento de uma experiência singular, baseada no cuidado e na gestão dos afetos (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 36). Assim, “homens e mulheres passaram a ser associados com modos diferentes de pensamento e sentimento” (KYMLICKA, 2006, p. 339).

Uma das primeiras teóricas a perceber o resultado dessa diferença foi Carol Gilligan. Insatisfeita com o caráter androcêntrico dos resultados das pesquisas existentes

sobre o desenvolvimento moral humano, especialmente de Lawrence Kohlberg³, com quem chegou a trabalhar, Gilligan publicou a sua crítica em 1982, intitulada de “Uma voz diferente: teoria psicológica e desenvolvimento da mulher” (ZIRBEL, 2016, p. 36).

Em seus estudos, Gilligan passou a “incluir as experiências, preocupações e modos de pensar das mulheres” (ZIRBEL, 2016, p. 40), obtendo como resultado que o raciocínio feminino, de modo geral, “denotava uma preocupação com o contexto relacional de onde os problemas emergiam e uma tendência a redefinir tais problemas a favor da preservação das relações interpessoais” (ZIRBEL, 2016, p. 41). Tratava-se, pois, da Ética do Cuidado.

Com os resultados de suas pesquisas, Gilligan pode concluir que as mulheres foram ignoradas como objeto e sujeitos de análise, tiveram suas experiências definidas como intuitivas e não racionais, decorrentes de uma questão natural, enquanto os homens foram priorizados como “objeto de estudo e modelo ideal” (ZIRBEL, 2016, p. 43). A moralidade ligada ao feminino foi, portanto, silenciada em detrimento da voz masculina que se direciona para o desenvolvimento de propostas éticas pautadas em princípios imparciais e direitos (KUHNEN, 2010, p. 156).

O paradigma alternativo de resolução de problemas morais, foi nomeado por Gilligan de “voz diferente”, que segundo ela (1982, p. 12):

A voz diferente que eu defino caracteriza-se não pelo gênero, mas pelo tema. Sua associação com as mulheres é uma observação empírica, e é sobretudo através das vozes das mulheres que eu traço o seu desenvolvimento. Mas essa associação não é absoluta, e os contrastes entre as vozes femininas e masculinas são apresentados aqui para aclarar uma distinção entre dois modos de pensar e focalizar um problema de interpretação [...] Não cogito das origens das diferenças relatadas, nem de sua distribuição numa população mais ampla, nem nas culturas ou através dos tempos. Evidentemente, essas diferenças surgem num contexto social onde fatores de posição e poder sociais se combinam com a biologia reprodutiva para modelar a experiência de homens e mulheres e as relações entre os sexos. Meu interesse reside na interação entre experiência e pensamento, nas vozes diferentes e nos diálogos que elas suscitam, no modo como ouvimos a nós mesmo e a outros, nas histórias que contamos sobre nossas vidas.

Para explicar essa moralidade diferente, evidenciando os limites das teorias então existentes, Gilligan utilizou-se de uma “estratégia de contraste” (ZIRBEL, 2016, pp. 43/44), contrapondo a ética do cuidado à ética da justiça.

³ De acordo com Zirbel, (2016, p. 36) Lawrence Kohlberg, um pesquisador da Universidade de Chicago, trabalhava desde a década de 1950 com pesquisa empírica para a elaboração uma teoria do desenvolvimento moral humano. Sua teoria procurava explicar como seres humanos julgam o que é certo ou errado ao longo de suas vidas e como efetuam mudanças de julgamentos.

A ética da justiça está associada a princípios corretos e universais, porém abstratos e tem como objetivo a universalidade e imparcialidade. Ainda, é por vezes apontada como uma forma de responder “unicamente antes à humanidade comum das pessoas que à individualidade distinta das pessoas”. A justiça, dessa forma, interessa-se pelo outro generalizado e negligencia o outro concreto (KYMLICKA, 2006, pp. 352/353).

Sintetizando, por fim, o pensamento de Gilligan, Kymlicka (2006, p. 356) aponta que a distinção por ela oferecida “é que o raciocínio de justiça pensa no interesse dos outros em termos de respeitar reivindicações de direitos, ao passo que o raciocínio do cuidado pensa no interesse dos outros em termos de aceitar responsabilidades” que, por sua vez, importa em “algum interesse positivo pelo seu bem-estar”. A voz padrão, comumente associada ao masculino lida com direitos que “são essencialmente mecanismos de autoproteção que podem ser respeitados simplesmente deixando as outras pessoas em paz. (KYMLICKA, 2006, p. 356).

Tronto (2009, p. 103), por sua vez, dissociou o cuidado de fatores psicológicos, afastou-o da esfera familiar e conceituou-o como um valor político, definindo por

Uma atividade genérica que compreende tudo o que fazemos para manter, perpetuar e reparar nosso mundo, afim de que possamos viver nele tão bem quanto possível. Esse mundo compreende nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, tudo o que tentamos manter interligado em uma complexa rede que dá suporte a vida.

O cuidado como uma questão política é “uma variedade de atividades destinadas a manter, perpetuar e reparar o mundo no qual vivemos”. Para que seja assim encarado é necessário, primeiramente, compreender e definir o sujeito que lhe serve de base: aquele vulnerável e interdependente (ZIRBEL, 2016, p. 133 e 174).

Se por um lado a teoria feminista tece severas críticas ao sujeito universal do liberalismo, aquele autossuficiente e auto interessado, contraditoriamente, por outro, teóricos “atrelados à ética do cuidado referem-se constantemente à ideia de uma condição humana universal que, por sua vez, orienta as práticas e valores do cuidado” (ZIRBEL, 2016, p. 135)

Para a ética do cuidado, a universalidade é evidenciada na vulnerabilidade e na dependência, comuns à condição e experiência humanas. Surpreendentemente, para esse desenvolvimento moral, elas não são condições negativas, mas algo que remete “à dimensão relacional de uma existência marcada por um conjunto de necessidades e

capacidades físicas, cognitivas e sociais que demandam cuidado e interações interpessoais complexas ao longo de toda a vida” (ZIRBEL, 2016, p. 139).

O sistema político

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, preconiza, em seu artigo 5º, a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações. Portanto, nesse aspecto não difere muito das Constituições anteriores. Ocorre que por ter sido elaborada num contexto pós ditadura, e objetivando atender anseios de diversos setores sociais, a chamada Constituição Cidadã inova e vai além, quando estabelece que tem como objetivos reduzir as desigualdades sociais, promover o bem-estar de todos sem preconceitos ou distinção de sexo e construir uma sociedade livre, justa e solidária (JUCOVSKY, 2000, p. 31).

Em relação às mulheres, há ainda a previsão da proteção ao mercado de trabalho, licença maternidade, tempo de contribuição para fins de aposentadoria inferior ao dos homens, sem olvidar das disposições constantes em outros diplomas legais, tampouco dos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário. (DIAS; SAMPAIO, 2011, p. 78 e JUCOVSKY, 2000, p. 31).

No que tange aos direitos políticos, dispostos a partir do artigo 14, “estabelece-se que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com identidade de valor para todos, nos termos da lei, através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular” (JUCOVSKY, 2000, p. 31).

São também previstas as condições de elegibilidade, as hipóteses de inelegibilidade, bem como a faculdade de voto para os analfabetos, os maiores de sessenta anos, e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Ainda, estabelecem-se os motivos pelos quais ocorrerá a cassação dos direitos políticos.

No intuito de minimizar os efeitos da sub-representação feminina, a primeira iniciativa para aumentar a participação política das mulheres se deu com Partido dos Trabalhadores – PT em 1991. De acordo com Godinho (1996, p. 148-156), elas tinham assegurada uma participação mínima de 30% (trinta por cento) em qualquer um dos órgãos diretivos do partido, política que foi adotada pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1993 e posteriormente por outros partidos.

Acerca das cotas para mulheres na política, Avelar (2001, p. 79) afirma que elas constituem “parte das ações afirmativas para corrigir injustiças em relação às mulheres

no tocante ao monopólio da representação masculina representativa de determinados interesses. A respeito do tema, Costa (2011, p. 190), ainda acrescenta que:

As cotas de participação são regras que estabelecem um número de vagas em um determinado organismo para serem ocupadas por membros de um dado grupo social. Esse organismo pode ser uma assembleia parlamentar, uma comissão de trabalho, uma universidade, um corpo consultivo ou diretivo, ou mesmo uma lista de candidatos em uma eleição. O critério para se definirem os grupos a ser abrangidos pelas cotas pode ter como base o sexo, a religião, a origem étnica, entre outros.

Legalmente, as cotas de gênero foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro pela primeira vez em 29 de setembro de 1995, cuja redação do artigo da Lei 9.100, que dispunha sobre as eleições do ano de 1996, assim preconizava:

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

(...)

§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.

A redação do artigo, contudo, foi alvo de críticas. Os desfavoráveis a ela sustentavam, em síntese a inconstitucionalidade do artigo, já que previa um tratamento diferenciado (e, portanto, discriminatório) às mulheres (ALVES; CAVENAGHI, 2008, p. 3). Segundo Avelar (2001, p. 80):

Contra a lei de cotas estão aquelas [pessoas] que defendem a organização política das mulheres que chegam à representação por sua força legítima na sociedade. E, também, as opiniões de cunho liberal, segundo as quais as cotas seriam favoritismo e, portanto, anti-democráticas.

A desaprovação do artigo também se deu em razão do aumento do total de cadeiras em disputa, que passou de 100% (cem por cento) para 120% (cento e vinte por cento). Assim, conforme concluiu Avelar (2001, p. 80), “os homens em nada perderiam, estavam assegurados na composição de 100%, como antes. Os 20% significavam apenas que eles só poderiam ser preenchidos por mulheres”

Portanto, logo em seguida, no ano de 1997, a Lei das Eleições foi reformulada e ampliada pela Lei 9.504. O artigo referente às cotas passou a contar com a seguinte redação:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

Com a nova redação, não houve margem para questionamentos acerca da constitucionalidade da Lei, com base em diferenciação entre os sexos ou tratamentos discriminatórios, “já que se estabeleceu a mesma regra de representação para os dois sexos, sendo que o Congresso Nacional apenas formalizou uma regra de representação que garante um mínimo e um máximo de vagas para cada sexo nas listagens partidárias em cada pleito” (ALVES; CAVENAGHI, 2008, p. 3).

Isso não impediu, todavia, críticas em outro sentido. Isso porque, conforme destaca Costa (2011, p. 198), “os partidos deveriam fazer apenas uma reserva de vagas. [...] se os percentuais mínimos não fossem preenchidos por membros de um sexo, não poderiam ser preenchidos por membros do outro, mas poderiam ser deixados em aberto [...]”.

Ademais, o potencial transformador da Lei foi limitado pelo fato de que nenhuma sanção era prevista para o partido político que descumprisse a determinação, de modo que a adesão foi baixa (veremos melhor estes dados no terceiro capítulo deste trabalho) (MEIRELES; ANDRADE, 2016, p. 80).

As eleições no Brasil são reguladas por diversos diplomas legais em vigência. Para este trabalho, contudo, merecem destaque duas leis: a já mencionada Lei 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições e a que trataremos agora, Lei 9.096/1995, que dispõe sobre os partidos políticos.

Em seu texto original, a Lei dos Partidos Políticos nada dispunha acerca do incentivo à participação política das mulheres, em que pese ter sido elaborada num contexto em que a discussão já era bastante frequente no Congresso Nacional, especialmente pelos partidos de esquerda, como visto acima.

Somente em 2009, com Reforma Eleitoral daquele ano, a Lei dos Partidos Políticos passou a contar com algumas disposições referentes à participação das mulheres. O diploma 12.034/2009, incluiu o inciso V ao artigo 44 que dispunha sobre a aplicação do Fundo Partidário. O dispositivo, então, passou a contar com a seguinte redação:

Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total.

A reforma também incluiu ao artigo 44 da Lei 9.096/1995 o parágrafo 5º, prevendo sanção para o partido político que não cumprisse a nova disposição referente à reserva de fundo partidário para as mulheres. O preceito foi assim redigido:

§ 5º O partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para finalidade diversa.

Não somente o Fundo Partidário foi objeto de alteração e influência com a Reforma Eleitoral de 2009. A Lei 12.034 também interferiu na propaganda partidária, incluindo o inciso IV ao artigo 45. Consta do texto normativo:

Art. 45. A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão será realizada entre as dezenove horas e trinta minutos e as vinte e duas horas para, com exclusividade:

IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento)

Por fim, no que interessa à participação política das mulheres, a Reforma Eleitoral de 2009 alterou a redação do artigo que tratava sobre as cotas de sexo na Lei das Eleições. Portanto, o parágrafo 3º do artigo 10 da Lei 9.504/1997 passava a vigorar com a seguinte prescrição:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação **preencherá** o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Grifo nosso)

A modificação no artigo se deu, entre outros fatores, em observância às críticas tecidas à sistemática até então prevista. Conforme explica Costa (2011, p. 199), na prática, havia um aumento de vagas para os homens, minimizando o efeito das cotas:

Em uma localidade cujo parlamento possuísse 100 assentos, por exemplo, um partido qualquer poderia, a princípio, lançar 100

candidaturas. Aplicando-se as cotas, sem aumentar o número de candidaturas, o partido poderia lançar no máximo 70 homens e no mínimo 30 mulheres na disputa eleitoral. Com a ampliação do número de candidaturas possíveis para 150 dos assentos nos parlamentos, na mesma localidade, um partido teria a possibilidade de lançar 150 candidatos, dos quais 105 poderiam ser homens (70%) e 45 mulheres (30%). Ou seja, o partido poderia lançar 5 homens a mais que antes, sem a obrigação de lançar a candidatura de nenhuma mulher.

Dessa forma, a nova redação trazida pela Reforma Eleitoral de 2009, buscava corrigir as limitações das regras existentes sobre as cotas. Com a substituição da expressão “deverá reservar” pelo verbo “preencherá”, o objetivo era forçar os partidos políticos ao preenchimento das cotas mínimas.

Considerações finais

O feminismo enquanto teria política apresenta uma nova perspectiva nas agendas de pesquisa da ciência política. Percebe-se seu impacto no cotidiano das relações sociais, num primeiro momento por lidar com a ideia de desconsiderar práticas, culturas e costumes como naturais e, portanto, desconstruir padrões pré-estabelecidos. Num segundo momento apresenta um potencial emancipador para construção de novas perspectivas.

Especificadamente com relação à ética do cuidado, o potencial transformador é maior, visto que a possibilidade de aplicar seus pressupostos teórico-metodológicos em outras áreas do conhecimento e práticas sociais é enorme. Seu ponto de partida em pensar as formas como as relações sociais são estabelecidas e a necessidade emergente de mudanças, permite revisitar todas as oportunidades inclusivas que permitiram maior participação política das mulheres sobre o prisma do cuidado. Isto demonstra que tais práticas, ainda que “bem-intencionadas” desde sua concepção apresentam-se moldadas em práticas sociais ainda tradicionais. Por isso a dificuldade de garantir, preencher e permitir uma atuação autônoma e livre das mulheres na política.

No aspecto catarinense não foi diferente, pois os dados indicam que mecanismos que produzem desigualdades permanecem operando e atuando sempre em desvantagens para as mulheres.

A dominação masculina, evidenciada na ineficácia do sistema das cotas para mulheres na política, se evidencia, por exemplo, na análise⁴ da representação política das

⁴ Todos os dados foram obtidos a partir do sistema de busca e análise de eleições anteriores no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-antecedentes>

mulheres nas casas legislativas municipais em Santa Catarina. Nas últimas três eleições para o cargo de vereador no estado (2008, 2012 e 2016), as mulheres representaram menos de 14% (quatorze por cento) dos candidatos eleitos.

Na capital catarinense, inclusive, nos anos de 2008 e 2012 foram disponibilizadas, respectivamente, 16 e 23 vagas para o cargo de vereador e vereadora. Entretanto, mesmo com 20% de candidaturas femininas em 2008, não houve nenhuma vereadora eleita, situação que se repetiu nas eleições de 2012, quando o percentual de candidaturas femininas já era de 30%.

Somente nas eleições do ano de 2016 ocorreu uma alteração pouco significativa no panorama de ocupação no legislativo municipal em Florianópolis: com 30% de candidaturas femininas, das 23 vagas para o cargo, apenas uma foi ocupada por candidata mulher.

Observa-se pelos dados apresentados, que embora possa ter existido um pequeno aumento da participação política das mulheres pela inserção explícita na legislação, isto ainda não permite uma real e significativa mudança das relações existentes nestes espaços. A pergunta inicial desta pesquisa, era verificar em que medida esta participação ocorre, mas antes mesmo de estabelecer parâmetros avaliativos, o trabalho apontou a necessidade de desconstruir a forma como as oportunidades são criadas, pois numa sociedade imersa na cultura patriarcal de predomínio do masculino no espaço público, as estratégias para a inserção, ainda que válidas, não são pensadas, dentro dos parâmetros propostos pela ética do cuidado, permitindo que as oportunidades do espaço público possam ser pensadas numa relação de vulnerabilidade, dependência, autonomia e desconfiguração.

Conclui-se, portanto, que é urgente pensarmos na construção de oportunidades que incluam os sujeitos em relações interpessoais de responsabilidade, retirando o aspecto do sujeito que no espaço público, pensa unicamente em si e nos seus, para justamente criar a capacidade de reconhecer que a responsabilidade sobre as duas esferas da vida social é um sinal de maturidade moral e indicativo de democracia efetiva e de qualidade.

Referências

ALVES, Elizete Lanzoni. A mulher e sua Efetiva Participação Política no Estado Democrático de Direito. **Resenha Eleitoral**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.153-169, jul. 2016. Semestral. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/ejesc/documentos/Artigo_Elizete_Alves.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. **O paradoxo entre a maior inserção social das mulheres e a baixa participação feminina nos espaços de poder: refazendo a política de cotas.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: Corpo, Violência e Poder, 8, 2008, Florianópolis. Anais... (Seminário Temático 29: Relações de poder e de gênero). Florianópolis: Fazendo Gênero, 2008, 8. v. 1. p. 1-7.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira.** 2. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer - Unesp, 2001. 188 p.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades:** contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Horizonte, 2013.

BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

COSTA, Thiago Cortez. Cotas de participação e eleições no Brasil. In: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder.** Goiânia: Cãnone Editorial, 2011. Cap. 6. p. 188-211.

DIAS, Joelson; SAMPAIO, Vivian Grassi. A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica. **Estudos Eleitorais:** Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, v. 6, n. 3, p.55-92, dez. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogopublicacoes/pdf/estudos_eleitorais/estudos_eleitorais_v6_n3.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente. Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à fase adulta.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

JUCOVSKY, Vera Lúcia Rocha Souza. **Representação Política da Mulher.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. 120 p.

KYMLICKA, Will. **Filosofia política contemporânea:** uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 1 v. Tradução de: Luís Carlos Borges.

KUHNEN, Tânia Aparecida. **A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios:** divergências entre Carol Gilligan e Nel Noddings. Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 155-168, set. 2010. ISSN 1677-2954. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2010v9n3p155>>. Acesso em: 04 mar. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/1677-2954.2010v9n3p155>.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências.** Opin. Publica, Campinas, v. 21, n. 3, p. 601-625, Dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000300601&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912015213601>.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, Out. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092000000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300005>.

ZIRBEL, Ilze. **Uma teoria político-feminista do cuidado**. 2016. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167820/339912.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

The participation of women in Santa Catarina's politics after the constitution of 1988: an analysis of the ethic of care

Abstract: This research aims to analyze, through documentary techniques, the participation of women in the political system of Santa Catarina, based on the political-feminist theory of care, as a political value capable of redefining public institutions, without restricting itself to the private sphere nor to the charge of historically subordinate subjects. At the end, it is observed the ineffectiveness of incentives for women's participation in politics, which are thought only according to the needs of public life, ignoring the dynamics and particularities of private life.

Keywords: Feminist theory. Ethic of care. Political participation. Democracy

ACERVOS ACADÊMICOS DE PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DO LEGH - UFSC

Binah Ire¹

Resumo: Os acervos acadêmicos de pesquisa constituem um campo de trabalho a ser mais explorado dentro das Universidades Públicas. Partindo de uma reflexão inicial sobre legislação, produção e estrutura física desses arquivos no Brasil, apresento neste artigo uma breve descrição do Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, contextualizando os principais conjuntos documentais, e levantando questões acerca de sua especificidade temática, sua função na preservação da memória dos estudos feministas e constituição como fonte de pesquisa para histórias das mulheres e das relações de gênero. Trago ainda algumas experiências de arquivos feministas na América Latina como forma de ilustração das potencialidades do acervo do LEGH.

Palavras-chave: Acervos de pesquisa; arquivos feministas; história das mulheres; relações de gênero.

Esta pesquisa é pessoal e política, assim como o são a profissão e a vida.

As dimensões da vida não são independentes umas das outras como costumamos crer e fazer crer. O pessoal, o profissional, o político, o individual, aquilo que constitui os sujeitos como agentes em diversas esferas do cotidiano acaba por produzir, no mais das vezes, um acúmulo pessoal, que torna possível a elaboração de si e de contínuos acúmulos retroalimentares. Um arquivo pessoal não englobaria a vida profissional de uma pesquisadora? Estando os arquivos universitários sujeitos a previsões legais, qual linha perpassa a vida pessoal e profissional de cientistas? (Ou quais?). Em se tratando de cientistas feministas, no campo das ciências humanas, especialmente a História e a Antropologia, podemos muito bem encostar nas dimensões várias da colcha de retalhos de subjetividades que repousam em arquivos.

Durante os anos na convivência com os arquivos pessoais de minha mãe, a jornalista Mirela Maria Vieira, que sempre guardou de tudo um pouco durante seus percursos profissionais, pois os arquivos também são em grande medida – ou deveriam ser – fontes de pesquisa para jornalistas. Entre livros, clipagens, discos em vinil, fitas K7 e coleções especiais – aquelas com CD's, compradas mês a mês nas bancas de revista – pude ter a experiência de manusear um arquivo. Não havia uma semana em que ela não

¹ Bacharela em Arquivologia e Mestranda em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC – Brasil. E-mail: binahire@gmail.com.

trouxesse um item para casa e foi soprando o pó de cima deles e os organizando entre os demais que pude exercitar o manejo de coleções, do acúmulo², do arquivo enfim.

Este fragmento de memória é apenas um dentre tantos que me colocaram e colocam diante dos arquivos enquanto objeto de pesquisa e reflexão profissional (reflexão esta que é simultaneamente filosófica, histórica e antropológica). Em 2013, ao mencionar a vontade de juntar as duas coisas que estava estudando desde 2011 – a Arquivologia e o Feminismo – algo talvez naquele momento inusitado, mas nem de longe improvável, fui colocada em contato com o livro “O mal de arquivo”, de Jacques Derrida, pelas mãos do pesquisador Felipe Arede, um dos idealizadores do Acervo Bajubá³, que reúne produções editoriais de militância e manifestação cultural LGBT no Brasil. A iniciativa foi discutida por nós naquele momento como algo flagrantemente necessário e, de lá para cá, algumas outras já emergiram, ao menos no cenário da internet⁴.

Assim se iniciou a pesquisa teórica sobre o conceito de arquivo, e sobre como este era utilizado nas ciências humanas, considerando as proposições que surgiram em conexão com a epistemologia arquivística⁵. A partir de Derrida, e voltando aos textos de Foucault⁶ e Deleuze⁷, fui guiada ao que posteriormente pude constatar que estava sendo discutido, na Antropologia e na Historiografia, como uma “virada arquivística”, um olhar sobre o arquivo enquanto objeto, mais do que reduto de fontes historiográficas e investigações etnográficas ou mero produto das máquinas burocráticas.

No decorrer de minha formação muito refleti acerca dos variados arquivos nos quais trabalhei, partindo deles para tentar compreender a cristalização de relações sociais na forma de determinados discursos e práticas decorrentes ou contra as correntes destes,

² Considero que mesmo em sua dimensão “imaginativa” o arquivo consiste num acúmulo, que não pode ser “de qualquer coisa”, mas também não é meramente um acúmulo de suportes informacionais. Esta ideia ainda está sob maturação. A dimensão imaginativa do arquivo é discutida pela historiadora britânica Clare Hemmings, no livro “Considering Emma Goldman”, ainda sem tradução em português.

³ O projeto foi concebido por Felipe Arede e Remom Matheus Bortolozzi e hoje conta com diversos colaboradores, reunindo um Acervo digital de fonte inspiradora para a historiografia LGBT brasileira: <http://acervobajuba.com.br/>

⁴ O Projeto “[As Mina na História](#)”, concebido por Bia Varanis, discente da graduação em História na UNILA, é um exemplo de produção de conhecimento na constituição de um arquivo digital de histórias de mulheres notáveis, artistas, cientistas, ativistas e intelectuais que “transformaram o mundo”, o projeto visa disseminar a vida e obra dessas mulheres com o intuito de incentivar meninas a buscarem carreiras e atuações que ultrapassem os limites do esperado “para uma mulher”.

⁵ O trabalho do arquivista canadense Terry Cook teve grande contribuição neste pontapé inicial da pesquisa, ainda dentro do campo da arquivística contemporânea. Cook fez o caminho inverso da formação do arquivista, indo do afastamento da Historiografia (e da proximidade com a Administração e a Tecnologia da Informação) para a proximidade com as reflexões pós estruturalistas sobre arquivos, retornando ao arquivo como objeto de reflexão teórica também das ciências humanas, e levantando questões importantes aos arquivistas contemporâneos.

⁶ Arqueologia do Saber, capítulo III: O Enunciado e o Arquivo.

⁷ Foucault, “Do Arquivo ao Diagrama: Um novo arquivista”

registradas nos documentos. Muitas vezes os discursos presentes nos documentos de arquivos não são o reflexo das práticas que deveriam decorrer desses discursos, principalmente no que concerne a documentos arquivísticos produzidos no exercício das funções públicas relativas ao Estado, às empresas e suas relações intrínsecas e entre si. Frequentemente, no entanto, os discursos revelam práticas que se esforçam por dissimularem-se, e eventualmente os documentos refletem uma “vontade de verdade” das práticas com relação aos discursos.

Muito embora o entendimento de Foucault sobre o arquivo esteja por ele colocado fora da alçada das instituições e acúmulos documentais cotidianos, pessoais, profissionais ou políticos, centrando-se num arquivo que poderia ser compreendido nas tradições orais e escritas como o que fundamenta a possibilidade dos enunciados (e, portanto, dos discursos), vejo no seu uso de “regularidade” e “singularidade” para definir o arquivo (partindo de sua compreensão filosófica) como bastante utilitária para a compreensão da criação das categorias classificatórias utilizadas contemporaneamente por arquivistas e produtores de arquivos em geral. O arquivo de Foucault nos aparece como equilibrista na corda bamba que paira sobre o tecido dos discursos, com suas infinitas possibilidades de unidades enunciativas. O arquivo imaginativo emana também da materialidade dos arquivos.

Partindo para a esfera prática da discussão, a primeira etapa no processo de planejamento organizacional de um arquivo é o diagnóstico. Esta etapa consiste na elaboração de uma análise situacional do conjunto, considerando legislação, estrutura administrativa e física, funcionamento e produção documental e detalhamento tipológico. O arquivo do Laboratório de Estudos de Gênero e História guarda algumas características particulares que apresentarei brevemente, antes de passar aos dados dessa primeira análise de seus conjuntos documentais, aqui chamados de coleções⁸. Não se trata de apresentar o diagnóstico, que tem mais características de um relatório técnico e que não caberia neste espaço, mas sim de apresentar as características gerais de minha pesquisa.

É preciso então considerar as vinculações administrativas e legais que caracterizam o LEGH como um acervo acadêmico de pesquisa em primeiro lugar. Por ser um conjunto acumulado no decorrer de atividades de ensino, pesquisa e extensão de uma

⁸ Trabalho basicamente com três coleções: a coleção bibliográfica, a de periódicos e as entrevistas de história oral, que comportam documentos de áudio, transcrições e autorizações respectivas. No entanto, há toda uma gama de fotocópias de textos e grupos de documentos recolhidos de arquivos institucionais vários, principalmente relacionados aos projetos de pesquisa do Cone Sul; dentre outros documentos relacionados às pesquisas anteriores à institucionalização do Laboratório em 2006.

Universidade Federal, recaem sobre o Acervo toda a legislação que regula a gestão de arquivos no Brasil, destacando-se a Lei de Arquivos (8.159/91), a Lei de Acesso à informação (12.527/11) e as resoluções internas concernentes às Instituições Federais de Ensino e à Universidade em particular⁹.

A organização e estudo dos acervos acadêmicos de pesquisa são ainda inexplorados nas Universidades. Na UFSC, a gestão documental universitária prioriza os documentos administrativos para gestão pelo arquivo central. Essa priorização, vale ressaltar, não se dá por mero desinteresse dos integrantes deste arquivo, mas por carência de recursos e pessoal para melhor orientar a avaliação e eliminação/guarda de documentos concernentes à pesquisa e extensão, além de uma certa nebulosidade no que concerne à destinação de conjuntos específicos. Não há, no código de classificação e tabela de temporalidade das Instituições Federais de Ensino, qualquer especificidade com relação aos tipos documentais produzidos nas pesquisas em ciências humanas¹⁰.

Outra questão relacionada a este tópico diz respeito ao funcionamento administrativo dos núcleos e laboratórios de pesquisa na Universidade. Os programas de pós-graduação se organizam por linhas de pesquisa que se reúnem nestes locais. Neles os professores desenvolvem seus projetos que recebem das agências de fomento à pesquisa¹¹ um financiamento que, no geral, vem na forma de bolsas de pesquisa, equipamentos, móveis, livros e custeio de eventos, dentre outros proventos que dependem da forma como os editais abertos definem a distribuição do dinheiro disponível para pesquisas.

Isto implica em um processo de acumulação orgânica que, de maneira geral, não consegue dar conta de considerar todas as implicações legais e administrativas, tanto por questões culturais quanto por limitações técnicas efetivas, como a falta de espaço, móveis e material de acondicionamento adequado aos documentos, bem como a falta de orientação no trato dos documentos digitais. A documentação relativa aos projetos desenvolvidos geralmente fica desvinculada dos núcleos e laboratórios de pesquisa e carregam fortes características de acervos pessoais¹², pois se relacionam com o

⁹ Resoluções e instrumentos de classificação e avaliação. Disponíveis em <<http://arquivocentral.ufsc.br/>>

¹⁰ As classes 200 e 300 da Tabela de Temporalidade das IFES – atividades-fim - englobam os documentos produzidos pelas atividades de pesquisa e extensão, respectivamente. Os instrumentos de classificação utilizados pela arquivística são utilizados para orientar a destinação dos documentos ao arquivo permanente ou ao descarte. Vê-se pelo próprio limite das categorias elaboradas que o alcance da política de arquivos carece de maior atenção e investimento, especialmente no que concerne aos arquivos de pesquisas e pesquisadores.

¹¹ Capes, CNPq e FAPESC.

¹² Em meu relatório de experiência como bolsista de iniciação científica do núcleo de pesquisa do contemporâneo (TRANSES-UFSC) percebi, trabalhando e refletindo sobre este tipo de acervo, que é

desenvolver de cada pesquisa sob tutela dos produtores, e habitam salas e quartos de casa, além da Universidade.

Essa problemática do espaço e acomodação acaba por influenciar diretamente no que pode ou não ser acondicionado e preservado de maneira tecnicamente adequada do ponto de vista da Arquivologia. O desafio de produção do acervo se estende ao desafio de sua conservação nas condições que existem efetivamente. Não é possível trabalhar no campo do ideal, então buscamos lidar com o campo do real e utilizá-lo a nosso favor o máximo possível. Isso implica em ações básicas como manter limpo o laboratório para evitar que insetos se proliferem, trocar materiais de acondicionamento que tenham perdido sua eficácia, como as caixas-arquivo, produzir cópias digitais, e por fim proceder com avaliação e seleção do que é imprescindível que permaneça ali guardado. Partindo deste critério é que destaquei as coleções bibliográficas, de periódicos e de entrevistas como conjuntos a serem discutidos na elaboração da pesquisa, pois são os materiais menos sensíveis no manuseio e mais inteligíveis na forma em que estão organizados.

Passando ao trabalho de identificar os conjuntos deste acervo e seus principais temas, cruzando com informações dos currículos das professoras titulares que coordenam o Laboratório¹³ e seus respectivos projetos realizados em conjunto com bolsistas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado e que resultaram na formação deste rico acervo de pesquisa historiográfica feminista, destacaram-se no acervo as coletas decorrentes dos projetos sobre o feminismo no Cone-Sul. Publicações feministas das décadas de 1970 e 1980, brasileiras, argentinas, chilenas, paraguaias e uruguaianas são parte deste conjunto. Vale ressaltar também que parte da documentação do LEGH é anterior à sua institucionalização¹⁴, acompanhando a trajetória das professoras e de suas pesquisas.

Ponto que minha intenção neste trabalho não é produzir uma biografia das professoras que são coordenadoras e pesquisadoras permanentes do LEGH, nem avaliar positiva ou negativamente a forma como o acervo do Laboratório se acumulou, mas sim detectar na sua configuração atual a intencionalidade e o acaso, as tentativas de esquematização do material que foram feitas com o intuito de se preservar seu conteúdo

evidente a relação dos acervos acadêmicos de pesquisa com acervos pessoais de cientistas. O abismo entre acúmulos documentais cotidianos e a legislação que os enquadra é um desafio no tratamento desta questão.

¹³ Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva, Joana Maria Pedro e Roselane Neckel.

¹⁴ O LEGH passou a ser assim designado em 2006, mas foi fundado como “Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina”, passando a se chamar “Laboratório de História Social” em 1993, até culminar num agrupamento de pesquisas que fez mais sentido sob o guarda-chuva dos estudos de gênero em História.

e garantir o acesso ao material coletado e produzido, para que outras pesquisas se tornassem possíveis a partir dele. A vontade de tornar este e outros acervos feministas acessíveis permeia nossas intenções, e a possibilidade de entrevistar as coordenadoras para a elaboração da dissertação ainda não está descartada.

Ao pesquisar acervos feministas em outros países, notadamente EUA e países europeus, os arquivos físicos e digitais das produções feministas e dos estudos de gênero me faz acreditar que a característica de atrelamento às Universidades de Centros de pesquisa se mantém, com o diferencial de haver uma melhor estruturação e a criação de bibliotecas e acervos temáticos, centros de documentação e museus cujo intuito é transmitir o conhecimento produzido pelas mulheres desde que adentraram as Universidades e demais instituições públicas.

A marcação desse acervo de pesquisa como um acervo feminista, portanto, dá-se pela sua especificidade temática. O trabalho de Kate Eichorn¹⁵ parte da elaboração teórica da virada arquivística para discutir alguns atravessamentos, como a influência das políticas públicas na preservação da memória e produção editorial de estudos feministas e de mulheres e a influência do neoliberalismo sobre esta produção e sobre o acesso e difusão das pesquisas a partir da década de 1980, demonstrando preocupação em se resguardar a produção cultural feminista num contexto politicamente desfavorável nas relações com o Estado, como o que vivenciamos hoje no Brasil.

A ênfase do livro de Eichhorn recai sobre o reconhecimento do arquivo como uma estrutura discursiva que conduz a virada arquivística no ativismo e na produção cultural do feminismo pós 1960 nos EUA. O boicote aos financiamentos públicos acabou por forçar um deslocamento dos discursos a fim de não se perder a possibilidade do trabalho de se discutirem questões feministas e procurar representação política para validar sua autoridade. O acervo do LEGH representa simultaneamente um acervo de pesquisa, um arquivo crítico feminista¹⁶ e um campo de exploração para a história das mulheres e do feminismo latino americano.

Este acervo é composto, dentre outros materiais, por três grandes coleções: coleção bibliográfica, de periódicos feministas latino americanos e de entrevistas de história oral. As entrevistas estão subdivididas de acordo com os países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), pois foram produzidas no âmbito dos projetos de pesquisa que investigaram as manifestações feministas nestes países, suas

¹⁵ The Archival turn in feminism – Outrage in order.

¹⁶ HEMMINGS, C. p. 2

relações com as resistências às ditaduras instauradas neles durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 e suas produções intelectuais e ativistas¹⁷. A coleção de entrevistas se constitui em três formatos de documentos: áudio em suporte de fita K7 e digitalizados, respectivas transcrições e autorizações de uso das entrevistas, as primeiras exclusivamente em meio digital e as segundas em meio físico e digital.

A coleção bibliográfica é em grande parte produto de doações por parte das professoras titulares do Laboratório e algumas de suas entrevistadas - dentre elas doações recentes de Anita Pires e Fanny Tabak - e de aquisição por conta de projetos relacionados. Neste momento, por exemplo, a coleção se encontra em importante processo de ampliação do número de títulos, devido aos recursos direcionados à compra de livros pelo projeto “Mulheres de Luta: Feminismo e as esquerdas no Brasil (1964-1985)” em andamento até 2019 e cujo produto final promete um web documentário e um livro para o qual produzirei um capítulo sobre o Acervo e suas principais características, além de um pouco da história de seu acúmulo documental.

Muitos títulos de produções culturais feministas e de estudos de gênero estão sendo adquiridos neste processo, a maioria deles em português, inglês e espanhol. É uma expansão significativa do escopo de acesso à produção teórica feminista nacional e internacional, que carece de mais algum tempo para uma descrição elaborada e uma discussão sobre alcance e conexões latino-americanas da produção cultural feminista, não apenas científica, embora o campo acadêmico predomine, mas também ativista, literária e educativa.

Para trazer à baila experiências latino-americanas de disponibilização de arquivos, tenho buscado projetos de arquivos feministas no continente que estejam disponíveis na internet, seja apenas como recurso de busca ou com material digitalizado disponível na rede. Minha intenção é buscar referências que possam nos orientar em possíveis projetos de estruturação e disponibilização de acervos feministas e de estudos de gênero internos à UFSC, partindo da experiência do LEGH. O Centro de Investigação e Estudos de Gênero da Universidade Nacional Autônoma do México disponibiliza em sua Biblioteca Rosario Castellanos algumas bases de dados voltadas à pesquisa “no campo dos estudos de gênero e da mulher”, segundo descrição disponível no site¹⁸.

¹⁷ A data-limite das entrevistas é 2003-2018, período que abarca pelo menos oito projetos de pesquisa elaborados e executados. Destes mesmos projetos também resultam as coleções de cópias de documentos de arquivos institucionais do Cone Sul acessados pelas pesquisadoras, boa parte dessas coleções estão em meio digital.

¹⁸ Disponível em: < <http://biblio.unam.mx/cieg/index.php/enlinea/76-archivos-historicos-feminismo> >

Uma dessas bases são os “arquivos históricos do feminismo”, que começou com a digitalização e disponibilização das revistas feministas mexicanas *La revuelta* (1976-1978), *Cihuat* (1977-1978), *La boletina* (1982-1986), *La correa feminista* (1991-1998) y *Fem* (1976-2005), publicações que tratavam, dentre outros temas, de luta pelo direito ao aborto legal, trabalho doméstico e ciberfeminismo. Há também a possibilidade de buscar os documentos por ano de publicação, e elas retratam, tal como nas publicações brasileiras *Nós, Mulheres* (1976-1978), *Brasil Mulher* (1978-1980) e *Mulherio* (1981-1988), por exemplo, a proximidade entre feministas e a esquerda.

Voltando de onde partimos, busco partir dos cuidados com os arquivos de minha mãe para o desafio que se coloca à constituição, conservação e preservação de acervos feministas. Deste processo de cuidar do nosso próprio acervo veio também a doação da coleção completa dos primeiros cinco anos do jornal *O Pasquim* (1969-1974) que minha mãe carregou consigo durante longos anos. A coleção completa do jornal está disponibilizada na internet pelo projeto *Memória Viva*¹⁹, porém seus exemplares físicos ainda podem ser aproveitados no âmbito a Universidade, especialmente por alunos da graduação que começam a manejar as fontes históricas e por aspirantes a arquivistas que queiram contato com coleções especiais.

Parte da produção cultural feminista brasileira está sob a guarda de suas produtoras, em suas casas e locais de trabalho, seja na academia ou fora dela, quando não se tratam de publicações editoriais, mas mesmo quando se trata delas. O fato de que o feminismo é um movimento social que busca evidenciar o privado como político certamente se imbrica nessas questões. O LEGH vem recebendo algumas pequenas doações durante estes anos de pesquisa sobre o feminismo brasileiro e minha pesquisa foi acolhida também como parte da preocupação das coordenadoras com o seu acúmulo documental e com a difusão de seu conteúdo.

É evidente que, em se tratando da amplitude do território como o Brasil, há limites no alcance de minhas reflexões, mas acredito não ser leviano apontar que, além das condições técnicas de produção cultural serem mais precárias no Brasil (com acesso restrito à produção editorial e equipamentos que permitam alguma autonomia) do que em outros países, de onde partem algumas de minhas referências (EUA e UK, principalmente, mas também França e Canadá), o investimento no tripé museus, bibliotecas e arquivos em nosso país é irrisório e errático.

¹⁹ Projeto idealizado por Sandro Fortunato. Disponível em: < <http://www.memoriaviva.com.br/> >

Obtivemos alguns avanços durante os últimos dez anos, especialmente com a criação dos cursos de Arquivologia e Museologia nas Universidades Federais e com o desenvolvimento da política nacional de Cultura que possibilitou algum investimento nos arquivos públicos. Mas, atualmente, voltamos aos tempos das incertezas e das precariedades, e é com elas que temos de nos debater buscando preservar nossos materiais de pesquisa. Procuo aliar em minha pesquisa as várias dimensões do que entendemos por arquivo às experiências de salvaguarda de acervos de movimentos sociais e resistências e às possibilidades de uso desses arquivos em pesquisas sobre a história do feminismo, dos estudos de gênero e das mulheres.

Este é apenas um breve apanhado do garimpo que venho fazendo tanto dentro do LEGH quanto fora dele, na teorização sobre arquivos no campo da História e Antropologia, propondo uma “virada arquivística” que nos possibilite meios de ação para disponibilização do acervo do laboratório e da produção cultural feminista produzida e recolhida por pesquisadoras nas Universidades. Pretendo também buscar experiências inspiradoras, os fundos especializados nos arquivos nacionais da América Latina, como o “Archivo Mujeres y Géneros”, iniciativa que parte da Direção de Bibliotecas e Museus chilena como parte do Projeto “Equidad de Género - Patrimonio y Género”. O projeto tem como principal objetivo reunir fontes históricas que permitam valorizar a contribuição de mulheres ao “patrimônio social” do Chile, procurando representar toda a diversidade das ações delas durante a trajetória histórica do país.

É assim, tateando na multiplicidade dos arquivos e de iniciativas feministas por produzi-los e preservá-los que venho buscando sistematizar a dissertação. O tema e as fontes me desafiam, bem como realizar essa discussão em campos distintos de minha formação enquanto arquivista, o que considero a mais árdua das tarefas. Porém, acredito que as ciências humanas têm grande contribuição a dar na teorização do arquivo, bem como podem muito se beneficiar das ferramentas arquivísticas para preservação e uso dos seus acervos de pesquisa. Os arquivos feministas também habitam este campo de reflexão, posto que estão em grande medida dentro das Universidades.

São tempos em que construir pequenas resistências é parte de nosso trabalho acadêmico e militante. Neste caso, a resistência da memória e do resguardo da produção de conhecimento que as feministas do século XX vem construindo na teoria e na prática é o que nos move. Para que haja fontes é preciso que haja arquivos, e é produzindo, salvaguardando e disponibilizando arquivos feministas que passaremos às novas gerações

a possibilidade de revisitar nossas lutas históricas, criticá-las, renová-las e coloca-las enfaticamente na disputa política cotidiana.

Referências

ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira. A vida como pista: o papel da biografia no trabalho de organização de acervos pessoais de cientistas. In: SILVA, M. C. S. M.; VELLOSO, L. M. (Org.). **Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 277-293.

ALCÂNTARA, Josiane S. O Museu Nacional e a memória da ciência no Brasil: o caso da coleção Heloísa Alberto Torres. In: BARBOZA, C. H. de M.; SILVA, M. C. S. de M. **Acervos de Ciência e Tecnologia no Brasil: preservação, história e divulgação**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma brasileira NBR 6023:2002** Informação e documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

BARBOSA, Renato Tarciso. **Os arquivistas e as políticas públicas de arquivo**. In: II CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2006, Porto Alegre. **Anais**. p. 01 - 15. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf>.

BIZELLO, Maria Leandra. Documentação, arquivos e memória em universidades. In: SILVA, M. C. S. M.; VELLOSO, L. M. (Org.). **Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 101-113.

BRASIL. Constituição (1988). **Artigo nº 216**, §2º Disponível em: <http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=84&Itemid=251>

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre A Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e Dá Outras Providências**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm>.

BRASIL. Decreto nº 4073, de 08 de janeiro de 1991. **Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>

BRASIL. Arquivo Nacional; Ministério da Justiça. Portaria nº 092, de 23 de setembro de 2011. Códigos de classificação e Tabelas de Temporalidade de documentos arquivísticos.

Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/index.php/codigos-de-classificacao-e-tabelas-de-temporalidade-e-destinacao-de-documentos>>

BURNS, Kathryn. **Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru**. Durham: Duke University Press, 2010.

CERTEAU, M. “A operação historiográfica” (1974). In CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, pp. 56-109.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, Spring, p. 18-63. 1997.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e Arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, n. 21, p. 129-149, 1998.

DELEUZE, Gilles. Do arquivo ao Diagrama; Um novo cartógrafo. In: **Foucault**. 2º ed. 2ºreimp. Buenos Aires: Paidós, 2008.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: Uma impressão Freudiana**; tradução, Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DURCE, Carolina Lopes; PEREIRA, Tânia Maria de Moura. Turbulência nos arquivos universitários: o papel do Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Brasília (UnB) na preservação das informações arquivísticas. In: SILVA, M. C. S. M.; VELLOSO, L. M. (Org.). **Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 261-113.

EICHHORN, Kate. **The Archival turn in feminism: Outrage in order**. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV: Estratégias, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GRANATO, Marcus; OLIVEIRA, Pedro Louvain de Campos. A institucionalização do patrimônio cultural da ciência e tecnologia. In: SILVA, M. C. S. M.; VELLOSO, L. M. (Org.). **Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 317-342.

HERING, Katharina. Contextualizing digital collections based on the principle of provenance and the tradition of source criticism. **American Historical Association**. 2014.

HEMMINGS, Clare. **Considering Emma Goldman: Feminist political ambivalence and the imaginative archive**. Durham: Duke University Press, 2018.

_____. **Why Stories Matter: The political grammar of feminist theory**. Durham: Duke University Press, 2011.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivo no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995. 196 p.

_____. **Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)**. IX ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Brasília, 2006.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E. **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 20, jul./dez. 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. In: **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006, p.525-541.

MILLAR, Laura. The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time. **Archivaria**. n. 53, 2002.

NASCIMENTO, Adalson. Experiências de arranjo e descrição em acervos de instituições federais de ensino superior. In: NASCIMENTO, A.; VENÂNCIO, R. (Org.). **Universidades & Arquivos: Gestão, ensino e pesquisa**. 3. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 81-92.

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. Vol. 9, n.18, 1989, p. 9-18.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**. n. 8, p. 29-42, junho de 2005.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. in: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

STOLER, Ann Laura. "The Pulse of the Archive" in: **Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense**. Princeton: Princeton U. P., 2009, p. 17-53.

THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas: O exemplo da disciplina histórica na França. **Espaço Plural**. Ano X, n. 21, 2º semestre, 2009, p. 33-42.

RESEARCH ACADEMIC COLLECTIONS: THE LEGH – UFSC CASE

Abstract: Research academic collections constitute a workfield to be further explored in Public Universities. Starting from an initial perspective on legislation, production and physical structure of these archives in Brazil, I present in this article a brief description of the collection of Gender Studies and History Laboratory. Contextualizing the main documentary sets and raising questions about its thematic specificity, its role in preserving the memory of feminist studies and its constitution as source to research on women's history and gender studies. I also bring some experiences of feminist archives in Latin America as a way of illustrating the potential of the LEGH collections.

Keywords: research collections; feminist archives; woman's history; gender relations

FEMINISTAS BRASILEIRAS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: ATUAÇÃO EM DIFERENTES ÂMBITOS

Glenda Lunardi¹

Resumo: A partir de 1964 o Brasil viveu uma ditadura militar. Esta durou até 1985. Com o processo de redemocratização, surgiu um maior leque de espaços para atuação política. Assim, pretendo apresentar um panorama da forma como foram expressadas as reivindicações e atuações das mulheres nesse período, a partir de entrevistas com feministas que estiveram presentes em diferentes âmbitos dessas discussões na época: dentro da academia, no setor público e em organizações internacionais.

Palavras-chave: feminismo, movimento de mulheres, redemocratização, entrevista

Existiram diversas formas de atuação dentro do feminismo brasileiro durante o período da redemocratização. Essas formas de atuação são resultado das exigências do contexto político ou pessoal de cada feminista da época.

Quando, no Brasil, em 1985 termina uma ditadura que havia se iniciado em 1964, surge um contexto político que exige a luta das mulheres pelos seus lugares de atuação na constituição de uma nova democracia brasileira. Suas conquistas nesse período, são resultado de uma ampla luta que se iniciou muito antes, com a retomada do feminismo em 1970.

Nesse artigo, o relato da experiência de três mulheres feministas, que tiveram atuação na época da redemocratização em diferentes âmbitos – Alda Britto da Motta dentro da academia, Clair Castilhos no setor público e Silvia Pimentel em organizações internacionais – nos mostrará um panorama da forma como foram expressadas suas reivindicações e ações.

A vivência em comum das três entrevistadas durante a década de 70, nos faz considerar importante destacar essa década, que apesar de ter sido permeada por uma repressão política muito forte, também é o contexto da retomada do feminismo brasileiro, o qual teve as primeiras experiências nos chamados “grupos de reflexão”. Esses grupos tinham caráter bastante privado, mas “foram responsáveis por introduzir questões fundamentais sobre a condição da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil” (PINTO, 2003, p. 52). Outro aspecto de destaque do período, é o ano de 1975, definido pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o Ano Internacional da Mulher², que teve como resultado eventos que discutiam as questões da mulher

¹ Graduanda de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Bolsista PIBIC, orientadora Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro, projeto “Os feminismos e as possibilidades democráticas para as mulheres no Cone Sul (1982-2012)”, financiamento CNPq. E-mail: glendalunardi@hotmail.com

² “Mas o que marcou realmente o ano na história do feminismo foi a decisão da ONU (Organização das Nações Unidas) de defini-lo como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando ainda uma conferência sobre o assunto no México. No Brasil, muitos eventos de natureza e abrangência diferenciadas

na esfera pública. Foi também nesse ano que se iniciou a organização do Movimento Feminino pela Anistia, a qual concentrou um grande número de feministas.³

Nesse período também, as três mulheres que protagonizam esse trabalho ingressaram como professoras em diferentes universidades. Alda Motta havia desenvolvido sua tese de mestrado sobre a visão do mundo das empregadas domésticas, quando passou a ser professora assistente na Universidade Federal da Bahia. Silvia Pimentel fez sua tese de doutorado sobre a evolução dos direitos da mulher, quando começou a dar aula na PUC-SP. Já Clair Castilhos, passou no concurso para dar aulas na Universidade Federal de Santa Catarina no curso de farmácia, mas foi na militância contra a ditadura que conheceu o feminismo.

O ano de 1979 também trouxe dois aspectos importantes que influenciaram o movimento feminista. O primeiro é a anistia aos presos e exilados políticos, que marcou a diminuição da repressão. O segundo é a reforma partidária, que acabou com o bipartidarismo. A partir desse acontecimento, como fica muito claro nas entrevistas, grande parte das feministas se dividiu entre dois partidos: o PMDB e o PT.

Silvia Pimentel, conta que começou a ser disputada pelos dois partidos, mas assim como Clair Castilhos, optou pelo ingresso no PMDB. Castilhos também fala que participava de um grupo de atuação e discussão feminista suprapartidário⁴, mas que a partir do início de seu mandato como vereadora do PMDB, o grupo se dividiu. Já Alda Motta, não se engajou em qualquer partido.

Com esse processo surgiu a discussão sobre a institucionalização do movimento. Havia mulheres que apoiavam uma aproximação com a esfera estatal, e outras que acreditavam que com essa ação, a autonomia do movimento feminista estaria sendo fragilizada.⁵ Na direção de uma institucionalização, por exemplo, várias participantes do PMDB-Mulher propuseram ao candidato Franco Montoro o projeto do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo,

marcaram a entrada definitiva das mulheres e de suas questões na esfera pública. O primeiro deles, e o mais abrangente, foi um evento com o propósito de comemorar o Ano Internacional da Mulher, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, realizado no Rio de Janeiro com o título de “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Neste evento foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira”. (PINTO, 2003, p. 56)

³ “O ano de 1975 foi também o da organização do Movimento Feminino pela Anistia. O movimento foi fundado por Terezinha Zerbini”. (PINTO, 2003, p. 63)

⁴ “Nós precisávamos de grupos locais que não fossem de partidos políticos, que fossem o que a gente chamava na época de grupo feminista autônomo e foi aí que surgiu o Vivências. O Vivências era feito de mulheres feministas”. Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001

⁵ “Com o processo de redemocratização mais avançado surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação”. (PINTO, 2003, p. 67)

que reunia reivindicações de vários movimentos feministas. Quando eleito em 1982, o governador Montoro de fato o criou.

O processo de institucionalização do movimento se torna importante na medida em que influencia a comunicação do feminismo com o campo político e com a sociedade civil. As feministas do PMDB, com a eleição de Montoro, tiveram uma atuação relevante nessa aproximação do movimento com a esfera estatal.

Uma das medidas que as feministas do PMDB na época das eleições também perceberam como necessária, era o ingresso de mais mulheres na política. Assim, Silvia Pimentel junto com outras duas mulheres do partido - Ruth Escobar e Ida Maria – formaram uma “trinca” feminista para concorrer aos cargos de deputada federal, deputada estadual e vereadora respectivamente, trazendo as pautas do movimento para as suas campanhas.

Nesse mesmo ano de eleições, em 1982, Clair Castilhos se elegeu como vereadora de Florianópolis por intermédio do PMDB. Ela nos conta que, apesar de já conhecer, estudar e militar pelo feminismo, foi através dos eventos voltados para esse assunto, participando como mulher eleita, que se convenceu completamente como feminista. Nisso, junto com outras mulheres, participou na articulação do Núcleo de Mulheres do PMDB, a partir disso, trazendo cada vez mais a luta das mulheres para o espaço público, organizando sessões especiais na Câmara dos vereadores e eventos para o Dia Internacional da Mulher para difundir a causa.

Em 1983, a campanha por “Diretas Já” toma conta do movimento feminista, sendo o PMDB-Mulher muito atuante na expressão dessas reivindicações. As mulheres militantes se organizaram e se impuseram como protagonistas nessa luta, através da participação nos comícios e manifestações. Clair Castilhos conta que discursou representando o movimento em um dos comícios feitos em Florianópolis, na defesa das mulheres pela democracia.

Pelo que se pode perceber pesquisando as atuações das feministas nessa primeira metade da década de oitenta, as pautas do movimento estavam voltadas para a luta contra todas as formas de discriminação das mulheres, de onde se produz um dos principais lemas do movimento: “meu corpo me pertence”. Desse enfoque, e também da reforma partidária, das mudanças da sociedade que estavam intensamente ocorrendo nesse período, os espaços de atuação se ampliaram levando à uma divisão do movimento em vários grupos temáticos, cada um buscando seus objetivos.

Assim como o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, outros estados e municípios lutaram, também, para inaugurar mais conselhos de condição feminina⁶, o que

⁶ Clair Castilhos conta que Lutou para organização do Conselho Municipal da Condição Feminina em Florianópolis. Esse funcionou durante o período do Prefeito Edson Andrino e também durante a metade do governo

concretiza a aspiração de parte das mulheres feministas de uma institucionalização. Em 1985, também se inaugurou o Conselho Nacional do Direito da Mulher, que centralizava a luta feminista brasileira em busca do direito das mulheres. O Conselho, segundo Céli Pinto, tratava de quase todos os temas, desde a luta por creches até sexualidade e aborto⁷.

Um dos principais feitos do Conselho Nacional do Direito da Mulher foi a organização da “Carta das Mulheres” para a Constituinte, que é considerado um dos documentos mais importantes da luta feminista na nova democracia, por trazer à Assembleia Nacional Constituinte um texto de composição complexa que reunia suas pautas e reivindicações, o que abordava as propostas de educação, de direitos, de violência e de participação política. Clair Castilhos conta que essa carta foi distribuída no Brasil inteiro pelos grupos de mulheres.

A partir da separação em grupos temáticos, um dos assuntos que mais prevalecia na década de oitenta foi a violência contra a mulher. Começaram a surgir vários Órgãos de apoio não governamentais, as ONGS, para auxiliar as mulheres vítimas de violência. Era um feminismo de prestação de serviço. Silvia Pimentel, era atuante nessa causa e ajudou a fundar o Pró-Mulher em 1981, uma das primeiras ONGS feministas. Em 1985, Pimentel junto das participantes do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, também arquitetaram a primeira delegacia de mulheres, especializada. Isso também foi possível com a eleição de Montoro. Foi um primeiro ato que repercutiu até hoje, já que foram criadas delegacias em diversos outros lugares do país, que funcionam até os dias atuais.

Outro estilo de militância muito presente na época, foi o feminismo acadêmico. As feministas acadêmicas começaram a se juntar e formar núcleos especializados em estudo das mulheres e das relações de gênero dentro das universidades.⁸ O primeiro grupo surgiu na PUC-SP por iniciativa de Fanny Tabak. Alda Britto da Motta conta em entrevista, que ela e outras companheiras da Universidade Federal da Bahia, fundaram o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), por influência de uma visita feita por Fanny Tabak no ano de 1983. Nisso, é possível visualizar que o feminismo acadêmico estava se difundindo cada vez mais. A professora, diz que militava pelo movimento através de suas aulas e do

Amin, como prefeito, no segundo mandato (1989). Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001.

⁷ “[...] o conselho nasce da iniciativa de um grupo de 40 mulheres do partido que procurou Tancredo Neves, ainda candidato, dele obtendo a garantia da instauração de um órgão para cuidar dos direitos da mulher. José Sarney, o vice-presidente que assumiu com a morte de Tancredo, manteve a promessa e criou o conselho em 1985. Entre 1985 e 1989, o CNDM tratou e quase todos os temas que centralizavam a luta feminista brasileira, desde questões consensuais como a luta por creches até as polêmicas ligadas a sexualidade e direito reprodutivo”. (PINTO, 2003, p. 72)

⁸ “A mais importante iniciativa na área do estudo de mulheres e das relações de gênero no Brasil foi, sem dúvida, o conjunto de concursos de dotação de recursos para pesquisa sobre mulher promovidas pela Fundação Carlos Chagas e financiados pela Fundação Ford, de 1978 a 1998.” (PINTO, 2003, p. 86)

exemplo de sua vivência - isso porque tanto Alda Britto da Motta quanto Silvia Pimentel, disseram que viveram com seus maridos uma relação de violência psicológica, a ponto de seus esposos tentarem impedi-las de continuarem a escrever seus trabalhos acadêmicos. Motta conta que teve que fugir de casa para continuar a elaborar sua tese, por isso fala que sua militância também foi através do exemplo, pela decisão de se separar, e depois por ter que conviver na sociedade machista que a encarava como “a desquitada”.

A feminista também explica que nos seus trabalhos, sempre observou as relações de gênero e a partir de suas pesquisas, era procurada para dar palestras e cursos para as alunas e alunos que buscavam entender mais sobre esse aspecto. Isso inclusive chegou aos espaços periféricos, quando atuou na Associação do Bairro Plataforma com o NEIM.

Com o desenvolvimento da luta feminista nessas várias pautas, outra questão muito discutida nos anos oitenta foi a da saúde. Como as reivindicações do movimento abrangiam todas as demandas de direito ao corpo, e a saúde pública para a mulher ainda era praticamente restrita aos tratamentos relacionados com a gravidez, as mulheres tentavam lutar para que o Ministério da Saúde incorporasse o direito ao aborto, que na época só era permitido em caso de estupro ou perigo de morte da mãe. Clair Castilhos conta em entrevista que isso foi feito principalmente com o surgimento do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher)⁹ em 1984, já que esse órgão já reconhecia o planejamento familiar como algo que influenciava a saúde de mulher, e por isso também promoveu campanhas no sentido de distribuir cartilhas informando as mulheres sobre seus direitos reprodutivos e sobre educação sexual. Portanto, o PAISM, foi um dos espaços onde as feministas encontraram a possibilidade de tentar reivindicar o aborto como um direito de saúde pública, mas apesar da luta, Castilhos conta que houve muita resistência principalmente por parte dos funcionários do Ministério da Saúde que eram membros da igreja e não concordavam com a questão do aborto ou do anticoncepcional, tendo eles, inclusive, feito pressão para que as cartilhas informativas fossem recolhidas e os medicamentos anticoncepcionais não fossem distribuídos, por considerarem que o ato sexual existiria apenas para o propósito da reprodução.

⁹ “Na política do PAISM, o planejamento familiar ganha destaque nas questões referentes à acessibilidade da população aos meios reversíveis de contracepção. Foi disponibilizado grande número de métodos contraceptivos e desenvolvida, a nível nacional, a capacitação de profissionais de saúde para promover assistência qualificada durante o planejamento familiar. Essas ações obtiveram impacto inicial, mas não se verificou continuidade e resultados significativos na acessibilidade da população a métodos contraceptivos e contraceptivos nas décadas seguintes (COSTA, 1999)”. Portal da Educação. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/programa-de-assistencia-integral-a-saude-da-mulher-paism/29829>> Acesso em: 15/02/2018

Enquanto nacionalmente algumas feministas estavam lutando por políticas públicas em prol da saúde e contra a violência, nas organizações internacionais isso também acontecia, principalmente a partir das Conferências realizadas pela ONU. A cada cinco anos essa organização executa um evento que tem como objetivo discutir a situação das mulheres no mundo, o que começou em 1975.

Como dito anteriormente, a ONU proclamou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e por isso realizou a “I Conferência Mundial da Mulher”, no México, com o intuito de intensificar ações para promover a igualdade entre homens e mulheres, assegurar a participação das mulheres na questão do desenvolvimento, e aumentar a contribuição das mulheres para o estabelecimento da paz mundial¹⁰.

O objetivo era fazer um trabalho contínuo, tendo a intenção de incentivar as práticas contra a discriminação da mulher, e dar visibilidade a sua causa. Foi estabelecido que os estados-membros se dedicariam à luta contra a desigualdade entre homens e mulheres. Diante disso, como vimos, vários eventos foram promovidos no Brasil, para discutir o papel da mulher na sociedade, o que teve muita intensidade na vida das feministas brasileiras, já que uniu as mulheres por seus direitos e pela democracia.

Em 1980, a ONU realizou a “II Conferência Mundial da Mulher” em Copenhague, que tinha como objetivo avaliar os progressos obtidos a partir de 1975. Ao mesmo tempo, criou-se a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação da Mulher (CEDAW)¹¹, um tratado internacional, composto por medidas de erradicação da violência contra a mulher que deveriam ser tomadas pelos estados participantes.

Em 1985, a ONU realizou a “III Conferência Mundial da Mulher” em Nairóbi. Desta vez, uma das principais preocupações do evento era no sentido de conservar as conquistas obtidas durante a década da mulher, seu título era “Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher. Para que isso ocorresse, Silvia Pimentel conta que as participantes insistiram na ideia de manter redes e associações regionais para combater os obstáculos na direção da igualdade, que eram muito similares entre os estados-partes.

A partir de uma dessas reuniões que Pimentel estava participando durante a conferência, formou-se o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

¹⁰ Report of the world conference of the internacional womens year. Mexico City, 1975. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf> Acesso em: 15/02/2018

¹¹ Compromisso e atitude. Disponível em <<http://www.compromissoeatitude.org.br/convencao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contr-a-mulher-cedaw-1979/>> Acesso em: 19/02/18

(CLADEM), em 1987. Isso foi muito importante pois até hoje essa é uma rede feminista que trabalha para melhorar a condição sóciojurídica das mulheres nessas regiões, além de “contribuir à plena vigência dos direitos das mulheres na América Latina e Caribe, utilizando o direito como um instrumento de mudança”.¹²

Pimentel também conta que nesse evento em Nairóbi, acompanhou as reuniões que mais tarde deram origem ao IWRAW¹³ (Internacional Women’s Rights Action Watch). Como diz Pimentel, o objetivo do IWRAW era fundamentalmente divulgar e monitorar a implementação da convenção da CEDAW. Isso aconteceria através da presença dos membros do IWRAW, como avaliadores, nas reuniões do comitê CEDAW – comitê esse que observa a convenção sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres. A feminista conta que a partir de 1986 começou, enquanto membro fundador do IWRAW, a ir, monitorar e estar presente em todas as reuniões do comitê da CEDAW que aconteciam uma vez por ano, como observadora, o que perdurou por dez anos.

A partir do término da década de 1980, com o final do período estabelecido como a época da redemocratização, as entrevistadas continuaram participando da luta feminista com suas diferentes formas de atuação.

Alda Britto da Motta relata que produziu e orientou diversos trabalhos e pesquisas com a perspectiva de relações de gênero, principalmente na área sobre o trabalho doméstico. Na década de noventa, iniciou seus estudos nas questões dos idosos, especialmente sobre o envelhecimento e as relações entre as gerações. A feminista continua até hoje, mesmo aposentada, como professora na pós-graduação da Universidade Federal da Bahia.

Clair Castilhos nos conta que já em 1989 ajudou a fundar um dos mais antigos grupos feministas de Santa Catarina, a “Casa da Mulher Catarina”¹⁴, onde também organizou um encontro preparatório para a Conferência Mundial da Mulher em Beijing (1995). E a partir desse

¹² CLADEM. Disponível em: <<https://www.cladem.org/pt/sobre-nosotras/sobre-o-cladem>> Acesso em: 16/02/2018

¹³ “IWRAW began as a network of NGOs, scholars, and individual activists concerned with publicizing and monitoring implementation of the CEDAW Convention. The IWRAW program at the University of Minnesota was established as the communications and resource link for the network.” “O IWRAW começou como uma rede de ONGs, pesquisadores e ativistas preocupados com a divulgação e monitoramento da implementação da Convenção da CEDAW. O programa IWRAW da Universidade de Minnesota foi escolhido como o link de comunicação e recursos para essa rede.” IWRAW. University of Minnesota. Human Rights Library. Disponível em <<<http://hrlibrary.umn.edu/iwraw/>>> Acesso em: 18/02/2018

¹⁴ “Mais antigo grupo feminista do estado de Santa Catarina, a Casa da Mulher Catarina fundada em 1989, realiza projetos, debates, cursos, oficinas e seminários. Participou da 4ª Conferência Mundial da Mulher em Beijing (1995), em diversas edições do Fórum Social Mundial, da 10ª Conferência Nacional da Saúde (1996), das três edições das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Políticas para Mulheres, possui assento nos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Mulher.” Casa da Mulher Catarina. Disponível em <<http://www.casadamulhercatarina.com.br/?page_id=150>> Acesso em: 19/02/2018

grupo, começou a participar de todos os encontros nacionais que eram feitos pela Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Na fundação desta Rede a Casa da Mulher Catarina teve participação. Hoje em dia, a feminista continua atuando nessas redes, indo em eventos e debates, sempre defendendo a questão do feminismo.

Silvia Pimentel, conta em entrevista que nos anos noventa ajudou a fundar a “Comissão de Cidadania e Reprodução”, que tem como “objetivo a promoção dos direitos reprodutivos segundo os princípios das Declarações da ONU, mas especificamente os da Convenção pela eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”.¹⁵ Pimentel também teve um papel fundamental na instalação do CLADEM Brasil, que opera no país desde 1992¹⁶.

Além disso, é importante destacar que em 2002, Flávia Piovesan¹⁷ foi convidada pelo Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) para assumir o primeiro relatório brasileiro do cumprimento do Brasil das obrigações da Convenção da Mulher, do CEDAW. Piovesan convidou Pimentel para que juntas pudessem ser as coordenadoras. Ao mesmo tempo em que se ocupavam em fazer o relatório oficial, para exibir o desempenho do país na implementação das políticas governamentais em relação a cada artigo da Convenção, Pimentel também estava trabalhando em executar um relatório alternativo. O objetivo da feminista com esse segundo relatório, era poder auxiliar o movimento de mulheres no sentido de apontar em quais aspectos a implementação das orientações do CEDAW não estava sendo efetiva, ou seja, quais foram as falhas durante os processos dessas realizações.

É importante destacar que, além disso, Pimentel foi indicada para ser uma expert do comitê da CEDAW, e foi eleita em plenário internacional para o exercício dessa atividade, a qual ficou exercendo durante doze anos, sendo presidente desse comitê em 2011 e 2012. Dentre suas diversas atuações, está a proposta de recomendação geral nº 33 sobre o acesso das mulheres à justiça, que examina cuidadosamente “as obrigações dos Estados partes para assegurar que as mulheres tenham acesso à justiça”, além de considerar os diversos obstáculos de acesso à justiça,

¹⁵ Wisser Directory. Disponível em <<https://wiser.directory/organization/comissao-de-cidadania-e-reproducao-ccr/>> Acesso em: 19/02/2018

¹⁶ “En Brasil, el CLADEM viene desarrollando acciones de defensa de los derechos a través de litigios estratégicos, como la copetición que llevó el caso Maria da Penha (Caso 12.051) a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (OEA), una estrategia clave para lograr posteriormente la elaboración y adopción de la Ley Maria da Penha”. CLADEM. Disponível em: <<https://www.cladem.org/es/nosotras/cladem-en/brasil>> Acesso em: 22/02/2018

¹⁷ “Piovesan tem trajetória conhecida pela defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais. Além de procuradora, ela é professora da PUC-SP e especialista em direitos humanos e direito internacional. Em seu mestrado em direito constitucional feito também na PUC-SP, ela foi orientada pelo atual presidente interino Michel Temer. Piovesan também atua como Conselheira da OAB de São Paulo e faz parte de um grupo de trabalho da Organização dos Estados Americanos para o monitoramento dos direitos humanos. ” Jusbrasil. Disponível em: <<https://ferreiramacedo.jusbrasil.com.br/noticias/341164150/quem-e-flavia-piovesan-a-secretaria-de-direitos-humanos-do-governo-temer-em-9-frases>> Acesso em: 02/03/2018

que ocorrem em um contexto estrutural de discriminação e desigualdade¹⁸. Essa recomendação geral é importante para democracia na medida em que atualiza a relação entre as mulheres e os obstáculos que essas encontram para conseguir o acesso à justiça, e sendo assim, a partir dela, os estados parte podem tomar atitudes para solucionar ou precaver o que está impedindo a paridade de gênero.

Considerações finais

Como foi visto, as mulheres foram atuantes de forma bem intensa durante a ditadura que se instalou no Brasil a partir de 1964. Ao mesmo tempo que se organizaram para lutar pelos seus direitos, se impuseram como protagonistas na conquista de uma democracia. Quando em 1985 o regime militar termina, essa democracia ainda estava sendo construída e exigia que o movimento de mulheres se organizasse de forma a tomar conta dos espaços de poder na nova organização política do país.

Nesse artigo, a partir do estudo das entrevistas, pudemos observar que, algumas das pautas construídas e divulgadas pelas mulheres do movimento feminista, foram levadas a espaços de poder que elas mesmas ocuparam.

Se torna importante estudar essas atuações, na medida em que estamos observando atualmente o término gradativo de um processo no Cone Sul que se convencionou chamar de Maré Rosa¹⁹. Esse processo se iniciou no final dos anos 90, quando os países dessa região passaram a eleger presidentes que tinham comprometimento com demandas populares, consideradas de esquerda, depois de um longo período – no início da redemocratização – elegendos governos de centro-direita.

Referências

Casa da Mulher Catarina. Disponível em http://www.casadamulhercatarina.com.br/?page_id=150 Acesso em: 19/02/2018

CLADEM. Disponível em: <https://www.cladem.org/pt/sobre-nosotras/sobre-o-cladem> Acesso em: 16/02/2018

¹⁸ A recomendação geral nº 33 pode ser encontrada na íntegra em português através do link <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Recomendacao-Geral-n33-Comite-CEDAW.pdf>

¹⁹ Ver a respeito da “Maré Rosa”, entre outros: CUNHA, Lucas e ARAÚJO, Victor. Sistemas Políticos na América do Sul no contexto da “Maré Rosa”: Democracia, Estabilidade e Governança no século XXI. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 5, n. 2, 2014, p.59-85; SILVA, Fabricio Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. *Revista SURES*: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>, Ano: 2015, feb, Número: 5, pág. 67-94; PANIZZA, Francisco “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura OPSA*, 2006, n. 8.

CLADEM. Disponível em: <<https://www.cladem.org/es/nosotras/cladem-en/brasil>> Acesso em: 22/02/2018

Comitê CEDAW. Recomendação geral nº 33. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Recomendacao-Geral-n33-Comite-CEDAW.pdf>> Acesso em: 19/02/2018

Compromisso e atitude. Disponível em <<http://www.compromissoeatitude.org.br/convencao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contr-a-mulher-cedaw-1979/>> Acesso em: 19/02/18

Jusbrasil. Disponível em: <<https://ferreiramacedo.jusbrasil.com.br/noticias/341164150/quem-e-flavia-piovesan-a-secretaria-de-direitos-humanos-do-governo-temer-em-9-frases>> Acesso em: 02/03/1018

IWRRAW. University of Minnesota. Human Rights Library. Disponível em <<<http://hrlibrary.umn.edu/iwraw/>>> Acesso em: 18/02/2018

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

Portal da Educação. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/programa-de-assistencia-integral-a-saude-da-mulher-paism/29829>> Acesso em: 15/02/2018

Report of the world conference of the internacional womens year. Mexico City, 1975. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf> Acesso em: 15/02/2018

Wiser Directory. Disponível em <<https://wiser.directory/organization/comissao-de-cidadania-e-reproducao-ccr/>> Acesso em: 19/02/2018

Entrevistas

CASTILHOS, Clair. Entrevista realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001.

CASTILHOS, Clair. Entrevista realizada pelo projeto “Mulheres de Luta” do Laboratório de Estudos de Gênero e História, da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em 2017.

PIMENTEL, Silvia. Entrevista realizada por Joana Maria Pedro, em Santo Amaro/São Paulo, no dia 26/08/2005.

PIMENTEL, Silvia. Entrevista realizada pelo projeto “Mulheres de Luta” do Laboratório de Estudos de Gênero e História, da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em 2017.

MOTTA, Alda Britto da. Entrevista realizada por Joana Maria Pedro, em Salvador/Bahia, no dia 3/12/2004.

MOTTA, Alda Britto da. Entrevista realizada por Joana Maria Pedro, em Salvador/Bahia, no dia 3/12/2017.

Brazilian feminists in redemocratization process: performance in different areas

Abstract: From 1964 to 1985 Brazil lived a military dictatorship. With the redemocratization process, a wider range of spaces for political action emerged. In this way, I intend to present a panorama of the way in which women's revendications and act were expressed during this period, starting with interviews with feminists that were present in different areas of this discussions in that time: in the academic sphere, in the public sector and in international organizations

Keywords: feminism, women's movement, redemocratization, interviews

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL: ENGAJAMENTO ASSOCIATIVO DE MULHERES EM FLORIANÓPOLIS¹

Luana do Rocio Taborda²
Márcia Inês Schaefer³

Resumo: A atuação das mulheres em associações é predominante historicamente. Neste trabalho discutiremos dados sobre gênero no meio associativo a partir de 1) dados nacionais sobre o campo, pesquisas como FASFIL do IBGE (2012); relacionando com 2) dados de estudos sobre o associativismo na cidade de Florianópolis (Lüchmann, 2013, 2016), e 3) dados sobre gênero nos conselhos gestores de políticas públicas do município colhidos em pesquisa de Iniciação Científica.

Palavras-chave: Associativismo, Mulheres, Participação política.

Introdução

Em tempos atuais, as associações e Organizações da sociedade civil (OSCs) sentem-se responsáveis por ações transformadoras (ou é-lhes delegado esse papel), frente a um contexto em que “de um lado, a crise social vem se agravando, como mostram os índices alarmantes de desemprego e subemprego, que geram uma verdadeira avalanche de demandas para o sistema público de saúde, educação, assistência social etc.; de outro, o Estado não tem tido a capacidade de atender a essas demandas satisfatoriamente” (MATOS, 2005, p. 14).

Quanto ao campo associativo, temos que sabemos “muito pouco acerca do modus operandi das organizações civis reais” (GURZA LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2008, p. 03). Sabemos que as associações vivem processos de institucionalização e sua importância, presença e diversificação em áreas e formas de atuação continua a ampliar-se, de maneira que se firmam como um importante ator da esfera pública, procurando amenizar ineficiências estatais, exercer pressão e influir nos processos de construção e implementação de políticas públicas - para citar algumas das funções que assumem. Portanto, compreendê-las perpassa pela realização de diagnósticos com mais apreensão quantitativa e qualitativa sobre o campo associativo. Ou seja, realizar estudos mais “satisfatórios sobre as transformações ocorridas nas últimas décadas quanto aos padrões

¹ O presente artigo possui como agências fomentadoras de pesquisa CNPq e CAPES, através de bolsas de iniciação científica e de mestrado.

² Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre, bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. E-mail: luanadorocio@gmail.com.

³ Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Bolsista CNPq. E-mail: marciainesschaefer@gmail.com.

de interação entre Estado e sociedade civil” (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 27).

Seriam assim aspectos históricos de âmbito político que influenciaram o fenômeno de desenvolvimento e complexificação do meio associativo no país: a transição de regime, através do processo de redemocratização, onde a constituição de 1988 coloca-se enquanto importante marco. A “nova” constituição e as contínuas emendas e atos normativos que a seguiram como o mais recente Marco Regulatório Organizações da Sociedade Civil (BRASIL, 2014), por sua vez, garantiram legalmente a ampla liberdade de associação, ao mesmo tempo em que o texto constitucional possibilitou um maior protagonismo das associações no campo político-institucional, principalmente enquanto fiscalizadoras e executoras de políticas públicas, com direito a receber verbas públicas e privadas para desenvolver suas atividades junto ao seu público-alvo, além de atuarem também junto a importantes atores da esfera pública como os conselhos gestores (GANANÇA, 2006). Nessa trama, as questões sobre participação, democracia e gênero ocupam um lugar fundamental, onde dentre as principais indagações estariam: quem faz o associativismo brasileiro? Ou melhor, quem são os diferentes atores e indivíduos atuantes nos diferentes tipos de associativismo brasileiro? E considerando as importantes assimetrias que os estudos realizados sobre o campo tem revelado, quais as áreas e cargos que ocupam as mulheres e os homens nesse universo? Quais fenômenos, questões organizacionais e sociais explicam importantes desigualdades de gênero presentes no campo?

Em nosso estudo, realizado na cidade de Florianópolis, apresentamos alguns dados sobre a atuação das mulheres nas associações e nos conselhos gestores de políticas públicas e tecemos algumas análises que visam compreender as dinâmicas estruturais do associativismo a partir de lentes histórico-culturais. Assim, o presente artigo é organizado da seguinte maneira: na primeira seção, breve revisão teórica sobre democracia, participação e inclusão. Na segunda seção, dados secundários coletados sobre o associativismo no Brasil e, por fim, na terceira seção, análise sobre estudo de caso com 10 associações em Florianópolis, trazendo dados sobre associações locais e dados sobre atuação feminina em conselhos gestores de políticas públicas.

Democracia, participação e inclusão

O conceito de associação está longe de possuir uma definição precisa, principalmente pela grande multiplicidade de práticas associativas existentes, mas

algumas características podem ser elencadas levando-se em consideração as referências trazidas por diversos autores. No contexto cotidiano, a nomenclatura associação é bastante utilizada e comumente “significa esses tipos de ligações que escolhemos para fins específicos - para promover uma causa, formar uma família, praticar um esporte, trabalhar com um problema de identidade ou propósito, chegar à frente na carreira, ou resolver um problema de bairro” (WARREN, 2001, p.39, tradução nossa). No contexto acadêmico, o conceito de associação pode variar de autor para autor, e a depender de prismas teóricos próprios, o conjunto de fenômenos denominados como associativos pode alargar-se ou restringir-se.

Em que pese a relevância do associativismo conforme procuram teóricos da democracia de diferentes vertentes demonstrar, no campo empírico, sabemos muito pouco sobre as associações e suas configurações reais. Enquanto fenômeno bastante difícil de ser apreendido, por possuir importantes assimetrias, diversificação de disposições e ampla complexidade, apresenta-se como um desafio àqueles que se propõem a estudá-lo, principalmente quanto a como as relações de gênero se desenvolvem. Isto dá-se em grande parte pela escassez de fontes de dados e estudos de âmbito macro e ainda estudos qualitativos quanto ao *modus operandi* interno e motivações das associações e atores que estão à frente destas.

Conforme Lüchmann (2013), a democracia é fundamental para o desenvolvimento de associativismo plural e com mais capacidade de atuação, do mesmo modo que o meio associativo é chave para a consolidação mais vigorosa da democracia. O associativismo é de grande valia pela dimensão da inclusão que possibilita: a voluntariedade é condição essencial as associações, bem como a inclusão política de diferentes grupos, em associações que sejam organizadas de forma democrática e inclusiva quanto a seus membros. Assim, considerando questões sobre ausências e presenças de mulheres na política, é de comum saber a baixa presença feminina em esferas de representação política eleitoral. Já quanto a outros espaços políticos como os participativos, dentre estes os conselhos de políticas públicas, pesquisas se propõem a entender se a mesma lógica persiste, com menor inclusão feminina nos espaços de participação e/ou representação institucional (LÜCHMANN; ALMEIDA; GIMENES, 2016).

O associativismo que se formou em nosso país deu-se muito em decorrência da expressiva urbanização e industrialização, tendo, a partir da abertura democrática da política brasileira na década de 1980, angariado significativo espaço junto à esfera

político institucional, através, principalmente, da criação de conselhos gestores de políticas públicas em diversas áreas temáticas de políticas públicas, bem como da realização de grandes conferências e fóruns.

Os conselhos gestores de políticas públicas têm, em alguma medida, a responsabilidade de exercer o controle social sobre as políticas públicas (ALMEIDA e TATAGIBA, 2012), estando representados em sua maioria nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Embora as limitações⁴, os conselhos são reconhecidos como um importante espaço de aprendizagem democrática para os cidadãos, além de possuírem capacidade de inclusão de maior pluralidade de atores e demandas⁵ sociais na agenda política institucional.

Os conselhos são concebidos como “instrumentos de expressão, representação e participação da população” (GOHN, 2000, p. 178), tendo por função efetuar a mediação da relação entre a sociedade civil e o Estado. Vinculados ao poder executivo, é importante lembrar que “embora não quebrem com o monopólio estatal de produção e execução das políticas públicas, podem (e devem) obrigar o Estado a seguir as diretrizes elaboradas em cogestão com a sociedade civil” (BORBA e LÜCHMANN, 2010. p. 230). Os conselhos gestores são considerados instrumentos fundamentais para o processo de descentralização e democratização das políticas sociais. Em algumas áreas, a existência dos conselhos gestores de políticas públicas é obrigatória⁶, sendo condição necessária para o repasse de recursos públicos do governo federal aos estados e municípios. A premissa geral, e que os diferencia de outros tipos de conselhos, é a da inclusão, nos espaços de discussão e/ou decisão de políticas públicas, dos setores da sociedade que são impactados pelas mesmas.

Neste contexto, as associações passam a ser elemento central da nova institucionalidade criada, uma vez que a representação nos conselhos ocorre normalmente através da representação coletiva. Os conselhos gestores são exemplos emblemáticos da maior porosidade do Estado para a participação da sociedade civil na cogestão de políticas públicas. Sinalizam importantes alterações nos rumos políticos, partindo do pressuposto que têm maior poder de inclusão, além de apresentarem questões referentes à gestão

⁴ Exemplos de limitações seriam em relação à paridade e representação, a pouca relação dos conselheiros com as suas entidades, a diferença da qualificação dos conselheiros governamentais em relação aos não governamentais, a correlação de forças internas, com o controle do Estado sobre a agenda temática, a legitimidade da representação posta em xeque frequentemente etc.

⁵ Por exemplo, a inclusão de grupos e setores historicamente excluídos dos espaços de deliberação e das próprias políticas públicas, como mulheres, negros, pessoas pobres e pessoas com deficiência.

⁶ A obrigatoriedade da existência de alguns conselhos é tida como um dos fatores que impulsionou o *boom* de criação de conselhos registrado em fins dos anos 1990 e começo dos anos 2000.

pública compartilhada entre governo e sociedade civil, através da participação da sociedade civil organizada (associações) na elaboração das políticas públicas, e à representação política não-eleitoral que é exercida pelos conselheiros.

Associativismo e gênero no Brasil

Em se falando sobre associativismo, é o estudo das Fasfil (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, IBGE, 2012) reconhecidamente o maior esforço já realizado para apreender o contexto institucional-associativo brasileiro. O estudo apresenta um panorama quantitativo e de diferenciação das associações segundo áreas e sub-áreas de atuação, trazendo também informações sobre a sua distribuição no território nacional, tempo de existência, porte e quanto ao perfil dos trabalhadores das Fasfil, relativo a número de empregados, remunerações, gênero e nível de escolaridade.

Considerando desigualdades de gênero no interior do meio associativo, é possível identificar importantes assimetrias, presenças e ausências quanto a atuação de mulheres e homens junto às associações. Segundo dados do IBGE (2012) as mulheres somam 62,9% do pessoal ocupado assalariado em organizações da sociedade civil no Brasil, percentual ainda maior nas associações da região Sul do Brasil, onde 67,6% dos trabalhadores são mulheres. Ainda, o mesmo estudo demonstra que elas recebem menos nas associações que os homens: “a remuneração média das mulheres equivale a 75,2% da remuneração média dos homens, sendo o salário médio mensal, em salários mínimos, de 3,9 para os homens e de 2,9 para as mulheres” (IBGE, 2012, p. 54)⁷. Além disso, há que se destacar desigualdades a depender das áreas de atuação, e quanto aos cargos assumidos, de acordo com estudos que demonstram que embora sendo as mulheres maioria nas associações, são os homens que estão nos principais cargos considerando níveis hierárquicos, como cargos de direção e de representação das associações em conselhos gestores, por exemplo (LÜCHMANN; ALMEIDA; GIMENES, 2016).

Tabela 1. Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos. Brasil – 2010

⁷ Ainda, olhando as diferenças salariais entre os sexos segundo regiões, a maior diferenciação (de quase um salário mínimo) pode ser encontrada nas regiões Sudeste e Nordeste, onde as maiores remunerações são de homens no Sudeste, e as menores, das mulheres no Nordeste. Já quanto a diferenças segundo áreas, temos que a “remuneração média, em salários mínimos, nas Associações empresariais e patronais, é de 4,9 para os homens e de 3,2 para as mulheres; nas entidades de Estudos e pesquisas, os homens auferem, em média, 5,1, e as mulheres, 3,3; e, nas entidades de Esportes e recreação, a remuneração média dos homens é de 3,4 e a das mulheres, 2,2” (IBGE, 2012, p. 54).

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos				
	Total Geral	Sexo			
		Homem		Mulher	
		Total	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual em relação ao total (%)
Total	2 128 007	788 995	37,1	1 339 012	62,9
Habitação	578	459	79,4	119	20,6
Habitação	578	459	79,4	119	20,6
Saúde	574 474	152 064	26,5	422 410	73,5
Hospitais	479 366	126 290	26,3	353 076	73,7
Outros serviços de saúde	95 108	25 774	27,1	69 334	72,9
Cultura e recreação	157 641	94 920	60,2	62 721	39,8
Cultura e arte	48 283	21 882	45,3	26 401	54,7
Esportes e recreação	109 358	73 038	66,8	36 320	33,2
Educação e pesquisa	562 684	236 929	42,1	325 755	57,9
Educação infantil	20 981	2 928	14,0	18 053	86,0
Ensino fundamental	121 168	51 790	42,7	69 378	57,3
Ensino médio	75 269	24 089	32,0	51 180	68,0
Educação superior	165 618	80 874	48,8	84 744	51,2
Estudos e pesquisas	48 184	20 348	42,2	27 836	57,8
Educação profissional	17 243	7 715	44,7	9 528	55,3
Outras formas de educação/ensino	114 221	49 185	43,1	65 036	56,9
Assistência social	310 730	87 911	28,3	222 819	71,7
Assistência social	310 730	87 911	28,3	222 819	71,7
Religião	150 552	58 252	38,7	92 300	61,3
Religião	150 552	58 252	38,7	92 300	61,3
Associações patronais e profissionais	113 897	50 579	44,4	63 318	55,6
Associações empresariais e patronais	21 430	10 216	47,7	11 214	52,3
Associações profissionais	82 986	35 208	42,4	47 778	57,6

Associações de produtores rurais	9 481	5 155	54,4	4 326	45,6
Meio ambiente e proteção animal	10 337	4 590	44,4	5 747	55,6
Meio ambiente e proteção animal	10 337	4 590	44,4	5 747	55,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	120 410	50 037	41,6	70 373	58,4
Associação de moradores	13 486	7 600	56,4	5 886	43,6
Centros e associações comunitárias	34 594	12 225	35,3	22 369	64,7
Desenvolvimento rural	5 703	3 215	56,4	2 488	43,6
Emprego e treinamento	13 522	5 813	43,0	7 709	57,0
Defesa de direitos de grupos e minorias	18 440	7 011	38,0	11 429	62,0
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	34 665	14 173	40,9	20 492	59,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	53 254	42,0	73 450	58,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	53 254	42,0	73 450	58,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Da tabela anterior, podemos destacar as organizações religiosas, onde as diferenças entre trabalhadores homens e mulheres também são identificadas: do total de trabalhadores das religiosas, constam 38,7% dos homens para 61,3% de mulheres, demonstrando a maior concentração feminina nas organizações religiosas, predominância também encontrada em áreas específicas tradicionalmente “reservadas” ao feminino, como a assistência social (71,7%) e a saúde (73,5%). Em dependendo da área de atuação, os números variam em relação ao geral, como por exemplo nas áreas de Saúde e assistência Social, com presença ainda maior das mulheres, e na área de Esportes e recreação, onde a predominância de homens é bem superior (66,8%).

Associativismo e gênero em Florianópolis

Nas associações

Conforme dados empíricos permitem apreender, a prática associativa está comumente associada a mulheres. Em pesquisa realizada com 10 associações sócio-assistenciais e religiosas (aquelas frequentemente reconhecidas enquanto

“essencialmente” filantrópicas) em Florianópolis (TABORDA, 2018), confirma-se a majoritária presença e protagonismo feminino dentro destas associações.

Tanto entre profissionais contratados, e ainda distribuição mais concentrada no caso de voluntários destas entidades, em diferentes cargos e atuando de diferentes formas, como assistentes sociais, educadoras ou ainda dirigentes, atuando internamente ou ainda impulsionando uma atuação mais organizada e presente em diferentes espaços e mobilizando diferentes repertórios, como os conselhos gestores, participação em conferências de políticas, audiências públicas, recursos jurídicos ou ainda buscando diálogo com poderes executivo e legislativo, é possível perceber maior engajamento feminino no contexto associativo estudado. Cabe também acrescentar que as mulheres são também comumente um dos principais públicos-alvo das associações, principalmente gestantes e mães, quanto a preocupações de assistência, ou ainda associações que visam defesa de direitos das mulheres.

Deste modo, pesquisas de campo realizadas têm demonstrado que grande parte dos dirigentes de OSCs, principalmente em se tratando de áreas como saúde, assistência e educação, são mulheres. Sendo estas possuidoras de diferentes tipos de capitais, entre muitas aposentadas precocemente ou aquelas que dedicaram sua vida a família, a manutenção do capital social familiar e a atuação em instituições de caridade. Em grande parte e principalmente em associações filantrópicas, tratam-se de lideranças carismáticas, que mobilizam suas redes sociais para possibilitar a manutenção das associações, realizando grandes eventos, bazares e leilões, dentre as muitas iniciativas.

Dedicando suas vidas a estas instituições filantrópicas, as membras fundadoras necessitam assegurar a continuidade do trabalho e com isto de seu legado ali investido. Para tal, precisam procurar desde cedo inserir seus filhos (e principalmente filhas) no dia-a-dia da instituição, tendo contato com a estrutura, *modus operandi* e principalmente com o sistema de crenças que dá significado e importância ao trabalho. Como Seidl (2009), poderíamos chamar a este processo de “constituição do gosto pelo social”, através de socialização familiar e escolar juvenil, inculcação de valores morais e religiosos, com introdução precoce ao mundo do social, na tentativa de motivar interesse sincero. O gosto pelo social precisa assim ser construído e incorporado através da socialização e aprendizagem de regras que tornam-se familiares e naturais. Neste processo, os filhos das elites são integrados às práticas filantrópicas, entendendo a importância destas no campo em que circulam, embora tudo precise se dar de forma natural e não impositiva.

Na figura das diretoras, historicamente identificadas como *damas da caridade*, salta aos olhos a grande capacidade de mobilização de seus capitais para possibilitar a continuidade dos trabalhos. Trata-se, aparentemente, de um duplo movimento que se retroalimenta: mobilizam suas redes de capital social para a realização de grandes eventos, bazares e doações, ao mesmo tempo que parecem valer-se das associações como forma de incorporar maior ou solidificar o capital de que já são possuidoras. Ainda, ser gestora destas organizações pode prover oportunidades de se autopromoverem/empoderarem, demonstrando habilidades que muitas vezes não tiveram oportunidades de evidenciar em outros espaços.

Em uma das associações pesquisadas (TABORDA, 2018), as diretoras/fundadoras são reconhecidas como “as matriarcas”, mulheres que estão à frente da entidade mobilizando esforços para sua fundação e continuidade através dos anos. Nas associações entrevistadas no campo realizado, a maior parte dos funcionários e voluntários são mulheres, embora mais raramente, existam casos onde a presidência da entidade é composta por homens, ou por homens que substituíram mulheres precursoras.

Nos conselhos gestores de políticas

Na pesquisa “*Impactos democráticos do associativismo: dimensões individuais, políticas e sociais*”⁸, foram levantadas informações sobre doze conselhos gestores de políticas públicas na cidade de Florianópolis, conselhos considerados pertencentes às principais áreas na gestão pública. O mapeamento considerou as seguintes informações: decreto de criação, regimento interno, caráter do conselho (deliberativo, consultivo) e as composições de todas as gestões entre os anos de 2000 a 2015, considerando as associações e seus respectivos representantes⁹.

Na tabela a seguir está representada a porcentagem de homens e de mulheres que foram conselheiros representantes das associações nas gestões analisadas desses doze conselhos no período de 2000 a 2015.

⁸ A pesquisa *Impactos democráticos do associativismo: dimensões individuais, políticas e sociais*, foi coordenada pela Professora Lígia Lückmann, entre 2014 e 2016, tendo entre bolsistas e colaboradoras as autoras do presente artigo.

⁹ Parte dos resultados desse estudo encontram-se em: LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHAEFER, Márcia Inês e NICOLETTI, André Selayaran. **Associativismo e repertórios de ação político-institucional**. *Opinião Pública - UNICAMP*. Vol.23, n.2, pp.361-396, 2017.

Tabela 2. Gênero ¹⁰ nos Conselhos Gestores de Florianópolis – 2000 a 2015				
Conselho	Homens		Mulheres	
	Em N	Em %	Em N	Em %
Habitação de Interesse Social	14	77,7	4	22,2
Saneamento Básico	34	75,5	11	24,4
Defesa Meio Ambiente	26	66,6	13	33,3
Transportes	27	96,4	1	3,6
Assistência Social	11	22,9	37	77,1
Criança e Adolescente	2	7,4	25	92,5
Idoso	4	11,1	32	88,8
Mulher	0	0	31	100
Promoção da Igualdade Racial	28	70	12	30
Pessoa com Deficiência	11	52,3	10	47,6
Saúde	39	62,9	23	37,1
Educação	52	42,6	70	57,3

Fonte: Pesquisa “Impactos Democráticos do Associativismo: dimensões individuais, políticas e sociais” (2015).

Em sete dos doze conselhos há maior presença masculina. Desses, cinco apresentam expressiva diferença, variando entre mais de 60% a mais de 90% de representantes homens em suas gestões. No conselho dos Transportes, em todo o período, foi registrada a presença de uma única mulher. Em contrapartida, há alguns conselhos que possuem expressiva representação feminina, como os da Assistência Social, Criança e Adolescente, Educação, Idoso e Mulher. Este último, em seu regimento interno determina que somente mulheres poderão assumir o cargo de representante.

Estes dados remetem à relação entre tipo de associativismo, áreas de políticas e gênero, indo ao encontro de análise desenvolvida por Lüchmann, Almeida e Gimenes (2016) em estudo sobre a representação feminina nos conselhos no Brasil. De acordo com os autores, a acentuada presença das mulheres em conselhos da área social se explica, entre outros elementos, “pela forte institucionalização dessas instâncias nas áreas sociais, tradicionalmente reconhecidas como um terreno de atuação feminina, dada a associação

¹⁰ Embora não sendo o ideal, as informações foram obtidas a partir do nome, estabelecendo as categorias “homem” e “mulher” segundo pressuposto a partir do nome dos representantes, dado ser esta a única forma de conseguir realizar levantamento nesta escala.

socialmente construída das mulheres à esfera da reprodução e dos homens à esfera da produção” (p. 790).

Ainda, embora não tenha sido possível averiguar neste levantamento, por exemplo, os graus de escolaridade das mulheres representantes dos conselhos, origem social e cor, alguns estudos (como BORBA e LÜCHMANN, 2010) apontam que a atuação em conselhos gestores é uma atuação mais elitizada, no sentido de maior grau de escolaridade e propriedade de fala (oratória e conhecimentos sobre administração pública). Assim, embora inclusivos, os conselhos gestores são também em alguma medida exclusivos, por não incluírem de fato mulheres e grupos das camadas sociais mais baixas.

Considerações Finais

Considerando a importância, responsabilidade e legitimidade política e social que as associações possuem, o presente estudo buscou contribuir na compreensão de disposições e assimetrias das relações de gênero dentro das associações. Diante da ampla concentração feminina própria do meio associativo, demonstrada em estudos sobre associativismo, democracia e participação política, procuramos neste artigo apresentar alguns dados e recortes de gênero quanto a pesquisas previamente realizadas.

Através do estudo realizado, temos que embora em estudos macro os percentuais variem, ou possam não ser tão díspares considerando média percentual entre os tipos associativos, quando olhamos por áreas, conseguimos compreender melhor o protagonismo feminino no campo. No meio associativo, também imperam lógicas de distribuição desiguais segundo áreas, com maior participação feminina em associações que trabalham primariamente com assistência social, saúde e educação; além de desigualdades quanto a cargos, salários e posições de maior poder no campo. Não é diferente no meio associativo filantrópico-religioso, onde a concentração feminina é altíssima, mas as mulheres têm mais espaço enquanto profissionais e voluntárias das associações assistenciais-religiosas, e menos em posições de maior destaque.

Desta forma, a preocupação mais importante que os dados coletados nos permitem apreender, é de que, apesar das mulheres serem maioria nas associações, na representação institucional da sociedade civil em conselhos, os representantes provenientes de entidades são mais frequentemente homens. Esta incongruência possibilita perceber que nos cargos e posições consideradas de maior importância, as relações sexistas e desiguais se impõem, independentemente do percentual de mulheres existente nas OSCs, cenário que precisa

ser melhor estudado e questionado, dadas importantes implicações que a perpetuação das assimetrias segundo gênero traz para a participação e inclusão política das mulheres.

Referências

ALMEIDA, Carla C. R.; TATAGIBA, Luciana. *Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas*. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012.

BORBA, Julian; LÜCHMANN, Lígia H. H. *A representação política nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas*. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 2, n. 2, p. 229-246, jul./dez. 2010.

BRASIL. *Lei nº 13.019*, de 31 de julho de 2014. Institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil -MROSC. 2014.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. *Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa*. Dissertação. Brasília. 2006.

GOHN, M. G. M. *O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana*. In: Repensando a Experiência Urbana na América Latina: questões, conceitos e valores. Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

GURZA LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. *Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo*. Rev. bras. Ci. Soc.[online]. vol.23, n.68, pp. 73-96. 2008.

_____, Adrian; SZWAKO, José. *Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra - argumentos e avanços no debate*. Opinião Pública, vol. 21, n. 1, 2015.

IBGE. *As Fundações Privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010*. Estudos e Pesquisas Informação econômica nº 20. Rio de Janeiro, 2012.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla, GIMENES, Éder Rodrigo. *Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. Dados*. Vol.59, n.3, pp.789-822, 2016.

LÜCHMANN, L. H. H. *Impactos democráticos do associativismo: questões teóricas e metodológicas*. Trabalho apresentado no Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. UNESP, Araraquara, SP. 2013.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

SCHAEFER, Márcia Inês. *Relatório PIBIC - CNPq*. UFSC, 2015.

SEIDL, Ernesto. *Escolarização e recursos culturais na composição de carreiras militantes*. Cadernos CERU, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 155-169, june 2009.

TABORDA, Luana do Rocio. *Entre o Discurso da caridade e da defesa de direitos: O associativismo religioso em Florianópolis e seus repertórios de atuação*. Orientadora, Lígia Helena Hahn Lüchmann. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018.

WARREN, Mark. *Democracy and association*. Princeton: Princeton University, 2001.

Associativism and institutional participation: associative engagement of women in Florianópolis

Abstract: The performance of women in associations is historically predominant. In this paper, we will discuss data on gender in the associative environment, based on 1) national data on the field, based in surveys such as FASFIL do IBGE (2012); relating to 2) data from studies on associativism in the city of Florianópolis (Lüchmann, 2013, 2016), and 3) data on gender in the municipal public policy management councils collected in a Scientific Initiation research.

Keywords: Associativism, Women, Political Participation.

O PAPEL DO FEMINISMO ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Maria Júlia Castro¹

Resumo: Esta comunicação pretende ter como tema central os movimentos sociais, explicando o conceito e exemplificando, com foco no movimento feminista, através do trabalho de Inês Castilho no jornal *Mulherio*, nos anos oitenta do século XX. Pretendo mostrar como os movimentos sociais podem ser uma forma de construir, aprofundar e até redefinir as noções de democracia na sociedade.

Palavras-chave: Feminismo; movimentos sociais; ditadura; mídia alternativa; Mulherio.

INTRODUÇÃO

Ao trabalharmos com historiografia, é comum o entendimento de uma narração onipresente, imparcial e neutra: o ensino das grandes massas é edificado em princípios positivos que nos educam a aprender os conteúdos sempre de forma passiva e reativa, raramente abordando as questões de forma crítica. No entanto, entendemos isso como um problema: toda narrativa é feita por alguém e esse alguém encontra-se inserido numa realidade histórica, política e socioeconômica que influencia suas decisões e suas visões de mundo. Estudar qualquer temática sem entender por completo todas as suas partes - inclusive os seus relatores - pode induzir ao erro.

Assim como não existe nenhum tipo de ciência neutra, não existem atores ou objetos de estudo neutros. Estabelecer o cenário histórico e conjuntural e as motivações de cada um é essencial para um alcance completo das pesquisas que se pretende desenvolver. Por isso, estabelecemos desde o início deste artigo: somos mulheres, feministas interessadas em aprofundar as pesquisas relacionadas às outras mulheres, as mulheres na nossa história, que por tanto tempo foram ignoradas e seus feitos desprezados por uma estrutura social que sempre privilegiou o sexo masculino em todos os campos, até no histórico.

Por querermos apreciar com mais clareza as mulheres que participaram e influenciaram na construção da democracia que tivemos nas últimas décadas, bem como seu trabalho durante este processo e os frutos do mesmo, e também por querermos quebrar os vícios acadêmicos de estrutura de pesquisa e valorizar nosso objeto de pesquisa desde o início da composição do artigo, inverteremos a usual ordem de escrita: iremos do micro para o macro. Iniciaremos a pesquisa, após esta breve introdução, com a personagem que

¹ Maria Júlia Castro é graduanda em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, Brasil.

decidimos pesquisar, depois para o espaço onde atuou, o cenário político da época referente à pesquisa e, por fim, as bases teóricas que trazemos para sustentar nossa argumentação.

Nossa personagem central, entre tantas outras que fundamentaram este trabalho, é a jornalista Inês Castilho. Com décadas de militância em prol do feminismo em sua bagagem, Inês foi uma das principais responsáveis pela existência do jornal *Mulherio*, um dos principais jornais da mídia alternativa feminista no final da ditadura militar. Envolvida com a questão feminista desde muito jovem, esse é um foco em seu trabalho até hoje, que ao longo dos anos rompeu a fronteira da área jornalística e expandiu-se para a cinematografia.

Relataremos nesta pesquisa as pautas abordadas por Inês e suas companheiras no jornal *Mulherio* e a expressão do movimento feminista na transição para o período democrático através do jornal, bem como suas estruturas, seus objetivos e a conjuntura que se moldava no cenário nacional à época de sua existência. As lutas que atingiam as mulheres em diferentes escalas, a forma com que a sociedade da época encarava estas questões, como essa luta frutificou no momento da construção da Constituinte de 1988 acerca das questões referentes às mulheres.

Ainda que de forma breve e já em parte elucidado pelos conteúdos referentes ao jornal *Mulherio*, pretendemos descrever sobre o movimento feminista no Brasil na década de 80: explicaremos como as demandas internas e externas ao país trabalhavam de maneira concomitante nas pautas das mulheres, como era um momento de transição não apenas para o país, mas também para o movimento como um todo e como conciliar todas estas questões foi um grande feito das militantes da época.

Como toque final, traremos das teorias sobre os movimentos sociais sob as perspectivas de Gohn e Gunder Frank: falaremos sobre como os movimentos sociais são importantes não apenas para a construção da democracia em si, mas também como estes possuem energia e peso suficiente para resultar em alterações ainda mais significativas em nossa vida cotidiana, às vezes até alterando princípios que nos foram previamente dados.

Esperamos que este artigo, mesmo que parcialmente, ajude na compreensão da importância das mulheres nos processos históricos: como a organização dos grupos em torno de pautas de interesse e necessidade coletivos, dialogando com os atores deste processo e entendendo suas necessidades, pode resultar em avanços que beneficie a todas as mulheres, independente de classe, raça, localidade, religião ou idade.

INÊS CASTILHO

Nascida no interior de São Paulo, na cidade de Avaré, em fevereiro de 1947, Inês Castilho atualmente trabalha com jornalismo e cinema. É assessora de imprensa, fazendo jornais internos de empresas, integra a equipe do site *Outras Palavras* e já fez dois curtas metragens, focados na questão das mulheres, e está trabalhando em um terceiro projeto.

Desde a infância foi tida como a filha rebelde e radical, Inês sempre teve como crenças muito fortes as questões de fraternidade e igualdade. Quando questionada sobre o momento que se entendeu como feminista², disse que isso aconteceu bem cedo na vida; lembra que ainda adolescente via notícias sobre queima de sutiãs e marchas nos Estados Unidos e percebia os sinais de como o feminismo sempre esteve dentro de si.

Estudou Ciências Sociais na USP, porém não se formou por abandonar o curso ao encontrar-se na profissão de jornalista. Acabou tendo contato com jornalismo por sorte; leu um jornal do bairro que morava, achou interessante e decidiu que seria jornalista. Deram-lhe um teste quando chegou e então foi contratada. Antes de sua história no *Mulherio* trabalhou em jornais e editoras diversos e morou por um período nos Estados Unidos, onde acompanhou um pouco do movimento político e feminista norte-americano, bem como os movimentos de contracultura e retornou em 1975, na época em que os planos de outro jornal feminista, o *Nós Mulheres*, nasciam.

Depois de trabalhar na fundação e na edição do *Nós, Mulheres* por um período de tempo, Inês atuou com cinematografia e na época em que terminava seu segundo curta, assumiu a edição do editorial do *Mulherio*. Uma das coisas que Inês destaca como importantes no trabalho do *Mulherio* foi como o jornal deu voz às primeiras teóricas do feminismo negro no Brasil, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que foram colaboradoras do jornal.

Dentro desta lógica de trabalho, Inês e suas companheiras de jornal trabalhavam as pautas referentes principalmente às mulheres dentro do espaço que possuíam por entenderem que a grande mídia não apenas privilegiava as questões tidas como “masculinas”, mas também o fazia em detrimento de questões que eram referentes a ambos os sexos, mas eram constantemente classificadas como femininas por uma cultura machista muito presente em nossa sociedade e também de questões verdadeiramente referentes às mulheres.

² Entrevista feita com Inês Castilho por Joana Maria Pedro, disponibilizada via email pela entrevistadora.

A maneira como as pautas eram tratadas e expostas no jornal era bastante democrática: as reportagens não eram assinadas por serem escritas por diversas pessoas do corpo editorial. Além disso, graças à diversidade de profissões das mulheres que compunham a equipe do jornal e também por entenderem que a massa das mulheres brasileiras está na periferia do país, suas reportagens não seguem um rigor acadêmico ou jornalista tão formal como outros jornais da época. Como veremos em mais detalhes na próxima sessão, os artigos tinham mulheres de várias áreas escrevendo sobre os mais diversos assuntos, dependendo da sua área de interesse ou pesquisa, e a sua linguagem era de fácil compreensão.

Todo esse movimento pode - e até acreditamos que deve - ser analisado sob um quadro maior que o imediato da produção jornalística: num período de repressão generalizada nos mais diversos aspectos da sociedade, iniciativas que se posicionavam contra este tipo de regime e estimulavam o debate político censurado pelo governo se mostram importante por incentivarem o pensamento político na população. Ações deste cunho ajudam no processo de politização das massas e em sua reivindicação de direitos enquanto sociedade.

MULHERIO

É necessário analisar o trabalho do jornal *Mulherio* devido à múltipla importância de seu papel tanto no período de análise quanto à conexão com a personagem que decidimos abordar nesta pesquisa. Surgindo em março de 1981 com o apoio e financiamento de duas fundações (Ford e Carlos Chagas), o jornal se manteve em atividade até 1988, lançando 42 edições com diversas pautas do interesse da população feminina brasileira.

Tido como o herdeiro dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, completando a tríade dos jornais feministas da mídia alternativa com mais destaque na época da ditadura militar, é interessante destacar as diferenças entre os jornais anteriores com o outro jornal listado. Sendo grupos de resistência que estiveram em atividade em um período diferente do regime (durante a ressaca dos chamados *anos de chumbo*³), obviamente tiveram pautas

³ Anos de chumbo é um termo referente ao período mais repressivo da ditadura militar brasileira, compreendido entre o final de 1968, com a assinatura do Artigo Institucional nº5 e o início de 1974, com o final do governo Médici. O cenário internacional refletiu-se com mais clareza do que nunca na política nacional durante esse período, onde o aparelho repressivo policial-militar do Estado esteve presente na vida civil da forma mais pesada neste regime. A problemática em lidar com o período seguinte a este momento, segundo nossas análises, é de que os contingentes de repressão estatal, apesar de não terem um apoio legal tão expansivo para suas ações (neste momento o foco da política nacional já se direcionava para a distensão

diferentes entre os jornais; o *Nós Mulheres* lutava contra a questão da ilegalidade dos partidos políticos de esquerda, assim como o *Brasil Mulher* o fez, além de entender a anistia como um de seus pilares políticos. Já o *Mulherio*, oriundo de um período pós Lei de Anistia e pós retorno da legalidade dos partidos políticos tinha como pautas políticas a Constituinte de 1988 e o movimento “Diretas Já”, por exemplo.

Mas o título de herdeiro possui sua origem em mais de um aspecto: além da posição de destaque que o *Mulherio* ocupou na mídia alternativa feminista brasileira da mesma forma que seus sucessores ocuparam, as pautas debatidas pelos jornais também se assemelhavam em vários pontos: os três jornais citados trabalhavam em suas páginas os debates acerca das questões particulares das mulheres como por exemplo aborto, direitos reprodutivos, violência contra a mulher e direitos trabalhistas. Além disso, a dificuldade financeira também foi um ponto em comum para os jornais, infelizmente; no *Mulherio* isso foi decisivo a ponto de marcar um dos períodos finais do jornal, como relataremos adiante.

A história do *Mulherio* divide-se em três períodos: o primeiro deles foi de março/1981 até setembro de 1983, o segundo momento foi de maio de 1984 até abril de 1988 e o período final do jornal foi nos meses de junho e julho de 1988. Nos primeiros dois anos do jornal, foram publicadas 16 edições sob a direção editorial de Fúlvia Rosemberg e Adélia Borges e seu foco principal era a sistematização das pesquisas feministas encontradas no Brasil até aquele momento; aberta a todas as correntes do feminismo que tivessem interesse em auxiliar nesse projeto, a equipe do *Mulherio* pretendia que o jornal fosse um canal de troca de experiências acerca dessas pesquisas de forma a orientar e facilitar a expansão de trabalhos que pautassem os problemas da mulher brasileira nos anos 80⁴.

As pautas abordadas no dia-a-dia do jornal elaboravam assuntos políticos que tocavam à vida das mulheres, principalmente - mas antes de aprofundar esta temática, é necessário ressaltar uma das principais bandeiras levantadas pela equipe: a questão do feminismo de igualdade. Lutando por uma sociedade onde homens e mulheres sejam tratados de forma igualitária, sem desconsiderar ou prejudicar qualquer um dos sexos em suas diferenças essenciais, essa linha do feminismo defende que se respeite as necessidades que cada sexo possui e que após isso, trate-se todos da mesma forma.

econômica e não tanto na repressão), possuíam o treinamento e a prática de anos na bagagem para sustentar as repressões que continuavam a acontecer, inclusive nos veículos de informação.

⁴ Freitas, 2014.

Um exemplo disso pode ser visto na forma com que o jornal abordava a questão dos direitos trabalhistas das mulheres. Enquanto lutavam pela liberação do direito ao trabalho noturno para as mulheres, algo que à época ainda era proibido, o jornal também reivindicava o fim das medidas protecionistas às mulheres na legislação trabalhista. Segue um trecho publicado no jornal pela advogada Comba Marques Porto⁵:

“A legislação trabalhista é paternalista e protetora em relação às mulheres. Mas essa “proteção” nos interessa? Até que ponto ela não acaba por legitimar conceitos discriminatórios, como o de sexo “naturalmente frágil”, o de que a mulher se equipara ao menor ou ainda o que deixa os filhos sob sua responsabilidade exclusiva?” (PORTO, 1982, p.6)

Além dessas questões, o *Mulherio* também abordava pautas como o direito à creche⁶ (algo que sempre foi visto como uma demanda exclusivamente feminina), os debates envolvendo as questões de maternidade⁷; aborto, maternidade compulsória como algo cultural, os prós e contras da licença à maternidade - como, por exemplo, o aumento do desemprego feminino devido à escolha dos patrões de preferirem não arcar com as responsabilidades referentes à licença. Também discutiam as questões referentes à dupla jornada das mulheres e o desprezo pelo trabalho doméstico⁸, as discriminações que as mulheres sofriam sobre seus relacionamentos pessoais amorosos e basicamente em qualquer profissão⁹ que escolhessem exercer. E também, conforme já foi destacado antes, traziam o debate da questão racial como uma das pautas centrais.

O segundo momento do jornal é onde Inês Castilho foi uma das personagens mais ativas; durante os quatro anos que vieram após maio de 1984, quando o jornal voltou à ativa após um hiato de seis meses devido ao fim do apoio financeiro institucional da fundação Carlos Chagas, Inês foi a responsável pelos editoriais dos 24 números publicados neste período. Tendo como objetivos centrais ser um jornal de reflexão sobre a questão da mulher brasileira, lido tanto por mulheres como por homens e que fizesse

⁵ PORTO, Comba Marques. O que deve mudar na velha CLT. Jornal *Mulherio*. São Paulo, nº 7, mai 1982, p. 6

⁶ Os números 2, 11, 16, 21, 23, 25 do jornal contém reportagens sobre o direito à creche.

⁷ Edições 5, 7, 12, 13, 26, 30, 38 trazem essas discussões.

⁸ Edição 12

⁹ É interessante destacar esta parte porque não havia apenas uma área profissional onde houvesse relatos de diferenciação de tratamento entre homens e mulheres; o jornal trazia matérias que expunham a diminuição das mulheres nos mais diversos ambientes profissionais; desde médicas à professoras, operárias, secretárias, garis - as mulheres eram desrespeitadas e desvalorizadas nos mais diversos espaços de trabalho, independente de hierarquias e de que a sua inserção no mercado é cada vez mais crescente.

um contraponto à maneira esquizofrênica com que a mídia em geral tratava a mulher e suas pautas, segundo o primeiro editorial¹⁰ daquela fase.

As pautas do jornal se modificaram um pouco nesse período: além das usuais temáticas referentes às mulheres, como divisão dos trabalhos domésticos com base no gênero, licença-maternidade e aborto por exemplo, mais questões de cunho cultural também foram incorporadas aos trabalhos do jornal, como literatura, cinema, música e artes.

Por fim, em junho e julho de 1988, o nome do jornal muda para *Nexo - Feminismo, Informação e Cultura*, bem como deixa de ser um jornal e passa a ser uma revista de arte.¹¹ Sob a análise de Freitas¹², essas mudanças que foram acontecendo nas diretrizes políticas do jornal eram um reflexo do movimento feminista no cenário nacional em questão de espaços de atuação. Com estas mudanças nos cenários de atuação do movimento, suas pautas também se transfiguravam: a segunda onda do feminismo chegava ao seu desfecho e a terceira onda surgia em seguida, no início da década de 90, através da atuação por meio de ONGs em sua grande maioria (abordaremos esse assunto com mais profundidade nas próximas páginas).

Apesar de todas as turbulências ocorridas durante a sua existência, o jornal *Mulherio* foi muito próspero em sua jornada: foi o jornal feminista de maior duração, circulando por mais de seis anos, e tendo um alcance inesperado por parte de suas criadoras. Os jornais não informavam suas tiragens em seus volumes, mas as pesquisas de Woitowicz¹³ nos mostram que houve edições com até 12 mil exemplares impressos, sendo enviados para diversos lugares do país e até para o exterior; a redação do jornal recebia de 5 a 10 cartas por dia, tanto de homens quanto de mulheres, mostrando a efetividade do trabalho do jornal na propagação das ideias do movimento feminista.

MOVIMENTO FEMINISTA

Para expormos e compreendermos por completo a temática que nos propusemos a pesquisar, precisamos falar do movimento feminista e suas atuações na segunda metade do século 20. É válido destacar que, enquanto movimento político e social, o feminismo possui diversas vertentes e que seria um erro tentar abarcar uma explicação de todas elas

¹⁰ Jornal *Mulherio*, nº 16, São Paulo, mai 1984, p. 2

¹¹ Revista *Nexo*, nº 1, São Paulo, jun 1988, p. 2

¹² Freitas, 2014.

¹³ *A resistência da mulher na ditadura militar: Imprensa feminista e práticas de ativismo*. 2014, p. 113

neste artigo; assim, prezaremos por uma análise histórica do cenário internacional e nacional acerca do movimento como um todo nos anos referentes à nossa pesquisa, bem como as pautas defendidas e seu reflexo na militância nacional.

Apesar das várias divergências entre as correntes do feminismo, existem pontos em comum entre elas - afinal, fazem parte de um mesmo movimento; podem divergir em práxis ou até em teoria, mas não deixam de ter semelhança entre si em algum aspecto. Joana Pedro (2005, p. 83) nos traz uma boa fala sobre isso:

“(...) A grande questão que todas queriam responder, e que buscavam as várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres; esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam.”

Assim, podemos afirmar que o ponto central na teoria feminista é o questionamento e a superação da subordinação da mulher ao homem. As principais divergências entre as correntes seria em qual profundidade essa superação aconteceria e também qual o método mais eficaz para superar a mesma: a corrente marxista acredita que essa superação se dará pelo fim do capitalismo, por meio do embate das classes, enquanto a corrente liberal argumenta que a independência da mulher virá através de direitos estabelecidos em constituição, por exemplo, trabalhando muito com as questões de conquistas de leis.

Apesar deste ponto em comum na análise teórica, o momento histórico que cada sujeito vive influencia suas lutas, portanto seria incorreto analisar um movimento político como uma totalidade sem especificar as demandas daquele período. No caso do feminismo, essa separação de momentos históricos é feita através do termo “ondas”; cada período da luta feminista é separado de acordo com as semelhanças das pautas daquela onda específica. É válido destacar que não existe consenso sobre o melhor método de análise da trajetória do movimento, porém o mais utilizado é a classificação histórica das ondas.

O que se costuma chamar de primeira onda feminista data do final do século 19 e início do século 20; ao redor do globo, pela primeira vez entendendo-se enquanto grupo organizado em torno de uma pauta generalizada que tocava a todas do sexo feminino, as mulheres reivindicavam seu direito à voto. Por séculos (de fato, desde à Grécia Antiga até a época do Contrato Social de Rousseau) o ser político e digno de direitos nos espaços

públicos da sociedade sempre foi o homem - o espaço destinado à mulher sempre foi o do ambiente privado, da família, do lar.¹⁴ Assim, a medida que as mulheres percebiam as problemáticas no mundo industrializante à sua volta, organizavam-se para reivindicar seus direitos enquanto cidadãs, tanto quando os homens.

A chamada segunda onda feminista teve seu início registrado algumas décadas depois, como consequência das guerras mundiais que foram travadas pelas nações no norte do globo. Com o prolongamento dos conflitos e a necessidade de mais homens nos fronts de batalha, foi necessário que as mulheres saíssem do espaço privado da família e começassem a ocupar muito mais postos e cargos públicos do que previamente ocupavam. Após o final das guerras, as mulheres se recusaram a perder o espaço que haviam conquistado e assim surgia a nova onda do movimento: as mulheres foram para a vida pública por diversos motivos; entre eles por necessidade da manutenção dos direitos sociais já conquistados e pela luta da expansão dos mesmos - um exemplo desse movimento que é muito característico da segunda onda é a luta pelo direito ao corpo e ao prazer. Mas a vida pública continuava hostil e não atendendo suas demandas; assim, a segunda onda do feminismo traz as questões específicas das mulheres para a pauta em debate.

Foi no âmbito da segunda onda do feminismo que se inseria nosso objeto de pesquisa: por algumas décadas do século 20 (dos anos 60 até o início dos anos 90, para sermos mais específicas) foi colocado no centro da pauta discussões como o direito trabalhista da mulher, os direitos de reprodução, a violência de gênero, a saúde da mulher, entre tantas outras pautas que requerem atenção do Estado mas que nunca de fato se concretizaram. Porém, apesar de o trabalho de Inês ter iniciado no espaço da segunda onda, ele se estendeu ao período de transição de análise, por assim dizer, entre a segunda e a terceira onda - e isso afetou sua militância dentro do jornal *Mulherio*, então é necessário explanar sobre esse momento.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, desponta uma movimentação de grupos de mulheres insatisfeitas com a forma que o debate feminista estava sendo tratado nas últimas décadas: entendendo que as pautas abordadas não trabalhavam o suficiente as diversidades dentro do próprio movimento, estas mulheres iniciaram debates acerca das pautas deliberadas como “não-brancas”. Com abordagens pós-estruturalistas, a terceira onda feminista tem enfoque na micropolítica e na pauta individual que cada mulher pode

¹⁴ Lolatto, 2016.

inserir no movimento, de forma a modificar o sistema como um todo a partir de suas vivência.

É dentro desta lógica de transição que o jornal *Mulherio* nasceu e atuou: no final dos debates das pautas tidas como exclusiva às mulheres, da crítica a insuficiência deste movimento e no início das movimentações pós estruturais, no surgimento de um novo ciclo de debates acerca da condição feminista. E é possível ver o reflexo desta questão na própria existência do jornal: enquanto no início do jornal houve estabilidade financeira e debates acerca das pautas tidas como “exclusivas” às mulheres, com o passar do tempo o apoio financeiro foi modificando-se e os debates dentro do jornal também, ao ponto que o jornal passa a não existir mais como jornal e torna-se uma revista: outro nome, outra proposta de trabalho, outra pauta central, conforme apresentamos previamente.

Apesar destas alterações que ocorriam no movimento feminista numa análise do movimento em nível global e até mesmo das mudanças que ocorreram dentro do jornal *Mulherio*, é necessário destacar que tudo isso foi um processo transitório de anos; não foi algo que aconteceu da noite para o dia. Além disso, o próprio cenário em que o Brasil se encontrava ao longo da década de 80 demandava que esse debate da segunda onda feminista continuasse em pauta: o processo de redemocratização do país exigia, entre tantas coisas, a construção de uma nova constituição federal para seus cidadãos. Portanto, após décadas de opressão jurídica, era essencial para o movimento feminista debater questões referente aos direitos das mulheres naquele momento, de forma a garantir uma Constituinte o mais igualitária possível.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Sob a perspectiva do período histórico aqui abordado, de forma a obter uma análise mais completa da temática proposta, não podemos deixar de explanar sobre o papel dos movimentos sociais e sua importância na defesa da democracia e dos direitos sociais pelo povo conquistados.

A sociedade em que vivemos está em constante construção e conflito: não possuímos uma fórmula para a convivência social perfeita ou ideal e os seus agentes não ambicionam as mesmas coisas. Além disso, a sociedade moderna é edificada na organização social pautada pela exploração em diversos aspectos, mas principalmente do homem pelo homem, o que se mostra um problema pelo seu caráter excludente e nocivo. Como se esta questão não fosse problemática o suficiente, essa exploração ocorre de um grupo minoritário de detentores de poder para a grande maioria da população, fazendo

com que muitos trabalhem para a sustentação do luxo de poucos. E nesta análise é preciso destacar que esta exploração não se dá apenas no âmbito econômico, o mais comum de ser avaliado, mas também no âmbito racial, cultural, sexual, ambiental, psicológico, geográfico e de outras diversas formas.

Dentro desta lógica, é necessário estimular a conscientização e organização do povo sobre a sua condição de explorado. Existem várias formas de conscientização e com os mais diversos resultados, também sendo importante destacar que estas conscientização e organização que, por mais que trabalhem sob uma perspectiva coletiva de projeto social, são processos individuais, diferentes de pessoa para pessoa de acordo com suas experiências e oportunidades na vida.

Um destes resultados é o movimento social. Surgindo da insatisfação de certos segmentos com algum aspecto da realidade vigente, podemos definir os movimentos sociais como um termo técnico para as ações coletivas de um grupo ou segmento social em relação à alguma pauta em debate na sociedade, seja com o objetivo de alterar essa pauta ou mantê-la em ordem. Outra característica importante de ser ressaltada sobre os movimentos sociais é a autonomia que estes afirmam ter; por ser uma questão complexa para o debate, ampliaremos a fala em relação à mesma.

Autonomia relaciona-se majoritariamente com o princípio de liberdade e autossuficiência, tendo sua origem na Grécia Antiga e é aplicável de diversas maneiras; portanto, dependendo do aspecto ao qual se emprega o termo, a análise de método molda-se à necessidade de aplicação. Como o assunto trabalhado nesta pesquisa é voltado para os estudos políticos, trataremos a autonomia como a liberdade de um grupo, região ou segmento social para desenvolver seus trabalhos e reivindicações sem interferências de terceiros, bem como para estruturar sua forma de ação e de regras de convivência.

Dentro desta lógica, faz sentido os grupos originários de conflitos de classe reivindicarem autonomia perante a sua luta; sendo as classes dominantes as detentoras dos aparatos de controle e exploração da classe oprimida, um movimento autônomo é um dos caminhos mais seguros para a organização de um movimento contrário às ideias hegemônicas. Dependendo de alguma instituição ou governo põe o grupo à mercê de interesses externos e burocracias que podem atrapalhar suas ações e sua pauta política, por exemplo.

Em conjunto com esta análise acerca da autonomia, também se faz necessário falar sobre os paradigmas trabalhados nas pesquisas sobre movimentos sociais. Como reflexo do baixo investimento nacional em educação e do direcionamento desta para a

formação de mão-de-obra técnica nos processos de industrialização tardia, os números de pesquisadores qualificados nas áreas de estudos de Ciências Humanas¹⁵ não remontam ao início da história brasileira, o que faz com que frequentemente nos valhamos de estudos estrangeiros para analisar nossos processos históricos.

No entanto, não podemos perder de vista o fator de que os paradigmas estrangeiros servem seus próprios propósitos e interesses e que nem sempre coincidirão com os interesses brasileiros. Um exemplo disso, conforme Gohn¹⁶ nos mostra em seu trabalho, era a questão do etapismo proposto pela teoria do imperialismo: o desenvolvimento de uma nação acontece por etapas, então se um país possui uma tecnologia menos aprimorada que outro, era apenas uma questão de tempo e de vencer esta etapa na linha do desenvolvimento até que se atingisse um novo patamar de produção.

Conforme análises locais voltavam seus estudos para a região latino americana, desenvolveu-se novas teorias sobre o desenvolvimento capitalista, como por exemplo a teoria da dependência, e demonstrou-se que as regiões marginalizadas pelo capital eram um produto final do mesmo; não havia etapa a se cumprir para atingir um novo patamar pois é necessário existirem nações e regiões em condição de subdesenvolvimento para a manutenção dos grandes centros de produção científica.

Assim, verificamos a necessidade de pesquisadores nas áreas humanas e sociais dentro da nossa própria esfera geográfica e histórica, para que possamos estudar e compreender melhor as ações e motivações de nossos próprios atores, sem o fazermos apenas baseados em interesses externos, que podem conflitar com os nossos em algum momento.

Ainda neste tópico, é válido lembrar onde e como começaram os estudos sobre movimentos sociais no Brasil. Ao começarem os estudos na América Latina acerca da teoria do imperialismo e da teoria da modernidade, dentro da escola cepalina¹⁷, estas

¹⁵ Em seu artigo *A universidade brasileira*, Ruy Mauro Marini nos mostra como se desenvolveu a educação no Brasil e como estruturou o aparato universitário, principal espaço de criação de quadros da sociedade brasileira. Enquanto a educação nacional destina-se, desde seus princípios, à formação técnica para acompanhar o processo de industrialização nacional em detrimento de formações teóricas e na área de ciências humanas, a universidade brasileira fundamenta-se nas contradições que o sistema capitalista produz e produz mão-de-obra altamente qualificada, porém escassa, para essa industrialização - dificultando o avanço da mesma e da própria nação.

¹⁶ *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5ª edição. 2006.

¹⁷ O termo “escola cepalina” remete ao grupo de pensadores socio-econômicos que pesquisaram dentro do âmbito da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. A CEPAL é uma organização criada pela ONU com o objetivo de centralizar pensadores desenvolvimentistas da América Latina, sendo o desenvolvimentismo a linha de pesquisa que tem como objetivo explicar a industrialização como o caminho para a superação do atraso tecnológico latino-americano num processo de etapismo que não condiz com a realidade da estrutura capitalista vigente.

foram adaptadas para encaixarem-se ao modo de produção latino-americano; no entanto, ocorreram aprofundamentos acerca destas pesquisas fora do ambiente cepalino e, como crítica ao mesmo, surgiu a teoria da dependência acima citada. No entanto, estes estudos iniciaram numa época de repressões em diversos aspectos, onde várias ditaduras militares recaíram sobre os países latino-americanos. Além disso, as teorias estudadas e desenvolvidas no âmbito da CEPAL explicavam o cenário continental e nacional em aspectos macroeconômicos institucionais, não necessariamente sociais - e, além disso, os movimentos sociais, principalmente deste período, não se encaixavam nos caminhos burocráticos da época.

Dados estes elementos, é compreensível a utilização de postulados europeus em meados dos século 20 em estudos brasileiros; os paradigmas norte-americanos não costumavam ser muito citados graças ao seu caráter utilitarista e conservador. Porém, apesar dos cenários conjunturais adversos, a inevitabilidade de paradigmas latino americanos continua se fazendo presente no nosso dia a dia, todos os dias; a história de nosso continente é constantemente escrita por nós e nossos estudos sociais e antropológicos devem pautar-se nesta realidade. Por isso, precisamos entender as diferenças históricas que temos em relação a nossos colonizadores para estruturar de maneira eficiente nossas pesquisas.

Um dos primeiros pontos a serem destacados ao falarmos das diferenças entre a América Latina e a Europa é a questão colonizadora: somos uma região fruto do passado colonial, escravocrata, da monocultura e exploração de recursos naturais. Após isso, o capitalismo chega ao nosso continente por via internacional e não no etapismo inglês: antes mesmo de desenvolvermos indústrias próprias, fomos inseridos na lógica produtivista da cadeia de produção capitalista como fundo de exploração e consumo dos produtos europeus.

Dentro desta lógica clientelista que foi associada ao Estado nacional brasileiro desde sua origem, os regimes políticos aqui decorridos sempre tiveram um perfil populista e paternalista como norma geral, porém Gohn (2006) nos mostra uma mudança essencial na segunda metade do século 20:

“A partir dos anos 60 a aliança com o capital internacional levou a mudanças no modelo econômico e gerou modelos políticos específicos: a era dos regimes militares autoritários que sobreviveram por duas décadas em vários países latinos. A centralização na política, no planejamento econômico, o bipartidarismo, um novo modelo de desenvolvimento baseado no tripé empresário nacional (urbano e

industrial), capital internacional e militares passou a predominar, baseado na ideologia da segurança nacional e desenvolvimento associados” (p. 226)

Em tempo, os regimes ditatoriais intensificaram pautas que já denotavam sinais de atenção por parte do aparato estatal: desta forma, perante um regime mais restrito e que exacerbava as deficiências históricas do Brasil, os movimentos sociais de cunho popular tornavam-se cada vez mais vitais para o povo, tendo uma certa hegemonia sobre os outros coletivos: as lutas por questão de terra, moradia, alimentação; as lutas raciais, indígenas, de gênero e, claro, feministas, vieram com força renovada para as discussões populares. Com uma gama tão variada de assuntos em pauta nos movimentos sociais, continuar utilizando-se de paradigmas que não contemplavam nossa realidade em sua totalidade real era não apenas improdutivo como insuficiente para o avanço da nação como um todo.

Tendo em vista a multiplicidade de temáticas sociais na América Latina, é necessário um enfoque multidisciplinar para compreender por completo suas ações: Gohn ressalta a importância de trabalhar as questões sociológicas, políticas, antropológicas, históricas, econômicas e psicossociais quando se aborda esse tema. Além disso, não é possível ignorar as ideologias, os valores, tradições e rituais culturais ao avaliar a forma com que estes grupos organizam suas pautas e reivindicam suas lutas.

Apenas tendo estas questões elucidadas, estudadas e solidificadas que podemos começar a entender de fato o processo dos movimentos sociais no espectro nacional. Entendendo as raízes históricas do nosso povo e suas demandas ao longo dos séculos é que se torna possível compreender as reivindicações feitas pelos coletivos populares. Sob esta perspectiva, podemos analisar os movimentos sociais em sua completude dentro da sociedade moderna.

Sendo o caso brasileiro o de um país edificado em profundas desigualdades sociais ao longo de sua história e regido por elites dominantes que cultivaram a manutenção deste status quo por meio de alianças oligárquicas e relações paternalistas entre os governantes e governados. Durante décadas e séculos, os avanços em questões de direitos sociais e humanos caminharam em ritmo lento - vide a abolição da escravidão apenas em 1888, enquanto a antiga metrópole já o tinha feito mais de cem anos antes; vide o reconhecimento das mulheres enquanto seres políticos e com direito a voto e a serem votadas, bem como os direitos trabalhistas, ambos apenas existindo em território brasileiro nos anos 1930 com o governo Vargas - e, portanto, comprovando como a

existência de uma nação realmente democrática não estava no primeiro plano de interesse dos governantes brasileiros.

Viver sob esses tipos de condições não é algo digno, não é algo que deve ser tido como natural ou normal. Todas as pessoas são iguais perante um país dito democrático - como é o caso do Brasil - mas, infelizmente, nem sem o que consta na Legislação é correspondente à realidade da nação. Esse tipo de situação tende a gerar conflito entre as camadas sociais; existem pessoas resignadas, mas também existem pessoas curiosas, questionadoras, que não entendem a realidade como algo dado e, a partir do momento que começam a compreender a forma com que a mesma se constrói e como isso acontece a partir de desigualdades deliberadas, questionam o porquê disso. Questionam e até se propõe a alterar esta realidade.

Para a construção da democracia, esses conflitos são importantes e muito benéficos: apesar da proposta da democracia de atender todos os cidadãos como iguais, não apenas as pessoas não são iguais (existem diferenças dos mais diversos tipos entre as pessoas, não sendo isso algo necessariamente ruim ou nocivo) como as condições sociohistóricas tendem a aprofundar essas diferenças. No caso do Brasil, junto dos processos de exploração, desenvolveu-se uma burguesia paradoxalmente dependente e autocrática, que nunca permitiu o desenvolvimento pleno da democracia em solo latino-americano. Assim, a disputa entre as classes é de suma importância para a construção de uma democracia como a conclamada por nosso povo, pois essa disputa evidencia os pontos em que ainda não conseguimos avançar para a existência de uma democracia plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente exposto, acreditamos que já é possível traçar algumas argumentações finais para este trabalho. O primeiro destes argumentos gira em torno na criticidade e a necessidade que a mesma apresenta dentro do ambiente acadêmico. A história e seus relatos são narrados sob um viés específico dos acontecimentos - o viés dos homens brancos, daqueles que detém o poder nas suas mais diferentes formas de expressão. Controlando múltiplos espectros da vida em sociedade, desde o acadêmico até o cultural, e em grande parte fazendo-o de forma a obter vantagens em detrimento de outras minorias, faz-se necessário questionamentos acerca de tudo o que existe ao nosso redor.

Mas não um questionamento vazio, apenas pela retórica; e sim um pensamento crítico, expondo as falhas que esse tipo de organização social estratificada retroalimenta. Entendendo a necessidade destes questionamentos, ao identificarmos as mazelas provindas das formas de pesquisa e de exposição de pensamentos que existem atualmente, também precisamos encontrar novas formas de desenvolvimento científico na academia. Lembrar as vozes esquecidas pelo sistema e narrar suas histórias, suas lutas e suas conquistas é um dos passos para as alterações que almejamos e participar do processo de luta pela equidade real entre todas as pessoas é essencial para tanto.

Saindo das questões de meta-análise, embora não as diminuindo, passamos aos argumentos referentes ao conteúdo da pesquisa - que rendeu-nos algumas conclusões satisfatórias acerca das intenções almejadas com o estudo dos temas referidos ao longo deste trabalho. Acerca da questão das mulheres, ainda é muito presente em nossa sociedade a questão do machismo, da diminuição das mulheres em privilégio dos homens, mesmo com a massificação das mulheres no mercado de trabalho e com suas constantes lutas em reivindicação de direitos igualitários.

Além disso, é necessário destacar, devido ao contexto histórico dos objetos de pesquisa aqui expostos, que a situação da mulher além de desigual também encontra-se sob uma fragilidade que é facilmente ameaçada. Qualquer alteração no regime político vigente é uma situação de risco para a minoria social que ainda classifica a condição da mulher - por exemplo, uma mudança como a instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil no século XX. Durante este período de duas décadas, foi possível analisar como os direitos das mulheres, conquistado sob duras disputas, foram desprezados, assim como a própria condição das mulheres - fossem elas resistentes ao regime ou não.

Com muitas perseguições e torturas, as mulheres lutaram contra as opressões impostas pelo regime militar de sua época - e o fizeram das mais diversas formas. Fosse enquanto guerrilheiras no interior do país, enquanto militantes políticas, esposas, operárias e, como mostra no foco da nossa pesquisa, jornalistas. O movimento feminista se expressa das mais diversas formas e uma delas é através das palavras; as reportagens, entrevistas e pesquisas desenvolvidas pela mídia alternativa feminista traziam à tona não apenas as problemáticas enfrentadas pelas mulheres brasileiras sob o regime militar dos anos 60 ao anos 80, mas também questões estruturantes e críticas acerca das dinâmicas entre homens e mulheres.

O jornal *Mulherio* mostrava, entre suas páginas, artigos e charges, como era importante a luta pela igualdade entre homens e mulheres; não se desejava privilégios a

nenhum dos sexos, apenas a compreensão de que cada sexo possui particularidades e que o mínimo para cada uma delas deve ser atendido constitucionalmente. Além disso, nada além de igualdade em todas as esferas deve existir para todos. É sob estes pensamentos que as militantes da época lutavam por uma sociedade verdadeiramente democrática.

Por isso a importância de análises além da conjuntura do momento: mesmo antes do golpe civil-militar, o Brasil democrático pré-64 ainda não era verdadeiramente democrático. Se a democracia se pauta na igualdade de todas e todos perante as leis, como afirmar que uma sociedade onde mulheres não podiam trabalhar a noite, não recebiam o mesmo salário que um homem, desempenhando a mesma função que estes? Mesmo que o sistema político não esteja sob os modelos antidemocráticos, ainda é possível haver discrepâncias na sociedade que a impeçam de atingir a democracia plena; seja por meio da exploração econômica, racial ou sexual.

Os movimentos sociais são a expressão do descontentamento das massas com as falhas que os atuais modelos de democracia representam. A luta pelas transformações necessárias nas organizações sociais em suas mais diversas esferas é uma das formas de reivindicar as mudanças que o povo julgam necessárias. Como Gunder Frank (1989) expõe, entender que os movimentos sociais são momentâneos, respondem a pautas particulares e que apenas quem participa dos mesmos pode entendê-los em sua totalidade é essencial para compreender como os mesmos desempenham sua função histórica na sociedade contemporânea.

Assim sendo, acreditamos que os movimentos sociais, e aqui destacamos o feminismo devido ao enfoque que este movimento recebeu em nossa pesquisa, são importantes para a construção de uma democracia plena devido ao papel que estes desempenham junto da população. Não apenas conscientizando-a em relação aos problemas que existem em suas vidas - até porque não subestimamos as classes populares; este mais do que qualquer outro extrato social compreende suas necessidades -, mas sim em relação ao potencial de mobilização e de mudança que estes carregam em seu seio. Com organização, estratégia e objetivos bem delimitados, é possível capitalizar as disputas entre as classes e conquistar as alterações necessárias para uma democracia plena.

Referências

CHAGAS, Fundação Carlos. **Jornal Mulherio**: Uma história. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/historia.html>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, v. ?, n. 17, p.19-48, jun. 1989. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a03n17.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 18.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, Histórias**, Brasília, v. 2, n. 4, p.149-166, abr. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 383 p.

LOLATTO, Simone. **Mulheres na política**: trajetórias das vereadoras titulares em Florianópolis/SC (Brasil). 2016. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

NICHNIG, Claudia Regina. **Mulher, Mulheres, Mulherio**: Discursos, resistência e reivindicações por direitos. 2013. 237 p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Ufsc, Rio de Janeiro, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, [s.l.], v. 24, n. 1, p.77-98, 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-90742005000100004>.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.104-117, 4 maio 2014. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2014v11n1p104>. Acesso em: 24 jan 2018.

The role of Feminism as a social movement in construction of democracy

Abstract: This article intends to have as central theme the social movements, explaining the concept and exemplifying, with focus on the feminist movement through the work of Inês Castilho in the newspaper *Mulherio*, in the eighties of the twentieth century. I want to show how social movements can be a way to build, deepen and even redefine the notions of democracy in society.

Keywords: Feminism; social movements; dictatorship; alternative media; Mulherio.

A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES RURAIS NO SUL E NORDESTE NO BRASIL (1980-2016): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Stela Schenato¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as produções acadêmicas que estudam a constituição das identidades de mulheres rurais engajadas em movimentos sociais e políticos no Sul e Nordeste do Brasil que, ao longo das três décadas de existência dos movimentos sociais, já se constituíram enquanto trabalhadoras, camponesas e feministas. O propósito desta revisão bibliográfica é ampliar a compressão do mundo social das mulheres rurais, bem como entender os processos que levam a uma invisibilidade identitária, abordando suas estratégias de luta contra os processos de exclusão.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Identidade. Feminismo.

Abrimos as reflexões deste trabalho pensando na famosa proposição de Simone de Beauvoir, que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. As mulheres, portanto, são construídas através das reflexões acerca de suas experiências no mundo globalizado. Mas, principalmente, as mulheres se constituem na sua relação com o outro, neste caso, em relação ao discurso hegemônico masculino (VIEIRA, 2005).

“Se nós não [fossemos] no movimento, eu não sei o eu seria de nós”. Esta fala, de uma das agricultoras organizadas, representa o receio que as mulheres rurais têm de serem apagadas da história, das políticas públicas e dos seus direitos. Os movimentos sociais, dessa forma, proporcionam que essas mulheres se tornem ativas na vida pública, formulando suas próprias demandas e reivindicações ao governo. As mulheres agricultoras passam por transformações individuais e coletivas, na procura por soluções as dificuldades que enfrentam no meio rural (VAN DER SCHAAF, 2003). E são sobre essas transformações que este artigo irá tratar.

Neste sentido, o presente artigo pretende investigar as produções acadêmicas que analisam a constituição das identidades e identificações de mulheres rurais engajadas em movimentos sociais e políticos, principalmente, no Sul e Nordeste do Brasil. O propósito foi desenvolver uma revisão bibliográfica sucinta para ampliarmos a compressão do mundo social e político das mulheres rurais, bem como entender os processos que levaram a uma invisibilidade identitária, abordando suas estratégias de luta contra os processos de exclusão. O recorte cronológico da pesquisa parte de 1980 a 2016, referindo-se, respectivamente, ao início

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Brasil. Email: steschenato@gmail.com.

dos movimentos sociais no Brasil e a análise realizada, por Vilenia Venâncio Ponto Aguiar, sobre a trajetória da Marcha das Margaridas.

De antemão, iremos deixar claro que esta revisão bibliográfica não tem como pretensão tratar de toda a produção sobre as identificações de mulheres rurais no Brasil, mas de pensar como os trabalhos de maior relevância estão tratando o tema. Para que fossemos capazes de cumprir o nosso objetivo, utilizamos o “google acadêmico” como o meio de busca. Dessa forma, nossa estratégia de busca foi a articulação do maior número de combinações com as seguintes palavras-chaves: “mulheres”, “identidade”, “identificação”, “agricultora”, “rural”, “camponesa” e “campo”.

Ao total, encontramos mais de vinte artigos que tratavam sobre as identidades e identificações, mas como pontuamos, nosso objetivo era investigar as transformações identitárias de mulheres organizadas em movimentos sociais, esse foi o critério de seleção dos trabalhos. Escolhemos analisar onze títulos, dentre eles, seis que versavam os movimentos de trabalhadoras rurais sulenses, quatro que abordavam os movimentos de trabalhadoras rurais nordestinos e um que analisa o movimento através da Marcha das Margaridas.

Como nossa finalidade com a investigação não era analisar como o conceito de identidade tem sido apropriado pelas pesquisadoras, mas como elas representam as transformações das identidades femininas em diferentes contextos, tomamos o nosso próprio conceito de identidade e identificação através de Hall (2000, 2005), Azevedo (1999), Silva (2000), Faria e Souza (2011) e Vieira (2005). Por tratar-se de um conceito complexo, utilizamos diferentes concepções e conclusões a cerca dele, para pensarmos a melhor forma de compreender e analisar as transformações identitárias das mulheres agricultoras.

O conceito de identidade e identificação

Os movimentos sociais são ações coletivas que visam transformar “os valores e instituições da sociedade”. O que une um movimento é a busca por uma identidade coletiva, sendo que essa construção social da identidade está sempre marcada pelas relações de poder. O movimento feminista emergiu a partir de mulheres que se encontraram em posições desvalorizadas e sob a lógica da dominação e dessa forma, como ato de resistência, construíram seus próprios modos de se posicionar na sociedade contra as instituições majoritárias, patriarcais e machistas (AZEVEDO, 1999).

O movimento feminista vem denunciando e reafirmando as relações de poder existentes na sociedade. A própria construção da identidade, seja ela étnica, de gênero, territorial ou religiosa, evidencia essas conexões de relações de poder, pois a identidade nunca se constrói

isoladamente, ela é sempre construída em relação ao outro. É paradoxal pensar que os movimentos identitários, que tem a intenção de se diferenciar, só conseguem se diferenciar porque existe diferença. Ou seja, segundo Silva (2000, p.83) “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam”. Ou melhor, significa contestar o que as instituições majoritárias nos dizem como sendo normal e ideal. Um exemplo claro é a questão da identidade racial. Em uma sociedade que predomina a supremacia branca o “ser branco” não é considerada uma identidade étnica ou racial, ela a identidade “normal”, as “outras identidades” é que são marcadas como tal (SILVA, 2000).

Mas afinal, o que é identidade? Iniciaremos pontuando que identidade é um conceito complexo, que envolve diferentes fatores, sendo difícil fazer afirmações palpáveis acerca de sua conceituação. Porém, indicaremos dois elementos que constituem a identidade, baseado em estudos de diferentes autores/as, que para este estudo são centrais para entendermos como as mulheres organizadas se constituem e se percebem enquanto movimento social (FARIA, SOUZA, 2011).

Primeiramente, destacamos que a identidade é mutável e sofre transformações. Como destacam, Beividas e Ravello (2006, p.136), há certa impossibilidade em se alcançar uma identidade absoluta já que “jamais um sujeito pode ser, absolutamente o mesmo que outro”. Os autores continuam explicando que é por este movimento que Sigmund Freud utilizava o conceito de identificações, já que este conceito não prevê a conquista do “mesmo”, mas a sua multiplicação (BEIVIDAS, RAVAVELLO, 2006). Portanto, consideramos que a identidade se constitui por um processo ininterrupto de identificações (MENEZEZ, 2014).

Stuart Hall rejeita a unificação da identidade, para ele as identidades estão cada vez mais fragmentadas e singulares, estando em constante processo de mudança e transformação (HALL, 2000). O autor pretere que a identidade seja estática, centrada e unificada, como se pensava no sujeito do iluminismo (HALL, 2005). No contexto da globalização, falamos de identidade no plural, partindo da ideia de que existem inúmeras identidades para se escolher e que muitas outras ainda serão inventadas, já que, o resultado final da construção identitária é sempre um “produto desconhecido” (FARIA, SOUZA, 2011). Sendo a identidade, neste contexto, um processo que prevê formas complexas de se perceber e se significar como sujeito (MENEZES, 2014).

Em segundo lugar, evidenciamos que a identidade é construída em relação ao outro. “O que está no cerne do processo de constituição identitária é a identificação ou não identificação com as atribuições que são sempre do outro, visto que esse processo só é possível no âmbito da

socialização”, como explicam Faria e Souza (2011, p.37). Consequentemente, uma das principais implicações na constituição de identidades é a delimitação das diferenças. Ao mesmo tempo em que os sujeitos estabelecem relações de pertencimento, eles também estabelecem uma relação de segregação (MENEZES, 2014). Por exemplo, no caso da constituição da identidade da mulher é óbvio que ela é constituída através da dominação e do poder de certos sujeitos sobre outros (VIEIRA, 2005).

E como esse processo de distinção entre identidade e diferença se dá? Os dois são criados e constituídos no ato da linguagem. Ou seja, a identidade e a diferença tem de ser ativamente produzidas, elas não são elementos naturais do ser humano, isto é, nós criamos as identificações quando as nomeamos no contexto de nossas relações sociais e culturais. Porém, quando vamos avaliar essa questão, devemos ter em mente que a identidade e a diferença só terão o significado que lhes foi atribuído dentro do sistema de significação dos quais ganharam sentido. O que queremos ressaltar aqui é que a estrutura linguista não é determinante, ela também sofre transformações, sendo tão “instável e vacilante” quanto a identidade (SILVA, 2000).

Pontuamos, finalmente, que as construções de identidade e diferença estabelecem lugares de poder. A afirmação de uma identificação, nada mais é do que o desejo dos diferentes sujeitos de garantirem o seu espaço (Silva, 2000). O movimento feminista vem, portanto, buscando seu espaço nas relações de poder, como sujeitos que escolhem por aquilo que desejam ser, participando ativamente do processo de sua construção. Dessa forma, rejeitando a posição de meras repetidoras de discursos já existentes, sem ideias e ideologias próprias, incapazes de produzir o seu discurso particular. Afirmando que só o sujeito ativo é o agente particular de seu discurso (VIEIRA, 2005).

A constituição das identidades de mulheres rurais e a busca pela igualdade.

Com a redemocratização brasileira na década de 1980 as mulheres agricultoras emergem no cenário nacional como um novo sujeito político. As primeiras organizações de mulheres agricultoras, formadas durante as décadas de 1980 e 1990, empreenderam lutas que vinculam as questões de classe e gênero pela conquista de direitos trabalhistas e previdenciários, abarcando as demandas por sindicalização das mulheres e disputa por cargos de direção nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o reconhecimento da profissão – como agricultora -, aposentadoria, auxílio acidente de trabalho, auxílio doença, salário maternidade, etc. (SALVARO, LAGO, WOLFF, 2013.).

As mulheres agricultoras se inseriram no ambiente público, principalmente, pela via dos sindicatos. Em Santa Catarina, por exemplo, Valdete Boni (2012) afirma que a campanha por sindicalização das mulheres foi promovida logo que elas conseguiram o cargo de direção no Sindicato dos Trabalhadora Rurais (STR) de Chapecó em 1982. No entanto, não tardou para que as mulheres começassem a se organizar em movimentos próprios.

A contribuição da igreja nos “rumos iniciais dos movimentos” de mulheres agricultoras é consenso entre Alie Van Der Schaaf (2003), Valdete Boni (2013), Giovana Salvaro, Mara Lago e Cristina Wolff (2013). Foi a Corrente Progressista da Igreja Católica, que defendia a Teologia da Libertação, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) que incentivaram e apoiaram os movimentos do campo, a fim de que o espaço rural também usufruísse de direitos e investimentos. A igreja ofereceu para as mulheres do campo a inspiração religiosa e a estrutura física necessárias para entender e interpretar o alvoroço das mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais o país estava passando. O feminismo, neste momento, não encontrou repercussão no campo, mas a igreja deu espaço de reflexão e organização para que as agricultoras se inserirem no contexto das transformações reivindicando seus direitos (VAN DER SCHAAF, 2003; BONI, 2013; SALVARO, LAGO, WOLFF, 2013).

O reconhecimento de uma parcela dos direitos reivindicados pelas mulheres agricultoras na Constituição Brasileira de 1988, deu margem ao próximo passo da luta, que seria o reconhecimento pessoal, uma vez que grande parcela das mulheres que residiam do meio rural não tinha documentação civil. Salvaro, Lago e Wolff (2013) ressaltam a importância da campanha, divulgada em agosto de 1994, chamada “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos” pela Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais/ Sul - AIMTR/SUL. A importância se ter todos os documentos civis é a garantia do exercício da cidadania plena e de que seus direitos serão reconhecidos. As autoras mencionam a perspectiva de Foucault para entendermos a importância desse requerimento por parte das mulheres agricultoras e da campanha por documentação civil.

É possível considerar que a garantia de uma cidadania plena depende de determinadas regras de identificação e controle do Estado, no sentido de uma biopolítica da população, tal como descreve Foucault (2006): por volta da metade do século XVIII, o poder se centrou no corpo-espécie, passando a regular a população em processos de nascimento, mortalidade, saúde, doença. Nessa perspectiva, o acesso aos direitos reivindicados pelas mulheres dependia (depende) da nomeação e do reconhecimento de um corpo que trabalha. Para produzir e legitimar certa existência, então, foi necessário entrar em determinado jogo político e aceitar suas regras. É fundamental considerar que, se por um lado, os documentos pessoais e profissionais dão controle ao

Estado, como demonstra Foucault, por outro, dão visibilidade e oficialidade ao trabalho das mulheres agricultoras (SALVARO, LAGO, WOLFF, 2013, p. 81).

É neste contexto que as mulheres agricultoras têm sua luta fortalecida, quando elas, finalmente, se inserem na sociedade como cidadãs e trabalhadoras reconhecidas perante a constituição e com acesso a direitos que não teriam se não tivessem ido à luta. Elizabeth Cruz (2010) e Alie Van Der Schaaf (2003) expõem que um dos motivos para que as mulheres saíssem dos movimentos/sindicatos mistos, corresponde ao tratamento assexuado que era dado demandas e lutas.

Dessa forma, as mulheres agricultoras criaram movimentos próprios que buscavam atender causas que envolvessem as problemáticas de gênero. No entanto, foram feitas críticas aos movimentos de mulheres, pelo fato de que o movimento rural não é considerado tão expressivo quanto os movimentos sindicais de trabalhadores urbanos, e elas, ao rachar com os sindicatos e movimentos que pensam a questões dos trabalhadores rurais, desenrolariam um enfraquecimento da luta (CRUZ, 2010; VAN DER SCHAAF, 2003).

A formação de movimentos exclusivos para mulheres, foi uma das questões abordadas por Maria Ignez Paulilo e Cristini Bereta da Silva em seu texto sobre Dona Adélia Schmitz, umas das lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC)². A resposta de Dona Adélia a esta questão nos faz refletir sobre a ação de empoderamento que levou essas mulheres a organizarem suas próprias lutas frente as dificuldades que elas enfrentam em espaços masculinos. O movimento reivindicava autonomia e liberdade.

D. Adélia: Nós fomos muitas vezes questionadas também por entidades internacionais. Quando eu era presidente em nível nacional, a gente estabelecia relações com entidades de outros países. Então nós sempre fomos questionadas: por que um movimento só de mulheres? Porque tem o MST que organiza também as mulheres, tem o MPA que organiza as mulheres, tem o MAB que organiza as mulheres. Então eles achavam que a gente devia se agregar a uma organização dessas, ao invés de um movimento só de mulheres. Mas qual é o problema que nós sentimos? Nesses movimentos mistos, nos poderes de decisão estão geralmente os homens. São poucas mulheres que estão nos espaços onde se decidem as coisas. As mulheres são muito mais tarefeiras, mandadas pelos homens, do que ocupando espaços de decisão. E nós queremos um espaço onde nós decidimos, por isso nós achamos importante um movimento só de mulheres. Num movimento misto, onde está o homem e a mulher, muitas vezes a mulher se cala e não fala o que talvez ela gostaria de falar. E num espaço só de mulheres nós achamos que é mais fácil as mulheres se abrirem (PAULILO, BERETA, 2007, p.411).

² Este texto é resultado de conversas mantidas por Maria Ignez Paulilo com Dona Adélia Schmitz desde os anos 2000 e de uma palestra concedida por ela em Florianópolis promovida pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) em 2007 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Neste sentido, um movimento que possibilita a liberdade de expressão das mulheres, através do acolhimento, discussão e conversas, proporciona a possibilidade de rompimento com o lugar de subordinação feminina e a ampliação da representação de si. A importância de um movimento próprio para as mulheres rurais é maior do que imaginamos. Van Der Schaaf (2003) ressalta que, as ideias feministas tiveram dificuldades para se inserir no contexto rural. Ainda que, nos primeiros anos dos movimentos de mulheres rurais, o feminismo tenha ampliado as reflexões acerca da valorização individual, elas construíram no máximo um tipo de “feminismo popular”, sem se identificarem totalmente com o movimento feminista.

Elizabeth Cruz (2010) defende que no Ceará a militância política proporcionou um alargamento das identificações, “constituindo uma “teia” de significados para a identidades dessas mulheres”. A autora entende que as mulheres, através das ações dos movimentos, percebem que não precisam abdicar de sua identificação enquanto mulher, mãe e esposa para se entender como agricultora e militante (CRUZ, 2010). As autoras Silva e Lage (2012) pontuam que é preciso considerar a ligação identitária “mulher-terra-família” da qual as mulheres rurais são formadas e entender que, para algumas mulheres, essa identificação sempre está posta. Isto posto, podemos perceber claramente, que a construção das identidades não representa perda e substituição, mas um processo de agregação e transformação.

Devemos pontuar, como explicam Carneiro e Teixeira (1995), que a constituição das identificações das mulheres rurais perpassa, de forma indiscutível, pela questão do trabalho. A divisão sexual do trabalho e a desqualificação do trabalho feminino nas propriedades rurais continuam sendo problemáticas presentes. Dessa forma, o componente privilegiado das identificações das mulheres é a rejeição das identidades atribuídas a elas, como “esposa do agricultor”, reivindicando o de “agricultora”. Ser uma “trabalhadora rural”, ter seu nome registrado no bloco de notas da propriedade, ter direito a aposentadoria e reconhecimento pelo seu trabalho, é um ato político.

Dessa forma, a primeira reivindicação social e política das mulheres agricultoras foi o seu reconhecimento enquanto mulher e trabalhadora rural. O passo seguinte que os movimentos de mulheres deram, em perspectiva nacional, foi na constituição de sua identidade unificada. Em 2004, as mulheres agricultoras se organizaram em um movimento nacional sob o nome de Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), reforçando lutas de classes e de gênero que já estavam em curso (SALVARO, LAGO, WOLFF, 2013). A ação de uma unificação nacional das lutas de mulheres agricultoras, segundo Cinelli e Jahn (2011, p.87), se dá em volta do propósito de “libertação das mulheres, da construção do projeto de uma agricultura camponesas

agroecológica e a transformação da sociedade”. Afinal, a motivação das mulheres não é apenas a transformação pessoal, mas a transformação da vida de outras mulheres e da terra.

Nesta conjuntura, a utilização da categoria “camponês/camponesa” delega uma mudança, não só conceitual, mas política, a fim de proporcionar que mais pessoas se identifiquem e pertençam a luta dos movimentos. Sem dúvidas que essa tomada de decisão foi amplamente criticada, com o argumento que o termo não contempla o caso rural brasileiro, porém as autoras Paulilo e Bereta (2007, p.400-401), reforçam através da autora Joan Scott que “a identidade é um **termo de contestação**, o local de exigências múltiplas e conflitantes e que se não historicizarmos, perdemos seu sentido”. Ou seja, se nos debruçarmos a tecer críticas ao termo e sua utilização estaríamos perdendo as motivações que levaram essas agricultoras a contextualizarem essa luta dentro do movimento histórico camponês.

A decisão de ressignificar essa identidade se apresenta na adoção de uma nova designação para os movimentos, sendo agora, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O debate surgiu com a intencionalidade de unificar as lutas e nesse sentido a mulher camponesa é aquela que, de uma ou outra forma, produz o alimento e garante a subsistência da família (SALVARO, LAGO, WOLFF, 2013.).

É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher legitimam e confirmam, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. (MMC-Brasil, 2005^a apud SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013, p. 84).

Esses processos de identificação fortaleceram o movimento nacional, já que a unificação é essencial para atender outras demandas além das questões de classe, mas também as questões de gênero e raça. E nesse debate entra a questão do feminismo. Apesar de a palavra feminismo ter tido por muito tempo uma conotação negativa dentro dos movimentos os debates feministas sempre fizeram parte das demandas. O cotidiano é que lhe servem de base se estímulo e lhe dão suporte para pensarem o feminismo. Porém, o contato com o movimento feminista é posterior, a pesquisadora Valdete Boni que estuda o Movimento das Mulheres Camponesas/SC, argumenta que identificado por ela o feminismo começou a estar presente nas falas do MMC a partir de 2010 (BONI, 2013). Assim como, Vieira, Figueirêdo, Netta e Lage (2012) explicam que o MMTR/NE o processo de identificação com o feminismo estava em pauta, até o momento da pesquisa, mas que ainda não tinha sido decidido pela adoção da identificação enquanto coletivo, embora o “ser feminista” estivesse presente em muitas das falas individuais.

A identificação com o feminismo é um ato de resistência e enfrentamento ao patriarcalismo, tanto no âmbito pessoal, quanto coletivo. Os movimentos não se identificarem formalmente com o feminismo, não anula o fato de ideias feministas estarem postas em suas reivindicações. Algumas mulheres, antes de entrar nos movimentos, afirmam nunca ter ouvido falar no termo feminismo, mas aos poucos vão percebendo que a vida cotidiana é permeada pela dominação masculina. Sendo dessa forma, ao se tornarem sujeitos políticos que as mulheres do campo se identificaram enquanto camponesas e feministas. Canelli e Jahn (2011), através do pensamento de Manuel Castells, argumentam que as mulheres camponesas constituem uma identidade de resistência, ou seja, são sujeitos que se encontraram desvalorizadas pela lógica dominação e que encontraram, através da constituição de suas identidades, uma forma de resistência semeando novas formas de vida, trabalho, etc.

A questão feminista é poderosa, pois faz com que as mulheres percebam as práticas cotidianas por uma perspectiva crítica. As questões da vida diária são as que impulsionam o movimento, sendo assim, os problemas pessoais (o privado) se tornam os problemas de todas (público) (VAN DER SCHAAF, 2003). O depoimento, de Dona Eliane de 52 anos, mostra o orgulho e a diferença que o movimento e as questões discutidas proporcionam na vida dessas mulheres.

Eu não dava tanto valor para mim mesma ... uma mulher agricultora, que vergonha! ... Hoje em dia, meu Deus, como eu disse ainda a pouco, a gente senta pra almoçar, senta pra jantar ... fui eu que plantei, fui eu que colhi. É um valor, dá uma emoção até. Porque, eu tinha vergonha de sair assim. ... Hoje em dia, eu não tenho mais vergonha de dizer eu sou agricultora. Eu não tenho vergonha de dizer. ... As coisas de antigamente, eu botava doméstica, do lar. (Eliane, 52anos). (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013, p. 82).

A fala de Dona Eliane nos abre espaço para tratar de outra constituição identitária que, pelo menos o MMC/SC, vem discutindo. Além da representação enquanto agricultoras, camponesas e feministas, as mulheres reivindicam em suas falas o posicionamento enquanto “ambientalistas”. Yamira Barbosa (2015, p.20) reitera que, na unificação dos movimentos em torno da identificação camponesa, a organização incorporou em suas demandas a defesa “de um projeto de agricultura camponesa, ecológica e feminista”. As sementes têm um papel simbólico importante para o MMC, representando o poder da geração de frutos, que é uma das missões do movimento.

Valdete Boni (2013) defende que o atual discurso do MCC pode ser classificado como ecofeminista. Através das perspectivas de Vandana Shiva e Bina Agarwall, a autora entende que o movimento superou discursos construtivistas e essencialistas, de mulher ligada à

natureza, se posicionando pela preservação do planeta - da água, das sementes crioulas e das florestas nativas, como uma luta política. A pesquisadora pensa que a conjuntura dos ideais de preservação ambiental e a preocupação com a alimentação, através do discurso da soberania alimentar e do cultivo agroecológico, fazem do MMC um movimento ecofeminista, além de camponês e feminista. Mas, na verdade, o movimento nunca se autodenominou dessa forma. A autora acredita que o movimento precisa de tempo para ressignificar o termo “ecofeminismo”, assim como fez com o termo “camponês” e “feminista”.

Para finalizarmos, consideramos importante abordar sobre a Marcha das Margaridas, que se trata de uma ação coletiva de mulheres do campo e das florestas, que acontece a cada quatro anos, desde 2000, e já está em sua quinta edição. A marcha é uma ação política que reúne diversos movimentos e entidades e que, em 2015, teve como lema “margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, se posicionamento a favor da democracia por um país mais igualitário (AGUIAR, 2016).

A Marcha das Margaridas proporcionou a maior visibilidade e legitimidade, ao olhar público, das demandas políticas das “mulheres do campo, das florestas e das águas”, como elas mesmas se denominam. Assim como, essa trajetória, proporcionou o alargamento das identificações das mulheres em prol de uma ação coletiva e política que unisse as questões mais expressivas de cada movimento no lema de cada marcha. O desenvolvimento de estratégias políticas e propostas em torno de objetivos únicos, permitiu a construção de uma identificação simbólica que dá um sentido de unidade ao movimento, ganhando cada vez mais força na luta por igualdade (AGUIAR, 2016).

Considerações finais

Ao final deste artigo, é oportuno pontuar que as identificações das mulheres agricultoras se constituíram em longos processos de construções e desconstruções e que elas nunca estarão acabadas, pois os conflitos que as sociedades globalizadas e capitalistas causam na vida cotidiana das comunidades rurais, vão ser sempre pauta de confronto para essas mulheres.

Os processos de invisibilização identitária das mulheres no meio rural, historicamente, estiveram atrelados ao domínio masculino do trabalho, da cidadania e do corpo das mulheres. Pudemos perceber, dessa forma, que o mesmo movimento que fez com que elas fossem coadjuvantes dos processos históricos, serviram de base para alavancar a sua diferenciação e as construções identitárias.

Os movimentos de mulheres camponesas têm em vista a transformação dos valores e das instituições da sociedade, contra a dominação masculina das mulheres e do meio ambiente. Sendo a favor, do exercício pleno da cidadania, do direito de reivindicar direitos, da politização e do reconhecimento próprio. As lutas que elas empreendem busca uma sociedade aonde a diversidade não seja conformada, mas que possibilite um lugar de fala para todos e todas que se sentem marginais em seus próprios lares.

Referências

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimentos sociais e participação: reflexões a partir da marcha das margaridas. **Política e sociedade**, Florianópolis, vol.15, p.261-295, 2016. Disponível em: </ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/>>. Acesso no dia: 22 jan. 2018.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli da. Resenha - A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.2 – O poder da identidade. **Sociologias**, Porto Alegre, ano.1, n.2, p.304-313, 1999. Disponível em: </ <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/6936/0/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- BARBOSA, Yamara Rodrigues de Souza. Mulheres camponesas de Santa Catarina: semeando organização, agroecologia e feminismo. **Agriculturas**, vol.12, n.4, p.20-26, 2015. Disponível em: </ <http://aspta.org.br/revista/v12-n4-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/mulheres-camponesas-de-santa-catarina-semeando-organizacao-agroecologia-e-feminismo/>>. Acesso no dia: 21 jan.2017.
- BEIVIDAS, Waldi. RAVANELLO, Tiago. Identidade e identificação: entre semiótica e psicanálise. **Alfa**, São Paulo, vol.50, n.1, p.129-144, 2006. Disponível em: </ <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/1399/1099/>>. Acesso no dia: 22 jan. 2018.
- BONI, Valdete. O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e sua identidade (eco)feminista. **Fazendo gênero 10**, Florianópolis, p.1-13, 2013. Disponível em: </ http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373312081_ARQUIVO_BONI_Valdete.FazendoGenero2013.pdf/>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- CARNEIRO, Maria José. TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural no discurso dos mediadores. **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Luiz, p.45-57, 1995. Disponível em: </ <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/zeze5.htm/>>. Acesso no dia: 22 jan. 2018.
- CINELLI, Catiane. JAHN, Elisiane de Fatima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**, p.86-92, 2011. Disponível em: </ <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11796/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. Mulheres rurais: identidade e militância. **Fazendo Gênero 9**, Florianópolis, p.1-10, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278293802_ARQUIVO_Identidadeemilitancia_ElizabethFCruz.pdf/>. Acesso no dia: 21 jan. 2018.

FARIA, Ederson de. SOUZA, Vera Lúcia Trevisan. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. **Revista Semanal da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, vol.15, n.1, p.35-42, 2011. Disponível em: </ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572011000100004&script=sci_abstract&tlng=p/>. Acesso no dia: 22 jan. 2018.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In.: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p.103-133.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10a ed. Rio de Janeiro: Dp&a; 2005, 102p.

MENEZES, Vitor. Identidade e processos de identificação: um apanhado teórico. **Intratextos**, Rio de Janeiro, vol.6, n. 1, p. 68-81, 2014. Disponível em: </<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7106/>>. Acesso no dia: 22 jan. 2018.

PAULILO, Maria Ignez. Silva, Cristiani Bereta. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Estudos feministas**, Florianópolis, p.399-417, 2007. Disponível em: </ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200007/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. LAGO, Mara coelho. WOLFF, Cristina. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & sociedade**, p.79-89, 2013. Disponível em: </ <http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3538/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SILVA, Maria Guadalupe de Araújo. LAGE, Allene. (In)visibilidade da identidade das mulheres dentro dos movimentos sociais do campo de Pernambuco. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, João Pessoa, p.3147-3163, 2012. Disponível em: </http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.13.pdf/>. Acesso no dia: 21 jan. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In.: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.10, p.412-442, 2003. Disponível em: </ <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819564014/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

VIEIRA, Iasmin de Araujo. FIGUEIRÊDO, Joana D’arc da Silva. NETTA, Ranúzia Moreira de Lima. LAGE, Allene Carvalho. Lutas pelo feminismo em contextos rurais: a experiência

de mulheres camponesas no nordeste do Brasil. **17º Encontro Nacional da Rede Feminina Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero**, Paraíba, p.498-514, 2012. Disponível em:

</<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/390/0/>>. Acesso no dia: 21 jan. 2018.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **D.E.L.T.A.**, pp.207-238, 2005. Disponível em: </ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

The constitution of the identities of rural women the South and Northesat in Brazil (1980-2016): A bibliographic review.

Abstract: This article aims to analyze the academic productions that study the constitution of the identities of rural women engaged in social and political movements in the South and Northeast of Brazil that, during the three decades of existence of the social movements, have already constituted themselves as workers, peasants and feminists. The purpose of this bibliographic review is to broaden the understanding of the social world of rural women, as well as to understand the processes that lead to an invisibility of identity, addressing their strategies to fight exclusion processes.

Keywords: Rural woman. Identity. Feminism.

Simpósio Temático 12 - Feminismos e memórias da ditadura

Coordenação: Gilmária Salviano Ramos

Local: Sala de projeção Henrique da Silva Fontes - BU.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Alina Nunes

alinanunes2@gmail.com

UFSC

JOUISSEZ SANS ENTRAIVES: BRASIL, FRANÇA E AS MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO FIM DA DÉCADA DE 1960

Athaysi Colaço Gomes

athaysicolaco@gmail.com

Universidade Estadual do Ceará

GÊNERO, IDENTIDADE SOCIAL E HISTÓRIA ORAL: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE PARA O MOVIMENTO DAS ESTUDANTES SECUNDARISTAS EM FORTALEZA. (1964-1972)

Ivette Sóñora Soto

ivettesotocuba@gmail.com

Universidade Federal Santa Catarina

LA POESÍA DE LUISA PÉREZ DE ZAMBRANA. PRIMER DISCURSO FEMINISTA EN SANTIAGO DE CUBA

JOUISSEZ SANS ENTRAVERES: BRASIL, FRANÇA E AS MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO FIM DA DÉCADA DE 1960

Alina Nunes¹

Resumo: No presente trabalho analiso aspectos das experiências das mulheres dentro do movimento estudantil do fim da década de 1960, tanto no Brasil da ditadura civil-militar quanto na França marcada pelo maio de 1968. A historiografia por vezes ignora a perspectiva das militantes desse período, mas evidentemente o gênero foi decisivo na construção de suas vivências políticas. Por meio da *histoire croisée*, busco as similitudes e relações nas experiências das estudantes brasileiras e francesas.

Palavras-chave: história das mulheres; gênero; movimento estudantil; ditadura civil-militar; maio de 1968.

Introdução

A explosão cultural e política de 1968 incendiava a juventude, correndo entre o hemisfério norte e sul, atravessando o Muro de Berlim, passando por Berkeley, Paris, Rio de Janeiro, Cidade do México, Praga, Montevideu e Tóquio. A Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, contestava o socialismo real stalinista, no Brasil, os estudantes resistiam à ditadura civil-militar, nos Estados Unidos, os movimentos sociais questionavam a posição do presidente perante a guerra do Vietnã, e os jovens franceses rejeitavam mais um mandato do general De Gaulle. Os objetivos das contestações variavam, e eram específicos do contexto de cada país, mas havia sempre um ponto em comum: o ano de 1968 foi marcado pela recusa do poder estabelecido, fosse qual fosse (SIRKIS, 2008). Os principais atores sociais das movimentações de 1968, onde quer que ocorressem, eram quase sempre jovens, e quase sempre estudantes.

A partir da década de 1970, com as movimentações feministas, a historiografia passou a abrir alguns espaços para a história das mulheres. Nesse sentido, foi notável o trabalho da historiadora Michelle Perrot. Pouco a pouco, diferentes historiadoras concluíram que as mulheres eram tão sujeitas históricas quanto os homens, e, a partir disso, o campo das História das Mulheres passou a crescer. Entretanto, ainda se negligencia muito a atuação dessas durante grande parte da história. Segundo Michelle Perrot (2005), a história esqueceu-se das mulheres, incumbindo-as de um silêncio ensurdecedor.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq no projeto Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras militares no Cone Sul no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), orientada pela Prof. Cristina Scheibe Wolff. E-mail: alinanunes2@gmail.com.

Não é diferente quando se trata da historiografia referente ao movimento estudantil. Salientando o fim da década de 1960, principalmente os acontecimentos do maio de 1968 francês e as diversas manifestações do movimento estudantil no Brasil ditatorial, a bibliografia que trata especificamente da relação entre esses eventos e o papel das mulheres não é nada extensa. Entretanto, isso não quer dizer que as mulheres, principalmente enquanto estudantes, não se movimentavam tanto quanto os homens, mas sim que a historiografia que diz respeito ao movimento estudantil muitas vezes permanece em silêncio em relação à participação feminina.

De fato, houve trocas entre essas mulheres, então estudantes, brasileiras e francesas, já que, durante o fim da década de 1960, Paris foi um dos principais destinos para o exílio político dos brasileiros. Nesse sentido, de acordo com a pesquisa desenvolvida no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul: Histórias Comparadas (1960-1990)”, muitas mulheres militantes brasileiras tiveram contato com o feminismo no exterior, trazendo essas ideias para o Brasil no momento em que retornaram ao país (PEDRO, 2010). Cabe destacar a formação de grupos de mulheres brasileiras na França, como o Círculo de Mulheres de Paris. Isso demonstra que as histórias de francesas e brasileiras se cruzaram e se entrelaçaram, e, justamente por meio da metodologia da *histoire croisée*, é possível evidenciar que muitas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres francesas no movimento estudantil eram similares às enfrentadas pelas militantes brasileiras.

No ano da comemoração de meio século dos eventos do maio de 1968 francês, uma das maiores expressões de movimentação estudantil do século XX, vejo como essencial um estudo que saliente a importância das mulheres dentro dos movimentos estudantis do fim da década de 1960. Sendo assim, com o presente trabalho busco enumerar a participação feminina nos movimentos estudantis brasileiro e francês. A partir de análise de bibliografia selecionada sobre o tema, procuro evidenciar a presença das mulheres em espaço negligenciados pela historiografia.

Gozar sem entraves

O maio de 1968 perpassou as fronteiras parisienses, mas, quando falamos da capital francesa, são essas imagens que evocam os eventos da primavera de 1968: grafites e cartazes em muros, bandeiras negras e vermelhas, ocupações de universidades, jovens,

estudantes. A necessidade de considerar a juventude e os estudantes enquanto categorias específicas de análise surge a partir do *baby boom*, a explosão demográfica ocorrida após a Segunda Guerra Mundial. Ao crescerem, esses *baby boomers* geraram, indiretamente, um intenso desenvolvimento da educação universitária². A nova e imensa população universitária constituía de maneira singular e inovadora a mais inédita forma de expressão cultural e política da sociedade: a juventude.

O movimento conhecido como maio de 1968 começou na Universidade de Nanterre. As aulas magistrais vinham sendo interrompidas, os dormitórios femininos eram ocupados por garotos e garotas, que, intoxicados pelo discurso da libertação sexual, colocavam-se contra a divisão dos dormitórios por sexo. Em 22 de março de 1968, coincidentemente, o primeiro dia da primavera, os estudantes ocuparam o prédio da administração da Universidade em protesto contra a prisão de um colega (MATOS, 1998). Desse levante, desdobraram-se diversas articulações políticas, até que a movimentação chegou à Universidade Sorbonne, no *Quartier Latin*, coração de Paris. No dia 3 de maio de 1968, membros do Movimento 22 de março, da União Nacional dos Estudantes da França (UNEF), do Movimento de Ação Universitária, reunidos em assembleia, ocuparam a Sorbonne. A polícia, por ordens do reitor, adentrou a Universidade, tentando forçar os estudantes para dentro de camburões. No fim da tarde, pelos menos três mil jovens ocupavam o entorno da Universidade, sob chuvas de gás lacrimogêneo e golpes de cassetetes por parte da polícia que eram acompanhados por uivos de desaprovação vindo de grupos de extrema direita. À noite, carros tombados e paralelepípedos serviam de material para as primeiras barricadas – os confrontos seguiriam durante toda a semana.

Temos na Sorbonne um "símbolo por excelência da cultura francesa e do ensino conservador" (MATOS, 1998, p. 24). A simbologia da universidade intocável, fonte da cultura erudita, foi tomada e subvertida por estudantes, e o prédio tornou-se o principal cenário das movimentações de maio, sendo completamente tomada pelos jovens a partir do dia 13 de maio. No mesmo sentido de subversão da cultura erudita, o Teatro do Odeon também foi ocupado. Com a ocupação do Odeon, podemos observar com clareza os ditos

² Segundo Hobsbawm, antes da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha, França e Inglaterra juntas não chegavam a ter 150 mil estudantes universitários. Já durante a década de 1980, a população universitária era contada aos milhões. Para alguns outros porquês do crescimento das universidades, ver HOBBSAWM, Eric. *A Revolução Social*. In: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX 1947-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 282-313

de Martins Filho (1996, p. 66): “a revolta estudantil tem razões mais amplas que a crise da universidade; os protestos revelam uma crise cultural profunda”.

No Brasil, 1968 foi um ano longo e intenso. O movimento estudantil brasileiro foi foco de forte repressão desde o primeiro momento de instauração do regime civil-militar: nos primeiros dias de abril de 1964, a sede da diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, o principal meio de articulação estudantil de resistência nas décadas de 50 e 60, foi incendiada. A articulação política dos estudantes, que não era algo novo, passou a consolidar-se em torno da defesa da UNE como órgão legítimo de seus estudantes, e, assim, o movimento estudantil conseguiu reorganizar-se frente à ditadura mais rápido do que qualquer outro setor (BRISTOT, 2014). Dessa forma, os anos seguintes ao golpe civil-militar foram anos de muita luta para o movimento estudantil, culminando em um 1968 vulcânico. Em 28 de março de 1968, os estudantes, secundaristas e universitários, reuniam-se para mais um dia de protestos contra o aumento do preço da refeição no restaurante universitário Calabouço. Entretanto, antes mesmo de tomarem as ruas, a polícia invadia o restaurante. Sob uma chuva de vaias, um tiro atingiu o peito de Edson Luís de Lima Souto. No chão do Calabouço, jazia seu corpo sem vida.

Os velhos no poder, os jovens no caixão: os estudantes gritaram e estamparam em cartazes essa simbólica frase pelos dias que seguiram. Junto a eles, jornalistas, artistas, sindicalistas, clérigos. Pais, mães, jovens. A mobilização perpassou as fronteiras do Rio de Janeiro, atingindo São Paulo, Brasília e Fortaleza. Durante abril e maio, discutiam-se reivindicações e o papel da universidade. Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2008, p. 23), em junho as reivindicações eram “consistentes e orgânicas”, demonstrando o amadurecimento das discussões que vinham sendo construídas dentro do movimento. Os estudantes demandavam abertura de novas vagas nas universidades, reforma de currículos, verbas, e criticavam as antiquadas relações entre professores e estudantes. A reitoria da USP foi ocupada no dia 7 de junho, seguindo a greve geral na UFRJ que iniciara dia 5.

Ao mesmo tempo em que a luta se radicalizava, a repressão se intensificava. Um exemplo de intensa repressão foi a “sexta-feira sangrenta”, em 21 de junho, quando manifestantes e policiais se enfrentaram nas ruas do centro do Rio por mais de sete horas, e pelo menos mil pessoas foram presas e 28 foram mortas. Ainda resistindo, veio a Passeata dos Cem Mil, dia 26 de junho de 1968, emblemática. O governo, entretanto, não cedeu às demandas. Essa recusa do governo em ceder foi o maior impasse das movimentações estudantis em 1968. Os estudantes continuaram resistindo: em 11 de

outubro, o 30º Congresso da UNE, clandestino, ocorreu nos arredores da cidade de Ibiúna, no sítio Murundu. Sem uma infraestrutura adequada, os estudantes dormiam em locais sujos e enlameados. Os policiais e seus camburões chegaram pela manhã, surpreendendo os estudantes. O processo do DOPS de São Paulo revela que 723 estudantes foram fichados após o fechamento do Congresso. A prisão de tantos estudantes no Congresso foi um dramático desfecho para a articulação política do movimento estudantil, que de fato perdeu o fôlego. Boa parte dos estudantes desvincularam-se do movimento estudantil e integraram a luta armada. Para terminar com 1968, “o ano que não terminou”, foi instituído o Ato Institucional nº5 (AI-5) em 13 de dezembro, inaugurando uma nova dinâmica de torturas, perseguições políticas e censura³.

Considero três as principais heranças inovadoras dos movimentos de 1968, tanto no Brasil quanto na França. Primeiramente, é admirável a “particular combinação de utopia e cotidiano”, como diz Daniel Aarão Reis Filho (2008, p. 16). Tanto na França quanto no Brasil, “havia, quase sempre, propósitos – e propostas – além do horizonte limitado das lutas parciais e setoriais” (REIS FILHO, 2008, p. 16). Em segundo lugar, o movimento abriu uma nova possibilidade de interpretação da história (MATOS, 1998), que fugia da dinâmica da luta de classes. Um novo grupo surgia, e não era nem burguesia e nem proletariado: era a juventude, com suas especificidades políticas e culturais. Por último, vêm os desdobramentos desse movimento. Segundo Martins Filho (1996, p. 101), objetivava-se “ampliar o espaço de liberdade na família, na vida sexual, na escola e em esferas insuspeitas da vida social. (...). Foi nesses outros terrenos que 1968 deixou sua herança mais visível”. Mesmo às mulheres, que tiveram suas pautas secundarizadas pelos movimentos em 1968 foram deixadas heranças. Claire Duchén nos diz, sobre tudo isso, que “eles queriam mudar o mundo. A importância do maio (...) se deu nos seus efeitos sobre aqueles que o experimentaram, na forma como mudou vidas e percepções” (DUCHÉN, 2005, p. 192, tradução minha).

Mulheres vermelhas, sempre mais belas?

Falar das mulheres participantes dos eventos do maio de 1968 é, antes de mais nada, abrir mão do discurso romântico que permeia intensamente os relatos desse período. Assim como os estudantes e os operários, as estudantes e operárias também enfrentavam

³ Sobre os atos institucionais, ver: REIS, Daniel Aarão. Repressão e desenvolvimento: a modernização conservadora. In: _____. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 45-71.

a polícia, ocupavam fábricas e elaboravam suas reivindicações. Junto a isso, era necessário que elas exigissem que os homens as respeitassem, já que suas vozes – consideradas estridentes demais – não eram ouvidas, e suas reivindicações – consideradas desviantes do foco principal, a Revolução – eram secundarizadas.

A participação feminina no maio francês é relacionada principalmente com a questão da liberdade sexual e seu contexto pré-1968. Sexo, sexualidade e educação sexual já vinham sendo discutidos em diversos canais a partir da metade da década de 1960. A imprensa feminina tratava constantemente do assunto. Entretanto, vale ressaltar que falar de sexualidade feminina fora de um casamento não era usual. A sexualidade na França da década de 60, que pouco a pouco vinha deixando de ser um tabu, era monogâmica, heterossexual e intimamente ligada ao amor romântico. Nas vésperas do maio de 1968, a sexualidade passou a tomar um caráter revolucionário, e a verdadeira libertação sexual seria sobre a partir das novas noções de prazer. O sexo passou a representar, então, liberdade. Entretanto, essa liberdade sexual não discutia as questões femininas e não valia da mesma forma para mulheres e homens. No final das contas, a libertação sexual tratava do direito dos homens de terem mulheres disponíveis para eles (CHAPERON, 1995).

A maioria das grandes organizações femininas francesas acabou por não se envolver no que ocorreu em maio de 1968. Entretanto, existem três exceções: a Liga Francesa pelos Direitos das Mulheres (LFDF), o Movimento Democrático Feminino (MDF) e, sobretudo, o Feminino Masculino Futuro (FMA). O FMA tinha constante presença nas movimentações do maio de 1968. Inicialmente, os membros desse grupo feminista consideraram não participar da primavera de maio, mas, ao lembrarem que as mulheres participaram de tantas revoluções e depois foram enviadas de volta para casa, o FMA decidiu não se calar: participar do maio de 1968 também era uma questão de não deixar essas mulheres serem esquecidas, alertando os e as militantes sobre isso (FELDMAN, 2009). A partir daí Anne Zelensky e Jacqueline Feldman permaneciam nos corredores e pátios da Sorbonne, colando cartazes com seus *slogans* e distribuindo panfletos com seus manifestos, atentando sobre a condição da mulher dentro da esquerda, dentro da Revolução. O grupo, então, propôs uma reunião sobre “a mulher e a Revolução”, e conseguiu lotar um dos anfiteatros da Sorbonne ocupada. Anne e Jacqueline mediarão o debate sobre a condição feminina, e, mesmo nesse espaço, Jacqueline Feldman (2009, p. 199) relata que “os homens foram, mais uma vez, aqueles que ousaram falar”. Ainda, os “marxistas” – homens – reprovaram a reunião, dizendo que faltou um debate “econômico” do tema.

As mulheres estavam em todos os lugares, o tempo todo. Contudo, o trabalho revolucionário, refletindo o *status quo*, sofria divisão sexual, além do que o trabalho feminino era banalizando ou silenciado. Nesse sentido, eram as mulheres as responsáveis pela cafeteria e a creche 24 horas da Sorbonne ocupada, além de cuidarem da limpeza da universidade, por exemplo (CHAPERON, 1995). A monopolização da vida política ainda era centrada nos homens, que, tomados pelo discurso marxista ortodoxo, declaravam que todas as opressões encontrariam suas soluções na Revolução, e as considerações sobre a saúde sexual feminina, como os debates sobre a pílula e o aborto, eram vistas, muitas vezes, como considerações burguesas.

Fica evidente que muitas das mulheres que existiram no maio de 1968 eram sujeitas e agentes históricas, agindo politicamente com suas próprias iniciativas e autonomias, mesmo com todos os obstáculos, com todas as censuras e silenciamentos que vivenciaram. Muitas das visões sobre os acontecimentos da primavera francesa de 1968 veem as mulheres meramente como as companheiras silenciosas dos homens, que só estavam por lá porque eram namoradas ou esposas, e não mulheres conscientes de sua condição feminina, prontas para uma luta que era duas vezes mais árdua para elas do que para os seus camaradas. Dessa forma, a principal herança que as mulheres militantes do maio de 1968 receberam foi a desilusão. Decepcionadas com as políticas da esquerda, as mulheres perceberam que a Revolução possivelmente não faria diferença alguma para elas, já que havia uma completa desconexão do que acontecia dentro das reuniões políticas com a vida real (DUCHEN, 2005). O mundo fechado da militância separava o pessoal do político, atitude reprovada por diversos grupos feministas desde o início dos anos 1960, o que foi materializado no manifesto de Carol Hanisch em 1969, *The Personal is Political*⁴.

Entretanto, a desilusão e decepção das mulheres com o maio de 1968 não deve ser vista de forma fatalista. Segundo Claire Duchén (2005, p. 208, tradução minha):

“A sensação de que a reforma política não aconteceria por si só, mas que as mulheres deveriam lutar pelas mulheres já existia, mas depois de maio de 68, foi empurrada para a sua extrema forma de recusa do reconhecimento do valor da reforma política”.

⁴ O manifesto de Carol Hanisch, feminista estadunidense, ressalta que os problemas “pessoais” que as mulheres vivenciam – como o aborto, suas sexualidades, a divisão sexual do trabalho, entre outros – têm importância política. Hanisch defende os grupos de consciência exclusivamente femininos, dizendo que nenhum problema feminino teria uma solução pessoal, mas sim uma ação coletiva para uma solução coletiva.

Assim, muitas mulheres francesas que experimentaram a primavera de 1968 passaram a rejeitar a organização da esquerda tradicional e a hierarquia masculina, e reconheceram a necessidade do desenvolvimento de uma teoria feminista para fundamentar a condição das mulheres (DUCHEN, 2005). Ainda, com base na sua experiência em grupos mistos, também passaram a rejeitar a participação masculina – o FMA, antigo *Féminin Masculin Avenir* percebeu, depois de maio, que a formação do grupo ser exclusivamente composta por mulheres era essencial para aquele momento político, e foi renomeado *Feminisme, Marxisme, Action* (FELDMAN, 2009).

A herança do maio de 1968 para as mulheres está, principalmente, na brecha que foi aberta para que o ativismo feminista fosse remodelado de acordo com suas necessidades. Essas mulheres questionaram e reinventaram a definição de “Revolução”, inaugurando, assim, a segunda onda do feminismo. Na “verdadeira” Revolução, o pessoal seria político. A “verdadeira” Revolução seria para as mulheres e pelas mulheres.

As meninas de 1968

A militância estudantil no Brasil, considerando o contexto da ditadura civil-militar, tinha suas particularidades. A luta não era apenas pela universidade, mas também pela democracia, pelo fim da censura e da repressão. Quando falamos das mulheres que militavam nesse mesmo movimento estudantil, existiam ainda outras particularidades, já que o “ser mulher” implicava em defender, de certa forma, mais uma posição política. Segundo Cristina Scheibe Wolff (2010, p. 146), durante os anos 1960 e 1970 houve uma importante expansão do acesso das mulheres aos estudos universitários, e, ainda, “cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia eram aceitos como viáveis para as mulheres e, por outro lado, pelo cunho político de sua discussão disciplinar, eram muitas vezes focos de recrutamento para o movimento estudantil”, o que demonstra que a presença feminina no movimento estudantil é indubitável.

O número de mulheres nos congressos da UNE é um dos exemplos dessa indubitável presença feminina no movimento estudantil brasileiro. Considerando o baixo acesso das mulheres ao ensino superior, cabe ressaltar a ilustre presença de cerca de 60 mulheres no 11º Congresso Nacional de Estudantes, no Rio de Janeiro, em 1948 (ARAUJO, 2007). A presença dessas mulheres persistiu nos outros congressos, como por exemplo no 30º Congresso, realizado em Ibiúna em 1968. Dentre os 723 estudantes fichados pelo DOPS-SP, pelo menos 140 mulheres foram detidas. Entretanto, somente

em 1982 foi eleita pela primeira uma mulher como presidenta da UNE, Clara Araújo. (SCHATTLER JR, 2011).

As intensas mobilizações de 1968 foram a brecha de entrada no movimento estudantil para muitas meninas e mulheres, fossem secundaristas ou universitárias. No entanto, essas mulheres enfrentavam dificuldades específicas relacionadas ao gênero, desde a sua inserção no movimento até as experiências durante a militância. Joana Maria Pedro (2009) aponta que ainda que o movimento feminista chamado de segunda onda tenha surgido no Brasil somente na década de 1970, é importante ressaltar que livros e ideias circulavam pelo país, e as discussões e reflexões sobre a “condição feminina” já existia na década de 1960, o que poderia sugerir que essas mulheres já tinham contato com essas discussões dentro do meio estudantil.

Ainda que existisse uma “outra moral, mais “avançada”, que estaria presente nos meios estudantis, e que permitiria uma gama de comportamentos sexuais mais abertos e de relações de gênero mais igualitárias” (WOLFF, 2010), o conservadorismo vinha de todos os lados. A ditadura civil-militar era conservadora, a família era conservadora, a esquerda marxista-leninista era conservadora, e o movimento estudantil tinha um caráter relativamente conservador, principalmente porque muitas das organizações onde militavam os estudantes traziam fortes influências católicas, como a Ação Popular (AP), antiga Juventude Universitária Católica (JUC). Ainda assim, Daniel Aarão Reis Filho (apud SCHLATTER JR, 2011) diz que nos congressos da UNE os ideais da libertação sexual influenciavam a construção de muitas relações afetivas, embora a maior parte dos estudantes fosse muito “puritana”.

Um dos motivos que barrava as discussões sobre o corpo e a sexualidade feminina dentro das organizações estudantis ditas de esquerda era que, assim como no movimento estudantil francês, boa parte dos marxistas dizia que todas as opressões seriam resolvidas após a Revolução – as considerações das mulheres sobre aborto e a pílula anticoncepcional, ainda, eram ditas problemas “pequeno-burgueses”. Por outro lado, há também o conservadorismo da ditadura civil-militar, com o qual compactuava boa parte das esferas sociais brasileiras, que tentava deslegitimar quaisquer discussões das mulheres sobre sexualidade. As resistências contra a pílula vinham de todos os lados⁵.

⁵ Sobre a chegada das pílulas anticoncepcionais no Brasil, ver PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, julho de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882003000100010&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 08 de março de 2018.

Nesse sentido, vale ressaltar algo que aconteceu no fechamento do Congresso da UNE em Ibiúna em 1968. Segundo Zuenir Ventura (1988, p. 35):

“Contra a pílula havia resistências que iam do temos natural dos seus efeitos, não de todo conhecidos, até o preconceito que via nela um instrumento de promoção da promiscuidade. Em outubro, ao dismantelar o congresso da UNE em Ibiúna, as forças policiais exibiram como troféu de guerra uma razoável quantidade de caixas de pílulas apreendidas. Como se a pílula fosse um preservativo de uso imediato como a camisinha, a polícia acreditava que a exibição provaria à opinião públicas que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis” .

O movimento estudantil da década de 1960, ressaltando-se os acontecimentos de 1968, foi muito importante para as mulheres e meninas estudantes, mesmo com todos os desafios relacionados às hierarquias de gênero. É evidente essa importância no que diz respeito aos primeiros contatos dessas jovens mulheres com a militância política. Joana Maria Pedro (2009, p. 75) ressalta que “nos países do Cone Sul, a maior parte daquelas que seriam posteriormente as lideranças feministas, estavam, de uma forma ou de outra, envolvidas com os diversos e divergentes grupos de esquerda estudantil”.

Ao fim de 1968, após o AI-5, o movimento estudantil desorganizou-se. De um lado, um grande contingente de estudantes partiu para a luta armada – inclusive mulheres⁶. A experiência feminina na guerrilha trouxe a elas diversos questionamentos referentes ao machismo intrínseco aos ideais de Revolução pregados por seus companheiros. Muitas mulheres, inclusive, assim como na França, acabaram saindo das organizações de esquerda e centralizando sua militância nos grupos feministas que vinham surgindo, principalmente após 1975. Por outro lado, muitos estudantes exilaram-se, partindo para Europa ou espalhando-se pelas Américas. Um grande número dessas mulheres, em contato com a Segunda Onda Feminista, tornou-se feminista no exílio.

Exílio: “ano zero da libertação feminina”?

Muitas das exiladas e exilados brasileiros na França reorganizaram-se politicamente ao estabelecerem seus novos modos de vida no país. Frente a debates quase inéditos dentro da esquerda brasileira, temáticas como ecologia, feminismo e homossexualidade começaram a fazer parte das discussões políticas desses militantes

⁶ Para uma discussão mais abrangente sobre as mulheres da guerrilha no Brasil, ver WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>>. Acesso em: 01 de março de 2018.

(ABREU, 2010). Como já evidenciei anteriormente, para muitas mulheres, foi no exílio que se deu a descoberta do feminismo, já que entraram em contato com “mulheres que se rebelavam e se mobilizavam coletivamente contra situações que as brasileiras até então não atentavam como injustas” (SOIHET, 2010, p. 210). As lutas das mulheres na França estavam organizadas e centralizadas no Movimento de Libertação Feminina (MLF) desde 1970, e o movimento rejeitava a organização da esquerda tradicional e a hierarquia masculina, reconhecendo a necessidade do desenvolvimento de uma teoria feminista para fundamentar a condição das mulheres (DUCHEN, 2005).

Segundo Rachel Soihet (2010), para as mulheres brasileiras exiladas, desconstruir as orientações marxistas ortodoxas e deixar de considerar as questões femininas como desviantes do foco principal, a Revolução, não foi tarefa fácil. O feminismo, no início, não era visto como bem-vindo. De formas diferentes, entretanto, as mulheres passaram a aceitar as ideias feministas e, por vezes, adaptá-las às suas realidades enquanto brasileiras. Alguns grupos de consciência formaram-se entre estudantes brasileiras e as latino-americanas, como o grupo fundado em 1972 por Danda Prado⁷ (SOIHET, 2010), onde as mulheres discutiam majoritariamente a sexualidade e a saúde feminina. “O pessoal é político” também dava tom às discussões.

É importante ressaltar que a maioria das militantes do MLF no início dos anos 1970 pertenciam à geração de 1968, e o início do seu engajamento político data desse período. Nesse mesmo sentido, as discussões informais sobre a experiência feminina nos eventos do maio de 1968 em Paris foram, de fato, o que fundou o MLF. Essas mulheres procuravam entender quais eram os contextos sociais, políticos e psicológicos do silenciamento feminino nos espaços políticos e na sociedade (JENSON, 1989).

Igualmente, muitas das mulheres exiladas também tiveram participação nas movimentações estudantis de 1968 no Brasil. Mesmo que a consciência de gênero dessas mulheres não tenha vindo imediatamente após os acontecimentos de 1968, alguns dos problemas enfrentados foram muito similares. A secundarização de pautas referentes às mulheres em nome da Revolução e a acusação de serem suas discussões assuntos “pequeno-burgueses” ocorreram com as mulheres do movimento estudantil francês e do movimento estudantil brasileiro. As mulheres de ambos países tinham dificuldade de

⁷ Danda Prado, filha do historiador Caio Prado Jr, exilou-se na França em 1971. Durante os dez anos de exílio na França, entrou em contato com o movimento feminista a partir de sua aproximação com Simone de Beauvoir. Publicou diversos livros nos quais debateu questões intrínsecas à opressão feminina e às hierarquias de gênero.

integração no movimento: os líderes, os símbolos, os heróis sempre foram os homens. As histórias acabam se cruzando.

Considerações finais

A pesquisa sobre o utópico ano de 1968 carrega consigo um ar encantador, principalmente porque a maior parte dos relatos, depoimentos e discursos dos participantes desses acontecimentos está permeado de romantismo e nostalgia. Entretanto, gostaria de explicitar que fazer a crítica às fontes é essencial, e, ao estudarmos qualquer acontecimento histórico, seja qual for, os recortes de raça, classe e gênero são indispensáveis. A escolha de centralizar um trabalho na perspectiva das mulheres que participaram desses movimentos é uma escolha política. Ainda, vale dizer que o movimento estudantil no fim da década de 1960 era majoritariamente branco e elitizado, considerando que o acesso às universidades era – e talvez ainda seja – restrito às classes sociais médias e altas.

A monopolização dos espaços políticos por parte dos homens era constante no movimento estudantil dos anos 1960, e esses subjugavam as discussões que, para as mulheres, eram muito importantes. Acaba que, para as mulheres, a resistência é sempre múltipla, já que a repressão e o silenciamento vêm de mais de um lado: do regime de exceção, da família, da igreja, do patriarcado.

A bibliografia sobre o contato das mulheres brasileiras com o feminismo no exílio é relativamente extensa, o que é muito positivo. Salienta-se as redes de mulheres, as influências dos debates do MLF para a organização dos grupos de mulheres brasileiras e latino-americanas no exílio, o retorno dessas mulheres ao Brasil levando à consolidação das bases para um movimento feminista que tomou muita força no fim dos anos 1970 e desdobrou-se nos anos 1980. Por outro lado, faltam estudos que pensem as mulheres brasileiras no movimento estudantil antes do AI-5, dando ênfase à participação política feminina nos acontecimentos de 1968.

Ainda assim, fica evidente que o turbulento ano de 1968 foi uma brecha para o início da experiência política de muitas mulheres, principalmente por meio do movimento estudantil. É importante evidenciar as brechas e os caminhos que permitiram que essas mulheres deixassem suas marcas na história. Frente a isso, nosso papel enquanto historiadoras é não deixar que essas mulheres sejam esquecidas.

Referências

- ABREU, Maria Luisa Gonçalves de. *Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. 2010. Dissertação (mestrado em Sociologia). UNICAMP, Campinas.
- ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias Estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Roberto Marinho, 2007.
- BRISTOT, Lidia Schneider. *Mulheres no Movimento Estudantil de Florianópolis (1975-1979)*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História). UFSC, Florianópolis.
- CHAPERON, Sylvie. *La radicalisation des mouvements féminins Français de 1960 à 1970*. Vingtième Siècle, revue d'histoire, n. 48, out.-dez. 1995. Pp. 61-74. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1995_num_48_1_4423>. Acesso em: 02 de outubro de 2017.
- DUCHEN, Claire. May '68. In: _____. *Women's Rights and Women's Lives in France 1944-1968*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005. p. 189-210.
- FELDMAN, Jacqueline. *De FMA au MLF*. Clio: Histoire, femmes et sociétés, n. 29, jun. 2009. pp. 193-203. Disponível em: <<http://clio.revues.org/9326>>. Acesso em: 01 de outubro de 2017.
- JENSON, Jane. *Le féminisme en France depuis mai 68*. Vingtième Siècle, revue d'histoire, n. 24, out.-dez. 1989, pp. 55-68. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1989_num_24_1_2185>. Acesso em: 2 de outubro de 2017.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil: México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- MATOS, Olgaria C. F. *Paris 1968: As Barricadas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- NUNES, Alina. ZACCHI, Lara Lucena. *Os Maios de 1968: Juventude, Movimento Estudantil e Imprensa em Florianópolis e Paris*. Revista Santa Catarina em História, v. 10, 2016, pp. 29-45.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em Países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, pp. 115-137.
- PEDRO, Joana Maria. *Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul*. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 26, 2009, pp. 59-82. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/viewFile/24194/19633>>. Acesso em: 02 de setembro de 2017.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968: a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SCHLATTER JR, Sergio L. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; VEIGA, Ana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, pp. 391-408.

SOIHET, Rachel. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, pp. 208-224.

SIRKIS, A. Os Paradoxos de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, pp. 111-116.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, pp. 138-155.

Jouissez sans entraves: Brazil, France and women in the student movement during the 1960s.

Abstract: In the present work, I analyze some aspects of women's experiences within the student movement of late 1960s, both in Brazil's civil-military dictatorship and in France marked by May 1968. Sometimes, the historiography may ignore the perspective of female militants of this moment, but evidently gender was decisive in the construction of their political experiences. Through the *histoire croisée* methodology, I look for the similarities and relationships between the experiences of the Brazilian and French students.

Keywords: women's history; gender; student movement; Brazilian civil-military dictatorship; May 1968.

GÊNERO, IDENTIDADE SOCIAL E HISTÓRIA ORAL: UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE PARA O MOVIMENTO DAS ESTUDANTES SECUNDARISTAS EM FORTALEZA

Athaysi Colaço Gomes¹

Resumo: Neste trabalho, intento discutir a participação feminina no movimento estudantil secundarista em Fortaleza, capital do Ceará, que se opôs à ditadura civil-militar instaurada no Brasil, em 1964, a partir da construção das memórias sociais de mulheres que vivenciaram este período da história nacional. Utilizando-se dos depoimentos e da metodologia da história oral, objetiva-se problematizar de que modo as relações entre gênero e identidade social contribuem para analisar a experiência de mulheres no movimento estudantil secundarista fortalezense.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Movimento secundarista. Gênero.

Embora existam vários trabalhos a respeito deste período da história política nacional, o legado do Estado de exceção instalado no Brasil e a falta do acesso da sociedade aos arquivos dos órgãos da repressão suscitam, constantemente, ao historiador da referida temática historiográfica um processo de tentar reconstituir os processos históricos silenciados, geralmente ancorado em fontes orais dos sujeitos históricos contemporâneos ao período estudado. Como afirma Janaína de Almeida Teles:

No Brasil, a transição para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes. Sob a forte presença do legado ditatorial, a reconstituição factual e a reflexão crítica acerca do período autoritário permeiam-se por zonas de silêncio e interdições. Decorridos pouco mais de 27 anos desde o fim do regime de exceção, muitos acontecimentos permanecem desconhecidos ao mesmo tempo em que se observa a existência de importantes lacunas nas articulações entre o passado e o presente, no que tange ao legado da ditadura e à memória daqueles que a ela se opuseram ativamente (2012, p. 262).

Dito isso, este trabalho pretende contribuir com a análise de uma dessas lacunas ao intentar compreender a atuação das estudantes secundaristas que se opuseram ao regime militar e transformaram o espaço escolar em espaço de luta política. A hegemonia dos personagens masculinos nas narrativas históricas explicita a validade de analisar as relações de gênero ao longo dos processos históricos. A análise das ações das mulheres ao longo da história não consiste em produzir outro tipo de história, separada das análises já existentes, mas sim de compreender que esta participação também integra a construção dos processos históricos e sociais.

¹ Professora efetiva da rede estadual de educação básica do Ceará, discente do Mestrado Acadêmico História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: athaysicolaco@gmail.com, Fortaleza, Ceará, Brasil.

A atuação das mulheres nos movimentos estudantis de oposição à ditadura civil-militar deve ser analisada a partir do conceito de gênero enquanto categoria de análise a fim de que se possa compreender as experiências vividas pelas ex-militantes. No intuito de analisar as relações de gênero, a proposição do mesmo como categoria analítica pela historiadora Joan Scott mostra-se bastante elucidativa. Segundo Scott (1994), o conceito de gênero não deve ser tido como imutável ou a-histórico, visto que sendo concebido pelos sujeitos históricos não está imune da ação de mudança operada pelos processos históricos e sociais.

O conceito de gênero deve ser compreendido como um sistema de relações de poder organizado em torno das percepções de diferenças sexuais. A autora traz a questão da análise de corpo e das próprias diferenças sexuais como elementos portadores de significados elaborados socialmente e partilhados culturalmente. Scott retira o corpo do domínio exclusivo da natureza e o insere como elemento constitutivo dos domínios sociais. Retomando as ideias de Foucault, a historiadora afirma:

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais (SCOTT, 1994, p. 13).

Gênero é um saber elaborado a partir da percepção das diferenças sexuais e sua posterior hierarquização, portanto o conceito possui um caráter político, já que saber e poder estão diretamente associados. Desse modo, as relações de gênero são também relações de poder. Às diferenças sexuais são atribuídos significados sociais que levam a uma formação de identidades pessoais (o que é ser homem ou ser mulher?).

Para analisar a atuação das estudantes no movimento estudantil secundarista são utilizadas entrevistas com mulheres que integraram as organizações políticas estudantis durante a vigência da ditadura civil-militar em Fortaleza. A história oral é, pois, aqui entendida como uma metodologia de pesquisa capaz de se fazer ponte entre o objeto de estudo e as conclusões alcançadas desde que esteja embasada por um aporte teórico específico para o estudo em questão. A história oral suscita questões que deverão ser respondidas a partir do diálogo entre fontes e teoria.

Através desse contato com a oralidade, com o depoimento dos sujeitos históricos, obtemos ricas informações sobre a forma como os indivíduos internalizam suas experiências e constroem suas representações identitárias. Utilizando-se dos depoimentos e da metodologia da história oral, objetiva-se problematizar de que modo a experiência de mulheres no movimento

estudantil secundarista contribuiu para construir subjetivamente suas memórias sociais e suas representações identitárias.

Para este artigo, são utilizados trechos citados direta e indiretamente de 4 entrevistas realizadas entre 2013 e 2017. As entrevistadas são: Maria do Carmo Moreira², Helena Serra Azul³, Mirtes Nogueira⁴ e Vera Rocha Duster⁵, e foram escolhidas por serem integrantes bastante ativas no movimento estudantil secundarista fortalezense, tendo participado das principais manifestações públicas de contestação à ditadura militar durante os anos de 1964 a 1972, além de integrarem outras organizações políticas como o Centro dos Estudantes Secundaristas⁶ (CESC) e a Ação Popular⁷ (AP). As construções das memórias sociais das depoentes foram utilizadas como fontes históricas e problematizadas a partir da metodologia da história oral.

O golpe militar foi sendo construído ao longo dos mais de 20 anos de vigência e, à medida que se preconizava garantir a permanência desse regime autoritário e eliminar a oposição de forma indiscriminada, o aparelho repressor do Estado se foi moldando e procurando meios de se fazer legal, mas desde a sua implantação percebemos o seu caráter opressor e cerceador. As reações sociais contrárias ao golpe também não tardaram a acontecer e as disputas políticas transformaram-se em disputas de espaços.

O movimento estudantil secundarista fortalezense teve um importante papel nessa disputa por espaço político e na luta por legitimidade dos movimentos contestadores da ditadura civil-militar. Os integrantes do movimento estudantil secundarista demonstraram empenho e uma forte capacidade de mobilização social nas manifestações de protesto que tomaram as ruas

² Maria do Carmo Moreira Serra Azul: Foi estudante secundarista da Escola Justiniano de Serpa e militante da Ação Popular (AP). Membro do Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses (CESC). Atualmente, é diretora do Sindicato dos aposentados fazendários do Ceará.

³ Helena Serra Azul Monteiro: Foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) enquanto estudante secundarista e militante da Ação Popular (AP) quando ingressou no curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Atualmente, é professora do curso de Medicina da referida Universidade e filiada ao PC do B.

⁴ Mirtes de Alcântara Nogueira: Estudante secundarista da Escola Justiniano de Serpa e militante da Ação Popular (AP). Membro do CESC.

⁵ Vera Rocha Duster: Foi estudante secundarista do Liceu, vice-diretora do CESC (1967-1968), posteriormente integrou as organizações políticas PORT e PCBR.

⁶ O Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses (CESC) era a entidade que congregava os representantes, eleitos através de votação nas chapas candidatas, dos estudantes secundaristas no Ceará. Além de ser responsável por demandas específicas estudantis, como a confecção das carteiras de estudantes que garantia a meia passagem em transportes coletivos e em atividades artísticas e culturais, a entidade foi utilizada como espaço de luta política dos estudantes contra a ditadura militar. Na sede do CESC, localizado no centro da cidade, eram confeccionados pelos estudantes materiais que seriam distribuídos para a sociedade fortalezense como panfletos e jornais denunciando as arbitrariedades, as torturas e a repressão do estado autoritário.

⁷ A Ação Popular foi uma das organizações políticas mais ativas na organização de passeatas e protestos em Fortaleza. O grupo era ligado a ala progressista da Igreja Católica e se baseava na Teologia da Libertação. De tendência maoísta, eram contrários a luta armada.

de Fortaleza. Mesmo que a luta fosse sendo amadurecida com o decorrer do tempo e as posições políticas ainda não estivessem bem delineadas, a oposição à ditadura aglutinava estudantes. O agente facilitador dessa contestação e por que não afirmar o berço da experiência política era, sobretudo, a família nuclear. As discussões políticas travadas em casa e o posicionamento dos pais interferiam fortemente na forma como aqueles estudantes percebiam os últimos acontecimentos da história do Brasil, isso fica claro na fala dos entrevistados. Helena Serra Azul conta a importância da sua família no início de sua formação política e de sua vida estudantil secundarista:

Eu acho que tudo começa nas discussões dentro de casa. Meu pai sempre foi um democrata, a formação dele era advogado e ele tinha na época a questão da democracia, então ele se colocou contra a ditadura militar. Ele não era militante, mas por ser democrata, ele achava que um golpe não justificava. Eu comecei isso adolescente, exatamente em 64 eu ainda era secundarista do ensino fundamental, eu via essa discussão em casa e você começa a fazer suas opiniões. (Entrevista realizada em: 14 de maio de 2013, Fortaleza-CE).

As discussões familiares, militâncias dos pais foram decisivas para que esses estudantes desenvolvessem, ainda que de forma embrionária, uma conscientização sobre o que ocorria no seu país naquele momento. O impacto dessa iniciação nos assuntos políticos é marcante para a decisão de partir para o enfrentamento da ditadura através da participação no movimento estudantil. As entrevistadas supracitadas ressaltam a importância das discussões e dos debates familiares como uma iniciação política. A repressão era tão forte que discutir política publicamente era arriscado, então a casa, o lar da família, representava um dos poucos espaços onde se podia conversar sobre o que acontecia no país de forma mais tranquila, daí então a entrevistada ressaltar a importância das discussões dentro de casa como norteadoras de suas futuras posições políticas. Ainda que indiretamente, a formação política familiar interferia na forma como as jovens percebiam e interpretavam a situação política do país, sem deixar de reconhecer a autonomia do sujeito social. As primeiras referências sobre o que era legal ou ilegal politicamente se constituíram dentro de casa e com grande influência da percepção dos pais a respeito do golpe.

Outro espaço importante para a formação política juvenil foi a escola. O ambiente escolar tornava-se facilmente o principal meio de sociabilidade dos jovens, é lá que as primeiras experiências sociais eram formadas. A escola era uma micro representação da sociedade e, como tal, exercia uma influência enorme na vida das pessoas. As vivências escolares

influenciavam fortemente a percepção social dos indivíduos e, logicamente, os professores possuíam enorme importância nesse processo. A esse respeito Maria do Carmo nos conta:

Quando houve o golpe militar, eu tinha 12 anos e estudava em colégio de freira, no Imaculada Conceição e eu lembro que na época um padre passou nas salas do Imaculada e começou a mostrar o genocídio que os militares estavam fazendo com os indígenas. Então ele levava fotos de índios mutilados, assassinados para poder tomar as terras deles. Nessa época, a gente já ficou chocada com a questão indígena.

No colégio que eu estudava, o Imaculada, as freiras eram ligadas à ditadura mesmo. E tinha um padre que era capelão que admirava o Che Guevara, aí as freiras expulsaram ele do colégio, aí nós fizemos um protesto lá, ninguém assistia missa que não fosse com o padre que tinha saído. Porque no colégio tinha filhas de militares, de governador e o nosso grupo fazia o contraponto. (Entrevista realizada em: 15 de maio de 2013, Fortaleza-CE)

O genocídio aos indígenas feito pelos militares marcou a percepção da estudante sobre o que seria o governo dirigido pelos militares. A barbárie “chocou” os alunos. Isso foi essencial para o início da contestação ao golpe. Tal informação só foi possível através de um padre que também rejeitava o domínio do governo de exceção, pois o exército objetivava assegurar a construção da imagem de que os militares eram “os salvadores da pátria”, “os heróis da revolução de 64” por meio da censura aos meios de comunicação. A fala de Maria do Carmo é reveladora quanto à multiplicidade de vivências proporcionadas pelo ambiente escolar.

A postura das estudantes de não assistirem à missa, celebrada por outro padre que não fosse o simpatizante do Che Guevara, nos mostra o quanto a escola era um referencial dessa disputa. Guevara foi um símbolo da luta em defesa da revolução comunista na época, portanto, sua imagem era atrelada à ideia de contestação da ditadura civil-militar bem como da garantia da liberdade do povo do domínio dos governos opressores da elite capitalista. Ao decidirem pela recusa em aceitar outro padre, provavelmente um padre que compartilhasse do posicionamento político das freiras, os estudantes revelavam a simbologia do espaço escolar como um ambiente de disputa e ensaio para as grandes passeatas pelas praças de Fortaleza, bem como expressavam a crença na mobilização popular como um importante meio de se obter o fim do regime ditatorial.

A escola possuía então uma dupla função: era um lugar de experiência e um lugar de disputa. Sua importância foi sempre destacada pelos entrevistados como sendo o local de iniciação na militância política, principalmente através do grêmio estudantil. Em tempos de ditadura, a liberdade de ação política era bastante restrita, ainda mais se essa ação fosse desencadear em questionamentos da ordem política militar, portanto, foi nesse sentido que se

produziu o conflito entre os estudantes contrários à ditadura e à direção das escolas, não raramente apoiadora do golpe militar. Para as estudantes, obter sucesso nas ações realizadas dentro da escola significava um passo importante na sua luta de enfrentamento da ditadura e uma preparação para a luta mais incisiva que era travada nas ruas quando havia o confronto com as forças repressoras.

Em tempos de ditadura, a luta pelo domínio dos espaços sociais, públicos e privados, visava garantir a legitimidade do golpe e seu respaldo diante da sociedade, qualquer afronta a essa tentativa era duramente reprimida. A convivência com a diversidade, já que na escola encontravam-se apoiadores, simpatizantes do regime ditatorial bem como contestadores, facilitava às estudantes secundaristas experimentar, já na escola, os sentimentos de uma disputa que era presenciada nas manifestações públicas.

Dessa forma, as estratégias usadas na escola para garantir o direito à expressão, a identificação dos grupos segundo seus posicionamentos políticos e a necessidade de se lidar com um poder institucionalizado, no caso a direção da escola comandada pelas freiras simpatizantes da ditadura, proporcionavam às estudantes secundaristas uma experiência que contribuía para a organização dos movimentos realizados nas ruas de contestação à ditadura.

As depoentes relatam que o movimento secundarista atuava dentro da escola por meio da elaboração de jornais com colunas escritas pelos próprios alunos analisando a conjuntura política do período, pequenos comícios realizados nas salas das escolas buscando conscientizar e alertar os outros estudantes para a realidade repressiva imposta pela ditadura. Tais ações agiam a partir do reconhecimento da escola como lugar de disputa, buscando enfrentar a diretoria aliada dos militares e os próprios agentes da repressão que, não raro, estavam presentes nas escolas.

As ações realizadas nas escolas funcionavam como um meio de delimitar o território de ação principal dos estudantes. A escola fazia parte do seu cotidiano e através das ações na instituição de ensino é que os estudantes vivenciaram sua luta contra a ditadura ao questionar as imposições da direção fruto do apoio desta ao governo ditatorial vigente. Contudo, as ações na escola não limitavam o espaço de luta dos estudantes, as ruas também eram identificadas como espaço de ação. De lá, os estudantes saíam em grandes passeatas que contavam com um expressivo número de alunos.

As ações eram, quase sempre, organizadas pelo grêmio da escola onde se concentravam os estudantes contrários ao golpe militar. É curioso notar que o grêmio funcionava como um mecanismo institucional de representação dos interesses dos estudantes subordinado à direção

da escola. Era o elo entre os estudantes e a direção, sua função, portanto, era legal e legítima. Contudo, quando se instaurou o governo de exceção essa lógica foi alterada, pois legalidade e legitimidade existiam apenas dentro dos marcos, delimitados pela ditadura, para assegurar os seus interesses. A lei e a ordem eram de posse exclusiva dos militares. Já prevendo um possível uso dos grêmios como instrumento de contestação da ditadura, algumas escolas proibiram a existência do grêmio cujo caráter legítimo foi ceifado em nome da manutenção da ordem nacional.

Além do grêmio estudantil de cada escola, os estudantes secundaristas se reuniam em um importante órgão de representação estudantil: o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC). A entidade era responsável pela confecção das carteiras estudantis dos estudantes secundaristas e recebia financiamento do governo. “O CESC era a entidade secundarista, ele que fazia as carteirinhas, por isso que ele tinha recurso, aí usava o recurso para comprar spray, para panfletar a cidade toda, ” assim revelou Maria do Carmo (Entrevista realizada em: 16 de maio de 2016, Fortaleza-CE). A existência de uma entidade como o CESC e o certo grau de liberdade que ele possuía foram fundamentais para a articulação das ações do movimento estudantil secundarista, porque a partir dele os estudantes de diversas escolas secundaristas organizavam suas ações contestadoras à ditadura militar.

Percebendo isso e objetivando desarticular o movimento estudantil, os agentes da repressão ocuparam a sede da entidade em 1967 e realizaram infiltrações de estudantes a serviço da ditadura, para obterem informações a respeito das ações realizadas no CESC e dos seus líderes estudantis. No ano de 1968, a sede do CESC foi retomada por estudantes secundaristas ligados à Ação Popular (AP) em uma manifestação conjunta com os alunos do LICEU. Todavia, a chapa eleita em 68 não ficou muito tempo no comando da entidade secundarista, pois, após a decretação do Ato Institucional nº 05 (AI-5), o CESC foi relegado à clandestinidade e perdeu o financiamento, que era essencial para a manutenção das ações do movimento estudantil.

O regime ditatorial foi estruturando seu aparato repressor de acordo com a conjuntura dos movimentos contrários ao golpe, então à medida que as ações do movimento estudantil foram se tornando mais intensas e numerosas, os militares intensificaram a repressão às ações e a perseguição aos líderes. As escolas uniram-se diretamente às forças repressivas e contavam com a presença de policiais a fim de intimidar os estudantes e evitar mais manifestações.

As ações feitas dentro da escola acabaram se tornando insuficientes diante das pretensões do movimento dos jovens que iam ganhando às ruas em grandes passeatas. “Ai se saía, ia pras passeatas, se você for olhar os jornais da época eles noticiavam: “na passeata

proibida já havia muitas moças fardadas. Eram as meninas da escola (Escola Normal), elas eram bem atuantes. ” Relembrou Maria do Carmo. (Entrevista realizada em Fortaleza-CE, 15 de maio de 2013).

Segundo a entrevistada Vera Rocha, durante o período de 1965 a 1968, o CESC teve 3 diretorias. Inicialmente, ficou sob a diretoria de José Arlindo Soares, sendo substituído em 1966 pela estudante Nancy Lourenço dos Santos e, antes de sua suspensão pelo Estado, por Mário Miranda Albuquerque durante os anos de 1967 a 1968. Além de Nancy Lourenço, esse período de atuação do CESC foi composto por outra estudante do Liceu: a própria Vera Rocha Duster, vice-diretora durante os dois últimos anos. (Entrevista realizada em: 31/10/2017, Salvador-BA). A presença de mulheres na direção da principal entidade estudantil secundarista, pode ser compreendida como um sintoma das transformações ocorridas no país.

O aumento da presença de mulheres em instituições de ensino nível médio e nível superior era uma realidade que estava se delineando no Brasil na segunda metade do século XX. O acesso das mulheres à educação formal que as direcionasse ao mercado de trabalho favoreceu as rupturas com os códigos tradicionais de comportamento feminino atrelado somente as figuras de mãe e dona-de-casa. As mulheres entrevistadas ocuparam espaços sociais e políticos historicamente destinados aos homens, seja no acesso a uma educação formal ou nas organizações políticas de luta contra a ditadura militar. (GIANORDOLI-NASCIMENTO, TRINDADE, SANTOS, 2012)

Como pensar, então, os depoimentos de mulheres que integraram o movimento estudantil secundarista fortalezense acerca das relações de gênero nas organizações políticas? Maria do Carmo afirma que:

A gente agia muito com o Liceu, com os homens, só que era de uma forma muito respeitosa e não havia, pelo menos no grupo que a gente militava, machismo. Era um negócio bem respeitoso e ninguém via esses negócios. O voto da mulher valia a mesma coisa, a palavra do mesmo jeito, em relação à esquerda não tinha problema. (Entrevista realizada em: 05 de maio de 2013 Fortaleza-CE,).

Mirtes relembra com emoção o tratamento recebido pelos colegas de militância: “Era tão engraçado aqui a relação de carinho, de amizade, olhe eu nunca me senti assim em nada desrespeitada por nenhum dos companheiros”. (Entrevista realizada em: 06 maio 2016, Fortaleza-CE.). Já em relação aos agentes da repressão, as lembranças são carregadas de adjetivos pesados e negativos: “doloroso, aterrorizante, devastador, horroroso”. Logo, o processo de rememoração e de construção da memória sobre aquele período histórico se dá por

meio desse maniqueísmo, no qual não há espaço para se questionar a relação de igualdade e respeito presente no interior das organizações de esquerda.

A memória confere estabilidade à identidade dos sujeitos sociais, portanto cabe ao historiador o papel de dessacralizar as memórias e problematizar os aspectos de rememoração que seriam tão caros às depoentes. Compreender a presença nos relatos dessas mulheres de uma oposição vocabular em relação aos companheiros de luta do movimento estudantil e aos militares agentes dos órgãos da repressão é significativa da imbricação entre memória e identidade social. A experiência de “ser mulher”, ocupar espaços políticos e ser alvo de perseguições e torturas pelos militares contribui para a construção de uma memória calcada na caracterização destes sujeitos com adjetivos negativos como “cruel, covardes, inimigos” enquanto no espaço das organizações políticas os debates giraram em torno da defesa dos mesmos ideais de derrubada do governo autoritário e estabelecimento do regime político democrático, portanto existe a identificação dos participantes como “companheiros, amigos, respeitosos, amorosos

Desse modo, pode-se elucidar a relação de antagonismo entre as caracterizações do que seriam o “grupo das militantes” e o “grupo dos militares”. Nos relatos orais, é comum que as depoentes se refiram ao período histórico da ditadura militar como uma “guerra”, o que corrobora para a apresentação dos grupos como antagônicos e, portanto, não podem apresentar características semelhantes. Então, questionar se nas organizações políticas de luta contra a ditadura existia algum tipo de hierarquização de gênero ou discriminação contra mulheres não coaduna com a construção das memórias sociais e das identidades sociais dessas mulheres visto que estes aspectos são identificados como presentes apenas nas ações dos agentes da repressão e membros da ditadura militar. Assim, o processo de elaboração das identidades e das memórias das depoentes requer uma articulação que compreenda as subjetividades inerentes aos depoimentos orais e à própria constituição dos sujeitos históricos.

Referências

COLLING, A.M. 1997. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro, Record/ Rosa dos Tempos, 157 p.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de pós-graduação em História. Florianópolis. 2009.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1994.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeide Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres de militância**: Encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GOMES, Athaysi. **“Sonhos não envelhecem”**: memória social e movimento estudantil fortalezense durante a ditadura militar, 2013. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de luta. Ritos políticos do movimento estudantil universitário (1962-1969)**. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/UFC, 2002.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. “As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero”. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 3, p. 398-405, set. /dez. 2011.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu** (11), Unicamp. 1998, p. 89-98.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral. v. 08, n.01, 2005, p. 29-42.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. New York: Columbia, University Press, 1988. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Àvila.

TELES, Janáina de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261- 298, jul, 2012.

GENDER IDENTITY SOCIAL AND ORAL HISTORY: AN ANALYSIS OF PERSPECTIVE FOR THE MOVEMENT OF SCHOOL STUDENTS IN FORTALEZA

Abstract: In this paper, I intend to discuss the female participation in the secondary student movement in Fortaleza, capital of Ceará, that opposed the civil-military dictatorship established in Brazil in 1964, based on the social memories of women who experienced this period of national history. Using the testimonies and the methodology of oral history, it aims to problematize how the relations between gender and social identity contribute to analyze the experience of women in the secondary student movement

Keywords: Military Dictatorship. Secondary movement. Gender.

LA POESÍA DE LUISA PÉREZ DE ZAMBRANA. PRIMER DISCURSO FEMINISTA EN SANTIAGO DE CUBA

Ivette Sónora Soto¹

Resumen: Hablar de la existencia de un discurso feminista en Santiago de Cuba es un tema bien complejo, encontrar el hilo discursivo sobre el discernimiento y la responsabilidad de ser mujer, preocupada de su condición social ha sido bastante difícil y muy espinoso. Este estudio examina la fundación de un pensamiento feminista en Santiago de Cuba, analizado desde la perspectiva de género, a través de la edición de la primera colección de poesías de Luisa Pérez de Zambrana; más conocida dentro de la Historia de la Literatura cubana por la ingenuidad, por el lirismo, la dulzura, el candor, por el apego a la naturaleza y sobre todo por las *Elegías familiares*, escritas a su esposo e hijos muertos. Su obra adscrita a la segunda generación romántica la cual lleva a la consumación de las esencias criollas y cubanas en un proceso de despañolización que en esta poetisa alcanza su más pura cima, como afirma el poeta y ensayista cubano Cintio Vitier.

Palabras claves: Pensamiento y discurso feminista, perspectiva de género

Introducción

Muchos caminos me condujeron a la obra de Luisa Pérez de Zambrana, en primer lugar el amor incondicional a la literatura, mis estudios filológicos me permitieron estudiar su poesía y admirarla, por el otro la investigación y sobre todo los estudios de género y el análisis del discurso me permitieron profundizar en la obra poética de esta poetisa para redimensionar su quehacer. Desde la perspectiva de género me facilitó encontrar los intersticios de su vida que me explicaran su modo de pensar, el camino a tomar para sobrevivir en una sociedad machista y despuntar en ese largo trayecto de la escritura y su propia vida.² Desde el silencio a la cual condenó algunos poemas de su primera colección del libro *Poesía* facilita explicar el por qué esta autora no es considerada una pionera dentro del pensamiento feminista cubano y sí Gertrudis Gómez de la Avellaneda³.

Ahora bien, la fundación de un pensamiento femenino o feminista en Santiago de Cuba en el siglo XIX; no es hasta años más recientes que se ha convertido en objeto de estudios por parte del Departamento de Letras de la Universidad de Oriente. Tanto la participación política y social de las mujeres como el mismo acto de la creación literaria ha sido visualizada en el caso de Luisa Pérez desde el punto de vista de su condición de madre, esposa e hija, comprendido como la constatación cultural y que simboliza lo que es "propio" de las mujeres

¹ Doutoranda del Programa de Pós-Graduação em História. UFSC, Florianópolis. Brasil. E-mail: ivettesotocuba@gmail.com

² Se supone que nació alrededor de 1835 en la localidad del Cobre, Santiago de Cuba y muere en La Habana el 25 de mayo de 1922.

³ Poetisa y novelista camagüeyana, quien vivió en España hasta su muerte.

tales como ideas, representaciones, prácticas y prescripciones sociales dentro la compleja creencias y prácticas, tanto como lo “propio” de los hombres; también implica procesos psíquicos que se entretujan en un complejo conjunto de creencias y prácticas que jeraquizan, subordinan y discriminan a los seres humanos entre sí. Este texto examina el nacimiento de un pensamiento feminista en Santiago de Cuba, analizado desde la perspectiva de género, a través de la edición de la primera colección de poesías de Luisa Pérez de Zambrana.

¿Santiago de Cuba, tuvo un pensamiento feminista en el siglo XIX?

Hablar de la existencia de un discurso feminista en Santiago de Cuba es un tema bien complejo, buscar ese hilo discursivo fue arduo. Por ello coincido con la estudiosa Danay quien plantea que el acto mismo de escribir para la mujer en este periodo fue un actor revolucionario, pues según lo planteado por el pensamiento de la época esta carecía de lenguaje propio⁴.

El auge económico que disfrutó la ciudad en la segunda mitad del siglo XIX, propició un impulso de adelantos y progresos, (el terremoto de 1852 dejó la ciudad devastada, no obstante la urbe resurgió), la modernidad tocó sus puertas y se convirtió en “una ciudad de paseos, calles, empedradas, alumbrado de gas y comunicaciones por vías férreas con el interior de la jurisdicción.”⁵ La intelectualidad también tuvo la oportunidad de resplandecer y *El Redactor*⁶ brilló, sus páginas recogieron toda la producción poética del período donde Luisa Pérez pudo publicar y quien sorprendió por su natural instinto poético, por la nota propia, insuperable, por los poemas llenos de emoción. Ella marcó un punto de giro dentro de la producción poética, creó nuevas coordenadas para que otras mujeres se inscribieran dentro de este escenario creador.

Esta escritora conceptualizada e idealizada dentro del canon de la feminidad más pura y delicada, es reconocida como la única mujer dentro de la segunda generación de poetas románticos más importantes dentro de la Historia de la Literatura Cubana, algo muy sintomático, pues en la primera no aparece mujer alguna, sin embargo este reconocimiento ideológico en la figura de Luisa Pérez, en el cual personalizan los rasgos arquetípicos de lo femenino recogido en el discurso e ideario, revelan el falogocentrismo como una de las

⁴ Danay Castillo-Almaguer. La escritura femenina en *El Redactor* (1844-1869). **Santiago**. Santiago de Cuba, No. 135, págs., 575-588, septiembre-diciembre, 2014.

⁵ Carlos Rafael Fleitas Salazar y María de los Ángeles Meriño. Trayectoria de un periódico santiaguero (1833-1869). **Del Caribe**, No. 41, págs. 83-93, 2003

⁶ Periódico económico y político, pero al mismo tiempo recogía en sus páginas todo el quehacer artístico y literario de Santiago de Cuba. Fundado por la Sociedad Económica Amigos del País, la cual agrupaba a la clase de poder.

características del pensamiento colonial conservador y que ha perdurado en toda la crítica referida a la vida y obra de la poetisa.

Si bien Luisa Pérez trasciende en la literatura cubana por las temáticas implícita en su obra, la cual representaría lo bucólico, la pureza, la ingenuidad, lo sentimental, la sensibilidad maternal, su feminidad y por el *summun* de todos estos asuntos las “Elegías familiares”, poemas que recogen el dolor y el sufrimiento por la muerte de su esposo y de sus cinco hijos, pero también tiene conciencia de ser mujer, y del papel que ha ocupado dentro de la sociedad. Subrayo esta apreciación porque en todos los estudios que se han realizado sobre la literatura femenina o feminista en Cuba, aparece Gertrudis Gómez de la Avellanada como la pionera en estos cuestionamientos. Se ha dado por sentado que Luisa Pérez solo se movió en el intimismo y se desconoce su criterio respecto a la posición de la mujer en la sociedad

La mayoría de los estudiosos⁷ que se han acercado a la obra de Luisa Pérez coinciden en su tono elegíaco, en la pureza en su poesía, de la sinceridad, de la madurez y honestidad, penetración poética, aunque José Antonio Portuondo plantea a manera de crítica que su acercamiento a la situación política del país es tímido, – su vida abarcó de 1835 a 1922, es decir vivió el período de la Guerra de los Diez Años, la conflagración de 1995, la intervención norteamericana y la instauración de la República –. Mas considero catalogar de injusto la timidez que se la atribuye, cuando una mujer que ha quedado viuda tan joven, y madre de cinco hijos tiene que buscar la manera de sustentar ese hogar y sin embargo no se ha investigado este período, nadie habla de esta etapa, cómo vivió, ¿cómo ser sostenedora de un hogar, una mujer que no tenía otro oficio que el de escribir? Si realmente se pronunció o no. Es muy fácil juzgar desde el futuro.

Ángel Huete⁸, plantea que el silencio de Luisa es expresivo, porque si se buscara más profundamente se encontraría el poema dedicado a Alfredo Torroella, titulado “Tu destierro y tu muerte”.⁹ Este mismo crítico señala que en los poemas publicados en la edición de 1856, se

⁷ Y fíjese que pongo estudiosos, Ángel Huete: “Ensayo preliminar, compilación, ordenación, tabla de variantes y notas”, en: Luisa Pérez de Zambrana: *Poesías Completas (1853-1918)*. La Habana. Talleres Tipográficos P. Fernández y CIA. Colección Los Zambranas. Mallén Zambrana, 1957, Tomo XI. Max Henríquez Ureña: *Panorama Histórico de la Literatura Cubana*. La Habana. Edición Revolucionaria, 1967. Tomo I. Cinti Vitier: *Lo cubano en la poesía*. Prólogo Abel Prieto. La Habana. Editorial Letras Cubana, 1998. Edición definitiva. José Antonio Portuondo: *Bosquejo histórico de las Letras Cubanas*. La Habana. Editora del Ministerio de Educación, 1962.

⁸ Crítico y ensayista cubano quien estudió y compiló en un tomo la obra poética de Luisa Pérez incluido el poemario que aludimos en este artículo

⁹ Luisa Pérez de Zambrana: “Tu destierro y tu muerte”, en Ob.cit., p.315. /¡Oh de la patria entristecidas nubes! ¡sauce doliente! ¡gemidora palma! ¡olas azules que llorando oísteis/los últimos lamentos de su alma! /...../ ¡Patria adorada! ¡celestial figura que te levantas trágica y sombría,/ en pie sobre el altar de tu heroísmo,/ con la mano en la herida todavía!

puede constatar su rebeldía. Huete deja entrever que el matrimonio convirtió a Luisa en mujer, no la dejó volar y hacer más efectiva su rebeldía, el cuerpo y la mente fueron atrapados en ese matrimonio.

Su poesía toca entonces, más penetrantemente, los temas domésticos, maternos, religiosos, conyugales. En el matrimonio, Luisa encuentra una paz distinta a la que deja entrever en sus primeros poemas, - los escritos en la finca y en Santiago. Es la paz afectiva, serena, pura, que alimenta su poesía y le agrega un sabor hogareño, un calor de confianza.¹⁰

La muerte del padre implicó que la familia se estableciera en Santiago de Cuba. De su retiro campestre pasa a formar parte de lo más granado de la intelectualidad, conocida ya en este medio porque Francisco Javier Vidal había publicado algunos poemas en *El Orden* cuando aún ella vivía en Melgarejo. El romanticismo nació tal fenómeno netamente urbano. Lo que implicó una añoranza hacia la naturaleza y su mística, todos los poetas y escritores del período se detienen en sublimar la naturaleza como lo ideal, Luisa nacida en el campo, logra trazar estupendas pinturas sobre el paisaje cubano a través de su poesía y esto hace que despierte el interés de los poetas de su época. Su entrada a Santiago marcó la diferencia en el mundo poético, se convirtió en la facilitadora de la presencia femenina en la letra impresa, pues estaba ocultada tras el velo de silencio absoluto que tal parecía que las mujeres santiagueras no estaban interesadas.¹¹

[...] La aparición de Luisa Pérez en el círculo literario inauguró, puede decirse, un período de prosperidad y brillantez para el periódico en que escribía y que arriba hemos citado [*El Orden*] pues animadas por su ejemplo varias señoritas de esta ciudad, de notoria inteligencia y gusto literario, empezaron a dar a la prensa sus producciones en prosa y verso, imitándolas en seguida [...]¹²

No es hasta 1856, que en la localidad se funda *El Canastillo de la Dama*,¹³ periódico semanario dedicado a la mujer, que coincide con la publicación del primer poemario de Luisa Pérez ¿Qué se buscaba con estas publicaciones dirigidas a recrear al instruir al bello sexo? Entre sus objetivos estaba el de educarlas en y transmitirles los valores preestablecidos por la ética

¹⁰ Ángel Huete, p. IX.

¹¹ El *Semanario Cubano*, revista fundada en 1855, su lista de redactores estuvo encabezado por Luisa Pérez Montes de Oca, Balbina García Copley y Adelaida de Mármol. Otras mujeres se dejaron escuchar en este período Ursula Céspedes de Escaneverino, Cecilia Santacilia, hermana del poeta y patriota Pedro Santacilia, Margarita de Mármol, entre otras.

¹² Federico García Copley: Prólogo (Prólogo a la edición de 1956), en: Luisa Pérez: *Ob cit.*, p. 425 (Hemos revisado para llevarlo a la ortografía actual).

¹³ Aunque no ha aparecido ningún ejemplar, según la investigación realizada por el historiador Carlos Rafael Fleitas.

cristiana y a partir de esto las mujeres pudieran desempeñar mejor las labores propias de su sexo. Además de eternizar “la minusvalidez, debilidad y eterna infancia de las mujeres”.¹⁴

Ahora bien, la Luisa Pérez soltera, asumió una postura diferente en cuanto a los temas a escribir y sus sentimientos de protesta por la situación que ocupa la mujer dentro de la sociedad, son evidentes. Es una mujer que sabe de la subordinación, la discriminación y la pobreza. De todos los investigadores que se han acercado a la obra de esta poetisa, sólo Sergio Chaple llama la atención sobre la existencia de veinticuatro poemas que reflejan esta posición si se quiere feminista, aparecidos en la primera publicación de su poesía realizada en Santiago de Cuba en el año de 1856 y excluidos por la misma autora, de las otras compilaciones realizadas posteriormente en 1860 y 1918. ¿Por qué? Este autor plantea que quizás la exclusión se debió por encontrarse insatisfechas de los mismos,¹⁵ Sin embargo pienso que tal vez se deba más bien a considerarlos demasiado atrevidos por la denuncia que traían implícito y que podían definirla de otra manera, lo cual contradecía la concepción que se tenía sobre ella, como la poetisa sufrida, emocional, tierna, quien había convertido la muerte de sus hijos y esposo en una retumbante poesía sufrida y doliente.

También me inclino a aceptar que la otra Luisa, la esposa de Ramón Zambrana, al ocupar la nueva condición de casada se le cambiaría radicalmente su medio, se alejaría de su tierra natal pues tendría que vivir en La Habana y relacionarse con otros poetas y pensadores, además de escalar una posición social otra, entraba en el grupo de la clase media. El crítico Ángel Huete señala una profunda y marcada influencia del esposo sobre la poesía luisesca de esta etapa, que me parece la razón más probable para ignorar estos 24 poemas que armarían el libro que la presentaría al mundo y a su esposo. Si bien la presentó y alimentó su presencia en los círculos intelectuales, sí tuvo que asumir sus maneras de pensar y sus ideas y actitudes conservadoras que este mantenía en su vida y en su obra.

En Ramón Zambrana coincidía el más puro ortodoxismo cultural. Iba hacia una meta en que más predominaba el científico, el literato puro, que las circunstancias sociales y políticas. Aunque el patriota puro permaneciera vivo, latente en su interior. De esta actitud vital y firmísimo podemos colegir su influencia en la producción de “La vuelta al Bosque.”¹⁶

Ramón Zambrana, era 20 años mayor que Luisa Pérez, catedrático universitario, determinó el giro que dio la producción poética posterior a su matrimonio, Ángel Huete con

¹⁴ Luisa Campuzano: “Casi dos siglos y nada”, en: *La Gaceta de Cuba*, p. 80.

¹⁵ Sergio Chaple: *Estudios de Literatura Cubana*, p. 138.

¹⁶ Ángel Huete: *Introducción*, p. XXI.

acuerdo explica esta influencia determinante, el porqué de las eliminaciones, podas y reestructura de muchos poemas posteriormente editados en 1860. La sociedad y su cultura que imponía y exigía un comportamiento a la mujer casada, una manera de actuar y pensar, sobre todo aquellas que asumían una posición social dentro de la estructura clasista diferente a la que habían obtenido de cuna. Su nueva situación la colocan bajo el resguardo doméstico, donde a partir de ese momento se instaura el cuartel general de una poesía cuyas huestes son los arcángeles de la memoria, las virtudes, los afectos, la fidelidad, que con el tiempo y a la muerte de sus seres amados se encierra en una sólida y cerrada coordenada de intimismo, tristeza y desgarramiento.

En el poema publicado en enero de 1853, dedicado a su hermana Candita, le reclama a esta el temor a escuchar su acento, sus palabras que implican una rebeldía ante una virtud que no la deja alzar el vuelo. ¿Temes que el mundo tu virtud conozca,/ o te avergüenzas de escuchar mi acento/que tu inocencia y tu candor pregona,/virgen modesta? ¹⁷ En “El Océano”, es evidente esa ansiedad de sentirse libre, ama la libertad, pero es mujer, no tiene otra salida, no puede resistirse y no tiene alternativa.

acalla por piedad ¡oh mar furioso!/que a mi alma estremecida,/de pavor agobiada y palpitante,/lastima esa voz... ¡Oh! cuánto al verte/me asusta tu grandeza aterradora/y trémula, agitada, conmovida,/ busca apoyo mi frente/por sentirse de horror desfallecida./Cuando las ondas vienen a estrellarse /en el peñasco en que me apoyo débil,/pálida y aterrada.
Yo amo lo grande, sí; mi ánimo exalta/lo bello, lo elevado, lo sublime;/mas tu imponente y pavoroso aspecto/me llena de terror, porque soy débil,/soy sensible y mujer ¡ay! esto basta,/y la impresión ¡oh mar! que en mí produces/es demasiado poderosa y fuerte/para que el alma resistirla pueda. ¹⁸

Luisa Pérez tiene muy en cuenta su posición de marginación. En “Contestación”, dedicado a su amigo D. Manuel Borges Navarro, en el cual me detendré, hallé explícitamente la protesta ante la situación de inferioridad social de la mujer. Comienza con el dolor de no poder entregarse completamente a los estudios y esto describe muy claramente la situación limitada de instrucción, que la mujer en su condición podía acceder, sobre todo huérfana.

Y tú me dices, respetable amigo,/que me entregue al estudio noche y día,/que abra espacio a mi mente, que me eleve/en alas de la hermosa poesía/a la etérea región, que abrace avara/la escena de los tiempos, que incansable/enaltezca mi ardiente fantasía/con objetos sublimes, que depure/mi gusto, y surque los inmensos mares,/y abriendo mi alma a grandes impresiones/osada pise en extranjeros lares?/¿Tú no pensaste que a tan hondo estudio/ingenio rico necesario fuera/y brillantes modelos? ¿que me falta/para poder enaltecer la mente/de esos objetos el aspecto grande/que no puedo admirar? ¿no te

¹⁷ Luisa Pérez: “A mi hermana Candita”, p. 10

¹⁸ Luisa Pérez: “El Océano”, p. 58.

acordaste/al invitarme a recorrer naciones,/que en el mundo implacable y malicioso/mujer, huérfana y joven nada puedo?¹⁹

El hecho de ser huérfana la hacía más vulnerable, este poema describe muy bien la situación de esta mujer en la sociedad santiaguera. Tiene que resignarse a no estudiar, es mujer e inferior socialmente, no tiene una figura paterna que la represente ni recursos económicos que la respalden. Se rebela y este poema da fe de esto. Se sabe esclava, de costumbres, conoce que no tiene otra alternativa pero ansía la libertad de la que los hombres gozan.

Con lástima me miras... Te comprendo.../Te inspiro compasión... pues bien, ¿lo sabes?/Yo no puedo ser nada, soy esclava/ como mujer al fin, y el cuello doblo/al yugo fuerte que nos priva injusto/de la adorable libertad que el hombre/goza feliz en su extensión entera/¡Cuántas veces lloré con amargura/costumbre fatal...!²⁰

Luisa sabe que como mujer tiene que doblar el cuello, no tiene otra oportunidad, tiene que cumplir con el rol predestinado por pertenecer al sexo femenino. Y en “Versos escritos al cortar una rosa a instancia de varios amigas y amigos”, expresa con tintes claros y definidos la la condenación de su sexo.

Y en oceanos(sic) me pierdo,/ porque mi angustia y mi pesar dilatas/cuando la triste condición recuerdo/de mi sexo infeliz a quien retratas
Sexo fatal para llorar nacido/sexo infeliz cuanto sensible y casto, /por condición a la desdicha unido, /por condición en la ternura vasto.²¹

Esta obediencia es esencial para la cultura de género, pues es lo que define la instrucción y el discurso de la domesticidad unido a la imagen que promovía el romanticismo como actitud, sensibilidad, castidad y pureza son palabras claves y no se aceptaba otra actitud, ni siquiera la de *leída ni escribida*, porque de hecho no encontrarían un buen matrimonio que les permitiera un destino de realización personal.

La instrucción destinada a la mujer no significaba mejoría económica, ni profesional y menos todavía independencia ni cambio de status social; aquella dirigida a la élite blanca buscaba que la mujer se luciera en las tertulias familiares, que demostrara habilidades como recitar poesías, ejecutar el piano, ser ejemplos de esposas que estaban a la altura de la posición social de sus esposos. A lo que se les añadía el conocimiento sobre moral y religión, gramática y retórica, historia sagrada y civil, también pintura y dibujo y todo aquello que sirviera para

¹⁹ Luisa Pérez: “Contestación”, p. 69.

²⁰ *Ibid.*, p. 70.

²¹ Luisa Pérez: “Verso escritos al cortar una rosa a instancia de varias amigas y amigos”, p. 93.

manejar un hogar decente y respetable. A las mujeres blancas y pobres se les instruían en las labores propias de su sexo, además de otros elementales conocimientos que le facilitara la vida y evitar caer en el mundo de la prostitución y así pudieran encontrar un buen matrimonio. En el caso de la dirigida a las clases más pobres, negras y mulatas no constituía interés del gobierno, la Metrópoli mantuvo una sostenida y explícita desidia ante la instrucción de este grupo social, no era su preocupación y en general a España no le interesaba el desarrollo intelectual en sus colonias de ultramar ya que eso implicaría progreso e independencia. Sólo la iniciativa privada y las instituciones religiosas fueron las que suplieron esta necesidad, pero que abarcaba de manera secundaria a estas clases más desfavorecidas, en este caso recibirían algo de aritmética, las primeras letras, el recitado de oraciones transmitido muchas veces por las mujeres de su etnia.

Las coterráneas de Luisa Pérez conocían que la demasiada cultura, no significaba admiración y mucho menos que le proporcionaría un buen matrimonio, ni abrirse camino en la sociedad, al hombre de esta ciudad no les gustaba la mujer instruida, independiente.

[...] El estudio/tu floreciente juventud marchita,/seca tu frente y amortigua el brillo/de tus pupilas fatigadas, presta/una expresión de madurez profunda/a tu semblante , que a tu edad no sienta;/tú no eres la bulliciosa niña/que con alegre y natural viveza,/ como a la hermosa juventud conviene/Sombría, pensativa y silenciosa/sin cansarte jamás, y siempre oculta/en triste soledad... ¡oh pobre Luisa!/ con sincero pesar tu amiga llora/la perdida sensible y prematura/de tu florida juventud... [...] ²²

Estos versos describen con una claridad meridiana el significado del estudio para la mujer, definen el espejo en que no deben mirarse si desean lograr un sitio en el camino de la realización matrimonial. Loló de la Torriente al hacer un análisis en sentido general sobre esta época, lo describe como “limitado, pobre intelectualmente; cuando no hostil”²³ para aquellas mujeres que necesitaban de realizarse profesionalmente, e independientes antes los prejuicios de la época.

Leer y escribir era un contrabando y hasta se suponían “siniestros fines” en aprenderlo, hablar correctamente se decía que “no era normal”; idiomas y aritmética eran cosas inútiles para quienes no habían de ser viajeros ni comerciantes; historia, geografía, o alguna rama de ciencias naturales eran miradas como pura pedantería en las mujeres; bordados, dibujo, música y baile eran superfluas y pecaminosas, Así se destruyó en nuestras mujeres el deseo de saber; y destruido este prestigio, ridiculizado como pedantería, apagóse el

²² Luisa Pérez: “Sobre el estudio”, p. 71.

²³ Loló de la Torriente: “La mujer como factor de progreso en la vida cubana”, en Libro de Cuba. p. 180.

entusiasmo o amor al estudio y la desaplicación y la desidia se connaturalizaron con nuestras niñas.²⁴

El temor a la mujer culta, preparada, tributa al lado oscuro que se le ha asignado, por lo que se le ha condenado. A esta descripción de la situación de la mujer, sobre todo en Santiago de Cuba, respecto a la instrucción y a los beneficios o perjuicios que recibe, contribuye la Avellaneda al referirse a un pretendiente que se encuentra en Santiago en su viaje de partida a España, “no gustaba de mí la afición al estudio y para él era delito que escribiese versos.”²⁵ Esta indolencia a la educación femenina es extensiva a toda la isla, y muchos intelectuales así lo critican y condenan, sin embargo en la ciudad santiaguera es consideraba natural, no se podía esperar una rebeldía al estilo de Gertrudis Gómez de la Avellaneda, hay un discurso muy de la domesticidad. Carolina Wallace (claro que esta una mirada bien colonial),²⁶ quien vivió en la ciudad desde 1861 hasta 1868, define a las santiagueras y su destino desde el matrimonio y el poco interés por la superación.

Las criollas en general no son intelectuales, aunque las que son enviadas a educarse muestran grandes logros. Se caracterizan por sus dotes artísticas, tiene facilidad para aprender y, poseedoras de habilidades naturales para la música, son muy buenas ejecutantes; pero los matrimonios prematuros y los muchos hijos, pronto ocupan la vida de la mujer con deberes domésticos, y su natural indolencia no las inclina al estudio, Se destacan en todas las virtudes sociales –poseen una conversación encantadora y maneras cordiales y afectuosas que las vuelven fascinantes. Amantes del buen vestir [...]²⁷

Sin embargo Luisa Pérez contradice este criterio de esta mujer que desde una postura colonial describe a las santiagueras; aunque, los hombres como se vio en la anécdota de Gertrudis Gómez, consideraban los estudios como su coto, transgredirlo no estaba bien. Estudiar simbolizaba entrar al mundo de las Evas, las maldecidas por comer del fruto prohibido. En este poema donde Luisa Pérez, reclama su derecho testifica este significado.

... ¡Oh! dime, dime/¿qué tienes, qué placer o que ventura/te proporciona ese estudiar continuo/en que te encuentro sumergida siempre/con sedienta avidez, cuándo tú sabes/que es respetada, sí, pero no amada/la mujer ilustrada en demasía?/Porque la mucha ilustración es causa/también de muchos males, sobre todo/a nuestro sexo cuyo menos daño/es el que en ti con sentimiento veo,/que lentamente tu salud decae,/ pierde tu tez su natural frescura,/palidece tu faz, y languidecen/tus fuerzas físicas, y en fin se agosta/tu juventud risueña, como muere/cuando apenas nació la rosa pura.²⁸

²⁴ *Ibíd.*

²⁵ *Ibíd.*

²⁶ Hija del cónsul norteamericano Elisha T. Wallace, designado por Abraham Lincoln.

²⁷ Carolina Wallace: *Santiago de Cuba antes de la guerra*, p. 62.

²⁸ Luisa Pérez: “Sobre el estudio”, p. 72.

Me imagino cuan frustrada se sentiría Luisa Pérez antes este panorama, ¿cuál es el daño a qué esta joven le teme?, ¿quedarse soltera?, ¿no encontrarse entre las víctimas de la prostitución?, es difícil analizar la posición de estas mujeres, cuando hoy el estudio se ha feminizado en Cuba. Para Luisa Pérez claudicar ante el matrimonio le fue difícil porque sabía del placer del conocimiento y del gusto por la literatura, por eso acepto el criterio de Cintio Vitier cuando afirma categóricamente que “en Luisa no encontramos ni sombra de casticismo, ni el menor esfuerzo cultural en ningún otro sentido”.

Luisa sabe de la importancia del conocimiento, pero que oportunidades tuvo para alimentar, cultivar su espíritu ávido, quizás nos hubiera podido aportar más de su pensamiento, la visión que se tenía sobre la mujer y cuales era su sentir, a través de su poesía. Para la mujer prácticamente tenía prohibido cultivarse, mejorarse, sólo servía para una función todo lo demás era superfluo, vanidad, superficialidad.

Y tú has dicho, tú has dicho ¡error odioso!/calumnia vil, preocupación funesta,/que la alma ilustración al sexo bello/es dañosa y fatal... calla, María,/no digas tal, que el corazón me hieren/esas palabras de tus labios caros./¿Cómo dañar la ilustración pudiera/siendo germen del bien? ¿si de ella sola/aquesa (sic) paz inalterable nace,/esa tranquilidad, esa dulzura/de la temida adversidad en medio?²⁹

Cuestiona ese destino de ignorancia, que nos le permite otros caminos además del matrimonio, convento o pobreza ¿cómo algo tan bienhechor como el estudio, para la mujer era un mal y para el hombre era la noción de bien, de lo bueno? y a Luisa le duele, no podía comprender que mal sobrevendría del estudio. Incluso en el poema “A mi amigo A. L.”, termina su poema con estos versos que refutan todo criterio que pueda afirmar su falta de interés por el estudio, y después que esté muerta y olvidada, /a la sombra del árbol silencioso/ con la frente inclinada/ me hallarás estudiando todavía.³⁰

Y Luisa Pérez de Zambrana, aunque blanca, sabía que no tenía otra alternativa si salía de lo establecido por la sociedad y máxime pobre, no tenía otra alternativa para su vida que no fuera un buen matrimonio; las letras no estaban consideradas como una profesión para las mujeres, más bien, un adorno para su belleza. El temor de no encontrar un buen partido, a ser repudiada las paralizabas, es lo que puede llamarse el miedo a engrosar las filas de la pobreza por parte de las mujeres de clase media y por eso muchas optaron por mejorarse desde la

²⁹ *Ibid.*

³⁰ Luisa Pérez: “A mi amigo A. L.”, p. 162.

instrucción. Además implicaba y estar a las alturas de la negras y mestizas, bajaban un buen escalón. Quizás desde los textos de esta poetisa se pueda inferir la mentalidad de la mujer santiaguera, tal vez esta forma de actuar y pensar no estuviera en contra de sus propias miras, del concepto que tenían de sí, no les molestaba repetirse en ese espejo de identidad genérica y posiblemente pueda encontrarse la respuesta a su quehacer social y al imaginario sobre el papel identitario de la maternidad en la mentalidad de hombres y mujeres.

José Martí también privilegia esta forma de mirar al sublimar el rol de madre, cuando realiza la etopeya al retrato de Luisa Pérez de Zambrana, en el libro *Poetisas americanas*, donde critica a Domingo Cortés por no enaltecer a esta poetisa en sus páginas y sí a la Tula; para engrandecer a la primera describe y critica el temperamento de la segunda. De Luisa dice:

[...] Es Luisa Pérez pura criatura, a toda pena sensible y habituada a toda delicadeza y generosidad. Cubre el pelo negro en ondas sus abiertas sienas; hay en sus ojos grandes una inagotable fuerza de pasión delicada y de ternura; pudor perpetuo vela sus facciones puras y gallardas, y para sí hubiera querido Rafael el óvalo que encierra aquella cara noble, serena y distinguida. Cautiva con hablar, y con mirarla inclina al cariño y al respeto: mujer de un hombre ilustre, Luisa Pérez entiende que el matrimonio con el esposo muerto dura tanto como la vida de la esposa fiel.³¹

¿Cuáles son las palabras claves que usa Martí para armar la etopeya del retrato de Luisa? Sensible, delicada, ternura, pudor perpetuo, noble, fiel, ¿qué efigie forja? el de esposa fiel, madre mártir y abnegada, ella trasciende porque en su poesía supo reflejar esa imagen, “La vuelta al bosque” escrito a la muerte del esposo, es el ejemplo empleado, para él es una mujer en todo el sentido del término ¿Qué dice de la Avellaneda? “Hay un hombre altivo, a las veces fiero.” [...] No hay mujer en Gertrudis Gómez de Avellaneda: todo anunciaba en ella un ánimo potente y varonil; era su cuerpo alto y robusto, como su poesía ruda y enérgica [...] Más: la Avellaneda no sintió el dolor humano [...]”³² José Martí fue muy injusto con la Tula, una mujer que entregó su pasión a un hombre que no la merecía. Al contraponer estas dos mujeres, intenta validar a Luisa no por sus versos hondos sino por la pureza, por la delicadeza, la esposa fiel, la madre que sabe del dolor de la pérdida de los hijos, del esposo, que sabe del sacrificio y la fidelidad. La Avellaneda también tuvo igual destino, peor porque no pudo casarse con el hombre a quien amaba, que perdió al hijo que los unía, la diferencia radicaba en que ella desafió todo convencionalismo, que se impuso en una época, y eso Martí lo criticó y lo condenó, al

³¹ José Martí: “Tres libros. Poetisas americanas. Carolina Freyre. La Avellaneda”, en José Martí: *Obras Completas*, Tomo 5, p. 310.

³² *Ibidem*. p. 311.

concluir categórico “Una hace temer, otra hace llorar.”³³

¿Por qué Martí contrapone a estas dos mujeres y sólo prefiere a la que no es capaz de romper el molde establecido para ellas? Es la visión masculina hegemónica, él no podía estar ajeno a su tiempo, a lo que se pensaba y se establecía como normal en el rol social delimitado para la mujer, como Luisa Pérez cumplía con esa dimensión social debía ser tenida en cuenta y valorada, sin embargo, la *otra*, la rebelde, la insubordinada no merece mucha atención ni mucho menos elogiar tanta arrogancia, quizás porque podría convertirse en un ejemplo a seguir para las otras mujeres y como bien él dice, ésta, “hace temer”, mujeres como Gertrudis Gómez, dispuestas a ir contra lo establecido, provocaban miedo. Sí, Martí elogia aquellas mujeres que participaron en las guerras de independencias, pero desde que óptica, su mayor gratitud era para las madres abnegadas, las esposas fieles y declara sus preferencias hacia estas.

La poesía de Luisa Pérez de Zambrana ha sido estudiada mayormente por hombres, tres veces fue compilado sus poemas y sólo una mujer escribió el prólogo a la edición de 1860. ¿Cuáles fueron los poemas reunidos en este libro, los cuales Gertrudis tuvo la ocasión de leer en su conjunto? Los ya tamizados por el matrimonio. Esta otra poesía, a la cual me he acercado y que invito a leer, que dice de su padecer, de su conciencia de ser mujer, estaba signada a entrar en el olvido. La otra poesía la suscrita por el matrimonio, los hijos y el hogar era la llamada a trascender, no en balde todos los hombres que se acercaron a ella la legitimaron con sus discursos de que esa era la mejor poesía romántica escrita por una mujer, esta que significaba cortarse las alas, esa era la que debía conocerse. ¿Ahora bien, cómo hubiera pensado José Martí de Luisa Pérez de Zambrana, si hubiera conocido estos poemas? ¿Hubiese pensado igual de la sufrida y fiel Luisa?

Sin embargo, algo tan importante cómo hubiese sido este prólogo escrito por la Tula, pues hubiera significado una mirada distinta, diferenciadora, pero no pudo ser, lo que se le presentaba, no ameritaba profundizar en la subalternidad femenina, estas palabras igual la encasillaban. Gertrudis Gómez no tuvo acceso a la otra poesía de la Luisa Pérez, pero esos poemas permanecieron encerrados en un cajón, ese primer libro de poesía, estaba condenando al olvido eterno, quizás si ese libro hubiera visto la luz de la presencia nueva, renovadora que significaba la presencia de esta en La Habana, con los cuales quizás se hubiera identificado y puede ser que otro prólogo hubiera escrito.

Sí, hay en la poesía de Luisa esa interesante *sombra de indefinible pesar; hay ese virginal misterio* del alma que solo se revela por suspiros melódicos, hay

³³ *Ibíd.*

esa vaguedad de la melancolía que seduce y atrae. Estos son precisamente los rasgos más característicos de su talento poético, hermanándose con purísima filosofía cristiana, y hasta con algo de ese eclecticismo y esa graves aspiraciones que forman la fisonomía, digámoslo así, de la literatura presente.³⁴

Gertrudis Gómez que había escrito sobre lo indefendible que significaba la tesis de la mujer como sexo débil, pero la prestablecido de ese mismo sexo débil que tanto ella criticaba. Aunque creo que si hubiera conocido ese primer poemario estoy segura que hubiera sido otra su percepción al leer “Sed de Gloria”, donde canta su necesidad de ser reconocida como mujer escritora.

Musas sagradas, por piedad, oídme,/quiero cantar con prodigioso acento,/quiero que el eco de mi voz asombre/cielos y tierra.
Que al escucharme el firmamento inmenso/pare su giro, y a deshora salgan/el sol ardiente y la dorada luna/ambos a oírme.
La tierra vasta su girar detenga,/los astros todos en el cielo asomen,/salga arrastrada por mi voz el alba,/callen los hombres.³⁵

En este poema reconoce el androcentrismo masculino y como la mujer no puede tener las mismas libertades y posibilidades que los hombres, sólo a partir de ser hombres es que se da el libre albedrío no solo de acción sino de creación. Es su manera de reconocer la subalternidad de la vida y la obra.

¡Oh! si me dieras la armonía celeste/del arpa santa de David, Dios mío,/¡Como hasta ti mi vigoroso acento/firme llegara!
Y yo ceñida la gloriosa frente/de ricos lauros, con placer intenso/de polo a polo proclamar me oyera/gloria del mundo.
¡Oh déname, déname poderoso genio/para salvarme del olvido oscuro!³⁶

Conclusiones

Solo la perspectiva de género permitió el análisis de este poemario condenado al olvido por la propia autora, dónde una rebeldía consciente de su posición dentro de la sociedad, la llevó a cuestionarlo. El derecho a la educación, a tener otro destino era el reclamo de esta mujer que trascendió su tiempo no por ello sino por su representación y modelo de mujer fiel y amante madre.

³⁴ p. 434.

³⁵ Luisa Pérez: “Sed de Gloria”, p. 103.

³⁶ *Ibíd.*

Luisa Pérez de Zambrana significó un antes y un después dentro de la escritura femenina santiaguera, ella les abrió las puertas a la prensa a las otras escritoras tanto contemporáneas como las futuras.

El criterio machista de José Martí aún pervive respecto a esta poetisa, su literatura era válida por lo que representaba. Y dio paso a reconocer solo en Gertrudis Gómez de Avellaneda esa postura e rebeldía. No era concebido en una mujer tan sensible y delicada como Luisa Pérez actos de rebeldía como se refleja en su primero poemario. El cual sigue viviendo los acordes del olvido.

Simpósio Temático 13 - Quando Clio encontra as 'sexualidades disparatadas'

Coordenação: Elias Ferreira Veras

Local: SALA EFI – 302.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto

rhaniellypereira@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Eliane Martins de Freitas

emartinsdefreitas@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

O PRIMEIRO ENCONTRO DOS MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL (1980): UMA ANÁLISE SOBRE AS BANDEIRAS DA PRIMEIRA ONDA DO MOVIMENTO LGBT

Ingrid Mancilha Cesar

ingrid.m.c@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista – Assis

LESBIANIDADE E CENSURA: OS ELEMENTOS PROIBIDOS NA OBRA A BORBOLETA BRANCA DE CASSANDRA RIOS

Augusta da Silveira de Oliveira

augustaslvr@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

HISTÓRIA ORAL QUEER E TRAJETÓRIAS TRAVESTIS E TRANS: CORPO E MATERIALIDADES

O PRIMEIRO ENCONTRO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL (1979): UMA ANÁLISE SOBRE AS BANDEIRAS DA PRIMEIRA ONDA DO MOVIMENTO LGBT

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto¹

Eliane Martins de Freitas²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar, a partir do jornal *Lampião da Esquina*, o primeiro Encontro Nacional dos Movimentos Homossexuais realizado em 1979 na cidade do Rio de Janeiro. Partindo da leitura das reportagens do jornal sobre o evento espera-se, junto com a análise da produção historiográfica sobre o tema, estabelecer as bandeiras da *primeira onda* do movimento homossexual no Brasil. Por último, ampliar as discussões sobre a dinâmica destes grupos no enfrentamento à ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Imprensa Gay, *Lampião da Esquina*, Movimento Homossexual, Resistência.

Nos últimos anos a pauta de gênero e das sexualidades tem ganhado espaço no cenário nacional, seja pelo protagonismo e atuação política de grupos organizados, como os movimentos LGBT e feminista, seja pela resposta dada por setores tradicionais às ordens de gênero, do capital e das lógicas de dominação sobre os corpos marginais. Um exemplo comum, é apropriação feita pelo Movimento Escola Sem Partido do discurso de setores ultraconservadores da Igreja Católica no que se refere ao que vão chamar no Brasil de “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2016). É consenso entre os estudiosos que há nos discursos desses setores conservadores a tentativa de esvaziar as demandas políticas colocadas pelos movimentos LGBT e feminista, e tratá-las de um ponto de vista moral.

Faz-se necessário então desconstruir e combater o discurso que legitima a homossexualidade como um “novo problema social” que emergiu nos últimos dez anos. Defendemos que a análise do passado não se esgota nele mesmo, mas trata-se, dentre outros, de perceber que os problemas colocados hoje pela comunidade LGBT, estão conectados a um longo processo histórico de exclusão e silenciamento, que negou a estes a participação no sistema político, social e econômico do país.

Localizar historicamente estes silenciamentos e o uso sistemático da violência como forma de sustentação deste sistema, possibilita-nos, de um lado, romper o silêncio e atestar a existência de travestis, transexuais, homossexuais, lésbicas e bissexuais ao longo da história. E, de outro lado, interpretar a forma como as lógicas de dominação, de resistência e de violência

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão e pesquisador júnior do grupo de pesquisa *DIALOGUS*. rhaniellypereira@hotmail.com.

² Pesquisadora e coordenadora do Laboratório de Gênero, Etnicidade e Diversidade – *LaGED* e docente do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional - PPGHMP da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. emartinsdefreitas@gmail.com.

se reorganizaram ao longo do tempo. Denunciando, assim, uma dada construção discursiva e práticas sociais que associam a existência destes sujeitos apenas a partir da organização de suas demandas nos anos posteriores aos 2000.

Neste artigo interessa-nos pensar um evento em particular, o Primeiro Encontro de Homossexuais Militantes, ocorrido no Rio de Janeiro em dezembro de 1979. Este evento é singular por, dentre outros, reunir os primeiros grupos organizados de homossexuais; por permitir compreender as bases políticas pelas quais se organizavam estes grupos; e, por explicitar as bandeiras da comunidade LGBT. De acordo com Green³, as décadas de 1960 e 1970 marcam uma nova forma do fazer política e da dinâmica de organização e ativismo da comunidade homossexual no Brasil que levará ao que hoje se denomina de a *primeira onda*⁴ do movimento homossexual brasileiro, e que mais tarde será denominado de Movimento LGBT.

Neste sentido é que a problemática se fortalece: Se ainda hoje LGBTs lutam contra diversas formas de violência, quais eram então as pretensões destes primeiros grupos para o futuro da comunidade LGBT? Acreditamos que este questionamento pode ser parcialmente respondido se considerarmos o Primeiro Encontro de Homossexuais. Para tanto utilizaremos como fonte histórica a Edição n. 20 do jornal *Lampião da Esquina* que faz uma cobertura do evento.

A metodologia de tratamento do imprensa escrita como fonte para a pesquisa histórica já está bem consolidada entre os historiadores e historiadoras. Defendemos que o uso da imprensa, em particular a imprensa alternativa como é o caso de *Lampião da Esquina*, para a pesquisa histórica possibilita acesso a valores, modos de vida e disputas políticas, que outras fontes não possibilitariam. Visto que ao analisar diferentes aspectos do jornal *Lampião da Esquina*, tais como a estética, a distribuição das sessões, o vocabulário e tipos específicos de reportagem, estamos refletindo sobre um determinado lugar de fala que revelam sujeitos históricos, mentalidade sociais, e lutas políticas.

1 - O florescer do movimento homossexual

³ O autor menciona o ano de 1969 como o mais violento não só para a comunidade LGBT, mas também para toda a sociedade brasileira. Green, afirma ainda que neste período a questão dos LGBTs se popularizou e ao mesmo tempo se politizou.

⁴ A historiografia brasileira, a exemplo do que se fez com o movimento feminista, periodiza a ação política do movimento LGBT e períodos denominados de *ondas*. A primeira, corresponderia ao período que vai do final dos anos 1978 até meados dos anos 1985; a segunda marcada pela luta contra a AIDS e os estigmas construídos em torno da doença como sendo uma doença *gay*, vai de 1985 a 1995 E a terceira, e atual, inicia-se em 1995, marcada pelo debate político do corpo e as questões sobre fluidez de gênero e performances

De acordo com a produção historiográfica brasileira sobre o movimento homossexual brasileiro surge de forma organizada no final dos anos 1970. Em um contexto, nacional e internacional, influenciado pela união da chamada contracultura com, aquilo que se convencionou chamar mais tarde de, crise da consciência juvenil, cujo traço central é a contraposição ao pensamento das esquerdas pautadas nas violências revolucionárias. É neste momento que se observa ao mesmo tempo a intensificação do aspecto da globalização e o surgimento da pauta identitária, representada simbolicamente pelo maio de 1968 em França.

Os anos 1960-1970 foram, segundo Green (2000):

[...] uma época de revolta política e social. As ideias da contracultura haviam penetrado no Brasil e influenciavam muitos jovens da classe média. Entre os novos desafios aos valores sociais hegemônicos estavam o uso de drogas, uma rejeição à sociedade de consumo — que era promulgada pela política oficial — e a desestabilização dos códigos sexuais, especialmente nas questões da virgindade feminina antes do casamento e da heterossexualidade normativa para homens e mulheres (GREEN, 2000, p. 409).

Para o autor esta “desestabilização dos códigos sexuais” permite compreender tanto a agência dos sujeitos LGBTs quanto o estouro da bolha do *gueto homossexual*. Ou seja, o autor advoga que neste período os homossexuais empreendem uma ação política totalmente nova, seja pela emergência de grupos organizados, seja pela concepção do fazer política. Esta tese de Green é assumida por grande parte da historiografia brasileira e é fundamental inclusive para a compreensão da *segunda onda* do movimento homossexual, que de acordo com Trevisan (2000) será protagonizada pela presença do vírus HIV e a AIDS, e a consequente estigmatização da comunidade *gay* atrelando a doença a sujeitos sociais específicos⁵.

Outro fator importante para a compreensão tanto do período quanto do surgimento do movimento homossexual organizado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro é o *boom* de uma imprensa alternativa, ou imprensa nanica (KUCINSKI, 1991, p. 5). O surgimento de jornais que na dinâmica política brasileira estavam em oposição ao governo ditatorial propiciou uma forma combativa de denúncias dos aparatos repressores do Estado, bem como a veiculação de perspectivas de combates ao sistema, tanto pela nova quanto pela velha esquerda.

É neste contexto, que nasce o jornal *Lampião da Esquina*, importante veículo de denúncia e de combate no período em que se inicia a transição do regime ditatorial para o democrático, como também um símbolo expressivo do nascimento do movimento homossexual organizado. O jornal, publicado de 1978 a 1981, funcionou como um espaço de veiculação de

⁵ Sobre o processo de formação da primeira onda do movimento gay no Brasil ver Pinto (2015).

uma proposta de uma nova identidade homossexual. Essa nova identidade podia ser apreendida, por exemplo, na reapropriação do uso do termo *entendido* para nominar os homossexuais. Como afirma Green (2000) em seu debate com MacRae (1990):

Ao contrário, o *entendido* preferia um termo de definição de sua identidade que refletisse uma persona pública mais resguardada. Além disso, MacRae sugeriu que o *entendido* adotava um novo comportamento sexual “igualitário”, que não imitava a díade ativo/passivo, masculino/feminino associada à interação tradicional, hierárquica, homem/bicha. Portanto, embora o termo *entendido* tivesse suas origens nos anos 40 (ou mesmo antes), como indicam as cartas publicadas em *Homossexualismo masculino*, de Jaime Jorge, o significado e o uso da palavra parecem ter-se alterado nos anos 60. Além de ter permanecido como uma expressão utilizada quase que exclusivamente por homossexuais como um código que não continha a mordacidade do termo viado ou até mesmo bicha, ela foi empregada por Hélio como um sinônimo de um homossexual que não assumia um papel de gênero especificamente masculino ou feminino (GREEN, 2000, p. 308).

No editorial de 1978, intitulado *Saindo do Gueto*, o jornal *Lampião da Esquina* deixa claro esse movimento de construção de uma nova identidade homossexual, e também algumas bandeiras da *primeira onda* do movimento. O jornal firma-se, assim, como uma expressão da mentalidade possível dos homossexuais e do movimento organizado daquela época. As linhas do jornal, bem como sua proposta, colocam, para além das denúncias da ditadura, as vozes sobre uma cultura alternativa seja no cinema, literatura ou na música. Não seria exagero dizer, portanto, que o jornal serviu como a materialização da mentalidade do *entendido*.

Em suas linhas iniciais o editorial *Saindo do Gueto* dita o que seriam as 47 edições do *Lampião da Esquina*:

[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, nesse fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. Para acabar com essa imagem padrão, *Lampião* não pretende solução a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizado como uma minoria oprimida (LAMPILÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0, p. 2).

Este Editorial enquanto manifesto e plataforma política do jornal chama os homossexuais e demais minorias, negros, mulheres, índios, a saírem do gueto a assumirem uma posição de luta contra as desigualdades e discriminações existentes na sociedade brasileira. Assim, o jornal ao afirmar que os homossexuais e demais minorias não eram párias numa

sociedade de castas apresenta a necessidade de ressignificação de identidade e de transformações na sociedade como um todo.

Essa plataforma política será o eixo norteador do surgimento de grupos organizados, que por sua vez possibilitou a realização do Primeiro Encontro de Homossexuais no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1979. Encontro que reuniu:

[...] 61 pessoas – 11 lésbicas e 50 gays – e nove grupos marcaram presença: SOMOS/RJ; Auê/RJ; SOMOS/SP; Eros/SP; Sorocaba/SP; Beijo Livre/Brasília-DF; Grupo Lésbico Feminista/SP; Liberto/Guarulhos-SP; Grupo de Afirmação Gay/Caxias, RS e mais um representante de Belo Horizonte, MG, futuro fundador do Grupo 3º Ato. Frases como O Movimento Homossexual é Revolucionário e não Apenas Reformista! Marcavam a ênfase daquele momento (FACCHINI, 2003, p. 90).

O primeiro grupo a organizar-se foi o *SOMOS*, grupo de liberação homossexual de São Paulo, que surgiu em 1978 e é considerado por grande parte da historiografia não apenas pioneiro na politização das questões que envolviam os homossexuais, mas também um modelo de militância. Entretanto, de acordo com Facchini (2003), há um possível problema em considerar o modelo de militância do *SOMOS* de São Paulo como sendo o *modus operandi* de todo o movimento homossexual daquele período. Para a autora:

Isso tudo implica um risco, a meu ver bastante sério, de produzir um efeito, a partir do qual, o estilo de militância e as questões específicas do período em que existiu o *SOMOS* acabem se tornando sinônimos de movimento homossexual no Brasil, impedindo a percepção da diversidade de questões e estilos de militância que passaram por estes mais de 20 anos de movimento no Brasil (FACCHINI, 2003, p. 87-88).

O alerta de Facchini é importante no sentido de evidenciar a heterogeneidade do movimento. No entanto, é inegável que o grupo *SOMOS/SP* estabeleceu-o como uma força hegemônica, não só por ser o primeiro grupo a se organizar, mas também, por vezes, por sua liderança na discussão sobre homossexualidade no país. E também, por que o pioneirismo do grupo paulista propiciou o surgimento de outros grupos no eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

2 - O Encontro Nacional de Homossexuais Militantes de 1979

O *Lampião da Esquina* em seu número 20, de janeiro de 1980, traz como manchete de capa o título *Encontro nacional do povo gay*, destinando quatro páginas à cobertura ao evento. Foram designados para tanto: AS (que supomos tratar-se de Aguinaldo Silva), o jornalista e crítico de arte Francisco Bittencourt, e a poetisa Leila Miccolis.

Os três artigos publicados na Edição N. 20 carregam, como é de se esperar, o estilo e a marca pessoal de cada um dos autores, mas é possível identificar alguns pontos comuns aos três: o destaque do protagonismo dos *lampiônicos* na idealização do evento; a diversidade dos grupos participantes; a ideia de que se construía uma nova forma de fazer política a partir da especificidade do movimento homossexual brasileiro; e, por fim, a necessidade de organização de base, ou seja a criação de novos grupos em outras cidades do país, atrelada à necessidade de maior articulação nacional dos grupos existentes. Esta última será uma das principais bandeiras do evento.

O artigo de Francisco Bittencourt, intitulado *No Rio, o encontro nacional do povo guei*, é quase um manifesto político. Nele o autor, a exemplo do que faz nos artigos de crítica de arte, publicados no *Lampião* e em outros jornais⁶, tem a preocupação explícita de enfatizar a diferença do fazer político do movimento nascente com o *fazer político* tradicional, seja dos setores da direita, seja dos setores da esquerda brasileira. E este novo fazer político se caracteriza não só por novas práticas, mas principalmente pela denúncia da *sociedade machista*.

No segundo artigo intitulado *Seis horas de tensão, alegria e diálogo: é a nossa política*, AS (provavelmente Aguinaldo Silva) faz um relato pormenorizado, quase etnográfico, do evento. O artigo ocupa-se de descrever: o funcionamento do evento; as falas dos representantes dos nove (9) grupos presentes; as propostas discutidas e aprovadas. Bem como explicita os momentos de tensão ocorridos durante as discussões. Resumindo, o artigo preocupou-se em descrever *as novas práticas de fazer política*, pois “[...] aquela não era mais uma reunião em que se pretendia repetir os padrões habituais da política machista” (AS, 1980, p. 9).

De acordo com AS a tarefa de Leila Miccolis era a *fofoca*. Mas a poetisa em seu artigo intitulado *Na hora da festa, conosco ninguém pode*, vai além disso. Miccolis fala da festa que antecedeu ao encontro, fala/sugere os namoros, mas acima de tudo se preocupa em analisar a participação feminina tanto na festa da véspera quanto no encontro do dia 16 de dezembro. A jornalista problematiza a pequena participação feminina, onze (11) mulheres no total de 61 de participantes. Analisa a atuação de Teka, do Grupo Lésbico Feminista/SP, na direção dos trabalhos do encontro.

Dada a riqueza dos três textos e os objetivos deste artigo optamos por analisar mais detalhadamente apenas o artigo de Francisco Bittencourt, deixando para um outro espaço/tempo a análise dos outros dois textos.

⁶ Sobre o papel de Francisco Bittencourt como crítico de arte veja Reis (2013).

De volta ao artigo de Bittencourt a primeira questão a ser levantada é sobre que o autor atribui ao *Lampião da Esquina* na idealização do evento. Segundo Bittencourt:

A ideia surgiu pela primeira vez numa das reuniões de pauta deste jornal. Os lampiônicos e os membros do grupo SOMOS/RJ presentes a essa reunião decidiram que tinha chegado a hora de fazer uma tentativa de organizar e expor um conjunto de pontos de vista e de ideias que começa a tomar corpo como resultado do nascimento de grupos ativistas homossexuais por todo o Brasil. E quisemos fazer isso antes que encerrasse a década de 70. Isto é, como uma homenagem aos anos que marcaram o início da luta das minorias oprimidas e, especificamente, da política do corpo (BITTENCOURT, 1980, p. 7).

Não estamos questionando se o Lampião esteve ou não na idealização do evento ou na organização do mesmo. O que chama a nossa atenção aqui é que ele se coloca como porta-voz do nascente movimento organizado, ou seja se coloca na vanguarda do movimento. Esta posição vanguardista adotada por Bittencourt expressa a familiaridade do autor com as organizações de esquerda do período, presente também nos jargões utilizados ao longo do texto.

Sobre a participação dos grupos organizados Bittencourt proclama que:

Os grupos presentes ao encontro formaram-se nos últimos dois anos, alguns deles tem menos de um mês de vida, mas o que mais se notou na reunião foi a preocupação de todos em apresentar um programa bem definido de reivindicações e atividade política (BITTENCOURT, 1980, p. 7).

Mas apesar de recentes estes grupos, de acordo com o artigo já sabiam bem o que queriam em termos do *fazer político*:

Estamos muito longe, porém daquele tipo de debate "sério— que caracterizou a juventude dos anos 50, ou da visão ingênua do mundo dos jovens dos anos 60. Para quem foi temperado na repressão da década que acaba de se encerrar é inaceitável tanto o engodo da política tradicional, que tem por única meta colocar os velhos no poder, como o "deixa pra lá" dos hippies. As gerações atuantes neste momento têm plena consciência de que a seriedade é o último refúgio dos calhordas e por isso não cairão no erro das sufragistas, por exemplo, que ao lutarem por uma causa justa assumiram o ridículo de se masculinizarem para poderem enfrentar o desafio do sistema machista (BITTENCOURT, 1980, p. 7).

Assim o movimento homossexual apresenta um nova perspectiva de militância:

Desta vez, pela primeira vez, um movimento revolucionário não está adotando os maneirismos reacionários para poder sobreviver. Ele fala sua própria linguagem, continua vivendo dentro de seus costumes e, à medida que lhe é aberto um espaço, ocupa-o com sua presença, sem se mascarar do que não é e sem negar a essência de sua natureza (BITTENCOURT, 1980, p. 7).

Esta ode a novas práticas políticas não explora, entretanto, os limites organizativos do próprio movimento trata-se de uma majoritária de grupos formados nas capitais paulista e carioca. O que aponta para uma formação e cristalização de um *gueto* homossexual nas cidades, o movimento homossexual é eminentemente urbano, característica que perdura até os nossos dias. Paralelo a este fato é preciso considerar, ainda, algumas premissas sobre o entorno do movimento homossexual.

Primeiro, é preciso destacar as diferenças na participação do *SOMOS* de São Paulo e do *SOMOS* do Rio de Janeiro. Por vezes essa dinâmica se estreitou em conflitos internos gerados dentro do próprio jornal *Lampião da Esquina*. Segundo, a proposta do jornal, apesar do diálogo com esses grupos, esteve fortemente ligada à crítica à participação de um ou outro ativista dentro dos mesmos. O que nos leva a considerar é que, a escrita do *Lampião* é precisa, mas também relativa e parcial e como qualquer fonte histórica deve ser verificada e criticada de forma analítica.

Por outro lado para iniciarmos a análise das bandeiras apresentadas é preciso também de destacar as aproximações entre os diversos movimentos identitários da época. Se por uma perspectiva em torno das minorias o *Lampião* daria voz aos índios, negros e mulheres, para além dos homossexuais, por outro haveria uma perspectiva dentro dos grupos de militância que seguiam na medida as práticas do movimento feminista, grupo vanguardista na discussão do corpo, dos papéis de gênero e de sexualidade. Não é coincidência então o seguinte a afirmativa de Francisco Bittencourt:

Transformada em território livre do movimento guei, a Sala Hélio Beltrão permaneceu sob estrita vigilância todo esse tempo para que nele não entrassem heterossexuais, sob qualquer pretexto. (Dois desprevenidos vendedores de mate gelado e cafezinho que chegaram até a porta terão ficado perplexos com, o digamos assim, inusitado dos debates, ainda mais se os compararam com a sessão de uma igreja protestante que se realizava ao mesmo tempo no auditório do nono andar) (BITTENCOURT, 1980, p. 7).

Essa característica relacionada a participação voltada apenas para o grupo dos homossexuais indica em primeiro lugar uma tentativa de afirmação de um espaço seguro. E uma prática comum que se faziam nos grupos de apoio do movimento feminista, geralmente conhecidos como uma espécie de troca de experiências sobre violência e vivência. Este tipo de prática fez com que em alguns grupos do movimento homossexual fossem feitos estes mesmos grupos para gerar uma maior aproximação entre seus membros.

A esta aproximação entre os modos de resistência dos dois movimentos explicita-se também em outro trecho:

Isso está acontecendo com os movimentos dos negros, das mulheres e agora dos homossexuais. Será portanto muito difícil combater tais movimentos - seus argumentos e suas armas pertencem a um universo novo e desconhecido do sistema, que ele não consegue caricaturar. Isso é totalmente diferente do que aconteceu com os hippies, por exemplo, cuja proposta de civilização foi parar na mesa dos futurólogos do Hudson Institute e saiu dali pronta para ser consumida pela chamada grande sociedade como mais um produto altamente comestível. Tal coisa não poderá ocorrer com o atual movimento de minorias oprimidas porque, nas suas raízes, esse movimento é revolucionário e não simplesmente reformista), quer mudar o esquema do poder, tem uma visão que difere totalmente tanto da direita como da esquerda, sendo portanto indigesto por qualquer lado que queiram consumi-lo. Para aceitá-lo, os regimes modernos, de direita ou de esquerda terão de modificar-se na essência, acabando com tudo o que há dentro deles de reacionário e perverso. E para destruí-lo, se chegarem a esse extremo, estarão praticando genocídio, pois pela primeira vez na história têm pela frente uma revolução desarmada (BITTENCOURT, 1980, p. 7).

Neste ponto o jornalista do *Lampião* ao falar do sentimento proposto no encontro demonstra uma preocupação ainda vista hoje no movimento LGBT e ainda mais ressaltada. A força do neoliberalismo em transformar o homossexual e tudo que a ele relaciona, numa espécie de mercado de nicho, como feito no caso dos hippies nos Estados Unidos a partir da crise de consciência juvenil. Exemplo disso é o alerta de Peter Drucker (2017) sobre o processo de mercantilização da causa LGBT nos dias atuais:

Em meados dos anos 1970, entretanto, os anti-machos, em grande medida, perderam terreno entre os ativistas gays. O movimento começou a marginalizar e excluir os dissidentes de gênero. Hoje, as vidas LGBTI e as lutas têm de ser situadas no contexto do neoliberalismo, o período específico do capitalismo no qual o mundo se encontra por mais de trinta anos. As décadas de privatização neoliberal e de desregulamentação foram também as décadas do que Alan Sears chamou de “desregulamentação moral”, quando algumas restrições sexuais que atuavam como barreiras à acumulação do capital foram removidas. Isto facilitou a proliferação de boates, bares, saunas (para homens gays e bissexuais), publicações, chats, etc. LGBTs. Novos nichos de mercado gays e lésbicos se tornaram o centro dinâmico de espaços nos quais homens e mulheres pudessem explorar, exercer e celebrar seus desejos pelo mesmo sexo (DRUCKER, 2017, p. 203).

Em suma, uma das bandeiras, que o próprio *Lampião*, possuía duas faces. A primeira, a de uma perspectiva de integração social, e possibilidade de vivência nos espaços públicos. E em segundo lugar, em sua contradição, a impressão de uma identidade homossexual que permitia a agregação destes sujeitos por vias de um capital cultural e poder aquisitivo suficiente como forma de se desculpar por não manter uma reprodução heteronormativa da ordem do capital.

Ao mesmo tempo que Bittencourt tentava dar conta daquilo que se passou no evento, o jornal ainda exibia na íntegra as resoluções do Encontro. A primeira destinava-se a criação de um novo encontro em julho de 1980.

[...] Congresso estadual, julho de 1980, São Paulo: 1 – visando organizar a atuação dos grupos existentes, criando um elo de ligação efetivo entre os trabalhos dos diversos grupos; 2 – estimular a criação de novos grupos, em cidades onde eles ainda não existam (um elemento de uma cidade, estando sozinho poderia entrar em contato conosco e a partir deste contato discutiríamos uma forma de abordagem organizativa para tal cidade: peça teatral, recital de poesia, debate em faculdade, palestras etc.); entendemos que existem mil outros temas para um congresso, porém ressaltamos a nossa proposta para o momento em caráter eminentemente organizativo (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, n. 20, p. 8).

Esta resolução tinha por origem na organização do grupo Libertos, único grupo a preparar uma carta impressa com suas propostas. O que nos importa aqui é destacar as formas pensadas como propiciadoras do nascimento de novos grupos. A perspectiva deste grupo, assim como a do SOMOS de São Paulo e, por muitas vezes, do *Lampião*, explicita a relação dialética desta nova esquerda com o surgimento destes novos movimentos.

A escolha pela cultura, por peças teatrais entre outras expressões artísticas possibilitam uma aproximação histórica menos estranha. Dessa forma, o movimento homossexual nascente agiu por vezes como uma política de exclusão. O acesso a todos esses meios, onde é exigido um capital cultural é ao mesmo tempo espaço de contradição para quem por vezes possui um corpo político exaurido pelo cotidiano. A isso devem-se perceber as historicidades.

Em um mundo onde a crise política, causado pela Guerra Fria e sobre sua bipolarização, a instauração de governos ditatoriais na América Latina e os problemas de inflação possibilitaram em contradição uma contracultura que foi em grande parte vivida pela classe média do país. Esses aspectos quando levados em conta somam-se a questão das vendas do próprio *Lampião da Esquina* e a sua perspectiva de uma nova identidade homossexual.

Deste modo, ao passo que estouravam a bolha e resistiam à ditadura a contradição estava posta. O cenário de formação desta movimento se dá em um contexto histórico onde para esquerda a homossexualidade é um desvio causado por traços burgueses e por outro, pela direita é considerado um dos frutos do comunismo. Ser *entendido* e a utilização da cultura como uma dinâmica de desenvolvimento da resistência possibilitou a existência de um movimento homossexual que possivelmente não chegava aos outros setores populacionais, nem tão pouco, dava conta de temáticas que não estivessem relacionadas com as grandes cidades e os grandes guetos.

Voltando a Bittencourt, o texto ainda apresentou outras duas propostas do grupo Libertos que se relacionam a uma dinâmica já mencionada aqui, a da aproximação do *modus operandi* com os grupos feministas.

Criação de um grupo de mobilização: grupo permanente, integrado por dois elementos de cada grupo formado, mais os de novos grupos que venham a surgir, para dar sequência às resoluções do congresso e mobilizar todos os grupos em cima de ações prática abrangentes: passeatas, atos públicos, campanhas, etc. **Trabalhos práticos imediatos:** troca de experiências e informações: debater mais detalhadamente formas de trabalho prático; aprimorar o trabalho social nos grupos (advogados, médicos, incentivo à pesquisa, etc.); ampliação das atividades culturais nos grupos e no geral: filmes, peças, poesias; apresentações de filmes/peças/livros, especialmente para os grupos debaterem o tema, principalmente quando os mais diretamente interessados somos nós: caderno de informação, onde seriam abordados de forma leve e informativa os principais problemas dos homossexuais (repressão e discriminação, doenças venéreas) em linguagem fácil, onde também se conclame as pessoas a participarem de algum grupo, colocando uma forma de contato: discutir uma forma de na prática ampliar o trabalho de conscientização do homossexual através da união com outros grupos que levam semelhante tipo de trabalho (Jornal do Gay Corydon e outros), pois existem pontos comuns e em comum. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n. 20, p. 9).

Vale ainda lembrar a problemática levantada por Facchini (2003) no início deste texto e a partir dela tentar compreender esta contradição. A constante perspectiva em considerar a organização pioneira do SOMOS de São Paulo e a utilização do *Lampião da Esquina*, por vezes não leva em consideração a diversidade do movimento homossexual. Um movimento nascente, assim como qualquer outro, não era coeso e o envolvimento político dos ativistas não era novo e em parte vinha da não aceitação destes sujeitos em outros setores da velha esquerda.

Para além disso, Facchini (2003, p. 90-91) destaca que entre as resoluções comuns houveram as discussões sobre o respeito a “opção sexual” na Constituição Federal e o início da luta sobre a retirada da homossexualidade como uma doença mental. Conforme Green afirma, a decisão sobre um novo encontro foi aceita:

Em abril de 1980, ativistas de oito grupos reuniram-se em São Paulo para o Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados. Mil lésbicas e gays superlotaram o teatro Ruth Escobar para assistir a uma cerimônia fechada do evento. Algumas semanas depois, no Primeiro de Maio, um grupo de cinquenta gays e lésbicas assumidos marchou com centenas de milhares de outros brasileiros pelas ruas de São Bernardo do Campo, no ABC paulista (GREEN, 2000, p. 434).

Enquanto por outro lado Facchini propõe:

Em 1980 ocorria, de 4 a 6 de abril, na cidade de São Paulo, o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) que foi fechado para grupos homossexuais e seus convidados, e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). De acordo com MacRae, compareceram cerca de 200 pessoas à parte fechada do encontro, o 1º EGHO, integrantes e convidados dos grupos Auê, RJ; SOMOS, SP; Eros, SP; Libertos, Guarulhos, SP; SOMOS, Sorocaba, SP; Beijo Livre, Brasília, DF, além de representantes de Belo Horizonte, MG, Vitória, ES, Goiânia, GO, Curitiba, PR e uma comissão de representantes do jornal *Lampião da Esquina*. Ao 1º EBHO, à parte aberta, compareceram cerca de 600 pessoas (FACCHINI, 2003, p. 91).

Este cenário nos propõe por último a observar as ausências historiográficas em fazer uma análise específica destes encontros. É preciso cada vez mais deslocar-se no tempo numa perspectiva de defender a memória de grupos em que a história oficial legou o silêncio, a inexistência. Neste sentido é que se inseriu esta perspectiva de análise histórica sobre o encontro de homossexuais de 1979.

Considerações finais

É preciso compreender o movimento homossexual como sendo amplo e diverso. No entanto, essa diversidade tem sido ainda hoje ameaçada por um projeto que elege uma determinada memória do movimento homossexual. As bandeiras hasteadas neste primeiro encontro dos militantes não representam por assim dizer características fixas do movimento homossexual.

Fato é que nas linhas do *Lampião da Esquina* a análise possível sobre as características a serem norteadoras para o movimento seriam de fato um processo dos sujeitos marginais serem assimilados pela sociedade. O movimento ainda agia com uma práxis que tentava se destacar entre a mentalidade das esquerdas e da direita onde a homossexualidade e as outras sexualidades dissidentes não tinham um espaço.

É necessário ainda destacar que dentro desse âmbito das bandeiras do movimento estão as semelhanças do modo de enxergar a sua condição no mundo. A esse modo político de encarar o próprio encontro dos homossexuais assemelham-se as formas de organização de um movimento anterior a militância LGBT, o movimento feminista.

Ao que tudo indica, o maior norte do movimento homossexual era de incluir na sociedade o papel de um sujeito que se desvincula do gueto e se incorpora na sociedade não cedendo as formas específicas desta sociedade, mas inserindo a si e a uma subcultura produzida por si.

Deve-se considerar, também, o movimento homossexual brasileiro de primeira onda como um característico grupo de uma classe específica. É preciso destacar que as formas políticas através da cultura colocadas no Encontro e também nas linhas do *Lampião da Esquina*, serviu como fator comum na imersão do papel do *entendido*, uma identidade homossexual que para ser aceita pela sociedade se utiliza de um capital cultural que se encaixa ao padrão da classe média.

Fato é que a busca pela identidade coalizadora à ordem heteronormativa, o *entendido*, alimentou um processo ampliado na *segunda* e *terceira onda* do movimento homossexual contribuindo para perpetuação dessa ótica sistêmica do sexo. Drucker (2017, p. 215) aponta neste caso, que a saída e a libertação completa agora dos LGBTs depende da radicalização em massa e de uma política *queer* compromissada da revolução social.

Referências bibliográficas

Fontes:

LAMPIÃO DA ESQUINA. Saindo do Gueto. Rio de Janeiro, n. 0, p. 2. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/01/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-19781.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

AS. Seis horas de tensão, alegria e diálogo: é a nossa política. **Lampião Da Esquina**. Rio de Janeiro, n. 20, p.8-9. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/24-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-20-JANEIRO-1980.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BITTENCOURT, Francisco. No Rio, encontro nacional do povo guei. **Lampião Da Esquina**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 7. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/24-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-20-JANEIRO-1980.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

MICCOLIS, Leila. Na hora da festa, conosco ninguém pode. **Lampião Da Esquina**. Rio de Janeiro, n. 20, pp. 9-10. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/24-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-20-JANEIRO-1980.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. **Sobre violência**. Tradução Maria Clara Drumond. Brasília: UNB, 2004.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. **Cadernos Cemarx**, Campinas, v. 10, p. 197-217, 2017. Anual. Disponível em:

<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2945>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18, p.80-117, 2003. Anual. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

GREEN, James N. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2001.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil de abertura**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revistaceaju/article/view/25163> > Acesso em: 02 fev. 2018.

PINTO, Rhanielly P. N. Fora do gueto: o processo de formação da 1ª onda do movimento gay no Brasil. *Revista Emblemas*. UFG, Catalão, vol. 15 n. 2, jul/dez, 2015, pp. 32-41. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/45146/22484>> Acesso em 01 fev. 2018.

REIS, Paulo Roberto de Oliveira. Francisco Bittencourt – uma trajetória crítica. Anais do 22º Encontro Nacional ANPAP - Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. 1. Ed. Belém: ANPAP/PPGARTES/ICA/UFPA, 2013. Disponível em: <<http://www.anpap.org.br/anais/2013/ANAIS/comites/htca/Paulo%20Roberto%20de%20Oliviera%20Reis.pdf>>. Acesso em 01 fev. 2018.

TREVISAN, João. **Devassos no Paraíso**. São Paulo: Editorial Record, 2000, 588.p.

LESBIANIDADE E CENSURA: OS ELEMENTOS PROIBIDOS NA OBRA *A BORBOLETA BRANCA* DE CASSANDRA RIOS

Ingrid Mancilha Cesar¹

Resumo: Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), destaca-se a censura, que se estendeu para a circulação de livros e foi regulamentada em 1970, com o Decreto Lei n. 1077/70, através do Departamento de Censura e Diversões Públicas (REIMÃO, 2014). Diante disso, é possível ressaltar Cassandra Rios como uma das autoras mais censuradas do período devido à temática de suas obras. Assim, este trabalho analisará os elementos contidos na obra *A Borboleta Branca*, que foram responsáveis pela sua proibição.

Palavras-chave: Lesbianidade. Censura. Literatura erótica.

Introdução

Segundo a autora Sandra Reimão², para a consolidação de um regime autoritário, é preciso, inicialmente diminuir a liberdade de expressão para erradicar opiniões divergentes do governo (REIMÃO, 2014, p. 75). Desta maneira:

“No Brasil, durante a Ditadura Militar (1964-1985), e destacadamente a partir da Constituição outorgada de 1967, a censura oficial do Estado em relação a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral era exercida pelo Ministério da Justiça (MJ) por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). “A partir de 1970, livros e revistas também passaram a ser examinados pelo SCDP-DCDP.” (REIMÃO, 2014, p. 75)

Nesse sentido, pode-se afirmar que durante os primeiros anos de Ditadura, não existia um sistema efetivo para censurar os livros, porém, com o AI-5³, promulgado durante os anos de 1964 e 1968 atribuiu uma censura à literatura de maneira confusa, pois além da falta de critérios efetivos, eram mesclados apreensões e confiscos mal executados de livros denunciados. A partir disso, alguns livros considerados de esquerda como *Um projeto para o Brasil*, de Celso Furtado, circulavam livremente no país. (REIMÃO, 2014, p. 75)

“Sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. Em nome da “autêntica ordem democrática [...] (e) no combate à subversão e às ideologias contrárias

¹ Graduanda em História pela UNESP/Assis- Brasil.

² Professora Livre-docente da Universidade de São Paulo (USP) na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e no Programa de Pós Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações de Artes (PPGCOM-ECA). Pesquisa os temas de editoração; mercado editorial brasileiro; interfaces de livros com outras mídias e censura a livros.

³ Ato institucional que vigorou até dezembro de 1978 e produziu efeitos duradouros. Além disso, deu poder de exceção aos governantes para punir os que fossem contrários ao regime ditatorial.

às tradições de nosso povo”, o presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional número 5 (AI-5). A edição desse ato tornou possível cassar mandatos, suspender direitos políticos e garantias individuais e criou condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas. Começa aí o período chamado “anos de chumbo.” (REIMÃO, 2014, p. 76)

Contudo, com a Constituição de 1967⁴ a censura foi declarada como atividade do governo federal e ocorreram duas manifestações no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1968 contra a decretação do AI-5. Neste evento estavam presentes membros da classe teatro que se indignavam perante a proibição da encenação de oito peças. Passados alguns meses, este evento ficou conhecido como “A Passeata dos Cem Mil”. (VENTURA, 1988, p. 155-65 *apud* REIMÃO, 2014, p. 76).

Segundo as autoras Eliane Braga de Oliveira⁵ e Maria Esperança de Resende⁶ com o AI-5 a cultura brasileira sofre com o fechamento de espaços culturais, prisões e perseguições à artistas, desta maneira, toda produção de cultura no país deveria obedecer ao Sistema de Censura de Diversões Públicas, criado em 1940 pela polícia federal (OLIVEIRA; BRAGA, 2011, p. 150).

“Quanto aos princípios norteadores do trabalho censório, cabe ressaltar que durante o regime militar, permanecem, em linhas gerais, os mesmos princípios estabelecidos no Decreto 20493 de 24 de janeiro de 1946. Seria proibida qualquer comunicação social destinada à diversão pública que de qualquer forma pudesse: atentar contra a segurança nacional e o regime representativo; ofender as coletividades, as religiões ou incentivar preconceitos de raça ou lutas de classe; prejudicar a cordialidade das relações com outros povos, incitar contra a ordem pública ou contra as autoridades e seus agentes; ferir a dignidade ou o interesse nacional.” (OLIVEIRA, BRAGA, 2011, p. 151)

Nesse sentido, ao DCDP cabia censurar toda matéria artístico-cultural, determinando a classificação indicativa de cada produção e autorizando ou não a circulação total ou parcial de cada obra, além de atualizar um cadastro de artistas periodicamente. Contudo, a atividade principal do DCDP era o exame censório, que estudava previamente todo o material de diversões públicas. Eram censurados previamente:

“a) projeções cinematográficas de qualquer espécie; b) peças teatrais, espetáculos circenses, variedades ou programas de “shows” (...),

⁴ Elaborada pelo Congresso Nacional em que o Ato institucional número 4 deu poder constituinte originário.

⁵ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2010), é professora do curso de Arquivologia e do programa de pós-graduação em ciência da informação na mesma universidade.

⁶ Coordenadora do Arquivo Nacional do Distrito Federal.

novelas e programas de rádio e televisão, quer ao vivo, quer gravados em fitas magnéticas; c) letras musicais e originais destinados a qualquer forma de gravação ou reprodução; d) anúncios, avisos e propaganda comercial de qualquer espécie, a serem feitos no interior de locais públicos onde se realizem espetáculos de diversões públicas e a programas de rádio e televisão, e) anúncios a serem divulgados por qualquer meio de comunicação social, inclusive cartazes e fotografias, quando se referirem a espetáculos de diversões públicas e a programas de rádio e televisão; f) gravações sonoras em fitas, discos ou outros sistemas, antes de serem distribuídas pelas respectivas gravadoras” (Regulamento do DCDP apud OLIVEIRA; BRAGA, 2011, p. 152)”

Em resposta, durante a década de 70, escritores, editores e artistas resistiam, repudiando o governo autoritário em atos públicos, como o Manifesto dos 1046 intelectuais contra a censura⁷. Contudo, em 1978 foi instituída a emenda constitucional 11, pelo congresso nacional, que revogaria o AI-5 no ano de 79. (REIMAO, 2014, p. 77)

“Nos dez anos de vigência do AI-5 (13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978), segundo estimativas apresentadas por Zuenir Ventura, 1.607 cidadãos foram atingidos direta e explicitamente por esse Ato com punições – como cassação, suspensão de direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público. No que tange ao cerceamento da produção artística e cultural, nos dez anos de vigência do AI-5 foram censurados, ainda segundo dados apresentados por Zuenir Ventura (1988, p.285), “cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas”.” (REIMAO, 2014, p. 77).

Assim, a censura prévia de livros, que foi efetivada pelo Decreto-Lei n. 1077/70, aumentou depois da centralização do Serviço de Censura de Diversões Públicas na capital. (REIMÃO, 2014, p. 77).

“Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação; Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior. [...] Depois de anunciar o que deveria ser censurado, o mesmo decreto versa sobre as sanções: Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. [...] Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal.” (REIMÃO, 2014, p. 77)

⁷ Nomes consagrados em todas as artes-literatura, teatro, música, artes plásticas, fotografia e cinema (TUCCI CARNEIRO, 2002, p. 8).

Em contrapartida, alguns autores que sofriam a censura e repressão, publicaram uma declaração de que não iriam enviar ao SCDP as obras originais, preferindo publicá-las apenas no exterior o que conferiu ao governo uma nova portaria, que afirmava que as obras filosóficas, científicas e didáticas não seriam apreendidas, diferentes das que contivessem temas sexuais ou fossem julgadas imorais. (JONES, 2001, v. 1, p. 46 *apud* REIMÃO, 2014, p. 78)

Durante o período conhecido como “Milagre brasileiro”⁸, primeiros anos da década de 70, ainda que o país houvesse testemunhado um grande crescimento de livros, a censura destes foi bastante confusa. (REIMÃO, 2014, p. 79)

“Zuenir Ventura, em *1968 o ano que não terminou*, indica que entre 1968 e 1978 foram censurados 200 livros; um levantamento realizado pela equipe de pesquisadores do Centro Cultural São Paulo e publicada no livro *Cronologia das Artes em São Paulo – 1975-1995*, indica esses mesmos números (CCSP, 1996, v.1, p. 41). Deonísio da Silva (1989), no livro *Nos bastidores da censura*, indica 430 livros proibidos pela censura federal durante o regime militar, sendo cerca de 92 obras de autores brasileiros. Em Brasília, no subsolo do prédio do Arquivo Nacional, encontram-se os documentos que restaram da Divisão de Censura de Diversões Públicas. Em 1988, com a promulgação da nova Constituição, que baniu a censura, o DCDP foi desativado e sua documentação foi transferida para o Arquivo Nacional; é possível que nesse momento muitos documentos tenham sido eliminados, extraviados ou perdidos. Mesmo assim, trata-se de um acervo grande e de enorme valor histórico.” (REIMÃO, 2014, p. 79)

Os livros censurados geralmente eram os que continham peças teatrais, os não ficcionais e por último, os livros eróticos ou considerados pornográficos. Arquivos do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) indicam que foram proibidos 70 livros de livros eróticos, chamados de pornográficos, sendo de Márcia Fagundes Varella, Adelaide Carraro, Brigitte Bijou e Cassandra Rios. (REIMÃO, 2014, p. 80-83)

“Adelaide Carraro e Cassandra Rios foram, nos anos 1960 e 1970, campeãs de vendagem. Seus livros, considerados eróticos ou francamente pornográficos, eram lidos às escondidas por adolescentes e adultos. Eram livros “fortes” que misturavam política, “negociatas” e sexo, muito sexo. E como tais eram lidos. [...] Os livros de Cassandra Rios censurados foram: *A borboleta branca*; *Breve história de Fábria*; *Copacabana Posto Seis*;

⁸ De 1967 á 1973 o Brasil alcançou taxas de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorrem da política econômica implementada pelo Ministério da Fazenda, além de uma favorável economia internacional. (CPDOC)

Georgette; Maçaria; Marcella; Uma mulher diferente; Nicoleta Ninfeta; A sarjeta; As serpentes e a flor; Tara; Tessa, a gata; As traças; Veneno; Volúpia do pecado; A paranoia; O prazer de pecar e Tentação sexual.” (REIMÃO, 2014, p. 83)

Desenvolvimento

A autora Cassandra Rios, pseudônimo de Odete Rios Pérez Perañez, que nasceu durante o ano de 1932 e faleceu em 2002, ambos no bairro de Perdizes em São Paulo, se tornou conhecida, especialmente entre as décadas de 60 a 80, devido às temáticas de suas obras, sendo de caráter erótico, retratando a sexualidade feminina e as relações homossexuais entre mulheres. Diante disso, Rios era homossexual assumida e foi censurada durante o governo Vargas (1951-1954) através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e também durante a ditadura militar, pelo DOPS⁹ (Departamento de Ordem Política e Social), sendo perseguida e esquecida (HOLANDA¹⁰; MESQUITA¹¹; PAIVA¹², p. 1-2)

“Lésbica assumida, solteira e provocadora, Rios não parecia ser a pessoa que teria obras amplamente lidas no Brasil daquele tempo, mas foi o que ocorreu. Ela passou por um processo de estigmatização (GOFFMAN, 1988) de sua legitimidade nos campos social e literário. Seu nome era motivo de censura certa e, em alguns casos, prévia. Por isso usou pseudônimos masculinos e estrangeiros; e com este artifício fez uma brincadeira com os censores, pois os pseudônimos eram a tradução de seu sobrenome, como: Rivers e Rivier.” (HOLANDA; MESQUITA; PAIVA, p. 2-3)

Cassandra Rios começou a escrever aos 13 anos, tendo seus contos publicados no Jornal *O Tempo* e suas poesias e crônicas em outros jornais, além de sua coluna *Coisas de Cassandra* na *Revista Capricho*. (PIOVEZAN, 2005 APUD Holanda, P. 3). Além disso, publicou seu primeiro livro em 1948:

“Em 1948, com o seu primeiro livro, *A Volúpia do Pecado*, observa-se uma ruptura nas histórias pueris e o início de uma polêmica carreira. Trata-se da primeira obra brasileira a centrar-se na descrição da descoberta do amor homossexual entre duas jovens e no desenrolar

⁹ Criado em 1924, o DOPS foi o órgão do governo brasileiro utilizado durante o Estado Novo e no período da Ditadura Militar, com o intuito de controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime vigente.

¹⁰ Cientista social historiadora, mestre e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Estuda sexualidade, gênero e identidades e sociologia, Antropologia das Sexualidades, Sociologia da Literatura, História Social e Educação em Direitos Humanos.

¹¹ Graduada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

¹² Graduado em Psicologia, doutor em Sociologia, docente e professor do Programa de pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem experiência em sociologia da família, das relações, de gênero e da sexualidade, Michel Foucault, homossexualidade, políticas sexuais contemporâneas e homoconjugalidade.

deste romance. Devido à inovação da temática e à forma natural com a qual este amor é tratado, o livro passou a ser alvo de perseguições e a autora passou a ter sua vida questionada. A publicação ocorreu graças à ajuda financeira de sua mãe, Damiana Rios, que segundo a autora lhe emprestou o dinheiro com a condição de jamais ler a obra.” (HOLANDA; MESQUITA; PAIVA, p. 3)

Segundo Jorilene Gomes¹³, Rios escrevia sem pudor sobre a o prazer e a sexualidade feminina, rompendo com normais culturais machistas, heterossexuais e católicas (GOMES, p. 15). Diante disso, suas obras ocasionaram diferentes reações: “(...) Para estudiosos de sua obra, é a papisa dos contos eróticos brasileiros. Para os defensores da família, da moral e dos bons costumes, uma corruptora. Para seus leitores contemporâneos, a possibilidade de perscrutar cantos obscuros e proibidos da sexualidade. Para leitores atuais uma enfrentadora corajosa de tabus conservadores. Foi desprezada pela intelectualidade de esquerda que considerava sua escrita uma literatura menor, cujos recordes de vendas se justificavam apenas pelas capas escandalosas de suas obras. Escreveu mais de cinquenta livros, sempre perseguida pelos movimentos católicos e teve mais de trinta e seis censurados pela censura militar.” (GOMES, 2012, p. 15)

Como a autora era menor de idade, nada aconteceu, contudo, aos 21 anos, foi processada ela primeira vez e condenada por atentado a moral, mas continuou publicando, obtendo um sucesso nas vendas, ainda que durante 1962, outros de seus livros estavam proibidos, pois sua literatura era considerada pornográfica. Nesse sentido, a censura a seus livros eram aplicadas baseadas na moral e nos bons costumes, como consequência, recebeu apelidos como “Safo de Perdizes” e “Papisa da homossexualidade”. (GOMES, 2012, p. 4-5)

“No entanto, é importante questionar: será que representar as mulheres como seres autônomos e sexualizados é somente uma mudança na moral da sociedade brasileira? Não configuraria também uma transgressão de cunho político naquele momento histórico, como o próprio preâmbulo do decreto afirma?” (GOMES, 2012, p. 5)

Como consequência, além de Rios ter de utilizar pseudônimos masculinos (pois eram mais bem aceitos no Brasil livros eróticos publicados por homens), teve ainda sua renda como escritora quase anulada, precisando vender seus bens para sobreviver e com isso, como consequência, Rios se afastou da escrita na década de 80 voltando a publicar apenas no ano de 2000, sua obra autobiográfica, *Mezzamaro, flores e cassis: o pecado de*

¹³ Graduada em História e mestre, doutoranda em educação na linha de História da Educação, todos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisou temas da História Cultural, como família, Igreja Católica, romanização, século XX, ensino e pesquisa em história.

Cassandra em que fala sobre como sua vida foi transformada com a ditadura militar e a censura. (GOMES, 2012, p. 7)

A respeito das obras de Cassandra Rios, uma das que foi censurada no ano de 1976, apesar de no período já se encontrar na quarta edição, foi *A Borboleta Branca* (1968), que no parecer número 137/76 do Serviço Público obteve classificação como não liberada pela examinadora Maria das Graças Sampaio Pinhati. A obra fala sobre a visita de uma viúva, Paula, que retorna ao Brasil após a morte de seu marido, para visitar sua sobrinha, filha de sua irmã Ariette. Além disso, na mesma casa mora seu ex-cunhado, pai de Fernanda, Filipe, que anos antes fora abandonado por Ariette. Ao chegar a casa, Paula fica incrédula diante da convivência entre pai e filha e ainda mais, o comportamento de cada um, Fernanda que com apenas 17 anos se porta como uma mulher, e Filipe que faz de sua casa quase um prostíbulo:

“Paula teve má impressão, algum sentimento que provocava vergonha ou indignação. Olhou-a com atenção e foi-se aproximando passo a passo, observando-a, quase não acreditando, achando impossível aceitar que aquela fosse a sobrinha que vira pela ultima vez, ainda quando usava fraldas. Aquela carinha de anjo, que fora a coisa mais linda e amada por todos, transformada assim. Quis reconhecer no colorido da pintura, na expressão do olhar, nos gestos, na própria impressão que emanava dela, alguma coisa, um único traço que lembrasse aquele nenê que ela julgava rever um dia transformada em uma belíssima jovem, porem não assim quase vulgar, ou mesmo ridícula. (...) Paula continuou em silêncio, qualquer coisa que dissesse seria um comentário desagradável, tinha certeza, por isso preferia continuar calada. Observando as mulheres que ali estavam, viu um motivo para a garota ser tão rebelde e vestir-se daquele jeito, com decotes ousados, pintura exagerada, andar afetado, metida a mulher fatal (...). Sem dúvida, Fernanda era produto daquele ambiente de mulheres sofisticadas artificiosas, abusando de títulos e pertencentes a qualquer parente longínquo da família, para se apresentarem como grandes nomes capazes de fazer par ao nome cobiçado.” (RIOS, 1968, p. 7-10).

Ademais, Paula refere-se á casa como uma atmosfera pesada, em que além de predominar mulheres, bebedeira e sexo, percebe-se uma alteração psicológica em Filipe, que por vezes chama a menina de diabólica, afirmando que esta é assim por ser filha de Ariette, mostrando rancor á mulher e por vezes agredindo fisicamente a menina. O mesmo ocorre com Fernanda, que a fim de chamar atenção ou mesmo clamar por carinho, e desta forma age impulsivamente quebrando, rasgando, destruindo bens ou mesmo animais. Perante a fala de Filipe, pode-se notar seu desespero quanto à criação de sua filha:

“Estou atordoado... tenho problemas com esse diabo, que me enlouquecem... nós nos odiamos mutuamente... esta casa é uma jaula... somos aqui dentro um gato e um cachorro e nem assim ela, que apregoa a todo instante querer livrar-se de ver minha cara, não quer aceitar o que lhe impus... parece que quer enlouquecer-me com a sua presença...” (RIOS, 1968, p. 12).

“pois bem, então vamos ao que lhe interessa. O que espera que eu faça? Como pode crer que eu ande a vida inteira à procura de uma mulher que fugi com meu empregado? Eles se amam... o medíocre, o plebeu deve tê-la enchido de filhos... deve estar uma matrona... tomara que sua beleza tenha se desbotado... e sabe o que mais Paula? Até hoje eu duvido que Fernanda seja minha filha...” (RIOS, 1968, p. 25).

Da mesma maneira, no parecer sobre a obra, é dito como um dos argumentos que no livro ocorrem conflitos familiares, comportamentos vistos como desajustados, além da prostituição e do uso de drogas. Nesse sentido, Isabela Silva Nóbrega¹⁴ afirma que a preocupação com a “corrupção da juventude” em relação a esses comportamentos vistos como “desajustados” apareciam constantemente em textos de livros examinados. (NÓBREGA, 2015, p. 146)

Em meio a pessoas que frequentam a casa, encontra-se também o doutor André, que é um médico, amigo de Filipe, que o diagnosticou com transtornos psicológicos, porém, Paula percebe a partir da primeira vez que o vê, seu envolvimento amoroso/sexual com Fernanda, ficando mais uma vez, espantada. Nesse sentido, é retratado o que o parecer descreve como “um ambiente excêntrico e pervertido”, pois a obra retrata uma situação de pedofilia, que chocava os leitores, bem como os censores.

“Paula voltou-se para a porta onde deparou com Fernanda sorrindo desdenhosamente. Estava de roupão e os cabelos lisos e loiros caíam-lhe pelos ombros e pelo rosto. Ela avançou pela sala em direção do doutor e sentou-se em seus joelhos, beijando-o na boca demoradamente. Paula, de minuto a minuto, parecia cair numa vertigem de surpresa. Não cabia mais o que esperar que acontecesse naquela casa. O doutor ergueu Fernanda para o chão, levantou-se da poltrona e pegando a garota pela mão despediu-se de Paula com poucas palavras. Ela viu no rosto dele visível interesse pela garota, não passava de um charlatão, aproveitando-se da situação” (RIOS, 1968, p. 35).

Aliás, o vício do jogo, do sexo e da bebida era comum tanto ao pai quanto a filha menor de idade:

¹⁴ Graduada e mestre em história através da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Estuda a área da História Cultural e especificamente, temas sobre sexualidade, erotismo, mídia, literatura e censura militar. Seu trabalho de conclusão de curso e sua dissertação de mestrado deram ênfase às obras literárias eróticas da autora Cassandra Rios e a censura destas durante os anos de 1968 à 1977, período da Ditadura Militar.

“(...) Quando regressara à noite, o doutor já não estava e Filipe entretinha-se à mesa de jogo, da qual também Fernanda, para seu espanto, participava. Depois de observá-los por algumas horas, fingindo ler um romance que fora buscar na biblioteca, resolveu retirar-se para dormir. Já eram duas horas da madrugada e eles pareciam dispostos a prosseguir com a jogatina, até que amanhecesse. Realmente, para seu espanto, na manhã seguinte, quando se levantou para o café, viu-os todos nos mesmos lugares que haviam passado. Que os homens assim o fizessem, mas aquela garota de dezessete anos, estar ali firme com as cartas na mão, os lábios movendo-se, mascarando incansavelmente chicletes e tomando café, era digno de admiração. E as conversas! Não havia diferente de idade e nem respeito da presença de pai e filha à mesma mesa de jogo. Xingavam-se e diziam palavrões num momento de emoção como se estivessem dizendo um nome qualquer. A expressão de Fernanda, sempre a mesma, olhos garços e tranquilos, aspecto cândido, as faces coradas. (...)” (RIOS, 1968, p. 37).

Contudo, logo nos primeiros capítulos da obra, é mostrado um interesse especial e diferente de Fernanda pela tia, inclusive há uma cena em que Paula comenta sobre o cabelo e maquiagem exagerados de Fernanda, que responde:

“-Mas estou bela, não é? Eu vi sua expressão, quando apareceu na porta... pensou que eu fosse outra mulher... uma mulher, uma mulher... deliciosamente mulher...(...) Fernanda como que voltou a si, porém manteve-se séria e compenetrada; durante todo o tempo que durou o jantar não deixou de fitar Paula” (RIOS, 1968, p. 49-50).

Da mesma maneira, Paula encontra um bilhete escrito por Fernanda, em seu quarto:

“Ereta, esguia, majestosa e bela, Paula é uma árvore. Preciso da sua sombra, da sua beleza, da sua sensibilidade, que podem fitar a sua imagem... Você já descobriu a beleza do seu corpo? Já percebeu a sensualidade dos seus gestos?” (RIOS, 1968, p. 52).

Diante disso, nesta mesma noite, a relação entre a sobrinha e a tia muda, e elas se tornam mais próximas:

“Fernanda ergueu os braços, rodeando-lhe o pescoço. Seus lábios colavam-se à sua orelha, enquanto ela sussurrava aquelas lamentações infantis, toda ela sacudindo-se em soluços. Paula puxou os braços dela para baixo. Só então percebeu o cálido contato de seu corpo. Ela estava nua e o perfume que rescendia era forte como o das rosas que haviam sido esmagadas em seu quarto. (...) Fernanda tornou a atirar-se em seus braços, rodeando-lhe o pescoço com forte pressão, aumentando o Choro, o peito arfando soluços. Paula resolveu ficar em silêncio e deixá-la chorar até que se acalmasse. O corpo frágil e fino enroscava-se ao seu com uma flexibilidade que, por um segundo, fê-la sentir algo estranho, para que ela não sofresse, para que ela sentisse que podia confiar e considera-la uma verdadeira amiga, ou mais que isso, a mãe que ela não tivera quando precisava tanto. (...) O choro de Fernanda foi

diminuindo, seus braços afrouxando a pressão em torno do seu pescoço, sentiu o corpo deslizar à procura de comodidade na cama e ajeitou-se, estendendo-se em profundo sono. Paula ficou a olhá-la alguns segundos, ia por os pés fora da cama para retirar-se, quando ela a puxou pelo pulso, apertando os dedos em torno deles. Sua voz fraca, sonolenta e suplicou: -Não me deixe sozinha..tenho medo...” (RIOS, 1968, p. 53-54).

De outra forma, Felipe, que já havia sido tratado psicologicamente, apresenta comportamentos repugnantes, tanto com a filha, quanto até mesmo com Paula:

“Imaginou que tivesse sentido a presença de alguém no quarto, que houvesse ali entrado, mas não conseguia mover as pálpebras e acabou não dando importância ao caso, embora súbito começasse a sentir como que o calor de um olhar que se pregava a seu corpo. Com esforço, foi desentrelaçando os cílios e seu olhar ecoou-se para deparar com o vulto erguido no pé da cama. Abriu os olhos depressa ao mesmo tempo que sentava. Filipe investiu contra ela e o mais que ela sentiu foi o cheiro de bebida que rescendia até do seu pijama. Debateu-se, empurrou-o, nem embriagado o homem tinha menos força do que ela e sua boca aflita apertava-se contra seu rosto a procura de sua boca (...). Ele a prendia nos braços e continuava com as mãos rápidas tentando tirar-lhe o negligé. Paula exasperava-se. Se a luta demorasse mais ela não aguentaria à fúria do homem que ardia de desejo em cima dela. (...)” (RIOS, 1968, p. 63).

Ainda de acordo com o parecer sobre a obra, a examinadora Pinhati afirma que embora romance se encontrasse na quarta edição, não havia motivo para que continuasse sendo divulgado, pois o tema central de *A borboleta branca* é a homossexualidade feminina, apresentada de maneira minuciosa e chocante.

“Fernanda, sem abrir os olhos pediu: - Me beija... beija... beija. Como um atômato, descontrolada, nervosa, sem dar conta do que fazia. Paula sentiu-se arrastada como por um extraordinário ímã, para o rosto da menina, onde sua boca esmagou-se contra os lábios que se entreabriram recolhendo os seus para suga-los vorazmente num beijo fantástico que jamais ela provara antes, pois se tratava de duas mulheres. O sangue agitava-se. O calor queimava no corpo inteiro. Fernanda acariciava-se e ela deixava, Não sabia porque. Sentia as mãos leves passando-lhe pelo corpo, entrando por sob a camisola, tocando-lhe as coxas, apalpando-lhe os seios. Estava paralisada, Sentia. Entregava-se. Não sabia porque. (...) Estava excitada, não sabia porque. Os lábios, macios, rubros, quentes, desciam, resvalavam. Prenderam os seios. Sugou-os. Paula não se controlou. Um gemido fugiu-lhe dos lábios. (...) Desmaio? Não. Êxtase.” (RIOS, 1968, p. 80-81).

Paula, ainda que tivesse cedido também a seus impulsos e aos de Fernanda, se preocupava, questionava Fernanda sobre serem duas mulheres, preocupando-se não com a relação familiar entre as duas, mas sobre a pressão social diante de duas mulheres

apaixonadas. Acerca disso, está contido no parecer, que Paula, se envolveu com Fernanda, pois estava com problemas psíquicos e morais, o que confere ao parecer, uma moralidade exacerbada. “Meu Deus! Meu Deus! – murmurava- O que se passa? O que eu fiz? O que deixei fazer? Como pude ser tão fraca? Como pude cair tanto e contaminar-me pela loucura desse...desse demônio...” (RIOS, 1968, p. 84)

Para Nóbrega, o exame realizado sobre a obra reflete como os padrões de comportamento eram vistos e defendidos pelos funcionários que realizavam a censura, pois eles examinavam o conteúdo imoral dos livros e, além disso, indicavam quais seriam as publicações que desregrariam a juventude e determinavam a condição “normal” ou “anormal”, “moral” e “imoral” da mulher e da sexualidade feminina (NÓBREGA, 2015, p. 146).

Ao final da obra, Fernanda confessa a Paula que, além de não ser filha de Felipe, Ariette está viva e realiza shows na boate chamada “A Borboleta Branca”. Quando Paula a encontra, ela questiona a irmã sobre como deixar sua filha ser criada naquela casa, com aquele comportamento, e Ariette, além de não mostrar preocupação com a filha, mostra que sabia do que estava acontecendo entre Paula e Fernanda. Inclusive, este é mais um aspecto abordado no parecer, em que Ariette sugere que as duas fiquem juntas e Pinhati, afirma que este comportamento da mãe incentivar uma relação amorosa entre sobrinha e tia, é repugnante.

Por fim, Paula não consegue lidar com o ambiente da casa, e acaba se mudando pra um apartamento, não mais respondendo ligações de Filipe ou Fernanda, porém, descobre que Fernanda está internada, devido a sua ausência, e quando se encontra com a garota, no hospital, admite-se apaixonada por ela. “Fui eu quem sempre lhe dei rosas vermelhas...no regresso é você quem as traz... Paula... você não vai me deixar nunca mais? –Não, meu anjo, nunca mais.” (RIOS, 1968, p. 143).

Conclusão

Em primeiro lugar, pode-se ressaltar que Cassandra Rios, foi um dos grandes nomes da literatura erótica, no Brasil, sobretudo por abordar romances homossexuais, explorando a sexualidade feminina. Em contrapartida, não se pode negar a recepção negativa que essas obras receberiam diante de uma sociedade moralista, conservadora e patriarcal, além do mais, uma sociedade controlada pela Igreja Católica.

A borboleta branca é uma obra marcada por valores considerados imorais, comportamentos fora do normal e especialmente, a homossexualidade entre a sobrinha e

a tia, o que leva a obra a sofrer a censura¹⁵, assim como vários outros livros. Contudo, a autora teve 300 mil exemplares vendidos, o que mostra que, ainda com a proibição e tiragem de seus livros, conquistou um grande público brasileiro, sobretudo, jovens. (CASTRO, 2008, p. 57).

Cassandra Rios, com seu caráter transgressor (BORGES, 2010, p. 1) abordava além de romances lésbicos, temas considerados tabus sociais e sexuais, como transgeneridade, relacionamentos abusivos, racismo, e homofobia, dando voz á grupos minoritários e marginalizados da sociedade. (SANTOS, 2008, p. 29 *apud* CASTRO, p. 58- 59). Em relação a isso, Rios abriu espaço para a sexualidade feminina, mostrando o prazer e o sexo entre mulheres, de maneira natural. Diante disso, Cassandra Rios, *A Borboleta Branca* e todas as suas obras, mostram que mesmo perseguida, presa, censurada, excluída, a autora é um marco na resistência de romances eróticos, e principalmente, para o movimento LGBT.

Referências

Acervo Globo. *Nos anos 70 ninguém foi mais censurado no Brasil do que Cassandra Rios*, 2013. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nos-anos-70-ninguem-foi-mais-censurado-no-brasil-do-que-cassandra-rios-10425009> >. Acesso em 7 de março de 2018.

BORGES, Luciana. *Literatura erótica de autoria feminina: questões de sexualidade e gênero*, 2010, p. 20-34. Disponível em: < <http://www.congressohistoriajatai.org/2010/anais2010/doc> > . Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

CASTRO, Maria da Glória. *O interdito no ideal de nação: a lesbiana existe para a literatura brasileira?* Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, 2008.

DE OLIVEIRA, Eliane Braga; DE RESENDE, Maria Esperança. *A censura de diversões públicas no Brasil durante o regime militar*. Dimensões, n. 12, 2001.

DE OLIVEIRA HOLANDA, Ismênia; MESQUITA, Raquel Guimarães; PAIVA, Antonio Crístian Saraiva. *Censura e esquecimento: a perseguição à literatura lésbica de Cassandra Rios*.

NÓBREGA, Isabela Silva. *(I) moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977)*. João Pessoa, 2015, p. 1-217. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba.

RIOS, Cassandra. *A borboleta branca*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1968.

REIMÃO, Sandra. *"Proíbo a publicação e circulação..."-censura a livros na ditadura militar*. estudos avançados, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014.

¹⁵ Segundo acervo *O globo*, dos seus 36 livros, 33 foram censurados.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *Minorias silenciadas*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Ai-5*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

Lesbianity and censorship: the forbidden elements in the work *The white butterfly of Cassandra Rios*

Abstract: During the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), we can highlight the censorship, which extended to the circulation of books and was regulated in 1970, with Decree Law no. 1077/70, through the Department of Censorship and Public Entertainment Públicas (REIMÃO, 2014). Given this, it is possible to highlight Cassandra Rios as one of the most censored authors of the period due to the theme of her works. Thus, this work will analyze the elements contained in the work *The White Butterfly*, which were responsible for its prohibition.

Keywords: Lesbianity. Censorship. Erotic literature.

HISTÓRIA ORAL QUEER E TRAJETÓRIAS TRAVESTIS E TRANS: CORPO E MATERIALIDADES

Augusta da Silveira de Oliveira¹

Resumo: O trabalho busca abordar aspectos da história oral queer e pensar as narrativas de travestis e transexuais a respeito de identidade, corpo e sexualidade. Assim, compreender as aproximações da história oral com a teoria queer é fundamental para estabelecermos as intersecções com um corpo material, agente e veículo de experiência. Assim, a partir de referenciais da teoria queer, da história oral e de um conjunto de entrevistas, pensa-se nas trajetórias travestis e trans e sua especificidade.

Palavras-chave: história oral; teoria queer; travestis e transexuais

Introdução

Essa pesquisa deriva de minha dissertação de mestrado no PPG-História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que trata do movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre. Utilizando relatos como fonte, e a história oral como ferramenta de acessar essas narrativas, dispus de um total de cinco entrevistas com travestis e transexuais que estiveram ou estão envolvidas com a luta pelos direitos da população trans entre os anos de 1989 e 2010. Marina, Joyce, Veruska, Cassandra e Marcelly dividiram fragmentos e episódios de suas trajetórias em entrevistas individuais que evocaram aspectos de sua vida na infância e adolescência, vida profissional, contato com os movimentos sociais e ONGs/AIDS. Durante as entrevistas, porém, ficou explícito o quanto essas questões envolviam também questões de corpo, materialidade, um “fazer-se” único e particular desse grupo.

A emergência de um movimento de travestis e transexuais esteve marcada diretamente pela epidemia de AIDS e pela violência policial em locais de prostituição (CARVALHO, 2011). Em Porto Alegre, a organização de um movimento autônomo é catalisada pelo surgimento do GAPA/RS (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS) em 1989, símbolo da organização da sociedade civil em resposta à epidemia. Dez anos mais tarde, através do trabalho de conscientização e prevenção realizado pelo GAPA com as travestis e trans, em sua maioria profissionais do sexo, a criação da ONG Igualdade sinaliza o nascimento da associação que até hoje faz o trabalho de prevenção entre a população trans e que atua como referência na busca por direitos.

Nesse sentido, utilizar fontes orais e a prática de história oral através das entrevistas foi central para compreendermos o que motivou demandas individuais a se articularem em demandas coletivas em organizações que lutam pelos direitos da população trans. Nos relatos,

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestranda na mesma instituição com bolsa CNPq. E-mail: augustaslvr@gmail.com.

porém, não só a questão institucional apareceu e muitas vezes nem foi a mais importante no processo de reconstrução e re-elaboração dessas memórias.

Utilizando como referencial teoria queer, que vem para colocar-se em oposição à normalização e regulação dos corpos e identidades, pensamos a travestilidade e a transexualidade como não-estáveis. O queer busca marcar a diferença em relação a um possível essencialismo, transgredindo a proposta de qualquer política assimilacionista ou de normatização e contribuindo para a desnaturalização e desestabilização de modelos fixos de gênero.

A teoria queer enfatiza o caráter provisional dos sujeitos e suas construções identitárias manifestadas na materialidade. Para isso, podemos pensar em Judith Butler ao considerarmos os “corpos que pesam” (BUTLER, 2016), para dizer que a própria matéria já contém noções de gênero e sexo. Para Butler, “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2015a, p. 69). Assim, Butler afirma que o efeito substantivo de gênero, sua existência na prática, é o performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero (BUTLER, 2015a, p. 56). Essas práticas reguladoras são aquelas que buscam “unificar” o gênero e uniformizar sua identidade a partir do reforço de uma heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2015a, p. 67), como atribuição de características, comportamentos e gostos com base na divisão binária e marcada por uma diferença física e posteriormente significada entre homens e mulheres. Gênero, portanto, é construído na performatividade. Performatividade é, a partir dos corpos, um movimento de materialização do gênero sob um conjunto de referências, (re)citações que constroem, na prática, corpos e noções de gênero.

Dentre as travestis e trans, é central pensar a performatividade dentro das narrativas construídas a respeito de suas trajetórias e também a história oral, resignificada através da teoria queer, como forma de melhor compreender as experiências e os pontos em comum entre essas histórias.

Trajetórias materiais

Inicialmente, é fundamental trazer a discussão de como é desafiador, complexo e rico o trabalho com fontes orais. No processo de entrevistas, mesmo com um roteiro e perguntas direcionadas, ressaltei a liberdade para que cada entrevistada construísse seu relato com base nas memórias da melhor forma que encontrasse. Dessa forma, compreendi como o exercício de lembrar é mais do que recordar-se de eventos e como, acima de tudo, se trata de conferir

significado às experiências e lembranças que as questões no momento entrevista acessam (PORTELLI, 2012). Alessandro Portelli coloca sobre essa mesma questão que “o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações” (PORTELLI, 2012, p. 33).

Pollak (1992) atenta para o caráter particular e construído no processo de organização das memórias:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (...) Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p. 204)

Partindo disso, podemos ter em conta a fluidez e o caráter situacional da memória e dos relatos, condicionados pelos processos e modos de construção citados por Pollak. Considerando as travestis e transexuais, as memórias têm lugares comuns no que diz respeito à vivências e caminhos percorridos.

Não só pontos em comum, há também os aspectos subjetivos que constituem os “relatos de si” (BUTLER, 2015b). A autora busca compreender o processo que envolve a produção de um relato/narrativa de si mesmo e sua relação com a ética e a moral. Considerando caráter situacional e momentâneo dessas narrativas e histórias organizadas pela memória, também é importante considerar o fato de que nenhuma narrativa está descolada de marcadores temporais, sociais, culturais e, como a performatividade de gênero, só é verbalizada a partir da mediação dentro de normas, como coloca a autora:

Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social. A razão disso é que o “eu” não tem história própria que não seja também a história de uma relação - ou conjunto de relações - para com um conjunto de normas. (BUTLER, 2015b, p. 18)

Nas entrevistas, perceber essas significações distintas implicava em abrir mão da utopia de uma entrevista estruturada e linear, visto que elas apareciam de diversas formas, seja “desvirtuando” o teor da conversa para questões correntes e atuais da vida da pessoa

entrevistada, evitando determinadas perguntas ou enfatizando outros aspectos de sua trajetória. Foi um trabalho difícil perceber como as questões às quais eu queria que elas se ativessem na entrevista tinham sido, em alguma maneira, pouco relevantes no conjunto de sua vida, quando convidadas a fazer um retrospecto.

Foi durante essas conversas que notei como a idéia de corpo e gênero e a construção e materialização da travestilidade ou transexualidade individualmente são relevantes até mesmo para o envolvimento com os movimentos sociais e ONGs e passei a pensar as narrativas sob uma perspectiva teórica que englobasse essas concepções. O corpo pode ser efêmero, mas as categorias que o definem são marcadas pela história e pelas normas de gênero, portanto também na história podemos perceber atravessamentos da materialidade, como coloca Butler:

O corpo singular a que se refere uma narrativa não pode ser capturado por uma narrativa completa, não só porque o corpo tem uma história formativa que é irre recuperável para a reflexão, mas também porque os modos em que se formam as relações primárias produzem uma opacidade necessária no nosso entendimento de nós mesmos. [...] Além disso, os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e substituíbilidade em que nossas histórias “singulares” são contadas. (BUTLER, 2015b, p. 33)

Dentre as entrevistadas, Marina Reidel, 46 anos, natural de Montenegro, atualmente trabalhando em Brasília, no Ministério de Direitos Humanos. A trajetória de Marina é particular pois além de ser se assumido como mulher transexual mais tarde em sua vida, chegou à pós-graduação, no mestrado em Educação, feito raro entre uma população onde mais de 90% trabalha como profissional do sexo e marcada pela baixa escolaridade fruto da exclusão social e (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017). Joyce da Silva, de Santa Cruz do Sul, é funcionária da ONG Igualdade, onde atua com a prevenção de HIV/Aids e DSTs com a população travesti e transexual. Veruska de Mattos é, de acordo com ela e com outras, a travesti mais velha do estado, com 71 anos, idade surpreendente quando a expectativa de vida da população é de em média 35 anos. Mesmo não estando envolvida diretamente com a ONG Igualdade ao longo de sua trajetória, a não ser como referência para as outras trans e travestis, achei importante colher seu relato e escutar sobre suas vivências. Cassandra Fontoura, uma travesti negra, natural de Pelotas, tem 53 anos. A entrevista foi possível, nesse caso, por videochamada, diretamente de Paris Por último, Marcelly Malta, natural de Mato Leitão e vivendo em Porto Alegre desde a adolescência, a atual presidente da Igualdade e primeira tesoureira quando da sua fundação. Não pude entrevistar Marcelly, mas já possuía outras entrevistas e relatos que concedeu ao longo dos últimos anos.

O primeiro ponto em comum que marca a trajetória do grupo de entrevistadas é a percepção da diferença na infância e o reconhecimento da orientação sexual. A percepção do desejo por outros homens ou a homossexualidade como primeira característica dissonante da norma é fundamental para entendermos o quanto a travestilidade ou transexualidade são elaboradas somente mais tardiamente. Nas entrevistas cedidas de Marcelly e nas realizadas com Cassandra, Veruska, Marina e Joyce, a questão apareceu como elemento central da percepção da diferença em relação à norma, à heteronormatividade. Sobre essa questão em relação ao grupo de travestis argentinas estudadas em seu trabalho, Fernández (2004) coloca que

As preferências sexuais, então, intervirão concedendo a essas primeiras percepções uma identificação. O reconhecimento da atração sexual em relação ao mesmo sexo é valorizado como um atributo que explica seu gosto pelos homens, entre oito e dez anos. Aqueles jogos e atrações valorizados como femininos e definitivamente não apropriados para meninos, são explicados quando as entrevistadas experimentam suas primeiras trocas sexuais e encontram para elas uma palavra que as identifica: homossexualidade.² (FERNÁNDEZ, 2004, p. 78)

Antes da transformação, todas as entrevistadas marcam a diferença através da homossexualidade. Marcelly narrou as experiências sexuais com parentes, amigos e homens mais velhos na infância, que significaram para ela a primeira noção a respeito da sexualidade, o “saber que gostava de homens”. Falando sobre sobre crescer em uma cidade pequena e as primeiras experiências homossexuais, coloca:

Eu nasci numa cidade que acho que vocês nunca ouviram falar, Mato Leitão. Éramos uma família de seis pessoas (...). Nasceram 3 homens, só que eu a mãe sempre dizia que nasci diferente, eu não nasci diferente, eu dizia pra ela que nasci igual a todo mundo, mas eu tinha uma opção diferente. Eu não sabia o que era naquela época... Com 8, 9 anos a questão da sexualidade nos guris, na minha época era muito forte. Pra mim, com 8 anos já começou com os primos, parentes, amigos, enfim. Não se falava na questão da pedofilia, na questão do abuso sexual... Eu não sei se posso dizer que fui abusada sexualmente, mas tinha relações sexuais com os meninos. Isso era uma coisa que eu sempre quis ter na minha vida, de ter uma coisa que eu me identificava, não de ter uma coisa assim que eu gostava de brincar de boneca (...) (MALTA, 2015)

² “Las preferencias sexuales, entonces, intervendrán otorgando a aquellas primeras percepciones una identificación. El reconocimiento de la atracción sexual hacia el mismo sexo es valorado como un atributo que cuenta de su gusto por los varones entre los ocho y los diez años. Aquellos juegos y atracciones valoradas como femeninas y definitivamente poco apropiadas para los niños, llegan a ser explicadas cuando las entrevistadas experimentan sus primeros intercambios sexuales y encuentran para éstos una palabra que los identifique: homosexualidad.” (tradução da autora)

Outra marca da diferença é a identificação com signos considerados femininos, como roupas, brinquedos “de menina” e cabelos compridos, uma marcação externa, para além das práticas sexuais.

Veruska também associa a diferença à homossexualidade, como coloca sobre sua infância: “eu já gostava de coisas assim, eu que gostei de homem. Homem nenhum me pegou, eu que peguei eles”³. No caso de Marina, que passou a vivenciar a transexualidade mais tardiamente, antes da transformação havia somente a noção de “ser gay”, sem considerar a possibilidade de transformar-se. Para Joyce, o processo é o mesmo, antes considerando-se um “homossexual normal”, porém é a hormonização e o ganho de atributos físicos considerados femininos como curvas e seios (e não somente roupas ou cabelos compridos), que marcam o abandono da identificação com a homossexualidade e a adoção da categoria “travesti”.

Com isso, confirma-se a proposta de uma sexualidade e performatividade de gênero não fixas, mas que, ao longo da infância e até a vida adulta, assumem diferentes posições, identificações e nomenclaturas para classificar desejos e expressões. A prática que hoje denominamos como “homossexual”, também assim identificada pelas entrevistadas, à época de sua infância é somente um traço em comum que as aproxima por caracterizar-se como um desvio da norma, da matriz heterossexual.

A partir da percepção da diferença na infância, conviver com os membros da família se torna mais difícil a partir da adolescência. Nesses casos, mais notadamente o de Marcelly, o pai aparece como antagonista e como a representação da limitação para a construção de gênero. A obrigação em cortar o cabelo, de assumir comportamentos “viris” vem para estabelecer esses limites materiais aos desejos por símbolos considerados femininos. Joyce também se deteve na recusa da família em aceitar sua homossexualidade e, posteriormente, travestilidade, citando problemas com o irmão mais velho. Normalmente, o preconceito mais latente vem de membros próximos do sexo masculino, mais uma marca da heterossexualidade e cisgeneridade compulsória e presumida que regula as normas de gênero.

Em outros relatos, como no de Cassandra, é a partir da hormonização e dos sinais físicos que ela imprime, que manifestam-se os problemas familiares. Quando criou seios por conta dos hormônios, aos 15 anos, “a mãe disse que ia me cortar com um facão, que não podia”⁴. A resposta de Cassandra foi comunicar que, se não fosse aceita (ou ao menos tolerada), sairia de casa. Nesse caso, o resultado foi a aceitação e diminuição dos conflitos no ambiente familiar, mas nem todas contam com essa compreensão ou entendimento. Essa construção do gênero e

³ Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

⁴ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

sua interação com a sexualidade é complexa, influenciada também pela convivência familiar e as possibilidades de performatividade de gênero dentro desse ambiente, como coloca Josefina Fernández:

Enquanto a vida das travestis ocorre na família, sua identidade parece ser puxada por duas âncoras. Quando a palavra encontrada para explicar a diferença é a homossexualidade, então esta será a identidade disponível para ser assumida [...]. Mas, ao mesmo tempo que atua como um homem, as representações desse gênero feminino são ensaiadas e, em seguida, longe da família, ela deixará a sala escondida e a encontrará no palco público, especialmente nas ruas dedicadas ao comércio sexual, mas também nas associações que as nucleam e outros, uma possibilidade de expressão sem restrições. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 88)⁵

O processo de transformação e hormonização, ou o transformar-se em travesti, também é relatado a partir da percepção da primeira diferença: a homossexualidade (FERNÁNDEZ, 2004). Joyce relata que:

“Eu não tinha nenhum hormônio no corpo, eu não tinha nada, eu era uma pessoa... um homossexual normal, entendeu? Aí eu comecei aquela coisa assim... a única coisa que eu tinha era cabelo comprido e aí eu comecei, eu comecei a tomar hormônio, aquela coisa toda, a me hormonizar, aí eu fui trabalhar na avenida” (BOER, 2003, p. 85)

Aí também podemos perceber a relação que Joyce estabelece entre ser travesti e o trabalho sexual, principal atividade ainda exercida pela população. Ser “um homossexual normal” se opõe à ser travesti, existência possível somente após a hormonização, apesar de já possuir signos considerados femininos, como o cabelo comprido. Nesse sentido, podemos relacionar essa noção com a de Marcos Benedetti (2005), na qual o hormônio é, para a travesti, um veículo para a feminilidade que, para Joyce, é sinônimo de prostituição. Mesmo mencionando ter trabalhado em salões de beleza como cabeleireira, ela se remete ao trabalho como profissional do sexo como principal ocupação. Outra parte do relato que é particular da associação entre ser travesti e a prostituição é quando Joyce evidencia o papel do corpo:

(...) tu gasta com maquiagem, teu visual, teu marketing é teu corpo, como é que tu vai, tu vai maltrapilha pra uma esquina, os homens olham e não vão querer sair contigo, dizem não... essa criatura aí tá nas últimas, entendeu, então aquela coisa assim é, o custo de vida é muito caro, muito alto e a gente não tá.. ta sendo difícil pra se manter, entendeu? (BOER, 2003, p. 90).

⁵ Mientras la vida de las travestis transcurre en la familia, su identidad parece estar tironeada por dos anclas. Cuando la palabra encontrada para dar cuenta de la diferencia es la homosexualidad, entonces, ésta será la identidad disponible para ser asumida [...]. Pero, al mismo tiempo que se actúa como varón se ensayan las representaciones de ese género femenino que luego, lejos de la familia, saldrá del cuarto escondido y encontrará en el escenario público, en las calles destinadas al comercio sexual especialmente, pero también en las asociaciones que las nuclean y otras más, una posibilidad de expresión sin ataduras. (tradução da autora).

Nesse sentido, ser travesti, para Joyce, presume um determinado cuidado, atenção e “investimento” relacionados ao possível retorno financeiro da prostituição. O trabalho sexual recebe uma valoração com base no retorno dos clientes. Josefina Fernández percebe isso também entre as travestis argentinas:

Este tipo de testemunho leva a pensar que, mesmo quando a prostituição é o único meio disponível para as travestis para buscar dinheiro, também é avaliada de acordo com uma vantagem a que razões econômicas não estão associadas. Um sistema que as exclui e as marginaliza - não apenas economicamente, mas também simbolicamente - leva as travestis a construir seu espaço prostibular como fonte de poder e auto-estima. (FERNÁNDEZ, 2004, p. 98)⁶

Ser travesti para Marcelly, como para Joyce, era sinônimo de trabalho sexual. Ganhar dinheiro para “sair com homens” implicava em investir num corpo desejável, a ser trabalhado e que presumia uma certa aparência, como relata a respeito do início na prostituição:

Pra mim naquela época foi um luxo, maravilhoso. Eu tinha que trabalhar, a gente saía cedo, em torno de sete e meia, oito horas, da noite, pra gente chegar no ponto oito horas pra trabalhar. Aí que eu comecei a conhecer realmente o que era uma verdadeira travesti. Eu disse assim, meu deus, sou muito feia perto dessas travestis. (...) Eu queria me transformar, daí eu comecei a me transformar. (MALTA, 2015)

Para alcançar esse ideal de corpo e aparência, o hormônio era a tecnologia recente disponível, à qual Marcelly possuía livre acesso por conta de seu trabalho na Santa Casa. As transformações a aproximaram de um modelo de feminilidade, uma experiência difícil de ser alcançada em momentos anteriores da vida. Os cabelos passam a ser usados longos, sem mais a preocupação com o descontentamento do pai:

Na Santa Casa era assim, a farmácia não era muito controlada (...) Onde a gente achava o Premarin 50mg, a gente tomava. Chegava a tomar uma caixa por dia. E o peito começou a vim e eu “meu deus, o que tá acontecendo?”. (...) Aos poucos a questão da hormonoterapia, tanto o masculino como feminino, quem toma se transforma. A gente ficava com a pele mais bonita, o cabelo começou a crescer, nunca mais cortei o cabelo. Só que naquela época o cabelo tinha que ser amarrado e usar uma boina, boné, alguma coisa a gente tinha que usar, ou eu usava um lenço pra trabalhar. (...) (MALTA, 2015)

⁶ Tradução da autora. No original: Este tipo de testimonios conduce a pensar que, aun cuando la prostitución es el único medio disponible a las travestis para procurarse dinero, es valorada también según un plus al que no se asocian razones económicas. Un sistema que las excluye y margina - no sólo económica, sino también simbólicamente - lleva a las travestis a construir su espacio prostibular como fuente de poder y autoestima.

Cassandra começou a hormonizar-se e fazer uso do medicamento Primarim para modelar o corpo, e é importante notar o quanto os seios são o resultado mais esperado das altas doses de hormônios ingeridas:

“As minhas amigas da praça que já eram travestis, já eram transformadas no corpo, me disseram que tomavam o Primarim, e me levaram na farmácia. Eu comprei o tal, e ele fazia um efeito super rápido, em seguida, assim, em um mês, a gente já tava de peitinho, com uma blusa justinha.” (BOER, 2003, p. 125)

Para Elias Veras (2017, p. 83), “no projeto de ‘virar travesti’, a construção do peito é um dos elementos mais significativos. O peito que ‘pula pra fora’, transformou-se em evidência legitimadora da existência de um novo sujeito sexual, marca corporal que é, ao mesmo tempo, marca de diferenciação de gênero”. Os seios são a primeira aproximação com as desejadas formas femininas, e também o primeiro sinal percebidos por terceiros, como no caso da família, época em que também se evidenciam conflitos, como é comum a outras travestis:

“Comecei a tomar hormônio, começou a criar o seio, aí ela [a mãe] disse que ia me cortar com um facão, que não podia, aí eu falei pra ela: que eu era assim, e ela como minha mãe, se ela me amasse, ia me aceitar da forma que eu fosse, e se ela não me aceitasse eu ia sair de casa, e minha mãe seria a vida, né, o mundo. Ela baixou a cabeça, não falou nada e foi pro quarto, aí eu vi que ela ia aceitar de qualquer forma... No começo ela engolia a seco, mas aí minha família foi toda se habituando e aí nunca tive problemas assim...”⁷

Assim, e por muitas travestis viverem com e dependerem, mesmo que por um período, de seus pais, era necessário ocupar outros espaços para “montar-se” (produzir-se como mulher), encontrar homens e sair à noite. Não só hormônios constroem o gênero, mas também “vestidos, sapatos, cosméticos, maquiagens, esmaltes, pinça” (VERAS, 2017, p. 79) são elementos dessas práticas exercidas em conjunto. No caso de Cassandra, outras 15 amigas da mesma faixa etária que também se transformaram. Para isso,

“eu me lembro que todas nós alugávamos o hotel, para a gente poder se arrumar, se montar, não fazíamos isso em casa, iam todas para o hotel, cada uma alugava um quarto ou a gente alugava em conjunto, dividia, e se alguma arranjava um namorado as outras saíam e deixavam a gente no quarto com aquele namorado, a gente era super amigas” (BOER, 2003, p. 126).

Podemos pensar nessa materialização e no hormônio como veículo para atingir a feminilidade, além de símbolos adquiridos como roupas e maquiagens. Como coloca Marcos Benedetti, fazer-se enquanto mulher, ser “toda feita”: peito, bunda, hormônio; uma idéia que

⁷ Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

dá a dimensão das possibilidades que envolvem a fabricação de gênero a partir desses elementos. Para Benedetti, “*toda feita* é a expressão que designa o resultado eficiente de todo o processo de transformação e fabricação do corpo, e portanto do gênero, entre as travestis” (BENEDETTI, 2005, p. 86). Pensando na materialização de gênero das travestis, Benedetti coloca que

“as travestis constroem seus corpos e suas vidas na direção de um feminino ou de algo que elas chamam de feminino [...]. O feminino travesti não é o feminino das mulheres, [...] não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre esses pólos [...]. O gênero das travestis se pauta pelo feminino. Um feminino tipicamente travesti, sempre negociado, reconstituído, ressignificado, fluido. Um feminino que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado” (BENEDETTI, 2005, p. 96)

Nesse sentido, o corpo e o gênero aparecem nas trajetórias como veículo e ferramenta. No caso da prostituição, como instrumento de trabalho, mas invariavelmente como espaço de construção de um eu verdadeiro, elaborado através da materialização do gênero e da significação, na prática da memória e do relato, de experiências e vivências do passado.

História Oral Queer e a prática de história oral

Logo do começo do processo de busca de fontes e na escuta dos relatos ficou claro que o papel das trajetórias individuais, da história de vida e, acima de tudo, das narrativas sobre si mesmas elaboradas por essa população eram parte fundamental das experiências que constituíam a organização e mobilização formal de travestis, muitas vezes se interseccionando e se misturando.

Por isso, é relevante considerarmos a prática de história oral sob a perspectiva queer para marcarmos de onde analisamos e interpretamos a fala das pessoas entrevistadas para esse trabalho. Falar de história oral queer, em oposição à simples história oral, é, em primeiro lugar, ter em conta a importância da materialidade do corpo generificado (ou seja, imbuído de significados de gênero) para a prática da história oral (BOYD; RAMÍREZ, 2012). Assim, podemos pensar a particularidade de uma história oral que também se proponha queer através da importância da materialidade e de sua construção, como vimos, marcada por práticas e tecnologias que, no caso das travestis e trans, constroem noções de gênero. O corpo, e como e o quê ele lembra, deve ser central em todos os trabalhos de história oral (BOYD; RAMÍREZ, 2012).

A história queer se inspirou profundamente em práticas já consolidadas que partiam de um referencial feminista, como coloca Nan Boyd (2008):

Na prática, no entanto, os historiadores dos homossexuais, lésbicas e queer nos Estados Unidos foram influenciados por etnólogas feministas, cuja metodologia tenta esclarecer as diferenças sociais, econômicas e ideológicas que existem entre os pesquisadores e seus assim chamados assuntos. Pesquisadoras feministas tentam empoderar (ao invés de explorar) narradores históricos confiando suas vozes, posicionando narradores como especialistas históricos e interpretando as vozes dos narradores (...) (BOYD, 2008, p. 177)⁸

O referencial feminista também serve para repensarmos as práticas enquanto historiadores na tarefa da escuta, que não é neutra, mas sim marcada pela relação de poder que se estabelece entre narrador e ouvinte. Donna Haraway (1995, p. 37) coloca que “explicações de um mundo ‘real’, assim, não dependem da lógica da ‘descoberta’, mas de uma relação social de ‘conversa’ carregada de poder. O mundo nem fala por si mesmo, nem desaparece em favor de um senhor decodificador.”. O historiador, no papel da escuta, não “decifra” nem “ilumina” os registros orais, mas faz uso dessas memórias e do sentimento que delas evoca para compor uma narrativa.

Mas a história oral queer também busca desafiar os métodos tradicionais da história oral de diferentes formas, como pontua Nan Boyd:

Quando os pesquisadores dependem das vozes dos atores históricos para narrar a história das identidades sexuais, isto é, como os indivíduos entenderam seu eu sexual em relação às forças sociais maiores, o significado de sua auto-divulgação sempre é construído em torno de normas e significados historicamente específicos. Como assunto falante, é quase impossível que a história oral ou os narradores etnográficos usem linguagem fora dos parâmetros das identidades sexuais modernas. Os narradores não podem se remover das práticas discursivas que criam posições estáveis. As vozes dos narradores devem, portanto, ser lidas como textos, abertos à interpretação, e suas divulgações devem ser entendidas como parte de um processo maior de reiteração, onde as identidades são constantemente reconstruídas em torno de conjuntos de significados muito limitados.⁹ (BOYD, 2008, p. 178))

⁸ Tradução livre da autora. No original: In practicing the craft, however, U.S. gay, lesbian, and queer historians have been influenced by feminist ethnographers, whose methodology attempts to clarify the social, economic, and ideological differences that exist between researchers and their so-called subjects. Feminist researchers try to empower (rather than exploit) historical narrators by trusting their voices, positioning narrators as historical experts, and interpreting narrators' voices (...).

⁹ No original: When researchers depend on the voices of historical actors to narrate the history of sexual identities, that is, how individuals understood their sexual selves in relation to larger social forces, the meaning of their self-disclosure is always constructed around historically specific norms and meanings. As a speaking subject, it is nearly impossible for oral history or ethnographic narrators to use language outside the parameters of modern sexual identities. Narrators cannot remove themselves from the discursive practices that create stable subject positions. The narrators' voices must, therefore, be read as texts, open to interpretation, and their disclosures should be understood as part of a larger process of reiteration, where identities are constantly reconstructed around very limited sets of meanings. (tradução da autora).

Foi necessário ter essa percepção para compreender os relatos em sua complexidade, como também inseridos dentro de um dispositivo que normatiza e categoriza as identidades numa lógica heteronormativa, falocêntrica e binária (PERES, 2012), o que pode influenciar tanto a escuta do pesquisador quanto a elaboração do relato por quem o conta. Atentar para as significações individuais a respeito de sexo, desejo e identidade é considerar que, apesar das múltiplas possibilidades de performar e construir gênero ao longo de uma trajetória, há uma norma regulatória tanto exterior (da sociedade) como interior (aqui, do conjunto de travestis e transexuais) que delimita quem faz parte de determinado grupo, quem é reconhecido a partir de suas expressões e práticas.

Nesse sentido, a história queer (e a prática de história oral queer), como a história feminista, reconhece o papel dos narradores, ou dos objetos de pesquisa, enquanto atores. Haraway (1995), ao falar dos saberes localizados e em favor de um conhecimento que se assume parcial, ressalta o papel de agência dos objetos de pesquisa, nesse caso, os narradores históricos:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". (HARAWAY, 1995, p. 36)

Ao longo do processo de entrevistas, ficou claro como era particular a forma de cada pessoa lembrar, reordenar, escolher e recontar sua história. Maneiras individuais de construir e, uma particularidade da história oral, de *reconstruir* o 'eu' discursivamente através da seleção e organização da memória. Pontos de partida que divergiam, algumas intersecções e diferentes maneiras de perceber suas experiências no âmbito coletivo e individual. Situar, a partir de relatos marcados pelos padrões discursivos normativos, essas trajetórias e experiências sob uma perspectiva queer requer a atenção do historiador que consegue dimensionar o papel da subjetividade do narrador e da sua própria ao analisar o resultado das entrevistas.

O corpo queer tem lugar na história, como agente e como veículo de experiência. Ao longo de uma trajetória,

esses campos do corpo podem ser lugares para a memória produtiva e o diálogo sobre os principais momentos queer do tempo de vida: as primeiras memórias de infância de sentir-se "diferente" (...) Na verdade, a história oral queer como gênero funciona de diversas maneiras para gerar uma série de

inteligíveis (ou previsíveis) sinais sexuais que marcam a passagem do corpo de queer ao longo do tempo.¹⁰ (BOYD; RAMÍREZ, 2012, p. 7)

Considerar, portanto, essas trajetórias como marcadas pela história também é reconhecer que, além do caráter transitório e momentâneo do corpo, lidamos também com permanências e passagens.

Conclusão

No caso das travestis e transexuais aqui estudadas, suas experiências são marcadas pela relação com a família, pela descoberta da diferença e pela construção de um corpo material através de práticas que constituem gênero. A história oral queer é uma ferramenta prática e teórica para acessar essas experiências com um olhar que reconhece suas particularidades. É a partir desses marcadores que podemos traçar diferenças e semelhanças nas trajetórias das pessoas entrevistadas. Reconhecer essa complexidade é valorizar essas vivências.

Referências

BENEDETTI, Marcos R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BÖER, Alexandre (org.) **Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre**. Porto Alegre: Igualdade, 2003.

BOYD, Nan. Who Is the Subject?: **Queer Theory Meets Oral History**. *Journal of the History of Sexuality*, v. 17, n. 2, pp. 177-189, mai. 2008.

BOYD, Nan; RAMÍREZ, Horacio (orgs.). **Bodies of Evidence: The Practice of Queer Oral History**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011. 147p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

¹⁰ Tradução livre da autora. No original: These fields of body can be sites for productive memory and dialogue about pivotal queer moments of the lifespan: first childhood memories of feeling “different” (...) Indeed, queer oral history as a genre works in many ways to generate a series of intelligible (or predictable) sexual signposts that mark que queer’s body passage through time.

FERNÁNDEZ, Josefina. **Cuerpos desobedientes: travestismo e identidad de género**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

MALTA, Marcellly. **História de vida e ação política**. [21 setembro 2015]. Porto Alegre: Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS).

NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. **Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**. Rede Trans Brasil, 2017.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 539-547, Ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 fevereiro 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social.. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 19 fevereiro 2018.

PORTELLI, Alessandro; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. Projeto História : **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 14, set. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 23 fevereiro 2018.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Prismas, 2017.

Simpósio Temático 14 - Subjetividades, História e Feminismo - Olhares sobre distintas fontes

Coordenação: Silvana Maria Pereira (20/03) e Maria Adaiza Lima Gomes (21/03)

Local: Auditório do MARQUE.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, e 21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Adriana Fraga Vieira

adrianavcoan@gmail.com

UFSC

MEMÓRIA E AUTOBIOGRAFIA EM ADELAIDE CARRARO: CONVERGÊNCIAS, INTERAÇÕES E TESSITURAS NA ELABORAÇÃO DE SUBJETIVIDADES LITERÁRIAS

Mirele de Oliveira Pacheco

mirelephotographie@gmail.com

UFRGS

ARTISTAS BRASILEIRAS NAS REDES SOCIAIS: NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS DO CORPO FOTOGRÁFICO

MEMÓRIA E AUTOBIOGRAFIA EM ADELAIDE CARRARO: CONVERGÊNCIAS, INTERAÇÕES E TESSITURAS NA ELABORAÇÃO DE SUBJETIVIDADES LITERÁRIAS

Adriana Fraga Vieira¹

Resumo: Adelaide Carraro tornou-se escritora na década de 1960 autobiografando aspectos de sua vida pessoal com o político Jânio Quadros. Posteriormente passou a narrar histórias tecidas a partir de memórias e experiências recolhidas, suas próprias, ou de outros, aos quais se somam significados que ela vai atribuindo ao longo do trabalho. As temáticas dos seus livros falam de desigualdades sociais, sexualidade e política, conteúdos polêmicos para o momento político marcado pelo regime civil-militar de 1964 que censurou muitas de suas composições. Este trabalho busca realizar algumas articulações entre memória, autobiografia e subjetividade a partir das autobiografias da escritora, o contexto de sua inserção no mundo literário e as memórias que despertaram o desejo de realizar as primeiras escritas de si.

Palavras-chave: Memória, autobiografia, subjetividades, literatura, Adelaide Carraro.

Adelaide Carraro foi uma romancista brasileira que escolheu reencontrar-se com o tempo através da literatura. Inicialmente de forma direta, publicizando aspectos de sua vida pessoal em uma série de escritas de si, posteriormente escolhendo outras vidas para narrar. Suas histórias são tecidas a partir de memórias e experiências recolhidas, suas próprias, ou de outros, aos quais se somam significados que ela vai atribuindo ao longo do trabalho. Sua obra, nesse sentido, se assemelha a um produto artesanal carregado de sensibilidades, o que resulta em algo único e diferencial, porque fruto de uma individualidade subjetiva. Para chegar ao produto final, à artesã-escritora passa por processos que a levam a lembrar, selecionar e reelaborar, recorrendo a criatividade e a métodos considerados antiquados de produção literária.² Realiza então, uma artesanaria na composição do que chama de “histórias verídicas” criando um movimento de intersecção entre memória, autobiografia e subjetividade. Escolhendo, significando, entrelaçando, ela recorre à memória e vai urdindo a trama de modo a compor as subjetividades que se ajustam as suas verdades; trabalho que pode ser capaz de provocar nos leitores processos de identificação e novas formas de subjetivação em relação a questões políticas, sociais e culturais de sua época.

¹ Doutoranda em História pela UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Bolsista CAPES. Email: adrianavcoan@gmail.com.

² Adelaide realizava manuscritos de suas histórias em cadernos de tipo escolar, enquanto que na mesma época outros escritores os redigiam à máquina datilográfica.

Esse movimento de artesanaria a partir da literatura, construtora de novas subjetividades, tornaram-na uma figura polêmica perante o público, a crítica literária e os poderes constituídos; colocando-a em uma incômoda posição literária de “escritora maldita”. Rótulos pejorativos e estigmatizantes, acusações de ser uma escritora esquerdista e/ou pornógrafa a publicizar valores morais contrários à ordem social estabelecida, e a dar visibilidade a questões e personagens políticos que certamente preferiam ficar ocultos do grande público; eram afirmações recorrentes e sobre as quais a escritora procurava se defender ou justificar nos prefácios de inúmeras obras. Polêmicas que em grande medida contribuíram para alavancar ainda mais a curiosidade do grande público sobre seu trabalho, mas por outro lado, lançou-a na marginalidade literária e na mira do regime militar que censurou muitas de suas composições.

A curiosidade inicial do grande público pela escrita de Adelaide não surgiu em razão da censura ou da característica pornográfica que atribuíram a sua narrativa, embora possam ter contribuído para dimensioná-la. A publicização de suas memórias particulares foi o que cativou um público predominantemente popular, memórias que ela relaciona e contextualiza com períodos políticos conturbados da história brasileira, como a Era Vargas ou o governo Jânio Quadros. A curiosidade popular pelos bastidores políticos nos quais Adelaide vincula boa parte de suas memórias atraiu a atenção de uma parcela da população interessada em conhecer esse cenário. Consagrada e conhecida através de suas autobiografias, tornou-se romancista e conseguiu manter o interesse popular com a publicação de temas sociais envolvendo principalmente relações de gênero.

O interesse popular fez de sua primeira autobiografia, o livro “Eu e o governador”, um sucesso de vendagem com muitas reedições. Motivada, ela prossegue os anos 1960 nessa sequência com mais três tessituras autobiográficas, memórias que alinhavavam uma diversidade de ritmos nos quais os juízos de valor eram uma constante. Memórias que estão longe de uma reconciliação com o passado, ao contrário, externa sofrimentos físicos e psicológicos, procurando por culpados e denunciando as derrotas políticas, sociais e econômicas. O movimento entre passado, presente, futuro é intenso, remetendo o leitor em cada narrativa a regimes de historicidade específicos; no qual a autora engendra de forma bem articulada memórias que oscilam entre o envolvimento e o distanciamento, entre o individual e o coletivo. Denota um esforço psíquico, um exercício intencional de reconstituir flashes de memória, reelaborado e ressignificado pela passagem do tempo, pelas subjetividades revisitadas e por um desejo de publicizar experiências negativadas que para ela, não podiam ser essencializadas.

Nesse esforço de memória a autora se reinventa em um constante trabalho de escrita de si, cria uma verdade individual sobre as experiências vividas, as quais são constantemente (re) construídas pelo trabalho de lembrar, de ressignificar e narrar aos leitores. É nesse investimento, de lembrança e narrativa, que ela estabelece um pacto de verdade com os leitores desde o primeiro livro. Neste pacto ela se compromete a projetar memórias íntimas em composições autobiográficas, memórias que não desejam ser pacificadas ou silenciadas, memórias que mesmo partindo de escolhas do presente se oferecem como verdadeiras.

Para Lejeune, as fronteiras entre a autobiografia e a ficção sempre suscitam debates difíceis e calorosos, para os céticos não existe verdade em uma narrativa autorreferencial, entendida como fabricação do sujeito sobre si mesmo. Por se pretender vinculada ao real o sujeito autobiográfico ignora ou desconhece o próprio status de ficção de seu discurso. Lejeune concorda que é impossível atingir a verdade de uma vida humana, mas defende que existe o desejo de se aproximar dela. Para ele a autobiografia desloca no sujeito a vontade subjetiva de saber e compreender a própria trajetória, e por atos discursivos e de conhecimento mobiliza a escrita a fim de oferecer aos leitores o que considera sua verdade. Desse modo, “a autobiografia se inscreve no campo do conhecimento histórico (...)” porque cria verdades verossímeis com a realidade que pretende representar. No lugar de uma ficção de si, Lejeune defende uma escrita de si, pois quando revisamos a própria experiência, buscamos nos ver melhor, passando a limpo os rascunhos da identidade, estilizando-os e reelaborando-os a partir de uma verdade particular que em nada se aproxima da ficção. Nesse movimento, alerta Lejeune, “não brinco de me inventar. Ao seguir as vias narrativas, ao contrário, sou fiel a minha verdade: todos os homens que andam na rua são homens-narrativas, é por isso que conseguem parar em pé” (LEJEUNE, 2014, p.120-123).

Adelaide teve suas escritas de si colocadas sob críticas ou suspeição em inúmeras situações. Em uma delas, relembra que de uma viagem ao Rio de Janeiro onde conheceu Giacomo Franco, dono das indústrias Vigorelli e amigo íntimo de Jânio Quadros. Na conversa ele avisou-a que discordava de três informações fundamentais ditas por ela na obra autobiográfica “Eu e o Governador”: “o governador não fica de cueca na frente de ninguém, pois tem um sinal muito feio na altura do fígado. Não é tão fogo assim como você o descreve e depois ele não sabe nadar...Como é isso?”; ao que ela prontamente responde que “talvez tenha floreado um pouco. Nem sempre é possível relatar-se tudo como acontece. É preciso dar um certo sabor...”(CARRARO, 1965, p.19). Segundo

Lejeune o fato de uma autobiografia recorrer à anedota ou a contingência não significa que ela não esteja subjetivamente comprometida com sua verdade, e que muitas vezes, a ficção pode ser capaz de ser mais expressiva sobre um eu individual do que um projeto autobiográfico (LEJEUNE, 2014, p.123). Adelaide Carraro nunca usou a palavra autobiografia para se referir a alguns dos seus livros, entretanto, em duas passagens do prefácio de “Eu mataria o presidente”, seu terceiro livro de teor autobiográfico, ela assume essa característica literária:

Quem mergulhou na leitura de “Eu e o Governador” pôde conhecer parte de minha vida. E as pessoas que conseguiram adquirir “Falência das elites” (...) verificarão que êle foi fruto de horas trevosas que conheci na minha mocidade (...) (CARRARO, 1966, p.16).
O tema deste livro é a criança (...). É a estória da minha infância nos asilos oficiais (CARRARO, 1966, p.22).

Dos quarenta e oito livros³ publicados ao longo da vida, oito apresentam essa característica autorreferencial. Nas outras composições, atua como narradora/personagem da trama, dela participando e se colocando principalmente como conselheira de valores e situações envolvendo questões sociais e relações de gênero. Quanto às autobiografias, escapam a uma lógica linear, centram-se nas vivências e experiências de uma época, trajetórias quase sempre relacionadas a fatos políticos, sociais e/ou personalidades famosas.

A primeira escrita autobiográfica foi fruto da elaboração cotidiana de um diário entre os anos de 1955 e 1959 quando trabalhava como funcionária pública em sanatórios para tuberculosos e manteve um romance durante oito meses com o político Jânio Quadros, governador de São Paulo à época. Após a renúncia presidencial em 1961, Jânio Quadros concorreu ao governo de São Paulo novamente, disputando as eleições com José Bonifácio e Carvalho Pinto. Adelaide trabalhava nos comitês políticos de campanha e passou a conhecer o funcionamento da máquina política eleitoral, detalhando seus pormenores em outra autobiografia alguns anos depois (CARRARO, 1969). Foi nesse contexto que os adversários políticos de Jânio Quadros manifestaram interesse pelo conteúdo do diário e enviaram o jornalista Moacir Borges, do jornal *Última Hora*, à casa de Adelaide com uma proposta financeira:

³ Assumi autoria na capa em quarenta e oito títulos, entretanto, duas obras não são suas composições. No livro “A professora” ela assume tratar-se de uma história que lhe foi enviada por uma moça no leito de morte. Enquanto que no livro “O endemoniado” Adelaide empresta o nome e o prestígio popular a um amigo jornalista que ensaiava sua estreia no mundo literário. Apresentada como se fosse uma coautoria, no prefácio ela deixa claro que não escreveu uma única linha daquela história.

Quando o Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, ele entrou pra ser candidato outra vez e uns jornalistas quiseram comprar o meu diário, me davam um dinheirão por ele. Esse diário que eu tinha é que é o livro “Eu e o Governador”. Eu não quis vender pra sair assim em jornal pra não ser envolvida em política. O Jânio Quadros, o Carvalho Pinto e o José Bonifácio eram candidatos a governador do estado e eu não quis envolver o que eu achava que era um problema gravíssimo social para ganhar dinheiro. (CARRARO, 1977b).

A compra do diário serviria politicamente na campanha do candidato Carvalho Pinto (CARRARO, 1980, p.134), recusada porque eram memórias íntimas que ela não tinha interesse em publicar, de modo que na escrita desse diário é de se supor que não havia objetivo em fazer uma autobiografia comercializável. Afirma em várias entrevistas que nunca pensou em fazer da escrita uma profissão, ainda que julgasse possuir habilidade para isso, pois com treze anos chegou a ganhar um concurso literário escolar com uma crônica intitulada “mãe” (CARRARO, 1980, p.134). Até porque, antes de ser escritora, ela procurou outros meios de sobrevivência, e não era ingênua a ponto de pensar que os leitores brasileiros quisessem conhecer vidas ordinárias e que os editores, tivessem interesse em publicar essas vidas. Mudou de opinião quando leu o livro “Quarto de Despejo” uma autobiografia de grande sucesso comercial que se originou de um diário lançado em 1960, a partir daí passou a repensar a possibilidade de lançar, também ela, o diário que havia escrito (CARRARO, 1977a, p.10).

A escrita surgiu na vida de Adelaide com esse diário, mas tornou-se uma profissão por puro acaso. Possivelmente, devido à necessidade de sobrevivência material, em 1963 ela passou a considerar a proposta de publicação do diário cujo conteúdo ainda interessava a muitos grupos políticos. E também interessava a jornalistas e editores na medida em que envolvia o nome de um ex-presidente do Brasil e de outras figuras políticas proeminentes no cenário da época. É de se supor que Adelaide Carraro teria sido oportunista ao expor aspectos de um envolvimento amoroso com Jânio Quadros em um momento político desfavorável a ele. Mas o grande peso da narrativa foi de fato atribuído à conduta de políticos ligados ao poder legislativo e a assessores do executivo, mas também o problema social dos tuberculosos existentes em São Paulo, problema este que ela vivenciou quando estava doente e depois ao se tornar funcionária pública de um hospital. O lançamento da obra foi acompanhado de um grande frenesi por parte da imprensa, na imagem à esquerda uma página da revista O Cruzeiro e a direita a contracapa

da segunda autobiografia revela uma série de reportagens de jornais com notícias à respeito da obra “Eu e o Governador”:

Figura 1



Fonte: Revista O Cruzeiro, 28/09/1963, p.80.

Figura 2



Fonte: Contracapa do livro Falência das Elites,

Se a intenção daqueles interessados em publicar o diário era política; isto é, prejudicar a imagem de Jânio Quadros com revelações vindas de uma amante abandonada e vingativa, ficaram decepcionados (CARRARO, 1963). Além disso, muitos se sentiram implicados pelas revelações publicizadas, pois o legislativo paulista instaurou uma comissão parlamentar de inquérito para investigar “fatos relacionados com a vida de conhecidos políticos paulistas” citados no livro, mas também a veracidade das acusações da escritora; “(...) que, segundo os deputados, enxovalhou o Legislativo e comprometeu um ex-governador” (CARRARO, 1963b, p.6). A preocupação do legislativo está relacionada com o sucesso e a curiosidade que a obra despertou em escala nacional. Esteve em primeiro lugar na lista dos mais vendidos no país durante dez meses superando Jorge Amado (Gabriela, cravo e canela) que a acompanhava em segunda posição, e segundo a reportagem da revista Fatos e Fotos, o ano do lançamento ainda não terminara e a obra já estava em sua quarta edição com uma tiragem de 50 mil exemplares cada (CARRARO, 1980, p.94).

Mediante o sucesso de vendagem da primeira autobiografia, “Eu e o governador”, e percebendo que chamou a atenção de diferentes grupos sociais para o problema dos tuberculosos no país, passou a considerar a escrita como meio de vida. Continuou

autobiografando aspectos íntimos, depois passou a se interessar por outras vidas ordinárias cujas trajetórias fossem capazes de sensibilizar os leitores para alguma questão social, moral ou política. Ela procura, então, criar um campo sensorial com a palavra literária a fim de criar subjetividades nos leitores para certas demandas sociais. Essa perspectiva sensorial é sempre buscada através do entrelaçamento entre emoções e narrativa, em suas palavras:

(...) todos os meus livros sempre constituíram para mim um desabafo, um instrumento de comunicação entre meu ego e o grande público, a fim de que este analise as disparidades sociais que nos chocam a sensibilidade e cujos exemplos proliferam por esses Brasis à fora (...). (CARRARO, 1966, p. 15).

A obra adelaiana, de fato, é uma literatura de desabafo íntimo e particular. Se inicialmente ela externa os traumas em uma produção memorialista e subjetiva de si, posteriormente engendra um discurso pautado na ideia de “verdade” para narrar outras experiências que mantém com as suas certos cruzamentos e similitudes. A característica de denúncia acompanhada de juízos de valor não passa despercebida ao leitor, que pode involuntariamente criar empatias, compartilhar desconfortos e indignações com as situações apresentadas pela autora. Das implicações resultantes, o público leitor pode tornar-se tendencioso sobre questões relevantes, baseando-se nas colocações da escritora que estabelece uma posição de fala autorizada. Isso porque o lugar social de produção dessa narrativa é o de alguém que esteve lá, que viveu muitas das situações que descreve, foi órfã asilada do governo, tuberculosa e funcionária em sanatórios públicos, relacionou-se com pessoas do meio político, artístico e da elite. Essa dupla condição, a de testemunha e narradora, a habilita a realizar discursos de “verdade”. Legitima uma produção discursiva voltada abertamente a abalar as sensibilidades leitoras, a criar incômodos acerca de questões dadas como “naturais”, sobretudo em relação ao gênero, à raça, à classe, ao sexo, à moralidade, e aos marginalizados sociais; mas também sobre condutas políticas.

Muitas das posições da escritora são relevantes no sentido de serem capazes de provocar nos leitores revisões (auto) críticas sobre posições reacionárias e conservadoras, estereotipadas e estigmatizantes cultivadas sobre pessoas e suas práticas, grupos, ou instituições. É exatamente esse lugar social de fala autorizada que torna outras posições da escritora tendenciosas e perigosas, porque baseadas em subjetividades constituídas a partir de violências que ela sofreu na infância e juventude dentro de órgãos públicos, de

resistências interpostas, de horrores perpetrados em práticas de tortura e humilhação. Experiências que nunca aparecem como exceção, mas externadas sempre como uma possibilidade real capaz de atingir todos os que precisem do auxílio de pessoas e/ou de instituições públicas.

Analisando as narrativas autobiográficas de Adelaide percebemos como memória e autobiografia se interseccionam, realizando convergências e construindo subjetividades que serão oferecidas aos leitores, inclusive, quando ela de fato faz da escrita sua profissão. Suponho que esse momento parece ser o da publicação da segunda autobiografia em 1966, porque, diferentemente de “Eu e o Governador”, a segunda escrita de si chamada de “Falência das Elites” publicada em 1965 aconteceu com o propósito de divulgação e comercialização. O terceiro projeto chamado de “Eu Mataria o presidente” foi realizado no ano seguinte e relaciona-se com memórias da infância e juventude datadas entre 1933 e 1943, período de entrada e saída no orfanato Casa da Criança. Todavia, como as escritas que ela realiza de si nunca são lineares, fragmentos de memória desse período também aparecem em outras composições.

O projeto de publicar as memórias de infância liga-se a um acontecimento histórico que atraiu a atenção mundial, o assassinato do presidente John Kennedy em 22 de novembro de 1963. Ano em que ela publicou o primeiro livro autobiográfico, “Eu e o Governador”; e em razão do sucesso literário da obra estava em Belo Horizonte para participar de uma tarde de autógrafos na livraria Itatiaia, quando soube do acontecimento. Se a figura política de John Kennedy era irrelevante para ela enquanto estava vivo, sua morte, ao contrário, fez emergir memórias que estavam até então ocultas em si mesma. O evento passou a assombrá-la, acompanhou com um interesse incomum as transmissões das cenas televisivas que mostravam as solenidades do enterro. Gravando com nitidez certos detalhes que certamente passariam despercebidos para a maioria das pessoas na época. Alguns ligados às manifestações emotivas da família Kennedy, sobretudo da primeira dama, as quais não aconteceram como ela esperava, sugerindo que as solenidades fúnebres pareciam atos mecânicos e ensaiados (CARRARO, 1966, p.3).

Perturbada pela notícia, a escritora levantou-se do sofá da recepção do hotel Normandy para ir participar do lançamento de seu livro. Mas a morte do presidente a acompanhou de forma psíquica ao compromisso de trabalho, “autografei à sombra de Kennedy crispado, ensanguentado. Jantei sob a influência da horrenda tragédia que nos abalava. E, a seguir, durante a meia hora que falei pela televisão Itacolumi, a lívida imagem do presidente metralhado dominava os meus sentidos (CARRARO, 1966, p.4-

5). A noite Kennedy continuava a povoar sua imaginação. No que descreveu como um “pesadelo horrível, pavoroso”, o presidente entrou em seu quarto “com a fronte esfacelada”, os cabelos “empapados de suor e de sangue” e os lábios “roxos, afilados, comidos pelos vermes” a convidá-la para a morte. Em pânico, ela se debate para escapar das “mãos úmidas, viscosas” que a puxavam para a “medonha escuridão”, e ao conseguir se desvencilhar, empurra Kennedy que tomba ao assoalho. Do chão, os olhos fixos de Kennedy a fitá-la irradiam a cor castanha, mas eram os olhos do seu pai. Ato contínuo, ela o abraça e o coloca na cama, mas ele “(...) deslizou, caiu, fragmentando-se em pequenos pedaços, como se fôra de louça, e retiniu no soalho!” (CARRARO, 1966, p.6). As reminiscências da morte de John Kennedy mantiveram-se em seus pensamentos e afetaram seu estado de espírito por vários dias.

Se para muitas pessoas o acontecimento foi acompanhado por curiosidade em relação às circunstâncias, e aos possíveis desdobramentos para os envolvidos e para a nação norte-americana, para Adelaide o envolvimento emocional tinha implicações pessoais. Ao relacionar John Kennedy e o pai na mesma figura, ela se vincula a experiência vivida pela família do presidente, talvez por isso, acompanhou com tanta atenção que tipo de emoções a esposa e os filhos externaram. Assim como Kennedy, o pai de Adelaide também fora assassinado, deixando-a órfã. Confrontando a sua situação de orfandade com a dos filhos de Kennedy ela pondera em tom de flagrante ironia que enquanto uma “copiosa fortuna” é legada a John-John e Caroline, a “miséria” foi à única herança que seu “desventurado pai” deixou aos oito filhos (CARRARO, 1966, p.7). A morte é uma experiência emocional capaz de fazer emergir um turbilhão de sentimentos, nos sentimos afetados mesmo quando os envolvidos não fazem parte do nosso círculo afetivo. Nesse sentido, afirma Schimdt “a morte e o luto, muitas vezes, potencializam os mecanismos da memória e fazem aflorar lembranças insuspeitas, sobretudo no caso de uma “celebridade” (...)” (SCHMIDT, 2006, p.12). Para Adelaide, além dos sentimentos inerentes ao luto, a morte do pai representou também o esfacelamento do seu mundo físico, fragmentou sua existência emocional, separando-a de suas irmãs e lançando-a para uma realidade que marcará muitas das características apresentadas em suas composições literárias e nas subjetividades propostas.

O assassinato de John Kennedy traz mais dois elementos de identificação significativos para a escritora. Um deles diz respeito ao suposto assassino, Lee Harvey Oswald. Sobre ele, Adelaide escreve que:

Vivia calado, sorumbático. Viveu esmagado sob o guante opressivo do ódio. Procurou avistar-se com o presidente, a fim de pedir-lhe auxílio pessoal. Não conseguiu atravessar a barreira intransponível dos protocolos. Quando Kennedy visitou Dallas, seu coração era uma pequena caldeira a estourar de rancor, a flamejar ódio, a desprender centelhas de rebeldia, julgando que tôdas as vicissitudes que sofria eram conseqüências do que padecera quando adolescente, num asilo do govêrno. Por isso odiava os políticos. (CARRARO, 1966, p.7).

Suas colocações podem ser passíveis de discussão, mas o que nos interessa é perceber os elementos de identificação que ela realiza com o episódio e os envolvidos. Observa-se que a escritora não descreve razões de ordem política que levaram ao assassinato em questão, e que na época, foram largamente apontadas e debatidas. Outras implicações estavam no centro do seu interesse, e elas passavam por compreender a vida pessoal de Lee Oswald e os sentimentos que ele possivelmente alimentava em relação aos políticos. O suposto assassino, assim como ela, também era órfão e viveu em instituições asilares. Sendo assim, ela passou a recordar a “angustiada vida” que viveu “nos melancólicos asilos do governo” e concluiu que “- Sim, eu também, eu também, nestas circunstâncias, EU MATARIA O PRESIDENTE!” (CARRARO, 1966, p.8).

Esse célebre assassinato, apontado no prefácio, tornou-se uma ponte, conectando as subjetividades vividas na infância e adolescência e permitindo que aflorassem em uma narrativa autorreferencial. Possibilitou que uma série de identificações fosse possível entre a morte de Kennedy e a sua história de vida como asilada em instituições governamentais. Nessa chave de leitura ela cria uma posição de alteridade com Lee Oswald, interessa-se pela trajetória de vida dele, que revela aspectos em comum com a sua própria, e assim solidariza-se com a atitude extrema que ele teria supostamente tomado ao assassinar Kennedy. Subjetivamente ela se reportou as experiências de tortura e humilhação que viveu, dramas que para ela Lee Oswald certamente também conheceu nos orfanatos norte-americanos.

Para a escritora, as instituições asilares, assim como outros órgãos públicos de atendimento social eram realidades que só revelavam violência e descaso, omissão e indiferença das autoridades políticas (CARRARO, 1966, p.22). Ao chefe da nação cabia à responsabilidade maior por essa realidade, sendo assim, tanto John Kennedy, quanto Getúlio Vargas; eram responsáveis diretos pelos dramas que se desenrolavam nestes locais. Ao finalizar o prefácio com a frase que intitula o livro, “Eu mataria o presidente”, ela está se referindo a Getúlio Vargas, político que esteve na presidência do Brasil durante os anos em que ela viveu em um orfanato paulista, entre 1933 e 1943.

A morte do presidente John Kennedy entrecruzou-se com as memórias de Adelaide, e exemplificam no nível da subjetividade, como a memória atuou para criar convergências com fatos exteriores totalmente alheios as experiências vividas, realizando complexas interações dialéticas e produzindo novas tessituras subjetivas sobre questões aparentemente esquecidas e/ou resolvidas. Por outro lado, as identificações construídas explicam o turbilhão de emoções da escritora em relação ao episódio em questão; atuando como fio condutor de lembranças que a levaram de volta ao passado, provocando o desejo de criar uma narrativa autobiográfica sobre essas experiências e torná-las públicas.

Conjectura-se também que essas lembranças antes confinadas ao silêncio, ou restrita a circulação dentro de redes de amizade específicas da escritora, encontraram a hora oportuna para serem ouvidas, externadas e pensadas a partir de uma revisão auto (crítica) do papel desempenhado por instituições sociais e políticas no país. Como pondera Michael Pollak, muitas memórias antes impotentes, porque subterrâneas, esquecidas ou silenciadas, aguardam a “hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” para se manifestarem (POLLAK, 1989, p.5). A morte de Kennedy e o fim do Estado Novo deu a Adelaide o momento oportuno para mostrar aos leitores suas memórias dissidentes sobre Getúlio Vargas e a classe política. Subjetividades contidas que na época não podiam se exprimir publicamente e se o fossem não seriam ouvidas, de modo que suas autobiografias trazem em si uma agência, uma perspectiva política de denúncia.

Quando se reporta ao passado, não o faz a partir de um olhar nostálgico, ao contrário, suas autobiografias intencionam uma agência voltada a publicizar a ineficácia do poder estatal em relação a demandas sociais diversas envolvendo a saúde, a infância abandonada e a miséria social. Questiono-me, nesse caso, se os traumas vividos na infância geraram as posturas políticas oferecidas literariamente na vida adulta. Mas pressuponho que as posições políticas adotadas na vida adulta é que a levam ao passado em busca das memórias traumáticas capazes de fornecer a ela o estatuto de fala autorizada perante os leitores. Assim é que a narrativa memorialística da autora é construída por lembranças que se pretendem racionais, inteligíveis a partir de um discurso linear, mas o que se produz são lembranças vagas, censuras, cenas, flashes, características bem ao estilo de um projeto autobiográfico, o de escolher momentos temporais específicos para publicizar.

Portanto, não há uma linearidade temporal nos livros autobiográficos de Adelaide Carraro, as datas e fatos nem sempre coincidem, isso porque a memória lida com o

envolvimento, tornando-se às vezes inconstante, infiel, superficial. Exatamente pelo seu caráter de vivacidade a memória é aberta a “dialética da mudança” e por isso mesmo sujeita ao esquecimento e a ressignificação. Essa ressignificação não é consciente, isso explica porque a autora atribui sentidos diferentes para o mesmo acontecimento que rememora em outro contexto; memórias sujeitas a “deformações sucessivas” porque vive no presente a partir de novas experiências (NORA, 1993).

Em “Eu mataria o presidente” surgem memórias coletivizadas sobre o tempo em que ela viveu em um orfanato e na convivência com algumas asiladas. O contexto político da era Vargas é integrante dessa narrativa, sugerindo que ela o vivenciou ativamente por meio de testemunhos exteriores. Já as memórias ligadas à família são quase inexistentes, aparecem esporadicamente como flashes, a própria autora não constituiu uma família nuclear, ser mãe ou esposa não fez parte de seus planos. Mesmo vivendo em um orfanato, ela tinha vários irmãos que constituíram suas próprias redes familiares, sendo que a escritora parece não ter se vinculado a nenhum deles. Essa exclusão supostamente voluntária pode estar ligada ao esquecimento de uma memória familiar.

Para Halbwachs, o esquecimento está ligado à efemeridade das relações humanas, em que os grupos de convívio se fazem e se refazem, se diluem e se reconstituem na aceleração da vida moderna. Sem um grupo de ancoragem, a memória não tem base de apoio para emergir. É possível que as relações de Adelaide com os irmãos fossem distantes, frágeis ou voláteis, relações que não foram capazes de manter um grupo de convívio capaz de criar, sustentar e emergir memórias ligadas aos quadros familiares. Entretanto, nem todo esquecimento se liga a volatilidade de um grupo, muitas memórias, porque nascidas de experiências desagradáveis, conflituosas, ligadas a situações de tensão, medo, exclusão ou sofrimento, desejam o silêncio, desejam o esquecimento (PEDRO, WOLFF, 2011). Como pondera Pollak, memória, esquecimento e silêncio são opções, mas não são opções absolutas, podem se modificar mediante a idade, novas experiências ou circunstâncias (POLLAK, 1989).

Nas narrativas da autora o silêncio não é uma opção quando se refere às memórias que ela construiu fora da família, nesses casos a lembrança se liga a necessidade de publicização do relato, uma escolha que ela recorrentemente postula como necessária para alertar leitores desavisados, e ingênuos dos perigos da vida. O silêncio parece uma opção quando são memórias ligadas à família, sugerindo mágoas que ela prefere ocultar, uma vez que a “(...) memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado

na atualidade – mas também aquilo que tem significado demais” (PORTELLI, 2016). Talvez por isso, a família não integre as narrativas de suas composições autorreferenciais.

Nesse sentido é oportuno mencionar que a análise dessas memórias não está em busca de verificar verdades ou distorções, mas no trabalho de enquadramento (POLLAK, 1989) das lembranças mais marcantes, exercício que conduz as posições políticas que ela oferece aos leitores. Nesse exercício de enquadramento da memória, escolhe lembranças específicas para publicizar, as quais não são aleatórias ou inocentes. Envolve-se nos labirintos da memória com o propósito de autorizar e justificar suas posições sobre questões políticas e culturais. Posição muitas vezes controversa na medida em que oscila entre o conservadorismo e a transgressão, entre a normatividade de gênero estabelecida e a aceitação de novos padrões morais em relação ao comportamento, ao corpo e a sexualidade.

Observamos até aqui, algumas articulações entre memória, autobiografia e subjetividade na escrita adelaídiana, o contexto de sua inserção no mundo literário e as memórias que despertaram o desejo de realizar as primeiras escritas de si. Na discussão que se segue, busco analisar os processos de subjetivação da escritora a partir de suas escritas de si e de entrevistas concedidas, centradas no período da infância até o início da idade adulta, quando ela tornou-se escritora de romances. Desse modo, busco refletir pontualmente sobre as experiências autobiográficas que Adelaide escolheu publicizar, os significados a elas atribuídos e as articulações com o cenário da época; e com isso, compreender em que medida as subjetividades de gênero que ela constrói e apresenta aos leitores se vinculam as suas experiências de vida.

Referências bibliográficas

CARRARO, Adelaide. **Eu e o Governador**. São Paulo: L.Oren, 1963a.

_____. **Falência das Elites**. São Paulo: Exposição do Livro, 1965.

_____. **Eu mataria o presidente**. São Paulo: L.Oren, 1966.

_____. **O Comitê**. São Paulo: L.Oren, 5ª edição, 1969.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p.120-123.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.45-56.

a. Entrevistas

CARRARO, Adelaide. “Confissões íntimas de uma funcionária pública produzem escândalo e recorde de venda”. **Revista Fatos e Fotos**. 28/09/1963b, nº 139, ano III, p.6. Entrevista concedida à Esdras Passaes.

_____. “Patética entrevista com Adelaide Carraro – a escritora mais controvertida do Brasil”. Rio de Janeiro:1977. **Revista d’o Pasquim**, nº 427, ano IX, de 08/09/1977 a . Entrevista concedida à Jaguar, Ziraldo e Iza Freaza.

_____. Adelaide Carraro, uma mulher de dois milhões de exemplares vendidos. **Escrita - revista mensal de literatura**. São Paulo: Vertente Editora Ltda., ano II, n. 18, 1977 b, p.03-09. Entrevista concedida à Wladyr Nader.

_____. A Escandalosa Adelaide Carraro, uma mulher moralista. **Revista Stylus**, agosto de 1980, nº73. Entrevista concedida à Fernando Portela.

_____. Ela e o Governador. **Revista O Cruzeiro**, 28/09/1963. Ano XXXV, nº51, p.80-81.

c. Artigo em periódico acadêmico

NORA, Pierre. “Entre memória e história – a problemática dos lugares”. Tradução de Yara AunKhoury. **Projeto História**; Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEDRO, J.M., WOLFF, C.S. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. In: PEDRO, J. M.; SAGNES, S. (Org.). Os males da memória: lembrar-se dos traumatismos da grande história. **História Unisinos**, São Leopoldo: Unisinos, v. 15, n. 3, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

SCHMIDT, Benito Bisso. Gilda e Lila: duas maneiras de ser mulher e comunista em Porto Alegre nas décadas de 1940 e 1950. **Revista de História Oral**, Rio de Janeiro, v. 9, p.12, 2006.

Memory and Autobiography in Adelaide Carraro: convergences, interactions and tessituras in the elaboration of literary subjectivities.

Abstract: Adelaide Carraro became a writer in the 1960s autobiographing aspects of her personal life with politician Janio Quadros. Later she began to narrate stories woven from recollections and experiences gathered, her own, or from others, to which are added meanings that she attributes throughout the work. The themes of his books speak of social inequalities, sexuality and politics, controversial contents for the political moment marked by the civil-military regime of 1964 that censured many of his compositions. This work tries to realize some articulations between memory, autobiography and subjectivity from the autobiographies of the writer, the context of its insertion in the literary world and the memories that awoke the desire to carry out the first writings of itself.

Keywords: Memory, autobiography, subjectivities, literature, Adelaide Carraro.

ARTISTAS BRASILEIRAS NAS REDES SOCIAIS: NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS DO CORPO FOTOGRÁFICO

Mirele de Oliveira Pacheco¹

Resumo: Nesta comunicação abordo ações das artistas brasileiras Laís Pontes e Aleta Valente, que desenvolvem seus trabalhos por meio de imagens fotográficas em redes sociais. Suas obras pautam-se pela autorrepresentação, utilizando fotografias performativas do próprio corpo refletindo sobre identidade, gênero e os discursos que suscitam. Buscando seus rastros virtuais na internet, analiso o contexto da arte contemporânea com seus encaminhamentos e processos conceituais, estéticos, políticos e sociais.

Palavras-chave: Artistas brasileiras. Arte e internet. Corpo. Fotografia.

Esta pesquisa em arte envolve um exercício expandido no cenário da produção contemporânea, intensamente pautada na experimentação mediada por dispositivos tecnológicos e a rede Internet. Os processos artísticos apresentam-se na convergência de múltiplos suportes com as tecnologias da informação e comunicação possibilitando efetuar leituras e abordagens no panorama da arte.

O desenvolvimento internacional da rede Internet, com sua utilização generalizada a partir da segunda metade dos anos 90, oferece aos usuários formas individualizadas de percorrer inúmeras vias de informação à sua disposição, buscando encontrar os objetos de seu interesse e conectar-se com seu grupo ou tribo. Os artistas perceberam, desde o início, as possibilidades desse novo meio; as primeiras propostas de produção artística *on-line* datam de 1994. (BULHÕES, 2012, p. 49)

Desta forma, a web se apresenta como um território de visibilidade e potência poética para uma diversidade de artistas brasileiras e internacionais. Seus processos de criação e fluxos de trabalho são constantemente atualizados em informações e conteúdos na forma de postagens nas redes sociais. Neste recorte de pesquisa aponta-se para o uso de alguns conceitos envolvidos na construção de imagens fotográficas digitais, evidenciados por imagens que se articulam nas redes sociais Facebook e Instagram. Interessa visualizar as imagens captadas e selecionadas para este debate com um olhar perscrutador, a fim de extrair atributos que conduzam a uma análise sobre os elementos processuais e conceituais que possam desdobrar-se nas imagens. Como estratégia metodológica, é utilizado amplo levantamento realizado por meio da busca de dados *on-line* de forma permanente e diária. Assumindo a postura de uma exploradora na web e

¹Mestranda em Artes Visuais (História, Teoria e Crítica) no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

motivada pelo questionamento central sobre a presença e a visibilidade das obras de artistas mulheres nos diversos territórios da arte, é que procuro descobrir quem são as artistas que utilizam a Internet para suas produções poéticas e críticas. Minhas questões iniciais refletem o interesse sobre o que produzem e do que tratam suas narrativas visuais, além das estratégias que utilizam por meio das mídias digitais. A investigação iniciou durante minha participação como bolsista na pesquisa intitulada “Territorialidades na arte contemporânea: experiências artísticas na Internet no Brasil”. A ampliação deste objeto de estudo ocorre a partir do ingresso no curso de Mestrado em Artes Visuais. Meus processos de pesquisa são conduzidos por uma espécie de garimpo e na captura de imagens fotográficas disponíveis no ambiente on-line, buscando extrair seus atributos a fim de analisá-las criticamente.

O foco está na especificidade das poéticas virtuais deflagradas por meio da força imagética da representação do corpo em fotografias performatizadas, com lugar de fruição e circulação nas plataformas mais populares das redes sociais: Facebook e Instagram. Convém, aqui, ressaltar que os termos ‘fotografias performatizadas’ ou ‘performatividade na fotografia’ serão empregados como similares e têm a intenção de salientar a diferença desse tipo de prática em relação à performance, como é conhecida na linguagem da arte. Na performance, a fotografia inicialmente possui o status de registro da ação, e não como algo que atesta essa efemeridade propriamente dita. Por isso mesmo, adquiriu uma linguagem própria até chegar ao estatuto de obra de arte. Ao contrário, na performatividade, existe a ideia de construir a imagem e posar para a câmera a partir de determinadas regras, à semelhança de um jogo – com protocolos estabelecidos pelas artistas.

Conforme venho anunciando há algum tempo, uma nova antropomorfia está emergindo, o que envolve transformações não apenas na fisicalidade dos corpos, mas também na sensibilidade, consciência e mente humanas. Explorar as dimensões desafiadoras que se anunciam exige determinação e coragem frente ao incerto e ainda indefinido, justamente as qualidades que não faltam aos artistas. (SANTAELLA, 2004, p. 80)

Ao olhar as imagens escolhidas para o estudo, a intenção é encontrar o que pode existir de performativo ou de não performativo nelas para apreender suas mensagens subjacentes. Neste sentido, parece-me essencial perguntar o que é que este corpo na imagem está representando, para chegar ao que é que ele não está representando ou ao que não está revelando expressamente. É fato que nossos corpos orgânicos,

biologicamente construídos vivem, na era da imagética virtual, imersos nas tecnologias com ampla oferta de ferramentas digitais permitindo conexões que são estabelecidas, preponderantemente, à Internet. Através de desdobramentos materiais com dispositivos digitais e de circulação para além do espaço da web, nosso corpo é um corpo conectado, plugado, operando em rede, é como ‘uma extensão de’ ou ‘convergente para’ o corpo tecnológico, simultaneamente. Tanto é que não se pode mais afirmar que existam fronteiras delimitadas entre o humano e a máquina, o que já afirmava Haraway no seu Manifesto Ciborgue, publicado em 1985: “(...) a tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões – e é importante saber quem é que é feito e desfeito”. Nesta perspectiva, a web está para a arte como um lugar de criação e fruição configurando o compartilhamento de experiências com imagens do corpo, que podem ser tanto instigantes quanto perturbadoras. De natureza dinâmica, acessível e interativa é neste território que a rede se caracteriza como um ambiente fértil para a produção e expressão de subjetividades. O conceito de território é aqui apropriado como um lugar, uma ambiência configurada em sistemas de dados e as ressonâncias que suscitam nas relações contemporâneas. As redes sociais mais populares vêm atraindo artistas que se dedicam a explorar criativamente as possibilidades dos recursos tecnológicos em suas obras, ampliando processos e o próprio conceito de arte. Num movimento atribulado, inquieto, ansioso, a web parece não dar conta de abarcar leituras alternativas, devido à velocidade e efemeridade características dos processos de circulação dos posts; há uma impossibilidade de total contemplação do poder das imagens. Surgem, então, elementos contrastantes, qualidades antagônicas caracterizadas por construções de identidades que evocam sensações e diversas percepções. Os novos meios de produção e circulação trouxeram uma inevitável expansão e podemos viver a arte como extensão de nosso cotidiano. Envolvidos pelos efeitos de um mercado cada vez mais competitivo e pela imersão nesta nova interface, tem-se falado muito sobre o impacto da tecnologia digital nos âmbitos da comunicação, da arte e da vida em sociedade. Movendo-nos com o desejo de produzir e consumir imagens, somos impulsionados pela intensa proliferação de câmeras digitais e dispositivos móveis que nos permitem retê-las num quadro de tela, movimento caracterizado por uma pulsão em produzi-las, o que garante a perpetuação de uma nova espécie de existência icônica. Segundo Cotton (2013, p.13), “a fotografia como arte contemporânea no século XXI é intensamente influenciada pelo impulso do mercado de arte atual e pelo impacto das tecnologias digitais tanto na produção quanto na disseminação de imagens”. Para a

história das imagens, e para a da fotografia em particular, significa delimitar espaços configurados em temporalidades - um antes e um depois - vivemos no limiar da saturação em que habitamos as imagens e elas nos habitam. Por todas as configurações estabelecidas nos processos que regem a contemporaneidade, a experiência visual tornou-se uma forma de relacionamento com os demais e com o próprio eu, caracterizando o conceito denominado como fotografia expandida que se elege numa nova linguagem universal.

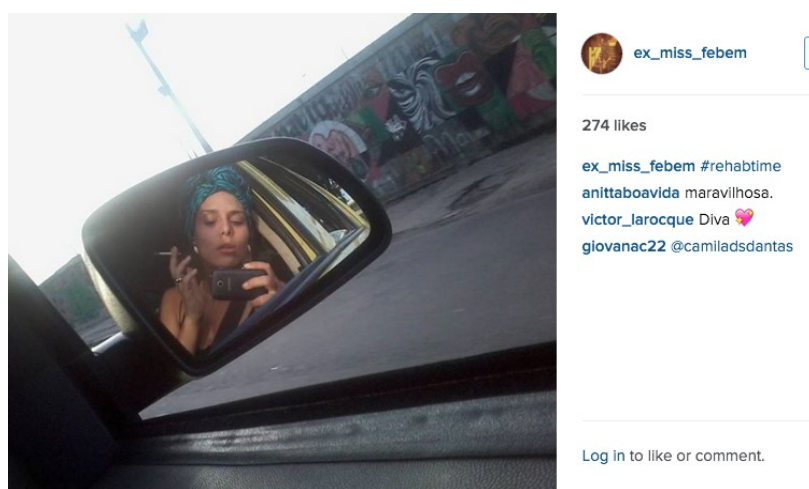


Fig. 1 – Aleta Valente, @ex_miss_febem, 2015-2017, Instagram
Fonte www.select.art.br/fluxos-fixos-e-fluidos/

Na esteira das investigações sobre a presença e a visibilidade de artistas mulheres no sistema da arte são apresentados trabalhos desenvolvidos a partir de elementos da Internet e mídias digitais. Suas ferramentas e funcionalidades, aliadas a questões que envolvem representação, autorrepresentação, identidade, gênero e feminismo suscitam reflexões sobre a instituição da Internet na arte a partir da criação de experiências interestéticas. Cabe ressaltar que por interestética entende-se, na perspectiva de Arantes (2012, p. 169) uma estética da interface, ou seja, “uma das possibilidades para se pensar na estética da contemporaneidade”, exposta em sua tese de doutorado intitulada *Arte e mídia no Brasil: por uma estética em tempo digital*. Nesse sentido, o conceito de interface é compreendido não como uma visão técnica, mas como processo de fluxos de informações, à semelhança do que têm feito diversas artistas explorando possibilidades poéticas de modo a refletir uma estetização dessa produção de caráter tão específico.

A imagem-corpo @ex_miss_febem

A partir de tais conceitualizações, tendo como principal elemento deste ensaio o termo que denomino por imagem-corpo, busco algumas articulações para relacionar determinados gestos artísticos nas redes sociais. O ponto de partida é explorar o trabalho de Aleta Valente (1986, Rio de Janeiro/RJ) com um perfil criado por ela no Instagram denominado @ex_miss_febem, que ficou disponível entre 2015 e 2017. No currículo da artista, consta que foi estudante de História da Arte na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e fez o programa de aprofundamento da Escola de Artes Visuais do Parque Lage, além de ter desempenhado diversas funções no mundo da arte. Durante alguns anos, seu trabalho não tinha uma estruturação definida, entretanto, já a interessavam algumas questões específicas de seu contexto vivencial. Não trabalhava com algum suporte específico, porém, produzia textos, instalações e performances que, efetivamente, dependiam de circunstâncias apropriadas para serem expostas. Assim, seguia seu percurso na arte até o dia em que comprou um smartphone e, conforme descrito em sua biografia na web, foi aí que sua vida mudou. Com o tempo, obteve intimidade com o aparelho e começou a produzir retratos e autorretratos, as conhecidas selfies. Essas imagens clicadas por Aleta poderiam, simplesmente, permanecer armazenadas na memória do celular, mas, talvez como um frenesi ou como um gesto consciente e deliberado começou a fazer o upload das fotos cotidianamente. Ela somente não imaginava que as mídias sociais poderiam servir como suporte para uma pesquisa artística a partir da sua própria imagem, e eis que o processo de instauração de um avatar foi tomando seu corpo virtual. A figura do avatar pode ser lida neste contexto como uma figura gráfica, uma máscara, um corpo digital que é utilizado pelo usuário de um sistema de rede, a fim de transportar dados dessa identidade pelo ciberespaço. A identidade criada por Aleta no Instagram, na forma de imagem-corpo adquiriu maior número de seguidores, usuários da plataforma que davam seus feedbacks por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos, um processo de retroalimentação característico do sistema de operações em rede. O perfil criado sob o nome de @ex_miss_febem passou a ter maior visibilidade e, quando percebeu, a artista consolidava uma narrativa ficcional que a autorizava a falar da sua realidade. Por meio de seu avatar transitou pelo território virtual simultaneamente aos seus percursos pelo corpo da cidade. Estavam, assim, abertos os portais da Internet para que a produção de uma jovem artista - mãe, mulher, pobre e moradora da periferia, como ela se define - alcançasse uma vultosa potência poética e

crítica, tanto que acabou por mobilizar até a vigilância virtual e as políticas de privacidade impostas pelo sistema da rede social.



Fig. 2 – Aleta Valente, *@ex_miss_febem*, 2015-2017, *Instagram*

Fonte www.premiopipa.com/2017/05/conheca-outros-oito-artistas-indicados-ao-premio-pipa-2017/

No foco da proposta de Aleta, as imagens fotográficas revelavam, post a post, diversas formas de representação do seu corpo físico encenado e exposto por gestos performativos diante da câmera do celular. Num misto de erotismo, escracho, ironia e provocação social a *@ex_miss_febem* tomou forma como uma identidade carregada de subjetividades, adquirindo contornos feministas com o propósito de discutir os limites de representação do corpo feminino em exposição nas redes sociais. Assim, foi realizando no Instagram uma série chamada por ela de selfies eróticas que bem poderiam ser apenas selfies, à semelhança das milhares que se pode encontrar na plataforma a cada segundo, não fosse o caráter subversivo latente nas imagens. Temperadas por um estilo de autorrepresentação em que lançou mão do exibicionismo com sarcasmo, da exposição da privacidade e do erotismo, além de escancarar os espaços públicos não tão belos da cidade, a artista construiu e desconstruiu a imagem de si e de seu entorno.

Tal configuração de superexposição dessa imagem-corpo deve ser entendida sob o espectro do funcionamento da rede, mais especificamente das redes sociais, com as peculiaridades inerentes ao formato de expressão pessoal, neste caso, pelo emprego dos autorretratos obtidos com o recurso da câmera que está disponível a qualquer tempo e lugar. Tendo o celular como dispositivo e a plataforma como meio, é possível perceber os potentes territórios de ativação constituídos na poética artística. No Instagram, milhares de usuários geram imagens, principalmente selfies, o que garante que a

percepção do tempo seja outra, mais colada à realidade. Nesse movimento ininterrupto de elementos e informações que jorram ao simples toque na tela o escoamento de tais imagens parece algo natural, orgânico e, praticamente, visceral. @ex_miss_febem nasceu, cresceu e viveu alimentada por uma profusão de excessos que lhe garantiram os sinais vitais necessários à sua sobrevivência virtual. A imagem-corpo tornou-se presença e transitou na experiência da cidade. O Rio de Janeiro com seus cenários nem tão glamourosos assim e o bairro de Bangu onde vive, formaram molduras ideais para as suas perambulações, aliás, indispensáveis a alguns processos colaborativos visíveis em determinadas proposições contemporâneas. Expondo-se em modo fotográfico, identificada como uma imagem mais próxima do ‘real’, ou seja, do que fazia parte do seu cotidiano vivido em um corpo físico, e de suas questões sobre os conflitos sociais, a artista subverteu e revirou alguns padrões considerados importantes para uma análise aprofundada envolvendo o sistema da arte e seus desdobramentos, causando até a fúria de muitos usuários.

Com o caráter de uma pesquisa em processo Aleta e @ex_miss_febem constituem a mesma pessoa, dividem (ou compartilham) o mesmo corpo, a mesma vida. A identidade artista criou situações para o corpo da identidade avatar e começou a agenciar esse corpo a favor de outras narrativas que ela vivia. Em realidade, ela foi capaz de criar uma ficção, um ensaio, uma projeção, o que deu ainda mais brecha para seu processo criativo. O trabalho a conduziu em um processo de autolegitimação através da difusão de imagens que partiam de seu ponto de vista do que é a cidade, a sexualidade, a moral, a política e até mesmo o que é o circuito da arte. No processo de criação de imagens, percebe-se, também, composições de pura observação do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Num movimento que inclui apropriação do território urbano em consonância ao uso de hashtags (#cidadeolimpica, #cidademaravilhosa, #rio40graus) expôs também um campo da cultura popular que valoriza o periférico, retratando a luta de classes, ritos e cotidianos das classes populares configuradas no modo de ser artista como um padrão de resistência social, composto e atestado no conjunto de seu corpo imagético. Um detalhe importante: a ex-miss febem nunca passou pela antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, o apelido veio da música “Kátia Flávia”, um hit de Fausto Fawcett que dominou o rádio e a televisão em 1987.

Autodefinida como artista visual, *instagrammer*, mãe solteira, feminista e suburbana, a artista apostou em seu olhar para confrontar e subverter alguns princípios das narrativas hegemônicas sobre a representação do corpo e da imagem da mulher que,

posteriormente, teve oportunidade de aliar a leituras e conversas com feministas sobre questões envolvendo o feminismo. A repercussão de seu trabalho foi tanta que chegou a causar até a fúria de muitos usuários, pois a conta no *Instagram* saiu do ar em janeiro de 2017 após as denúncias de usuários incomodados com as imagens. Tal desfecho pode ser lido como um silenciamento do trabalho da artista impedindo a continuidade do perfil do avatar, encerrado em função da política de regras de uso sobre a exposição do corpo.



Fig. 3 – Aleta Valente, @ex_miss_febem, 2015-2017, *Instagram*
Fonte www.select.art.br/fluxos-fixos-e-fluidos/

Projeto Born Nowhere e as múltiplas imagens-corpo

Já o trabalho proposto por Laís Pontes (1981, Fortaleza/CE) apresenta semelhanças e diferenças em relação ao anterior. Em *Born Nowhere* (2011-2012) que traduzido para o português quer dizer “Nascido(a) em lugar nenhum” é um projeto artístico de identidade on-line que utiliza plataformas de mídias sociais como base de interação para a construção de personas virtuais. Através de autorretratos compostos fisicamente com adereços, maquiagens e figurino, a artista emprestou seus traços fisionômicos e construiu novas identidades. Após a produção, as fotografias foram modificadas digitalmente. De posse de múltiplas novas imagens-corpo, Laís fazia a postagem da foto na página do projeto no Facebook e convidava os usuários a comentarem com suas respostas às mais variadas perguntas propostas por ela. As questões instigavam os espectadores a pensar quem seria aquela ‘pessoa’ da imagem, em que localidade teria origem ou residência, qual seria a sua profissão, gostos ou habilidades.

Nesta ação também performativa, Laís criou um ambiente flexível de interação entre os seus participantes, possibilitando o desenvolvimento da arte colaborativa a partir do compartilhamento de experiências sem limitações sociais ou culturais. Assim,

compilando os comentários de usuárias e usuários que configuraram-se como interatores, espectadores a artista construiu uma biografia para as identidades visuais. As informações publicadas na mídia social serviram para compor a descrição final de cada uma das imagens-corpo.



Fig. 4 – Laís Pontes, *Ana Cristina Born Nowhere*, 2011

Fonte www.laispontes.com/born-nowhere/characters/Born_Nowhere_Ana_Cristina_web/

Fig. 5 – Laís Pontes, *Neide Born Nowhere*, 2011

Fonte www.laispontes.com/born-nowhere/characters/Born_Nowhere_Neide_web/

É intrigante observar que as descrições foram influenciadas pelo tipo de cabelo, vestuário e expressão facial, à espécie de uma projeção; percebe-se na descrição das figuras que o observador da imagem poderia projetar o próprio ambiente onde estaria inserido, aliado a suas vivências, desejos, realidades e memórias incorporando seus pensamentos e interpretações como uma espécie de banco de dados. Nos desdobramentos do projeto, na etapa seguinte, algumas identidades revelaram-se como um perfil pessoal no *Facebook* e no *Instagram* estabelecidos por sua criadora.

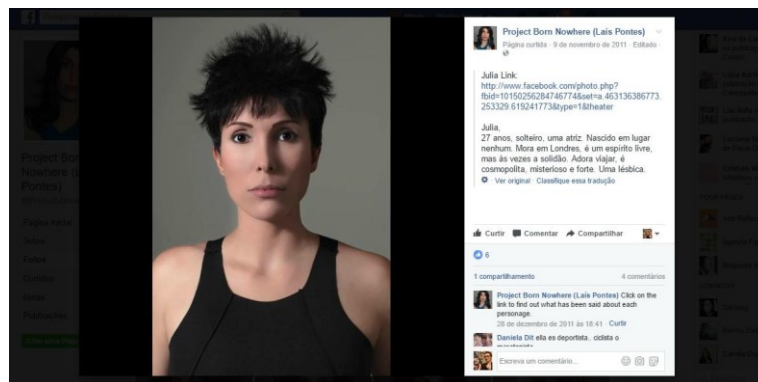


Fig. 6 – Laís Pontes, *Julia Born Nowhere*, 2011, *Facebook*

Fonte www.facebook.com/Project.Born.Nowhere/

De fato, ampliar este corpo de análise pode abarcar alguns questionamentos que avançam à medida em que outros trabalhos das artistas sejam colocados em foco. É interessante para a pesquisa em arte que as discussões se renovem como possibilidades de investigar as práticas artísticas on-line e também off-line. Em relação a determinados conceitos, bem como a proposição de novas bases conceituais, críticas, históricas, pergunto-me: a identidade on-line poderia ser denominada como uma extensão de nós mesmos, ou ainda, a conta/perfil do Facebook ou Instagram de um avatar/identidade/persona pode se caracterizar como um espaço de arquivo para a sua existência ou é a sua própria existência? Em síntese, percebemos importantes desdobramentos no trabalho das artistas que, indo do real ao virtual e vice-versa, criam um lugar de reconhecimento de identidades que se apresentam como uma proposta autorreferencial e de autolegitimação. Aleta Valente com sua @ex_miss_febem constrói um corpo de trabalho mais escrachado, debochado, irônico, aberto à participação e interação com o público, porém já caracterizado nessa abordagem do avatar. Cabe ressaltar que as práticas apropriaacionistas eram objeto dos artistas desde as décadas de 1960/70. De acordo com Rush (2013, p. 30), “as revoluções social e sexual dos anos 60 encontraram expressão na arte que se afastava da tela em busca de ações que incorporavam o observador à obra de arte”. Neste sentido, conceber a própria ação como forma de arte é aqui deflagrada como a imagem-corpo construída no espaço físico, definindo assim a natureza da fotografia compondo a performatividade. As cenas transmitidas pelas redes sociais configuram e deixam à mostra lugares que não estariam visíveis aos olhos do espectador — ambientes virtuais para estimular a percepção de que o desenrolar das cenas pode ser percebido como uma narrativa projetada na tela do celular ou computador a partir da decisão do usuário em acessar as mídias.

Assim, objetivam acessar o espectador dentro de seu espaço privado, pela tela de seu computador, estendendo relações para além de seu território físico-geográfico. No entanto, o ciberespaço é um campo de diferentes interesses e conflitos, no qual, ao instalar-se, mesmo criando seus lugares particulares e com suas próprias relações de pertencimento, a arte interage continuamente. Desse modo, as propostas artísticas em redes sociais, muitas vezes, exploram esses conflitos e contradições. (BULHÕES, 2012, p. 50)

Nesse caso, seu cotidiano a influenciou diretamente na criação das imagens que produzia, assim como as imagens também afetaram diretamente sua vida. A crueza das composições fotográficas, o cenário feio, abjeto, um detalhe que a foto não mostrou, tudo

o que não se costuma ver no Instagram. É por meio das mídias sociais que a artista viveu um exercício constante de autorrepresentação da realidade de gênero, além da geográfica e socioeconômica, criando um espaço para confrontar padrões de comportamentos vigentes que, por antagonismo, diminuem ou anulam o valor da própria existência. Nesta perspectiva, a arte apresenta-se como um conjunto de representações dotadas de interestética, imprimindo na fotografia performativa o caráter de ativismo como forma de engajamento político.

No campo das artes visuais, mais especificamente, o contato físico da materialidade dos objetos e suportes foi substituído pelo movimento de tela e sua existência baseia-se, essencialmente, nos modos de visualização e compartilhamento. Características como temporalidade, presença, ubiquidade, simultaneidade integram as experiências estéticas, alterando códigos perceptivos nas pessoas. De acordo com Prada (2013), “a este respeito, a arte, uma área que é, sem dúvida, sempre ideal para refletir sobre a identidade, tem se desenvolvido nos últimos anos de forma totalmente contrária ao que foi nas décadas anteriores. Poderíamos afirmar que o grande tema da arte hoje não é identidade, mas a circulação de formas de identidade, seu trânsito permanente, sua submissão a ‘outros’ contextos”. No caso dos trabalhos de Aleta e Laís, as artistas não se limitaram em utilizar as mídias digitais em suas obras nem a gerar outras imagens identitárias ou autorrepresentações delas mesmas. Promoveram, isto sim, um constante fluxo ao construir novas camadas de percepção, proposições investigativas para o espaço-tempo conectado, inexoravelmente, ao virtual. A natureza processual estabelecida pelas artistas demanda, do próprio corpo, a rede de dados que será transposta para o interior do cartão de memória e, posteriormente, transferida às plataformas sociais. Nesse território ficará armazenada em forma de píxeis e reconfigurada ou transfigurada em um corpo virtual. Seus corpos geradores ou matrizes estão em corpos encarnados, personificados como biológicos, orgânicos, humanos, entretanto, nos dois casos as representações imagéticas estão configuradas em bits (do inglês, bit, sigla que significa dígito binário, em português), sendo a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida na comunicação de dados. Assim, as imagens têm sua existência efetiva condicionada à sua armazenagem em um sistema de dados, como um repositório de corpos que repousam no universo virtual.

A questão do corpo ciborgue é retomada, portanto, e ganha evidência neste debate por meio das relações estabelecidas por um corpo encarnado que entra em rede em outro corpo. A tecnologia e a informação em forma de dados estão para esses trabalhos como a

intenção de abordar um cenário da produção que utiliza, na composição do repertório em arte, a introdução de movimentos do ciberespaço. Produz, assim, novos sentidos para o corpo a partir de metáforas do compartilhamento. A interatividade proposta insere novos formatos estéticos em um mundo regido pela conectividade aos dispositivos num contínuo fluxo, colocando-nos em contato direto com a produção contemporânea. As imagens só adquirem sentido e produzem narrativas no encontro de emissores e receptores, dialogando com a subjetividade dos espectadores seja na tela do computador, do telefone celular, das câmeras digitais.

Conclusões em processo

Considerando o caráter de investigação diária e permanente do objeto pesquisado, a coleta de dados está em andamento, e os resultados são obtidos ao longo da busca online. Até o momento, os tópicos referem-se ao desenvolvimento da pesquisa desde meu ingresso nas atividades como mestrandia em Artes Visuais. Creio que o assunto integra e expande um conjunto de reflexões pertinentes ao fazer artístico na contemporaneidade, marcado pela interatividade, interconectividade, compartilhamento e leitura de imagens, caracterizando um exercício colaborativo nas práticas artísticas e sociais. Uma complexa transformação histórica vem se desenvolvendo nas últimas décadas que denominamos como sociedade contemporânea e as redes sociais são alguns meios utilizados pelas artistas para consolidar essa prática. Oferecendo-nos uma dinâmica incorporada às tarefas domésticas, profissionais e rotineiras, estamos todos imersos, inscritos sob o regime da visualidade sem fronteiras. Diariamente, milhares de usuários da Internet manifestam seus likes, comentários, argumentos, opiniões, e, com esse farto material à disposição, é possível, também, acompanhar uma produção artística que se desenrola na linha do tempo da vida virtual. Desde que nossos paradigmas foram alterados pela intangibilidade da rede, nossos corpos já carregam os dispositivos digitais - apêndices tecnológicos - e nossas mentes são um repositório massivo de dados, repletas de significados que julgamos plausíveis e concretos.

Assim, é possível afirmar que na interface arte-tecnologia está presente a objetividade dos dispositivos tecnológicos e a subjetividade do campo artístico. A utilização das mídias digitais como suportes, além da ruptura com o conceito de obra de arte e da fotografia tradicional está entre os conceitos norteadores da produção contemporânea. As artistas apresentam-se como pesquisadoras e pensadoras que

desafiam os consensos sobre as ordens sociais, as redes de comunicação ou os vínculos entre indivíduos e seus modos de se relacionar. As obras refletem experiências que renovam as formas de perguntar, traduzir e trabalhar com o incompreensível ou o surpreendente. Os questionamentos seguem e buscam refletir em que medida a Internet e os dispositivos digitais interferem no movimento da imagem-corpo, uma vez que transforma e transpõe territórios simultaneamente - o quadro como uma grande ou pequena tela de monitor onde se mesclam o real e o virtual. A exemplo do que apontou o Manifesto Ciborgue de Donna Haraway, poderia-se afirmar que a mudança tecnológica impactou a vida e o modo de pensar das pessoas de tal forma que não haveria mais retorno a algum ponto de restauração da formatação original. Observa-se uma reestruturação da visão de mundo a partir das formas de interagir estabelecendo novas relações para construção de territórios, o que vale também para os espaços do corpo. Este corpo atualizado configura-se como uma imagem-corpo, fruto de atos poéticos em conexões múltiplas de sentido que se impõem a todo tipo de experiências. Tal espaço imagético e convergente integra-se à arte sendo também absorvido e transformado em visualidades que falam por si configurando um remix de imagens, palavras, sensações. Nessa perspectiva, a tecnologia torna-se um vetor, e não uma finalidade, quando imagens e corpos em movimento estabelecem dinâmicas comunicacionais. A relevância do estudo proposto reflete o caráter emergente que desponta no cenário da arte, possibilitando um recorte na observação das produções selecionadas, incluindo seus arquivos como fontes documentais de referência. Neste percurso aponta-se que a investigação é capaz de traçar narrativas que configurem uma escrita da arte contemporânea desenvolvida por mulheres e sobre a produção de mulheres artistas. O desenvolvimento deste projeto integra um instrumento com a potência crítica de questionar os privilégios narrativos das identidades hegemônicas e dominantes, com inscrições que perpassam tanto a história da arte, como sua produção, circulação e consumo. O objeto analisado em sua construção imagética evidencia modos relacionais de leitura e abordagem do próprio objeto, constituindo um território de criação e fruição por meio do compartilhamento de experiências com imagens do corpo, que podem ser tanto instigantes quanto perturbadoras. As redes sociais e a internet podem estabelecer diálogos com os mais diferentes territórios que assim abrem frestas e impulsionam mudanças no sistema da arte.

Ler e abordar o contexto contemporâneo da imagem, da exposição do corpo e da fotografia, especificamente, é refletir sobre a multiplicidade de interpretações que suscita, uma prática recorrente em muitos projetos de artes visuais. Com a breve apresentação do

trabalho de Aleta e Laís, vemos o desenrolar de um movimento artístico em consonância ao cotidiano, apresentando questionamentos e inquietações propostas pelas artistas que encontram ressonância com seus públicos. No sistema de relações da arte e Internet, interessa discorrer sobre os modos de apropriação, disseminação e construção histórica e crítica, a fim de construir análises explorando o caráter subjetivo inerente ao território da web. Visualiza-se, portanto, o tema de pesquisa como pauta de discussão dos valores e comportamentos complexos que norteiam as narrativas hegemônicas, principalmente relacionadas aos tratamentos dispensados às artistas mulheres, constituídos e consolidados ao longo da história pelo sistema da arte, e que ainda reverberam na contemporaneidade. Neste ponto, criar instrumentos de investigação estética e política deste corpo feminino constitui-se como potência em processo, uma forma de engajamento e ativismo, que eu creio sejam fundamentais à nossa re-existência/resistência enquanto mulheres, artistas, historiadoras, críticas e pesquisadoras.

Referências

ARANTES, Priscila. *@arte e mídia – perspectivas da estética digital*. 2.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

BULHÕES, Maria Amelia (org.). *As novas regras do jogo: o sistema da arte no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2014.

COTTON, Charlotte. *A fotografia como arte contemporânea*. Tradução Maria Silvia Mourão Netto, Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

RUSH, Michael. *Novas Mídias na Arte Contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SANTAELLA, Lucia. *Corpo e comunicação: sintoma da cultura*. São Paulo: Paulus, 2004.

HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*, in: SILVA, Thomaz Tadeu da (org. e trad.). *Antropologia do ciborgue*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 37-130. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/128240/ANTROPOLOGIA+DO+CIBORGUE.pdf>

BULHÕES, Maria Amelia. *Práticas Artísticas em Redes Sociais Virtuais*. Revista USP, Brasil, n. 92, p. 46-57, feb. 2012. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34882/37618>>. Acesso em: 20 jan. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i92p46-57>

PRADA, Juan Martín. *Otra época, otras poéticas (Algunas consideraciones sobre el arte actual)*. Versão reduzida da Conferência Inaugural do I Congreso Nacional de

Investigadores en arte. El arte necesario. La Investigación Artística en un Contexto de Crisis proferida no dia 11 de julho de 2013, na Universitat Politècnica de València. Disponível em: http://www.juanmartinprada.net/textos/martin_prada_juan_otra_epoca_otras_poeticas.pdf

www.composicoespoliticas.com/aleta-valente

www.laispontes.com/

www.ufrgs.br/artereflexoes/site/

Brazilian women artists in social networks: contemporary narratives of the photographic body

Abstract: In this communication I approach actions of the brazilian artists Laís Pontes and Aleta Valente, that develop their work through photographic images in social networks. Her works are guided by self-representation, using performative photographs of the body itself reflecting about identity, gender and the speeches that rise. Searching for their virtual traces on the Internet, I analyze the context of contemporary art with its conceptual and aesthetic, political and social referrals and processes.

Keywords: Brazilian artists. Art and Internet. Body. Photography.

Simpósio Temático 15 – Violência de Gênero

Violência de gênero

Coordenação: Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski (20/03) e Rosemeri Moreira (21/03)

Local: Mini Auditório CFH.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, e 21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Jeferson Ramos

jeferson2017ramos@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

“MATA-SE PODE NADA”: HETERONORMATIVIDADE, MASCULINIDADES E HOMOFOBIA

Pamela de Gracia Paiva

phanngp@gmail.com

PRINCESAS DO CRIME: A EXPLORAÇÃO MIDIÁTICA DOS CRIMES COMETIDOS POR MULHERES

Giulia Bianca Bacarin Fay de Sousa

gbbacarin@gmail.com

Universidade de Brasília – UnB

VOZES QUE NÃO SE CALAM: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A DITADURA MILITAR, CONTADA POR MULHERES QUE LUTARAM CONTRA O REGIME (1964-1985)

Fernanda da Silva Lima

felima.sc@gmail.com

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Paula Keller Frutuoso

Universidade do Extremo Sul Catarinense

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E MULHERES NEGRAS: A OMISSÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL NA LEI ESTADUAL N. 17.097/17

Ester Tavares Nobrega de Almeida

UFMT

Mariângela de Sousa Marques

maristelacarneiro86@gmail.com

UFMT

ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA NA LIMPEZA ÉTNICA DA BÓSNIA-HERZEGOVINA (1992-1995): PERSPECTIVA TEÓRICA FEMINISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

MATA-SE POR NADA: HETERONORMATIVIDADE, MASCULINIDADE E HOMOFOBIA

Jeferson Ramos¹

Resumo: Neste artigo procuro reunir algumas reflexões que venho desenvolvendo sobre meus trabalhos com dinâmicas de gênero no interior de relações masculinas. Como componente destas dinâmicas trato nesta apresentação da homofobia verificada entre homens heterossexuais, para este empreendimento fiz uso das discussões sobre história das relações de gênero; dos primeiros trabalhos no campo do digital turn cujo alicerce sustenta minha metodologia, uma vez que as fontes desta pesquisa constituem do jornalismo digital; capturo as discussões no interior da antropologia da violência e da antropologia do jornalismo sustentando um outro olhar sobre análise histórica de notícias.

Palavras-chave: Homofobia. Masculinidades. Heteronormatividade.

“Fui para o enterro e tinha muita gente. Parou a cidade. Está todo mundo revoltado. É difícil até mesmo para a gente aceitar, imagina para os parentes. O mundo está muito violento. Mata-se por nada” (Jornal Comercio, 27.06.2012)², assim se manifestou em entrevista uma das pessoas que acompanhou o enterro de um jovem de 22 anos de idade do estado brasileiro de Pernambuco, assassinado em 24 de junho de 2012 por um grupo de jovens quando saia de uma festa.

A repercussão do caso na mídia digital se deve ao contexto da violência sofrida por dois irmãos gêmeos da cidade de Camaçari-PE. Um dos jovens teve fraturas e conseguiu sobreviver, enquanto seu irmão faleceu devido a intensidade dos golpes sofridos. A indignação explícita no comentário da testemunha do enterro parece se articular a fatores num primeiro momento também explícitos: eram jovens, um deles prestes a se tornar pai (Jornal Comercio, 27.06.2012); e como assevera o saber popular, “tinham um futuro pela frente”, porém, encerrado devido a um mundo que “está muito violento”, no qual “mata-se por nada”.

Entretanto, o contexto apresentado pelas notícias levantou outro elemento, que segundo consta na entrevista concedida pela delegada da 18ª Delegacia Territorial de Camaçari, Maria Tereza Santos Silva, ao Jornal Comercio, seria, também, o causador do espanto pela comunidade conhecida dos jovens: “pensaram que eles fossem um casal homossexual. Os agressores e as vítimas não se conheciam e não tiveram nenhuma briga anterior, por isso acho

1 Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/UNICENTRO, complementação interrompida em Ciências Sociais pela Faculdades Guarapuava, atualmente é mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Email para contato: <jeferson2017ramos@gmail.com>.

2 Optei por não apresentar os nomes dos sujeitos envolvidos, os mesmos são identificados por siglas. As notícias estão disponíveis nos veículos aqui apresentados, no interesse de serem consultadas e verificadas apresento os endereços ao final do artigo.

que a motivação seja a homofobia” (O Globo, 27.06.2012). “A gente foi agredido por chute, murro e soco. Aí eu perguntei o que foi. 'É duas mulhersinhas'. Chamavam a gente de mulhersinhas. Eu acho que é a homofobia que está surgindo no mundo aí, que homem não pode sair abraçado com outro homem, pai não pode abraçar um filho”, argumentou o jovem em entrevista (Correio 24 horas, 27.06.2012).

A menção feita a que um “pai não pode abraçar um filho”, faz referência a outro fato similar que ocorreu no dia 15 de julho de 2011 na cidade de São João da Boa Vista, localizada no interior do estado de São Paulo, e que possui um repertório de violência parecido com o apresentado. Pai e filho foram abordados por jovens que perguntaram se ambos eram gays, mesmo recebendo uma resposta negativa, os jovens, tempo depois, agrediram os dois, o pai teve parte da orelha arrancada por um dos jovens; arrancada por uma mordida.

Outros casos ocorreram entre os anos 2008 e 2015, em 07 de dezembro de 2008 dois irmãos equatorianos foram agredidos no Brooklin, no estado de Nova York (EU), o caso foi noticiado pelas empresas G1 (Rede Globo) e Notícias.terra no Brasil; em 15 de julho de 2011, pai e filho são agredidos no interior do estado de São Paulo, o caso foi noticiado pela Uol notícias, Viomundo, Jornal O Globo, G1 via EPTV e outras duas matérias diretamente pela EPTV; em 27 de agosto de 2011 dois homens foram agredidos na Avenida Paulista, o caso foi noticiado pelo G1 e pelo R7 (Rede Record) e em 30 de junho de 2015 um homem de 33 anos, que estava acompanhado de seu amigo em um posto de gasolina, foi atropelado por um caminhão em São Bernardo do Campo, o caso foi noticiado pelo Diário do Grande ABC, também teriam sido confundidos com homossexuais.

Em todos os casos estão envolvidos, como agressores ou agredidos, homens heterossexuais ou declarados heterossexuais em narrativas jornalísticas, que levantam como pontos de ligação entre os mesmos a homofobia, pois os envolvidos não se conheciam ou as circunstâncias apresentaram elementos próprios da homofobia em termos gerais, como a “desqualificação” dos homens através de termos referentes às mulheres ou a feminilidade ou termos como “viado”, “gay” e “bichas”, termos pejorativos que são socialmente utilizados no Brasil para desqualificar a homossexualidade masculina.

“É duas mulherzinhas”: violência homofóbica na ordem do gênero

Achamos que somos um bando de gente pacífica, cercados por pessoas violentas.

Leandro Karnal

O relatório Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil³ (2011) revelou que, entre 90 e 93% das pessoas entrevistadas afirmaram existir preconceito contra pessoas LGBT's⁴ no Brasil, porém, quando a pergunta se referiu a existência de preconceitos da parte das pessoas entrevistadas, esses números se alteraram, 29% seriam contra travestis; 28% contra transexuais; 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays (NEV, 2012). A pesquisa abarcou as capitais dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará, e se caracteriza por um estudo auto-representativo. Os dados mostram a existência de um clima de homofobia, entendida aqui não apenas como a violência física, mas o sentimento de rejeição e aversão expresso (ou não) contra as pessoas homossexuais.

Esta aversão não está distante dos números de crimes homofóbicos cometidos no país no período analisado, como apresento adiante, o Brasil se configura como um lugar de risco para a vida de pessoas LGBT's, principalmente gays e travestis.

Anualmente o Grupo Gay da Bahia (GGB)⁵ lança os dados dos crimes contra segmentos da população LGBT. Diferentemente da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, o GGB coleta os números dos assassinatos cometidos e não faz pesquisa de opinião. Tanto os relatórios desta entidade quanto da Fundação observam que a ausência de uma base de dados governamental sobre os casos de homofobia e homofobia letal, torna difícil a coleta e tabulação para análises mais profundas e segundo Luiz Mott, permite inferir que os números podem ser maiores devido as sub-notificações (Grupo Gay da Bahia, 2012). O que significa que trabalhei aqui com dados tanto aproximados quanto podendo ser maiores que as ocorrências.

Com os dados referentes a homofobia no país e ao debate público, político e social empreendidos naqueles anos, pretendo construir uma possível paisagem do contexto em que se tornou concreto que homens heterossexuais em situações semelhantes fossem agredidos e confundidos com homossexuais.

Abaixo apresento uma tabela dos índices de pessoas LGBT's mortas ou vítimas de violência no país entre os anos citados. Os dados são oriundos de cálculos feitos pela entidade

3 O relatório Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil foi elaborado pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Instituto Rosa Luxemburgo na Alemanha. O objetivo principal da pesquisa foi “investigar o preconceito e a discriminação (familiar, social e institucional) contra homossexuais de ambos os sexos (lésbicas e gays), bissexuais e transgêneros (travestis e transexuais), com vistas a subsidiar a discussão em torno de política pública (ou de sua ausência) e a implementação de ações que contribuam para a diminuição das violências de direitos dessa parcela da população” (VENTURI; BOKANY, 2011, p. 11).

4 A sigla LGBT (também apresentada como LGBTTTQI) aglutina lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgênero, transexuais, intersexo e “queers”. Este último diz respeito a sujeitos andróginos ou não-binários.

5 O Grupo Gay da Bahia é um entidade que se dedica na luta e representação do segmento LGBT no estado da Bahia, o presidente desta entidade é o professor Luiz Mott, antropólogo da Universidade Federal da Bahia.

baiana que foram aqui reunidos e confrontados. A ocorrência de casos envolvendo heterossexuais aparece em quatro relatórios do GGB, pois para a instituição, assim como para os agenciamentos jornalísticos, os crimes se trataram de homofobia. No relatório de 2012, menciona-se o crime que vitimou um dos irmãos em Camaçari.

Tabela 1. Homo/transfobia no Brasil⁶.

LGBT's MORTOS/VIOLENTADOS NO BRASIL (2011-2015)					
Segmento	2011	2012	2013	2014	2015
Gays	162 (60%)	188 (56%)	186 (59%)	163 (50%)	164 (52%)
Travestis/Trans.	98 (37%)	128 (37%)	108 (37%)	134 (41%)	119 (37%)
Lésbicas	7 (3%)	19 (5%)	14 (4%)	14 (4%)	16 (5%)
Bissexuais	-	2 (1%)	-	3 (1%)	10 (3%)
Heterossex.	-	1	2	7	7

Fonte: Grupo Gay da Bahia.

A partir dos dados coletados pelo GGB também foi possível perceber um padrão entre lugares, período do dia e perfil dos envolvidos nos crimes, creio ser possível cruzar esse padrão com os casos analisados, visto que estes se tornam extensivos do estado de “homofobia social”⁷, que tem por base a “leitura heteronormativa” da retórica corporal e não apenas a identidade sexual real dos sujeitos relativamente aos casos analisados. Porém, o cruzamento que proponho apresenta algumas diferenças, mas são de fundamentos contingentes, vê-se adiante a que me refiro. No relatório de 2015 e refletindo os anos anteriores Mott observa

Relativamente a causa-mortis, persiste o mesmo padrão dos anos anteriores: predominam as execuções com armas brancas 37%, seguidas de armas de fogo 32%, incluindo espancamento, pauladas, apedrejamento, envenenamento. Via de regra travestis são executadas nas vias públicas (56%), vítimas de armas de fogo, enquanto gays e lésbicas são assassinadas dentro da residência (36%) com facas e objetos domésticos, ou em estabelecimentos públicos (8%) (Grupo Gay da Bahia, 2016, p. 3).

Os casos de violência reunidos para minha análise não ocorreram dentro de residências, nestes espaços e junto aos familiares a orientação sexual dos envolvidos não seria

⁶ Para a montagem dessa tabela e para maior confiabilidade nos números foram cruzados dados de quatro relatórios nacionais (Grupo Gay da Bahia, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Núcleo de Estudos da Violência e Fundação Perseu Abramo). No entanto, os dados mais significativos são os presentes nos relatórios do GGB uma vez que a entidade se dedica diretamente a atualizar sua base de dados com os casos verificados na imprensa ou informados diretamente. Os demais relatórios trouxeram casos específicos detalhados em texto e quando levaram números estatísticos o fizeram tendo por base os relatórios do GGB e da imprensa.

⁷ Chamo “homofobia social” o estado de aversão e abjeção expresso nos dados da Fundação Perseu Abramo e as evidências possíveis para cada um dos estados analisados tendo em vista, não obstante, os números de assassinatos cometidos contra homossexuais.

alvo de questionamento, uma vez que eram reconhecidamente heterossexuais e mantinham relacionamentos e tinham filhos com pessoas do sexo feminino. No entanto, isso não significa que os casos são exceções a regra; as vítimas foram “lidas” como gays dentro de um quadro de percepção que também incide sobre as pessoas de afetividade homo-orientada. Isso parece apontar para o estado de homofobia social pautado na aversão a manifestação de todo comportamento que lembre, seja percebido ou se assemelhe ao homossexual, pois foram em espaços públicos que os crimes ocorreram.

Welzer-Lang entende que a homofobia é “o produto no grupo dos homens, do paradigma naturalista da superioridade masculina que deve se exprimir na virilidade” (WELZER-LANG, 2004, p. 118), ou seja, a homofobia ordena o gênero masculino no intuito de gerir virilmente sua manifestação. Toda expressão que se afaste dessa ordem parece descer um degrau na hierarquia da própria virilidade, porém, isso pouco nos diz sobre o recurso a violência. Seria equivocado assumir que ela é um comportamento correspondente nesses casos, pois para “medir” sua propensão seríamos levados a juízos que fogem aos dados. A violência seria a forma pela qual a virilidade opera, tanto no controle quanto na reafirmação da retórica corporal? A violência seria uma forma de controle e vigilância da conduta masculina?

Welzer-Lang parece indicar algo nessa direção quando define a homofobia como “a discriminação para com pessoas que mostram, ou a quem se emprestam, certas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero” (WELZER-LANG, 2004, p. 118). Nesse caso a homofobia seria um comportamento relativo a misoginia e a inferiorização de outro homem por este não corresponder ao padrão de masculinidade através da “leitura” de sua retórica corporal ou caso seja homossexual. Entendo que a homofobia opera uma distinção e que nos casos analisados a retórica corporal ocupa um espaço crucial nessa operação, pois é patente o clima de homofobia e violência homofóbica nas duas regiões em que se verificaram os casos. Mas a homofobia parece ser mais que um produto misógino, ela opera uma distinção referente aos próprios homens e não apenas à feminilidade.

A homofobia parece funcionar como um “corretivo” da masculinidade, em relação a própria construção significativa dela em termos de uma masculinidade hegemônica⁸ e que tem na retórica corporal um espaço de efeito. Uma conduta reconhecidamente heterossexual é um demonstrativo de heterossexualidade implícita, portanto, dois homens não poderiam andar

8 O conceito de masculinidade hegemônica foi utilizado como proposta interpretativa por Robert Connel (2013) na intenção de compreender as múltiplas facetas da masculinidade em sua dinâmica endógena. Utilizo neste artigo o conceito no sentido de pensar como a homofobia é um operador de uma modalidade de masculinidade que se quer hegemônica e que se pauta na diferença da feminilidade e em sua ausência como retórica corporal.

juntos na madrugada ou nessa situação cuidar-se para não deixar “parecer” uma homossexualidade fantasmática, como se ela sempre estivesse a espreita, próxima, pronta para ser acionada e colocar em questão a masculinidade dos sujeitos. Num primeiro momento me pareceu absurdo tal ideia, todavia, os grupos de jovens atacaram apenas homens quando em dupla, enquanto eles estavam sempre acompanhados de grupos, o que constituía um validador de sua masculinidade viril. Penso fazer sentido desde um ponto de vista fenomenológico⁹, em que “o objeto [retórica corporal] só existe para um sujeito [agressores] que lhe dá significado” (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 123). A homofobia contra homens heterossexuais talvez funcione no sentido proposto pela explicação fenomenológica, em que mesmo os homens sendo heterossexuais, para os grupos de agressores o sentido de sua retórica corporal assumiu outro significado dado o contexto em que se encontravam e a noção de conduta viril significada pelos agressores.

Os casos aqui reunidos ocorreram durante a noite e em espaços urbanos (São João da Boa Vista, São Paulo e Camaçari), envolvendo pessoas aparentemente desconhecidas e marcados por violência física e letal. Para Luiz Mott a intensidade das violências sofridas por pessoas LGBT no Brasil é um agravante da homo/transfobia, pois na ausência de qualquer outro circunstancial, apenas o ódio¹⁰ e a aversão dariam conta de explicar os casos, o que endossaria as interpretações das narrativas jornalísticas.

GG, 33 anos, não imaginava que o gesto simples de abraçar seu amigo VPP, 34, despertaria a ira de um caminhoneiro que passava pela região central de São Bernardo. Os dois foram confundidos com casal gay e, segundo VPP, ofendidos com palavras homofóbicas na madrugada de sábado, quando se dirigiam a um posto de gasolina para comprar cigarros. GG morreu no local ao ser atropelado pelas rodas traseiras do veículo, enquanto seu amigo conseguiu sair ileso (Diário do Grande ABC, 03/06/2015).¹¹

Eu olhei, procurei nos lados, tinha um grupo de pessoas e eu fui na direção delas. Eu cheguei perguntando ‘o que aconteceu?’. Eles começaram a me xingar: ‘Sai daqui, viadinho’. Eu falei ‘qual o motivo, por que isso?’, aí um deles abaixou para pegar a luminária, que estava no pé dele”, contou.”

“O arquiteto afirmou que ele e o amigo não estavam próximos e não tomaram

9 Penso a fenomenologia aqui principalmente em relação a sua interpretação do ato de significação que para ela o “o objeto só existe para um sujeito que lhe dá significado” (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 123).

10 No que se refere aos discursos sobre homofobia desde um ponto de vista político o uso da noção de “crimes de ódio” tem respondido ao problema das violências, no entanto, o ódio como um sentimento constituído social e historicamente pode ser analisado nessa mesma constituição tendo por base a homofobia como problema de reflexão. Não trato disso aqui, porém, falta uma história do ódio a homossexualidade/homossexuais no Brasil a ser feita.

11 Optei por não veicular os nomes dos envolvidos nos fatos aqui analisados. Os nomes, bem como a verificação das notícias podem ser consultadas nos endereços disponíveis nas referências bibliográficas ao final do artigo. As datas referem-se a publicação das notícias e não aos fatos.

nenhuma atitude que levasse os agressores a imaginar que os dois fossem gays. “É triste, é gratuito, é de uma pobreza cultural, pobreza intelectual muito grande”, afirmou. “Fiquei nervoso, mas na hora mesmo não senti medo, senti raiva. A sorte é que era uma molecada inexperiente. Não era um pessoal escolado em briga. Se fosse skinhead a gente teria se dado realmente mal” (G1, 29/08/2011).

A versão policial indica que os irmãos foram atacados por quatro negros que acharam que eram um casal homossexual, pois eles estavam andando abraçados para se proteger do frio (G1, 09/12/2008).

Nos três trechos acima descrevem-se algumas das situações verificadas em nossos casos. As manchetes dos jornais construíram os acontecimentos enquanto “confusão”, para o que se entende, certamente, que se tratariam de pessoas heterossexuais tomadas, naquelas situações, por homossexuais. Se trataria realmente de confusão? Alguns elementos parecem confirmar o padrão dos dados nacionais: sempre a noite; homens cis-gênero¹²; espaço público (visto que em suas residências as relações sociais de sexo seguem outra direção); nos casos relatados pela imprensa as vítimas não conheciam os agressores, mas ainda assim seria pouco para afirmar que as vítimas foram percebidas como homossexuais, aceitando para isso apenas o cruzamento de um padrão.

O caso que apresentei na introdução envolvendo dois irmãos gêmeos de Camaçari-PE, revela que a proximidade mantida entre os corpos de ambos teria despertado a atenção de um grupo de jovens que desembarcando de um ônibus agrediram-nos. Porém, “eles [agressores] alegaram que acharam que era um homem e uma mulher brigando conta Maria Tereza” (Jornal O Globo, 27.06.2012). Como houve violência física seria improvável que essa alegação se mantivesse, pois, no momento em que os agressores se aproximaram dos jovens seria perceptível que se tratava de dois homens, portanto, descarta-se que o crime tenha sido para defesa de uma suposta briga.

A proximidade entre dois homens, portanto, parece ser o elemento que atravessa todos os casos, foi a partir dessa constatação que as notícias, as vítimas, assim como representantes da polícia que deram entrevista, entenderam se tratar de homofobia.

JLS, 22 anos, não imaginava que o gesto inocente de caminhar abraçado com seu irmão gêmeo, JL, despertaria a ira de outros homens (Jornal O Globo, 27.06.2012).

12 Cis-gênero se refere a expressão de gênero das pessoas que não mudaram sua identidade de gênero daquela recebida no nascimento e com a qual se conformaram em sua experiência. Pessoas trans-gênero, diferentemente, são aquelas pessoas que não se sentem psico-socialmente compatíveis com a designação de gênero recebida e/ou atribuída no nascimento.

Eles [gêmeos] voltavam abraçados de uma festa promovida pela prefeitura local na madrugada de domingo (Jornal Commercio, 27.06.2012).

Segundo a polícia, os dois [pai e filho] estavam abraçados quando integrantes de um grupo de sete jovens perguntaram se eles eram gays. Diante da negativa, o grupo saiu, mas retornou e começou a espancá-los (UOL notícias, 19.07.2011).

Ele estava abraçado com o filho de 18 anos quando um grupo de jovens se aproximou e perguntou se eles eram um casal gay. Mesmo com a negativa, pai e filho foram agredidos. O autônomo ficou desacordado e, quando se recuperou, percebeu que havia perdido parte de sua orelha (Globo.com via EPTV, 19.07.2012).

GG, 33 anos, não imaginava que o gesto simples de abraçar seu amigo VPP, 34, despertaria a ira de um caminhoneiro que passava pela região central de São Bernardo. Os dois foram confundidos com casal gay e, segundo VPP, ofendidos com palavras homofóbicas na madrugada de sábado, quando se dirigiam a um posto de gasolina para comprar cigarros. GG morreu no local ao ser atropelado pelas rodas traseiras do veículo, enquanto seu amigo conseguiu sair ileso (Diário do Grande ABC, 03.06.2015)

O arquiteto afirmou que ele e o amigo não estavam próximos e não tomaram nenhuma atitude que levasse os agressores a imaginar que os dois fossem gays (G1.com, 29.08.2011).

Note-se que no caso do “pai e filho” os agressores eram jovens, o que segundo os relatórios têm se apresentado como recorrente, e que fizeram uma primeira abordagem com ambos perguntando-lhes se eram gays

[...]o homem, que preferiu não se identificar, ainda está traumatizado. Ele contou que depois de um show um grupo de sete jovens se aproximou e perguntou se os dois eram gays”, “Ele disse que explicou que eles eram pai e filho e, mesmo assim, houve um princípio de tumulto. Os rapazes foram embora, voltaram cinco minutos depois e começaram a agredir os dois (Viomundo, 19.07.2011).

JC, o pai, disse em entrevista: “eu lembro de ter tomado o soco no queixo, a pancada, e ter apagado. Quando eu comecei a acordar eu escutei ela gritar: ele tá sem orelha, ele tá sem orelha” (Jornal Regional, 18.07.2011), JC teve parte da orelha decepada, ao que parece por uma mordida de um dos jovens (Viomundo, 19.07.2011; G1, 18.07.2011).

Mesmo sendo um padrão crimes homofóbicos com armas brancas ou de fogo, o espaço no qual JC foi agredido era fechado para a EAPIC, feira agropecuária da região de São João da Boa Vista, e que para entrar todos/as passaram por vistoria, restando aos agressores o uso de seu próprio corpo como arma. A primeira interpelação dos jovens, questionando se eram gays parece evidenciar que existe uma chancela de violência contra homossexuais, corpos que seriam passíveis de intervenção violenta, pois decaíram na hierarquia da virilidade. Denominei esse

processo de homossexualização abjeta, em que corpos que não se definem homossexuais sofrem, por extensão e relação, os mesmos cruzamentos de dor e sofrimento daqueles outros corpos que são homossexuais, no intuito de distinguir/destituir os traços não correspondentes a imagem da masculinidade viril defendida pelos agressores.

O tratamento dos casos de homofobia no Brasil não recebem uma penalização específica, pois a homofobia não figura como crime na legislação, “o enquadramento hoje [né], o agravante seria a torpeza, o motivo torpe, já que não dispõe-se uma lei específica contra a homofobia” (Domingo Espetacular, 24.07.2011).

No que se refere a assistência do poder público em relação a população LGBT no Brasil, existe desde 1995 uma proposta de lei que disciplinaria a união civil entre pessoas do mesmo sexo colocada em discussão e aprovada no Superior Tribunal Federal em maio de 2011; também dispõe-se do Projeto de Lei da Câmara, número 122 de 2006 que passados onze anos ainda não foi aprovado, e quando enfim parecia, neste ano de 2017, possível a população LGBT comemorar a regulamentação da lei anti-homofobia, a mesma foi, três dias após sua aprovação, derrubada pela articulação da “bancada evangélica”¹³ na câmara que alegou que “a referida regulamentação fere o direito à liberdade religiosa, à liberdade de opinião e afronta diretamente os valores e princípios da família consolidados na Constituição Federal” (G1, 23.06.2017).

São Paulo e Pernambuco, de acordo com os relatórios do GGB foram os estados que mais registraram crimes por homofobia dentre os estados das suas respectivas regiões, em uma soma dos dados nacionais, os dois estados mataram 339 pessoas LGBT's entre 2011 e 2015, mais que a média nacional em cada um dos anos.

Os outros dois casos aconteceram na linha do mesmo padrão em relação a período do dia, lugar e perfil dos envolvidos. GG de 33 anos morreu após ter sido atropelado pelas rodas trazeiras de um caminhão na cidade de São Bernardo do Campo na madrugada do dia 30 de junho de 2015. Ele estava com seu amigo VPP, e foram confundidos com um casal gay, “segundo [VPP], ofendidos com palavras homofóbicas na madrugada de sábado, quando se dirigiam a um posto de gasolina para comprar cigarros” (Diário do Grande ABC, 03.06.2015). O acusado era um caminhoneiro que alegou ter sido surpreendido pelos dois, que estariam carregando uma barra de ferro, GG alegou que quem estaria com uma barra de ferro seria o motorista, quando se dirigiu ao mesmo para perguntar o motivo das “palavras homofóbicas”. A homofobia nesse caso também foi assumida pela narrativa do jornal e não pelo acusado.

13 Frente Parlamentar Evangélica ou “bancada evangélica” é o nome dado ao conjunto de parlamentares brasileiros da Câmara dos deputados que articulam-se na defesa dos princípios considerados cristãos, se colocando contra propostas progressistas ou consideradas contra a liberdade de crença e convicção religiosa.

O quarto caso envolveu também dois homens enquanto vítimas, estavam caminhando na avenida Paulista quando foram atacados com objetos atirados em sua direção.

Eu olhei, procurei nos lados, tinha um grupo de pessoas e eu fui na direção delas. Eu cheguei perguntando ‘o que aconteceu?’. Eles começaram a me xingar: ‘Sai daqui, viadinho’. Eu falei ‘qual o motivo, por que isso?’, aí um deles abaixou para pegar a luminária, que estava no pé dele, contou. O arquiteto afirmou que ele e o amigo não estavam próximos e não tomaram nenhuma atitude que levasse os agressores a imaginar que os dois fossem gays. “É triste, é gratuito, é de uma pobreza cultural, pobreza intelectual muito grande”, afirmou. “Fiquei nervoso, mas na hora mesmo não senti medo, senti raiva. A sorte é que era uma molecada inexperiente. Não era um pessoal escolado em briga. Se fosse skinhead a gente teria se dado realmente mal (G1, 29/08/2011).

Para a vítima, não houve comportamento que explicasse a leitura homofóbica dos agressores, “ele e o amigo não estavam próximos e não tomaram nenhuma atitude que levasse os agressores a imaginar que os dois fossem gays”, mas o que ouviram foi, “sai daqui, viadinho”. Aqui também nota-se que a retórica corporal é o elemento que atravessa e materializa a “leitura heteronormativa” por parte dos agressores.

A retórica corporal constitui os significados que são lidos socialmente, e esse trânsito de significação pode ocorrer a revelia dos próprios sujeitos lidos. Parece-me que a “leitura heteronormativa” se baseia numa representação de masculinidade heterossexual rigidamente marcada pela visão do outro como sendo inferior e passível dessa condição, visto que os agressores nunca estavam sozinhos ou em dupla. Como dito, dois homens andando juntos a noite parece representar um “potencial de homossexualidade”, isso não seria um problema, não fosse os múltiplos sentidos que tal potencial assume nas relações sociais e como os diversos grupos agem e reagem a isso, demarcando pela violência um dos significados pelo qual dão sentido a homossexualidade.

Reza um ditado popular brasileiro, talvez pouco conhecido, que diz “a noite todos os gatos são pardos”, por esse ditado entende-se que o período noturno é passível de “confusão”, pois na impossibilidade de ver nitidamente corpos e identidades, o trânsito de significados pode causar leituras equivocadas. No entanto, os dados retirados dos relatórios apontam que a homofobia que atinge homens heterossexuais possui outro elemento explicativo. Certamente o período do dia influi nos acontecimentos, mas a crença pelos grupos de agressores numa ordem do gênero que opera pela violência homofóbica se trata de uma construção das relações de gênero e sentido da masculinidade que é fronteira e hierárquica, sem dizer que também é elaborada à luz do dia.

Considerações Finais

A violência como observou Roberto Da Matta (1982) pode ser alvo de uma extensa discussão no caso brasileiro, pois faz parte das relações sociais em diversos momentos da história. Tratar desse assunto não é um procedimento simples, o que busquei apresentar neste artigo é um exercício propositivo que visa contribuir com o debate sobre homofobia no Brasil. Muitas outras reflexões são possíveis e necessárias, principalmente sobre os casos específicos de homofobia contra homossexuais.

Meu interesse em expor uma discussão sobre casos de homofobia envolvendo homens heterossexuais não tem por intenção apontar que os homossexuais não são vítimas exclusivas, como apresentei, mesmo que os sujeitos envolvidos tenham defendido uma identidade heterossexual, no trânsito de significados sociais a mesma deixa de ser evidente. Nesse ínterim entendo que as identidades de sexo e gênero mantêm-se em trânsito, sendo agenciadas de formas múltiplas nos diversos contextos, sendo ou não marcados pela violência.

Os agressores construíram significados de masculinidades, inclusive, na perspectiva da homofobia possuem também noções de corpos abjetos, homens bichas, viados que para muitos são o inverso do que se pressupunha entre os homens de letras até o século XIX em relação às mulheres, para muitos homens gays são mulheres incompletas, sujeitos que possuem um desejo reprimido, uma vontade de gênero que se dirige ao outro sexo. É justamente no contato com traços e indícios de homossexualidade que se aciona os significados de uma masculinidade viril respeitável, o problema que nos fica é de onde vem o sentimento de que ela deve ser eliminada, creio ter resolvido o porque ela se inscreve como inferior.

Entendo que os agenciamentos jornalísticos que apontaram para a possibilidade de uma “confusão” nos casos, dialogaram com o senso social de que a homofobia é um processo próximo da homossexualidade enquanto identidade do sujeito e para o sujeito. Os casos mostraram, ao contrário, que a homofobia incide sobre corpos que não são homossexuais evidenciando-se não é apenas como um operador de controle da conduta masculina.

Esse operador, enquanto significado social de se ser homem, construiu seu oposto, que pode ser identificado na conduta homossexual ou ao que lhe seja semelhante. Nesse contexto a violência se tornou um recurso que objetivou distinguir/destituir traços de homossexualidade e intervir nos corpos para reiterar sua condição de abjeto e passível de agressão. Essa produção de oposição se coloca em termos de relação com significados de feminilidade, mas também de hierarquias no interior das próprias relações de masculinidades.

Analisando esses casos também foi possível perceber a importância de uma legislação específica para a população gay assim como LGBT's. No Brasil está em disputa desde 2000 a regulamentação da lei anti-homofobia, que seria uma forma de minimizar os danos morais e físicos causados pela violência homofóbica, mas ainda distante da realidade política do país.

Documentos

Juliana Cardilli. “Foi completamente gratuito”, diz arquiteto agredido na Paulista. In: **G1**, São Paulo, 29.08.2011. Disponível em:<g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/08/foi-completamente-gratuito-diz-arquiteto-agredido-na-paulista.html>. Acesso em: 13.10.2016.

Daniel Macário. Morre rapaz confundido com gay. In: **Diário do Grande ABC**, São Paulo, 03.06.2015. Disponível em:<www.dgabc.com.br/Noticia/138540/morre-rapaz-confundido-com-gay>. Acesso em: 13.10.2016.

EFE. Irmãos equatorianos confundidos com casal gay são atacados em Nova York. In: **G1**, São Paulo, 09.12.2008. Disponível em:<g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL916823-5602,00-IRMAOS+EQUATORIANOS+CONFUNDIDOS+COM+CASAL+GAY+SAO+ATACADO+S+EM+NOVA+IORK.html>. Acesso em: 13.10.2016.

G. Machado. Irmãos gêmeos são confundidos com homossexuais e um acaba morto. In: **Blog Sex, amor e viadagens**, s/l, 01.07.2012. Disponível em:<<http://sexoamoreviadagens.blogspot.com.br/2012/07/irmaosgemeossaoconfundidoscom.html>>. Acesso em: 13.10.2016.

Rodrigo Meneses. Abraço de irmãos acaba em ataque homofóbico e morte na Bahia. In: **Jornal O Globo**, São Paulo, 27.06.2012. Disponível em:<oglobo.globo.com/brasil/abraceirmaosacabaemataquehomofobicomortenabahia5330477>. Acesso em: 13.10.2016.

Wagner Sarmiento. Gêmeos pernambucanos são confundidos com homossexuais e um acaba morto. In: **Jornal do Commercio**, 27.06.2012. Disponível em:<<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2012/06/27/gemeospernambucanosconfundidoscomhomossexuaiseumacabamorto4...>>. Acesso em: 13.10.2016.

Notícias.terra. Dois irmãos equatorianos foram atacados na madrugada de domingo ao serem confundidos com um casal homossexual, e um deles permanece em estado grave devido aos ferimentos provocados pelos quatro agressores, todos negros. In: **Notícias.terra**, São Paulo, s/d. Disponível em:<noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI3382408-EI8141,00-NY+equatorianos+confundidos+com+gays+sao+atacados.html>. Acesso em: 13.10.2016.

UOL Notícias. Confundidos com casal gay, pai e filho são agredidos no interior de SP; homem perdeu parte da orelha. In: **UOL Notícias**, São Paulo, 19.07.2011. Disponível em:<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2011/07/19/confundidoscomcasalgaypaiefilhosaoagredidosnointeriordesphomperdeupartedaorelha.html>>. Acesso em: 13.10.2016.

VIOMUNDO (via EPTV). Pai e filho são confundidos com casal gay e agredidos em São João da Boa Vista, SP. In: **VIOMUNDO**, São Paulo, 19.07.2011. Disponível em: <www.viomundo.com.br/denuncias/pai-e-filho-sao-confundidos-com-casal-gay-e-agredidos-em-sao-joao-da-boa-vista-sp.html?share=google-plus-1&nb=1>. Acesso em: 13.10.2016.

Referências

ARANHA, Maria L. de Arruda; MARTINS, Maria H. Pires. *Filosofando: introdução a filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria H. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

_____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”*. In: Cadernos Pagu, 11, 1998. (p. 11-42). Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457/2381>>. Acesso em 15.01.2018.

CONNEL, Robert; MASSERSCHMIDT, James. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. In: Estudos Feministas, Florianópolis, n. 21, v. 1, jan./abr. 2013. (p. 241-282). Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X20130001000114>. Acesso em 23.04.2017.

FALQUET, Jules. "Pour une anatomie des classes de sexe : Nicole-Claude Mathieu ou la conscience des opprimé·e·s" [Lecture d'une oeuvre], Cahiers du Genre, n° 50, 2011. (p. 193-217). Acesso a versão impressa em 29.03.2016.

_____. *Dualismos em duelo*. In: Cadernos Pagu, v. 17, n. 18, 2001/02. (p. 9-79). Disponível em: <<http://pt.scribd.com/document/184666964/Fausto-Sterling-A-Dualismos-Em-Duelo>>. Acesso em 15.01.2017.

FOUCAULT, Michel. "Poder-corpo". In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. (p. 234-243)

FOLHA DE SÃO PAULO. *Dicionário Aurélio básica da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

LAROUSSE CULTURAL. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Trad. Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LINS, Beatriz A.; MACHADO, Bernardo F.; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais*. São Paulo: Reviravolta, 2016.

MACHADO, Lia Z. “Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea”. In: SCHPUN, Mônica (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 35-78.

_____. *Gênero, um novo paradigma?*. In: Cadernos Pagu, 11, 1998. (p. 107-125). Disponível em: <<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467>>>. Acesso em 15.08.2016.

MATHIEU, Nicole-Claude. *Claude Lévi-Strauss e (sempre) a troca de mulheres: análises formais, discursos, realidades empíricas*. In: CHABAUD-RYCHTER, D.; DESCOUTURES, V.; DEVREUX., A.; VARIKAS, E. *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad. Lineimar P. Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014. (P. 69-83)

MOTT, Luiz. *A revolução homossexual: o poder de um mito*. In: Revista USP, São Paulo, n. 49, mar./mai. 2001. (p. 40-59). Versão impressa.

NARVAZ, Martha G. *Gênero: para além da diferença sexual – revisão da literatura*. In: Aletheia, 32, mai./ago. 2010. (p. 174-182). disponível em: <<www.periodicos.ilbra.br/index.php/aletheia/article/view/3530>>. Acesso em 28.09.2016.

OLIVEIRA, Pedro P. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PEDRO, Joana M. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. In: Topoi, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011. (p. 270-283). Disponível em: <<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000100270>>. acesso em 15.04.2016

_____. *Traduzindo o debate: o gênero como categoria útil de análise histórica*. In: História, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. (p. 77-98). Disponível em: <<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&lng=pt>>. acesso em 15.04.2016.

PINSKY, Carla B. *Estudos de gênero e história social*. In: Estudos Feministas, Florianópolis, n. 17, v. 1, jan./abr. 2009. (p. 159-189). disponível em: <<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000100009>>. acesso em 17.01.2017.

PORTER, Roy. “História do corpo”. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2011. (P. 297-334)

RAMOS, Jeferson. *Homossexualidade e ensino de História: reflexões e apontamentos sobre a praxis*. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas (OmniScriptum GmbH & Co), 2017.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto História, São Paulo, v. 04, 1985. (p. 89-102). Disponível em: link não encontrado. Documento disponível com o autor deste texto via email.

WELZER-LANG, Daniel. *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*. Estudos Feministas, Florianópolis, ano 9, 2º sem. 2001. Disponível em: <<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 15.02.2017.

_____. “Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo”. In: SCHPUN, Mônica (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004. (p. 107-128).

“Mata-se por nada”: heteronormativity, masculinity and homophobia

Abstract: This article discusses a few questions of the my researches about gender dynamics of male relations. The homophobia is understand how component these relations between heterosexual man. I am consider important contributions of the next areas for my investigation: gender relations; digital turn in History; antropology of violence and antropology of journalism.

Keywords: Homophobia. Masculinity. Heteronormativity.

PRINCESAS DO CRIME: A EXPLORAÇÃO MIDIÁTICA DOS CRIMES COMETIDOS POR MULHERES

Pamela de Gracia Paiva¹

Resumo: As mídias de massa exploram sobremaneira crimes em que mulheres são as algozes, tornando-as famosas, princesas/rainhas do crime. Dessa forma, o objetivo da pesquisa visa demonstrar como isso ocorre e qual o discurso utilizado pelos programas sensacionalistas que se alimentam das desgraças alheias. E como tais programas contribuem para a não ressocialização dessas mulheres, que são expostas e julgadas pela mídia, que se tornou então, um quarto Poder.

Palavras-chave: Crime; Mulheres; Mídia, Televisão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa debater sobre a exploração midiática acerca dos crimes cometidos por mulheres, crimes que fogem do padrão e do perfil esperado de mulher criminosa, mulheres negras, pobres e com pouca ou nenhuma escolaridade, sendo estas mulheres consideradas bonitas e de classe social elevada.

O objetivo é relatar como a mídia se utiliza desses casos, explorando-os em busca de audiência para os programas de televisão que se alimentam dos infortúnios alheios, emitindo opiniões acerca do fato ocorrido e da pena aplicada e ainda, questionando as progressões de regime ou saídas temporárias, não deixando que sejam esquecidos pela população, que ao ver novamente o caso considera que a pena aplicada foi branda. E não apenas isso, mas ajudam a contribuir com o imaginário de que mulheres não deveriam cometer crimes, que não é o tipo de comportamento esperado de uma mulher, além disso tratam-nas como objetos, ranqueando elas como as mais belas, chamando-as de princesas, musas, Barbies do crime.

A pesquisa se justifica por ser necessário que a criminalidade feminina ganhe mais espaço em discussões diversas, para que a ideia de mulheres dóceis e passivas possa cada vez mais ser questionada, principalmente quando os crimes são motivados por bens materiais e não por envolvimento delas com pessoas do mundo do crime ou na tentativa de se defenderem de algum abuso.

Para tal, alguns casos famosos serão citados, pois a mídia ainda os utiliza como meio de conseguirem a audiência necessária para os seus programas de televisão, por serem casos que de alguma forma conseguem ter a atenção da população, que volta seus olhos para as pautas

¹ Graduada em Marketing pelo Centro Universitário Uninter. Graduada em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Pós-graduada em Metodologia do Ensino da História e Geografia pelo Centro Universitário Uninter. Contato: phanngp@gmail.com ou profepamelapaiva@hotmail.com. Curitiba/PR.

apresentadas e se põe a julgar juntamente com a mídia, que como será visto, se tornou um quarto poder julgador.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica acerca da temática, e da busca pelos casos que marcaram as páginas policiais, as leituras foram fundamentais para que a autora pudesse expressar suas reflexões. Sendo assim, o que se segue são alguns apontamentos acerca do tema, que ainda deve ser muito explorado, podendo ser efetuados diversos questionamentos sobre a criminalidade feminina, a punição, o papel da mulher, entre tantos outros.

MÍDIA TELEVISIVA COMO UM QUARTO PODER

O aprisionamento de mulheres é um tema importante para ser debatido, visando isto a pesquisa busca lançar luz acerca do aprisionamento de mulheres que se encontram dentro dos padrões de beleza estabelecido e de classe social elevada, além disto sobre como a mídia televisiva explora os crimes cometidos por elas, crimes que ganham repercussão por dias e até mesmo anos, e que na maioria das vezes são tipificados como hediondos², fato que ajuda a chamar ainda mais a atenção para elas.

Porém, antes de comentar sobre os discursos proferidos pelos apresentadores dos programas de televisão considerados sensacionalistas³, é importante destacar o papel que a mídia ocupa na sociedade, sendo está uma mídia de massa que consegue atingir milhões de pessoas⁴ e formar opiniões e julgamentos.

A TV, derruba as barreiras de acesso às informações que hierarquizam em certas categorias -- letrados, semiletrados e iletrados -- a audiência, proporcionando a todos uma apreensão direta, rápida e simplificada de suas mensagens. Por isso, segundo a maioria dos pesquisadores, o nível de conhecimento e o tipo de informação com os quais as pessoas constroem as realidades sociais foram dramaticamente expandidos e homogeneizados pela televisão. (CARVALHO JUNIOR, 2009, p. 9)

² De acordo com a lei nº 8.072/90, são considerados crimes hediondos (consumados ou tentados): homicídio e homicídio qualificados, lesão corporal dolorosa de natureza gravíssima ou seguida de morte, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, estupro, favorecimento da prostituição/exploração sexual de crianças e/ou adolescentes, posse ou porte ilegal de arma de fogo, genocídio. O tráfico de drogas não é crime hediondo típico, mas sim equiparado a hediondo, sendo punido com o mesmo rigor que os crimes hediondos.

³ Programas em que os eventos e assuntos são exibidos de forma exagerada, aumentar a audiência dos telespectadores, com abordagens insensíveis, apelações emotivas, criação de polêmicas, e fatos omitidos de forma intencional, que resultam em manter a atenção da população. Ela também expõe programas que divulgam livremente temas capazes de chocar a população, como a violência.

⁴ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, a televisão está presente em 97,1% dos lares brasileiros.

Sendo ela um meio de comunicação de maior acesso da população, em decorrência disso o mercado televisivo que é comandado por poucos é capaz de expor as informações de forma selecionada e da maneira que melhor lhes convir. Desta forma, os meios de comunicação que deveriam informar a população acabam fazendo mais do que isso, para Mello,

Os meios de comunicação não se limitam a informar. Eles tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofundam o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas. (MELLO, 1999, p. 138).

Concordando com Mello, Rogério Greco ressalta que,

A mídia pode, hoje, ser considerada um quarto Poder, posicionando-se ao lado do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Presidentes são eleitos ou mesmo afastados por conta da mídia. Criminosos são condenados ou absolvidos, dependendo do que venha a ser divulgado e defendido pelos meios de comunicação de massa. Enfim, não se pode negar esse poder. (GRECO, 2015, p. 72)

A mídia acaba que por se preocupar em pautar suas matérias em crimes, criminosos e vítimas, buscando a audiência popular, pois há grande interesse da população sobre tais temas, sobre as adversidades cotidianas, exibidas em pleno horário do almoço. O crime atrai a atenção e as pessoas buscam cada vez mais informações acerca deles, sendo transmitido todo o *inter criminis*⁵, desde a tipificação, a motivação, os meios adotados para a execução, e a oportunidade de se efetivar o ato criminoso, “a representação operada pela mídia sob forma de uma nova inflexão emocional de nossa experiência do crime, sem dúvida, jogou um papel importante para a construção de uma nova estratégia punitiva” (GAIO, 2007, p. 112).

Porém, há ainda um nicho diferente dentro desses programas que exploram o crime e a violência, os crimes que são cometidos por mulheres, mulheres consideradas dentro do padrão de beleza socialmente estabelecido e com boas condições financeiras, pois, são mulheres que fogem do perfil habitual (pobres, negras e dependentes químicas), e gera ainda mais curiosidade na população.

De acordo o Ministério da Justiça, e outros relatórios quantitativos acerca dos crimes cometidos e do perfil das pessoas presas no Brasil, temos dados que conseguem traçar quem de fato são as pessoas que povoam os espaços prisionais e que permanecem atrás das grades no

⁵ Vem do latim, e quer dizer "caminho do crime", o processo de evolução/etapas do delito, desde o surgimento da ideia de cometer um ato criminoso até a consumação.

país, perfil este que a mídia ajuda a perpetuar, que diz respeito ao estereótipo citado acima. Porém,

Fica evidente que o maior número de crimes registrados pela polícia – casos de furto e de lesões corporais – é o que recebe menor atenção dos veículos de comunicação. Por outro lado, embora os casos de homicídio digam respeito apenas a 1,7 % dos crimes registrados pela Polícia, eles são responsáveis por mais de 40 % das matérias sobre crime (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2005, p. 12).

Ajudando a perpetuar a ideia de que estamos cada vez mais mergulhados em violência e insegurança, corroborando com a ideia da importância de se ter penas mais duras, esses programas também acabam incitando os movimentos de Lei e Ordem⁶, sendo a mídia um importante meio de divulgação de suas ideias e ideais.

Em decorrência disso, a mídia se ocupa não apenas em divulgar suas opiniões acerca dos crimes cometidos, como também em objetificar as mulheres que fugiram do perfil esperado e preconceituoso, de uma criminosa. Explorando suas histórias, suas fotos, com discursos permeados de pré-conceitos e machismo.

É possível encontrar uma série de vídeos de tais programas sensacionalistas na internet com chamadas e matérias sobre mulheres consideradas belas e que cometeram algum crime, desde o estelionato, passando pelo tráfico de drogas e também os crimes contra a vida, estes capazes de chocar a sociedade que dificilmente consegue conceber a ideia de que mulheres também comem crimes.

Em uma breve busca sobre as reportagens, as chamadas encontradas são as seguintes: *princesinha do tráfico de drogas*, *Bárbie do tráfico*, *bandidas gatas*, *beleza a serviço do crime*, *belas, sedutoras e perigosas*, como pode ser notado, há a objetificação dessas mulheres, quando dentro dos padrões de beleza essas características são ressaltadas e utilizadas em prol dos índices de audiência que esses programas buscam diariamente. Não havendo respeito pela dignidade humana e nem ao direito de imagem.

Segundo as disposições da Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 41, sobre os direitos dos presos no inciso VIII há a proteção contra qualquer forma de sensacionalismo,

⁶ Movimento que surgiu nos Estados Unidos da América na década de 1970, tinha a ideias de repressão máxima e alargamento de leis incriminatórias, também separa a sociedade em dois grupos: o primeiro, composto de pessoas de bem, merecedoras de proteção legal; o segundo, de homens maus, os delinquentes, aos quais se endereça toda a rudeza e severidade da lei penal. Os adeptos do Movimento de Lei e Ordem vêm neste a única solução para diminuir crimes como os terrorismos, homicídios, torturas, tráfico de drogas, etc., é com o endurecimento das penas, e a melhor das penas para eles é a de morte e a prisão perpetua. Pois assim, além de estar tirando do meio do convívio social das “pessoas de bem”, estará também fazendo justiça à vítima.

entretanto, isto não é respeitado devido ao acesso facilitado que a mídia consegue ter aos suspeitos/criminosos.

As reportagens verificadas são compostas de fotos e vídeos da vida pregressa dessas mulheres, seus rotos e corpos são utilizados para a montagem das reportagens, que se constituem muito mais da narrativa dos apresentadores do que de fato da fala delas. São matérias longas, ou até compilados, o que dificilmente ocorreria com mulheres presas que estão fora dos padrões de beleza e de classe social.

O que ocorre, é a exploração das tragédias delas, julgamentos diversos e objetificação de seus corpos, havendo até o ranking das criminosas mais belas. Com discursos machistas, que insistem na ideia de que mulheres e principalmente mulheres bonitas não cometem crimes, ou ainda que a beleza poderia ser um fator que as levou a cometer o delito, “no estudo da mulher criminosa, a beleza e a capacidade de sedução eram constantemente evocadas para justificar a periculosidade e a capacidade de cometer determinados delitos.” (MENDES, 2012, p. 51)

Além de que, uma mulher bonita conseguiria passar despercebida na execução de um crime, como furtos e roubos, estelionatos, fato também explorado pela mídia, que hoje tem o papel que tinham os inquisidores na Idade Média, ainda de acordo com Mendes (2012, p. 51) “desta forma, a depender do crime, associava-se a beleza ao perigo, uma vez que as mulheres mais atraentes teriam uma capacidade muito maior de ludibriar e enganar pessoas.”

Corroborando com o exposto por Mendes é possível citar a reportagem do programa Conexão Repórter⁷, e que o apresentador por diversas vezes insiste em enfatizar a beleza das mulheres entrevistadas⁸, com frases como as que se seguem em seguida: “loira, alta, rosto delicado, corpo escultural, charme sensualidade”, “do que é capaz uma cruzada de pernas?”, “até onde vai o seu poder de sedução?”, “para uma mulher como você é fácil seduzir e enganar homens?”, “aparência acima de qualquer suspeita, loira, jovem e bonita”, entre tantas outras frases direcionadas para as três mulheres que cometeram atos criminosos e que não ganhariam a atenção da mídia se fossem consideradas comuns ou fora dos padrões. Durante a entrevista uma delas comenta que se ela fosse uma pessoa comum que não chamasse a atenção não teria essa mídia toda em cima dela.

⁷ Programa exibido pelo canal Sistema Brasileiro de Telecomunicações (SBT), e apresentado pelo jornalista Roberto Cabrini, o mesmo que entrevistou as mulheres citadas neste artigo.

⁸ As mulheres entrevistadas foram: Luciane Hoepers, conhecida como Musa do Crime, presa em 2013 pela Polícia Federal (PF) na operação Miqueia que visava prender pessoas envolvidas com o esquema de lavagem de dinheiro. Bruna de Castro, conhecida por Barbie, presa em 2015, condenada por aplicar golpes em redes sociais, sendo sua sentença inicial de 2 anos e 7 meses, entretanto foi revertida para a prestação de serviços comunitários e ao pagamento de multa, cerca de 10 salários mínimos. E Alice Arantes, condenada a 109 anos pelos crimes de sequestro, latrocínio, extorsão, ocultação de cadáver e formação de quadrilha.

As frases proferidas pelo apresentador são apenas um pequeno recorte da exploração midiática em cima de mulheres dentro dos padrões de beleza estabelecidos que cometeram crimes, mulheres acima de qualquer tipo de suspeita. Exploram casos que fogem à regra dos crimes que verdadeiramente encarceram mulheres, tráfico e roubo/furto, debruçando-se sobre a exceção, porém induzindo os telespectadores a acreditar que tais crimes são a regra e que as penas aplicadas são brandas, mesmo que sejam condenadas ao regime fechado.

O papel da mídia televisiva em julgar as mulheres criminosas é duro e cruel, entendendo que esses casos podem proporcionar ainda mais audiência para eles. Quando não há casos novos eles comentam sobre os casos antigos, questionando as progressões de regime⁹ que elas receberam, ou os saídas¹⁰ que permitem que elas saiam por determinado período de tempo, direitos estes que para a mídia não devem ser respeitados.

Esse tipo de programa acaba proporcionando um desserviço para a população, induzindo-a em seus julgamentos superficiais, machistas e violentos, além de não contribuírem em nada para o debate acerca dos direitos humanos. Recheiam os programas e reportagens com frases feitas e de impacto, “direitos humanos para humanos direitos”, “direitos humanos existem para defender bandido”, “bandido bom é bandido morto”, frases estas que ajudam a perpetuar uma sociedade cada vez mais violenta e sem empatia pelo próximo. De acordo com Greco, “a mídia se encarregou de fazer com que a expressão direitos humanos fosse vista com desprezo pela sociedade, que, no fundo, alegra-se quando alguém que praticou uma infração penal é preso e sofre, ilegalmente no cárcere.” (GRECO, 2015, p. 73)

A mídia acaba amplificando a criminalidade, usando imagens que tem o poder de prender a população em frente à televisão, hipnotizados pelos crimes e pela violência, é o que comenta Xiberras,

A imagem, ainda mais do que a palavra, detém um poder potencial de fascinação que permite entrever o que os especialistas chamam de “efeito

⁹ Proporciona ao preso a oportunidade de, gradativamente, voltar a conviver em sociedade. O detento começa a cumprir a condenação no regime fechado, pode progredir para o semiaberto, podendo trabalhar/estudar durante o dia e voltar apenas para passar a noite na prisão, com o uso do monitoramento eletrônico. Para ter direito a este benefício, o condenado precisa cumprir pelo menos 1/6 da pena e ter bom comportamento. Nos crimes contra a administração pública, o benefício é concedido se além de cumprir 1/6 da pena e ter bom comportamento, o preso reparar os prejuízos causados aos cofres públicos. E para os crimes considerados hediondos, a progressão de regime acontece após o cumprimento de 2/5 da pena, se primário, e 3/5, se reincidente.

¹⁰ As saídas temporárias ou saídas, como conhecidos popularmente, estão fundamentados na Lei de Execução Penal (LEP) e ocorrem em datas comemorativas específicas, Natal, Páscoa e Dia das Mães, para confraternização e visita aos familiares. Nos dias que antecedem tais datas, o Juiz da Vara de Execuções Penais edita uma portaria que disciplina os critérios para concessão do benefício da saída temporária e as condições impostas aos apenados, como o retorno ao estabelecimento prisional no dia e hora determinados. O benefício visa a ressocialização de presos, através do convívio familiar. É concedido apenas aos que, entre outros requisitos, cumprem pena em regime semiaberto. Não têm direito à saída temporária os apenados que ainda estejam sob investigação, e que tenham problemas de indisciplina.

mídia” de massa, um poder de hipnose e fusão individual e coletiva: uma massa de telespectadores que consome, cada um, várias horas diárias. (XIBERRAS, 2006, p. 90)

Se a mídia não se ocupasse das fatalidades alheias, e não exibisse tais fatos como se fossem partidas de futebol, a (res)socialização delas seria mais fácil, juntamente com o respeito aos seus direitos enquanto estivessem dentro do sistema prisional. Entretanto, o que pode ser observado é a resistência que a sociedade tem com a recolocação de uma pessoa condenada na sociedade, ela, portanto, será sempre estigmatizada pelo ato criminoso praticado.

OBJETIFICAÇÃO FEMININA: AS MUSAS DO CRIME

A criminalidade feminina se tornou um espantalho utilizado e balançado pela mídia. Primeiro porque são mulheres que foram contra os papéis de gênero impostos de mulheres dóceis e passivas, alheias ao espaço público, em segundo, por serem mulheres consideradas belas e de classe social elevada, indo contra o padrão encontrado nas penitenciárias superlotadas do país.

Por serem mulheres belas, elas teriam, portanto, o poder de levar todos à perdição, de acordo com Jean Delumeau (1989, p. 310), “a atitude masculina em relação ao ‘segundo sexo’ sempre foi contraditória, oscilando da atração à repulsão, da admiração à hostilidade.” Simone de Beauvoir também discorreu acerca desse poder feminino,

Ela é a sereia cujos cantos precipitavam os marinheiros de encontro aos recifes; ela é Circe que transformava os amantes em animais, a Ondina que atrai o pescador para o fundo da lagoa. O homem preso a seus encantos não tem mais vontade, projeto e futuro; não é mais cidadão, porém apenas uma carne escrava de seus desejos. (BEAUVOIR, 1970, P. 207)

Ambos os autores escreveram sobre como as mulheres poderiam levar os homens a perdição, e os programas de televisão se valem deste tipo de discurso, principalmente quando as vítimas são os cônjuges, ou parceiros afetivos. Ainda segundo Delumeau (1989, p. 313), “no inconsciente do homem, a mulher desperta a inquietude [...] é carcereira do homem [...]”.

Todavia, é importante que a criminalidade e violência feminina não seja atribuída apenas aos homens, como se elas quisessem imitá-los ou vingar-se deles, é importante lidar com o fato de que mulheres são e podem ser violentas e cruéis, podem cometer os mais variados crimes, entretanto, apesar dessas ações fora da lei, elas não devem ser objetificadas e ter seus corpos explorados por meio da mídia. O julgamento, deve ser baseado no delito cometido, e não se são mulheres ou se são mulheres dentro dos padrões de beleza estabelecidos.

Segundo as autoras Fioravante e Silva,

A tentativa de explicar a violência feminina trazendo à culpa a dominação masculina é uma forma falida e pouco, ou nada, contribui para a ‘libertação’ das mulheres. Muito pelo contrário, apenas perpetua a visão indefesa e angelical das mulheres, visão esta que vem sendo utilizada há muito tempo como justificativa para a ‘demonização’ da sexualidade masculina. (FIORAVANTE, SILVA, 2011, p. 20)

Ao contrário do que a construção social dos papéis de gênero prega, elas não são seres genuinamente dóceis e passíveis, com sentimentos maternos aflorados, como se tais características fossem inerentes às mulheres. Este ponto merece grande atenção, pois há a tentativa de sempre vitimizá-las, ou de negar-lhes o direito de serem violentas e passíveis da prática criminosa, e os movimentos feministas precisam levar tais pontos em consideração, como destaca Joan Scott (1992, p. 67-68), “o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas.”

Esse controle sobre seus corpos e vidas citado por Scott pode leva-las a praticar os mais diferentes crimes, sem que elas sejam vítimas num primeiro momento, entretanto, há esse estranhamento, para Alessandro Baratta (1999, p. 21-22), de que as mulheres, seriam membros subordinados ao outro grupo (masculino), pois para a sociedade culturalmente construída, algumas características e alguns papéis seriam ligados a apenas um sexo biológico, no caso da violência, ao sexo masculino. Pois,

As desigualdades de gênero podem explicar a dificuldade que nossa sociedade ainda tem na aceitação da criminalidade feminina. É muito comum notar o escândalo da população quando alguma mulher está envolvida em algum crime de natureza bárbara, ou os chamados crimes hediondos. Para a maioria da população, a mulher infratora é aquela que, em um momento de histeria, espanca os filhos, ou mais comumente, agride o marido por motivos de ciúmes. (FIORAVANTE, SILVA, 2011, p. 21-22)

Os últimos delitos citados acima que frequentemente são considerados femininos, entretanto, elas são capazes de se envolver em outras práticas criminosas e de violências diversas. Pois, haveria um tipo de mulher criminosa ou todas estaríamos propensas há em algum momento da vida praticar algum tipo de crime?

Os adjetivos usados normalmente para se referirem às mulheres jovens que praticaram algum crime são normalmente o de musas e princesas, apresentadores fazem alarde sobre a motivação delas, bonitas e de classe social elevada, para a prática do ato criminoso, podendo

ser explanados alguns casos de mulheres que a mídia faz uso em suas reportagens acerca da criminalidade feminina.

Como a dentista curitibana Marina Stresser, presa em 2014 acusada de usar o consultório para distribuir armas pesadas e drogas, descrita por um dos apresentadores do Jornal Hoje antes de exibirem a reportagem como “loira, 1,70, 26 anos, a bela dentista marcava presença na noite de Curitiba.”¹¹

Em matéria publicada no site G1 há a informação que ela ficou presa por certa de oito meses e saiu com o uso do monitoramento eletrônico para responder ao crime fora da prisão. Ainda há a seguinte declaração de Marina: “paguei caro, paguei com a minha liberdade. Eu não posso ter a liberdade de poder jantar fora, passear, estudar à noite. É uma marca. Com certeza, eu estou pagando pelo o que eu escolhi de errado até hoje.”¹² Em outro portal de notícias (R7), tem a seguinte chamada antes da reportagem ser exibida, se referindo a prisão de Marina,

Ela parecia estar acima de qualquer suspeita: uma dentista jovem, bonita e de família rica e tradicional. Ninguém podia imaginar que no consultório onde Marina Stresser de Oliveira, de 26 anos, atendia os clientes, estava escondida uma quantidade assustadora de drogas, armas e munição. (JOVEM, BONITA E RICA..., 2018)

É possível observar diante do exposto que por ser considerada uma mulher bonita e ter uma boa condição financeira é difícil aceitar e compreender o porquê ela teria praticado tais crimes, se de fato o envolvimento amoroso teria relação com seus atos ou se há outras motivações para tal. Entretanto, diariamente são presas mulheres com drogas e armas, que traficam por estarem envolvidas com pessoas do meio ou por qualquer outro motivo, porém poucas ganham a atenção dispensada a Marina, mulher loira, rica e bonita. Outras tantas, presas com quantidades menores de drogas não conseguem responder em liberdade e aguardam seus julgamentos em regime fechado, esquecidas pela família e pela mídia.

Outro caso que repercutiu e ainda é lembrado pelos programas de televisão é o de Elize Matsunaga, ex-esposa de Yoki Matsunaga, assassinado e esquartejado por ela. Elize responde pelo crime em regime fechado na penitenciária de Tremembé, a mesma que recebeu

¹¹ O apresentador em questão foi Evaristo Costa, em reportagem exibida em novembro de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/11/agenda-so-para-ano-que-vem-ironiza-dentista-presa-por-suspeita-de-traffic.html>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

¹² Entrevista exibida no programa Paraná TV em novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/11/dentista-presa-por-traffic-de-drogas-diz-estar-pagando-por-escolha-errada.html>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

Suzane Von Richthofen¹³ e Anna Carolina Jatobá¹⁴, as três mulheres são sempre lembradas pela mídia, por terem cometido delitos hediondos que conseguem arrebatam o clamor popular, seja por medidas punitivas mais duras ou para que não haja a concessão de direitos como a progressão de regime e os saídões, anteriormente mencionados, porque são casos que envolvem emoção, conduzindo também ao linchamento midiático

Outros casos também podem ser citados como o de Verônica Verone, que confessou ter estrangulado até a morte o empresário Fábio Gabriel. Na ocasião, Verônica arrastou o corpo da vítima, escada abaixo até a porta da garagem, onde ele foi encontrado. E a cabeleireira Adriana Ferreira que assassinou seu marido, ganhador da Mega-Sena, motivada pelo medo de perder a herança do marido, teve a ajuda de pessoas que haviam trabalhado com ele para executar o crime, demonstrando que “as mulheres, assim como os homens, cometem crimes por interesses próprios e em plena consciência disso.” (FIORAVANTE, SILVA, 2011, p. 24)

Os casos citados acima tiveram diversas motivações, algumas mulheres foram condenadas a passar longos anos em regime fechado, outras estão respondendo aos seus delitos em liberdade ou conseguiram reverter a pena para serviços comunitários. Não nos cabe julgá-las e nem é esse o objetivo da pesquisa, visto que elas já foram a juízo, e são sempre que possível lembradas e julgadas pela mídia.

Todavia, é importante debater acerca desta temática, o aprisionamento de mulheres a violência praticada por mulheres, porém sem utilizar o sensacionalismo televisivo, sem julgamentos ou condenações morais, compreendendo que elas podem cometer crimes pelos mais variados motivos.

A exposição delas não contribui para a ressocialização, pois para a maioria das pessoas, tais criminosas devem ser deixadas para sempre atrás das grades, mesmo que já tenham pago pelo crime praticado ou estejam em regime semiaberto, podendo gozar de saídas em datas comemorativas, como no caso de Richthofen e Jatobá, no caso delas, qualquer progressão de regime, saída temporária, ou direitos concedidos por lei geram desconforto na população, que não busca a ressocialização e sim a vingança.

A mídia se encarrega diariamente de explorar histórias e rostos em busca de audiência, utilizando-se do apelo popular para emitir opiniões machistas, por vezes televisionam rebeliões, assassinatos, prisões, vão até as cadeias e penitenciárias atrás de histórias. Cada mulher citada no presente artigo possui uma história e teve uma motivação diferente, foram julgadas e

¹³ Ela que confessou ter planejado o assassinato de seus pais para ficar com a herança, teve a ajuda do namorado e do cunhado para que o plano fosse executado. Os três foram condenados, no ano de 2006.

¹⁴ Condena a 26 anos de prisão pela morte da enteada, Isabella Nardoni, no ano de 2008.

condenadas, são seres humanos, com direitos e deveres, são MULHERES, foram contra as leis e as normas, foram violentas e cruéis, as estigmatizadas como agentes de Satã, entretanto, são apenas mulheres, “nem louca, nem bruxa, nem santa, nem puta. Você é mulher e é sua essa luta.”(GOMES, 2015, p. *on-line*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apresentado trouxe à tona a discussão acerca do aprisionamento feminino e mais ainda, sobre casos que ganharam os programas de televisão e com isso foram explorados pela mídia de massa que se alimenta dos dramas alheios.

Não há, pois, a intenção de colocá-las em posição de vítimas, pois tal atitude poderia demonstrar que mulheres não cometem crimes, o que não se sustenta visto a crescente população prisional feminina do país. Elas cometem crimes sim e pelos mais variados motivos, desde necessidades financeiras, envolvimento emocional com pessoas já ligadas ao mundo do crime, interesse em ganhos fáceis de dinheiro, entre outros motivos.

Mulheres cometem crimes e mulheres consideradas dentro do padrão de beleza também cometem crimes, e por este motivo, talvez, acabam ganhando maior atenção/fixação por parte da mídia televisiva, sempre preocupada com seus índices de audiência.

É importante ressaltar que deve haver o debater sobre penas alternativas, ou sobre o grande índice de aprisionamento feminino que cresce a cada dia, o perfil das mulheres presas no Brasil (negras, pobres, mães solo, dependentes químicas), sendo assuntos estes que sim, merecem atenção, merecem debates e novas políticas públicas que possam diminuir o encarceramento. Entretanto escolheu-se não abordar tais temáticas com maior profundidade no texto apresentado, porém, não negando a importância delas para discussões acerca da população carcerária feminina no Brasil.

Referências

BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999, p. 19-80.

BEAUVOIR, Simone. História. In: _____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 81-177. Disponível em: < <http://brasil.indymedia.org>>. Acesso em: 08 de fev. 2018.

BRASIL. LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP) Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: 03 fev. 2018.

CARVALHO JUNIOR, Orlando Lira de. Mídia e criminalidade no Brasil. **Sociologia & Política: I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR 2009**, Curitiba, v.1, p. 1-19, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT3/EixoIII/midia-e-criminalidade-OrlandoCarvalhoJr.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

DELUMEAU, Jean. Os agentes de Satã III: A mulher. In: _____. **História do Medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 310-339.

DENTISTA PRESA POR TRÁFICO DE DROGAS DIZ ESTAR PAGANDO POR ESCOLHA ERRADA. In: Paraná RPC. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/11/dentista-presa-por-trafico-de-drogas-diz-estar-pagando-por-escolha-errada.html>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

FIORAVANTE, Karina Eugenia. SILVA, Joseli Maria. Mulheres criminosas: uma discussão sobre o perfil socioespacial de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Revista Eletrônica **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n.1, p. 17-36, mar/2011. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/13822>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

GAIO, André Moysés. Crime e Controle Social no Brasil Contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, vol. I, n 2, p. 111-127, 2007.

GOMES, Thais Candido Stutz. E agora Maria? E agora? In: SÁ, Priscilla Placha (org). **Dossiê: as mulheres e o sistema penal**. Curitiba: OABPR, 2015. Disponível em: <<http://www.oabpr.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

GRECO, Rogério. **Sistema prisional: colapso atual e soluções alternativas**. Niterói: Impetus, 2015.

JOVEM, BONITA E RICA: CONHEÇA A DENTISTA QUE FOI PRESA POR TRÁFICO DE ARMAS E DROGAS. In: Domingo espetacular. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/domingo-espetacular/videos/jovem-bonita-e-rica-conheca-a-dentista-que-foi-presa-por-trafico-de-armas-e-drogas-16102015>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

MELLO, S. L., A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: B. B. SAWAIA (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 129-140.

MENDES, Soraia da Rosa. **(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista**. Brasília, 2012. 284. Tese (doutorado). Prógrama de Pós- Graduação em Direito da Universidade de Brasília (PPG/FD/UnB).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Guia para prevenção do crime e a violência nos municípios. Brasília, D.F., SENASP, 2005. Disponível em: <www.mj.gov.br/services/.../FileDownload>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 63-95.

XIBERRAS, Martine. Mídia e violência do imaginário. **FAMECOS: mídia cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n° 29, p. 87-98, abr/2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3359>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

Crime princes: the mediational exploitation of crimes committed by women

Abstract: The mass media exploit crimes in which women are the tormentors, making them famous, princesses/queens of crime. Thus, the objective of the research is to demonstrate how this occurs and what the discourse used by the sensational programs that feed on the misfortunes of others. And how such programs contribute to the non-resocialization of these women, who are exposed and judged by the media, who then became a fourth Power.

Keywords: Crime; Women; Media, Television.

VOZES QUE NÃO SE CALAM: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE A DITADURA MILITAR, CONTADA POR MULHERES QUE LUTARAM CONTRA O REGIME (1964-1985)

Giulia Bianca Bacarin Fay de Sousa¹

Resumo: A pesquisa aqui apresentada objetiva a construção de uma narrativa sobre a história de mulheres que lutaram contra a Ditadura Militar (1964-1985) e que foram presas e torturadas. Entram como fatores a serem analisados a construção social do gênero, o patriarcado e o imaginário militar de hierarquia e ordenamento social. Foram analisados depoimentos de três militantes que foram entrevistadas, bem como relatos trazidos no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade e no “Brasil: Nunca mais”.

Palavras-chave: Ditadura Militar. História das Mulheres. Violência de Gênero.

O golpe de 1964: moral e ordenamento social

Quando os militares tomaram o poder em 1 de abril de 1964, o discurso que se consolidou foi o da defesa da moral e dos bons costumes, da família e dos valores cristãos. Não por acaso, parte da Igreja Católica apoiou o golpe civil-militar de 1964. Esse aspecto do discurso que legitimou o golpe é importante para a compreensão do que significa para os apoiadores do regime a participação das mulheres em grupos políticos da oposição de esquerda.

O argumento dos defensores do movimento que depôs João Goulart era de que a sociedade brasileira estava desorganizada e que somente os militares poderiam reestabelecer a ordem. Essa ordem não se resumiria às práticas políticas e econômicas da Ditadura, mas abarcaria também a ideia de uma hierarquia social, do estabelecimento de regras de comportamento para cada cidadão brasileiro, que não deveria questionar ou divergir de suas funções (REZENDE, 2001, p. 111).

A partir dessa perspectiva de “moralização” do país (COLLING, 1997, p. 22), cabe citar a definição de gênero de Joan Scott, enquanto organização social que dá significado às relações de poder entre os diferentes sexos, atuando inclusive na manutenção da ordem social (SCOTT, p. 3). Dessa forma, o apego militar à hierarquia pode ser relacionado ao apego aos papéis de gênero e ao patriarcado, forma de poder político em que a mulher está sujeita ao homem e não goza dos mesmos direitos políticos (PATEMAN, 1993, p. 38-39).

¹ Estudante de graduação em História na Universidade de Brasília (UnB) e bolsista de iniciação científica pela Fundação Universidade de Brasília (FUB). gbbacarin@gmail.com.

A História não oficial

A afirmação de que a história da resistência à Ditadura Militar é majoritariamente masculina não traz interpretação nova. Os nomes de maior alcance são de homens, que eram a maioria, principalmente nos postos de comando das organizações de esquerda. Esse é um fator, além do próprio discurso oficial da Ditadura que nega a existência das práticas de tortura e demais violações aos Direitos Humanos em suas instalações, que justifica o uso da História Oral para a presente pesquisa.

Se pensarmos que os documentos oficiais refletem o ponto de vista da autoridade (THOMPSON, 1992, p. 26), cabe destacar que as evidências que se procuram dificilmente seriam encontradas nos arquivos do período, visto que o Estado brasileiro só tomará como seu o discurso das esquerdas por fins da década de 1990, com a implementação dos órgãos voltados à Justiça de Transição no país, ainda que com grandes ressalvas, como o não julgamento dos crimes cometidos pelo Estado durante a Ditadura.

O auge da formulação desse novo discurso oficial foi provavelmente a Comissão Nacional e as Comissões Estaduais da Verdade. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi entregue à presidenta da República Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014. Entre as suas principais conclusões, podemos destacar a afirmação de que a tortura constituiu política de Estado durante o Regime Militar.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) traz em seu Relatório Final um capítulo inteiro sobre a questão da violência sexual, de gênero e contra crianças, filhos de presos políticos, nos presídios. Essas questões são analisadas a partir de conceitos dos Direitos Humanos e a Comissão constata que a violência sexual foi prática disseminada durante o período.

Assim como o feminicídio ou a violência doméstica, a violência a que foram submetidas as prisioneiras políticas da Ditadura Militar caracteriza violência de gênero, e aqui será usado esse termo para que não se oculte a identidade do sujeito que pratica a violência: o homem, bem como as relações de poder envolvidas no ato da agressão.

Assim como no Relatório da CNV, aqui também foram utilizados como fonte de pesquisa relatos orais, sendo que alguns deles foram tirados do próprio arquivo da Comissão. Foi adotada para a presente pesquisa a metodologia proposta por Verena Alberti (2014). Dessa

forma, foram entrevistadas três mulheres² que lutaram contra a Ditadura Militar e, como era de praxe à oposição, foram perseguidas e presas pelo regime.

A exposição dos depoimentos colhidos seguirá a lógica dos pontos de maior destaque, bem como dos pontos em comum levantados pelas entrevistadas, de forma a dialogar com o contexto histórico e com o embasamento teórico da pesquisa. É importante frisar que, uma vez que os fatos narrados ocorreram há cerca de 50 anos, as memórias das entrevistadas passaram por ressignificações e elaborações teóricas, inclusive pelo fato dos debates sobre a questão de gênero e a própria questão da Ditadura terem entrado em alta nos últimos anos, sendo a memória uma constante disputa de versões (POLLAK, 1989, p. 3-4). Essa ressignificação em nada anula a utilização dos relatos enquanto fontes de pesquisa.

Diferentes pela biologia, desiguais pela política

O determinismo biológico, que defende o confinamento da mulher ao ambiente doméstico, está alinhado ao argumento que reduz as especificidades da violência de gênero à simples diferença entre corpos masculinos e femininos. Joan Scott aponta a importância de historicizar a construção hierárquica de qualquer oposição binária em lugar de aceitá-la como óbvia ou natural (SCOTT, p. 19). Apesar de a violência de gênero ter na maioria dos casos uma conotação sexual, ela não se resume ao biológico, mistura-se com o político, e é significada pelas relações de gênero. Cabe destacar que quando falamos em violência de gênero não necessariamente estamos nos referindo ao ato do estupro em si, mas a diversas manifestações do machismo e da misoginia.

É importante lembrar que a violência de gênero também pode ter como vítima o homem e, nesses casos, o homem que sofre a agressão é rebaixado à figura feminina, como aponta Susan Brownmiller. Ao levantar o conceito de “male ideology of rape”, a autora indica que o homem que sofre estupro, para o agressor, assume um papel feminino, é “transformado em mulher” (BROWNMILLER, 1975). No entanto, aqui serão analisados casos de violência específica contra mulheres.

As mulheres entrevistadas tiveram trajetórias políticas diferentes apesar de todas terem se iniciado no movimento estudantil, no ambiente universitário. Não se conheciam umas as

² As mulheres que concederam entrevista para a aluna autorizaram a utilização de seus nomes verdadeiros no presente artigo e demais textos referentes à pesquisa.

outras durante o período da militância, mas as três estiveram presas no mesmo lugar: a chamada “Torre das Donzelas”, ala feminina do presídio Tiradentes, sede do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) do II Exército em São Paulo.

A primeira mulher a ser contatada foi Rita Sipahi, militante à época de organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Ação Popular (AP). Ela indicou a possibilidade de realização de entrevista com Sirlene Bendazzoli, que participou na época do movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP), aonde cursava Ciências Sociais. Rita foi companheira de cela da irmã de Sirlene no presídio Tiradentes, e foi através dela que se conheceram.

Por fim, foi entrevistada Lúcia Murat, militante inicialmente do movimento estudantil, sendo detida pela primeira vez no Congresso de Ibiúna em 1968 e, posteriormente, integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), organização de guerrilha urbana.

A historiadora Ana Maria Colling aponta a criação do sujeito da “puta comunista” para a representação da mulher de esquerda, como forma da repressão descaracterizar a mulher militante enquanto sujeito político (COLLING, 1997, p. 95). Segundo a autora:

“As mulheres não são consideradas sujeitos capazes de decisão política. Quando aparecem nos documentos é porque são esposas, filhas e amantes de homens procurados. [...] a mulher “subversiva”, é um desvio de mulher para a repressão, é aquela que rompe com os padrões tradicionais e que está na militância por outros motivos, que não a política; por exemplo, à procura de homens.”(COLLING, 1997, p. 96).

Em sua entrevista, Lúcia Murat indica que os militares encaravam as mulheres de esquerda como prostitutas:

“Me foi mandado pelo atual órgão ABIN um relatório em que eu era acusada e dizia: “assalto a banco, sequestro e etc, e teve vários amantes”, quer dizer, era encarado da mesma maneira.”

Assim, é importante perceber a associação feita para a mulher de esquerda com qualquer característica que a desqualificasse enquanto uma mulher no mínimo respeitável: puta, amante, mulher-macho, etc. Rita Sipahi relembra o momento em que foi levada ao DOI-CODI do Rio de Janeiro, obrigada a ficar nua, mas ainda vestindo os sapatos de salto alto que usava quando foi presa:

“Então eles, pra te desmoralizar... eu ficava de sapato alto, nua, você imagina, bem jovem, no canto de uma parede, ali, né? Então você já era vista como uma prostituta, quer dizer, na cabeça deles eu era uma prostituta. [...] Na OBAN, a primeira palavra que eu ouvi foi “sua puta”, “tem cara de santa, mas é uma prostituta”, quer dizer, era sempre uma forma de te vulnerabilizar, te destruir enquanto pessoa”.

Além do envolvimento com algum homem de esquerda ter o mesmo peso ou sobressair a própria atuação política das militantes, a questão da maternidade era também colocada a todo o momento pelos torturadores. Quando foi presa, em 1971, Rita já possuía dois de seus filhos e relata que chegou a ouvir diversos comentários relacionados à maternidade, principalmente no sentido de questionarem a sua atuação política e de a condenarem por ter “deixado” o lar para se envolver com a resistência.

Como o valor que uma sociedade dá à mulher está relacionado à questão moral, não é difícil deduzir que a mulher que rompe com o papel que lhe é preestabelecido é vista como imoral para os conservadores, e é assim que se constitui o sujeito da “puta comunista”. A mulher que participou da resistência à Ditadura, além de ser subversiva por se colocar contra um regime ditatorial, é subversiva por entrar no espaço político, masculino por excelência. A principal afronta está no ato de sair do âmbito privado para fazer política.

Segundo Sirlene Bendazzoli, que foi presa política durante a Ditadura Militar, pela primeira vez em 1968 e, posteriormente, em 1969, a violência para a mulher sempre é a violência sexual:

“Além da violência que se faz porque o cara é militante, que isso se faz com homem e se faz com mulher, agora mais porque ela é mulher, né? Então ela é redobrada, porque ela é física e ela é moral, ela vai o tempo todo na xingação, na violência, no constrangimento, né? No abuso mesmo.”

É importante ressaltar que as práticas misóginas não são exclusivas da repressão. Elas já estão presentes na sociedade, fazem parte da educação, dos meios de informação e da cultura como um todo. Os militares assimilaram esses valores que já constituem a sua formação e os aplicaram contra as suas opositoras políticas.

A misoginia também estava bastante presente nos próprios movimentos de esquerda que tinham mulheres nos quadros da militância, apesar da experiência das militantes entrevistadas ter sido diferente a esse respeito.

Rita Sipahi indica não ter percebido discriminação por parte dos companheiros da JUC e da Ação Popular, embora tenha afirmado que eram poucas as mulheres em posições de

liderança e que ouvira relatos de discriminação por parte de colegas de outras organizações, como do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Rita, não necessariamente a desigualdade entre homens e mulheres era questionada:

“algumas mulheres sim...mas nem todas as mulheres que participaram diziam, por exemplo, lá no Partido Comunista Brasileiro...as pessoas iam pra cozinha, fazer comida, não chegavam ao ponto de dizer “não, os homens tem que ir pra cozinha também, porque que só são as mulheres?”, quer dizer, não havia uma reação a isso, havia uma passividade nisso, era como se isso fosse normal, natural, eu acho que é isso...”.

Por outro lado, Sirlene Bendazzoli aponta que, a seu ver, os homens de esquerda seriam tão machistas quanto os militares. Em sua entrevista, relatou a questão da masculinização a que era submetida a mulher de esquerda, ponto levantado também pela historiadora Ana Maria Colling. Sirlene lembra que a utilização da maquiagem era vista no movimento em que participou como uma característica das mulheres reacionárias, das dondocas. Lembra também de ser comum às mulheres de esquerda comprar tênis em lojas de futebol e de usar calça jeans com botão e zíper na frente, modelo associado aos homens. Ela indica que era comum “assumir quase um papel masculino, uma aparência masculina, pra poder mostrar que ela podia também”.

Relacionando ambos os depoimentos à perspectiva da naturalização do papel da mulher como a responsável pela cozinha, bem como o da masculinização da militante que assume cargos de liderança, é interessante pensar na interpretação que traz a historiadora Cristina Wolff sobre a significação da virilidade e da passividade para a juventude de esquerda do período:

“A juventude naquele momento se via e era vista como portadora da mudança, da semente de uma nova sociedade, da força, da virilidade em suma, no sentido de atividade em contraposição à passividade que estava associada simbolicamente à feminilidade, mas também à velhice.” (WOLFF, 2010, p. 149).

Abuso sexual e tortura de mulheres grávidas: práticas comuns

O Relatório “Brasil: Nunca Mais”, publicado originalmente em 1985, dedica algumas páginas às mulheres que foram torturadas sob custódia do Estado brasileiro. O Relatório apresenta sete relatos de mulheres que sofreram abuso sexual nos porões da Ditadura, entre eles o de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da chamada “Casa da Morte”, centro clandestino de tortura localizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Inês denunciou o militar de codinome “Camarão” como o homem que a estuprou durante o cárcere (BRASIL NUNCA MAIS, 2014, p. 45). Após a localização e o reconhecimento do militar, a denúncia foi apresentada pelo

Ministério Público Federal, mas foi retirada por decisão embasada na Lei da Anistia de 1979, em 8 de março de 2017³ – ironicamente, o Dia Internacional da Mulher.

Lucia Murat relatou em depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro a violência a que foi submetida, chamada de “Tortura sexual científica”:

“Foi nesse quadro, na volta, que o próprio Nagib, fez o que ele chamava de tortura sexual científica. Eu ficava nua, com um capuz na cabeça, uma corda enrolada do pescoço passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador ficava mexendo nos meus seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois se eu movimentasse meus braços para me proteger eu me enforcava e instintivamente voltava atrás. Ou seja, eles inventaram um método tão perverso em que aparentemente nós não reagíamos, como se fôssemos cúmplices de nossa dor. Isso durava horas ou noites, não sei bem.”⁴

Outra prática que fora mais comum do que se imagina nos presídios da Ditadura Militar foi a tortura de mulheres grávidas, culminando muitas vezes no aborto forçado. Cabe frisar que, segundo todos os relatos a que tivemos acesso, os torturadores tinham ciência da gravidez das militantes. Ambos CNV e “Brasil: Nunca Mais” trazem depoimentos de mulheres que foram vítimas de tais práticas. Destacamos o de Izabel Fávero, militante à época da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR) – Palmares:

“E o meu marido dizia, “por favor não façam nada com ela, pode me torturar, mas ela está grávida”, e eles riam, debochavam, “isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver”, enfim. Em nenhum momento isso foi algum tipo de preocupação, em relação [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, [...] Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda.”⁵

Considerações Finais

³ Disponível em: < <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/camilovannuchi/284177/Justi%C3%A7a-absolve-estuprador-de-In%C3%A7a-Etienne-Romeu.htm>>

⁴ Trecho do depoimento de Lúcia Murat. A transcrição se encontra no documento nº 17, disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1/41-documentos-citados-no-volume-ido-relatorio/617-documentos-citados-capitulo-10.html>>.

⁵ Trecho do depoimento de Izabel Fávero para a Comissão Nacional da Verdade, retirado do volume I do relatório da CNV, capítulo 10, página 400.

A partir da análise dos depoimentos colhidos e demais fontes citadas, é possível identificar que as presas políticas foram submetidas a situações específicas pelo simples fato de serem mulheres. Apesar de não se resumirem ao abuso sexual em si, essas situações estão sempre ligadas ao fator sexual, e são determinadas pela construção social do gênero. Entendemos que essa violência se constrói a partir de uma série de elementos já presentes no imaginário de uma sociedade que é machista, misógina e patriarcal.

Por fim, ao analisar os relatos aqui citados e, pensando na construção do sujeito político da “puta comunista” (COLLING, 1997, p. 95) enquanto a mulher que diverge do papel social que lhe é historicamente designado, ao entrar no espaço político e lutar contra um regime ditatorial, pode-se afirmar que a mulher militante comete uma espécie de “dupla subversão”: não somente ela faz oposição ao regime, ela rompe as barreiras que o gênero impõe e a lógica do ordenamento social.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da História In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 155-202.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

Brasil: nunca mais. Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BROWNMILLER, Susan. *Against our will: Men, women and rape*. New-York: Simon & Chuster, 1975.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

Comissão Nacional da Verdade. Relatório, volume I. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf > Acesso em 07 mar. 2016.

PATEMAN, Carole. Confusões patriarcais. In: PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. eds. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ed. Mulheres, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n. 3, vol. 2, 1989, p. 03-15.

REZENDE, Maria José de. 1964 a 1973: as estratégias políticas, econômicas e psicossociais revelando os elementos centrais da pretensão de legitimidade da ditadura In: *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E MULHERES NEGRAS: A OMISSÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL NA LEI ESTADUAL N. 17.097/17

Paula Keller Frutuoso¹
Fernanda da Silva Lima²

Resumo: Em que pese a Lei nº 17.097/17 ser um marco no assunto de violência obstétrica, é de se ponderar a omissão da questão racial ao delimitar o assunto. O artigo aborda o tema da violência obstétrica à luz da questão racial e para isso estuda as relações raciais no Brasil sob a perspectiva de gênero e da interseccionalidade no que diz respeito a discriminação sofrida por mulheres negras no campo da violência obstétrica. O método utilizado foi o dedutivo envolvendo pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Discriminação interseccional; Mulheres negras; Violência obstétrica.

1 *Introdução*

No Brasil, em que pese a existência da discriminação e do preconceito contra as pessoas negras, o mito da democracia racial contribuiu para o não reconhecimento de uma sociedade racista e, conseqüentemente, com a delonga na adoção de medidas para reverter as desigualdades raciais entre brancos e negros.

No que diz respeito ao preconceito racial, pertinente se faz a ressalva sobre o preconceito sofrido especificamente pelas mulheres negras, que, na própria militância conta o racismo, não tiveram suas demandas reivindicadas nos movimentos sociais negros. Isso porque os movimentos ignoravam a discriminação vivenciada pelas mulheres não só por conta de sua cor, mas também por conta do gênero, e outras questões, como situação econômica e localização geográfica.

Sem desmerecer os demais direitos e garantias alcançados pelas mulheres, este trabalho pretende limitar os estudos para a violência obstétrica e direitos reprodutivos, notadamente do que diz respeito à Lei 17.097/17.

¹ Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGD/UNESC). Graduada em Direito pela UNESC. Especialista em Direito Público. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismo[s] da Unesc. Integrante do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Servidora pública do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. paulakfrutuoso@hotmail.com.

² Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel em direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unesc (Mestrado em Direito). Professora titular da disciplina de Direitos Humanos na UNESC. Integrante do Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente (NEJUSCA/UFSC). Vice líder do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC/UNESC). Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Direito da Criança e do Adolescente da Unesc. Líder do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Relações Raciais e Feminismo[s]/UNESC. Pesquisadora na área de Direito Público com linha de pesquisa Direitos Humanos, Cidadania e novos direitos com interesse nos seguintes temas: relações étnico-raciais, feminismo negro e políticas de promoção da igualdade racial; Direito da Criança e do Adolescente e políticas públicas. fernandalima@unesc.net

Dentre os direitos sexuais e reprodutivos, destacam-se aqueles garantidores do exercício individual da sexualidade e reprodução humana, sem interferências externas, e de maneira responsável. Ou seja, o direito das mulheres sobre os seus próprios corpos, contando com a liberdade de escolher se querem ou não ter filhos e o número de proles que assim decidirem.

Nesse viés, o direito das mulheres a um parto saudável, sem qualquer tipo de violência, está inserido dentre os direitos reprodutivos que se buscam garantir, pois de nada adiantaria garantir a livre escolha das mulheres em ter filhos, sem assegurar acesso para uma gestação e parto saudáveis.

A luta contra a violência obstétrica se dá contra atitudes violentas observadas na hora do parto, como não prestar as devidas informações, negar o direito a acompanhante, ou até mesmo pronunciar frases de cunho moralmente ofensivas.

Destaca-se importante marco histórico brasileiro no confronto contra a violência obstétrica, com a promulgação da lei estadual nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017, a qual tem por objeto a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina e divulgação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal.

No decorrer do presente trabalho, busca-se discorrer sobre o racismo brasileiro, com ênfase para a interseccionalidade de opressões que sofrem as mulheres negras, por serem vítimas não só em razão de sua cor, mas por outras opressões somadas, como a condição socioeconômica, deficiência, posição social, dentre outras. Posteriormente, pretende-se estudar os direitos reprodutivos, limitando-se principalmente em discorrer sobre a violência obstétrica.

Ao final, procura-se analisar a lei estadual nº 17.097/17, mormente o que referida legislação entende como violência obstétrica, e as formas de evitar e garantir que tais práticas não ocorram.

Para os dois primeiros capítulos, a metodologia a ser aplicada será o levantamento bibliográfico, citando o entendimento de diversos doutrinadores distintos sobre os temas principais da democracia racial, discriminação interseccional e direitos reprodutivos.

Para o capítulo final, a metodologia a ser utilizada envolve análise descritiva e pesquisa documental, buscando observar a abrangência e o alcance da lei nº 17.097/17 em proteger as mulheres na medida de suas diferenças.

A importância do presente estudo, portanto, está calcada na necessidade em se discutir o assunto violência obstétrica, as formas de garantir um parto saudável, e, principalmente, levantando-se em conta a omissão legislativa da lei, no que diz respeito ao alcance de todas as

mulheres, quando o contexto histórico demonstra que as mulheres negras são comumente mais vítimas de violência obstétrica se comparado com as mulheres brancas.

2 Discriminação racial no Brasil

Ainda que notoriamente o Brasil seja marcado por ser uma nação com pluralidade étnica, há um longo caminho a ser traçado até que se alcance uma igualdade substancial para além do plano escrito-formal das leis.

Na América Latina, e particularmente no Brasil, a questão multicultural apresenta uma configuração própria. Nosso continente está construído com uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas têm sido uma constante, através de toda sua história, uma história dolorosa e trágica, principalmente no que diz respeito aos grupos indígenas e afro-descendentes. (CANDAUI, 2005, p. 13)

Importante lembrar que por muito tempo o Brasil negou o fato de não se importar com as diferenças da cor da pele, considerando-se uma sociedade não racista, com a construção de mitos de que a população brasileira tratava a todos de forma igualitária, sem se importar com raça ou cor, em uma evidente e triste cegueira da realidade.

A história que sucedeu a abolição da escravidão brasileira contribuiu de sobremaneira para o mito fantasioso de que os brasileiros passaram a viver numa democracia racial.

Desde a abolição da escravatura, em 1888, não experimentamos nem segregação, ao menos no plano formal, nem conflitos raciais. Em termos literários, desde os estudos pioneiros de Gilberto Freyre, no início dos anos 30, seguidos por Donald Pierson, nos anos 40, até, pelo menos, os anos 70, a pesquisa especializada de antropólogos e sociólogos, de um modo geral, reafirmou (e tranquilizou), tanto aos brasileiros quanto ao resto do mundo, o caráter relativamente harmônico de nosso padrão de relações raciais (GUIMARÃES, 2005, p. 39).

Para Sarmiento (2006, p. 60), “o mito da democracia racial durante muito tempo acalentado entre nós, provou ser nada mais que isso: apenas um mito, que, no seu ufanismo, anestesia as consciências e posterga o enfrentamento de um dos mais graves problemas nacionais”.

Os próprios abolicionistas, nesse contexto, não se importavam com as relações raciais e as consequências sociais da abolição da escravatura, porquanto tinham interesses econômicos particulares, não levando em conta o destino dos negros com o fim da escravidão (GUIMARÃES, 2005, p. 49-50). Com efeito, o final da escravidão deu ensejo a leis que passaram a prever tão somente uma igualdade na forma entre brancos e negros.

Certamente um dos motivos que contribuiu para a construção do mito da democracia racial foi a ausência de modelos segregacionistas formais aqui no Brasil. Enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, havia segregação racial explícita, marcada com violência e conflitos em razão de regras precisas que definiam as “raças”, o modelo brasileiro apresentou equidade jurídica e ausência de diferenciação formal, ainda que tenha se dado somente no papel (GUIMARÃES, 2005, p. 41).

Entretanto, o racismo velado brasileiro demonstrou e continua aparentando ser tão prejudicial quanto o racismo explícito norte-americano, mormente diante da dificuldade em se lutar e combater algo mascarado pela ideia de cordialidade entre os brasileiros negros e brancos.

[...] apesar de condenado como “politicamente incorreto”, o racismo continua permeando as relações sociais travadas no Brasil. Um racismo muitas vezes velado, “cordial”, que raramente explode em episódios de violência física extrema, mas que nem por isso é menos insidioso. A lógica do regime escravocrata não foi de todo banida e tem refrações modernas nos elevadores de serviço e nos quartos de empregada, do tamanho de armários embutidos, presentes nas residências da classe média brasileira (SARMENTO, 2006, p. 60).

É importante destacar, entretanto, as consequências em se reproduzir o mito de que o Brasil continua sendo uma nação desprovida de preconceito racial.

O mito da democracia racial pela qual as elites dominantes manipulam os conceitos de transculturação e de uma identidade mestiça brasileira trata-se de uma estratégia de classe conservadora, de posicionamento contra projetos que visam estabelecer um debate sobre a definição de uma identidade plural do Brasil, as políticas de afirmação de uma identidade negra positiva (MALOMALO, 2017, p. 167).

A trajetória do racismo e da falta de inclusão da raça negra para além da margem da sociedade, nesse contexto, contribuiu para o nível absurdo de desigualdade racial. “Em 1999, o Brasil fora situado pela ONU/PNUD na 74ª posição no mundo em termos de IDH [Índice de Desenvolvimento Humano]. Pois bem, se tivesse sido considerada apenas a população branca, o Brasil teria ficado na 43ª posição mundial, enquanto que se só a população negra houvesse sido analisada, a posição cairia para a 108ª!” (SARMENTO, 2008, p. 60).

O pensamento de que os negros não são mais discriminados, ou a ilusão de que, com a abolição da escravatura, a liberdade passou a ser suficiente para conferir as mesmas igualdades de oportunidades entre brancos e negros contribuem para a falta de discussão sobre o racismo no Brasil e, como consequência, menos medidas são tomadas para o combate à discriminação.

Por outro lado, principalmente em razão da sociedade marcadamente patriarcal, as mulheres negras acabam sofrendo maior discriminação e preconceito, o que se pode concluir,

inclusive, no histórico da militância conta o racismo, já que são relegadas aos desejos e anseios dos homens negros.

2.1 *A interseccionalidade: questão racial e de gênero*

É certo que o racismo vivenciado no Brasil atinge tanto homens, como mulheres. No entanto, no que diz respeito às mulheres negras, é importante ressaltar, no mínimo, a dupla discriminação de que são vítimas: a de cor, e a de gênero.

A respeito da interseccionalidade, Crenshaw (2002, p. 07) conceitua:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Ao adentrar na questão gênero, não se pode olvidar a inter-relação entre a opressão de sexo, de raça e de classe, porquanto tais fatores criam uma diversidade de experiências capazes de diferenciar a opressão sofrida entre as diversidades de mulheres (HOOKS, 2015, p. 197).

Nesse contexto, as diferentes histórias de vida das mulheres ensejam necessariamente demandas distintas, de modo que os movimentos feministas, assim como os movimentos negros, devem levar em conta todas as formas de opressões sofridas pelas mulheres negras. Gonzales (1984, p. 231) escreve sobre as diferentes opressões sofridas pelas mulheres, notadamente em razão da cor e da classe social:

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição sistemática (esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país).

No Brasil, assim como no mundo, a luta pelo reconhecimento e notoriedade das mulheres negras não se deu de forma branda. Isso porque, “assim como nos Movimentos Negros, os embates para a participação das mulheres negras eram frequentes. As ativistas feministas preconizavam os valores hegemônicos da raça branca, por conseguinte, não estavam imunes às práticas que desconsideram as diferenças étnico-raciais” (LEMOS, p. 19).

Isso significa que dentro dos próprios Movimentos Negros e Movimentos Feministas, as mulheres negras tinham que lutar para que suas opressões fossem reconhecidas.

Lemos (2016, p. 19-20) narra sobre o período:

A presença das mulheres negras era sistematicamente secundarizada, uma vez que as tarefas assumidas pelas mulheres negras, no processo da luta política contra o racismo, reservavam e reafirmavam o lugar da subalternidade. O ápice da tensão se dava diante da negação no ato de compartilhar o microfone e que piorava quando disputávamos a representação política. As intervenções nas reuniões eram desqualificadas, tendo em vista que a expectativa e as solicitações dos homens negros era para que assumíssemos as tarefas tradicionalmente reservadas às mulheres. Este cenário deixava evidente a estrutura patriarcal reproduzida pelos militantes [...]

Com efeito, impende destacar que, por muito tempo, “as figuras de referência implícitas ao contexto de tematização do racismo eram quase sempre homens e que as figuras de referência implícitas ao contexto da tematização do sexismo eram quase sempre mulheres brancas, nacionais ou que de alguma forma fizessem parte da ‘cultura dominante’” (KERNER, 2012, p. 2).

Pode-se dizer, portanto, que tal fato contribuiu de sobremaneira para que as mulheres negras não tivessem voz tanto nos movimentos negros, que tinham os homens no centro de suas reivindicações, quanto nos movimentos feministas, que tinham as mulheres brancas como referência.

Nesse contexto, importante destacar que “os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras” (HOOKS, 2015, p. 207-208).

Vale dizer que, no Brasil, diante das tensões existentes nos Movimentos Negros e Movimentos Feministas, em razão da invisibilidade dada às mulheres negras, o feminismo negro tomou forma e se fortaleceu somente nos anos 1980, tendo como auge a criação de diversas ONGS por mulheres negras (LEMOS, 2016, p. 20).

Isso porque mulheres de diversas origens começaram a criticar o suposto caráter hegemônico do movimento feminista brasileiro, que visava majoritariamente aos interesses das mulheres brancas, de classe média, universitárias e heterossexuais. Entre as décadas de 1980 e 1990 este caráter universal começou a ser alvo de críticas, dando ensejo a novas organizações de acordo com as especificidades e interesses distintos no interior do movimento feminista, por mulheres operárias, lésbicas, trabalhadoras rurais, negras, dentre outras (DAMASCO, 2009, p. 44).

No que diz respeito à trajetória do feminismo negro voltado aos direitos reprodutivos, dentre outras participações relevantes, impende destacar a atuação do movimento após a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE de 1986, que apontou dados oficiais a respeito de métodos contraceptivos mais utilizados pelas brasileiras no período. O resultado demonstrou que as mulheres negras e pardas faziam uso da esterilização na faixa dos 30 a 34 anos, ou seja, aproximadamente 5 anos antes do que as mulheres brancas. Também trouxe indicativos de prevalência da esterilização cirúrgica na região Nordeste. A divulgação desses dados, então, contribuiu para aumentar denúncias surgidas no início da década de 1980 de que mulheres estariam sendo esterilizadas com o intuito de conter a natalidade da população negra, o que corroborou para que as ativistas negras se mobilizassem contra violências no âmbito dos direitos reprodutivos (DAMASCO, 2009, p. 111-114).

Sem desmerecer os demais direitos e garantias alcançados pelas mulheres, este trabalho pretende limitar o estudo para a violência obstétrica e direitos reprodutivos, notadamente do que diz respeito ao alcance dado pela Lei 17.097/17 às mulheres negras.

3 Evolução Legislativa sobre os direitos reprodutivos

A luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos não se deu de forma linear, e tampouco estes foram reconhecidos todos ao mesmo tempo. Talvez por uma questão religiosa e conservadora, já que vinculados normalmente com o corpo feminino e questões polêmicas como aborto, métodos contraceptivos, e planejamento familiar, pode-se dizer que os direitos reprodutivos são relativamente “novos” no âmbito internacional.

Também, pode-se acrescentar para a delonga do reconhecimento dos direitos reprodutivos no âmbito internacional e nacional a estrutura patriarcal da sociedade, em que as mulheres são reduzidas a donas de casas geradoras de filhos, e objetos de seus maridos.

Somente no ano de 1994, mais especificamente na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo, os direitos reprodutivos passaram a ser reconhecidos como Direitos Humanos (DIUNA et al, 2016, p. 5).

A atuação das ONGs feministas no âmbito internacional contribuiu à inclusão de demandas em torno dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres na agenda das Conferências Internacionais da ONU realizadas durante a década de 1990. Foi nessa conjuntura - caracterizada pela atuação das mulheres no âmbito parlamentar, nos movimentos sociais e pelos eventos internacionais - que se legitimaram os conceitos de direitos reprodutivos, direitos sexuais, saúde reprodutiva e saúde sexual. (DAMASCO, 2009, p. 87).

As primeiras formulações relativas aos direitos reprodutivos estavam calcadas nos princípios da igualdade, da autonomia pessoal e da integridade corporal. Na busca pela posição igualitária a dos homens na sociedade, as mulheres entendiam que era preciso alcançar a autonomia para determinar o uso sexual e reprodutivo de seus próprios corpos (CORREIA e PETCHESLY, 1996, p. 152).

Para Ávila (2003, p. 2), “[...] os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. O que significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e conseqüentemente da vida democrática”.

Ventura (2009, p.19) conceitua o que são Direitos Reprodutivos:

Os Direitos Reprodutivos são constituídos por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana. É, portanto, o direito subjetivo de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, e ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza.

No Brasil, a CRFB/88 dispõe sobre o planejamento familiar, garantindo, em seu artigo 226, §7º, que este é de livre decisão do casal, vedando qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas, em conformidade com o princípio da dignidade humana e da paternidade responsável.

Nota-se que os direitos reprodutivos buscam garantir direitos que envolvem autonomia e autodeterminação relacionadas às funções reprodutivas, e seus direitos individuais já reconhecidos nos Pactos e Convenções de Direitos Humanos, assim como na Constituição brasileira. Para a garantia de tais direitos, imprescindível, pois, sejam assegurados outros direitos sociais, como àqueles relativos à saúde, educação, segurança, sem os quais as funções reprodutivas não são efetivados (VENTURA, 2009, p. 19-20).

Com efeito, a relação entre a saúde e os direitos reprodutivos é notória, de modo que a efetivação destes últimos depende da eficiência da saúde pública, notadamente por meio de políticas públicas.

Tais políticas públicas, portanto, “[...] devem estar voltadas para a justiça social, e para isso, elas têm de ser formuladas e executadas levando em conta as desigualdades de gênero, de classe, de raça e de expressão sexual” (ÁVILA, 2003, p; 3-4).

Em outras palavras, é indispensável a efetivação da saúde pública para garantir os direitos reprodutivos saudáveis (gênero), dos quais as espécies englobam gravidez e partos

sadios, aleitamento materno, concepção, contracepção, dentre outras questões, para todas as mulheres, sem discriminação racial ou de gênero.

Sobre as políticas públicas a fim de assegurar os direitos reprodutivos saudáveis, Ávila (2003, p.4) ressalta:

A demanda por políticas sociais na área da saúde está baseada em uma visão de direitos reprodutivos e sexuais como parte dos direitos sociais, como defesa de um Estado promotor de bem-estar e de transformação social. A cidadania tem sido trabalhada como instrumento de combate à desigualdade social, à conquista de direitos e como um meio de instituir um novo processo democrático assentado sobre o compromisso com a justiça social, com a ética e com uma moral que seja instauradora da dignidade humana, como valor coletivo que promova a superação dos preconceitos e discriminações.

Nesse viés, o direito das mulheres a um parto saudável, sem qualquer tipo de violência, está inserido dentre os direitos reprodutivos que se buscam garantir.

Zanardo et al (2017, p. 4) ressaltam que:

Ao longo da história as mulheres vêm sendo vítimas de diversas formas de violência. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Nesse sentido, destaca-se a violência obstétrica como um tipo específico de violência contra a mulher.

Por ser a hora do parto um dos momentos mais importantes da vida da mulher, a violência obstétrica merece melhor atenção e cuidado, principalmente porque ainda hoje é um assunto pouco discutido e sem maiores ênfases na luta pelos direitos reprodutivos saudáveis.

As violências que podem ser observadas no momento do parto são inúmeras, e vão desde agressão física, como procedimentos dolorosos e desnecessários, até violência de ordem verbal.

Segundo o dossiê sobre violência obstétrica “Parirás com dor”³ elaborado pela rede Parto do Princípio⁴ para a CPMI da violência contra as mulheres, é comumente relatado pelas mulheres que tiveram trabalho de parto em cidades brasileiras, frases pela equipe médica como as seguintes: “na hora que você estava fazendo, você não *tava* gritando desse jeito, né?”; “não chora não, porque ano que vem você *tá* aqui de novo”; “se você continuar com essa frescura,

³ Disponível em <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>. Acesso em 10jan.2018.

⁴ “A Parto do Princípio é uma rede de mulheres usuárias do sistema de saúde brasileiro que luta pela promoção da autonomia das mulheres, tendo como principal eixo de atuação a defesa e a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, em especial no que se refere à maternidade consciente. Atua na articulação de mulheres nos planos local, regional e nacional por meios virtuais (redes sociais e e-mails) e presenciais”. Disponível em <http://www.partodoprincipio.com.br/sobre>. Acesso 06fev.2018

eu não vou te atender”; “na hora de fazer, você gostou, né?” ou “cala a boca! Fica quieta, senão vou te furar todinha”.

Outro tipo de violência comumente sofrida pelas mulheres é a negativa de acompanhante no trabalho de parto. Entretanto, é importante ressaltar que tal comportamento do corpo clínico é ilegal, tendo em vista que vai de encontro à Lei 11.108, de 7 de abril de 2005, a qual alterou a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Com o intuito de regulamentar e evitar casos de violência obstétrica, o Estado de Santa Catarina promulgou a lei n. 17.097, de 17 de janeiro de 2017, a qual tem por objeto a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina e divulgação da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal (art. 1º).

Referida legislação é um marco histórico nacional na luta contra a violência obstétrica, mormente por ser pioneira sobre o assunto, servindo de modelo para os demais estados brasileiros.

4 A Lei n. 17.097/17 e a omissão sobre a questão racial

A lei estadual n. 17.097/17, que dispõe sobre violência obstétrica, revela-se importante marco por ser a primeira no Brasil a abordar diretamente o assunto. O projeto de lei de autoria da ex-deputada estadual Angela Abino (PCdo B) foi protocolado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) no ano de 2013.

Dentre as justificativas apresentadas, a parlamentar abordou recente estudo realizado com apoio da Fundação Perseu Abramo e pelo SESC intitulado “Mulheres brasileiras e gênero no espaço público”, com abrangência em 25 estados da Federação e 176 municípios. Referida pesquisa teve como abordagem maus-tratos contra parturientes, e revelou que uma em cada quatro mulheres relataram algum tipo de agressão no parto praticada por profissionais da saúde (2013).

Para referida lei, “considera-se violência obstétrica todo ato praticado pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério” (art. 2º).

A legislação em comento tem conteúdo pouco extenso, linguagem não rebuscada e objetiva. Em seu artigo 3º, elenca com rol exemplificativo as condutas consideradas ofensa verbal ou

física, dos quais podemos destacar: “fazer graça ou recriminar a mulher por qualquer característica ou ato físico como, por exemplo, obesidade, pelos, estrias, evacuação e outros”; “não ouvir as queixas e dúvidas da mulher internada e em trabalho de parto”; “fazer a gestante ou parturiente acreditar que precisa de uma cesariana quando esta não se faz necessária”; “impedir que a mulher seja acompanhada por alguém de sua preferência durante todo o trabalho de parto”; “submeter a mulher a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas, exame de toque por mais de um profissional”; “proceder a episiotomia quando esta não é realmente imprescindível”; dentre outros (2017).

De uma análise do artigo supracitado, é possível observar que a lei não faz nenhuma menção sobre as possíveis ofensas físicas ou verbais em razão da questão racial. A legislação trata “mulheres” de forma geral, sem considerar suas características específicas e condições que, inclusive, podem ser motivo para tal violência.

É importante destacar que as mulheres negras estiverem presentes na trajetória do movimento negro brasileiro, participando de entidades, escrevendo em jornais, reuniões e debates no que diz respeito às relações raciais do Brasil. Entretanto, muitas vezes seus interesses iam de encontro aos interesses dos homens negros, principalmente no que tange à questão da saúde reprodutiva (DAMASCO, 2009, p. 65).

De acordo com estudo nacional de base hospitalar “Nascer Brasil”, realizado com a finalidade de apurar a satisfação do parto das mulheres, levando-se em conta variáveis como “cor da pele”, “escolaridade”, “localização geográfica”, “posição econômica” e “forma de pagamento do parto”, revelou que “a cor de pele foi associada à pior avaliação do tempo de espera até ser atendida e menos privacidade nos exames; e o trabalho de parto, por sua vez, associou-se a menores níveis de respeito e privacidade e ao maior relato de violência” (D’ORSI et al., 2014, p.10).

Referido estudo utilizou como base 266 (duzentos e sessenta e seis) hospitais amostrados, sendo entrevistadas 90 (noventa) puérperas em cada hospital, totalizando 23.940 sujeitos. O estudo revelou dados importantes no que diz respeito à relação violência obstétrica e cor da pele. No quesito “Violência verbal, psicológica ou física”, concluiu que 5,5% das mulheres brancas disseram sofrer algum tipo de violência, contra 6,6% das mulheres de cor da pele negra, e 6,0%, pardas. No que tange ao quesito “respeito dos profissionais”, 46,9% das mulheres brancas demonstraram satisfação, contra 39,1% das mulheres de cor negra, e 39,2% de cor parda. Por fim, destaca-se o item “satisfação com atendimento ao parto”, em que 52,7%

das mulheres brancas mostraram-se satisfeitas, contra 44,4% das mulheres negras, e 43,8% das pardas (D'ORSI et al., 2014, p.5).

É possível aferir, portanto, que, a despeito de a violência obstétrica ser um problema ao alcance de todas as mulheres, as chances são maiores quando se tratam de mulheres negras ou pardas, concluindo que a questão racial influencia no atendimento ao parto.

Entretanto, a lei estadual n. 17.097/17, que servirá de modelo para demais estados brasileiros, pareceu ignorar a questão racial, não abordando em nenhum momento o assunto, em que pese o contexto social em que estão inseridas as mulheres negras.

Nesse viés, vale destacar que, “quando as leis não preveem que as vítimas da discriminação racial podem ser mulheres e que as vítimas da discriminação de gênero podem ser mulheres negras, elas acabam não surtindo o efeito desejado e as mulheres ficam desprotegidas” (CRENSHAW, 1989, p. 8).

A diversidade de mulheres enseja diferentes demandas, sendo que a violência obstétrica tem que voltar a atenção para as peculiaridades de cada uma. A omissão legislativa da lei n. 17.097/17 em abordar a questão étnica-racial, nesse sentido, mascara a violência sofrida por mulheres negras, e deixa de se posicionar e dar visibilidade sobre a questão do preconceito racial.

5 Conclusão

Com o mito da democracia racial que se propagou no Brasil, por muito tempo negou-se que o povo brasileiro tinha pensamentos e atitudes racistas. Diante da ausência de leis segregacionistas, como ocorreu na cultura norte americana e sul africana, acreditou-se que os negros conviviam em igualdade com os brancos após a escravidão, sem qualquer forma de discriminação.

Entretanto, a prática mostrou que os negros continuaram a viver à margem da sociedade, trabalhando em empregos inferiores, morando em locais mais precários, sem terem alcançado a igualdade material, a despeito de a Constituição Federal assim prever.

Nesse contexto, pôde-se observar que a discriminação em razão da cor da pele é ainda maior quando se trata de mulheres negras, pois estas sofrem preconceito também pela questão de gênero. Dessa forma, ressaltou-se que os próprios movimentos feministas na luta pelos direitos das mulheres, por muito tempo, não levaram em conta as especificidades dos diferentes grupos de mulheres, tendo em vista que as mulheres negras ficaram relegadas aos anseios e reivindicações das feministas brancas.

Sem desmerecer os demais direitos que buscam assegurar as mulheres, este trabalho destacou a importância e o conceito dos direitos reprodutivos, considerados aqueles que envolvem autonomia do sujeito quando diz respeito às funções reprodutivas, como o direito em escolher número de filhos sem interferência.

Com efeito, destacou-se a relação entre a saúde e os direitos reprodutivos, já que a efetivação destes últimos, normalmente, depende da eficiência da saúde pública, notadamente por meio de políticas públicas. O direito das mulheres a um parto saudável, nesse contexto, sem qualquer tipo de violência, está inserido dentre os direitos reprodutivos que se buscam garantir.

Por ser a hora do parto um dos momentos mais importantes da vida da mulher, a violência obstétrica merece melhor atenção e cuidado, principalmente porque ainda hoje são registrados casos em que a equipe médica não fornece as devidas informações, nega o direito a acompanhante, realiza procedimentos agressivos ou desnecessários, ou até mesmo pronuncia frases de cunho moralmente ofensivas.

Notou-se de extrema relevância a lei estadual n. 17.097/17, por ser importante marco histórico na luta contra violência obstétrica, porquanto é pioneira no assunto, delimitando e conceituando quais as formas que podem ser consideradas violências físicas ou verbais no momento do parto.

Apurou-se que, a despeito de a violência obstétrica ser alarmante, pelo grande número de mulheres que dizem ter passado por algum tipo de violência ou constrangimento, estudos apontam que são as mulheres negras e/ou pardas que têm maior índice de insatisfação com o atendimento dos profissionais da saúde no momento do parto.

A interseccionalidade de opressões que sofrem as mulheres negras, seja por questões raciais, de gênero ou de classe, as colocam em situações de desvantagem, necessitando de maior atenção e cuidado com a finalidade de se obter equidade no tratamento hospitalar.

É daí que surge a relevância na cobrança para que as leis que visem proteger as mulheres no âmbito de violência tenham destaque em questões étnico-raciais, porquanto minorias étnicas normalmente correm o risco de serem mais discriminadas e vítimas de violência.

Nesse contexto, em que pese a importância da lei estadual n. 17.097/17, por ser a primeira do Brasil em tratar profundamente sobre o tema violência obstétrica, deixa a desejar quando é omissa em descrever que condutas de discriminação racial se inserem dentro daquelas consideradas ofensas físicas ou verbais, ainda que possua rol meramente exemplificativo, mormente diante do contexto histórico de violência vivenciado pelas mulheres negras.

Referências

ÁVILA, MARIA BETANIA. **Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde.** Cad. Saúde Pública, vol.19 suppl.2, Rio de Janeiro 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 16 ago.2017.

_____. **Lei 11.108** de 07 de abril de 2005. Dispõe sobre: altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma Perspectiva Feminista. In: Physis: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol.6 no.1-2: p. 147-177, 1996.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão**, Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n. 12, janeiro de 2002.

_____. **A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. (1989).

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996).** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

DIUANA, Vilma; VENTURA, Mirian; SIMAS, Luciana; LAROUZÉ, Bernard; CORREA, Miriam. **Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, jul. 2016.

D'ORSI, Eleonora; BRUGGEMANN, Odaléa Maria Brüggemann; DINIZ, Carmen Simone Grilo; AGUIAR, Janaina Marques; GUSMAN, Christine Ranier; TORRES, Jacqueline Alves; ÂNGULO-TUESTA, Antonia; RATTNER, Daphne; DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira. **Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar.** Cad. Saúde Pública, vol.30 supl.1, Rio de Janeiro, 2014.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** In Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2005.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 16, p. 193-210, Apr. 2015.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional? sobre a relação entre racismo e sexismo**. Dossiê Teoria Crítica. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 93, jul. 2012.

LEMOS, Rosália Oliveira. **Os feminismos negros: As reações aos sistemas de opressões**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá/PR, v. 16, n. 185, Especial Feminismo Negro, p. 12-25, 2016.

MALOMALO, Bas'Ílele. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009)**: volume 1. [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

SANTA CATARINA. **Lei 17.097** de 17 de janeiro de 2017. Dispõe sobre: a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina. Disponível em http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/17097_2017_lei.html. Acesso em 10 ago.2017

_____. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei 0482.9/2013**. Dispõe sobre: a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina. Disponível em <http://www.alesec.sc.gov.br/proclegis/individual.php?id=PL./0482.9/2013>

SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional e Igualdade Étnico-Racial. In: SOUZA, Douglas Martins; PIOVESAN, Fátia (Coords.). **Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

VENTURA, Miriam. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. 3ª Ed. Brasília: UNFPA, 2009.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho; CALDERÓN, Magaly; NADAL, Ana Hertzog Ramos; HABIGZANG, Luísa Fernanda. (2017). **Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc>

Obstetric violence and black woman: the omission on the racial issue in state law n. 17.097/17

Abstract: Although Law No. 17.097 / 17 is a milestone in the subject of obstetric violence, it is necessary to consider the omission of racial issue in delimiting the subject. The article addresses the obstetric violence in the light of the racial question and, for this; it studies the racial relations in Brazil from the perspective of gender and intersectionality with respect to the discrimination suffered by black women in the field of obstetric violence. The deductive method was used involving bibliographical and documentary research.

Keywords: Intersectional discrimination; Black Women; Obstetric violence.

ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA NA LIMPEZA ÉTNICA DA BÓSNIA-HERZEGOVINA (1992-1995): PERSPECTIVA TEÓRICA FEMINISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ester Tavares Nóbrega de Almeida¹
Mariângela de Sousa Marques²

Resumo: Entre 1992 e 1995, a guerra civil na região dos Bálcãs ficou internacionalmente conhecida após terem sido tornadas públicas as atrocidades de lesa humanidade praticadas contra as populações locais, dentre elas, o estupro de mulheres bósnias praticado por sérvios como forma de limpar, socialmente, a nação que se forjava desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Sob a perspectiva analítica da teoria crítica das Relações Internacionais a violência contra a mulher será estudada considerando as contribuições da teoria feminista radical.

Palavras-chave: Estupro. Nacionalismo Étnico. Limpeza Étnica. Feminismo. Relações Internacionais.

Introdução

Ao longo da década de 1990, o sistema internacional passou por mais uma reestruturação na organização política dos países. Desta vez, o reordenamento estatal se dava porque o fim da Guerra Fria significava a derrocada do socialismo e a vitória do capitalismo, abrindo precedentes para um processo ainda mais violento para a humanidade, pois, com a nova geopolítica, os conflitos sociais apresentavam novas formas de violência.

Foi neste processo que entre 1992 e 1995, na região dos Bálcãs, composta pelas Repúblicas da Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Sérvia, Macedônia e Montenegro, outrora República Socialista Federativa da Iugoslávia, ocorreu uma guerra civil internacionalmente conhecida por terem sido tornadas públicas as atrocidades de lesa humanidade praticadas contra as populações locais.

Dentre os fatores marcantes da violência generalizada, os estupros praticados pelo exército e milícias sérvias contra as mulheres bósnias foram justificados pelo discurso nacionalista em expansão, primando por uma limpeza étnica que partia do pressuposto cultural, mas que, na realidade, pressupunha a readequação geográfica das riquezas destas novas nações.

A partir de uma análise metodológica das relações internacionais, a teoria crítica servirá de ferramenta questionadora dos fatos, apontando o nacionalismo étnico como o

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ, BR.

² Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ, BR..

principal elemento para a prática constante de violação dos corpos das mulheres, em especial as muçulmanas, objetivando não só as gravidezes compulsórias, mas, principalmente, o estupro como medida de tortura ao estender a guerra étnica para os corpos das vítimas.

Tal estudo, também recorrendo ao feminismo radical devido à sua contribuição teórica em torno da análise política do corpo da mulher em meio às relações patriarcais, prescinde dos argumentos comuns às relações internacionais enquanto disciplina científica de estudos sistêmicos.

Os precedentes históricos do nacionalismo na ex-Iugoslávia

Ao analisar a conjuntura histórica de formação da ex-Iugoslávia, ora como Reino da Iugoslávia (1918-1941), outrora como República Socialista Federativa da Iugoslávia (1945-1992), tem-se na Sérvia, país independente desde o início do século XX, o modelo de nação superior em relação às demais nações e povos que haviam sido anexados ao seu território no final da Primeira Guerra Mundial. A este elemento somou-se a crise econômica gestada durante o governo de Tito, que presidiu a república socialista entre os anos de 1953 e 1980, ano de sua morte.

Em um breve panorama, e no que diz respeito às manifestações nacionalistas da região, é importante destacar que antes do fim da Primeira Guerra Mundial (1918), a Europa ainda se subdividia entre os impérios Austro-húngaro, Britânico, Otomano, da Prússia e Russo que, por sua vez, comandavam a política, o território e a economia locais, contudo, após o Tratado de Versalhes, assinado em 1919, instituindo a paz entre as potências envolvidas na guerra, além de sanções políticas e econômicas aos derrotados, houve uma reorganização geopolítica que repartia os territórios dos vencidos, entregando-os aos vencedores.

Como consequência dessas ações, *os conflitos nacionais* passaram a ser, *também, (...) diretamente ligados aos conflitos internacionais*. *Os tratados de Versalhes e, neste caso em especial, de Trianon, este último tendo sido assinado em junho de 1920 para consagrar o fim do Império Austro-húngaro e garantir uma quase independência da Hungria, implicaram redesenhar fronteiras segundo dois princípios contraditórios. Um era castigar vencidos e recompensar os vencedores. Outro era instaurar a*

“autodeterminação nacional”, redesenhar fronteiras segundo padrões de ocupação étnica para que cada novo Estado fosse monoétnico³.

Nesse contexto, a Iugoslávia foi uma das consequências das modificações pós-Primeira Guerra que, com a dissolução do império Austro-Húngaro, teve parte do seu território anexado ao já estabelecido Império Sérvio resultando no Reino da Sérvia, Croácia e Eslovênia e, posteriormente, no Estado da Iugoslávia (eslavos do sul) com a anexação da Eslovênia e Croácia, povos de descendência eslava⁴.

Este novo reordenamento europeu, utilizando-se dos pressupostos étnico-culturais dos povos que vinham sendo divididos, significou a formação de Estados cujas animosidades sociais despertaram ondas nacionalistas, em especial no leste europeu, o que, por sua vez, enaltecia um sentimento cuja referência era o pertencimento a uma nação composta por uma única etnia capaz de exercer o poder de autodeterminação do seu território, como se veria na Iugoslávia.

O Estado que se forjava para a existência da Iugoslávia não tinha lógica, bastava observar os precedentes das etnias que o compunham: sérvia, croata e eslovena. Estas, que jamais haviam tido um passado histórico comum, ou seja, não coexistiram em época alguma, possuíam diferentes formações sociais, culturais, econômicas e políticas e se dividiam entre Croácia e Eslovênia, de um lado, e Sérvia, Bósnia e Kosovo, de outro⁵.

Esta conjuntura política fez com que se defendesse a formação de uma república federativa, ou seja, uma organização política cujas repúblicas, com autonomia administrativa, formassem uma única entidade soberana com eleições que possibilitassem alternância de governo, algo que, conseqüentemente, envolveria uma reforma econômica no país, visto que a Iugoslávia ainda mantinha sua produção baseada na agropecuária, fator preocupante em meio ao avanço da industrialização no resto da Europa. Além disso, podia-se afirmar que, politicamente, a unificação de todos os Estados garantiria a expansão territorial e a reafirmação do Estado Nacional.

Sendo assim, e para consolidar o Estado iugoslavo que, desde 1918 até o final da guerra fria, buscava se firmar através de três distintos momentos políticos – monarquia parlamentar (1918 – 1941), território ocupado por nazistas, fascistas e seus satélites (1941 – 1945) e república socialista (1945 – 1990) – o governo do Marechal Tito é que se

³ MANN, Michael. *Fascistas*. Lisboa, PT: Edições 70, 2011. p.107.

⁴ SEVERO, Marília Bortoluzzi. *Determinantes sistêmicos na criação e na dissolução da Iugoslávia (1918-2002)*. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, pp. 59-60.

⁵ SEVERO, 2011, p. 149.

destaca na culminância da violência generalizada que marcou a transição do país para o novo momento político mundial, não por sua gestão, mas pela sucessão administrativa após sua morte.

A partir de 1945, o Marechal croata Josif Broz Tito, que havia sido Secretário-Geral do Partido Comunista da Iugoslávia e líder do grupo guerrilheiro Partisans⁶ contra as invasões das potências do Eixo no período da Segunda Guerra, passa a protagonizar papel fundamental na política do país e na formação do modelo socialista autogestionário⁷ e de formação de uma república federativa, tornando-se primeiro ministro, em 1945, e presidente, de 1953 até 1980, ano de sua morte.

O país, cujo governo provisório do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia (1943 – 1945) vinha implementando o modelo autogestionário socialista como consequência da campanha de libertação dos Partisans, que estabeleciam governos do povo nas áreas que eram libertadas dos fascistas e nazistas, contando com grande apoio popular, delineou a tentativa de manter os comitês populares que deveriam deliberar sobre todos os assuntos do Estado após a confirmação do governo permanente.

Tito, ao assumir o governo no final da Segunda Guerra Mundial, cujo logro do Exército Vermelho junto aos Partisans garantiu a derrota nazista final, com a decadência da hegemonia britânica e o surgimento da bipolaridade política através das potências hegemônicas ascendentes, União Soviética e Estados Unidos, passou a lidar não somente com as animosidades étnicas locais como, principalmente, com a nova geopolítica mundial.

Nos primeiros quinze anos de vida da Iugoslávia socialista, não foram noticiados conflitos étnicos ou movimentos de resistência à formação do Estado iugoslavo. As repúblicas que constituíam o Estado – Sérvia, Croácia, Macedônia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina, construíram uma federação multiétnica com o apoio popular e conviveram pacificamente dentro do território eslavo⁸.

Com o estabelecimento de uma Constituição, em 1946, na República Federativa Popular foi possível estruturar o aparato estatal que garantiu centralizar o governo federal

⁶ Os Partisans, ligados ao Partido Comunista da Iugoslávia, foram a única resistência efetiva promovida contra os croatas da Ustashe, uma organização católica-romana fascista organizada em 1939 e que, em 1941, assumiu o controle da Croácia após a invasão do Eixo. Pouco conhecida, a Ustasha foi uma das organizações fascistas mais violentas do período da Segunda Guerra Mundial, conseguindo superar a violência praticada pelos fascistas italianos e nazistas alemães.

⁷ O modelo auto gestionário implica na participação ativa de comitês populares em questões relativas à economia ou a administração política do país que adota o sistema socialista de autogestão social do Estado.

⁸ SEVERO, p. 71.

e estabelecer os direitos de cidadania e reforma agrária para as seis nacionalidades locais, bem como de outros grupos que compunham o território sem serem consideradas nacionalidades⁹, mas não configuravam maioria, além de estabelecer o direito de sucessão das repúblicas componentes.

A Iugoslávia também vivenciou a nacionalização da exploração de seus recursos minerais, das comunicações e do comércio exterior, e a estatização de grandes indústrias e instituições financeiras, no entanto, muitas terras agricultáveis mantiveram-se propriedades privadas. Além disso, e com o propósito de estabelecer um comunismo nacional e garantir independência internacional na política externa e relações comerciais internacionais do Estado, em 1948, a Iugoslávia rompeu relações com a União Soviética e, com isso, as mudanças econômicas se aprofundaram, fazendo crescer o déficit comercial com a perda de bens de primeira necessidade e manufaturados e o aumento das despesas com armamento, escasseando os baixíssimos recursos.

Como resultado, a economia local reforçou a autogestão das empresas pelos trabalhadores, que, inclusive, elegiam as direções destas, garantindo relativa estabilidade produtiva por quase cinquenta anos, uma atitude que não agradava as elites étnicas. Concomitante, Tito reforçava os Comitês Populares regionais com sua estratégia de descentralização administrativa em questões políticas e econômicas. Este *planejamento autogestionário funcionava bem como um todo, o que pode ser comprovado pelo crescimento médio anual da economia industrial do país, que foi de 13% entre 1952 e 1959*¹⁰.

A postura da Iugoslávia de Tito era de se manter unida e, no cenário internacional, se aproximar dos países geopoliticamente não-alinhados, como a Índia e o Egito, buscando manter neutralidade frente a bipolaridade do período da Guerra Fria¹¹, opondo-se aos blocos militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou o Pacto de Varsóvia¹², criando o Movimento dos Países Não-Alinhados, o que fez da Iugoslávia um país respeitado e influente no sistema internacional¹³.

⁹ As seis nacionalidades que compuseram a Iugoslávia ao longo do governo de Tito são os sérvios, de maioria cristão-ortodoxa e alinhados à União Soviética, os croatas, de maioria católica e ainda alinhados aos italianos e alemães, os bósnios, predominantemente muçulmanos e, portanto, ligados aos países árabes, os montenegrinos, sempre aliados aos sérvios, e os macedônios, cuja mistura diversificava entre albaneses, turcos, romenos, entre outros.

¹⁰ SEVERO, p. 73.

¹¹ Os países não-alinhados aos EUA ou à URSS também ficaram conhecidos como do Terceiro Mundo.

¹² A OTAN (1949) foi criada como aliança militar dos países alinhados aos Estados Unidos. Como resposta, em 1955, os países socialistas criaram o Pacto de Varsóvia.

¹³ SEVERO, p. 125.

Além do mais, *a oscilação da política externa (...) entre a cooperação com o Oeste e o Leste*, principalmente depois da reaproximação política com a União Soviética, após visita realizada por uma delegação soviética, em 1955, a Belgrado, *entrelaçou-se com o nascimento do projeto de política externa* dos países não-alinhados. *Em Belgrado*, no ano de 1961, *realizou-se a ‘Conferência de Chefes de Estado ou de Governo dos Países fora dos Blocos’*, com a presença de 25 países, um movimento que viria a reunir mais países (*antigas colônias [...] independentes*) nos anos seguintes. Esta postura significou a articulação iugoslava de criação de uma alternativa aos blocos hegemônicos fazendo deste terceiro grupo de países *uma força crescente na cena internacional*¹⁴.

Este êxito na política externa iugoslava não significou que, internamente, o reflexo era positivo.

Inicialmente, Tito conseguiu manter estável a relação entre as repúblicas com seu perfil ditador que garantia o equilíbrio dentro da Iugoslávia, mas não evitou a crescente insatisfação dos países do sul, como, por exemplo, Kosovo, Macedônia e Bósnia, que eram menos favorecidos economicamente, consequência do maior desenvolvimento industrial e de infraestrutura da Eslovênia e da Croácia (países do norte), assim como não pôde evitar a crescente onda nacionalista e a insatisfação com as disparidades econômicas entre as repúblicas mais ricas e as mais pobres.

Estas críticas ao desenvolvimento desigual da Iugoslava justificaram-se através da política de fomento da economia interna de Tito que visava industrializar os países do norte, destinando maiores investimentos federais para seus parques industriais, em detrimento dos países do sul, que receberam baixíssimos investimentos, além da Sérvia, considerada uma semiperiferia. Com isso, a diferença econômica dentro da Iugoslávia era expressiva, visto que os eslavos do Sul mantiveram sua economia predominantemente agrária. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento econômico dos países do norte foi a proximidade geográfica e religiosa com a Europa Ocidental, o que contribuía para o turismo na região.

As disparidades econômicas internas também se justificavam pelos incentivos fiscais que as grandes indústrias do norte recebiam do governo. Essas políticas resultaram em disparidades das rendas per capita que sextuplicavam na comparação entre a região mais desenvolvida, a Eslovênia, em relação à região menos desenvolvida, o Kosovo¹⁵.

¹⁴ RISTOVITCH, Milan. *Breve história da experiência Jugoslava (1918-91)* in Revista Portuguesa de História. Coimbra, PT: 2014. P. 147.

¹⁵ VILOGORAC, p. 34.

Durante a gestão de Tito, a mudança no cenário interno foi expressiva. Esta mudança ocorreu desde o crescimento significativo da industrialização com uma consequente redução do mercado agrícola¹⁶, elevando a renda per capita do país e situando-o no grupo de renda média da economia mundial¹⁷, muito embora a renda se mantivesse, somente, entre as nações mais desenvolvidas, causando uma disparidade social na Iugoslávia que foi central para a sua fragmentação, entre as décadas de 1980 e 1990.

O crescimento econômico anual na gestão de Tito chegou a atingir 6,2%, variando seu menor número em 5,7%, no período de 1951 até o final da década de 1970. *Com essas taxas de crescimento econômico, a Iugoslávia incluiu-se no grupo dos 10 países com as taxas mais altas de crescimento do PNB no período pós-guerra*¹⁸.

No entanto, no final da década de 1970, a economia iugoslava não se reergueu o suficiente para evitar sua decadência¹⁹. Além das grandes investidas do governo federal de financiar a consecução de metas sociais da esfera econômica levando à intervenção no mercado, o país, que importava cerca de 44% da energia consumida internamente²⁰, enfrentou problemas com o alto preço do petróleo. Isso se deu, principalmente, com as crises do petróleo que ocorreram na década de 1970 e elevaram o preço desta mercadoria, resultando em diversas crises econômicas, principalmente nos países mais dependentes da importação do petróleo.

Esta crise também agravou um problema doméstico relacionado à disponibilidade excessiva de força de trabalho. A imigração de trabalhadores baratos para o Ocidente cessou, o retorno dos eslavos agudizou a consequente redução na circulação de moeda estrangeira no território iugoslavo e o déficit na balança comercial, devido à estagnação do comércio internacional, prejudicou a importação de insumos essenciais para a produção de bens de consumo. Não havia mais empregos.

(...) tudo isso contribuiu para que a economia iugoslava não saísse da recessão. A resposta para a crise viria com um empréstimo de ajuste estrutural pelo FMI e pelo Banco Mundial. Porém, tal empréstimo estava condicionado à implementação de diretrizes políticas do Consenso de Washington, ou seja, de regras liberalizantes do mercado. As consequências dessas diretrizes, sem dúvida, viriam a ser desastrosas, como o empobrecimento real da população, que viu na

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem, p. 36.

¹⁸ Idem, p. 34.

¹⁹ Idem, p. 36.

²⁰ Idem.

devolução do poder político às repúblicas a única chance para sair da crise: o separatismo (SEVERO, 2011, pp. 83-84).

A situação da Iugoslávia ficou ainda mais frágil com a morte de Tito, em 1980, e, entre a instabilidade econômica e as condições sociais, as instabilidades étnicas voltaram a figurar na nova reestruturação da política doméstica dos eslavos, no entanto, as animosidades mostraram-se insolúveis, o que tomou fôlego na região da Bósnia-Herzegovina, que era composta por bósnios, sérvios e croatas.

Os elementos bélico e nacionalista do estupro

Com a morte de Tito, a crise econômica na Iugoslávia transformou-se, por fim, em uma crise étnica, uma vez que o reconhecimento das principais etnias como nacionalidades passou a figurar no discurso social como o principal elemento gerador dos problemas locais, muito embora uma nova constituição tenha sido apresentada buscando estabelecer uma forma de governo rotativo no qual o sistema passaria a ser multipartidário, o que não assegurou a identidade das etnias com o Estado iugoslavo.

A ascendente instabilidade dividia, novamente, o território. Enquanto os socialistas sérvios buscavam unidade através da centralização política com a distribuição dos investimentos entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas, principalmente devido à localização estratégica da Sérvia nos Balcãs²¹, os chamados nacionalistas, provenientes da Eslovênia e da Croácia²², buscavam se separar da federação, especialmente por causa do apoio recebido do Ocidente, facilitado por sua localização geográfica de fronteira e, não menos relevante, por serem as repúblicas economicamente mais bem desenvolvidas do todo.

Assim, em 1991, com as proclamações de independência da Croácia e da Eslovênia, apoiadas, principalmente, pela Alemanha, teve início o processo de fragmentação. Como era de se esperar, as etnias locais foram legitimadoras da formação destes novos Estados, o que gerou um novo problema ao tratar as demais etnias como secundárias, evidenciando a falta de identidade nacional no território iugoslavo.

Concomitante a isso, milícias sérvias surgiram para contestar a inferioridade que lhe fora atribuída, com destaque para as milícias organizadas na Croácia devido ao grande número de sérvios residentes no país e ao governo reacionário que evocava os fascistas

²¹ VIZZENTINI, p. 126.

²² Idem.

croatas, em especial da Ustashe, conhecidos por terem violentado e torturado sérvios, ciganos e judeus durante a Segunda Guerra.

Em 1992,

A liderança muçulmana na Bósnia-Herzegovina também proclamou a independência e convocou um plebiscito (...) que foi boicotado pelos sérvios (40% da população). Imediatamente, desencadeou-se uma violenta guerra civil, opondo (...) comunidades (...). Os bósnios logo ficaram cercados nas cidades, pois se tratava essencialmente de uma população urbana de classe média, que se convertera ao islã durante a ocupação turca. A violência do conflito deveu-se, principalmente, ao engajamento dos civis, [treinados] para a guerra e [que] possuíam arsenais do exército em cada aldeia, devido à estratégia militar da Iugoslávia (...) [que preparou] uma defesa baseada na resistência popular. (...) Os sérvios, com auxílio do exército, controlaram dois terços do território porque sendo, sobretudo, uma população rural, este era o espaço por eles habitado. Os croatas e os bósnios (que também lutavam entre si) eram auxiliados pelas potências ocidentais (especialmente a Alemanha) e os últimos, também por países islâmicos, como a Turquia, e inclusive voluntários fundamentalistas iranianos. (VIZZENTINI, 1999, 127).

Tratava-se, portanto, de um conflito social, político e econômico de caráter étnico que servia de pressuposto para uma guerra civil que impedisse a fragmentação da Iugoslávia.

Neste período, destacou-se o líder do partido Comunista Sérvio, Slobodan Milosevic, que, em 1989, havia sido eleito presidente da Sérvia. Posteriormente, o Partido Comunista Sérvio viria a se desintegrar devido às pressões das repúblicas pela descentralização política e por mais autonomia.

Milosevic teve papel importante neste período usando a imprensa como artifício de controle da opinião pública, disseminando campanhas de oposição às independências, sobretudo da Croácia e da Bósnia. Em pouco tempo, após a independência da Bósnia, tropas paramilitares servias-croatas, juntamente com o apoio do exército federal de maioria sérvia, iniciaram a ocupação da Bósnia, dando início à chamada "limpeza étnica".

Com a presença política de Milosevic, o discurso de reafirmação da Sérvia como um Estado forte passou a justificar o uso irrestrito de forças paramilitares para garantir a formação da Grande Sérvia que objetivava anexar o território bósnio, o que culminou na violência irrestrita da limpeza étnica e do expurgo populacional.

No mesmo dia em que a Comunidade Europeia reconheceu a independência da Bósnia, *os sérvios instalados nas montanhas ao redor da capital da Bósnia-Herzegovina (...) atacaram a cidade Sarajevo*. O cerco durou, aproximadamente, quatro anos.

Ao mesmo tempo, em todo o país, era realizada uma "limpeza étnica", ou seja, a eliminação dos não sérvios. Em maio de 1992, a Organização das Nações Unidas acolheu a Bósnia-Herzegovina, a Croácia e a Eslovênia como membros, e interveio humanitariamente no conflito com o envio de tropas da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR). O ataque das milícias sérvias (...) foi apoiado por Milosevic e pelo exército sérvio [e tempos depois de ter sido iniciada a guerra] os croatas que [a] apoiavam, recuaram e voltaram a repensar a divisão da Bósnia entre Croácia e Sérvia (BELANÇON, 2015, pp. 3642-3643).

No que diz respeito à limpeza-étnica, a mesma aconteceu, principalmente, com a transferência da população de acordo com sua etnia, através da expulsão e, também, com a prática do extermínio, o que evitava, por sua vez, a heterogeneidade. Outras estratégias de limpeza foram os estupros em massa, os assassinatos e as torturas.

Quanto aos estupros, esta foi uma das principais violações dirigidas contra as mulheres de maioria bósnia cometidos pelos militares e milicianos sérvios. Esta prática tornou-se cotidiana, passando a ser considerada, mundialmente, como “estupros em massa”.

Este conflito tomou proporções internacionais quando se tomou conhecimento do *ressurgimento dos campos de concentração, onde se estima que milhares de mulheres foram sistematicamente estupradas com o objetivo de realizar uma limpeza étnica dos bósnios-muçulmanos*. Com isso, *o estupro em massa foi considerado, pela primeira vez, um crime de guerra*²³.

Na Bósnia, escolas, armazéns, ginásios, hotéis, grandes casas, foram usados como campos de estupro. Nestes locais, as mulheres – *principalmente as bosniaquinhas (muçulmanas bósnias)* – eram mantidas presas para serem torturadas sexualmente, *além de serem obrigadas a manter relações sexuais com mais de um soldado e várias vezes*. O objetivo maior era humilhá-las através dos estupros que objetivavam gravidezes compulsórias que pudessem garantir descendência sérvia-bósnia definitiva. *Algumas ficavam presas durante meses até engravidarem e não poderem mais abortar*²⁴.

Estes campos espalhavam-se por todo território bósnio, principalmente pelas cidades ou vilarejos que já estavam sob domínio sérvio. *Em Doboj (cidade ao norte da Bósnia), na escola Đure Pučar (...) duas mil mulheres muçulmanas e croatas e algumas*

²³ BASSANETTI, Kalila. *O papel da mulher nos conflitos internacionais: um estudo de caso sobre a Guerra da Bósnia*. Revista Cippius - Unilasalle, Canoas - Rs, v. 3, n. 2, p.46-67, nov. 2014, p. 47.

²⁴ PERES, Andréa. *Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia*. Cadernos Pagu, 37, Julho-Dezembro: 2011, p. 119.

*crianças foram aprisionadas*²⁵. Também haviam concentrações de mulheres aprisionadas em ginásios para que os homens pudessem escolher as mulheres que seriam levadas para os estupros que poderiam resultar em gravidezes de crianças sérvias. Nesses cativeiros, a comida e a água eram itens escassos²⁶.

Muitos estupros foram praticados na frente dos maridos das vítimas, bem como de seus filhos e em praças públicas. Diversas mulheres foram levadas para campos onde pudessem ser estupradas diversas vezes por dia, por vários dias e, geralmente, por mais de um homem. Outras desapareceram, algumas foram devolvidas para os seus campos de origem para, assim, serem substituídas por mulheres mais novas.

A tortura psicológica também foi amplamente utilizada contra estas mulheres, principalmente por serem muçulmanas, algo que foi correlacionado ao aspecto cultural pelo fato de, na religião professada, a mulher tornar-se impura para os maridos, já que a violação sexual, para muçulmanos, é motivo de vergonha.

O final da guerra foi decretado em 1995, com a assinatura do acordo de Dayton, consequência do bombardeio da OTAN²⁷. O acordo legitimou a divisão do território bósnio entre República da Sérvia, com 49% do território, e a outra parte, composta por bósnios-croatas, chamada de Federação da Bósnia-Herzegovina, garantindo direitos sociais e políticos para as três nacionalidades²⁸.

O corpo (político) da mulher: guerra e resistência

A introdução de uma abordagem feminista nos estudos de relações internacionais não se deu aleatoriamente.

Sendo a disciplina de Relações Internacionais aquela que surge para estudar os conflitos bélicos que tangenciavam grandes transformações políticas mundiais, como é o caso da crise de 1929, a mesma viu-se imersa em todos os conflitos sociais que não se restringiram às grandes guerras, mas que se justificaram através das estruturações, reestruturações e desestruturações geopolíticas de Estados Nacionais ou nações.

O continente europeu, não por acaso, foi frequentemente analisado por ter sido o amplo território mundial cujas transformações econômicas, revoluções políticas,

²⁵ PERES, p. 130.

²⁶ Idem.

²⁷ LIMA, Thamires Costa Rodrigues. *A Guerra na Bósnia e o acordo de Dayton: A reformulação do sistema de segurança europeu*. Neri em Revista, S.i., v. 3, n. 3, p.1-13, 2017, p. 3.

²⁸ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A fragmentação da Iugoslávia: paradigma da afirmação das estruturas hegemônicas de poder*. Indicadores Econômicos FEE: 199, p. 129.

reorganizações sociais modificaram, por longos anos, a sociabilidade sistêmica. É a partir da Europa que tomamos conhecimento de mulheres atuantes nas denúncias de violências praticadas contra as mulheres, mas isso não garantiu aos estudos sistêmicos, multilaterais e culturais, a ampla inserção das teorias feministas neste campo do conhecimento e, principalmente, na atuação política dos Estados.

Desta forma, este estudo também problematiza a perspectiva teórica feminista quando descolada das condições concretas – o reordenamento geopolítico das etnias em uma nação ou um Estado – que objetivam as relações humanas materializadas por sistemas políticos de governo – a transição de uma república federativa que ordenava etnias de diferentes nações para repúblicas independentes, ou seja, aproxima das relações internacionais um estudo de gênero que não se encerra na mulher, mas que parte da mulher para elucidar períodos históricos cuja exploração humana condicionou a inferioridade feminina, como no caso em questão, no qual os corpos violentados expressaram uma disputa territorial e de poder.

Tal estudo, ao pressupor que o corpo da mulher foi o principal elemento de guerra, uma vez tendo sido constatado que o estupro e as gravidezes compulsórias não serviram, tão somente, como práticas punitivas dos sérvios (católicos) contra os bósnios (muçulmanos), mas como meio de limpeza de uma etnia, afirma, por sua vez, que o corpo foi reiteradamente violentado por ser a mulher historicamente tratada como inferior ao homem nas suas relações afetivas, familiares e patriarcais.

Neste sentido, a contribuição do feminismo radical não se restringiu à crítica que tal perspectiva teórica faz ao patriarcalismo e machismo como um modelo sistêmico, muito pelo contrário, utilizou-se deste meio de análise para apreender como *o feminismo deslocou os debates centrais da teoria política, recolocando os termos em que é possível discutir, hoje, questões como [...] justiça, a esfera pública, [...] a igualdade [...] ou o Estado*²⁹, contrariando seu método analítico, uma vez que pressupôs que *a desconstrução do sujeito é, ao mesmo tempo, uma crítica ao sujeito masculino universal e uma crítica ao sujeito mulher*, excluindo, portanto, a categoria biológica *feminina* que observa a *sexualidade e a maternidade* como base fundamental para se explicar a origem da *opressão feminina*³⁰.

²⁹ BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. *Apresentação. O feminismo e a refundação da teoria política* in BIROLI; MIGUEL (org). *Teoria Política e Feminismo: abordagens brasileiras*. Editora Horizonte, Vinhedo, SP: 2012, p. 9.

³⁰ MARIANA, Silvana Aparecida. *O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo* in BIROLI; MIGUEL (org). *Teoria Política e Feminismo: abordagens brasileiras*. Editora Horizonte, Vinhedo, SP: 2012, p. 133.

Percebeu-se que a violência sérvia contra as bósnias tinha no discurso dos violadores uma forma de concretizar a limpeza étnica que manteria, sob o controle sérvio, o território onde residiam os povos da sua etnia, transformando a guerra civil que se desenvolveu a partir das crises política e econômica desencadeadas com a morte de Tito, no domínio territorial da Grande Sérvia, o que incluiu a tentativa de dizimação da etnia rival. A melhor forma seria, por sua vez, estuprar para gerar filhos sérvios. Estuprar para humilhar a etnia subalterna.

Tendo sido esta pesquisa encaminhada com o intuito de analisar as condições históricas com que a violência contra as populações envolvidas no conflito se justificou, esclarece-se que a Teoria Crítica das Relações Internacionais, em especial quando ela é entendida a partir de sua origem sociológica e filosófica em Gramsci³¹ e no materialismo dialético marxiano e engiliano, pressupôs que:

- i) Os acontecimentos internos da nação que se forjava na Iugoslávia reforçaram a necessidade de identidade nacional que as etnias buscavam desde o fim dos impérios, ao final da I Guerra Mundial;
- ii) A inconsequente aglomeração populacional não primava pelas autodeterminações dos povos, característico dos ideais liberais pós-guerras;
- iii) O desenvolvimento produtivo industrial de parte do território em detrimento das antigas formas produtivas agrárias – e cujas demandas econômicas assimilavam-se aos pressupostos capitalistas de circulação de mercadorias – concentrou-se de forma a impedir a distribuição igualitária desta riqueza, o que deveria ser o principal elemento de uma república socialista; e, por fim,
- iv) Os acontecimentos externos, em especial as pressões do, enfim, sistema capitalista internacional, exigiram a adequação imediata dos países às exigências dos organismos econômicos e militares internacionais e, principalmente, à nova potência mundial.

Desta forma, observa-se que as relações internacionais enquanto ciência, tal qual o feminismo enquanto teoria política, complementam-se na tentativa incessante da teoria

³¹ Muito embora a teoria crítica das Relações Internacionais seja apresentada a partir da Escola de Frankfurt, embasada pelos estudos de Antônio Gramsci, é ineficaz, enquanto análise de um sistema internacional, ignorar a formação intelectual dos pensadores quando relacionados aos acontecimentos políticos na Itália, país de origem de Antônio Gramsci, e na Alemanha, cujos acontecimentos políticos embasaram o desenvolvimento das críticas apresentadas por estudiosos organizados em torno da Escola de Frankfurt. Tanto um caso como outro têm como ponto de partida das análises culturais de suas sociedades os desenvolvimentos materiais dos países, ou seja, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, aperfeiçoando os estudos não somente de Marx e Engels, como, inclusive, de Lênin, cuja influência maior é vista em Gramsci.

em movimento, investigando os acontecimentos políticos, realizados por seres humanos, através de métodos que justifiquem os fatos, mas sem ignorar que, por ser movimento, estará em constante transformação. Apresentar o feminismo sob uma perspectiva crítica dele mesmo pode significar, nos campos profissionais que as relações internacionais abrangem, o avanço necessário para que as mulheres mantenham seus protagonismos na resistência contra as violações dos seus corpos.

Referências

BASSANETTI, Kalila. *O papel da mulher nos conflitos internacionais: um estudo de caso sobre a Guerra da Bósnia*. Revista Cippius - Unilasalle, Canoas - Rs, v. 3, n. 2, p.46-67, nov. 2014.

BIROLI; MIGUEL (org). *Teoria Política e Feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo, SP: Editora Horizonte, 2012.

LIMA, Thamires Costa Rodrigues. *A Guerra na Bósnia e o acordo de Dayton: A reformulação do sistema de segurança europeu*. Neri em Revista, S.i., v. 3, n. 3, p.1-13, 2017.

MANN, Michael. *Fascistas*. Lisboa, PT: Edições 70, 2004.

PERES, Andréa. *Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia*. Cadernos Pagu, 37, Julho-Dezembro: 2011.

RISTOVITCH, Milan. *Breve história da experiência Jugoslava (1918-91)*. Revista Portuguesa de História. Coimbra, PT: 2014.

SEVERO, Marília Bortoluzzi. *Determinantes sistêmicos na criação e na dissolução da Iugoslávia (1918-2002)*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A fragmentação da Iugoslávia: paradigma da afirmação das estruturas hegemônicas de poder*. Indicadores Econômicos FEE: 199

Rape as war weapon at the ethnic cleaning of Bosnia-Herzegovina (1992-1995): the feminist theoretical perspective of international relations

Abstract: between 1992-1995, the civil war at the Balkan's region became internationally known after the atrocities against humanity were made public, including the rape of bosnian women practiced by serbs as way to cleanse the nation that had been forging since the end of World War II. From the analytical perspective of Critical International Relations theory, violence against women will be studied considering the contributions of radical feminist theory.

Keywords: Rape. Ethnic Nationalism. Ethnic Cleansing. Feminism. International Relations.

Simpósio Temático 16 – Violência de gênero: discursos jurídicos

Violência de Gênero: discursos jurídicos

Coordenação: Janine Gomes da Silva (20/03)

Local: SALA EFI – 301.

21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Maria Cecília Takayama Koerich

marya_cecylia@hotmail.com

Prefeitura Municipal de Joinville

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DO SEU RECONHECIMENTO AO SEU ENFRENTAMENTO

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DO SEU RECONHECIMENTO AO SEU ENFRENTAMENTO

Maria Cecília Takayama Koerich¹

Resumo: A necessidade de debatermos sobre o fenômeno da violência contra as mulheres em nossa sociedade se faz urgente no cenário histórico atual. Os dados estatísticos em relação as violações de direitos que vitimizam esse público em nosso país, apontam para o trágico cenário em que estamos inseridas. Mesmo diante de avanços legais encontramos dificuldade de uma práxis efetiva nos atendimentos destinados as mulheres que vivenciam a violência. Este trabalho busca apresentar um olhar sensível em relação ao fenômeno da violência contra as mulheres e mecanismos de seu enfrentamento.

Palavras-chaves: violência, gênero, rede de atendimento as mulheres

A violência contra as mulheres² não é um fenômeno recente em nossa sociedade. Assim como, não pode ser considerada algo natural, ou normal, pois esta percepção justificaria sua prática e manutenção em nosso meio. Para observarmos a violência como uma categoria importante a pesquisa, levantamos algumas questões a seu respeito, tentamos ir para além do senso comum e buscar outras maneiras de entender sua existência e funcionalidade.

Apesar de considerarmos a violência como algo presente na sociedade, não devemos aceitá-la como um aspecto inexorável. Da mesma maneira que a violência existiu e existe na história da humanidade, houve sistemas religiosos, filosóficos, legais e comunitários que foram desenvolvidos a fim de preveni-la ou limitá-la, resistindo a sua prática. (Dahlberg e Krug, 2007, p. 1164)

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pedagoga formada nesta mesma instituição. Técnica de referência no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente junto a Prefeitura Municipal de Joinville – Santa Catarina, Brasil.

² Utilizamos o termo violência contra a mulher, ou mulheres, a partir das referências do Direito Brasileiro, que contempla duas definições legais relativas à violência contra mulheres. A mais conhecida é aquela contida na Lei Maria da Penha: Art. 5º: Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. Em 2015, é inserida no Código Penal a previsão legal do feminicídio, como modalidade do homicídio qualificado: Homicídio qualificado § 2º Se o homicídio é cometido: (...)Feminicídio VI – contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: Pena – reclusão, de doze a trinta anos. § 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Zapater, Maíra. Violência contra mulheres, violência doméstica e violência de gênero: qual a diferença? 2016. disponível em <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/03/10/violencia-contra-mulheres-violencia-domestica-e-violencia-de-genero-qual-a-diferenca/>, acesso em 22/01/2018).

Koerich, (2017, p. 111) fala que

A palavra violência tem sua origem no latim *violentia*, que significa veemência, impetuosidade, e deriva da raiz latina vis, força. Entretanto, não podemos fazer a associação reducionista entre *violência e força*; por mais que estejam interligadas essas categorias, é notável o caráter performático do fenômeno da violência, assumindo dimensões violadoras mascaradas e de difícil percepção. Sendo adotada inclusive por alguns autores a pluralidade do termo: violências, como meio de expressão que melhor compreende a sua manifestação.

Schraiber (2007, p. 113) diz que

No plano internacional e nacional, a violência é reconhecida como questão social e de saúde pública. É considerada mundialmente violação de direitos, embora com expressões variadas em diferentes contextos. Debate-se, contemporaneamente, a expansão de domínios da violência, de modo paradoxal com a expansão dos direitos humanos e sociais.

Também podemos entender a violência como um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, que tem como espaço de criação e desenvolvimento, a vida em sociedade. (Minayo, 1994, p.07). A Organização Mundial de Saúde (OSM) destaca a violência como, uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Diante disto, optamos em perceber a violência a partir da sua complexidade, da mesma forma que compreendemos a demanda dos sujeitos que tiveram seu histórico marcado por este fenômeno, em especial as mulheres.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) – promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 01/08/1996_cita que devemos entender por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (artigo 1º). No mesmo documento em seu 2º artigo reconhece que a violência contra a mulher pode ser manifesta como física, sexual ou psicológica, e que, pode ocorrer no âmbito familiar ou na comunidade. Apresentamos este registro, que tornou-se decreto como um marco em relação ao enfrentamento as violências contra as mulheres. Lembrando que nos artigos seguintes deste documento ofertam orientações e recomendações para o combate a este fenômeno.

Como mencionado, a violência contra as mulheres, e a sua pluralidade de manifestações, está no enredo da própria história da humanidade, podendo assumir maneiras diversas, dependendo do contexto social, econômico e cultural do meio onde se insere. Com essa compreensão, consideramos a violência como polimorfa e polissêmica, e, perguntamos: Quando a violência se tornou um problema para a nossa sociedade? Quais são os elementos que nos fazem perceber a preocupação social a seu respeito? Como são tratadas as mulheres em situação de violação de direitos? Como são tratados os proponentes dessa violência? Muitas são as indagações a respeito das violências, e, estes questionamentos podem qualificar nossa análise a seu respeito e oferecer uma criticidade ao objeto de pesquisa. Neste sentido, Rangel e Oliveira (2010, p. 01) falam sobre a importância da investigação e do estudo do fenômeno da violência,

A pesquisa sobre violência contra a mulher pode apontar a magnitude, os fatores de risco, a distinção de grupos mais vulneráveis e as tendências para nortear ações públicas mais eficientes, respeitando as suas causas e especificidades nos seus diversos contextos. Tendo em mente que mulheres diferentes apresentam demandas específicas e vulnerabilidades distintas que podem agravar as manifestações de violência em contextos sociais particulares.

Violência contra a mulher: para além de dados estatísticos

Atentas as possibilidades ofertadas pelas pesquisas sobre violência contra as mulheres, observamos O Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, e, o Atlas da Violência 2017: Ipea e FBSP, que apresentam dados estatísticos a respeito das violências perpetradas contra este público em território nacional. Essas publicações apontam outras interfaces da tecitura da violência, contemplando raça, idade da vítima, local da agressão, atendimentos a mulher em situação de violação de direitos, reincidências de violências, etc. Os dados do Atlas da Violência 2017: Ipea e FBSP, possui como fonte o SIM – Sistema de Informação de Mortalidade, enquanto o O Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, utiliza o SIM – Sistema de Informação de Mortalidade, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a base internacional de dados US Census Bureau, o SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação do SUS – Sistema Único de Saúde e PNS – Pesquisa Nacional de Saúde. Essas fontes de informação representam as denúncias ou os atendimentos direcionados as mulheres que sofreram violação de direitos e acessaram o sistema público e seus serviços, não podemos deixar de citar que nem toda violação de direito é registrada

por esses mecanismos, portando, há um número significativo de violências contra as mulheres que não estão aqui demonstrados. Isto coloca as violências contra as mulheres em outra posição, o da sua invisibilidade.

Segundo O Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, com taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, num grupo de 83 países, com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, ocupa a 5ª posição em homicídios de mulheres no mundo. O que evidencia altos índices de mortes quando comparado a outros países: 48 vezes mais homicídios femininos que o Reino Unido; 24 vezes mais homicídios femininos que a Dinamarca ou Irlanda; 26 vezes mais homicídios femininos que o Japão e Escócia. A partir desses dados sobre homicídios de mulheres em nosso país e no mundo, podemos concluir que o Brasil não é um local seguro para nós mulheres, e que, o homicídio citado neste estudo, representa a ponta de um iceberg das inúmeras violências que nos afligem cotidianamente.

O Atlas da Violência 2017: Ipea e FBSP, que analisa os dados estatísticos dos anos entre 2005 e 2015, coloca que apenas no último ano houve uma diminuição na taxa de homicídio de mulheres em 18 Unidades Federativas. São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal possuíam em 2015 as menores taxas registradas de homicídios de mulheres e Roraima, Goiás e Mato Grosso encabeçavam a lista dos estados com maior predominância de homicídio contra mulheres. Destacamos mais uma vez que este registro implica no reconhecimento de que o Brasil não é um país seguro para nós mulheres, e que, dentro deste universo de fragilidade ainda existem espaços-tempo, com maior probabilidade de violações de direitos ao público feminino.

Segundo o site <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#> (visita em 31/01/2018) a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil, a cada 6,3 segundos uma mulher é vítima de ameaça de violência, a cada 6,9 segundo uma mulher é vítima de perseguição, a cada 22,5 segundo uma mulher é vítima de espancamento ou tentativa de estrangulamento, a cada 2 minutos uma mulher é vítima de arma de fogo, a cada 1,4 segundos uma mulher é vítima de assédio.

Nana Soares, em reflexões sobre gênero, violência e sociedade – feminicídio – na matéria: Em número: a violência contra a mulher brasileira, publicada no site do jornal Estadão, em 07/09/2017, 11h57, traz dados sobre a violência sexual, violência doméstica e feminicídio e o pensamento dos brasileiros em relação ao tema.

– O Brasil registrou 1 estupro a cada 11 minutos em 2015. São os Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os mais utilizados sobre o tema. Levantamentos regionais feitos por outros órgãos têm maior ou menor variação em relação a isso. – As estimativas variam, mas em geral calcula-se que estes sejam apenas 10% do total dos casos que realmente acontecem. Ou seja, o Brasil pode ter a medieval taxa de quase meio milhão de estupros a cada ano. – Cerca de 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes. Quem mais comete o crime são homens próximos às vítimas. (Fonte: Ipea, com base em dados de 2011 do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde) – Há, em média 10 estupros coletivos notificados todos os dias no sistema de saúde do país. (Dados do Ministério da Saúde de 2016, obtidos pela Folha de S. Paulo). 30% dos municípios não fornecem estes dados ao Ministério. Ou seja, esse número ainda não representa a totalidade. – Somente 15,7% dos acusados por estupro foram presos (Dados do estado de São Paulo obtidos pelo G1, referentes aos meses de janeiro a julho de 2017). – O mesmo levantamento apontou que na cidade de São Paulo há 1 estupro em local público a cada 11 horas. – No estado do Rio de Janeiro, há um caso de estupro em escola a cada cinco dias e 62% das vítimas tinham menos de 12 anos. (Dados do Instituto de Segurança Pública obtidos pelo EXTRA e referentes a Janeiro/2016 a Abril/2017. Nota-se aqui que não há distinção entre os níveis de ensino e que há meninos vítimas de violência sexual) – No Metrô de São Paulo registra-se 4 casos de assédio sexual por semana. (Dados de 2016 obtidos pelo Estadão).

Em relação a violência doméstica e feminicídio,

– A cada 7.2 segundos uma mulher é vítima DE VIOLÊNCIA FÍSICA. (Fonte: Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha). – Em 2013, 13 mulheres morreram todos os dias vítimas de feminicídio, isto é, assassinato em função de seu gênero. Cerca de 30% foram mortas por parceiro ou ex. (Fonte: Mapa da Violência 2015). – Esse número representa um aumento de 21% em relação a década passada. Ou seja, temos indicadores de que as mortes de mulheres estão aumentando. – O assassinato de mulheres negras aumentou (54%) enquanto o de brancas diminuiu (9,8%). (Fonte: Mapa da Violência 2015). – Somente em 2015, a Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180, realizou 749.024 atendimentos, ou 1 atendimento a cada 42 segundos. Desde 2005, são quase 5 milhões de atendimentos. (Dados divulgados pelo Ligue 180). – No estado de Roraima, metade das acusações de violência doméstica prescrevem antes de alguém ser acusado. Não foi conduzida nenhuma investigação nos 8.400 boletins de ocorrência acumulados na capital Boa Vista. (Dados do levantamento realizado pela Human Rights Watch em 2017). – No estado de Roraima, metade das acusações de violência doméstica prescrevem antes de alguém ser acusado. Não foi conduzida nenhuma investigação nos 8.400 boletins de ocorrência acumulados na capital Boa Vista. (Dados do levantamento realizado pela Human Rights Watch em 2017). – 2 em cada 3 universitárias brasileiras disseram já ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário. (Fonte: Pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, do Instituto Avon, de 2015).

Com este triste quadro sobre as violências perpetradas contra nós mulheres evidenciamos o quanto ainda estamos distante de vivenciarmos em nosso cotidiano questões elementares, como ter o direito de ir e vir sem ter nossa integridade física e emocional ameaçada ou violada; que ser mulher na fase da infância ou adolescência pode ser um risco, já que a maioria dos estupros notificados contemplam este público; que o nosso sistema de garantia de direitos é frágil, uma vez que não responsabiliza os agressores dos atos de violência; que tanto espaços públicos quanto privados não representam segurança as mulheres; que os relacionamentos afetivos, nem sempre significam proteção e respeito; que o número de registros de casos de violência contra as mulheres negras está aumentando, inclusive assassinato; que espaços-tempo considerados como referência de ensino e cuidado, como escolas e universidades, também são marcados pela violência contra as mulheres. Todos esses exemplos de violações de direitos, assim como, a sua representação estatística estão amparados por um sistema, que atua em toda rede social: o machismo e as suas reverberações que legitimam as práticas violadoras de direitos, assim como, as impulsionam. Deste modo o machismo estaria na base estruturante das violências contra as mulheres?

Cunha (2010, p. 150) lembra que

a violência contra a mulher é um fenômeno antigo e, também por isso, muito banalizado. Ele se encontra justificado por pressupostos biológicos bem duvidosos, mas infelizmente comuns, que apontam a mulher como ser mais frágil, de menor força física e capacidade racional, que por sua própria natureza domesticável tem tendência a ser dominada, pois necessita de alguém para protegê-la e orientá-la [...]. A agressão, nesta perspectiva infundada, se justificaria, portanto como controle da irracionalidade feminina. Este discurso naturaliza a violência de gênero. É preciso, assim, desconstruir esta naturalização e, para isso, compreender inicialmente o que se quer dizer com “violência contra a mulher”.

O Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, assim como, o Atlas de homicídios 2017 falam que a população negra é mais vitimada por violência homicida no Brasil, como já mencionado neste trabalho, e, enquanto as taxas de homicídios da população branca tende a diminuir, a taxa de vitimização da população negra cresceu. Esta informação é de relevância extrema, pois explicita o caráter endêmico da violência que afligi as mulheres negras. Entendemos que isto não deve ser analisado de modo a reproduzir um ideal preconceituoso em que culpabiliza a própria vítima por sua situação de risco ou fragilidade frente as violências. Devemos olhar de modo histórico cada uma dessas categorias citadas no Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres

no Brasil, e nos demais documentos a respeito das violências, pois não são casualidades que fazem com que esses dados sejam destacados. Lembrando que o Atlas da Violência 2017: Ipea e FBSP, confirma esta informação ao apresentar referências estatísticas em relação a mortalidade de mulheres, sendo que para as mulheres não negras percebeu-se uma redução de 7,4% entre 2005 e 2015, atingindo 3,1 mortes para cada 100 mil mulheres não negras, o que fica abaixo da média nacional, enquanto a mortalidade de mulheres negras observou-se um aumento de 22% no mesmo período (2005 – 2015), chegando à taxa de 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres negras, o que coloca este dado estatístico acima da média nacional.

O Geledés Instituto da Mulher Negra, publico MULHERES NEGRAS e violência doméstica decodificando os números, no ano de 2017, apresenta uma atenção a este público em específico e diz que

Se em todos os indicadores sociais evidenciam as desvantagens sociais experimentadas por mulheres negras, demonstrando as clivagens sociais impostas pelo racismo e a discriminação racial, e se há prevalência de mulheres negras nos dados de violência doméstica, como a abordagem do impacto do racismo pode se manter ausente ou periférica no tema da violência doméstica?

A questão racial está atrelada ao gênero neste caso, e isto implica na vida de inúmeras brasileiras. Essas implicações ou encadeamentos dizem respeito ao acesso ao ensino, ao trabalho, as relações que são construídas nos vários espaços-tempo de formação, no acesso a políticas públicas, e, particularmente, nesta análise, nas manifestações de violações de direitos.

O Atlas da Violência 2017: Ipea e FBSP, indica outra questão importante, pois além da taxa de mortalidade de mulheres negras ter aumentado, cresceu também a proporção de mulheres negras entre o total de mulheres vítimas de mortes por agressão, passando de 54,8% em 2005 para 65,3% em 2015. O que implica em 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil no último ano eram negras, o que evidencia que a desigualdade de gênero e o preconceito racial devem ser percebidos nas análises de enfrentamento as violências, principalmente para compreendermos a violência letal contra as mulheres no Brasil.

Em relação a idade das vítimas observamos elevada presença feminina no infanticídio; o crescimento do fenômeno da violência nas mulheres com idade entre 18 e 30 anos, e a partir dessa idade um lento declínio até a velhice. Conforme o Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Em relação aos meios utilizados ao

homicídio, analisamos que para os homens há a presença de arma de fogo como a mais utilizada, e, no caso de homicídio de mulheres também há o registro de arma de fogo, mas, um número significativo de estrangulamento, sufocação, utilização de objeto cortante, o que aponta, segundo pesquisa, as práticas violadoras de direito, e, homicídios por motivos de ódio, fúteis ou banais, e, ao investigarmos esta questão, percebermos que a prática dessas ações violadoras sinalizam a necessidade de aproximação corporal entre agressor e vítima, isso pode sugerir o acercamento desta, sua vulnerabilidade física ou emocional frente ao seu agressor, assim como também, uma noção de *possuidor* da mulher nesta relação: agressor – vítima. Outro indicativo importante diz respeito ao local da agressão. Sendo que para quase metade da população masculina o lócus de violência é o ambiente público: ruas, avenidas, praças, etc. Para as mulheres, há presença de registros de violações de direitos em espaços públicos, mas, é muito significativo a prática de violência em ambiente privado, tendo a residência da vítima como o espaço-tempo de violência. Isso revela o caráter doméstico da prática de violação de direitos das mulheres. O que problematiza o caráter privado de certas violências, e, o tabu a seu respeito. Como essas violações de direitos estão inseridas no âmbito doméstico, não raro sua visibilidade é mascarada. Ainda há a presença em nossa sociedade do dito popular: em briga de marido e mulher, não se mete a colher? Fonseca, Ribeiro e Leal (2014) lembram que a violência doméstica não corresponde apenas entre pessoas que constituem um núcleo familiar, mas diz respeito a violência que é vivenciada parcialmente ou integralmente no domicílio do agressor, no espaço íntimo e privativo, que contempla a “extensão simbólica do território da casa”.

Em Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, documento encomendado ao Data folha pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com representatividade nacional, publicado em 2017, pesquisou a violência contra a mulher a partir da percepção do que é a violência entre as pesquisadas, do seu entendimento a respeito, da observação de violações de direitos em espaços públicos, e de uma autoanálise: quais são as violências sofridas pelas entrevistadas nos últimos meses? E quais atitudes frente a essas violações de direitos? Esta pesquisa traz ao debate não apenas dados estatísticos em relação as violências perpetradas contra nós mulheres, mas investiga qual é o nosso entendimento de violência, e, se podemos avaliar as inúmeras práticas violadoras de direitos que são naturalizadas em nosso cotidiano. Também podemos verificar o quanto é frágil o sistema de garantia de direitos a qual estamos inseridas.

Em relação a esta especificidade da violência, Gawryszewski (2004) fala que as violências sofridas pelas mulheres devem ser explicadas e entendidas a partir da observação das condições históricas e sociais de uma construção relacional, referente ao que consideramos feminino e masculino, esta construção histórica e social fabrica características e ideais diversos para os sexos: seja em relação à sexualidade, a família, trabalho e espaços-tempo: público/privado, produzindo formas de violências específicas: espaço privado para as mulheres e o espaço público para homens.

Também é necessário analisarmos o perfil do proponente das agressões, O Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, fala que

82% das agressões a crianças do sexo feminino, de <1 a 11 anos de idade, que foram atendidos pelo SUS, partiram dos pais ou responsáveis, principalmente da mãe, que concentra 42,4% das agressões; para as adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos as agressões divide-se entre os pais (26,5%) e os parceiros ou ex-parceiros (23,2%), para as jovens e as adultas, de 18 a 59 anos de idade, o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando a metade de todos os casos registrados; para as idosas, o principal agressor foi um filho (34,9%). Constatamos então, que no conjunto de todas as faixas etárias, o que destaca-se é a violência doméstica, e, parentes imediatos ou parceiros e ex-parceiros como responsáveis por essas práticas de violência. Isto pode revelar um caráter reservado, segregado da violência contra as mulheres, pois indica aqueles sujeitos que praticam a violência, e, demonstra a sua proximidade com a mulher vitimada, tendo este sujeito violador o caráter consanguíneo, afetivo, familiar. Ainda sobre a idade das vítimas e os atendimentos registrados em todas as idades, até os 59 anos, os atendimentos direcionados ao público feminina vítima de violência superou o masculino.

Observamos que na infância, o proponente de violações de direitos são aqueles que deveriam ofertar cuidado e amparo, destaque a figura materna que representa o maior percentual de registros de violações de direitos neste período.

O Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, destaca a também tipificação das violências sofrida pelas mulheres, temos a violência física como a mais expressiva (48%), principalmente na etapa de sua juventude e vida adulta; em seguida temos a violência psicológica (23,%) e em terceiro lugar a violência sexual: 11,9% em crianças e 24,3% em adolescentes. Vale destaque que a prática ou o registro dessas violências, pode ser concomitante, isto é, uma mulher que tenha sofrido violência psicológica, ou física, também pode ser vítima de violência sexual e etc.

Neste ensaio, ofertamos um olhar contemporâneo e crítico em relação as práticas violadoras de direitos as mulheres e aos dados estatísticos a respeito. Entendemos que a

temática das violações de direitos devem ser discutidas de modo incessante, para que possamos vislumbrar alternativas a esta prática. Entendemos as violências a partir de seu caráter histórico, o que possibilita contextualizarmos sua manifestação e lutarmos para que seja extinguida, ou ao menos reduzida. Destacamos que dados estatísticos podem trazer a visibilidade a realidade muitas vezes escamoteada, e que, marcos legais podem representar avanços em relação ao enfrentamento as práticas de violências, porém a materialização das leis no cotidiano efetivo está implicado não apenas a uma elaboração legislativa, mas na urgência de problematizarmos questões referentes as discriminações, desigualdades, estigmas e preconceitos, que se fazem presente em nossas vidas. Colocar o machismo no centro do debate, problematizá-lo, indiciá-lo, constrangê-lo a sua não legitimidade, e, por fim estremecer esta perspectiva conservadora e anacrônica que se faz presente em nossa sociedade, insistindo em ranços históricos como referência, servindo inclusive para justificar práticas violadoras de direitos. Há necessidade urgente de colocarmos em evidencia os dados estatísticos, pois é a nossa representação, mas também temos que assumir o embate inevitável a toda e qualquer manifestação de violência.

O documento Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, publicado em 2017, cita que a cada três brasileiros, dois afirmam ter presenciado uma mulher sendo agredida física ou verbalmente nos últimos doze meses. O que evidencia a observação da violência, mas que não implica no seu enfrentamento. Somos as mulheres vitimadas pela violência e ao mesmo tempo somos observadoras dessas violações. Precisamos ser a denúncia e a não aceitação desta prática para fortalecermos a rede de proteção destinada as mulheres em situação de violações de direitos.

Ao mencionarmos a rede de proteção da mulher atentamos para: delegacia de proteção a mulher, varas e juizados especializados na lei Maria da Penha, serviços de saúde e de assistência social especializados: atendimento emergencial, ambulatorial e de acolhimento institucional – CRAS, CREAS e Abrigos, defensoria pública, e, demais serviços e programas de enfrentamento a violência. Não podemos fazer uma análise da violência contra a mulher sem destacarmos os locais e serviços públicos de apoio e proteção. É necessário reconhecermos os avanços na elaboração da lei Maria da Penha (Lei no. 11.340 de 2006) e na Lei do Feminicídio (Lei no. 13.104 de 2015) em nosso país, mas não podemos manter no âmbito “de produção de um marco legislativo”, temos que torná-lo vivo na existência de todas e da cada mulher brasileira.

Referências

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres Negras e Violência Doméstica**: decodificando os números – São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmoros-isbn.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

CUNHA, B. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. Curso de Direito. UFPR, 2014.

DAHLBERG, Linda L., KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1163-1178, 2007. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>, acesso em 03/02/18.

FBSP. **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo, março de 2017.

GAWRYSZEWSKI P, KOIZUMIMS, Mello Jorge MHP. **As causas externas no Brasil no ano 2000**: comparando a mortalidade e a morbidade. *Cad. Saúde Pública*. 2004;20:995-1003.

FONSECA, D. RIBEIRO, C. LEAL, N. **Violência doméstica contra a mulher**: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*; 24 (2), 307-314, 2012

MINAYO, M. C. S. **A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública**. *Cadernos de Saúde Pública* 10 1994 (Supl.): 7-18.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. **Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva**. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, IV (3), pp. 513-531, fev. 1998.

KOERICH, Maria Cecília Takayama. **Por uma ética e estética do cuidado**: perspectivas e enfrentamentos as violações de direitos em mulheres-adolescentes. In. CIOCCARI, A. P. B. F.; FASOLIN, C.R. *Boas práticas no SUAS nos municípios de Santa Catarina*. Florianópolis. Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – diretoria de Assistência Social, 2017. P. 111 a 126.

Organização dos Estados Americanos, **Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher** ("Convenção de Belém do Pará"), 1994.

RANGEL, C. M. F. R. B. de A.; OLIVEIRA, E. L. de. **Violência contra as mulheres**: fatores precipitantes e perfil de vítimas e agressores. *Fazendo Gênero* 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

SCHRAIBER, Lilia Blima. et al. **Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo**. *Rev Saúde Pública*, v. 41, n.3, p. 59-67, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240160006>. Acesso em 18 maio 2017.

SOARES, Nana. **Em número**: a violência contra a mulher brasileira. Disponível em <http://emais.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/>, acesso em 01 de fevereiro de 2018.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**. Homicídios de Mulheres no Brasil. Brasília, 2015.
https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.
Acesso em 03 de janeiro de 2018.

Zapater, Máira. **Violência contra as mulheres, violência de gênero e violência doméstica, qual a diferença?** Disponível em
<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/03/10/violencia-contramulheres-violencia-domestica-e-violencia-de-genero-qual-a-diferenca/>, acesso em 22/01/201

Instituto Maria da Penha. **Relógios da Violência**. Disponível em
<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

Violence against women: from their recognition to their confrontation

Abstract: The need to discuss the phenomenon of violence against women in our society becomes urgent in the current historical scenario. The statistical data regarding the violations of rights that victimize this public in our country, point to the tragic scenario in which we are inserted. Even in the face of legal advances, we find difficulties in effective praxis in the care of women who experience violence. This paper seeks to present a sensitive view on the phenomenon of violence against women and coping mechanisms.

Keywords: violence, gender, women's service network

Simpósio Temático 17 – Educação, mídia e discursos de gênero

Educação, mídia e discursos de gênero

Coordenação: Ana Maria Veiga

Local: Sala 209 – CSE.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Amanda de Melo

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

Douglas Nehls Silva Lima

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

Karine dos Santos Baran

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

Yasmim Schmitz

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

Flavia Maia Moreira

fmaiamoreira@gmail.com

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA IFSC/CAMPUS SÃO JOSÉ

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFSC/CÂMPUS SÃO JOSÉ

Flavia Maia Moreira¹
Amanda de Melo²
Douglas Nehls Silva Lima³
Karine dos Santos Baran⁴
Yasmim Schmitz⁵

Resumo: Dada a importância do livro didático no contexto escolar, é interessante analisar de que forma ele (re)produz significados para os sujeitos. A presente pesquisa se propôs a analisar, juntamente aos alunos, como o gênero feminino é representado nas imagens presentes nos livros didáticos utilizados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados pelo IFSC, câmpus São José. As análises se deram considerando as seguintes categorias: frequência, protagonismo e contexto da representação (trabalho, política, família, esporte, religião, lazer, etc.).

Palavras-chave: Gênero. Livro didático. Ensino Básico.

O IFSC é, como toda a sociedade, plena de ambiguidades. Observando, por exemplo, o Anuário Estatístico da Instituição (IFSC, 2016), podemos observar um grande desequilíbrio de gênero na procura das diferentes ofertas formativas do Câmpus São José. Assim, os cursos técnicos subsequentes (Telecomunicações e Refrigeração) e o Bacharelado (Engenharia de Telecomunicações) tiveram uma grande prevalência de pessoas matriculadas do sexo masculino (93,7% e 74,2%, respectivamente), enquanto o Técnico Integrado foi o que apresentou maior procura por pessoas do sexo feminino (41,3%) entre os cursos profissionalizantes, provavelmente devido ao interesse pela oferta pública e gratuita do Ensino Médio. O curso de Química – Licenciatura foi o único com menor procura por pessoas do sexo masculino (40%). Também entre os docentes do Câmpus São José, observamos uma grande desigualdade de gênero (71,2% são do sexo masculino).

Assim, estruturado em cursos que no imaginário social estão tradicionalmente ligados ao mundo masculino, nos perguntamos como a prática pedagógica utilizada nos cursos do IFSC têm agido para a manutenção ou transformação destas perspectivas de senso comum, haja vista o papel transformador que a educação deve cumprir também no campo da moral e das práticas restritivas e preconceituosas.

¹ Docente do Instituto Federal de Santa Catarina/câmpus São José, São José, SC.

² Estudante do Instituto Federal de Santa Catarina/câmpus São José, São José, SC.

³ Estudante do Instituto Federal de Santa Catarina/câmpus São José, São José, SC.

⁴ Estudante do Instituto Federal de Santa Catarina/câmpus São José, São José, SC.

⁵ Estudante do Instituto Federal de Santa Catarina/câmpus São José, São José, SC.

O conceito de gênero é fundamental neste estudo. As instituições sociais – como a escola - “expressam as relações sociais de gênero” (LOURO, 1995, p. 103). Dal'Igna (2011) toma o conceito de gênero “como um elemento organizador da cultura” (DAL'IGNA, 2011, p. 45). De acordo com a autora, gênero não se refere apenas à “construção social de papéis e funções masculinos e femininos”. Isso significa que as próprias instituições e práticas sociais não só constituem gênero, como também são constituídas por ele. Da'Igna aponta, ainda, que existe uma articulação entre gênero e educação, pois é por meio de processos educativos que os sujeitos se transformam em homens e mulheres. Portanto, é importante considerar como o gênero é também representado na escola.

O livro didático é uma ferramenta usada sistematicamente nas atividades escolares, adquirindo “um status de verdade para alunos e professores” (SANTANA & WALDHELM, 2009). Dadas a importância e a frequência de uso do livro didático nas escolas, é interessante analisar que conhecimentos são nele vinculados e de que forma. “Os livros didáticos ao mesmo tempo em que são moldados, também moldam a nossa cultura. (Re)produzindo significados para os sujeitos, influenciam e demarcam características como normais, atribuindo sentido e modelando o que é e como é ser menina, menino, homem e mulher” (DINIZ e SANTOS, 2012, p.2). Ainda conforme Diniz e Santos (2012), a escola como instituição deveria informar, conscientizar e problematizar questões relacionadas ao gênero: “trabalhar as relações de gênero no ambiente escolar é tão necessário como trabalhar qualquer conteúdo tradicional” (DINIZ e SANTOS, 2012, p. 5).

A promoção de pesquisa na perspectiva de gênero possibilita não só discutir e repensar nossa inserção social como mulheres e homens e como profissionais da educação, mas pode contribuir, efetivamente, para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, não só no que se refere ao gênero, mas em todos os seus níveis e relações.

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi investigar as representações de gênero nos livros didáticos utilizados nos cursos integrados do IFSC, Câmpus São José.

Os objetivos específicos foram:

- Identificar como os gêneros são representados nas imagens e figuras presentes em livros didáticos nas diferentes áreas do conhecimento utilizados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do câmpus;

- Analisar as relações de gêneros a partir dos dados extraídos da análise das imagens consideradas;
- Discutir o papel do livro didático como um instrumento histórico e culturalmente construído.

Metodologia

A pesquisa se cumpriu em três etapas,:

1. Pesquisa bibliográfica: objetivou aprofundar os conceitos do campo de estudos e preparar o trabalho empírico
2. Trabalho Empírico: foram considerados para objeto de análise os livros didáticos utilizados nas diferentes áreas do conhecimento dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio aprovados pelo Plano Nacional de Livros Didáticos 2015-2017, sendo eles: Bio (LOPES & ROSSO, 2013) e Matemática - Ciência e Aplicações (IEZZI et al., 2013) em Ciências da Natureza e Matemática, Português e Linguagens (CEREJA & MAGALHÃES, 2013) em Linguagens, Tempos Modernos, tempo de Sociologia (BOMENY et al., 2013) em Ciências Humanas.
3. Análise e interpretação dos dados: foram realizadas análises quantitativas das imagens consideradas quanto à frequência, protagonismo e contexto da representação (trabalho, política, família, esporte, religião, lazer, etc). Além disso, cada aluno/a bolsista realizou uma análise sobre as relações de gênero encontradas, assim como uma reflexão sobre o impacto dos livros didáticos na sua formação acadêmica.

A pesquisa teve um período de execução de 5 meses (agosto a dezembro de 2017) e teve a participação de 4 estudantes do Ensino Médio como bolsistas.

Rresultados e Discussão

Nas quatro coleções de livros didáticos escolhidas, foram analisadas um total de 729 imagens. De acordo com a percepção das/os bolsistas, apenas 317 (36,7%) traziam representações femininas e 546 masculinas (63,3%), revelando uma desigualdade numérica bastante importante. Além disso, das mulheres representadas, verificou-se que 58% estavam acompanhadas por homens, e 40% ocupavam um papel coadjuvante na imagem analisada. A análise revelou ainda que, quando acompanhadas por homens, somente 17-24% das mulheres representadas ocupavam um papel protagonista ou intermediário nas imagens analisadas.

Quando analisamos o contexto no qual essas mulheres estavam representadas, verificamos que aqueles mais representativos, de acordo com a figura 1, foram: trabalho (26,8%), histórico (17,3%), lazer (15%), familiar (11%) e saúde (9,8%).

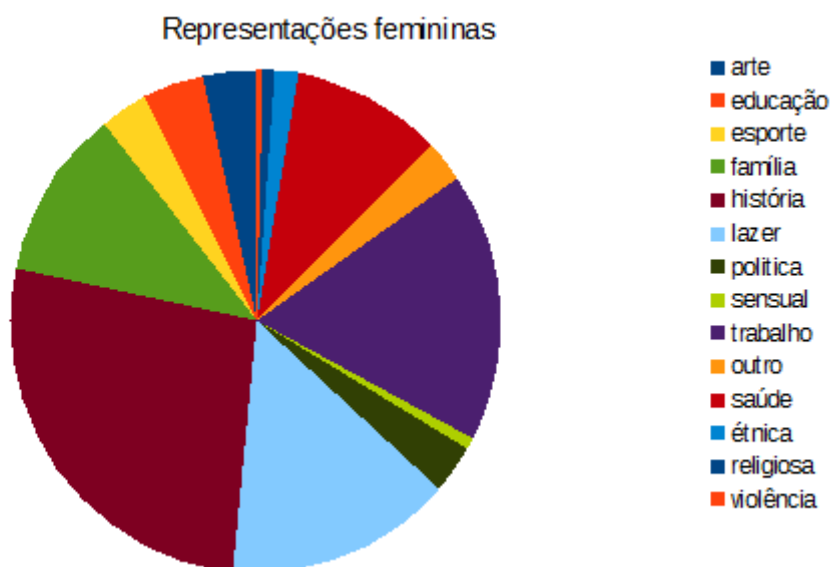


Figura 1. Contexto de representação feminina em livros didáticos dos Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFSC, câmpus São José.

A avaliação do impacto de tais resultados na construção dos papéis e das relações de gênero de nossos estudantes é uma tarefa bastante difícil, se não impossível. Entretanto, pudemos analisar o relato das/o bolsista acerca do impacto dessa pesquisa na sua formação, assim como de suas escolhas quanto às imagens mais significativas para este estudo. Os relatos falam de surpresa e perplexidade pela forma como principalmente as mulheres são representadas:

Bolsista 1

*“A representação de gênero, o tema do nosso trabalho, não é só sobre o sexo masculino e feminino, é muito mais ampla. No livro, as únicas citações sobre outros tipos de representação de gênero são sobre **Gertrude Stein**, mulher homossexual da década de 20, e sobre a travestilidade, onde na imagem mostra vários homens vestidos de mulheres no carnaval.*

Com isto, é perceptível ver como certas ideias são construídas em nossas mentes. Eu, como homem, tenho que fazer isso e aquilo e você, como mulher, tem que fazer essas coisas (Figura 2). Quase que não é visto algo diferente, uma ou duas coisas fora desse

contexto é mostrada, mas bem pouco, mas quase que passando despercebido se não fosse uma análise específica. O projeto de análise de representação de gênero nos livros didáticos foi importante para mais questões de preconceitos serem tratadas dentro do ambiente escolar.

Na semana nacional de ciência e tecnologia, realizada no câmpus do IFSC-São José do dia 23 de outubro – 25 de outubro, tivemos a oportunidade de abordar esse assunto com uma apresentação oral para os alunos das fases iniciais do período vespertino, e esse tema de “representação de gênero” é um assunto sem muita importância para maioria dos jovens que estão começando o ensino médio. E não só nos livros, a questão de haver mais homens do que mulheres é também no próprio ambiente escolar, onde mais da maioria dos professores do câmpus IFSC-São José são homens. Então, essa é a ideia de “comum” dos alunos, ter mais professores homens e um homem como exemplo a se seguir. Porém, mesmo assim, ainda temos grandes mulheres professoras a se tomar como exemplo também”



Figura 2. Publicidade de novo lançamento da Chevrolet (CEREJA & MAGALHÃES, 2013).

Bolsista 2

“Este projeto foi muito interessante no meu ponto de vista pois me permitiu analisar de forma crítica os livros, e como eles demonstram as mulheres. E apesar de ser um livro didático, eu tendia a acreditar que era uma verdade “absoluta”, mas se pararmos pra analisar percebemos que passa algumas idealizações de homem e mulher, na minha visão as mulheres são quase sempre mostradas com secundária, ou coadjuvante como um adereço nas imagens. Apesar de os escritores não terem a intenção, eles repassam estereótipos, um bom exemplo de demonstrar isso é que de trinta e nove imagens

analisadas no livro “Tempos Modernos, tempo de sociologia” trinta dessas imagens com mulheres estavam acompanhadas de um homem, isso me faz pensar que as mulheres “precisam” de homens para aparecer. Uma imagem que eu acho interessante trazer é a da Marcha das operárias das indústrias têxteis de Nova York (USA)(Figura 3), porque ela mostra a representatividade das mulheres, que nós temos voz tanto quanto os homens e que devemos lutar pelo que acreditamos.”

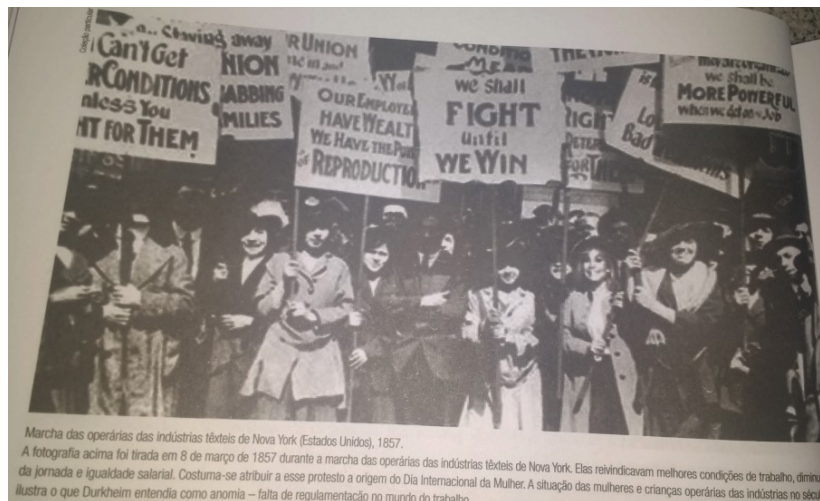


Figura 3. Marcha das operárias da indústria têxtil de Nova York (USA), em 1857 (BOMENY et al., 2013).

Bolsista 3

"O tempo curto do projeto me fez analisar, não apenas os volumes que trabalhei, mas em todos que depois vinha a estudar, o quanto a cultura machista patriarcal estava presente nos mesmos, no qual quase ninguém observa isso. Como, por exemplo: sempre os homens aparecendo como protagonista, sendo médico, farmacêutico, professor e entre outros, e a mulher sempre apresentando-se como coadjuvante ou dependente do homem para qualquer atividade (Figura 4).

Por fim, esse trabalho me acrescentou conhecimentos importantes e também uma outra visão dos livros didáticos, o qual em tempo algum havia prestado atenção nas imagens e a partir desse projeto tive a cautela de olhar uma por uma e enxergar o quanto o machismo está presente na literatura."



Figura 4. Imagem ilustrativa sobre a importância do cálculo da superfície corporal (IEZZI et al, 2013).

Bolsista 4

“Dos três volumes de biologia que analisei, o primeiro particularmente me deixou estupefata por não mostrar nenhuma mulher sozinha no livro inteiro. Nas poucas vezes em que a figura feminina aparecia, estava com um homem por perto, acompanhando-a. Como se não bastasse, das três únicas imagens em que as mulheres eram encontradas, uma delas¹ trazia-a no canto da gravura, com apenas metade do corpo aparecendo. Ao contrário do homem, que se mostrava em foco e no centro da figura (Figura 5).

Nos outros dois volumes o número de figuras femininas aumentou, mas ainda assim era pouco comparado ao número exorbitante de homens. Referindo-se ao papel desempenhado por elas, majoritariamente, a categoria da saúde foi a que mais as representou, seguidas por família, lazer, trabalho, esporte, história e outras.

Gostaria de chamar atenção ao fato de que havia pouquíssimas mulheres negras nos livros analisados. Dos três volumes, apenas encontrei duas imagens. Elas se encaixavam na categoria família, já que lembravam o afeto materno. Me pergunto o porquê de tão poucas? Por que somente na categoria família, e não na do trabalho, do esporte?

Por fim, creio que ainda há muita desigualdade entre os gêneros, e os dados dessa pesquisa confirmam isso.”



▲ **Figura 7.6.** Gravura de Louis Pasteur em seu laboratório, mostrando um balão com líquido esbranquiçado, que corresponde ao contaminado, e outro com líquido transparente, que corresponde ao estéril.

Figura 5. Imagem de Louis Pasteur, onde se entrevê em segundo plano uma figura feminina pela metade (LOPES & ROSSO, 2013)

A análise dos livros didáticos escolhidos nos revelou que as desigualdades e os estereótipos dos papéis de gênero estão presentes na escola tanto quanto na sociedade em geral. Mulheres são menos representadas e, quando o são, geralmente estão acompanhadas de homens e ocupam um papel coadjuvante nas imagens, mesmo em diferentes contextos.

Por tratarem-se muitas vezes da única fonte de conhecimento escolar de inúmeros jovens no nosso país, os livros didáticos são importantes ferramentas na naturalização dessas desigualdades. Problematicar essas ferramentas sob um olhar de gênero é um poderoso instrumento na luta pelo combate às desigualdades.

Agradecimento

O desenvolvimento dessa pesquisa só foi possível devido ao apoio recebido pelas Pró-Reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Departamento de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, através do Edital 20/PROPI/DAE/IFSC.

Referências

BOMENY, Helena; MEDEIROS, Bianca Freire; EMERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia. *Tempos Modernos, tempo de Sociologia*. 2ª. Edição. 2013.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Anália. *Português Linguagens*. 9ª edição. Editora Saraiva. 2013.

DAL'IGNA, Maria Cláudia. *Família S.A. Um estudo de parceria família-escola*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese. 2011. 157 p.

DINIZ, Gabriela Almeida; SANTOS, Sandro Prado. *Discutindo as relações entre os gêneros em Livros Didáticos de Ciências*. <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0835-2.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2017.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David Mauro; PERIGO, Roberto; ALMEIDA, Nilze Silveira de. *Matemática, ciências e aplicações*. 7ª. Edição. Editora Saraiva. 2013.

IFSC, Instituto Federal de Santa Catarina. *Anuário Estatístico 2016*. Disponível em https://public.tableau.com/profile/publish/AnurioEstatsticoPROENIFSC2016anobase2015-dadosdeMatrculas_/AnurioEstatstico#!/publish-confirm (último acesso: 21 de novembro de 2016)

LOPES, Sônia G. Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. *BIO*. Editora Saraiva 2ª. Edição. 2013.

LOURO, Guacira L. *Gênero, história e educação: construção e desconstrução*. Educação e Realidade. UFRGS. v. 20, n. 2, jul/dez. 1995. p 101-131.

SANTANA, Margarida C; WALDELM, Mônica C. V. *Abordagem da sexualidade humana em livro didático de Ciências – desvelando os bastidores de uma proposta*. Ensino, Saúde e Ambiente. v. 2, jul/dez. 1995. p. 74-99.

REPRESENTATIONS OF GENDER IN THE TEXTBOOKS OF THE HIGH SCHOOL WITH TECHNICAL EDUCATION OF IFSC/SJ

Abstract: because of the importance of textbook in the school context it is essential analysing how it (re)creates meanings to the students. This research aims at analysing, with the students, how the female gender is represented on the images of the textbooks used in the high school coupled with technical education of IFSC, São José (Santa Catarina, Brazil). The analysis considered the following categories: frequency, prominence, and context of the representation (work, politics, family, sport religion, entertainment, etc).

Keywords: gender. Textbook. Basic Education

Simpósio Temático 18 - Gênero e educação: debates, enfrentamentos e formação para uma sociedade

democrática

Coordenação: Ana Maria Marques (20/03) e Nucia Alexandra Silva de Oliveira (21/03)

Local: Auditório CSE.

20 DE MARÇO | TERÇA-FEIRA, e 21 DE MARÇO | QUARTA-FEIRA, das 14h às 17h30.

Cristiane Garcia Teixeira

crisgarciat@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Dayanne Schetz

day_schetz02@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

PRECISAMOS FALAR SOBRE GÊNERO: O CASO DE SOMBRIO – SC

Fernanda Pereira de Moura

fernandapmoura@gmail.com

UFRJ

CONSERVADORISMO CRISTÃO E PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO: A QUARTA VERSÃO DA BNCC

PRECISAMOS FALAR SOBRE GÊNERO: O CASO DE SOMBRIO-SC

Cristiane Garcia Teixeira¹
Dayanne Schetz²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo problematizar o caso da cidade de Sombrio-SC, onde o poder público tentou, por meio do Projeto de Lei 027/2017 alterar/retirar os itens 1.17 e 15.16 da lei municipal 2.219/2015. Tais itens versam sobre a implementação de espaços lúdicos nas escolas que considerem a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, bem como, o oferecimento de formação continuada para professoras/es sobre gênero, diversidade e orientação sexual. Notícias de jornais sobre a proposta de lei e atas da prefeitura municipal de Sombrio fazem parte do escopo documental analisado.

Palavras-chave: Educação – Gênero – Sombrio

Das experiências: uma introdução

Nossas experiências podem – e devem – ser meios de nos fazer refletir pelos espaços que transitamos e reivindicamos. Este trabalho é consequência de reflexões acerca de vivências das autoras em sala de aula, em suas respectivas cidades, e resultado de diversas conversas.

Para podermos chegar ao que apresentaremos, muito já foi vivenciado e discutido para além do meio acadêmico. Professoras do ensino público em Santa Catarina, em diferentes cidades, nossas angústias, anseios e alegrias não são tão diferentes. Muitas vezes os relatos de uma e de outra se cruzam e as trocas se fazem extremamente importantes: desde conselhos até trocas de atividades, afinidades e afetividades, (re)descobrimos todos os dias o que significa ser professora e é na experiência que nos reinventamos.

Somos partes essenciais do processo educativo, entretanto, sem nossos/as interlocutores/as, que são os/as estudantes, nosso trabalho não existe. Estar em sala de aula é, muitas vezes, frustrante – por inúmeros motivos. Porém, é uma escolha. E, como toda escolha, existem alguns percalços pelos quais passamos ao longo dessa trajetória. Tocadas por um desses percalços, decidimos abordar um estudo de caso que ocorreu na cidade de Sombrio, em Santa Catarina, mas que vem ocorrendo em diversas outras cidades do país: o combate ao que se tem chamado de “ideologia de gênero”.

As redes sociais têm sido o espaço onde grupos favoráveis a proibição da discussão de gênero nas escolas apresentam seus discursos que, constantemente, incitam ao ódio. Muitas vezes não há espaço para uma discussão séria sobre o tema e a importância do respeito à diversidade e ao/a outro/a. Para além do campo do “senso comum”, as discussões sobre

¹Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Brasil. E-mail: crisgarcia@gmail.com.

²Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora ACT na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina – Instituto Estadual de Educação, Florianópolis, Brasil. E-mail: day_schetz02@hotmail.com.

“ideologia de gênero” ganharam teor político nos âmbitos municipal, estadual e federal: Projetos de Lei que vão para além da pauta de gênero, chamados de “Escola sem Partido”. Segundo levantamento de um mapa coletivo feito por docentes contra o “Escola sem Partido”, as propostas ocorrem em diversos estados do Brasil:

Dos 27 estados, 15 têm projetos tramitando em Assembleias Legislativas que propõem “escola sem partido”, “escola livre” ou ainda, no caso de Pernambuco, a proibição de “qualquer temática relacionada à ideologia de gênero”. Os projetos em âmbito municipal somam 66, em cidades em 22 estados. Em todas as esferas, apenas nove já foram de fato aprovados. (ROCHA, 2017, s/p).

Somente no estado de Santa Catarina existem sete cidades com tais processos em tramitação ou aprovados: Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau (aprovado), Balneário Camboriú, Governador Celso Ramos (aprovado), Tubarão e Criciúma. Há ainda um projeto tramitando em âmbito estadual em Santa Catarina (PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO, 2018). A cidade de Sombrio, nosso estudo de caso, não consta no mapa, pois o Projeto de Lei foi retirado da pauta pelo vereador que o havia submetido, como discutiremos no decorrer deste artigo.

Além de Projetos de Lei com tal proposta, existem registros de pessoas que fizeram “blitz” em escolas para averiguar se estariam ocorrendo “doutrinação ideológica” dos/as professores/as para com os/as estudantes. O caso mais famoso possivelmente é o do vereador Fernando Holiday do DEM-SP (Democratas), que foi a escolas na Zona Sul de São Paulo e, em vídeo publicado em suas redes sociais, o vereador incita a comunidade escolar (que se estende para além da direção, do corpo docente e estudantes e atinge também às famílias) a fazerem denúncias caso esteja havendo “doutrinação ideológica” nos estabelecimentos de ensino.

Tais Projetos de Lei e atitudes levantam algumas questões. A primeira delas é: por que a nível nacional vem ocorrendo essas propostas? A quem elas interessam? Os debates sobre as implementações desses projetos têm sido feitos de maneira ampla? Quais as medidas que têm sido tomadas para que Projetos sejam impedidos de tornarem-se Leis ou Emendas? A população sabe o que significam essas propostas? Sabem o que significa gênero ou ideologia?

Nossas reflexões obviamente não responderão todas as questões que o tema incita. Ainda assim destacamos a importância do debate, das trocas de informações, em levar para além do meio acadêmico as discussões que envolvem políticas, gênero, ideologia e diversos outros conceitos tão caros para a formação de cidadãos e cidadãs conscientes do espaço que ocupam: nossos/as alunos/as.

O medo da “ideologia de gênero”: o caso de Sombrio-SC

Sombrio é uma cidade localizada no extremo sul do estado de Santa Catarina. Municipalizada politicamente em dezembro de 1953 (BRASIL, 1953), possui atualmente pouco mais de 29.000 habitantes. Segundo dados encontrados na Lei nº. 2219, promulgada em 18 de Junho de 2015, 69,9% das crianças de quatro a cinco anos de idade e 97,6% das que estão entre a faixa etária de seis e quatorze anos, estão matriculadas nas nove escolas do município que atendem o ensino fundamental (BRASIL, 2015), escolas estas que seriam afetadas pelo Projeto de Lei elaborado na câmara dos vereadores da cidade.

Estão em exercício, na 16ª legislatura da Câmara Municipal de Sombrio, onze vereadores, todos homens. Dentre eles está Vilmar Daminelli, filiado ao Partido Progressista (PP) e autor do Projeto de Lei 027/2017 que visava a alteração do Plano Municipal de Educação, solicitando a exclusão da palavra gênero do item 1.17, que propõe a implementação de “espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, *de gênero* e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.” (BRASIL, 2015. *Grifo nosso*) – e a retirada completa do item 15.16 – “Oportunizar a formação continuada sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.” (BRASIL, 2015).

O vereador Daminelli não é educador ou possui qualquer vínculo com a educação, tão pouco faz parte do Conselho Parlamentar de Educação da Câmara Municipal de Sombrio. Sua justificativa para a implantação do Projeto de Lei 027/2017 é a de que “em casa a família educa. A escola ensina.” (VIEIRA, 2017). Na íntegra o texto do Projeto de autoria do vereador comunica que:

Os estabelecimentos escolares de Sombrio, assim como nos demais municípios de nosso país, acabam por acumular diversos tipos de atividades, inclusive assumindo tarefas que deveriam ser das famílias. As escolas trabalham desde o ensino das disciplinas curriculares, passando, por vezes, por oficinas temáticas e até mesmo atividades educativas diversas, como por exemplo, escovar os dentes e ou comportar-se a mesa durante as refeições. Assim sendo, acrescentar nas atribuições escolares o trabalho da temática de gênero, nos parece sobrecarregá-la ainda mais de ações educativas. Por outro lado, pensamos que o tratamento da questão de gênero deve ser sim de responsabilidade de cada família, com seus preceitos culturais, comportamentais e religiosos. O lugar mais adequado para a Educação Sexual deve ser o espaço familiar. (BRASIL, 2017, s/p.)

Ainda segundo Daminelli, ao elaborar o projeto, apoiou-se nos princípios morais do cristianismo: “Antes de formular o projeto me reuni com os padres e pastores” (NUNES, 2017).

Essa é uma questão fundamental para entender as motivações da proposta. No espaço de tempo em que o Projeto tramitou na Câmara Municipal, circulou nas redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas de smartphones, vídeos de padres e pastores do município de Sombrio, convocando a população para apoiar o Projeto de Lei. Os mesmos padres e pastores eram figuras recorrentes inclusive nas reportagens jornalísticas e passaram também a frequentar as sessões da Câmara. Ademais, durante as pesquisas nas Atas das sessões, foi possível constatar que antes de iniciar as reuniões na Câmara, costuma-se fazer leituras bíblicas.

[...] reuniram-se os Senhores Vereadores no Plenário Altair Teixeira da Rosa da Câmara Municipal de Vereadores sob a Presidência e Secretariada dos Edis acima nominados, para a realização desta Sessão Ordinária no Segundo Período Legislativo da 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, para deliberarem sobre matéria constante na pauta dos trabalhos. Dando prosseguimento, o Excelentíssimo Senhor Presidente convidou o Senhor Vilmar Daminelli para proceder a leitura Bíblica em Salmos Capítulo 29. (ATA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA, 2017, s/p)

Percebe-se, portanto, o quanto a questão religiosa é presente em espaços que, constitucionalmente, deveriam ser laicos: escolas e Câmara de Vereadores. Mais adiante essa questão ficará ainda mais clara. Por ora, pensemos como a notícia sobre o Projeto 027/2017 reverberou em toda a comunidade sombriense e seus arredores. A imprensa local noticiou o acontecimento como *A polêmica que abalou Sombrio* (NUNES, 2017a); *Projeto Polêmico do Vereador Vilmar Daminelli* (JORNAL DA PRAIA, 2017) ou *A cidade de Sombrio vem sendo cercada por uma polêmica nos últimos dias* (NUNES, 2017b). Todo um bulício envolveu a notícia do projeto. Uma consequência positiva de todo esse burburinho foi o fato de que as temáticas gênero e diversidade foram debatidas por uma parte considerável da população da cidade.

Os/as professores/as tiveram papel fundamental tanto na promoção de debates quanto na resistência ao Projeto 027/2017. Juntamente com pais, mães e estudantes, organizaram diversas reuniões nas escolas, buscaram informações sobre seus direitos e alternativas para barrar o Projeto na Câmara. O Conselho Estadual de Educação marcou reuniões para estudar a Proposta e os/as professores/as criaram grupos para debater e estudar gênero.

O professor e vereador Marcello Areão, presidente da Comissão Parlamentar de Educação da Câmara Municipal de Sombrio, manifestou-se contrário ao Projeto. Segundo Areão, a retirada da palavra gênero do texto do Plano de Educação Municipal, como solicitou o vereador Daminelli, afastaria as escolas de uma postura acolhedora, agravando ainda mais um dos problemas mais alarmantes da região: o amplo número de suicídios. Em entrevista a Eduardo Nunes, Marcello Areão indagou:

Como não preparar os professores para agir em situações que fazem parte do dia-a-dia? Sou professor e tenho alunos que sofrem bullying a semana toda. Vivemos em um município com casos assombrosos de suicídio, e esse tipo de discriminação pode causar casos de depressão nesses estudantes. (NUNES, 2017a)

Outra ação que partiu dos/as professores/as foi o contato com o promotor do município, Daniel G. Nunes – que passou a participar das reuniões da Câmara – e com pesquisadoras conceituadas nos estudos de gênero, como Jimena Furlani, professora da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), que auxiliou com a indicação de estratégias a serem tomadas e de bibliografia pertinente para os grupos de estudos sobre gênero. Para os/as professores/as, essas foram ações fundamentais que motivaram a retirada do projeto por parte do autor, o vereador Valmir Daminelli.

O Projeto de Lei 027/2017 foi retirado da Câmara no dia 15 de setembro do mesmo ano, antes mesmo do debate que estava previsto entre o vereador, o promotor, estudantes e professores/as. No entanto, segundo Daminelli, o projeto foi retirado para ser aperfeiçoado, “Pedi para retirar apenas para reescrever o projeto, conversar novamente com a população e os vereadores. Estudaremos e analisaremos bastante o assunto para reformular o documento.” (NUNES, 2017a).

Nessa entoada, quinze dias após a retirada do Projeto, aconteceu o primeiro encontro do grupo “Direita Sombrio” que com o “objetivo de conservar os valores judaicos cristãos e a família tradicional” elaborou o projeto chamado “Escola sem Partido” e entregou nas mãos do vereador Valmir Daminelli. Nesse mesmo encontro o grupo manifestou apoio a retirada do que os integrantes intitularam “ideologia de gênero” do Plano de Educação Municipal da cidade de Sombrio. (NUNES, 2017b).

É possível perceber nas reportagens – que muitas vezes se embaralham com os relatos, principalmente, do próprio vereador Daminelli – que há muita confusão com relação ao entendimento de alguns conceitos. A proposta deste trabalho, portanto, é fazer uso desses relatos, inclusive das passagens anteriormente citadas, com o objetivo de elucidar os conceitos *ideologia e gênero*.

Afinal, o que é ideologia?

É verdade que o termo ideologia, que ultrapassa os muros da academia, acompanha as oscilações de momentos políticos e sociais difíceis, assumindo conteúdos elásticos. Talvez seja

esse o motivo, devido ao momento político e social que estamos vivenciando, da popularidade atual do termo. O conceito de ideologia tem sido utilizado por grupos que tem se posicionado contra debates de gênero e outras propostas que promovam a diversidade de pensamento e ideias nas escolas. Muitas vezes a palavra é dita, escrita e reproduzida sem que as pessoas saibam seu real sentido e ignoram o fato de que elas mesmas possuem ideologias. Um exemplo é a organização “Escola Sem Partido” que vem se estruturando desde o início do século XXI e que parece execrar (ou não!) o conceito ideologia.

Segundo o Dicionário de Conceitos Históricos, existem diversos significados para o conceito, sendo o mais difundido aquele que “[...] apresenta a ideologia como um sistema de “ideias” ou, mais exatamente, de crenças mais ou menos coerentes. Considera ainda que as ideologias são formas de se entender o mundo e de se posicionar nele” (SILVA; SILVA, 2009, p. 205). Além disso, vale ressaltar que movimentos sociais sofreram, ao longo da história, a acusação de serem ideológicos na tentativa de deslegitimar as causas:

A acusação de ser ideológico, frequente no século XIX e século XX, dá a entender que certos movimentos sociais e políticos não têm uma fundamentação real e teoricamente sólida. Acusar o feminismo, por exemplo, de ser ideológico foi uma forma comum de diminuir sua influência na emancipação das mulheres, desacreditando, inclusive, os estudos e as pesquisas que muitas mulheres desenvolveram para mostrar a opressão feminina e as formas de superação. (SILVA; SILVA, 2009, p. 208)

Esse retorno de acusações que os movimentos feministas – e tantos outros que prezam pela igualdade e diversidade – têm sofrido, como algo negativo, utilizando-se do conceito de ideologia próximo do imoral, tem ecoado em diversos meios e lugares. O motivo, segundo a antropóloga Isabela Oliveira Pereira da Silva, é que “Para os opositores, a ideia geral é que ideologia de gênero significa ensinar as crianças a ser gays” (2017, s/p), considerando a homossexualidade como algo aprendido e não inato ao ser.

No caso de Sombrio, essa confusão conceitual pode ser percebida em algumas passagens de matérias jornalísticas sobre o Projeto 027/2017. Como na revista eletrônica *W3*, em reportagem de Eduardo Nunes, onde podemos encontrar a declaração de Josué Barbosa – pastor da igreja Assembléia de Deus de Sombrio – que acredita ser corrente nas escolas casos de doutrinação ideológica, e que a retirada da palavra *gênero* do Plano Municipal de Ensino pode diminuir a doutrinação dos professores/as e, por sua vez, diminuir a confusão que se faz na cabeça das crianças, “Nossos filhos poderão ser doutrinados na orientação sexual se expostos a esses conteúdos” (NUNES, 2017b). Na mesma reportagem o pastor Barbosa sugeriu uma solução para esse “problema”:

A minha solução era adequar os itens [1.17 e 15.16] apenas aos gêneros masculino e feminino, pois Deus constituiu família como a união entre homem e mulher, nossa legislação também. Com esse planejamento as instituições poderão confundir as cabeças dos alunos. (NUNES, 2017b).

No *Jornal da Praia*, de Balneário Gaivota, município vizinho da cidade de Sombrio, a mesma confusão conceitual aparece ao enunciar que o Projeto de Valmir Daminelli:

[...] pede para que seja retirado do Plano Municipal de Educação temas como a ideia de gênero na organização do espaço escolar, e o debate sobre sexualidade nos cursos de formação continuada para professores. *Na prática, o vereador não quer que alunos tenham acesso a informações ligadas a temas como o homossexualismo [sic]*, nem que professores estejam preparados para responder a uma pergunta de uma criança na escola. (JORNAL DA PRAIA, 2017, s/p – *Grifo Nosso*)

Em debates, nas redes sociais, entre os meses de agosto e outubro, período em que o Projeto tramitou na Câmara, a confusão é ainda maior:

NÃO A IDEOLOGIA DE GÊNERO

Em 2015 foi aprovado na câmara municipal de Sombrio o plano educacional, nele tinha algumas coisas polemicas como a *ideologia de gênero*, querem que a Escola eduque as suas crianças, não vamos aceitar que ensinem as crianças sobre sexos DIFERENTES, transsexuais [sic], homossexuais etc... querem criar lugares na biblioteca e outros para crianças DIFERENTES, não vamos permitir a destruição da família, pela escola e por esses professores que não estão lá para ensinar e sim doutrinar. (DIREITA SOMBRIO, 2017, s/p).

Essa declaração do grupo “Direita Sombrio” representa, em escala municipal, o ressoar das ideias da organização “Escola Sem Partido”, que acredita na possibilidade de uma escola sem ideologia, mas totalmente fundamentada nos valores morais da família judaico-cristã. Acreditamos que esse grupo, que erroneamente se intitula “neutro”, sabe exatamente o que está fazendo quando dissemina a imagem de que acreditam em um espaço escolar “natural”, sem ideias partidárias e livre de ideologias. Esse grupo é sim consciente de que a sala de aula – o espaço escolar e os fundamentos pedagógicos em geral – é resultado das disputas de agentes dentro de um *campo* político, pensando no conceito de Bordieu (2004). Ora! Se não fosse assim, por que o exaustivo esforço de vereadores (no caso de Sombrio), deputados, da classe política em geral, em tomar para si o *status* da voz autorizada para esses assuntos em detrimento da voz dos/as professores/as? Existe um problema gravíssimo nessa trama, que é a deslegitimação da voz autorizada em sala de aula que é do/a professor/a, como quando é pressuposto que os/as profissionais da educação não estão preparados para tratar de assuntos que são relacionados ao espaço escolar.

Sobre a errônea ideia de neutralidade em que se apoia o grupo “Escola sem Partido” e, no caso sombriense o grupo “Direita Sombrio”, como bem explica Camera (2018), apoiando-se em Slavoj Žižek (1996, s/p), “Quando alguém alega que determinada opinião é ideológica, é preciso que fique claro que o inverso também será”. Peguemos novamente uma parte da passagem do relato do pastor Batista, mencionado anteriormente, para refletir sobre a frase de Žižek. Segundo o pastor, “Deus constituiu a família como a união entre homem e mulher, nossa legislação também. Com esse planejamento [PME de Sombrio] as instituições poderão confundir as cabeças dos alunos.” (NUNES, 2017b). O que são as religiões senão, muitas vezes, projetos que usam tipos ideais e sem aplicação empírica e, desse modo, simplificam a realidade?

Então porque boa parte da população apoia essas propostas? Muitas vezes a ideologia se apresenta em forma de fantasia. Quando não se é capaz de compreender o funcionamento de uma estrutura social ou um acontecimento, o que se costuma fazer é “comprar” as ideologias que nos são introjetadas pela mídia, principalmente. Essas ideologias têm a função de prover respostas rápidas e simples para nossos mais complexos questionamentos. Nós, autoras, não nos abtemos da paradoxal condição da ideologia. Sabemos que quanto mais imaginamos estar fora dela, mais parte dela fazemos. (CAMERA, 2018).

E como o gênero entra nesse debate?

A “confusão” que se fez em Sombrio entre gênero e sexualidade e a tal “ideologia de gênero” não é, como já apresentamos aqui, exclusividade dessa cidade do Sul de Santa Catarina. Há desencontro de informações, negação em conhecer do que se trata e, também, desonestidade por parte de pessoas que propõem Leis que impedem o livre diálogo e a possibilidade de aprender sobre as diferenças e, mais do que isso, respeitá-las.

Por que essa “confusão” ocorre? Segundo Joana Maria Pedro:

Em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra "gênero" no lugar de "sexo". Buscavam, desta forma, reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do "sexo" como questão biológica, mas sim eram definidos pelo "gênero" e, portanto, ligadas à cultura. (2005, s/p).

Ainda segundo Joana Maria Pedro, a palavra gênero está marcada por acompanhar a “luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (2005, s/p). No entanto, qualquer vinculação com a palavra tem sido associada pelo senso comum a ideia de uma tentativa de inverter papéis, onde haveria uma supremacia de mulheres e gays, sendo esta última categoria representante de toda a comunidade LGBTQ.

Como é possível analisar nas fontes aqui apresentadas, por vezes as pessoas compreendem que ser homem ou ser mulher perpassa somente questões biológicas, ignorando que há também gêneros presentes nessas definições. Ignoram-se algumas questões a respeito desse conceito discutido por Joan Scott: a noção de que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1989, p.21), relações essas que não prezam pelo diálogo, respeito e integração, perpetuando desigualdades e violências.

A proposta de não debater gêneros em sala de aula vai contra Leis e Propostas a níveis municipal (no caso de Sombrio especificamente), estadual e federal. A Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) defende que a diversidade é característica dos seres humanos: desde suas experiências e histórias até a maneira como entendem o mundo; mas está atrelada as identidades individuais que constituem cada ser: “das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades” (2014, p. 54). Ao explicar sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, o PCSC defende ser necessário promover a discussão sobre a diversidade para uma educação inclusiva e integral, sendo fundamental um enfrentamento de discursos homogeneizadores. Busca-se então:

[...] promover a discussão nos espaços escolares e [...] deflagrar sistemas de representação mais amplos e [...] compreender que a valorização da diferença não se dá por meio de um discurso harmonioso, inócuo, e pela aceitação de grupos considerados excluídos como uma atitude, apenas, de tolerância. O respeito e o reconhecimento são o objetivo. (2014, p. 56).

Conhecer para respeitar: pautadas por documentos como o PCSC e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e por nossas vivências, acreditamos ser fundamental confrontar propostas que, como temos percebido, não se preocupam com nossos/as estudantes enquanto sujeitos. Os discursos que tem se mostrado “preocupados” com a educação de nossas crianças, não se preocupam em ouvi-las, muito menos em respeitá-las enquanto seres pensantes, sujeitos históricos, questionadores/as de seu mundo e do mundo que os cerca. Propostas como a que surgiu em Sombrio nivelam nossos/as estudantes por baixo e entendem que são tábulas rasas que apenas recebem e aceitam os conteúdos e apontamentos, sem

questioná-los. Vê-se que nunca estiveram em sala de aula e pararam para conversar com os/as estudantes. A preocupação nunca foi com estes/as últimos/as. A preocupação é política e cultural, com o medo de perda de certos privilégios e com as propostas apresentadas por algumas igrejas.

É preciso entender que muitas vezes não há uma simples “confusão” por parte de setores públicos e políticos em falar em “ideologia de gênero”. Geralmente, defender que existe tal termo ocorre de maneira “consciente para retirar a cientificidade dos estudos de gênero, fazendo parecer que essa terminologia decorre de achismos, conferindo a ela um sentido pejorativo” (PRATA; SOUZA, 2018, p.81). É, portanto, negar a própria cientificidade da escola enquanto espaço de produção científico do conhecimento, não de reprodução.

Para não concluir

Em *Apologia da História*, Marc Bloch diz não haver “[...] para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares” (2002, p. 41). Substituindo “escritor” por “professor/a”, finalizamos a proposta que aqui desenvolvemos: é belo e gratificante conseguir transmitir e construir conhecimento junto a doutores/as e alunos/as. É o nosso dever enquanto professores/as. Além disso, é primordial que em uma sociedade democrática que preze por igualdade e direitos humanos, haja espaço para o diálogo e diversidades.

Pequenas práticas cotidianas levam nossos/as alunos/as a questionarem o mundo em que vivem. Escrever utilizando gênero masculino e feminino e deixar claro para as turmas o porquê disso, faz uma pequena mudança, mas que muitos/as levam consigo, inclusive comentam com outros/as professores/as, não habituados/as a prática, de que é preciso falar de mulheres também (o caso aconteceu em 2016 em uma turma de sexto ano no IEE). Quando se inicia a discussão sobre sujeitos históricos, pergunta-se em turmas de sextos anos: “quem são sujeitos históricos? Vocês conseguem pensar em exemplos?”. Antes de se reconhecerem enquanto sujeitos, nas turmas ouve-se nomes como Pedro Álvares Cabral, Dom Pedro I e Pelé. As mulheres são esquecidas nesse momento. A professora questiona: “só homens fazem parte da História?” e a turma responde que não e começa a falar nomes como Princesa Isabel e Maria da Penha. Nesse momento já iniciou-se ali uma discussão de gênero. Perceber que existem outros sujeitos na História para além do homem é trabalho de nosso campo de conhecimento, chamando a atenção de nossos/as estudantes para a participação de outros indivíduos no processo histórico.

Outra maneira de discutir gênero em sala de aula é, juntamente com os/as estudantes, refletir e questionar a ausência da mulher e de representantes LGBTQ nos livros didáticos. O livro didático como sujeito histórico deixa ainda mais claro as disputas políticas que existem em torno do espaço escolar, é nas páginas dele que está impresso o que nos é permitido ensinar e aprender (GINITY, 2015). Em uma turma de nono ano, em uma escola do município de Sombrio, durante a explanação do conteúdo Revolução Russa, percebemos que em onze páginas sobre o tema, a participação das mulheres na Revolução ocupou apenas $\frac{1}{4}$ de uma única dessas páginas, onde um dos grandes nomes da intelectualidade e militância comunista do século XX – Rosa Luxemburgo – nem sequer foi citada. Se não há um questionamento, até quando na história grupos estarão sendo privilegiados em detrimento do silêncio de outros grupos? Como bem nos lembra Michel-Rolph Trouillot (1995), a produção das narrativas históricas envolve a contribuição desigual de grupos concorrentes e indivíduos que têm acesso desigual aos meios para tal produção. Ademais, ainda conforme Trouillot, silenciar não é apenas deixar de falar sobre algo ou alguém, mas falar mais alto sobre outras coisas e pessoas.

Portanto, levantamentos a reflexão: em que medida esse silenciamento nos livros didáticos perpetuam privilégios, reproduzindo relações de desigualdade entre meninos e meninas, brancos e negros, heterossexuais e pessoas LGBTQ? Qual seria nosso papel enquanto professoras/es senão fazer do espaço escolar, da sala de aula – muitas vezes o primeiro espaço de socialização do/a aluno/a – um lugar em que a diferença não é um problema ou um estigma?

Para além dos/as defensores/as da “ideologia de gênero”, há ainda quem acredite que a escola não é espaço apropriado para discutir gênero, diante de sua complexidade. Tratam do assunto como algo intocável por aqueles/as que estão fora das “casas de chá” (WILLIAMS, 1958). Discussões tão caras sobre diversidades (culturais, sociais, de gêneros, religiosas,...) não podem ficar presas dentro dos muros da academia. Precisam ser livres para transitar por diferentes espaços. Precisam ser vivenciadas, dialogadas, incluídas e respeitadas.

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL (Município). Projeto de Lei nº 027/2017, de 31 de julho de 2017. *Altera Dispositivos da Lei Municipal N.º 2.219 que "aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências"*. Sombrio, SC, 31 jul. 2017.

BRASIL (Estado). Lei nº 133, de 30 de dezembro de 1953. *Altera A Organização Administrativa do Estado de Santa Catarina, na Conformidade do Pronunciamento das Câmaras Municipais, Cria Municípios e Dá Outras Providências.*. Florianópolis, SC, 30 dez. 1953. Disponível em: <http://leis.ale.sc.gov.br/html/1953/133_1953_Lei_promulgada.html>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL (Município). Lei nº 2219, de 18 de junho de 2015. *Aprova o Plano da Educação e Dá Outras Providências.* Sombrio, SC, 18 jun. 2015.

CAMERA, Ricardo J. *Afinal, o que é ideologia?* A resposta fará você rever os seus conceitos. 2018. Disponível em: <<https://voyager1.net/politica/ideologia/afinal-de-contas-o-que-e-ideologia/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

COLETIVO PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. Projeto Escolas sem Partido no Brasil. Mapa Colaborativo. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1AbaBXuKECclTMMYcvHcRphfrK9E&ll=-13.06223955267177%2C-48.37008566250003&z=5>>. Acesso em 18 jan. 2018

DIREITA SOMBRIO. *Não a ideologia de gênero.* 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/direitasombrio/posts/299803670498530>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em 20 fev. 2018.

GINITY, Eliane Goulart Mac. Imagens de mulheres nos livros didáticos de história. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p.915-932, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/viewFile/63309/36954>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica. Santa Catarina, 2014. Disponível em: <http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/Proposta_Curricular_final.pdf>. Acesso em 20 fev. 2018.

JORNAL DA PRAIA. Projeto Polêmico do Vereador Vilmar Daminelli que altera Plano Municipal de Educação começa a ser discutido na Câmara de Sombrio. 2017. Disponível em: <<http://www.jornaldapraia.net/noticia/29975/projeto-polemico-do-vereador-vilmar-daminelli-que-altera-plano-municipal-de-educacao-comeca-a-ser-discutido-na-camara-de-sombrio->>>. Acesso em: 01 set. 2017.

NUNES, Eduardo. *Daminelli retira Projeto de Lei em Sombrio: Ação foi apresentada em reunião do Ministério Público com vereadores do Conselho Municipal de Educação.* *Revista W3*, Araranguá, 22 set. 2017a. Disponível em: <<https://www.revistaw3.com.br/politica/2017/09/22/daminelli-retira-projeto-de-lei-em-sombrio.html>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

NUNES, Eduardo. Projeto de Lei causa polêmica em Sombrio: O documento visa a retirada e modificação de itens relativos a gênero do Plano Municipal de Educação (PME)..*Revista W3*, Araranguá, 08 set. 2017b. Disponível em: <<https://www.revistaw3.com.br/cidades/2017/09/08/projeto-de-lei-causa-polemica-em-sombrio.html>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Vereador Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar 'doutrinação'. Estadão, São Paulo, 04 abr. 2017. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-faz-blitz-em-escolas-para-verificar-doutrinacao,70001726796>>. Acesso em 18 jan. 2018.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Scielo, História v. 24 n. 1 Franca 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>>. Acesso em 20 fev. 2018.

PRATA, Ana Rita Souza; SOUZA, Paula Sant'Anna Machado de. Apesar de você, amanhã há de ser outro dia: Análise das consequências da efetivação de programas como “Escola sem Partido” *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, v. 3 n. 8 p. 77-85, fev 2018. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=6220>>. Acesso em 20 fev. 2018.

RATIER, Rodrigo. O que pensa quem não quer discutir gênero. *Nova Escola*, 21 nov. 2017. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/7136/o-que-pensa-quem-nao-quer-discutir-genero>>. Acesso em 10 fev. 2018.

RAYMOND WILLIAMS. *A cultura é de todos*. 1958.

ROCHA, Camilo. O mapa que registra projetos da Escola sem Partido no país. *Nexo Jornal*, 12 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/12/O-mapa-que-registra-projetos-da-Escola-sem-Partido-no-pa%C3%Ads>>. Acesso em 18 jan. 2018.

SCOTT, Joan. GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA. New York, Columbia University Press. 1989.

TROUILLOT, Michel-Rolph, *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

VIEIRA, Jarbas. *Escola sem Partido e Ideologia de Gênero no foco do “Direita Sombrio”*!2017a. Disponível em: <<https://www.jarbasvieira.com/single-post/2017/10/10/Escola-sem-Partido-e-Ideologia-de-Gênero-no-foco-do-“Direita-Sombrio”>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

VIEIRA, Jarbas. *Vilmar Daminelli comenta retirada do “projeto do gênero”*!2017b. Disponível em: <<https://www.jarbasvieira.com/single-post/2017/09/18/Vilmar-Daminelli-comenta-retirada-do-“projeto-do-gênero”>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

ŽIŽEK, S. *Um mapa da ideologia*, Theodor W. Adorno, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CONSERVADORISMO CRISTÃO E PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO: A QUARTA VERSÃO DA BNCC

Fernanda Pereira de Moura¹

Resumo: Neste artigo abordaremos a atuação de grupos conservadores para a retirada das menções a gênero da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental. O lançamento desta quarta versão da BNCC que surpreendeu a todos se deveu às pressões dos cristãos conservadores organizados no grupo Professores Contra a Ideologia de Gênero que agiram através de *advocacy*, realizando audiências públicas e produzindo documentos contrários a BNCC anterior.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Gênero; Ideologia de Gênero

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC

A existência de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é prevista no artigo 210 da nossa Constituição Federal, no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da educação e no Plano Nacional de Educação. Entretanto, apesar de prevista desde 1988, foi apenas quase 30 anos depois que o documento passou a existir e ainda assim com inúmeros problemas fruto das tradicionais disputas políticas travadas por diferentes setores da sociedade sobre o Currículo.

Em junho de 2015 o Ministério da Educação (MEC) anunciou o início do processo de construção de uma Base Nacional Comum Curricular o processo foi descrito através da Portaria MEC 592 que também institui o grupo de professores que seria responsável pela redação da primeira versão da base. Em setembro do mesmo ano é divulgada a versão preliminar feita por especialistas de 35 universidades brasileiras. No mesmo mês foi aberta a consulta pública que fora encerrada em março do ano seguinte, 2016. Segundo o MEC, durante esse período, a BNCC teria recebido 12 milhões de contribuições.² Em maio do mesmo ano foi liberada a segunda versão do documento. As disciplinas de Língua Portuguesa e História foram as que mais sofreram alterações.

E em abril de 2017 foi divulgada a terceira e supostamente a última versão da Base. Após a divulgação foram realizados pelo MEC cinco seminários para debater esta segunda versão. A 1ª Audiência Pública da BNCC foi realizada em Manaus (AM) no dia

¹ Mestra em Ensino de História, UFRJ, RJ, Brasil.

² CÁSSIO, Fernando. "Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular". Nexo Jornal. 02/12/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participa%C3%A7%C3%A3o-e-participacionismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-Base-Nacional-Comum-Curricular?utm_source=socialbttns>. Acesso em 22/02/2018.

07/07/2017; a 2ª Audiência Pública foi realizada em Recife (PE) no dia 28/07/2017; a 3ª Audiência Pública foi realizada em Florianópolis (SC) no dia 11/08/2017, a 4ª Audiência Pública da BNCC, em São Paulo (SP), no dia 25/08/2017 e a 5ª Audiência Pública da BNCC foi realizada em Brasília (DF) no dia 11/09/2017.

Encaminhada pelo ministério ao Conselho Nacional de Educação (CNE), mais uma vez o documento sofreu inúmeras críticas e foi modificado várias vezes até que em 15 de dezembro de 2017 o CNE aprovou o texto da terceira versão modificada por 19 votos a 3 e o documento foi homologado sem alterações, 5 dias depois, pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho. O previsto é que durante este ano de 2018 sejam oferecidas formações para professores e feitas as reformulações nos materiais didáticos para que ela seja implantada em 2019.

Os Professores Contra a Ideologia de Gênero e o Escola Sem Partido

Após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff,³ o primeiro grupo recebido oficialmente pelo novo Ministro da Educação, o político de carreira Mendonça Filho,⁴ foi uma representação do grupo Revoltados Online. A comitiva estava composta por três membros: o criador do grupo, Marcelo Cristiano Reis, a cunhada do procurador e criador do movimento Escola Sem Partido (ESP) Miguel Nagib, a procuradora aposentada Bia Kicis, e o ator Alexandre Frota, “conhecido por suas posições extremistas contra a esquerda e por uma aparição na TV em que disse, em um quadro humorístico, ter estuprado uma mulher”.⁵ Segundo o próprio grupo declarou em vídeo gravado na frente do MEC logo após o encontro, um dos pontos de pauta da reunião com o Ministro foi o Programa Escola Sem Partido.⁶ Apesar do Ministério já ter declarado formalmente⁷ ser contrário ao programa, acreditamos que o fato do ministro tê-los recebido como seu

³ O processo iniciou-se com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, e se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato da presidenta.

⁴ José Mendonça Bezerra Filho é administrador de empresas e político filiado ao Democratas (DEM), tendo exercido dois mandatos como deputado estadual e deputado federal pelo estado de Pernambuco, além de ter sido eleito vice-governador e governador no mesmo estado.

⁵ BEDINELLI, Talita. A educação brasileira no centro de uma guerra ideológica. El País Brasil, Política. 26/06/2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/22/politica/1466631380_123983.html?id_externo_rsoc=FB_CM?rel=mas>. Acesso em: 18/02/2018

⁶ A declaração foi repetida em outro vídeo gravado algumas horas, no qual Alexandre Frota não estava presente, mas estavam Kicis, Reis e Nagib.

⁷ Para mais sobre o posicionamento do MEC a respeito do Escola Sem Partido ver Gomes (2016).

primeiro compromisso oficial deixa clara a distância entre o discurso oficial e a realidade de apoio mútuo entre o atual ministro e o ESP que fica clara quando analisamos em conjunto também outras políticas para a educação tais como a Reforma do Ensino Médio e a BNCC.

De fato, na página do movimento Escola Sem Partido são indicados dois blogs. Um deles é o “Tomatadas” do professor Luís Lopes Diniz Filho, do departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, e o outro é o blog “De Olho no Livro Didático”,⁸ no qual o autor, o professor Orley José Silva,⁹ dedica-se, desde 2014 a tentar provar que os livros didáticos e paradidáticos distribuídos pelo MEC são materiais desenvolvidos para doutrinação comunista dos jovens. Silva, assim como Diniz Filho, é frequente colaborador, real e virtual, do ESP, tendo seus textos reproduzidos na própria página do movimento e sendo convidados para defender a tese da doutrinação de esquerda nas escolas e a necessidade de aprovação dos projetos de lei Escola Sem Partido.

Considerando a posição que Orley José Silva ocupa no âmbito do Movimento Escola Sem Partido como um de seus intelectuais orgânicos, que junto com Diniz Filho tenta provar a doutrinação nos livros didáticos, e o papel que desempenhou ao longo de todo o processo de construção da BNCC, como um dos líderes, ao lado de Viviane Petinelli (UFMG/Harvard), de um grupo de professores cristão conservadores contra a suposta “ideologia de gênero” presente no documento, vamos considerar aqui as concepções defendidas por ele e seu grupo em seus textos como objeto privilegiado de nossa análise.

Em um artigo publicado na página do Movimento Escola Sem Partido, intitulado "Livros didáticos para a revolução socialista bolivariana", Silva (s.d.) aponta que:

Está em curso, pois, em nosso sistema de ensino público o plantio da semente revolucionária socialista inspirada em Gramsci para uma revolução que se pretende pacífica, caso não haja acidente de percurso. Para o cumprimento deste objetivo, trabalha-se na sociedade a construção hegemônica do ideal comunista por meio de estratégias discursivas que possibilitem a subjetivação dos sujeitos.

⁸ A ampliação da análise do Blog “De olho no livro didático” é extremamente importante para a construção de um discurso crítico sobre os argumentos do Escola Sem Partido, pois é onde supostamente estão concentradas as provas da doutrinação existente nos livros didáticos denunciada pelo Movimento Escola Sem Partido.

⁹ Orley José da Silva, é professor da Rede Municipal de Educação de Goiânia, da primeira fase do ensino fundamental, mestre em letras e linguística (UFG), mestrando em estudos teológicos (SPRBC) e doutorando em ciências da religião (PUC Goiás).

Segundo o autor, nessa “subjetivação dos sujeitos” (sic), o livro didático teria papel fundamental uma vez que “traz uma visão marxista de praticamente tudo”. Seria com esse olhar “marxista” que o aluno “aprende a ver o mundo, a religião, a história, a sociedade, o estado, a família e suas relações com o ambiente, consigo mesmo e com o outro”. Ainda segundo Silva, a suposta doutrinação marxista estaria focada nas questões relacionadas “a moral e os costumes” enquanto as questões relativas ao poder, à autoridade (que ele destaca que se referem também à autoridade familiar) e às instituições sociais, seriam alvo de uma doutrinação anarquista.

Em suas postagens em seu referido blog, Silva dedica-se fundamentalmente a três temas: a presença de doutrinação de esquerda nos materiais didáticos e nas aulas dos professores e de doutrinação em religiosidade de matriz africana e de doutrinação LGBT. De maneira geral os três temas estariam relacionados pelo seu caráter anticristão. Seja pelo choque entre duas religiosidades diferentes, seja pela presumida incompatibilidade entre o materialismo histórico marxista e o espiritualismo cristão, e a também suposta incompatibilidade entre uma afetividade e sexualidade LGBT e a moralidade cristã. Estes três temas são frequentes, em maior ou menor medida, nas falas públicas e postagens dos defensores do Escola Sem Partido.

O blog, que existe desde 2014, em 2017 ganhou um novo subtítulo: Políticas educacionais e ocorrência de doutrinação nos materiais didáticos, literários e pedagógicos. Foi a partir de 2017 que Orley passou a postar textos seus e de seu grupo sobre a BNCC. Especificamente sobre a 3ª versão desta. Estas postagens serão analisadas no próximo tópico.

A primeira postagem sobre a base data de 3 de abril de 2017 e consiste na divulgação de uma “Carta aberta aos membros das frentes católica e evangélica do congresso nacional”.¹⁰ Nesta carta de cinco páginas, sendo quatro páginas de texto e uma de assinaturas¹¹, os professores contra a “ideologia de gênero” requereram aos membros

¹⁰ O documento está disponível na íntegra em <<https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2017/04/professores-protestam-contra-presenca.html>>. Acesso em 22/02/2018

¹¹ Assinam a carta: Aloma Ribeiro Felizardo, pedagoga, doutoranda em psicologia social (Universidade Kennedy, Buenos Aires), é professora em São Paulo; Carlos Eduardo Lyra Lins, jornalista e professor em Belo Horizonte; Cristiane Feitosa Pinheiro, mestre e doutora em educação (UFPI) e professora na UFPI, em Picos (PI); Débora Cristina de Melo, matemática e bióloga, professora no ensino médio, em Goiânia; Emerson Martins, mestre em geografia (UFG), professor no ensino fundamental e no ensino médio em Goiânia; Fernanda Silvestre Santos Batista, pedagoga (UFG), especialista em educação, professora na educação infantil, da Rede Municipal de Ensino de Goiânia; Instituto de Estudos Independentes - INTESI, Teresina (PI); Marajá João Alves de Mendonça Filho, mestre em geografia (UFG) e doutor em geografia (UnB), professor na UEG; Mariana de Simone Kaadi Pio, é mestre em história (UFG), professora no ensino

da bancada da bíblia do congresso nacional que interrompessem imediatamente o trâmite da BNCC até que as referências à suposta “ideologia de gênero” fossem removidas e a revogação do inciso II, do artigo 25, do Decreto presidencial nº 9005, de 14 de março de 2017, que aprovaria “a Estrutura Regimental do MEC, com Ideologia de Gênero”.

Segundo este grupo de professores em sua carta, apesar de técnicos do MEC terem dado declarações em sentido contrário, a terceira (e, até então, final) versão da BNCC estaria “contaminada com Ideologia de Gênero”. Os indícios da “contaminação” seriam, em primeiro lugar o fato de nas duas primeiras versões da base o grupo ter encontrado supostamente mais de 50 ocorrências da “ideologia de gênero” e, em segundo lugar, a apresentação feita pela coordenadora da equipe responsável pela BNCC, Ghislene Trigo Silveira, no lançamento da terceira versão do documento no dia 25 de janeiro de 2017. O grupo cita então o 7º *slide* da apresentação de PowerPoint da coordenadora sobre o que seria um dos principais eixos da base: competências pessoais e sociais. No *slide* estaria escrito:

Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos baseados nas diferenças de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, fé religiosa ou de qualquer outro tipo. (grifo dos autores)

Defendem que a redação opressões “valem-se da costumeira e eficiente estratégia de elencar alguns tipos de preconceito a serem evitados com o puro pretexto de inserir neles o que realmente lhes interessa: gênero e orientação sexual”. Relembra das mudanças no artigo 2º do Plano Nacional de Educação. No qual a redação passou de “superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” para “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Segundo os autores a alegação de tentativa de defesa dos direitos das mulheres e minorias sexuais são contestadas. E dizem ser desnecessário elencar alguns tipos de preconceito social já que seria impossível relacionar todos.

fundamental, em Goiânia; Marlos José Ribeiro Guimarães, mestre e doutor em engenharia civil (UnB), professor universitário, em Goiânia; Nelber Ximenes Melo, engenheiro eletricitista, mestre em engenharia elétrica (UFC), professor na UFPI; Orley José da Silva, mestre em letras e linguística (UFG), doutorando em ciências da religião (PUC Goiás), professor no ensino fundamental, da Rede Municipal de Ensino de Goiânia; Silvailde de Souza Martins Rocha, pedagoga, mestre em gestão da educação básica (UnB), coordenadora pedagógica em Teresina (PI); Viviane Petinelli, doutora em ciência política (Harvard), docente e pesquisadora na UFMG, em Belo Horizonte; Walter de Paula Silva, mestre em direito (UC Brasília), professor universitário em Goiânia.

O grupo então reclama do entendimento do CNE ser favorável a “ideologia de gênero” e reclama da postura do órgão quando da aprovação do Plano Nacional de Educação por ter emitido uma nota pública endereçada às câmaras municipais, à câmara distrital e às assembleias legislativas, sobre seu entendimento de que Planos de Educação que não se preocupassem com as questões de gênero seriam sempre incompletos. Os autores então declaram não ser contra os estudos acadêmicos de gênero e que a objeção do grupo seria quanto

Ao esforço do campo de estudos da Ideologia de Gênero de prescrever “achados subjetivos e subversivos”, principalmente na educação de crianças e adolescentes. Isto sem considerar os graus de amadurecimento psicológico e emocional dos alunos e também o direito dos pais em dirigirem a formação moral e sexual dos filhos. (grifo dos autores)

Os autores defendem então que o governo Temer seria incomparavelmente mais sensível às pautas “que visem proteger os interesses formativos das famílias sobre crianças e adolescentes”, mas que, no entanto, “as engrenagens que possibilitam a governabilidade foram (e ainda são) cuidadosamente aparelhadas em benefício da revolução social e cultural gramsciana”. Defendem também que a área da educação é a mais estratégica e a mais bem estruturada “desta revolução em marcha, invisível e sem rosto, que independe de partidos políticos ou de quem esteja no governo central”.

O grupo explica que é preciso união para montar uma força política capaz de barrar a ideologia de gênero, esse “extraordinário projeto de reengenharia cultural e social operado nas mentes de crianças e jovens com o motivo inconfesso (publicamente) de modelar a seu modo a seu modo a sociedade do futuro”. Explicam que duas gerações já foram contaminadas por ela e pedem que os parlamentares das frentes católica e evangélica pressionem o ministro da educação e o presidente da república na “defesa da integridade física, emocional e intelectual das crianças e adolescentes brasileiros”.

Como dissemos, a carta aberta aos membros das frentes católica e evangélica do congresso nacional foi a primeira postagem sobre a BNCC feita no blog De Olho no Livro Didático. Foram feitas algumas outras que, por se tratarem de críticas diretas aos conteúdos curriculares analisaremos no próximo item. Gostaríamos agora de analisar a penúltima postagem sobre a BNCC presentes neste Blog. Ela data do dia 16 de novembro de 2017 e intitula-se “Proposta BNCC alternativa realmente constitucional e sem

ideologia de gênero”.¹² Logo abaixo do título a postagem traz uma foto do grupo de professores acima mencionado sendo recebido pelo ministro da educação Mendonça Filho. Sobre a mesa um grande envelope de papel pardo provavelmente é a proposta de base entregue ao ministro. Nesta postagem, Silva explica como se deu a atuação do grupo durante todo o processo de tramitação da base. Segundo o autor:

Desde que foi publicada a 1ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em março de 2016, formou-se de maneira espontânea e informal uma equipe altamente qualificada de técnicos educacionais cristãos com a finalidade de analisar e propor alternativas a esse documento. Esta equipe é composta de professores e pesquisadores da educação, residentes em estados diferentes da federação e liderados pela professora pós-doutora Viviane Petinelli e Silva (UFMG/Harvard).

O autor explica então que além do trabalho de análise dos textos da BNCC, o grupo também acompanhou as cinco audiências públicas realizadas pelo CNE já mencionadas anteriormente e promoveu em conjunto com grupos conservadores cristãos três audiências públicas não-oficiais¹³ nas cidades de Belo Horizonte, Brasília e Goiânia. A primeira foi realizada dia 19 de setembro, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, proposta pela deputada estadual Celise Laviola. A segunda foi realizada no dia 25 de outubro, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, foi proposta pelo deputado distrital Rodrigo Delmasso e destinava-se especificamente a tratar da presença da “ideologia de gênero” na BNCC e a terceira foi realizada no dia 07 de novembro, na Assembleia Legislativa de Goiás, proposta pelo deputado estadual Francisco Jr, também especificamente para tratar da presença da “ideologia de gênero” na BNCC.

Nesta postagem o autor faz duas críticas à base com as quais finalmente concordamos. A primeira crítica é quanto à pressa em se aprovar o documento sem que ele seja devidamente discutido pela sociedade. E a segunda crítica é quanto às características do documento, que lhe dão uma cara muito mais de currículo do que de uma base curricular sobre as quais os entes federativos iriam construir seus próprios currículos. Entretanto nossas concordâncias com o autor começam e terminam aqui. Segundo Silva, o objetivo da equipe ao propor uma base alternativa fora apresentar um

¹² A proposta, bem como os documentos e materiais produzidos pelo grupo para embasá-la estão disponíveis em <<http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2017/11/proposta-bncc-alternativa-realmente.html>>. Acesso em 22/02/2018

¹³ O link para o vídeo das audiências encontra-se disponível na postagem do blog referenciada na nota anterior.

documento que tivesse características de base curricular e não de currículo, que não ferisse o pacto federativo, que estivesse adequada a faixa etária à qual se destina e livre “das intenções revolucionárias da esquerda política”.

Esta versão alternativa da BNCC teria sido subscrita pela Frente Parlamentar Evangélica, pela Frente Parlamentar Católica, pela Frente Parlamentar Mista em defesa da Vida e da Família da Câmara e do Senado e pela Frente Parlamentar em defesa da Vida e da Família da Câmara do deputado e teria sido entregue em 25 de outubro de 2017 aos deputados e senadores e diretamente ao Ministro Mendonça Filho e ao CNE. Observando a foto do encontro com o ministro divulgada no blog De Olho no Livro Didático conseguimos identificar alguns dos participantes da reunião. Dentre eles estavam Viviane Petinelli (UFMG), Lincon Portela (PRB), Alan Rick (DEM), Hidekazu Takayama (PSC-PR), Bispo Manoel Ferreira, Pastor João Campos (PRB), Gilberto Nascimento (PSC-SP) e Orley José Silva.



Silva explica que na mesma ocasião foi pedido ao ministro e ao presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia, que fosse colocado em votação o requerimento de urgência do deputado Diego Garcia para o PL 4486/16 do deputado Rogério Marinho que determinaria que a BNCC precisasse ser aprovada pelo congresso nacional tal como aconteceu com o Plano Nacional de Educação. Um PL igual foi protocolado no Senado, o 400/17, do senador Ricardo Ferraço. Uma cidadã piauiense também apresentou uma ideia legislativa no mesmo sentido. Segundo o autor, o Congresso Nacional “foi capaz de fazer um bom e democrático Plano Nacional de Educação (certamente muito melhor e menos ideologizado do que se ele tivesse ficado a cargo do MEC)”. Ainda segundo o

autor, o provável um ano de atraso seria compensado pela “tranquilidade para os mecanismos de coesão nacional”.

A última postagem do Blog sobre a BNCC foi feita já este ano, em 14 de janeiro de 2018 e intitula-se “Orientações para uma leitura conservadora da BNCC”.¹⁴ Nela, Silva tenta delinear qual foi o papel de seu grupo, o papel das frentes católica e evangélica e o papel de católicos e evangélicos. Segundo o autor a atuação dos cristãos não se deu toda no mesmo sentido. Segundo ele, uma parcela expressiva de grupos cristãos católicos e evangélicos organizados¹⁵ apoiou a BNCC tal como proposta pelo MEC e pelo CNE. Por outro lado, entretanto alguns cristãos teriam ficado preocupados e no texto de Silva transparece um certo ar missionário:

Desde o início, a BNCC despertou a preocupação da parte conservadora de professores e pesquisadores cristãos evangélicos e católicos. De um lado, uma parte, pequena, pouco expressiva, voluntária e independente política e institucionalmente, dedicou-se a estudar e alertar os cristãos acerca dos riscos e embaraços que o documento representa para o futuro da hegemonia cristã brasileira.

Segundo o autor, a BNCC seria construída de acordo com a “falsa democracia dos ‘coletivos’ de sindicatos, foros e movimentos sociais alimentados pelas universidades, acrescidos dos interesses expressos do globalismo econômico e do universalismo cultural da UNESCO e do Banco Mundial”. Ao que tudo indica então, o autor resolveu criar uma versão alternativa de BNCC construída pela real democracia de um pequeno grupo de cristãos.

Para Silva, haveria dois principais interesses na criação da versão da base contestada por ele e seu grupo. O primeiro seria o interesse de mercado dos “globalistas (de olho nos negócios bilionários da educação brasileira)” que estariam representados através do "Movimento pela Base Nacional Comum Curricular" liderado pela Fundação Lemann. Concordamos com este ponto. Já o segundo seria o interesse da ONU, através da UNESCO, “que trabalha para sequestrar mentes e almas de crianças e adolescentes para uma hegemonia cultural, educacional e religiosa mundial no futuro”. Com este ponto obviamente não concordamos. Entretanto é justamente ele que mais importa para estre

¹⁴ Disponível em <<http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2018/01/guia-para-leitura-da-bncc-com-uma.html>>. Acesso em 22/02/2018

¹⁵ Segundo o autor, apoiaram a base curricular instituições como a ANEC (Associação Nacional de Escolas Católicas), a ANAJURE (Associação Nacional de Juristas Evangélicos), ACSI Brasil (Associação Internacional de Escolas Cristãs), ABIEE (Associação Brasileira de Instituições de Ensino Evangélicas), AECEP (Associação de Escolas Cristãs de Educação por Princípios) e ANEB (Associação Nacional de Escolas Batistas), dentre outras.

grupo que vai analisar¹⁶ esta versão da BNCC homologada pelo CNE de acordo com a perspectiva conservadora cristã.

As críticas dos cristãos conservadores à terceira versão da BNCC

As críticas do grupo à terceira versão da BNCC podem ser acompanhadas em diferentes mídias: reportagens de jornal, entrevistas em rádio, vídeo de audiências públicas, postagens no citado blog e nos documentos produzidos que foram disponibilizados também no Blog. Na postagem “A 3ª versão da BNCC: análise e constatações (nota técnica)”,¹⁷ dedicada à uma análise dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, os autores começam o texto apresentando o histórico da construção da BNCC, lembrando a pressão exercida pela bancada cristã¹⁸ e grupos conservadores para a retirada de todas as menções a gênero do documento. Entretanto, defendem a ideia de que a ameaça da “Ideologia de Gênero” ainda estaria presente no documento:

(...) de acordo com nossa análise, essas medidas podem não ser suficientes para lidar com a estratégia da Ideologia de Gênero de promover a desconstrução da heteronormatividade, ou seja, da normalidade de ser homem e mulher e do casamento entre um homem e uma mulher. Isto quando as concepções de identidade e família escorregarem por outras construções linguísticas, preferindo a descrição de imagens, a sutileza e a legitimação do discurso científico. Essa estratégia já ocorre nos livros didáticos e, pela leveza e legitimação da linguagem técnica-pedagógica e da descrição das imagens, torna-se difícil de ser contestada.

É interessante notar que no próprio texto afirma-se que a “estratégia da Ideologia de Gênero” é de difícil contestação dadas a “legitimação” do discurso científico e da linguagem técnica-pedagógica. Aqui os autores reconhecem que existe um processo discursivo que constrói a legitimidade de certos enunciados e não de outros. Porém, ele

¹⁶ Segundo Silva, a análise foi feita por ele e pelas também professoras Sandra Lima de Vasconcelos Ramos e Viviane Petinelli e pela jurista e assessora parlamentar Damares Alves. O autor esqueceu apenas de mencionar que Damaris Alves também é cantora gospel, pastora evangélica e assessora do senador Magno Malta (PR).

¹⁷ SILVA, Orley José da; Petinelli, Viviane. “A 3ª versão da BNCC: análise e constatações (nota técnica)”. De Olho no Livro Didático. Brasília. 12/04/2017. Disponível em <<https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2017/04/a-3-versao-da-bncc-analise-e.html>>. Acesso em 22/02/2018

¹⁸ Existem hoje no congresso duas bancadas cristãs formalmente organizadas: a bancada evangélica e a bancada católica. Importante notar que muitos membros da bancada católica são também membros da bancada evangélica e que ambas trabalham declarada e objetivamente juntas em prol de interesses comuns.

não desenvolve o argumento de como esse processo se constrói, quais são e como se estabelecem os regimes de verdade de cada campo discursivo. Isso se nota claramente quando o autor denuncia o fato de terem que lidar com “uma parte da Justiça, inclusive do Ministério Público e dos tribunais superiores que relativiza a moral e os costumes, mesmo os valores mais caros à sociedade”. O deslocamento entre esferas de construção de discurso distintos – como o discurso jurídico e a moral religiosa – sem a consideração dos distintos regimes de verdade que compõem cada um deles, revela a fragilidade desses argumentos. Segundo os autores, haveria no texto “inúmeras frases e períodos muito bem construídos e maliciosamente costurados, dizendo uma coisa, mas, na verdade, querendo dizer outra” que trariam três grandes ameaças: 1) um projeto de desconstrução da família natural, 2) um projeto de desconstrução da sexualidade natural e 3) um projeto de desconstrução da moral religiosa cristã.

Não nos ateremos a análise de cada um dos itens pois isso já foi feito em outro texto nosso aguardando publicação. Falaremos um pouco mais apenas da terceira ameaça, o projeto de desconstrução da moral religiosa cristã. Este é apesentado em três frentes. A primeira frente seria a desconstrução da moral religiosa judaico cristã em si, a segunda seria a tentativa de promoção de religiões orientais e a terceira a promoção das religiões de matrizes africanas.

Com relação à tentativa de desconstrução da moral cristã, segundo os autores, esse seria um problema grave uma vez que “a maioria das famílias brasileiras apresenta, em menor ou maior medida, um sistema de crenças e vivências judaico-cristão”. Quando os professores e livros didáticos falam sobre a necessidade de formar o cidadão crítico, o alvo da problematização seria justamente esta religiosidade judaico-cristã.

O autor e a autora mencionaram a lei 11.645/2008, que instituiu o ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e ensino médio nas escolas públicas e particulares, para dizer que este ensino não está se dando da maneira correta. Em que pese as inúmeras considerações que podem ser feitas em relação às dificuldades de implementação da lei, para os autores “o ensino da cultura afro-brasileira na escola é confundido com proselitismo religioso”.

É importante mencionar que ao verificarmos todas as postagens do blog, desde seu início em 2014 até hoje, pudemos observar inúmeras críticas à presença de imagens e lendas do panteão das religiões de matriz africana e aos textos explicativos sobre os fundamentos destas religiões, mas que não pudemos encontrar nenhuma observação aos mesmos itens (imagens, lendas e textos explicativos) de nenhuma outra matriz religiosa.

Enquanto imagens de orixás negros retirados de livros didáticos e paradidáticos são apresentadas a todo momento no blog como prova da doutrinação em umbanda e candomblé, não são apresentadas nenhuma das inúmeras imagens de personagens icônicos do cristianismo, sem dúvida alguma os mais super-representados em todos os livros didáticos de história, assim como não são apresentadas as imagens trazidas pelos livros didáticos e paradidáticos do panteão de deuses egípcios, gregos, romanos e nórdicos.

De forma complementar a esta suposta primeira frente de ataque a religiosidade cristã se daria a segunda frente, que consiste na “promoção de ramificações da religiosidade oriental” que seria feita ao longo da BNCC, nos tópicos relativos à ginásticas de conscientização cultural que segundo os autores, “legitima e universaliza práticas religiosas orientais e esotéricas nas escolas públicas e particulares, inclusive as confessionais”. Ainda segundo os autores, em uma sociedade de maioria cristã, a estratégia de penetração desta religiosidade no currículo seria a abdicação “do pertencimento ao campo religioso” e a inserção destas “nos discursos das filosofias e terapias alternativas, além do científico”. Essas grandes ameaças seriam “a biodança, a bioenergética, a eutonia, a antiginástica, o Método Feldenkrais, a ioga, o tai chi chuan, a ginástica chinesa, entre outros”.¹⁹

A versão final do documento: retirar as menções a gênero não foi suficiente

Do momento da apresentação da terceira, e supostamente última versão, até o momento em que a base foi homologada pelo presidente Michel Temer tanta coisa mudou no documento que é impossível dizer que esta é uma terceira versão modificada. Entendemos esta versão com várias alterações reivindicadas pelos cristãos conservadores como uma quarta versão do documento.

Depois das promessas dos conservadores de que com ideologia de gênero a base não seria aprovada, as discussões sobre as questões de gênero chegaram a ir parar na disciplina Ensino Religioso para que as questões pudessem ser tratadas segundo um entendimento da moralidade religiosa. Mas mesmo esta concessão não fora suficiente. Para estes grupos

¹⁹ SILVA, Orley José da. Candomblé e Umbanda em Livros Didáticos/2016 do MEC para o Ensino Fundamental. De olho no livro didático. Goiânia, 21/04/2016. Disponível em: <<https://deolhonolivrodidatico.blogspot.com.br/2016/04/candomble-e-umbanda-em-livros.html>>. Acesso em: 30/11/ 2016.

não poderia haver sequer menções a gênero e sexualidade no documento e eles conseguiram.

O ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou durante a cerimônia de homologação²⁰ que “A base é plural, respeita as diferenças, respeita os direitos humanos, não há nenhuma prisão à ideologia de gênero ou coisa parecida”. Segundo ele “Não ficamos presos ao debate estéril que muitas vezes é tomado por ideologias radicais.” Ao que tudo indica, para o ministro radicais são os que defendem os direitos humanos e não os grupos religiosos que tentam retirar direitos de significativa parcela da população brasileira.

Ainda assim, os grupos conservadores ainda se apresentam como estando insatisfeitos. Segundo Silva “30% ou mesmo 40% das páginas são dedicados aos temas multiculturais e interculturais (movimentos sociais, cultura afro-brasileira, cultura indígena, modelos de família e direitos humanos)”. Para este grupo é um grande problema que

Com o pretexto de atender sua proposta INTERCULTURAL e de política CIDADÃ de acordo com o Politicamente Correto e as novas concepções de Direitos Humanos, a BNCC problematizará as religiões e as instituições religiosas com os alunos, além de trazer para o contexto da escola o gnosticismo, o ateísmo, o esoterismo e elementos da religiosidade oriental.

Como vemos desde 2011, quando estes mesmos cristãos conservadores conseguiram não só retirar de circulação os kits de combate à homofobia, como arrancar da então presidenta Dilma Rousseff e a declaração de que não seria “permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”, a cada conquista estes grupos se fortalecem, conquistam mais espaço e exigem cada vez mais. Só no campo da educação, depois de vencido o kit de combate a homofobia veio à retirada das menções a gênero e orientação sexual do PNE e dos planos municipais e estaduais, veio a total adesão ao Escola Sem Partido, veio a luta por uma “BNCC cristã” e as demandas continuarão. Cristãos conservadores, sejam evangélicos ou católicos, veem a educação como campo fundamental de sua luta contra a laicidade do estado e a secularização da cultura.

Referências

MOURA, Fernanda Pereira de. “**ESCOLA SEM PARTIDO**”: **Relações entre Estado,**

²⁰ <https://istoe.com.br/base-curricular-nao-possui-nenhuma-prisao-a-ideologia-de-genero-diz-ministro/>

Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2016.

PENNA, Fernando Araujo. Programa Escola sem Partido: Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C.T.; MONTEIRO, A.M.; MARTINS, M.L.B. (Orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

SILVA, Orley José da. **Livros Didáticos para uma Revolução Socialista Bolivariana.** “ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação”. [S.l.], [S.d.] . Disponível em: <<http://escolasempartido.org/livros-didaticos/459-livros-didaticos-para-a-revolucao-socialista-bolivariana>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Christian conservatives and pursuit to gender studies: the fourth version of the BNCC

Abstract: In this article we will focus on the work of conservative groups for the withdrawal of mentions of gender from the National Curricular Common Base for Elementary Education. The launch of this fourth version of BNCC that surprised everyone was due to the pressures of conservative christians organized in the group Teachers Against Gender Ideology who acted through advocacy, organizing public hearings and producing documents contrary to the previous BNCC.

Keywords: Education; Public policy; Genre; Gender Ideology

III Jornadas do LEGH
Feminismo e Democracia
UFSC / Florianópolis
2018

Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH
CFH, bloco C, 2º andar

<http://www.legh.cfh.ufsc.br/>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-45535-52-2



9 788545 535522

